

# Concelho de Belmonte

## Memória e História

(Estudo Monográfico do Concelho  
de Belmonte)



Manuel Marques

Câmara Municipal de Belmonte



# **Concelho de Belmonte**

**Memória e História**



# **Concelho de Belmonte**

## **Memória e História**

**(Estudo monográfico do Concelho  
de Belmonte)**

**MANUEL MARQUES**

Edição da Câmara Municipal de Belmonte  
2001

*Título:* Concelho de Belmonte – Memória e História  
(Estudo Monográfico do Concelho de Belmonte)

*Autor:* Manuel Marques

*Prefácio:* José Manuel Vargas

*Capa:* Belmonte. Fotos de fins do séc. XIX e fins do séc. XX. (Câmara Municipal de Belmonte)

*Fotos:* Amândio Melo, A.N.T.T., Belfoto, Câmara Municipal de Belmonte, Foto Melo, J.M. Vargas, Manuel Marques, Mário Tomás, Revista “Teres e Haveres”

*Edição:* Câmara Municipal de Belmonte, 2001

*Tiragem:* 2.000 ex.

*Execução Gráfica:* PALETA GRÁFICA - Tondela

Depósito Legal nº 170378/01



## gradecimentos

Na concepção e elaboração deste trabalho quero agradecer ao Sr. Dr. António Pinto Dias Rocha, anterior Presidente da Câmara de Belmonte, porque, desde a primeira hora em que para aqui vim trabalhar como técnico de Cultura, me colocou este objectivo, entre outros.

Quero agradecer ao actual Presidente, Sr. Amândio Manuel Ferreira Melo, que não só assumiu o mesmo objectivo, como tudo fez para que fosse concretizado, mesmo com a possibilidade prevista de poder vir a ser completado.

Quero agradecer aos investigadores Professores Dr. Joaquim Candeias Silva e Dr. José Manuel Vargas que, de meus antigos alunos, se tornaram meus mestres, e cada vez mais meus amigos, e me forneceram elementos preciosos, sobretudo na história medieval de Belmonte e na história dos Cabrais.

Quero agradecer a quantos colaboraram de outros modos, com especial menção de apreço pela pessoa e trabalho da Sra. D. Suzana Nolasco das Neves Condesso Gil, cujo trabalho foi competente e grande, e foi a continuação do que já tinha prestado noutros anteriormente realizados. Obrigado também à colaboração amiga da Sra. D. Catarina Raquel Batista dos Santos Caniça.

Fica ainda um agradecimento ao "Jornal do Fundão", o grande campo das batalhas do pensamento desta região, pela possibilidade que nos deu de publicar a celeberrima polémica sobre "Onde nasceu Pedro Álvares Cabral?" da qual Pedr'Álvares a Belmonte saíram absolutamente vitoriosos.

Com esta publicação fornecemos a facilidade de consulta desta polémica e honramos dois homens que bem o merecem: o Dr. Luís Fernando Carvalho Dias e o Prof. Joaquim Cardoso Tavares.

Tardamente, e por acaso, recebi do Sr. João Duarte Gaspar apontamentos do Sr. P.e Franco de Matos que os teria passado para o Sr Cónego João d'Almeida Cardoso Tavares. Agradeço também a confiança em mim depositada.

Pelo teor do discurso o P.e Franco de Matos teria pensado numa monografia de Belmonte, mas não a concretizou. Continha alguns breves elementos históricos, e mais relatos ligados à sua acção paroquial. Faltou nesses apontamentos o que de mais original produziu aquele pároco de Belmonte: a árvore genealógica dos judeus de Belmonte. Caiu em mãos erradas, dizem que desapareceu. Seria melhor conhecê-la e rebater o que ele pensava que podia provar com esse trabalho, se fosse caso disso. Ainda confio na consciência das pessoas e que, portanto, aparecerá. De qualquer modo fica dito que se alguém se apresentar como autor dessa árvore genealógica, muito possivelmente era a do P.e Franco ou baseada nesta. Queria também poder agradecer a possibilidade de consulta deste documento e agradecer aos que ma tivessem proporcionado.

Para mim fica a ideia de que, com ela ou sem ela, ainda se há-de aclarar o que ele afirmou sobre a origem da colónia judaica de Belmonte.

Obrigado a todos, e até novo trabalho mais completo ou que possa completar este, venha ele de quem vier, para ilustração da história monográfica do Concelho de Belmonte.

Manuel Marques  
Outubro de 2001

## Manuel Marques

Nome completo: Manuel Marques Gonçalves  
Natural de Orca, concelho do Fundão, Portugal.

**Professor de História e Português** em Belmonte e Covilhã, de 1956 a 1994, nos Ensinos Secundário e Preparatório.

De 1998 a 2001 foi técnico de Assuntos Culturais na Câmara M. de Belmonte.

Como professor praticou o ensino da História ligado ao concreto e ao local onde ensinou, e, a partir deste, interveio na defesa, divulgação, e valorização do Património, publicações, palestras, e Acções de Formação.

**Publicações:** *Subsídios para uma Monografia da Vila de Belmonte*; co-autor com Joaquim Cardoso Tavares; 1974. *Ganga* (poemas) ed. do autor, 1979. *Poetas Fazem Cidade*, co-autor, ed. Escola P. Pêro da Covilhã, Covilhã, 1879. *Serra Vivente*, poemas, Jornal Notícias da Covilhã, 1981. *A Casa das Morgadas e Pintura do Salão Nobre da Mesma*, pub. no jornal "Notícias da Covilhã" 1980. Para Uma História das Confeccões em Belmonte, pub. no "Jornal de Belmonte", 1984-85.; Textos dramáticos: *Outorga da Liberdade*, ed. Câmara Municipal de Belmonte, 1999; *Cabral Capitão da Esperança* e *O Grande Enigma de Cabral*, ed. C.M.B. 2000

**Texto histórico:** *Belmonte Terras de Cabral*, ed. CMB, 2001

**Autor de textos justificativos para classificação de Monumentos ou sítios:** *A Igreja da Misericórdia da Covilhã*, 1980, hoje classificada. O Convento de S. António da Covilhã; *Uma das Judiarias da Covilhã*, 1980. O Convento de Santo António da Covilhã, 1980. *O Castro da Chandeirinha em Belmonte*, 1986. "*Mansio, Villa Romana, Torre, Castelo Senhorial, e Castelo de Defesa*" na Zona Histórica de Caria, Belmonte, hoje classificada, 1988. "O Convento de N<sup>a</sup> S<sup>o</sup> da Esperança de Belmonte" "*Tulha. Casa Conde, e Câmara Municipal de Belmonte*", conjunto hoje classificada, 1989.

**Estudos:** *Arquitectura Quinhentista na Covilhã* (inventariação e descrição), 1980; "*Capela de Santa Cruz ou do Calvário da Covilhã*", texto de apoio ao Centro Nacional de Cultura, e Escola Pêro da Covilhã, 1991. "*Os Penitentes do Paúl*", vestígios de danças sagradas e ritos pré-históricos, 1996.

**Conferências e entrevistas:** Além de outras sobre Património, "*Salvem um Resto do Povo Judeu*" (em Belmonte), entrevista p. Universidade dos Meios Áudio-Visuais Belga, no "*Ciclo de Viagens na Memória*", 1987. "*Um Matriarcado Salva uma Civilização de Patriarcas*" - palestra ao Comité Belge de Beth Hatefutsoth - Musée de la Diaspora Juive, 1988.

"*Judeus de Belmonte*" entrevista para a Rádio Sdwestfunk, Berlim, 1977. Colaboração em "Marranes", de Fédéric Brenner w Yosef Haim Yerushalmi, Ed. Différence, Paris, 1992.





## Índice geral

<b>Agradecimentos</b>	
<b>Biografia</b>	
<b>Índice Geral</b>	
<b>Índice de Matérias</b>	
<b>Índice de Fotos</b>	
<b>Apresentação</b>	
<b>Prefácio</b>	
<b>Introdução</b> .....	27
<b>Situação, superfície, limites</b> .....	29
<b>População</b> .....	29
<b>Mapa do Concelho</b> .....	30
<b>Belmonte de dois Castelos</b> .....	31
O Castelo Medieval e o Castelo da Serra ou Castro da Chandeirinha .....	31
O Castelo da Serra ou Castro da Chandeirinha .....	32
Localização do Castro (3.000 anos a.C.) .....	32
Terra de Gigantes e de Mistérios .....	33
Dum povoamento pré-histórico ao enquadramento geomorfológico .....	33
Valor cultural colectivo deste Castro .....	34
A Força da tradição faz identificar os Castros .....	34
Um local sagrado num Monte Santo está na história mais antiga de Belmonte .....	35
Belmonte – Monte de Guerra ou do Deus da Guerra? .....	35
Monte sacralizado ainda antes dos romanos ou só com estes? .....	35
O Monte Santo entra já canonizado na Idade Média .....	36
Os Montes Crestados e os Cabrais .....	37
O Castelo da Serra – Monte Santo .....	38
A Anta da Quinta das Antas, em Caria, Belmonte .....	39
<b>Centum Cellas</b> .....	40
Uma mulher com um filho às costas é que fez a Torre .....	40
A Sombra de Centum Cellas era muito mais alta .....	40
Quem fez a Torre de Centum Cellas? .....	41
O Bezerro de Ouro e o Sortilégio da Torre .....	41
A Cidade de Valongo .....	42
Centum Cellas – História e Funcionalidade .....	44
Ainda em Centum Cellas – A Arquitectura não tem nada de romano .....	46
Torre igual a villa? .....	47
Pesquisas arqueológicas – um trabalho científico .....	47
A Construção – Revelação das Escavações .....	47
A funcionalidade – conclusão possível após as últimas escavações conhecidas .....	48
As últimas escavações – 1998. Caiu por completo o enigma de Centum Cellas .....	48
Após os Romanos .....	49

<b>Quinta da Fórnea - Belmonte</b> .....	51
Povoamento Rural Romano, uma Pars Rústica de Centum Cellas? Mais que isso? .....	51
A Estação tem valor por si e para o estudo do Romano na região .....	51
Qual a grandeza e ligação deste Povoamento? .....	52
O que se vê na Villa Rural Romana da Quinta da Fórnea? .....	52
<b>Bispos grandes, grande sombra</b> .....	55
<b>Forais de Belmonte</b> .....	57
Doações anteriores aos Forais .....	57
Doação das Igrejas de Belmonte e Covilhã .....	57
Lutas entre Bispo de Coimbra e Bispo da Guarda .....	58
Foral de Centum Cellas .....	58
Covilhã, foral gerador de uma leva de forais, mas à força .....	59
D. Sancho é ameaçado de excomunhão .....	60
Cria uma diocese no centro dos interesses de outras .....	60
Centum Cellas quer travar a diocese da Guarda .....	60
Foral de Belmonte de 1199 .....	61
Limites .....	63
Listagem dos Bispos de Coimbra a partir de 1147 .....	65
Caria – Cabeça da Diocese .....	65
O Bispo que tira e põe clero .....	66
O Papa obriga-o a restituir todas as igrejas ocupadas .....	66
Mais além nasce Sortelha .....	67
Desta vez quem se vê perder é o Bispo de Coimbra .....	67
D. Sancho II confirma garantias a Belmonte .....	67
Morre um papa, vem outra sentença .....	67
A Guarda ganha terreno .....	67
Cabido da Guarda entra na luta .....	68
Novo bispo, renasce a luta .....	68
D. Tibúrcio .....	68
Inguias – Fonte de Anguias .....	68
Lavacolhos do termo de Belmonte .....	68
Caria .....	69
Ferrarias .....	69
Maçainhas .....	70
O grande D. Egas Fafes .....	70
Carvalhal Formoso .....	71
Olas de Godinho e Vila Nova de Olas .....	71
Rebelhos .....	71
Caria – O poder temporal dos Bispos da Guarda .....	71
Bispo D. Frei Velasco sucede a D. Rodrigo .....	72
Inguias – Mormojavar .....	72
Penha de Águia .....	72
Olas de Godinho – Nova Sentença do Papa sobre Belmonte – 1253 .....	72
Novas compras e aforamentos de D. Egas .....	72
Enguias .....	73
Pedir muito para negociar .....	74
O Papa tira os bens a um e outro bispos até que eles aceitem uma solução .....	74
Sentença definitiva .....	75
A sombra de um bispo divide-se em duas .....	75
Continua a política de comprar e aforar .....	76
Espinhal – Carta de aforamento .....	76
Valverdinho – Carta de povoamento .....	76

Colmeal da Torre – O Bispo recebe o aforamento .....	76
Lavacolhos .....	77
Colmeal – exemplo de política .....	77
Divisão entre Concelho de Belmonte e de Sortelha .....	77
Limites do Concelho de Belmonte a partir com Sortelha .....	78
Maçainhas e Gaia .....	79
A Torre de D. Egas Fafes .....	79
A Torre de D. Egas e a Casa da Torre de Caria .....	80
Caria .....	81
O Bispo contra a Covilhã .....	81
Construtor do Paço Episcopal de Caria .....	82
Covilhã absorve Caria .....	82
Caria liberta-se de novo .....	82
A Casa onde nasceu Caria – A Casa das Caras .....	82
O senhorio de Belmonte frente ao poder real .....	83
Belmonte presta menagem a D. Américo d'Ebrard .....	83
A sombra do poder .....	84
O bezerro de ouro .....	84
Terra assombrada por guerras e razias – Terra de Homiziados .....	84
A Lenda dos Cabrais .....	86
Belmonte e a lenda da Cabra e do Cabrito de Ouro .....	87
A Prensa .....	89
A cabra esquartejada em sacrificio .....	90
A Lenda da Senhora da Estrela – D. Gil Cabral .....	90
Lenda de D. Gil Cabral .....	92
Lenda da Fonte Soldado e da Laje da Fidalga .....	92
Igrejas desde a Idade Média .....	93
Quais eram as primeiras igrejas medievais de Aquém Serra? .....	93
Qual a Igreja de São Tiago de Olas? .....	93
E qual a igreja paroquial de Anguias de Godim? .....	93
Qual a de Centum Cellas? .....	94
Qual a Igreja de Santa Maria de Maçainhas? .....	95
A Igreja Caria .....	95
Igreja de Santa Maria de Belmonte .....	96
Inguias, Olas, Maçainhas, Colmeal da Torre.....	96
Outras informações sobre as Igrejas do termo de Belmonte .....	97
Arciprestado de Belmonte – Manteigas .....	98
Seminário da Guarda de 1861 .....	98
Livros de Registos Paroquiais .....	98
<b>Igreja de S. Tiago de Belmonte e Panteão dos Cabrais .....</b>	<b>100</b>
Dos Bispos de Coimbra até aos Cabrais .....	100
Belmonte – Organização de Igrejas, antes de qualquer concelho aquém-Serra .....	100
Descrição da Igreja de S. Tiago de Belmonte .....	101
A capela gótica de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> da Piedade e o nascimento dos Cabrais em Belmonte .....	106
D. Gil Cabral.....	109
O testamento de D. Gil Cabral .....	109
Luís Álvares Cabral, um Cabral que se refez .....	111
Fernão Álvares Cabral.....	112
Fernão Cabral .....	114
O púlpito de São Tiago.....	115
Podemos ver o retrato de Pedro Álvares Cabral? Os frescos de S. Tiago .....	116
O Panteão dos Cabrais .....	117

Fernão Cabral III – História da Bandeira e do Povo .....	118
O Gigante das Beiras .....	118
Pedro Álvares Cabral .....	119
<b>Castelo de Belmonte</b> .....	120
Obras – escavações .....	120
Um Castro? De que idade? .....	120
Castelo de Belmonte 1992/95 – escavar que mistérios? .....	121
Houve, pelo menos, um castro ou povoado romano? .....	121
Castro de Belmonte e o Livro Preto .....	122
Castelo de Mouros? Ou um Castelo cercado de Mouros e de lendas? .....	123
Povoamento e Castelo Medievais e as transformações sofridas .....	124
A Cerca de Belmonte .....	126
Luís Álvares Cabral .....	127
As escavações feitas .....	128
Visita ao Castelo .....	130
Traça Medieval de Belmonte .....	134
Homiziados .....	136
<b>Pedro Álvares Cabral</b> .....	138
Introdução .....	138
Nasceu no Castelo de Belmonte. E como poderia não ter aí nascido .....	139
Moço Fidalgo na casa de el-rei .....	141
No Norte de África .....	142
Cavaleiros onde? .....	142
Pesquisas no Atlântico Ocidental .....	143
1488-1490 repartir o mundo .....	143
Graciosa .....	143
Armados Cavaleiros .....	143
Divisão da tença de 26.000 réis .....	144
Partilhas entre os irmãos Cabrais .....	145
Cavaleiro da Ordem de Cristo ao Navegador .....	145
Carreira não pára .....	146
Mercês não param .....	146
Casa do Senhor D. Jorge .....	146
Companheiros de escola e empresas .....	146
Casamentos dos irmãos Cabrais .....	146
Navegador – a despedida da Armada de Pedro Álvares Cabral .....	147
Capacidade de Cabral como piloto – Razão da escolha .....	147
A Inédita Missão de Cabral .....	147
Carácter inédito da maneira de comandar de Cabral .....	147
Notícia do Achamento .....	147
Recepção de Cabral .....	148
Recompensas de el-rei Nosso Senhor .....	148
Vasco da Gama – Só para comparar .....	148
Casamento .....	149
Cabral e Afonso de Albuquerque .....	149
Tenças póstumas – reconhecimentos tardios .....	150
1º Filho .....	150
2º Filho .....	150
Um Cabral por Capitão – Escolha de Pedro Álvares Cabral .....	151
A Lenda da Cabra e do Cabrito repetem-se .....	153
Cabral descobriu o Brasil. – Outros descobriram o quê? .....	153
Onde nasceu Pedro Álvares Cabral? Quem Era? .....	154

Navegar, casar... – Filho segundo que se afirma como primeiro da família e do reino .....	155
Belmonte – Onde Cabral aprende História de Gigantes .....	156
Cabrais, 1º e 2º Alcaides de Belmonte .....	157
Cabral corre aos lugares mais difíceis para mais se distinguir .....	159
Cabral no Cerne do Tratado de Tordesilhas? .....	161
Há mar e mar; há navegar... e navegar com certeza e segurança .....	163
O Capitão seria Cabral .....	165
A missão de Cabral .....	166
Os sinais são os da terra há muito pressentida .....	166
Túmulo de Pedro Álvares Cabral – Inscrição .....	168
Estátua de Pedro Álvares Cabral em Belmonte .....	168
Historiadores e historiadores .....	169
Notas .....	170
<b>Século XVI e seguintes</b> .....	173
Século XVII .....	173
Século XVIII .....	174
<b>O Convento de Nª Srª da Esperança em Belmonte</b> .....	175
Sepultura do Fundador do Convento, D. Jorge Cabral .....	177
A vida dos Frades e do Convento .....	177
Estrutura do Convento .....	178
A Livraria do Convento. Algum Frade revolucionário? .....	178
Depósito de Relíquias no Convento .....	179
Alvará para pregação da Quaresma em Belmonte .....	179
Licença para obtenção de carne, outras mercês e honras .....	179
Frades mais célebres do Convento .....	180
O fim do padroado do Convento .....	180
Do declínio à extinção e venda do Convento .....	180
A Igreja do Convento .....	180
Extinção do Convento. Consequências sócio-económicas .....	181
Arrematação dos bens do Convento – 1834 .....	182
O último estado do convento .....	184
As escavações feitas no Convento em 1998 .....	184
Pousada do Convento .....	186
<b>Nª Srª da Esperança</b> .....	187
Milagres de Nª Srª da Esperança(Texto adaptado) .....	187
Os mantos .....	188
Carta de doação da Casa de Nª Srª da Esperança e Quinta .....	189
Nª Srª da Esperança acompanhou Pedro Álvares Cabral na Descoberta do Brasil .....	189
Nª Srª da Esperança e o Convento .....	190
<b>Misericórdia de Belmonte</b> .....	194
Misericórdia – 1865 .....	195
Misericórdia – 1882 .....	195
Misericórdia no Século XX .....	196
<b>Inquirições Paroquiais</b> .....	198
Belmonte .....	198
Caria .....	202
Inguias .....	210
Maçainhas de Belmonte .....	212
<b>Outras Figuras do Concelho de Belmonte</b> .....	214
Fernão Cabral II .....	214
Fernão Cabral III .....	214
Fernão Cabral IV .....	215

Diogo Fernandes Cabral .....	215
Francisco Cabral .....	215
João Fernandes Cabral e Mulher .....	216
Zarco .....	216
Rui Dias Cabral .....	216
Belchior Rebelo (Caria) .....	216
Fernão Cabral .....	216
Cristovão Abreu (irmão) .....	216
Francisco Vaz .....	216
Gonçalo de Matos (Caria) .....	217
João Arrais de Mendonça .....	217
João de Caria .....	217
Jorge Pires .....	217
Manuel de Oliveira .....	217
Manuel Rebelo (Caria) .....	217
Nicolau de Melo (Frei) .....	218
Pedro de Sequeira .....	218
Sebastião Álvares (Caria) .....	218
<b>Século XIX - Transformações</b> .....	<b>219</b>
Educação .....	220
Ensino .....	221
Gaia – Capelão .....	221
Cemitério de Belmonte .....	221
A luta pelo poder Câmara – Misericórdia .....	221
“Recordamento” de Pedro Álvares Cabral .....	221
Da Monarquia para a República .....	221
As eleições .....	222
As Invasões Francesas .....	224
Lutas Liberais .....	224
A Indústria de Lanifícios .....	225
Agências da vila (1797) .....	225
Manufacturas – Têxteis .....	226
Expostos – Casa da Roda (Caria) .....	227
Uma revolta no Concelho .....	227
Feiras e mercados .....	227
Inguias – mercado .....	227
Luta contra monopólios ou compra por atacado .....	227
Feiras de 8 de Dezembro .....	228
Relógio .....	228
Estrada Belmonte – Caria .....	228
Calçadas de Belmonte e Caria .....	228
População .....	228
Belmonte, da Guarda para Castelo Branco .....	229
Comarca em Belmonte – pedido .....	229
Vinho - qualidade .....	229
Vindimas .....	229
Urbanismo da Monarquia à República .....	229
Caição obrigatória de casas e muros .....	229
Estrada de Belmonte à Estrada Real nº 55 .....	230
Alargamento do Concelho – Tentativas .....	230
Em 18 de Janeiro de 1873, um relatório das desgraças do Concelho .....	230
Covilhã anexa Belmonte .....	231

Restauração do Concelho de Belmonte .....	233
Comentário .....	233
Política reaccionária .....	234
República – transmissão pacífica de poderes .....	234
Alguma instabilidade política também se fez sentir em Belmonte .....	234
República – A vida do Concelho através das sessões da Câmara .....	235
Ensino – Escolas .....	239
Estação do Caminho de Ferro .....	241
Posto da Guarda Nacional Republicana .....	243
Iluminação electrificação .....	243
Lançar imposto sobre cães ou sobre padres .....	244
Igreja arrolamento de bens .....	244
Paços do Concelho .....	244
Posto telegráfico de Caria .....	244
Toponímia .....	245
Entre a Monarquia e a República .....	246
<b>Século XX</b> .....	247
República .....	247
Inguias – República .....	247
Avelina Calado .....	247
Maçainhas .....	247
Sidonismo oficial e Contra-sidonismo .....	248
Sidonismo – Caria .....	248
Mulher do Carvalhal .....	249
Capela de Santo Antão .....	249
A Praça Velha – Centro de Confrontos .....	250
Descrição .....	251
<b>Os Judeus em Belmonte</b> .....	252
Mistura de sangue em grupos pequenos .....	257
Exclamações típicas .....	261
Pragas de judeu! (e não judeu) .....	262
Facilidade de entrada dos judeus .....	263
Sinagoga de Belmonte .....	263
Diogo Henriques .....	264
<b>Instituições</b> .....	265
Bombeiros Voluntários de Belmonte .....	265
Cantadeiras de Caria .....	265
Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral .....	265
Sopa dos Pobres – Caria .....	265
Beneficência – Caria .....	265
Cantina de Belmonte .....	265
Construção da Igreja Nova da Sagrada Família – Belmonte .....	265
Exploração Mineira – O auge .....	267
Ditadura .....	269
Casa do Povo .....	270
Zeca Afonso e D. Lucrecia .....	270
Dr. Filomeno .....	272
Caria – Ditadura .....	272
Mário – O Desterrado .....	272
De Caria – Um pouco da história oral recente .....	273
Cortejo do Hospital com esmolas de pobres .....	273
Carvalhal .....	274

Taberneiras .....	274
Costureiras .....	275
As Confecções em Belmonte .....	275
Mulheres de Mercados e Feiras .....	278
Guerra Colonial .....	279
O Ensino Liceal em Belmonte .....	279
Emigração - A salto para França .....	286
Professoras .....	286
O Madeiro .....	287
Jornais .....	288
As armas de Belmonte .....	288
Feriado Municipal .....	289
<b>Folclore, Música Popular, Orações Tradicionais</b> .....	291
Quinta feira de Ascensão .....	293
A Coalhada .....	297
As trovoadas .....	297
As Maias .....	298
As festas de Santo Antão .....	299
Ascensão – Festa da libertação e da fecundidade .....	299
Um Centro de Artesanato activo .....	303
O folclore .....	303
<b>Património do Concelho – uma visão englobante</b> .....	306
Visita a Caria .....	306
Ligação da gente de Belmonte e região com arte sacra e romarias .....	313
Passagem secreta de Judeus? .....	315
A Pia que fez Cristãos-Novos? .....	316
Judeus – lápide de 1297 .....	316
<b>Recolhas Etnográficas (1997/1998)</b> .....	318
Caria – Santa Bebiana .....	318
Credo .....	318
Pai Nosso do Vinho .....	318
Festas báquicas .....	320
Festas feitas entre freguesias .....	320
A feijoadada da Sr <sup>a</sup> da Estrela – Inguias .....	320
O Banho Santo – Restos de culto ou rito pré-cristão em Carvalhal Formoso? .....	320
As Garraçadas .....	321
Património oral popular .....	321
Amélia Joaquina Rodrigues .....	322
E encontrou-se com uma alma penada .....	322
E de namoros? .....	323
Orações populares .....	323
Rosa Paiva Fernandes .....	334
Judite Clemência Martinho .....	339
Cortejos – Marchinhas .....	344
Belmonte .....	344
Notas .....	346
<b>Bibliografia</b> .....	349





## Índice de matérias

### A

Abel Simões Coutinho: 268  
Abílio António da Fonseca: 235 e segs., 261  
Acácio Antunes: 266  
Afonso de Albuquerque: 142, 149  
Afonso III: 80  
Afonso Sanches: 162  
Afonso, Infante: 108  
Aforamentos: 69 e segs., 87  
África, Costa de: 152; Norte de: 146 e segs.; 152, 159  
Agostinho de Sta. Maria, Frei: 175, 187, 190  
Alarcão, Jorge: 36  
Albertina Brioso Pina: 265  
Albertino Vaz de Carvalho: 248  
Albino Antunes Teles da Fonseca: 268, 279, 283  
Alcaides: 157 (Ver Castelo de Belmonte)  
Alda Maria Alves Baltazar: 318  
Alexandre Pina Soares: 277  
Alexandre Salgueiro Nave: 276 e segs.  
Alfredo P. de Sousa: 250  
Álvaro de Bré: 155  
Álvaro de Castro: 248  
Álvaro Gil Cabral: 36  
Álvaro Velho: 165  
Amélia Nunes Pardal dos Santos: 284  
Américo d' Ebrard: 84  
Américo Vespúcio: 154  
Anabela Pereira Martins: 277  
Andrade, Eng. Rebelo de: 185  
Anjos, P.e Frei Manuel dos: 188  
Anselmo Alves de Sousa: 276  
António Carlos Dias Gama, P.e: 284  
António Correia da Cruz: 276  
António Inês Amaro: 280  
António Júlio d' Almeida Garcia, Pres, Com. Ad. Câmara: 282, 285, 288  
António Manuel Reis Parente Antunes: 284  
António Pina Vieira do Valo: 276  
António Pereira Neves: 234  
António Pinto Dias Rocha: 285  
António Santos, bispo da Guarda: 196  
António dos Reis: 249, 266  
António Zeno: 161  
Árabes, Bairros: 123  
Armando Rocha: 276  
Arqueohoje: 54

Arzila: 142  
Atalaia, Serra de: 122  
Atlântico Sul: 143, 145; Ocidental: 143  
Avelina Leitão Calado: 247  
Azurara: 112, 157, 159

### B

Bacalhaus, Terra dos: 161  
Baiona, Tribunal de: 162  
Baltazar, P.e António Lourenço: 235 e segs., 248  
Barroco, estilo: 103, 346  
Bartolomeu Dias: 147, 163  
Bastos, Engº Carlos Pinto: 82  
Belchior Rebelo (Caria): 216  
Belmonte: Arciprestado: 98; Castro de: 31 e segs; Estátua Pedro Álvares Cabral: 155; Estrutura urbana: 134 e segs.; Foral: 290; Frescos: (Ver: Frescos); Igreja Sta. Maria, Tombo: 111; Igrejas, Doação, Registos Paroquiais: 98; José de Sousa, Alfredo de Sousa, José António Dias, José Pacheco (1908): 250; Procissão do Corpo de Deus: 250 ; Limites: 67; Limites medievais: 63 e segs.; Misericórdia: 194;  
Belo, A. Ricardo: 45  
Benespera: 179  
Bigotte, José Quelhas: 175  
Bisagudo (Pêro Vaz da Cunha): 143, 161  
Bisagudo, Mestre João: 143, 161  
Bispos Coimbra: 55 e segs., 65 e segs., 83 e segs., 104 e segs.  
Bispos Guarda: 65, 68, 106  
Bouquoy, Conde: 129  
Bourbon, Catarina de: 130  
Brasão: Severino António da Silva Galdes: 126; Junot: 126  
Brasil: Achamento: 167; Celebrações do V Centenário da Descoberta: 134 Costa Norte: 163; Sinais de Terra:  
Brasília, inauguração: 193  
Bristol, Pescadores de: 161

### C

Cabo Verde: 166  
Cabrais, Alcaides: 157; Menagem/fidelidade: 108; Origem dos: 108; Panteão: 114  
Cabral, Aires Gil: 36  
Cabral, Aires Pires: 108

Cabral, Álvaro Gil: 36, 85, 108  
 Cabral, D. Gil: 90 e segs., 109 e segs.  
 Cabral, Diogo Fernandes: 215  
 Cabral, Fernão Álvares: 90, 92, 112 e segs.; 127, 158  
 Cabral, Fernão: 216  
 Cabral, Fernão I: 89, 90, 114, 117, 127 e segs., 131 e segs.; Filhos: 140  
 Cabral, Fernão II: 132, 214  
 Cabral, Fernão III: 92, 117 e segs., 214  
 Cabral, Fernão IV: 117, 215  
 Cabral, Fernão V: 173 e segs.  
 Cabral, Francisco: 102, 117 e segs., 215  
 Cabral de Belmir, João: 108  
 Cabral, João Fernandes: 126, 132, 215  
 Cabral, João Martins: 108  
 Cabral, João Rodrigues: 127  
 Cabral, João Rodrigues II: 127, 173  
 Cabral, Jorge: 133, 176 e segs., 191 e segs.  
 Cabral, Luís Álvares: 85, 111 e segs.; 127  
 Cabral, Maria Gil: 109 e segs.  
 Cabral Nuno Fernandes II: 118  
 Cabral, Pedro Álvares: 116, 127, 132, 138 e segs.; Carta Capitão: 165; Casamento: 146, 154 e segs.; Desiste da 4ª viagem/4ª Armada: 168; Escolha p/ Capitão: 150 e segs.; Escola: 146; Estátua: 155, 168 e segs.; Filhos: 150 e segs.; Nascimento: 154; Nª Sra. da Esperança: 187; Origem: 151; Proezas África: 142 e segs.; Reis Católicos: 167; Santarém Residência e Sepultura: 168; Túmulo: 119, 169; Tenças: 144, 146, 148; Tenças póstumas: 150; Tordesilhas: 161, 163; Viagem Índia: 152 e segs.; Viagem Ocidente: 152; V Centenário Nascimento: 169  
 Cabral, Pedro Álvares I: 127  
 Cabral, Pedro Álvares II: 127, 174, 201  
 Calais, Manuel João: 41 e segs.; 46 e segs.  
 Calecute: 162, 166 e segs.  
 Câmara: Presidentes da: 222  
 Cameira, Dr.: Pia baptismal: 194,  
 Caminha, Pêro Vaz: 143  
 Cananor: 167  
 Canelo, David A.: 198, 219 e segs., 252  
 Capela de São Francisco: 235  
 Capela de São Pedro: 200  
 Capela de São Sebastião: 200  
 Capela de Santo Antão de Belmonte: 249  
 Capela de Sto. António: 198  
 Capela Nª Sra. da Piedade: 101, 108 e segs., 115; Imagem de Nª Sra. Piedade: 156  
 Cardoso, Jorge: 191  
 Caria: 195, 216 e segs., 228, 231, 233, 240, 244, 245, 265, 272 e segs.; Bispos: 65 e segs., 71 e segs., 81, 106; Câmara: Capelas e ermidas: 205 e segs.; Capela de Sta. Luzia: 204; Casa de Belmonte: 202; Casa das Caras: 82 e segs.; Casa da Roda: 227; Casa da Torre, história: 80 e segs., 206 e segs., 308; Convento: 179; Fontes: 207 e segs.; Foral: 107; Fundação: 81; Guterres I, bispo: 82; Igreja: 81, 95, 203 e segs.; Inquirições: 202 e segs. Invasões Francesas: 224; João Martins, D. Frei: 81 e segs.; Nª Sra. da Conceição: 203; Organização concelhia própria: 206; População: 81, 202; República: 247; Ribeiras: 209 e segs.; Santa Bebiãna: 318 e segs.; Vila Collos: 72, 76; Visita a: 306 e segs.  
 Caria, Martim Cónego: 69  
 Carta Arqueológica do Concelho: 54  
 Carvalhal Formoso: 70 e segs. 198, 274, 341 e segs.  
 Casa da Cultura: 134  
 Casa Conde: 201  
 Casa do Infante D. Henrique: 136  
 Castanheiras: 238, 240, 244  
 Castelo de Belmonte: 101; Escavações: 120 e segs.; Partilhas: 145; Residência Cabrais, 130; Torre de Menagem: 125  
 Castelo Rodrigo: 151  
 Castro (Coutinho), Joana: 132;  
 Castro Bronze Final: 32 e segs.  
 Castro de Belmonte: 101, 106  
 Castros, Outros: 34  
 Celebrações do V Centenários da Descoberta do Brasil: 134  
 Celeste Proença: 265  
 Centro de Saúde, Hospital: 196  
 Centum Cellas: 36 e segs.; Foral: 58  
 Ceuta: 113; Conquista/Expedição: 157  
 Cochim: 147, 167  
 Colégio de Belmonte: 279 e segs.  
 Colmeal da Torre: 77, 198, 199; Igrejas: 81, 94; Irmandade de S. Bartolomeu: 195; (Ver Centum Cellas)  
 Comissão Republicana Electiva: 235  
 Concelhos, Criação de: 105  
 Concelho: 246; Administradores: 222  
 Constantino Soares: 53  
 Convento de Nossa Senhora da Esperança: 175 e segs. 200; Agostinho de Sta. Maria, Frei: 175; Andrade, Engº Rebelo de: 185; Bens imóveis: 182 e segs.; Bens móveis: 183 e segs., 198; Capela anterior: 173, 191; Capítulo de Belmonte: 178; Carta de doação: 175 e segs., 189; Cerâmicas: 185 e segs.; Classificação: 175; Conde de Caria: 181; Escavações: 184; Escritores: 178 e segs.; Espólio Arqueológico: 184 e segs.; Estatutos: 178; Extinção: 181; Frades: 178 e segs., 189; Hábito dos Frades: 178; Hasta pública: 181 e segs.; Igreja: 180 e segs.; Livraria: 178; Livro dos Milagres: 181; Marques, Manuel: 175; Ordem Terceira da Penitência: 177 e segs.; Quaresma, Belmonte e Caria: 179; Pousada: 186; Relíquias: 179; Títulos de dívida pública:  
 Corália Sucena Alves de Sousa: 276  
 Corte Real, Gabriel: 161  
 Corte Real, João: 161  
 Cosmógrafos: 162  
 Couto de Montes Crestados: 114, 131,  
 Covilhã, Casa do Infante: Igreja da Conceição: 177  
 Covilhã: 58 e segs.  
 Cristóvão Abreu: 216  
 Cristóvão Colombo: 143, 163

Crónica da Guiné: 157  
Cruz, Maria Estela M. Correia da: 196  
Cursos de Cristandade: 276  
Custódio Vaz Serra: 209, 233

## D

Delgado, Rui: 231  
Dinis D.: 80, 108  
Diogo Dias: 147  
Diogo Ortiz: 146, 164, 194  
Diogo de Teive: 161  
Duarte Pacheco: 142

## E

Egas Fafes, bispo de Coimbra: 70 e segs., 78; Torre Egas Fafes: 79 e segs.  
Eleições e o Ti Broa: 222  
Emília Leitão Nabais: 265  
Escobar, Pêro: 166  
Esperança, N<sup>a</sup> Sra. da: 115, 187  
Esperança, Imagem de N<sup>a</sup> Sra.: 115, 187; Descrição: 192; Ida gorada ao Brasil: 193; Brasília: 193; Estilo: 198; Feira Internacional de Sevilha: 193; Fresco de S. Tiago: 191; Manto: 188 e segs.; Mestre Afonso: 190; Milagres: 187 e segs.; Pintura: 193; Pedro Álvares Cabral: 189; Viagem Brasil: 189  
Espinhal: 76  
Estefânia Sousa Miranda: 265  
Estela Barroso: 184  
Estevão Fróis: 162  
Estreito, João Afonso do: 143, 162  
Estremoz: 119  
Extinção do Concelho: 231

## F

Famílias que emergem, séc. XIX: 219 e segs.  
Farmácia Costa, mesa de altar do Convento: 183 e segs.  
Farnesi, Caso: 174  
Faustino Amaro: 268  
Feriado Municipal: 289  
Fernando D.: 138  
Fernando Marante: 268, 271  
Fernão Domingos da Madeira: 143, 162  
Fernão Dulmo: 143  
Ferrarias: 69  
Festas Báquicas: 320  
Filipe I: 93  
Filipe Mariano: 268  
Folclore: 291 e segs.  
Folias do Espírito Santo (Caria): 206  
Foral, Belmonte: 290  
Fórnea, Quinta da: 51  
Foros e Foreiros: 219 e segs.  
Frade, Dr<sup>a</sup> Helena: 44 e segs. (Ver Centum Cellas)  
Francisco de Santa Maria, P.e: 147  
Francisco Sales de Sousa: 268  
Francisco Vaz: 216 e segs.  
Freire de Andrade: 127, 157

Frescos, Igreja S. Tiago: 116, 191

## G

Gago Coutinho: 163  
Gaia: 79, 198, 221; Sra. da Graça: 199 (Ver Santo Antão Colmeal)  
Gaspar Correia: 142  
Gaspar da Gama: 161  
Gaspar, João Duarte: 196 e segs.  
Gigante das Beiras: 117 e segs.  
Gomes Eanes de Azurara: 114, 154  
Gomes, Dr. Filipe: 54  
Gomes, Josué Pinharanda: 175  
Gonçalo Matos (Caria): 217  
Gonçalo Vasques da Cunha: 112  
Gonçalves, Dra. Catarina Valença: 95 e segs., 116  
Gonçalves, Manuel Marques: 193, 254 e segs., 280  
Gótico, estilo: 101 e segs., 112; 156  
Graciosa: 143, 159  
Graziela Pires: 285

## H

Henrique de Castela: 138  
Henrique, Infante D.: 136  
Homem, Álvaro Martins: 161  
Homiziados: 84, 130, 136  
Horácio Brás: 284

## I

Igreja da Sagrada Família: 183  
Igreja de S. Tiago: 101, 198 e segs.  
Igreja de Santa Maria de Belmonte: 95 e segs., 200  
Igrejas medievais: 75, 93  
Igrejas, Relações/Catálogo: 81, 97  
Ilda Barroso: 340, 341  
Ilda Bidarra: 265  
Inês de Castro: 85, 91  
Inguias (Anguias), Fonte de: 68  
Inguias: 72, 75, 81, 102, 106, 179, 227, 241; Antas: 39; Capelas: 94, 211; Igreja: 93, 94, 211; Inquirições: 210 e segs.; População: 210; Procissão das Ladainhas Maiores:, N<sup>a</sup> Sra. de Lavacolhos: 72, 203; S.ra da Estrela:, 36; Senhorio: 210  
Inquirições: 126; Paroquiais: 198 e segs.  
Invasões Francesas: 224  
IP2: 51  
IPPAR: 51, 121  
Irmandade das Almas, Belmonte: 195  
Irmandade de S. Bartolomeu, Colmeal: 195  
Irmandade de S. Salvador, Misericórdia: 194  
Isabel Bidarra C. A. Frias: 196, 281  
Isabel de Castro: 140, 149, 171  
Isabel de Gouveia: 114, 117  
Ivone Feliciano: 277  
Ivone Santos Costa: 284

## J

João Adolfo dos Santos: 276 e segs.  
João Afonso Estreito: 143, 162

João Arrais de Mendonça: 217  
João Bernardo Vasconcelos e Sousa: 171  
João Cardoso Tavares, Cónego: 281, 284  
João de Caria: 217  
João da Nova: 147 e segs.  
João Fernandes Pacheco: 112  
João Filomeno dos Santos, Dr. Pres. Câmara: 271  
João Gouveia: 117, 151  
João I, D.: 127, 136, 141, 157  
João II, D.: 141, 145  
João IV, D.: 129; Caria:  
João Martinho: 271  
João Pina Soares: 277  
João Pedro Esteves: 285  
João Pereira Monteiro: 276 e segs.  
João dos Reis: 266  
João de Ruão: 187, 190  
João Ramalho: 162  
João Ricardo Soares: 286  
João Saraiva André, Dr.: 210  
João Tavares Vieira, Dr., Pres. Câmara: 281  
Joaquim Cameira Calado: 194  
Joaquim da Costa: 110, 266  
Joaquim Gomes Bartolomeu: 193  
Joaquim Gonçalves Marques: 197, 276, 284  
Joaquim Guilherme da Costa: 266  
Joaquim Jerónimo: 266  
Joaquim José Miranda: 265, 289  
Joaquim Leal Nanoura: 266  
Joaquim Pereira de Sousa: 268  
Joaquim Robalo Amaro: 285  
Jordão Vieira: 276  
Jorge Manuel S. Amaro: 285  
Jorge Sr. D.: 146  
Jornais, Belmonte: 288  
Jornal do Fundão: 187  
José de Almeida Soita, P.e: 282  
José Amaral Júnior, Caria: 194  
José Amaro: 39  
José António Soares Nunes: 288  
José da Costa: 266  
José Craveiro : 334;  
José de Carvalho, Governador Civil: 193, 279  
José Feliciano Carrola: 249  
José Gaspar: 277  
José Henriques Pereira de Sousa: 235, 250  
José Joaquim Miranda, Prof., Pres. das Câmara:  
281  
José Manuel Costa Martins, Capitão: 279  
José Manuel Vieira: 285  
José de Oliveira: 285  
José Pacheco: 234, 250  
José Pignatelli: 250  
José Pina: 266  
José Pires Calvário: 276  
José dos Santos Tavares: 197  
José Soares Amaro: 276  
José Soares Cardoso: 126  
José Soares Tavares: 275  
José Soeira: 73  
José Reis Soares: 288

José Vaz Barreiros: 271  
Judeus: 88, 252 e segs., 215 e segs.; Dra. Antonieta  
Garcia: 253; Frédéric Brenner: 253 e segs.; Elias  
António Sousa Nunes: 256; Festas: 260;  
Testemunhos de judeus, Matriarcado –  
Exclamações típicas e pragas: 26 e segs.;  
Sinagoga: 134, 263 e segs.; Samuel Schwarz:  
263  
Judite Ribeiro Gil: 276  
Junot: 126  
Júpiter: 36, 90  
Jucelino Kubitscheck de Oliveira: 155

## L

Lanifícios: 225 e segs.  
Lavacolhos: 68 e segs., N<sup>a</sup> Sra. de: 203  
Leal, Ana Manuela Gralheiro: 33  
Leal, Manuel Pereira da Silva: 44  
Leitão, Dr. Augusto Aníbal: 242  
Leitão, José Homem de Figueiredo: 181 e segs.  
Lendas: 84, 86; Cabra e cabrito de ouro: 86 e segs.,  
153; Cabra esquartejada: 90; D. Gil: 90, 92;  
Fonte Soldado: 92; Manuel de Belmonte: 93;  
Prensa: 89; S.ra da Estrela: 90  
Leone, Metzner: 162 e segs.  
Leonor Gonçalves: 117  
Lima, Baptista: 123  
Limites do Concelho: 29  
Livro dos Milagres de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança: 181  
Lopes Dias, Jaime: 188  
Lourenço Vaz: 162  
Luciano Amaro: 276  
Luís Elvas: 276 e segs.  
Luís Pombal: 266  
Lurdes Duarte Gomes: 193  
Lutas Liberais: 224

## M

Maçainhas: 70, 77 e segs., 83, 93, 102, 224 e segs.,  
242, 275; Capela do espírito Santo: 95, 116, 213;  
Confraria do Santíssimo: 195; Curato: 212;  
Inquirições: 212 e segs.; População: 212; Igreja:  
81, 95; Quinta do Monte, Quinta do meio, 212;  
Quinta Cimeira: 212; P.e Cura Manuel de Deus:  
212  
Madrid, Embaixador: 130, 174  
Malpique: 32 e segs., 179, 195, 198, 204, 245  
Manteigas: 112, 131  
Manto de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança: 188 e segs.  
Manuel Baltazar: 266  
Manuel Carvalho Vicente: 284  
Manuel Casimiro Pereira Martins: 277  
Manuel da Costa: 266  
Manuel João Gomes de Elvas: 249  
Manuel João Saraiva: 285  
Manuel I, D.: 138 e segs., 144 e segs., 165, 168  
Manuel Luís Craveiro Barroso: 277  
Manuel Marques Gonçalves, P.e: 193, 254 e segs.,  
280  
Manuel Martins, Eng.: 279

Manuel de Oliveira: 217  
Manuel Ramos Pereira: 284  
Manuel Rebelo: 217  
Manuel Rodrigues Saraiva: 173  
Manuel Vaz Barreiros: 47, 271  
Mapa do Concelho: 30  
Margarida Castro Lopes Vieira: 276  
Maria Alcina Cameira Franco Patrício, Prof<sup>a</sup>: 265, 284  
Maria Antonieta Garcia, Dra.: 253, 281  
Maria Eanes de Loureiro: 36  
Maria José Duarte: 286  
Maria José Esteves Pinto: 265  
Maria José Soares Mendes: 196  
Maria José Robalo de Sousa: 265  
Maria José Videira: 265  
Maria Manuela Martins D. Carvalho: 184, 276, 279, 284, 288  
Maria Marques Araújo Calvário: 276  
Maria da Piedade Cameira Pires Soares: 265  
Maria da Piedade Carrola: 196  
Mário Campos dos Santos: 272  
Mário Galvão Videira, Dr., Pres. Câmara: 269  
Mário Gomes: 266  
Mário Inácio Dias Duarte: 184, 265, 276, 279  
Mário Soares Amaro: 43  
Marques, António Augusto: 31, 54, 121, 130, 184  
Martim Vasques da Cunha: 85  
Martinho Gonçalves, bispo de Coimbra: 85, 104  
Martinho II, bispo da Guarda: 82  
Martinho Pais, bispo de Coimbra: 57, 66, 105  
Matapão, Batalha de: 174  
Matias, Cônego Júlio: 45, 195  
Matos, P.e Franco de: 115, 200, 253, 266  
Mazagão: 118  
Meimoa: Inquirições: 126  
Melo, Amândio Manuel Ferreira: 197  
Melos: 117, 127  
Mercados e Feiras: 201, 227 e segs.  
Mestre Afonso: 190  
Metzner Leone: 162 e segs.  
Misericórdia de Belmonte: 194 e segs., 200; 1<sup>a</sup> doação: 194; Capela de S. Domingos: 194; Capela do Espírito Santo: 194; Centro de Dia: 196; Compromisso, aprovação: 196; Hospital: 196; Irmandade de S. Salvador: 194; Lar de Terceira Idade: 196; Maria José Soares Mendes: 196; Novos Estatutos: 196  
Misericórdias e Hospitais da Beira Baixa: 196  
Monte do Bispo: 106, 203 e segs.  
Montes Crestados: 114, 131, 175  
Morgadios Belmonte: 114  
Mouros: 123  
Museu de Arte Sacra Salvador (Baía), Director do: 187  
Museu José de Figueiredo: 116

## N

Nicolau Coelho: 147  
Nicolau de Melo, Frei - missionário e mártir: 173, 218

Nossa Senhora da Esperança: Ver: Esperança, N<sup>a</sup> Sra.

## O

Olas: 40, 59, 71 e segs., 75, 102, 211; Quinta de Inguias:  
Onorato Birra: 268  
Orações populares: 291  
Orca: 114, 186  
Ordem de Avis: 144, 146, 157  
Ordem de Cristo: 144 e segs., 171  
Ordem de S. Tiago: 144, 146, 157  
Orlando Duarte Antunes: 285  
Ota, Senhor de: 128

## P

Pacheco, Tenente Coronel Abílio Matos: 187  
Panteão dos Cabrais: 102 e segs., 114  
Pároco António Rodrigues Ascensão: 279  
Pároco, P.e Franco de Matos: 115, 200, 253, 266  
Pároco José Luís Esteves de Brito: 202  
Patrício, Dr. José Alves: 196  
Património do Concelho: 306 e segs.  
Património Oral: 290  
Pedro Escobar: 166  
Pedro de Sequeira: 218  
Pedro I, D.: 85, 91  
Pedro, bispo de Coimbra: 59  
Penamacor: 114, 129  
Pernambuco: ; Chegada a: 162; Governador de: 129, 174  
Pia Manuelina: 194  
Piedade, Imagem de N<sup>a</sup> Sra. 156 (ver: Capela de...)  
Pinhal do Carrola: 122  
Pinho Leal: 45  
Pizarro, Maria da Conceição: 184  
Pombal, Marquês: 208  
População: 29, 198, 222, 228 e segs.  
Portas da Vila: 126  
Porto da Covilhã: 46  
Portomontesanto: 35  
Pousada do Convento de Belmonte: 186  
Povoamento, Idade Média: 123 e segs.  
Praça Velha: 250, 251  
Prensa: 89  
Preto, Manuel Vaz: 233  
Prior José Gonçalves Lourenço, 1758: 202  
Prior Luiz José Esteves de Brito, 1758: 202  
Prior ou Capelão Gervásio Pereira Campos, 1758: 209  
Prior ou Cura Manuel de Deus, 1758: 212  
Prior ou Cura Manuel Pires Soares, 1758: 213

## Q

Quintas do Porto: 73

## R

Rafael Morão: 276  
Ramalho, P.e Tomás da Conceição: 272  
Raúl Frazão Castelo Branco, Eng. Pres. Câmara:

289

Rebelhos: 71  
Rebello, Brito: 111  
Registo, P.e José Martins: 193, 196, 267  
Reis Católicos: 162 e segs.; Notícia do Achamento do Brasil: 167  
Renascença, estilo: 102, 103  
República: 234, 247; Inguias, 247 ; Maçainhas, Clube Luz e Progresso: 247  
Restauração do Concelho: 233  
Restauração, Guerras: 129  
Revolta dos Baldios: 227  
Rocha, Dr. António Gouveia Dias: 196  
Rodrigo de Castro: 142  
Rodrigo Fernandes, bispo da Guarda: 71, 81, 106  
Rodrigues, Adriano Vasco: 46, 92  
Românico, estilo: 101 e segs.  
Rousado, Frei António: 111  
Rui Dias Cabral: 216

## S

Sá, Ayres de: 111  
Saa, Mário: 44  
Salette Matos Correia da Cruz: 276  
Salgueiro, Arménio Barata: 196  
Sanceau, Elaine: 162  
Santa Maria de Belmonte: 95; Comenda: 94, 173, 201, 211  
Santarém: Residência/Sepultura Cabral: 168; Estátua Pedro Á. Cabral: 168  
Santo Antão: 73, 249  
Santos, Terra dos: 154  
São Brandão: 154, 161  
São Paulo, Vila de: 162; Governador de: 129 e segs., 174  
Saraiva, Prof. José Hermano: 87  
Schwarz, Samuel: 252  
Sé de Coimbra: 55 e segs.  
Sebastião Alves (Caria): 218  
Senhorio de Belmonte: 127, 129, 136, 172  
Sérgio Reis: 197  
Serra da Esperança: 31 e segs.  
Serra da Estrela: 104  
Sidonismo: 248  
Silva, J. Candeias, Prof Dr.: 114, 289  
Sinagoga: 134, 263  
Situação Geográfica: 29  
Sobral, Dr. Pedro: 54  
Sortelha: 67, 77 e segs.  
Superfície: 29

## T

Tânger: 142, 157  
Tarifa: 157  
Tavares, Prof. Joaquim Cardoso: 112, 195  
Tavares Proença Júnior: 39  
Teive, Diogo: 161  
Teófilo Duarte: 248  
Teresa de Andrade: 114  
Teresa Padês: 193  
Terra Nova: 161

Tibúrcio, bispo de Coimbra: 68 e segs., 75  
Tomar: 57  
Tordesilhas: 145, 161, 163  
Toro, Batalha de: 151  
Torre de Menagem: 125; Muralha, cerca, 126; Portas da Vila: 126  
Traça Medieval de Belmonte: 134 e segs.  
Trigais: 211  
Tulha: 201, 219

## V

Valhelhas: 55, 112, 114, 140  
Valverdinho: 76, 203  
Vargas, Dr. José Manuel: 72 e segs., 76; 96, 289  
Vasco da Gama: 142, 147 e segs., 152, 165; 4ª Armada: 168  
Vasco Fernandes de Gouveia: 117, 151  
Vasco Martins Alvelos, bispo da Guarda: 81  
Vasconcelos, Dr. José Leite de: 44  
Vera Cruz: 143, 147, 153 e segs., 165 e segs.  
Vergílio Pereira de Sousa: 268  
Vicente Hispano, bispo da Guarda: 68, 106  
Vicente Salgado: 178  
Vieira Dr. João Tavares: 196  
Vila Nova de Olas: 71 e segs.  
Vilaça, Profª Drª Raquel: 34, 121  
Visigótico, Estilo: 101

## Z

Zarco, João Gonçalves: 216  
Zeno, António: 161  
Zeno, Nicolo: 161  
Zulmira Neves: 196



## Índice de fotos

Foto nº 1 .....	36	Foto nº 30 .....	120
Foto nº 2 .....	41	Foto nº 31 .....	120
Foto nº 3 .....	47	Foto nº 32 .....	125
Foto nº 4 .....	47	Foto nº 33 .....	125
Foto nº 4A .....	50	Foto nº 33A .....	125
Foto nº 4B .....	50	Foto nº 34 .....	132
Foto nº 5 .....	51	Foto nº 35 .....	135
Foto nº 5A .....	51	Foto nº 36 .....	135
Foto nº 5B .....	51	Foto nº 37 .....	135
Foto nº 6 .....	68	Foto nº 38 .....	135
Foto nº 7 .....	69	Foto nº 39 .....	137
Foto nº 7A .....	69	Foto nº 39A .....	140
Foto nº 8 .....	70	Foto nº 40 .....	155
Foto nº 9 .....	70	Foto nº 40A .....	155
Foto nº 10 .....	73	Foto nº 41 .....	156
Foto nº 11 .....	73	Foto nº 42 .....	161
Foto nº 11A .....	73	Foto nº 43 .....	161
Foto nº 12 .....	75	Foto nº 44 .....	169
Foto nº 12A .....	75	Foto nº 45 .....	169
Foto nº 13 .....	77	Foto nº 46 .....	175
Foto nº 14 .....	78	Foto nº 46A .....	175
Foto nº 14A .....	78	Foto nº 47 .....	181
Foto nº 14B .....	78	Foto nº 48 .....	183
Foto nº 15 .....	79	Foto nº 49 .....	184
Foto nº 15A .....	79	Foto nº 49A .....	184
Foto nº 16 .....	80	Foto nº 49B .....	186
Foto nº 17 .....	83	Foto nº 49C .....	186
Foto nº 17A .....	83	Foto nº 50 .....	190
Foto nº 17B .....	84	Foto nº 51 .....	194
Foto nº 18 .....	89	Foto nº 52 .....	198
Foto nº 19 .....	89	Foto nº 53 .....	198
Foto nº 20 .....	90	Foto nº 54 .....	199
Foto nº 21 .....	94	Foto nº 55 .....	199
Foto nº 21A .....	94	Foto nº 56 .....	199
Foto nº 22 .....	96	Foto nº 57 .....	199
Foto nº 23 .....	103	Foto nº 58 .....	199
Foto nº 24 .....	103	Foto nº 59 .....	204
Foto nº 25 .....	110	Foto nº 60 .....	204
Foto nº 26 .....	113	Foto nº 61 .....	204
Foto nº 27 .....	113	Foto nº 62 .....	204
Foto nº 28 .....	114	Foto nº 63 .....	204
Foto nº 29 .....	117	Foto nº 64 .....	204

Foto nº 65.....	205	Foto nº 86.....	245
Foto nº 66.....	205	Foto nº 87.....	249
Foto nº 67.....	205	Foto nº 88.....	260
Foto nº 68.....	205	Foto nº 88A.....	260
Foto nº 69.....	206	Foto nº 88B.....	260
Foto nº 70.....	208	Foto nº 89.....	260
Foto nº 71.....	208	Foto nº 89A.....	260
Foto nº 72.....	208	Foto nº 90.....	264
Foto nº 73.....	208	Foto nº 90A.....	264
Foto nº 74.....	208	Foto nº 91.....	265
Foto nº 75.....	208	Foto nº 92.....	267
Foto nº 76.....	208	Foto nº 93.....	267
Foto nº 77.....	211	Foto nº 94.....	271
Foto nº 78.....	211	Foto nº 95.....	279
Foto nº 79.....	213	Foto nº 96.....	280
Foto nº 80.....	213	Foto nº 97.....	282
Foto nº 81.....	227	Foto nº 98.....	289
Foto nº 82.....	228	Foto nº 99.....	290
Foto nº 83.....	239	Foto nº 100.....	290
Foto nº 84.....	241	Foto nº 101.....	321
Foto nº 85.....	245		





# Apresentação

## **São memórias dos tempos, são pedras que falam, são as ruas do nosso Concelho!...**

*Foi assim que, da leitura das pedras das nossas ruas, granito genuíno, bem beirão, rude mas resistente ao tempo como o são as nossas memórias, a nossa história, concluímos que, por ser tão rica, não podíamos deixar de a **contar** o que, para além de um dever para o cidadão, é uma obrigação para os autarcas, que somos, mas não p sabendo fazer bem, pedimos a quem o soubesse, confrontando-nos então com a disponibilidade do nosso colaborador, para os assuntos culturais, Dr. Manuel Marques, que, com a dinâmica de todos bem conhecida, deitou mãos à **pena**, trazendo-nos, passado algum tempo, não muito mas o suficiente, um trabalho literário que obedecendo a um rigor histórico muito autêntico, que acrescenta também tudo o que não encontrámos, até hoje, nos registos escritos que são as nossas lendas, histórias da História, algumas fantasias mágicas, daquelas que encantam e nos levam a meditar e a sonhar o que também é preciso pois a História também se faz com sonhos.*

*Assim, nesta obra, que agora levamos ao Concelho e ao País, o autor, profundo conhecedor do nosso Concelho, traz à luz relatos de factos históricos que nunca foram assumidos como elementos da maior importância para nós, pois como todos sabemos um povo sem memórias é um povo sem história, é um povo sem referências, um povo sem identidade e somos nós, que temos, como disse, a responsabilidade de promover esses registos por forma que as gentes deste Concelho possam **honrar o seu passado, ter orgulho no presente e pensar no futuro**, pois o crescimento não se faz sem a vertente cultural, por onde tudo passa, e é aí que temos que centrar toda a nossa atenção. O Concelho merece um lugar de destaque nesse contexto, que nós estamos apostados em assegurar e é com pessoas como o autor desta obra que nos propomos fazê-lo, independentemente da importância de todos os outros **actores**, que de uma ou outra forma, contribuíram para a mesma causa com o mesmo empenhamento e dedicação, como foi o caso do Sr. Dr. António Rocha, enquanto Presidente desta Câmara.*

*O autor, Dr. Manuel Marques, debruçado, sempre muito atento, de há muitos anos a esta parte, sobre os pergaminhos da nossa história foi ligando todos os fios de seda, todas as páginas de ouro e foi reconstruindo um passado, algum muito longínquo, outro mais recente, mas sempre com o maior valor, e que nos faz sentir donos de uma memória de muito humanismo, muito valiosa, muito beirão; com uma imagem de gente boa, trabalhadora, fiel, solidária, de horizontes rasgados, também sonhadora, às vezes, mas também mal compreendida, nalguns casos! É esta história, digna de um compêndio, que o autor, muito bem, soube trazer para as páginas deste livro que, ele mesmo, será um hino ao nosso passado e que, estamos certos, honrará todos os munícipes deste Concelho, pois esta é a sua história já que cada um terá certamente uma raiz no passado que aqui é **cantado**,*

pois os **elaborados** mágicos que o autor introduziu fazem dele também uma **melodia** para todos os que se orgulham de pertencer a esta **TERRA** e as estas **GENTES**.

Somos uma janela que olha o passado com muito orgulho, um orgulho tão grande que não resistimos à feliz tentação de o **contar**.

Somos uma porta que está aberta para deixar entrar o presente, que queremos que amanhã alguém possa contar e do qual também nos queremos orgulhar!

**Somos a força de quem não quer ficar sem memórias, somos as gentes deste Concelho.**

O Presidente da Câmara Municipal



Amândio Manuel Ferreira Melo

# refácio

Durante as últimas décadas, têm-se multiplicado os estudos monográficos locais e regionais, numa redescoberta ou revalorização da memória e do património das freguesias e dos concelhos, sendo assumidos com orgulho o passado e as tradições como elementos essenciais da identidade cultural das comunidades.

Com uma história muito antiga, rica e diversificada, Belmonte não tinha ainda a sua monografia. Existia uma razão para isso. O único autor que estava em condições de a escrever, ainda não tinha decidido fazê-lo. Na ânsia de aprofundar mais e mais e absorvido por inúmeros afazeres, o Dr. Manuel Marques foi adiando a redacção do estudo que todos aguardavam, facto que acabou por se revelar benéfico para o enriquecimento da obra agora dada à estampa.

O trabalho “Concelho de Belmonte - Memória e História” não só passa a constituir um manancial de informação insubstituível sobre a notável vila beirã, como é também um exemplo de que na elaboração de um trabalho deste género não basta a competência, é preciso dedicação e amor à terra.

Com este trabalho o Dr. Manuel Marques presta mais um relevante serviço a Belmonte, onde há quase meio século desenvolve um incessante labor em prol da comunidade nas mais variadas frentes. A sua acção como pároco entre 1954-1975 marcou profundamente gerações de belmontenses, para os quais, ainda hoje continua a ser, com familiaridade respeitosa, o Padre Manuel. A sua actividade como director e professor do Colégio de Belmonte, depois Externato de Nossa Senhora da Esperança, contribuiu de forma marcante para a formação de centenas de jovens (entre os quais se orgulha de estar o autor destas linhas), a quem foram inculcados sólidos valores de cidadania e responsabilidade. A sua iniciativa para a criação de postos de trabalho na área das confecções deu frutos duradouros na fixação da população e na melhoria das condições de vida de uma comunidade até então muito voltada para a agricultura e pequeno comércio.

Em todas essas actividades, o Dr. Manuel Marques se empenhou com a determinação e o entusiasmo que o caracterizam, enfrentado muitas vezes obstáculos e incompreensões, mas sem nunca ceder um milímetro nos princípios que o norteiam.

A imagem que guardo do professor Manuel Marques é a de um homem infatigável e insatisfeito que, tantos anos volvidos, não abranda um momento na

orientação de vida que escolheu: servir a comunidade. A ele se aplicam com toda a propriedade os versos de Sá de Miranda:

*Homem de um só parecer,*

*Um só rosto e uma só fé,*

*Dantes quebrar que torcer,*

*Outra coisa pode ser,*

*Mas da corte homem não é*

No seu "retiro" voluntário de Belmonte, o Dr. Manuel Marques foi, ao longo dos anos, acumulando documentos e informações de âmbito diverso (histórico, artístico, económico, social, etnográfico), referentes quer ao concelho quer às freguesias, com o objectivo de escrever uma monografia o mais completa possível.

Todos esses elementos foram organizados de modo a constituir um quadro da evolução do concelho através dos tempos, focando múltiplos aspectos da acção dos homens no decurso da história, desde os primórdios até à actualidade.

Sempre num estilo muito vivo, num diálogo constante com o leitor, o Dr. Manuel Marques ora nos transporta aos anos turbulentos da formação do concelho, levando-nos a assistir às lutas entre os bispos de Coimbra e da Guarda, ora nos convida a penetrar nos mistérios da comunidade judaica, ou nos leva a participar nos feitos de Pedro Álvares Cabral, o ilustre belmontense, a quem justamente é concedido um destacado espaço nesta monografia. Noutras passagens, resgata do anonimato gentes humildes e simples de que nunca ninguém falou e afinal tanto contribuíram para o engrandecimento desta terra. Uma atenção particular é dada também às tradições populares, sendo apresentada uma recolha exaustiva do romanceiro tradicional e dos usos e costumes na região de Belmonte. Como se não bastasse, em anexo, foi incluído um vasto conjunto de documentos, em boa parte inéditos, que passam a constituir um núcleo de fontes imprescindíveis para futuros trabalhos, quer do próprio autor, quer de alguém que venha a surgir com arcaboço para tal.

Por tudo isto, permito-me discordar das palavras do autor na apresentação deste estudo, quando afirma que deixa um trabalho incompleto. Não só é o mais completo até hoje publicado, como é, além disso, um verdadeiro cântico em louvor de Belmonte e das suas gentes.

Lisboa, 10 de Setembro de 2001

José Manuel Vargas



## Introdução

Não era esta a história, o livro que eu queria dedicar às gentes de Belmonte e seu concelho. Belmonte, sua história e sua gente, encantaram-me desde o primeiro momento.

Tenho feito por encantar os que me abordam e por aqui passam. E não é difícil, porque visitar Belmonte, é fazer uma daquelas incursões maravilhosas na história, na história de que somos ou fomos actores reais, tal como Belmonte e sua gente foram.

Metemo-nos nas crónicas e cartas dos reis, nos documentos das chancelarias, nos testamentos feitos naquele castelo, ou perto ou longe dele. Metemo-nos na pele dos homiziados ou filhos segundos que para aqui vieram tentar sua sorte...

E o que é mais, encontramos nos monumentos, na estrutura urbana medieval, nos pequenos testemunhos, e nos nomes que sobreviveram milénios, encontramos a história que está escrita, ou encontramos a tradição que o povo ainda nos revela, pela palavra e por alguns ritos que restaram.

Envolver-nos nesta história verdadeira e de magia que, pelo inédito e originalidade, nos colhe de surpresa e encanta é bem diferente de pensar naquela história que quase éramos obrigados a aprender nas escolas. A história que nos encanta é a nossa história.

E quando os visitantes ou estudiosos de Belmonte e seu concelho são mais conquistados pela sua história e memória, é quando pressentem que também podem fazer parte desta história ou duma história semelhante, com outros lugares e outros nomes.

Mas, repito, não era esta a obra que sempre desejei escrever e oferecer à gente de Belmonte e seu Concelho.

Quería uma obra mais elaborada, o melhor que eu pudesse.

Várias circunstâncias que não consegui vencer fizeram com que este trabalho tivesse de ser apresentado tal como vai.

De muitos trabalhos feitos, por diversas vezes, alguns desde há muito tempo, deles foram recolhidas partes, outros modificados ou actualizados.

Era necessário ter feito outras investigações que já trazia em vista e outras que sempre surgem, umas debaixo de outras, quando procuramos aprofundar e finalizar um trabalho mais completo que este.

Precisava, depois, de fazer uma selecção, evitar quanto possível repetições não justificáveis que se encontrarão. Não pude.

Fica um trabalho de si incompleto e que pode começar a completar-se já amanhã, já hoje.

Fica um trabalho que pode servir para provocar outros mais completos, mais profundos e fundamentados. Por isso deixo as fontes que outros poderão consultar.

Belmonte, como se verá por este mesmo trabalho, tem problemas históricos e indícios que podem levar a outros estudos.

Não é este o livro que queria deixar à gente de Belmonte e seu Concelho. Mas é o que as circunstância permitiram que deixasse. Aí fica. Agora é de todos, é mais uma coisa de Belmonte que é de todos.

Em séculos da Idade Média e ainda no século XX, as gentes de Belmonte, aparecem amontoadas em números, sem nome, sobretudo em grandes feitos.

Aparecem nos vizinhos, moradores nas aldeias e vilas e dentro daqueles a que são aforadas terras. Aparece o que têm de pagar de foro, isso. O que têm de pagar, o que têm de servir.

Aparecem representantes do povo e concelho, estes sim, com nomes, a fazer juramento de fidelidade aos bispos de Coimbra, senhores do concelho e mais.

Na expedição a Ceuta, o primeiro Cabral alcaide de Belmonte aparece com sua gente e seu bens. Os bens vieram das rendas e foros pagos pela gente de suas terras, pelos rendimentos da alcaidaria. Só o seu nome e o de seu filho são conhecidos e inscritos nas crónicas. As gentes que os acompanhavam não constam mas são gente. Os bens com que forneceram seus homens já tinham sido das gentes porque delas já recebidos e arrecadados.

Fernando Álvares Cabral, que viria a ser o segundo alcaide de Belmonte, fica em Ceuta. É o primeiro que “matou mouros a cavalo”. Isto é relatado nas crónicas como grande feito de assinalar. Quem crê que ele se meteu sozinho por terras de mouros e sozinho fez a emboscada ou algara? E quantos o teriam acompanhado e que não se celebrizaram com este feito dado como de grande arrojo e glória? Gente sua? Não há mais nomes. Mas houve de certo mais gente de Belmonte, digo eu!

O mesmo Fernando Álvares Cabral, guarda-mor do Infante morre na defesa deste, frente a Tânger. As crónicas relatam o facto. Quem estava com ele? Quem continuou a defesa do Infante? Sabe-se que morreram mais. Sabe-se.

Há cartas de el-rei a compensar sua viuva e filhos. E outras viuvras e filhos? Nomes? Ora nomes!...

Em Mazagão, Fernão Álvares Cabral III bate-se na defesa da praça com cem homens seus. Quem levantava a bandeira branca e amarela? Quem dos seus homens combatia a seu lado? Querem nomes? – Querem o impossível para uma história que tem de apresentar factos, ligação entre causa e efeito; razões e consequências; salientar quem alimentava a guerra de homens e bens. Isto, homens e bens, como era possível nomear? Mesmo assim, temos nesta história algum orgulho.

Quando sabemos de um nome que escapou ao anonimato, na expansão, investigamos e pouco ou nada encontramos do que fez. Ou não há nomes ou há nomes servidos a seco, sem mais nada.

E às vezes seria isto que daria mais sabor à história e nos responderia ao que nela procuramos.

Por isso, para o século XX, chegarei ao exagero de dar nomes de gente do povo. Que, mesmo assim, não passam de nomes com os quais poderiam emparceirar muitos mais. Isto para fazer vingar uma história mais nossa e a ideia de que cada vez mais a gente anónima tem intervenção na história à nossa volta. História de gente viva, ascendentes de gente viva, história mais nossa. A história dos pequenos ajuda a entender que sempre os pequenos estiveram na trama e na teia dos factos históricos mais marcantes.

Isto fará ainda com que apareçam mais testemunhos, alguns de certo modo revoltados e com razão.

Porque, se se falou desta gente, porque não se falou doutros tantos que também fizeram o mesmo, entraram nas mesmas acções e lutas? – Não se falou porque a história oral está mesmo à espera desses testemunhos e desses nomes, que procurei e me não revelaram. Porque, muitas vezes, se anda a perguntar, a perguntar, a arrancar nomes, factos, e não aparece quem diga qualquer coisa. Parece que viveram sem nada se passar à sua volta.

Mas os nomes e factos aqui nomeados despertou-lhes a memória, e a história oral vai ficar mais completa e linda.

Contem o que sabem, escrevam. Ou mandem para cá aquilo de que se lembram. Falo para os que dizem: - «Oh! Coisas como estas também eu sei. E até melhores!»... Só quer dizer que faltam as melhores para uma melhor história.

Este trabalho, por várias razões não ficou como eu desejava. Mesmo como eu desejava, era impossível ficar completo. Mas pode, por mim ou por outrem, vir a aperfeiçoar-se.

Belmonte, 7 de Outubro de 2001

Manuel Marques

## Situação, superfície, limites

Belmonte é uma vila e sede de concelho. O concelho é o mais a norte da velha província da Beira Baixa e do velho distrito de Castelo Branco. Limita, a Nascente com o concelho do Sabugal, a Sul com o do Fundão e Covilhã, a Ocidente igualmente com o da Covilhã, e a Norte com o da Guarda.

Tem cinco freguesias: Belmonte, sede do concelho, com a anexa Gaia de Belmonte; e a localidade da Estação de Belmonte; a vila de Caria, com as anexas de Malpique e Monte do Bispo; Colmeal da Torre; Inguias, com a anexa de Carvalhal Formoso, Trigais e Olas; e Maçainhas, com os aglomerados da Quinta Cimeira, Quinta do Meio e Quintas do Monte. O concelho perfaz, na totalidade, a área de 133,24 Km<sup>2</sup>.

A povoação dos Trigais, como religiosamente andou ligada à Bendada, embora pertença a Belmonte, foram para o Sabugal e ou para Belmonte, conforme a conveniência.

A vila de Belmonte está situada a uma altitude média de cerca de 625 metros, no lado Norte do inselbergue de Belmonte que termina a Tecla da Gaia, e um dos mais evidenciados nesta zona de fracturas sucessivas e quase paralelas que descem do planalto da Beira Alta para a Cova da Beira. Os cursos de água seguiram essas fracturas, a erosão e o assoreamento causaram e alargaram os vales entre estes testemunhos (teclas) que descem do planalto da Beira Alta para a Beira Baixa. Nestes vales começa a Cova da Beira, de que o concelho de Belmonte faz parte.

Os cursos de água mais importantes são o Rio Zêzere com seus afluentes (Ribeira da Vela, ribeira da Teixeira e depois ribeira da Gaia), a Norte e Noroeste de Belmonte; são as Ribeiras de Maçainhas e das Inguias, e depois as Ribeiras de Caria, a Nascente e Sul.

À volta destes cursos de água se situaram as povoações do concelho, com excepção da sede, a vila de Belmonte que ainda está no alto, mas vem já começando a descer<sup>1</sup>.

## População

Em 1974, a população era de 6.330 habitantes. Passou para 6.765 em 1981. Atingiu 7411 em 1991. Em 2001 é de 7591.

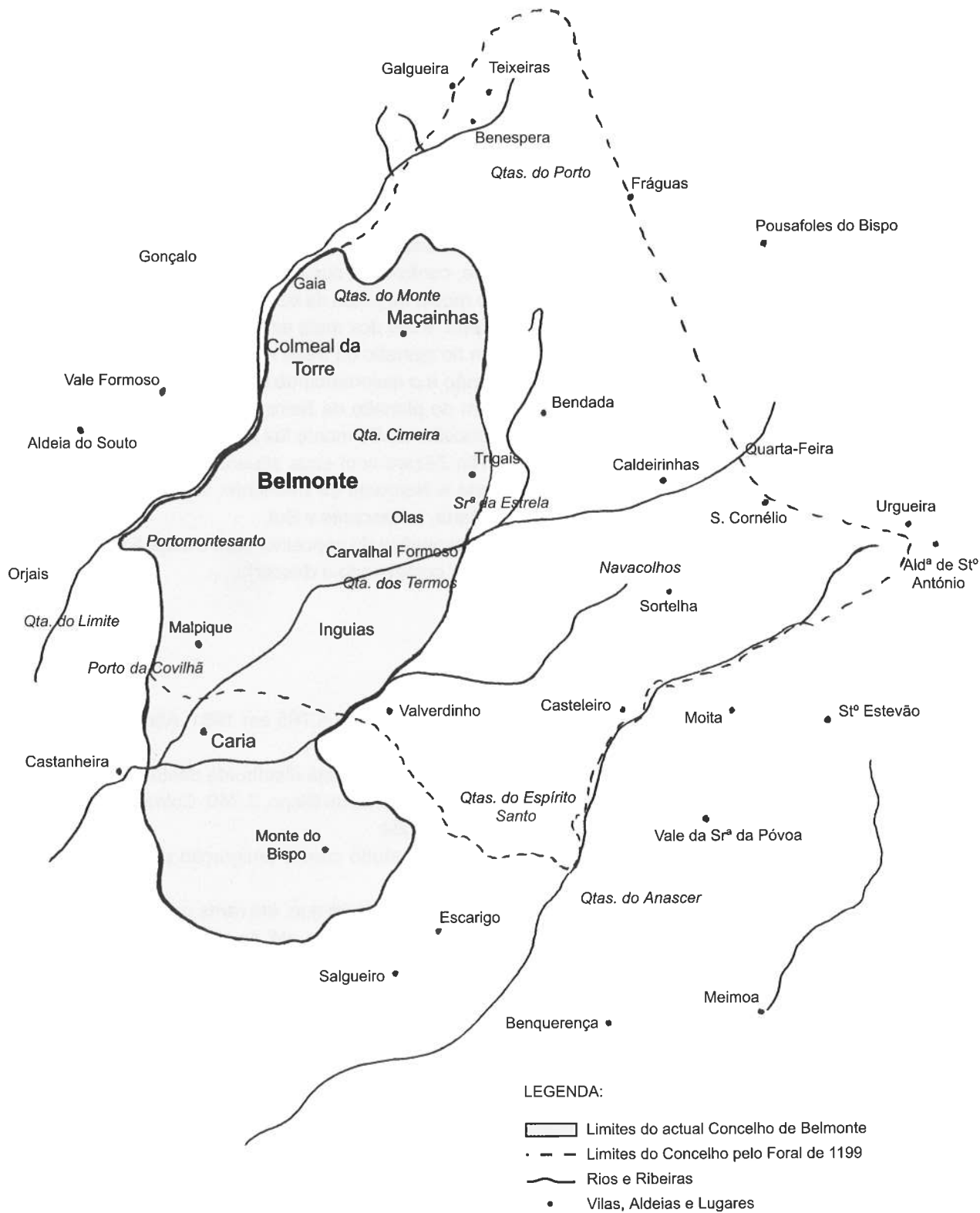
Nesta data, e já com dados do Censo de 2001, a população está distribuída deste modo:

Belmonte e Gaia, 3.227 habitantes; Caria, Malpique e Monte do Bispo, 2.240; Colmeal da Torre, 894; Inguias, Carvalhal Formoso e Olas, 846; Maçainhas, 384.

A população baixou nos anos entre 1960-1970, sobretudo com a emigração para a Europa Central, sobretudo para França.

Era uma população que se dedicava basicamente à agricultura que, em raros casos, dava mais do que para uma difícil subsistência. Daí que muitas terras tratadas até ao total aproveitamento, foram abandonadas.

<sup>1</sup> Garcia, Maria Antonieta; "Os Judeus de Belmonte – Os Caminhos da Memória"; pp. 22, 23





## Belmonte de dois Castelos

### O Castelo Medieval e o Castelo da Serra ou Castro da Chandeirinha

O General João de Almeida<sup>2</sup> colocou na Idade do Ferro o início da ocupação humana no espaço onde hoje se levanta o castelo medieval de Belmonte.

Alguns autores acusam o General de ter visto castelos e castros por todo o lado. Aqui em Belmonte não os viu todos.

Os arqueólogos não encontram, por vezes, sinais concretos que reforcem estas afirmações ou referências.

No caso do castelo de Belmonte, nem admira, pois que muitos povos já terão revolvido o local para o habitar e porque as escavações feitas incidiram só em parte da zona do castelo e em muito pouco, quase nada, da zona que o envolve.

Dentre o pouco que se escavou na zona envolvente, poderemos referir o que apenas foi feito: as escavações à direita da saída da porta Nor-Nordeste. Falaremos disto quando tratarmos expressamente do castelo medieval.

Neste se fizeram escavações arqueológicas orientadas pelo Arqueólogo António Augusto da Cunha Marques, que, no "Relatório de Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte", terminado em 1993, diz, nesta altura, que recolheu elementos "que podem testemunhar uma ocupação desta elevação no período da dominação romana, ainda que muito ténue, mas de algum modo suficiente para inferir uma origem romana para o castelo".

Neste castelo não se encontraram, em escavações feitas até à data referida, sinais de ocupação da Idade do Ferro.

No lado oposto ao castelo da vila, no monte que precisamente se chamou Serra de Montes Crestados e que hoje se conhece por Serra da Esperança, há um outro castelo, que o povo chamou e chama "Castelo da Serra" para distinguir do Castelo Medieval de Belmonte.

Este Castelo da Serra permaneceu na tradição oral com este nome e, nunca se confundiu com o castelo da vila.

As escavações feitas, entre 1992 e 1994, no castelo medieval,<sup>3</sup> não encontraram, porém, elementos para provar a ocupação deste espaço, nem na Idade do Bronze nem na Idade do Ferro. É que as muitas destruições e transformações, feitas durante séculos e milénios neste castelo, misturaram os sinais de ocupação de várias épocas.

Portanto, as escavações arqueológicas feitas até hoje apuraram apenas que houve aqui, certamente, ocupação romana.

Mais ainda, no antigo Pinhal do Carrola, a Norte da vila e do Castelo Medieval, a quando das escavações feitas para a construção do Bairro que aí existe, a máquina de remoção de terras destruiu os alicerces de uma construção romana, quadrangular, de cantaria de granito bem aparelhada. Foi perto de 1986.

A destruição foi feita conscientemente e o mais rapidamente possível pelos operadores para que nada nem ninguém fossem impedir o prosseguimento das obras.

Alertado por pessoa estranha ao serviço mas de consciência do valor da consumada destruição, só encontrei os fundamentos desta, as cantarias, parte amontoadas parte já vazadas em aterros para terraplanagem, e muita cerâmica inequivocamente romana.

Era a base de uma atalaia romana posteriormente reaproveitada, em lugar avançado em relação ao castelo actual? Seria *podium* de um templo? Seria?

Agora não é senão mais um pequeno segredo enterrado em Belmonte. Mas aproveito para dizer que a tradição também falou na existência de uma atalaia neste belo monte.

<sup>2</sup> Marques, Manuel; "O Castro da Chandeirinha de Belmonte - Proposta para Classificação", 1986, pp. 12 a 16.

<sup>3</sup> Marques, António Augusto da Cunha; Relatório das Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte, 1994, p. 39.

## **O Castelo da Serra ou Castro da Chandeirinha**

Como é que o povo guarda tanta história, naturalmente, sem a exigência da ciência exacta? Por intuição? Por que força se entrosa e mantém na tradição? - Será por qualquer coisa muito forte que se manteve e mantém nas terras e na gente de Belmonte?

Em 1982, foi levado pela indicação da caseira do Convento de N<sup>a</sup> Senhora da Esperança, Estela Barroso, a que alguns ainda chamavam ermitoa e última deste nome, que soube da existência do referido castro e do melhor acesso para lá chegar.

“Assim umas pedras ou muros antigos... no cimo de um monte...”

- “Ah! O castelo da Serra?! O melhor é ir pela Chandeirinha. Fica mesmo por cima”.

Pelos lados da Chandeirinha e com informação precisa da caseira desta outra Quinta, foi fácil chegar ao castro e identificá-lo.

Ambas as informadoras falavam de “castelo” mais exactamente “Castelo da Serra”, “assim como que umas paredes já muito esbarrondadas, e montões de pedras, donde já tinham sido tiradas muitas, muitas, para muros que estão por ali,... e que, ultimamente, tinha por lá passado uma máquina grande e esbarrondara ainda mais”.

- E fontes? Havia alguma fonte perto ou dentro desse castelo?

- Sim, um pouco abaixo, aqui para os lados da Chandeirinha, “havia uma já quase arrasada”.

Foi isso que encontrei. Fiz diapositivos e fotos, recolhi alguma cerâmica que guardo, e voltei lá em 1984. Era um castro entre tantos outros à volta de Belmonte, e, como tantos, abandonado e ameaçado.

O Castelo da Serra mostrava ainda dois núcleos distintos.

O central “é o núcleo mais evidentemente observável”.

## **Localização do Castro - (3.000 anos a. C.)**

Para melhor localização e em relação ao castelo medieval da vila, pode dizer-se que “com centro no ponto mais alto da Serra da Esperança, 721m, o castelo de Belmonte encontra-se na direcção NNE, à altura de 625m, enquanto que o Castro da Chandeirinha, no núcleo central, mais alto, identificável, se situa no oposto, SSO, à altura máxima de 649m, mas desenvolvendo-se a partir dos 634m”.

“A partir da povoação de Malpique, encontra-se a Norte; e, com referência ao núcleo habitacional da Quinta da Chandeirinha, situa-se a Oeste”.

Aqui se encontram os maiores vestígios de muralha, em parte coberta de terra e parte de pedra à vista, com certa abundância e, na maior parte, desmoronada. Alguma pedra, porém, ainda está visivelmente montada e orientada, dando a ideia do sentido que a muralha seguia.

“Esta muralha foi rompida por uma máquina de terraplanagem pelo lado Norte, e notam-se, desta defesa construída, as ligações às rochas, aproveitadas para defesa natural, completando assim a fortificação”<sup>4</sup>.

Lamentando a desgraça da destruição, a máquina, contudo, pôs a descoberto materiais cerâmicos, alguns semelhantes aos de outros castros dos arredores, nomeadamente Orjais, Covilhã Velha, Sortelha Velha, e Bendada, mas não encontrei cerâmicas romanas.

Do lado Sul e Sudeste, os sinais de muralha são menos notórios e o declive mais abrupto”.

“O interior deste núcleo é mais ou menos plano. São pouco visíveis aqui os materiais de construção (pedras), mas são abundantes as poças, conchas ou malgas, como o povo diz, nas rochas graníticas...”<sup>5</sup>

Estas poças, também são chamadas “marmitas de gigante” em comparação com outras formadas por acção de quedas de água, e por outros nomes. Sendo embora aqui explicáveis pela erosão, continuam misteriosas no seu sentido histórico e social.

Algumas do Castro de Belmonte têm formas gigantescas e enigmática, e sinais claros de terem sido aproveitadas pelo homem.

Quase no meio do núcleo central deste castro, está uma pedra jacente, semelhante a uma mesa com várias destas concavidades, muito semelhante, até pela posição, à que se encontra no Centro do Castro de Orjais.

<sup>4</sup> Marques, Manuel; Idem – Proposta para Classificação”; 1986 p. 12 e segs.

<sup>5</sup> Id., Id., Id.

## **Terra de Gigantes e de Mistérios**

Não estou ainda a falar do Gigante das Beiras, nem dos mistérios que envolvem a Torre de Centum Cellas, mesmo depois das últimas escavações. Falo ainda do Castelo da Serra, de Belmonte.

A pedra ainda colocada no centro do castro pode ter interpretações simbólicas variadas para além do possível uso.

Mas o que mais admira, aqui, é a profusão e a grandeza das marmitas. São maiores e mais abundantes do que as conhecidas em sítios semelhantes.

Algumas, como já disse, apresentam sinais de ter sido adaptadas e usadas pelo homem, possivelmente para moinhos de pilão e, por vezes, há sinais (rastros na pedra) de o trabalho ser feito numas destas concavidades e ser continuado noutras quase unidas.

O segundo núcleo do castro “não se apresenta com limites tão manifestamente identificáveis em toda a sua extensão”. “... são, contudo, patentes as ligações, embora em ruína, de muros de pedra, sobretudo junto e entre rochas incorporadas na muralha, completando assim o sistema de defesa.”

Este provável complemento de defesa foi feito em época diferente da do núcleo central do castro?

Este núcleo desenvolve-se entre as cotas 634 e 646, a Oeste do núcleo central identificado atrás, e é atravessado pelo caminho entre a Chandeirinha e o Convento, precisamente o único caminho de acesso, até há pouco, e comum para um e outro lado da serra.

As características deste núcleo são:

1. Os amontoados de pedras, possíveis restos... de primitivas habitações já muito desconjuntadas e ou muralhas.
2. As covas e moinhos de pilão, aqui mais abundantes e muito grandes.
3. Rochas muito grandes, de forma zoomórfica mais ou menos evidente, obras pela natureza, originais, portanto, e de rara beleza.
4. Nalgumas destas gigantescas rochas, pode ter-se juntado o trabalho de intenção estética e metafórica do homem. Das pinturas rupestres do Côa às do Fratel e castros em redor, e até aqui, a numerosos castros como este, - quem afirma que não há outros mistérios, outras culturas? Outros processos de manifestar cultura?

Aqui há gigantes petrificados, mistérios culturais, ou belezas naturais, e tudo tem estado ignorado, e sem nome.

Por isso, seguindo as sugestões, aponto blocos graníticos megalíticos que podem chamar-se “Ave no Ninho”, “Animal Deitado”, “Exército em Batalha”.

Nestes dois últimos pode ter havido uma intenção estética, religiosa ou social.

Mais confusa é a “Pedra Vermelha”, “onde sulcos parecem organizados e diferenciados para o desenho de animais” ou para outra mensagem misteriosa.

Mas... a erosão, foi ela que tudo fez ou que apenas alterou um trabalho artístico, religioso ou de comunicação? - Ou foi o contrário? - Foi o homem que se aproveitou da erosão para a trabalhar à maneira da sua intencionalidade?

A gente mais antiga mantinha esta tradição, e chamava simplesmente Castelo da Serra ao Castro que ainda se distinguia junto das casas da Quinta da Chandeirinha.

De hoje em diante, nem as gerações mais novas vão perder a tradição de que na Serra da Esperança, antigamente chamada de Montes Crestados, havia dois castros, um de cada lado, pois era esta a tradição mais completa, e que, se no lugar do Castelo Medieval não se tem podido provar a existência de uma defesa anterior aos romanos, é certo e é evidente que o Castelo da Serra é um castro provavelmente da Idade do Bronze (3.000 anos a.C.), e ainda lá existe, apesar das destruições sofridas. Isto dizia eu em 1986. Hoje já se avançou porque o pedido de classificação trouxe ao local uma especialista.

## **Dum povoamento pré-histórico ao enquadramento geomorfológico**

Sigo as informações de Ana Manuela Gralheiro Leal, que diz em resumo: “Observando a serra mais de perto, verifica-se por toda a parte a rocha a aflorar: granitos em blocos isolados de formas caprichosas em maciços de blocos amontoados”.

“Nas paredes dos blocos são muito variadas as formas que resultam da degradação dos componentes minerais e da decomposição das rochas; grãos soltos, escamas, caneluras e pequenas bacias; buracos de várias formas e tamanhos, desde pequenos alvéolos, nichos, até entradas consideráveis de grutas,

“À medida que subimos a vertente, os amontoados de blocos de recorte acastelado adensam-se... Sabemos que a acção dos climas temperados sobre os granitos, leva a vários processos químicos, nomeadamente à hidratação dos feldspatos, arenização dos quartzos, e esfoliação das micas...”

“Nas regiões de climas tropicais, a rocha esfolia-se e vai-se arredondando à medida que se soltam lascas, à semelhança de uma cebola, dando origem às *meias-laranjas*, *pães de açúcar*, e *inselbergues*”.

“Pelo que fica descrito, em Belmonte são bem nítidos os processos químicos característicos das regiões temperadas, havendo contudo rochas, por vezes de grande volume, que pela sua forma arredondada nos remetem para um paleoclima de características tropicais.”<sup>6</sup>

É neste contexto geomorfológico que se encontra o Castro da Chandeirinha.

Numa primeira visão da reputada especialista Prof<sup>a</sup> Doutora Raquel Vilaça, está identificado como um povoado do Bronze (3.000 a.C.). Independentemente da intervenção intencional humana na natureza acabada de descrever, pela razão história já certificada, e por razões de conservação da natureza e da singularidade do Inselbergue de Belmonte no enquadramento geomorfológico da região, este local deve ser estudado, preservado e valorizado.

### **Valor cultural colectivo deste castro**

Para além do valor cultural e histórico deste castro para Belmonte, e do valor que os materiais existentes possam dar para o conhecimento do homem que aqui habitou, este castro tem um valor de relação com os muitos existentes à volta: Orjais, Covilhã Velha, Argemela, Bendada (este ainda dos mais visíveis), Capinha, Sortelha Velha (em círculos concêntricos, original), Barrelas, junto de Valhelhas e onde há também o Castelo Deladeiro ou Redadeiro ou Derradeiro (que pode significar o último de uma série), Gonçalo (Castelo dos Mouros), Vale Formoso, com o tão enigmático Castelo das Patoetas, acima da povoação.

O trabalho feito por mim próprio para pedir, em 1986, a classificação do Castro da Chandeirinha fez pelo menos com que, recentemente, em 1997, a especialista do Bronze, a referida Prof<sup>a</sup> Doutora Raquel Vilaça, o visitasse, numa primeira impressão o atribuisse à Idade do Bronze Final, e se propusesse ela própria a orientar a sua pesquisa e estudo.

A Câmara de Belmonte pretende vir a apoiar este estudo, e começou a fazer diligências nesse sentido, em 1998. Será necessário encontrar entendimento com o proprietário, Eng<sup>o</sup> António Rebelo de Andrade.

A simples e insistente referência, sempre existente na tradição popular de Caria, sobre o Castro de “São Giraldo” levou a mesma especialista a identificar não um mas até dois castros no Monte de São Geraldo. Estes, porém, não parece oferecerem, para já, uma justificação para exploração. Não apresentam, no que foi dado observar, sinais de monumentalidade, e os seus contornos, sem visíveis muralhas, foram difíceis de definir, devido também ao estado do terreno. No entanto aqui foi recolhida uma pedra moente de moinho manual.

### **A Força da tradição faz identificar os Castros**

Foi, seguindo a tradição e o caminho que nos foi indicado por mulheres conhecedoras da tradição, que se identificou o Castro da Chandeirinha.

Foi seguindo a tradição persistente do povo de Caria que se identificou o castro (dois em vez de um) de “São Giraldo”.

Mais uma vez a tradição mostrou autêntico valor e é preciso ouvi-la e atijá-la. Sem ela, o pequeno concelho de Belmonte perdia muito da grandeza que ainda possui: a cultura.

O mesmo acontecerá com as muitas lendas que correm por estas terras. Até por isso, e porque a história lhes segue o rasto e as confirma muitas vezes, havemos de as registar.

<sup>6</sup> Leal, Ana Manuela Marques da Costa Gralheiro, in “*Inselbergue de Belmonte: possível origem e evolução*”, 1989, Belmonte.

Outras vezes, é a história que nos leva a perguntar se não haverá alguma tradição que a ela se ligue. É o caso de *um local sagrado num Monte Santo*.

### **Um local sagrado num Monte Santo está na história mais antiga de Belmonte**

Acima chamei sagrado a este local. Agora chamo santo a todo o Monte.

É fácil algumas das tradições e das verdades mais antigas irem sendo alteradas e até esquecidas.

Esta, de que este monte ou serra era sagrada foi uma das esquecidas. Por aqui, há outro monte santo.

Embora em Belmonte exista a tradição de uma capela em honra de São Cornélio, referida para os lados de Colmeal da Torre e Torre de Centum Cellas, parece que não é este o Monte de Belmonte ou perto que é referido como Monte Santo nos forais citados. Este Monte Santo será ou o de São Cornélio ou outro (Fráguas?) onde ultimamente se diz ter-se descoberto um santuário rupestre. (Anexo nº 1)

Se os Montes Crestados de Belmonte também terão sido santos ou santificados, será por outras razões.

O topónimo de Monte Santo não se conhece notícia dele, mas há um de “Portomontessanto” que também aparece em documentos medievais, relativo ao Concelho de Belmonte, na divisão com o Concelho da Covilhã, junto ao Rio Zêzere.

O mais antigo nome que se conhece, se não era tudo conhecido por Belmonte, é de Montes Crestados. Isto tem sido atribuído ao facto de aqui existirem dois castros ou crastos. Mas há quem pense que Crestados vem de aqui haver muitas colmeias e, portanto, muita cresta. A mesma razão do topónimo Colmeal, portanto. Acrescenta-se o facto de, no tempo de Fernão Cabral I, D. Afonso V ter coutado os Montes Crestados, ter proibido a colocação de uma colmeia que fosse, e ter nomeado para Couteiro mor precisamente o pai de Pedro Álvares Cabral.

Também se sabe como de Montes Crestados se passou a chamar Serra da Esperança. No século XVI, aí se construiu ou reconstruiu, por determinação de D. Jorge Cabral, sobrinho de Pedro Álvares Cabral e Vice-rei da Índia, um convento em honra de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança.

### **Belmonte - Monte de Guerra ou do Deus da Guerra?**

Sabemos que, mesmo quanto à origem do nome **Belmonte**, há opiniões diferentes. Uns afirmam que é apenas pela beleza do monte visto de longe: (belo monte).

A razão, aqui, estaria ligada ao facto de ser um inselbergue (monte ilha), dos mais belos, e característicos, numa das teclas formadas pelas fracturas efectuadas na descida do planalto da Beira Alta para a Cova da Beira, a Tecla da Gaia.

Será também pela beleza do panorama que de Belmonte se desfruta sobre toda a Cova da Beira e em redor, sobre a vertente Nascente da Estrela, Vale do Zêzere, e pequenas serras sucessivas a Oriente e Sul, marcas velhas da geomorfologia típica da região, como vimos.

Mas há, e é o mais comum, quem atribua a origem do topónimo **Belmonte** ao facto de este monte ter sido fortificado pelo menos com dois castelos, e talvez mesmo com um culto ao deus da guerra (por isso *belli monte* = Monte de Guerra), com templo ou não ao Deus da Guerra que nem pesquisas nem acaso até hoje identificaram com exactidão. Bellimonte (Monte da Guerra) daria - Belmonte.

Belmonte passaria a designar o local onde se situa esta vila que durante algum tempo, na Idade Média se chamou Castro de Belmonte e Castelo de Belmonte, enquanto a designação de Montes Crestados - provindo de Castrados (isto é, com castros), Crastados (por metátese), e depois Crestados ficaria ligada à Serra de Montes Crestados, depois da **Esperança**.

### **Monte sacralizado ainda antes dos romanos ou só com estes?**

De qualquer modo os Montes Crestados parecem estar ligados desde há muito tempo à guerra e manifestações religiosas, cultos pré-romanos e depois romanos e até cristãos, o que não é de admirar se nos lembrarmos da sacralidade atribuída a montes deste género, e cada vez mais, por exemplo, a Monsanto da Beira, onde até prevaleceu o nome de Monsanto a Monte de Guerra, embora seja tido como certa, aí, a existência de um templo romano, além da prática ainda actual de ritos que

lembram o culto à Fertilidade, sobretudo feminina.

Belmonte, Monte de Guerra ou de Marte, ou Monte Santo, com templo ou sem templo, porquê?

Primeiro porque o espaço, aberto ao céu e ao sol e à fértil planície, assim como os cumes de montes que à volta se conhecem como fortificados, poderia ter sido utilizado como lugar de culto ainda antes dos romanos, quer a um deus da guerra quer a um deus da fertilidade, frequente entre os povos lusitanos.

Depois porque, junto ao Castelo da Serra, ou talvez mesmo ainda dentro de um dos seus reforços de defesa, há um pequeno nicho, na concavidade de uma rocha e que, bem evidente, acentua ainda esta concavidade que é mesmo um pequeno e rudimentar abrigo natural, voltado para um espaço ainda bastante plano, apesar da erosão.

Esta é mais uma razão para que, um dia, se venham a fazer investigações arqueológicas no local.

Para já, e antes de dizer seja o que for dos Lusitanos, quero aproveitar para lembrar a sua religião, porque isso pode dar a ideia também do interesse que possa ter a investigação do Castelo da Serra e de outros.

Os Lusitanos adoravam muitos deuses. Adoravam a natureza nas suas manifestações e as forças da natureza: rios, fontes, bosques, montes, altos promontórios, ventos, locais dominadores de espaços, espaços abertos ao céu, ao sol, aos astros.

Belmonte, ou Monte do Deus da Guerra, pode ter sido sacralizado ainda antes dos romanos.

E não termino sem fazer uma referência, e só referência, ao facto de, bem perto, no Ferro, se ter encontrado uma ara ao deus Arentius Ocelaecus, que, segundo J. Alarcão, “era certamente protector de um povoado Ocellum.”<sup>7</sup>, e que seria um deus dos autóctones.

O lugar não está tão longe da Serra da Esperança, o nome de Santo Ocelo é dado também a Centum Cellas por alguns autores e povoações, embora na verdade, a tradição deste topónimo, nas gentes do Colmeal da Torre, seja Cellas e não Ocelo. Porque razão? A de uma tradição popular que atribui a ideia de prisão com cem celas à origem e função da Torre e que prevaleceu sobre outras tradições mais antigas?

Mas, deste lugar, falarei mais à frente.

### **O Monte Santo entra já canonizado na Idade Média**

Cheguemo-nos agora à Idade Média, quando foi escrito o foral de Belmonte. Já antes do foral, havia em Belmonte e Covilhã igrejas que pertenciam ao Bispo de Coimbra. Há quem chegue a colocar nesta serra a sede da igreja medieval de São Tiago de Belmonte (séc. XII).

Outros colocam a hipótese de que, antes da fundação do Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, já haveria na serra uma ermida. Está provada a existência desta ermida.

“A sacralização do local iniciou-se por obra de Álvaro Gil Cabral e sua mulher D. Maria Eanes de Loureiro que sucederam a Ayres Cabral na governação de Belmonte e nesse lugar (Montes Crestados) criam uma ermida... - muito possivelmente e principalmente - como modo de assinalar a posse identificada de terra, dedicando-lhe mercês e ermitães”<sup>8</sup>.

Não se sabe quando é que aqui começou a sacralização cristã. Sabe-se melhor, por exemplo, na Senhora da Estrela, nas Inguías, onde a pedra de altar da capela foi colocada sobre uma ara a Júpiter, com a inscrição voltada para a parede. Hoje esta ara foi retirada de debaixo do altar e posta à vista e ao lado do mesmo altar. (Foto n<sup>o</sup> 1)



Foto 1 - Ara consagrada a Júpiter, sobre a qual foi colocado o altar cristão, e, agora, é pedestal da Sr<sup>a</sup> da Estrela, “a nova”

<sup>7</sup> Alarcão, Jorge de, *O Domínio Romano em Portugal*. p.85.

<sup>8</sup> Carvalho, Artur Manuel Aires Mendes de, *Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança de Belmonte*, p. 8; citando Bigotte, José Quelhas, *O Culto de Nossa Senhora (...)*, p.102.

Por enquanto, não se afirmam outros testemunhos mais concretos de cristianização. Mas as recentes escavações à volta do Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança (já em 2000) revelaram elementos arquitectónicos de uma construção mais pequena que a do convento. Mais simples, mas com o essencial para os frades e para os transeuntes. Alguns destes elementos líticos, colunas, colunelos, bases, são de granito mais fino do que o utilizado no claustro, e alguns destes materiais foram encontrados debaixo do centro do mesmo claustro. São idênticos a outros elementos arquitectónicos existentes pela vila de Belmonte, e a outros já recolhidos à entrada do castelo. Serão só de origem cristã estes elementos de construção ou a própria construção a que pertenceram? Seria bom saber desses elementos e estudá-los.

Mas convém lembrar que, até há pouco tempo, havia uma construção, a centenas de metros a Sudoeste do convento, e ao lado direito de um caminho de pé posto, pouco subido, que passava à porta da ermита, em continuação do caminho que, de Belmonte e Santo Antão, levava ao mesmo convento.

Toda a gente lhe chamava Capela de São José. Falo do que vi em 1955/56. Pode ter sido feita antes dos frades e por estes aproveitada. Pode ser a referida por Artur Carvalho e Quelhas Bigotte, como anterior ao século XVI. Naquela data, esta construção era bem reconhecida nos seus alicerces, ainda com cerca de um metro, metro e meio, de altura.

É um dos lugares donde se desfruta uma panorâmica mais completa sobre a vertente Nascente e Sudeste da Serra da Estrela e do fértil Vale do Zêzere. Não deve ser posta de lado a ideia de ter sido um posto de atalaia, sem fazer pesquisa no local; mas que o local era maravilhoso para a contemplação e elevação a Deus ou aos deuses, também é certo.

Mais recentemente ainda do que as escavações feitas no Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, mandou-se fazer desaterro no lugar onde havia o terreiro das festas e merendas, sobretudo pela festa de Santo Antão de Belmonte, a Sudeste do convento, onde havia mesas e bancos de pedra, e onde estava uma amoreira, oliveiras, sobreiras, e castanheiros seculares. Fizeram as escavações sem dar conhecimento nem ao IPA nem à Câmara. Quando se soube foi por trabalhadores que acompanharam os trabalhos da máquina de remoção terras. Dizia-se que tinham descoberto um cemitério.

Alertado o IPA (Instituto Português de Arqueologia) com sede na Covilhã, deslocou-se ao local. Já não pôde observar mais nada que a tentativa de destruição da conduta que saía da cozinha dos Frades, para a horta. A destruição tinha posto em perigo mesmo o muro que suportava esta conduta e parecia fazer uma divisória entre Convento e o exterior.

O falado cemitério já não foi identificado como tal. Supôs-se que eram restos de comida e não ossários humanos. Mas suposições, porque, no dia 19 de Setembro de 1998, em Caria, alguém me informou que, em conversa de café, ouvira na ocasião que o que aparecera fora muito mais. Tinham aparecido restos de uma outra construção, mais funda que todo o Convento, com cerâmicas mais antigas e mais grosseiras do que as que tinham aparecido nas escavações realizadas. Já em Agosto de 2001, um autarca de Caria me reafirmou esta notícia, com certeza.

Podem ter sido destruídos os restos de construção da ermida mais antiga que o Convento, e onde se diz que foi colocada a imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, antes da construção do mesmo Convento. Pode ter-se destruído uma construção reaproveitada por um templo medieval.

Estes testemunhos poderiam vir a juntar-se aos elementos arquitectónicos encontrados mesmo dentro do claustro do convento do século XVI.

Se esta ermida era a mesma de Maria Anes de Loureiro e Álvaro Gil Cabral, também não se pode saber. Mas outros segredos históricos existem ainda neste monte e na base. Talvez os proprietários um dia concordem com escavações a realizar.

### **Os Montes Crestados e os Cabrais**

Além das referências à ermida que aqui terá sido construída por Álvaro Gil Cabral e sua mulher D. Maria Eanes de Loureiro, há uma referência histórica quanto a esta Serra de Montes Crestados.

Fernão Cabral aumentou a Casa de Belmonte com tantos bens como nunca tinha tido. Da coroa, os cargos de Corregedor das Beiras e Terras de Riba-Côa, Alcaide e Alcaide-Mor de juro e herdade, coudel geral do reino, membro do Conselho de el-rei...

Em 24 de Setembro de 1466, D. Afonso V dá-lhe, em suma, para ele, Fernão Cabral, e seus sucessores legítimos, todas as rendas, foros e direitos que a Coroa possuía em Belmonte, reservando para si apenas a sisa.

De bens reais, ainda restavam os Montes Crestados.

Pois a 6 de Outubro de 1471, o rei couta o monte Crestados e nomeia, por couteiro do dito monte, a Fernão Cabral. Dá a impressão de que foi dada toda a serra como couto, mas não se exclui que os Cabrais já aí tivessem algumas terras e ermidas.

Havia de ser nestes montes Crestados que, em 1564, Jorge Cabral doaria sua Quinta com ermida aos Franciscanos Penitentes para aí instalarem um convento, onde rezaram a primeira missa em 1665.

Será um pequeno e belo percurso turístico o que venha a envolver este convento estudado em escavações recentes, o Castro da Idade do Bronze, e a Villa Roma da Quinta da Fórnea, além da beleza natural e agreste da serra, e da paisagem que, no cimo do monte, é de 360 graus de amplitude. Assim se conseguissem realizar escavações, estudos, e protocolos.

Já depois de ter começado este trabalho, foi construída uma Pousada no Convento, e já inaugurada em 2000. Esperamos que seja o começo do aproveitamento histórico-cultural daquele monte.

### **O Castelo da Serra - Monte Santo**

Antes, refiro que as próprias “covichas”, “buraquinhas, pocinhas ou pucarinhas”, que, “quando maiores são designadas por malguinhas e tijelas”, e que, quando maiores ainda, são chamadas “marmitas de gigantes”, embora muitas vezes sejam devidas a fenómenos de erosão, mesmo assim não excluem, nalguns casos a possibilidade de terem tido uma utilização prática ou cultural para o homem, em tempos remotos.

Há autores que defendem que a combinação organizada de algumas covinhas terá correspondido a uma escrita a que chamam *escrita hemisférica*.

Outros consideram-nas “para distração dos pastores, mesas de jogo, ou constituindo cartas geográficas, ou astronómicas, ou ainda representando o Sol, a Lua, e as estrelas, e outras atribuindo-lhe carácter religioso, como o culto da fecundidade”.

“Cronologicamente, as covinhas parece terem surgido no Epipaleolítico, pelo Asturiense, tendo-se no entanto vulgarizado o seu uso com a cultura megalítica, indo até ao Ferro e possivelmente ainda até mais tarde”<sup>9</sup>.

Só o facto de aí se ter deslocado a Doutora Raquel Vilaça que, sem possibilidade de estudo mais aprofundado e pela simples observação disse que o este castro seria dos Finais do Bronze e ter dito que seria de interesse ser estudado, bastava para decidir todos os interessados. É mais uma razão para ser preservado todo o espaço que pretendi que fosse classificado.

<sup>9</sup> Marques, Manuel; op. Cit.



## A Anta da Quinta das Antas, em Caria, Belmonte

Apesar de haver a notícia de Tavares Proença Júnior ter identificado sete antas no Vale das Antas ou das Antras, nas Inguias, este ano e por várias vezes não foi possível descobri-las. As esperanças de se virem a encontrar já não são muitas. Fez-se um trabalho de pesquisa com três arqueólogos no local. Fomos acompanhados do actual Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, o Sr. Manuel Cameira. Não pudemos concluir algo de concreto.

Porém, através da Carta arqueológica e das referências toponímicas, foi possível identificar a Anta da Quinta da Anta, uma propriedade do Sr. José Amaro, em Caria.

A Anta está precisamente orientada segundo os processos usados em monumentos desta natureza, ainda tem mamoa, apresenta pedras aprumadas mais ou menos descompostas que podem ser sinal do corredor. Não há a certeza de que uma laje maior ainda existente seja o chapéu ou parte do chapéu, mas os sinais visíveis podem induzir a isso. Se for o chapéu da anta, está um pouco deslocado.

Pensa-se que o interior da mamoa não esteja ainda violado, e a cobertura apresenta ainda, nalguns sítios, algum material de quartzo de cores diferentes: sobretudo rosa e amarelo.

Seria um trabalho raro nesta região, e com a beleza ainda mais rara de se poder restaurar com a cobertura de quartzo, colorida e brilhante. O quartzo ainda existe espalhado em abundância nos arredores da mamoa.

Há cientistas especializados interessados em explorar o monumento, o mais antigo dos conhecidos no Concelho. Espera-se que apareça um mecenas e, ou simplesmente, um responsável pela cultura que consiga esta recuperação. Diferentemente de muitos proprietários de terras onde se encontram monumentos e espólios arqueológico, o Sr. José Amaro, proprietário da Quinta da Anta, mostrou sempre, nos contactos que com ele tivemos, o maior interesse em preservar este monumento e vir a concordar com uma solução a combinar, que estudasse a anta mas que lhe mantivesse a propriedade da terra em que se situa. Nem sempre se encontra tão boa vontade e compreensão como a deste cidadão com a qual será necessário vir a colaborar.

## Centum Cellas

**- Uma mulher com um filho às costas é que fez a Torre.**

**Assim, numa lenda está o centro e o enigma da história de um povo**

Um enigma, o povo explica-o com outro e outro enigma.

Lendas e lendas se contam em Belmonte. Lendas se entrecruzam com a história do povo e das terras

Começo por esta que parece, de todas, a mais incrível.

É contada no Colmeal da Torre.

Uma velhinha do povo é que o diz.

- Como é possível?

- Lá como foi possível, não sei - repete a velhinha. - Mas que foi assim que me contaram, lá isso foi.

Parece incrível. O povo, com esta tradição que nem jeito tem de lenda, começa a sua história e liga-se a ela, com ela se confunde.

E este mistério da Torre confunde-se com outro de sombras sucessivas, de proporções impossíveis.

É o que diz outra lenda:

**A Sombra de Centum Cellas era muito mais alta.**

**A sua sombra galgava serras e serras**

Outra mulher do Colmeal da Torre conta que a Torre de Centum Cellas era muito mais alta do que agora é.

-“Olhe, a Torre era tão alta, tão alta, que a sombra dela batia em Valhelhas, para lá da Serra, e do outro lado chegava a Maçainhas e ia bater até à Senhora da Estrela, para lá das Olas”.

Ainda outra mulher, esta de Maçainhas de Belmonte, diz também:

-“Olhe que a Torre de Centum Cellas era tão alta, tão alta, que passava a serra, batia aqui, em Maçainhas, que nesse tempo era no lugar que chamam do Pessegueiro, galgava a serra que está entre Maçainhas e Olas, e ia bater à Senhora da Estrela, onde dizem que está enterrada uma cidade inteira que chamam Cidade de Valongo”.

Pelo que se sabe da história, estas lendas são o modo como o povo conta a sua história, desde que se sentiu dominado e não de antes. Mas o povo apenas conta, não explica como é que era possível a sombra de Centum Cellas galgar serras e serras, para um e outro lado.

Algumas pessoas até se acanham de contar estas tradições. São difíceis de entender e aceitar.

-“Oh! Contar, contam. Mas isso são as pessoas mais antigas. A gente de agora já não sabe muito bem... e já nem liga...”

Mas se a sombra de Centum Cellas era a sombra do poder, o domínio destas terras pode conhecer-se ou perceber-se em três épocas distintas da história.

A qual dessas épocas remontam as lendas?

À romana?

Podia muito bem ser.

Por todo o concelho, antigo e novo, conhecemos sinais claros de dominação romana em muitos lugares: Valhelhas (que pertenceu aos senhores de Belmonte), Galhisteiro, Pessegueiro, Ferrarias, Quinta das Marradas, Quinta da Fórnea, Quinta da Granja, e muitos, muitos mais.

Na Senhora da Estrela e à volta, em cerca de dois quilómetros, os antigos moradores apontam de onde até onde se diz que chegava a antiga e hoje soterrada cidade de Valongo. Pesquisas feitas à flor da terra, revelaram cinco estações arqueológicas romanas.

As tradições recolhidas, em qualquer das povoações em redor, todas referem que até aqui, na cidade de Valongo, batia a sombra de Centum Cellas.

Dentre as muitas estações romanas identificadas, era preciso escavar para confrontar a tradição com a história. Meteu-se o projecto para pesquisar essa soterrada cidade de Valongo. Foi aprovado

mas não foi subsidiado. Isto já foi em 1998!

Para nós, regionais, é necessário estudar esta estação arqueológica, por si e pela ligação com outras estações, umas já exploradas, outras apenas conhecidas. Mas, claro, não se fez.



Foto 2 - Belmonte. Torre de Centum Cellas, centro da parte urbana da Villa romana, fortificada

### **Centum Cellas**

Quem fez Centum Cellas? Até onde chegava a Sombra de Centum Cellas?

Entre os monumentos intrincados avulta Centum Cellas. O que é Centum Cellas?

Os especialistas opinam e duvidam. Perguntam e investigam.

O povo sabe e diz o que ouviu dos antepassados, com a maior das simplicidades, com ingenuidade ou com uma ciência bem mais profunda do que parece.

### **Quem fez a Torre de Centum Cellas?**

Os historiadores mais fundamentados dizem que foram os romanos. Estes a fizeram e a terão reconstruído em épocas diferentes. Outros que foram gregos ou os egípcios. E outros dirão que foram outros.

Falaremos das hipóteses mais ou menos fundamentadas. Daremos conta dos resultados das investigações arqueológicas. Por agora, o que diz o povo?

No Colmeal da Torre diz-se que quem fez a Torre de Centum Cellas foi uma mulher com um filho às costas. Os antigos é que contavam...

Como é que uma mulher, e ainda com um filho às costas, é que poderia ter feito a Torre?

### **O Bezerro de ouro e o Sortilégio da Torre**

Era corrente também dizer-se que na Torre de Centum Cellas havia um bezerro de ouro escondido.

Arquitecto Manuel João Calais foi o homem que fez de Centum Cellas o estudo<sup>10</sup> mais audacioso, como veremos. De garoto, teve de se acolher com a mãe, dentro da Torre, de uma trovoada danada, daquelas que vêm dos lados “de Sortelha”. Um sortilégio pela torre ficaria para sempre na alma deste homem. Aumentava quando dois companheiros da quarta classe apontavam para o alto da serra e diziam: “Vês além aquela pedra grande? É o Penedo Agudo. De lá, vê-se Santo Celo”.

De passagem faço reparo no modo diferente de designar a Torre em Famalicão da Serra “Santo Celo”

<sup>10</sup> Calais, Manuel João, *A Geometria de Centum Cellas*, ed. de Floriana Martins Calais, Covilhã, 1984.

“Depois, (continua o Arq. Calais), de vez em quando, ouvia falar em Santo Celo, porque o velho monumento era ponto de referência e possuía qualquer coisa de supersticioso”.

Um dia, o Arquitecto decidiu-se a visitar, para estudo, a Torre das suas recordações de infância. Foi acompanhado por Reis Santos, Professor de Arte e Arqueologia da Universidade de Coimbra. “Discutíamos, dentro das ruínas, sobre a origem dos enormes furos que atravessavam as paredes laterais e a do fundo, que alguns autores tomam por portas, quando subitamente nos apareceu um velho camponês daqueles sítios, que, com uma velha lenda, nos abriu caminho para a descoberta do segredo dos buracos. Diz a lenda que, debaixo da porta principal, há, enterrado, um boi de ouro, mas ninguém soube nem sabe, qual delas é, onde se situa, ou situava”.

Pensaram que muita da destruição feita na torre teria sido obra de maníacos à procura do tesouro, e com a morte de Reis Santos, o Arquitecto iria fazer um estudo da Arquitectura da Torre. Qual a porta principal? Iria sabê-lo, não para descobrir o boi de ouro mas para decifrar o enigma histórico do monumento?

Era pessoa que também não se conformava com o que, um dia, “um afamado arqueólogo” chamado pela Câmara de Belmonte para estudar a Torre de Centum Cellas, disse que - “daquilo havia muito em Portugal”.

Mas a ideia do bezerro ou boi ou touro de ouro enterrado na torre, e entranhado na tradição popular poderá estar ligado a crenças e enigmas mais profundos, que até podem pressentir-se no mesmo autor quando refere:

“A poucas centenas de metros de Entre-Águas, a ribeira da Gaia recebe o seu maior afluente, a Ribeira da Teixeira, que nasce próximo da estação ferroviária do Sabugal. Esta Ribeira recebe, pela margem direita, o Ribeiro da Fonte Boa, que vem das proximidades do cabeço das Fráguas, monte que tem a configuração de uma malga deborcada, visto de longe,... Nas suas encostas encontram-se vestígios de antiga exploração de cassiterite, e, no ponto mais elevado, a 1015 m de altitude, existe, na rocha, uma inscrição grega, em caracteres latinos, onde se lêem as palavras **touro** e **javali**.” (Ver Anexo nº 1)

“As Fráguas ficam a onze quilómetros de Centum Cellas, em linha recta. A partir da confluência do ribeiro da Fonte Boa com a Ribeira da Teixeira começam as aluviões metalíferas, que se prolongam pelo vale da ribeira, até ao Zêzere, numa extensão de onze quilómetros”.

“Os autores que têm recorrido sobre Centum Cellas falam da presença dos conquistadores romanos e dos irrequietos lusitanos, e, alguns deles, nem sequer fazem alusão à existência dos possantes jazigos de cassiterite, que ali atraíam gente de povos distantes, do Mediterrâneo, como Gregos e Fenícios”<sup>11</sup>.

Do Arquitecto Calais deixámos dados que ele lançou nas “Preliminares” da sua obra e aproveitará como subsidiários do seu trabalho científico; e firmámo-nos na ideia de que as gentes, as culturas e os deuses, por esta região, nem sempre foram os de hoje e que nem sequer foram os romanos os primeiros. O touro, mesmo o touro ou bezerro de ouro, antes de entrar nas lendas, talvez tenha entrado na religião e ritos autóctones. Depois veremos que os romanos não transportavam só a sua cultura.

O certo é que, esquecidos os bois e os javalis ou até as cabras, como deuses ou como oferendas (ex-votos) a deuses, eles poderiam ser objectos de adorno ou manifestação de riqueza. Foi a ideia de riqueza escondida e sedutora que ficou nas lendas, e também na supersticiosa torre de Centum Cellas.

E certo é também que, mesmo sem saber qual era a porta principal, muita gente andou a cavar dentro da torre para encontrar o boi de ouro.

Nas escavações mais recentes, a Arqueóloga Helena Frade, já em 1995, se refere a remoções de terrenos que podem ser o resultado dessas investigações furtivas<sup>12</sup>.

## **A Cidade de Valongo**

Vamos até às Olas e à Senhora da Estrela. Procuremos a sombra da Torre e o rasto da lenda porque o rasto da história iremos encontrá-lo, talvez... talvez só em livros, talvez em escavações, se

<sup>11</sup> Idem, id.; p. 11

<sup>12</sup> Frade, Helena, “A Torre de Centum Cellas: Uma Villa Romana – Colmeal da Torre”, 1995. Separata de “Conimbriga” XXXII-XXXIII (1993-1994); p. 87-106

forem a tempo...

Procuo e encontro dois homens do povo. Pergunto o que sabem da Cidade Longa.

E eles corrigem-me: - Cidade Longa!? Não é Cidade Longa, é Cidade de Valongo! Valongo!!!

- Ah! Valongo! Pois! Os senhores é que sabem. E onde era então essa cidade de Valongo?

- É ali, à volta da capela da Senhora da Estrela. Quer ir ver?

E fomos. Apontaram-me, com o dedo e de longe, até onde ia a cidade enterrada, porque ir até lá, levava tempo. A cidade estendia-se desde os arredores da Capela, e já antes, até quase dois quilómetros em linha recta para oriente da ermida.

Aqui disseram-me que havia sepulturas cavadas na rocha, várias, no meio de umas mimosas e carvalhas.

Antes da capela, e à entrada do recinto que a envolve, vi três sepulturas também cavadas na rocha, entre carvalhos, e sobre limite de propriedade que confina com o arraial da Senhora da Estrela..

Mais a Sul da capela, uns duzentos metros, e no meio de uma terra limpa, uma sepultura cavada num bloco de granito, isolado e em evidência. Esta sepultura além de aparecer isolada neste bloco, parece poder ter servido para outros fins além de sepultura.

A Norte da Capela, e para os lados do cemitério, vi o que poderá ter sido o assento de engenho ligado a separação ou fundição de minério. Sapatas cavadas em rocha, onde terão sido levantados prumos de madeira(?).

Materiais cerâmicos, alguns certamente romanos, são abundantes em todo terreno envolvente da capela e para além deste. Igualmente abundante é escória de fundição, "jorra" como aqui lhe chamam.

Juntou-se a nós o Sr. Mário Soares Amaro, residente à esquerda da estrada que passa junto da capela da Senhora da Estrela e segue para a Bendada. Este, meu amigo desde a sua infância, foi connosco a um poço aberto no local. Ao fazerem este poço, diz, encontraram que tinha já existido aqui, em tempos antigos, um outro. Mas ninguém sabia. E à maneira que foram cavando, foram retirando potes, púcaros, e vasos de cerâmica. Não vi, nem o cicerone me soube dizer o paradeiro destes objectos.

Roubados, ou retirados estes objectos para lugares desconhecidos, fora e longe dos locais donde se arrancaram e arrebatarem, (e roubaram, que é a palavra mais apropriada, afinal!) a história destas terras e destas gentes, foi mais uma vez destruída, e fica mais uma vez o testemunho oral, com o diminuto valor que normalmente se lhes dá.

Desse poço saiu mais: saíram peças fundidas que serviam para arreios de cavalos "e outras coisas mais".

Tudo vendido a esmo...

Foi-me indicado o lugar onde, o lavrador amigo, com o seu arado, descobriu um chão de mosaico, "mais lindo que o da sua casa".

Uma verdade é certa para a gente destas terras: aqui, está uma cidade enterrada, é Valongo. Os de Maçainhas chamam-lhe Cidade Longa.

Certamente há aqui muita história enterrada. Os vestígios de povoamento estendem-se por uns dois quilómetros.

Que esta zona foi habitada no tempo dos romanos, e na Idade Média, é certo.

Esperamos as investigações e a história que ainda se possa aproveitar.

Foi elaborado um projecto em 1998, para estudar esta zona. Marcaram-se os lugares de intervenção. Mas o projecto como se disse, embora aprovado, não obteve verbas. É de tentar por novas vias. Afinal, quer queiram quer não, e apesar das expectativas voltadas para o lugar de Santo António, no Teixoso, apesar de tudo, este é o único local desta zona em que há a tradição e bem forte da existência de uma cidade romana, soterrada.

Os do lado da Torre de Centum Cellas (os do Colmeal) referiram uma versão algo diferente dos de Maçainhas, que a sombra foi tão alta que bateu até Valhelhas, e até Maçainhas e Senhora da Estrela (Cidade de Valongo).

Os da zona das Olas e Sra. da Estrela dizem, geralmente, não conhecer essa história. "E como é que a sombra da Torre podia vir a bater até aqui?", perguntam.

Cidadãos que vivem com a certeza de que debaixo dos seu pés há uma cidade soterrada, tantos

são os sinais da sua existência, esta ideia prevaleceu, sobre a da sombra de Centum Cellas. Mas podemos adiantar que, se não prevaleceu na tradição ou lenda, prevaleceu e bem numa interpretação histórica bem possível e rara, como a que colhemos, em 1997, da Sra. D. Celeste Geraldès Pinto, e que referiremos a seu tempo.

### **Centum Cellas - História e Funcionalidade**

Entre as opiniões sobre a história e funcionalidade da Torre de Centum Cellas, vejamos as que mais se conhecem:

A Torre é também conhecida por Torre de São Cornélio.

Está situada a três quilómetros a Norte de Belmonte, e a doze a Norte de Caria, a cem metros a Nascente das Catraias da Torre, primeiro aglomerado a seguir ao cruzamento da Estrada que vai de Belmonte para Manteigas; próximo da estrada N.º 15, à direita de quem vai da Covilhã para a Guarda (ambas a cerca de 24 quilómetros).

Pode chegar-se ao monumento pela estrada que das Catraias da Torre vai em direcção ao Colmeal da Torre que fica a quilómetro e meio a Nascente. Mas a Torre, a uns cem metros! É de notar que este nome de Torre faz parte dos topónimos dos aglomerados mais próximos.

Foi considerada Monumento Nacional por Decreto de 14/09/1927.

A Dra. Helena Frade refere a classificação por Decreto - Lei 127/77 de 29 de Setembro e que actualmente o monumento está afecto ao IPPAR<sup>13</sup>.

Tem sido nomeada com muitos outros nomes, mas à volta daquele por que é mais conhecida: Bluteau chama-lhe Centocellas<sup>14</sup>.

Outros referem "*Centum Cellas, Centum Celi, Centum cellae, Centum Caeles, Centecellas, Centem Coeli, etc.*", abstendo-se porém de lhe darem qualquer significação, e só o General João de Almeida dá à forma *Centum Caeles* o significado de *prisão de cem celas*<sup>15</sup>. Leite Vasconcelos refere ainda as formas Centoncêlos, Centoncêlos, Centuncêlos, Santuncêlos, e Centunzelos. Mário Saa indica Santo Ocelo ou Santo Ocelos.

A versão de "prisão de cem celas" - Helena Frade<sup>16</sup> diz que João de Almeida o fez acriticamente, adoptando a tradição popular que diz que aí esteve preso São Cornélio.

Eu prefiro acentuar a forma Santuncêlos e Santo Ocelo, perto do modo como também é dito na zona de Famalicão da Serra, próxima da Torre, porque poderá vir a activar a ideia de um sagrado, e até de um deus autóctone Ocelo, a que o povo poderia vir a designar Santo Ocelo. A hipótese de um possível oppidum, vicus ou castellum chamado Ocelum perto do Ferro (Covilhã) é proposta pelo facto de se ter encontrado nas imediações uma inscrição a Arantius Ocelaecus e Arantius Ocelaica<sup>17</sup>, relativos a uma personagem ligada à povoação de Ocelo.

Em 1762, Manoel Pereira da Sylva Leal refere que, numa visita feita nessa data, ao local, não encontrou sinais de prisão ou torre, mas que as ruínas se assemelhavam mais a palácio ou casa de campo e é de opinião que o monumento não tem a antiguidade que lhe é atribuída.

*"...o edificio que ainda se persevera naquelle sítio, o qual dizem ser Torre, em que esteve preso o Santo, nem tem fórma de Torre, nem mostra antiguidade, que lhe atribuem, e correndo-o eu todo no anno mil setecentos e vinte e dous, me pareceo, o que delle ainda existe, lanço de um Palacio, ou casa de campo, com divisaõ de salas, e cameras, e com janelas rasgadas, e altas, estando já ruinadas as mais partes, que com elle continuavaõ..." "Nem as ruinas, que junto a elle se divisaõ, saõ indícios de povoação, que ali houvesse,... mas de outros lanços daquelle Palacio ruinado, que me pareceo casa de campo, que Torre..."<sup>18</sup>*

Será que o que Sylva Leal viu evidenciasse mais a reconstrução de que outros autores falam e feita no tempo de D. Dinis ou antes? Isso daria força à hipótese de que os Bispos de Coimbra, ao tempo senhores da Herdade de Centum Cellas, a tivessem adaptado. Então, também poderia aplicar-

<sup>13</sup> Frade, Helena, op. Cit.; p. 87-106.

<sup>14</sup> Vocabulário Português e Latino, vol. II, p. 249.

<sup>15</sup> Belo, Aurélio Ricardo; I Congresso Nacional de Arqueologia, Comunicação.... síntese, Revista de Guimarães, Vol. LXX, p.29.

<sup>16</sup> Frade, Helena; Id.; Id.

<sup>17</sup> Alarcão, Jorge; op. Cit.; p. 224.

<sup>18</sup> Leal, 1779: 340 - 341 ; cit. de Helena Frade, Id, id.

se a esses tempos a tradição da sombra da Torre que batia até onde chegava o senhorio dos Bispos...além de que essa sombra do poder também já podia vir do tempo dos romanos. Na Senhora da Estrela, à flor da terra, não só se encontram sinais de povoamento romano como de povoamento medieval. O povoamento medieval, naquele local, ou perto, está registado pela existência de uma paróquia medieval, além de nove sepulturas.

Em 1874, Pinho Leal diz: "Pretendem alguns escritores que esta singular torre é obra romana e que D. Dinis a mandou reedificar" atribuindo-lhe a função de atalaia. Refere ainda a existência de "uma pequena povoação" ao redor do monumento.

Nos meados do século XX, existiam seis casas à volta da estrada, na Catraia da Torre, e quatro casas a Norte da própria Torre, e de todas estas, algumas de construção ou adaptação mais recente; e a Sudoeste havia duas casas, à direita da estrada para o Colmeal. Estas eram as de traça mais antiga e rudimentar. Nesta época, estas últimas pertenciam à família do Sr. Cónego Júlio Matias e a este.

Havia depois um pouco mais longe, casas separadas, em quintas, e algumas dessas também de construção simples.

Isto, sem falar na povoação do Colmeal de que restam alguns vestígios de antiguidade, e que não sabemos se fariam parte da possível povoação de Centum Cellas.

O facto de também se chamar Torre de São Cornélio explica-se pela tradição de que a Torre foi uma prisão e lá esteve preso São Cornélio. E é de lembrar que no povo continua a tradição de que, perto, havia uma capela de São Cornélio, talvez a de Santo Antão do Colmeal, hoje completamente deturpada da que eu ainda conheci, mesmo depois de 1954.

Plínio adopta o termo *Centum Cellae* (= celas), também seguido por A. R. Belo (Cellas)<sup>19</sup>, que, por sinal, condiz mais com a forma usada na região.

Sobre o monumento, Ricardo Belo rejeita a opinião de vários autores que dizem ser "santuário isolado"<sup>20</sup>, "prisão política"<sup>21</sup>, "atalaia"<sup>22</sup>, "casa de campo ou de vigiliatura"<sup>23</sup>, "solar medieval, convento, etc."<sup>24</sup>.

Segundo A. R. Belo, "Torre de Centum Cellas é uma construção única em Portugal e talvez em toda a Espanha. Terá sido mandado construir pelo próprio Augusto ou pelo seu general Agripa, e relacionada com a estrada Mérida Braga, entre finais do século I a.C. e princípio do século I d.C."

Era uma *mansio* para descanso de funcionários do Estado Romano, mas era torreada em altura, não capaz de resistir a ataques organizados e apetrechados à moda, mas para resistir a ataques de bandos bem temidos naquela zona frente à Serra da Estrela, de lusitanos insubmissos, desertores ou saqueadores, até reforços vindos de Viseu ou Idanha a Velha.

A. Ricardo Belo em "Nótulas sobre cinco marcos miliários da via militar romana Mérida - Viseu - Braga, encontrados nas proximidades da Torre Centum Cellae, de Belmonte". Além das opiniões sobre a Torre de Centum Cellas, define o traçado da via romana: Caria, - leste de Malpique - oeste da Estação do Caminho de Ferro de Belmonte - Torre Centum Cellae - Catraias das Torre - Várzea do Vale Formoso (Lameira, margem esquerda do Zêzere) - Valhelhas - Barreiras - Famalicão - Taberna (Mondego)<sup>25</sup>.

O caminho indicado por A. R. Belo não precisa ser alterado pelo facto de ter sido encontrado um marco miliário mais a Norte, e por ele ainda não referido. Este marco, junto de um poço onde teve uma função utilitária para engenho de rega, estaria possivelmente deslocado do local onde fora implantado<sup>26</sup>.

<sup>19</sup> Carlisse, Carlo; Storia di Civita Vecchia, Cit, de A. Ricardo Belo.

<sup>20</sup> Correia, Virgílio; História de Portugal, ed. de Barcelos, vol. I, 1928, p.267.

<sup>21</sup> Almeida, João de; Roteiro dos Mon. Mil. Portugueses.

<sup>22</sup> Leal, Pinho; Portugal Antigo e Moderno, art. "Belmonte".

<sup>23</sup> Melida, J. R.; Arqueologia Española, Barcelona, 1929, p. 306.

<sup>24</sup> Belo, A. R.; I Congresso Nacional de Arqueologia, Comunicação, "Algumas palavras sobre a Torre Centum Cellas de Belmonte" síntese, 1958; p. 39.

<sup>25</sup> Belo, A. R.; Id., Id, p.37 e segs.

<sup>26</sup> Este marco miliário, anepígrafo, foi encontrado por alunos de uma minha turma de História, e fizemos com que fosse recolhido pela Câmara Municipal de Belmonte, em 1973/74. Encontra-se no Castelo de Belmonte com outros testemunhos líticos.

Mais precisamente se podem acrescentar dados que confirmam este traçado proposto por A. Ricardo Belo. Entre Caria e Centum Cellas, além dos troços de via empedrada antes e depois de Caria, e entre Caria e Capinha, a estrada deveria passar pelo Porto da Covilhã (Caria), e que passa de Nascente a Norte da Quinta da Fórnea (Belmonte), Fonte Soldado (Celto - Romana, em Belmonte), antiga passagem no ribeiro do Colmeal no velho caminho do Colmeal a Belmonte, Centum Cellas, Caminho que ainda se vê arrancar na Catraia da Torre em direcção à Lameira. A opinião de A. R. Belo sobre este traçado, é referida já aqui pelas implicações que pode ter na apreciação das várias opiniões sobre a Torre de Centum Cellas.

Em 1962, Vasco Adriano Rodrigues continua, como A. Ricardo Belo a ligar a Torre à via romana Mérida, Viseu Braga, e diz tratar-se dum pretório centro de um acampamento romano.

### **Ainda Centum Cellas - A Arquitectura não tem nada de romano**

O Arquitecto Manuel João Calais faz deste monumento a mais completa e técnica descrição, baseado no que dela se podia observar antes de 1984. Apresenta também uma interpretação completamente original quanto à sua técnica de construção e funcionalidade. Por isso foi e é normalmente posta de lado, sobretudo depois das últimas escavações. Mas também é verdade que, de tudo o que as escavações revelaram, nada destrói a opinião concebida e defendida pelo Arquitecto.

Começa por afirmar: “A fachada principal está voltada para o nascer do sol nos maiores dias do ano. O corte caprichoso das pedras da parede da fachada principal lembra a fachada do templo egípcio Kom-es-Sagha, templo sem ornamentos nem inscrições, como Centum Cellas.”<sup>27</sup>

“As paredes mestras e divisórias” do primeiro pavimento “terminavam no interior e no exterior, por uma faixa moldurada, composta de ábaco, garganta directa, listelo prismático e cordão, como a cornija de entablamento coríntio grego”, de 25 cm de altura e saliente da parede 14 cm, decalque da cornija de entablamento da ordem Coríntia Grega”<sup>28</sup>.

Os rasgos existentes nas ombreiras de todas as portas do rés-do-chão são semelhantes aos que existem em certos templos do antigo Egipto.

Pedras da cornija ainda existentes em duas paredes levam a crer que o telhado era de duas águas.

Os apoios dos níveis das meias asnas onde assentava o telhado da varanda corrida “tinham a forma de T invertido, como as destinadas a suportar os caixotões, na antiga Grécia”.

O aparelho das pedras, a partir da segunda fiada para cima, na fachada posterior, dá a ideia de que a parede foi demolida e adaptada a outras finalidades.

“Possivelmente houve aberturas, naturalmente frestas, nas paredes demolidas, que deram lugar aos vãos. A poucas dezenas de metros do edifício, passava uma via romana, a cujos restos o povo chama Estrada do rei Herodes, ou simplesmente Estrada de Herodes; ligava, perto da povoação Casar de Cáceres, à grande via que ia de Mérida a Estorga. A Estrada de Herodes data do terceiro século da nossa era, como atestam os marcos miliários encontrados na região. A construção de Centum Cellas é mais remota. No terceiro século não se construía assim. De Romano, de Roma, nada tem. Na melhor das hipóteses, poder-se-ia admitir que o edifício tivesse sido delineado por arquitectos que fizessem parte de alguma legião romanizada do Oriente para aqui enviada, mas é pouco provável”.

“Os traçados geométricos que ali se encontram, como adiante veremos”, (diz o autor que citamos), “são de inspiração grega e egípcia e desconhecidos dos romanos; pelo menos não consta que os tivessem utilizado nas suas composições”.

“Vitrúvio mesmo, não conhecia a **secção dourada** que em Centum Cellas aparece a cada passo. Não a aplicou nas suas obras e, no seu trabalho de Arquitectura, não fala nela. Se a conheceu, guardou segredo”.

O autor faz prova mais adiante na sua obra, da aplicação deste processo arquitectónico<sup>29</sup>. (Fotos nº 3 e 4)

<sup>27</sup> Calais, Manuel João; “A Geometria de Centum Cellas”; ed. de Florinda Marthe Calais, Covilhã 1984, p. 14.

<sup>28</sup> Calais, Manuel João; op. Cit., Id., Id, p.14 e segs.

<sup>29</sup> Calais, Manuel João; op. Cit., Id., Id, pp 19 e segs.



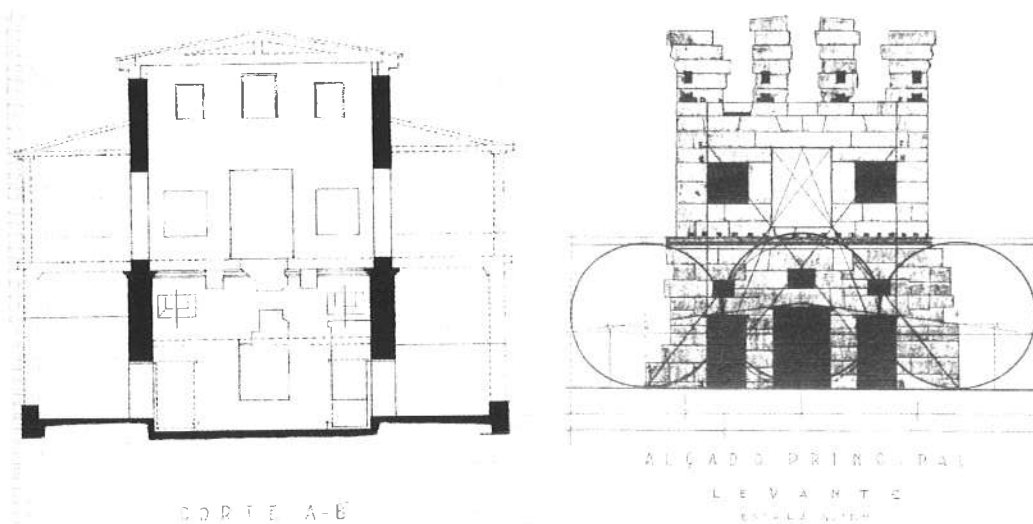


Foto 3 e 4 - Aspectos da justificação da teoria do arquitecto Manuel João Calais sobre Centum Cellas, de técnica Egípcia

### Torre igual a *villa*?

“Está fora de dúvida que os romanos utilizaram o edifício e o adaptaram a outras funções(...) A utilização do nome *turris* no sentido de *villa* parece ter-se tornado comum no Baixo Império, sem que isso implicasse necessariamente uma fortificação torreada ou fortificada.(...) Talvez se deva ainda interpretar como *villa* a torre de Centum Cellas (Belmonte). O edifício tem sido interpretado como templo, pretório de acampamento ou mansio. Nenhuma das interpretações é convincente. A torre poderá ser a parte subsistente de uma *villa* cujos restos poderão encontrar-se à volta dela se fizerem escavações. A utilização medieval da torre como atalaia poderá ter preservado esta parte da *villa* , enquanto o resto se desfazia em ruínas”<sup>30</sup>.

### Pesquisas arqueológicas – um trabalho científico

Após dois anos de pesquisa arqueológica na Torre de Centum Cellas, orientadas pela Dra. Helena Frade, (1993-1994), esta Arqueóloga avança para conclusões de trabalho, passíveis de alterações com novos estudos, como ela muito bem diz. Algumas coincidem com opiniões do Arq. Calais e até de A. Ricardo Belo no que diz respeito à estrutura, embora muito divergentes na funcionalidade e origem. Eis uma síntese:

#### A Construção - Revelação das Escavações

1. A Torre não é um monumento isolado mas é o núcleo central e mais alto donde parte um conjunto mais complexo de estruturas que o envolvem, com patamares de alturas e volumetrias diferentes.
2. Era constituída por “salas fechadas, corredores, e espaços abertos ou pátios”.
3. Teria inicialmente “apenas rés-do-chão e primeiro andar, e era totalmente envolvida por um varandim suportado pelas paredes Poente e Nascente, e por pilastras de que se conhece um dos assentos a Norte. “Este varandim possuía colunas, possivelmente colocadas sobre um pequeno muro de pedra, e encimadas por capitéis toscanos. Para este varandim abriam-se todas as portas e janelas hoje visíveis no 1º piso do edifício”<sup>31</sup>.  
Esta ideia era já prevista pelo Arq. Calais e por A. Ricardo Belo. Este deu mesmo indicações ao Sr. Manuel Vaz Barreiros, de Belmonte, que chegou a fazer um estudo e desenho que eu próprio ainda vi, mas que penso que se perdeu.
4. Todas as paredes têm aparelho cuidado, com silhares de granito (alguns de 4, 20m de comprimento e com 3.400 quilos, segundo o Arq. Calais). Sendo a parte visível do edifício,

<sup>30</sup> Alarcão, Jorge; op. Cit., p. 118.

<sup>31</sup> Frade, H.; op. Cit.

- as paredes de Norte Nascente e Poente de silharia almofadada, (para, com a sombra sobre as juntas, conseguir maior relevo, segundo Calais).
5. O acesso ao 1º andar seria feito por escadaria e patamar. O desenvolvimento desta escadaria ainda hoje se pode notar.
  6. A Arqueóloga reforça a ideia do Arquitecto de que o telhado teria duas águas e que “o remate superior das paredes Norte e Sul era feito com um frontão triangular, de que ainda existe um pedaço de um dos seus ângulos”.
  7. Neste conjunto monumental há muros feitos com pedras de menores dimensões. Esta diferença, segundo a Arqueóloga, não corresponderá a épocas diferentes de construção, mas de forças de descarga diferentes.
  8. “A construção deste monumento pode ser situada nos inícios do séc. I d.C. Sofreu um incêndio e uma grande destruição nos finais do séc. III”.
  9. Nas reconstruções o edifício não manteve a mesma estrutura através do tempo.
  10. Dentre os materiais encontrados, o que pode despertar mais interesse, além do que daqui desapareceu ou foi destruído, ou ainda não foi estudado e divulgado, é um larário: um conjunto de pequenas aras, pequenas, de granito muito fino e que estão a tratar-se e a estudar-se, em Conímbriga.

### **A funcionalidade - conclusão possível após as últimas escavações conhecidas A Arqueóloga diz: Arquitectura e técnicas romanas**

A Arqueóloga Helena Frade diz em resumo que:

1. “face às estruturas encontradas e aos dados de que actualmente dispomos, pensamos tratar-se de uma *villa*, cujo proprietário devia estar ligado à exploração e comercialização de estanho, para lá das normais actividades agrícolas”. “Em diferentes níveis estratigráficos foram encontrados vários fragmentos de escória de estanho, que apresenta uma percentagem de estanho muito elevada, superior a 90%”.
2. Apesar de *villa*, a estrada romana que ali passava e a exploração e o comércio de estanho, grande e de alta qualidade, foram factores decisivos para a localização daquela estrutura naquele lugar.
3. A Torre foi construída nos inícios do séc. I d.C. e é apenas uma pequena amostra de uma grande *villa*, com uma grande residência, cujos alicerces e estruturas puderam definir-se melhor com as escavações que em Agosto de 1998 se realizaram, na continuação das anteriores.
4. O incêndio documentado em escavações, poderá estar relacionado com as perturbações político sociais dos finais do séc. III d. C.
5. Tudo isto pode ser contemporâneo dos tesouros encontrados perto, no Teixoso e Borralheira, este último precisamente entesourado e enterrado no mesmo Séc. III, d.C.
6. Sobre esta construção inicial arrasada, outros povoamentos aqui se estabeleceram. Há vestígios de povoamento na Idade Média.
7. Centum Cellas, para esta Arqueóloga é de época romana, de construção e técnicas romanas, e põe de parte quaisquer outras diferentes das romanas.
8. Remata Helena Frade que o estudo mais completo e acertado de Centum Cellas estará relacionado com um conjunto de escavações sistemáticas que urge fazer de forma organizada na região da Cova da Beira<sup>32</sup>.

### **As últimas escavações - 1998. Caiu por completo o enigma de Centum Cellas?**

Após as últimas escavações orientadas pela Arq. Helena Frade, na época de 1998, as primeiras revelações conhecidas são as que esta Arqueóloga transmite num artigo do Jornal do Fundão<sup>33</sup>. Pretende combater opiniões diferentes das suas e disso recebeu resposta no mesmo jornal<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> Frade, H.; op. Cit.

<sup>33</sup> Frade, H.; in Jornal do Fundão de 24 de Setembro de 1998, nº2715, ano 53, p. 1 e 16.

<sup>34</sup> Marques, Manuel; in Jornal Fundão de 11 de Setembro de 1998, pp.14 e 15.

Nesta polémica, o que tem valor é na verdade a parte que a arqueóloga revelou sobre as últimas escavações que, como disse, até àquela data, eram as únicas informações escritas.

1. Centum Cellas foi uma *villa* Romana, e construção romana típica do século I, e na rota do minério.
2. A torre, construção do século I, seria o centro de um grande espaço residencial, organizado a partir e em função da parte monumental que resistiu durante 2.000 anos.
3. Foi habitada entre os séculos I e IV.
4. O fundador Caecilius (Cecílio), conforme foi descoberto numa inscrição que se encontrou, vivia da exploração do estanho. O comércio e transporte eram facilitados por uma das mais importantes vias romanas da Lusitânia (Braga-Mérida) que passava junto à villa.
5. Nas escavações desvendaram-se “milhares de peças”.
6. “Uma obra fabulosa, perfeitamente simétrica. Uma planta de arquitecto, sem desequilíbrios. As pedras foram cortadas para este fim, como se vê pelos encaixes, cunhais e recortes das janelas. Só assim se explica que a torre tenha chegado até hoje, mesmo tendo-lhe sido retiradas algumas pedras”.
7. Seria cercada por uma zona de jardins.
8. A torre tinha dois pisos. A sala do segundo andar seria ampla, não dividida, com varanda coberta de telheiro.
9. A entrada ostentava um frontão triangular.
10. O nome Centum Cellas para o qual não se encontrou ainda qualquer inscrição, chegou por tradição oral. Significaria grande quantidade de compartimentos (ou “celas”), referência à grande extensão da zona residencial.
11. Enquanto a estrutura central se foi mantendo, a zona envolvente foi sofrendo modificações sobretudo no século III, e talvez por causa de um incêndio. A reorganização terá modificado a organização residencial.
12. Característico da reconstrução efectuada no século IV, é de realçar uma sala com ábside, utilizada como sala de culto aos deuses.
13. Encontrou-se um larário, conjunto de sete aras decoradas.
14. Uma destas aras tem referências a Vénus e Minerva, pensa-se que terá pertencido ao primeiro larário desta Villa, do século I.
15. Todas as peças se encontram no IPPAR, em Coimbra, e sobre elas se continua o estudo e tratamento que merecem (sobre local, tempo e conteúdos).
16. Entre as peças, se encontram o larário, e “vários tipos de moedas - algumas de ouro - datadas do século I ao século IV”.
17. “Há também um numeroso legado de cerâmica, incluindo sigilata”.
18. “Vidros e fragmentos de paredes com decorações”.
19. “Muitos milhares de peças”, diz Helena Frade. “só no primeiro ano de escavações, encheram-se 15 contentores com cerâmica”.
20. A torre tinha a pars urbana, onde viviam os proprietários, e esta é a investigada.
21. Haveria perto a pars rustica, para habitação de trabalhadores e escravos e a pars fromentaria para adegas e celeiros. Pensa a arqueóloga que destas partes pouco possa existir. Faz alusão à informação que lhe foi veiculada de que umas termas terão sido destruídas - (Foi num 25 de Abril, por uma máquina de remoção de terras, a Sul da Torre, enquanto em Belmonte troavam foguetes. Fez-se uma surriba para pomar).

#### **Após os Romanos**

22. Após o século IV o domínio romano terminou. Centum Cellas deixou de ser casa senhorial.
23. As populações que por aí viveram deram novas utilizações ao local.
24. Na Idade Média terá havido um local de culto cristão, frente à Torre e próxima da estrada actual. Aí se encontraram “vestígios de uma capela medieval, dos séculos X e XI, e também um conjunto de nove sepulturas, do mesmo período.”

O que se descobriu relativo ao período romano, é em grande parte novo e parece definitivo, à base das escavações realizadas.

A parte medieval que se encontrou vem de encontro à história que já se conhecia de Centum Cellas, e vem confirmar algo do que já se dizia, agora com a certeza da arqueologia.

Quanto a influências egípcias ou gregas, os arqueólogos nem querem ouvir falar!

Quanto aos projectos para Centum Cellas e de outras estações arqueológicas, há que preservá-las. Fazer museus no local. Criar percursos turístico-culturais. Preparar estruturas e gente para rentabilizar o património mais valioso de Belmonte. Começar por defender a Vila Rural Romana da Quinta da Fórnea que, com outros estudos na região, podem completar o estudo a fazer sobre os romanos, nas vilas e cidades e noutros testemunhos por aqui já descobertos ou ainda só adivinhados. (Foto nº 4A e 4B)



Foto 4A - Belmonte. Fonte Soldado, celto-românica.



Foto 4B - Estrada romana passava em Caria, junto à Casa da Torre, também romana da sua origem

## Quinta da Fórnea - Belmonte

### Povoamento Rural Romano, uma Pars Rústica de Centum Cellas? Mais que isso? Ou villa independente?

A JAE mandou efectuar sondagens e escavações na Quinta da Fórnea, em Belmonte, junto ao provável eixo da IP2. Em 11 de Junho de 1998, estavam-se fazendo escavações.

### A Estação tem valor por si e para o estudo do Romano na Região.

Estas escavações revelaram desde logo uma provável Estação Romana de Povoamento Rural, uma *Villa Rural*, a primeira que se estudava na região.

Além do valor original que por si só constitui e por ser primeira, ela pode ainda vir a ser elemento de valor para um estudo mais completo do povoamento romano de toda a região, em ligação com escavações de maior porte, incluindo mesmo a descoberta da cidade próxima tão desejada e já prevista entre Orjais e Teixoso, felizmente preservada também pela IP2.

Esta Estação Rural deve também ser defendida e preservada.

Os romanos não tinham apenas cidades, e cidades era o que menos tinham. Tinham gente a produzir cereais, vinho, azeite, e a fazer ferramentas para trabalhar a terra, como se vê nesta estação da Quinta da Fórnea de Belmonte, perto da via romana Mérida - Braga.

Como foi admitido nas conclusões após as últimas escavações conduzidas pela Dra. Helena Frade, em *Centum Cellas*, até a função deste monumento poderá ser mais completamente esclarecida, com o estudo de outras estações. Aqui temos a primeira resposta. Tudo se fez para a destruir, enterrar, ou emudecer. Mas sobreviveu, pelo menos em parte e à custa de muita polémica nos “media”. (Fotos nº 5, 5A e 5B)



Foto 5 - Belmonte - Quinta da Fórnea  
Lugar onde foi encontrada uma necrópole romana



Foto 5A - Belmonte - Quinta da Fórnea - Villa Rural Romana  
Parte da entrada e alguns compartimentos do núcleo habitacional central



Foto 5B - Belmonte - Quinta da Fórnea - Lugar de Banhos?  
Ao lado esquerdo estrutura (parte) do sistema de conduta de água

## Qual a grandeza e ligação deste Povoamento?

Será uma *pars rústica* da *villa* romana de *Centum Cellas*?

Este Povoamento Rural Romano estaria mais ligado directamente à cidade (presumivelmente existente no Tarlamonte - Teixoso, directamente) ou através de *Centum Cellas*? Ou ligada à cidade romana de Valongo, na Senhora da Estrela, a única tradição de existência de cidade romana nesta região?

De qualquer modo a Estação Romana Rural da Quinta da Fórnea, só no que se estende para Nor-Noroeste da estrada Belmonte - Caria, deixa antever já entre 700 a 1.000m<sup>2</sup> de superfície. Talvez maior até do que aquilo que se pôde pesquisar em *Centum Cellas*.

## O que se vê na *Villa* Rural Romana da Quinta da Fórnea?

1. Vê-se um núcleo central residencial, com uma entrada bem marcada, espaçosa, em lajedo de granito em que as portas se definem muito bem nas suas soleiras e restos de ombreiras. Estão marcados os rodados de carros que por ali entravam para instalações do interior deste núcleo central, habitação do Senhor ou seu feitor. Ainda se não chegou a descobrir onde é que estes carros iam depositar as suas cargas. Portanto, a *pars fromentária*, *celeiros*, *adega*, *lagares*, e *parte da residência senhorial* ainda não estão escavadas.
2. No núcleo residencial, há compartimentos interiores bem definidos, alguns ligados por corredor.
3. Há outros que dão para um pátio interior, bem demarcado pelo abatimento do tecto, e assente em colunas.
4. De colunas já se descobriram cinco e outros pedaços de fuste.
5. Ainda dentro deste núcleo central, encontrou-se um lugar para banhos, revestido de *opus signinum* ligado a uma estrutura de canalização de água para e dentro do núcleo.
6. Encontrou-se também um poço interior.
7. Encontram-se mós, algumas reutilizadas, sobretudo no lugar onde pode ter estado um moinho.
8. As construções secundárias são numerosas. Obedecem a uma planificação urbana dentro do conjunto, em duas sequências diferentes e distintas quanto a qualidade de construção, mas, dentro de cada sequência, semelhantes na arquitectura exterior e na utilização do espaço interior. Podem revelar grupos de habitação para diferentes classes sociais dentro da *villa*.
9. Muito bem evidente é a colocação das cozinhas, que já ultrapassam a dezena. Têm por norma, a mesma posição em cada conjunto.
10. Mostram uma preocupação urbanística, por ventura ligada ao tipo de vida sócio- económica e funcional do povoado rural:
11. No lado Sul das escavações feitas, há uma zona com:
  - A. duas forjas,
  - B. uma fundição,
  - C. um poço.
  - D. um moinho, talvez já movido por engenho,
  - E. Forno de pão.
12. Noutra zona foram encontrados pesos de tear.
13. Mais longe do núcleo central, a Noroeste, foi descoberta uma rocha afeiçoada em duas faces e na parte superior, com lóculos de encaixe de caibros, com sinais de utilização, possivelmente para lagar. As escavações, aqui, ainda não foram continuadas. Houve apenas prospecção.
14. Muitos *dólios*, espalhados por diversos compartimentos e nos espaços oficiais, mais ou menos enterrados em saibro, e outros elementos de cerâmica. Restos de metal fundido, e de escória. De escória, um pedaço com peso de quilos.
15. As pesquisas feitas mostram um Povoamento Rural Romano com alguma auto-suficiência, mas onde não aparece dinheiro. Apenas se encontrou uma moeda e esta, entesourada.
16. A importância e a grandeza da descoberta é muito maior do que se suspeitava, em si, e no

estudo do Domínio Romano em Portugal.

17. Nas escavações realizadas a Sul-Sudeste da estrada Belmonte - Caria, foi encontrado um cemitério romano. Pequeno, mas muito completo. Os arqueólogos põem a hipótese desta necrópole pertencer a uma outra vila que se sabe existir mais perto da necrópole, que a já explorada, e trabalharam na ideia de poder encontrar a necrópole desta agora pesquisada.

É de notar que eram conhecidos e com abundância e variedade, sinais de povoamento romano na também chamada Quinta da Fórnea, a Oriente do local onde se encontrou a descoberta necrópole romana. É a Quinta da Fórnea, e a geralmente mais conhecida por este nome, que muito tempo foi do Sr. Constantino Soares e agora é de herdeiros seus. Aqui, há muito tempo que se conhecem colunas, mós, pedras trabalhadas, e daqui foi retirada para o Museu Eduardo Malta da Cava Juliana da Covilhã uma inscrição romana também.

Há quem diga, mais frequentemente do que se possa imaginar, que a riqueza repentina do Sr. Constantino Soares veio de um tesouro que encontrou nesta Quinta.

O que revelará a continuação das escavações, quer na continuação das já feitas quer nesta onde terá sido encontrado o tesouro que, a ser verdade, nunca se soube sequer de que constava?

Ao lado da Quinta da Fórnea escavada e do lado oposta da estrada à Quinta da Fórnea do Sr. Constantino Soares, está a Quinta das Marradas. Aqui existem "alicerces, pedras aparelhadas, colunas de granito, cerâmica de construção, mós"<sup>35</sup>. Esta zona das Marradas e Quinta da Fórnea vai á Corte do Rei e Lage do Tostão, com abundante material romano de construção, e na direcção Nascente..

Os vestígios romanos, em Belmonte, e aqui, na zona da Fórnea, são abundantes.

Mas, voltando à *Villa Rural Romana* encontrada e já em parte escavada, grande sorte foi encontrar este testemunho tão original, e por enquanto único, das nossas raízes. Conservá-lo foi uma luta!

O traçado previsto era de que esta auto-estrada passe de modo a que o aterro viria a soterrar a estação arqueológica.

A JAE com seus técnicos encontraram uma solução: um desvio de cerca de 80 metros, alteração que nem provocou muito atraso nem dispêndio, em comparação com o valor real e de interligação desta com outras Estações, *villas* ou *civitates*.

Foi a solução que veio na defesa dos valores e das raízes e defesa destas gentes, desde ministros a pessoas com alguma cultura, e até com muita cultura, hoje é sustentada como quem defende a sua identidade.

Mas o trabalho de pesquisa, consolidação, e musealização terá de continuar.

Alguma relação entre esta *Villa Rural Romana*, com manifesta distinção de classes sociais de diferentes níveis, dispostos à volta de um senhor ou seu mandatário, em que havia trabalho rural, e ofícios que dessem uma quase autonomia a este povoamento, mas em que não há sinais de haver nem circular dinheiro?

Não! Havia lá agora! Mas alguma coisa tinha mudado. Com o tempo, mais mudaria.

Os Cabrais possuíam 502 prazos em diversos concelhos, com centro em Belmonte.

Constituído o primeiro morgadio em 1360, depois vieram a constituir-se mais seis.

Só em Belmonte, possuíam três Folhas: a de Entre-Águas, a de Rei Fernando e Pereiras, e a **Folha da Fórnea**.

Conhecemos praticamente todas as propriedades até onde se estendiam essas Folhas.

Entre os muitos bens, a Quinta da Fórnea era uma das Folhas que os Cabrais possuíam em Belmonte. Era em extensão a mais pequena. Dela, os Cabrais recebiam um total de 11.720 alqueires (16 litros cada, pela medida velha), mais do que recebiam pela Folha de Rei Fernando e Pereiras.

A primeira escavação na Quinta da Fórnea, entre Belmonte e Caria, foi como quem arrancou, de vinte centímetros de debaixo da terra, uma página da dominação romana e a abriu.

Encontra-se logo uma *Villa Rural Romana*, a primeira pesquisada nesta zona. Mas, em termos sociais, o que vemos logo à primeira vista?

Um caso singular: - não se encontrou nenhuma moeda de circulação. A população habitava, trabalhava, comia, e parece que não conhecia ou usava dinheiro. Isto entre o Século II a IV d. C.

<sup>35</sup> Roman Portugal, Vol. II, Fasc.I, Gazetteer, J. Alarcão, Aris & Phillips Ltd - Warminster - England

Estou crente de que alguma sombra de poder forte chegava até aqui. De Centum Cellas? De outra *Villa*, ou *civitas* muito perto ou longe daqui?

Se viermos a estudar outras estâncias rurais romanas, e no concelho temos muitas como disse, e perto e longe desta, saberemos melhor até onde chegava a sombra de Centum Cellas, desde o tempo dos romanos.

E saberemos se os romanos poupavam ao trabalho mulheres ainda com filhos ao colo ou às costas.

O que bem sabemos, porque o vimos, foi que o trabalho da terra, da agricultura e da mineração e fundição, já neste século, foi feito também por mulheres rodeadas de filhos que levavam para o trabalho e deitavam debaixo de qualquer sombrinha enquanto trabalhavam, perto delas, para lhe acudirem quando necessário.

Quando ouvimos falar de mulheres a trabalhar com os filhos às costas, nós lembramo-nos das africanas. A lenda destas terras é certamente bem mais velha que o conhecimento que temos dos costumes das mulheres africanas, e as mulheres daqui trabalharam que nem negras.

O Dr. António Augusto Marques, arqueólogo as Câmara, fez a Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte. Um trabalho que, certamente esta Câmara teria publicado já, se não tivesse sido apresentado em Encontro ou Congresso de Arqueologia, na Guarda, e a edição continuasse dependente de decisões ou dificuldades dessa Organização. Teremos de esperar por esta edição.

Convém deixar dito que as escavações na Estância Romana da Quinta da Fórnea foram feitas pela empresa Arquehoje, dos arqueólogos Pedro Sobral e Filipe Gomes.



## Bispos grandes, grande sombra

Pertencerão estas lendas aos tempos do domínio dos Bispos e da Sé de Coimbra?

Cerca do ano 1000, os exércitos cristãos da reconquista conquistaram aos mouros terras e levantaram castelos. Penedono e Trancoso são os casos mais perto de nós e da Serra da Estrela para lá.

As conquistas praticamente pararam por aí quase dois séculos. Por aqui terá ficado a fronteira.

Só, por meados do século XII, com acção de Afonso Henriques com seus apoiantes e Ordens Militares, é que a acção dos cristãos desce à parte baixa da Beira. Mas ainda para norte da Estrela<sup>36</sup>.

Os Bispos de Coimbra eram bispos de fronteira. A velha e visigótica diocese da Egitânia confrontava com aquela até aos limites de Seia.. Mas as terras de Idanha estavam longe de ser seguras, apesar de várias tentativas de povoamento<sup>37</sup>.

E, antes da doação do foral a Seia em 1136, por D. Afonso Henriques ainda infante, os Bispos de Coimbra tinham chegado até estes limites.

Limites! Mas a missão deste bispado era sem limites. Tinha de fundar igrejas em terras conquistadas e a conquistar aos infiéis até aos confins pagãos, de modo particular nas praças fortes conquistadas aos mouros. Era o objectivo da conquista definitiva da Beira Serra e de Transserra.

E foi por Valhelhas, Belmonte, e Covilhã, logo nas encostas do Monte Hermínio, que esta acção dos bispos de Coimbra começou.

Para isso tiveram que invadir os limites da, até aí extinta, diocese da Egitânia. E invadiram. Era a ordem. Fazia parte da missão de bispos.

Bispo e Sé de Coimbra possuíam já igrejas em Transserra, muito para Nascente de Seia, ainda antes de D. Sancho ser D. Sancho I, rei de Portugal.

A mais antiga referência escrita que se conhece sobre estas igrejas da sé de Coimbra é só de 1162.

Está escrita no arco da porta norte da Igreja de Valhelhas, refere a consagração deste templo.

É artística e de alguma sumptuosidade, o que pode mostrar que a presença, trabalho, e força da Igreja de Coimbra por aqui tinham já importância relevante:

“MENSE MARTIO MILESIMO CC  
HAEC ECCLESIA FUIT SACRATA.”

Portanto, “esta igreja foi sagrada no ano de 1200”, correspondente ao ano de 1162 da era de Cristo.

Está situada no alto Zêzere, ainda entre as pregas da Estrela, fora das vistas desse espaço que se prolongava por terras indecisas, sem fronteira... na direcção do reino de Leão e dos mouros<sup>38</sup>.

Para reconstruírem, terem e manterem estas igrejas, a Sé de Coimbra tinha bens temporais dentro, e à volta de Covilhã e Belmonte.

Por isso é que, dizer que Belmonte, assim como o termo da Covilhã, “desde a sua fundação por D. Sancho I”<sup>39</sup> pertenciam aos Bispos e Sé de Coimbra, é pouco. É limitar um trabalho de organização e esforço que já vinham de muito antes e limitar a história de repovoamento feita nesta zona, embora sem outras provas documentais.

D. Sancho sucede a seu pai em 1185. Antes, tivera experiências na guerra e mesmo na governação onde D. Afonso Henriques o fora industriando, chamando-o a funções concretas.

A formação de Portugal na sua organização tinha tido uma predominância tão forte do monarca que o novo rei tomou conta do governo por sucessão não contestada.

Isto dava-lhe força para seguir uma política régia de povoamento que tomasse o lugar de fidalgos e eclesiásticos, senhores de muitas terras e homens.

<sup>36</sup> Ver: Pereira, António dos Santos; Centralidade Histórica no Interior Beirão, p.5

<sup>37</sup> Saa, Mário; As Grandes Vias da Lusitânia, T. V, mapa p. 234 - 235

<sup>38</sup> Rocha, Alípio; Monografia de Valhelhas, p. 171, Coimbra 1962. Vargas, Dr. José Manuel; Documentos Medievais p/ a História de Belmonte e seu Concelho, 1999, inédito,

<sup>39</sup> Sampaio, Luiz Vaz; R.U. Coimbra, p. V . G.E.P.B.; Apêndice “Belmonte”, Inq. B. e A.D., 6, publ. In Fr.G.V., I, 15

Desenvolver a formação de novos concelhos era uma das novas estratégias políticas e económicas. D. Sancho era apoiado por D. Julião, conselheiro experimentado que o fora já de seu pai, e agora mantivera.

Se, nos dois séculos anteriores, tinha havido “paradoxalmente ausências e simultaneamente multiplicação de poderes nos espaços da Beira”, se esses “foram tempos de perturbações graves, em Viseu, em Seia, na Covilhã, e em Castelo Branco”, sabia-se que a nova (política) de D. Sancho I estava disposta a “tomar medidas definitivas no concernente aos poderes locais, intermédios e delegados, senhoriais e centrais”<sup>40</sup>.

Fidalgos e eclesiásticos conheciam as intenções do novo rei. Estavam atentos aos seus passos.

O Bispo de Coimbra luta pelas terras em que foi senhor.

No dia 6 de Maio de 1186, D. Sancho I, está em Tomar.

D. Martinho, bispo de Coimbra, compareceu aí. Ia enfrentar, convencer el-rei, ou unir-se a ele?

É que, a diocese tinha sido a última a ser criada no reino, crescera às suas custas, e ligava-se e entremeava-se com terras de infiéis e de Leão. Melhor, fora criada sem limites porque, logo com a fundação, Bispos e Sé ficaram com a obrigação de fundar igrejas em terras conquistadas e a conquistar aos infiéis.

Coimbra tinha penetrado pelas encostas da Serra da Estrela, tinha fundado igrejas, tinha fixado população. Chegara onde outra organização não conseguira chegar.

Pode dizer-se que o alargamento de Portugal pela Beira Interior, a Sul e Nascente da Estrela, foi feita pelos bispos de Coimbra e não só. Por bispos, bispos-cavaleiros, e cavaleiros de Coimbra.

Mas os senhores destas terras e igrejas do termo de Covilhã e Belmonte, e do senhorio de Belmonte (Centum Cellas) eram os bispos.

Se ficassem fora da viragem da nova política, Bispo e Sé podiam ficar sem o que aqui tinham alcançado.

Mas D. Sancho reconheceu ao bispo e sé de Coimbra a posse das igrejas do termo da Covilhã. Desta concessão veremos à frente o documento que virá a ser confirmado pelo papa.

<sup>40</sup> Pereira, António Santos; Id. id.

## Forais de Belmonte

### Doações anteriores aos Forais

Antes da doação dos primeiros forais a Belmonte – Centum Cellas e Belmonte – houve doações feitas por D. Sancho I aos Bispos e Sé de Coimbra. Inicialmente sem qualquer oposição.

A posse destes bens, assim como da propriedade da herdade de Centum Cellas feita aos Bispos e Sé de Coimbra, deixou de ser pacífica após a recriação da Diocese da Egitânia e do facto de el-rei ter conseguido do Papa que a sede desta nova diocese tivesse assento na Guarda, cujo foral foi dado quase logo a seguir ao de Belmonte de 1199.

Estas lutas entre Bispos resultariam em excomunhões, por vezes até em sangue, em recursos e contra-recursos para o Papa. Da sentença definitiva, damos também, a seguir, o resumo.

### Doação das Igrejas de Belmonte e Covilhã

Antes da doação do foral da Covilhã, em Maio de 1186, em Tomar, D. Sancho I fez a doação, à Sé de Coimbra, de todas as igrejas construídas e a construir na Covilhã e seus termos.

Foram, em resumo estas as palavras de el-rei:

*"In Dei nomine....ego S(ancius) Dei gratia Porugalensium rex una cum uxore mea regina domna D(ulcia) et filiis meis uidelicet rege domno A(lfonso) et regina domna T(arasía) et regimna S(ancia) facio cartam donatiomis et perpetue firmitudinis sedi Beate Virginis Marie de Colimbria et uobis domno M(artino) Conimbriensi episcopo de ecclesiis omnibus que sunt et que erunt edificate in uilla de Couelliana et in omnibus terminis suis.*

*Damus itaque uobis atque concedimus prefatas ecclesias duplicis considerationis intuitu, tum pro amore Beate Marie tum etiam pro collato in predicta uilla et aliis locis mihi a uobis obsequio, ut in eis tam uos quam omnes successores uestri ius episcopale sicut in aliis ecclesiis quas in episcopatu uestro liberius possidetis perpetuo habeatis.*

*Quicumque uero hoc nostrum factum raborauerit et robortum obseruauerit benedictionibus repleatur amen.*

*Facta karta mense Maio apud Tomar sub Era" (1186).*

*Domnus Valascus maiordomus curie conf.(eriuit) Petrus Alfonsi signifer regis conf.(eriuit), Menendus Gonsalui conf.(eriuit), A(lfonsus) Hermigii conf.(eriuit), P(etrus) Fernandi conf.(eriuit), magister Gualdinus conf.(erivit), Egas Paaiz ts.(testimugnauit, Martinus Paaiz ts.(testimugnauit)*

*Godinus Bracarensis archiepiscopus conf.(eriuit), M(atrinus) Porticalensis episcopus conf.(erivit), I(ohannes) Visensis episcopus conf.(eriuit), Godinus Lamecensis episcopus conf(erivit), S(uarius) Vlisbonensis electus conf.(eriuit), Pelagius elborensis electus conf.(eriuit), Reimondus Menedi ts.(tetimugnauit), Suariz ts.*

*Iulianus notarius curie scripsit"*

"Em nome de Deus... eu, Sancho, por graça de Deus rei de Portugal, em conjunto com minha mulher a rainha Dona Dulce e meus filhos, a saber, o príncipe D. Afonso, princesa D. Teresa, e princesa D. Sancha, à Sé da Santa Virgem Maria de Coimbra e a vós D. Martinho bispo de Coimbra, faço carta de doação e de perpétua fidelidade de todas as igrejas que estão e que forem edificadas na vila da Covilhã e em todo o seu termo. Assim damo-vos e concedemo-vos as ditas igrejas considerando um duplo intuito, tanto pelo amor de Santa Maria como também pelo obséquio ligado à referida vila e outros lugares para mim e para vós para que neles tanto vós como todos os vossos sucessores tenhais o direito de bispo perpetuamente como nas outras igrejas que no vosso episcopado possuís livremente. Portanto, todo aquele que corroborar este nosso facto e, corroborado o observar, seja repleto de bênçãos, Amen.

Carta feita no mês de Maio, em Tomar, na era de (1186)<sup>41</sup>.

(Seguem-se as assinaturas, entre elas, a de Julião, notário)

<sup>41</sup> A. N. T. T. - Sé de Coimbra, Docs. Régs. m. 1, n.º 21 (arquétipo, com furos do selo pendente)

## Lutas entre Bispo de Coimbra e Bispo da Guarda

Depois de meio século de lutas, a sentença definitiva foi dada em 28 de Fevereiro de 1256, confirmada pelo Papa Alexandre IV em 27 de Abril do mesmo ano.

Entre outras decisões, e de modo geral, a Guarda recebeu as igrejas de Belmonte, Inguias, Olas, Celorico e outras, e Coimbra ficou com as possessões leigas de Belmonte, Inguias e Olas:

*"In nomine Christi Amen. Johanes, misera (...) tione diuina sancti Nicolaj in Carcere Tulliano Diaconus cardinalis. Uniuersis Christi fidelibus in perpetuum. (...) Nos igitur, auditis hijs et alijs que partes hinc inde proponere uoluerunt (...) pronunciamus, dicimus et etiam declaramus Couellianam cum terminis suis et nominatim Castrum de Belmonte, Anguies et Ollas de Godiñ cum suis pertinencijs esse de Egitanienſi diocesi, et adjudicamus Episcopo (...) iura Episcopalia in locis ipsis et pertinencijs eorundem (...) Colimbriensibus super eis perpetuum silencium imponendo. (...)"<sup>42</sup>.*

*"(...) Prouidemus quoque, ordinamus, decernimus, statuimus ac etiam deffinimus ut possessiones laicales, quas tenet Colimbrieñ (sis) Episcopus in Belmonte, Anguies, Ollis de Godino, et locis alijs (...) perpetuo juris et proprietatis existant Colimbrieñ (sis) ecclesie ipsosque Episcopum (...) Episcopi et procuratoris Capituli Egitanienſim sibi super ipsis perpetuum silencium imponendo (...)"*

*"(...) Actum Rome Transtiberim in domibus Cardinalis sancti. Grigosonj, iij Kalendas Marcij, quatuordecim Jndiccionis, Anno Domini Millesimo ducentesimo quinquagesimo sexto. Pontificatus domini Alexandri pape iij, Anno secundo..."*

*"(...) Ego Bernardus de Littera, apostolice sedis auctoritate Notarius... rogatus interfui de mandato eiusdem domini Cardinalis hoc presens publicum instrumentum propria manu scipsi ac in publicam formam redegí et signum meum apposuj".*

"Em nome de Cristo, Ámen (...) portanto, Nós, ouvidos estes e outros que aqui quizeram depor como partes... pronunciamos, dizemos, e declaramos mesmo, que a Covilhã com seus termos e particularmente o Castelo de Belmonte, Enguias, e Olas de Godim com todas as suas pertenças serem da diocese da Guarda, e atribuimos ao Bispo (...) os direitos episcopais nos ditos lugares e pertenças dos mesmos (...) impondo aos de Coimbra, perpétuo silêncio sobre os mesmos"

"(...) Providenciamos também, ordenamos, decidimos, estabelecemos e definimos mesmo que as possessões laicas (temporais) que os bispos de Coimbra tem em Belmonte, Inguias, Olas de Godim, e noutros lugares (...) sejam de perpétuo direito e propriedade para a Igreja de Coimbra e seus Bispos (...) impondo silêncio perpétuo a si, Bispo e Capítulo da Guarda (...)"

(Segue-se lugar e data)

## Foral de Centum Cellas

Antes de falar do Foral de 1194, convém lembrar que há referências ao Foral de 1188. O texto que segue é de 1194.

"Eu, Pedro, por graça de Deus Bispo de Coimbra, juntamente com os nossos cónegos, queremos restaurar e povoar a nossa herdade de Centumcellas que o rei D. Sancho juntamente com sua esposa Dona Dulce, e seus filhos príncipe D. Afonso e D. Pedro conferiu à Santa Igreja de Coimbra. Concedemos o foral e costumes da Covilhã a todos, presentes e futuros, que nela quizerem habitar. Assim mandamos que duas partes dos cavaleiros vão a ao fossado do rei e a Terça permaneça na vila com os peões(...)"

Seguem as leis e os limites do foral que são os mesmos que depois vieram a ser fixados no foral de 1199.

*"Feita esta carta de foral no mês de fevereiro, era de MCCXXXII" (1232 = 1194 d. C.)*

*"Todo o concelho da Covilhã testemunhou - Martinho Soares irmão do Bispo testemunhou - João Martins testemunhou - Eu G.(odino, Godim) decano da Sé de Coimbra conferi - Eu João arcediago da Covilhã conferi - Eu P.(edro) capelão da Sé de Coimbra conferi - Eu P.(edro) cantor da Sé de Coimbra conferi - Eu J.(oão) tesoureiro conferi - Soeiro Guterres presbítero esteve presente - Gonçalo presbítero esteve presente - Egeas (Egas?) Testemunhou - Álvaro testemunhou."*

*"E eu D. Sancho filho de D. Afonso nobilíssimo Rei de Portugal e da Rainha Mafalda, juntamente*

<sup>42</sup> Gomes, P. H. D. G. p. 34 - 44. Transc. A. N. T.T., Col. Especial, Cabido da Sé de Coimbra, caixa 30, docs. 102-103

*com meus filhos e filhas, a saber o Príncipe D. Afonso e D. Pedro e D. Fernando e as Princesas D. Teresa e D. Dulce, juntamente com D. Pedro Bispo de Coimbra e o consenso dos seus cônegos esta carta confirmamos com as próprias mãos e fazemos estes sinais (...)*

*"Carta feita no mês de Fevereiro, era de 1232 (1194)"*

Em 1194, D. Sancho confirma a carta de foral outorgada pelo bispo de Coimbra, D. Pedro e seu cabido a "Centumcellas", Senhorio que o mesmo monarca tinha doado à Sé de Coimbra.

Mais tarde os papas, Celestino III em 12 de Julho 1197, e Inocêncio III em Janeiro de 1199, confirmam esta doação régia à Sé de Coimbra<sup>43</sup>.

Porquê era preciso que os papas confirmassem até as doações de El-rei à Sé e Bispos de Coimbra que eram as igrejas do termo da Covilhã, incluindo as de Belmonte, e o senhorio de Centum Cellas e Belmonte?

El-rei, podia retomar dos fidalgos as terras e doações, e as tenças por serviços prestados. Um rei podia esquecer o que dera, e os seus sucessores muito mais esquecidos podiam ser. Mesmo com a Igreja davam o preciso para obter regalias e retiravam-no logo que podiam.

Aqui a Igreja confirmava a posse das igrejas deste termo. Era, praticamente tudo o que estava organizado eclesiasticamente a Sul e Nascente da Serra da Estrela. Aqui se incluía a igreja de Valhelhas e as igrejas de São Tiago, de Olas e de Enguias, de Belmonte.

As doações feitas à Sé de Coimbra não ficam excluídas da política real de doação de forais na Beira e Trás-os-Montes. A Serra da Estrela, uma dificuldade geográfica difícil de ultrapassar em guerra e povoamento, ele vai transformá-la na melhor defesa organizada.

### **Covilhã, foral gerador de uma leva de forais, mas à força**

No mesmo ano de 1186, em Outubro, dá foral à Covilhã<sup>44</sup>.

É um termo imenso. Começa no pico da Serra da Estrela, águas vertentes para o Zêzere, corre a Nordeste, na divisão de águas do Mondego, até junto à Guarda a águas vertentes para o Côa, e até este, pela ribeira de Boi que será a de Nocine<sup>45</sup> ou a de Pousafoles do Bispo<sup>46</sup>, e, do Côa, à nascente da ribeira do Aceife, a ocidente de Penamacor; seguindo o Aceife até Taveiró, e Alpreade, até ao Ponsul e este até ao Tejo e Foz do Zêzere, até tomar, na Estrela, as águas vertentes para o Zêzere.

Era um concelho para ser gerador de muitos outros concelhos, como foi, a bem ou a mal.

Mesmo a mal, porque, por exemplo o de Castelo Branco, envolveu guerras, refregas e mortes.

No mesmo ano do foral da Covilhã (1186) dá foral a Gouveia; Em 1187, a Avô, Viseu e Bragança; em 1188, a Valhelhas, e, ainda em 1188 ter-se-á tentado dar foral já a Centum Cellas. Esta tentativa, embora referida, é confusa por enquanto.

Mas a leva de doação de forais é interrompida.

É que, em 1189, D. Sancho faz duas expedições ao Algarve, e, em 1190, o emir Iacub Almançor faz recuperação de terras já conquistadas aos mouros.

Com estas investidas mouriscas, mais se sentiu que era preciso continuar a política de criação de concelhos, criar uma cavalaria vilã, nova, cobiçosa e ambiciosa, para, às suas próprias custas e de suas gentes, ajudar el-rei nestas conquistas e reconquistas sempre presentes ou eminentes.

Os filhos segundos e seus pais ansiavam por esta política.

De 1192 a 1195, D. Sancho dá foral a S. Vicente da Beira (dito São Vicente de Transserra), e, em 1194 doa Belver aos Templários.

Dentro do limite deste grande concelho da Covilhã, D. Sancho retira a Herdade de Centum Cellas que doa ao Bispo e Sé de Coimbra, (1188-1194). Dá-lhes, assim, o senhorio temporal de Centum Cellas a cujas terras e gente, em 1194, D. Pedro, bispo de Coimbra, e seus cônegos pretendem dar foral também, seguindo a política real e recolhendo dela os benefícios.

<sup>43</sup> Vargas, Dr. José Manuel; "Pesquisa de documentos Medievais sobre o Concelho de Belmonte"; T.T. Cabido da Sé de Coimbra. Docs. Eclesiásticos, Mç. 1, nº 33

<sup>44</sup> Vargas, id. T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Docs. Régios, Mç 1, n. os 21, 22

<sup>45</sup> Saa, Mário; id., id

<sup>46</sup> Vargas, Id., Id.

El-rei confirma este foral, mas parece que não chegou a vingar, talvez até porque, entretanto, nova paragem se dá na outorga de forais.

Em 1196 e 1199, el-rei vê-se envolvido em lutas contra o Reino de Leão. Em 1198, as relações com a Igreja não são boas.

#### **D. Sancho é ameaçado de excomunhão**

Vê-se ameaçado de excomunhão pelo papa. Este diz que está atrasado o pagamento de dois marcos de ouro durante dez anos. El-rei alega que foram pagos adiantados. O papa não entende assim e o rei teve de pagar mesmo.

Não lhe convinha sustentar uma guerra destas com o papa, e preferiu tirar proveito de outros modos nas relações com a Igreja.

#### **Cria uma diocese no centro dos interesses de outras**

Assim o rei vai conseguir a recriação da diocese da Egitânia e mais, - vai conseguir que, a título provisório, esta fique com sede na Guarda a que tinha dado foral em 1199, depois do de Belmonte, como ficou dito.

Com a criação do foral da Covilhã, e muitas vezes contra a vontade desta vila de termo imenso, ela iria ser mãe de muitos concelhos que dela iriam ser desafectados.

Com a colocação da sede da diocese da Idanha na Guarda, esta passou a ser o ponto mais importante de encontro das Beiras, e o povoamento a realizar pela diocese da Idanha iria ter um desenvolvimento muito para lá do termo da Covilhã.

Paralelamente à Covilhã e esta no domínio da administração, a diocese da Guarda, no domínio espiritual, seria mãe das dioceses de Portalegre e Castelo Branco, iria até à Vidigueira.

O ritmo iria ser dado pelo primeiro bispo que foi da escolha do próprio rei. Falaremos desta epopeia religiosa e divina, ressaibada de interesse temporal.

Veremos Belmonte bem no centro e arranque desta epopeia.

O desenvolvimento da diocese da Guarda (ou de Idanha) iria ter dificuldades mesmo dentro dos seus limites sem limites.

É que, as igrejas do termo da Covilhã, Valhelhas e Belmonte estavam encravadas na diocese da Guarda e barravam-lhe o caminho de avanço para Sul.

#### **Centum Cellas quer travar a diocese da Guarda**

Mais. Centum Cellas era território de domínio da Sé de Coimbra, no domínio espiritual e temporal. Seguindo a política de el-rei, Sé e Bispo de Coimbra tentam a organização destas terras, com a doação de foral logo em 1194. Parece que não se conseguiu êxito, embora tenha sido confirmada por el-rei.

Mas, em Julho de 1199, é D. Sancho I e a Sé de Coimbra que dão, e desta vez com resultado, foral a Belmonte, seguindo embora o foro da Covilhã.

As Inquirições de D. Dinis de 1314, referem que inicialmente fora dada à diocese de Coimbra apenas o lugar de Centum Cellas, e que Belmonte ficava no termo da Covilhã. O certo é que, talvez com mais algumas terras de el-rei, o foral de 1199 foi dado a Belmonte e não já a Centum Cellas. E, segundo este foral, as receitas da administração são pagas - as do concelho, ao concelho; e as do senhor, ao bispo e não ao rei.

O senhor continuava a ser o bispo de Coimbra.

No mesmo ano de 1199, em Novembro, e meses depois da concessão do foral de Belmonte, D. Sancho dá foral à Guarda.

Cria-se assim uma linha ou eixo de poder eclesiástico e civil que tinha centro na Guarda, mas vinha de Castelo Branco, passando por Covilhã e Belmonte até Trancoso e até Bragança.

Belmonte estava dentro dessa linha, como caso singular, em que o poder civil e eclesiástico tinham características especiais, uma vez que os bispos de Coimbra eram os detentores destes poderes.

Estes poderes foram-nos mesmo alargando à volta de Belmonte, não por conquistas mas por compras umas sobre outras, dentro e à volta do termo das igrejas que, desde 1186, lhes tinham sido

confirmadas. Compras mais ou menos forçadas? O certo é que, através do século XIII, pelo menos, o domínio dos bispos aumentou mais e muito mais do que aquilo que hoje é o actual concelho.

As Inquirições de 1314 deixam ver que, inicialmente, os bispos só receberam Centum Cellas. Mas esta referência será a respeito da primeira doação, em 6 de Maio de 1186, e, antes até da tentativa de dar foral em 1194, já os bispos tinham começado a alargar o e seu território, por uma política que nem os bispos da Guarda nem os papas haviam de poder contrariar.

Ou dado por el-rei ou adquirido e povoado pelos bispos, Belmonte, em 1199 fica cabeça do concelho, que virá a ter aldeias como: Olas de Godinho, Enguias, Carvalhal Formoso, Colmeal, Vale Verde (Valverdinho), Ferrarias, Maçainhas, Colmeal, Gaia, Lavacolhos, Rebelhos, Vila Nova de Olas de Godim... território suficiente para dele vir a retirar quase todo o concelho de Sortelha.

Isto é o que se deduz de documentação medieval conhecida e, sobretudo, dos limites do foral dado a Belmonte, em Julho de 1199.

### **Foral de Belmonte de 1199**

“Em nome da Santa e indivisa Trindade, Padre, Filho e Espírito Santo. Eu, Rei D. Sancho, filho de D. Afonso Henriques, mui nobre rei de Portugal, e da rainha D. Mafalda, juntamente com os meus filhos e filhas, isto é, príncipes D. Afonso e D. Pedro e D. Fernando, e as princesas D. Teresa e D. Sancha, juntamente com D. Pedro, Bispo de Coimbra, e com o consenso de seus cónegos:

1. Queremos restaurar e povoar Belmonte.
2. Damos e concedemos o foro e costumes da Covilhã a todos, quer presentes quer futuros que nela quiserem habitar.
3. Assim mandamos que duas partes dos cavaleiros vão fazer fossado do Rei, e a terça parte permaneça na vila com os peões. Façam fossado uma vez por ano. O que não for ao fossado pague 5 soldos por fossadeira.
4. Por homicídio, de Belmonte ou seu termo, paguem-se 100 soldos ao Bispo e 50 aos parentes do morto.
5. Por casa arrombada com armas, escudo e espadas, paguem-se 300 soldos e a 7ª parte ao Bispo.
6. O que roubar pague nove por um; e fique o lesado com duas partes e o Bispo com sete.
7. O que violentar uma mulher e ela, reclamando, disser que foi forçada por ele e ele negar, ela dê por testemunhas abonatórias três pessoas da sua condição, e o acusado apresente doze em como o não fez. E se a mulher não tiver testemunhas, que jure só ele. E se ele não puder jurar, pague 300 soldos e a 7ª ao Bispo.
8. A testemunha mentirosa e o declarante mentiroso paguem 60 soldos e a 7ª ao Bispo, e (o declarante?) dobre o haver (a quantia?).
9. Aquele que, em reunião do concelho, ou no mercado, ou na igreja, bater em alguém, pague 60 soldos. Da metade do Concelho, pague-se a 7ª ao Bispo.
10. O que for gentil (nobre por nascimento (1)) ou herdador (*cavaleiro-vilão*<sup>47</sup>) não seja mordomo (funcionário).
11. O que na vila encontrar penhor ou fiador e for a monte penhorar, dobre o penhor, pague 60 soldos e a 7ª ao Bispo.
12. O que não comparecer ao chamamento do juiz e tiver recebido a intimação da mão do saião (oficial), pague um soldo ao juiz.
13. O militar ou peão que não acorrer ao chamamento às armas, excepto aquele que estiver ao serviço de outra pessoa, o cavaleiro pague 10 soldos aos vizinhos (*do concelho*), e o peão pague 5 soldos.
14. O que tiver uma aldeia (*quinta*), e uma junta de bois, e 40 ovelhas, e duas camas, - compre (*terá de comprar*) um cavalo.
15. O que quebrar o contrato matrimonial com sua mulher, pague 30 soldos e a 7ª ao Bispo.
16. E a mulher casada que deixar o seu marido, pague 300 soldos e a 7ª ao Bispo.
17. E o que abandonar sua mulher, pague um dinheiro<sup>48</sup> ao juiz.

<sup>47</sup> Vargas, Dr. José Manuel; Os Forais de Belmonte; ed. Câmara M. Belmonte, no prelo.

<sup>48</sup> Doze dinheiros faziam 12 soldos

18. O que cavalgar um cavalo alheio, por um dia, pague um carneiro. E se for por mais, pague 6 dinheiros por dia e um soldo por noite.
19. O que ferir com lança ou espada, por ferir pague 10 soldos; por trespassar de um lado ao outro, pague 20 soldos ao ferido.
20. O que ferir um olho, ou braço, ou dente, por cada membro pague 10 soldos ao ferido, e dê a 7ª ao Bispo.
21. O que bater numa mulher diante do seu marido, pague 5 soldos e a 7ª ao Bispo.
22. O que mudar os marcos de um limite *para (aumentar)* sua propriedade, pague 5 soldos e a 7ª ao Bispo. E o que quebrar o marco alheio pague 5 soldos e a 7ª ao Bispo.
23. O que matar o cozinheiro de alguém, pague por homicídio ao amo e dê a 7ª ao Bispo. Do mesmo modo com o hortelão, o que trabalha ao quarto, o moleiro, e assalariado residente no solar.
24. O que tiver vassallos no seu solar ou herdade, onde quer que no reino de Portugal tenha as propriedades, eles não sirvam nem paguem, de toda a sua fazenda, a outro homem senão ao senhor da herdade.
25. Os moradores de Belmonte não paguem nenhuma coima em todo o reino, senão pelo foro de Belmonte.
26. Tendras, moinhos, e fornos dos homens de Belmonte estejam livres de foro.
27. Os cavaleiros de Belmonte sejam tidos em juízo como potestades (*ricos – homens*) e os infanções (*acima de cavaleiros e abaixo de ricos-homens*<sup>49</sup>) de Portugal.
28. Os clérigos tenham verdadeiramente foro de cavaleiros.
29. Os peões sejam tidos em juízo como os cavaleiros vilãos de outras terras.
30. O que vier a fazer de procurador de um homem de fora da vila seu vizinho, pague 10 soldos a 7ª ao Bispo.
31. Um homem de Belmonte não responderá sem procurador.
32. O gado de Belmonte não pagará montádego, (*tributo por pastagem*) noutra terra<sup>50</sup>.
33. O cavaleiro que perder o seu cavalo, ainda que tenha outro, fica isento de serviço por um ano.
34. Por um mancebo que matar um homem de fora da vila e fugir, seu amo pague por ele o homicídio.
35. Em todas as questões do palácio, seja o juiz o vozeiro (procurador).
36. O que penhorar na vila com saião (*oficial da justiça*) e lhe tirarem o penhor, conceda-lho o saião, oiça o conselho de três freguesias e refaça o penhor por 60 soldos, metade para o concelho e metade para o queixoso.
37. Os homens de Belmonte não serão dados em desafio para duelo sem préstamo.
38. E, se os homens de Belmonte tiverem uma demanda com homens de outra terra, a demanda não se julgue entre eles por juramento, mas por averiguação ou duelo.
39. Os homens que quiserem pastar com seu gado no termo de Belmonte, cobrem deles tributo da pastagem, a saber: de rebanho de ovelhas, 4 carneiros; de manada de vacas, uma vaca. Este tributo de montádego é do concelho.
40. A todos os cavaleiros que forem para o fossado ou para a vanguarda do fossado, os cavalos que perderem na algara ou na lide<sup>51</sup> primeiro pagá-los-eis sem retirar a quinta (parte), e só depois nos dareis a quinta directa.
41. Todo o homem de Belmonte que encontrar outro de outra vila, nos seus termos, cortando ou levando madeira dos montes, apreenda-lhe toda a que encontrar, sem coima (multa).
42. De azarias<sup>52</sup> e guardas pagareis a 5ª parte, sem doação (de qualquer quantia ao senhor).
43. Todo o que penhorar ou roubar ou mandar roubar gado doméstico pagará 60 soldos ao Bispo e o dobro do gado ao dono deste.

<sup>49</sup> Vargas, Dr. José Manuel; Id.

<sup>50</sup> Neste ponto, Belmonte tinha direitos iguais à Covilhã

<sup>51</sup> Algara, correria repentina contra o inimigo. Lide, Pequena peleja. (Id., Id.)

<sup>52</sup> Investidas por terras inimigas ou de ninguém para rapina de produtos.



44. Verdadeiramente atestamos e confirmamos para sempre que todo o que penhorar mercadores ou vendedores ambulantes cristãos, judeus ou mouros, a menos que seja fiador ou devedor, o que tal fizer pagará 60 soldos ao Bispo e o dobro do gado que apreender ao seu dono. E ainda, pagará 100 morabitanos<sup>53</sup> por ter violado a imunidade; e (destes) receberá metade o Bispo, e metade o concelho.
45. Se alguém vier à vossa vila roubar comida e aí for morto ou agredido, não (se) pague multa a ele, nem, por homicídio, aos seus parentes. E se, por isto, for com queixa ao rei ou ao senhor da terra, pagará 100 morabitanos, metade para o Bispo e metade dá-se ao concelho.
46. Mandamos e concedemos que, se alguém for ladrão, e se durante um ou dois anos deixar de roubar, e depois, por qualquer motivo for requerido (a julgamento) por tudo quanto antes cometeu, seja absolvido como ladrão. Se é ladrão, morra e sofra como ladrão, sem mais nada. Se alguém não é nem foi ladrão, mas foi acusado de roubo, responda segundo o seu foro.
47. Se qualquer homem mantiver por força a filha de alguém, entregue-a a seus pais e pague 100 morabitanos e a 7ª ao Bispo; e seja ainda (considerado) homicida.

De portagem<sup>54</sup>:

De foro (ou imposto) por carga de cavalo, de panos, de lã ou de linho, 1 soldo.

Por carga de lã, 1 soldo.

Por carga de festões, 5 soldos.

Por carga de panos de côr, 5 soldos.

Por carga de pescado, 1 soldo.

Por carga de burro, 5 dinheiros.

Por carga de peles de coelhos (transportadas por cristãos), 5 soldos.

Por carga de peles (transportadas) por mouros, 1 morabitano.

Por um cavalo que se vender no mercado, um soldo. Por um mulo, 1 soldo.

Por asno, 6 dinheiros

Por boi, 6 dinheiros.

Por carneiro, 3 mealhas<sup>55</sup>.

Por um porco, 2 dinheiros

Por furão, 2 dinheiros.

Por carga de pão ou de vinho, 3 mealhas.

Por carga de peão, 1 dinheiro.

Por mouro que se vender no mercado, 1 soldo.

Por mouro que se resgatar, a décima.

Por mouro (*que se resgate*) que fizer acordo com seu dono, a décima (*do acordado*).

Por couro de vaca ou de zebra, 2 dinheiros.

Por couro de veado ou de gamo, 3 mealhas.

Por carga de cera, 5 soldos.

Por carga de azeite, 5 soldos.

Esta portagem pagarão todos os de fora da vila; a terça parte dar-se-á a quem der hospedagem, e duas partes ao Bispo.

Os moradores de Belmonte não pagarão portagem."

### Limites

"Damos-lhe os termos por Teixeira como correm para o Zêzere; daqui, (*da Teixeira*), ao porto de Monte Santo; depois, pelo Caminho Velho como conduz ao Monte Santo, depois como passa a

<sup>53</sup> (15 soldos no mínimo).

<sup>54</sup> Portagem era o imposto paga pela entrada de mercadorias em concelhos ou lugares a que isso tinham direito. Em Belmonte, num dos caminhos que davam acesso à vila, há o que hoje chamam Barroco dos Corvos e que antigamente se chamava Barroco da Confissão. Pensa-se que era porque aqui tinham de declarar o que de mercadorias passavam para vender.

<sup>55</sup> Mealhas: metade de um dinheiro (moeda de dinheiro cortada ao meio).

Lavacolhos; e, daqui, mesmo pelo alto dos Castradinos, e depois ao rio Anascer como divide com Sargaçaias”. Os limites de Belmonte terão sido, pelo alto das serras das Galgueira e da Teixeira, entre Vela e Benespera. O próprio lugar de Teixeiras fez parte do termo de Belmonte, e até foi aforado em 1251. Houve várias lutas pela posse deste lugar quando já tinha o nome de Aldeia de D. Gil de Valhelhas. Iam depois ao Porto Santo que seria na estrada romana de que ainda há vestígios. Segue esta até ao Monte Santo, provavelmente Monte de S. Cornélio. Até Ribeira de Quarta-feira, antigamente de Lavacolhos; passando em direcção a Aldeia de Santo António, no concelho do Sabugal, perto da qual nasce a ribeira que vai tomar o nome de Anascer, o antigo Nocer. Anascer ainda hoje é o nome que, abaixo do Casteleiro, mantém esta toponímia, assinalada mesmo no centro desta localidade. É a junção da ribeira que vem do Terreiro das Bruxas e se reúne, no Casteleiro, com a que vem de Quarta Feira mas que já vem das Alagoas e continua até se reunir à Ribeira da Meimoa); divide com Sarguzaes (chamada Vila Nova no séc.XIV, agora Aldeia de Santo António, próxima de Sortelha)<sup>56</sup>.

Daqui, pelos Montes Crestadinos apanhando Valverdinho que pertenceu a Belmonte e a cujos dezasseis colonos foi aforada a terra por um bispo de Coimbra. Daqui, pela Quinta dos Marcos, junto de Caria, abrangeria o monte de S. Geraldo que, nas Inquirições de 1758, é dado como pertencente à Casa de Belmonte; a passar pelo Porto da Covilhã, junto da Quinta da Boavista também junto de Caria e junto à Ribeira de São Sebastião que é, nem mais nem menos, a antiga Ribeira de Lavacolhos. Junto dela estava a Igreja Paroquial de Caria, um tanto fora do lugar da povoação, e cujo orago era precisamente N<sup>a</sup> Sra. de Lavacolhos antes de ter como orago N<sup>a</sup> Sra. da Conceição de Caria.

Daqui, do Porto da Covilhã, limite com o concelho de Belmonte noutros tempos, passava ao fundo da Serra de Montes Crestados, hoje Serra da Esperança, englobando Malpique que também pertencia a Belmonte desde a Idade Média, até à Ponte das Cebolas.

Daqui seguia o Rio Zêzere até, de novo, ao lugar de Entre Águas, (há vários topónimos de Entre Águas...), aqui, o lugar onde de novo recebia as águas da Ribeira da Teixeira, subindo até à Serra da Galgueira donde os limites tinham partido.

Fala-se no foral de Belmonte que os limites seguem até ao Monte Santo (Monte de São Cornélio ou o das Fráguas) pelo caminho velho. Este caminho pode ser a estrada romana que saía de Sortelha, pelo lado direito do Monte de São Cornélio, passando pelos lugares de Pena Lobo, Pousafoles, seguindo a Panóias e Tintinholo...<sup>57</sup>

Por esta linha andava o termo do concelho de Belmonte, como andara antes o concelho da Covilhã, mesmo com a doação da Herdade de Centum Cellas à Sé e Bispos de Coimbra, termo que estes foram aumentando. Por algumas destas linhas andariam depois os limites dos concelhos da Guarda e de Sortelha.

Se nem todas as terras dentro destes territórios do concelho de Belmonte eram da Sé de Coimbra, embora sujeitas às regalias e deveres que o foral estabelecia em favor do concelho e da mesma Sé, os bispos foram comprando e aforando cada vez mais, numa velocidade que causa espanto, mesmo que a questão das igrejas, entre bispos da Guarda e Coimbra não estivesse resolvida e talvez até por causa disso: Coimbra comprava e aforava cada vez mais, ainda antes da sentença definitiva do Papa.

Não só pelas doações temporais feitas pelo rei à Sé conimbricense, como pela concessão do foral com seus limites e regalias, como pelas terras compradas e aforadas pelos bispos, o termo e domínio temporal da Sé de Coimbra não são muito contestados.

“Eu, rei D. Sancho, filho do nobilíssimo D. Afonso rei de Portugal, e da rainha D. Mafalda, juntamente com meus filhos e filhas, a saber, os príncipes D. Afonso, D. Pedro e D. Fernando, e as princesas D. Teresa, e D. Sancha, juntamente com D. Pedro Bispo de Coimbra e o consenso dos seus Cónegos, confirmamos e corroboramos com nossas próprias mãos esta carta.

Todo aquele que quiser romper com estes limites assim assinalados, pague 1.000 soldos ao concelho, em moeda corrente.

Carta feita no mês de Julho. Era de 1237.” (1199 d. C.)

“E se alguém quiser ir contra este nosso contrato seja amaldiçoado por Deus.

<sup>56</sup> A.N.T.T.; Cabido da Sé de Coimbra, Docs. Régios, Mç. I, N.º 29, 30, e 31

<sup>57</sup> Saa, Mário; Id., p.245

E concedemos a todo o cristão, ainda que seja servo, desde que habite em Belmonte durante um ano, que seja livre e ingénuo, ele e a sua descendência.”<sup>58</sup>

Este foral consta de uma das três cópias que existem do foral original, com diferenças sem valor, de umas para as outras. O original foi baseado no de Centum Cellas, como já tinha sido dito por Alexandre Herculano. Tanto Centum Cellas como Belmonte, segundo o que se depreende dos dois forais, dá-se a entender que já existiam, pois que ambos os documentos dizem “queremos restaurar e povoar”.

No final da cópias do foral de 1199 faltam as testemunhas. Que poderão ter sido as mesmas do foral de 1194 feito para Centum Cellas, e, por isso, se apresentaram já no fim deste foral.

### **Listagem dos bispos de Coimbra a partir de 1147**

1. D. João de Anaia (1147-54)
2. D. Miguel Pais Salomão (1162-1176)
3. D. Bermudo (1177-1182)
4. D. Martim ou Martinho Gonçalves (1183-1191), 1º senhor confirmado de Centum Cellas, e de todas as igrejas do termo da Covilhã e Belmonte.
5. D. Pedro Soares (1192-1233). Deu foral a Centum Cellas e Belmonte.
6. D. Tibúrcio (1233-1246). Fez compras e aforamentos vários.
7. D. Domingos (1246-1247)
8. D. Egas Fafes (1247-1266), continuou, em força, os aforamentos e compras.
9. D. Mateus (1268-1274)
10. D. Américo d’Ébrard (1279-1295), Existe o documento em que Belmonte lhe presta menagem.
11. D. Pedro Martins (1279-1301)
12. D. Fernando (1302-1303)
13. D. Estevão Anes Brochardo (1304-1318)
14. D. Raimundo Ébrard (1319-1324)
15. D. Raimundo Ébrard II (1325-1335)
16. D. João de Prez (1333-1337)
17. D. Martinho, troca o senhorio de Belmonte e Couto de S. Romão, pelo de Arganil (1392 d. C.).
18. D. João Cabeça de Vaca (1378-1383?)
19. D. Martinho (1386-1398)
20. D. Martinho Pires da Charneca (1396-1398)
21. D. João Esteves da Azambuja (1399-1402)

### **Caria – Cabeça da Diocese**

#### **Bispos da Guarda assentam e resistem em Caria.**

Mas vão ser cercados ou minados por uma política diferente, hábil, e original, em que veremos os bispos da Guarda instalarem-se em Caria, logo pegados ao poder temporal dos bispos de Coimbra, combatendo contra estes pela posse do poder espiritual e eclesiástico, e em lutas de poder temporal mais com a Covilhã do que com Belmonte ou Coimbra.

Noutros territórios, os bispos da Guarda aumentam o seu poder, a ponto de darem foral, por exemplo ao Alvalde.

Temos, pois, várias histórias de lutas entre bispos e vamos escolher algumas.

Surge um bispo excomungado ou um bispo de primeira.

O bispo excomungado salta do Livro Preto da Sé de Coimbra.

Antes de saltar do Livro Preto, e de vir a ser excomungado pelo papa, saltou da mente e estratégia do rei D. Sancho.

D. Sancho I, em 1201-1202, recria a diocese da Egitânia com sede (provisória!) na Guarda, e escolhe um bispo a seu jeito.

<sup>58</sup> A.N.T.T.; Sé de Coimbra, Docs. Régios, Maço I, n.º 28

Foi, nem mais nem menos, que Martinho Pais, homem sem quaisquer ordens sacras, mas jovem e cavaleiro, cavaleiro de provas dadas e, por isso, armado como tal.

Acrescia que era de temperamento bélico<sup>59</sup>.

Passara um tempo de formação eclesiástica pelo Convento de Santa Cruz, convento que também tinha frequentes implicações com o Bispo de Coimbra.. E foi este mesmo que o papa veio a confirmar como bispo. Era ele que passava a ser bispo de fronteira, com o encargo de fundar igrejas em terras conquistadas ou a conquistar.

Não perdeu tempo.

Mas, em vez de começar por criar igrejas em terras de infiéis, começou por ocupar e administrar as igrejas já fundadas que pertenciam aos bispos de Viseu, Lamego, e até Cidade Rodrigo.

Pois ele fora colocado como bispo num lugar em que ficava entaipado por igrejas destes bispos!...

O caminho que ele devia seguir para se estender por terras de igrejas não fundadas e a fundar era-lhe barrado, sobretudo, pelo Bispo de Coimbra que possuía as igrejas e terras que estavam para cá da Serra, em Belmonte e Covilhã.

### **O Bispo que tira e põe clero**

O bispo da Guarda impôs o seu clero nas igrejas destes bispos, expulsou e até exerceu represálias sobre o clero de Coimbra.

Invocava que estas eram igrejas que, segundo os livros antigos, se encontravam dentro dos antigos limites da diocese de Egitânia, que agora era a sua diocese, cujos termos, segundo os mesmos livros, confinavam com Seia.

Ocupou as igrejas de Belmonte e Covilhã, vexou o clero de Coimbra, o que iniciava uma luta.

O Bispo de Coimbra, que, para mais, até era Senhor de Belmonte, reclamava a posse das igrejas que lhe tinham sido tomadas, porque algumas já as tinha há mais de trinta anos na sua jurisdição. Para isso, teve de avançar por terrenos da antiga diocese da Egitânia (Guarda), como era dever seu e de mais ninguém, dever que assim cumprira como lhe fora imposto.

### **O Papa obriga-o a restituir todas as igrejas ocupadas**

Em 1203, um ano, o máximo dois, depois do bispo tomar posse da Guarda, o papa Inocêncio III obriga o jovem bispo D Martinho Pais a restituir todas as igrejas ocupadas, a pagar os direitos recebidos e ameaça-o de ser publicamente excomungado, se publicamente não desagravasse o clero de Coimbra que tinha esbulhado e vexado<sup>60</sup>.

D. Martinho Pais não se intimidou. Às ameaças de excomunhão responde com razões e exposições. Reclama.

O papa, em 1204, manda que se observem as sentenças sobre as divisões entre a diocese da Guarda e de Coimbra, favorecendo esta.

Perante a insistência do Papa, e acossado pelos bispos em sua volta, em 1207, D. Martinho recorre à sua prática de cavaleiro e guerreiro. No Vale Mondego, enfrenta o bispo de Viseu que também vinha reclamar seus direitos. Há guerra, e chegou a haver sangue. Os guerreiros eram bispos, cónegos, outro clero e fiéis criados o que, hoje, teria sido muito original.

D. Martinho parecia nada conseguir com a guerra.

Em 12 de Julho do mesmo ano, as terras da Covilhã e igrejas de Belmonte voltam à posse da Sé de Coimbra<sup>61</sup>.

Mas o problema, perante as razões e insistência de D. Martinho Pais, se não se aclara, embrulha-se pelo menos, o que convém e dá tempo ao bispo da Idanha (Guarda). Este dá ao papa razões da sua resistência.

Consegue que, em 2 de Junho de 1211, o papa dê novas ordens para a divisão das terras, mas a sentença continua-lhe desfavorável e ele continua a contestar.

<sup>59</sup> Gomes, Pinharanda; H. D. G., p.45

<sup>60</sup> Josué, P.G. id., p. 32, 33. Bula *Exposuit nobis*, de 5 de Março de 1203

<sup>61</sup> Vargas; Id.; T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 2ª Incorporação, Cx 30, nº 47

### **Mais além nasce Sortelha**

Por volta de 1212 faz-se o repovoamento de Sortelha, com gente vinda de Valença do Minho. Receberá foral em 1228. Os limites de Belmonte irão ser modificados.

Os limites de Sortelha partem de Lavacolhos pela portela de Monte Santo, e daí pela cumieira da Castradinos, e daí pela Cabeça de Arnas, e daí pela presa de Silvestre, e pelos caminhos velhos (= estradas romanas) até à Serra da Opa, águas vertentes para o termo de Sortelha, e na outra parte de Lavacolos (= Lavacolhos, o mesmo que ribeira das Inguias) à Cabeça de Águia (= Penha de Águia), e daí à Cabeça de Frávegas (= Fráguas), e daí à ribeira de Pousafoles (o mesmo que ribeira de Boi, perto de Pousafoles do Bispo), 1228<sup>62</sup>. Em resumo, era a parte mais a Norte e Nordeste do Concelho de Belmonte e parte da Covilhã. Podem ver-se, à frente, os limites com Belmonte.

### **Desta vez quem se vê perder é o bispo de Coimbra**

Os dois bispos foram vendo que uma coisa era a luta que entre si travavam quanto às igrejas e possessões de Covilhã e Belmonte, e esta seria decidida pelo papa, consoante as influências e a política; outra coisa era o que cada um poderia ir fazendo e fazia para reforçar o domínio à volta das terras em disputa. Esta era uma luta surda.

D. Martinho não descuidava o poder temporal. Em Abril de 1214, por exemplo dá foral ao Alvendro (perto da Guarda), como ficou dito e os seus sucessores tomarão outras terras no termo da Covilhã.

Os Bispos de Coimbra reforçarão o poder temporal à volta de Belmonte, e, mais perto de Coimbra, junto de Arganil. (O senhorio de Coja foi dado ao bispo de Coimbra, D. Gonçalo Pias, em 1122. Em 1128, D. Afonso Henriques dá-lhe carta de couto. Em 1260, D. Egas Fafes passará a Coja a primeira carta de foral). Perdem influência nos termos de Leiria e em favor do Convento de Santa Cruz de Coimbra, mas ganham nos territórios que um dia serão da diocese de Aveiro.

A luta à volta de Belmonte é a que nos interessa.

### **D. Sancho II confirma garantias a Belmonte**

Em 1223, o bispo de Coimbra obtém carta de protecção de D. Sancho II, ao castelo de Belmonte e a todas as suas possessões e do Cabido de Coimbra<sup>63</sup>.

Perante e contra o ambicioso D. Martinho Pais, bispo da Guarda, o de Coimbra alcançava esta garantia em seu favor e contra o adversário.

### **Morre um papa, vem outra sentença**

Morre um papa, veio outro, e, atrás de uma condenação, veio uma sentença favorável.

Honório III manda proceder a novas averiguações por causa das contestações do bispo da Guarda.

Os representantes dos bispos envolvem-se em quezílias tais que o bispo de Coimbra fica obrigado pelo papa a pagar custas deste processo. Mas este processo também ficou anulado.

Era em 7 de Fevereiro de 1224.

### **A Guarda ganha terreno**

No mesmo ano, em 25 de Junho, Honório III “ordena a divisão das dioceses de Coimbra e Guarda segundo os livros antigos”<sup>64</sup> a pretexto de que a diocese da Guarda poderia anexar os lugares situados nos confins pagãos, bem como as praças fortes conquistadas aos mouros<sup>65</sup>.

A guerra entre os bispos da Guarda e de Coimbra começa a pender a favor da Guarda.

Afinal, baseado nas mesmas obrigações que tinham cometido aos Bispos de Coimbra, quando estes eram os bispos de fronteira com os mouros, o papa pendia agora para o bispo da Guarda.

Em 1228 D. Martinho consegue que sejam nomeados novos juizes. Já doente talvez desde 1226, data em que aparece já nomeado quem o devesse substituir, em 1229, quando as lutas pendiam

<sup>62</sup> Vargas, Id., T.T. Gaveta 15, Mç. 3, Nº 7; Chanc. D. Dinis, Liv. 1, fl.9v

<sup>63</sup> Vargas, Id. Cit. T.T. Cabido da Sé de Coimbra, Docs. Régios, Mç. 2, N.os 46 e 47

<sup>64</sup> Gomes, Pinharanda; H.D.G., p. 33

<sup>65</sup> Id., Id., p. 34

para uma vitória sua, morre o bispo guerreiro. As negociações são suspensas. Suspensas e de solução ainda muito longe.

### **Cabido da Guarda entra na luta**

Agora não é el-rei que escolhe o bispo mais apto para esta autêntica batalha. É o Cabido da Sé da Guarda. E escolhe D. Vicente Hispano, um bispo com escola também de guerra estratégica e política.

Foi escolha inteligente e acertada. Homem formado em Direito pela Universidade de Bolonha. Deão da Sé de Lisboa, e substituto nesta do próprio bispo enquanto este tomou parte na reconquista de Alcácer do Sal. Foi Conselheiro de D. Afonso III e Chanceler do Reino. Como tal procurou o equilíbrio entre interesses eclesiásticos e régios.

É este o bispo que obterá os primeiros resultados concretos em favor da Guarda<sup>66</sup>.

### **Novo bispo, renasce a luta**

D. Vicente Hispano, que de início nem queria aceitar ser bispo da Guarda, logo em 1233, volta a apoderar-se da Covilhã, Belmonte, e de outros lugares. É natural que este poder tenha sido apenas no domínio espiritual ou, pelo menos mais neste domínio. De resto, os bispos da Guarda, pelo menos em Belmonte, nunca se viram a pretender domínio temporal, o que nem sempre aconteceu com a Covilhã.

Haveriam de passar mais quatro anos para esta posse ser confirmada. Só em 5 de Julho de 1237, é que, com o papa Gregório IX, o bispo da Guarda recebe igrejas de Coimbra. Este papa alega a prática corrente de cometer às novas dioceses o poder e dever de anexar lugares em confins pagãos, “bem como praças fortes conquistadas aos mouros”<sup>67</sup>.

Esta missão competia agora aos bispos da Guarda.

Este bispo recebe assim, mesmo as igrejas de São Pedro da Covilhã e Santa Maria de Celorico “cujos rendimentos serviriam para defesa da Guarda e para municiação dos castelos contra os infiéis”<sup>68</sup>.

Com regalias espirituais a fugir-lhes, os bispos de Coimbra dinamizam uma política de reforço do poder temporal à volta de Belmonte.

Dois bispos se vão distinguir nesta acção.

### **D. Tibúrcio**

D. Tibúrcio reforça o poder temporal de Coimbra.

Com ele, paróquias e lugares de Belmonte surgem na História. (Ver Fotos nº 12 e 12A)

### **Inguias - Fonte de Anguias**

Em Agosto de 1240, o bispo D. Tibúrcio passa carta de aforamento à aldeia de Fonte de Anguias, em Belmonte. Fá-lo com o cabido e com o homem bom Silvestre Miguéis.

As confrontações são “pelo cume que está entre Lavacolhos e Fonte de Anguias, e da outra parte divide com Sortelha”<sup>69</sup>.

Mais à frente se verão outras acções dos bispos e do concelho nas Inguias.

### **Lavacolhos do termo de Belmonte**

Este topónimo de Lavacolhos, aparece nos documentos medievais como nome de rio e como nome de povoado. (Foto nº 6)



Foto 6 - Ribeira, caminho, casas e encosta de Lavacolhos ou Navacolhos

<sup>66</sup> Id., Id.; p.34

<sup>67</sup> Gomes, Pinharanda; H.D.G.; id. p. 34. Cit.A.D. de Sousa Costa, Mestre Silvestre e Mestre Vicente (1963), p.275

<sup>68</sup> Id., id., id. e Vargas: id., cf. Livro da Vida dos Bispos de Coimbra

<sup>69</sup> Vargas, J.M.; T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1ª Incorporação, Mç. 13, Nº 10

Na resposta aos inquiridos de 1757, aparece a Igreja de N<sup>a</sup> Sra. de Lavacolhos como actual igreja de Caria, a Norte desta e junto à Ribeira que vem das Inguias e aí, hoje, já se chama de São Sebastião. Mas não era aí a povoação de Lavacolhos. A povoação ficava, e só restos existem, para os lados de Caldeirinhas, entre Bendada e Sortelha. Ainda hoje se chama Lavacolhos à vertente e ao caminho que vai das Caldeirinhas à Vinha Alta, já perto de Sortelha. Sortelha, naquela data medieval estava organizada, já tinha foral (1228).

Depois desta vila o ser, faz-se e conhece-se o documento que estabelece os limites entre Belmonte e Sortelha que saiu praticamente de Belmonte, como já se viu atrás.

A capela de N<sup>a</sup> Sra. de Lavacolhos referida nos livros de Caria ficaria, sim, junto da ribeira que hoje se chama de S. Sebastião. A Ribeira de Santana seria a chamada Lavacolhinhos, ou Lavacolhozinhos.

Há muito que desvendar neste concelho de Belmonte, depois de encontrados tantos documentos medievais, devido ao trabalho do Prof. Doutor Candeias Silva, e do Dr. José Manuel de Jesus Vargas. Sobretudo os elementos fornecidos por este serão base de trabalho que se segue sobre esta época.

Em Novembro de 1242 e até Outubro de 1246, D. Tibúrcio compra cinco propriedades em Lavacolhos, no termo de Belmonte, só ou com João Martins e sua mulher Maria Pires.

Os limites de uma dessas propriedades dão ideia da sua localização: "... parte de Pelágio Remangado como vai às Ferrarias, e como é dividida pelas águas de Lavacolhos até às Olas de Godim, e como vai pelo cume de Valongo *ad infestum*"<sup>70</sup>.

Até nova interpretação, seria uma propriedade que pegava com as Ferrarias a Sul, até à Ribeira de Lavacolhos, e, desta, vinha pelo cimo de Valongo até ao limite de Olas, na ribeira que passa junto da Senhora da Estrela.

### Caria

Caria primeiro ou depois do Cónego Martim Caria?

No meio de toda esta acção política e económica dos bispos de Coimbra, aparece um facto que, à primeira vista, nada vai ter a ver com estas lutas "deliciosas" entre bispos, mas tem.

Cerca de 1245, o cónego deão da Guarda, Martim Caria, estabeleceu-se no lugar que hoje é referido com o seu nome, gerindo bens herdados de seu pai, entre estes uma "cavalaria".

As Inquirições de 1314 dizem que "foi filhando (roubando) do herdamento do concelho (da Covilhã) e mataram-no". Hoje há por estas terras gente que goste mais da Covilhã que de Belmonte. Será o cheiro forte das origens...

Mas a história não acabou com a morte deste grande cónego e grande conquistador. Vamos retomá-la mais à frente.

### Ferrarias

Em Janeiro de 1246, o bispo D. Tibúrcio passa carta de aforamento "aos moradores do lugar de Ferrarias, termo de Belmonte". Pelos limites vemos que liga com a propriedade antes comprada em Lavacolhos. (Foto nº 7)



Foto 7 - Quinta das Ferrarias, Foral de Belmonte de 1199 e Livro Preto da Sé de Coimbra. Vista de Noroeste



Foto 7A - Caminho entre as Ferrarias

<sup>70</sup> Vargas, J.M.; T.T. Cabido da Sé de Coimbra, 1<sup>a</sup> Incorporação, Mç. 13, N<sup>o</sup> 27; Mç.14, N.º 10, 13, 14, 15

Os limites são: “Montes de Spinal... ad Ferrarias ad fluvio de Lavacolhos in directo quomodo vadit Lavacolhos ad infestum usque cumen de Valongo de inde directo per cumen usque locum illum quo partitur cum Palagio Remangado de inde quomodo tornat in directo ad dictas Ferrarias et ad cumen et (de?) Spinali”<sup>71</sup>.

Estas Ferrarias estão junto de Lavacolhos da qual se separa pela Ribeira deste nome. Não é possível por estes documentos, confundirem-se com as Ferrarias de Monte do Bispo de Caria, embora muita gente conheça estas e não conheça aquelas.

Ainda no ano de 2000, vi casas destas Ferrarias, e um caminho, com os rodados dos carros bem marcados, que passava e passa por entre as ditas casas.

### Maçainhas

Talvez entre 1233 e 1246, o mesmo D. Tibúrcio dá carta de “enprazamento do herdamento de Maçainhas, termo de Belmonte, a Fernando Álvares frade”<sup>72</sup>. (Foto nº 7A)

Mas, com este documento, não se pode afirmar já a existência da paróquia medieval de Santa Maria de Maçainhas. (Foto nº 8)

D. Egas Fafes reforça o poder temporal em Belmonte, ergue defesa e torre gigante.

Entre D. Tibúrcio e D. Egas Fafes governou um bispo durante apenas cerca de dois anos.

### O grande D. Egas Fafes

Era arceidiago de Braga quando, em 1247, o Cabido da Sé de Coimbra o elegeu bispo.

O bispo de Braga confirma a eleição, mas o papa Inocêncio IV proíbe que seja consagrado.

D. Egas vai a Roma, e consegue que o mesmo papa o confirme em 15 de Dezembro de 1247(?).

Defendeu denodadamente os direitos da sua diocese contra os Mosteiros de Santa Cruz, Lorvão, e Semide, e outros párcos.

A maior dificuldade haveria de ser a resolução dos problemas entre a diocese de Coimbra e Guarda, sobretudo quanto a igrejas e bens temporais de Belmonte e Covilhã.

Egas Fafes começou a comprar e aforar terras em Belmonte ainda como bispo eleito, e como já fizera D. Tibúrcio. (Ver Fotos nº 14 e 14A)



Foto 8 - Capela do Espírito Santo, Maçainhas. foi acrescentada. Foi, possivelmente, sede da paróquia medieval de Sta Maria de Maçainhas. Tem uma inscrição na base sul e outra na verga da porta, possível pedra tumular. Os frescos do interior foram objecto de estudo, como se irá referir.



Foto 9 - Capela de S. José, de Carvalho Formoso

<sup>71</sup> Vargas, J. M.; Id. Id., id., id., 1ª Incorporação, Mç. 14, N.º 9

<sup>72</sup> Vargas; Id.. Id., id., 1ª Incorporação, Mç.20, N.º 13



## **Carvalhal Formoso**

Em Junho de 1248, D. Egas Fafes, ainda como bispo eleito de Coimbra, compra uma grande propriedade em Carvalhal Formoso, a Pedro André, pelo preço de 100 morabitinos. Os limites “no termo de Belmonte, onde chamam Carvalhal Formoso, assim como parte com D. Egas, eleito comprador, e de outra parte com Silvestre Miguéis, e de outra com Domingos Tomé, e de outra pela via pública, e de outra e da outra com o rio de Anguias”<sup>73</sup>. (Foto nº 9)

Ainda no mesmo ano, o mesmo bispo eleito compra ao dito Pedro André, uma outra propriedade em Carvalhal Formoso, por 20 morabitinos<sup>74</sup>.

Encontramos a Ribeira de Lavacolhos já com o nome de Anguias e vemos que o Carvalhal que os bispos compram já fazem limite com a dita ribeira.

## **Olas de Godinho e Vila Nova de Olas**

D. Egas Fafes, já regressado de Roma e já bispo de Coimbra, está a fazer compras em Belmonte.

Desde Julho de 1249 a Julho de 1250, compra sete propriedades em Olas de Godim, e três em Vila Nova de Olas de Godim, tudo no valor de 219 morabitinos.

Em 6 de Julho de 1250, o bispo e cabido de Coimbra dão carta de aforamento aos moradores da vila de Olas de Godim.

“Estes são os termos da póvoa de Olas de Godinho pelo fundo, como divide com enteados de D. Silvestre, e como vai para a carreira de Belmonte e para a portela de Vale Pereiro assim como divide com Pedro Pais e pelo cabeço da Franzeleira, e daí ao curso de Lavacolhos, e daí para as Ferrarias, e daí para a portela do Vale de Espinhal, águas vertentes para Lavacolhinhos e pelo fundo como divide com aldeia de Anguias”.

“Foro: a décima do pão, vinho, e legumes, conforme o costume de Belmonte”<sup>75</sup>.

Parece que os termos de Olas iriam às terras da actual Quinta dos Veiros e talvez mais abaixo ainda e vindos desde o início do monte que dá para a ribeira que vai a Sto. Amaro, Espinhal...

Lavacolhinhos parece ser, nesta época o nome da Ribeira de Valverdinho que vai ser a de Santana, em Caria.

Em 1260, quando se fizerem as partilhas entre o concelho de Sortelha e o de Belmonte, o Reitor da Igreja de Olas de Godinho será Pedro Filho e fará de testemunha nesse acto.

## **Rebelhos**

Em Agosto de 1250, D. Egas Fafes e Soeiro Martins fazem o aprazamento de umas propriedades em Rebolais (Rebelhos?), termo de Belmonte. O foro parece muito mais pesado do que o costume de Belmonte, pois exige metade do pão e dos frutos<sup>76</sup>.

## **Caria - O poder temporal dos Bispos da Guarda**

### **D. Rodrigo Fernandes**

É em 1250, que o bispo da Guarda D. Rodrigo Fernandes, se apodera dos bens que o deão Martim Caria herdara e dos que roubara. Os homens da Covilhã protestam, mas o bispo resolve o caso. Lança-lhes uma excomunhão e fica com as terras.

Este D. Rodrigo Fernandes foi um bom continuador da acção dos bispos da Guarda e, ambicioso até mais que outros, pelo modo como se apoderou dos bens que Martim Caria conseguiu nesta localidade. Aparece como de ascendência ignorada. Mas era Cónego Regrante de Santa Cruz de Coimbra e foi Prior do Convento de São Vicente de Fora de Lisboa. Pode ter sido confirmado como bispo da Guarda desde 1250, e sabe-se que participou já nas Cortes de Leiria em 1254. Opôs-se a D. Afonso III e partiu para a Cúria de Roma.

Antes, porém, fez doações e dividiu as rendas da diocese com o cabido, e, o que mais nos interessa é que conseguiu acordos com os bispos de Viseu e Coimbra. Com este, que era D. Egas Fafes, veremos que esteve na base da resolução do conflito entre Guarda e Coimbra. Quanto à

<sup>73</sup> Vargas, J. M.; Id., Id., Id.; N.º 20

<sup>74</sup> Vargas, J. M.; Id., Id., Id.; N.º 21

<sup>75</sup> Vargas, J. M.; Id., 1ª Incorporação, Mç. 14, N.º 4

<sup>76</sup> Vargas; op. Cit. 1ª Incorporação, Mç 14, N.º 46

divisão dos bens com o Cabido foi dos primeiros bispos a fazê-lo: um terço para a Sé, um terço para o Cabido, e um terço para o bispo. Desta divisão constam igrejas de Belmonte.

### **Bispo D. Frei Velasco sucede a D. Rodrigo**

Morreu em Roma, e o Papa chamou a si o direito de nomear novo bispo para a Guarda. Nomeou um diplomata com experiência, D. Frei Velasco I, em 17 de Junho de 1267<sup>77</sup>.

Às terras tomadas pelo antecessor, em Caria, virão a ser dadas regalias semelhantes às de foral, quando os litígios entre bispos estiverem resolvidos e a certa distância (1278).

### **Inguias - Mormojavar**

Em Abril de 1251, aparece uma compra de propriedade em Mormojavar, perto das Inguias, termo de Belmonte, por 100 morabitinos. É comprador João Martins e Maria Pais que já apareceram como compradores, juntamente com os bispos, para os lados de Lavacolhos e Ferrarias.

### **Penha de Águia**

Em Fevereiro de 1253, o bispo compra duas propriedades em Pedra de Águia (= a Penha de Águia), no termo de Belmonte<sup>78</sup>.

A primeira destas propriedades confina com Pedro Dórdio e com o rio de Lavacolhos. Como se conhece ainda hoje a Penha de Águia no termo de Belmonte, e como se conhece também noutra compra feita em Carvalhal Formoso o limite de rio das Inguias, é de pôr em hipótese que o mesmo rio começava a mudar de nome mais perto do Carvalhal.

### **Olas de Godinho - Nova Sentença do Papa sobre Belmonte - 1253**

Depois da carta de aforamento dada aos moradores de Olas de Godinho, em 6 de Julho de 1250, as compras de D. Egas Fafes continuam sem parar, como se se tratasse de uma estratégia ou um plano que se pudesse opor o mais possível a uma sentença desfavorável do papa. E caso esta sentença fosse mesmo desfavorável no espiritual, o bispo de Coimbra tratou de fazer com que o mais rentável não lhe pudesse ser retirado nem pelo papa. Tratou sempre de aumentar o senhorio temporal.

Assim, em 19 de Fevereiro de 1253, nova sentença é dada quanto aos limites das dioceses da Guarda e de Coimbra. O árbitro foi D. Pascoal Godinho, Prior de São Pedro de Coimbra.

Refere que os limites do bispado de Coimbra são para além do ribeiro de Lavacolinhos (=ribeiro de Valverdinho, segundo o Dr. José Manuel Vargas) onde se faz povoamento.

Mais uma vez, Ribeira de Santana? Actualmente, sim, e para lá desta, pois incluía Valverdinho.

Os termos, pelo castelo de Belmonte estendem-se direito ao referido ribeiro de Valverdinho ao fundo do monte de Castradinos (=serra do Casteleiro?), e desde o cimo do monte acima nomeado além do referido ribeiro...<sup>79</sup>.

Ambos os bispos aceitaram a sentença.

Nos limites marcados para os moradores de Valverdinho encontram-se os marcos entre Belmonte e Vila Colos, que o citado Dr. Vargas diz que pode ter sido Caria. Entre estas duas vilas ainda existe a Quinta dos Marcos. Assim teria sido o cónego Martim Caria que viria a dar o nome a Vila Colos. E a capela de N<sup>a</sup> Sra. de Lavacolhos estaria muito bem nesta vila.

Mas nenhum dos bispos ficou parado, como se fosse sentença final.

### **Novas compras e aforamentos de D. Egas**

Assim, só desde Fevereiro a Maio de 1253, o bispo Egas Fafes que já tinha comprado um total de dez propriedades em Olas e Vila Nova de Olas, agora compra mais seis. E vamos já no valor de 324 morabitinos.

Algumas das propriedades dão indicações para melhor se virem a definir is limites do termo de Belmonte.

<sup>77</sup> Gomes, Pinharanda; op. Cit., p.150 151

<sup>78</sup> Vargas; Id., Id., id. Mç 11, N.os 11-B e 11-C

<sup>79</sup> Vargas; op. Cit.; Mç. 15, N<sup>o</sup>10

Uma delas comprada a David e sua mulher Maria Mendes, e a Maria André, dividia com João Carneiro e com Pêro Gonçalves e ia à Aldeia e passava ao rio dos Cónegos. Este rio dos Cónegos seria a ribeira da Benespera, também chamada da Teixeira, uma vez que, nesta época, já estavam na Benespera os Cónegos Regrantes de Santo Antão, "Sanctus Antonius Abbas de Teixariis". Já em 2000, em busca dos limites do concelho, e para, em colaboração com o Dr. José Manuel Vargas, fazer fotografia para a obra "Os Forais de Belmonte", me desloquei à Teixeira e capela da Sra. da Teixeira, passei pela Quinta dos Cónegos e Quinta de São Miguel, ambas pertencentes antigamente ao Convento que ainda existe, embora transformado, nesta mesma Quinta. A Quinta dos Cónegos pega com a referida ribeira.

Em nota: Fui acompanhado pelo Sr. José Soeira e fui informado pela cunhada de um dos últimos proprietários destas quintas, e que era natural de bem perto destas terras, Ramela, Teixeira... que disseram que aquela Ribeira podia ter sido chamada Ribeira dos Cónegos, porque, com ela pegava a Quinta dos Cónegos.

Nos fins do século XII, o convento de Santo Antão de Benespera era o mais antigo dos quatro já existentes em Portugal. Este convento foi mesmo cabeça da Ordem de Santo Antão e fundou o de Santo Antão-o-Velho, em Lisboa<sup>80</sup>.

É de notar que, não metido nas serras por onde passaria o limite do concelho de Belmonte e terras dos bispos de Coimbra, mas mais abaixo, entre Benespera e Olas de Godim, e à volta de caminho que passa por uma ponte romana, há as Quintas do Porto, porto seco, é claro, com funções de cobrança de impostos de entrada e saída do concelho. (Foto nº 10)



Foto 10 - Ponte romana junto das Quintas do Porto, entre Benespera e Quintas do Monte

Outra destas propriedades para outro lado, foi comprada a D. Elvira e Eulália Pires e Vicente Pires. Confinava com Lavacolhos e com o rio que vem da Póvoa. Ainda segundo a suposição do Dr. Vargas, esta seria a ribeira de Quarta Feira que vem da Quinta da Póvoa que ainda hoje existe<sup>81</sup>.

### Enguias

Ainda em 1253, em Agosto, D. Egas compra, a Mendo Martins, três casais de herdamento na aldeia de Anguias, pelo preço de 30 morabitinos<sup>82</sup>.

Em Julho de 1254, o mesmo bispo compra, a D. Vicente e sua mulher D. Domingas, dois casais e meio, por 22 morabitinos, também na aldeia de Anguias<sup>83</sup>.



Foto 11 - Chamada simplesmente "A Fonte", teve várias modificações. A origem é uma mina forra de pedras (granito)



Foto 11A - Fonte de mergulho

<sup>80</sup> Gomes, Pinharanda; op. cit.; p.308

<sup>81</sup> Vargas, J. M.; op. cit.; Mç. 11, n.º 11-F

<sup>82</sup> Id.; Id., Id.; N.º 12-C

<sup>83</sup> Id.; Id., Id. N.º 12-E

Os bispos de Coimbra, no meio desta estratégia e lufa-lufa de compras e aforamentos, não puderam evitar que, em 1250, o bispo da Guarda ficasse com as terras de Caria, e pelo simples preço do assassinato do grande cónego deão e grande conquistador. Talvez por isso se atarefaram mais ainda no empenho de comprar e comprar. Não perdiam uma oportunidade de reforçar o seu poder temporal em Belmonte e seu termo.

### **Pedir muito para negociar**

Em 1254, Nova Sentença do Papa se prepara. A favor de que bispo?

A sentença aceite por ambos os bispos, D. Rodrigo e D. Egas Fafes, em 1253, estava ultrapassada.

Em 12 de Novembro de 1254, aparece D. João, cardeal-diácono de São Nicolau no Cárcere Tuliano.

É recebido pelos bispos que ainda eram os mesmos, e qual deles o mais astuto. Mas o legado do papa é recebido como compositor e amigo de ambas as partes em contenda. Procuradores dos cabidos de Coimbra e Guarda, eram, respectivamente, mestre João André e Pedro Martins..

Em Novembro de 1255, as dioceses da Guarda e de Coimbra apresentam o seus libelo<sup>84</sup>.

Cada um exagera os seus direitos e rendimentos respectivos.

O bispo de Coimbra exige a restituição de todos os direitos espirituais e temporais em toda a Beira e Covilhã, e até Guarda, (Vila de) Touro, Castelo Mendo, Jarmelo e Alvendre, pedem a restituição dos direitos espirituais e temporais, com todas as respectivos frutos, ou seja, 4.000 marcos de prata. Portanto, não tinha sido só nos termos da Covilhã e Belmonte que os bispos de Coimbra tinham avançado.

Pedem direitos de um ano sobre ocupações pela Guarda em Covilhã, Celorico, Linhares, Folgoso, Gouveia, e Seia na quantia de 100 marcos de prata. Mais 30 marcos de prata por ocupação de possessões na Covilhã.

Pede que se declare que são da diocese de Coimbra, Seia e Gouveia, Belmonte, Avô, Coja, Pedrógão, Figueiró, Arganil, São Romão, Lourosa, Midões, Arganil, Águas Belas, com seus termos e pertenças, **e tudo o que a igreja de Coimbra tem do Zêzere até Coimbra**. Iguamente pede as possessões laicas que a igreja de Coimbra tem nos ditos lugares.

O bispo da Guarda, pede que a igreja de Coimbra restitua rendimentos na ordem dos 3.000 marcos de prata.

Iguamente pedem que lhe sejam atribuídos os direitos episcopais que têm tido e possuem, a saber, o Castelo da Covilhã, Celorico, Linhares e Folgoso com seus termos e possessões, excepto as igrejas de Belmonte que tratará mais abaixo. O mesmo pedem quanto às possessões laicas destes castelos. Pede ainda que o bispo de Coimbra seja condenado a pagar 5.000 áureos de prata pelas igrejas da Covilhã que tomou, e o mesmo pelas igrejas de Belmonte, como ficou devido pelo processo de Zamora e que nunca pagou (porque nunca aceitou).

Daí que o bispo da Guarda pede que lhe seja restituído o lugar de Belmonte, e 7.000 áureos de prata pelos frutos que antes tinham recebido e depois puderam ainda receber.

E os bispos da Guarda, na acumulação de exigências, provocam uma enorme confusão, quanto a direitos e até erros administrativos. Exigem que lhes sejam atribuídas as possessões laicas de Belmonte no termo da Covilhã, e as de Olas de Godinho e Inguias no termo de Sortelha, porque, diz, a igreja de Coimbra ocupou essas possessões, espoliando delas a Guarda. E a gente a julgar que tinha sido o contrário!

Esta não lembrava nem ao diabo mas lembrou a um bispo e dos bons!... Lembrou a D. Rodrigo Fernandes que já conhecemos da questão das terras de Caria.

### **O Papa tira os bens a um e outro bispos até que eles aceitem uma solução**

Para obrigar os bispos a decidirem-se e depressa, o cardeal sequestrou os bens em disputa que ficaram na posse de Roma até aceitação de sentença definitiva. O papa Alexandre IV confirma este

<sup>84</sup> Id; Id.; Id., cx. 30, doc.120 8 o m. q. Mç. 15, N.º 18?

sequestro, em 9 de Dezembro de 1255, e passa a receber as rendas dos territórios e igrejas em questão, e, portanto, também do termo de Belmonte.

Foi golpe de tática que resultou. Os bispos perdiam rendas enquanto continuassem em luta, e viram que convinha ceder e conciliar-se.

### **Sentença definitiva**

A sentença definitiva seria dada só em 28 de Fevereiro de 1256 (e confirmada ainda nesse ano, em 17 de Abril, pelo Papa Alexandre IV):

Os bispos de Coimbra vêem seus direitos eclesiásticos assegurados até ao rio Nabão, e, de modo geral, outros lugares à volta de Seia e para lá até Coimbra.

No que diz respeito à nossa zona, a questão ficou resolvida assim:

“...pronunciamos, dizemos e também declaramos que a Covilhã com seus termos e nomeadamente o Castelo de Belmonte, Inguias e Olas de Godim com suas pertenças são da diocese da Guarda... e os direitos episcopais nesses lugares.(...) Providenciamos também, ordenamos, decidimos, estabelecemos e definimos que as possessões temporais que o Bispo de Coimbra tem em Belmonte, Inguias, Olas de Godim e nos outros lugares de que se faz menção nos livros de ambas as partes,(...) sejam de perpétuo direito e propriedade da Igreja de Coimbra e seus bispos”<sup>85</sup>. (Ver atrás pág. 58)

E, sobre esta questão arrastada, o Cardeal impunha aos bispos silêncio perpétuo, pois rematava sempre: -“... super ipsis perpetuum silentium perpetuum imponendum”<sup>86</sup>.

Em 23 de Setembro de 1256, é executada a sentença entre os bispos e respectivas sés quanto aos limites de cada um dos bispados, e sobre as igrejas de Linhares, Folgoso, Belmonte, Olas de Godim e Inguias. É sorte que os selos e o pergaminho que contém esta sentença estão em bom estado<sup>87</sup>. (Fotos nº 12, 12A)



Fotos 12 e 12A - Túmulo e face de D. Tibúrcio, na Sé de Coimbra. Foi um dos Bispos, Senhor de Belmonte que aumentou o concelho

### **A sombra de um bispo divide-se em duas**

“In nomine Christi, Amen, Johannes, miseracione diuina sacti Nicolaj in Carcere Tulliano Diaconus Cardinalis...”<sup>88</sup>.

Assim começava o documento que fez as divisões do poder entre os bispos em luta.

Como ficou dito, as terras onde a sombra de Centum Cellas batia, eclesiasticamente passavam a pertencer aos Bispos da Guarda, e, temporalmente continuavam a pertencer e pagar direitos ao anterior senhorio, os Bispos de Coimbra. Esta era também uma sombra de poder; poder sagrado ou temporal, mas era sempre a sombra do poder.

Será bom pensar nas gentes que habitavam estas terras durante estas lutas de excomunhões e mais que excomunhões entre bispos, dentro das igrejas de São Tiago de Belmonte, Olas e Inguias, e

<sup>85</sup> Gomes, Pinharanda; op. Cit.; pp. 42 e 43, A.N.T.T., Col. Especial, Cabido da Sé de Coimbra, caixa 30, docs. 102 - 103

<sup>86</sup> Id., Id., id.

<sup>87</sup> Vargas; op. cit.; T.T. Cab. Sé de Coimbra, 1ª Inc., Mç. 15, N.º 27

<sup>88</sup> Id.; Id. p.34. A.N.T.T., Col. Esp. Cabido da Sé de Coimbra, cx.30, docs. 102,103

depois, de Maçainhas. Um bispo da Egitânia (Guarda) vinha, vexava os padres dessas igrejas, expulsava-os. Vinha outro bispo, repunha os padres expulsos e expulsava os que aí estavam.

Atrevia-me a dizer que haveria gente que tomaria o partido de um ou outro bispo conforme os seus interesses e gostos. Um pouco como ainda hoje vai acontecendo por essas paróquias, de que há amostras até na televisão.

Além destas guerras entre clero, que por vezes arregimentavam padres, cónegos e o povo anónimo que lhe era afecto, como no caso das lutas de D. Martinho Pais contra o bispo de Viseu, havia guerras entre reis, mouros,... mesmo no tempo em que os bispos eram senhores. Era a exigência do Estado de direito de então.

Para fazer a guerra, os homens eram arrancados à terra e levados para ela. E morriam.

Sem nome,... mas morriam.

Para não serem só as mulheres de filhos às costas, e sem os maridos mortos na guerra, a trabalhar a terra e a arrancar dela as rendas para sustentar o poder simbolizado na sombra de Centum Cellas que galgava serras e serras, terras e terras, sobre gentes e gentes, os Bispos pediam homiziados.

“In nomine Christi. Amen” – Em nome de Cristo, Amen. E acabou!

### **Continua a política de comprar e aforar**

Bispos zelosos não param de aumentar o seu poder temporal

### **Espinhhal - Carta de aforamento**

Logo em Julho de 1257, três meses depois da sentença definitiva, o bispo D. Egas Fafes juntamente com Rodrigo Martins dão carta de aforamento aos moradores de Espinhhal, no termo de Belmonte. Deve ser o Espinhhal que, actualmente pega com a estrada entre Caria e Sortelha, junto das Inguias.

O foro é um pouco mais que o de uso em Belmonte. A décima do pão, vinho, linho e legumes, mais uma galinha e quinze ovos<sup>89</sup>.

### **Valverdinho - Carta de povoamento**

D. Egas, sempre e ainda D. Egas Fafes, bispo de Coimbra, em 3 de Julho de 1257, dá carta de povoamento a dezasseis povoadores de Vale Florido (Valverdinho).

“Estes são os limites da população de Vale Florido, de como parte pelo rio de Lavacolinhos “ad infestum”, “e daí com João Pedro, e Gomecio Pedro, e daí com João Carneiro, e daí com Martinho Soares, pelas pedras divisórias, e daí pelo cume da serra de Castradinos águas vertentes (para o rio referido), e pelas divisões que existem entre Belmonte e a Vila de Colos (o Dr. J. M. Vargas levanta a suspeita de Villa Colos ser Caria, até porque entre Valverdinho e Caria ainda existe a Quinta dos Termos), e daí pelo leito de Lavacolinhos, ou ribeira de Santana.

Esta população fica no termo de Belmonte, na margem de Lavacolinhos (que será o ribeiro de Valverdinho) que vai dar à Ribeira de St<sup>a</sup> Ana de Caria.

O foro destes 16 povoadores de 16 casais de Valverdinho é mais pesado que o uso de Belmonte, e mais semelhante ao dos moradores de Espinhhal. Terão de pagar a décima parte do pão e do vinho, um almude de trigo, uma galinha e 15 ovos<sup>90</sup>.

### **Colmeal da Torre - O Bispo recebe o aforamento**

Aparece a referência à Igreja de St<sup>a</sup> Maria de Belmonte e ao sei Reitor.

É Pedro Mendes. Este tinha o foro e domínio da Aldeia do Colmeal e transfere-o para o bispo, D. Egas Fafes, ficando, ao que parece com o usufruto por vida (Foto nº 13). Na verdade, eis o que consta:

“E desde já transiro para ele (bispo) foros e todo o domínio que tenho na minha aldeia que se diz Colmeal... retendo para mim e meus sucessores (acho bem!) a porção que me é devida dos frutos à qual me ficam obrigados os colonos e habitantes da mesma aldeia”. Isto em 17 de Julho de 1259<sup>91</sup>.

<sup>89</sup> Vargas, J. M.; op. cit.; Mç. 15, N.º 38

<sup>90</sup> Id.; Id., id.; N.º 39

<sup>91</sup> Vargas, J. M.; op. cit., Mç 16, N.º 24

Esta, é a primeira referência à Igreja de Stª Maria de Belmonte que, portanto, pode ser de estilo românico, anterior a 1259. (Ver Foto nº 22)

### **Lavacolhos**

D. Egas tinha comprado um herdamento na Ribeira de Lavacolhos a D. Egídio de Belmonte.

Em 18 de Julho de 1259, dá carta de aforamento deste herdamento a Martinho Abes e sua mulher Maria Pires. E o foro é mais que o usual. Ficaram a pagar a 4ª parte de todo o fruto, uma galinha e 10 ovos<sup>92</sup>.

### **Colmeal – exemplo de política**

O que era o Senhor de Belmonte?

Vimos que o Reitor de Santa Maria de Belmonte, doou o foro que já tinha da Aldeia do Colmeal ao bispo D. Egas.

Agora vemos outro padre, possivelmente de Belmonte ou perto, a quem, ainda em 1259, 19 de Julho, o bispo obriga a fazer obediência a respeito até de propriedades que o presbítero viesse a comprar no termo de Belmonte<sup>93</sup>. Estava dentro da política de D. Egas.

Podia dar a impressão de que esta política mesmo sobre os padres do termo de Belmonte, é o resquício das lutas anteriores entre os bispos. Mas podemos enquadrar o facto dentro da política geral de D. Egas na defesa dos direitos da diocese contra conventos, até os mais célebres, e contra párocos.

Aqui, o Senhor temporal ficara a ser o bispo de Coimbra. O bispo da Guarda ficara com as igrejas do termo de Belmonte. Mas os padres destas igrejas, no domínio temporal, parece que não podiam, ou o bispo de Coimbra não permitia que possuíssem ou fizessem aquisições temporais dentro do senhorio de Coimbra.

Até o domínio efectivo e prático dos bispos da Guarda sobre as igrejas do termo de Belmonte, parece, pelo que se conhece até agora, não ficou de todo esclarecido.

Com efeito, em 19 de Julho de 1260, o bispo e Cabido da Sé da Guarda fazem a divisão de algumas igrejas e rendas da diocese à volta de Belmonte, e nas terras precisamente onde os bispos de Coimbra continuam a comprar e aforar terras<sup>94</sup>.

Assim aquela divisão de igrejas e rendimentos da Guarda refere Espinhal, Vale Verde, Vila Colo, Colmeal, e outras, e não refere Belmonte, Olas de Godinho, Enguias, Maçainhas, que, segundo a decisão do papa Alexandre IV tinham passado para a Guarda no espiritual.

### **Divisão entre Concelho de Belmonte e de Sortelha**

Sortelha, em 1228, é concelho. Embora seus limites parecessem definidos, e nalguns pontos a dar com os termos do foral e termo de Belmonte, noutros lados é evidente que os de Belmonte sofreram diminuição.

“Começam os termos de Sortelha primeiro de Lavacolhos pela portela de Monte Santo, e daí pela cumieira de Castradinos, e daí pela Cabeça de Arnas, e daí pela Presa de Silvestre, e pelos caminhos velhos (= estrada romana) até à Serra da Opa, águas vertentes para o termo de Sortelha, e na outra parte de Lavacolhos (= Lavacolhos, igual a ribeira de Enguias) à Cabeça da Águia (= Penha de Águia), e daí à Cabeça de Frávegas (=Fráguas), e daí à Ribeira de Pousafoles (o mesmo que ribeira de Boi, perto de Pousafoles do Bispo)<sup>95</sup>. D. Afonso III, em Agosto de 1260, expede mandato



Foto 13 - Capela de São Bartolomeu de Colmeal da Torre

<sup>92</sup> Id.; Id., Id., Nº 22

<sup>93</sup> Id.; Id., Id., Nº 23

<sup>94</sup> Id; Id. B.N.L., Cód. 153-A

<sup>95</sup> Vargas, J. M.; op. cit.. T.T. Gav. 15,Mç. 3.Nº 7, Chanc. D. Dinis, Liv. I, fh 9v

para que o tabelião da Guarda, Simão Espinho, e Rodrigo Gomes tabelião da Covilhã se juntem com o bispo de Coimbra para fazerem as demarcações dos termos das vilas de Belmonte e Sortelha<sup>96</sup>.

Mas as demandas entre concelho e bispo de Coimbra com o concelho de Sortelha continuaram quanto ao direito a algumas terras. Por isso, em 3 de Outubro de 1265, novo mandato régio ordena aos tabeliães de Guarda e Covilhã para fazerem a demarcação das terras pertencentes ao concelho de Belmonte e à Sé de Coimbra e pelas quais andavam em demanda com o concelho de Sortelha<sup>97</sup>. Os notários parecem os mesmos. Pelo menos a alteração é só num dos nomes que aparece como Simão Pires de Espinho.

Em 30 de Novembro de mesmo ano faz-se a demarcação das terras em demanda, situadas entre o concelho de Belmonte e o de Sortelha, sendo partes, Belmonte e a Sé de Coimbra (com D. Egas) por um lado, e o concelho de Sortelha por outro:

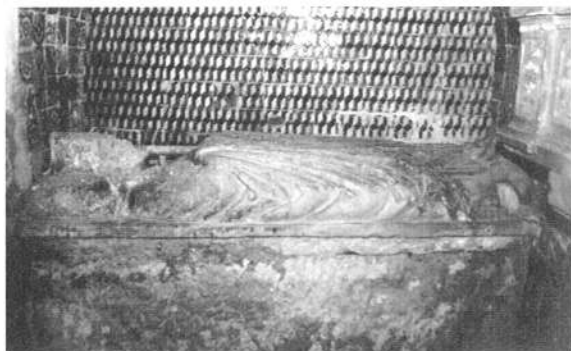
### **Limites do Concelho de Belmonte a partir com Sortelha**

O termo de Belmonte fica deste modo com os limites seguintes:

“... às terras onde trabalham os homens de Olas de Godinho ao lugar que se chama água de Lavacolhos e da parte alta ao termo onde trabalham os homens de Inguias, ao vale que se chama Vale de Espinhal e à água que vai à vila que se chama Vale Verde pela qual divide é de Belmonte que é do Bispo e da Sé de Coimbra.... em direcção às águas de Lavacolhos e de Lavacolizeos, pelos lugares onde... (se segue o estabelecimento de marcos e divisões em Penedo Cato, Picoto Agudo, Lagem, Lavacolhos, ribeiro de Ferrarias, Vale de Espinhal, Ribeiro de Lavacolizeos, etc.)

Entre as testemunhas desta demarcação encontramos o tal Reitor de Santa Maria de Belmonte que doou a D. Egas a Aldeia do Colmeal, Pedro Mendes, Pedro Filho como Reitor da igreja de Olas de Godinho, e outros clérigos e leigos de Sortelha e Belmonte.

Este documento tem a marca do grande bispo D, Egas Fafes. É um selo em cera verde, felizmente ainda bem conservado<sup>98</sup>. (Fotos nº 14, 14A e 14B)



Fotos 14 e 14A - Túmulo e face de D. Egas Fafes, o grande Senhor de Belmonte. Foi o Bispo que mais acrescentou os domínios temporais



Foto 14B - Selo pendente do bispo de Coimbra D. Egas Fafes (1254) Cabido da Sé de Coimbra (1ª incorp.), maço 15, nº 18)

<sup>96</sup> Id.; Id. T.T. Cab. Sé Coimbra, Docs. Regios, Mç. 2.Nº 60

<sup>97</sup> Id.; Id. Id., 1ª Incorp, Mç. 17, Nº32

<sup>98</sup> Id.; Id.; T.T. Cab. Sé de Coimbra, 1ª Inc., Mç. 17, Nº33



O concelho de Belmonte ficava maior que os limites que manteve até finais do século XIX, devido à acção dos bispos D. Tibúrcio e sobretudo D. Egas Fafes.

Parece que este bispo tivera visão e razão de sobra para realizar tantas compras e fazer tantos aforamentos.

Esta acção de D. Egas, nos tempos de hoje pode ser e é vista com olhos diferentes dos da Idade Média. Nesse tempo, a sua acção de bispo foi de grande mérito.

Tornou-se mesmo personalidade de destaque entre o clero e perante o rei, e o papa. Sabia movimentar-se politicamente e por amor da sua diocese, contra, por entre, frente, ou a favor de quem fosse conveniente ou necessário.

Vejamos. Já tinha ido a Roma e conseguira que o papa rectificasse em seu favor a eleição de bispo para Coimbra. E como tal foi sagrado.

Depois, em 1262, após o Concílio Nacional de Braga, “foi a Roma com o bispo de Lisboa para, em nome do episcopado, das autoridades eclesiásticas e civis, e do povo, pedir a Urbano IV dispensa para o casamento canónico de Afonso III com D. Beatriz, e legitimação dos filhos destes e o levantamento do interdito lançado sobre Portugal.”<sup>99</sup>.

Os próprios bispos emissários são encarregados pelo papa de levantar a excomunhão e interdito, por força da bula “In nostra” de 4 de Julho de 1263.

As relações da Igreja com o rei acalmam. D. Egas fica em condições vantajosas para continuar a defender os direitos da sua Sé.

### **Maçainhas e Gaia**

Em 7 de Dezembro do mesmo ano de 1265, faz uma composição com o concelho de Belmonte, sobre umas propriedades que o bispo adquirira ao concelho para a Sé de Coimbra, em Maçainhas e Gaia. (Fotos nº 15 e 15A)



Fotos 15 e 15A - Gaia de Belmonte. Casa de 1317, desfigurada e Casa antiga, Capela de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Graça

O bispo pretendia que estas propriedades lhe pagassem o mesmo foro que pagavam ao concelho, as que o mesmo concelho tinha adquirido na Portela de Caencinos (Quinta da Portela ou Quinta Cimeira?), o mesmo que pagava a que fora de D. Silvestre nas Inguias, e a de Vale Travesso (nas Olas, e ainda hoje com este nome, entre a Ribeira de Inguias e a Penha de Águia que dá para as Quintas da Ribeira de Belmonte)<sup>100</sup>.

Ainda em 1265, nova discórdia se levanta entre D. Afonso III e a Igreja, que tentaram resolver pacificamente.

### **A Torre de D. Egas Fafes**

Este é ainda hoje o símbolo do poder, símbolo da força política do bispo.

D. Egas Fafes, aproveita os favores anteriormente prestados ao rei, e a ocasião em que os

<sup>99</sup> Verbo, Enc. Luso Brasileira de Cultura, 8, Fafes

<sup>100</sup> Vargas, J. M.; op. Cit; N<sup>o</sup>29

problemas deste com a igreja ainda não se tinham extremado e consegue mais segurança para o seu senhorio em Belmonte.

Com este senhorio recebido e tão aumentado, e em tempo em que as relações eram difíceis e flutuantes entre clero e rei, em terras ainda perto da fronteira, melhor seria, para defesa de terras e gentes, reforçar a defesa de Belmonte.

Em 3 de Abril de 1266, por documento passado em Guimarães, D. Afonso III autoriza D. Egas a construir uma torre de defesa no castelo de Belmonte.

Há quem diga que el-rei não autorizou, mas ordenou que se construísse essa torre. Era dar força a um bispo em tempos em que o poder real era tão contestado. Mas... é questão a investigar.

Investigado está que os problemas entre rei e clero chegaram ao ponto de não se poderem resolver pacificamente.

Os bispos de Braga, Idanha (Guarda), Porto e Viseu lançam um interdito sobre as suas dioceses, e partem para Roma, apresentando ao papa um libelo contra o rei e pedindo a Clemente IV a resolução do conflito.

Com estes bispos estava também D. Egas Fafes, bispo de Coimbra, que também lançara interdito na sua diocese.

Eram finais de 1266.

D. Egas deve ter-se distinguido na solução do conflito, porque “foi nessa altura que o Pontífice, em homenagem ao zelo apostólico de Egas Fafes, o nomeou arcebispo de Compostela (18.12.1257). Ao regressar de Roma, faleceu.” Jaz na Sé de Coimbra, na capela de Santa Clara que ele mesmo aí mandou construir “ onde ainda se conserva em túmulo com estátua jacente”<sup>101</sup>.

Abateu-se o grande D. Egas, provavelmente, antes da sua grande torre do castelo de Belmonte se erguer, totalmente construída.

Na verdade, algumas das siglas das pedras desta torre são diferentes do meio para cima. Curiosamente, até ao meio, uma das siglas mais belas e que chega a ter aspectos escultóricos é precisamente um báculo episcopal.

Diz-se comumente que a construção da torre é de D. Dinis. Será melhor dizer que será do tempo de D. Dinis, porque o senhor, aqui, não era o rei; eram os bispos e sé de Coimbra.

E a grande torre do castelo de Belmonte, imponente, robusta, soberba, ainda hoje é conhecida, e com justeza, como a Torre de D. Egas Fafes. Bem a ganhou por quanto fez pelo rei, perante o papa.

Se o espírito dos homens fica agarrado aos lugares a e às coisas, é o espírito deste forte bispo que paira dentro e fora desta torre de poder até muitas e muitas léguas em redor.

Foi na torre D. Egas Fafes que reencarnou a sombra do poder da torre de Centum Cellas.

Nesta paira também um espírito de mulher que, com um filho às costas, a construiu.

Na de Egas Fafes, além do espírito deste e do espírito dos bispos que a ergueram, paira e ainda se vê o espírito dos homens que apararam as pedras com tanta perfeição que as silharias se uniram umas às outras, se montaram, e subiram, sem ser preciso qualquer espécie de argamassa.

Ide até lá, vede as siglas que esses homens gravaram nos silhares e que ainda hoje podem diferenciar o que construíram os homens do tempo dos bispos do que construíram os homens do tempo dos Cabrais, como veremos. (Foto nº 16)

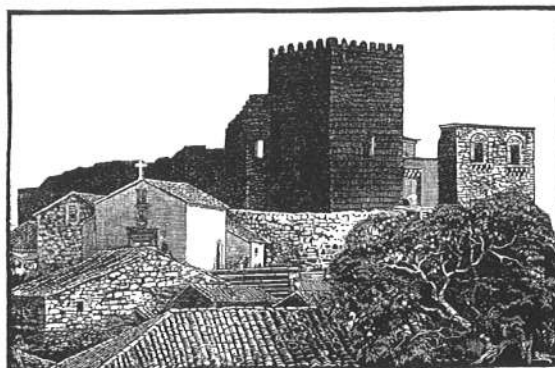


Foto 16 - Torre de D. Egas Fafes. Nota-se uma cintura de muralha atrás da Igreja de S. Tiago e que não era a cerca da vila

### **A Torre de D. Egas e a Casa da Torre de Caria**

A luta entre os bispos parece que fazia parte da obrigação da sua sagração como bispos. Claro que parece incrível.

Os bispos da Guarda vão lutar pelo poder temporal. Depois do começo trágico da morte de

<sup>101</sup> Verbo, op. Cit.

Martim Caria e da excomunhão dos homens do concelho da Covilhã, esta guerra vai ser surda quanto possível.

Ainda não estava dirimida a luta pelas igrejas nestes termos de Belmonte e já se desenhavam os princípios de lutas pelo domínio temporal. Caria é também palco desses lutas.

### **Caria**

A primeira vez que aparece o nome Caria, nos documentos medievais, é como gentílico e não como topónimo. Isso não quer dizer que não tivessem coexistido. Quer dizer apenas que é a primeira vez que, até hoje, se tem conhecimento deste nome, em documentos medievais. Podem aparecer outros anteriores, e oxalá.

Em 31 de Janeiro de 1226, aparece referência ao cónego, e depois Deão da Sé Guarda.

Cerca de 1245, terá sido donatário de uma póvoa agrícola que tomou o seu nome, Caria.

É o que se infere de alguns documentos e das Inquirições de 1314<sup>102</sup>.

Cerca do mesmo ano, o Cónego Martim herdou de seu pai, em Caria, uma "cavalaria" e povoou-a. Passou mesmo a ficar a residir no lugar de Caria e com muito boas intenções.

Segundo as mesmas Inquirições de D. Dinis (1314), "foi filhando do herdamento do concelho". O seu território ter-se-ia alargado.

Mas não teve tempo para alargar muito as suas terras, porque os da Covilhã não gostaram e "mataram-no". E a ideia de a Covilhã absorver ou anular Caria e até Belmonte reaparecia através dos tempos.

De notar que também foi um Cónego Deão da Sé da Guarda que lançou em Belmonte as raízes dos Cabrais.

### **O Bispo contra a Covilhã**

Aparece em cena o bispo D. Rodrigo Fernandes.

Ignora-se ascendência e naturalidade. Era Cónego Regrante de Santa Cruz de Coimbra, da mesma escola do primeiro bispo da Guarda, e Prior do Convento de São Vicente de Fora de Lisboa, como ficou dito.

Devia ser já bispo da Guarda nos começos de 1250, porque nessa data, segundo rezam as Inquirições de D. Dinis de 1314, apossou-se dos bens que o Cónego Deão da Sé da Guarda, Martim Caria, deixara na localidade deste nome.

Os homens do concelho da Covilhã, não matam, mas opõem-se.

O bispo excomunga-os, como ficou dito.

Por voltas de 1278, D. Frei João Martins conseguiu regalias de tipo concelhio para Caria.

Esta, mais que a elevação a vila, em 1914, é a primeira data da primeira forma de autonomia administrativa de Caria.

Daqui para a frente, os bispos da Guarda faziam permanências nesta localidade.

Daqui, e, do facto de sua comitiva o acompanhar, as características pouco comuns de uma certa riqueza ainda visíveis na parte histórica de Caria.

Em 23 de Outubro de 1311, D. Vasco Martins de Alvelos faz testamento na sua câmara de Caria da Covilhã.

Mas as Inquirições de D. Dinis, de 1314, apresentam Caria já com 200 homens.

Os homens do concelho de Belmonte queixam-se de que eles pagam catorze libras de colheita ao rei. E que os de Caria faziam foro ao bispo da Guarda e não obedeciam ao concelho de Belmonte em nada<sup>103</sup>.

Em 1321, o Catálogo das Igrejas do Bispado da Guarda refere como igrejas de Belmonte, São Tiago e Santa Maria de Belmonte, e Santa Maria de Maçainhas. Nas igrejas da Covilhã inclui Santa Maria de Caria e Santa Maria do Colmeal. Nas igrejas de Sortelha inclui Santa Maria de Valverde (Valverdinho?)<sup>104</sup>. De estranhar a situação de Santa Maria do Colmeal.

<sup>102</sup> Vargas, J. M., op. Cit.; Arquivo do Vaticano, Reg. Vat. 13, ep. 213, fl. 114 v.

<sup>103</sup> Vargas, J. M.; op. Cit.; T.T. Leitura Nova, Inquirições da Beira e Além Douro, fl. 6 Inquirições de D. Dinis, Liv. 9. Fl. 35.

<sup>104</sup> Id.; Id., T.T. Sé de Coimbra, Livro Branco (Liv. 3), Santa Cruz de Coimbra, Liv. 97, B. N. L., Col. Pombalina, Mç., n.º (Publ. Com erros, in Hist. Igreja em Portugal...).

### **Construtor do Paço episcopal de Caria**

D. Martinho II, bispo da Guarda, (...- 1322), foi médico de D. Dinis e terá sido feito bispo por desejo da rainha Santa Isabel. O seu antecessor, D. Estêvão I, sabe-se que ainda era bispo em 1316. D. Martinho é provido na diocese da Guarda em 10-11-1319, pelo papa João XXII. Fundou, em 1321 o Hospital dos Inocentes em Santarém. Governou a diocese da Guarda até ao ano de 1322, foi sepultado na Segunda Sé da Guarda.

Pelo que se depreende da sua vida, foi homem de grandes construções e decisões.

Quanto a Caria, foi ele que mandou fazer a ainda chamada Casa da Torre de Caria, segundo consta da inscrição que é, da mesma casa, certidão de nascimento

Esta encontra-se ao lado direito de quem entra na porta nascente do edifício. Foi esta a porta principal, o que nos leva a ter uma ideia diferente do que foi esta casa no enquadramento de Caria.

De passagem fique dito que, segundo o Eng. Carlos Pinto Bastos, esta casa foi reconstruída sobre uma torre romana de vigia, ou reaproveitando esta.

A "inscrição em português, de letras unciais está gravada na parede de tardoz, ao lado da porta ogival:<sup>105</sup>.

ESTA CASA FOI FEITA NA ERA DE MCCCLX  
NO TEMPO DO BISPO D. MARTINHO  
E ELA NUNCA A VIVEU.  
AFONSO PEREZ FOI O MESTRE.  
FREI MARTINHO, FRADE  
D'ALCOBAÇA, A FEZ."

Esta teria sido residência de verão dos bispos da Guarda. Ou mais ainda reafirmação de direitos senhoriais, geograficamente entre os direitos senhoriais e concelhios de Belmonte e Covilhã.

D. Guterres I, foi provido no bispado da Guarda por João XXII, em 1323. Era nesta altura doutor por Paris e auditor da Rota Romana. Fixou residência em Caria, onde faleceu.

A ideia de um poder temporal em Caria, foi continuação da ideia do seu antecessor que, como diz a inscrição da Casa residencial nunca nesta viveu, mas que mandou construir em 1322 da era de Cristo. Seria a continuação das ideias do Papa nessa altura, tanto mais que é um bispo que vem da Rota de Roma parar aqui, a Caria, a uma casa que hoje está longe de dar uma pálida ideia do valor político de então.

D. Guterres vive em Caria entre 1323 e 1325, e aqui faleceu.

Esta casa tomaria outra feição, funções e mãos. (Fotos 70 e 71 e Anexo 2).

### **Covilhã absorve Caria**

Em 1354, a Covilhã retira a Caria os direitos e privilégios de independência que lhe tinham sido dados em 1278, pelo bispo D. Frei João Martins.

### **Caria liberta-se de novo**

Mas os moradores conseguem recuperá-los em 1364. Foi no dia 25 de Março. Por D. Pedro foram renovados ao bispo da Guarda os privilégios para que ele e os moradores de Caria "tenham todas as jurisdições, liberdades, composições e sentenças que sempre tiveram até 1354 e usem delas como sempre tinham usado"<sup>106</sup>.

### **A Casa onde nasceu Caria - A Casa das Caras**

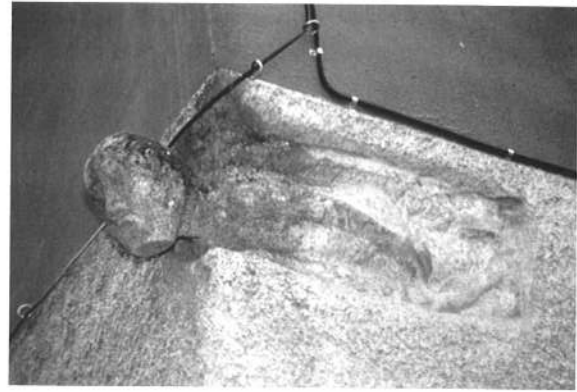
Em Caria, na antigamente chamada Rua Direita, há uma casa que eu ainda conheci de pedra à vista e só de rés-do-chão. Hoje sobrepuseram-lhe mais um andar e pintaram-na de um castanho avermelhado que tinha mesmo de ser horrível. (Fotos nº 17 e 17A)

A casa tem ainda cinco esculturas em forma de gárgula salientes, mas apenas ornamentais.

Três delas ficaram ao nível do cimo do rés do chão, no lugar primitivo. Duas foram elevadas para o cimo do segundo piso.

<sup>105</sup> Bastos, Carlos Pinto; Caria e a Casa da Torre

<sup>106</sup> Vargas, J. M.; op. Cit.; T.T. Chancelaria de D. Pedro. Livro Único, fl.94



Fotos 17 e 17A - Caria. Casa das caras, de granito rebocado e pintado. De realçar a escultura que representa um homem a sair do ventre materno. Esta, diz o povo, é a casa onde nasceu Caria.

Trata-se de uma casa que é única. As esculturas são góticas, o que é muito raro nestes lugares. Duas estátuas que representam duas cabeças de crocodilo ou cobra, uma maior que a outra. Outras duas representam, uma, a cabeça de uma mulher; e outra, a cabeça e corpo de um homem como que saindo do ventre de sua mãe. Esta está na quina nascente, e, sem saber como, o autor destas obras fez questão de a manter à vista na sua totalidade.

O povo continua a dizer que esta foi a casa onde nasceu Caria.

Para além da possível ligação a Bispos da Guarda que aqui viveram, ainda muito antes da construção da Casa da Torre feita expressamente para residência episcopal, o que mais me impressiona, mesmo mais do que o atropelo ao património que desvirtuou completamente a casa, é que, como disse, uma destas esculturas, a da quina nascente da construção, representa uma figura de homem na posição de vir do ventre materno para a luz da vida. Aqui nasceu Caria.

### **O senhorio de Belmonte frente ao poder real**

Mas nem a construção da torre de menagem do castelo nem a morte de D. Egas Fafes foram o fim da acção dos bispos e senhores de Belmonte.

Até as compras e vendas que se faziam no seu senhorio entre terceiros era registadas nos livros do Cabido da Sé de Coimbra. É o caso, por exemplo, da compra de metade de uma vinha, chamada vinha de "Spinal, em Lavacolhos", e que Afonso Pires fez a Domingos Esteves e sua mulher Maria Soares, em Outubro de 1274<sup>107</sup>.

Por alusões anteriores vimos que el-rei tinha ou teve aqui algumas terras.

Em 24 de Novembro de 1280, "D. Dinis faz aforamento de um herdamento em Belmonte a Domingos Joanes, peliteiro (peleiro), e a João Pires de Maçainhas e a sua mulher Constança Domingues"<sup>108</sup>.

### **Belmonte presta menagem a D. Américo d'Ebrard**

Mas o senhorio dos bispos continua a exercer-se. Mantinham no castelo de Belmonte os seus alcaides menores como representantes. (Foto nº 17B)

<sup>107</sup> Vargas, J. M.; op. cit.; T.T. Cab. Sé de Coimbra, 1ª Incrp., Mç. 18, N.º 30

<sup>108</sup> Id.; Id. T.T. Chanc. De D. Dinis, Liv. I, fl 26v(?)

Em 1290, os juizes e concelho de Belmonte prestam menagem ao bispo de Coimbra que agora é D. Aymeric d'Ébrard:

“eu Domingos Domingues, dito Botelho, fiz fé e homenagem do castelo de Belmonte, do qual sou apoderado, ao honrado padre e senhor Dom Aymeric, bispo de Coimbra (...) E nós juizes e concelho por esse Domingos Domingues que fez a homenagem por nós e pelo dito concelho e por cada um do concelho desse castelo, pusemos em esta carta o selo do nosso concelho”<sup>109</sup>.

### **A sombra do poder**

A história é assim. Mesmo condensada, dá uma ideia de como foi demorada, lenta, desfavorável e até demolidora para uns, favorável a outros, com algumas variações e alternâncias.

A lenda e a tradição não são assim. Abarcam séculos de história em pequenas frases. Resumem-se em oráculos já cumpridos e até quase esquecidos: “A Torre de Centum Cellas foi feita por uma mulher com um filho às costas”: “a Torre de Centum Cellas era tão alta, tão alta, que galgava serras e serras...” E referem a sombra da Torre de Centum Cellas e não outra.

Mas há mais torres e senhores. Os Bispos de Coimbra construíram torres e baluartes, e a torre de menagem, a mais imponente é a de D. Egas Fafes, por ter tomado o nome do bispo que a mandou construir.

Esta torre com o castelo passaram a ser, na verdade, o símbolo do poder no tempo dos Bispos, dos outros senhores, e dos Cabrais como alcaides.

A velha Torre de Centum Cellas lá continuou e continua enigmática, mítica, simbólica, uma raiz cultural rebentada da terra, e a ter o privilégio de ser a referência do poder na tradição.

A sensação deste poder continuou ligada à sombra que galgou serra e serras, terras e terras, séculos e séculos, e está viva, ainda hoje, nas gentes do povo que a refere mais aos Cabrais que a outros senhores, porque foi aos cobradores destes que as gentes, algumas ainda vivas, pagaram, ou viram pagar a seus pais, as rendas e foros devidos aos senhores.

### **O bezerro de ouro**

Sobretudo no Colmeal da Torre, conta-se que está um bezerro de ouro enterrado debaixo da soleira da porta principal de Centum Cellas.

Mas qual é a porta principal? Parece que ninguém sabe.

Sem o saber, o certo é que muitas noites se ouviu cavar na misteriosa torre. O chão do interior e algum até à volta, estava completamente revolvido logo desde que se fizeram as primeiras escavações arqueológicas.

O ouro da terra era sonho de muitos, mas estava guardado para quem?

Não admira que a tradição diga que a sombra da Torre de Centum Cellas galgava serras e serras e batia em Valhelhas, e na cidade soterrada de Valongo, e léguas e léguas em redor.

Quem é que ainda duvida disso? - Ninguém.

Depois, depois virão os Cabrais. E depois dos Cabrais virá uma nova classe que procurará manter os seus direitos. E só com uma revolução dos meados do século XX, motivada por muitas razões, económicas, culturais, e políticas, é que se começará a ver uma menor servidão, maior igualdade de oportunidades.

A sombra do poder é forte, é capciosa, segue e persegue os que não conseguem levantar-se do chão.

### **Terra assombrada por guerras e razias - Terra de Homiziados**

Já no tempo de D. Fernando, Belmonte recebe vinte homiziados.

O Bispo D. Martinho, depois de novas guerras, (1383-1385), pede a D. João I homiziados para as suas terras de Belmonte e obteve o mesmo privilégio.



Foto 17B - Selo pendente do Bispo de Coimbra D. Américo d'Ebrard (1291)

<sup>109</sup> Id; Id. T.T. Cab. Sé de Coimbra, 2ª Incorp., Mç. 23, N.º 96

Como privilégio foi tomado também pelas gentes de Belmonte.

Depois das guerras da Independência, novas razias se fizeram por estas terras. Algumas foram feitas por Martim Vasques da Cunha.

Este era o novo senhor de Belmonte. Trocara com o bispo de Coimbra, e o rei autorizara, o senhorio de Arganil pelo senhorio de Belmonte e Couto de São Romão. Mas era legitimista, defendia os direitos dos filhos de D. Pedro e D. Inês de Castro ao trono português. Tanto este pretendente ao trono como Martim Vasques tiveram de se refugiar em Espanha. Ao rei de Espanha convinha dar cobertura a esta facção para manter viva esta guerrilha contra D. João I de Portugal.

De Espanha, Martim Vasques da Cunha repetiu a invasão das terras de Belmonte, onde pretendeu defender os seus direitos. Mas nada conseguiu de efectivo, a não ser castigar as populações com mais guerras.

El-rei confiscou-lhe todos os bens. Mas foi à custa desta gente que el-rei aqui repeliu os ataques e razias.

Nessa altura, já por aqui se tinham firmado os Cabrais que poderão ter sido já, com estas gentes, os organizadores da defesa destas terras. Luís Álvares Cabral era morgado de Belmonte. Filho de D. Álvaro Gil Cabral, partidário que foi, e acérrimo, do Mestre de Avis enquanto regente e defensor do reino.

Como alcaide da Guarda (e Belmonte?) mostrou-se oposto a D. João de Castela, logo que este, vindo de Toledo, chegou à Guarda com o bispo desta diocese, com a promessa deste de que todos por aqui tomariam seu partido.

A primeira nega que recebeu foi de D. Álvaro Gil Cabral.

Depois, nas Cortes de Coimbra, que se realizaram para aclamação do rei, D. Álvaro Gil Cabral terá caído em desagrado. Talvez por se mostrar legitimista, pelo menos de início.

O certo é que o grande alcaide da Guarda (e Belmonte?) morreu durante as Cortes. Seu corpo está sepultado na velha sé de Coimbra. As cabras aparecem na sua campa pela primeira vez na história.

Mas os seus antigos direitos, só a pouco e pouco, e à medida de provas dadas por seu filho, a este foram sendo restituídos.

A pouco e pouco, mas foram. D. João I nomeia Luís Álvares Cabral 1º Alcaide de Belmonte.

O poder dos Cabrais vai crescer, crescer. A sombra de Centum Cellas será maior que nunca. Nunca, nem romanos, nem bispos tiveram tantas terras e poder centrados em Belmonte como os Cabrais. Vieram a ser senhores de facto, e como mais ninguém, de terras e de poderes nos domínios alargados das Beiras e Riba Côa.

Contudo, o senhorio de Belmonte continuou, de direito, de el-rei “nosso senhor”.

Ainda D. João I doou-o ao Infante D. Henrique. Este invoca de novo o direito e necessidade de mais vinte homiziados.

Com novas guerras e nova leva e morte de homens, quer nas guerras em Castela, quer nas guerras em África, os moradores desta terra apresentaram a Afonso V essa velha carta de privilégio e obtiveram deste rei nova carta de concessão de homiziados.

E de novo tudo se repete, com participação do povo recrutado e no séquito dos senhores alcaides, novos protagonistas com nome, e com o mesmo povo sem nome e com história habitualmente omitida mas adivinhada, real e dura.

E de novo os moradores de Belmonte apresentaram a D. Manuel essa carta de D. Afonso V.

E assim ficou escrito que

“mostraram um privilégio de el-rei D. João I, ... que D. Martinho, bispo de Coimbra, nos disse que o seu castelo de Belmonte é muito despovoado por razão desta guerra, e que nos pedia por mercê que nele lhe déssemos couto a vinte homiziados para morarem e povoarem o dito lugar e o ajudarem a defender...”

“... mandamos que vinte homens, e mais não, que forem homiziados por qualquer erro ou malefício que hajam feito e em que os culpem, e se vierem povoar e morar o dito concelho de Belmonte, que sejam aí coutados e que não sejam por essa razão presos no dito lugar e em seu termo.”

Porquê insistir nesta história de concessão de homiziados e mais homiziados, como privilégio tão argumentado pelo povo? É que é um dos substratos da história que nunca ou quase nunca é

contada.

As mulheres com filhos às costas, viúvas ou não, a construir torres de senhores, os maridos com elas trabalhavam ou longe delas morriam, sem esta história subterrânea, o mais que podiam era aparecer numa tradição que parece tão impossível que poucos se arrojam a contar.

Desta tradição de que foi uma mulher com um filho às costas que fez a torre de Centum Cellas, e, da tradição que a esta se liga de que a sombra desta Torre dominava serras e vales em redor, podemos passar a outras lendas. Também estas virão carregadas de força e significado, - sentidos por esta gente e por estas terras.

### **A Lenda dos Cabrais**

Havia, em tempos, um pastor que guardava o seu rebanho por estas terras.

Uma noite sonhou que ouvia uma voz que lhe dizia três vezes:

- Vai a Belém, que lá encontrarás o teu bem! Vai a Belém, que lá encontrarás o teu bem! Vai!...

Vai!...

Era um bonito sonho, mas... era um sonho. E ele nem sabia onde era Belém.

Mas o sonho repetiu-se três vezes, e já não lhe saía da cabeça. Muitas vezes dava consigo a repetir baixinho:

- "Vai a Belém, que lá encontrarás o teu bem!"

Até que um dia, aviou umas coisitas para a viagem, e meteu-se a caminho, farnel às costas.

Mas onde era Belém? Pergunta aqui, pergunta além, até que lá chegou.

Em Belém olhou para tudo, olhou. Mas nada viu que pudesse ser um bem que ele pudesse tomar e trazer.

Desanimou.

Calhou encontrar, por lá, um outro pastor. Como gente da mesma profissão, chegaram à fala.

E o outro disse-lhe:

- Mas tu pareces triste... O que tens?

- Deixa-me cá!... É que eu sonhei três vezes e ouvi muito bem uma voz que me dizia:

- "Vai a Belém, que lá encontrarás o teu bem. Vai a Belém, vai a Belém..." e aqui ando eu,... e onde é que está esse meu bem? Nem nada!

- Ai, mas tu ainda acreditas em sonhos? Pois olha, também eu sonhei e sonho, mas não vou nisso! Vê lá que eu sonho, mas muitas, muitas vezes, que, num lugar que chamam Belmonte, há uma laje, onde uma cabra amarela se deita todos os dias. Debaixo da laje diz-me o sonho que está um tesoiro. Mas...

O pastor de Belmonte, deu-lhe um baque no coração, mas disfarçou. Disfarçou, porque pensou logo na sua cabra amarela que se deitava todos os santos dias em tal laje que ele sabia muito bem qual era. E só podia ser aquele o seu bem!

Retomou o caminho de volta a toda a pressa, foi de noite à tal laje. Cavou à volta, levantou--a, e encontrou uma cabra e um cabrito de ouro.

Contente com o haver, deitou-se a caminho, até ao palácio do Rei. E, quando lá chegou, disse:

- Quero falar com o Rei.

Riram-se do pastor.

- Quero falar com o Rei, porque lhe quero dar um presente.

- Então dá cá o presente, que nós o levamos ao Rei.

- Isso é que era bom! Não. Não dou o presente a ninguém. Só ao Rei, e tenho de ser eu a dar-lho. E mais: não abalo daqui, sem o Rei me receber, e sem eu lhe dar o que tenho para lhe oferecer.

Convencidos de que o pastor não acedia, nem arredava pé dali, contaram ao Rei o que se passava. Isto, ao fim de muito instar.

Rei ficou curioso e mandou que o pastor entrasse.

Quando entrou na sala cheia de gente tão rica, o pastor perguntou:

- Mas quem é o Senhor Rei?

- Sou eu. Vem cá, e diz lá o que tens a dizer.

O pastor, então disse:



- Senhor, eu tenho aqui uma cabra e um cabrito, qual é que El-rei quer que eu lhe dê?
- Dá-me o cabrito, - diz o rei - sempre será mais tenrinho...

O pastor pegou no cabrito e deu-o ao rei.

Este, quando viu que o cabrito era de ouro maciço, viu logo a esperteza do pastor, e desabafou:

- Gosto muito do presente. E só tenho pena é que o cabrito fique orfãozinho...

Ao que o pastor replicou de pronto:

- Mas não tenha El-rei tanta pena, porque eu, que lhe dei o filho, dou-lhe também a mãe. Aqui a tem, Senhor.
- Já que foste tão generoso e gentil para mim, também eu te dou e levas o melhor cavalo que vires na minha cavalaria, e todas as terras que percorreres à volta de Belmonte, do nascer ao pôr do sol, são para ti também.

Esta lenda aparece escrita a primeira vez no século XVI.

Pretenderá mostrar a generosidade e a fidelidade dos Cabrais ao rei, justificar a saída dos Cabrais de gente do povo para subir a gente de teres e haveres. Pretenderá justificar as tantas terras e rendas da família Cabral, cujas riqueza muitas vezes acrescentada até veio, afinal, a estender-se por muitos e muitos concelhos para cima e para baixo e para os lados de Belmonte.

Isto fica para o relato dos bens da família que contarei mais adiante.

Para já, será bom contar um dos muitos testemunhos das gentes que, até há pouco tempo, pagaram rendas com língua de palmo.

Nas Olas e nas Inguias, foram várias as pessoas, mulheres sobretudo, que me recontaram a história.

Nas Inguias, Celeste Gerales Pinto acrescentou:

- “Maldito cavalo, ou maldita égua, que tanto correu e não havia maneira de parar!”
- Mas não se sabe onde parou mesmo? - perguntei.
- Olhe, dizem que parou, sim, mas só quando rebentou. E nessa altura já tinha corrido meio mundo em redor. E rebentou ali para cima, para o pé da Ramela, numa laje que ainda lá está... nem sei o nome dela.

Mas, olhe, o que sei é que no tempo do meu pai, quando as colheitas corriam mal, era preciso vender cabeças de gado para pagar as sementes pelas terras que trazíamos.

E mais: aquilo dava para os Cabrais e para os que lhe recebiam as rendas ficarem ricos.

E olhe eram uns aqui, outros ali, porque eles tinham terras e rendas em todo o lado!

É ver o P.e Barreiros, que, quando aqui chegou às Inguias, vinha montado numa burra sem rabo.

Arranjou para cobrar aqui as rendas dos Cabrais, e olhe, daí para diante eram boas éguas, boa casa! Quando morreu deixou para aí uma fortuna brutal que ficou para a filha, a Sra. D. Maria do Céu Barreiros, e que agora nem se sabe nas mãos de quem pára.

O outro que também se arranjou foi o Sr. Zezinho Pina de Belmonte. Conheceu? (Fiz que sim, e disse que muito bem). Esse era danado, não se descuidava. Andava sempre em cima da gente.

Por outras fontes sei que, há mais tempo ainda, a cobrança das rendas dava para o feitor que, por vezes, vivia fora do concelho, e para o seu representante em Belmonte.

É o caso de Francisco Pires da Silva, feitor que tinha o Sr. Abílio (Abílio António da Fonseca) como seu representante e cobrador em Belmonte. E dava para todos.

Eu próprio, em 1954, vi, e bem vista, a Tulha dos Cabrais cheia de cereal.

Pouco antes, no tempo do Presidente da Câmara o Dr. João Filomeno dos Santos, e antes da construção da Casa do Povo, era na Tulha que se faziam os teatros. Arredava-se o melhor possível o cereal ainda não vendido para um lado, tapava-se com taipais, e o espectáculo realizava-se no espaço livre. Um tal Sr. Gaspar era o ensaiador.

### **Belmonte e a lenda da Cabra e do Cabrito de ouro**

No texto “Belmonte I : Lendas “ O Cabrito de Belmonte” o Professor José Hermano Saraiva, em Rotas e Destinos, Março 1996, conta a história e diz: “O que há de desconcertante é que, neste caso, a lenda se foi estilizando segundo duas versões que divergem em aspectos fundamentais. (...) E é assim: Cáramo era um pastor que apascentava ovelhas nas encostas dos montes da Grécia... Ora o nosso pastor vivia pobremente e dormia uma noites debaixo das estrelas, outras nos vãos que os

penedos fazem nas grandes serranias.”

Decidiu construir uma casa. Quis fazê-lo num lugar onde, de verão e de inverno tivesse sempre pasto. Foi a Delfos, ofereceu uma rês, e obteve um oráculo: “Segue confiado as tuas cabras. Depois de um longo caminho elas acabarão por parar. É aí que deves edificar a tua moradia.”

Caminharam anos e anos, até que o rebanho foi parar “exactamente na testa de um belo monte virado à veia rica onde corre o Zêzere e rodeado de pastagens verdes.” Aí fez a sua casa e essa foi a origem de Belmonte.

A casa, nesta interpretação, é, ou será, a Torre de Centum Cellas cujos restos enigmáticos e de grandeza ainda causam admiração, um centro de exploração mineira que lhe deu “poder e fortuna”. Da fortuna - *pecunia* - às cabras simbólicas vai um passo, através de *pecus*, *oris*, que em latim significa gado (daí nos veio *pecúlio*).

A outra versão é também de um pastor, que nasceu nesse referido monte rodeado de bons pastos, mas que não se via sair da miséria por causa das neves e dos lobos.

Deu em sonhar, sonhar três vezes e ouvir, no sonho, três vezes: - “Vai a Belém que lá está o teu bem.”

O pastor “meteu-se por esse mundo fora a caminho de Belém.”

“O Belém da lenda de Belmonte só podia ser portanto o lugar célebre da Palestina, a cidade onde se venera a lembrança do presépio. E era esse o aviso dos sonhos: em Belém está o bem de todos, porque lá nasceu a revelação da Lei Nova.”

“Mas o pastor não era teólogo, e quando depois de muitas fadigas chegou a Belém, não viu lá nada do que buscava. Descorçoado e arrependido, desabafou com um pastor dos muitos que então havia na Terra Santa: Vá lá um homem fiar-se em avisos! Três noites a fio sonhei...” E contou-lhe a história toda. O outro consolou-o: também ele sonhava que muito longe dali um pastor tinha uma cabrinha branca que teimava em não se deitar senão em cima de certa pedra, e que quem levantasse aquela pedra iria achar um tesouro. Mas ele, homem de juízo, não acreditava em coisas dessas”.

E agora vem a interpretação do distinto professor:

“quem sabe se esse cepticismo do pastor de Belém não simboliza no conto popular a surdez dos Judeus ao prodígio acontecido na sua própria terra”.

O resto da história é semelhante à versão já contada. Apenas com um outro remoque do rei quando se viu só com o cabrito, a peça mais pequena, na mão: “Maroto, não me preveniste que eram de ouro...” “Pois fique Vossa Alteza com os dois e que façam bom proveito.”

O rei deu, então, ao pastor tudo quanto divisasse do mais alto da serra de Belmonte.

Tenho de reconhecer que o remate do Professor é bem mais de acordo com “a situação real” das possessões dos Cabrais que foram aumentando sempre, sempre, para além dos limites que o rei lhe deu.

A interpretação do contador desta versão, aqui, é outra:

“(...) Os aluviões do rio continuavam a dar palhetas de metal. (...) No século XIII os afonsinos conseguem implantar uma vila próspera em terra erma: é que já lá havia gente. Gente activa que dominava as técnicas da metalurgia. Judeus. (...) uma parte da população mantém-se agarrada à lei antiga.”

E é a esses que se dirige a homilia dominical: “Vai a Belém que lá está o teu bem. Belém é a Lei Nova, a mensagem que quer redimir a humanidade. O velho empedernido faz ouvidos de mercador à pregação, mas não consegue deixar de sonhar com ela. (...) Que volte à sua terra que é lá que o tesouro o espera debaixo de uma fraga.”

“Em qualquer das hipóteses, a cabra e o cabrito - símbolo da mãe e filha, Lei Velha e Lei Nova são a alma da terra. Na esperança dos hebreus é o sangue da rês que salva os pecados do mundo. E muito antes da Lei Mosaica, o deus Pã, gozador e vagabundo, era pastor de cabras. Quem se não foi ele quem veio do Parnaso à serra da Estrela imprimir a sua insígnia no túmulo de Maria Gil Cabral?” (Foto nº 18)

São muito originais estas versões, absolutamente fora de todas as ouvidas, e fora de tudo o que o povo parece imaginar quando conta a lenda dos Cabrais. Sentir, pelo menos, o povo sente-a de outra maneira.



Foto 18 - Túmulo de D. Maria Gil Cabral, na Capela de Nª Srª da Piedade, na Igreja de S. Tiago

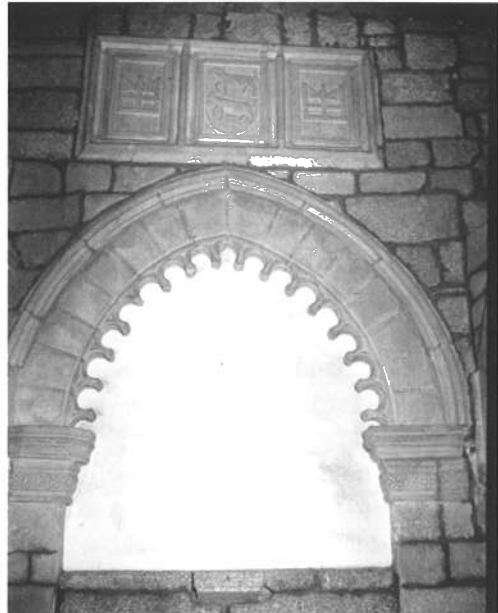


Foto 19 - Belmonte. Igreja de S. Tiago. Arco e Brasões da porta da Capela panteão mandados construir pelos pais de Pedro Álvares Cabral na década de 1480. Ao lado, parte do púlpito. A prensa ladeia as cabras

## A Prensa

Diz o povo que, de uma vez, o castelo de Belmonte foi cercado pelo mouros.

O alcaide, um dos Cabrais, com suas forças resistiu, e, mesmo sem a ajuda de reforços, conseguiram assegurar a defesa do Castelo.

Aconteceu, porém, que o inimigo se apoderou de um dos filhos do alcaide, e, preso, levaram-no à frente do castelo e disseram ao alcaide:

- Ou entregas o castelo ou o teu filho vai ser esmagado numa prensa. (Ver pormenor da Foto nº 19)

- O alcaide chorou. Chorou, mas disse, convencido que faria desistir o inimigo de tal barbaridade:

- Se sois heróis e valentes, e se tendes vergonha na cara, assaltai vós o castelo. Lutai. Mostrai o que valeis. Mas contra guerreiros como vós. Vingard-vos numa criança é covardia.

E não entregou o castelo.

O inimigo fez questão de esmagar o filho do alcaide mesmo à sua vista. Mas a fidelidade do Cabral ao rei de quem era aquele castelo, continuou mantida e mais forte.

É assim que o povo explica a prensa que aparece em muitas pedras de brasão pela vila de Belmonte.

A pedra com a prensa de vinho ou azeite não são armas antigas da vila de Belmonte, “mas, sim, a *empresa* pessoal de Fernão Álvares Cabral, Alcaide-Mor de Belmonte. A empresa com a legenda TUD. PAS. Serão o símbolo e lema da vida de Fernão Cabral”<sup>110</sup>.

A inscrição TUD, PAS. tem-se interpretado como “tudela passus”, com o significado de esmagado na prensa. É interpretada como o sinal de fidelidade de Fernão Cabral I, pai de Pedro Álvares Cabral, ao senhor e ao rei que o fez o 1º Alcaide-Mor de Belmonte, de juro e herdade. O assunto será abordado mais adiante.

Esta fidelidade ao ponto de ser esmagado se necessário, tornou-se proverbial e timbre da família, que, tem-se dito, esteve mesmo dispensada de menagem, para sempre, a partir de primeiro Alcaide-Mor. (Ver Anexo nº 3)

No caso de Pedro Álvares Cabral, mesmo sem ser alcaide, bem esmagado foi, pelo desprezo do rei. E calado se manteve.

As pedras com este símbolo e inscrição aparecem em vários locais de Belmonte. Inclusivamente e com profusão na Igreja de São Tiago, e até no Pelourinho, o que significa que na vila, e para além do estudo dos heraldistas, esta empresa tinha muito peso e significado.

Há quem afirme que ela esteve imposta em lugares públicos, em fontes e nas portas da vila. Hoje não estão. Mas há algumas arrumadas à entrada do castelo, à espera que, bem depressa se

<sup>110</sup> Parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, enviada à Câmara de Belmonte e 22/7/86.

coloquem num dos museus de Belmonte a preparar. Mas, no tempo em que estive em fontes e portas da vila, é natural que sim.

Há autores que interpretam a prensa como sinal de rigor de Fernão Cabral, na aplicação da Justiça que exerceu em nome do rei, nos cargos de Corregedor da Justiça nas terras de Beira e Ribacôa, com as Comarcas de Viseu e Covilhã incluídas.

Há quem chegue a afirmar que foi Fernão Cabral I que teve a coragem ou desumanidade de, por fidelidade ao rei, ter preferido que lhe esmagassem o filho.

O que de escrito se conhece da aplicação da Justiça deste Cabral é de que foi justo, sim; mas não desumano. E não consta de qualquer cerco ao castelo de Belmonte nesse tempo.

Outros ainda interpretam que a prensa é normalmente aceite como sinal de martírio por fidelidade à fé, e foi tomada por Fernão Cabral I para significar a sua fidelidade.

Esta fidelidade foi expressa várias vezes na família Cabral, e o próprio Fernão Cabral I foi educado na corte desde criança, porque seu pai, Fernão Álvares Cabral, Guarda-Mor do Infante D. Henrique, morreu na defesa deste, frente a Tânger, mas salvando da morte seu Senhor que o criara. Assim diz a Crónica de Ceuta. Talvez tenha sido este facto a inspiração para o pai de Pedro Álvares Cabral ter assumido tal empresa de armas.

Também há que referir, já agora, que há autores que dão a prensa com uma criança a ser torturada, como brasão da vila de Belmonte.

Há a referência, do século XVIII, de que, estas armas estavam sobre as portas da vila, pelo que alguns levantam a questão: A prensa como símbolo de fidelidade era empresa da vila ou de Fernão Cabral e sua descendência? Foi a vila que a tomou de Cabral ou Cabral que a tomou da vila?

### **A cabra esquartejada em sacrifício**

O castelo de Belmonte foi cercado. Passaram-se dias e dias. Faltava água, tudo.

Estavam prestes a entregar-se quando uma velhinha disse:

- Há ainda uma cabra, não há?
- Há. É a que resta.
- Para nós já tanto adianta uma como nenhuma.

E dirigindo-se ao alcaide disse: - Matai vós mesmo essa cabra. Nós comeremos o sangue e a fressura. Esquartejai-a e lançai a carne ao inimigo por cada canto do castelo.

Assim se faz.

O inimigo devorou a carne e debandou, pensando que os sitiados ainda teriam alimento suficiente para resistir até receber ajuda.

### **A Lenda da Senhora da Estrela - D. Gil Cabral**

Andava um rei a caçar por estas terras, quando, com o ardor da caça, a noite sobreveio sem que antes pudesse acoitar-se. Perdido e acossado por um urso, pediu auxílio a Nossa Senhora. De repente aparece-lhe uma estrela que lhe serviu de guia e pôde encontrar-se a salvo.

Agradecido com o que considerou um milagre, mandou fazer ali uma capela sob a invocação de N<sup>a</sup> Sra. da Estrela. Falarei desta capela, mas por agora direi que a capela pode ter sido a sede da paróquia medieval de Olas e depois de Anguias de Godim (Inguias) e é a mesma capela em que a pedra do altar estava assente sobre uma ara dedicada a Júpiter (Juppiter Optimus Maximus). No tempo de D. Pedro, já há muito que esta igreja pertencia aos Bispos da Guarda e não aos Bispos de Coimbra, seus fundadores. (Foto n<sup>o</sup> 20)

Esta lenda ou semelhante conta-se em locais diversos, como Seia, Boidobra... Mas aqui, conta-se também que D. Pedro andava a caçar por estas bandas, quando lhe vieram anunciar a morte de D. Inês.



Foto 20 - Inguias. Capela de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Estrela. A capela mor pode ter sido a primitiva Igreja Paroquial de Olas, na Idade Média. Nota-se a base que pode ter sido o plinto de templo romano dedicado a Júpiter.

E há quem diga mais: que andava a caçar com o seu médico e grande amigo, o Cónego D. Gil Cabral, Deão da Sé da Guarda, a quem este rei, por mercês e ou amizade, doou grandes terras em Belmonte e em redor.

Esta amizade pode ter sido anterior ao casamento de D. Pedro com D. Inês de Castro ou pode ter começado ou aumentado depois. Porquê? Precisamente porque foi D. Gil Cabral que, no primeiro de Janeiro de 1354, em Bragança, assistiu a este casamento.

É pelo menos verdade que assim o declarou, sendo já bispo da Guarda, em Coimbra, em 18 de Junho de 1360, ao tabelião geral Gonçalo Pires, e na presença de D. João Afonso, (Conde de Barcelos), Vasco Martins (Chanceler-Mor), e Mestre Afonso.

Quem acredita em histórias, neste caso até repetidas noutros lugares, de aparecerem estrelas ou a própria Nossa Senhora, a nobres, príncipes, e reis, (às vezes até a gente do povo), para, perdidos em terras onde se desorientavam os salvar de ursos ou outros perigos? Ninguém.

Pois foram gentes destas que promoveram a construção de capelas e igrejas em terras geralmente suas, onde inicialmente só caçavam, mas que queriam povoar. Terras, eles não trabalhavam, não era (ou não foi) sequer da sua condição de nobres dedicados por vocação ou simples determinação sócio-legal à guerra.

Mas, sobretudo em épocas de crise, e o avanço de árabes, os reis, procuravam dar regalias através da criação de concelhos, para fixar as gentes que podiam passar para os mouros. Datam desta época as tentativas e a formação do concelho de Belmonte.

Sabe-se que, mesmo nestas terras do interior os reis fizeram frequentes estadias. D. Afonso III esteve muitas vezes na Guarda. D. Afonso IV esteve concretamente em Belmonte por duas vezes.

Depois da conquista de Cáceres (1227) e Badajoz, os cavaleiros-vilãos, que já não podiam viver da guerra, tornam-se senhores da terra e procuraram dominar a vida económica dos concelhos criados.

Sem gente que a trabalhasse a terra sobre a qual procuraram manter posse a quem haviam de cobrar as rendas que pretendiam?

Criar concelhos normalmente era política precedida de povoamento. E as populações, às vezes preferiam não estar sujeitas a organização administrativa de ninguém. Em Belmonte, o senhor tentou fundar concelho, sem o conseguir, sendo mesmo senhor temporal e bispo das igrejas já fundadas por aqui.

Construir uma igreja ou capela, para reunir e organizar gente à volta delas, foi uma das tácticas seguidas. Muitas vezes, ficavam comendadores ou padroeiros destas igrejas, com direitos de apresentação e até nomeação dos párocos, e as rendas, claro.

Por vezes, os detentores das terras, colocavam mesmo simples aras votivas, e só depois construíam ermidas ou capelas que, com o afluxo de gentes, obrigavam a criar títulos e cargos eclesiásticos, com condições de sustento e habitação, para garantir o serviço religioso para artífices e agricultores que por essas terras se iam fixando.

Muitas vezes essas aras, ermidas, e capelas funcionavam como monumentos ao mesmo tempo votivos ou afirmação de propriedade, colocados no centro ou na divisória das suas terras. Daqui nasceu o costume, há pouco extinto mas que durou séculos, de haver padroeiros e apresentadores de igrejas ou capelas, com o proveito que depois daí adveio.

Lembro que o altar da Senhora da Estrela estava colocado, até há pouco tempo, sobre uma ara dedicada a Júpiter.

E, acredite-se ou não, nestas lendas às vezes sem originalidade para nós, o que é certo é que, repito, os reis andaram mesmo por aqui e um milagrezinho, mesmo lendário, dava uma força para a gente daquele tempo se ir reunindo à volta da capela ou igreja erguida como voto.

Neste caso, foi à volta da Senhora da Estrela que se constituiu a paróquia medieval de Olas. Estou a repetir, só para chamar a atenção para uma possível interpretação da lenda em que hoje ninguém acreditará e para lembrar que, mesmo esta pouco crível para muitos, está ligada de algum modo à história.

É ver: Com estas terras constituiu D. Gil Cabral, como veremos, o princípio da Casa Cabral em Belmonte.

Antes ou depois de clérigo, D. Gil Cabral teve, pelo menos dois filhos. Por estas e por outras é

que, naturalmente, se conta a lenda seguinte que, na redacção apresentada, se o dá como pecador o dá também como merecedor de um milagre.

### **Lenda de D. Gil Cabral**

D. Gil Cabral foi Bispo da Guarda de 1360 a 1362.

Adriano Vasco Rodrigues<sup>111</sup> escreve:

“Uma tradição que se mantém na Catedral da Guarda é a reza das matinas pelo Cabido. Já uma lenda muito antiga se lhe refere. Diz respeito ao Bispo D. Gil, aquele que teria casado D. Pedro e D. Inês e relataram-na o padre Carvalho e o Padre Pina:”

“Pode-se presumir que Deus o quis castigar (a D. Gil) na brevidade do governo pelo que dele se conta, e é que estando em Roma, disse que, para lhe não faltar nenhum gosto, tomara ver-se naquela noite de Natal, na cidade da Guarda; e logo se lhe apareceu um hoste romano, e lhe disse que pois tanto o desejava, ele se obrigaria a o pôr naquela cidade, que fosse consoar e que acharia a cavalgadura à porta, e ao hoste para o acompanhar; e assim foi, porque acabando de consoar, se vestiu de caminho, e achando a mula à porta, se partiu e se chegou às portas da Sé, estando os cónegos rezando matinas para se dizer a missa do galo e d’ali desapareceu a hoste e a mula; e entrando pela igreja se alvoroçaram os cónegos e ele disse; Como agora nevava nos Alpes! E não o crendo os cónegos, lhe mostrou breves de S. Santidade passados no dia antecedente, e quando ele disse isto, estava sacudindo a capa; e bem se viu ser isto assim pela data dos breves”.

É de notar como, acerca de um bispo que hoje seria bem criticado porque tinha pelo menos dois filhos, (se antes de ser clérigo ou não, não se sabe!), se constrói uma lenda de milagre, como se fosse um santo. E podia muito bem ser um grande santo, porque a lei do celibato naquela altura era muito diferente sobretudo na sua imposição e prática. Há apenas uma contradição: Se D. Gil Cabral era bispo da facção do Papa de Avinhão, como veio de Roma e de onde datam os documentos que exibiu? Deixemos divagações porque lenda é lenda!

### **Lenda da Fonte Soldado e da Laje da Fidalga**

Conta-se, de modo muito confuso e que ainda não consegui aclarar, que numa guerra ou cerco do Castelo, uma Fidalga tomou parte na defesa. A certa altura disparou um tiro tal que acertou no corpo de um soldado, de forma que a cabeça foi parar à uma laje, e o corpo a uma fonte. À laje chamaram Laje da Fidalga; e à fonte, Fonte Soldado, uma fonte celto-romana, existente nas proximidades do lugar onde passava a via romana Mérida - Idanha - Braga. A distância entre laje e a fonte será de dois a três quilómetros... (Ver Foto 4A e 4B)

Mas aparecem versões um pouco diferentes. Uma delas diz que o morto era um fidalgo ou fidalga que foi atingido ou atingida por um disparo. Sendo fidalga, faz lembrar o romance popular de D. Silvana.

Se quisermos tentar colocar esta lenda na história, é fácil, mas, continua a ser lenda!...

Após a morte de Fernão Álvares Cabral em Tânger, sua viúva teve de entregar o castelo à guarda de alcaide-menor ou substituto até à idade em que seu filho pudesse vir da casa e escola de el-rei para tomar conta do cargo de alcaide.

Terá sido algum destes alcaides menores ou substituto que o povo chama simplesmente “soldado” que, por revolta ou paixão pela nobre viúva tenha querido meter-se à frente de D. Teresa de Andrade? Se cerco fosse, certo foi que ela lhe terá dado tal tiro que o corpo se separou do corpo cerca de dois quilómetros, precisamente deste a Laje da Fidalga à Fonte Soldado.

Podia ser inclusive, no tempo de D. Joana de Castro, cujo marido ficou prisioneiro em África, na consequência de Alcácer Quibir. Neste comenos, bem podia algum alcaide menor ter tido, ou ousadias de amor ou ideias de tomar posição de agradar de imediato ao rei de Espanha.

E a sorte foi essa que esta lenda conta.

São relatos populares metidos muito dentro do tempo de história conhecida, mas ficam na lenda contada pelo povo, que talvez tenha ficado com histórias que a História não contava e não contou, sobretudo quando eram de amores e paixões. É assunto para literatos, mas de grande prazer para a gente de Belmonte, já desde agora.

<sup>111</sup> Rodrigues, A. V.; Monografia Artística da Guarda, 2ª ed. de 1977, p.100

O que conhecemos é que D. Joana de Castro ficou viúva e pobre, de modo que Filipe I lhe deu uma pensão e dote para casar uma das suas filhas, a mais velha, e lhe meteu as outras no convento que lhes fosse destinado pela rainha D. Catarina. (Anexo nº 4 - O Manuel de Belmonte)

### **Igrejas desde a Idade Média**

Pedro, bispo de Coimbra, era o Senhor destas terras em 1188, em 1194, e em 1199. A herdade de Centum Cellas tinha sido doada aos Bispos e Sé de Coimbra.

Já tinha gente a trabalhar nelas, e já tinha aqui, assim como na Covilhã, igrejas que lhe pertenciam e cujo clero ele provia. Como era o tipo de povoamento que pertencia a essas igrejas de Coimbra e da Serra para cá?

### **Quais eram as primeiras igrejas medievais de Aquém Serra?**

Eram São Tiago de Belmonte, São Tiago (às vezes aparece Santa Maria) de Olas, Anguias de Godim, e depois Stª Maria de Maçainhas, e Stª Maria de Belmonte.

Depois, São Tiago de Olas aparece com a designação de Olas de Godim ou de Godino.

Mais tarde, e ainda na Idade Média, encontra-se Anguias ou Inguias de Godim ou de Godino (hoje só Inguias) que acaba por substituir São Tiago de Olas que passa a ser dada como extinta paróquia medieval.

Concluimos que os limites do concelho de Belmonte, a quando da outorga do foral, são aqueles até onde chegava a sombra do poder de Centum Cellas, segundo a tradição das mulheres do povo.

Aproveitamos para dizer que, de todas as igrejas desse tempo historicamente comprovadas, são igrejas de existência, organização, e história conturbada, até pelas lutas entre Bispos de Coimbra e Guarda.

### **Qual a Igreja de São Tiago de Olas?**

A que parece manter ainda mais originais os traços da sua estrutura antiga é a de Santa Maria de Olas.

Mas esta igreja não existe nas Olas. Aqui nem existe memória dela. Ela é a Capela de Nª Sra. da Estrela, ou mais exactamente, a capela-mor desta ermida. É para aqui que convergem a tradição, as lendas, e onde os testemunhos são mais próximos da Idade Média como de épocas anteriores, sobretudo a romana.

A estrutura desta capela não é simétrica. Pode ter sido adaptada de um antigo templo, romano, com muita probabilidade. Seria o exemplo da absorção ou acomodação dos deuses pagãos pelo cristianismo, ou mesmo a expressão da ideia de que o cristianismo venceu o paganismo. (Ver Fotos nº 1 e 20)

O certo é que a pedra do altar-mor desta capela estava assente sobre uma ara a Júpiter, com a inscrição voltada para a parede. Hoje, com a modificação, pós-Vaticano II, de as missas e os altares serem voltados para o povo, a ara foi retirada, viu-se e leu-se a inscrição, e ficou com a inscrição também voltada para o povo. Em cima está colocada a imagem de Nª Sra. da Estrela, padroeira da capela.

Ainda de referir, que esta capela está assente em silhares de construção romana, ainda visíveis, sobretudo na base e que uma outra ara foi retirada daqui para o museu da Cava Juliana, da Covilhã. Pode ter havido aqui um Templo Romano, cujo podium se vê na base da Capela mor de Nª Srª da Estrela.

### **E qual a igreja paroquial de Anguias de Godim?**

Inguias aparece desde muito cedo nos documentos medievais. Contudo, isto acontece depois de Olas que é a primeira localidade com a designação “de Godim”. Depois aparecem outros topónimos, como Vila Nova de Olas. E parece Anguias de Godim e Fonte de Anguias.

As paróquias medievais de Olas e Anguias coexistem. Mas, no decurso dos séculos XIV e XV Olas foi perdendo importância.

Qual era, então, a igreja de Anguias se a de Olas era a capela-mor da Sra. da Estrela?

Uma certa ascendência de Anguias sobre Olas parece ter sido de longa data. Teria envolvido a

posse da igreja paroquial? Não parece. Anguias deve ter tido um lugar de culto próprio até para afirmar a sua independência e (?) supremacia. Mas a actual matriz datará dos séculos XV ou XVI, pelo menos o início. Sofreu modificações mais recentes.

É de notar que a Igreja de S. Silvestre de Inguias era anexa da de Sta Maria ou N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Conceição de Belmonte e da Comenda desta. O Livro do Tombo da Comenda desta igreja está truncado em doze páginas, precisamente onde haveria informação sobre a Igreja de Infuias.

Anguias deve ter começado lá para o sítio das Lages. Repete-se o que se passou com a localização da sede do foral de Belmonte que veio de Centum Cellas para lugar de mais fácil defesa. O cimo das Inguias oferecia melhor defesa do que a situação de Olas em lugar plano.

E a igreja? Parece deveria ser também lá para as Lages. Mas aqui não se conhecem nem sinais nem hipóteses. Mas, se pensarmos em Fonte de Anguias, ou no lugar da actual igreja de São Silvestre, ou no lugar da antiga capela de Santo António, poderia situar-se, como hipótese, a paroquial da antiga paróquia medieval.

Por isso, acresce o interesse em fazer escavações e estudos no local descoberto já neste ano de 2001, no lugar da escola velha que muita gente ainda conhece como capela de Santo António...—dizia uma testemunha que sempre morara junto à capela.

Ao desmontar uma parte da escola velha, encontrou-se um arco de volta inteira. Pararam de imediato as obras. Pode ser uma capela quinhentista, renascença, mas pode ter sido fundada em bases mais antigas.

“Já meu avô dizia que tinham tanto lugar para fazer a escola e logo foram fazê-la na Capela.” Comunicou-se ao IPA da Covilhã que tomou logo conta da ocorrência. Para investigar, esperamos, por iniciativa de alguma entidade que não do IPA que não tem competência legal para isso.

### Qual a de Centum Cellas?

A igreja medieval mais perto de Centum Cellas seria a capela de Santo Antão do Colmeal da Torre que, até há bem pouco tempo, mantinha a rusticidade primitiva, de construção muito semelhante à da capela-mor da Senhora da Estrela, perto das Olas, isto até fazerem, infelizmente, o que agora lá está.

Seria o exemplar de maior antiguidade do Colmeal, se não fosse a força do futebol ou se a cultura tivesse tido força para encontrar outra solução para o Campo de Futebol, que não fosse a total descaracterização da capela de Santo Antão.

Nas últimas escavações (1998) entre a Torre de Centum Cellas e a estrada do Colmeal, encontrou-se um possível alicerce de igreja medieval e nove sepulturas da época.

É mais natural que a povoação e igreja onde os bispos de Coimbra quiseram fundar o concelho de Centum Cellas fossem mesmo aqui, embora com outro povoamento disperso pelos arredores.

Há testemunhos do século XVIII que dão como existente um povoamento em Centum Cellas. Pinho Leal, como ficou já dito, disse que a torre mais parecia testemunho de residência senhorial.

(Testemunho do séc. XVI/XVII de Jorge Dias(?) em contradição com o anterior de Manoel Pereira da Silva Leal, de 1762). (Fotos nº 21 e nº 21A)



Foto 21 - Capela de Sto Antão, Colmeal da Torre, no seu estado actual, onde nada se vê da sua antiguidade bem notada até há poucos anos



Foto 21A - Ruínas de ábide de antigo templo, em Centum Cellas, Colmeal da Torre (1998)



## **Qual a Igreja de Santa Maria de Maçainhas?**

A igreja medieval de Santa Maria de Maçainhas seria a que hoje é a capela do Espírito Santo, onde se notam bem as transformações recebidas em épocas diferentes. Mas a estrutura inicial, medieval, é identificável. Ainda hoje se conserva na parede do altar-mor, um fresco do século XVI, de grande valor e arte. Tem, dentro do conjunto de frescos conhecidos, algumas particularidades. É um tríptico, tem ao centro a descida do espírito Santo sobre os apóstolos, sob a forma de línguas de fogo. E tem dos lados Santa Catarina e São Lourenço ou São João. A definição do objecto das pinturas e outras particularidades estarão mais estudadas com a intervenção programada para este ano e com o estudo realizado pela Dra. Catarina Valença Gonçalves.

Na altura em que releio estas linhas, o fresco da Capela do Espírito Santo de Maçainhas foi já restaurado. Descobriu-se que, ao cimo e centro, está a pintura antropomórfica do Pai Eterno que lança línguas de fogo sobre os apóstolos e sobre Nossa Senhora que ocupa lugar central e destacado. É uma pintura a fresco, popular na técnica e na origem, do segundo quartel do século XVI, dentro do espírito dos franciscanos da Ordem Terceira e do espírito dos Descobrimentos que marcou o concelho de Belmonte. Entre outras originalidades tem a de ser, até ao momento, a única pintura mural em fresco que representa ao mesmo tempo a Santíssima Trindade e o Espírito Santo, segundo a autora e obra citadas.

## **A Igreja em Caria**

O Termo de Belmonte envolveu Caria? - Umas vezes sim, outras, não.

Mas sempre teve de pagar duros impostos, quer aos bispos de Coimbra, quer ao concelho de Belmonte, aos bispos da Guarda, ou ao concelho da Covilhã, ou aos Cabrais...

Aos Senhores!

Em 31 de Janeiro de 1226, o cónego Martim Caria, é donatário de uma Póvoa que depois tomou o seu nome, Póvoa de Caria.

Relembrando, consta das Inquirições de D. Dinis de 1314.

Nas mesmas Inquirições referem-se as aldeias que pertenciam ao termo de Belmonte: Enguias, Olas de Godim, Carvalhal Formoso, Colmeal, Espinhal, Vale Verde (Valverdinho), e Ferrarias de Sortelha. Talvez para distinguir de Ferrarias de Caria. O Concelho de Sortelha partia de Lavacolhos, Ferrarias ficava para os lados de Belmonte e a este pertencente.

Em 1245, o Cónego Martim Caria, fixa residência no lugar de Caria, com uma cavalaria do herdamento de seu pai.

“Foi filhando”, (filhando, quer dizer, roubando...) do herdamento do concelho da Covilhã, e mataram-no. Como ficou dito.

Mas o bispo da Guarda, D. Rodrigo, apossou-se dos bens do Cónego Martim Caria, em Caria, porque era seu cónego.

Teve a oposição do concelho da Covilhã.

Mas o bispo excomungou o concelho e ficou com as terras. Foi a primeira entre Caria e Covilhã.

Em 1278, D. Frei João Martins conseguiu regalias do tipo de um concelho para Caria.

Não havia regalias sem obrigações. Tinham de pagar em homens armados à sua custa, e em géneros arrancados à terra... é claro!

O concelho da Covilhã fazia com que o rei retirasse ao Bispo e a Caria esta categoria original de concelho, e conseguiram-no durante dez anos. Mas o bispo não desarmou e recuperou de novo as regalias anteriores.

Para melhor manter o domínio nestas terras, o melhor era estar perto delas.

Em 23 de Outubro de 1311, já o Bispo D. Vasco Martins de Alvelos está instalado em Caria. Aí faz testamento na sua “Câmara de Caria da Covilhã”.

Mas parece que Caria, entre Covilhã que a queria absorver e os Bispos da Guarda que a guardavam bem guardada, ia fugindo quanto podia aos impostos... reais.

São as Inquirições de D. Dinis que referem que os moradores de Belmonte pagavam 14 libras de colheita ao rei, e em Caria, que fazia foro ao bispo da Guarda, não pagavam... vivendo lá 200 homens!

A igreja de Caria pode ter existido desde o Cónego Martin Caria, e podia ser a igreja de Santa Maria de Lavacolhos, ou de Vila Colo.

### **Igreja de Stª Maria de Belmonte**

Um dos documentos descobertos mais recentemente foi uma gravura desta igreja. O mérito da pesquisa deve-se ao Sr. Dr. José Manuel Vargas (Foto nº 22). Tentámos autorização para fazer uma fotografia, o que não nos foi concedido pelo facto de o original estar em mau estado de conservação. Estamos diligenciando em conseguir que um perito em desenho nos faça um desenho rigoroso. O Dr. Vargas, sem pretender ser rigoroso numa matéria que não é da sua especialidade, procurou dar-nos uma ideia de como seria a igreja e a sua localização. Aqui vai o que se conseguiu, acrescenta oralmente que é sensivelmente o que de modo imperfeito se transmite: Uma igreja de estilo românico, com torre ameiada. Ou de pináculos. (Gravura do século XVIII, BNL, Iconografia, D.159R., 1066-D.)

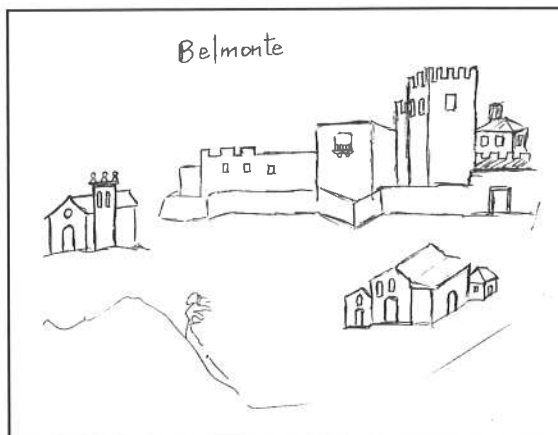


Foto 22 - Gravura de que não obtivemos autorização para fotografar e reproduzir, por causa do estado de degradação e de que o Dr. José Manuel Vargas fez o esboço. De notar, à esquerda, a situação da Igreja de Santa Maria, uma cerca à volta do Castelo transformado em residência. A muralha da villa fazia da Igreja de S. Tiago como de intra-muros. A gravura é do século XVIII (BNL, Iconografia, D.159R., 1066-D)

Do desenho se infere ainda que o adro de S. Tiago não existia como é hoje. Isto foi obra do século XVIII.

Igualmente é de notar um muro à volta do castelo, com uma porta para reservar a entrada e a aproximação da residência dos Cabrais que tinha sido construída dentro do mesmo castelo.

É de supor que este muro não fizesse inicialmente parte do sistema de defesa, pois os documentos são claros e unânimes quando chamam à igreja de S. Tiago de intra-muros e à de Stª Maria de extra muros.

A situação da Igreja de Stª Maria não condiz com a que a que lhe é atribuída tradicionalmente, para os lados do cemitério velho, mas parece que mais chegada à de S. Tiago e mais para norte, em descampado.

Esperamos por um estudo sobre o Tombo de Stª Maria, pois este começa, depois da medição da corda, pela determinação dos limites pertencentes à dita igreja em relação ao castelo e ao adro da igreja de S. Tiago. (Anexo nº 19). A documentação sobre a igreja de Santa Maria é referida desde 1259, e edificada em finais do séc. XII ou inícios do séc. XIII. (Ver Gonçalves, Catarina Valença, na obra citada, pág. 121)

### **Inguias, Olas, Maçainhas, Colmeal da Torre...**

Estas localidades pertencem desde o século XII, pelo menos, a Belmonte, ou, mais exactamente ao Senhorio da Herdade de Centum Cellas. Têm uma história medieval paralela, mas diferente de Caria.

Olas, Anguias, Centum Cellas, Belmonte ou Castro de Belmonte, foram as igrejas destes termos, que já em 6 de Maio de 1186, em Tomar, tinham sido confirmadas a D. Martinho, bispo de Coimbra e à Sé.

Em 1194, o Bispo de Coimbra, D. Pedro Soares, quis dar foral a este território com centro em Centum Cellas.

Não se conhece que o concelho de Centum Cellas se tenha organizado à base deste foral. Em 1199, D. Sancho I com o bispo e Cabido de Coimbra instituem o concelho dando foral, não já a Centum Cellas, mas a Belmonte.

Nas Inquirições de D. Dinis, as terras do termo de Belmonte eram as que já vimos. Talvez só (mas só talvez) a Póvoa de Caria (ou Vila Colo) teve uma organização diferente. Isto em 1314.

## Outras Informações sobre as Igrejas do termo de Belmonte

### - Igrejas em 1260

É interessante notar que nesta relação feita ainda no tempo de D. Vicente Hispano, em 1243, nomeia igrejas à volta de Belmonte e, de Belmonte, não nomeia nenhuma. Nomeia Vela (Batia de Vella), S. António das Teixeira (Benespera), Verdelhos, e Valhelhas que pertenciam ao Cabido. Nomeia várias como pertencendo ao Bispo, mas, e mais perto do concelho de Belmonte seria Pousafolhos do Bispo. Das pertencentes à Fábrica da Sé, Seixo, Sortelha, Valverde (mas este é Valverde do Fundão, e não Valverdinho)<sup>112</sup>.

Isto porque, só em 1256 é que as paróquias de Belmonte passaram a pertencer, no espiritual, ao bispo da Guarda.

É de notar que o grande bispo de Caria seria D. Frei João Martins, que só tomou conta da diocese da Guarda em 1279, e Caria, então, ainda não aparece como igreja, embora, como ficou dito a pudesse ter desde o Cónego Martim Caria.

### - Igrejas 1321

O problema das fronteiras, com o tratado de Alcanizes estava definido. O catálogo das Igrejas mandado fazer em 1321 contava, em Belmonte, com quatro igrejas. Neste Catálogo já entrava a de Santa Maria de Belmonte a de Santa Maria de Maçainhas, sendo esta mais rica que aquela. Na totalidade são taxadas com 440 libras<sup>113</sup>.

### - Igrejas Sec. XVI

Quando D. João III obteve do papa Paulo III a separação da diocese de Portalegre da diocese da Guarda, o Aro da Guarda ficou com seis vilas, entre elas, Belmonte<sup>114</sup>, com quatro paróquias.

### - Igrejas 1770

Quando em 10 de Julho de 1770 e por alvará régio de D. José, de 15 de Abril de 1771 se constituiu a diocese da Castelo Branco, também retirada do território da Guarda, Castelo Branco ficou com Covilhã, Fundão, Monsanto, Oleiros, Penamacor, Sortelha, e Ouvidoria de Abrantes e, na Guarda, continuou o concelho de Belmonte, com quatro freguesias. Isto até à extinção da diocese de Castelo Branco, em 1882<sup>115</sup>.

### - Igrejas 1834 - com algumas actualizações

Na Relação da Paróquias e Oragos aparecem:

"Belmonte (Stª Maria Extra Muros). Abadia da apresentação do Padroado real, no termo da vila de Belmonte. Extinta e integrada na seguinte: Belmonte (S. Tiago). Priorado da apresentação do Ordinário e, depois, do Padroado Real"<sup>116</sup>.

Caria - Nª Sra. da Conceição. Priorado da ap. do Bispo da Guarda, no termo da Covilhã<sup>117</sup>. De notar que Caria não pertencia ainda ao termo de Belmonte, mas da Covilhã.

Colmeal da Torre (Nª Sra. de Fátima). Curato anexo, da ap. de Santiago de Belmonte, no termo desta vila.<sup>118</sup> (). De notar que as alterações não obedecem ao rigor desejado. Assim, sendo o orago deste curato do Colmeal Nª Sra. de Fátima, é evidente que só o podia ser depois das aparições de Fátima, em 1917. Por outro lado, conserva a aposentadoria de Santiago de Belmonte.

Inguias (S. Silvestre). Curato da ap. da Vigararia de Sta. Maria de Belmonte, no termo desta vila<sup>119</sup>. Mais uma vez se nota que Santa Maria de Belmonte é dada como extinta nesta Relação, e que Inguias ainda se apresenta como de aposentadoria de Santa Maria que já está ligada a S. Tiago.

<sup>112</sup> Gomes, J. Pinharanda; H.D.G. p.191 e sgs.. Cit.B.N.L. Cód. 152 A. Gama e Castro, ob. Cit. 494 – 499.

<sup>113</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. Cit.; 947.

<sup>114</sup> Docs. P. Hist. Eccl. De Portalegre, B.N.L., m. s. F.G. 152.

<sup>115</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. Cit.; pp.56, 57.

<sup>116</sup> Id.; id.; p.95.

<sup>117</sup> Id., id., p.96.

<sup>118</sup> Id., id.; p.98.

<sup>119</sup> Id., id.; p.103.

Maçainhas (N<sup>a</sup> Sra. da Conceição). Curato da ap. da vigaria de Sta. Maria de Belmonte, no termo desta vila<sup>120</sup>.

Olas (S. Tiago) Paróquia medieval de Belmonte, extinta<sup>121</sup>.

A título de curiosidade, Salvador (N<sup>a</sup> Sra. da Oliveira). Curato da ap. da Casa de Belmonte, no termo de Monsanto.

### **- Igrejas 1882**

Segundo o Decreto de 4 de Setembro de 1882, Belmonte continua com quatro Igrejas<sup>122</sup>.

Com a reformulação concelhia, posterior a 1882, e que entre nós chegou até 1898, as igrejas do concelho de Belmonte ficaram a ser as seguintes: Belmonte, Caria, Inguias, Maçainhas, e, mais recentemente, Colmeal da Torre.

Na verdade, conta com mais uma paróquia, o Colmeal da Torre que, desde antes de 1954, funcionava como Curato desligado de Belmonte e ligado a Maçainhas e de que foi primeiro Pároco o Rev. P.e António Rodrigues de Ascensão.

Caria passou a pertencer também ao concelho. Enquanto que a paróquia Medieval de Olas foi também extinta. São agora cinco freguesias que, no religioso e no civil pertencem ao concelho: Belmonte, Caria, Colmeal da Torre, Inguias e Maçainhas.

### **Arciprestado de Belmonte – Manteigas**

Sobre a criação e designação deste Arciprestado quero rectificar, para a História, o que Pinharanda Gomes escreve<sup>123</sup>. A respeito dos distritos eclesiásticos, diz que “sofreram alterações sucessivas, conforme os interesses pastorais e a antiguidade de párocos que assumiam a regência de arciprestados. Em 1960, os distritos eclesiásticos eram: Alfaiates,(...) Manteigas, Penamacor(…)”. E continua: “Em 1971 efectuou-se uma nova divisão em que, salvo duas excepções, se criou um arciprestado por concelho: Almeida(...) Manteigas(…)”

Ora, o que é que quero contraditar? É que o Arciprestado de Manteigas não foi criado como de Manteigas, mas como “Arciprestado de Belmonte e Manteigas”. Bati-me para isso nas reuniões de Arciprestado da Covilhã a que Belmonte pertencia. Na Covilhã se fizeram a primeira vez eleições do Arcipreste por votação secreta, pela qual se bateu um grupo de padres mais novos. E conseguiu-se, depois, a criação do Arciprestado de Belmonte – Manteigas, cujo primeiro arcipreste foi logo eleito secretamente, e foi, por sinal, o então pároco de Belmonte. Este pároco é que alguns querem omitir... Mas história é história. O arciprestado de Manteigas nunca existiu como independente, muito menos ligado só ao Concelho de Manteigas, e, quando foi criado foi com a designação de Arciprestado de Belmonte – Manteigas. Indaguem os livros e verão que é o pároco de Belmonte, como arcipreste, o primeiro a exercer tais funções em relação às outras paróquias do arciprestado, inclusivé sobre as paróquias de Manteigas, como é óbvio.

### **Seminário da Guarda de 1861**

Dentre a naturalidade dos seminaristas que abriram este Seminário conta-se um de Belmonte. É caso para estudo ou simples curiosidade<sup>124</sup>.

### **Livros de Registos Paroquiais**

**Santa Maria de Belmonte, extra-muros** – Livros Registo Paroquiais: Começam em 1567, embora com muitas lacunas<sup>125</sup> e com poucas referências aos Cabrais, mas o certo é que eles eram sempre dados como pertencentes à Igreja e paróquia de São Tiago e aí moradores, no solar do castelo.

**Livros de Baptizados de São Tiago** existem desde 1635, e neles aparecem com frequência referências aos morgados<sup>126</sup>.

<sup>120</sup> Id., id.; p.104.

<sup>121</sup> Id., id.; p. 107.

<sup>122</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. Cit.; p.83.

<sup>123</sup> Id.; Id.; p. 86.

<sup>124</sup> Id.; id.; p. 268.

<sup>125</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Subsídios para uma Biografia de Pedro Álvares Cabral; Revista da Universidade de Coimbra, Vol. XXIV; n<sup>o</sup> 183.

<sup>126</sup> Id.; Id.; Id.; Id.; n<sup>o</sup> 269.

Uns e outros, sobretudo os de São Tiago, atestam a presença dos morgados a viver no solar do castelo, intra-muros, pertencente à paróquia de São Tiago, embora com oratório e capelão privativo<sup>127</sup>.

Sendo assim, e estando tão comprovada a vida de Fernão Cabral I no Castelo de Belmonte, convém lembrar o que o Dr. Luís Fernando Carvalho Dias disse que os bens da família Cabral estavam centrados em Belmonte, ou, com mais precisão, no Castelo de Belmonte.

<sup>127</sup> Id.; Id.; Id.; Id.; nº 269,74.

# Igreja de S. Tiago de Belmonte e Panteão dos Cabrais

**Belmonte, do Romano ao Medieval - A porta para um espaço de fronteira indefinida**

## **Dos Bispos de Coimbra até aos Cabrais**

A história medieval de Belmonte não começou com os Cabrais. Os Cabrais tiveram que se afirmar aqui, com força ou com política, ou tudo ao mesmo tempo.

Alguns parecem afirmar que Belmonte é de origem judaica. Mas, ao estudar a sua história medieval, aparece-nos logo baptizado. Belmonte é de origem eclesiástica ou tornou-se mais eclesiástica.

O pouco que se conhece da sua história, nos tempos em que, à volta, poucas povoações têm história a não ser a repetida e comum ao território repetidamente e alternadamente invadido, e depois povoado, o pouco que se conhece de Belmonte está ligado à diocese de Coimbra e à diocese de Idanha restaurada na Guarda. E aqui, há história a partir do momento em que começaram as guerras santas entre os Bispos destas dioceses e Belmonte ficou no meio dessas lutas.

Belmonte e seu termo estavam habitados e cristianizados no século VI. O Concílio de Lugo criou a diocese da Egitânia. Os seus limites ficaram definidos até Seia, e Belmonte e seu termo ficaram incluídos.

Em 715 os territórios da Egitânia são invadidos.

Coimbra aceitou sem resistência o domínio árabe, mas continuou povoada de cristãos e mouros.

Em 867, já em tempo de reconquista, aparece Nausto nomeado bispo de Coimbra. Mas normalmente viveu em Braga e Iria, porque a segurança era pouca. Em 910, Ordonho II avançou contra invasão anterior, até à Serra da Estrela.

Com a invasão de Almansor (987) a cristandade ficou mesmo desorganizada.

Mas os muçulmanos reconstituíram-na e dominaram-na.

Fernando Magno conquista definitivamente a cidade em 1064, e nomeia um moçárabe como governador, Sesinando, que da corte de Almotátide de Sevilha se passou para a corte de Fernando Magno e acompanhou o rei nesta conquista. E é este moçárabe que escolhe o bispo, Paterno, transferindo-o de Tortosa, para Coimbra, o novo posto avançado e com segurança considerada bastante (1080-1088).

Para cá de Coimbra, conquistaram também Viseu, Lamego, e Seia.

Mas Seia, em 1132, tem de novo de ser tomada por D. Afonso Henriques, que a encontrou arruinada e despovoada. Ainda infante, empenhou-se em repovoá-la e refortificá-la e, em 1136, deu-lhe foral, começando até por chamar-lhe cidade. Seia, junto à Serra da Estrela, era o limite de terras organizadas e a linha que era preciso transpor.

Um bispo e um Governador moçárabe (com gentes de concelhos fronteiriços e outras) estavam encarregados de avançar por terras de mouros.

E foram os Bispos que mais longe e mais depressa conseguiram avançar por terras de infiéis, embora, a partir de 1199-1202, esse avanço não fosse suficiente nem tão eficaz, como os reis pensavam que seria se se criasse uma nova diocese.

Antes, convém dizer que para a penetração em terras de Aquém-Serra contribuiu que, em Seia, o limite da velha diocese de Coimbra, foi criado um Arcediagado e uma Colegiada, em 1080. Era quase uma diocese, e o clero foi dotado de bens para formar mais clero e poder ultrapassar a serra e fixar aí as populações.

“Aqueles clérigos... sejam sempre honrados com vinhas, casas e cavalos e que possuam muitos bens e nunca dêem contas, nem os cavalos nem os haveres ao senhor da terra.” É o que consta do foral dado a Seia.

## **Belmonte - Organização de Igrejas, antes de qualquer concelho Aquém-Serra**

Esta história de tempos obscuros é mais ou menos igual a todas.

É diferente para Belmonte e Covilhã, porque foram os lugares de penetração da Igreja que,

durante muitos anos e enquanto foi mais difícil, foi quem fez trabalho mais persistente e subtil. Mas fez-se ainda quase sem história conhecida, porque foi feita quase sem lutas, evitando-as, e aliciando as populações. Conhece-se a história, desde que as lutas começaram, e, sobretudo, pelas lutas que se deram entre bispos de Coimbra e da Egitânia (estes, na Guarda).

Para a penetração nestas terras contribuíram as muitas regalias e bens temporais dados à Igreja e, nestas terras de Belmonte, mais ainda que na Covilhã.

Em Maio de 1186, em Tomar, D. Sancho I faz doação aos Bispos e Sé de Coimbra, de todas as igrejas construídas e a construir na Covilhã e seus termos. Aqui, já estavam incluídas as de Belmonte. Era Bispo D. Martinho (ou Martim) Gonçalves. Em Belmonte, além do domínio espiritual, el-rei dá aos Bispos também o senhorio temporal da Herdade de Centum Cellas.

Ainda em 1186 é dado foral à Covilhã. Mas ainda em 1188, depois de Março, manda el-rei escrever em seu testamento: “Eu, Sancho, rei dos Portugueses(...), mando distribuir o meu dinheiro(...), que sejam dados(...) para as muralhas da Covilhã oitenta e cinco(...)”

Quer dizer que, embora havendo já igrejas organizadas, e estando estas terras bem encostadas à Serra da Estrela e aos mais próximos territórios defendidos, era preocupação de el-rei a defesa destas gentes.

A dificuldade mostra-se até com uma diferença de cinquenta anos entre o foral de Seia e o da Covilhã. Portugal parece parou meio século!

O foral de Folgoso, ainda perto de Seia, só foi dado em 1187, depois do da Covilhã.

O de Valhelhas foi dado no mesmo ano do da Covilhã.

Consta que logo em 1188 o Bispo de Coimbra tentou aforar a sua Herdade de Centum Cellas (Belmonte) mas nunca o terá executado e nem sequer assinado. Conhece-se a nova tentativa de foral que o Bispo D. Pedro tentou dar a Centum Cellas, em 1194. Mas só em 1199, o rei assume conceder, ele próprio esse foral, centrado já em Belmonte, por estratégia de defesa que já existiria com algum aproveitamento de anterior castro no cimo do monte, o qual data, pelo menos, da ocupação romana. Continuava a estratégia de fixação da população e da defesa.

Mesmo com foral e defesa, Belmonte fica ainda juridicamente sujeito à Covilhã, de cujo enorme concelho sempre foi difícil retirar fosse o que fosse.

Com D. Sancho I, concederam o foral a Belmonte o Bispo e os Cónegos da Sé de Coimbra. Assim, o que noutras vilas se pagava ao rei, em Belmonte, pela natureza do foral, pagava-se ao Bispo.

Em Belmonte, além das igrejas já doadas, D. Sancho mantém nos Bispos o senhorio temporal, como já tinham em Centum Cellas.

É isto que vai tornar Belmonte, centro de toda a história de lutas que se seguiram, sobretudo a partir da instalação na Guarda, da antiga diocese da Egitânia (1199-1202).

Esta luta histórica vai dar-se mesmo dentro das Igrejas da Covilhã e Belmonte.

A principal do termo de Belmonte é a Igreja de São Tiago, que muitas vezes se nomeia como Igreja do Castro de Belmonte e do Castelo de Belmonte. Assim aparece também a designação depovoação, antes de se fixar o toponímia simplificada de «Belmonte».

Esta Igreja de São Tiago, uns dizem que não existia. Outros dão-na como construída em 1390, porque a confundem com a Capela de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade que foi construída por esta data, dentro da Igreja de São Tiago. A Dr<sup>a</sup> Catarina Valença Gonçalves, na obra citada, aponta a sua construção para as primeiras duas centúrias do século XIII. Esta mesma confusão leva outros a atribuírem a construção da mesma igreja a D. Maria Gil Cabral. Outros ainda dizem que, à falta de Igreja paroquial, o culto era praticado numa ermida que Álvaro Gil Cabral e sua mulher D. Maria Eanes de Loureiro construíram nos Montes Crestados, para testemunhar a posse daquelas terras.

Veremos que a Igreja era já mais velha que a D. Maria Gil e que a Sé da Guarda.

Uma vez que a história de Belmonte se vai passar nesta igreja, o melhor é irmos até lá.

## **Descrição da Igreja de São Tiago de Belmonte**

### **- O exterior**

Logo por fora, olhando as paredes, podemos perguntar:

- O que são tantas pedras reutilizados, alguns elementos reincorporados, tão diferentes do geral da construção? Cruzes, abundantes cabeceiras de sepulturas...?

- São elementos de antigo templo e cemitério visigóticos.

Encontraremos outros lá dentro, na que pode ter sido antiga base desse templo visigótico, a mesma que, em parte, serviu para montar a reconstrução do templo românico. E, nestes pormenores, começamos por encontrar um pouco de história original que falta noutras localidades em redor.

Portanto, a Igreja de São Tiago começa por ser um testemunho, pequeno mas vivo, de uma época obscura e quase omitida na história comum, a dos visigodos.

É um dos pontos avançados da Diocese de Coimbra no cristianismo da reconquista e do repovoamento, nomeado, umas vezes mesmo como igreja, outras como Castro de Belmonte, um conjunto encontrado arruinado e posteriormente recomposto, centro de Olas, Anguias, Maçainhas... E reclamada, como outras, pelo Bispo da Egitânia (Guarda), como tendo feito parte do território desta diocese.

Por isso, é palco de lutas entre Bispos e Clero de Coimbra e Guarda, causa de excomunhões papais, falidas e, por vezes, até voltadas em favor do Bispo excomungado<sup>128</sup>.

É o berço, primeiro pacífico, piedoso, e generoso, e depois, absorvente e dominador, dos Cabrais em Belmonte; e até destes adjectivos também históricos, comprovados, mantém de pé testemunhos graníticos.

São páginas e páginas de história seguidas, sobrepostas, de que os Cabrais passaram a ser os protagonistas e a acção do povo se pressente mas no lugar secundário que a sua classe lhe conferiu.

Continuemos:

As várias épocas marcantes da história deste templo podem começar a ver-se antes de entrar.

É construção essencialmente românica, com planta semelhante aos templos românicos mais primitivos. E tem a originalidade de ter, nas paredes exteriores e dentro, abundância de elementos visigóticos reutilizados. São pedras com frisos que terão pertencido a decoração de arcos, são pelo menos seis cabeceiras de sepulturas ostentando cruzes, algumas originais, são desenhos insculpidos geométricos e florais reutilizados. (Foto nº 23)

Comparada com outras igrejas semelhantes, São Martinho da Covilhã, Mileu da Guarda, Paroquial de Valhelhas, e até com as de Monsanto, São Miguel e São Pedro de Vir a Corça, esta tem elementos que a podem situar, como reconstruída, em época mais recuada.

Os bispos de Coimbra obtiveram-na com outras desde 6 de Maio 1186, por doação régia feita em Tomar, porque já as tinham fundado antes, e reclamaram-na em 1203 contra a usurpação dos Bispos da Guarda, alegando que as possuíam há mais de trinta anos. Por isso e pelo estilo, tem-se apontado a sua existência para o século XII-XIII, afora as diversas modificações sofridas com o tempo, e foi a única igreja paroquial de Belmonte desde a extinção da igreja e paróquia de Santa Maria até 1940.

A porta Sul mantém a traça românica. Algumas aberturas existentes e outras tapadas e modificadas sugerem o mesmo estilo.

A inscrição existente por cima e no exterior da pequena janela da sacristia continua a desafiar os epigrafistas. Poderia lançar alguma luz sobre a construção ou modificações sofridas. Mas parece que está incompleta, em dois estilos de grafia, talvez de tempos diferentes, assinalando intervenções também diferentes. É um desafio que permanece, apesar das diligências feitas para se decifrar.

Logo debaixo do beirado, e a todo o correr da cornija e por cima da cachorrada românica, há um cordão boleado, em granito grosseiro como o da maior parte da construção.

É de estilo manuelino. Cerca a abertura (janela) da parede de Nascente, tanto por fora como por dentro, como se verá.

Será posterior à intervenção e estilo que se encontram no interior da igreja e no primitivo Panteão dos Cabrais, mandado fazer pelos pais de Pedro Álvares Cabral, entre 1483 e 1492, e anterior às obras feitas na traça e estilo renascença, em 1630, por Francisco Cabral, como se verá.

Para completar a visão do exterior, notemos que a cachorrada se manteve na construção da sacristia existente, e no exterior da intervenção de 1630. (Foto nº 24)

<sup>128</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. Cit.; pg.32 a 34 ou até pg.44





Foto 23 - Belmonte. Igreja de S. Tiago. Pormenor de reutilização de material visigótico



Foto 24 - Belmonte. Frontarias da Igreja de S. Tiago e do Panteão dos Cabrais

Hoje, a frontaria do Panteão é renascença, de 1630, a inscrição assinala a data e os nomes de Fernão Cabral I que a mandou fazer, e o de Francisco Cabral que a “reformou”.

Esta inscrição alude a uma primeira capela feita antes desta e, como esta, acostada à parede Norte de São Tiago, como referirei, quando, dentro, mostrar o arco de entrada e os túmulos que ainda lá estão.

A legenda, na qual actualmente não se pode ler bem a data, diz:

ESTA CAPELLA MANDOU FAZER  
 FERNÃO CABRAL O P.ro DESTE NOME E S.or  
 DA CASA DE BEL.te NO ANNO DE 148., E FR.co  
 CABRAL S.or DA MESMA CASA MANDOU RE  
 FORÇAR NO ANNO DE 1630 <sup>(12)</sup>

(Esta capela mandou fazer

Fernão Cabral, o 1º deste nome e Senhor

da Casa de Belmonte, no ano de 148., e Francisco

Cabral, Senhor da mesma Casa, mandou reforçar, no ano de 1630)

Queremos notar que, sobretudo no interior do lado esquerdo de quem entra neste Panteão, e sobretudo junto ao canto da parede norte com a fachada, se encontram pedras sigladas com as mesmas siglas do castelo medieval. Foram trazidas para aqui do lugar em que o castelo foi adaptado a residência dos Cabrais por Fernão Cabral I. No castelo, é precisamente nesse lugar adaptado a residência que se interrompe a sucessão de pedras sigladas. São obras do mesmo tempo, a adaptação do castelo a residência e a primeira capela panteão. E são obras do mesmo Fernão Cabral I, pai de Pedro Álvares Cabral.

Notamos sinais de um campanário que foi acostado à parede Norte e cuja escadaria deve ter servido para aceder ao coro da igreja, até à construção do Panteão.

A frontaria da Igreja é de estilo barroco e pobre e empobreceu arquitectonicamente a construção.

Contudo, a inscrição que ostenta por cima da porta principal dá-lhe o seu maior valor, que é histórico, social e cultural: É a primeira obra que não é feita pelo Senhor de Belmonte, Bispo ou Cabral.

A pedra da inscrição e esta estão incompletas, para colocação, em simetria, da pedra que enquadra a mesma inscrição. Na primeira linha faltam letras; na segunda, um “O” substitui um “A”; e na terceira, está um “1”.

Assim, teremos:

O PRIOR LUIS JOSÉ ESTE (VES)  
 DE BRITO MANDOU FAZER ESTA OBR(A)  
 NO ANNO DE 175(1)

Até ali os Senhores dispuseram e fizeram. A demonstrá-lo, no exterior, lá estão, lado a lado, esta entrada barroca e a entrada do Panteão, última intervenção conhecida e feita pelos Cabrais na Igreja de São Tiago de Belmonte, com todas as modificações que tiveram de acompanhar a sua intervenção,

como todas as outras feitas dentro da Igreja.

A Torre sineira, no cata-vento que a encima, tem escrito: «Bula 1897». Foi, pois construída com dinheiro de bulas recolhido na diocese. (Ver apontamentos do P.e Franco de Matos, em Anexo nº 25).

O adro é de 1771, como consta do pináculo existente na quina a sul do mesmo adro.

## **- O Interior**

### **O interior do Templo e o interior de lutas**

O estilo românico da construção da Igreja é mais evidente no interior que no exterior, apesar das modificações sofridas.

Basta uma visão global de todas as paredes, das portas, mesmo a principal que só no exterior é barroca, e do arco triunfal. As modificações são na parede Norte.

Começemos pela base onde assenta o arco que divide a capela-mor do corpo da igreja.

À nossa direita, encontramos parte de parede anterior à construção românica, e gravuras insculturadas. Parece uma personagem ostentando um báculo, e encimada por uma inscrição. Também aqui os epigrafistas ainda nada concluíram. Outra inscultura mais acima, e já na base da coluna que sustenta o arco toral, representa uma cara (boca e olhos), e não parece do mesmo tempo nem estilo. Mais importante ainda é que, entre os elementos ornamentais, está aqui uma cruz visigótica, repetida noutros lugares da Igreja, igual à de todas as igrejas do Reino Visigótico das Astúrias, e ainda hoje existente no brasão das Astúrias.

Na capela de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade há também incisões de estilo visigótico.

Do lado contrário, igualmente se vê um aparelho, material e construção diferentes e anteriores ao grosso da construção. Aqui, há siglas iguais às da outra base, e que se prolongam na subida do arranque para o arco. Mas há também uma provável data, que será 702. Isto só vincaria a tese de que muitos materiais de construção visigótica teriam sido não só reutilizados como até incorporados na estrutura do edifício românico. Mas esta data também poderá ser 1702, e, assim, mais conforme a história medieval conhecida desta igreja.

Uma coluna ornamenta o arranque do arco, do lado direito, onde está adoçada.

É de estilo românico também, com capitel igualmente românico, em forma de tronco de pirâmide invertido lembrando assim filiação visigótica, mas de decoração românica, simples.

O fuste é simples também.

O arco toral é de volta inteira ou meio-ponto, românico, e é de construção posterior ao do arranque e colunas adoçadas. Tem duas arquivoltas. É elegante, de pedra diferente de todo o outro granito da igreja, e revela grande técnica e domínio de arte, até nas siglas que ostenta, na maior parte em flor de lis. Pode ter substituído um arco visigótico anteriormente existente.

Na capela-mor, embora menos perfeitas, há ainda siglas, e há sinais de modificações na estruturada construção, em que estes sinais não aparecem. Esta parte primitiva do templo não é certamente de 1390 - época do templete de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Piedade. De resto, quanto a siglas, pode notar-se que são diferentes das do arco toral e das que se encontram noutras partes da mesma igreja e no duplo panteão dos Cabrais que se acostou à parede Norte.

Podemos estar perante uma construção que durante algum tempo se confinou à capela-mor, e depois se ampliou, e perante uma construção românica que aproveitou restos e mesmo alicerces da anterior igreja visigótica.

Mais certo é estar dentro de uma igreja que já é referenciada quando, em Maio de 1186, em Tomar, D. Sancho I faz doação, aos Bispos de Coimbra, de todas as igrejas construídas e a construir na Covilhã e seus termos. Aqui, já estavam incluídas as de Belmonte até ao termo de Sortelha. Era Bispo D. Martinho (ou Martim) Gonçalves.

Com Belmonte, a estes Bispos e Sé, foi-lhes atribuída não só a posse das Igrejas, como a da herdade de Centum Cellas. Portanto, eram aqui Senhores espirituais e temporais.

A história pode contar-se assim:

D. Sancho viu que desde a fundação do Concelho de Seia até à fundação do da Covilhã, tinham passado cinquenta anos. Era muito tempo e pouco resultado. Passar da Serra da Estrela para Oriente e Sul foi difícil.

Era preciso romper mais rapidamente para terras onde a fronteira não era uma linha mas um

espaço penetrável, de população que poderia optar por passar-se para o lado dos mouros.

Os castelos de defesa distavam dezenas de quilómetros entre si.

O rei decide organizar as populações desta zona. Cria concelhos, fortifica-os, ao mesmo tempo que dava privilégios às populações. Ele e os reis que se lhe seguem visitam frequentemente estas terras e nelas se aposentam.

A seguir à criação do concelho da Covilhã, cria Gouveia (1186), Avô (1187), Valhelhas (1188), Centum Cellas (1188?), Alpreade (?), São Vicente da Beira (1192-1195?).

Poderíamos dizer que a criação do Concelho da Covilhã, em 1186, foi o facto mais arrojado de um plano que envolveu a criação de concelhos à volta, e nas pregas habitáveis, da Serra da Estrela, e que depois avançou com a criação de outras, já para Nascente Sul da Serra.

A alguns dá foral, estando na Covilhã.

Consta que, logo em 1188, o Bispo de Coimbra tentou dar foral à sua Herdade de Centum Cellas (Belmonte) mas nunca o terá executado e nem sequer terá assinado. Conhece-se a tentativa de o Bispo D. Pedro dar foral, em 1194, à mesma Herdade. Mas só em 1199, o rei assume ele próprio conceder o foral, centrado já em Belmonte e não em Centum Cellas, ficando a vila sujeita à jurisdição de Belmonte.

Com D. Sancho I, concedem o foral de Belmonte o Bispo e os Cónegos da Sé de Coimbra. O que outros forais mandavam pagar ao rei, o de Belmonte mandava pagar ao Bispo.

O Bispo assegurou mais gente e mais impostos.

Os bispos de Coimbra tinham sido pioneiros na organização dentro deste espaço indefinido. Para isso a Igreja recebera bens.

Mas, com as igrejas, D. Sancho I iria seguir uma política diferente. O melhor era uma diocese e um bispo aqui, mais perto das gentes e das terras a conquistar e a organizar.

Não podendo obter dioceses novas, pede e consegue a recriação da antiga diocese visigótica de Egitânia (Idanha), ainda em terras ermas ou de população rara e instável e que corria o risco de ser diocese pedida pelo Reino de Leão.

Coloca a Sede e o bispo da diocese na Guarda, posição estratégica de defesa que reforça, e aponta as terras da Idanha como lugar para estender o cristianismo. Isto, no mesmo ano em que dá foral, 1199.

No mesmo ano tinha dado foral a Belmonte, como disse, para reforçar a linha e defesa. A Serra continuava a ser uma vigia e defesa contra a penetração de mouros e leoneses.

E o bispo?

Ele conhecia um cavaleiro, novo, com provas dadas. Era Martinho Pais. Estava no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Tinha um senão: Não era padre, nem sequer clérigo.

Mas o rei assim o quis. Quis, e nomeou-o Bispo da Guarda. O Papa cedeu que fosse sagrado Bispo. Se naquele tempo havia bispos que eram guerreiros e até alcaides... Estava dado o grito da guerra entre clero e entre bispos.

O novo bispo da Guarda tinha a incumbência de estender o domínio e fundar igrejas em terras e praças fortes tomadas aos infiéis.

D. Martinho, nomeado em 1202, antes de começar a luta contra os infiéis, começou-a logo contra os bispos que, como senhores, rodeavam a sua Sede de Diocese.

Ocupou as igrejas de Belmonte e Covilhã, e esta de São Tiago era o centro de todas as do termo de Belmonte.

Começou a administrá-las, e, como houvesse reacção, exerceu mesmo represálias contra o clero de Coimbra. Alegou que estavam dentro do território da sua diocese que, segundo o Concílio de Lugo, iam até Seia.

D. Pedro, o mesmo bispo a quem D. Sancho dera o Senhorio de Belmonte, reclama-as. Alegando que algumas dessas igrejas já as possuía há mais de trinta anos.

Recorre ao Papa Inocêncio III. Este manda repor nas igrejas o clero de Coimbra, restituir tudo o que tomara e usufruía, e que o Bispo D. Martinho fosse excomungado publicamente. Isto logo em 1203. Antes, portanto, havia igrejas por aqui, já doadas em 1186.

Aparece um documento que estará datado de 1205 em que um tal D. Vicente, Bispo de Coimbra, faz uma doação na Covilhã. Terá sido bispo enquanto D. Martinho Pais esteve excomungado? Não

necessariamente, pois que ele ficou sempre com algumas possessões laicas na Covilhã.

O que se terá passado nesta igreja de São Tiago com tirar um padre e pôr outro?

Em vez de obedecer, D. Martinho, bem acompanhado do seu claro e leigos bem armados, chega a resistir belicamente. Estamos em 1207.

D. Martinho vem a morrer em 1228. Mas a luta ia continuar durante muito tempo.

Agora, o Cabido da Guarda escolhe para bispo um cônego também de boa escola. Tinha substituído o bispo de Lisboa, enquanto este tomou parte activa na conquista de Alcácer do Sal.

É D. Vicente Hispano que já fora eleito em 1226, antes da morte do antecessor e talvez por influência deste.

Invoca as razões que já tinham movido o primeiro bispo guerreiro e excomungado.

Como este, invocava o poder de anexar terras situadas nos confins pagãos e praças fortes conquistadas aos mouros, e que constavam da antiga definição dos limites da diocese da Egitânia. Tanto mais que D. Sancho I lhe renova a incumbência de povoar a Idanha.

As lutas entre bispos e por bens temporais, estava dentro da política do tempo. Dinheiro fazia mais dinheiro ou bens, mais igrejas faziam mais bens e mais igrejas. Assim, o próprio Papa Gregório IX, concede, ao bispo Vicente Hispano, lugares ao Sul da Guarda e rendimentos de muitas igrejas para despesas com a defesa de castelos contra os infiéis e alargamento do território. Repete afinal o que os reis tinham feito e faziam.

Em 1237 (5 de Julho), D. Vicente recebe de el-rei as igrejas de São Pedro da Covilhã e Santa Maria de Celorico para dar rendimentos para ajudar a construção de muralhas de defesa da cidade da Guarda e municiação de outros castelos.

Viu-se que D. Sancho tinha razão em criar nova diocese, tanto assim que, antes de resolver as questões à porta de casa, já os Bispos da Guarda, em 1241, tratavam de resolver os limites com a diocese de Évora, comprometendo-se, porém, a não passar para lá do termo de Portalegre. Foi andar!

Entretanto, o caso das igrejas de Belmonte e restantes da Covilhã ainda não ficou resolvido.

Em 1250, aparece como Bispo da Guarda D. Rodrigo Fernandes. Assiste às Cotes de Leiria em 1254. Atribui-se-lhe a fundação de Caria (Belmonte), nesta mesma data, no Lugar de Monte do Bispo. Este é o primeiro sinal dos bispos da Guarda de saltarem por cima do bispo de Coimbra, o Senhor no espiritual e temporal de Belmonte, e se instalarem em terras e em igrejas para lá do território do opositor.

É hostil a D. Afonso III, e tem de se retirar para Roma onde morre, em 1267. Talvez tenha sido ele que, em Roma, contribui para a sentença definitiva sobre a maior parte das igrejas dos termos da Covilhã e Belmonte que só é dada em 1256, (28 de Fevereiro).

E foi dada de maneira que não deixasse dúvidas, como ficou dito na sentença final do Papa Alexandre IV.

“(...) pronunciamos, dizemos e declaramos mesmo que a Covilhã com o seu termo e nomeadamente o Castro de Belmonte, Anguias e Olas de Godim com suas pertenças são da diocese da Guarda(…)”

“Providenciamos também, ordenamos, decidimos e estabelecemos e definimos mesmo, que as possessões laicas que os Bispos de Coimbra têm em Belmonte, Anguias e Olas de Godim, e noutros lugares de que se faz menção sejam de perpétuo direito e propriedade da Sé de Coimbra e dos seus Bispos..”

As Igrejas de Belmonte, portanto, tiveram uma luta mais acesa e mais longa, e tiveram uma decisão diferente de todas as outras: passam a pertencer, no espiritual, à Guarda; no temporal, aos Bispos e Sé de Coimbra, e estes continuam a ser os seus Senhores.

## **A Capela Gótica de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade e o nascimento dos Cabrais em Belmonte Os Cabrais**

Estamos agora junto desta capela gótica, vemos o brasão dos Cabrais em vários lugares, e lembramos a lenda do pastor que sonhou: “*Vai a Belém que lá encontrarás o teu bem...*”

Qual foi o pastor que desenterrou a cabra e o cabrito de ouro, ou qual foi o primeiro homem do povo, que dentre os Cabrais subiu à riqueza e à nobreza?

Talvez esteja nesta capela a resposta.

Quando aparece o primeiro Cabral, aparece logo ou como alcaide, ou como reposteiro-mor de el-rei.

Aparece com bens e posição. O sonho aparece, provavelmente com muita riqueza já alcançada e para a explicar, de forma simples como a de um Evangelho simplista que ensina que contra a sorte nada há a fazer, e há sorte para ser rico e para ser pobre. Sorte cada um nasce com a sua... Era fácil submeter e até cativar o povo que adere facilmente ao fatalismo da sua pouca sorte. E sorte para os que reagem contra fatalismo e sorte.

Nos tempos destas guerras entre Bispos, já existiam Cabrais. Mas por onde?

Há quem pretenda que os Cabrais aparecem em Belmonte logo ligados ao bispo da Guarda em oposição aos de Coimbra. Acrescentam que quando, em 5 de Julho de 1237, o papa Gregório IX numa sentença intermediária favoreceu o bispo da Guarda, dando-lhe o direito a terras e igrejas a Sul da Guarda, este procurou fixar-se em Caria, logo a seguir a Belmonte, isto é, logo a seguir aos domínios senhoriais, temporais e espirituais do bispo de Coimbra.

Pode datar já desta altura a chamada Casa das Caras de Caria, que o povo diz que foi onde nasceu Caria. Não custa muito supor que os bispos terão começado por viver numa casa como esta era, e a que, no tempo se chamava Câmara de Caria.

Não confundir Câmara onde viveram os bispos da Guarda com Câmara Casa da Câmara de Caria. Esta é muito mais recente, manuelina. Mas, por coincidência ou não, não se vá sem referir que estão uma perto da outra. E diremos se isto tem ou não algo a interpretar.

Esta vinda para Caria teria começado já no tempo do Bispo Vicente Hispano, a partir de 1236 ou mesmo de 1230, e, embora sem prova, o autor levanta a hipótese de nesta data terem vindo os Cabrais juntamente com o bispo. Chega mesmo a levantar a hipótese de que “a presúria temporal de Belmonte e sua região só foi concluída no primeiro quartel do século XIII, durante o episcopado de D. Vicente Hispano. Com Vicente Hispano viriam, de facto, os Cabrais de Belmonte”<sup>129</sup>.

Para isso era preciso querer agora esquecer toda a política e trabalho exercidos antes pelos bispos de Coimbra de Belmonte até vistas para o Sabugal e Casteleiro, até ao Anascer.

A presúria, aqui, se foi feita foi nas terras de Caria que, nessa altura pertenciam à Covilhã. Quanto à ligação dos Cabrais a Belmonte prova-se que esteve ligada aos bispos da Guarda, sim, mas só em 1362, isto na pessoa do bispo D. Gil Cabral, como veremos, ou, quanto muito com a colocação do alcaide Álvaro Gil Cabral como alcaide do castelo da Guarda. Mas, tudo isto se passava também por 1385, porque, antes, este Álvaro Gil andava como alcaide de Monsanto e Covilhã.

A história de Caria e dos bispos a residir aqui, efectiva-se historicamente com mais clareza, depois da sentença definitiva do papa Alexandre IV, em 28 de Fevereiro de 1256, com a vinda de D. Guterre I a viver boa parte da ano na sua “Câmara de Caria, que foi por assim dizer capital diocesana” no seu episcopado<sup>130</sup>. De resto, este bispo aqui fez testamento e morreu.

A grande história de Caria, quanto a mim, começa com o bispo da Guarda a lutar contra o concelho da Covilhã e a dar a Caria regalias de foral. Lá iremos a esta história deliciosa e *rocambolesca*.

Na verdade a sentença definitiva parecia tombar para o lado da Guarda, porque, com a criação da diocese da Idanha, onde os bispos nunca poriam os pés, e sobretudo com a fixação desta cátedra episcopal na cidade fundada por D. Sancho, tornava-se difícil manter o domínio de dois bispos ao mesmo tempo e nos mesmos lugares e igrejas. A questão, com o arrastar da política de ocupações ia descambando a favor dos bispos da Guarda no que diz respeito ao espiritual, enquanto que os bispos de Coimbra iam reforçando o poder temporal com aquisições novas e novos aforamentos. Isto é, os bispos de Coimbra asseguravam o poder que não podia depender de qualquer papa ou sentença destes. Coimbra comprava, comprava, comprava, aforava, aforava, e que tinha o papa a ver com isto?

Quando, em 28 de Maio de 1256, o papa Alexandre IV dá a sentença definitiva, ficando de um modo geral os bispos de Coimbra com o domínio temporal de Belmonte e os da Guarda com o domínio espiritual (grosso modo), os bispos da Guarda.

<sup>129</sup> Gomes, J. Pinharanda; Memória Histórica do Convento de Nª Sra. da Esperança; p.54, 55.

<sup>130</sup> Gomes, J. Pinharanda; Memória Histórica do Convento de Nª Sra. da Esperança; p.54.

Como conjectura, mas bem mais aceitável, é que o primeiro Cabral da família de Belmonte tenha sido João... Cabral de Belmir.

Este teve como filho Pêro Anes Cabral, Comendador de Vide (1278). Pai de Ayres Pires Cabral, que o Infante D. Afonso, nas desinteligências com D. Dinis seu irmão, fez alcaide do castelo fronteiriço de Portalegre e outras vilas (Arronches, Vide, e Marvão) entre e cerca de 1287-1308. Conservou o castelo até seu senhor vir a trocar estas terras por outras.

O príncipe D. Afonso. Nas conversações de paz, terá feito com que este Cabral não tivesse prestado menagem a D. Dinis. Afinal, mesmo em circunstâncias difíceis e desfavoráveis, o alcaide fora fiel a seu senhor. Alguns ligam já a este facto a proverbial isenção de menagem dos Cabrais. Mas Belmonte, neste tempo, era dos Bispos de Coimbra... não era dos Cabrais.

Também há quem atribua a este Cabral o que mais parece ter acontecido com Álvaro Gil Cabral: Tendo D. Dinis posto cerco ao castelo de Portalegre, este Ayres Pires Cabral, ou Álvaro Gil Cabral, terá respondido ao Rei:

- Não me renderei, nem pela fome, porque tenho muito pão.

Daqui apelidarem-no de "O Muito Pão". "Olha, lá vem o Muito Pão!". Mas é Álvaro Gil Cabral o primeiro dos Cabrais ligados a Belmonte, que se sabe que usou as cabras como brasão. Podem ver-se no seu túmulo, em pedra rasa e com inscrição, na Sé Velha de Coimbra, onde faleceu durante as Cortes de aclamação do Mestre de Avis como rei.

Quanto a Álvaro Gil Cabral, há mais recentemente outros que preferem dá-lo como descendente de um Anes, de Riba Visela, neto de João Martins Cabral, senhor de propriedades para lá de Viseu (Norte), depois no Outeiro de Moimenta, perto de Guimarães, onde também há quem diga que pode ter nascido D. Gil Cabral.

Não falta também quem diga que os Cabrais vieram de Castela. Um tal fidalgo, perdida a causa de Pedro o Cru, fugiu à vingança de D. Henrique de Trantâmara e colocou-se ao serviço de D. Fernando para o qual tomara e defendera o Castelo de Belmonte. E, ou já se chamava Cabral, ou tomou o nome por ter sido ele que cercado e ameaçado de fome, terá atirado as duas cabras esquadrejadas ao inimigo para dar mostras de fartura dentro da fortaleza.

Lembro que há autores que defendem a vinda dos Cabrais da Galiza, de uma de duas povoações com este nome, e que daqui - e porque não das Terras Cabral, perto de Cangas de Onis e Covadonga?, - vieram para Portugal muito cedo, talvez logo após D. Sancho ter dado foral a Belmonte, logo com uma defesa ainda que menos forte e sobre ruínas de Castro anterior.

Castro anterior, sim. Como alcaides menores, sim. Mas de notar que o senhorio era dos bispos de Coimbra a quem era rendida menagem.

A árvore com duas cabras num dos brasões espanhóis terá lançado ramos da família até Nápoles e África. (Anexo nº 5)

"De los Romanos Caprinos  
los Cabrales descendieron  
fuertes y leales fueron  
hechos de memória dignos  
contra los moros hicieron  
en Galiza y Portugal  
es liñage prinçipal  
por sua patria trabajaron  
Y en dorado a un pino ataron  
cabras en pie per señal."

A história da povo não se escreve, mas a origem dos nobres e até dos reis também nem sempre aparece muito clara, e, por vezes, até se encontra bem distorcida<sup>131</sup>. (Anexo nº 5)

Tenham vindo de qualquer lado de Espanha, do alcaide de Portalegre, ou de João Martins Cabral, os Cabrais começam a aparecer com alcaidarias de castelos quase sempre em linha de fronteira: Almourol, Monsanto, Covilhã, Guarda, Belmonte, e aqui centrados, daqui dispersaram... São na verdade homens de fronteira e de Belmonte.

<sup>131</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; op. Cit.; nº222 com Árvore I (Geneológica),223, 225, e segs.

Fernão Lopes refere o “esforço e lealdade” desta família; “uma geração mui valente”.

A confiança dos reis nos Cabrais foi bem marcada, pelos grandes cargos e terras que lhes confiaram, e até chegaram a ser isentos de menagem, o que alguns explicam por provas dadas de dedicação, e outros atribuem o facto ao tempo em que alguns castelos que deixaram de estar na linha de fronteira, perderam importância, e outras funções de maior importância e actualidade foram superando a função e a menagem dos alcaides. E os reis cada vez tiveram menos hesitação em os substituir quando necessário.

O castelo de Belmonte, que no princípio do século XV foi destinado exclusivamente a defesa, pelo Senhor Infante D. Henrique, no tempo de Fernão Cabral, o 1º Alcaide-Mor, estava transformado em residência sua. Para isso lhe tinha sido dado o seu uso e propriedade.

O certo é que, desta honra, os Cabrais não abdicaram através de muito tempo. E passavam duas e três gerações sem confirmação régia da Alcaidaria-Mor e sem prestação de menagem, dando para isto as razões mais diversas os que não encontram prova desta isenção. (Anexo nº 3)

Mas nem sempre assim foi.

### **D. Gil Cabral**

Ayres Gil Cabral foi pai de D. Gil Cabral, físico do Infante (e que por ser físico, há quem pergunte se era judeu?) e depois Deão da Sé.

Amigo pessoal de D. Pedro I, ainda infante, assistiu secretamente em Bragança, no primeiro de Janeiro de 1354, ao casamento deste com D. Inês de Castro.

Teve de enfrentar o desagrado, e talvez mais que desagrado, de D. Afonso IV.

Continuou amigo de D. Pedro como rei, e seu conselheiro e companheiro, até que por ele foi nomeado Bispo da Guarda. (1360-1362).

Sendo já Bispo da Guarda, jurou em Coimbra, no dia 18 de Junho de 1360, ao tabelião geral Gonçalo Pires, na presença do Conde de Barcelos D. João Afonso, do chanceler-mor Vasco Martins, e de mestre Afonso que oficiara ao casamento. Na mesma coragem em assistir a este casamento e em testemunhá-lo participou Estêvão Lobato. Aqui se baseou o facto de Inês vir a ser a que, depois de morta, foi rainha e a legitimação dos filhos cuja subida o trono alguns fidalgos legitimistas seguiam, em desfavor do Mestre da Avis.

A coragem e fidelidade podiam valer-lhe a morte, a D. Gil. Mas não.

Que tem isto a ver com Belmonte e com esta igreja onde estamos?

Por esta coragem e amizade e fidelidade de D. Gil, vieram os Cabrais ficar ligados a Belmonte. Cabrais e os sem nome recrutados de Belmonte haviam de estar presentes em todos os grandes momentos decisivos da História, sobretudo do século XV.

O Rei doou-lhe boas terras em Belmonte, Guarda, e Covilhã.

Há quem diga que já Ayres Cabral possuía terras em Belmonte de que até foi alcaide, e que, com sua mulher construíram uma ermida nos Montes Crestados e que, quem herdou as terras e a alcaidaria, foi Álvaro Gil Cabral. Pelo menos a alcaidaria, só sendo que a tivesse acumulado com a da Guarda ou a da Covilhã e como alcaide menor, representante do bispo de Coimbra. Quanto às terras, parece que D. Gil Cabral é que possuía algumas neste termo, para além das doadas que lhe foram por D. Pedro I.

### **O Testamento de D. Gil Cabral**

D. Gil teve dois filhos, D. Álvaro Gil Cabral, e D. Maria Gil Cabral, possivelmente ilegítimos, pois que, no testamento não os assume como filhos.

Pode ter morrido em Belmonte antes de Dezembro do ano em que fez testamento, em Vila Fernando, Guarda, a 30 de Maio de 1362.

O filho, Álvaro Gil Cabral, era alcaide da Guarda. Rico, “O Muito Pão” por alcunha, cumulado de bens e honras, e, ainda antes da morte, misteriosamente arredado de alcaide ao mesmo tempo em que lhe confirmavam todas as regalias talvez por ele ser ou poder ser legitimista e apoiar a sucessão de D. Dinis, filho de Pedro e Inês a cujo casamento seu pai jurara ter oficiado. História para fora desta igreja.

Vamos à história do pai e à sua estratégia:

D. Gil Cabral, no testamento referido e feito muito anteriormente a estes factos, em 1360, “deixava a uma D. Maria Gil, moradora em Belmonte, o usufruto de todos os bens que possuía antes de ser Bispo, e de que mandara fazer dois inventários, um por Afonso Anes e outro por Lourenço Pires, tabeliães respectivamente na Guarda e em Belmonte; eram herdades, casas, vinhas, soutos, e outras fazendas na vila da Covilhã e também no lugar de Arrefega (hoje Vale Formoso) no termo da mesma vila. Muitas dessas propriedades - ou todas - parecem ter sido dadas, como recompensa e prova de amizade e gratidão, pelo principesco e trágico casal, assim como prata e outros bens móveis”. Cito e continuo a seguir Luiz M. Vaz Sampaio<sup>132</sup>.

A usufrutuária ficava obrigada a duas condições:

- Fazer uma capela em honra de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade, dentro da Igreja de São Tiago de Belmonte, e, com todos os bens, constituir um morgadio vinculado à mesma capela.
- Constituir administrador deste morgadio um Cabral nascido em Belmonte e parente de ambos: “(...) um da linhagem de ambos eles (D. Gil e D. Maria Gil), ou a outro qualquer no qual visse que o merecesse”<sup>133</sup>.

Porquê nascido em Belmonte? Tinha mais filhos aí? Queria criar uma força temporal que rivalizasse com a posição dos Bispos de Coimbra? É que estes, mesmo depois do foral, e mesmo da sentença definitiva de Roma quanto à Igreja de São Tiago de Belmonte e termo desta vila, continuavam a receber os direitos que o foral lhes atribuía, e eram os alcaides, por si ou por outrem. Eram os senhores!

Só com ele é que é certo que os Cabrais se ligaram a Belmonte e arredores, e não com os bispos da Guarda, Vicente Hispano ou D. Guterre I.

D. Maria Gil Cabral, em 9 de Maio de 1397 está viúva e sem filhos e vive em Belmonte. Nessa altura já não é Senhor de Belmonte o Bispo de Coimbra, mas Martim Vasques da Cunha, “O Roncador”, que vai ligar-se ao que se vai passar com o assento dos Cabrais em Belmonte.

Perante este, D. Maria Gil manda ler o seu testamento em que se afirma filha do Bispo D. Gil. Junta os bens que ela possuía em Belmonte aos que seu pai lhe deixara e constitui o sobrinho, Luís Álvares Cabral, morgado e administrador dos bens do vínculo da capela. (Foto nº 25)

Isto mesmo confirmou no testamento que faz a 10 de Setembro de 1401. Confirma o sobrinho como administrador dos bens vinculados à capela “e à obrigação de missa quotidiana por sua alma, pela do marido, e a de seu pai, o Bispo D. Gil”.

Manda igualmente e determina que “a enterrem na Capela de Santa Maria da Igreja de São Tiago - provavelmente a que depois ficou conhecida como Capela da Senhora da Piedade”<sup>134</sup>.

Mandou construir esta capela, possivelmente em 1390-1402, data que alguns confundem com a construção de toda a Igreja de São Tiago.

Chama à capela de Santa Maria, mas é uma imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade que aí está e preside.

É uma imagem gótica, de granito da região, monolítica. O penteado adivinha-se por debaixo do manto, os rostos e pés das figuras da escultura têm forma ovalada. Está pintada a gosto popular, por Joaquim da Costa, o “Cambalhota”.

Mesmo debaixo da pintura popular, consegue perceber-se paz, serenidade, perdão, que o rico e ao mesmo tempo pobre Bispo desejou alcançar na morte, depois de tudo o que alcançou, mal ou bem mas com muito risco, na vida.



Foto 25 - Belmonte. Capela de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Piedade na Igreja de S. Tiago

<sup>132</sup> Sampaio, Luiz de Mello Vaz; op. Cit.; pp. LXXII.

<sup>133</sup> Arq. Casa de Belmonte; cit. Sampaio; id., p. LXXII.

<sup>134</sup> Arq. Casa de Belmonte; cit. Sampaio; op. Cit.; p. LXXII.



Ao lado esquerdo desta imagem, na parede da capela, há insculpturas que bem podem ser outros sinais de reutilização de uma igreja visigótica. Mas imagem merece mais referências.

Quem não a vir bem, fica sem sentir toda a profundidade de uma paz desejada mesmo por pecadores. O povo diz que Nossa Senhora da Piedade chora quando faz milagres.

Isto é tradição. Mas a história do Bispo D. Gil e de D. Maria Gil Cabral não são lenda. E não está só aqui a sua história. É contada por Frei António Rousado no século XVIII, e com pormenores. Foi vista e talvez copiada por Brito Rebello do “Tombo do Cartório da Casa” que dela deu informação a Ayres de Sá. E Luiz M. Vaz Sampaio resume estas notícias<sup>135</sup>, e começa por dizer:

“Esta senhora não é um mito” - E não é. Junto à imagem está um túmulo. É neste túmulo, que separa a capela do corpo da Igreja, que o povo sempre disse que estava sepultada D. Maria Gil, mesmo sem conhecer suas disposições nem os documentos referidos. (Anexo nº 6)

Bons autores dizem que também D. Gil pode ter morrido em Belmonte, e, possivelmente, também aqui estarão os seus restos mortais. Tanto mais que a filha, que fez questão de o chamar de pai, pode também ter feito questão de aí o sepultar ou para aí o transladar.

Afinal, também ele era, juntamente com sua filha, padroeiro da Capela.

Na tampa da arca tumular, estão três escudos. Dois deles com armas de família, pintadas também de modo popular.

Num deles, a prensa, de que falaremos; noutra, uma cabra e um cabrito, modo popular de interpretar à letra a lenda do pastor que sonhou e acabou por desenterrar a cabra e o cabrito de ouro, diferente modo daquele como o brasão de duas cabras passantes é apresentado pelos Cabrais de Belmonte.

É na verdade uma interpretação popular e não pode ser este a provar que neste tempo os Cabrais já usassem este brasão. Mas o filho de D. Gil Cabral, Álvaro Gil Cabral usou-o certamente pois são as cabras que estão no brasão da sua sepultura, na Sé Velha de Coimbra. Provam-no outros brasões que aqui se encontram.

Neste túmulo e nesta capela estão o pecado e o arrependimento de um homem que quis ligar-se a si e aos Cabrais a Belmonte. Teria aqui os seus amores? Teria...

Esta capela, portanto, marca, para já, o nascimento dos Cabrais em Belmonte. Marca o arrependimento de um bispo e a possível mudança de vida de quem errou mas se arrependeu. Esta mudança vai ao ponto de, em lenda, se dar o bom de D. Gil Cabral como objecto sujeito de milagre, segundo a Lenda de D. Gil, esta capela marca ainda Luís Álvares Cabral como o primeiro morgado de Belmonte. (Anexo nº 7)

Esta capela pode ter sido construída onde agora está o arco de estilo gótico flamejante, e daqui retirado com a construção do Panteão de Fernão Cabral I, nos finais do século XV.

### **Luís Álvares Cabral, um Cabral que se refez Belmonte, uma vila que se autonomiza**

D. João I demite enigmáticamente Álvaro Gil Cabral de Alcaide-Mor da Guarda. Por ironia ou subtilezas da política, quase no mesmo dia em que o demite de alcaide, dá-lhe mercês e renova-lhe por carta todas as regalias anteriores, e foram muitas.

O certo é que Luís Álvares Cabral, como filho de beirão suspeito de legitimista, além de morgado de Belmonte, nada mais era nem tinha, nem alcaide.

Em 18 de Abril de 1385, D. João I dá autonomia a Belmonte, desligando-o do termo e foro da Covilhã. Era a recompensa pela posição e ajuda claras dos homens do concelho ao Mestre de Avis, o que não aconteceu com a Covilhã, porque, de Castelo Branco, foi mandada avisar por D. Nuno Álvares Pereira de que ou se decidia pelo Mestre ou avançava sobre ela.

Nesta altura, já Luís Álvares Cabral, previsto morgado e talvez alcaide-menor dos bispos de Coimbra, teria protagonizado a defesa destas terras.

Mas, em 6 de Outubro de 1385, já era escudeiro de el-rei, e este passou-lhe confirmação de “terras e lugares, rendas e direitos” dados a seu pai. O documento dizia “todas...”, mas não.

<sup>135</sup> Sampaio, Luiz de Mello Vaz; op. Cit.; pp. LXXI, LXXII, 171, 172, 173.

Foi obrigado a vender as terras de Valhelhas e Tavares, dando o rei estas a Gonçalo Vasques da Cunha, o Alcaide-Mor e chefe da batalha de Trancoso.

Mas o morgado de Belmonte manteve-se fiel ao rei. E teve ocasiões para o mostrar e mostrou.

Em 5 de Agosto de 1392, el-rei autoriza que o Bispo de Coimbra troque, com Martim Vasques da Cunha (Alcaide-Mor de Celorico a quando da batalha de Trancoso), o Senhorio de Belmonte e Couto de São Romão pelo Senhorio de Arganil e seu termo.

Alguns autores, como ficou dito, admitem que Luís Álvares Cabral já tivesse exercido as funções de alcaide-menor durante o Senhorio dos Bispos de Coimbra.

Mas o certo é que a partir de 1392, nas terras em que era morgado, ele tinha como senhorio “O Roncador”, que mostrou continuar a defender como legitimista o partido de D. Dinis, filho de D. Pedro e D. Inês, instalado ou refugiado em Castela. Ao Rei de Castela convinha manter e ajudar rescaldos da luta perdida em Aljubarrota. A D. João I interessava estar atento a qualquer gesto de oposição.

Foi perante Martim Vasques da Cunha, já como Senhor de Belmonte, que D. Maria Gil fez testamento e nomeou morgado de Belmonte, a Luís A. Cabral.

O novo Senhor de Belmonte deve ter sentido tal oposição que entendeu por bem refugiar-se em Espanha, talvez para obter gente com que pudesse fazer investidas nas terras de Belmonte ou obter benesses do Rei castelhano.

O Rei de Portugal confiscou-lhe todas as terras. Não conformado, Martim Vasques da Cunha fez mesmo várias incursões e razias por terras de Belmonte.

Aqui, quem se sentia mais lesado era o morgado, e era também quem estaria mais preparado para lhe fazer frente. Era adversário pessoal do invasor, além de poder provar fidelidade ao Rei, que o deixara sem a alcaidaria do Grande Álvaro Gil Cabral.

Há quem diga que, a seguir foi nomeado alcaide de Belmonte um outro legitimista, João Fernandes Pacheco.

Outros dizem que D. João I nomeou Luís Álvares Cabral alcaide de Belmonte logo que confiscou as terras de Martim Vasques, entre Maio de 1397 e Março de 1398. Sabe-se através de carta passada ao neto.

Se “O Roncador” ainda tornou a invadir estas terras, teve pela frente um Cabral, 1º Alcaide de Belmonte.

Em Julho de 1399, o Rei dá-lhe, ou restitui “de juro e herdade” as terras de Azurara e Manteigas. É 2º Senhor de Azurara.

Fundada a Casa do Infante em 1408, é escolhido para ela provavelmente já como Cavaleiro. Foi depois Vedor de sua Casa.

Só em 1411, lhe é restituído o Senhorio das vilas da Beira.

No Porto, na partida para a expedição a Ceuta, é feito capitão de uma galé. Em Lisboa passa para capitão de uma nau grande. Seu filho, Fernão Álvares Cabral, passa a exercer as funções de Vedor do Infante. Este jovem vai tornar-se célebre em África.

Luís Álvares Cabral morre cerca de 1433, mas viu continuar no filho a bravura e fidelidade que continuariam a merecer da Dinastia de Avis confiança e bens sempre aumentados.

Suas terras e herdades foram confirmadas a seu filho Fernão Álvares Cabral.

Na indicação dos notáveis que tomaram parte na expedição a Ceuta, são nomeados Luís Álvares Cabral e seu filho. Um jovem!...

### **Fernão Álvares Cabral...**

Com ele voltemos à capela de Nossa Senhora da Piedade, porque a sua história também aqui está escrita.

O brasão dos Cabrais está esculpido nesta capela gótica, feita muito depois da Igreja.

A capela é rectangular, de cada ângulo de arranque partem bases que ostentam colunas compostas. Os capitéis destas colunas eram antropomórficos, zoomórficos e florais.

Mas vêem aqui, no capitel das colunas encostas ao arco toral, esta figura de mouro que parece pretender matar esta outra? Vêem esta figura que se lhe interpõe? (Foto nº 26)

Mais: no capitel das colunas que está ao fundo da arca tumular, há uma personagem que agarra uma serpente que pretende morder uma segunda personagem. (Foto nº 27)



Foto 26 - Pormenor da capitel da Capela de N<sup>ª</sup> Sr<sup>ª</sup> da Piedade. Fernão Álvares Cabral interpõe-se ao golpe de um mouro contra o Infante D. Henrique e salva este da morte



Foto 27 - Pormenor da capitel da Capela de N<sup>ª</sup> Sr<sup>ª</sup> da Piedade. Fernão Álvares Cabral arranca a serpente que morde o Infante

A figura que se interpõe e a que agarra a serpente é a mesma: Fernão Álvares Cabral. Vamos à sua história.

Antes, porém, vejamos que a mesma ideia de protecção é esculpida nos capitéis, neste ultimamente referido e no que encosta à parede Norte da Igreja. Mas o autor destas transformações, com a mesma finalidade de historiar o mesmo facto, é de artista popular, é povo que quer escrever história à sua maneira. A história dos Cabrais levou a transformar os capitéis em capitéis historiados.

Assim, o que, noutras capelas do tempo, foi um evangelho esculpido, aqui foi a história esculpida de mais um dos Cabrais, sem falar dos homens armados que o acompanharam.

De cima do ábaco das colunas compostas, arrancam nervuras que vão unir-se na chave com florão esculpido.

Dois escudos encontra-se ao cimo e no exterior da capela, junto à quina formada pelo arco Sul e arco Poente, e voltados cada um para o corpo da Igreja e para os lados correspondentes aos arcos referidos. Mesmo na quina e entre os dois escudos dos Cabrais, há uma cara que parece de morto. Poder interpretar-se como o rosto da personagem que impediu a morte de outrem. A mesma cara se vê no capitel que, da parte interior da capela se encosta à parede Norte da Igreja.

A história é a do jovem guerreiro, Fernão Álvares Cabral.

É “criado” do Infante D. Henrique. Crê-se que, mais do que ter sido criado em sua Casa, em suas normas, terá sido mesmo criado com ele, como pagem, moço fidalgo, e escudeiro, e mais tinha sensivelmente a mesma idade.

Quando, no Porto, embarca na expedição a Ceuta, já é nomeado, como seu pai, entre os notáveis.

Em Lisboa, toma o cargo de Vedor do Infante na vez do pai, Luís Alvares Cabral, pois que este foi nomeado capitão de uma nau grande, e não podia exercer os dois cargos.

Adoece durante a viagem, não toma parte na tomada de Ceuta. Curado, permanece nesta praça durante vários anos.

Colabora com trabalho excelente e digno de registo, na defesa da Praça, nos cercos postos a esta em 1418 e 1419.

Nas Crónicas ficaram registados actos seus e a referência de que foi o “primeiro a matar mouros a cavalo”.

Foi em Ceuta que o seu Senhor, o Infante, continuando mostras de amigo da mesma criação, o armou cavaleiro. Damião de Góis diz que o nomeou seu Guarda-Mor.

Em 8 de Dezembro de 1433, el-rei doa-lhe terras que tinham sido de seu avô e nunca tinham sido retribuídas ao pai. E confirma-o noutras de seu pai.

É 2º alcaide de Belmonte e assim aparece na sequência dos alcaides, como filho maior lídimo.

Segundo Azurara, toma parte no cerco de Tânger.

Na refrega, viu um mouro que desferia, pelas costas, um golpe ao Infante. Fernão Álvares Cabral, como seu Guarda-Mor, criado, amigo pessoal, e companheiro na luta, não pôde fazer mais que interpor-se e aparar ele próprio o golpe. E morre defendendo “o senhor que o criara”. Era em Outubro de 1437.

É esta a história que os capitéis da Capela da Senhora da Piedade da Igreja de São Tiago de Belmonte nos contam: Uma crónica que, em pedra, repete a de Azurara, e é mais um monumento que liga Belmonte aos Cabrais, e destes fazia história (a que provavelmente chamariam lenda e nada mais) se as Crónicas o não referissem.

Em 14 de Janeiro de 1438 o Infante seu senhor, manda dar uma tença de 350.000 libras, “de graça” à mulher daquele que lhe salvara a vida.

Em 3 de Junho de 1445, D. Afonso V manda que “*Dona Teresa de Andrade, mulher que foi de Fernão Álvares Cabral, que lhe guardem todos os privilégios e honras e liberdades, que tinha com seu marido sendo marido, sendo vivo...*” a ela e a seus mordomos e apaniguados.

É esta a história. De Belmonte não se fala. Mas a história ainda vai referindo o muito que Cabral deu para a o empreendimento bélico e o que perdeu. E o que Cabral deu foi pago sobretudo pelas gentes destas terras, afora as que ele foram. Como sempre!

### **Fernão Cabral**

#### **Um arco de estilo gótico flamejante que também conta outra história**

Foi o Cabral que mais aumentou a Casa e que exerceu cargos de mais importância e proveito.

É 4º Senhor de Azurara.

É 3º Alcaide Belmonte.

D. Afonso V, em 20 de Setembro de 1466, em Évora, fá-lo, “de juro e herdade”, Alcaide-Mor como o dito Fernão Cabral teve até agora e como o tiveram Fernão Álvares Cabral seu pai e Luís Álvares Cabral seu avô com todas as rendas e direitos do dito castelo”. É o 1º Alcaide-Mor de Belmonte.

Em 24 de Setembro do mesmo ano, além da alcaidaria, concede-lhe e aos sucessores rendas, foros e direitos que a Coroa possuía na vila.

Quando el-rei couta os Montes Crestados, nomeia como couteiro a Fernão Cabral que diz ser já do Conselho de el-rei e Corregedor da Justiça nas terras da Beira e Riba-Côa.

Apesar de haver restrições e queixas sobre os que exerciam este cargo, Fernão Cabral é continuamente confirmado nele. E poucos existiam com autoridade semelhante.

Quando o rei restringe os coudéis, o rei dá-lhe permissão para pasto de vinte éguas nos termos de qualquer cidade ou vila, e depois fá-lo Coudel Geral.

Além do Morgadio instituído por D. Maria Gil Cabral, institui um outro em Belmonte, com as cotas disponíveis, sua e de sua mulher Isabel de Gouveia, por testamento feito, aqui, em Outubro de 1492, com propriedades de Belmonte, Covilhã e Valhelhas e seus termos, as do termo de Penamacor, na Meimoa e Pedrógão, a Quinta da Outã no termo de Castelo Novo (que Candeias Silva pensa ser na Orca) e que já lhes vinha de Álvaro Gil Cabral, quando alcaide de Monsanto<sup>136</sup>.

Seus filhos, nas partilhas que amigavelmente fizeram no Castelo de Belmonte, (1494), estando todos (os onze) reunidos, juntaram a este Morgadio as casas grandes de Viseu, as casas de Mangualde, casal de Alcafache, e propriedades de Moimenta da Serra. Este Morgadio, ficou ligado ao serviço da capela que o casal mandou construir, pegada ao muro Norte da Igreja de São Tiago, e a seguir à capela da Nossa Senhora da Piedade que foi o resultado da constituição do primeiro Morgadio de Belmonte. Vinculados a capelas dentro da Igreja, podemos situar-nos na história mais uma vez, através dos testemunhos em pedra, - o modo como Belmonte também guarda a sua memória. (foto nº 28)

De notar que a mulher de Fernão Cabral tinha feito testamento antes dele, em Agosto de 1483 e terá morrido antes de acabadas as obras.

Pedira que o seu corpo ficasse sepultado na Igreja de São Tiago, até ser concluído a capela para panteão da família.

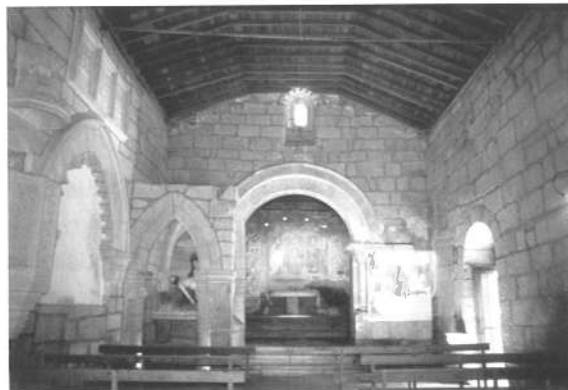


Foto 28 - Belmonte. Vista geral da Igreja de S. Tiago

<sup>136</sup> Sampayo, L.M.V.; op. Cit.; nº165.

Quis que para aí fossem também transladados os restos de seus pais e de seu irmão Vasco Fernandes que ela tinha herdado.

As obrigações ligadas aos vínculos destas capelas ou pelo menos o primeiro, continuaram, pelo menos na parte das rezadeiras, até este século em que algumas ainda rezaram na capela de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade.

Mas os encargos consistiam em pagar: a dois capelães que rezassem missa todos os dias, por alma dos criadores dos vínculos; ao sacristão; e a quatro rezadeiras, que tinham de ouvir missa todos os dias na capela, e, nas missas ou fora delas se não desse, rezar cem Pai Nossos, cem Avé Marias, e vinte Credos. As rezadeiras tinham de ser viúvas ou solteiras honradas.

Estas rezadeiras consideravam-se gente de sorte, porque cada uma recebia, por dia, dois pães de trigo, quartilho e meio de vinho, meia canada de azeite, e quatrocentos reis para calçado.. Em cada dois anos sete metros de mantilha para se vestirem.

A capela, construída na década de 1480, não existe hoje como tal. Foi desfeita com as obras do Panteão dos Cabrais em 1630.

A inscrição relativa à capela é a que já referi. Está no exterior do Panteão, por cima da porta de entrada.

Mas é possível reconstituir parte importante dela. Olhemos, então para este arco em estilo gótico flamejante, em uso no tempo.

Enquadrada por este arco esteve desde a República até cerca de 1960, a imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, até que, para evitar que os Monumentos Nacionais comesçassem a mandar nela mais que o povo, este concordou em que, após uma festa, ficasse na actual Igreja Paroquial.

Mas este arco era a porta para a Capela do Morgadio de Fernão Cabral e esposa. A Fernão Cabral sobejavam posses para fazer uma bela capela e mausoléu. (Ver Foto nº 19)

Quem conhece o túmulo de João Gonçalves Zarco, no Convento de Santa Clara do Funchal, pode comparar os estilos arquitectónicos, e ter uma ideia de como pode ter sido a tumulação feita nesta capela de Belmonte. A diferença é que, a dos Cabrais era de interior mais amplo, pois tinha mais túmulos. Podemos vê-los aqui ao lado, no Panteão mais recente para onde foram transpostos.

São os túmulos do mesmo estilo gótico do arco da Capela que vemos à direita e à esquerda, logo no primeiro plano do Panteão e que iremos visitar.

Por cima do arco, encontramos, o brasão dos Cabrais, ladeado de dois outros escudos com a prensa.

Estes testemunhos do poderio histórico dos Cabrais em Belmonte, estão também aqui, até na Igreja, e, aqui, até têm justificação, pois marcam a obra e vínculo que aqui criaram.

Ao lado esquerdo do arco encimado por estas pedras de armas e que foi o portal esculpido em pedra da Capela - Mausoléu de Fernão Cabral e sua mulher, está uma porta de ombreiras e verga biseladas, que dá, dos lados e por uma escada entre muros, para o púlpito da Igreja, e para o coro, e directamente para o Panteão dos Cabrais, por outra porta em frente da primeira, biselada também. É ainda do mesmo estilo, muito usado na época em que Fernão Cabral fez a sua capela, uma porta que, após estas obras, daria também entrada exterior para o coro, e que, depois de 1630, ficou dentro do novo Panteão.

Todas estas obras foram feitas por Fernão Cabral, no mesmo estilo, assim como o púlpito.

### **O Púlpito de São Tiago**

O púlpito é original pelo número e função das peças que o constituem, pelos relevos e símbolos esculpidos em baixo-relevo.

Começo a descrição debaixo para cima: Tem uma pia de água-benta, em cujos relevos, entre motivos vegetais, aparece logo a prensa de Fernão Cabral.

O ambão continua a ornamentação vegetal que envolve uma concha ou vieira, símbolo de São Tiago, o orago da Igreja e, de novo a prensa.

No dossel do púlpito continua o mesmo género de ornamentação. Não há espaço possível de ocupar pela prensa, mas há a particularidade de, ao mesmo tempo que serve de dossel, servir de base a um nicho, no qual estava uma imagem também de granito como todo o púlpito, que era de São Caetano padroeiro conversor dos judeus e segundo o P.e Franco de Matos, pároco de Belmonte de

1928 a 1946. O povo chamava-lhe São Belmonte. Por ironia foi mandada enterrar por ser considerada menos digna de culto (isto é, feia) e por um bispo de raça indubitavelmente judaica, primo direito do referido P.e Franco de Matos. (Todas estas referências me foram fornecidas por este mesmo pároco).

Por cima ainda de todo o púlpito, está o dossel que protegia a imagem.

A imagem, quando cheguei a Belmonte em 1954, e me disseram que tinha sido enterrada no cemitério, pedi ao coveiro da altura, o Ti Garrão Velho, para, se a encontrasse, me dizer. Queria restituí-la ao seu lugar. Mas parece que, apesar de santo, a levou o diabo.

## **Poderemos ver o retrato de Pedro Álvares Cabral?**

### **Os frescos de São Tiago**

Falei de Fernão Cabral, pai de Pedro Álvares Cabral, e das obras que fez e deixou nesta Igreja. Falarei agora dos frescos da Igreja.

Estavam tapados pela talha dos altares. A do altar-mor era pouco valiosa artisticamente, com pequenos frisos pintados de purpurina e pouco mais. A do lado da Epístola era talha barroca (da muitas vezes dita renascença) e era o altar do Espírito Santo. Este altar tinha vindo do Convento de Nossa Senhora da Esperança para a capela de São Francisco, no Largo que ainda assim se chama apesar das mudanças de toponímia, e, com a destruição desta, veio para a Igreja de São Tiago.

Quando os Monumentos Nacionais restauraram o conjunto Igreja-Panteão, destruíram a sacristia que estava a Norte, retiraram a talha dos altares, e apareceram os frescos, logo datados do século XVI. Esperou-se tempo até que o Museu José de Figueiredo veio, não a restaurar, mas a tratar os frescos. Hoje precisam novamente de ser tratados e de ser restaurados, com urgência.

O fresco da parede de fundo, apresenta a pintura de São Tiago ao centro, como orago. Hoje, ao reler estas linhas, convém dizer que foram de novo tratados em Maio de 2001.

À direita deste uma interpretação de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança com manto. A história desse tempo relativa ao Convento diz que, em paga de promessas e por que a Senhora fazia muitos milagres era costume oferecerem-lhe muitos mantos.

A imagem da esquerda é de São Pedro. Há quem admita a possibilidade de ter sido Pedro Álvares Cabral que mandou fazer este fresco, como ex-voto. Terá sido o cumprimento de promessa ou agradecimento pela grande viagem da Descoberta do Brasil, e não a construção do Convento de que foi fundador o seu sobrinho Jorge Cabral.

Tendo sido o Capitão da grande armada e feliz descobridor do Brasil que mandou pintar este ex-voto, os pintores costumavam pintar o santo do nome do mandante. Se a arte do pintar fosse de bom retratista poderíamos ter aqui a figura de Pedro Álvares Cabral. Mas... parece que não...

O fresco da parede Sul, do lado contrário à capela, parece ter a sobreposição de duas pinturas. A mais visível e maior beleza é a de uma figura feminina que tem, na mão esquerda, numa bandeja uns olhos e na mão direita uma palma símbolo de martírio. Se for assim, podemos ter a figura de Santa Luzia que cuida dos olhos e alumia os caminhos.

As outras figuras estão muito danificadas, e as conjecturas são mais difíceis. Serão clérigos, frades, religiosos ou militares, cavaleiros, ou tudo isto? Terão inicialmente estado ajoelhados perante uma dama dando notícias ou apresentando presentes, mensagem, ou menagem? Um deles ostenta um crucifixo.

Sendo assim apetece lembrar o cancionero popular e a poesia moderna que tanto contaram e cantaram histórias de guerreiros e navegantes e de damas: *“tantas mães choraram e tantas noivas ficaram por casar”*.

Lembro então, por exemplo, a Bela Infanta, a D. Silvana, e outros romances populares, transformada a dama em Santa Luzia. Estarão as personagens a render graças à padroeira dos olhos e dos bons caminhos? Mas isto é só dedução, imaginação!

À esquerda da entrada principal desta Igreja, está, em lóculo ou nártex, uma Pia Baptismal, modificada sobretudo na peanha.

É certo. que os Cabrais pertenciam à Igreja de São Tiago intra-muros, a esta igreja, portanto. Muito provavelmente Pedro Álvares Cabral foi baptizado aqui.

(Quanto aos frescos desta igreja e da capela do Espírito Santo, de Maçaínhas, foi feito o estudo por Catarina Valença Gonçalves, em 2001, «A Pintura Mural em Portugal: os casos da igreja de

Santiago de Belmonte e da Capela do Espírito Santo de Maçainhas». Vol. I e II, “Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro...”, Faculdade de Letras de Lisboa). (Ver Anexo nº 7)

### O Panteão dos Cabrais

Vamos entrar no Panteão dos Cabrais.

Saímos pela porta quatrocentista que está entre o púlpito e o arco gótico da Capela mandada fazer por Fernão Cabral I e sua mulher, vinculando-lhe um muito grande morgadio. Atravessamos o túnel interior que dá para o púlpito e coro; e, em frente da primeira porta, entramos por outra de igual estilo, para o interior do Panteão. (foto nº 29)

Aqui vemos outros sinais das modificações operadas a quando da construção da referida Capela-Mausoléu, e, desses sinais, vemos, sobretudo os túmulos góticos que originariamente estavam na mesma capela e aqui encontramos à nossa direita e esquerda.

Reparemos que estes mausoléus têm as arcas tumulares protegidas por arcos góticos trilobados, e que, além destes sinais de estilo, ainda mostram outros de que estiveram unidos numa só conjunto tumular.

O friso da esquerda do túmulo da nossa esquerda, está fora do conjunto e não tem continuação. Está fora do lugar de origem.

Os Brasões que encimam os túmulos, um pertence à família Melo, aos pais e possivelmente ao irmão herdado pelo casal padroeiro da capela ou familiar.

Segundo disposições do testamento que D. Isabel Gouveia fez em 1483, estarão aqui este seu irmão, seus pais: Vasco Fernandes Gouveia, João Gouveia e Leonor Gonçalves. (Anexo nº 8, Árvore VII)

Ao lado está outro motivo heráldico, raro, único em Belmonte, - uma alquitarra. Este elemento de fantasia heráldica, assim como até a prensa, podem estar ligados à produção ou incremento dado à produção de vinho, aguardente e azeite. A alquitarra não se sabe a quem diga respeito, mas poderia referir-se tanto à família dos Melos de Castelo Rodrigo como aos Cabrais.

Do lado oposto, está um escudo com o que alguns chamam duas maçãs de armas. Há quem as atribua como referência ao “Gigante das Beiras”, que, feio, grande e possante, brandia com uma só mão uma maçã de 16 quilos. Há quem chame assim ao próprio Fernão Cabral I. Ele foi o grande gigante, mas em senhorios, poder, e justiça na Beira e Riba-Côa. Estas armas emblemáticas seriam suas também, tanto mais que ele se dá como grande perito no manejo deste tipo de armas.

Tanto ele como sua mulher foram sepultados na capela que para isso mandaram fazer e à qual vincularam um morgadio. Este túmulo pertencia, muito provavelmente, a Fernão Cabral I e a sua mulher D. Isabel de Gouveia, que para aqui terá sido transladada, da igreja de São Tiago, segundo vontade sua, expressa e escrita em testamento. (Anexo nº 6, Árvore III)

Porém, o comum nos genealogistas é apelidar de Gigante das Beiras a Fernão Cabral IV, que morreu antes da “reforma” feita desta Capela Panteão pelo que, Francisco Cabral, seu irmão, viria a suceder-lhe, e era já senhor de Belmonte em 1630.

Pode estar aqui, neste Panteão, o Gigante das Beiras, mas noutra túmulo, e não identificado. Mas já lá vamos à sua história.

O que aqui temos bem identificado é quem mandou fazer esta construção e a anterior, segundo a inscrição que no exterior se encontra encimando a porta seiscentista da entrada e já transcrita atrás. Sabemos também quem mandou transladar para o túmulo renascença, na parede Norte, e no piso mais elevado do Panteão. Sabemos de quem são as cinzas dos que aqui estão tumulados pela inscrição que, com pontuação ortográfica errada pelo pintor das letras, reza assim:

A ESTE TUMOLO FORÃO TRES  
LADADOS FERNÃO CABRAL



Foto 29 - Belmonte. Vista geral do Panteão dos Cabrais

O 3º, E NUNO FRZ CABRAL  
O 2º, SENHORES DA CASA  
SE BELM.te, POR FR.co CABRAL  
ANNO DE 1630

(A este túmulo foram trasladados Fernão Cabral III, e Nuno Fernandes Cabral II, Senhores da Casa de Belmonte, por Francisco Cabral, ano de 1630).

Mais uma vez, em Belmonte, encontramos história em pedra.

### **Fernão Cabral III - História da Bandeira e do Povo**

Quem é este Fernão Cabral III cujas cinzas aqui estão?

Indo à história escrita que confirme e esclareça a desta de pedra, encontramos o que eu acho de mais raro, elegante e mais avançado em justiça feita ao povo de Belmonte, que é a história deste expressamente ligada aos Cabrais. E aqui não é preciso fazer ilações nem deduções:

Este Fernão Cabral III aqui tumulado, era 9º Senhor de Azurara, 8º Senhor da Casa de Belmonte, e 6º Alcaide-Mor de Belmonte. Terá morrido em 1586. Tinha casado com sua prima D. Joana de Castro, filha de Jorge Cabral, o fundador do Convento de Nª Sra. da Esperança.

Só em 1575, recebeu a confirmação dos seus direitos e terras, mas, desde muito novo, já se tinha distinguido no cerco da Mazagão em 1562, onde foi servir às suas custas. Igualmente às suas custas e com dispêndio de muitos bens, lutou em Alcácer-Quibir, onde foi feito prisioneiro. Pelo resgate, novos gastos sobrevieram.

Em 1580 não foi beijar a mão a Filipe I, não se sabe se porque o rei estava em Madrid; se para patentear o patriotismo que revelou no Norte de África; se porque ainda estava cativo; se foi mesmo porque os Cabrais estavam isentos de menagem e, neste caso, ele a não quisesse prestar mesmo.

De qualquer modo o rei não levou isso tanto a mal, pois em carta de julho de 1587, reconhece que Fernão Cabral muito gastou na jornada de África e no resgate, dá-lhe a comenda de Azevo em 1583. Tendo morrido pouco depois reconhece que a sua viúva D. Joana de Castro ficou pobre e com quatro filhas e dois filhos, e, por isso, promete ajuda para o casamento da filha mais velha, *“se ela casar com pessoa de que eu (rei) seja contente...”*

Se, quanto à batalha de Alcácer-Quibir só se conhece referência a gastos, no cerco de Mazagão faz-se referência aos gastos e às gentes que o acompanhavam:

No cerco de Mazagão, fidalgos que levaram homens à sua conta disputavam entre si os lugares mais difíceis onde mais certo fosse distinguirem-se por mais esforço.

“Fernão Cabral III, de Belmonte, com cem homens seus, arvoraram bandeira de seda amarela e branca, e, de tal modo se houveram, que gente alguma no mundo tão livre, alegre, e fortemente se bateu por seu rei e república.”

O povo das terras de Belmonte, afinal sempre subentendido à volta dos Cabrais e grandes heróis, nas grandes lides, e habitualmente ignorado para honrar, teve uma vez, (uma só, mas teve), em que, na história escrita é expressamente referido.

### **O Gigante das Beiras**

O Túmulo renascença que está em frente do descrito, não tem legenda.

Quem poderá estar sepultado nele?

Talvez alguém muito grande, talvez ninguém.

Talvez quem mandou fazer este Panteão, Francisco Cabral.

Deste há identificação até na Universidade de Coimbra onde se formou bacharel em Cânones, (em 1629!). De notar que de 1630 data a feitura do Panteão e a transladação, e que era filho segundo, e talvez por isso tenha procurado formação diferente dos varões directos lídimos. Casado com D. Maria de Mendonça, filha de João de Mendonça, o Caçõ, morreu sem descendência. Contudo, foi julgado na Inquisição por bigamia!

Tinha substituído na Casa a Fernão Cabral IV, que morreu sem geração, solteiro. E nem admira



porque viveu fugido toda a vida. Porquê?

Era este o Gigante das Beiras, assim chamado por ser homem de grande corpo. Um dia estava no teatro, em Estremoz, e o fidalgo Francisco de Melo tirou-lhe a espada da cinta. Não sabia com quem se meteu.

Fernão Cabral sai-lhe ao caminho, possivelmente com comitiva de feição, corta as orelhas ao fidalgo atrevido, e vai dependurá-las mesmo na Praça de Estremoz.

Foi condenado pela justiça real. O povo parece que achou graça, e cantava:

“Quem quiser comprar orelhas  
Que vão duas ao real  
Vá a casa do Cabral”

Mas o Cabral já não estava em casa. Degolaram-no, sim, mas só em effigie, porque se homiziou a tempo.

Correu França e Flandres, e, talvez já por se sentir doente, foi parar a Coimbra, mas continuando exilado. Um gigante fugido e oculto.

Morreu com um fluxo de sangue pelo nariz, que outros dizem que foi pelas orelhas, mais de acordo com a vingança que, segundo alguns, fica bem em Deus.

É provável que seu irmão e sucessor estudasse em Coimbra nessa altura, pois aí obteve o bacharelato em Cânones em 1629. Em 1630 assina a feitura do Panteão. Mas nos assentos dos Livros da Igreja de São Tiago de Belmonte aparece já Francisco Cabral como senhor e Alcaide-Mor da vila.

Estará sepultado aqui o construtor da obra? E o Gigante seu irmão, terá, mesmo depois de morto regressado às terras de que era senhor e Alcaide-Mor e das quais teve de andar fugido?

Parece que sim, porque ele fez tudo para obter o perdão de el-rei, ainda que tivesse de meter uma lança em África como meteu.

Soube da campanha de África. Reuniu cem homens de Belmonte e foi juntar-se ao Rei, oferecer-lhe seus serviços e a pedir-lhe perdão.

El-rei lhe perdoou, atendendo a que só tinha 20 anos quando prevaricou, atendendo a que muitos serviços o reino tinha recebido de seus maiores, e muito esperava receber do próprio Fernão Cabral IV.

Para continuar a descrição desta Capela-Mausoléu, refiro que, debaixo do patamar de nível superior em que se desenvolve o edifício, está o Carneiro com a inscrição:

PORTA DESTE CARNEIRO 1630

No Carneiro eram depositados os corpos cujas cinzas só depois eram transferidas para as arcas tumulares.

### **Pedro Álvares Cabral**

A arca tumular que está em frente à porta do Carneiro, contém cinzas de Pedro Álvares Cabral. Foi uma oferta a Belmonte, como terra Natal do Grande Capitão e Descobridor.

Na placa colocada neste túmulo, pode ler-se:

“ENCERRA ESTE TÚMULO DUPLA URNA DE CHUMBO E MADEIRA  
CONTENDO TERRAS E RESÍDUOS MORTUÁRIOS DE **PEDRO  
ÁLVARES CABRAL** RETIRADOS DO TÚMULO DA IGREJA DA GRAÇA  
EM SANTARÉM, EM 14-03-1903, NA SEGUNDA ABERTURA DO MESMO  
TÚMULO E TRAZIDOS PARA BELMONTE EM 1961, POR DEFERÊNCIA  
DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA E O INTERESSE DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE BELMONTE.

BELMONTE, 24 DE SETEMBRO DE 1996”

Algo regressou a Belmonte do Homem que é o maior orgulho desta terra.

## Castelo de Belmonte

### Obras – escavações

Com as obras de revitalização do Castelo iniciadas em 1992, fez-se um palco com anfiteatro. (fotos nº 30 e 31)



Foto 31 - Lançamento do livro de Banda Desenhada sobre Pedro Álvares Cabral, de José Pires. Presença da Escola Naval e de todos os alunos do concelho (1º, 2º e 3º ciclos da E. B.), no local onde nasceu o navegador

Foto 30 - Belmonte. Castelo, 1999, em fase de revitalização. Anfiteatro

Este foi um local em que as cerâmicas domésticas encontradas, do séculos XV e XVI, foram abundantes. Encontrou-se também uma lareira, mós de moinho e outros sinais de vida quotidiana. Estas escavações confirmaram o que já antes alguns historiadores tinham concluído sobre os lugares de residência, no Castelo, dos pais de Pedro Álvares Cabral. Este foi um desses lugares.

Janelas da residência vistas do interior do castelo, a Norte, e abertas sobre o vale do Zêzere e a encosta Nascente da Serra da Estrela (Ver Foto nº 16). Nas escavações feitas, foi este outro dos locais onde se encontraram muitas cerâmicas domésticas dos séculos XV e XVI. Castelo de Belmonte, onde nasceu Pedro Álvares Cabral: Da esquerda para a direita vemos: janelas de parte da adaptação do castelo a residência dos Cabrais, por Fernão Cabral, no séc. XV; janela manuelina dos finais do séc. XV ou XVI; Torre de Menagem mandada fazer por D. Egas Fafes, bispo de Coimbra e também adaptada a residência cabralina; entrada do castelo com sinais nas varandas das transformações de defesa para habitação; parte do séc. XVII, transformação de Francisco Cabral (1630) ou posterior.

### Um Castro? De que Idade?

Um monte santo? Santo desde quando? Desde a Idade do Bronze, dedicado ao culto de deuses autóctones? Desde que consagrado a Marte pelos romanos? Ou apenas desde a construção de uma ermida ou lugar de culto cristão, ainda antes da atribuição do foral a Belmonte e que depois, no século XVI veio a ser ampliada e ligada à criação de um convento? Ou o lugar cristão de culto data apenas do tempo dos elementos visigóticos reutilizados e incorporados na Igreja de São Tiago de Belmonte, junto ao castelo ainda de pé?

Monte de guerra foi certamente, pelo que consta de documentos e testemunhos arquitectónicos

medievais. E era monte de guerra “belli monte” desde antes dos romanos ou só com a consagração que estes dele fizeram ao deus da guerra?

O certo é que é impossível passar pela Cova da Beira sem ser tomado pela visão assombiante deste castelo, fortaleza antiga, robusta, que conseguiu resistir a tempos, guerras, transformações e destruições.

Alusões, tradições e testemunhos ainda existentes fazem-no remontar a tempos pré-históricos.

Situado no extremo Norte da Serra da Esperança, antigamente conhecidos por Montes Crestados, possivelmente o mesmo que Castrados ou monte povoados de Castros, aumenta o sortilégio quando sabemos que no extremo do monte oposto ao castelo, estão ainda bem identificáveis os restos de um castro<sup>137</sup>.

O General João de Almeida disse ter havido um castro, da Idade do Ferro, no lugar onde ainda hoje se eleva o Castelo Medieval de Belmonte e, no mesmo local, se teria edificado uma fortaleza, já no domínio romano<sup>138</sup>.

Há autores que acusam este general de ver castros por todo o lado. Não os terá visto todos. Não terá visto, pelo menos, no lado oposto do monte, aquele que a gente de Belmonte chama de *Castelo da Serra*, porque, como ficou dito...

Há um castro da Idade do Bronze, no lado oposto ao castelo medieval

Deste não se conseguiu a classificação pretendida em 1986, mas provocou-se indirectamente a visita da Profª. Doutora Raquel Vilaça que, mantendo as reservas de cientista para depois de estudo sistemático e que pretende orientar, o situou na Idade do Bronze, apenas pela observação dos sinais e materiais à vista e identificáveis. Dentre este sinais tem maior destaque a parte da muralha ainda possível de assinalar, que, com alguma originalidade, é composta de pedras e terra compactada na maior parte que rodeia o núcleo central, e por pedras sobrepostas, sobretudo quando a muralha se liga a rochas que, naturalmente, completam uma defesa construída.

### **Castelo de Belmonte 1992/95 - escavar que mistérios?**

No lugar do Castelo de Belmonte foram feitas escavações arqueológicas, de 1992 a 1995, da responsabilidade do IPPAR e orientadas pelo Arqueólogo da Câmara, Dr. António Augusto da Cunha Marques, que muitas vezes citarei, no que refere no Relatório de 1992 e no “Relatório de Escavações Arqueológicas no Castelo de Belmonte, 1994”, o último apresentado até ao momento em que escrevo, e existente na Câmara Municipal de Belmonte.

As várias destruições, reconstruções, e adaptações através dos tempos misturaram as camadas estratigráficas de tal modo que as conclusões não puderam por vezes ser tão claras e distintas como se desejava.

Ainda ficaram algumas zonas possíveis de exploração arqueológica que não foram continuadas por não estarem incluídas no plano das três fases de acção e objectivos de 1992-1995.

Poderá ser que, nestes depósitos não escavados, e se não tiveram sido removidos mesmo para fora do castelo, ainda possa estar enterrada a hipótese que a tradição e alusões dão de povoamento anterior pré-histórico, em complemento com o castro do lado oposto dos Montes Crestados.

Para já, como conclusão dos arqueólogos responsáveis pelas escavações, encontraram-se testemunhos romanos, mas não capazes de sustentar a tese de um povoamento ou uma defesa construída antes dos romanos. As estratificações resultantes de escavações sucessivas e desordenadas que através dos tempos misturaram e baralharam a história baralharam ainda mais as hipóteses anteriores.

Resistiu ainda algum mistério?

### **Houve, pelo menos, castro ou povoado romano?**

Estas remoções de camadas, revolteadas, misturando séculos, civilizações e preocupações são o sinal das volta e reviravoltas da história, do que era a cultura e objectivos de cada época, e da urgência que algumas vezes houve de fazer defesas.

<sup>137</sup> Marques, Manuel; O Castro da Chandeirinha de Belmonte - Proposta para Classificação, Maio 1986.

<sup>138</sup> Almeida, J.; Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses, Vol. I, ed. do Autor, Lisboa, pp. 403 - 406.

São sinal da própria história do castelo onde, numas épocas, o objectivo principal foi, muitas vezes, fazer, refazer depressa, o suficiente para resistir. Outras, foi a preocupação mais cuidada de uma defesa forte e estratégica capaz de resistir melhor. Outras, foi a adaptação da fortaleza a residência e, nisto também, umas vezes com a preocupação mais vincada do prático, outras também com a evidente preocupação da beleza e de mostras de grandeza.

Restou, e até hoje ainda se distinguem, o sentido do forte, do prático, e o da beleza, bem como a funcionalidade da defesa seguida da de habitação.

Alguns autores ao falarem de Belmonte, referem que está situado na "serra de Atalaia", a cerca de 615 metros de altitude.

Entre tantos nomes já referidos para nomear a pequena serra onde Belmonte se situa, aparece mais este topónimo, Serra de Atalaia.

E talvez com razão, Serra de Atalaia, se aqui existia, antes do actual castelo medieval, algum tipo de sistema de defesa ainda que rudimentar e reaproveitada, e mesmo alguma população que se tenha organizado à volta daquela.

Como se diz noutro lugar, os arqueólogos concluíram que houve povoamento no tempo dos romanos.

Certo é também que temos Belmonte desenvolvido à volta do Castelo Medieval.

Disto há algumas provas históricas e as arqueológicas não desmentem, e a designação da igreja, paróquia e povoação de Belmonte, antes de se fixar esta toponímia, era Castro de Belmonte e Castelo de Belmonte, como ficou dito.

### **Castro de Belmonte e o Livro Preto**

Talvez por isso, o foral de Belmonte nunca teve realização efectiva enquanto foi passado com centro em Centum Cellas (1188 e 1194).

Centum Cellas não oferecia estratégia de defesa para o tempo. Belmonte, sim. Talvez por isso, o foral de 1199, teve imediatamente consequências efectivas, o que não tinham logrado tentativas de forais anteriores.

Vem a propósito referir que, cerca de 1986, quando se fez a terraplanagem para o Bairro do pinhal do Carrola, a Norte de Belmonte, e ao lado esquerdo do Caminho que, da estrada actual, seguia mais directo para o Colmeal, se encontraram os alicerces com elevação de meio metro a um metro, mais ou menos, de granito bem aparelhado.

Quando me chamaram para ver o achado foi para darem conta do que tinham destruído, e fizeram-no depressa, que quase nada já restava. Só pude ver que seria uma construção entre quadrangular e rectangular pouco acentuada, e que à volta e no arrastamento das cantarias, tinha ficado abundante quantidade de cerâmica inequivocamente romana e de construção.

Mais nada pude observar, e nada já havia a deter.

Era uma época em que a Presidência da Câmara precisava de mostrar obra feita, ao menos a terraplanagem, e as ordens eram determinantes. Não era uma possível atalaia ou base de plinto de Templo Romano que podiam impedir as prioridades de então: apresentar obra feita, visível, grossa.

Voltando ao que se conhece do relatório das escavações do castelo medieval, não se pôde provar, ali e nas escavações realizadas, o povoamento em tempos anteriores à ocupação romana. Mas esta provou-se. A menos que os poucos elementos do espólio arqueológico encontrados no castelo, os venham a atribuir a transporte de outros locais para ali.

Mesmo os testemunhos desta ocupação foram encontrados de mistura com testemunhos de ocupação mais recente, em camadas normalmente revolteadas e acumuladas.

Mesmo nesta confusão de testemunhos de épocas diferentes, há alguma distinção, ou se quisermos, as épocas mais próximas são testemunhadas por elementos de construção e de habitação mais próximos também dessas épocas.

Poderá perguntar-se se a construção medieval terá aproveitado alguma parte da construção romana ou outra que se provou arqueologicamente ter existido?

- Parece que não, porque, os testemunhos de restos de muro ou muralha anteriores aos actuais e encontrados junto de testemunhos de Épocas Romanas e da Baixa Idade Média, encontravam-se atravessados e debaixo das actuais muralhas.

## **Castelo de Mouros? Ou um Castelo cercado de Mouros e de lendas?**

O Castelo, diz Baptista Lima, remonta aos árabes<sup>139</sup>. De ligação do castelo ao árabe é a informação que se conhece.

Depois o que se conta são histórias que o povo atribui normalmente aos mouros e que, mesmo no tempo de mouros, quase sempre se vai ligando também aos Cabrais, omitindo castelhanos os leoneses. Para o povo, o inimigo eram os mouros e os alcaide eram os Cabrais. Na tradição e na lenda normalmente não cabem nem sequer os bispos senhores de Belmonte.

É o caso da lenda do alcaide que, tendo sido cercado pelos mouros, resistiu heroicamente.

O inimigo conseguiu apoderar-se-lhe de um filho. Levou este até à frente do castelo e disse ao alcaide: - Ou te rendes ou o teu filho é morto aqui, à tua frente.

O alcaide preferiu não se render. Então os mouros, à sua vista, esmagaram o filho numa prensa. Mas o castelo continuou a resistir.

É a lenda que conta que, vendo-se o alcaide de Belmonte cercado e prestes a render-se pela fome, mandou esquartejar quatro cabras e lançá-las ao inimigo. Esta, uns atribuem-na a um Cabral e outros a um fidalgo fugido a D. Henrique Trantâmara, e que defendeu o castelo até o entregar a D. Fernando de Portugal.

Do ardil de ter lançado as cabras ao inimigo e assim se ver livre do cerco, tomou o nome de Cabral e foi o primeiro do nome.

Outros ainda interpretam a mesma lenda de outras maneiras e atribuindo as acções a diferentes personagens.

Enfim, embora o que se conta dos mouros ser só com sabor a lenda, convém lembrar desde já que a parte mais antiga da vila de Belmonte, tem semelhanças com a estrutura de bairros árabes. Embora já modificados, ainda são visíveis três largos com sinais de antigas ligações estreitas com as ruas que os bordejam. As ruas mais antigas da vila chamavam-se, ainda nos princípios do século XIX, Rua de Marrocos e Rua Direita de Marrocos. Hoje chamam-se respectivamente Rua da Fonte da Rosa e Rua Direita.

O povo, quando quer referir a parte mais antiga e de casas mais pobres, diz às vezes e com um certo desprezo: - Lá para Marrocos... Tu és lá de Marrocos!...

Algumas vezes usa a expressão para aludir ao lugar onde habitavam judeus. E é aqui que se tem situado a antiga judiaria. A ideia de mouraria desfez-se perante a singularidade da comunidade judaica de Belmonte cujos membros sempre foram e são conhecidos de Belmonte e que, em boa parte, ainda aí vivia no século XX.

Mas o nome de Marrocos, Rua de Marrocos e Rua Direita de Marrocos são topónimos já constantes do Tombo da Comenda de Santa Maria (1615) e ainda escritos nos Livros da Câmara dos fins do século XVIII e princípios de do século XIX, além de, como disse ainda hoje algumas referências serem vulgares em Belmonte, sobretudo na gente que vive nessa zona. Isto além de da configuração urbana, embora muito transtornada, oferecer pequenos largos ou pequenos espaços (bairros é palavra grande demais), com alguns acessos bem estreitos, e características de bairros mouros.

É natural que os árabes tenham destruído como é natural que tenham construído ou reconstruído.

Tem sido difícil conseguir, até hoje, identificar completamente a intervenção dos árabes na maior parte da população, embora as marcas da sua civilização sejam bem fortes.

Mas convém não esquecer que, aqui, os mouros deveriam ter muita importância a quando da criação do concelho, pelas referências que lhes são feitas, mais que aos judeus que tanta evidência viriam a ter nesta vila. Estes, expressamente, só são referidos numa lei comum a outros, (afora o que deles já era dito no foral da Covilhã).

"Damos e concedemos o foro da Covilhã a todos, presentes ou futuros que queiram habitar nela"(vila de Belmonte).

"Por mouro que se vender no mercado, um soldo".

"Por mouro que se liberte, a décima".

"De mouro que dividir lucro com o seu senhor, a décima".

"Atestamos e afirmamos de uma vez para sempre que todo aquele que penhorar mercadores ou

<sup>139</sup> Lima; 1932, pp. 319 - 321. Cit Marques, António Augusto, id, Rel, 1992, p.4

viajantes, cristãos, judeus, ou mouros, a não serem fiadores ou devedores - pague ao Bispo sessenta soldos, e restitua ao dono o dobro do que apreendeu. Além disso pague cem morabitinos de multa por infringir a imunidade, sendo metade para o Bispo e metade para o concelho".

### **Povoamento e Castelo Medievais e as transformações sofridas**

A Arqueologia encontrou testemunhos de civilização romana no lugar do Castelo Medieval. Se não pudesse concluir só por estes sinais que este lugar foi povoado no tempo dos romanos e da Baixa Idade Média, creio que, por razões diferentes da arqueologia, poderá vir a concluir-se que houve algum sistema de defesa anterior ao actual e até algum tipo de povoamento.

Disto há alguma corroboração histórica, além do estabelecimento da sede do concelho neste local.

Além do sistema de defesa centrado na cidadela ainda existente, houve muito cedo povoamento fora deste núcleo e antes da forma que o castelo tomou com a autorização dada ao Senhor e Bispo de Coimbra, D. Egas Fafes, (1266 ou 1258) por D. Afonso III.

O documento, que definitivamente resolveu a questão da posse das Igrejas de Belmonte a favor do bispo da Guarda e manteve a posse do Senhorio e Castelo (a que por duas vezes chama Castro de Belmonte) a favor do Bispo de Coimbra, é de 28 de Fevereiro de 1256.

Este documento refere outros anteriores apresentados por ambos os Bispos e sobre os quais o de 1256 emite a decisão final, e de modo firme como digo noutro lugar.

Estas autênticas guerras misturadas de excomuniões vinham já de 1202-1203. Um dos palcos de lutas onde se provocou a primeira destas excomuniões foi a Igreja de São Tiago de Belmonte. Esta Igreja é dita *intra-muros* noutros documentos.

E as razões que o Bispo de Coimbra invocava para defender a posse desta e das igrejas de Belmonte eram sobretudo as de que as possuía já há mais de trinta anos !

O senhorio temporal da herdade de Centum Cellas, que abrangia Belmonte e muito mais, foi dado aos Bispos e Sé de Coimbra, em Tomar, a 5 de Maio de 1186, com outras igrejas e bens no termo da Covilhã. Isto foi uma confirmação. Na verdade eles já as possuíam.

Há pelo menos um documento em que o Bispo de Coimbra compra uma casa no castelo Belmonte. E, se ele era Senhor das terras de Belmonte, e do castelo, haveria casas para comprar fora do núcleo do castelo, e, portanto, essas casas poderiam ser dentro da cerca que envolvia castelo e povoado. A própria Paróquia Medieval, como sabemos, se designou como do Castro ou Castelo de Belmonte.

Existia algo que se chamasse castelo ou castro, existia algo com casas fora do castelo que poderia chamar-se ou ter-se como povoado. Por mais de uma razão foi possível organizar o concelho em Belmonte, o que não fora possível à volta de Centum Cellas, embora também aqui se tenha como provada a existência de população na Idade Média.

Onde, no castelo, as escavações feitas deram mais informações foi em lugares de nível mais baixo e maior profundidade, para onde se removiam entulhos de construções, incêndios, destruições anteriores às que, em cada sucessão de épocas, se iam fazendo.

Assim acontece que as camadas contêm muitas vezes elementos de épocas diversas. Por vezes esses elementos, embora de épocas diversas, são de épocas seguidas ou próximas. Algumas das informações dão para situar a habitação em épocas determinadas, outras apenas podem dizer-nos que houve épocas em que este espaço teve uso, mas sem se poderem determinar, e menos circunscrever, os sítios exactos, o tipo e a importância da funcionalidade.

O certo é que, juntamente com camadas de entulhos bastante finas, encontram-se sinais de utilização na Baixa Idade Média e no tempo dos romanos.

E falamos apenas de escavações feitas dentro ou mesmo pegadas à Porta Norte do castelo, porque não foram feitas outras fora daqui.

Com as escavações feitas e com as referências ao Castro de Belmonte no documento do Papa Alexandre IV para acabar com as guerras entre os Bispos, será possível interpretar como existindo mesmo um castelo, ainda que mais rudimentar, antes ainda do foral definitivo de Belmonte, 1199.

Quando se sabe que a D. Egas Fafes é dada autorização (ou ordem) para construir uma torre, com a necessidade de reforçar a defesa ligava-se a possibilidade de ter havido lutas e destruição.

Não é facto que seja desmentido pelas escavações arqueológicas.

Pode datar desta época não só a construção da Torre de Menagem, por isso mesmo chamada Torre de D. Egas Fafes, como a de torreões à volta da porta Norte e outro junto à Porta Sul, simétrico da Torre de Menagem, mas menos alto. (Fotos nº 32, 33 e 33A)



Foto 32 - Castelo de Belmonte. Escavações junto à porta norte, revelaram anteriores estruturas. Estas serão as de um torreão de defesa ou de sistema de defesa anterior ao Castelo. Notar os silhares existentes



Foto 33 - Castelo de Belmonte. Simais de escavações junto à porta norte e de alicerces de outras muralhas



Foto 33A - Alicerces cavados na rocha, junto à janela manuelina

Do mesmo modo, em Braga, a 25 de Novembro de 1387, D. Martinho pede vinte homiziados para substituir as vagas dos que tinham morrido na defesa do castelo. Não se precisava do reforço histórico da arqueologia. Mas este dá mais força.

Com efeito, junto à porta Norte, além de estruturas de um torreão, e numa das camadas de entulho junto à cisterna, encontraram-se cerâmicas dos séculos XIII - XIV.

Pode, sim, pensar-se que a construção presente que aboliu e enfraqueceu a defesa da porta Norte será do final do século XIV ou até do século XV. Mas quais eram, então, os baluartes que, no século XVIII (1751), tinham ainda bastante altura, num castelo todo fortificado, embora com sinais de ruína?<sup>140</sup>.

Um ou até dois dos baluartes podiam ser à volta da porta Norte. O assento de um foi objecto das escavações feitas, não assim o simétrico possível.

Outro Torreão podia estar, junto à Porta Sul, do lado contrário à Torre de Menagem.

<sup>140</sup> P.e Luiz Cardoso; pp. 142 - 144.

## **A Cerca de Belmonte**

Há testemunhos, não só orais e embora poucos, de que tenha havido esta cerca.

É recente a tradição de que as pedras foram retiradas para fazer calçadas, muros, e casas. Mas, sem atender a esta tradição, vamos, pelos testemunhos ainda existentes, tentar um possível traçado da muralha ou cerca.

Do lado Sul e Nascente, ainda hoje, a defesa é quase natural aproveitando o desnível que, atrás da Rua da Fonte da Rosa (antiga Rua de Marrocos), é quase continuamente abrupto.

Entre esta rua e o castelo, na sequência da estrada medieval que está enterrada junto aos Chafarizes do Areal e a rampa do Castelo, poderia estar uma porta. Mas não temos referência a ela.

Daqui, a defesa poderia aproveitar também o desnível natural que se nota ainda nos elevados batoréis que aí existem.

Depois, passaria mais ou menos à frente do Cemitério Velho, e a Igreja de Santa Maria de Belmonte, ficaria extra-muros, como é nomeada em documentos ainda no século XVI (1567, por exemplo, começo dos livros de registos paroquiais).

Passaria ao cimo da Rua da Corredoura, aproveitando até parte destes muros. Nada nos diz que houvesse aqui uma porta que fosse dar ao núcleo do castelo.

Daqui, incluindo a Igreja de São Tiago, iria à torre que foi centro dos Paços do Concelho, até meados deste século, hoje Torre do Relógio, na Praça Velha.

Estavam aqui as Portas da Vila, perto ou mesmo encostadas a este torreão da velha muralha. Documentos do século XVII referem que, nas portas da vila, estava pedra de armas com a prensa. Sabemos que esta prensa dominou toda a vila, dentro e fora da Igreja, e que há pedras agora soltas com a mesma prensa, actualmente arrumadas à entrada do Castelo.

Sabemos também como esta empresa de armas do Corregedor de Beira e Riba-Côa e 1º Alcaide-Mor de Belmonte assim como a sua autoridade, dominaram sempre Belmonte, e até no Pelourinho estão gravadas. De resto, embora Belmonte se dissesse de el-rei nosso senhor, o nosso senhor mais perto e de facto era Fernão Cabral (e naturalmente outros Cabrais porque o mesmo se afirma em documento passado nas inquirições feitas na Meimoa, sendo Alcaide-Mor nessa altura João Fernandes Cabral).

Alguns autores afirmaram mesmo que as armas da vila eram uma prensa, em jeito de esmagar uma criança. Referências como esta encontram-se em 1645, contadas por Francisco Coelho Mendes - (Hoje sabemos que as mais antigas armas, conhecidas como da vila de Belmonte, eram uma oliveira entre dois montes).

Na antiga Câmara as pedras onde estiveram as armas da vila distinguem-se de toda a construção. Encima uma delas uma data do século XVIII, que assinala obras de acrescento a outras de testemunhos quinhentistas. Estão precisamente de um e outro lado da torre ou torreão.

“Em 28/10/1855, o presidente da Câmara de Belmonte, José Soares Cardoso, respondendo a ofício da Câmara de Lisboa, informa que o braço da vila foi mandado riscar a pingo “pelo juiz de fora, Severino António da Silva Geraldês, por ordem de Junot, o que revela a resistência oferecida”<sup>141</sup>. Foram tão bem picadas que não se reconhece o que aí esteve esculpido.

Daqui, do torreão e Portas da Vila, a muralha seguia até ao que ainda se chama Mirante, o ponto mais alto da vila juntamente com o Castelo, e que completa a vista e vigilância deste para Poente e Sudoeste.

Se alguns dão a data de 1258 como a da primeira referência conhecido sobre o Castelo de Belmonte, e dizem que estas obras só terão sido feitas, (melhor se diria acabadas), no tempo de D. Dinis, referir-se-ão a obras deste tempo, e não à sua construção de raiz.

Nesta data, este castelo era um castelo de fronteira, fronteira movediça e facilmente penetrável, com frequentes recuos e avanços. Era preciso ser reforçado.

Só o Tratado de Alcanizes (1297) daria um pouco mais de tranquilidade a estas terras, que tiveram entre elas e a fronteira algum território com fortalezas que passaram a ser de primeira linha.

No povo de Belmonte, há a tradição que os Cabrais tiveram outras casas, e referem duas: da Rua da Fonte da Rosa, antiga Rua de Marrocos, e a da Quinta da Fonte Seca, perto e Sul do Castelo.

<sup>141</sup> Tavares, Joaquim; e Marques Manuel; Op. Cit.; p. 6



Nada vai contra o que está historiado podiam ser duas das muitas possessões dos Cabrais.

Cada vez está menos verificado que tenha vivido em Viseu, apesar de aí ter herdado o que era de seu pai. E se algum aí viveu, pelo menos temporariamente, como pode ter acontecido com Fernando Álvares Cabral, isso foi enquanto não assumiram a alcaidaria.

### **Luís Álvares Cabral**

Há a possibilidade de ter sido criado em Belmonte, com sua tia que o fez herdeiro e morgado.

Depois de nomeado alcaide, (1397 ou 98) segundo a lei, teve de aí viver.

Seu filho Fernão Álvares Cabral, pode ter vivido nas terras de Viseu entre 1428 e 1432.

Casou com uma Freire de Andrade, filha do Mestre de Cristo que educou D. João, o futuro Mestre de Avis para quem pediu o este Mestrado a D. Fernando. Esta Freire de Andrade era filha ilegítima, (claro!), e viúva do Senhor da Casa de Melo.

Mas, Fernando Álvares Cabral tendo morrido novo e honradamente, junto, ou no cerco de Tânger, para defender o Infante D. Henrique seu senhor e amigo de criação, onde é que poderia ter vivido sua mulher agora viúva e seu filho menor que lhe sucederia? Aí, onde outro fidalgo, da confiança da família e de el-rei, exerceu a alcaidaria, como mandavam as leis. Aí, no castelo, podia começar a escola para, chegada a idade para isso, ser bom alcaide como demonstrou. Felizmente, e por mercê de el-rei foi para Corte onde começou a distinguir-se. Mas seria a sua personalidade que fez dele a maior figura destas terras no seu tempo.

Apesar de o normal é ler-se que os Cabrais não eram da melhor nobreza, acentua-se que casavam com gente mais categorizada que eles e que, quanto a casamentos foi assim que aumentaram a riqueza. É melhor deixar isso e estudar simplesmente os Cabrais, a começar por Pedro Álvares Cabral. Chega a parecer o maior homem da história de Portugal, se atendermos à repercussão do achamento do Brasil.

Acabadas as guerras, com a continuação da paz, nem os alcaides sentiam necessidade de viver dentro do Castelo e os defender como seu principal dever, nem as populações sentiam a necessidade de alcaides, sobretudo quando eles deixavam os castelos e se iam instalar em vilas e lugares a morar, deixando a guarda e levando suas gentes, e mandando as gentes dos lugares a defendê-los.

Nas Cortes de 1391, em Évora D. João I condena esta situação, mas ressalva os que tenham privilégios em contrário

Em 1446 em Lisboa, e em 1451 em Santarém, pedem ao rei que o alcaide-mor não esteja tanto tempo onde têm tal poder, especialmente os que têm noutros lugares terras e rendas de que possam viver.

O Rei responde que os fidalgos lhe prestaram menagem, não há razão para os proibir de morar nos castelos, e se algum fizer o que não deve, ele fará que cumpram o que é de direito.

Continuavam a só poder sair do castelo quando não houvesse perigo de este se perder, têm de deixar em seu lugar por alcaide um fidalgo (*direito de pai e mãe*) que nunca tenha feito traição ou agravo.

Nem pensar, portanto, que os alcaides vivessem fora do castelo. Quanto a donatários que nomeavam alcaides onde nunca os houvera, o Rei diz que só onde há ou já houve castelos de menagem.

Esta lei havia de continuar, quer agradasse ou não aos povos e seus representantes reclamassem.

As Ordenações Manuelinas e Filipinas repetem e até acrescentam obrigações. Entre estas está que os comandantes dos castelos têm a obrigação de ter sempre em condições os aposentos para residência do Alcaide-Mor<sup>142</sup>.

E em Belmonte, apesar de pertencer a D. Fernando Duque de Viseu e irmão do rei, herdeiro universal de D. Henrique, foi el-rei que fez Fernão Cabral alcaide como já tinha sido de seu pai, avô, e bisavô, dignidade que D. Afonso V, em 20 de setembro de 1466, reforça com a de Alcaide-Mor, a título hereditário, com todas as rendas e direito próprios do mesmo castelo, reservando as sisas.

É o mesmo Afonso V que dá a Fernão Cabral, o direito de fazer do Castelo de Belmonte uso e propriedade sua. E este a fez, e habitou com sua numerosa família.

<sup>142</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; op. Cit., LXXIV e LXXV.

Os factos estão documentados. Aqui se realizaram escrituras, actos solenes, testamentos da família, a partir desta concessão e das obras feitas para residência no Castelo, durante quarenta anos à volta de 1500 e muito depois. De alguns destes actos há referências directas, outras vezes indirectas. E, partir da existência dos Livros paroquiais nas Igrejas de Belmonte, começa a parecer referência a actos religiosos em que intervieram os Senhores da Casa de Belmonte, como residentes em sua Casa *intra-muros*, ou como alcaides, ou simplesmente o nome dos intervenientes com a indicação “da Casa de Belmonte”.

Estas referências são mais vastas quando começam os livros de São Tiago, à qual pertencia precisamente a residência do Castelo.

Sampaio<sup>143</sup>, antes de qualquer escavação e pelo que se via das ruínas da residência no Castelo, fez desta um levantamento que veio a ser confirmado na maior parte pelas escavações realizadas a partir de 1992, e conhecidas até hoje<sup>144</sup>.

Aí, fez a mãe de Pedro Álvares Cabral testamento em 1483 e seu marido em 1492; aí, terá morrido este em 1493.

Aí, e só ano e meio depois, em 6 de Maio de 1494, os filhos, todos, incluindo Pedro Álvares Cabral de quem todos estiveram à espera, fizeram amigável escritura de partilhas, perante o tabelião da vila.

Sabe-se da partilha feita pela posse que depois cada um teve dos bens herdados: A Pedro Álvares Cabral e a mais quatro, couberam bens vindos da parte dos Gouveias. A uma outra e ao maior lúdimo, bens dos Cabrais. Este pôde ficar com uma herança grande e grandemente acrescentada pelo pai, além dos benefícios e honras obtidos de el-rei e hereditários.

Há quem justifique que este atraso em fazer testamento, se deve ao facto de Pedro Álvares Cabral estar fora do reino, em missão de el-rei a quando da morte do pai.

Há indícios de valor que os portugueses conheciam a costa do Ocidente do mar oceano depois de uma expedição feita em 1493, atribuída a Pedro Álvares Cabral, e esta veio a ser razão por que viria a ser escolhido para capitanear a armada que descobriria oficialmente o futuro Brasil.

Todos os documentos de Fernão Cabral, de sua mulher e filhos em quarenta anos à volta de 1500<sup>145</sup>, naturalmente aí viveram pelo menos estes, aí lhes nasceram seus filhos, e criaram onze. (Anexo nº 9)

O resto é forçar, até que outros documentos apareçam e reponham uma verdade diferente desta e da tradição da gente de Belmonte<sup>146</sup>.

A esta, pode não lhe interessar nada mais, mas o nascimento «do Pedro» noutra lugar era abalar a sua identidade cultural. (Anexo nº 12)

## **As Escavações Feitas**

### **O Oratório do Castelo**

Pelo conhecimento até agora das escavações feitas no Castelo, não há notícia da existência, aqui, de um Oratório particular.

Mas há referências históricas.

Em 1655, o casamento de D. Margarida Antónia de Meneses, filha do Alcaide-Mor Pedro Álvares Cabral com Rui de Figueiredo Alarcão senhor de Ota.

Este Oratório podia ser na Sala da Janela Manuelina geminada, que ainda tem, no interior e ao lado, uma consola.

Com o que se conhece de janelas semelhante e também de outros castelos, pelo que resta da janela e pelos sinais ainda visíveis de assentos de grades de ferro, se poderia reconstituir o que foi essa quando envidraçada ou mesmo com vitrais, encaixilhados em estrutura metálica.

<sup>143</sup> Id.; Id.; LXXV, LXXVI, nº 181.

<sup>144</sup> Marques, António Augusto, Relatório das Escavações no Castelo de Belmonte, 1994.

<sup>145</sup> Sampaio, Luiz de Mello Vaz; op. Cit., nº 153.

<sup>146</sup> Jornal do Fundão – polémica, ver anexo.

### **A adaptação de residência mais recente. Séc. XVII ou depois?**

A parte de adaptação a residência mais recente, ainda coberta a telha e de paredes caiadas de branco, por fotos deste século, tem sido datada de fins do século XVIII ou princípios do século XIX, tem sido atribuída ao que foi 1º Conde de Belmonte. Isto é contestado por autores e até pelos brasões exibidos.

A L. Sampayo parece ter sido mandada edificar pelo mesmo Francisco Cabral, que fez o Panteão dos Cabrais em 1630, e que, com preparação universitária diferente dos guerreiros e navegadores Cabrais, terá vivido pacatamente em Belmonte, em que tomou parte na vida social, como consta dos livros das paróquias, sobretudo da de São Tiago(1635) a que pertencia o castelo residencial. Esta parte da residência dataria, portanto, do século XVII, o que, segundo o mesmo Historiador, estaria de acordo com o estilo da época com o carácter deste alcaide.

Para melhor demonstrar o seu enquadramento na vida da sua vila, refiro também o livro da Igreja de São Tiago que frequentemente o apresenta como “*senhor desta caza e Alcaide-Mor desta vila*”, outras com apenas um destes títulos. Pode ter morrido em 1653.

Em 1654, 12 de Agosto, é João Rodrigues Cabral que é padrinho de um baptizado, e a quem nos livros chamam, incorrectamente “*senhor desta vila*”. Chamam-no assim, quando ele, como fidalgo e futuro sucessor apenas substituía seu pai.

Seu pai, Pedro Álvares Cabral I, e primeiro com o nome do Navegador na sucessão da Alcaidaria-Mor, obtivera de D. João IV cartas para fazer, como capitão-mor, uma viagem à China (3/9/1653), substituída por duas viagens a Goa e a Moçambique (14/1/1665). Mais um lembrado pelo rei. Antes de suceder na alcaidaria e senhorio de Belmonte viveu em Penamacor de que foi governador, onde casara com uma Meneses, descendente do Conde Buquoy.

Ainda nalguma destas viagens, pode não ter assistido ao casamento de sua filha D. Margarida Antónia de Meneses com Rui de Figueiredo Alarcão, Senhor da Ota, que passou procuração não ao pai da noiva mas ao filho, João Rodrigues Cabral. O Casamento foi feito no Oratório do Castelo de Belmonte, em 6 de Junho de 1655. Por falta na descendência varonil, aos descendentes destes viriam a caber os sete morgadios, entre eles, os de Belmonte.

Pedro Álvares Cabral I pode, porém, ter morrido antes que D. João IV, em 2 de Março 1656, mandasse passar cartas de confirmação dos direitos do pai a João Fernandes Cabral.

De notar que depois desta carta são passados alvarás que confirmam anteriores bens da Coroa como pertencentes à família até D. Fernão Cabral IV.

Para a não prestação de vassalagem aos Filipes, por parte Francisco Cabral, ele gozou de todos os direitos, antes e depois da Restauração, mesmo sem pedir confirmação. Pedro Álvares Cabral I, seu irmão que lhe sucedeu, em 1642, D. João IV confirmou-o como leal vassalo, em Penamacor, antes de ser alcaide e por isso antes de vir para Belmonte. Mas também não pediu a confirmação das regalias que usufruiu em Belmonte. Diz-se que andaria nos mares da Índia. É mais um... para quem não quer admitir que os Cabrais estavam isentos de prestar vassalagem.

Seu primogénito que o substituiu, João Rodrigues Cabral II, ficou solteiro, deixou uma filha ilegítima, como provam os livros da paróquia, onde o seu nome e de seus criados é frequente, assim como o do seu Capelão particular Manuel Roberto; chegou a estar prisioneiro em Espanha. Fez testamento em Belmonte e está sepultado no Panteão.

Sucedeu-lhe Fernão Cabral V, irmão do anterior e filho segundo de Pedro Álvares Cabral I, bateu-se nas Guerras da Restauração, como Mestre de Campo. Combateu os espanhóis em Zarza la Mayor, Aldeia do Bispo, e Ferreira, e veio a falecer em Pernambuco como Governador. (1688).

Este foi 15º donatário de Azurara, 16º senhor da Casa de Belmonte, e 12º alcaide deste castelo - tudo confirmado - por cartas de 1670 e confirmação (do Regente) de 1669.

Terá sido o 1º alcaide a exercer cargos fora de Belmonte, e logo no Brasil.

Sucedeu o filho mais velho, Pedro Álvares Cabral II, que combateu na armada contra os turcos (1716), aí se distinguiu, militar distinto, atingiu o posto de Brigadeiro.

Agora já o Brasil começa a ser fonte de bens, e honras.

É nomeado Governador de São Paulo em 1721. Não chega a tomar posse. Parece ser dele que dizem que não aceitou o cargo porque quiseram que ele prestasse menagem e ele invocou que era Cabral, e como Cabral, estava dispensado.

Um dos que não quer admitir a isenção de vassalagem dos Cabrais diz que não tomou posse do cargo no Brasil porque, entretanto, é nomeado Embaixador de Portugal em Madrid. O certo é que não tomou posse mesmo, e só foi nomeado embaixador em Madrid nove anos depois... Nove anos foi o que durou este “entretanto”. Pode ler-se a luta jurídica no anexo nº 3

Casou com D. Catarina de Bourbon, mas não teve descendência.

### **Visita ao Castelo**

Foi a fortaleza medieval dos bispos de Coimbra, centro do seu senhorio e poder temporal que daqui se avistava só em parte até para lá de Sortelha.

Mesmo envolvidos em lutas com os bispos da Guarda e com o papa, os de Coimbra foram comprando, povoando, aforando e aprazando cada vez mais terras. Nisto se distinguiram sobretudo D. Tibúrcio e D. Egas Fafes.

Em 1256, o papa Alexandre IV dá a sentença definitiva. Os bispos da Guarda ficam com as igrejas de Belmonte, Olas de Godim, Enguias e outras, e os bispos de Coimbra ficam, “de perpétuo direito e propriedade”, com as possessões laicais destes lugares que tinham sido sequestrados pelo próprio papa e o senhorio de outros que não chegaram a ser sequestrados mas de que fala em todos os libelos do processo. Era um senhorio grande, povoado sistematicamente, pela sé de Coimbra

Só em 1266 D. Afonso III concede ao bispo D. Egas Fafes autorização para construir uma torre de defesa.

Imponente, era uma força dentro do reino.

Ainda hoje se lhe chama Torre de Egas Fafes. Dentre as muitas e variadas siglas gravadas nos silhares da parte medieval, a de um báculo multiplica-se e toma-se, algumas vezes e por si, uma pequena obra de arte.

Parte da muralha ainda hoje existente assenta sobre outras estruturas que foram rejeitadas, segundo técnicas, necessidades e urgência dos tempos, sobretudo se a guerra apertava de novo e se a defesa tinha brechas.

Foram encontrados testemunhos de presença romana. Destes encontraram-se mesmo alguns silhares semelhantes aos da Torre e Villa Roma de Centum Cellas. O arqueólogo Dr. António Marques pensa que todos os testemunhos desta época não devem levar à conclusão de que aqui houve castro ou baluarte romanizado ou do tempo dos romanos.

Percorrendo, desde nordeste, toda a parede norte até à torre de menagem, pelo exterior, encontramos sulcos cavados na rocha que marcam anteriores ou sucessivas traças da muralha da cidadela.

Desde D. Fernando, conhece-se o direito que Belmonte teve de pedir vinte homiziados. Tem-se conhecimento histórico de, por quatro vezes, terem sido pedidos vinte destes condenados para substituir, na defesa e no tratamento das terras, os mortos na guerra.

Igualmente se distinguem, pelos materiais e pela arquitectura, as partes medievais, as reconstruídas, e as resultantes da adaptação do castelo a residência.

Já desde D. João I que os alcaides eram obrigados a residir no castelo. Também se determina que os comandantes dos castelos têm também obrigação de reparar todo o aposento para a vivenda do alcaide mor<sup>147</sup>. Estas ordens continuam a ser repetidas no tempo de D. Afonso V, D. Manuel, e até de Filipe I. Assim fora no tempo dos Cabrais.

Fernão Cabral I - O castelo de Belmonte passa a solar-residência dos Cabrais e centro de grande organização administrativa, política, e judicial.

O castelo de Belmonte, ainda no início do século XV, era considerado como devendo ser destinado essencialmente a defesa.

D. Afonso V, porém, entendeu que perdera a importância estratégica e serviria sobretudo para residência de Fernão Cabral I que, já em 1462 se conta entre os moradores da Casa deste rei, como cavaleiro fidalgo e com 28.800 réis brancos por ano. Em 1464 manda dar-lhe outro tanto de tença<sup>148</sup>.

Em 20 de Setembro de 1466, de Évora, aumenta muito mais os favores de Fernão Cabral I e

<sup>147</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; op. cit. nº 179; Ord. M. II, (XLIVII), nº 227.

<sup>148</sup> Id.; Id.; nº 53.

seus sucessores pois manda escrever: "(...) temos por bem e lhe damos o nosso concelho de Belmonte, de juro e herdade, para si e para todos os que dele descenderem por linha direita, varões lídimos, que hajam o dito castelo e alcaidaria dele, assim e tão cumpridamente como o dito Fernão Cabral até agora o teve, e como o tiveram Fernão Álvares Cabral seu pai e Luís Álvares Cabral seu avô, com todas as rendas e direitos ao dito castelo apropriados(...) E porém mandamos aos juizes, oficiais, e homens bons da dita vila(...) que hajam o dito Fernão Cabral por Alcaide-Mor do dito castelo(...)"

E a este 1º alcaide mor de Belmonte, como para seus legítimos sucessores, para que ficasse bem claro, o mesmo rei concede "todas as rendas, foros e direitos que a Coroa possuía nessa vila, reservando para si apenas a sisa"<sup>149</sup>.

Fernão Cabral, já desde 1451 reunira sucessivamente as coudelarias de Azurara, Moimenta e Belmonte. Em 1469 tinha tanto gado que pediu obteve o privilégio de "poder mandar pastar até vinte éguas nas coutadas e defesas de quaisquer cidades ou vilas"<sup>150</sup>. E logo depois da batalha de Toro, onde Fernão Cabral foi livrar el-rei do cerco que as tropas de Castela lhe tinham imposto, aí mesmo, em 21 de janeiro de 1476, D. Afonso V aumenta ainda os poderes de Cabral. Fá-lo coudel geral de suas terras<sup>151</sup>. Esta regalia era tanto maior quanto mais era odiada pelo povo, mais querida e disputada pelos nobres, e regulamentada pelos reis.

Desde 1464 (2 de Novembro) que era corregedor mor da justiça de el-rei na Beira e Riba Côa<sup>152</sup>. Talvez ainda antes já fazia parte do Conselho Régio.

Mas sobretudo com o cargo de corregedor de el-rei, os poderes que lhe são concedidos são muito grandes, *"mesmo sobre cavaleiros, alcaides e outros poderosos do reino contra quem os simples corregedores nada conseguiam. E debaixo da rotineira expressão confiando nós da bondade e discrição de Fernão Cabral fidalgo da nossa casa, o Soberano subentendia neste caso um perfeito conhecimento da pessoa, e o apreço pelas suas qualidades morais, fidelidade, rectidão, energia, que teria adquirido não propriamente no convívio da Corte, nem mesmo nos campos de batalha no do norte de África, mas sobretudo nas deliberações do seu Conselho"*<sup>153</sup>.

É com palavras destas que el-rei cumulou de cargos e mercês este fiel amigo, e lhas mantém, mesmo com a impopularidade e cumprimento rigoroso do cargo, porque mais confiava em Cabral do que nos que o criticavam, mesmo os de Manteigas e da Guarda.

Mesmo em 22 de Maio e em Agosto de 1476, D. Afonso V mantém Cabral nas funções de corregedor de el-rei. E depois da tença de 23.000 reais brancos, concede-lhe outra maior de 30.000. Isto é feito igualmente com o aumento de razões e elogios de el-rei que diz: *"(...) havendo eu respeito aos muitos serviços que tenho recebidos de Fernão Cabral, fidalgo da minha casa, assim em todas as partes d'África como nos ditos reinos de Castela, onde, depois que neles entrei, sempre continuamente me serviu e despendeu nele (meu serviço) muito da sua fazenda"*<sup>154</sup>.

Em 1471, 24 de Setembro, D. Afonso V couda a serra de Montes Crestados em Belmonte, e, mais uma vez, diz que nomeia para couteiro "o dito Fernão Cabral do nosso conselho e regedor por nós da nossa justiça na Comarca da Beira e Riba Côa"<sup>155</sup>.

Com a reforma da justiça feita por D. João II, o corregedor mor ou Adiantado passou a denominar-se por governador da Casa do Cível. Fernão Cabral foi nomeado, confirmado para este cargo, considerado ainda mais honroso. Foi dele demitido só em 1486, mas com uma tença de 60.000 reais brancos. Continuou no Conselho de el-rei D. João II até à sua morte (1492).

Para resumir o poder económico e político-jurisdicional de Fernão Cabral I, apresentamos esboço de Luís Vaz Sampaio<sup>156</sup>, em que Belmonte se apresenta como centro desse poder.

Dos sete morgadios dos Cabrais, alguns não cabem neste esboço, pois alguns até eram em Lisboa. Os mais rendosos eram os de Belmonte.

<sup>149</sup> Id.; Id.; nº 59.

<sup>150</sup> Id.; Id.; nº 50; Ch. D. A.V, 31, 98; Fr.G.V. I, 370.

<sup>151</sup> Id., id.; Id, 6, 2v.

<sup>152</sup> Sampaio, Luiz de Mello Vaz; op. cit. nº 60; Ch. D. A. V, 8, 43; Fr.G.V., I, 236.

<sup>153</sup> Sampaio, Luiz de Mello Vaz; op. cit.; nº 60, 73; Ch. D. A. V, 8, 43; Fr.G.V., I, 236.

<sup>154</sup> Id., Id.; nº 73; Ch.D. A. V,7, 42v; Fr.G.V.,I, 257.

<sup>155</sup> Id., Id., nº 59; Ch. D. A. V, 16, 144v; Fr. G.V., I, 253.

<sup>156</sup> Id.; Id.; LXXVII.

E só mais uma citação do mesmo historiador: “Se o chefe desta Casa não morasse lá habitualmente, seria estranha coincidência que de lá fossem datados todos os documentos de que temos hoje notícia e que emanaram dele, de sua mulher e de seus filhos nos 40 anos em volta de 1500”<sup>157</sup>. (Anexo nº 8. Árvore III)

Isto para quê? Para lembrar que a tradição de que aqui nasceram os filhos de Fernão Cabral II, sobretudo depois de 1466 é uma tradição cada vez mais confirmada; para ver no actual castelo mais que um testemunho de um centro histórico, uma força grandiosa criada nesta região da Beira Interior, primeiro por bispos aguerridos, depois, por uma dinastia de Cabrais, em que cada um acrescentou um pouco mais pelo esforço, arrojo, técnica e lealdade.

Daqui, Pedro Álvares Cabral, além de um pouco de terra dos avós maternos, nada mais lhe pertenceu. Levou a lição de que era filho segundo, era um Cabral que tinha de começar a sua carreira e a sua casa pela aprendizagem, lealdade e força, ciência e técnica, treino e decisão, arrojo e humanidade.

Castelo de Belmonte - Esta foi a residência dos Cabrais alcaides desde os séculos XIV-XV. Esta foi a sua residência solarenga desde 1466, e por mercê de D. Afonso V, e centro do grande senhorio dos Cabrais. (Anexos nº 8 e 9)

É visto e sabido que estas obras de adaptação a residência dos Cabrais começam onde os silhares da primitiva construção dão lugar a pedras menos trabalhadas e onde a muralha é encimada por janelas rasgadas para norte.

Igualmente as primeiras obras de intervenção de adaptação a residência se distinguem das obras que se lhes seguiram. Estas são marcadas por simples traços de estilo manuelino impostos a uma das primitivas janelas, e, de maneira exuberante, pela janela manuelina geminada, junto da torre de menagem, e em pano de muralha bem distinto desta.

Estas obras de luxo não foram feitas por Fernão Cabral I, rico e sóbrio. Atribuem-se ao seu filho e sucessor na Alcaidaria-Mor, João Fernandes Cabral. Há mesmo quem pense que, se não foram começadas, foram pelo menos acabadas pela sua mulher D. Joana de Castro Coutinho, ou mesmo pelo filho destes, Fernão Cabral II.

A janela manuelina é uma obra de arte invulgar. De ambos os lados arrancam dois colunelos separados, um pelo interior outro pelo exterior da janela. (foto nº 34)

Os interiores acompanham os arcos trilobados que encimam as aberturas terminando em quatro bocetes, dois em cada parte da janela.

Os colunelos exteriores circundam a janela geminada e rematam ao centro de cada uma por um coruchêu maior erguido para o alto. Continuam a cercadura até se encontrarem ao centro das geminadas.

Aqui, o coruchêu é substituído por um nicho que ostenta um escudo com uma fantasia heráldica composta por duas cabras que encimam seis ruelas dos Castros. É um sinal da união de João Fernandes Cabral com D. Joana Coutinho de Castro.

A entrada principal do Castelo foi transformada também, desde Fernão Cabral.

O sistema de defesa foi substituído por janelas panorâmicas, e nem sobre a porta de entrada se mantiveram os mata-cães.

Entrando no castelo por esta porta, passamos debaixo de um terraço feito de grandes lages de granito assente sobre arcos que foram impostos nas paredes da antiga defesa. Todos os arcos são biselados. Este terraço e sobradão ocupa-



Foto 34 - Janela manuelina do Castelo de Belmonte. É uma janela geminada, atribuída a João Fernandes Cabral (séc. XV-XVI)

<sup>157</sup> Id., Id., nº183.

vam todo o espaço em cotovelo que servira de defesa e que vai da porta da entrada à segunda porta que dá para o recinto interior da cidadela.

Ao lado esquerdo deste cotovelo há uma construção assente em arcos góticos. Costuma referir-se como um dos restos da muralha dionisiaca. Ao lado e sobre esta construção se edificou a mais recente obra de adaptação a residência do castelo. Costuma datar-se dos séculos XVIII-XIX, mas pode ter sido feita por Francisco Cabral, o mesmo que reformou o Panteão dos Cabrais, em 1630.

Veremos como hoje foi aproveitado este espaço para a revitalização do castelo. Aqui vai ser instalado um Museu dedicado a Pedro Álvares Cabral e Brasil. Aqui haverá também uma mostra dos achados nas escavações do convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança de Belmonte, mandado construir, em 1563-65, sobre uma antiga ermida de família, por D. Jorge Cabral, Vice-Rei da Índia, sobrinho de Pedro Álvares Cabral. Aqui estarão patentes sobretudo cerâmicas domésticas dos séculos XVI e seguintes e algumas peças do Oriente (e mesmo da China).

Além disso, servirá, em pisos diferentes, como recepção e informação turística, e para instalação do sistema de controle de climatização de todas as salas de museu do castelo que serão mais três.

Entrando no interior da cidadela, somos atraídos pelas obras de revitalização e pela grandeza da torre de menagem. Só depois, notamos testemunhos de outras obras e somos confrontados com perguntas, algumas com resposta; e com algumas respostas que satisfarão ou não.

Assim, das obras de revitalização do castelo iniciadas em 1992 ressalta o anfiteatro, e sanitários, construídos com granito e em estilo que procuraram demarcar e demarcaram bem o moderno do antigo.

O anfiteatro tem sido palco de vários tipos de diversão, desde o musical clássico ao moderno, desde o erudito ao popular. Por aqui têm passado grupos e companhias de renome, e se têm realizado espectáculos com escolas e grupos do concelho.

Dando de frente com a torre de menagem, por fora somos cativados pela sua grandeza e harmonia. Por dentro, poderemos visitar três salas de exposições (ou museu), duas de exposição permanente, e uma de exposição temporária.

Nas primeiras serão expostos os testemunhos arqueológicos encontrados em todas as escavações do castelo, de 1992 a 1995, e desde testemunhos romanos a testemunhos árabes, desde peças da Baixa Idade Média até cerâmica do solar dos Cabrais. Provavelmente, aqui ficarão também exemplares encontrados nas estâncias arqueológicas de Centum Cellas e da Quinta da Fórnea, pelo menos enquanto não se decidir por fazer nestas estâncias museus monográficos.

Será possível aceder a todas as salas de museu da torre de menagem e mesmo subir ao mirante que está preparado para, do alto da mesma torre se usufruir o panorama de toda a Cova da Beira, e todos os limites do concelho medieval. O que não se conseguirá é ver mais que uma muito pequena parte do domínio dos Cabrais.

Quem quiser seguir um roteiro mais aprofundado, desde o domínio e construções dos bispos de Coimbra até à posse e residência dos Cabrais, siga a arquitectura do que existe do edifício. Toda a parte construída pelos bispos tem silhares siglados. Onde se interrompe a primitiva construção, mesmo na torre de menagem nos lugares que também foram adaptados a residência, as siglas desaparecem. É significativo que isto acontece na parte da torre a nível do chão e que não fez parte da torre enquanto defesa, e nos lugares onde foram rasgadas janelas e portas só tornadas a tapar em 1939.

As paredes têm aparelho menos cuidado, até porque algumas se destinavam a ser caiadas ou pintadas. Ainda se encontram restos destas pinturas interiores. Sobretudo junto e à volta da janela manuelina e oratório contíguo.

Chamo a atenção para os bancos corridos ao lado das janelas, a toda a grossura das muralhas. Ajuda a ficar com a ideia da grandeza do primitivo paço dos Cabrais e, ao mesmo tempo, com a ideia da sua rudeza, rudeza que, em vez de desprimor fazia parte de sua honra.

Continuando a rota interior de um castelo de história engrenada, passamos por uma porta de arco adintelado, sobreposta pelo brasão dos Cabrais. É a marca das obras de Fernão Cabral I. Entremos no terraço que cobre a entrada principal do castelo. Um grande mirante deu lugar a um lugar de guerra de defesa.

Frente e no primeiro plano, uma capela, hoje chamada de Santo António, e que foi mandada fazer pela mãe de Pedro Álvares Cabral. De um lado, as armas dos Cabrais, do outro, as dos Queirós.

Outra capela, a do Calvário, era em forma de telheiro. Ai terminavam as procissões da Semana Santa. Tomou a actual forma antes de 1954.

Depois vem uma vista sobre a vila, a medieval e a mais recente. Os montes em frente, são hoje a Serra da Esperança. Foram chamados os Montes Crestados a última doação de D. Afonso V a Fernão Cabral I, depois de coutar todo o monte.

Estamos junto da parte mais recente do castelo que talvez se possa atribuir a Francisco Cabral. Dentro é o espaço que vai em breve ser recheado com testemunhos de Pedro Álvares Cabral e do Brasil.

Antes de terminar esta viagem pelo castelo que nos mete no interior da história mas não responde a tudo o que na visita nos assalta, será necessário dizer que, segundo o plano para a revitalização do castelo de Belmonte, a reconstrução dos paços cabralinos pareceu já não ser possível pelo muito pouco que restava. Optou-se por construir estruturas que dessem vida e cultura ao secular castelo e ao paço onde Fernão Cabral fez centro de um vice-reinado.

O Projecto teve três fases distintas.

Antes de qualquer obra, fez-se a escavação e pesquisa em todo o recinto interior e na parte exterior de nordeste e este.

Entre os testemunhos encontrados e recolhidos, encontraram-se estruturas que num outro projecto, que não neste, poderão vir a ser redescobertas e valorizadas, mas que não entravam nos objectivos do projecto que tem sido referido e que se esperou acabasse no ano 2000, na celebração dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Passou para 2001.

Entre os testemunhos estruturais encontrados e tapados com plástico e areão, encontram-se cinco silos de cereais cavados na rocha, uma conduta de água em alvanel, estruturas de construções anteriores, e um poço ou cisterna que poderá vir a ter uma intervenção ainda nos planos deste projecto.

Este projecto está a melhorar o acesso e entrada do castelo, no que é considerada a última parte da segunda fase de intervenção.

Ao mesmo tempo, já estão em curso as obras da terceira fase de intervenção para a revitalização do castelo. Abrangem todos os terrenos e acessos que circundam o castelo. Espera-se desta intervenção uma imagem nova de toda a zona do castelo; o acesso mais fácil ao centro histórico e maior usufruição deste; uma conservação dos acessos romano-medievais postos em destaque em vez de encobertos ou destruídos; uma ligação da parte moderna da vila à parte medieval, sobretudo através das novas vias e da Casa da Cultura em projecto, e da nova Sinagoga recentemente construída.

Mais que isto deu Belmonte, por meio de Pedro Álvares Cabral que aqui nasceu e viveu até ir para a Casa de el-rei. Belmonte deu verdadeiramente novos mundos ao mundo.

### **Traça Medieval de Belmonte**

Falámos do Castelo... da Igreja de São Tiago e Panteão dos Cabrais...

Deste modo, falámos do senhorio dos bispos de Coimbra, das alcaidarias dos Cabrais. Depois, da residência destes, do berço de Pedro Álvares Cabral e outros Cabrais também ilustrados, menos conhecidos, menos problemáticos e espinhosos para historiadores e políticos, e menos decisivos no mundo moderno.

Mas é erro, por demasiada restrição e concentração, falar apenas deste centro histórico em Belmonte e no seu concelho.

A vila de Belmonte foi, durante séculos, uma vila pequena. Esteve, até ao 25 de Abril, cercada por propriedades de senhores que não vendiam ou dificilmente vendiam um pedaço de terreno para construção. A evolução, desde a Idade Média, fez-se aqui, destruindo e refazendo, história abaixo, história acima, à medida das necessidades ou da conquista de melhoria de vida. Os últimos ataques à arquitectura da vila foram feitos pelas aspirações e dinheiro de emigrantes.

Mas Belmonte tem ainda marcas inconfundíveis de arquitectura e evolução urbanística que resistiram a todos os ataques e dão uma pista através dos tempos.. Sendo tão pequena a vila, tanto os testemunhos urbanísticos como os históricos estão concentrados.

Percorrer Belmonte (e só a vila!), é fazer, em pouco espaço, um longo percurso histórico inevitável.

Do romano ao visigodo, do medieval à renascença e ao barroco, parece que tudo se degladiou



e agora convive, porque o espaço era pouco mas tinha de dar, e chegamos aos tempos actuais com a sensação de que qualquer segredo nos fez parar e nos encantou no tempo dos contos fantásticos.

É esta a grande originalidade de Belmonte e seu concelho.

A magia e grandeza do Centro Histórico escorrem pelas ruas da pequena vila de matriz ainda marcadamente medieval.

Encontramos ainda a estrutura medieval da vila. São três ruas paralelas, Rua de Marrocos, Rua Direita de Marrocos, e Rua da Sé. Entre si comunicam por estreitíssimas vielas, como se fizessem parte de um rudimentar sistema de defesa que, a sul, era natural e caía abruptamente, enquanto que, no mais, era uma cerca de que ainda há vestígios arquitectónicos e históricos.

Ao cimo da Rua Direita de Marrocos, e já perto do castelo, há uma pequena Praça que já nem tem nome, de casas térreas ou pouco mais, de pequenas aberturas, algumas alapadas às rochas, de cruzes nas ombreiras ou na verga muito baixa, a primeira praça da vila medieval, onde se instalaram filhos segundos sobretudo, de pequenos comerciantes ou de oficiais principiantes mas de ofícios necessários ao povoamento. Tudo simples, inicial, rude e rudimentar que só a vontade de liberdade era grande. Uma visão real, tão concreta como o granito, que retém a rudeza da vida numa vila tão pequena e tão longínqua no tempo, uma praça que confrange de tão rudimentar. (Fotos nº 35, 36, 37 e 38)



Foto 35 - Casas da Praça mais antiga de Belmonte



Foto 36 - Casas da mais antiga Praça de Belmonte, ao cimo da Rua Direita (antiga Rua Direita de Marrocos) e junto ao Castelo



Foto 37 - Casa que fica na antiga Praça da Rua Direita, e terá sido o mais antigo Hospital da Vila



Foto 38 - Rua da antiga Praça da Rua Direita para o Castelo

Este sentimento é o mesmo que poucos visitantes conseguem usufruir sem visitar algum desses largos ou pátios ainda quase inacessíveis pelas estreitas vias, onde a rudeza de algumas casas é ainda assim, simples.

Pergunto-me: - Entre estas ruas de Marrocos e Direita de Marrocos, onde senão nestes pequenos pátios quase fechados viviam mouros, homiziados, e até alguns judeus?

## Homiziados

### Senhorio de Belmonte e Homens “Seus”

O senhorio de Belmonte pertencia ao bispo e Sé de Coimbra desde 6 de Maio de 1186.

Vaz Sampaio refere que esta “doação régia tinha sido arredondada por sucessivas usurpações”; “esta situação manteve-se até ao princípio da dinastia de Avis, como se verifica pela seguinte mercê régia datada de 15 de Novembro da era de 1425 (1387)”<sup>158</sup>

“*Dom Joham... fazemos saber que D. Martinho Bispo de Coimbra do nosso Conselho nos disse que seu castello de Bellmonte he muy despovoado por rezam desta guerra e que nos pedia por merçee que lhe dessemos em elle couto a vinte homezyados pera morarem e povoarem o dito lugar e ho ajudarem a defemder(...)*”<sup>159</sup>. Por troca, o senhorio de Belmonte passou fugazmente para Martim Vasques da Cunha. El-rei tomou e de el-rei ficou o senhorio de Belmonte ainda nos finais do séc. XV.

Apesar da vila de Belmonte não constar das vilas da Beira que, em 17 de Abril de 1411, formaram a Casa do Infante doada por seu pai, mãe, e irmão D. Duarte, futuro rei; assim como não consta da confirmação de D. Afonso V, em 30 de Julho de 1439; Luís de Mello Vaz Sampayo inclina-se para que Belmonte tivesse sido doada em carta específica que completasse o diploma referido, de 17 de Abril, o da constituição da Casa do Infante, embora “não se conserve registado na Chancelaria Régia”<sup>160</sup>.

De resto, o comportamento, comprovado, é de que, praticamente logo a seguir a 1411, o alcaide de Belmonte, Luís Álvares Cabral, aparece como Vedor da Fazenda do Infante D. Henrique, e a seu lado com homens e bens e seu filho, para a expedição a Ceuta (1414).

Em 16 de Março de 1442, Belmonte é do senhorio do Infante D. Henrique, pois que, a seu pedido, o Infante D. Pedro, como regente e em nome de D. Afonso V, confirma a esta vila a mercê de dar couto a vinte homiziados<sup>161</sup>.

Quanto a posse de senhorio, algo semelhante aconteceu com o caso da Covilhã que também não consta deste primeiro documento de doação, mas para o senhorio da qual, em favor do Infante D. Henrique, se conhece documento específico, não para doação mas para confirmação, feito em Évora a 4 de Dezembro de 1449, por D. Afonso V.

“*D. Afonso... fazemos saber que o Infante D. Henrique, Duque de Viseu e Senhor da Covilhã, meu muito amado e prezado tio, nos disse que a ele fora feita doação de juro e herdade pelo alto e muito virtuoso e de grandes virtudes El-rei D. João, meu avô,... e pelo... da gloriosa memória El-rei meu senhor e pai sendo Infante... da dita vila da Covilhã com todas as rendas e direitos dela, jurisdição cível e crime, segundo lhe foram dadas as outras suas terras que estão ao redor de Viseu; e que a carta que dela houve se lhe molhou com outras escrituras; por tal guisa que não se podem ler... E nós, visto seu pedido, porque fomos certo que a dita vila lhe foi dada...*”. (Texto adaptado)<sup>162</sup>.

O mesmo pedido de homiziados foi feito por D. Manuel, ainda Duque de Beja, e por ele veio a ser tido em conta quando foi feito rei de Portugal. É o último pedido de homiziado que se conhece até hoje. Contudo, as gentes de Belmonte continuaram a acompanhar os Senhores e Alcaldes da Vila em todas as circunstâncias em que estes tiveram de apresentar homens seus. Caso bem notório foi o que aconteceu com Fernão Cabral III e como este com cem homens seus se bateu em Mazagão; e ainda com este mesmo Cabral se bateu a sua gente na Batalha de Alcácer Quibir. Nesta Batalha, sabe-se que Fernão Cabral III ficou prisioneiro. Com o que gastou na empresa com homens e bens

<sup>158</sup> Sampaio, Luís de Mello Vaz, op. cit.; nº13.

<sup>159</sup> Id., Id. nº13. Cit. e Ref. G.E.P.B. (apêndice) “Belmonte”; Inq. B. e A. D., 6; publ. In FR. G. V., I, 15. Beira, 1, 217v, publ. In Fr. G. V., I, 279.

<sup>160</sup> Id.; Id.; nº15.

<sup>161</sup> Beira; 2, 100v; publ. In Mon. Henriq., VI, 337.

<sup>162</sup> Mist.; 3, 130v.; S., PAX, nº15.

acrescido ao que gastou com o seu resgate, ficou pobre, segundo carta de Filipe I à sua viúva. Sabe-se ainda que esta e seus filhos foram agraciados com tenças em atenção ao desventurado de Alcácer Quibir.

Dos homens de Belmonte sabe-se como se bateram em Mazagão, mas nada deles se diz quanto à desventura que comungaram em Alcácer com Fernão Cabral III. (Foto nº 39)

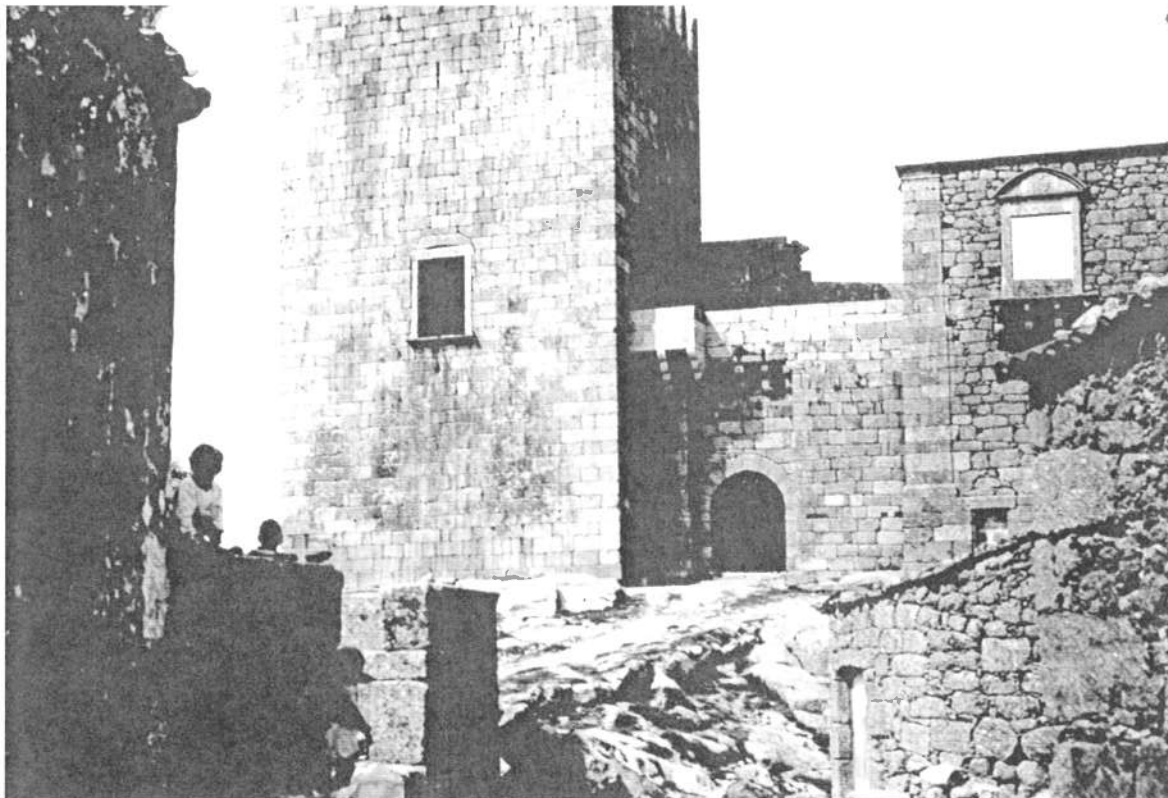


Foto 39 - Belmonte. Vista do Castelo com sinais de adaptação a residência. À esquerda, parte da Capela de Sto António, construída pela mãe de Pedro Álvares Cabral e em que ainda se vêem restos de nártex à frente.

# Pedro Álvares Cabral

## Introdução

Quem descobriu o Brasil, foi Pedro Álvares Cabral. Onde Nasceu? - Em Belmonte, mais exactamente no Castelo de Belmonte, em 1468, ou inícios de 1469.

Façamos um incursão pela vida de Pedro Álvares Cabral e comecemos por Belmonte. Depois, como em cruzeiro de sonho, acompanhemos a armada que descobriu o Brasil, e revolucionou o mundo do comércio e da diplomacia.

Uns dizem que Pedro Álvares Cabral foi nomeado capitão da Armada pela sua nobreza.

Outros dizem que foi "por ser um fidalgo pobre, e o Venturoso ter querido melhorar-lhe a situação financeira!"<sup>163</sup> Outros dizem apenas o que está escrito: que era o homem «apto», quando aquela armada era a que deveria culminar anos de trabalho de um nobre povo, de heróis do mar.

Apto porquê? Por qualidades e trabalhos já realizados. Alguns afirmam mesmo que Pedro Álvares Cabral, como almirante da armada que descobriria o Brasil já fazia parte dos planos de D. João II.

Nada nem ninguém, nem políticas pouco claras da própria rainha, nem cobiça de rivais, puderam evitar a decisão do conselho de D. Manuel.

E este, que chegara ao momento de lançar mão do apetecido comércio da Índia e de mais uma boa parcela de terra a Ocidente, não confiava a armada expressamente preparada para esse empresa que não fosse ao homem que lhe oferecesse a maior confiança técnica.

Podia não gostar dele, podiam tentar que não gostasse dele. Mas ele era o mais apto, e, por isso, foi ele o nomeado para a empresa.

Os trabalhos já antes realizadas já tinham sido recompensados. Foram-no ainda por D. João II. Mas deixaram uma experiência e conhecimento, uma aptidão e um direito a uma consagração e verdadeira recompensa moral. Por isso lhe foi entregue esta capitania.

Pedro Álvares Cabral foi escolhido pela sua nobreza de linhagem?

Era por parte de sua mãe, descendente do rei D. Fernando de Portugal e do rei Henrique de Castela? Que importa que ele ou a mulher, que aqui não contava, fossem descendentes de reis?

Pelo pai, era descendente dos Cabrais, homens que à sua custa conquistaram e reconquistaram a confiança dos reis de Portugal.

Certo e garantido historicamente é que a sua nobreza foi conseguida por uma sucessão de actos heróicos, ininterrupta e agigantada na família dos Cabrais.

Mas logo há quem acentue que esta linhagem não foi por nascimento. Acrescentam mesmo que veio por casamentos sucessivos com famílias mais nobres. Não conhecem ou preferem ignorar.

Casar com a família Cabral pareceu mesmo ser honra para as principais famílias do reino. E casar com a família de Pedro Álvares Cabral parece que foi honra maior.

Por isso, propomos mais uma viagem na vila medieval de Belmonte, onde a história da família se encontra escrita em pedra. Era assim que Belmonte escrevia os feitos dos Cabrais relatados nas crónicas do reino.

A biografia é como a de uma moeda de duas faces:

Uma, de traços fortes, numa dedução consequente e natural da força biográfica de gerações anteriores, em actos valorosos que só as recompensas recebidas deixam antever, na nomeação, no assumir e desempenhar o comando de uma armada em que se incluíam todos os melhores capitães das descobertas. Esta a face que e o levou a rumar mais a Ocidente sem reunir conselho, a face que mandou dar a Calecute a lição mais adequada, mesmo estando doente.

A outra face, o reverso, revela o homem sensato que reunia conselho para tudo o que não fosse uma decisão irrevogável, e em que convinha ter o saber e opinião de cada um.

Mostra o trato que deu e fez dar às gentes no achado Novo Mundo e no mundo intrigado do Oriente. Esta é a face que o levou a dizer ao rei o que este queria que lhe fosse dito para salvar a palavra real, e que o levou a ficar em terra e não comandar a quarta armada à Índia.

<sup>163</sup> Cortesão, Jaime; cit. de Metzner Leone, p. 113.

O homem, que nesta mesma decisão é ainda cheio de promessas por D. Manuel e que de tantas promessas nada vê.

É uma vida obscura, intencionalmente apagada por rei, rainha, e pelo ladino capitão da armada que a Cabral fora prometida, e pelos historiadores com olhos cor de canela, e por muitos ladrões dela!

Cabral, o homem que aceita este exílio dentro da Pátria onde era herói, e silencia proezas feitas, nada exige, não ameaça, não oferece serviços a quem muito bem lhos pagaria fora do seu país, e se leva no timbre e brio de nada pedir ao rei que o traiu.

Pedro Álvares Cabral teve a sua vida ligada ao desconhecido de que se fez o grande sigilo do tempo.

Aqui, onde a história não se conforma com ser tão pequena, a imaginação poderá sempre criar, criar sem fim.

Se alguém pudesse revelar parte do que se fez mistério, esse alguém seria ele.

Este homem exilado e calado, revolta e assusta o interesse histórico de quem o admira e talvez mesmo de uma nação e um continente que também muito teriam de história revelada no que ele tivesse dito.

Seria possível uma história de Pedro Álvares Cabral quase completa, se não fosse este exílio num silêncio, intrincado e cúmplice.

Um tempo de vida em que Cabral, vive perto e longe de el-rei, de costas voltadas para o próprio senhor que o homiziou.

Cabral vê o rei pavonear-se com os pomposos títulos que o homiziado lhe ganhou, conseguindo-lhe com a paz possível, o início prático do Comércio da Etiópia Arábia e Índia, a ponto de, de tudo, esse rei se intitular Senhor. Apressadamente, e com muita carga de arrogância.

Conseguiu-lhe até o achamento de uma terra de extensão e valor tão grandes que seria necessário que muitos anos de história corresse, para que reis e assaltantes de riquezas e glória chegassem a descobri-la, - o Brasil.

Disso, o venturoso rei não tomou honra, nem se vangloriou.

Era preciso outra visão do mundo, visão que aquele rei não teve!

O esquecimento, o ostracismo são bem o reverso da moeda com a dupla efígie de Cabral. Mas até este reverso é de traços fortes, contraditórios, cruzados, do pioneiro nas descobertas concretas das terras ocidentais do Atlântico, do descobridor da Índia, do primeiro embaixador de um rei europeu no Oriente, a contradizer com o homem adoecido e gasto mas longe e acima do imbricado de traços contraditórios de política, invejas, esquecimento e desprezo.

Nesta mesma efígie de ostracizado, é ler os traços de nobreza de sentimentos e ressentimentos, a certeza da consciência de quem sabe que fez mais por el-rei do que de el-rei recebeu, que fez mais pelo país com política assente em amizade e humanidade, do que via fazer à grande corrente de política de exploração do senhor e maior do reino e generalizada ao mais pequenos, serventes e subservientes.

### **Pedro Álvares nasceu no castelo de Belmonte.**

#### **E como poderia não ter nascido aí?**

Por determinação deste, no princípio do século XV, o castelo de Belmonte era ainda dedicado à defesa. Os Cabrais sucederam-se na alcaidaria.

Mas, desde 1466 que D. Afonso V concedera a Fernão Cabral I e seus sucessores o direito de fazer do Castelo de Belmonte uso e propriedade sua. E toda a sua família aí começou a residir.

Datam desta época as obras de que, no castelo, ainda hoje se podem apontar testemunhos arquitectónicos bem marcados e diferentes dos testemunhos medievais do tempo dos bispos de Coimbra, antigos senhores de Belmonte. (Foto nº 39A)

E nos lugares do castelo onde a arquitectura e os historiadores indicam o único solar de residência dos Cabrais, a arqueologia descobriu a maior quantidade de cerâmica doméstica dos séculos XV e XVI.

O brasão de armas, com as duas cabras passantes, aí está também sobre uma das portas desse solar grande mas de linhas severas e aposentos sóbrios.

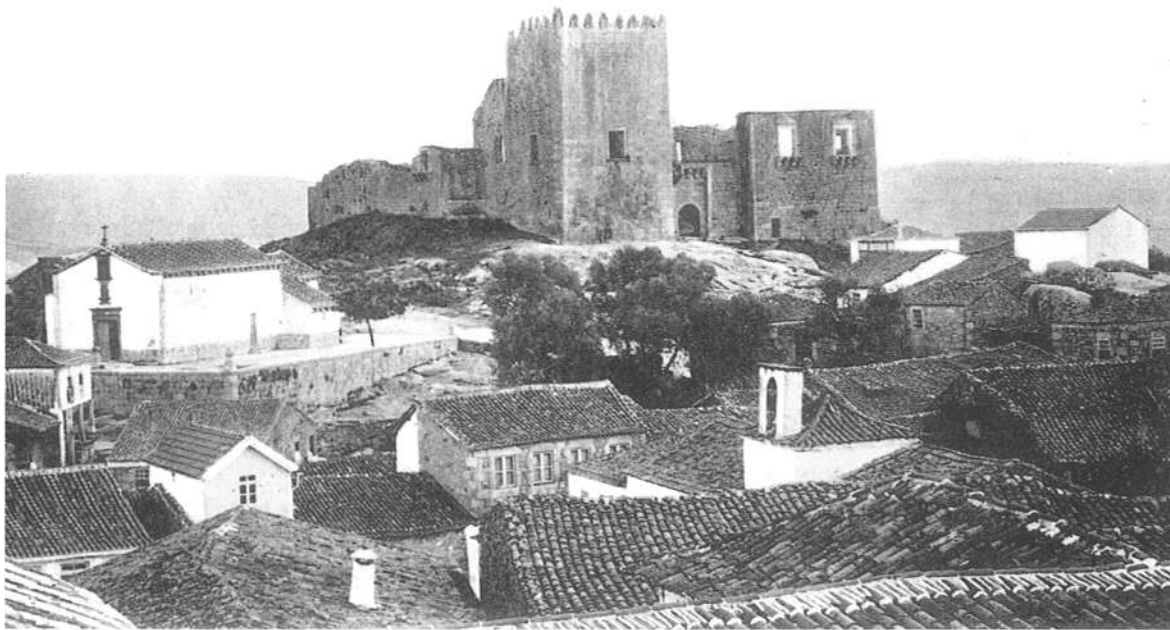


Foto 39A - Belmonte. Trecho da vila com o Castelo

Precisamente no castelo, e na parte residencial dos Cabrais, terá nascido já o irmão mais velho de Pedro Álvares Cabral, e, com mais razão, o próprio Pedro Álvares Cabral.

Eram, respectivamente, o primeiro e o segundo varões lédimos e sétimo e oitavo filhos de Fernão Cabral I e de D. Isabel de Gouveia, casal que, em 1492, deixaria vivos onze filhos maiores. É de pensar que podem ter morrido de permeio mais alguns, como era frequente naqueles tempos.

Sabemos que o primeiro de todos, e que era varão, morreu. E a seguir nasceram seis filhas: D. Isabel, D. Leonor e D. Teresa, freiras em Vila do Conde; D. Aldonça recolhida em Arouca; D. Violante de Gouveia que casaria com Luis da Cunha, o senhor de Santar; D. Beatriz Cabral que casaria com D. Pedro de Noronha, alcaide mor de Almeida. É natural que D. Isabel de Gouveia e seu marido Fernão Cabral I, tudo fizessem que lhes pudesse dar um ou mais filhos varões. Era ambição de qualquer nobre do tempo.

Em 1467/68 nasce João Fernandes Cabral, o futuro alcaide mor de Belmonte, que casaria com D. Joana Coutinho (Castro), em 1490. Logo a seguir e com pouca diferença, em 1468/69, nasce Pedro Álvares de Gouveia Cabral, o que viria a descobrir a Terra de Vera Cruz e casaria com D. Isabel de Castro em 1503. Depois seguiram-se Álvaro Gil Cabral, padre e prior de Espinho e Senhorim; Vasco Fernandes Cabral; Luis Álvares Cabral<sup>164</sup>.

Com o empenho em dar varões a seu marido, não se vê facilmente que a senhora mãe de Pedro Álvares Cabral tivesse nisto menos cuidado do que em acompanhar seu marido no exercício de Corregedor-mor de Beira e Riba Côa, ou de Conselheiro de el-rei, mesmo tendo Cabral direito a aposentos em todo lugar de sua jurisdição. Estes aposentos, mesmo bons para a época e para o cargo, não seriam mais aconselháveis que os de seu grande solar doado por el-rei e preparado por si mesmo.

E quanto a documentos, se não pretendermos uma certidão de baptismo, temos alguns indícios. Todos apontam para o Castelo de Belmonte:

Sua avó materna, fez testamento em Valhelhas, muito perto de Belmonte e de sua única filha

<sup>164</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; ver a carreira nº CCIII e segs.

viva, grávida, e de gravidezes seguidas. Mesmo a fazer testamento em Valhelhas, mais normal seria viver com sua única filha. Sua única filha porque é que havia de mais obviamente viver fora do que dentro de seu solar, recentemente preparado por seu marido e a seu gosto?

Os actos assinaláveis relativos à família Cabral, feitos quarenta anos à volta do nascimento de Pedro Álvares Cabral e escritos em documentos, são passados em Belmonte.

Se alguém quiser pensar que Pedro Álvares Cabral tinha de nascer, ou nasceu mesmo, fora de Belmonte, enfim, que pense, que escreva, que prove. Por enquanto o que se pode saber confirma a tradição. E Belmonte continua a chamar a Pedr'Álvares, "o Pedro" ou "o nosso Pedro".

### **Moço Fidalgo da Casa de El-rei Na Corte**

Logo na idade de servir, em 1482 com catorze anos, ou em 1493, Pedro Álvares Cabral vai para a Corte com seu irmão... e como moço fidalgo com a terça de 1.000 reis por mês cada um.

Entrar na Corte foi entrar numa escola sustentada pelo Rei. A matrícula foi efectuada nos Livros de el-rei com propinas pagas e tudo - uma bolsa de estudos.

Cada novo rei procurou servidores fiéis e preparou-os segundo seus planos, ideias e ideais.

D. João I determina que todos os moços fidalgos, logo que cheguem à idade de servir se inscrevam nos Livro de el-rei, ingressem na Casa Real, e se lhes atribua uma pensão, segundo a que recebiam seus pais<sup>165</sup>.

Sobretudo em tempo de paz, os povos não entendiam porque se havia de fazer tanta despesa com a manutenção dos castelos, alcaldes e comitiva de serviçais. Também não entendiam porque é que os filhos dos fidalgos haviam de ir para a Corte, com pensões que agravavam as despesas do reino. Os procuradores repetidas vezes se queixavam destes factos. Diziam que era "gasto sobejo e sem proveito".

E pediam que os filhos de tais grandes senhores fossem para casa de seus pais e aí aprendessem as "as boas manhas e costumes".

D João II responde que na Corte ninguém recebe tenças senão quando chega à idade de servir. E se alguém sabe de algum caso em contrário que o diga<sup>166</sup>. É o dizes!

### **Geração nova**

Ir para a Corte, para o serviço da Casa de el-rei era ir para a escola dos fidalgos e até de alguns burgueses do tempo. Aí aprendiam as boas maneiras, as mais actualizadas da alta sociedade.

Isto desde D. João I, que assim quis formar uma geração nova, sua, que o servisse e nisso pretendesse e conquistasse honra.

Desde logo os Cabrais fizeram parte dessa escola.

Escola contra vontade do povo?

O que sabemos desta escola, pouco é. É uma notícia desgarrada, não sistematizada, deixada aqui e ali, aqui e ali repescada, nas relações dos moços que recebiam tença, às vezes atrasadas, e até nas acusações que os procuradores faziam aos que de novos a frequentavam.

D. Afonso V, rodeou-se de gente jovem quando, novo também, assumiu o governo do reino.

Aceitou moços fidalgos, e foi-os aceitando cada vez mais novos. Sobretudo filhos de fidalgos do seu Conselho, aceitou-os mesmo a partir dos seis anos.

Nas Cortes de Coimbra, de 18 de Maio de 1473, Pedro Álvares Cabral tinha cinco anos, os procuradores queixam-se a el-rei:

"Senhor, tomais e trazeis para Vossa Corte, moços de seis e sete anos, dais-lhes casa e moradia de homens, e disso não tendes outro proveito senão despesa..."<sup>167</sup>.

Que moços? - Moços fidalgos e moços de Câmara, escudeiros e cavaleiros, e até a alguns burgueses, como era natural e na sequência da força que estes tiveram antes e depois da aclamação de D. João I como rei."

<sup>165</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 105; Hist. Adm. Publ., II, 380.

<sup>166</sup> Id.; Id.; nº 110, Col. Cortes, III, 96v.

<sup>167</sup> Id.; Id.; Col. Cortes, II, 211v.

Os Cabrais eram moços fidalgos da Casa de el-rei em 1484. Talvez até já o fossem em 1481, porque não aparecem as listas dos três últimos anos de D. Afonso V.

Os frequentadores desta escola recebiam tenças de el-rei e tinham que justificá-las (Pedro Álvares Cabral e o irmão tiveram uma tença de 1.000 reais cada um, por mês). A justificação parece ser a de que tivessem aproveitamento, como se poderá depreender da tença de Afonso de Albuquerque.

### **Idade da Corte**

O pai de Pedro Álvares Cabral era Conselheiro de el-rei. Sobretudo os filhos de Conselheiros e de oficiais da Coroa, começavam de muito novos a viver na Corte. Pedr'Álvares e o irmão, como pagens, para aí foram de muito novos, e talvez até no mesmo ano, porque a idade que os separava era pouca.

Aí teriam de aprender as boas maneiras da sociedade mais refinada do tempo, e as técnicas mais avançadas.

Aos catorze anos, (Pedro Álvares Cabral em 1482 com catorze anos, ou 1483), os Cabrais receberam o foro de moços fidalgos, e, aos dezoito, o de escudeiro fidalgo. Enquanto que outros só aos 20 podiam receber.

Nesta escola ou "Universidade" da tecnologia mais avançada e comprovada para o tempo, aprendiam as artes necessárias para empresas de guerra e navegação.

### **Colegas de Escola**

Não teria Cabral encontrado como colegas, nem Duarte Pacheco, nem Afonso de Albuquerque. Estes eram mais velhos, já com outras missões. Mas teria com estes tomado parte noutras empresas, em que se conheceram pessoas e valores, e foram causa de se ficarem a admirar e respeitar.

Colegas foram Vasco da Gama e Gaspar Correia. Este é certo que veio a influir na escolha de Cabral para o comando da armada em 1500<sup>168</sup>.

Outros afirmam que mesmo Vasco da Gama seria amigo e também teria tido influência em que Cabral tivesse aceitado a incumbência.

"Escola – Geração de Homens formados ao modo de el-rei. O rei tinha sua escola e seus conselheiros. Nunca permitiu que os filhos dos fidalgos deixassem de frequentar a Sua Casa, aprender as manhas e artes necessárias, ainda que procuradores de povos recalçassem, e ainda que o custo de pensões fosse elevado. Mas o valor da preparação destes moços fidalgos e de outros, mesmo burgueses, era bem conhecido e determinado por el-rei."

Não lhe faltava conselho nem senso para escolher os homens mais aptos para cada missão ou nova etapa de cada missão.

D. João tinha um elenco de homens, técnicos, especialistas, de carreira, comprovados. Perguntem porque não o divulgava. Porque seria um louco, e ele era precisamente o contrário. Era sagaz, metódico, político, e forte, muito forte na condução do Estado.

### **No Norte de África**

Até 1490, e até depois, em todo o lugar do Norte de África se combateu.

Por aí passaram e aí se distinguiram todos os Cabrais das gerações anteriores à de Pedr'Álvares.

Aí, nas descobertas, e na Índia se continuariam a distinguir outros da família..

África era o lugar de tirocínio. Aí se davam provas da sua valentia e eram armados cavaleiros.

Sabe-se que aí esteve Albuquerque, talvez em Arzila<sup>169</sup>. Em Arzila esteve como capitão D. Rodrigo de Castro<sup>170</sup>. Em Arzila se bateu e foi armado cavaleiro e pai destes jovens cabrais.

### **Cavaleiros onde?**

Os jovens Cabrais distinguiram-se também na África. Em Arzila ou Tânger, com Afonso de Albuquerque e sob o comando de D. Rodrigo de Castro?

<sup>168</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; Lendas da Índ. (1500), I, 146.

<sup>169</sup> Id.; Id.; 432; Sonho Índia, 15; G:E:P:B.; "Afonso de Albuquerque".

<sup>170</sup> Id.; Id.; 432; "Castro, D. Rodrigo"; Góis (TT), 110v; Góis (BNL), 120.



Em Azamor, ou Safim em 1486, ou em Anafé em 1488, esta com mais sucesso do que a realizada em 1487?

Precisamente em, 1486 ou 87, tendo Pedr'Álvares Cabral dezoito anos, ou mesmo em 1489, na Graciosa, os Cabrais receberam as esporas de Cavaleiros e uma pensão conjunta de 26.000 réis.

### **Pesquisas no Atlântico Ocidental**

Em 1484 D. João II recusa os serviços de Colombo. Alega que é empresa muito dispendiosa. Mas logo em 30 de Junho do mesmo ano, doa a capitania da ilha que “ia buscar” a Fernão Domingos.

Em 1486 confirma Fernão Dulmo na capitania da Ilha Terceira. (24 de Julho de 1486).

Com o escudeiro João Afonso Estreito, morador na Madeira, renova contrato para descobrir “ilha, grupo de ilhas “ ou “terra firme” das Sete Cidades (24 de Agosto de 1486)

Era mais que suspeita a existência de terra firme a Ocidente. Este contrato, que agora era renovado, fazia parte do Mapa Mundi de Mestre João, o Bisagudo. Pêro Vaz de Caminha, na Carta do Achamento do Brasil que escreve a D. Manuel, diz-lhe que é por este mapa que pode saber do “sítio desta terra” de Vera Cruz agora achada<sup>171</sup>.

Elain Sanceau tem como certo que Albuquerque e Gama também tomaram parte nestas missões.

Luis Vaz Sampaio presume que também Cabral “com missão cada vez mais activa”<sup>172</sup>.

Com mais esta empresa comum mais se terão reforçado os laços de amizade e admiração entre aqueles homens que, de comandados foram passando a outras postos e missões e comandos.

### **1488 – 1490 repartir o mundo**

Foi mais a partir de 1488 que D. João II procurou assegurar-se do que iria repartir e do que lhe convinha repartir quando dividisse o mundo.

Por outro lado, o Atlântico Sul foi explorado sistematicamente, explorado o regime dos ventos, as correntes. Era necessário encontrar uma escala mais conveniente do que a seguida por Bartolomeu Dias, e a mais conveniente seria na margem ocidental da qual se tinham, pelo menos, fortes suspeitas. Assegurar o exclusivo do Oriente, e garantir o mais possível a Ocidente.

Era preciso determinar as rotas mais acertadas para cada empresa, assim como dos homens mais aptos para as realizarem.

As alusões a estas explorações e aos homens que as realizaram são mais indirectas do que directa e explícitas. Mas os acontecimentos históricos que se seguiram e foi necessário relatar, não se explicam sem preparação anterior.

É o caso de Pedro Álvares Cabral. Por 1490, pelo menos deve ter treinado nas expedições sistemáticas realizadas a Ocidente. Sem este treino e sem ter provado que era o mais apto para a empresa de que foi encarregado, esta não lhe teria sido atribuída.

### **Graciosa**

No ano de 1489 D. João II decidiu construir uma vila e fortaleza em Marrocos, perto de Fez, no lugar que viria a chamar-se Graciosa, que teria como principal função uma presença militar e comercial. El-rei entregou uma frota com 500 cavaleiros e 1.000 homens de pé, (besteiros, espingardeiros e outros). Outros se juntaram a estes homens. Há quem pense que tenham estado aqui 30.000 homens. Quase não havia hipótese de algum fidalgo não ter passado por aqui, ou na defesa ou em acções de socorro<sup>173</sup>.

A armada de socorro foi comandada pelo 2º Conde de Monsanto, tio de João Fernandes Cabral e de Pedro Álvares Cabral.

### **Armados Cavaleiros**

Sabe-se que foi precisamente em 1489 que os dois Cabrais foram armados cavaleiros, e lhes

<sup>171</sup> Sampaio, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 465; Carta de Mestre João, 109; conf. Descob. Bras., 108 segs.

<sup>172</sup> Id.; Id.; nº 459.

<sup>173</sup> Veríssimo Serrão, Joaquim; Hist. de Portugal., II, p.110.

foi atribuída a tença conjunta de 26.000 réis<sup>174</sup>. Possivelmente foi na Graciosa.

O certo é que tanto Albuquerque como D. Rodrigo de Castro tiveram ocasião para bem conhecer os Cabrais, tanto assim que tanto se empenharam nos casamentos de um e outro com damas das suas famílias.

Por mérito e não apenas por razões de carreira, foram armados cavaleiros e receberam tença conjunta. Unidos nas honras de cavaleiros e unidos na tença vultuosa, unidos nos elogios que acompanharam a tença que el-rei lhes deu, é fácil pensar que os filhos do grande Fernão Cabral I estiveram unidos também nas missões e actos praticados.

Estes actos tinham de ser de vulto para assim serem recompensados. D. João II que até para grandes actos era frequentemente pouco generoso, recompensa-os, de modo tão igual que o faz em tença conjunta. As palavras poderiam ser consideradas de rotina como em casos semelhantes. Mas o modo como galardoa estes jovens Cabrais com tença igual, no mesmo documento, com as mesmas palavras de justificação, faz supor que foi por actos iguais ou os mesmos actos, e nas mesmas circunstâncias.

As palavras com que é concedida afastam a hipótese de esta tença ter sido dada em atenção a méritos do pai de ambos. Nesta altura Fernão Cabral I estava perto da morte, e mais para gozar os galardões concedidos a seus filhos do que os seus próprios. Foi diferente para o filho mais novo: pediu a el-rei licença para retirar 15.000 reais de uma tença sua em favor deste filho.

Não foi por simples tirocinio, como acontecia com alguns do tempo, mas por obras de valor que os dois irmãos mais velhos foram agraciados como cavaleiros.

### **Divisão da tença de 26.000 réis**

Em 1497, os irmãos alegam ter perdido a carta da atribuição da tença conjunta de 26.000 réis, e pedem que a mesma lhes seja renovada, mas agora em separado. E é em 12 de Abril de 1497, em Évora, que D. Manuel passa a cada um dos irmãos cartas cada uma com a tença de 13.000 réis.

E esta carta, refere as palavras da razão por que tinha sido atribuída a tença da primeira vez: “por méritos e serviços prestados”<sup>175</sup>.

Um par exemplar de Cavaleiros.

Cavaleiro Fidalgo - Cavaleiro de Santiago ou de Avis?

Certamente, Cavaleiro da Ordem de Cristo

Pedro Álvares Cabral recebe a categoria de cavaleiro fidalgo, cerca de 1484, com 24 anos. Será renovada em 1490 e em 15 de Junho de 1492.

A tença que marca a elevação de Pedro Álvares Cabral a cavaleiro fidalgo é conjunta com a de seu irmão João Fernandes Cabral.

Assim passaram a ser considerados

A 7 de Junho de 1490, a João Fernandes Cabral é referida expressamente a categoria de cavaleiro fidalgo. É já nesta qualidade que casa com D. Joana Coutinho (de Castro), filha de D. Rodrigo de Castro, conselheiro de el-rei..

Este facto é referido na carta em que D. Manuel, mais tarde, em 19 de Junho de 1496, lhe assegura o dote de casamento no valor de 4.000 coroas.

Mas a tença que marca a elevação de J. F. Cabral a cavaleiro fidalgo é conjunta com a de Pedro Álvares Cabral e pelas mesmas razões.

Por isso é natural que tenham continuado juntos nas empresas de que foram incumbidos e na realização dos mesmos feitos, assinalados.

Onde se realizaram estes feitos?

A primeira grande prova para os fidalgos do tempo era o Norte de África. A família Cabral, desde a conquista de Ceuta, tinha entrado sempre nas empresas de África, e com tanta heroicidade, que tinham entrado também na história das Crónicas do reino.

Ganhar aí as esporas de cavaleiro, era para os Cabrais, o mais natural.

A hipótese continua a ser a Graciosa.

<sup>174</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; p. CCC

<sup>175</sup> Id.; Id.; n° 95; Ch. D. M., 27; 69v; resum. In Fr, G.V., I. 413 e 277

### **Partilhas entre os irmãos Cabrais**

Sua mãe, tinha feito testamento cerrado no Castelo de Belmonte, em 26 de Agosto de 1483. Já não teve conhecimento de muitos feitos da carreira gloriosa do seu filho segundo.

Em 1492/93, morre o pai de Pedro Álvares Cabral. Tinha feito testamento no Castelo de Belmonte, em 25 de Outubro de 1492.

Nesta época, Pedro Álvares Cabral está em missão fora do reino. Provavelmente nos mares ocidentais.

Os irmãos esperam pelo seu regresso para partilhas.

Em 1494, Pedro Álvares Cabral estava de regresso a Portugal.

A 6 de Maio desse ano logo se reúne com seus irmãos no Castelo de Belmonte. Fazem as partilhas. Em sequência do testamento de seu pai, fizeram-se nove lotes, tirados à sorte e confirmaram partilhas que tinham efectuado no castelo. Eram cinco varões e seis mulheres.

D. Violante e D. Beatriz tinham casado e levado dote. E davam-se por satisfeitas, consideravam-se herdadas. O que estava vinculado a morgadios e os bens da coroa que teriam de ser confirmados, eram do morgado...

Pedro Álvares Cabral fica (?) com terras que seus pais tinham herdado em Castelo Rodrigo.

dos quatro varões, um era o P.e D. Álvaro Gil Cabral, D. Isabel, D. Teresa e D. Leonor, freiras em Vila do Conde, D. Aldonça no Mosteiro de Arouca. (Ver Anexo nº 8, Árvore III)

Das irmãs, D. Violante enviuvou antes de 1497. Em 2 de Julho de 1516 recebeu carta de tença de 8.000 réis até ser satisfeita de quantia de 1.000 coroas que comprara a seu irmão João Fernandes e que este recebera como dote de seu casamento com D. Joana de Castro. Esta confirmou, em 15 de Abril de 1515 que realizara esse contrato com D. Violante sua cunhada e ainda viúva. João Fernandes tinha morrido.

De notar que, por consentimento de todos, foi aumentado o valor do vínculo criado pelos seus pais e ligado à nova Capela fundada junto à parte norte da Igreja de São Tiago.

### **Cavaleiro da Ordem de Cristo ao Navegador**

Muito provavelmente Cabral tinha cometido já essa grande missão nos mares e costas ocidentais.

Pelo menos, decorrido apenas um mês, em 7 de Junho do mesmo ano (1494), D. João II faz o Tratado de Tordesilhas.

“Contudo, sem dúvida desde 1490, Pedro Álvares, como muitos dos seus companheiros, iniciava sua aprendizagem de navegador; em particular ele desempenhava um papel cada vez mais importante nessas frequentes viagens organizadas pelo “Príncipe Perfeito” para estudar o regime de correntes marítimas e dos ventos do Atlântico Sul(...)”<sup>176</sup>.

Nesse mesmo ano ainda D. João II inicia os preparativos para a viagem à Índia.

Tem-se como natural que o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo tenha provindo de actos praticados por Cabral, ligados à navegação, e navegação no Atlântico Ocidental.

A escolha de homens para empresas nestes mares foi contínua e sistemática. Foi pensada e planeada.

O acto que mais se encontra ligado à decisão do Tratado de Tordesilhas é o regresso de Cabral que estava fora de Portugal, em missão decisiva. Um mês depois de este chegar, el-rei assina o célebre tratado, em 1494.

No ano anterior, Cabral tinha sido presenteado.

Quando se trata de empresas secretas, domina o secretismo. Pode nesta altura ter sido atribuída a Pedro Álvares Cabral o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

É precisamente para 1494, ligada a todos estes acontecimentos da vida de Cabral, que se aponta a data da concessão do hábito daquela Ordem.

E talvez deste tempo, ou dos tempos em que voltou ao Norte de África, a pensão de moradia de 2.437 réis mensais, que se sabe, por documento mais tardio, que também recebia.

O documento da atribuição da Ordem de Cristo é de Lousada. E este diz com minúcia onde é que encontrou, na Torre do Tombo, o livro de contas de onde retirou a anotação para que se pagassem

<sup>176</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; p. CCC.

a Pedro Álvares Cabral, “os 40.000 reais de tença que lhe cabem por ter o hábito de Cristo”<sup>177</sup>.

Embora este documento seja de 1500. É claro que esta tença se refere a facto de data anterior, e é diferente da que foi concedida a Pedro Álvares Cabral, quando el-rei recebe a notícia do Achamento do Brasil (esta de 30.000 reais) e de todas as outras.

E, numa tática organizada por D. João II para as descobertas, para grandes empresas tinha de escolher a pessoa mais apta.

Por isso, muitos dizem por diversos modos:- Quem precedeu Pedro Álvares Cabral na descoberta oficial do Brasil?

- Foi Pedro Álvares Cabral.

### **Carreira não pára**

Pedro A. Cabral, entretanto, não para na sua carreira. Novas missões em África podiam ser presenciadas por D. Diogo Ortiz, que aí residia já como bispo de Tânger e Ceuta, desde 1491.

Serão factos irreais os que o Bispo pregador da despedida de Pedro Álvares Cabral refere ou são reais, bem conhecidas e bem vistas? O certo é que o sermão encomiástico louva Cabral pelas “proezas obradas em África”<sup>178</sup>. E se não fossem verdadeiras estas proezas, muitos haveria ali que o poderiam desmentir. A isso não se atreveria o pregador.

### **Mercês não param**

E em 1497, D. Manuel ratifica a carta de mercê de 1492 passada por D. João II.

Estamos a caminho de 1500

Ainda em 1500, manda pagar a Pedro Álvares Cabral os 40.000 reais que lhe são devidos pelo hábito da Ordem de Cristo.

### **Casa do Senhor D. Jorge**

Entretanto, é natural que Pedro Álvares Cabral tenha feito parte da Casa do Senhor D. Jorge. O filho bastardo e querido do de D. João II, e que este quis, a todo o custo fazer seu sucessor. Quando D. João II cria a Casa deste seu filho, este é Mestre da Ordem de Santiago e Administrador da Ordem de Avis. Terão Pedro Álvares Cabral e o irmão sido cavaleiros de Avis ou Santiago?

Quando D. Manuel incorpora a Casa deste fidalgo na sua própria Casa, por carta de Julho de 1496, sabemos que nesta data, Pedro Álvares Cabral já está integrado na Casa de el-rei.

### **Companheiros de escola e empresas**

Nesta escola foram companheiros e amigos de outros nobres ilustrados, e de outros fidalgos com provas dadas e que acompanhavam ou comandavam os mais novos, como D. Rodrigo de Castro e Afonso de Albuquerque.

Afonso de Albuquerque recebe em 1473 uma tença de 1.000 réis anuais, pagos por trimestre.

E dele se diz que, “lendo ele continuamente no estudo em cada um ano”, lhe foi dada a tença segundo determinação real<sup>179</sup>. Fala-se de uma autêntica escola, e as palavras com que é referido este aluno podem dar a entender que era aluno assíduo e de bom aproveitamento, como hoje se diria.

### **Casamentos dos irmãos Cabrais**

Amigo particular e particularmente apreciador de Pedro Álvares Cabral, faria tudo para que este viesse a casar com D. Isabel de Castro, sua sobrinha. O casamento realizou-se em 1503.(Anexo nº 10)

Entretanto, Rodrigo de Castro trataria de casar uma das suas filhas com João Fernandes Cabral, o irmão varão maior Lídimo de Pedro Álvares Cabral.

Afonso de Albuquerque lutou em Marrocos nos finais do reinado de D. João II e mesmo no tempo de D. Manuel I.

<sup>177</sup> Id.; Id.; nº 475, nº 479; Lousada, 1105, 344.

<sup>178</sup> Id.; Id.; nº 436; Fr. G. V., II, 1261.

<sup>179</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 102; Idade Albuquerque, 25.

Aí estiveram os irmãos Cabral. Há o referido testemunho grande e consagrado destes factos. Nesta época era bispo residente de Tânger e Ceuta D. Diogo Ortiz.

Quem o descreve é o Padre Francisco de Santa Maria. Narra todas as solenidades que a rodearam<sup>180</sup>.

## **Navegador**

### **A despedida da Armada de Pedro Álvares Cabral**

A partida de Pedro Álvares Cabral rompe com todas as praxes de partidas anteriores. Sente-se assegurado um êxito, preparado e decidido conscientemente.

Corte e rei, na despedida, homenageiam este capitão mais que todos os anteriores, mesmo Vasco da Gama.

Antes da partida da armada de Pedro Álvares Cabral, é celebrada missa solene em Belém. O pregador é precisamente D. Diogo Ortiz.

Além da possibilidade de ser um dos mestres dos Cabrais na escola dos fidalgos na Casa de El-rei, louva expressamente Pedro Álvares Cabral pelas “proezas que tinha obrado em África”.

Que testemunho mais será necessário, além da admiração dos companheiros e capitães?

### **Capacidade de Cabral como piloto - Razão da escolha**

A razão que parece certa para a escolha de Pedro Álvares Cabral para esta missão de que foi incumbido é a de que ele era “muito apto”. E isto foi a normal consequência da sua preparação e missões anteriores. E como esta preparação e missões tinham sido feitas no tempo de D. João II, é natural que esta escolha tivesse feito parte dos planos entregues a D. Manuel.

Há uma acumulação de factos indicadores de que um reconhecimento anterior da Costa Ocidental, talvez mais a Norte, foi feito por Pedro Álvares Cabral, em 1493. Terá sido este o facto pelo qual foi escolhido entre tantos pilotos aptos e experientes do tempo.

Na verdade, em 1500, os portugueses conheciam um mapa onde estava indicada aquela terra. Para o sabermos, concorrem o testemunho escrito do médico Mestre João, a acção de Colombo, a actuação de D. João II, outras cartas do tempo, e até possivelmente de Vasco da Gama.

Só assim se compreende como é que debaixo do seu comando vão capitães com serviços excepcionais anteriores como Bartolomeu Dias, Diogo Dias e Nicolau Coelho<sup>181</sup>.

Dispensa piloto quando aborda a costa do Brasil.

Avalia a disposição da esquadra do Samorim, junto de Cochim<sup>182</sup>.

### **A Inédita Missão de Cabral**

Tudo relatado com pormenor com a certeza de fazer a história de um acontecimento inédito, e com a relação de todos os que nela iam tomar parte: os nomes dos fidalgos que partiam e comandavam, quem guarnecia as naus e em que ofícios, o moderno armamento, a riqueza embarcada, o luxo, e a solenidade.

### **Carácter Inédito da Maneira de Comandar de Cabral**

Reúne conselho para qualquer decisão importante... não há notícia de que o tenha feito para decidir alongar a rota para a costa do Brasil. Todos os grandes capitães e cosmógrafos e cartógrafos da armada conhecedores da rota, posição e direcção, nenhum mostra opinião diferente.

## **Notícia do Achamento**

### **João da Nova**

Depois da notícia da descoberta da Terra de Vera Cruz e de ter comunicado esta notícia aos Reis Católicos, em Março de 1501, D. Manuel manda mais quatro naus para os mares do Oriente. Vão comandadas por João da Nova e com a ordem de se juntar à armada de Pedro Álvares Cabral, se ela ainda se encontrar navegando por essas águas.

<sup>180</sup> Ano Histórico, Tomo I, pag. 441.

<sup>181</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 604.

<sup>182</sup> Mtzer Leone, 193-9.

Nesta altura, D. Manuel, ao nomear João da Nova já pode falar de acções feitas por este alémar.

Fá-lo nestas palavra:

“(…) de nobre linhagem por ser homem que entendia bem os negócios do mar e ter gastado muito tempo nas armadas, que neste Reino se fizeram para os lugares de além, onde sempre andou em honrados cargos.”

Quanto a Pedro Álvares Cabral, a quem João da Nova teria de se juntar e sujeitar, nada se diz sobre viagens deste teor, porque o acto de Pedro Álvares Cabral é que era preciso manter como “feliz acaso”. Até nisto Cabral teve de ser calado.

### **Recepção de Cabral**

Quando João da Nova parte, já Cabral tinha iniciado a viagem de regresso que terminaria em fins de Julho, com a chegada a Lisboa, D. Manuel recebe-o com honra e solenidade<sup>183</sup>.

Tinha feito o Tratado de Tordesilhas, Cabral dera-lhe a revelação de que a fizera do modo que mais lhe convinha.

Não deixou de mostrar desgosto pela perda de homens e de sete navios.

Mas as riquezas trazidas eram mais que as imaginadas, e eram mais que o dobro das despesas de toda a armada<sup>184</sup>.

Cabral conseguira êxito comercial e diplomático. Além da riquíssima carga, apresenta cartas e presentes valiosos e de poderosos da Índia.

Só Cabral deu a D. Manuel os novos títulos com que se apresentava ao Mundo: “Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.”<sup>185</sup>.

O Rei, em Sintra, poderia parecer não ligar muita importância. Mas ligou. Afora as perdas de gente, sempre lamentáveis, ficou contente com a riqueza trazida, que ultrapassava as despesas investidas e as multiplicava, e mais ainda com a riqueza antevista, agora que o comércio estava assegurado e a fama dos portugueses reposta como homens de sério trato.

### **Recompensas de el-rei Nosso Senhor**

D. Manuel, para celebrar a notícia da descoberta do Brasil, concedera de imediato a Cabral uma tença de 30.000 reais.

Agora, com a chegada da Índia, atribui-lhe uma pensão de 200.000 reais como recompensa de tão grande sucesso.

Todas as pensões de Cabral somam 283.000 reais, não incluindo a de Cavaleiro da Ordem de Cristo. Estas pensões foram todas ganhas uma a pós outra, por cada acção ao serviço de um e outro rei, sempre el-rei Nosso Senhor.

A tença de 200.000 reais é passada em 10 de Janeiro de 1502, dois anos após ter sido concedida.

Parece concedida de modo nu e cru, mas o documento menciona que é dada como recompensa do “serviço que fez no descobrimento da Índia”.

Apetecia-me sublinhar “como recompensa do serviço prestado no descobrimento da Índia”...

Mas, para Cabral, a maior recompensa deste serviço foi el-rei logo o ter incumbido do comando da viagem que se seguiu.

Era a maior prova de que o seu serviço tinha sido realizado com alta competência. Era abrir ao jovem capitão uma rota de glória e riqueza que era a ambição de todos quantos trabalhavam no serviço de el-rei Nosso Senhor.

### **Vasco da Gama - Só para comparar**

Vasco da Gama uma tença de 300.000 reais. À primeira vista parecem semelhantes. Mas não.

Pedro Álvares Cabral somou perigos e méritos um após outro. Mesmo assim todas estas pensões somadas não chegavam à de Vasco da Gama.

Depois, Vasco da Gama recebe na verdade e também 300.000 reais, de uma assentada, mas

<sup>183</sup> Peres, Damião; Pedro A. Cabral, p.177.

<sup>184</sup> Id.; 481; Lendas da Índia, 1501, XV, 230; Decd., I, VI, (I),225.

<sup>185</sup> Id. 481; Decd. I, VI, (I), 223 2 segs.

recebe-os “de juro e herdade”.

A Vasco da Gama dá-lhe o cargo de Almirante da Índia.

Dá-lhe o título de “Dom” para si, para seus irmãos, e descendentes...

Vasco da Gama quis mais. Quis que D. Manuel o fizesse Conde de Sines. O Senhor D. Jorge opôs-se. Vasco da Gama e el-rei tiveram uma fase de desentendimento. Foi feito Conde da Vidigueira, nada mau! Mas perante um rei que, desde a Quarta viagem à Índia esteve cominado com Gama, Gama exigiu o que quis e tudo quanto pediu ou exigiu ainda lhe pareceu pouco.

El-rei Nosso Senhor é de facto magnânimo para alguns dos seus servidores.

Pedro Álvares Cabral acaba por ter de não aceitar o comando da viagem à Índia...

Que recompensa esperaria Pedro Álvares Cabral?

Ser Almirante do Mar do Ocidente?

Era inteligência e grandeza de alma grandes demais para D. Manuel, formado, e fruto, na escola de esquecer e matar quando necessário, e sobretudo quando isso servia os seus interesses. A capacidade de planear empresas, preparar e destinar os homens certos para elas, isso não aprendeu.

### **Casamento**

Em 18 de Fevereiro de 1503, D. Isabel da Castro, depois mulher de Cabral, era donzela da Casa de D. Maria, rainha de Portugal e dos Algarves,... Infanta de Castela, Leão e Granada. É portanto donzela. D. Constança, mulher de D. Fernando de Noronha, apresenta a carta em que el-rei lhe concedera a renda dos linhos de Torres Vedras e seu termo, e pede a D. Maria que sejam transferidas para sua filha. D. Maria concede o trespasse para D. Isabel de Castro, a que, na carta, chama “nossa donzela”

Pedro Álvares Cabral, naturalmente, ainda não é nomeado no documento.

Mas é de pensar que esta doação da mãe da donzela foi já o dote de casamento que se realizou pouco depois, em fins de Fevereiro ou princípios de Março de 1503. Isto pode avaliar-se mesmo pelas idades de seus filhos, como se verá.

Isabel de Castro aparece também chamada de Isabel de Noronha, por ser filha de D. Fernando de Noronha, arcebispo de Lisboa. (Anexo nº 10)

Era, assim, cunhado de D. Garcia de Noronha que morreu como Vice-Rei da Índia, em 3 de Abril de 1540<sup>186</sup>.

Mais tarde, a Infanta D. Isabel, futura Imperatriz, confirmou a renda dos linhos de Torres Vedras a D. Isabel de Castro, e agora já a cita como “mulher de Pedro Álvares Cabral”<sup>187</sup>.

Portanto, Pedro Álvares Cabral não se casou muito novo, contrariamente a outros fidalgos como D. Nuno Álvares Pereira que se casou aos 16 anos.

Parece que el-rei tinha como prática encarregar de empresas arriscadas cavaleiros livres, que melhor pudessem servir el-rei e a sua causa. Uma espécie de celibato consagrado à missão real. Sim ou não, foi nesta missão que Cabral se incluiu e só casou quando foi dispensado ou obrigado a desistir da Quarta viagem à Índia que o rei lhe prometeu e conseguiu retirar.

### **Cabral e Afonso de Albuquerque**

De ter feito este casamento muito se orgulha Afonso de Albuquerque, que tão cuidadosamente tratou de tudo, antes de partir para a Índia.

Albuquerque tinha por Cabral mais do que amizade. Quando, da Índia escreve a D. Manuel, para que este continue a aproveitar seus serviços diz:

“Vossa Alteza tinha contentamento de seus serviços, de sua bondade e cavalaria(...)”.

E continua Albuquerque dizendo que sabendo que el-rei encarregara Pedro Álvares Cabral de “missões honradas, lhe pareceu que não podia deixar de el-rei haver de Cabral honra e mercê, por sabermos que era cavaleiro, homem avisado” e que, em qualquer tempo e qualquer empresa, el-rei teria sempre a certeza de que Cabral daria sempre boa conta, como el-rei já tinha como experiência.

Era este o retrato e o conceito dos homens que conheciam Cabral desde os tempos da escola

<sup>186</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 93; G.E.P.B., “Noronha, Garcia de”.

<sup>187</sup> Ch. D. S.; liv. 40, ff 82-83 e outras.

de fidalgo. Era este o conceito que D. João tinha deste homem. Por isso se diz que o Venturoso teve armadas e capitães preparados e designados.

Não aproveitou toda a ventura que D. João II lhe deixou.

Porque não aproveitou todas as capacidades de Pedro Álvares Cabral e de outros que tão mal pagou.

Outros mais humanos, como um dos prováveis professores de Pedro Álvares, D. Diogo Ortiz<sup>188</sup>, e Afonso de Albuquerque, um companheiro mais velho ou chefe na Escola da Casa Real, ou nas empresas, esses sabiam das qualidades de Cabral. (Anexo nº 11)

Interessante é notar que os genealogistas não referem os feitos das personagens.

Mas em Pedro Álvares Cabral, aparece a referência seguinte: “Capitão Mor que foi à Índia no tempo do seu descobrimento”<sup>189</sup>.

Isto é pouco? É muito?

Muito, porque de outros nada diz.

Muito, porque revela a consciência de que nem tudo na Índia fora descoberto e Cabral teve neste descobrimento parte grande. De resto até D. Manuel I diz de Cabral que descobriu a Índia (Não o caminho, claro!)

Diz pouco para a nossa curiosidade e conhecimento actual, porque não refere o Achamento do Brasil. A Índia ocupava e cegava gente, rei, mundo.

O Brasil nada tinha sido para agente do tempo, com olhos e nariz enfossados na canela e noutras especiarias e riquezas já conhecidas e exploradas. Apesar disso, é um genealogista e os genealogistas são tão avaros em palavras biográficas, é um genealogista que escreve: “Pedro Álvares Cabral Capitão Mor que foi à Índia no tempo do seu descobrimento”.

E venha rei e sua camarilha, vá uma política do tempo querer esquecer um facto!

El-rei Nosso Senhor pagou mal. Mas as Pátrias podem esquecer os reis e até viver sem eles, se tiverem heróis.

### **Tenças póstumas - reconhecimentos tardios**

1520 - Em 3 de Novembro, a viúva de Pedro Álvares Cabral, D. Isabel de Castro, recebe uma tença de 30.000 reais, “em atenção aos serviços” de seu marido.

Seu filho, António Cabral, recebe outra tença de 20.000 reais. Era já moço fidalgo da Casa Real.

Estas tenças são póstumas, uma espécie de remissão de aleivosias e mau trato dado por el-rei Nosso Senhor a Pedro Álvares Cabral.

Sabemos que este favor de el-rei Nosso Senhor não passava de uma esmola, comparado com as tenças de “juro e herdade” dadas a Vasco da Gama.

Seu outro filho, Fernão Álvares Cabral, recebe tença igual de 20.000 reais. Mas a carta desta diz que é por reconhecimento de el-rei pelos “muitos serviços” que tinha recebido e esperava receber<sup>190</sup>.

### **1º Filho**

Ainda em finais de 1503 ou princípios de 1504, nasceu o primeiro filho, Fernando Álvares Cabral.

Em 1518 consta da relação dos moços fidalgos de el-rei e recebe, de moradia, 1.000 reais por mês.

Em 1520 e ainda moço fidalgo, recebe uma tença por mérito conseguido por si próprio.

Em Março de 1522, e já como escudeiro, manda el-rei pagar-lhe acerto de contas devidas.

Em 1524 era cavaleiro fidalgo de D. João III que, em 8 de Março do mesmo ano lhe confirma a tença de 20.000 réis.

### **2º Filho**

O segundo filho de Pedro Álvares Cabral foi António Cabral. Terá nascido em fins de 1504 ou em 1505.

<sup>188</sup> Id.;43.

<sup>189</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 94; Lima, I, 333.

<sup>190</sup> Id., 51; Ch. D. M., 39, 60; resum. In Fr. G. V. I, 449, 450.



Em 1519 teria catorze anos, e, em 3 de Janeiro do ano referido, era moço fidalgo da Casa Real com uma tença de 1.000 reais por mês.

É assim que é referido: “António Cabral, filho de Pedro Álvares Cabral, 3 de Janeiro e todo o Fevereiro e Março, a mil por mês(...) com cevada(...) 2.851 réis”

Em 14 de Março de 1521, el-rei manda dar-lhe 29.000 réis.

Entre 1526 e 1527 presta serviço no Norte de África, de tal modo que, em 1528 é já escudeiro fidalgo, vendo aumentada a pensão.

E, em 12 de Março de 1531, como fidalgo da Casa de el-rei, e já cavaleiro, recebe 60.000 réis por serviço prestado na Índia.

Foi capitão-mor de armadas na Índia e morreu numa viagem de regresso, em 1538, sem descendência.

Os filhos de Pedro Álvares Cabral seguiram igualmente um destino marcado sobretudo pelo seu serviço e méritos.

### **Um Cabral por Capitão Escolha de Pedro Álvares Cabral**

- Quem é Pedro Álvares de Gouveia? Um desconhecido?

- No momento exacto, em que o trabalho de dezenas e dezenas de anos podia ou não ter o seu remate que já se esperava feliz e grande sucesso, para uma armada em que tudo se tinha comprometido, tudo, riqueza do rei e empréstimos, riqueza de nobres e comerciantes, de portugueses e até estrangeiros, D. Manuel I tinha de escolher o homem mais apto, ainda que não fosse de sua total graça, mas por questão de senso. Depois, depois,... já o poderia substituir por outros e dispensar o que agora mais convinha ser escolhido.

Como, porquê é ele escolhido por el-rei para a comandar a maior e mais bem aparelhada armada que saíria do Tejo para rumar à Índia, repor e impor as boas relações e prestígio do poder de Portugal? E porquê é escolhido para revelar como reais e certas as terras que, ainda só suspeitadas, já eram motivo de lutas diplomáticas e históricas?

Se o comum dos homens do tempo o não soubesse, o Rei conhecia-o certamente. E também o Conselho de el-rei. Ele era o homem apto, mantido na reserva, para uma missão de há muito planeada.

Na carta de nomeação manda escrever que é nomeado pelos serviços prestados e merecimentos. Os merecimentos pessoais e não os de família, que estes já vinham de longa data.

Todos os reis os tinham sentido e visto, e em toda a parte onde Portugal teve de lutar ou planeou lutar:

Guerras da Independência. Qual o Alcaide que se opôs logo à partida ao Rei de Castela e não lhe entregou o Castelo da Guarda? - Álvaro Gil Cabral.

No Norte de África e logo desde a conquista de Ceuta, quem, tendo chegado doente a Ceuta, teve, contrariado, de esperar convalescença, mas que, restabelecido, foi o primeiro a matar mouros a cavalo? – Fernando Álvares Cabral.

Para a batalha de Toro, quem às tropas do Infante D. João juntou as suas recrutadas na Beira, e lutou com o príncipe e com o príncipe ficou vencedor? - Fernão Cabral, alcaide de Belmonte.

Este foi o exército que libertou o cerco posto a D. Afonso V, e que poderia inverter a situação que procurava este de ser rei de Castela em tornar-se seu prisioneiro.

Daqui por diante aumentariam as mercês e honras que el-rei acumularia em Fernão Cabral I.

Aconteceu que nas campanhas de Castela, morreram precisamente o sogro e o cunhado de Fernão Cabral I: João de Gouveia e seu filho, Vasco Fernandes de Gouveia. Isto viria a juntar a casa do Alcaide-Mor de Castelo Rodrigo à casa de Fernão Cabral I<sup>191</sup>.

Não é o favoritismo. Para missões decisivas como esta, a aposta só podia ser no homem certo, capaz, honrado, de confiança. Era o futuro de um Estado e Reino.

Os favoritismos vieram depois encher os paços dos monarcas, do próprio D. Manuel I, em que o próprio estado passou a ser uma fonte de emprego. As viagens à Índia eram disputadas, praticamente

<sup>191</sup> Leone, Metzner; p..27.

compradas ao estado e o estado vendia.

Nessa altura e nessa guerra de interesses, Cabral estaria orgulhosamente fora.

Agora, para servir el-rei, para cumprir à recta uma missão, contassem com esse Gouveia.

Mas Gouveia?! Não sabem quem é este Gouveia?

Um descendente de família sempre unida à dinastia de Avis e a dar por ela a vida. Um trineto do Rei D. Fernando e de D. Henrique de Castela. Sua avó era irmã de leite do rei D. Duarte. Mas “Gouveia” ficaria mais ou menos esquecido, em ascendência régia também.

E Cabral, sabem quem é Cabral, este Cabral?

Pedro Álvares Cabral só modernamente é que aparecerá como um desconhecido, quando é escolhido por El-rei para capitanear a maior e mais aparelhada armada que sairia do Tejo, já era mais que notória sua aptidão.

Para quem estava dentro da política e dos objectivos do tempo rigorosamente já traçados por D. João II, conhecia Pedro Álvares Cabral.

D. Manuel recebeu com alegria a notícia da chegada à Índia por mar.

Mas a incapacidade (o desastre) de Vasco da Gama de estabelecer relações pacíficas, políticas e comerciais “e a quase humilhação” que o capitão suportara para as não comprometer totalmente provocaram em el-rei algum desalento e até indignação. Mas enfim, o caminho estava sabido e aberto. Vasco da Gama não teria feito tão mal que não pudesse remediar-se pelo envio de nova armada, maior, mais forte, mais brilhante. A desagradável situação criada havia de inverter-se em favor do rei de Portugal..

Foi preparada uma Armada de treze navios. Foi provida até de meios para a possibilidade de uma intervenção militar. Mas, o monarca preferia relações amistosas à força da guerra. Ao novo capitão seria dada a missão diplomática de embaixador além dos poderes de comandante supremo da armada. Era uma missão múltipla e difícil. O capitão tinha de ser escolhido com este perfil, e o monarca tinha de lhe reconhecer bem profundamente estas capacidades.

El-rei, nesse tempo, nessa circunstância, para essa empresa, sabia exactamente quem era esse homem. Conhecia-o desde moço fidalgo da Casa do Infante e depois de sua Casa Real. Dera-lhe tenças por serviços prestados. Quais serviços? que tipo de serviços? Esse e outros segredos eram com el-rei e com o escolhido.

Outros homens do tempo, por ignorância, por inveja ou por dever; e muitos historiadores até hoje porque nada se encontra escrito daquilo que se queria ver escrito sobre a intencionalidade da descoberta do Brasil sobretudo, ainda não sabem e discutem porque é que havia de ser um Gouveia! Pedro Álvares de Gouveia, assim dizia a Carta de nomeação de capitão-mor da armada.

- Gouveia?

Alguns autores perguntarão ainda hoje. Quais os motivos da escolha deste homem? Por ser fidalgo? - Gouveia, sim. Sim. Mas para o público entender melhor, lembre-se uma série de factos de uma família, factos de fidelidade, competência, e ousadia e grandeza no comando da guerra, e na Guarda pessoal de príncipes e reis, e de defesa das terras mais arriscados da fronteira do reino; lembre-se não um facto, mas uma série continuada de factos heróicos no Norte de África.

É um Cabral, um nome cuja fama pode ser conhecida na Índia, na Costa de África, como é conhecido no Norte de África. Nas suas cartas de embaixador aqui está: Pedro Álvares Cabral.

Nem Gama contestou.

Terá sido o próprio Vasco da Gama um dos que, entendeu que Pedro Álvares Cabral era o indicado para empresa daquele género.

Mas se fosse pela fidalguia, segundo as normas do tempo, seria escolhido o irmão mais velho, João Fernandes Cabral. Esse, sim, era o primogénito.

Este já havia tempo que era o alcaide, que recrutava e comandava os homens da Beira, à volta de Belmonte.

Não esqueçamos que desde há tempo as tenças que estes dois irmãos (João Fernandes Cabral e Pedro Álvares de Gouveia) recebiam em conjunto, tença atribuída por morte de seu pai em defesa do Infante D. Henrique no Norte de África, fora dividida. João Fernandes Cabral veio para as Beiras, tomar conta do castelo de que como sua família daria conta a el-rei. Pedro ficou na Corte, na vida política, científica, técnica e bélica da época, na ciência, na experiência e nas artes, em que a Corte

preparava e mantinha a postos os seus homens.

Vasco da Gama não era o escolhido para o comando da armada da descoberta do Caminho Marítimo para a Índia. Era o seu pai. Por doença deste, é que foi Vasco da Gama<sup>192</sup>.

Há autores que dizem: O capitão, o capitão estava escolhido, e não seria Vasco da Gama.

Era Pedro Álvares de Gouveia, um filho segundo, com o cognome da mãe, primeiro só na sua preparação e acção. Assim lhe é passada a carta para assumir o comando de toda a frota e armada da Segunda viagem à Índia. Na carta de regimento, já o rei se terá lembrado que afinal aquele filho segundo era, nem mais nem menos, descendente da mais que conhecida família dos Cabrais. É então que o capitão de toda a frota e armada aparece com o nome de Pedro Álvares Cabral.

1500 (9 de Março) - deixou o Tejo.

14 de Março passou pelas Canárias.

22 de Março sulcou águas Cabo-Verdianas, sem procurar provisões.

Sem demora nem detença, transpôs o Equador. Iniciou a rota em larga curva traçada a Oeste, segundo a técnica conhecida pelos capitães das naus, e que levaria a armada a ultrapassar a ponta da África Austral, e entrar já nas águas do Índico.

Mas, iniciada a rota da larga curva, seguiu toda a armada a Sudoeste, desde o troço inicial dessa rota, diferente daquela que maior parte dos capitães das naus sabia ser a seguida quando só se pretendia ultrapassar a África Austral.

Assim fizeram, nessa rota aparentemente errada, três semanas.

Ao cabo de três semanas, em 22 de Abril, encontraram sinais de terra. Era o Brasil.

Tempestade que arrastasse todas as naus para sudoeste foi lenda que serviu como desculpa para o tempo.

A coroa tinha interesse em saber se ao largo dessa águas necessárias para livre trânsito da navegação para a Índia havia terras que pudessem servir de apoio.

Se tinha sido tão fácil a Colombo navegar a direito e encontrar terras, como não poderia ser igualmente fácil fazer o mesmo a sul?

Se a Sudoeste houvesse terras, estariam ou não para cá dos limites do Tratado de Tordesilhas?

Quer houvesse conhecimento de terras na parte Sul da América, ou porque não o houvesse, era de toda a vantagem que se soubesse a verdade. Vestígios delas já se conheciam. Poderá o rei ter dado ordens sigilosas ao capitão-mor para tentar essa descoberta.

O que estivera encoberto ou camuflado no Tratado de Tordesilhas, foi desventrado por Cabral.

O sigilo ficou entre dois homens. Um Cabral é fiel ao seu rei, ainda que fique esmagado pela prensa, pela política ou pela inveja ou ingratidão.

### **A Lenda da Cabra e do Cabrito repetem-se**

Ao descobrir ao Brasil e depois ao cumprir com a missão na Índia, repetiu ao rei a lendária oferta de um cabrito de ouro antes de lhe oferecer a cabra.

A cabra, a cabra foi a Índia. Era a riqueza que se antevia de imediato e maior peso de ouro. Velha, a cabra deixou de ser rentável, foi mesmo ruínosa. Tornou-se forra!

Mas, antes de chegar à Índia, Cabral mandou ao rei a oferta da nova terra achada, o Brasil. Com os muitos erros cometidos, esta terra seria o cabrito de ouro, de raça, que havia de dar uma colónia de ouro e outras riquezas diversas, sempre novas e uma nação nova e absolutamente original e promissora. Assim a deixem ser completamente senhora da sua liberdade e riqueza.

### **Cabral descobriu o Brasil.**

#### **- Outros descobriram o quê?**

Nos 500 anos da descoberta do Brasil, mais uma vez se acirra a procura de lendas e provas, probabilidades e indícios de quem terá chegado primeiro à América do Norte, do Centro, e do Sul

De cada vez que o problema se aborda, se conclui que a América foi descoberta muitas vezes, mas, porque muito silêncio se fez à volta disso, faltam os documentos, abundam as hipóteses. Multiplicam-se, porém os nomes dos descobridores, sedentos de glória.

<sup>192</sup> Peres, Damião; Pedro A. Cabral.

O cúmulo foi Américo Vespúcio que conseguiu enganar o mundo, dar o seu nome ao novo continente, a América, onde só terá chegado numa pequena armada portuguesa de três naus mandada para continuar o descobrimento das terras Vera Cruz, depois de Cabral ter mandado ao rei a notícia deste achamento. E agora faz vergonha modificar a falsa identidade à América que continuará a usar o nome nascido de vigarice.

Temos de pensar como é que um assunto que foi o mais secreto do mundo do século XV, tenha agora tantos possíveis e até verdadeiros descobridores. Verdade seja que destes, os menos numerosos, ou menos conhecidos, são os portugueses, talvez porque os mais preocupados e interessados em manter discrição e trabalhar com certezas.

De todas as disputadas reivindicações de descoberta, a mais antiga é a que mergulha na lenda e atribui-se a frades. Aos homens que mais escreviam, atribui-se-lhes o que não passa de uma lenda:

Habitualmente diz-se que Colombo terá chegado a ilhas da América em 1492. Mas, pelo menos mil anos antes, o monge irlandês S. Brandão com dezassete companheiros, foram num barco celta à demanda da “Terra dos Santos”. Desembarcaram numa ilha bela em que os pássaros cantavam em latim. Acenderam uma fogueira numa ilha. Mas ilha submergiu porque era uma baleia...!

Esta ilha perdeu-se, um pouco como as descobertas de muitos que a história pretende perfilar na galeria dos achadores da América.

Mas o sonho e objectivo de encontrar a Ilha de São Brandão prolongou-se por mais de mil anos, até ao século XVIII!

O melhor continuador do misticismo dos frades terá sido Colombo que, sendo, além de muitas coisas, um místico, “as suas viagens buscavam não novos continentes mas a transcendência espiritual”<sup>193</sup>.

Dando a todos os possíveis achadores a honra de descobrir um pouco do Continente Americano, reservamos cautelosamente mais alguma honra também para os que ainda venham a aparecer, e podem, porque pouco se conhece de quem mais sabia do assunto: D. João II e seus homens.

Continuamos a seguir a história de que a terra de Vera Cruz foi achada por Pedro Álvares Cabral. E, antes, virão perguntas.

### **Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral? Quem Era?**

Quando se fazem estas perguntas, faz-se um convite a uma viagem de descobrimento inversa: Descobrir um dos descobridores de parte do Novo Continente, conhecer a sua terra, a sua gente.

Contra os que dizem que nada influi na acção e no carácter dos heróis ter nascido aqui ou ali, Belmonte tinha de marcar Pedro Álvares Cabral.

Quando a lenda da cabra e do cabrito de ouro aparece escrita, no século XVI, já os Cabrais tinham em Belmonte o centro de bens que iam desde o Douro até Lisboa, só possíveis de percorrer em muitos, muitos dias a cavalo.

Foi aqui, em Belmonte, que nasceu Pedro Álvares Cabral, em 1468 (ou 69), e dentro do castelo medieval desta vila. (Anexo nº 8 e nº 12)

Mas não era ele o filho mais velho, o varão lídimo que seria o herdeiro destes bens quase impensáveis para uma família não considerada da mais alta linhagem.

Pedro Álvares Cabral era filho segundo. Fez carreira igual à de seu irmão mais velho, João Fernandes Cabral até este tomar conta de quase todos estes bens e da Alcaidaria-Mor de Belmonte. Pedro Álvares continuaria ao serviço de el-rei, fazendo sua carreira, percorrendo léguas e léguas em África e no mar oceano, acrescentando às suas custas sua honra, suas terras, e sua casa.

Pedro Álvares Cabral nasceu em terras difíceis, reconquistadas e mantidas muito à custa de filhos segundos, e de nobreza de segunda.

Como outros da mesma condição de nascimento, foi fazer-se homem e procurar o seu bem onde algo encontrou com algum sonho, muita persistência, e muita prática.

<sup>193</sup> Guennes, Duda; Quem Descobriu o Quê?, Revista Expresso, N° 1404.

## Navegar, casar... - Filho segundo que se afirma como primeiro da família e do reino

Alguns historiadores fazem questão de dizer que a família Cabral não era das mais nobres famílias do reino. Ainda bem! Que terá sido uma das muitas famílias do interior e da raia que foram colocados em sítios estratégicos, e, em tempos de luta, se foram notabilizando e subindo na nobreza.

Quanto a Pedro Álvares Cabral, os que o pretendem deslustrar, mantendo o rancor de D. Manuel I, uns quase que dizem que o rei lhe confiou o comando de toda a frota e armada para o tirar da miséria e esquecimento de filho segundo e de filho segundo de uma família só conhecida na província; outros, que lhe confiou por merecimentos da mulher, trineta de D. Fernando de Portugal e de D. Henrique de Castela.

A verdade é que ele, só depois do acto de navegação que culminou uma carreira e o consagrou para o mundo, é que casou<sup>194</sup>.

Quanto mais disserem que casou em família mais nobre que a sua, que era filho de nobreza provinciana, que nem sequer era filho maior lídimo, que era filho segundo,... mais fazem avultar a força e garra deste filho segundo que se faz por si e por si se impõe pelo que faz.

Casou depois de ter merecido a noiva e de se tornar cobiçado como bom e honrado partido. Tão certo, como certo é que foi a própria família da noiva, donzela da rainha, a procurar o casamento e a aumentar o dote.

No tempo do seu casamento, Pedro Álvares Cabral era o homem mais ilustrado e de maior merecimento em todo o reino.

Por isso, tão honrados se mostram os que da família da noiva conhecem Pedro Álvares Cabral, que Afonso de Albuquerque diz: "eu fui o que concertei e ordenei este casamento e lhe fiz dar, da fazenda de minha irmã e meu cunhado D. Fernando, mais em casamento... do que seu móvel e raiz podia abastar"<sup>195</sup>.

Portanto, não ser de nobreza da primeira linhagem, isso não é desprimor para os Cabrais, nem para Pedro Álvares Cabral, antes é o maior ponto de honra de toda a família e deste em particular.

Porquê? Porque foram uma família que se ilustrou não por um herói mas por uma geração de heróis; não por um, mas por uma sucessão de actos nobres e heróicos, relatados nas Crónicas do reino, nas Décadas, nas Lendas da Índia, nas várias chancelarias reais. E é destas que, por vezes, saltam desconhecidos actos de valor e bravura, sem qualquer descrição que não seja a de atribuição de tenças e mais tenças, por serviços prestados.

Por serviços prestados: aqui está a grande nobreza dos Cabrais e os rastros da biografia destes e de Pedr'Álvares. (Fotos nº 40 e 40A)



Fotos 40 e 40A - Belmonte. Estátua de Pedro Álvares Cabral, de Álvaro de Bré, inaugurada em 1963, com a presença de Jucelino Kubitschek de Oliveira. Em realce, o astrolábio, para reforçar a opinião que afirma que este Cabral foi, sobretudo, um piloto



<sup>194</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; n.ºs 427, 428 e 429.

<sup>195</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; Cartas Albuq., I, 353, nº 101.

## Belmonte - Onde Cabral aprende História de Gigantes

Por isso, terras há que se honram de lá ter vivido ou morrido ou por lá ter passado.

Em Belmonte há uma originalidade.

Muitos destes actos notados e notáveis que os Cabrais e suas gentes fizeram, estão também esculpidas, inscritos, no granito da arquitectura e escultura em Belmonte. Por isso vale a pena visitar esta vila, onde a lenda, a história e os monumentos fazem uma confluência original, e falam.

Falam de Pedro Álvares Cabral. Foram primeira escola da Pedro Álvares Cabral.

Falam da sua educação, como da de seus irmãos, que aqui começou, no seio da família, que oralmente pôde transmitir os feitos descritos nas crónicas e outros, estes com mais côr e realismo do que as Crónicas.

Porquê com mais realismo e côr? Porque era a tradição oral e familiar que os retinha e contava, com pormenor e orgulho; porque lhes juntavam a narração de actos e atitudes omitidos nos livros mas bem vivos ainda e importantes para a família; e porque apontavam lugares onde alguns desses actos tinham sido praticados.

A ilustração destas crónicas escritas e orais está no granito dos monumentos de Belmonte em que os Cabrais iam gravando os actos de que mais se honravam.

A capela de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade, na Igreja de São Tiago de Belmonte, está ligada à memória de D. Gil, físico e amigo pessoal de D. Pedro, o qual, perante o tabelião geral e grandes do reino, jurou que, como cônego-deão da Guarda, tinha oficiado ao casamento de seu rei com D. Inês.

Está ligada ao alcaide mor da Guarda, Álvaro Gil Cabral, que se recusou receber no castelo o rei de Espanha quando este entrou em Portugal para aliciar nobres e alcaides à sua causa.

É confirmado pelo aclamado rei nos seus bens, pois lhe renova cartas perdidas quando o velho Cabral se foi juntar ao Mestre de Avis para o ajudar a tomar Torres Novas.

D. Álvaro Gil Cabral está presente nas Cortes de Coimbra, realizadas para aclamar o Mestre como rei. Aí morre. Fica sepultado na Sé velha, em campa que ostenta como armas as cabras passantes do brasão desta família. Já desgastado, é o brasão de família mais antigo que se conhece.

Mas, a alcaidaria mor do castelo da Guarda não passa para seu filho. É entregue ao nomeado bispo da Guarda.

Foi só porque Álvaro Gil Cabral era filho daquele que, em Coimbra, jurara ter oficiado ao casamento católico de Pedro e Inês ou porque por mais alguns motivos o novo rei pensava que tivesse ali uma geração de legitimistas apoiantes do filho daquele casal? Precisaríamos mesmo de provas de fidelidade?

Até por esta perda da alcaidaria mor da Guarda, a origem dos Cabrais está mais ligada a Belmonte e aqui teria provas sobejas de fidelidade. Porquê?

Porque D. Gil, já bispo da Guarda, tinha deixado a D. Maria Gil, moradora em Belmonte, os bens que possuía antes de ser bispo e que em boa parte lhe tinham sido dados por D. Pedro. Determina que estes bens sejam para construir a dita capela de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade, ligando a ela, por vínculo, o morgadio o primeiro morgadio de Belmonte e mais: Determina que D. Maria Gil Cabral nomeie para administrador deste morgadio um Cabral, que viva em Belmonte, e da família de ambos, bispo e D. Maria Gil.

D. Maria Gil, em 1392, manda escrever que está a cumprir o seu testamento. Em 1401 afirma que acabou de o cumprir. (Foto nº 41)

Fez a capela, com a Pietá de granito, gótica, que aí se venera.

Nomeia morgado o filho de D. Álvaro Gil Cabral,



Foto 41 - Belmonte. Imagem de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Piedade, em granito da região, monolítica e gótica.

Luís Álvares Cabral.

Este, pode ter sido alcaide menor ainda nos tempos do senhorio dos bispos de Coimbra.

Quando, em 1392, os bispos de Coimbra são autorizados a trocar com o legitimista Martim Vasques da Cunha, o senhorio de Belmonte pelo senhorio de Arganil, pouco tempo depois o novo senhor e alcaide de Belmonte é obrigado a refugiar-se em Espanha e o rei confisca-lhe os bens.

Martim Vasques faz incursões pelas terras de Belmonte que pretende manter como suas.

As gentes de Belmonte com seu morgado defendem-se e repelem os invasores.

O morgado é Luis Álvares Cabral, o filho do fiel e antigo alcaide mor da Guarda.

Em 6 de Outubro de 1385, D. João I tinha confirmado a Luís Álvares Cabral privilégios, rendas e haveres que tinham sido de seu pai, Álvaro Gil Cabral. Mas ainda obriga este Cabral a vender as terras de Valhelhas e Tavares para serem doadas a outros!...

Mas depois foi nomeado 2º senhor de Azurara e 1º alcaide de Belmonte pelo próprio D. João I, depois de provas dadas de valor e fidelidade.

Em 28 de Julho de 1400, D. João I dá a Luís Fernandes Cabral o privilégio que proíbe a outros fidalgos de fazerem “tomadias e maladias” nas terras de Azurara.

Este privilégio seria renovado a Fernando Álvares Cabral em 9 de Novembro de 1434, e, ao pai de Pedro Álvares, em 8 de Novembro de 1464.

Assim aprendeu Pedro Álvares Cabral como, de nada ter de el-rei, se faz para dele ganhar privilégios e honras.

Isto era importante. Era importante para qualquer Cabral, sobretudo para um filho que não fosse o maior lídimo.

### **Cabrais, 1º e 2º Alcaldes de Belmonte**

Na capela de Nª Sra. da Piedade de que Luís Álvares Cabral foi primeiro morgado, e nos capitéis historiados que estão na base da abóbada gótica, vemos esculpidos em relevo os feitos de outros Cabrais.

O alcaide Luis Álvares Cabral, e seu filho Fernando Álvares Cabral, embarcam no Porto para a conquista de Ceuta em 1414. Luis Cabral é Guarda-mor e Vedor da Fazenda do Infante D. Henrique.

No Porto assume o comando de uma nau. Em Lisboa, é-lhe entregue o comando de uma grande nau e seu filho toma o cargo de Vedor da Fazenda do Infante.

“E aqui haveis de saber que Fernando Álvares Cabral adoeceu de peste na nau do Infante D. Henrique, onde vinha, e de quem era vedor.

Foi posto fora, em terra, e levado para Tarifa. E prouve a Deus de lhe dar saúde para lhe fazer adiante muito serviço.

E tanto que Ceuta foi tomada, e ele curado, foi para aquela cidade e nela esteve por alguns anos. E esteve nos cercos ambos (1418 e 1419), sempre como bom fidalgo, e foi o primeiro que matou mouros a cavalo naquela cidade, fazendo sempre coisas dignas de muita honra. E assim morreu depois defendendo seu senhor, sobre o cerco de Tânger, em 1437.

Esta morte foi para ele muito honrosa, por acabar ao serviço de Deus e do senhor que o criara.” Assim diz Gomes Eanes de Azurara, na sua Crónica da Guiné. (Ver Fotos nº 26 e 27)

Nesta altura, Fernão Álvares Cabral, 3º Senhor de Azurara e 2º alcaide de Belmonte era guarda-mor do Infante. Em 1433, D. Duarte confirmara-lhe todos os privilégios, casas, senhorios e bens dos Cabrais.

Casara com D. Teresa de Novais de Andrade, neta paterna de D. Nuno Freire de Andrade, Mestre de Santiago, a quem fora confiada a educação do futuro D. João I, para quem pedira a el-rei o Mestrado de Avis.

Tiveram como filho maior lídimo Fernão Cabral, futuro Fernão Cabral I, pai de Pedro Álvares Cabral.

Voltando às crónicas, sabemos que, no infeliz cerco Tânger de 1437<sup>196</sup>, um mouro desfere um golpe, pelas costas, a D. Henrique. Fernão Álvares Cabral, interpõe-se. apanha o golpe, e dele morre, dando a vida pelo senhor criara.

<sup>196</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; op. Cit. nº 39.

Conhece-se, por carta de 1438, que o Infante D. Henrique mandou, “de graça” 350.000 libras à viúva de Fernando Álvares Cabral

E D. Afonso V ordenou, por isso, passar carta à mesma “D. Teresa de Andrade, mulher que foi de Fernando Álvares Cabral” para “que lhe guardem todos os privilégios e honras e liberdades, a ela e a seus mordomos e apaniguados, que havia sendo vivo seu marido...”

Voltando a Belmonte, vemos os relevos da capela que historiam este episódio.

Aqui mesmo, e não só nas crónicas, Pedro Álvares Cabral, ainda jovem, vê, ilustrados, os exemplos que lhe contam dos seus antepassados.

Aí vê também, que todos os dias se celebram duas missas, se rezam cem Padre-Nossos, cem Avé-Marias, e vinte credos, como foi estipulado e vem sendo observado religiosamente pela família.

As lições de seu pai, avô e tio maternos, eram recentes.

O próprio Fernão Cabral I, seu pai, lhas contaria.

Entrando na Igreja de São Tiago, focando a capela de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade, contaria como sua família nasceu de defender e manter fiéis alcaidarias de fronteira, de risco.

Nasceu da amizade de D. Gil Cabral com el-rei D. Pedro I, da fidelidade que lhe manteve, no casamento que o próprio D. Gil oficiou como Cónego, e da coragem que este teve de, perante o Tabelião Geral do Reino, jurar que tinha assistido como oficiante católico a esse casamento. Nasceu da criação do morgado de Belmonte, vinculado àquela capela.

Renasceu depois das Cortes de Coimbra, durante as quais o aclamado rei, renovaria a Alcaidaria-Mor da Guarda e outras regalias e privilégios a D. Álvaro Gil Cabral, e, quase no mesmo dia, lhe retiraria a mesma alcaidaria em favor do novo bispo da Guarda. Assim deixou Luís Álvares Cabral, filho herdeiro de D. Álvaro Gil Cabral, sem o castelo que lhe pertenceria.

Renasceu depois desta queda no conceito de el-rei, porque o morgado de Belmonte, D. Luís Álvares Cabral, defenderia as terras de Belmonte, que el-rei confiscara ao novo senhor da vila e contra incursões deste e de Castela. E de tal maneira defendeu estas terras que o mesmo rei que retirara a sucessão na alcaidaria da Guarda e o obrigara a vender terras que herdara da família, depois lhas foi restituindo e o fez alcaide de Belmonte.

E mais lhe diria: “- Vês, Pedr’Álvares, aqui, nesta arca tumular estão os restos mortais de D. Maria Gil, D. Gil Cabral, os fundadores desta capela. Aqui está o primeiro morgado. Vê como é simples o seu túmulo, mas de duro granito.

E aqui, nestes capitéis lê, Pedr’Álvares, a história de meu pai e meu avô. Ambos dentro da Casa do Senhor Infante D. Henrique, com homens e bens embarcaram no Porto. Teu bisavô comandou uma nau, teu avô tomou de teu bisavô o cargo de vedor da Casa do Senhor Infante e por ordem e privilégio deste. Distinguiram-se em Ceuta. Tu sabes? Meu pai deu a vida pelo Senhor Infante, defendendo-o da espada mourisca. Aqui tens gravados nestas pedras essa façanhas. Nunca o esqueças. A nós, Cabrais, ninguém nos fez. Fizemo-nos! E refizemo-nos! Não nos blasonamos de Antigas Linhagens, temos a nossa história. Quem quiser seguir-nos que se junte a nós.

Eu próprio, me fiz.

E contaria como, de muito novo e por de muito novo ter ficado órfão, logo foi para a Casa de el-rei como pagem. Como de pagem tinha passado a moço fidalgo e seguira sua carreira. Era assim que se recompensava a morte do herói que seu pai fora, e Fernão Cabral I se preparava para o serviço de el-rei nosso Senhor.

Preparado, veio tomar conta da alcaidaria de Belmonte, onde sua mãe seria ajudada por um alcaide menor. Era novo, mas julgado muito capaz do novo dever. Combateu em Arzila, os livros o contam. Foi armado cavaleiro.

Em 1466, o pai de Pedro Álvares Cabral é nomeado alcaide mor, de juro e herdade, para continuar na sua descendência.

D. Afonso V dá-lhe também o poder de fazer uso e propriedade do castelo de Belmonte.

E sempre manteve suas terras e gentes fiéis ao seu rei.

Ao olhar para o castelo da vila agora transformado em solar de família, Pedro Álvares Cabral compreendia como foi natural ter nascido ali, ali ter vivido, brincado e crescido.

Quando el-rei invadiu a Espanha para se apoderar do trono, como pensava que era seu direito, Fernão Cabral conta como juntou seus homens aos do infante D. João, como socorrera e libertara el-



rei D. Afonso V, cercado em Toro.

Seu pai e sua mãe contavam, e melhor que ninguém, como nessas lutas de Espanha tinham morrido o avô e o tio maternos de seus filhos. O jovem Cabral viria a saber também da disposição de seus pais de transladarem para Belmonte, para a capela-panteão dos Cabrais, os restos mortais destes antepassados.

Na verdade, em Belmonte se encontram os túmulos destes familiares que deram a vida em lugares onde Fernão Cabral I se distinguiu. Foi na batalha de Toro.

Fernão Cabral I contaria que logo em Toro, em 21 de Janeiro de 1476, el-rei D. Afonso V lhe teria dado mesmo aumentado suas honras, bens e privilégios, Sendo desde 1445, talvez já com dezoito anos ou mais, coudel de Azurara, Belmonte, e Moimenta, el-rei nomeou-o para o cargo de coudel geral de suas terras<sup>197</sup>.

Fernão Cabral I, confirmado como 4º senhor de Azurara e 3º senhor de Belmonte, como alcaide de Belmonte, contaria a Pedro Álvares Cabral como tinha alcançado de el-rei outras regalias:

Regedor das Comarcas de Beira e Riba Côa em 1469; como em 1476 já pertencia ao Conselho de el-rei<sup>198</sup>.

Com estas lições partiu para a casa de el-rei, para aprender aí a poder praticar actos que continuassem a honrar sua família e a ilustrar-se a si próprio.

Pedro Álvares Cabral frequenta a Escola da Corte a mais avançada do tempo nas ciências e técnicas de navegação e descoberta.

Esta não conferia graus universitários, mas dava ciência, arte, e prática para o serviço de el-rei na conquista e navegação. Exigia provas e serviços. Pelo desempenho prático é que os alunos eram honrados e de el-rei recebiam recompensas.

Como os filhos dos Conselheiros de el-rei, Pedro Álvares Cabral foi de muito novo e como pagem para a Casa Real. Como pagem, aí aprendeu as boas maneiras da sociedade mais refinada do seu tempo. Aprendeu a servir ao senhor que em sua casa o criava. Aperfeiçoou virtudes recebidas na família. Preparou-se para seguir a carreira de serviço com nobreza e lealdade próprias dos Cabrais.

Começou aqui uma vida a par de seu irmão, João Fernandes Cabral, primeiro varão lídimo da família, do qual fazia a diferença de cerca de um ano.

Aos catorze anos, em 1482 - 83 atinge a idade de servir. Passa a ser moço fidalgo e a ter a educação e instrução próprias dessa idade.

Para frequentar essa escola, "e lendo ele no estudo em cada ano", como expressamente se escreve de Albuquerque, seu grande amigo e admirador, começa a receber uma bolsa de 1.000 réis por mês. Seu irmão recebe tença igual e conjunta para frequentar a mesma escola.

Viveu e conviveu com os filhos dos novos, irrequietos e insaciáveis nobres e burgueses que, desde D. João I, os reis instruíam e moldavam ali, bem junto de si.

Aqui aprendiam as ciências teóricas e práticas mais avançadas do tempo, tanto na guerra como nas ciências náuticas. Esta escola envolvia treino e serviço, técnica e lealdade. Preparava homens para missões organizadas e traçadas pela política de cada soberano.

Por isso, e depois das missões de que foi encarregado em terra e em mar, Pedr'Álvares se mostrou e foi julgado "apto" para a missão que o consagrou.

### **Cabral corre aos lugares mais difíceis para mais se distinguir**

Aos dezoito anos, 1486, Cabral parte para a África, também com o irmão, e como escudeiro da Casa Real. Segue, assim, a caminhada de seu pai, Fernão Cabral I, e de seus outros antecessores, Luís Álvares Cabral e Fernão Álvares Cabral. Segue também as normas da sua escola.

Em que lugar do Norte de África se distinguiu Pedro Álvares Cabral e o irmão?

Naturalmente em vários lugares, e muito naturalmente na expedição à Graciosa onde se chega a dizer que tomaram parte 30.000 homens. Dificilmente ficariam fora desta empresa fidalgos bem preparados como os Cabrais.

O mais importante e certo é que a dupla Cabral, Pedro e João, não fizeram apenas um tirocínio de escola ou de carreira, como aconteceu com outros.

<sup>197</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº50; Cr. D. Af. V, 6, 2v.

<sup>198</sup> Id.; Id.; nº 50; Fr. G. V., I, 377.

Distinguiram-se de facto porque passaram a receber mais uma tença, também conjunta, de 26.000 réis, e ganharam, porque ganharam mesmo, o grau de cavaleiros. Em documento de 1490, era já como cavaleiro que el-rei tratava o irmão de Pedr'Álvares.

O comportamento dos Cabrais foi tão notório que o comandante da praça ou do reforço da Graciosa, D. Rodrigo de Castro, vai fazer com que o cavaleiro João Fernandes Cabral case com sua filha D. Joana Coutinho (de Castro). Isto, precisamente em 1490.

Mais tarde, em 1503, com provas dadas e ainda maiores, Pedro Álvares Cabral merece o apreço de Afonso de Albuquerque que, como também sabemos, batalhou em África e desempenhou missões marítimas. Albuquerque, como afirmou ele próprio e escreveu, empenha-se pessoalmente no casamento de Pedro Álvares Cabral com sua sobrinha D. Isabel de Castro, e faz com que o dote de sua sobrinha seja aumentado.

O próprio rei D. João II, bom conhecedor dos homens e de seus actos, recompensou bem estes heróis que assim continuam a construir a nobreza de família por suas mãos, capacidades e actos.

Cabral começa uma carreira singular. João Rodrigues Cabral, casou em 1490. Seu pai morreu em 1492. Herdou como mais velho grande fortuna e tomou conta do cargo de Alcaide-Mor e de administrador dos imensos bens vinculados a nada mais nada menos que seis morgadios.

Pedro Álvares Cabral herdou sua parte nos bens deixados à casa por morte de seus avós e tio maternos, em Castelo Rodrigo(?), e continuaria sua carreira ao serviço de el-rei, e perto dele.

D. João II recompensou-o com a entrega de mais missões e mais responsáveis.

Como o sabemos, sobretudo se quisermos referir-nos a missões marítimas e sobretudo ainda se quisermos aludir a missões nos mares do Ocidente se tudo parece ostensivamente desconhecido e ocultado?

Só por alusões? Não só. Temos algumas recompensas alcançadas, e estas, por serviços prestados. Temos a consagração para merecer novas tarefas, uma delas revolucionadora do mundo.

Podemos imaginar que muitas vezes voltou a Belmonte. Quando?

Quando ascendeu a cada um dos graus por que seu pai e seus maiores passaram? Quando era preciso reforço económico e psicológico da família? Quando, com seu irmão foi armado cavaleiro e começou a receber tença de 13.000 réis?

Mas certamente, com certeza documentada, já homem, cavaleiro, e galardoado, esteve aqui, em Maio de 1494.

Só? Possivelmente mais vezes. Nesta ocasião pôde reflectir no que aqui aprendera de seus antepassados e compará-lo com o que já ele próprio realizara e no mais que se propunha realizar.

Daqui levou o que lhe coube de partilhas amigáveis com seus dez irmãos. Aqui deixou seu irmão mais velho, Alcaide-Mor de Belmonte e senhor de bens e regalias herdadas, a par de tenças que ambos tinham alcançado. Sua vida iria ser cada vez mais desligada da sua terra.

Nessa altura, já pôde ver, encostada à porta norte da Igreja de São Tiago, a capela-panteão que seus pais mandaram edificar, para aí repousarem eles e seus maiores. (Ver Fotos nº 28 e 29)

"Esta capela mandou fazer Fernão Cabral o primeiro deste nome e Senhor da Casa de Belmonte no ano de 148..."

Aí viu os túmulos onde estavam sepultados seus pais e para onde, por testamento feito por sua mãe, em Agosto de 1483, tinham sido trasladados seus avós maternos, João de Gouveia, cavaleiro fidalgo da Casa Real, sua mulher Leonor Gonçalves, irmã colaça d'el-rei D. Duarte, e seu tio Vasco Fernandes de Gouveia. (Foto nº 42)

Aí foi venerar sua mãe e seu pai (Foto nº 43). Ao morgadio dessa capela, ele e seus dez irmãos, fizeram questão de aumentar os bens a ele ligados por seus pais.

Serviço, honra, lealdade, aptidão, coragem, força e grandeza no combate e até na morte, - isto marcava mais o que os Cabrais aqui aprendiam do que a vaidade e o orgulho de linhagem de nobreza herdada com que muitos viviam e morriam enfeitados.

E estas virtudes saltavam da história e eram metaforizadas, realçadas e divulgadas, como ainda hoje, em lendas originais, e, sobretudo em monumentos e lendas de duro granito. Ainda hoje!



Foto 42 - Túmulo dos avós e tio maternos de Pedro Álvares Cabral, no Panteão dos Cabrais, em Belmonte



Foto 43 - Túmulo dos pais de Pedro Álvares Cabral, no Panteão dos Cabrais, em Belmonte

### **Cabral no Cerne do Tratado de Tordesilhas?**

Como é que, em 1500, quando o Mestre João, médico da armada, escreve a D. Manuel, lhe diz que o “sítio” das terras encontradas por Pedro Álvares Cabral se pode ver no “mapa-mundi” de Pêro Vaz da Cunha “o Bisagudo”?

Porque já D. João conheceria este documento e outros, conheceria actos e relatos de navegações, mais ou menos fantasiosas ou verídicas. Tinha necessidade de as conhecer e cometia a outros a obrigação de tudo conhecer.

Pouco lhe importariam as lendas de São Brandão; que os africanos tivessem chegado à América 1500 anos antes de Cristo, os fenícios 600, os romanos 64.

Pouco lhe adiantaria também que os chineses lá tivessem chegado por volta do ano 1000.

Talvez já ligasse mais importância se Nicolò e António Zeno tivessem abordado algo da América em 1400.

João Corte Real e Álvaro Martins Homem teriam chegado à Terra dos Bacalhaus, depois Terra Nova.

Também Diogo de Teive teria descoberto a Terra Nova em 1452.

Gabriel Corte Real diz-se que chegou ao Canadá em 1472.

Bartolomé de Las Casas refere que o madeirense António Leme teria arribado às Antilhas.

O açoreano João Fernandes e Pedro de Barcelos, por seu lado teriam chegado à Terra da Gronelândia.

Um judeu polaco, pelo menos de origem portuguesa, um tal Gaspar da Gama, terá conseguido em 1476 chegar ao Ocidente.

Pescadores de Bristol terão abordado este continente por 1480 e tal.

O que era preciso, para D. João II, era concretizar suspeitas. Urgia fazer um trabalho sistemático, controlado, registado, científico.

Era reestruturar a escola que já vinha de D. João I, para filhos de fidalgos e de burgueses. Fidalgos ou não, o que era preciso era preparar homens para, na navegação, entrarem em missões de estudo e rotina e sigilo, numa planificação comandada pelos interesses económicos e políticos que era preciso defender sobretudo em relação à concorrente Espanha.

Para cada missão destas, seria escolhido, dentro desta escola, o que estivesse mais livre e mais apto.

Difícilmente teria escapado ao conhecimento do rei que Afonso Sanches, português, tivesse chegado à América.

Admitamos que, em 1460, o português Afonso Sanches, vindo da América, tenha chegado destroçado à Madeira, ele, a tripulação de três marinheiros e caravela.

Admitamos que Colombo, que aí vivia nessa altura, se tenha apoderado das informações e mapas trazidos por esse português.

É muito difícil que ao rei tenham passado absolutamente desconhecidos esses factos, tanto a iniciativa como os resultados da acção.

Em 1486, as certezas ou apenas suposições de que o outro lado do mar oceano, a ocidente, havia terra firme, estavam já apontadas no mapa-mundi do Bisagudo, como está dito.

1492, 1493, e 1494 são datas carregadas de suspeitas, probabilidades e factos. Os factos cada vez parecem menos ligados a hipóteses e mais ligados a conhecimentos reais.

É claro que as referências concretas aparecem depois do Tratado de Tordesilhas, e algumas só depois do achamento da Terra de Vera Cruz.

Vem ao caso referir a carta de 1514, escrita por Estêvão Fróis a D. Manuel, a qual referindo-se a terras mais a norte de Vera Cruz, refere terras que el-rei “há vinte anos e mais” tinha exibido a D. João II, para justificar a proposta de descobrir a Índia pelo Ocidente.

Em 1539, no tribunal de Baiona, alguns portugueses testemunham que “há quarenta anos e mais moravam em Pernambuco”.

Estonteantes mesmo, criadoras de sedutor imaginário, parecem as duas afirmações de João Ramalho, escritas perante cinco testemunhas, de que tinha noventa anos de permanência nas terras de Vera Cruz, segundo consta de notas do Tabelião Lourenço Vaz sobre a vila de São Paulo. Estas afirmações levariam para 1490 a chegada às terras de vera Cruz.

Certo é que, em 1484, D. João II está informado. Sabe que pode recusar os serviços de Colombo e recusa-os. À proposta de Colombo assistiu, entre outros, D. Diogo Ortiz, um dos homens ligados à Escola de Navegar de el-rei e à Junta de Cosmógrafos.

Mas aprofundavam-se e espalhavam-se as suspeitas das terras a ocidente. El-rei sabia que também os reis das Espanhas tinham suspeitas e faziam tudo para também as tornar certezas.

E ficava à solta um tagarela e obcecado ou mesmo místico, Colombo, que partiu de Porto Santo com seu filho Diogo e foi oferecer seus serviços aos Reis Católicos.

Cada vez mais era necessário manter conhecimento do que se passava no mar oceano em todas as direcções e ir assegurando o que mais convinha. Assim faziam tanto os reis de Portugal como os de Espanha.

D. João II intensifica as missões de reconhecimento cada vez mais exacto, a Ocidente:

Ainda em 30 de Junho de 1484, doa a Fernão Domingues da Madeira a capitania da ilha que lhe mandava descobrir.

Em 1486, as suspeitas aumentavam. Em 4 de Agosto, faz um contrato com Fernão Dulmo, capitão da Terceira, e com o escudeiro João Afonso do Estreito, para empreenderem a descoberta da “ilha”, grupo de ilhas ou terra firme das Sete Cidades.

Elaine Sanceau dá como certo que nas descobertas do Ocidente devem ter seguido também Afonso de Albuquerque e Vasco da Gama.

É certo que Afonso de Albuquerque era conhecedor na arte de marear. Soube-se que Vasco da Gama era “experimentado nas cousas do mar, em que tinha feito muito serviço a el-rei D. João”.

Sabe-se “que Pedro Álvares Cabral era muito auto (apto), e que o provou - como muito judiciosamente assinalou Metzner Leone - quando dispensou o seu piloto junto à costa do Brasil, e quando avaliou a disposição da esquadra do Samorim, ao largo de Calecute”<sup>199</sup>. Igualmente o provou quando adiou um dos combates nos mares da Índia por a posição de algumas naus da sua armada poder fazer com que fossem vulneradas.

Conhecer terras a Ocidente, poder reclamá-las depois de conhecidas, tudo iria depender da estratégia de cada rei e, antes disto, do trabalho de seus homens.

Navegar a direito era mais fácil. D João II queria isto certamente, mas queria mais. Queria

<sup>199</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 441; Carta Caminha, 10-11; Rel. Pil. Anónimo, XIX.

primeiro que tudo, saber do Atlântico Sul, da passagem para o Índico, da melhor maneira de o fazer com segurança.

Então, desde 1488, e sobretudo desde 1490, organizou viagens sistemáticas, para estudar ventos e correntes marítimas do Atlântico Sul.

Ultrapassado este, queria encontrar um caminho mais seguro do que o seguido por Bartolomeu Dias. Queria encontrar uma escala mais prestável na costa ocidental. Com isto não parece de acordo a opinião de, em 1497, Bartolomeu Dias ter arribado a terras do Brasil, quando, na sua viagem, fez a volta do mar. Pois porque não a seguiu Vasco da Gama e porque é que a marinhagem deste fez a festa da praxe quando avistou sinais de terra a Ocidente como se acontecesse algo desconhecido?

No entanto, Bartolomeu Dias é um dos que, segundo alguns, como Gago Coutinho, teria chegado antes de Pedro Álvares Cabral ao Brasil.

Quem quiser saber de outros de igual opinião, poderá consultar Luiz Mello Vaz de Sampayo<sup>200</sup>. (Anexo nº 13)

### **Há mar e mar; há navegar... e navegar com certeza e segurança**

D. João II queria assegurar a passagem para o Índico e acautelar ao mesmo tempo e quanto pudesse o que existia a Ocidente.

É muito difícil desligar Pedro Álvares Cabral da acção sistemática de estudo do Mar Ocidental realizada por D. João II.

É difícil mesmo desligar Pedro Álvares Cabral das acções de pesquisa dos Reis Católicos. Melhor é interligá-las:

Em 1490, é traçado o primeiro meridiano que dividiu o Mundo entre Portugal e Espanha. Presidiu um papa espanhol.

Em 1492, Cristóvão Colombo chega às Antilhas (as falsas Índias tão deslocadas de seu lugar...). Tinha descoberto uma ilha. Mas os cosmógrafos portugueses sabiam que não podia ser que estava a menos de meio caminho para o Oriente. A mais estavam já os nossos marinheiros.

Mas que D. João II mandaria fazer pesquisas a norte e a sul, era lógico.

Quando chegasse o momento das decisões, ganharia mais quem mais conhecesse. E com tantas informações sobre descobertas feitas, por espanhóis e outros, parece que a maior parte delas foram casos de aventura e sorte, nada científicas nem organizadas, os aventureiros esqueceram os caminhos, as acções foram desligadas das grandes decisões políticas do tempo.

O conjunto de dados convergentes que resultou na concretização do objectivo mais claro e determinado foi o de el-rei D. João II.

Quem quiser repare, que eu cito Metzner Leone:

"- Repare: dois anos depois de descobrir a América, a Espanha cede a D. João II, em Tordesilhas, a maior parte do que descobriria.

"- Porquê? Porque não sonhava sequer o que *descobriria*"<sup>201</sup>.

Como é que o monarca português teria conseguido discernir com tanta exactidão a seu favor a linha de Tordesilhas sem as expedições de chefes preparados, informados e fiéis a sigilo? E quando é que o monarca decide assinar o Tratado de Tordesilhas?

Precisamente um mês depois da chegada de Pedro Álvares Cabral, possivelmente vindo de uma dessas missões. O que haveria de vir a ser considerado "apto".

E foi assim: O pai de Pedr'Álvares morre em 1492. Seu irmão e companheiro de escola e empresas é agora o 2º Alcaide Mor de Belmonte, e está casado.

Todos os irmãos esperam ano e meio por Pedr'Álvares que está fora do reino, em missão. Regressa por 1493, 1494.

Em 6 de Maio de 1494, reúne, então, com os seus dez irmão vivos e maiores, no Castelo de Belmonte. Aí ratificam as partilhas feitas amigavelmente.

E, logo em 7 de Junho de 1494, el-rei assina sem hesitação o Tratado de Tordesilhas.

Indícios fortes levam a crer que em 1493 Portugal tinha o conhecimento e a localização de terras a Ocidente do Atlântico, e na costa Norte do Brasil.

<sup>200</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 468.

<sup>201</sup> Leone, Metzner; p. 232.

É a data da chegada de Colombo. El-rei de Portugal, em vez de o aniquilar, deixa-o levar a Castela todas as informações que recolhera.

O facto mais importante e mais conhecido, que se pode prender com missões portuguesas cumpridas, e mais de perto ligado a Tordesilhas é o que se pode relacionar com a ausência de Pedro Álvares Cabral no reino, em 1492-93-94.

Por 1494, e logicamente por feitos realizados no mar, pois aí se concentravam as atenções políticas e económicas do rei e do reino, Pedro Álvares Cabral alcança e começa a receber, a título individual, 40.000 réis por ano. (Anexo nº 14)

Mais tarde, e até na cerimónia de despedida da sua armada para a Índia, está ao lado de el-rei D. Manuel ostentando ao peito a Comenda da Ordem de Cristo.

Falando da cerimónia de despedida da armada de Pedro Álvares Cabral para a Índia, voltemos à sua carreira, vincando a preparação para as missões de que foi encarregado, e o modo como delas se desempenhou.

Falemos de D. Diogo Ortiz.

Era do Conselho de el-rei para assuntos de Navegação e Descoberta, membro da Junta de Cosmógrafos. Se na Corte ou debaixo de sua supervisão funcionava uma Escola onde se ensinaria matemática, aritmética, geometria e astronomia aplicadas à ciência náutica, não é difícil pensar que D. Diogo Ortiz até ensinasse nessa escola.

Pode ter sido, aqui, mestre dos Cabrais, moços fidalgos e fidalgos como outros companheiros, misturados com moços da Câmara e até com filhos de burgueses que se preparavam para o conhecimento e domínio do Mar Oceano, para descobertas, conquistas e domínio.

Está metido nos assuntos de navegação e descoberta, quando os nossos fidalgos se distinguem em África e são armados cavaleiro. Depois foi bispo residente de Ceuta e Tânger, onde pôde continuar a saber das proezas de Pedro Álvares Cabral.

Em África? - E porque não em África, se era aí que fidalgos e até príncipes recebiam as esporas de cavaleiros? Foi este bispo que fez o sermão da solene cerimónia que antecedeu a partida para a descoberta do Brasil.

Ortiz pode ter conhecido Pedro Álvares Cabral e o irmão já na Escola Real.

Mas tê-los-á conhecido em África, e, se não foi testemunha ocular dos feitos de Pedro Álvares Cabral, bem o parece.

Castanheda diz que “a maior parte do sermão foram louvores a Pedro Álvares Cabral por aceitar aquela ida”, e mais, um panegírico, “louvando as proezas obradas em África”, como refere o Rei de Armas Índia Francisco Coelho Mendes.

Estas proezas serão as feitas por ter merecido o grau de cavaleiro? E porque não louvou, então as obras que lhe tenham merecido a tença muito maior que se poderá ligar à comenda da Ordem de Cristo?

Pela mesma razão por que nada se diz de ninguém a esse respeito, antes de Cabral ter descoberto a Terra de Vera Cruz. Depois deste achamento e da comunicação do facto aos Reis Católicos, é que o próprio rei já diz que João da Nova tinha experiência de navegações no mar ocidental, e, por isso, o manda com nova armada ao Oriente, mas com ordens para se juntar a Pedr'Álvares se este ainda lá estivesse. Porque é só agora que Pedro Álvares dá notícia da descoberta de terras a Ocidente, que se escreve, e é a primeira vez, que o homem que parte tem experiência anterior nos Mares Ocidentais? Porque em vez de continuar a ocultar o que outros marinheiros sabiam começava a ser conveniente anunciar as descobertas feitas e capacidades dos capitães?

Isto, ainda antes de Cabral ter regressado da sua viagem.

Pedro Álvares Cabral permite desenhar para o Mundo um mapa feito, até então, de memória secreta e pouco mais. Antes disso Pedr'Álvares não podia parar na sua preparação e pesquisa.

Em 1497, há muitas probabilidades de que novas terras a ocidente foram abordadas pelos portugueses. Porque não seriam os que haviam de capitanear missões que culminaram estas pesquisas a Ocidente, e, portanto, Pedro Álvares Cabral? É o mais óbvio!

De que Bartolomeu Dias tenha abordado o Ocidente, na volta do mar, não há documentos nem escritos. Conhecemos a missão que estava destinada e de que se desempenhou como técnico. Na missão concreta de achar oficialmente terras contrárias às de África, ele foi na armada de Cabral, sob

ordens suas, com missões concretas de que Cabral o encarregou precisamente nas Terras de Vera Cruz.

Vasco da Gama tem outra missão concreta. Na sua viagem, avista sinais de terras, onde Cabral as iria achar e reconhecer oficialmente.

Eis o que relata Álvaro Velho, marinheiro da armada de Gama:

*“Em vinte e dois do mesmo mês (Agosto), indo na volta do mar ao sul quarta sudoeste, achámos muitas aves, feitas como garções, e quando veio a noite...tiravam como aves que iam para terra; e nesse mesmo dia vimos uma baleia e isso bem 800 léguas em mar.(...)Uma quarta feira, primeiro dia do mês de Novembro,... achámos muitos sinais de terra, os quais eram uns golfões que nascem ao longo da costa. Aos quatro dias do dito mês,(...) às nove horas do dia, houve vista de terra; e, então, nos ajuntámos todos e salvámos o capitão-mor, com muitas bandeiras, estandartes e bombardas, e todos vestidos de festa”<sup>202</sup>.*

Achar esta terra era acção para outra empresa e outro capitão.

### **O Capitão seria Cabral**

Estava preparada a maior armada de que havia memória até então. Nela estava investida a maior riqueza possível, na mira da conquista da maior riqueza de sempre e de muito desejada.

D. Manuel I tinha de entregar, na personalidade e nas mãos mais aptas, a viagem à Índia depois da realizada por Vasco da Gama.

Era o momento de nada poder arriscar e tudo decidir com certeza, a Oriente e a Ocidente. Era a hora em que o plano de D. João II tinha de ser cumprido com mais rigor ainda do que até ali.

Agora, mais que em qualquer anterior missão era preciso entregar a frota e armada a um perito de provas dadas. E não a fidalgos, ainda que de linhagem. Fidalgos, se fossem, iriam debaixo de ordens do capitão.

Cito Luís Vaz Sampaio, porque cheio de ironia, e clarividência, e transcrevo o que ele sobre este assunto escolheu precisamente de um dos historiadores com menos simpatia por Cabral<sup>203</sup>:

*“(...) Cortesão, que, em contracorrente de tudo o que alhures expande sobre o Venturoso e Pedro Álvares Cabral, não se conteve que exclamasse:”*

*“Em D. Manuel concorriam inteligência e ambição suficientes para não entregar o comando da expedição, que ia seguir-se à de Vasco da Gama, em mãos que não fossem provadamente hábeis e seguras”.*

E o homem certo, com estas mãos provadamente hábeis e seguras, dado como mais apto e merecedor deste plano, por seus serviços e merecimentos, como também o disse el-rei, foi Pedro Álvares Cabral. Nisso concordou seu Conselho:

*“Dom Manuel, etc., fazemos saber a vós, capitães, fidalgos, cavaleiros, escudeiros, mestres e pilotos, marinheiros e companhia e oficiais e de todas outras pessoa que ides e enviamos na frota e armada que vai para a Índia, que nós, pela muita confiança que temos de Pedr’Álvares de Gouveia, fidalgo da nossa Casa, e por conhecermos dele que nisto e em toda outra cousa que lhe encarregamos, nos saberá muito bem servir e nos dará de si muito boa conta e Recado, lhe damos e encarregamos a capitania mor de toda a dita frota e armada”<sup>204</sup>.*

É melhor repetir as palavras mais históricas sobre a competência e poder, náuticos e guerreiros, deste capitão mor. São palavras não só ditas mas escritas pelo rei: *“(...) pela muita confiança que temos de Pedr’Álvares de Gouveia(...) e por conhecermos dele que nisto(...) nos dará de si muito boa conta e Recado, lhe damos e encarregamos a capitania mor de toda a dita frota e armada”.*

Nisto, bem repetidas e distintas foram as palavras “frota” e “armada”, muitos dias antes, (17 de Fevereiro), da partida da dita frota e armada (9 de Março), e ainda com a ordem clara e repisada de todos cumprirem em tudo e sempre as ordens do capitão mor como se a el-rei obedecessem ou desobedecessem.

Os que quiseram embarcar, de capitães a pilotos, de fidalgos a cavaleiros, de mestres a

<sup>202</sup> Do relato de Álvaro Velho, marinheiro e soldado da armada do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, M. Leone, Pedro Álvares Cabral, p. 468-9.

<sup>203</sup> Sampaio, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 463.

<sup>204</sup> Leone, Metzner; p.128; trans. Carta Régia de 15 de Fevereiro de 1500.

marinheiros e soldados, sabiam a quem tinham de obedecer e porquê.

E sem qualquer contestação, às suas ordens, embarcaram nobres e experimentados capitães Nicolau Coelho, e até Bartolomeu Dias e Diogo Dias. Dois destes homens tinham já acompanhado Vasco da Gama. Com este tinham pressentido sinais de terra a Sudoeste.

la Duarte Pacheco. Se este era aquele a quem se atribuiu algumas vezes a anterior descoberta do Brasil, e, se era “subordinado” de Cabral “na armada, também o era na primazia da descoberta”.

Tudo isto indica que, se houve um homem que antes de Cabral descobriu o Brasil, esse homem foi Pedro Álvares Cabral, no dizer de Luís Vaz Sampaio<sup>205</sup>.

Nos finais do século XV, os reis portugueses, pelos tratados que fizeram, parece que sabiam mais que os Reis de Espanha. Mas os historiadores espanhóis, hoje, e no pouco que dizem, parece que sabem mais de Pedro Álvares do que alguns historiadores portugueses.

Espasa Calpe, sobre a vida de Pedro Álvares Cabral escreve numa enciclopédia espanhola o seguinte:

“(…) Sabe-se unicamente que já se tinha dado a conhecer como notável marinheiro, quando el-rei D. Manuel lhe confiou o comando de 13 navios tripulados por 1.500 homens com a qual havia de repetir a viagem realizada por Vasco da Gama...”<sup>206</sup>

### **A missão de Cabral**

A primeira missão de Cabral era achar a Ocidente uma escala de melhor feição para a rota da Índia. Na perseguição deste fim, e contra o costume, não se abastece quando, em 22 de Março, passa por águas e à vista de Cabo Verde “ou melhor, da ilha de S. Nicolau, segundo o dito de Pedro Escobar, piloto”.

“Na noite seguinte, segunda feira, ao amanhecer, se perdeu da frota Vasco da Ataíde com sua nau, sem haver tempo forte nem contrário para que tal acontecesse” (Pêro Vaz de Caminha)

E assim seguiram seu caminho, navegando por mar de longo, mesmo sem abordarem a vista ilha de São Nicolau e sem, portanto, se abastecerem, apesar de não terem o suficiente para a viagem da Índia.

Seu rumo os levaria à vista de terra, a 660 ou 670 léguas, e aí se abasteceriam de água e lenha pelo menos quatro vezes.

*“E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que Terça feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de Abril, topámos alguns sinais de terra, estando da dita ilha, segundo os pilotos diziam, 660 ou 670 léguas...”*<sup>207</sup>

Os sinais esperados de vista de terra aparecem, como da viagem de Gana. Na armada de Cabral iam pilotos experimentados que já tinham visto estes sinais. Bem conhecidas e sabedoras testemunhas, iam, pelo menos, Bartolomeu Dias, seu irmão e Nicolau Coelho. la Duarte Pacheco que, se era o autor do “Esmeraldo” e segundo sua informação posterior, fora mandado por el-rei a descobrir “a parte ocidental, que fica para além do mar-oceano”.

Terra à vista; a Terra de Vera Cruz, terra que nasce da água e é logo baptizada.

### **Os sinais são os da terra há muito pressentida**

A 23, todos ancoraram frente à boca de um rio. A 24, seguem a Norte. A dez léguas, encontram um recife e uma baía, lugar “muito bom e muito seguro”. O capitão sai para o ilhéu grande que está na baía. Em 26, Domingo de Pascoela, determina o capitão ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu.

“E ali estava com o Capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho.” (Pêro Vaz de Caminha)

Além de outras partes ocidentais que este capitão tenha descoberto mais a Norte, esta parte do Brasil foi verdadeiramente achada por Pedro Álvares Cabral. Ele próprio lhes deu nomes.

“E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calicut, isso bastaria”<sup>208</sup>.

<sup>205</sup> Sampaio, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; p. CCXIX, 463.

<sup>206</sup> Trans. M. Leone, Id., p. 127.

<sup>207</sup> Carta de Pêro Vaz de Caminha, Branquinho da Fonseca, in M. Leone, p. 470.

<sup>208</sup> Leone, Metzner; Caminha.



Pêro Vaz de Caminha escreveu ao rei que a terra parecia tão boa que daria tudo o que nela se plantasse. Da beleza, singeleza e bondade das gentes tenta transmitir ao rei a ideia de habitantes de um paraíso terreal recém descoberto.

O suor e o trabalho, o sangue e a persistência, o pecado e milagre da mistura, morte e renascimento das culturas criaram este Brasil achado, mas longe ainda de estar totalmente descoberto.

Pedro Álvares Cabral, Pedro Álvares de Gouveia, ou Pedro Álvares Cabral de Gouveia - três nomes para não haver dúvida de que se tratava de um só homem.

Mas as palavras de Caminha sobre uma terra tão boa que daria tudo o que nela se plantasse, seriam esquecidas. A pimenta, o Oriente, obcecavam.

Cabral tinha cumprido a primeira parte da missão desta viagem.

E agora, como muitas vezes fizera em águas brasileiras, reúne conselho. Como relata Pêro Vaz de Caminha, "...perguntou a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podíamos saber, por irmos de nossa viagem"<sup>209</sup>.

"E... foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem"<sup>210</sup>.

E foi mandada a el-rei, não um reconhecimento, mas *uma nova* do achamento desta terra.

Como acontecera com a assinatura do Tratado de Tordesilhas, também, após este feito de Cabral, el-rei vai mandar a notícia aos reis Católicos.

De notar que, agora, nesta carta de D. Manuel I sobre a viagem de Pedro Álvares Cabral, já el-rei refere o que foi o primeiro resultado da viagem de Cabral, enquanto que, em todos os documentos anteriores, é omitido ou desapareceu o que tudo leva a crer que foi também primeiro objectivo e ordem de el-rei: - achar uma terra "muito conveniente e necessária para a navegação da Índia",

*"O dito meu capitão, (Pedro Álvares Cabral) com treze naus, partiu de Lisboa a nove Março do ano passado. Nas oitavas da Páscoa seguinte chegou a uma terra que novamente descobriu, à qual pôs nome de Santa Cruz,... a qual parece que Nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse, porque é muito conveniente e necessária para a navegação da Índia, porque ali reparou seus navios e tomou água..."*<sup>211</sup>

A Cabral é-lhe logo nesta altura concedida uma tença de 30.000 réis anuais. Logicamente por este serviço anunciado.

As ordens de el-rei e o mar *continuam a cumprir-se*. Ao reino e ao rei, de imediato, importava mais a segunda parte: Boas relações com o Samorim, e uma feitoria em Calecute.

A armada navega, então, para muito a sul do Cabo da Boa Esperança, para só procurar terra na costa oriental da África. Mas a Oeste do Cabo, em 24 de Maio, uma tempestade danifica a armada.

Foram cinco naus e centenas de homens que se perderam.

Melinde - a génese do comércio português no Oriente-, foi o primeiro grande contacto de Cabral, e seria um grande posto e ponto de apoio ao comércio português no Oriente.

Chegado a Calecut, o Samorim preferiu tratos (comércios) anteriores, matou traiçoeiramente alguns portugueses. Cabral, reunindo conselho e seguindo as decisões tomadas, arrasou a cidade.

O tratado de comércio e amizade conseguiu-o com os reis de Cochim e Cananor. Lançou assim os fundamentos para um Império e para um comércio de riquezas e honras - que se tornaria em cobiça desmedida.

As perdas de bens nesta empresa, foi considerado que eram triplamente compensadas com as riquezas descarregadas em Lisboa.

El-rei pareceu satisfeito.

Concede ao capitão a tença de 200.000 réis e, o que mais honraria Cabral, o comando da armada que partiria em 1502, com vinte naus, para a Índia.

Para si, D. Manuel toma os títulos com que se vai querer impor-se à Europa e ao Mundo: "Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia".

Mas Gama preparara a quarta armada à Índia (1502). Tinha casado. Esteve conformado com que essa armada fosse atribuída a Cabral.

<sup>209</sup> Id.; Id.; p. 173.

<sup>210</sup> Id.; Id.; p. 175.

<sup>211</sup> Carta de D. Manuel aos Reis Católicos sobre a viagem de Pedro Álvares, Metzner Leone, Pedro Álvares Cabral. in., p. 507.

Mesmo casado de fresco, mudou de ideias. Aproveitou as intrigas movidas contra Cabral, mesmo junto do rei e da rainha e, de conluio com estes, reivindicou o comando.

A correção e diplomacia com que Cabral tinha cumprido a sua dupla missão eram um modo novo de relacionamento com o mundo, mesmo comercial. Mas iriam ser substituídas pela força usada anteriormente, e, o que é pior, pela vingança.

Três dias antes da partida, Gama lembra a el-rei que este lhe dera a capitania mor de todas as armadas que partissem para a Índia e em que ele quisesse embarcar. Sabe que pode dizer a D. Manuel que não está disposto a desistir.

Dizia até que ele próprio queria vingar-se do rei de Calecute.

Então el-rei chamou Pedro Álvares Cabral e pediu-lhe muito que desistisse daquela armada para poder cumprir com a sua palavra para com Vasco da Gama.

Cabral que já sabia de tudo e até do que D. Manuel queria como resposta, disse “levemente”: - “Senhor, eu sou vosso e a armada vossa é. Ficarei contente se, com a minha desistência, eu servir Vossa Alteza. Essa é a minha glória.”

El-rei agradeceu-lhe muito e fez-lhe promessas de outras armadas e serviços.

Pedr’Álvares retirou-se.

No ano seguinte, finais de 1503, casou com D. Isabel de Castro e ficou a viver em Santarém, bem perto do rei que lhe voltou as costas, e também voltado de costas para uma política de comércio, intriga e vaidade.

Esquecido Cabral, sem qualquer título, e el-rei a vangloriar-se perante o mundo com os títulos que Cabral lhe assegurara: “Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia”, - quem mergulhava no ridículo?

“E, entre muitas falas que no caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria muito bem. E nisto concluíram...”<sup>212</sup>

Cabral refugia-se em Santarém.

Aí viveu anos de exílio, com sua mulher, com quem casou depois de dispensado do comando da 4ª Armada à Índia. Aí criou seus filhos que continuariam sua vida, alguns deles na Índia que ele descobriu.

### **Túmulo de Pedro Álvares Cabral - Inscrição**

Cabral foi sepultado na Igreja da Graça em Santarém, em campa rasa, e apenas com esta inscrição: “Aqy jaz Pedr’Álvares Cabral e Dona Isabel de Castro, sua molher, cuja he esta capella he de todos os seos erdeyros, a quall depois da morte de seu marydo foi camareyra-mor da Infanta Dona Marya, fylha d’el-rey Dõ João nosso senhor, ho Terceyro deste nome”. (“Aqui jaz Pedro Álvares Cabral e Dona Isabel de Castro, sua mulher, de quem é esta capela e de todos os seus herdeiros, a qual depois da morte de seu marido foi camareira-mor da Infanta Dona Maria, filha d’el-rei D. João nosso senhor, o terceiro deste nome.”)

Um simples nome para epitáfio de um homem que revelou meio mundo ao mundo, contrasta com a história considerada mais nobre e lustrosa de sua mulher.

Pode explicar-se de muitos modos. Um deles será o facto de a capela e sepultura pertencerem à família de D. Isabel de Castro. É menos polémica esta explicação.

As ideias e a história iriam mudando. Em Belmonte, encontra-se erguida uma estátua que demonstra como a história e o nome de Pedro Álvares Cabral têm sido tratados de modo bem diferente. (Fotos nº 44 e 45)

### **Estátua de Pedro Álvares Cabral em Belmonte**

Estátua de Pedro Álvares Cabral<sup>213</sup>, o capitão e navegador que descobriu o Brasil e grande parte da Índia. (Ver Foto nº 40)

Esta estátua foi feita por quem tinha estudado a vida de Cabral e tinha concluído que ele era não só capitão de guerra como também navegador. Se na mão esquerda ostenta a espada, na direita

<sup>212</sup> Metzner, Leone; op. cit.; p. 175.

<sup>213</sup> Escultura de Álvaro de Bré, ofertada do M.E., e inaugurada pelo Presidente do Brasil Juscelino Kubitschek de Oliveira, em Janeiro de 1963.



Foto 44 - V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral, 1468-1968, em Belmonte.

*Castelo de Belmonte, berço de P. A. Cabral; Braço de Pedro Álvares Cabral; Interior da Igreja de Santiago, onde se venera N<sup>ª</sup> Sr<sup>ª</sup> da Esperança; Estátua de Pedro Álvares Cabral (Belmonte); Panteão dos Cabrais (Belmonte); Pia baptismal dos Cabrais (Igreja de Santiago de Belmonte); N<sup>ª</sup> Sr<sup>ª</sup> da Esperança, que acompanhou Cabral na viagem da descoberta de terras de Vera Cruz; Árvore Geneológica de Pedro Álvares Cabral; Panteão Nacional (Lisboa) e Cenotáfio a Pedro Álvares Cabral (Panteão Nacional)*

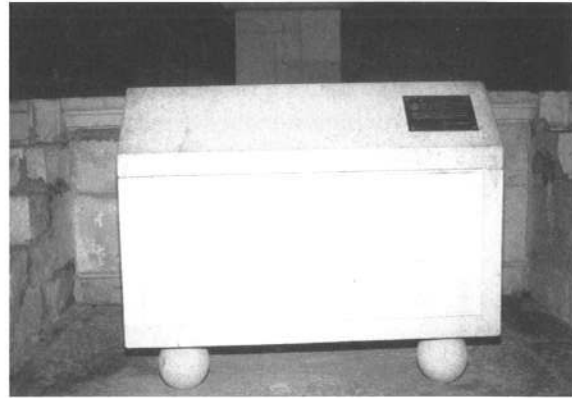


Foto 45 - Belmonte. Túmulo recente de Pedro Álvares Cabral, contendo dupla urna de madeira e chumbo, com as cinzas da sepultura de Santarém.

segura o astrolábio. A espada junta-se à cruz. Era ainda o espírito de cruzada da época no qual Pedro Álvares tinha sido educado. Este espírito fez com que o Descobridor desse à nova terra descoberta o nome de Terra da Vera Cruz. É isto que, na estátua e na própria cruz que Cabral segura erguida, está escrito com realce.

Cabral ostenta ainda um colar da Ordem de Cristo e apresenta-se em vestes solenes. Faz lembrar a sua despedida de Belém: para uma viagem de certezas, uma viagem de consagração. Ele foi, sobretudo, um piloto, como diz Luiz de Mello Vaz Sampayo. (Anexos nº 13 e 14)

### Historiadores e historiadores

Apetece acrescentar, aqui mesmo e já, duas coisas, sobretudo para os incautos quanto à imagem de Pedro Álvares Cabral: que estrategicamente os cronistas oficiais de D. Manuel tentaram denegrir Cabral de muitos modos, para, assim, fazer esquecer o modo cínico como foi tratado pelo rei; que Cabral teve um comportamento correctíssimo, comparado com o de outros, como Gama, que foram oferecer seus préstimos a outros reis quando não obtinham, de el-rei *nosso senhor*, os privilégios que reivindicavam. “Nosso Senhor” só quando convinha.

Depois: Aos que dizem que D. Manuel encarregou Pedro Álvares Cabral da segunda armada à Índia para ajudar um filho segundo da pequena nobreza, está respondido e responderemos que ele foi escolhido por ser “*homem fidalgo, de bom saber, muito apto para isso*”.

E aos que dizem que esta missão lhe foi entregue por estar casado com D. Isabel de Castro, uma trineta de el-rei D. Fernando de Portugal e de D. Henrique de Castela, diremos que Pedro Álvares Cabral foi nomeado para duas viagens (e não uma) à Índia, antes ainda de se ter casado com a donzela da rainha e trineta dos ditos reis, e que ele próprio tinha essa ascendência que de nada lhe valeu.

Foi nomeado por mérito seu, adquirido e reconhecido até pelo D. Manuel I que o reconheceu como apto assim como o Conselho de el-rei, e este ficou feliz com o resultado obtido com a viagem. Prometeu-lhe logo a seguinte que se fizesse à Índia. Mas a política... E alguns historiadores também embarcaram... na política.

## Notas:

### (1) Algumas datas e factos de Pedro Álvares Cabral e descendentes

1500 - Parte para a Índia e descobre o Brasil.

1501 - Regressa da Índia.

1509 - Pedro Álvares Cabral, por carta régia, foi autorizado a trocar os bens de Aldegalega, pela Quinta do Rosário de Santarém. É interessante como noutra carta régia do mesmo ano, os caseiros, mordomos e lavradores desta Quinta adquirida por Pedro Álvares Cabral foram isentos de servidão.

1514 - Pedro Álvares Cabral recebe, por uma carta geral, uma tença de padrão de 200\$000 reis, em reforma de anteriores mercês. Esta tença foi herdada em segunda vida pelo filho Fernão Álvares Cabral.

- Pedro Álvares Cabral recebeu a Comenda de São Salvador do Banho? Quando?

1519/20 - Morre em Santarém, em circunstâncias confusas.

1520 - É concedida a D. Isabel de Castro, viúva de Pedro Álvares Cabral, a tença de 30\$000 reis

1553 - Fernão Álvares Cabral, filho de Pedro Álvares Cabral, morre num naufrágio na volta da Terra Nova, deixando seus bens aos filhos Pedro Álvares e João Gomes Cabral. À sua mulher, D. Margarida da Silva, ainda em vida do marido, e por serviços dos seus maiores, é-lhe concedida a oitava dos linhos de Torres Vedras. Já viúva, (de Fernão Álvares Cabral, filho de Pedro Álvares Cabral) recebe uma tença de 70\$000 reis<sup>214</sup>.

D. Sebastião, depois da morte de D. Margarida da Silva, concede a seu filho, João Gomes Cabral, Fidalgo da Casa Real, não só o padrão da tença de 70\$000 reis, como também lhe passa a carta da mercê e privilégio do direito dos linhos de Torres Vedras<sup>215</sup>

1563 - Casa-se João Gomes Cabral com D. Brites de Barros.

1566 – (02/03) - El-rei D. Sebastião concede a João Gomes Cabral “a tença e padrão de juro de 200\$000 reis, totalidade da que fora de seu avô e de seu pai”.

1567 - Toma o hábito de Cristo que o poderá habilitar a uma comenda.

1577 - (11/12) - D. Sebastião faz mais a este neto de Pedro A. Cabral: ao criar a sua Guarda Real nomeou para capitão desta João Gomes Cabral<sup>216</sup>.

E mais uma vez temos os Cabrais, como Guardas de El-rei a acompanhá-lo nas lides de África.

João Gomes Cabral, Capitão da Guarda Real de El-rei morre com este em Alcácer Quibir. A tença que recebera de seu avô (Pedro A. Cabral e seu pai) é riscada pelo Cardeal nos livros da Chancelaria de el-rei D. Sebastião, mas é para ser substituída por 100\$000 reis dados à viúva de João Gomes Cabral e 100\$000 reis dados ao filho de ambos, Fernão Álvares Cabral.

Quanto a este se diz que esta mercê lhe é feita pelos serviços de seu pai como Capitão das Guardas Reais e por ter morrido ao lado do rei em Alcácer Quibir. E mais, só esta mercê, “enquanto não for provido em alguma das comendas de Cristo porque só tem 15 anos”<sup>217</sup>.

A Casa de Belmonte veio a herdar bens da Casa de Pedro Álvares Cabral, em Santarém. Com efeito, D Brites de Barros casou em segundas núpcias com Bernardim Alte da Silva. Pois na margem do alvará relativo à tença de 200\$000 de Pedro Álvares Cabral, está a permissão dada a D. Brites e segundo marido e com permissão do filho daquela, de venderem a sua parte desta, de 100\$00, a D. Álvaro de Sousa, que morreu sem filhos e foi herdado pelo cunhado, um Nuno Fernandes Cabral, Senhor de Belmonte. E lá foi parar às mãos dos Belmontes parte da riqueza dos descendentes de Pedro Álvares Cabral.

1882 - Abertura da campa de Pedro Álvares Cabral, em Santarém. Representante, erradamente da família de Pedro Álvares Cabral, o conde de Belmonte, D. José.

<sup>214</sup> Ch. D. Sebastião, L<sup>o</sup> 37, fls. 142 a143.

<sup>215</sup> Id.; L<sup>o</sup> 40, fls. 82 e 83.

<sup>216</sup> Id.; L<sup>o</sup> 39, fls.1788 verso e 179.

<sup>217</sup> Guerra, Luís de Bivar; Ch. D Sebastião, L<sup>o</sup> 20, 80 a 83, em averbamento à margem.

1900 - D. Nuno Maria Figueiredo Cabral da Câmara diz em comentário a opúsculo da época que foi erro de seu irmão primogénito, D. José, ter aceitado aquela posição que só competiria ao Castelo Melhor<sup>218</sup>.

1963 - (12-01) Na inauguração da estátua de Pedro Álvares Cabral, em Belmonte, é ainda o Conde de Belmonte que vem representar a família Cabral. Mas para representar a família de Pedro Álvares Cabral, fá-lo mais uma vez indevidamente. (Ver Anexo nº 16)

2000 - Na celebração dos 500 anos do Achamento e do começo da Descoberta do Brasil em Belmonte, pela Câmara Municipal foi convidado, por várias vezes, o Prof. Doutor João Bernardo de Vasconcelos e Sousa para representar Pedro Álvares Cabral. Não foi possível que estivesse presente. Mas Belmonte quis repor uma verdade: Ter na representação de Pedro Álvares Cabral, o sucessor deste filho segundo, não Alcaide-Mor, sim capitão-mor de toda a frota e armada que descobriu o Brasil e a Índia, filho segundo, homem que valeu o que valeram o seu trabalho e capacidades.

**(2)** Pedro Álvares Cabral era um filho segundo. O que herdou, no quinhão que à família veio dos Melos e Gouveias de Castelo Rodrigo, ou do que já antes pertencia à família Cabral, pouco foi.

Deixou bens ao seu filho. Foram mais dos que adquiriu por si e dos que tinha ou juntou em Santarém, e dos que lhe vieram pelo casamento com D. Isabel de Castro

D. Isabel de Castro : Era filha de D. Francisco de Noronha e de D. Constança de Castro, governador da Casa de D. Joana. Chamada “a Excelente Senhora”. Sua mãe era irmã de D. Afonso de Albuquerque, ambos filhos do Senhor de Vila Verde.

Bens: Enxara dos Cavaleiros: o neto de Pedro Álvares Cabral, João Gomes Cabral, foi viver para Enxara dos Cavaleiros onde tinha bens que lhe tinham advindo de sua avó.

**(3)** L. Sampaio: D. Diogo Ortiz fez o sermão de circunstância que incluiu um elogio às obras e valor demonstrados por Pedro Álvares Cabral, que, provavelmente tinha sido aluno do pregador, quando este, antes de ser Bispo de Ceuta e Tânger, foi mestre na Escola ou Universidade instituída em Lisboa, desde cerca 1431.

Mais: Diogo Ortiz pode ter querido referir feitos de Cabral que o mesmo bispo teria verificado em África.

Pode na verdade pensar-se que tudo se conjugava, até porque não era sem avaliação dos conhecimentos dos alunos que a Escola funcionaria, nem sem disso dar conta a El-rei, tanto mais que, na altura já era D. João II. - Olha quem!

**(4)** Pedro Álvares Cabral - “Ali era com o capitão a bandeira de Cristo, com que saiu de Belém, a qual esteve sempre levantada, da parte do Evangelho<sup>219</sup>. (Anexo nº 35)

“E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calicut, isto bastaria<sup>220</sup>.

Constança de Castro, filha de Pedro Álvares Cabral e D. Isabel de Castro, casa com Nuno Furtado, Comendador da Ordem de Cristo, comenda ligada à Cardiga<sup>221</sup>.

## **(5) Senhorio de Belmonte**

“Mas a 5 de Agosto de 1392, com o consentimento do Rei, o Prelado trocou o senhorio de Belmonte (e o couto de São Romão) pelo senhorio de Arganil com Martim Vasques da Cunha<sup>222</sup>. Tendo este fidalgo ilustre abraçado o partido legitimista do Infante D. Dinis, que sucedia nas pretensões ao trono português a seu irmão inteiro D. João<sup>223</sup>, e tendo passado a Castela – depois de 9 de Maio de 1397 como temos boas razões para supor, mas antes de Agosto desse ano<sup>224</sup> – o Rei confiscou-lhe os bens. Não conhecemos qualquer prova documental de

<sup>218</sup> Id.; Id.; Id., Lº 31.

<sup>219</sup> Leone, Metzner; Caminha; I., p. 169.

<sup>220</sup> Id.; Id.; p. 209.

<sup>221</sup> Id.; Id.; p. 426; cit. Góis (B.N.L. ,71; Góis (TT), 66; Lima, I, 333;...

<sup>222</sup> Beira; 2, 149

<sup>223</sup> Cr. D. J. I, II; (CLXX),372; Crise Nac., 208 seg.

<sup>224</sup> Cr. D. J. II; (CLVII), 346, (CLXVII) 366; Crise Nac., 245, seg.

que, como se diz<sup>225</sup>, Belmonte fosse doada depois a João Fernandes Pacheco, a quem - por ter seguido o mesmo partido entre Setembro de 1397 e Março de 1398 – teria sido tirada, revertendo à Coroa<sup>226</sup>.

Os bispos de Coimbra foram senhores de Belmonte, o Infante D. Henrique e seus herdeiros também até que o senhorio voltou à Coroa com D. Manuel I. E aí ficou.

Não consta que a Vila de Belmonte fosse nomeada expressamente quando foi constituída a Casa do Infante em 17 de Abril de 1411.

Também não consta que Belmonte fosse incluída na carta passada unicamente à Vila da Covilhã em 4 de Dezembro de 1449, em Évora.

Luiz de Mello Vaz Sampayo, na op. Cit. Nº 15, diz o seguinte: “Inclinamo-nos portanto para que Belmonte tivesse sido doada por um diploma que lhe dizia unicamente respeito, e que, talvez no mesmo ano de 1411, completava o de 17 de Abril”.

O senhorio de Belmonte, depois da morte do Infante D. Henrique, passa para o Infante D. Fernando seu herdeiro universal<sup>227</sup>, e, depois e sucessivamente, por mortes e assassinatos, para os três filhos deste. O último, mais novo e mais venturoso, D. Manuel, ainda Duque de Beja e depois rei, dá a Belmonte algumas das sisas que lhe pertenciam para reparação do relógio da vila que chama sua.

Com a subida de D. Manuel I ao trono, o senhorio de Belmonte passa a pertencer a el-rei<sup>228</sup>.

É como rei que D. Manuel I, em 26 de Setembro de 1497 renova a mercê das rendas para o concerto do relógio da vila, encomendando ao Alcaide-Mor João Fernandes Cabral, irmão de Pedro Álvares Cabral, a fiscalização da obra.

Os Cabrais, senhores de grandes terras e mercês, de direito nunca foram senhores de Belmonte. Muito menos Pedro Álvares Cabral que não era o filho mais velho.

Entre 1495 e 1497, precisamente em 8 de Março de 1496, na Inquirição feita na Meimoa sobre as vilas da Beira, se diz:

*“Belmonte é de el-rei nosso senhor com sua fortaleza, e Alcaide-Mor dela João Fernandes Cabral...”*<sup>229</sup>

Pedro Álvares – Nem alcaide, nem senhor de Belmonte nem de Azurara.

Uma das gravuras mais conhecidas e divulgadas de Pedro Álvares Cabral é a que está acompanhada da legenda seguinte:

PEDRO ALVARES CABRAL  
SENHOR DE BELMONTE  
ALCAIDE MÓR D'AZURARA  
DESCOBRIDOR DO BRAZIL

Pedro Álvares Cabral foi descobridor do Brasil. O mais que aqui se lhe atribui não foi. E felizmente que não foi. Seria o que na verdade foi seu irmão mais velho, João Fernandes Cabral, e naturalmente não teria feito a descoberta que o tornou bem mais conhecido que o seu irmão Alcaide-Mor e senhor, ou quase, de Belmonte.

Remeto apenas para Luiz de Mello Vaz Sampayo, op. Cit., nº3, 4, 5, segs., e 18. Aqui o autor prova que foi cometido erro e as razões que terão levado a isso.

O último Senhor de Belmonte, que na verdade nunca o foi porque Belmonte passou a ser de el-rei nosso Senhor, foi Caetano Francisco Cabral, falecido em 1762, sem herdeiros legítimos.

<sup>225</sup> G.E.P.B. (apêndice).

<sup>226</sup> Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº 14.

<sup>227</sup> Id.; Id.; nº16. Cit. Mist. 2, 156; publ. In P.H. Gen., I, (III), 280.

<sup>228</sup> Beira, 1, 218; publ. In Fr. G. V., I, 281.

<sup>229</sup> Leitura adaptada. Sampayo, Luiz de Mello Vaz; Op. cit.; nº16. Cit. Corpo Cron., II, 2, 82.

## Século XVI e seguintes

O concelho de Belmonte foi marcado pela ida de gentes, de Cabrais e outros para a Índia e outras partes do mundo, nas sagas de Pedro Álvares Cabral, mas geralmente com políticas diferentes da sua. São vários os que aparecem nomeados como de Belmonte ou a Belmonte ligados, tanto nas conquistas, como no Governo das Praças de África e da Índia, como na missionação.

Na Índia, a figura política principal parece ser Jorge Cabral. Irrequieto, lutador, insaciável de aventuras, cargos e encargos, metendo-se mesmo em golpes políticos, sofrendo as consequências, chegando mesmo a estar preso. Metendo no seu programa da Índia a sua mulher, que levou consigo para o Oriente, facto em que foi o primeiro.

Na missionação ressalta Frei Nicolau de Melo. Mais arrojado na propagação da fé do que Jorge Cabral e tantos outros na política. Nem se percebe como a história saltou por ele, sem ver que era, à sua maneira, um grande santo e mártir.

A Igreja de Santa Maria de Belmonte tem importância grande também, sobretudo pela sua Comenda de Cristo (1530-1540?). Ligava-se e ligou-se assim a homens da política do tempo, e que, por actos se tinham distinguido. Lá andava o dinheiro da Comenda a recompensar actos realizados ou a ser cobiça no trabalho e estratégia de muitos. Ver Manuel de Oliveira e o seu antecessor na dita Comenda.

De notar que existe o Livro do Tombo de Santa Maria com data de 1745, na Câmara Municipal de Belmonte e por esta adquirido na década de 1980, por 90.000\$00, e por proposta minha. Ao livro faltavam catorze páginas que tinham sido arrancadas e como na mesma altura se advertiu.

Sabe-se também que no ANTT existe um outro exemplar deste Tombo, datado de 1615. (IAN/TT, Inventário da Mesa de Consciência da Ordem de Cristo, Convento de Tomar, mç. 60, doc. 5), publicado em anexo, na obra referida de Dr<sup>a</sup> Catarina Valença Gonçalves, Vol. II)

O século XVI foi ainda marcado pelo esforço e valentia de um dos últimos alcaides, com homens de Belmonte à sua conta. É Fernão Cabral III. É exemplar e honroso para Belmonte e para os Cabrais, ler o resumo da sua vida.

Este século foi marcado também pela fundação do Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança na anterior ermida da qual não há dúvida ter existido antes, conforme se diz repetidas vezes no próprio instrumento de doação de D. Jorge Cabral aos frades de São Francisco. Faz doação da Casa e quinta e capela, referida na escritura de doação por Casa de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança.

É neste século que se iniciam os Livros Paroquiais de Santa Maria de Belmonte, como se diz noutra lugar.

## Século XVII

Continua a saber-se da vida e mentalidades do concelho pelos documentos do Convento.

Os alcaides de Belmonte, após a morte de Fernão Cabral III, fazem uma vida política sem dar nas vistas. Fernão Cabral IV é o homem que como alcaide pouco pôde fazer, mas é o atrevido e pitoresco “Gigante das Beiras”, embora muitos autores dêem este título a outros Cabrais desde que se começa a conhecer a origem desta família.

Um ou outro belmontense se nomeia nas lutas da Restauração. É o caso de João Rodrigues Cabral II que, em 1652, foi feito prisioneiro em Espanha quando combatia na coluna do comando de João de Fialho<sup>230</sup>.

Igualmente se distinguiu Fernão Cabral V, em luta contra os espanhóis, em Aldeia do Bispo e nas vilas de Zarza la Mayor e Ferreira<sup>231</sup>.

Em Belmonte e em vários recontros contra os espanhóis, distinguiu-se Manuel Rodrigues Saraiva que, em 11 de Maio de 1643, foi condecorado com a Comenda da Ordem de São Tiago<sup>232</sup>.

<sup>230</sup> Távares, Joaquim e Marques, Manuel; Subsídios para uma Monografia de Belmonte – 1974/75, p. 9.

<sup>231</sup> Id.; Id.; p. 9.

<sup>232</sup> Id.; Id.; p. 16.

Os alcaides de Belmonte ingressam na diplomacia. A sua presença em Belmonte começa a rarear. Vemo-los enquadrados na nova organização militar do tempo.

O dito Fernão Cabral V foi governador do Estado de Pernambuco, no Brasil<sup>233</sup>.

Iniciam-se os Livros Paroquiais de São Tiago de Belmonte

### **Século XVIII**

Os Cabrais continuaram dentro da nova organização militar e na política à volta de El-rei. Caso típico é o de Pedro Álvares Cabral II. Combateu pela Espanha e contra os turcos na Batalha de Matapão. Depois chegou a ser Embaixador de Portugal em Madrid, precisamente quando as relações com Espanha estiveram prestes a suspender-se<sup>234</sup>.

Antes esteve nomeado para Governador de São Paulo, cargo que não chegou a ocupar, segundo alguns, por se recusar a fazer juramento, alegando que os Cabrais estavam isentos de tal obrigação. Opinam outros que ele não terá tomado posse do cargo porque entretanto foi nomeado para Embaixador de Portugal em Madrid. Mas este “entretanto” durou nove anos! Como embaixador de Portugal em Madrid, se deu o caso Farnesi. (Anexo nº 15)

Por falta de varonia os Cabrais são quase absorvidos pelos nomes dos varões das casas a quem se ligam. (Anexo nº 16). por aqui vemos como os Figueiredos e os Câmara se uniram aos Cabrais de Belmonte, e a razão pela qual virão a figurar no brasão dos condes de Belmonte.

Os documentos mais conhecidos sobre o Concelho são as respostas aos Inquéritos Paroquiais.

<sup>233</sup> Id. Id., p.9.

<sup>234</sup> Id.; Id.; p. 16



## O Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança em Belmonte

Convém acrescentar algo de história ao documento que serviu de base para a classificação deste monumento como de Interesse Público, por Decreto-Lei de 3 de Janeiro de 1986, e por proposta da Câmara Municipal de Belmonte, com texto de Manuel Marques.

O convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança (Foto nº 46) foi edificado na Serra de Montes Crestados que, após esta construção se começou a chamar Serra da Esperança. Fica, sensivelmente, à mesma altitude média da vila de Belmonte.

Está na encosta do pequeno inselbergue de Belmonte, voltado a Sudoeste, para a Serra da Estrela. Daqui se avista Covilhã, a entrada do rio Zêzere na parte assoreada que aqui começa a designar-se por Cova da Beira, o curso do rio em vários quilómetros de comprido e sinuosidades, e aldeias como as de Vale Formoso, Orjais, Aldeia do Souto... (Foto nº 46A)

Abrange-se uma paisagem de mais de cento e oitenta graus, e, um pouco mais adiante e acima do convento, a paisagem atinge os trezentos e sessenta graus.

Era um lugar de contemplação, vida calma, e um lugar de acolhimento a peregrinos e viandantes.

Segundo Quelhas Bigotte<sup>235</sup>, a sacralização do local deu-se no tempo e por obra de Álvaro Gil Cabral e sua mulher D. Maria Eanes de Loureiro.

Pinharanda Gomes diz<sup>236</sup> que “Gil Álvares Cabral, e sua mulher, Maria Gil Cabral, fundaram, antes de 1260 – talvez entre 1240 e 1260 – uma capela a que dedicaram capelães e merceiras, ou seja, eremitães, rendimentos, mercês”.

A capela foi criada num centro de propriedade: a noroeste de Caria, a sudoeste de Belmonte – de onde dista um quarto de légua – numa pequena serra, a de Crestados,... a 715 metros de altitude. Nada obsta a que a capela haja sido elevada no local de antigo culto celta e castrejo, pois era hábito do período de evangelização transformar os centros de culto pagão em centros de culto cristão.”

Esta ermida pode ter sido mesmo perto do local onde depois se ergueu o convento, a nordeste deste, ou mais precisamente no lugar do claustro, pois que, a quando da restauração deste, no ano 2000, aqui, e no centro, se encontraram colunas mais pequenas, mais delgadas, e de granito mais fino do que as que compõem o mesmo claustro. Eu as vi e, depois deixei de saber, até hoje, onde foram colocadas.

Na Carta de doação do convento, como noutro lado se vê, esta capela é referida como a Casa



Foto 46 - Belmonte. Convento de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança. Parte da fachada da capela e parte da pousada em que foi transformado, no ano 2000



Foto 46A - Convento de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança de Belmonte, situado sobre a Cova da Beira, donde se vê o ponto mais alto da Serra da Estrela. Ruínas, antes da construção da actual pousada

<sup>235</sup> Bigotte, Quelhas; O Culto de Nossa Senhora na Diocese da Guarda, p. 102

<sup>236</sup> Gomes, J. Pinharanda; Op. cit. p. 56, 57

de Nossa Senhora, e, portanto, são várias as razões que levam a dizer que havia já um templo no lugar.

Foi nesta capela que Pedro Álvares Cabral depositou a imagem quando a trouxe da Índia, como escreveu Frei Agostinho de Santa Maria.

Também se verá como, antes dos frades, e pelo menos quando se dão as razões de Jorge Cabral decidir aumentar a capela e doar o convento, a devoção a N<sup>a</sup> Sra. da Esperança e o concurso do povo era tanto que, para bom acolhimento de romeiros e devotos, a capela já fora dotada com um ermitão.

Por vezes havia lugares de culto que, inicialmente, não tinham imagens. Este também poderia não ter tido qualquer imagem inicialmente, como poderia ter tido uma outra imagem, mais antiga que a imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança que temos referido. Porém, é desta que se fala quando se diz que Pedro Álvares Cabral a levou na viagem em que descobriu o Brasil, e é neste templo que se diz que a colocou, como refere Frei Agostinho de Santa Maria, e ficou dito.

Intimamente ligado à história do Convento está a figura de D. Jorge Cabral.

Jorge Cabral nasceu em Belmonte e era filho segundo do alcaide-mor, João Fernandes Cabral e de D. Joana de Castro, camareira-mor da rainha senhora D. Leonor, e filha de D. Rodrigo de Castro, alcaide-mor da Covilhã. Era sobrinho de Pedro Álvares Cabral. Iria distinguir-se, como outros de sua família, no Oriente onde se procurou esquecer a acção marcante de seu tio, seguindo uma política diferente daquele herói que descobriu a Índia, no dizer do próprio D. Manuel I que muito mal tratou Pedro Álvares.

Jorge Cabral, jovem ainda, partiu para a Índia onde teve uma vida de aventura e ousadia. Entrou a fundo na política que prevaleceu no trato da Índia.

Como outros, aproveitou em seu favor a política da força. Foi mesmo um paladino da Índia, onde viveu décadas e para onde retornava sempre que podia ou achava conveniente.

Começou por tomar parte e se distinguir a partir de 1525. Acompanhou o governador D. Henrique de Meneses no auxílio prestado a Calecute e a Diu.

Por morte deste governador “em finais de Janeiro de 1526 e abertas as vias da sucessão, achou-se nomeado em primeiro lugar D. Pedro de Mascarenhas e depois Lopo Vaz de Sampaio. Jorge Cabral apressou-se a dar tal notícia a D. Pedro, ausente na sua capitania de Malaca, e este entregou-lha em alvíssaras. Parece que a governou com geral acerto. No entanto, Lopo Vaz acabou por ficar no governo da Índia e tirou-lhe logo o dito cargo”<sup>237</sup>.

Terão sido estas rivalidades de sucessão e as suas posições tomadas a favor do nomeado e preterido governador que fez mesmo com que estivesse preso, à ordem de Lopo Vaz.

“Talvez por esse motivo, regressa ao reino em 1535; mas para a Índia parte novamente, a 25 de Março de 1536, como capitão-mor de cinco naus. Era então governador D. Nuno da Cunha, com o qual vai no comando de uma galeota sobre a cidade de Diu e alcança uma grande vitória contra o senhor de Repelim...

Volta ao reino e, mais uma vez, torna à Índia, desta feita na armada do novo governador D. João de Castro, que sai de Belém a 28 de Março de 1545. D. Jorge Cabral vai provido com a capitania de Baçaim, para que fora nomeado a 8 de Fevereiro do mesmo ano<sup>238</sup>, e com ele participa em inúmeras acções e particularmente no socorro a Diu. Finalmente, por morte do governador Garcia de Sá, a 13-6-1549, estando na sua capitania de Malaca, achou-se Jorge Cabral nomeado para lhe suceder, tendo chegado a Goa a 11 de Agosto do dito ano e tomado posse no dia seguinte. Tornava-se assim o 15<sup>o</sup> governador da Índia.

Durante o seu governo fez tributários o rei de Cota (no Ceilão) e a cidade de Bachelor, assolando com uma armada a costa do Malabar e a costa de Tiracole; devastou Colete e Panane; derrotou as forças do Samorim que atacaram o rei de Cochim, aliado dos Portugueses, e preparava-se para novo triunfo quando ali chegou o novo governador e vice-rei D. Afonso de Noronha. Deu-lhe posse, como lhe competia, mas embarcou para o reino, aqui chegando em Outubro de 1551. Havia casado,

<sup>237</sup> Silva, Joaquim Candeias e Castelo Branco, Manuel da Silva; A Beira Baixa na Expansão Ultramarina; ed. da Câmara Municipal de Belmonte, 1999; p. 133 e 134.

<sup>238</sup> ANTT, Chanc. D. João III, liv. 25, fl. 34v.

entretanto, com Lucrecia Fialho, da qual houve descendência, e consta que foi o primeiro governador que levou a esposa para a Índia (em 1536)<sup>239</sup>.

Seu vice-reinado foi curto.

Também Jorge Cabral levou consigo à Índia a imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, a grande devoção de sua família e da sua terra, Belmonte. Quando regressou depositou-a também na ermida de família, em Montes Crestados.

A Senhora tinha protegido D. Jorge Cabral em tantos e tão grandes perigos e aventuras que a devoção do povo cresceu ainda mais.

Frei Agostinho de Santa Maria diz que “começou logo Deus a obrar por seu meio tantas e tão grandes maravilhas e prodígios” e a ser tanto o concurso “de gente que em romaria iam à Senhora... que para que a sua Casa e Santuário tivesse sempre as portas abertas lhe nomearam ermitão, que servisse e cuidasse do adorno e do concerto do altar”<sup>240</sup>.

A última ermitoa foi Leonor Rodrigues, viúva, cumpridora dos seus deveres.

D. Jorge Cabral pensou em doar a capela e Quinta a uma ordem religiosa e entregar a frades os cuidados da ermida e Senhora da Esperança..

A oferta foi feita à Ordem dos Franciscanos da Piedade que teriam convento no Fundão e na Covilhã. Mas estes não aceitaram. Há quem diga que por ser pobre a doação.

A Quinta acabou por ser doada à Ordem Terceira de S. Francisco, também conhecida por Ordem da Penitência. D. Jorge conhecia os esforços desta ordem religiosa na Índia onde trabalhara tantos anos.

O Cardeal D. Henrique, na menoridade de D. Sebastião, deu licença para a doação. Era bispo da Guarda D. João de Portugal. A doação foi tratada em Lisboa, em 12 de Novembro de 1563. Estiveram presentes o doador D. Jorge Cabral, Frei Matias Ferreira (do Pedrógão) que recebeu a doação, Frei Cristóvão, e Frei Agostinho da Purificação.

Estes dois últimos frades tomaram posse da Quinta e ermida em 3 de Maio de 1564; e, em 5 de Agosto de 1564, teve lugar no local a primeira missa celebrada pelos frades<sup>241</sup>.

Nesse acto D. Jorge Cabral assumiu a promessa de mandar construir ele próprio o convento<sup>242</sup>. Com o convento foi construída nova Igreja, em substituição da anterior ermida. A nova capela é basicamente de estilo manuelino, muito simples. Sofreu modificações no século XVII, como se vê pela data de uma janela, a poente (1702). Desta data será também o o arco toral.

Assumiu também o padroado do convento que foi transmitido aos seus descendentes.

### **Sepultura do Fundador do Convento D. Jorge Cabral**

O fundador não se encontra sepultado aqui. Leva a crer que a Igreja do Convento não estaria pronta à data da morte do doador e padroeiro. Este jaz numa arca tumular ostentada por dois leões e encimada por estátua jacente de guerreiro, em capela gótica, mandada fazer por sua mãe, D. Joana de Castro, na parte Sul da nave transversal da Igreja do Convento de São Francisco, na Covilhã. Hoje esta Igreja é sede da Paróquia de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição naquela cidade. A chave da abóbada desta capela é composta por um escudo, em que a viúva do Alcaide-Mor de Belmonte não coloca armas dos Cabrais, mas apenas treze arruelas da sua família dos Castros. Em comparação com o escudete que encima a janela manuelina do castelo da Belmonte, em que muito possivelmente a mesma viúva coloca seis arruelas dos Castros sob duas cabras, parece que esta viúva evoluiu muito para o tempo!

### **A vida dos Frades e do Convento**

A vida dos frades era simples e pobre, “afirma Vicente Salgado, reportando-se a informações recolhidas por frei Guilherme da Paixão, por incumbência do Cardeal Legado, Alberto de Áustria, o Geral de Alcobaça: os frades *“todos têm grande zelo de reformação e guarda da sua regra e estatutos*

<sup>239</sup> Id.; Id.; Id.

<sup>240</sup> Santuário Mariano, p.71; Cit. Carvalho, Artur Manuel; op. cit. p.8 e 9.

<sup>241</sup> Gomes, J. Pinharanda; Memória Histórica do Convento..., p.59. Carvalho, Artur Manuel; id. P.9, cit. Salgado, Vicente; Convento de Nossa Senhora da Esperança... p.30.

<sup>242</sup> Salgado, Vicente; op. cit. p.29.

*e sofrem e padecem muitas necessidades,(...) muito frio,(...) e fome porque não comem senão centeio, e milho, e outros mantimentos da terra, que são pobres e grosseiros, e esses poucos*<sup>243</sup>.

Nesta altura o número de frades não seria mais de quinze e seria este o número normal que poucas vezes terá sido ultrapassado. De resto a pobreza do convento não era nenhuma atracção.

Os frades da Esperança, apesar da sua pobreza, “actuavam na assistência aos pobres, na pastoral das aldeias e no cumprimento das obrigações conventuais”<sup>244</sup>. Segundo o mesmo, assistiam também em capelarias a nobres.

Todos os prelados ou Gerais da Província visitaram este convento, pelo que é natural que nunca pudesse ter-se desviado das boas regras.

### **Estrutura do Convento**

A estrutura do convento ainda hoje se pode inferir do relato de Vicente Salgado e do que dele foi recuperado ou escavado. Tinha “três dormitórios e a igreja a um lado que faz um quadrado com seu claustro, quinze celas, hospedaria e oficinas proporcionadas”<sup>245</sup>.

### **A Livraria do Convento. Algum frade revolucionário?**

“A livraria deste Convento da Esperança era composta de cinquenta volumes; tinha alguns Santos Padres das edições antigas, bem como a sua parte de história profana e bastantes sermonários”<sup>246</sup>.

Se virmos que alguns dos Ministros (ou Piores) do Convento eram homens de instrução, e alguns deles até professores de Teologia Moral e escritores; se tivermos em conta que estes escreveram Sermões, tratados de Teologia, História, e até poesia e, sobretudo, política; seria de estudar a influência que poderiam ter tido na cultura desta zona, talvez só cultura religiosa, (quem sabe?), e sobretudo seria interessante estudar o conteúdo ideológico da “Política Predicável, Doutrina Moral do bom Governo do Mundo”, de Frei Manuel dos Anjos de Manteigas, de Manteigas, e se o facto deste trabalho ter só edição póstuma (1693) terá ou não a ver com o facto de o frade e escritor ter vivido grande parte da sua vida activa no tempo do governo dos Filipes em Portugal.

Em 1571, por alvará de El-rei D. Sebastião, o convento foi agraciado com a Esmola da Especiaria.

Em 1584, sendo Ministro Provincial Frei Francisco da Paixão, reuniu aqui, em peso, os frades da Província da Ordem Terceira, em Capitulo Intermédio. Estiveram presentes o Ministro Provincial, e os Ministros Locais e Definidores. Neste Capítulo de Belmonte se elaboraram os mais antigos Estatutos da Ordem dos Terceiros Regulares de Portugal. Foram constituições pequenas e concisas, divididas em oito capítulos, com ordem de se imprimirem, “para bom regime e exacta observância da Santa Regra e exercícios espirituais e literários”<sup>247</sup>. Título dos Estatutos: “Constitutiones in Cenobio Diva Maria Spei facta per Reverendissimos Patres Ordinis Paenitentiae, Reverendissimum Patrem Provinciale, Fratrem Franciscum Passionis Provincialeque hejusdem Ordinis, et per Ministros, ac Definitoris, septimo die Martii anno Millesimo quingentesimo octogesimo quarto”- Constituições no Cenóbio da Santíssima Maria da Esperança feitas pelos Reverendíssimos Padres da Ordem da Penitência, Reverendíssimo Padre Provincial, Frei Francisco da Paixão e Provincial da mesma Ordem, et por Ministros, e Definidores, em sete de Março de 1584).

Estes Estatutos viriam a ser aprovados pelo papa Gregório XIII, em 1585, e aparecem nas Crónicas da Ordem como datados do Cenóbio (ou convento) de N<sup>o</sup> Sra. da Esperança (Coenobio Dominae Nostrae ab Spe)<sup>248</sup>.

Foi também neste convento que Frei Luiz de Figueiredo deu ordem que determinava o uso, a partir de 20 de Junho de 1592, de um hábito com as cores entre branco e preto “inter nigrum et album”<sup>249</sup>.

<sup>243</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. Cit.; p. 59. Carvalho, Artur Manuel; op. Cit.

<sup>244</sup> Id.; Id.; p. 60.

<sup>245</sup> Id.; Id.; p. 33.

<sup>246</sup> Carvalho, Artur Manuel; op. cit., p. 13.

<sup>247</sup> Salgado, Vicente; op. Cit.; p. 34. Cit Carvalho, Artur Manuel; op. cit. p. 11.

<sup>248</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. cit., p. 59.

<sup>249</sup> Carvalho, Artur Manuel; op. cit., p. 29. Cit. Salgado, Vicente; op. Cit., p. 148.

### **Depósito de Relíquias no Convento**

Em 5 de Junho de 1597, o Convento da Esperança da Província da Beira assume alguma importância pois que foram entregues à sua guarda e devoção um conjunto de Relíquias de vários santos.

*...Vinte e três Relíquias de Santos Mártires do cemitério de S. Calepónio, e uma de Santa Exuperança, Mártir de Cemitério de S. Calisto, as quais ficam no dito Convento,... juntamente com dois instrumentos públicos, escritos em pergaminhos com seus selos pendentes(...) Apostólicas da Cúria Romana, escritos em latim e juntamente um Breve do Papa, nosso Senhor Clemente oitavo son annulo Piscatoris (seu anel de Pescador). Hoje cinco dias do mês de Julho do ano de 1597; e a público – o original no Cartório do Convento da Esperança; e por cópia no Convento de Lisboa”<sup>250</sup>*

### **Alvará para pregação da Quaresma em Belmonte**

Em 20 de Agosto de 1619, é concedido alvará em Lisboa, para poderem pregar a Quaresma na vila de Belmonte.

Foi uma mercê sobre a qual hoje não se vê para que fosse preciso um alvará de el-rei. Mas foi. A razão consta do mesmo alvará.

“...os religiosos... costumavam, havia poucos anos, pregar na dita vila (o) que faziam com satisfação e porque ora se pretendia, por parte de alguns particulares, tirar-lhe a esmola que a Câmara daquela vila dava pelas ditas pregações, me (el-rei) pediam que lhes mandasse com ela; porque além de que os ditos religiosos pregavam com satisfação do povo, e nela o serviam também em todas as ocasiões, que se lhes ofereciam. E visto seu requerimento e informação, que houve ..., Hei por bem me apraz, que a dita esmola dos seis mil reis que até agora se lhes deu das rendas da Câmara, pelas ditas pregações se lhes dê em cada ano, daqui em diante, não entrando nisso a minha terça, satisfazendo eles com os sermões da Quaresma, na forma que até agora fizeram...”<sup>251</sup>. Desde há muito houve a ideia de que os frades e quejandos teriam de fazer de graça o serviço divino!

O sentido de cristianização e modo de vida religiosa tinham começado a modificar-se. Este facto pode ser elucidativo disso. Acontecia com o poder político ou com os que o detinham ou administravam, acontecia com os ricos que pretendiam ver-se livres de encargos contraídos com conventos e igrejas que não lhes dessem lucro compensatório, e, naturalmente e com mais razão, ao povo que se sentia mais sobrecarregado com os encargos religiosos. Mas isto não seria ainda a decadência.

Por este tempo, também surgiram também divergências dentro das Ordens Religiosas e dentro daquela a que pertencia o Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança. Apareceu a divisão entre Norte e Sul. Isto já naquele tempo, mas entre Ordens religiosas...

### **Licença para obtenção de Carne, outras mercês e honras**

Em 18 de Fevereiro de 1627, por alvará passado em Lisboa a pedido do convento, Filipe III estabeleceu uma Provisão para que fosse dada carne aos frades, nos açougues de Belmonte e lugares vizinhos.

“...visto que o que alegam é por bem, e me apraz, que se lhes dê a carne que lhes for necessária para o dito Convento, por seu dinheiro”...<sup>252</sup>

Convém saber que era *por dinheiro* dos frades que os açougues eram obrigados a “dar” carne ao Convento.

Em 6 de Novembro de 1644, D. João IV fez mercê de uma arroba de cera e outra de açúcar.

Em 1718, sob o comissariado de Frei Serafim das Chagas, Belmonte tornou-se cabeça da Ordem Terceira, ficando sob sua alçada os lugares de Maçainhas, Benespera, e “as Vilas (sic) de Inguias, Caria, Malpica, Orjais, entre outros lugares”<sup>253</sup>. (Anexo nº 17)

Em 1747, é dada autorização para também pregarem a Quaresma em Caria.

Os frades procuravam lançar mão do que sabiam fazer para sobreviver.

<sup>250</sup> Id.; Id., Id.; Vicente, Salgado; op. Cit.

<sup>251</sup> Salgado, Vicente; op. Cit.

<sup>252</sup> Salgado, Vicente; op. Cit.

<sup>253</sup> Carvalho, Artur Manuel, op. Cit., p. 11. Cit. Salgado, Vicente; op. Cit., p. 34

Um ano depois desta autorização, em 1758, o padroado do convento já não existia, segundo informação do Dicionário Geográfico, (como refere o autor supra citado, p.9).

### **Frades mais célebres do Convento**

**Frei Manuel dos Anjos**, natural de Manteigas onde se baptizou em 11 de Fevereiro de 1595, passou ao convento de Coimbra onde estava em 18 de Novembro de 1653. Fez votos em São João da Pesqueira em 3 de Junho de 1615.

Estudou no Convento de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa, onde depois viria a ensinar a Cadeira de Teologia Moral.

Em 1645 foi eleito para Ministro do Convento de Nossa Senhora da Esperança de Belmonte. É considerado escritor valioso na literatura eclesiástica. Uns consideram a História Universal do Mundo<sup>254</sup> como sua principal obra; outros pensam que será mais valiosa a «Política Predicável, Doutrina Moral do bom Governo do Mundo»<sup>255</sup>, “afecta a um aristotelismo próprio da filosofia de príncipes”<sup>256</sup>.

Foi pregador e confessor, procurado por seu muito avisado conselho. Escreveu um livro de poemas a Nossa Senhora, intitulado «Triunfo da Gloriosa Virgem Maria».

**Frei Manuel de Santo António** - Também natural de Manteigas, sobrinho de Frei Manuel dos Anjos, professou no Convento da Esperança em 21 de Março de 1644. Aqui morreu e terá sido sepultado em 24 de Junho de 1704. De passagem diga-se que, nas escavações feitas no Convento no ano de 1998-99, não foi encontrado o lugar do cemitério do convento. Se foi, ficou destruído.

**Frei Sebastião da Encarnação** - Era natural de Celorico da Beira (20 de Janeiro de 1660). Estudou no Seminário de Miranda e, depois, professou no convento da Pesqueira em 8 de Novembro de 1679. Esteve em Santarém em 16 de Novembro de 1735, e foi eleito Ministro do Convento de Belmonte em 1697. Daqui foi para Coimbra com a missão de ser aqui prior do Colégio da Ordem. Foi confessor no Mosteiro de Nossa Senhora do Souto em Almeida, e publicou cinco sermões que tinha pregado em igrejas de Lisboa, entre os anos de 1704 e 1715. Não se conhecem outras obras que tenha escrito, embora tenha morrido só em 1735<sup>257</sup>.

### **O Fim do Padroado do Convento**

Os descendentes de Jorge Cabral, afastando-se ou porque os afastaram, irão deixar o Convento sem patrono. Os Párocos das Igrejas de Belmonte, em 1758, na resposta ao Inquérito, escrevem que o Convento já não tem padroeiro.

### **Do declínio à extinção e venda do Convento**

Com a passagem das Invasões Francesas, embora a vila de Belmonte lhes tivesse resistido, não se conseguiu evitar roubos e devastação.

O convento foi pilhado. Os frades não devem ter conseguido viver ali por muito mais tempo.

Com o Decreto de 31 de Maio de 1835 de Joaquim António de Aguiar que extingue as Ordens Religiosas, os bens imóveis do convento passam para a Fazenda Nacional. Quando se fez a inventariação dos seus bens, os frades já lá não estavam e talvez desde algum tempo, porque o local já se dá como estando em ruínas.

### **A Igreja do Convento**

Segundo Vicente Salgado<sup>258</sup>, a igreja do convento tinha um retábulo ou altar doirado, um púlpito e tecto também de talha doirada – “retábulo, tribuna e tecto entalhado e tudo doirado”<sup>259</sup>. O altar-mor era dedicado a N<sup>ª</sup> Sra. da Esperança, e aí estava a sua imagem. Pinharanda Gomes diz que esta imagem estava do lado do Evangelho, no altar-mor. (Foto nº 47)

<sup>254</sup> Ed. Coimbra, 1615, 1735.

<sup>255</sup> Ed. Póstuma, Lx<sup>a</sup>, 1693, 1702.

<sup>256</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. Cit., p. 60.

<sup>257</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. Cit., p. 60.

<sup>258</sup> Salgado, Vicente; op. Cit., p. 3.

<sup>259</sup> id.; id.; id.

O altar da parte do Evangelho, à esquerda de quem entra, era dedicado a Jesus Cristo Crucificado. O da Epístola era de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição.

Estes dois altares eram também de talha dourada e datavam de 1712.

A imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição tinha estado numa ermida a Sudoeste do Convento, a cerca de 200/300 metros, a ela se acedia, ainda há pouco tempo, por caminho de pé posto. Com a vinda da imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Conceição para a igreja do convento, a ermida recebeu a imagem e o título de São José. Ainda hoje é conhecida por capela de S. José. É um retiro ainda mais retirado no âmbito do convento já ermo. Tem uma vista ainda mais abrangente sobre a Serra da Estrela e o Vale do Zêzere. No século XX ainda lhe vi estruturas em granito que teriam cerca de metro e meio, quase cobertas de silveiras e carvalheiras.

Com a ruína desta capela, a imagem de S. José foi colocada na igreja do convento, no altar de Jesus Cristo Crucificado.

Antigamente, ainda segundo Vicente Salgado, os altares do lado do Evangelho e da Epístola eram dedicados a Santa Luzia e a São João (?). Tinham retábulos mais antigos, anteriores a 1712, e que passaram para a sacristia, e, depois, se perderam.

Como paramentos e outros objectos de culto, existiam, e são já referidos no acto da escritura de doação, um cálice de prata, um pontifical (casula, dalmáticas, e talvez capa de asperges) e frontal de altar, em seda da Índia, com todos os ornamentos necessários, mesmo para missa cantada. De resto, no Livro dos Milagres de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, já se refere algumas vezes que missas cantadas eram prometidas pelos devotos a N<sup>a</sup> Sra. da Esperança e assim era cumprido no convento.

As chamadas *ferramentas* da igreja do convento não constam do inventário da Fazenda Nacional. Podem ter sido levadas pelos franceses a quando das invasões ou pelos próprios frades quando entre a proclamação do liberalismo e o Decreto de 31 de Maio de 1834, de Joaquim António de Aguiar, que extinguiu as Ordens Religiosas em Portugal. Se ainda restavam alguns, cálices, pixides, paramentos, e outros objectos e alfaias de culto, esses, segundo o artigo 3<sup>o</sup>, foram colocados à custódia do bispo da diocese.

O que aconteceu com as *ferramentas* da igreja terá acontecido com os frades, se ainda os havia afectos ao convento, foram colocados também sob jurisdição do bispo, reduzidos a clero secular da diocese, por Decreto posterior de 10 de Outubro de 1834.

Contudo, o Inventário ainda refere um sacrário, uma imagem de S. Caetano, outra de Santo António com o Menino, e uma imagem do Santo Cristo com seu sacrário. Isto leva a pensar que havia dois sacrários, estando um deles no altar do Santo Cristo Crucificado.

### **Extinção do Convento. Consequências sócio-económicas**

Os conventos assim retirados às Ordens religiosas aproveitaram, sobretudo, a uma nova classe política e classe de dinheiro. Esta classe arrematou em Lisboa o que ia à praça por uma bagatela. Este convento foi arrematado pelo que viria a ser o primeiro Conde de Caria, cobrindo o lanço com dez tostões (um escudo, mil réis para o tempo).

O resto da população que por aqui vivia e tratava as terras pouco entrou nessa arrematações que nem eram feitas para este género de gente. Os que traziam prazos ou foros, alguns, mas pouco, os remiram. Outros continuaram com os encargos que já antes tinham. A relação do enfiteuta com o



Foto 47 - Belmonte. Convento de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança. Igreja incorporada na transformação em pousada

novo senhor da terra, burgueses e novos aristocratas, não se alterou. O processo de rentabilizar as terras pouco adiantou com o confisco aos frades. Adiantou para o Estado e para os que arremataram, geralmente por dez réis.

“Como se sabe, a Fazenda Nacional arrematou depois os bens nacionalizados a entidades privadas, que os compraram, mas que não puderam dar-lhes o seguimento do projecto inicial. Por isso, os edifícios conventuais acabaram por se transformar em casas rurais, ou armazéns de lavoura, segundo as necessidades dos novos proprietários e cultivadores das terras envolventes”<sup>260</sup>.

A grande vitória do liberalismo nesta extinção das Ordens Religiosas foi mais retirar aos frades, sobretudo aos detentores de grandes riquezas, a riqueza e a influência que tinham na sociedade.

No concelho de Belmonte, a influência dos que arremataram estes bens fez-se sentir durante o século XX, mesmo depois da implantação da República, e ainda hoje se sente até em bens que não entraram nas arrematações mas foram arrebanhados com estas.

### **Arrematação dos bens do Convento - 1834**

Ainda hoje se sabe o roteiro e destino que levaram algumas das talhas e imagens. De outras, nada se sabe.

### **Os bens imóveis**

Os bens imóveis do Convento foram arrematados em hasta pública. A lista de Arrematação é a “nº507 – Carta nº2939 - Distrito da Guarda - Convento de Nossa Senhora da Esperança da Terceira Ordem da Penitência na Vila de Belmonte, Concelho de Belmonte”.

*Constava do seguinte: “As ruínas, tanto do dito convento, como da respectiva Igreja, e a respectiva cerca toda murada e consta de vinha, arvores de fruto, e silvestres, terra de lavoura e horta que se rega com duas nascentes que tem a mesma cerca, e fora dos muros dela tem um bocado de terra lavradia com duas amoreiras e uma oliveira. – 260\$000.”*<sup>261</sup>

A “Carta de Arrematação é a Nº32 A”. Começa, assim: “Dona Maria, por graça de Deus e pela Constituição da Monarquia... faça saber...”

É arrematante “José Homem de Figueiredo Leitão... tendo o dito arrematante satisfeito no dia 21 d’Agosto de 1839, pelo preço da sua arrematação em papel moeda 87\$000; Escriptos 80\$000, e em metal 94\$000, como consta da receita nº1836, lançada na folha 144 do livro 1º, Hei por bem transmitir ao mencionado José Homem de Figueiredo Leitão por irrevogável e pura venda toda a posse e domínio que nos referidos bens tinha a Fazenda Nacional, para que ele e seus herdeiros e sucessores os gosem, possuam, e desfrutem como próprios”...<sup>262</sup>

Estes bens foram à praça por 260\$000 réis. O arrematante ofereceu mais 1\$000 réis (hoje um escudo ou dez tostões) e ficou com os bens arrematados. Ficou também com toda a Serra da Esperança, embora não conste dos bens arrematados e comprados. (Anexo nº 18)

### **Outros bens imóveis**

Outros bens imóveis possuía o convento. Alguns eram longe até de Belmonte. Entre estes bens posso referir: Um souto no caminho do convento, aforado por 800 réis a Joaquim Nunes de Almeida, de Belmonte; uma moradia de casas na Rua Direita de Marrocos, também em Belmonte, a partir com José Judício(?); Em Rapoula do Côa, Vila de Touro, quatro terras centeeiras, uma tapada com vinha e casarão, terra de lameiro e casarão, mais um conjunto de catorze propriedades centeeiras e mais uma tapada com vinha e casarão. Mas há mais.

Quando um pequeno convento, considerado pobre, tinha estes bens e outros, pensamos noutros conventos ricos e cobiçados e sabemos porque é que os liberais acabaram, talvez não do melhor modo, com as Ordens Religiosas

<sup>260</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. Cit., p. 60.

<sup>261</sup> Diário do Governo, de 14 de Maio de 1839. Cit. Carvalho, Artur Manuel; op. Cit., p. 36.

<sup>262</sup> Arquivo Histórico do Ministério das Finanças; Inventário de Cartas de Arrematação. Cit. Carvalho, Artur Manuel; Id., p. 16, 17.



### Títulos de dívida

Todos os enfiteutas e, neste caso agora, os devedores, declararam suas obrigações com juramento sobre os Evangelhos.

Isto é tanto mais interessante quanto é certo que se estava espoliando a Igreja de riquezas que estavam passando para o Estado. Mas também é de notar que a quase totalidade da Comissão de liquidação dos bens das Ordens religiosas era constituída por padres.

O que importa para Belmonte, serão os nomes dos honrados devedores ao convento e que juraram que deviam mesmo e quanto.

Teresa Pires Fajardo, Manuel Soares, D. Luisa Cardoso, João Luís Caninhas, Margarida Borrego, Henrique da Fonseca, e Manuel Menoita, todos de Belmonte. João de Figueiredo, de Maçainhas, e outros. É de notar como estes apelidos ainda permanecem no concelho de Belmonte.

Todas estas dívidas somavam 187\$400 réis.

### Remissões de Foros do Convento

Júlio Francisco Marques declara-se enfiteuta de um prazo “que se compõe d’uma casa com altos e baixos, e uma tapada com terra baixa, tudo situado nos subúrbios da vila e concelho de Belmonte” pede a remissão do dito foro. É-lhe concedida em 9 de Outubro de 1850 pela quantia de 36\$000 réis<sup>263</sup>.

### Os bens móveis

Os bens móveis do culto foram entregues ao Bispo da Guarda que ficou com sua custódia, e foram depois entregues a outras igrejas e capelas, algumas do concelho de Belmonte.

Assim, a Imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança foi para a Igreja de São Francisco, no Largo que ainda é conhecido pelo povo como tal, e daí foi para outros sítios, como digo noutro lugar. Para aqui foi também um dos altares laterais, de talha barroca dourada, que esteve como altar do Espírito Santo, na Igreja de S. Tiago de Belmonte, e do lado da Epístola, encobrimdo um dos frescos. Há a certeza de que a Capela do Espírito Santo, depois ligada à Misericórdia de Belmonte, foi a Capela de S. Francisco.

O altar-mor da Igreja do Convento foi para a Igreja de S. Silvestre, paroquial da Freguesia de Inguias, Belmonte. (Foto n<sup>o</sup> 48)

Uma dos altares laterais, foi também para a Capela de S. Francisco assim como a imagem deste Santo. Daqui, foram para a Igreja de São Tiago. Esteve à direita da porta Sul desta igreja até à reforma dos Monumentos Nacionais na década de 1960 e tinha a imagem do Espírito Santo. Retirados daqui deixaram a descoberto um dos frescos da Igreja de São Tiago, e depois, tanto este altar como a imagem do Espírito Santo foram para a Capela de Santo António, frente ao Castelo de Belmonte. Para aqui veio também a imagem deste Santo que, vinda também do Convento, já cá estava e deu nome à Capela - Capela de Santo António. A imagem, com o Menino ao colo, é uma das que ainda constou do Inventário de 1834.

Hoje, a imagem de São Francisco está na Igreja Paroquial da Sagrada Família, em Belmonte.

Aqui se encontra também um crucifixo de cerca de um metro de altura que veio do Convento. Será o que tinha um altar no Convento, com o nome de Santo Cristo Crucificado. Esteve no altar-mor da Igreja de São Tiago, e, depois, no altar-mor da Igreja da Sagrada Família. Ultimamente encontra-se na parte superior da sacristia, a Sul.

Uma das mesas de altar foi da capela de São Francisco para a Farmácia Costa, que ficava perto e, nessa altura, era propriedade do Sr. Francisco Costa. Foi-lhe colocada uma pedra mármore para aí fazer alguns manipulados.



Foto 48 - Igreja de São Silvestre de Inguias. O altar mor veio do Convento de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança de Belmonte

<sup>263</sup> A. H. do Ministério das Finanças; Inventário de Cartas de Arrematação. Cit Carvalho, Artur Manuel; op. Cit.; p. 39, 40.

Com a venda e posterior transferência desta Farmácia do Largo de S. Francisco para a Rua Pedro Álvares Cabral, o altar foi também.

Os actuais proprietários, a Farmacêutica Dra. Maria Manuela Carvalho e Prof. Mário Inácio Dias Duarte, que compraram a farmácia, já declararam que estão dispostos a dar o altar para um museu, ou lugar mais adequado que venham a propor-lhes.

### **O último estado do convento**

O convento estava arruinado, em parte submerso.

Restavam à vista a capela que tinha um ovil construído junto à parede Norte, para aumentar a capacidade de guardar as ovelhas que não couberam na capela, durante algum tempo da exploração. Restavam as casas do caseiro e do que foi algum tempo guarda da Serra da Esperança. Algumas destas dependências condiziam com antigas estruturas do convento. Restava ainda alguma parte do claustro.

Havia um terreiro a Nor-nordeste do convento.

À volta do terreiro havia forno, e currais para criação de animais, tudo o que servira para os frades e foi servindo para ainda a chamada ermitoa Stela Barroso, casada com Manuel Gaudêncio e ainda para o guarda da Serra, ainda no século XX.

Neste terreiro, havia árvores, amoreiras, oliveiras... algumas descritas há séculos e ainda no Inventário de 1834. Debaxo dessas árvores havia mesas, e o povo de Belmonte ia frequentemente aí, levava merendas, e descansava. Isto acontecia sobretudo pela festa do Santo Antão.

Mesmo com guardas da Serra – o último foi o Sr. Afonso Massano, André de Manteigas, - isso nunca lhes tinha sido proibido, enquanto a propriedade pertenceu à Sra. D. Maria da Conceição Pizarro.

Esta senhora chegou a propor-me, por volta de 1957-1960, que, se eu deixasse ir a imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança para o convento, ela mandava restaurar a capela e anexos.

É claro que eu disse que isso era impossível, porque o povo nunca permitiria uma coisa dessas.

### **As escavações feitas no Convento em 1998**

Os actuais proprietários do Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança decidiram fazer ali uma Pousada.

Antes, foi necessário fazer escavações, pois o imóvel tinha sido classificado, por petição de 1986 à base de processo elaborado pelo vereador Manuel Marques.

Faço, de memória, a descrição e em resumo do que se fez e descobriu.

Quem orientou as escavações foi o Arqueólogo da Câmara Municipal de Belmonte, Dr. António Augusto Marques. O espólio está na posse e propriedade da Câmara de Belmonte, que o tratará e exporá.

Só foram escavados os lugares da cozinha (Fotos nº 49 e 49A), refeitório, sala “*De profundis*”, e pouco mais. No claustro não se escavou, mas durante as obras de adaptação do convento a Pousada, encontraram-se várias colunas como está referido noutra lugar. Dentro da Capela, também não houve



Foto 49 - Convento de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança. Cozinha com fogão e assento de armário para loiça



Foto 49A - Convento de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança, Belmonte. Vista do claustro para a sala “*De profundis*”

escavações.

A cozinha escavada revelou e ficou patente o fogão cuja parte superior era de um só bloco de granito, com os orifícios (fogos ou bocas) onde se colocavam as panelas. Estava assente sobre estrutura de argila (barro), devidamente preparada para meter a lenha e acender o fogo.

Ao lado, está uma rocha afeiçoada que sugere que ali esteve uma cómoda ou armário para a loiça e trem de cozinha.

Há sinais de que a água entrava dentro de cozinha, por gravidade, e da cozinha saía por debaixo do lava-loiças que ainda existe, que é também de granito, com orifício que dá para uma caleira, também de granito e que se conserva em parte, a qual transportava as águas sujas para longe da cozinha e convento.

Por baixo do lava-loiças, havia um vão onde também metiam loiça de serviço. Noutros lugares, mas aqui, sobretudo, se encontraram muitos restos de cerâmicas, do século XVI e seguintes.

A cerâmica encontrada, pouca é loiça da Índia. A maior parte é mais pobre e alguma até grosseira. Às vezes, um pouco melhor, mas não rica.

Contudo, há peças de muita elegância, e há a indicação de várias procedências, aquisições ou dádivas. Muitas peças se encontraram com as iniciais "S E". "CSE": Sra. da Esperança, Convento da Sra. da Esperança.

De notar ainda algumas peças de serviço que têm escrito "Caria", o que leva a pensar que terão sido oferecidas pela vila de Caria ao Convento. Podemos pensar que seria promessa, simples doação, ou até pagamento pela pregação da Quaresma que os frades tiveram também a seu cargo.

Apareceu uma ou outra peça mais bizarra, entre elas destaco um pequeno cachimbo de barro vermelho. Este e algumas das peças encontradas a Câmara colocou-as, temporariamente, ao cuidado dos proprietários do Convento, Eng. Rebelo de Andrade e Esposa. Outras estão guardadas à espera de tratamento museológico, para exposição permanente ou rotativa numa das salas de Museu de Belmonte.

Outras peças de ferro também se encontraram.

Da cozinha para o refeitório havia uma janela por onde o irmão cozinheiro passava as refeições aos outros irmãos.

À cozinha acedia-se por uma pequena sala, a Sala "*De profundis*". Aqui se encontram os assentos em granito, sobre os quais se colocavam os assentos para os frades. Aqui rezavam, antes de passarem ao refeitório, e depois de terem lavado as mãos no lavabo, em pedra um pouco mais fina e com água corrente, também por gravidade. Tudo ainda se encontra aí, e, com um tratamento de conservação como foi feito para o claustro e igreja, darão à Pousada um toque de ainda maior originalidade. Afinal, um convento pobre, com tudo pobre, rústico, bem acomodado às exigências de uma vida de homens de uma Ordem de Penitência. Um lugar delicioso, de repouso para a vista e para o espírito e para o corpo *Obra de frades! Os senhores calculam*, - parafraseando Trindade Coelho.

Mas há mais.

O refeitório dos frades também se descobriu e poderá reconstituir-se. Entra-se nele obrigatoriamente pela sala "*De profundis*". Tem acesso à cozinha pela pequena janela de serviço.

A toda a volta das paredes estão cachorros de pedra, como na sala anterior, com as marcas do lugar onde os caibros sustentavam os bancos, possivelmente corridos. À frente dos bancos estava a mesa em "U". Conhece-se pelos troncos de coluna em granito, mais ou menos oitavados, que sustentavam a mesa. Ao fundo desta se sentaria o Prior do Convento que aparece nos documentos designado como Ministro. Do lado contrário a este, está ainda um púlpito de granito bastante fino, onde se fazia a leitura durante as refeições.

Esta peça, como e com as referidas, pode ser restaurada no possível e passar a ser uma mais valia, original, quando certamente realizado com o esmero que se pôs noutras peças do convento.

À sala "*De profundis*" acedia-se pelo claustro e pelas celas.

O Claustro estava muito danificado. Adivinha-se no essencial a sua estrutura. No meio fizeram-se algumas escavações no centro, talvez na procura de mais elementos que pudessem servir para o restauro, mas já após as investigações do arqueólogo. Encontraram-se colunas, ou elementos de coluna, mais pequenas que as do claustro e simples, de granito mais fino que terão pertencido a um outro templo mais pequeno ao qual há alusões históricas desde o século XIII.

O trabalho não foi de arqueologia, não teve precisão nem cuidados técnicos, e, assim, ficámos por agora sem saber se haveria ou há outros testemunhos históricos e arquitectónicos, quais, e de que época. (Fotos nº 49B e 49C)



Foto 49B - 6 bases de colunas encontradas nas imediações do Convento de Nª Srª da Esperança, Belmonte.

Mó de moinho manual

Almofariz em pedra de moinho de pilão

Foto 49C - Convento de Nª Srª da Esperança.

Dentro das quatro peças do centro do claustro e enterradas no centro deste, foram encontrados elementos de outra construção, que pode ter sido idêntica à actual que está a ser restaurada, mas de menores dimensões. Entre estes elementos uma parte de um colunelo. Granito grosso.



No entanto, a intervenção no claustro é de mérito, enquanto que se foi ao ponto de trabalhar a pedra para fazer colunelos, bases e capitéis para completar os feixes de colunas que sustentavam a parte do convento que assentava sobre estes elementos.

A sacristia foi limpa e restaurada. Serve de bar. Mantém os elementos originais e outros que lhe foram sendo introduzidos com o tempo. De notar o lavabo com o lugar de duas torneiras, para antes e depois da missa.

A capela ou igreja do convento estava degradada. A pedra chave do arco toral estava partido. E ameaçava ruína. De notar que este arco, assim como outras obras, foram feitas em 1702, como consta no peitoril exterior de uma das janelas do lado norte.

Foi toda reparada e adaptada a novas funções dentro da Pousada. Sentem-se ainda as marcas manuelinas da sua construção inicial, sobretudo na porta de entrada. É de arco inteiro, emoldurado por nervuras ou colunelos muito simples, com ornatos em cordame. Junto do arranque do arco, tem uma espécie de pequeno nicho ornamentado. É muito semelhante a portados quinhentistas desta e outras regiões. (Sra. da Oliveira da Orca, por exemplo), e que, por sinal, também pertenceu aos Cabrais.

Não foi recuperado o telheiro ou nártex da entrada da igreja, embora se conhecessem bem os arranques em granito donde partiam os arcos. Não havia peças, seria preciso inventar e fazer do quase nada.

### **Pousada do Convento**

Hoje, está construída, inaugurada, e em funcionamento uma unidade hoteleira de luxo "Pousada do Convento de Belmonte".

«A Pousada do Convento tem origem na recuperação das ruínas do antigo Convento de Nª Sra. da Esperança, onde também se situou uma ermida, fundada no séc. XIII e provavelmente instalada em locais de antigos cultos pagãos. (...) A Pousada preserva toda a herança histórica do Convento (...) incluindo a arquitectura em anfiteatro, entre os pinhais da serra e uma deslumbrante paisagem sobre a região da Cova da Beira e a Serra da Estrela.

No interior os trabalhos de adaptação da Capela e da antiga Sacristia, transformadas a sala de convívio e bar da unidade, são o testemunho dos criteriosos trabalhos de reconversão efectuados no Convento a partir de 1997, e um exemplo perfeito do harmonioso convívio entre zonas históricas e de construção moderna e acolhedora». (Informação turística sobre a Pousada - Pousada de Belmonte - Convento de Belmonte).

Quando foi apresentado o projecto à Câmara para a construção da pousada, a mesma Câmara aprovou-o com a condição de a parte histórica e patrimonial devesse poder ser visitada. Tudo parece ter sido estruturado e reconstruído assegurando esta condição que tem sido cumprida.

## N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança

“Certo é que as benfeitorias efectuadas na capela serrana, bem como a fundação conventual, são acontecimentos ligados a uma famosa imagem, a de Nossa Senhora da Esperança que, na lenda, se pretende haja ido ao Brasil, na armada de Pedro Álvares Cabral.”

Quanto a este ponto, verosímil, nada mais consta que não seja a tradição, que é um pouco mais que lenda. Mas já o mesmo não sucede quanto à verdade de ter estado na Índia, com Jorge Cabral. (O autor citado, Pinharanda Gomes, continua agora a transcrição de Fr. Agostinho de Santa Maria) Vejamos:

“Depois que veio da Índia a colocou em uma Ermida da sua Quinta, cujo sítio deu depois aos religiosos da Terceira Ordem, para fundarem nele um Convento, do qual se fez padroeiro, e o são ainda hoje seus descendentes”. “A imagem é tão antiga, que ainda os Religiosos mais graves, e mais antigos, e que foram Prelados no mesmo Convento, não sabem dizer nada da sua origem, e princípios. Só dizem que esta Soberana Imagem da Rainha da Glória viera da Índia, e que de lá a trouxera um Fidalgo dos Ascendentes da Casa de Belmonte a quem chamavam Pedro Alves (sic) Cabral”. Aqui se gera a confusão: a Índia era o Brasil, nas nomenclaturas da época, e Pedro Alves Cabral não é outro senão Álvares. Que Álvares a trouxesse do Brasil é facto que repugna porque a escultura é da escola de João de Ruão, que fez trabalhos vários na diocese da Guarda, como em Alpedrinha, e no Retábulo da Sé da Guarda. O que fica é, pois, esta hipótese: Pedro Álvares Cabral levou consigo a imagem ao Brasil e, no regresso, trouxe-a, seguindo então para a Índia Oriental na companhia de Jorge Cabral. Este, por sua vez, trouxe-a de novo à terra, e decidiu entronizá-la, fazendo-o na capela já existente onde, antes desta nova imagem deve ter existido outra de menor relevo, da mesma invocação”<sup>264</sup>.

Parece-me confusa esta opinião, mas é mais uma. De notar que a imagem de N<sup>a</sup> Senhora existente no retábulo da Sé da Guarda e atribuída a João de Ruão, ou à sua escola, é precisamente um termo de comparação para concluir que a de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança de Belmonte não deverá ser atribuída ao mesmo autor ou escola.

Sobre a imagem, escreveu também o Tenente-Coronel Abílio de Matos Pacheco, no “Jornal do Fundão” (de 20-10-63, N<sup>o</sup> 901): “É uma imagem quinhentista cuja autenticidade está na tradição do povo e provada pelo erudito beneditino D. Clemente Maria da Silva – Nigoa, Director do Museu de Arte Sacra de Salvador (Baía), que esteve em Belmonte onde a admirou, estudou e autenticou.”

Com o maior respeito pelo Sr. Tenente-Coronel Pacheco e família, tenho a dizer que manifesto opinião diferente quanto ao estilo e autoria da imagem e que esta minha opinião tem sido corroborada por outros especialistas de arte sacra.

### Milagres de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança (Texto adaptado)

“(…) Dos milagres antigos, não há mais que a tradição de que obrara muitos, e de que em todos os tempos os continuara.”

No tempo presente ainda obra muitos; porque o poder e a piedade são os mesmos, como o testemunham os muitos mantos e outros semelhantes sinais que pendem das paredes de sua Capela, principalmente da parte donde a Senhora fica.

E todas estas memórias são vivos trofeus que publicam os triunfos e vitórias que a Senhora tem alcançado contra a morte e enfermidades.

Dois milagres referirei que são mais modernos e no-los aponta o Rev. Prior de Belmonte, Luís Mendes da Costa...

No ano de 1694, morando nas suas casas do Castelo D. Maria Antónia de Brito, viúva de Fernão Cabral, senhor de Belmonte, se pegou o fogo nas suas casas, por descuido de uma escrava. E sendo já a desoras da noite se descobriu o incêndio, estando recolhida toda a família. E foi com tanta veemência e respeito de um grande vento que soprava que se viram todos por perdidos, fugindo, descompostos, cada um para onde pôde.

<sup>264</sup> Gomes, J. Pinharanda; op. Cit., p. 58, 59

Vendo-se nesse perigo e aflição, a senhora de Belmonte disse, toda a flita, estas palavras: - Virgem da Esperança, valei-me!

Ditas estas palavras, se aplacou o vento, e, acudindo os moradores da Vila se apagou facilmente todo o fogo, sem perigo de pessoa alguma..

E a devota senhora de Belmonte, no dia seguinte, foi ao Convento, e mandou dizer uma Missa cantada de acção de graças a N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, contando o sucedido ao P.e Frei Manuel dos Anjos, Ministro que era então do mesmo Convento, o qual o referiu ao Prior Luís Mendes da Costa, para que o escrevesse nesta relação que nos deu.

Outro prodígio sucedeu e foi que, no ano de 1702, estando doente Isabel de Siqueira, mulher de Manuel Antunes Bilibau, e desconfiada (despedida) dos Médicos, com sinais mortais, vendo que não tinha nos remédios humanos esperança de vida, mandaram pedir o manto da Senhora para se aplicar à doente.

Vindo este, o meteram numa arca.

Na primeira noite, sentiram as pessoas que assistiam à doente bater na arca. Pela parte de dentro três pancadas, não muito rijas, mas de forma que se ouviram.

Atemorizada a gente que as ouviu, passou aquela noite sem dormir nada.

E estas pancadas se repetiram por três vezes.

Na noite seguinte se ouviram as mesmas pancadas e acudiu Manuel Antunes que as ouviu clara e distintamente. Correu a arca em redor, viu e examinou se havia alguém que desse tais pancadas. E não achou nada. E repetiram-se as pancadas por outras vezes.

Abriu a arca, e tirou o manto da Senhora que logo se aplicou à enferma, na qual imediatamente se reconheceu a melhora e, em poucos dias, recobrou a perfeita saúde.

E, em acção de graças, foi com sua família, mandar cantar uma Missa a Nossa Senhora. E levou o manto com uma esmola, e a mortalha que estava preparada e que ainda se vê dependurada na Capela da Senhora.

Muitas pessoas mandam pedir este manto em casos apertados, e, com a devoção com que o aplicam, reconhecem nas melhoras os poderes da Sra. da Esperança.

Muitos outros milagres se referem e que a Senhora tem obrado, e que eu deixo de referir porque, para meu intento, bastam os que ficam referidos<sup>265</sup>.

A devoção de colocar os mantos de N<sup>a</sup> Senhora sobre os doentes e de oferecer mantos como cumprimento de promessas continuou. Igualmente eram oferecidas missa e sermões para proclamar publicamente as graças concedidas por Nossa Senhora. Esta devoção acentuou-se durante a guerra colonial portuguesa, nos tempos de Salazar e Marcelo Caetano. Quantos aos mantos, nessa época, eles tinham saído da alçada do pároco. Estavam com as mordomas ou pessoas que tratavam do altar da Senhora. (Afirmo-o porque o sei, claro!). Sei que havia vários mantos. De vez em quando (de 1954 a 1974) apareciam mantos novos sobre os ombros da imagem. E, algumas vezes me dei conta que havia polémica para impor este ou aquele manto. “O Texto de Jaime Lopes Dias”, com algumas imprecisões históricas, tem o valor de referir este tipo de devoção a Nossa Senhora. É o texto que se segue.

### **Os Mantos de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança**

“Partiram naquele tempo os homens para o mar encomendando-se a Deus e louvando seu santo nome a cada hora.”

Encorajados por uma Fé sem limites, transpunham oceanos descobriam continentes.

E fiéis às promessas que em horas difíceis de contra tempos e aflições (a fé) lhes impunha, a sua primeira e principal preocupação, no regresso, era cumpri-las. É que, se algum morresse na dívida, afirmou-o sempre o povo em sua crença, ficaria eternamente preso ao mundo e aparecer em espírito.

De Belmonte saiu, para comandar as naus que haviam de dar a Portugal a glória da descoberta do Brasil, o grande Pedro Álvares Cabral.

Amante da sua terra e crente, o imortal chefe que gravou uma das mais brilhantes façanhas dos Portugueses, quis que a uma imagem de Nossa Senhora, feita do mais fino granito da Beira Baixa o

<sup>265</sup> Santa Maria, Agostinho; Santuário Mariano, pp 73, 74 Cit. Carvalho, Artur Manuel; Id.

acompanhasse. E N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, que tal foi a invocação que lhe deu, escolhido lugar condigno na sua nau-chefe, foi e veio de terras de Santa Cruz, levando e trazendo em boa hora, os marinheiros de Portugal.

Pedro Álvares Cabral quis ainda que Nossa Senhora fosse guardada e adorada em Belmonte, sua terra natal, e para esse efeito veio a ser construída por sua família, na Serra de Crestados, uma capela, mais tarde doada aos frades da Ordem Terceira de São Francisco que no local tinha o seu convento.

Da Santa Imagem adoptou a serra o nome, passando a chamar-se da Sra. da Esperança. Como o convento fosse, mais tarde, abandonado, Nossa Senhora, adorada e querida do Povo, foi logo recolhida como relíquia Santa de Portugal e protectora dos Belmontenses.

E a ela recorrem muitos em suas aflições e desgraças, vão pedir o manto, com que cobrem as pessoas em perigo de vida, para que se salvem e hajam saúde.

Quase sempre conseguida a graça que se pede, os doentes vêm oferecer à Santa Imagem mantos novos.

E, por isso, N<sup>a</sup> Sra. da Esperança tem sempre muitos e lindos mantos, e os Belmontenses a maior Fé na sua santa protectora que é relíquia gloriosa de Portugal”<sup>266</sup>.

### **Carta de Doação da Casa de Nossa Senhora da Esperança e Quinta**

“Saibam quanto este instrumento de doação virem, que, no ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1563, aos 12 dias do mês de Novembro, na Cidade de Lisboa de fora de portas de S. Vicente da Mouraria, na rua de Santa Bárbara, na casa em que pousa o senhor Jorge Cabral, do conselho de el-rei Nosso Senhor,...Frei Matias... a vos ... Fr. Cristóvão.. e Fr. Agostimho, por isso vos dou poder, em especial para que em meu nome , e da Ordem aceitei de o Senhor Jorge Cabral arrenunciação que hora quer fazer da Casa de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, que está no termo da Comarca de Belmonte, da qual se fará por um tabelião público:... há por bem e lhes ap(r)áss dar e renunciar a dita casa e ermida com as ditas Casas e Obras, e pinhal e pomar assim como ora esta, e de feito logo deu e renunciou a dita Casa, e obras e pomar e pinhal com todo o mais que à dita casa pertence e com os seus ornatos;

Convém a saber: um cales (cálce) de prata e um pontifical de seda da Índia e com o seu frontal do mesmo, e com todos os mais ornamentos, que à dita casa pertencem aos ditos padres da ordem Terceira de S. Francisco, para que eles o possam possuir e povoar como mosteiro da sua dita Ordem e farão dela e em ela, como de casa sua da dita Ordem, sem contradição de pessoa alguma. A qual ermida, e Casa de Nossa senhora da Esperança, ele dito Senhor Jorge Cabral lhe dá e doa, e renuncia nos ditos padres com tal condição, que eles serão sempre obrigados a(...) terem nela padres(...) para a dita Casa ser de vida de Religiosos(...); e assim disse mais o Senhor Jorge Cabral, que ele por este instrumento se obriga e de feito se obrigou dar aos ditos padres para acabarem a dita Casa e Obras dela, cem cruzados em dinheiro,(...) que eles a povoem de um ano primeiro seguinte, e não a povoando dentro do dito ano, que em tal caso ele a possa dar, e renunciar a quem lhe bem parecer, e quizer(...) e logo por este lhe dá poder, que vão tomar posse da dita Casa e de todas as coisas que nela pertencem,(...) e os ditos Padres(...) disseram que aceitavam a dita Casa assim, e da maneira que lha o dito Senhor Jorge Cabral renuncia, e dá, e se obrigam a cumprirem as condições aqui declaradas(...) Testemunhas que foram presentes Domingues Vaz, e Agostinho da Costa, creados do dito Senhor D. Jorge Cabral e moradores em sua Casa. E eu, Heitor Dias de Magalhães, Tabelião público de Notas(...)”<sup>267</sup>.

### **N<sup>a</sup> Sra. da Esperança acompanhou Pedro Álvares na Descoberta do Brasil**

Segundo a tradição do povo de Belmonte, a imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança acompanhou Pedro Álvares Cabral na descoberta do Brasil. Ao regressar colocou-a na ermida que existia na Serra de Montes Crestados. Daqui a levaria também outro Cabral para a Índia, como está provado. Foi o sobrinho do Descobridor do Brasil, também um filho segundo, D. Jorge Cabral. De regresso da Índia

<sup>266</sup> Dias, Jaime Lopes; Os Mantos de Nossa Senhora da Esperança...; p.165, 167. Cit. Carvalho, Artur Manuel; op. Cit.; p. 35, 36.

<sup>267</sup> Carvalho, Artur Manuel; op. Cit. Cit. Salgado, Vicente; op. Cit.

onde chegou a ser vice-rei, recolocou-a na mesma ermida. Noutra lugar se fala deste Cabral que foi o primeiro capitão português que levou sua mulher consigo para a Índia.

### **N<sup>a</sup> Sra. da Esperança e o Convento**

Nossa Senhora da Esperança acompanhou mesmo Pedro Álvares Cabral na viagem de descoberta do Brasil? Sim ou não?

Sim. É a tradição arreigada, geral, continuada, e arreigada de Belmonte.

E começo por aqui porque há autores que pretendem que o rigor do documento escrito, e, quando lhes convém, à falta deste, outros factos interpretados a seu gosto, conveniência académica ou bairrismo, contradigam uma tradição imemorial. Gostam! É como o sensacionalismo da comunicação social de hoje.

Aconteceu o mesmo com a tradição do nascimento de Pedro Álvares Cabral em Belmonte.

Vasca da Gama nasce em Sines, e ninguém desmente. Não se encontra nada de sério que contradiga que Pedro Álvares Cabral nasceu em Belmonte, mas, porque aparece alguém que queria que tivesse nascido mesmo numa sua casa, parece que toda a tradição em bloco treme. Não treme!

Mas há quem seja falado só porque teve o mérito de pôr a tradição em dúvida e a contradizer sem argumentos.

Lembro-me que, quando apareceu essa dúvida, a razão apresentada nem foi a da existência de uma casa lá para os lados de Viseu. Essa razão foi logo esquecida até por quem a apoiou. A grande razão foi que lá para essa terras havia muita gente com o apelido de Cabral o que não acontecia aqui, por Belmonte. Levou a resposta adequada que, por decoro, não repito. Poderá ver-se, em anexo a polémica que se travou no “Jornal do Fundão”, em 1963.

A tradição de Belmonte foi e é sempre igual: N<sup>a</sup> Sra. da Esperança acompanhou Pedro Álvares Cabral na viagem da descoberta do Brasil. Posso apresentar razões, e até escritos (os que se conhecem) para confirmar esta tradição.

A imagem é uma escultura em pedra ançã, do séc. XV, segue a postura e concepção de outras imagens da época. Por exemplo a maneira como a mão da Senhora pega o pé do menino, e o joelho direito da Senhora avança e se salienta do conjunto escultórico. Segue assim o estilo de Mestre Afonso, de Coimbra. São originais, contudo, as características metafóricas que melhor poderiam significar a esperança. Há imagens desta escola espalhadas por esta região, e uma que até tem gravada na base a data e o autor. A Senhora do Leite, de Penha Garcia, por exemplo, tem, uma inscrição gótica com a data de 1469 e “Mestre Afonso me fez”. (Foto nº 50)

A imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança de Belmonte é anatomicamente menos rigorosa e seguidora dos cânones de Ruão. Os ombros são demasiado descidos. E é ver-se o toucado, o lenço da cabeça, o modo como este é apertado atrás, o vestuário à volta do colo e no peito não serão de escola ou artista mais popular.

A imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança também poderia ter tido data e autor, mas, porque era pesada e o povo persiste em levá-la em procissão, foi desbastada nas costas.

A data de 1469, por sinal, é um ano ou dois após o nascimento de Pedro Álvares Cabral (1467-68).

O facto de alguns eruditos duvidarem e contradizerem que a imagem tenha acompanhado Pedro Álvares Cabral ao Brasil atribuindo a escultura à escola de João de Ruão, não é razão capaz para contrariar a fé e tradição arreigada da gente de Belmonte.

“Referindo-se ao descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral, frei Agostinho de Santa Maria afirma ter sido ele, (Pedro Álvares Cabral), a trazer a Santa para Portugal, mais exactamente para Belmonte”<sup>268</sup>.



Foto 50 - Belmonte. Imagem de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança que, segundo a tradição, acompanhou Pedro Álvares Cabral no descobrimento do Brasil e para a qual D. Jorge Cabral criou, dotou e mandou construir o Convento de Belmonte

<sup>268</sup> Santa Maria, Agostinho; Santuário Mariano; p. 70. Ref. por Carvalho, Artur Manuel, aluno da U.A.L. Luís de Camões, Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança de Belmonte, p. 18.



As outras hipóteses de ser Pedro Álvares Cabral a doar a Quinta para o Convento, ou ter sido a imagem feita na Índia, nada condiz nem sequer com a tradição. A tradição popular nem refere que a imagem tenha ido à Índia, isso porque, naturalmente, o que ficou na cultura popular foi a descoberta do Brasil como o grande feito de Cabral e não a viagem ao Oriente. E o povo também não diz que foi Pedro Álvares Cabral que fez o convento. A tradição de Belmonte é simples, linear, sem razões ou explicações. Outros procuram explicar esta tradição maravilhosa, e outros parece que apenas procuram contradizer a tradição por esta ser tão bela.

“A imagem poderia ter acompanhado o antepassado dos Castelo Melhor (Pedro Álvares Cabral) nas suas viagens, mas era mais antiga na família, à qual pertencia; e ao regressar deve ter sido entregue de novo a quem de direito, talvez - Deus o sabe - à mãe extremosa e devota que a emprestou ao filho aventureiro e destemido que fora correr perigos mar em fora”<sup>269</sup>.

Pedro Álvares Cabral levou uma imagem de família. O mais que podia era manifestar desejo de que se fizesse a ermida e convento, embora também se afirme que no local existiu uma ermida desde o século XIII.

Dizem alguns que a imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança era pesada de mais para ser levada num oratório da nau do capitão mor de toda a frota e armada que descobriu o Brasil. Será razão suficiente? Que imagem terá levado, então Pedro Álvares Cabral no oratório da sua nau se não foi a Senhora da Esperança, quando é esta a tradição?

Fala-se de uma capela de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança ou Casa de Santa Maria, em terras que eram dos Cabrais muito antes do nascimento de Pedro Álvares. A imagem, como muitas outras entre estes povos, terá sido alguma vez retocada, transformada ou substituída por uma outra? Isto pode fazer com que o povo viva de uma ilusão e não possa afirmar que esta imagem acompanhou Pedro Álvares Cabral na descoberta do Brasil?

A tradição de Belmonte refere-se sempre a esta imagem, ainda hoje ao culto. Quanto a escola, não é forçoso que seja de João de Ruão ou da sua escola, mas dizer que o é - é que é forçar.

Segundo Jorge Cardoso<sup>270</sup>, a imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança “é tão antiga, que ainda os religiosos mais graves, e mais antigos, e que foram Prelados no mesmo Convento, não sabem dizer nada da sua origem, e princípios. Só dizem que esta Soberana Imagem da Rainha da Glória viera da Índia e que de lá a trouxera um Fidalgo dos Ascendentes da Casa de Belmonte a quem chamam Pedro Alves Cabral”. Isto não só não contradiz, como se pode tomar como fundamento da arreigada tradição popular.

Há uma pintura de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança num tríptico existente na Igreja de São Tiago de Belmonte. É um fresco atribuído ao século XVI. Fazem também parte desta pintura São Tiago e São Pedro.

Aqui a N<sup>a</sup> Sra. da Esperança está sensivelmente igual na representação da simbologia da imagem a que nos temos referido, mas, tanto a roupagem como o porte e estrutura são diferentes.

Não sabemos se para com esta imagem teve alguma vez a devoção que se teve para a representada em estátua. O livro dos milagres parece referir sempre esta e não a da pintura, embora esta estivesse na Igreja paroquial e paróquia dos Cabrais, e a imagem estivesse no convento.

Os escritos que se conhecem referem sempre a imagem e não a pintura.

A pintura nunca teve o apego de fé que teve a imagem, ao menos que se saiba. Poderá deduzir-se pelos escritos, pela tradição, pela prática continuada e actual de fé, e até porque, uma talha de altar, bastante pobre e relativamente recente foi colocada a tapar o fresco onde estava pintada a Senhora da Esperança.

Esta talha foi retirada só na época de 1960, quando, por responsabilidade dos Monumentos Nacionais, foi reparada a Igreja e se encontraram, com surpresa, os frescos. Depois, a sua limpeza e conservação foi feita pelo Instituto José de Figueiredo. Esta Senhora da Esperança, desconhecida até à intervenção dos Monumentos Nacionais, é agora apenas, para o povo de Belmonte, uma obra de arte com seu valor próprio.

Tudo bem diferente da devoção que já se conhece desde o tempo dos alcaides e até antes, e da devoção com que o povo dos nossos dias recorre às graças de Nossa Senhora representada na imagem. Antigamente as mães ofereciam mantos à Senhora quando suas filhas casavam virgens. As

<sup>269</sup> Guerra, Luís de Bivar; p. 4...

<sup>270</sup> Santa Maria, Agostinho; op. Cit.; III, p. 70.

mães e os soldados que partiram para guerra colonial prometiam ouro, mantos, sermões, missas. As dores, doenças e aflições, continuam a ser causa de promessa e votos.

Todos sabem, porque se conhecem os documentos, que D. Jorge Cabral fez o voto de ampliar a ermida e fazer o convento a N<sup>a</sup> Sra. da Esperança na Serra de Montes Crestados e que, depois tomou o nome de Serra da Esperança. Mas mandar pintar ex-votos por graças recebidas também estava na fé do povo e dos nobres. Porque não se poderá pensar que este fresco tenha sido um ex-voto relativo ao perigo das empresas de Pedro Álvares Cabral, até por ter sido da Esperança a imagem que o acompanhou? Até foi no Cabo da Esperança que Cabral teve grande revés. A Dr<sup>a</sup> Catarina Valença Gonçalves, no trabalho referido, diz que não só este mas toda a pintura a fresco desta igreja será obra da encomenda da família Cabral<sup>271</sup>.

Como imagem de família, foi a companheira que sua mãe lhe terá confiado para êxito da sua grande e única empresa historicamente conhecida, e, no regresso, o descobridor do Brasil entregou-a de novo à família.

Pode mesmo ter sido reposta na ermida que existiria desde o século XIII nos Montes Crestados ou pode ter sido colocada no oratório do castelo que mais tarde é referido como aí existente e como lugar de celebração de casamento de família.

No entanto, também a imagem pode ter sido trazida expressamente para o castelo para este acto, como para outros, porventura.

O certo é que no Livro de Milagres de Nossa Senhora da Esperança, quando se dá um incêndio no solar do Castelo, se descreve a Senhoria de Belmonte, voltando-se para o convento, a pedir a intercessão de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança. E diz-se que, por milagre, o fogo logo se extinguiu.

Como imagem de família e não havendo disposição em contrário, viria a pertencer ao pai de Jorge Cabral, o fundador do Convento; e também poderia ter acompanhado este nas muitas proezas que lhe aconteceram pelo Oriente, desde estar preso político, até ter capitaneado armadas, ser capitão de praças e ser até o 15<sup>o</sup> Vice-Rei da Índia.

Foi este que fundou o convento e o dotou, tendo sido aberto em 12 de Novembro de 1563.

Há quem afirme, porém, que Jorge Cabral “se limitou a restaurar e a ampliar a capela já existente desde o século XIII”. Assim como se diz que o convento era, a princípio para ser doado aos Frades Menores de São Francisco da Covilhã, acabando por ser entregue à Ordem Terceira<sup>272</sup>.

Talvez por esta razão aparecem autores que dizem que a imagem foi feita na Índia e daí foi trazida por D. Jorge Cabral. Invocam os ornatos da imagem.

Não se encontraram, nas escavações feitas em 1997 no convento, sinais da existência anterior de ermida, há, sim a chamada capela de São José, a Sudoeste. Estas escavações que foram circunscritas a determinado espaço, também não poderão contradizer a tradição antiga da existência desta capela. Mas, como deixei acima referido, foram encontrados, mesmo por baixo do centro do actual claustro, vestígios de outra construção mais pequena: cantarias, partes de fustes de colunas, capitéis, alguns de pedra mais fina e diferente da dos actuais restos do convento e igreja.

Mas ainda não disse que a imagem, estando revestida de pintura popular em que predomina o verde da esperança, teve uma pintura diferente. Existe dela o relato assim como o relato minucioso e rigoroso da escultura.

*“(…) He esta Sagrada Imagem, de escultura, obrada em pedra branca, & muyto fina como alabastro, & com as roupas da mesma matéria, semeado tudo de humas rozasinhas, & flores de ouro; (o que afirmam os Religiosos se lhe fizera cá depois que viera da Índia) tem de comprimento cinco palmos, & meio; & tem sobre o braço esquerdo assentado o Menino Deos, lançando, ou mostrando um raminho, ou cacho a hum passarinho, que está sobre o braço direito da Senhora, o qual abrindo as azas, mostra querer comer, & picar do raminho, que o Menino lhe oferece; & olhando com muita atenção para o passarinho. A Senhora tem o braço direyto estemdido aos pés do Menino, & esta pegando no esquerdo, que elle mostra querer encolhelo. E a Senhora está com os olhos fitos, & disposição, que de todos os lados se esta vendo da mesma sorte, mas com tal magestade, graça, & soberania, que a todos esta roubando os corações, & infundindo respeito, veneração, e amor.”<sup>273</sup>*

<sup>271</sup> Gonçalves, Catarina Valença, op. Cit., pg. 163.

<sup>272</sup> Esperança, Manuel da; História Seráfica; I, p. 427.

<sup>273</sup> Cardoso, Jorge; Santuário Mariano; p. 71-72. Carvalho, Artur Manuel; op. Cit. p. 20.

Hoje a imagem está pintada a gosto popular, Sabe-se que foi Joaquim da Costa, “O Cambalhota” que assim a pintou. Nas órbitas foram colocados olhos “de vidro” ao modo e uso mais recentes. Por sinal foram mal colocados. Estas não foram modificações suficientes para alterar a história e tradição desta imagem.

Em resumo: Esta descrição da imagem feita por Jorge Cardoso condiz com a imagem que se venera, actualmente na Igreja da Sagrada Família de Belmonte, para onde veio cerca de 1960, no tempo do Pároco Manuel Marques Gonçalves. Já nesta igreja, e com o mesmo pároco, o povo mandou fazer e dourar, às suas custas, o altar de talha que pretende ser de sabor manuelino, para aí colocar N<sup>a</sup> Sra. da Esperança.

Esta é a mesma imagem que, antes esteve na Igreja de São Tiago de Belmonte. A mesma que, antes da República, esteve na capela de São Francisco, no Largo do mesmo nome e mudado também com a República para largo D. José de Almeida.

A mesma que, antes e até à extinção do convento e sua venda em hasta pública, esteve no Convento a que a imagem deu nome de Convento de Nossa Senhora da Esperança. Só com deduções académicas que passem de mais ou menos hábeis, e até provas históricas mais claras, deve prevalecer, na essência, a forte e nunca desmentida tradição que o povo tem e mantém de que foi a imagem que acompanhou Pedro Álvares Cabral na descoberta do Brasil.

Quando foi inaugurada Brasília, a nível de governos e com a intervenção do próprio Cardeal Cerejeira, tudo se fez e prometeu para deixar ir esta imagem ao Brasil e à inauguração. A presença da imagem chegou mesmo a ser anunciada na imprensa. Faziam-se seguros, prometia-se ao então e já referido pároco que acompanharia assim como o senhor Cardeal a imagem, que esta seria trazida na mesma companhia, tudo. Tudo prometeu o Governador Civil, em Belmonte, ao Pároco.

Tudo e nada. O pároco recusou e tinha de recusar, apesar de, pouco tempo antes, ter sido livre da cadeia por aquele mesmo Governador Civil. Porquê recusou então?

Ele o mostrou ao Governador Civil de Castelo Branco, Dr. José de Carvalho.

- Quer ver, Senhor Governador Civil, porque não é possível? - Apagou as luzes da casa paroquial, no Largo D. Maria José Soares Mendes, e assomaram à janela. O largo estava repleto de povo que desconfiou das diligências que se estavam a fazer. O Governador Civil viu o povo esconder-se logo que percebeu que estava a ser observado. Viu que, se fosse usada a força, podia ser desastroso.

- Mas posso, ao menos, ver a imagem?

- Claro que pode.

E o pároco levou-o até à igreja. No caminho, ninguém mais se viu, a não ser a esconder-se nas esquinas.

Entrados na Igreja, não viram a imagem. O povo tinha-a retirado e escondido. Nem o pároco sabia onde.

Soube-o muito depois. A imagem tinha sido posta na cama de uma moça solteira, a Lurdes Duarte Gomes, mais conhecida por Lurdes Moleira, de dezoito anos. Foi lá posta, à pressa, pelo pai da rapariga, Joaquim Gomes Bartolomeu, o Moleiro.

Mas como estava perto e mesmo ao lado da igreja, no segundo dia, já não ficou nessa cama. Foi para a cama de outra, solteira também, de setenta e tantos anos ou mais, a Ti Teresa Padês. E mais não mudou, porque não foi preciso.

Sou testemunha actuante, e não só ocular, de quase todos estes factos...

Quando foi da Feira Internacional de Sevilha, (1992?), de novo o povo se opôs às pretensões de que a imagem figurasse no Pavilhão de Portugal (ou do Vaticano?). De novo diligências com o Pároco de Belmonte o Rev. P.e José Martins Registo. De novo recusa em absoluto do povo.

Os historiadores que façam história, história. Para o povo, por enquanto, o que tem contado e conta é a tradição. A tradição não é que outra imagem tenha acompanhado o navegador, nem que a Senhora da Esperança tenha ido só em pensamento, devoção e fé. O povo diz que esta Senhora da Esperança foi a que acompanhou Pedro Álvares Cabral no descobrimento do Brasil. (Anexo nº 4)

## Misericórdia de Belmonte

Existia em 1515, e sabe-se por uma doação feita.

Na História da Diocese da Guarda, de Pinharanda Gomes, p.387, a Misericórdia de Belmonte é apresentada como tendo sido fundada depois de 1897<sup>274</sup>.

Com o que se sabe de documentação que vem do século XVI, é claro que só se pode tratar de uma restauração.

Em 7 de Outubro de 1555 um Diogo Francisco, chamado o Serôdio, e sua mulher Isabel Nunes, moradores em Belmonte, fizeram testamento que está no arquivo da Casa no maço 1º nº18 instituíram de todos os seus bens um morgado, e a capela de S. Domingos na Ermida do Espírito Santo e Misericórdia de Belmonte com a obrigação de duas missas rezadas cada dia Domingos e Santos e uma cantada em dia de S. Domingos, nomeando para administrador de seu morgadio e Capela o Senhor da Casa e castelo de Belmonte que existisse ao tempo de seu falecimento.

É cada vez mais claro que esta Capela do Espírito Santo era a capela que, depois da destruição do Convento de Nª Sra. da Esperança, se veio a chamar Capela de S. Francisco. Esta capela era na verdade uma Ermida no tempo em que foi instituída, pois nessa data Belmonte não só não ultrapassava a actual estrada (esta do séc. XIX), como também não tinha construções para lá e à volta da devesa.

A maior parte das Misericórdias existentes estabeleceu compromissos novos, até porque a situação política a isso levava, em meados do século XIX<sup>275</sup>.

As próprias Inquirições de 1758 referem o seguinte, como se pode ver nas mesmas e no lugar próprio:

“Não há Hospital”.

“Tem Misericórdia mas muito pobre, só com vinte mil réis de renda. Seu princípio foi um Irmandade do Salvador que, no ano de 1600, se anexou à capela do Espírito Santo, onde agora é a Misericórdia e, no mesmo, se confirmou Irmandade por Provisão Real”, de Filipe II, em 1611<sup>276</sup>.

*(Segundo o que ficou dito, somos levados a crer que a Misericórdia esteve, portanto, ligada à capela do Espírito Santo em 1600, que depois se terá chamado mesmo da Misericórdia. Como disse, esta terá sido depois a Igreja ou Capela de S. Francisco. Contudo o começo da Misericórdia foi ligado à Irmandade do Salvador.)*

Além das razões apresentadas, e até aparecerem outros documentos, acrescenta-se que, as datas que se referem à Misericórdia são do século XVI. Tudo leva a crer, do que se conhece desta igreja, é que seria de estilo manuelino que então dominava na época. São de estilo manuelino (Foto nº 51) a pia baptismal que, a quando da destruição desta igreja (então chamada de S. Francisco) foi levada pelo Dr. Cameira, de Caria, para a sua Quinta da Amoreira, Caria, também chamada Quinta do Dr. Cameira. É do mesmo estilo o arco de entrada para o quintal da mesma Quinta. Actualmente existe no Castelo de Belmonte um nicho, que foi arranque de um feixe de nervuras para uma abóbada, tudo em estilo manuelino, e que poderão ter vindo, da antiga Igreja da Misericórdia, e antes do Espírito Santo, do Início do Séc XVI.

Fique dito, desde já, que a pia baptismal que agora está no átrio dos Paços do Concelho, foi comprada no ano de 1998/9 pela Câmara aos então donos da Quinta, José Amaral Júnior e mulher.



Foto 51 - Quinta do Dr. Cameira, ou da Amoreira, Caria. Pia baptismal, manuelina, vinda da Igreja de S. Francisco, de Belmonte. O Sr. Joaquim Cameira Calado de Caria, foi o cicerone e informador deste reconhecimento.

<sup>274</sup> Cfr. F. da Silva Correia, *Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*, Lisboa, 1944; J. Lopes Dias, *Misericórdias e Hospitais da Beira Baixa*, Lisboa, 1938.

<sup>275</sup> Gomes, P.; H. D. G.; p. 388. Cit.Regimento da S. C. M. de Belmonte. Chamusca.

<sup>276</sup> Fortunato de Almeida, 1910, Vol. I, p. 334.

Com a compra da pia se comprou também o arco de entrada do quintal, com a condição de a Câmara colocar no lugar deste arco um outro semelhante. Tudo custou 500.000\$00, dinheiro que foi todo dado em partes iguais pelas cinco agências bancárias que então estavam sediadas em Belmonte<sup>277</sup>.

Nos meados do século XIX, quem se dedicou à fundação ou reformulação de hospitais, foram sobretudo as Misericórdias. Pinharanda Gomes<sup>278</sup>, diz: "Nem todas as Misericórdias fundaram hospitais, mas, que saibamos, tiveram, ou têm, hospitais, as Misericórdias de (...) Belmonte (...)"

Deve datar desta época o hospital que, segundo o Srs. Prof. Joaquim Cardoso Tavares, e Sr. Cónego Júlio Matias, ambos de Belmonte, esteve na que hoje é Rua de Pedro Álvares Cabral, na Casa ou pegada a Casa que depois foi do próprio Sr. Cónego.

Tradição mais antiga é a de que o primeiro hospital foi na Praça mais velha de Belmonte, ao cimo da Rua Direita e perto do Castelo. Esta casa tem uma cruz na verga da porta de entrada e, ao lado, um *passo* setecentista. Isto é confirmado com documento do anexo nº 19 (ver foto nº 37).

### **Misericórdia – 1865**

Em 1865 a Santa Casa da Misericórdia e a Irmandade das Almas de Belmonte têm atrasado o pagamento de foros, já desde 1857 e 1858. A Irmandade das Almas, em 1954 estava em extinção. Sua acção resumia-se a fazer o Aniversário das Almas, e os compassos à volta da Igreja. Poucos pagavam cotas.

O Administrador do concelho aponta a necessidade de criar um hospital, acompanhado do relatório do médico (facultativo) "em que sejam tratados os doentes atacados, porque, aliás, e com o sistema dos tratamentos irregulares até hoje seguidos, nenhum resultado se poderá tirar de quaisquer sacrifícios que por bem se possa fazer com o fim de debelar a doença". Pode ter sido esta situação que levou à criação do hospital atrás referido.

A moléstia em Malpique tomou proporções que levaram a constituir uma Comissão de Socorros para sustento e ajuda dos doentes pobres de Malpique, constituída por Domingos Martins Pinto, Lourenço de Proença Ribeiro, e José Reis da Cunha.

Em Maçainhas e no Colmeal estes cuidados com os atacados pela epidemia é entregue respectivamente aos cuidados da Confraria do Santíssimo e à Irmandade de S. Bartolomeu.

Em Caria há mais pessoas já atacadas. O médico da Covilhã que tinha a seu cargo a tarefa de assistir aos doentes vinha quando era chamado pela Comissão de Socorros, mas não vinha com regularidade por falta de dinheiro para pagamento.

Na agricultura as colheitas não dão para as necessidades. O ano de 1865, além de todas as calamidades e doenças, tem um outono e Inverno cheio de inundações devastadoras. O ano de 1866 vai ser também de fome.

Há disputa sobre baldios e licenças para aí pastorear. Os donos dos terrenos que confinam reclamam.

### **Misericórdia - 1882**

Mas, se houve Hospital, não durou muito tempo. Vejamos este ofício da Câmara:

Exmo. Senhor Governador Civil. Dando cumprimento à circular nº4, tenho a honra de dizer:

1. Que não se acha em bom estado a administração da Mezericórdia d'esta Villa, e não tem hospital.
2. Que a Meza não funciona regularmente.
3. Que a Meza é composta de pessoas de poucos conhecimentos e tem um escasso número de irmãos.
4. Que não cumpre estas preposições do compromisso com o devido rigor.
5. Que a Meza mostra-se pouco activa na cobrança de suas dívidas.
6. Não é exercida a devida fiscalização sobre os empregados da Mezericórdia no exacto cumprimento dos seus deveres.
7. Não tem hospital.

<sup>277</sup> Entidades Bancárias existentes em Belmonte: Caixa Geral de Depósitos, Banco Espírito Santo, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, Banco Totta e Açores, Banco Português de Investimento.

<sup>278</sup> Gomes, J. Pinharanda; História da Diocese da Guarda; p. 394.

É quanto se me oferece informar sobre o assumpto.  
Deus guarde V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup>, Belmonte, 28 de Julho de 1882.”

### **Misericórdia no Século XX**

Na sua revitalização esteve D. Maria José Soares Mendes, com os bens que deixou em favor da Santa Casa ou da fundação de um hospital. Abriu em Fevereiro de 1951.

O primeiros médicos do Hospital reconstruído foram o Dr. João Tavares Vieira e Dr. António Gouveia Dias Rocha, Dr. Arménio Barata Salgueiro e Dr. José Alves Patrício.

As primeiras enfermeiras, Maria da Piedade Carrola e Zulmira Neves.

E outras que se lhes seguiram a Lucindinha e D. Alice.

O Hospital funcionou no Largo D. Maria José Soares Mendes, no seguimento das casas da Rua Direita que por aí passa, ao lado das escada que davam do largo para a Rua da Amendoeira. Eram duas salas, uma para homens e outra para mulheres, um posto de atendimento e enfermagem, e pequenas divisões para cozinha roupas. Uma capela que servia morgue, nas traseiras, dando para a que hoje se chama Rua Dr. Custódio Vaz Serra.

É bom falar da gente que trabalhou nestas condições difíceis em favor da população.

Depois o Hospital passou para a casa que era a residência da família Soares Mendes, no lado sudoeste do Referido Largo que era Largo do Hospital e depois tomou o nome da Benfeitora, D. Maria José Soares Mendes.

No anterior hospital ficaram a funcionar duas unidades para tuberculosos.

Em 8 de Outubro de 1986 foram elaborados novos estatutos em Assembleia Geral. Destes estatutos consta:

“Artigo 1º - 1. A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, também mais abreviadamente denominada Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, ou simplesmente Misericórdia de Belmonte, fundada no ano de 1932, continua a ser uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica com o objectivo de satisfazer carências sociais e praticar actos de culto católico de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs (...) 3. A Irmandade adquire personalidade jurídica civil e estará reconhecida como instituição privada de solidariedade social mediante participação escrita da sua erecção, canónica, feita pelo ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado. (...)”

“Artigo 67 – O presente Compromisso anula e revoga os anteriores compromissos desta Irmandade e entrará em vigor pleno logo que seja devidamente aprovado.”

Seguem-se assinaturas: “João Duarte Gaspar, Pe. José Martins Registo, Maria Estela de Matos Correia da Cruz Henriques, Isabel Bidarra da Costa Antunes Frias.

“Nota: Aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 08/10/86.”

“Aprovação dos Estatutos - Aprovo o presente COMPROMISSO DA IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BELMONTE, que consta de sessenta e sete artigos, em treze folhas rubricadas. Guarda 29 de Novembro de 1986.” Assina –António Santos, Bispo da Guarda.

Em 1983 o Hospital Concelhio de Belmonte – propriedade da Misericórdia, foi ligado ao Centro Integrado de Saúde de Belmonte, hoje Centro de Saúde.

Enquanto Hospital, o Centro de Saúde, antes de 1983, esteve ligado àquele. Parte dos funcionários eram pagos pelo estado; parte, pela Misericórdia.

Funcionou no edifício que foi adaptação da residência da família da Benfeitora D. Maria José Soares Mendes. (Anexo 24) Em 1998 foi inaugurado o edifício novo onde hoje está instalada a Misericórdia com todas as suas valências. As novas instalações foram inauguradas com a presença do ministro Silva Peneda.

Com novas construções ao lado, a Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, fez um hospital novo ao lado do existente.

Com nova política de Saúde, o hospital de Belmonte passou a Centro de Saúde. Ao lado, passou a funcionar um Centro de Dia e um Lar para Terceira Idade.

Recentemente, (1998/99) foi inaugurado um novo Centro de Saúde, a Noroeste da Vila, junto ao Bairro do Pinhal do Carrola.

A Santa Casa da Misericórdia tem um Lar da Terceira Idade com 130 residentes; um Centro de

Dia (não com valência à parte) está integrado nos serviços de Apoio Domiciliário com 10 idosos; o Serviço Domiciliário assiste 25; a Creche tem 70 crianças; a Pré Escola, 75; tem um total de 80 funcionários.

Destes, há um funcionário agrícola, pois a Santa Casa da Misericórdia trata propriedade e dedica-se à criação de suínos e galinhas.

As Casas do Hospital estão em perspectiva de serem adaptadas a novas funções.

A par destas adaptações estão sendo construídas outras que envolverão um anfiteatro a ser inaugurado brevemente, e espaços de funcionamento para um processo integrado de educação de crianças até à idade de frequentarem o 2º Ciclo do Ensino Básico.

A actual Santa Casa da Misericórdia tem como Presidente João Duarte Gaspar, vice-presidente Amândio Manuel Ferreira Melo, Tesoureiro Joaquim Gonçalves Marques, 1º Vogal – José dos Reis, 2º Vogal – José dos Santos Tavares. (Ver Anexo nº 24)

## Inquirições Paroquiais

Quanto às Inquirições Paroquiais de 1758 remeto para o trabalho do Dr. David Augusto Canelo, “Senhores, Cabrais e Camponeses em Belmonte”<sup>279</sup>, onde, em anexo, vem a transcrição completa.

Apenas me reportarei ao que elas apresentam e no que podem servir para um estudo monográfico do concelho naquela data e para algumas observações. Farei escrita actualizada.

### Belmonte

“Esta vila de Belmonte fica na província da Beira Baixa, Bispado da Guarda, Comarca de Castelo Branco.”

“É de el-rei”...

«As paróquias estão na mesma vila. À de S. Tiago pertencem os lugares da Gaia, Malpica, e Carvalhal Formoso.

À de Sta. Maria, pertence o Lugar do Colmeal.

### - População

Belmonte, freguesias de S.Tiago e Sta. Maria - 474 vizinhos; 1.215 pessoas de sacramento

Seu termo compreende:

- |                          |               |
|--------------------------|---------------|
| ▶ Lugar de Colmeal       | - 50 vizinhos |
| ▶ “ da Gaia              | - 29 “        |
| ▶ “ de Malpica           | - 30 “        |
| ▶ “ de Carvalhal Formoso | - 22 “        |

### - As Igrejas

Nenhuma delas tem mais de uma nave.

A Igreja de S. Tiago, além do seu altar mor, tem mais dois colaterais. O da parte do Evangelho, da Senhora da Piedade, fabricado por Caetano Francisco Cabral; o da Epístola, do Menino Deus, e foi construído pelo povo. (ver fotos nº 24 e 28)

O pároco de S. Tiago é de apresentação do Bispo. Tem de renda quinhentos mil réis.



Foto 52 - Altar da Igreja de Sto. António de Belmonte. O altar e sacrário vieram do Convento de Nª Srª da Esperança. A imagem do Espírito Santo veio da Capela do mesmo nome (depois Capela de S. Francisco), e a de S. Sebastião veio da Capela do mesmo nome que foi destruída, no largo do mesmo nome, entre o Jardim Público e o lugar da Forca e Cova do Ladrão.



Foto 53 - Belmonte. Capela de Sto. António, com os brasões dos Cabrais e dos Gouveias. Foi erguida por D. Isabel Gouveia, no século XV. Notam-se sinais de ter tido um Nártex, à frente (comparar com foto nº 39)

<sup>279</sup> Canelo, David Augusto; op. Cit.; p.73 a p. 86.



A freguesia de S. Tiago tem dentro da vila a ermida da Sra. da Piedade, (Ver Foto nº 25) a de Sto. António (Fotos nº 52 e 53), e, no lugar da Gaia, uma da Sra. da Graça (Fotos nº 54 e 55), e, no campo, um quarto de légua distante, outra de S. Cornélio, a que acode romagem no seu dia, que é a dezasseis de Setembro.” (Esta deverá ser a capela de Santo Antão do Colmeal, (Ver Foto nº 21) onde, em tempos e ainda no século XX, acorria romaria com três procissões, de Belmonte, Colmeal, e Gaia. A capela de Sto. Antão não é referida nas Inquirições, ao contrário da de S. Cornélio).

“A de Sta. Maria, além do altar mor, tem mais três colaterais. O do Evangelho, é da Sra. do Rosário, fabricado pela Irmandade do mesmo (Ver foto do interior da Igreja da Sagrada Família de Belmonte, a Imagem de Nª Srª do Rosário, à direita, a cima). O da Epístola, é de S. Brás, e construído



Foto 54 - Capela da Gaia



Foto 55 - Altar da Capela de Nossa Senhora da Graça, em Gaia de Belmonte



Foto 56 - Interior da Capela de São Bartolomeu de Colmeal da Torre. O exterior pode ver-se na foto nº 13



Foto 57 - Igreja de Nª Srª de Fátima de Colmeal da Torre. construída pelo povo no tempo do P.e Franco de Matos (1941), foi aumentada para os lados no tempo do P.e António Rodrigues d'Ascensão.



Foto 58 - Altar da Igreja Matriz Nª Srª de Fátima de Colmeal da Torre

pelo povo. E o terceiro lateral, deste mesmo lado, é do Santo Cristo e construído pela Irmandade das Almas. Tem mais na freguesia, a Irmandade de S. Pedro Mártir (a Capela de S. Pedro Mártir é hoje a sede da Banda filarmónica de Belmonte e, antes, foi Escola de S. Pedro, e outra de S. Bartolomeu". (Fotos nº 56, 57 e 58)

Quanto a capelas, "...tem na vila as de S. Pedro Mártir, do Espírito Santo, e da S. Sebastião; e, no lugar do Colmeal, outra, de S. Bartolomeu."

*Esta capela do Espírito Santo, sede da Misericórdia, era a que, depois do liberalismo foi chamada de S. Francisco, pela vinda desta imagem do extinto convento para aqui. Pois também é verdade, segundo me transmitiu o P.e Franco de Matos, que este mesmo altar do Espírito Santo veio de São Francisco para a Igreja de S. Tiago, e esteve no lado da Epístola, precisamente com a Imagem do Espírito Santo. Este altar e esta imagem, eu próprio fiz que passassem para a capela de S.to António, frente ao castelo, quando os Monumentos Nacionais fizeram intervenção na Igreja de Santiago, retirando as talhas dos altares que tapavam os frescos.*

*Quanto à capela de S. Sebastião, não há dúvida que era Poente do actual Jardim Público de Belmonte, entre este e o lugar da Forca, no largo que ainda tem o nome de S. Sebastião porque se esqueceram de lho trocar, e onde vai desembocar a Rua ou Travessa de S. Sebastião, que é a que hoje vem da fábrica de confecções Vameca. Esta Capela nota-se na foto da capa, frente às escolas.*

*E, já agora, quanto ao Lugar da Forca, era baldio e pertencia à propriedade pública, até por cima da Cova do Ladrão, uma cova onde as crianças gostavam de brincar pelas décadas de 1950/60. Ficavam situados a Poente do Largo de S. Sebastião, ao lado esquerdo do caminho que, ladeando um antigo pinhal, seguia o Poente e inflectia para Sul.*

*A certa altura aparece aquele baldio incorporado num terreno comprado por uma personalidade que tinha posição, sabedoria, e astúcia para o fazer, embora não devesse. Quando se deu conta do logro, era tarde para reclamar esse direito público, ou o então presidente da Câmara não esteve para levantar problema com uma questão que julgou de pequena importância.*

*O certo é que se ficou sem o Lugar da Forca e da Cova do Ladrão. (O ladrão é que ficou com a cova, ao menos no nome).*

"O pároco de Sta. Maria é vigário é de apresentação real. Tem de cômgrua quarenta mil réis, pagos pelo rendimento da Comenda da mesma igreja (que é da Ordem de Cristo) e é Comendador D. Francisco de Sousa Calharis." (Há outro documento em que se diz que os párocos recebem cada um quinhentos réis. A diferença é grande, e o pároco da altura também assinou o Inquérito e saberia bem o que recebia). (Ver Foto nº 22)

"Não há Benefícios."

"Neste monte, para a parte Sul, distante da vila um quarto de légua, está um Convento de Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco, da invocação de Senhora da Esperança. Não tem padroeiro". (Ver Fotos nº. 47, 48, 49 e 50)

(Se o tinha, os párocos não o notavam, e seria bem de notar. Esta afirmação contrasta, ao menos um pouco, com a declaração do nobre que deveria exercer esta obrigação e honra, declaração feita em 1862, de que pagavam ao Convento "seiscentos alqueires de centeio de pensão" (seiscentos!) "para lhe dizerem as referidas missas, o que também continuaram os mais senhores herdeiros da Casa".

"Não há Hospital".

"Tem Misericórdia mas muito pobre, só com vinte mil réis de renda. Seu princípio foi um Irmandade do Salvador que, no ano de 1600, se anexou à capela do Espírito Santo, onde agora é a Misericórdia e, no mesmo, se confirmou Irmandade por Provisão Real."

*Segundo o que ficou dito, somos levados a crer que a Misericórdia esteve, portanto, ligada à capela do Espírito Santo, que, foi mesmo a Misericórdia. Como disse, esta terá sido depois a Igreja de S. Francisco. Falámos de elementos de estilo manuelino desta igreja.*

*Oxalá que o arco que ainda por lá ficou na quinta, por descuido, não acabe por ficar lá. E além da Câmara, faço apelo à Santa Casa da Misericórdia. Seria interessante envolver as duas entidades nesta obra de recuperação de património artístico e histórico.*

*E voltemos às Inquirições Paroquiais.*

"Os frutos que mais abundam nestas freguesias são centeio, trigo, feijão, milho, vinho e gados

miúdos.”

“É governada por juizes ordinários, e Câmara sem sujeição a outra terra.”

“É cabeça de concelho, e não é couto, nem Beetria.”

“Os homens insignes, que destas freguesias e vila têm saído, são os da família dos Cabrais deste Reino, cujas casas se conservam no Castelo desta vila, e, há mais de seiscentos anos, na mesma família, a Alcaidaria mor do Castelo, ocupação que hoje exercita Caetano Francisco, irmão de Pedro Álvares, Embaixador que foi de Castela, e Alcaide-Mor desta vila.”

*De notar que estes párcos, embora se esquecessem do rio Zêzere, como veremos, e que era bem grande para passar despercebido, mostram-se sabedores ou bem informados quanto à posse do castelo pelos Cabrais, coisa que modernamente já terá esquecido a alguns estudiosos.*

*Quanto à Comenda de Santa Maria, a Câmara possui uma versão do Tombo, do século XVIII. Como está dito noutra lugar a Dr<sup>a</sup> Catarina Valença Gonçalves publicou a versão de 1615, da Torre do Tombo.*

#### **- Mercados e feiras**

“Tem, todas as primeiras segundas feiras dos meses, feira franca, que não dura mais que um dia. Há também feira no dia de S. António, S. Bartolomeu, e dia de S. Cornélio, mas são cativas.”

*Estas feiras foram substituídas por outras, nos dias 25 de Março, 2 de Setembro e 8 de Dezembro. Os mercados passaram a realizar-se nas primeiras e terças segundas feiras de cada mês.*

#### **- Correio**

“Não tem correio, e serve-se do correio da Covilhã distante três léguas; e do da Guarda, quatro léguas.”

#### **- Antiguidades – Castelo – Centum Cellas**

“Não tem privilégios, nem antiguidades,... Tem um castelo esta vila com sua torre, esta sem ruína alguma, e aquele com parte da muralha no chão. Dentro estão as casas dos Cabrais, a maior parte arruinadas, e só se conserva com alguma capacidade um quarto delas, onde assistem os feitores e se recolhem os frutos da mesma casa”.

*De notar que, num documento de cem anos depois, em 1862, já se referem o celeiro e as casas nobres, como pertença dos Condes de Belmonte sucessores dos Cabrais, e como vivendo aí os dois capelães da Casa. Portanto, neste intervalo, são construídas a Casa Conde e a Tulha. Assim tem sido acertadamente que se tem atribuído a data destas construções aos fins do século XVIII e princípios do século XIX.*

“No campo, para parte Norte um quarto de légua de distância, junto à capela de São Cornélio, está uma torre antiquíssima, sem memórias de seu princípio, a que chamam a torre de Centum Cellas.” *(Poderá pensar-se que esta capela de S. Cornélio fosse mais perto desta Torre do que a capela de Santo Antão do Colmeal que pertenceu a Belmonte, como se diz nestas Inquirições. Na verdade, nas escavações arqueológicas de Centum Cellas encontraram-se testemunhos de uma igreja. Ainda não se conhecem os estudos feitos sobre esta, e, portanto, até que data pode ter havido culto na mesma. Para já parece que o mais provável é que a capela de São Cornélio fosse a actual capela de Santo Antão e não a igreja cujos restos recentemente encontrados estariam também destruídos e soterrados no tempo das Inquirições).* “Poderá ser, pelas muitas janelas que tem, obra de perpianho”, *(feita de pedras aparelhadas e a toda a largura da parede); “terá de vão, em quadro, quarenta palmos e ainda que mostra estar a maior parte dela derrubada, ainda conserva mais de cinquenta palmos de altura por todos os lados e sem ruína alguma no que existe.” Hoje há grandes buracos por queda de algumas pedras. E as vergas maiores estão todas ou quase todas rachadas, ameaçando ruína catastrófica. Na intervenção de escavações arqueológicas realizadas de 1992 a 1995, não houve qualquer intervenção para dar resistência à torre nem consistência aos muros postos a descoberto pelas mesmas escavações.*

“Em nenhum deste edifícios nem em um outro qualquer destas freguesias houve ruína alguma no terramoto de mil setecentos e setenta e cinquenta e cinco”.

“Há nestas freguesias tão poucas coisas dignas de memória, que não (há) mais que responder

aos interrogatórios da primeira ordem, nem aos das seguintes por não haver serra, nem rio”.

Belmonte, de Maio 6 de 1758

O Prior de S. Tiago  
Luiz José Esteves de Brito  
O vigário de Santa Maria  
José Gonçalves Lourenço<sup>280</sup>

De comentário, que, comparando a resposta às Inquirições de Belmonte com outras, o Pároco e vigário apresentam-se sabedores das coisas dos Cabrais e das Igrejas. Quanto a outras coisas, sendo quatro olhos em vez de dois, nem viram ribeiras, nem sequer o rio Zêzere. Também não referem nenhuma fonte. Dão, contudo, pequenas notícias que são e poderão continuar a ser objecto de estudo para conhecer melhor a história de Belmonte, como já se foi anotando.

Este Prior de S. Tiago foi o mesmo que fez a frontaria barroca da Igreja do mesmo nome, e que consta da inscrição que está em lápide por cima da verga da porta principal. (Ver Foto nº 24)

Comparando estes sacerdotes com o pároco de Caria, podemos ver não só o cuidado e cultura de uns e outros, como as suas aspirações. Só as transcrevo para se ver o que pode um pároco ou outra entidade dar a saber da terra em que trabalha.

Os de Belmonte começam: “Exmo. e Revmo. Sr.”

### **Caria**

O de Caria escreve:

“C. Guarda  
Exmo. Revmº Sr.

Em cumprimento das ordens de V. Exa. Revmª, e para satisfazer às de Sua Majestade Fidelíssima, que Deos guarde V. E.

Achei o seguinte”.

(E continua, como se verá abaixo. Quanto à terminação, vimos como foi seca a dos sacerdotes de Belmonte. Veremos como será a do Pároco de Caria. Achei por bem transcrever na quase totalidade esta resposta de Caria, porque o seu conteúdo é de valor para fazer ou confirmar a história da vila, embora nem sempre esteja em conformidade com outros documentos descobertos recentemente e as Inquirições se encontrem no livro já citado)<sup>281</sup>.

#### **- Identificação “...”**

“Esta Igreja Paroquial e Priorado de Nossa Senhora da Conceição do lugar de Caria, fica na Província da Beira Baixa, da jurisdição do Bispado da Guarda no Eclesiástico, no secular é comarca da mesma cidade, e da sua Correição; é do termo da vila da Covilhã, sujeita ao seu Juiz de Fora; porém no Cível é isenta porque tem Juizes Ordinários, e as contas, por apelação vão para a Relação do Porto. (Foto nº 59)

Pertence este lugar ao Domínio, e Jurisdição Real no Secular; e, no Eclesiástico, é Donatoria – insolidum – a Excelentíssima Mitra da Guarda, porque apresenta esta Igreja, com suas regalias que abaixo se declaram em seu lugar.”

#### **- População**

“Tem esta povoação 286 vizinhos ou fogos”  
Entre pessoas de maiores e menores, 797;  
Pessoas de Confissão e Comunhão, 707;  
Pessoas de Confissão somente 90.

Nestas contas entra a população da “Capelania da Quinta de Monte do Bispo, como adiante se há-de dizer”

“Está situado este lugar num alto; pela parte do Norte não tem vista alguma, porque a impede o Monte, ou Serra de São Giraldo, que da defesa ou devesa dos Senhores da Casa de Belmonte;... Da

<sup>280</sup> “Memórias Paroquiais” Vol. 6 – Fl. 613.

<sup>281</sup> Canelo, David Augusto; op. Cit., p.75 a 82.

parte do Norte está a vila de Belmonte, que se descobre com parte da sua serra em que está fundado o convento de Nossa Senhora da Esperança...; e da parte do Sul aparece alguma parte das povoações, e lugares de Peraboa, também os lugares de Teixoso e Orjais, que partem... com os limites desta Igreja.

#### **- Igreja e Orago, Lugares e Capelas**

“A Igreja Paroquial deste lugar tem por título e Padroeira a Imaculada Conceição de Nossa Senhora, ou Senhora da Conceição do lugar de Caria, que antigamente se chamava Nossa Senhora de Lavacolhos, como consta dos Forais do Concelho deste lugar; está fora do povo... porem pouco desviado, e para a parte do Norte.”

#### **- Monte do Bispo**

“Tem para aparte do Sul, um lugar que lhe pertence, chamado Quinta do Monte do Bispo, que é antiga, porque dizem ser situada por um dos Senhores Bispos deste Bispado, para seu recreio, e que nela fundara uma capela que existe, com a invocação da Virgem e Mártir Santa Luzia, e só para se dizer Missa nos Domingos e dias Santos,...” (Fotos nº 60 e 61)

“...tem trinta fogos e setenta pessoas de Sacramento, que reconhecem esta Paróquia... e...daqui vão os Párcos... administrar-lhe os Sacramentos, e quando lá falecem, se vêem enterrar a esta Igreja Matriz; e só se conservam com um capelão a quem os ditos moradores da referida quinta pagam para lhes dizer Missa aos Domingos e dias Santos de Guarda,”

#### **- Valverdinho**

“Também, para a parte do Nascente, tinha esta Igreja outra capelania, no lugar chamado de Valverdinho, da invocação do Espírito Santo, que se desanexou desta Paróquia por ordem do Senhor Bispo... D. Afonso Furtado de Mendonça, no ano de 1615, por consentimento do Reverendo Prior, que então existia nesta Igreja,...”

“...a qual Capelania ou Igreja é hoje apresentada com o título de Curato anualmente, pelos Senhores da Casa de Penedono, e os Moradores do dito povo que serão pouco mais de vinte, são simples colonos dos casais em que vivem, reconhecendo o Senhorio da dita Casa de Penedono, dos frutos que recolhem, com rendas que lhe pagam em cada ano.”

Quanto a Malpique, pertencia, nesta data, a Belmonte. (Fotos nº 62 e 63)

#### **- Descrição da Igreja paroquial (Foto nº 64)**

“Tem a Igreja o Altar mor em que está o Tabernáculo do Santíssimo Sacramento, e no trono, em cima, aonde se expõe quando há festividades..., sempre está uma imagem da Padroeira da Igreja, que é de pau, estufada, belamente ornada, com sua coroa de prata,”

“e a capela mor, toda dentro de si, e em todo o âmbito, está ricamente composta, o retábulo dourado, apainelada de pinturas com Emblemas da Senhora, e os rompantes todos dourados.” (Foto nº 65)

“Tem mais três altares no corpo da Igreja, dois colaterais, um da parte da Epístola, que é da Irmandade das Almas, e nele está tão somente uma imagem de Cristo Crucificado, de estatura grande, sem mais alguma imagem de estatura (*estátua*), só a da Senhora a do Evangelista São João de pintura, em cada parte da dita Imagem de Cristo; Outro altar, da parte do Evangelho, que é da Senhora do Rosário, onde está a bela Imagem de vulto grande com madeira bem estufada, com o Menino Jesus nos braços. A Senhora com coroa de prata Excelente (*para ser mais excelente até escreve excelente com letra maiúscula!*), e o Menino com diadema também de prata”.

“E outro altar, é do Menino Deus, que está numa peanha, tudo dourado, e, dos lados do Menino Jesus, à parte esquerda, a Imagem do glorioso São José; e, à direita, a de São João de Deus, tudo dourado, e bem composto, e o Menino com o seu resplendor de prata. O qual altar, por não ter correspondência, fica de frente da porta travessa, para a parte do Norte.”

“Tem a dita Igreja duas Naves (*penso que são três, duas laterais e uma central*), e três arcos em cada nave, de pedra fina, bem feitos e lavrados;”

“Tem duas Irmandades, uma do Santíssimo Sacramento, e outra das Almas, e uma Confraria da Senhora do Rosário;”



Foto 59 - Igreja Matriz de Caria



Foto 60 - Capela de Santa Luzia, no Monte do Bispo



Foto 61 - Interior actual da Capela de Sta. Luzia, Monte do Bispo



Foto 62 - Capela de Malpique, dedicada a N<sup>ª</sup> Sr<sup>ª</sup> do Remédio (1712?)



Foto 63 - Interior da Capela de Malpique



Foto 64 - Retábulo e Trono do Altar Mor da Igreja Matriz de Caria

“No altar do Menino Deus, não há Irmandade; só uns devotos eleitos que lhe fazem no primeiro do Ano uma festa de Missa Cantada, com Sermão, e algumas vezes se lhe não faz nada.”

“Nas ditas Irmandades, não réditos mais que os anuais, que se pagam pelos Irmãos e deles se fazem as festas e se mandam dizer as Missas e os Ofícios dos Irmãos que falecem.”

“Tem a Igreja um campanário,...” ao lado Sul, junto ao frontispício, “de pedra antiga”.

(A Igreja) “é fabricada pelo povo e Mitra, a qual, por escritura que lhe fez o Senhor Bispo deste Bispado D. Martim Afonso de Mello, lhe paga cada ano oito mil réis pelos rendeiros da dita Mitra.”

“Já se disse, nos números acima, que o Pároco desta Igreja se intitula por Prior, o que é novidade; e este sempre é apresentado *in solidum* pelos Senhores Bispos... e assim estão de posse de apresentar a dita Igreja de Prior, em qualquer tempo que vagar.”

“Renderá a dita Igreja, uns anos por outros, pouco mais de trezentos mil réis, ... porque a Mitra recebe todos os frutos dos moradores deste lugar, e a Igreja e Prior só recebe a terça parte, ...”

### - Capelas e ermidas

“Há neste Povo e Lugar, oito Capelas ou ermidas:

a de São Sebastião, que está na entrada do lugar;

a do Espírito Santo, que está dentro;

a de Santa Ana que está no fim; (Foto nº 66)

a de Santo António que está ao pé da Igreja Matriz; (Foto nº 68)

a de São Marcos e a de São Domingos que estão fora do Povo, (Foto nº 67)



Foto 65 - Pormenor do tecto da Capela Mor da Igreja Matriz de Caria



Foto 66 - Capela de Santana, de Caria



Foto 67 - Capela de Santo António, de Caria



Foto 68 - Capela de São Marcos, de Caria

e dentro dele estão duas particulares com comunicação para as ruas do Lugar; uma de Santa Constança; e outra da Senhora do Carmo...”

“Não há nas ditas capelas Irmandades nem confraria; somente na do Espírito Santo há uns mordomos que lhe fazem sua festa do Espírito Santo, festejando com folias, pelo costume antigo que há nesta e noutras Províncias. Todas as Capelas, acima ditas, são do Povo... menos as duas particulares...”

#### - Produções

“Os frutos que há nesta terra e cultivam os moradores são: trigo, cevada, milho grosso e miúdo, grão de bico, e todas as mais sementes; porém, com mais abundância, é feijão, e centeio; também recolhe azeite e algum vinho; também há bastantes gados, assim de rezes como de Pastores, ovelhas, cabras. Cultiva-se bastante linho.”

#### - Organização política

“Já disse, e fica dito no número primeiro a respeito deste, e para maior clareza digo que se governa este lugar e Povo muito bem no económico, e no político se rege pelo seu Conselho com dois Juizes Ordinários, e Procurador, um Escrivão, e três homens de acordo a que chamam Regedores, com seu Porteiro”.

“Tem casas de câmara, com seu sino, para convocar aos actos de Concelharia o Povo dele, e para as audiências que se costumam fazer às partes nas quartas feiras e sábados de cada semana, não sendo dias feriados.” (Foto nº 69)

“Tem Casa de Cadeia, e, por baixo, outra que serve de açougue.” Uma das janelas manuelinas da Casa da Câmara, de Caria.

“Despacham os Juizes Ordinários por assessores quando não são formados. Está sujeita no Crime e Órfãos ao Juiz de Fora da Vila da Covilhã, e, no Cível, à Relação do Porto, para onde vão as causas daqui, por apelação.”

“É da Correição e Comarca da Cidade da Guarda, e vem o Corregedor dela aqui fazer as pautas de três em três anos, para a eleição de Juizes e Oficiais. Não sei que haja ofício de propriedade ou oficial público nele encartado, senão o Escrivão do Concelho, que serve por provimento do Corregedor da Comarca.”

*(E agora, vem a prova de que este homem estava informado ou procurava informar-se. Embora se note muita confusão, algo se retira. Retira-se que os bispos da Guarda procuravam reafirmar seus direitos sobre o povo de Caria, fundamentando-os em que, ainda no tempo dos godos, tinham sido os bispos ainda residentes na Idanha a Velha que tinham fundado Caria. E Caria ainda pagava direitos aos bispos, por reconhecer através dos tempos o senhorio destes, pela fundação que eles fizeram deste lugar. Há grande confusão de tempos, mesmo de séculos, e a maneira como passa os bens de Caria, sobretudo a Casa da Torre, cerca e Quinta, da posse dos bispos para a posse de particulares, não ficou bem explicada. Terá sido encomenda? O Sr. Prior de Caria parece que perdeu a clareza e naturalidade que tinha revelado e depois vai continuar a revelar. Ou também ele não sabia explicar bem o que acontecera. De resto, a inscrição da verga da porta que hoje é a principal da Casa da Torre, refere-se a muitas dificuldades vencidas, antes dessa reforma barroca. Pode ter acontecido também que o Prior de Caria tivesse conhecimento das razões que os bispos da Guarda invocaram para reafirmar seus direitos sobre os de Coimbra?)*

#### - Antiguidades

“Por relação antiga das memórias deste bispado da Guarda, no tempo em que a Catedral dele existia na Idanha a Velha, e nela assistiam os Bispos com o seu governo, sendo ainda no tempo em



Foto 69 - Uma das janelas da Casa da Câmara, de Caria



que a Espanha se achava inficionada de godos(?), como melhor constará do catálogo dos Bispos deste Bispado, entre eles estando governando o Senhor Bispo D. Frei João Martins, e no mesmo tempo reinava neste Reino de Portugal o Senhor D. Afonso Terceiro de gloriosa memória; sendo no ano de mil duzentos e sessenta, pouco mais ou menos; o dito Senhor Bispo, pela tradição que há, foi o motivo e causa impulsiva para alcançar, do dito Senhor, que houvesse neste lugar seu Conselho e Câmara, com Juizes Ordinários, com muitas outras regalias, que pelo decurso do tempo, e sujeição ao governo de Castela, se poderão algumas mormente com Vacância de Prelados nos Bispados deste Reino, entre os quais padeceu mais este, pela vizinhança ao de Castela, (pois) que, estando *viduata Pastore (sem pastor, sem bispo)*, a Mitra da Guarda perdeu este lugar e Povo, para se lhe abolirem as honras e excepções que tinha e gozava nesse tempo, e hoje tão somente tem o conhecimento do que foi; pelo que, bem se mostra que os moradores deste Povo conhecem, ainda hoje, a Mitra deste Bispado, pagando-lhe da novidade de centeio “ração” que vem a ser de dez alqueires, um de ração, e outro de dízimo, e da mesma forma a cevada, milho grosso e miúdo: E do vinho, de cada dezoito almudes, (*pagam*) ração: É que conhecem os moradores deste Povo aos Senhores Bispos da Guarda, em atenção aos privilégios de que gozavam naquele tempo, e na fundação deste lugar, que haverá quinhentos anos, pouco mais ou menos, que foi fundado.”

“E para melhor confirmação do que se tem dito, se colhe que os Senhores Bispos deste Bispado antigamente tinham casas e habitavam neste lugar, (e) que ainda existem parte delas no lugar mais alto, junto da Igreja Principal e Matriz e se conserva com o título “Casas da Torre”, e pegado a elas há uma trincheira ao modo de forte, com grande território continuado, a modo de quinta, com terras de cultura e olivais chamado ao dito território “Os Próprios”.

“O que tudo valerá melhor que três mil cruzados.”

“São isentos que não pagam a Ração ou censo algum, mais que o dízimo; porque se diz que estas casas, Casas da Torre, (Fotos nº 70 e 71) foram doadas, com todos os prédios ou emprazadas por um Senhor Bispo deste Bispado de quem eram, a um seu parente e (*que*) hoje possui esta por prazo Francisco Xavier Mendonça, Capitão Mor da Vila do Sardoal, o qual, nele, há pouco fez Património a um seu filho, para se ordenar Clérigo, a título dele; e reconhece a Mitra em todos os anos, com dezoito alqueires de azeite, como direito (*verdadeiro*) senhor.”

“Esta Casa e Torre mostra antiguidade, e tem algumas inscrições de letras que já não se podem ler; está entrincheirada, como se disse, e nas partes principais do lugar, à entrada de São Sebastião, e à saída para Santa Ana, há também, em cada uma, Outra Trincheira, para defesa do povo, no tempo da guerra, que se diz e consta de Aclamação do reino pelo Senhor D. João IV, de gloriosa memória. E são estas as antiguidades que há neste lugar e Povo.”

#### **- Fontes**

“Há neste lugar, dentro e fora dele, seis fontes:” (Foto nº 72)

“a primeira e principal chama-se fonte do Carvalho, que é de rara grandeza, toda feita de pedra de esquadria em abóbada, em Colunas no pórtico; não consta que secasse em tempo algum, por mais esterilidade que houvesse de águas;”

“Outra chamada a fonte do Ruivo, mais pequena, e concertada de novo; também não consta que secasse.” (Foto nº 73)

“A do chafariz à ponte de Santa Ana;” (Foto nº 74)

“e do outro chafariz à ponte de São Sebastião.” (Foto nº 75)

“A fonte da Lagem do Monte, que serve no verão de muita utilidade para os homens de trabalho, e serviço nas malhas do pão; e mormente para beberem os gados no verão, que também não consta que secasse.”

“E a chamada fonte do Prior (Foto nº 76), porém esta e a da ponte de Santa Ana secam no verão;”

“Não têm particularidade alguma as águas delas; entre todas, a menos pesada e mais saudável é a da dita fonte grande do Carvalho”

#### **- Danos do terramoto**

“... não padeceu este Lugar ruína alguma com o Terramoto...”



Foto 70 - Caria. Fachada barroca da Casa da Torre. Note-se que a porta foi feita na substituição de uma anterior em arco



Foto 71 - Casa da Torre, Caria. Pormenor com a inscrição que se pode ver noutra lugar



Foto 72 - Fonte do Carvalho, em Caria (1995), com as alterações sofridas desde 1784, já não é nada do que é descrito nas Inquirições. Ao lado e do tempo da estrada romana que jaz debaixo da calçada de alcatrão. É quase um resumo da vida de Caria



Foto 73 - Fonte do Ruivo, em Caria.



Foto 74 - Fonte de Santana, em Caria (de 1768). O relógio de sol, no cimo e ao centro foi roubado de 1995 para cá

Foto 75 - Fonte de S. Sebastião, em Caria. A data de 1800 que ostenta é de transformações posteriores a 1758



Foto 76 - Fonte do Prior, em Caria. A data de 1938 que a encima não consegue ocultar a sua antiguidade e singeleza



### - Ribeiras

“...Nele (*lugar*) não há rio algum. Porém, sim, há três Ribeiras fortes, e caudalosas no tempo do inverno, que não dão passagem para se sair ou entrar no lugar; e assim fica totalmente mortificado o Povo; e bem se lhe pode chamar “ilha” quando enchem as Ribeiras todas.”

“A primeira e principal Ribeira se chama de São Sebastião, que em seu princípio por cima do lugar da Bendada, nas serras chamadas “da Frágua”. Não tem ponte alguma, mais que a de São Sebastião, junto a este lugar, com três olhais, a qual é de pau, e está totalmente arruinada, e precisa de grande concerto.”

“A Ribeira de Santa Ana, que tem seu princípio por cima da Quinta de Santo Amaro, no distrito óa Vila de Sortelha, nas outras quintas chamadas dos “Vieiros”; não tem ponte alguma, mais que a de Santa Ana, junto a este lugar, que é de pau, com um olhal, que está até menos mal.”

“A Ribeira da Ponte da Capinha, que tem seu princípio por cima da Quinta chamada do Panasco; a esta se lhe junta um Ribeiro, chamado o de “Dona Maria” que tem seu princípio na serra da “Barrenta”, do limite deste lugar; a qual tem duas pontes, uma de pedra chamada a da Capinha, que acima fica dito; e outra de pau, junto a um moinho, chamado do “Redondo”; as quais Ribeiras, ambas se juntam por cima do Pinheiral que é deste limite e onde está a outra ponte de pau, com corta mares de pedra”

“...que tudo está arruinado, por causa das enchentes e inundações, e padece grande detrimento assim este Povo com todos os que vêm para ele de muitas partes;”

“E logo em pouca distância, se ajuntam todas as três Ribeiras, acima ditas e declaradas, que se vão incorporar no notável Rio, chamado “o Zêzere”, que dista deste lugar pouco mais de meia légua, e de cujas particularidades darão conta seus confrontantes.”

“... e V.a Exa. Revm<sup>a</sup> mandará o que for servido, que em tudo fico subordinado a Sua Obediência, e Ordens de Sua Majestade, que Deus Nosso Senhor conserve a vida, e guarde espiritual e temporalmente, para bem governar este seu reino, e a V. Exa. Revm<sup>a</sup>, o seu Bispado, por muitos e felizes anos.”

Caria – 13 de Abril de 1758

De V. Exa. Revm<sup>a</sup>

Humilíssimo Creado e menor Capelão

Gervásio Pereira Campos<sup>282</sup>

O Pároco de Caria revela-se uma pessoa de cultura, instrução, e ambições diferentes de todos os outros.

Caria é uma situação absolutamente original. Nesta altura não dependia de Belmonte. Constituía uma espécie de concelho “sui generis”, com direitos, dependências e independências diferentes do normal. A própria nomenclatura usada pelo Prior é diferente, como teria de ser.

Refere tudo, até a Serra da Esperança que os párocos de Belmonte não viam, talvez por estarem sobre ela.

Nos limites de Caria, referem-se que partem com Teixoso e Orjais, embora Malpique nessa altura pertencesse a Belmonte.

Falando de Monte do Bispo e de Valverdinho, o Pároco mostra-se conhecedor de história e situação das populações. Quanto a Valverdinho ainda é mais notório esse conhecimento, até mesmo quanto à questão social que se prolongou até ao século XX, e terminou com a retirada aos colonos dos direitos que tivessem sobre as terras, a expulsão forçada das populações que não quiseram ficar nas mesmas terras na simples condição de serviçais ou assalariados. Estas terras estiveram, em consequência, abandonadas durante muito tempo. Algumas foram destruídas e a de Sto. Antão é mais recente.

Mais uma vez se vê um cura contratado só por um ano, o que revela uma grande dependência do baixo clero.

Quando descreve a Igreja Paroquial, fá-lo como quem sabe algo de arte. Realça o que o templo tem de mais artístico e original. Alguns destes valores chegaram até nós, felizmente. De notar também que, quanto às pinturas que descreve ao lado de Cristo Crucificado no altar da Epístola, é caso para levar a um estudo. Quando fala das imagens, descreve-as, realça os ornamentos, sobretudo a

<sup>282</sup> Dicionário Geográfico Vol. IX – Pág. 859. Canelo, David Augusto; Op. cit. com versão adaptada para esta edição.

riqueza.

Não disse, mas digo e a tempo, a referência à antiga invocação e Orago da Igreja, Nossa Senhora de Lavacolhos, a referência a que esta designação consta dos forais de Caria, e, tem graça, não como designação da invocação de N<sup>ª</sup> Senhora, mas como topónimo, consta de vários documentos medievais de Belmonte, lugares por onde os Bispos de Coimbra compravam e aforavam terras e mais terras, juntando-as ao domínio temporal de Belmonte. Isto lá mais para cima, para os lugares em que a Ribeira de Lavacolhos, hoje Ribeira da Quarta Feira, estava mais perto da nascente. E também mais perto dos limites do Concelho e foral de Belmonte, a Nascente.

Na descrição do altar do Menino Deus, em Frente à porta Lateral, fala de uma imagem de São João de Deus. Se não aparecer noutra lugar será a que está na capela de Malpique e muito me admirou andar ou estar por ali; mas está.

O campanário da igreja descreve-o como de pedra antiga. Induz a que a actual torre é posterior.

Faz gala de se intitular prior e de dizer que nem papa, nem rei, nem qualquer senhor pode interferir na nomeação, em qualquer tempo, a não ser o Bispo.

Quanto às capelas, pela situação que nos apresenta o pároco de 1758, podemos ter uma ideia das dimensões da vila de Caria naquele tempo.

Mais uma vez é de notar o que este homem raro, pelo menos nesta zona, nos transmite. Diz-nos que se faziam as folias na festa do Espírito Santo. É um pormenor que não pode passar despercebido, pois se trata de um valor etnográfico que poderia enriquecer ainda mais a Vila de Caria. Este valor aumenta quando sabemos que estas festas do Espírito Santo e sobretudo as manifestações heterodoxas foram combatidas pela igreja, com mais vigor, após o Concílio de Trento.

Afirma peremptoriamente que este povo se governa muito bem no económico e no político afirma e reafirma a situação original de Caria, para que fique claro. Sabe claramente e transmite o funcionamento da Câmara e Juízos e procedimento para eleições, o que é notável para este homem e para esta terra.

Quanto a Ribeiras, dá informações que completam outros documentos dos limites do concelho de Belmonte, logo na sua formação. De realçar, de novo, a informação, por dedução, sobre a Ribeira de Lavacolhos, sobre a de Lavacolinhos que, até por este documento, se pode concluir que é hoje e na passagem em Caria, a de Santa Ana, sendo mais acima, a de Valverdinho..”

As pontes são bem descritas, assim como a necessidade delas.

A terminação fica aí, para comparar também com outras.

Este homem faz quase um estudo monográfico de Caria, o que outros não fazem. E às vezes anda-se à procura de homens ilustres na história de uma terra! (Anexo nº 20)

## **Inguias**

“Primeiramente, fica este lugar das Enguias na província da Beira Alta, bispado da Cidade da Guarda, Comarca da Vila de Castelo Branco, termo da Vila de Belmonte. Não pertence a freguesia alguma no espiritual, porque nela se administram todos os Sacramentos, e se fazem sem dependência alguma de outra freguesia todas as funções, e obrigações paroquiais.”

### **- Senhorio**

“Achei, por informação que tirei de pessoas mais velhas, ser este lugar pertencente aos Senhores de Belmonte a quem os moradores do predito lugar pagam todos os anos suas pensões e rendas, e presentemente é donatário dela (freguesia) o Senhor Caetano Francisco Cabral”.

### **- População**

“Tem a freguesia cento e quarenta vizinhos, pessoas maiores duzentas e cinquenta e oito, e menores setenta e oito, e tudo faz a soma de trezentas e trinta e seis pessoas”.

### **- Situação**

“Está situada num alto, de onde se descobrem a Vila da Covilhã... e Vila de Belmonte”.

**- Termo (Foto nº 77)**

“Não tem termo próprio, porque, como no capítulo primeiro fica dito, é da Vila de Belmonte. Compreende em si duas quintas, uma que se chama Quinta das Olas, que consta de cinco moradores e fica a meia légua de distância para a parte do Norte; e outra que chamam Trigais, que consta de sete vizinhos, e fica distante deste lugar quase uma légua para a parte do Norte, junto do Lugar da Bendada.”

**- Igreja**

“Tem Igreja Matriz e freguesia num alto, quase um tiro de pedra, e fica para a parte do Sul. É Orago de S. Silvestre, e tem quatro altares privilegiados para os Irmãos e confrades de uma Confraria das Almas, que foi erecta na predita igreja: Tem quatro altares dentro da mesma; um de um Santo Cristo da predita Confraria; um de N<sup>a</sup> Sra. do Rosário; um de São Silvestre; e outro de São Sebastião”.  
(Foto nº 78)



Foto 77 - Uma das sepulturas, no Vale da Sr<sup>a</sup> da Estrela, Olas, perto da Capela, antiga sede de paróquia medieval



Foto 78 - Actual Igreja de São Silvestre, de Inguias  
(Ver foto nº 48)

**- Pároco**

“O Pároco é Cura anual apresentado pelo Reverendo Vigário da Vila de Belmonte. Tem de renda ou cõngrua quarenta alqueires de centeio, quinze alqueires de trigo, e seis mil e quinhentos réis, cuja cõngrua se paga da Comenda que é do Senhor Dom Manuel de Sousa Calharis, a quem pertencem os frutos e dízimos da dita Comenda de Santa Maria da Vila de Belmonte”.

**- Capelas**

“Tem uma capela de Santo António, fora do lugar, a um tiro do mosquete, onde de presente se acha colocado o Santíssimo, por quanto a Igreja ameaça ruína. Meia légua para a parte do Norte, se descobre uma ermida com a invocação de Nossa Senhora da Estrela, (ver foto nº 20) (a) que, no terceiro dia das Ladaínhas Maiores ou véspera da Ascensão, acodem a ela os povos circunvizinhos em muita devoção; e se juntam três cruzes e procissões: deste lugar de Enguias, do lugar da Bendada, e de Maçainhas de Belmonte, além de outros dias e festas principais, em que, por todos estes e outros povos, é com muita devoção frequentada”.

“Os frutos que, com maior abundância, os moradores costumam recolher são centeio, trigo, feijão branco, raiado, pequeno, e muita abundância de milho grosso, e algum miúdo, e também melões e melancias singulares, de uma ribeira em que se pescavam algumas enguias, donde este povo, segundo dizem, teve a sua etimologia, e corre do Nascente para o Poente”.

**- Juizes**

“Tem este povo um juiz hospedânio (o mesmo que juiz pedâneo, isto é, o que julgava de pé, Os juizes pedâneos, também chamados de vintena, eram oficiais de justiça encarregados de resolver pequenos casos entre os vizinhos nas aldeias), e os Ordinários são da Vila de Belmonte, donde é

termo, como acima fica dito, e a ela está sujeito este dito lugar”.

“Enguias de Maio 8 de 1758

O Cura Manuel de Deus<sup>283</sup>

A freguesia de Inguias está nesta data colocada no cimo de um monte, como já se tinha concluído de documentos e razões de defesa já referidos. A igreja já estava no local em que agora se encontra. A Esta, assim como a Capela de Santo António, não estavam ligadas à freguesia. Trigais pertencia às Inguias. Inguias pertencia à província da Beira Alta. Portanto, se não se deve ensinar o Padre Nosso ao Cura, pertencia a Província diferente da de sede de Concelho. (!) Quanto a altares da Igreja, esta já tem quatro altares. Se para aqui veio, como consta o altar do Convento de Nossa Senhora da Esperança, outro terá sido retirado.

Havia grande dependência do Vigário de Santa Maria de Belmonte que apresentava o Cura e fazia parte da Comenda da Ordem de Cristo, daquela igreja. Como se diz noutra lugar, as folhas (doze!) referente a S. Silvestre de Inguias, faltam nos Tombos do século XVIII e no de 1615.

#### **NOTA:**

Nas Inquirições das Inguias são evidentes coisas que hoje se esquecem. Trigais era uma Quinta das Inguias com sete moradores.

Na Sra. da Estrela juntavam-se três procissões, na véspera da Ascensão, costume ligado a festas pagãs cristianizadas. Os Senhores das Inguias eram os Cabrais, Caetano Francisco, naquela altura. Razão há para, ainda hoje, os habitantes terem bem fresca a memória do que pagavam.

Nos altares da igreja ainda não se faz alusão ao altar que para aí iria só no séc. XIX.

Nas Inquirições de Inguias não se nomeia Carvalhal Formoso, porque pertencia a Belmonte. Quanto a capelas. (Ver foto nº 9)

### **Maçainhas de Belmonte**

#### **- Situação**

“... Fica esta freguesia do lugar de Maçainhas de Belmonte na província da Beira, no Bispado da Guarda, na Comarca de Castelo Branco, no termo de Belmonte, e é freguesia separada.”

“Está situada no meio de um vale e não se descobrem dela povoações algumas”. (Foto nº 79)

#### **- População**

“Tem esta freguesia ... 109 vizinhos. Pessoas maiores, 254; e menores, 77”.

#### **- Igreja**

“Está a igreja desta freguesia fora do lugar, porém, mistas (ou juntas) com o mesmo (lugar), tem três aldeias que pertencem à mesma (Igreja); uma chamada Quinta do Monte, outra chamada Quinta do Meio, e outra chamada Quinta Cimeira, e estão todas distantes um quarto de légua”.

“É o Orago desta freguesia Nossa Senhora da Conceição, e tem a igreja quatro altares, um do orago, outro do Menino Jesus, outro de Nossa Senhora do Rosário, outro de Santo António e neste está erecta uma Irmandade das Almas. E não tem mais irmandades. E, juntamente, não tem naves a igreja”. (Foto nº 80)

“É o Pároco desta freguesia Cura, e é da apresentação do Vigário de Santa Maria de Belmonte, e é pago pelo comendador da sobredita igreja. E tem de cõngrua quarenta alqueires de centeio, cinco meios (alqueires) de trigo, cinco alqueires de vinho, vinte e cinco arráteis de cera branca, e um arrátel de incenso, e sete mil réis em dinheiro”.

#### **- Capelas**

“Tem esta freguesia duas capelas ou ermidas pertencentes ao povo. Uma de São Sebastião, outra do Espírito Santo. Estão fora do lugar, porém mistas (ligadas) com o mesmo”.

<sup>283</sup> Dicionário Geográfico, Vol.18 – Pág. 181”. Canelo, David Augusto; Op. cit.



Foto 79 - Fonte antiga em Maçainhas, com dois bebedeiros



Foto 80 - Altares da Igreja Matriz de Maçainhas

#### - Colheitas

“Recolhem os moradores desta freguesia, em maior abundância, centeio e azeite, e pouco dos mais frutos serôdios.”

#### - Juiz

“É o juiz desta freguesia chamado espadano, eleito pelos juizes ordinários da Vila de Belmonte a quem (os habitantes) estão sujeitos em tudo.”

#### - Serras, rios e ribeiras

“Há nesta freguesia uma serra da grandura de um quarto de légua que se chama Serra da Pena da Águia”.

“Tem esta freguesia uma ribeira pequena que somente leva água no inverno, e esta vai meter ao Rio Zêzere, que dista desta freguesia aonde ela se mete quatro léguas”.

(...) Maçainhas de Belmonte 20 de Maio de 1758.

De Vossa Excelência

Menor súbdito

O Cura Manuel Pires Soares<sup>284</sup>.

Em Maçainhas como nas Inguias e em Caria, a igreja fica fora do povoado. As casas que se lhes juntaram ou cercaram ou ultrapassaram até hoje, desenvolveram-se a partir daquela época.

É de admirar que só Maçainhas e Caria se referem à produção de azeite. Maçainhas diz que é com abundância.

Quanto à capela do Espírito Santo, não se faz referência aos frescos que serão do séc. XVI. Receberam restauro já em Abril de 2001.

#### NOTA:

##### - Juiz de Fora e dos Órfãos (1786)

“Os povos das grandes vila sofriam por a justiça ser muitas vezes administrada por juizes ordinários e leigos, o que não se compadecia com a regular organização dos processos. Foram muitos Juizes de Fora e dos Órfãos que se criaram no tempo de Pombal.”

“Medida idêntica foi tomada na vila de Sortelha, então já  *muito populosa*, para idêntico benefício do concelho de Belmonte (1786)”<sup>285</sup>.

De salientar que, em 2001, a Dr<sup>a</sup> Catarina Valença Gonçalves defendeu tese de Mestrado que incidiu sobre as pinturas em fresco da Capela do Espírito Santo de Maçainhas e as da Igreja de São Tiago de Belmonte. Este trabalho está referenciado e contém muita informação sobre Maçainhas, inclusive sobre a possível existência de frades da Ordem Terceira de S. Francisco, possivelmente ligados aos frescos. (Anexo nº 19)

<sup>284</sup> Dicionário Geográfico Vol. 22 – Pág. 1.

<sup>285</sup> Serrão, J. Veríssimo; História de Portugal; 1750-1807, p. 91. 92.

## Outras Figuras do Concelho de Belmonte

### Fernão Cabral II

Era filho do Alcaide-Mor de Belmonte, João Fernandes Cabral e de D. Joana Coutinho de Castro, neto paterno do grande Fernão Cabral I, e de D. Rodrigo de Castro. Terá nascido por 1494. Por morte do pai, por 1508, tomou conta da alcaidaria e do senhorio da Casa de Belmonte, por Carta de D. Manuel, passada em Évora, a 12 de Fevereiro de 1509<sup>286</sup>. Era o irmão mais velho de D. Jorge Cabral, ligado ao Convento de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança de Belmonte.

Foi armado cavaleiro em Safim pelo capitão da praça Nuno Fernandes de Ataíde, depois deste ter presenciado a valentia e merecimento com que defendeu esta praça.

Por novos méritos recebeu também o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, em 2 de Maio de 1516. E o foro de cavaleiro ser-lhe-ia posteriormente confirmado pelo rei D. Manuel I, por carta passada em Lisboa a 23 de Abril de 1517<sup>287</sup>.

Casou com D. Maria de Castelo Branco, filha de D. João de Castelo Branco de quem teve filhos e onde se continuou a Casa e a alcaidaria de Belmonte. (Anexos n<sup>o</sup> 8 e 9)

### Fernão Cabral III

Fernão Cabral III era o 8<sup>o</sup> Senhor da Casa de Azurara, 8<sup>o</sup> Senhor da Casa de Belmonte, 6<sup>o</sup> Alcaide Mor de Belmonte. Distinguiu-se de muito novo, servindo com sua gente e às suas custas, no cerco de Mazagão, em 1575<sup>288</sup>.

Podemos ver mais claro um assomo de história das gentes de Belmonte.

Os fidalgos que levavam homens à sua conta, procuravam os lugares mais difíceis para mais se distinguirem.

“Fernão Cabral III, de Belmonte, com cem homens seus, arvoraram bandeira de seda amarela e branca, e, de tal modo se houveram, que gente alguma no mundo tão livre, alegre e fortemente se bateu por seu *rei e república*”<sup>289</sup>

Por este feito recebeu o hábito da Ordem de Cristo, e, em 16 de Outubro de 1572, foi provido na Comenda de S. Pedro de Cumieira, diocese da Guarda<sup>290</sup>.

Tomou parte na batalha de Alcácer Quibir, igualmente com gasto de muitos bens seus para a preparação da expedição. Ficou prisioneiro, e mais gastou também pelo resgate.

Isto está provado por duas cartas de Filipe I, datadas de 16 e 17 de Julho de 1587, fazendo numa mercê à filha mais velha dos bens que o monarca entendesse necessários para fazer casamento; na outra, concedendo que duas outras filhas fossem freiras em qualquer convento escolhido pela rainha D. Catarina.

“Eu el-rei faço saber... que havendo respeito aos serviços de Fernão Cabral que Deus perdoe... ir na jornada de África e se achar na batalha de Alcácer (Alcácer Quibir) onde foi cativo e ao muito que gastou na dita jornada e com seu resgate e no ano de 1584 eu lhe fazer mercê da comenda de Azevo com quantias de 20.000 réis que logrou pouco tempo por falecer e por seu falecimento ficar dona Joana de Castro sua mulher pobre e com quatro filhas e dois filhos... ei por bem e me apraz dar-lhe o favor e ajuda que bem me parecer para casamento de sua filha mais velha, casando ela com pessoa de quem eu goste... (eu seja contente)”<sup>291</sup>.

Obediência: Este Fernão Cabral III, em 1580, segundo o P.e Carvalho da Costa não foi beijar a mão de Filipe I<sup>292</sup>.

Apesar disso ainda recebeu mercês. Bom político este Filipe.

<sup>286</sup> A. N. T. T.; liv. 3 da beira, fls. 17 a 2<sup>o</sup>. Silva, J. Candeias e Castelo Branco, Manuel da Silva; Op. cit. p. 130

<sup>287</sup> Id. Chanc. D. M.; liv. 9. Fl. 40

<sup>288</sup> Silva, J. Candeias e Castelo Branco, Manuel da Silva; Op. cit. p. 262; H. gen., XI, p. 504

<sup>289</sup> Tavares, Joaquim Cardoso e Marques, Manuel op. Cit.; p.6., Agostinho de Gavy Mendonça, História do Cerco de Mazagão

<sup>290</sup> Sampayo, Luiz M. Vaz; op. Cit.; N<sup>o</sup> 262; Ch. O. C.; p. 3, 77

<sup>291</sup> Sampayo, Luiz M. Vaz; op. Cit.; N<sup>o</sup> 262; p. 262; Ch. D. F. I, 15, 394

<sup>292</sup> Id.; Id.; Id.; Conq. Mazag. 213



### **Fernão Cabral IV**

Este foi o que muitos autores chamam “O Gigante das Beiras”. Pode ter sido assim designado por se assemelhar no corpo a Fernão Cabral I.

Grande, feio, forte, folgazão enquanto novo.

Era filho primogénito de Nuno Fernandes Cabral e de D. Margarida de Meneses, neto de Fernão Cabral III.

Nasceu em Belmonte por 1595. Por morte do pai, em 1613, seria ele o sucessor. E veio a ser confirmado na Casa e alcaidaria de Belmonte, por cartas régias passadas em Lisboa em 10 de Julho de 1613, em 1614, e em 1616<sup>293</sup>.

Mas não foi fácil a vida desta Gigante. Um dia, estando a assistir a um teatro em Estremoz, o fidalgo D. Francisco de Melo tirou-lhe a espada da bainha. Era uma ofensa. O gigante nada fez.

Esperou-o de noite, cortou-lhe as orelhas, e dependurou-as na Praça de Estremoz.

O povo deve ter gostado da façanha e cantava:

«Quem quiser comprar orelhas  
Que vão duas ao real  
Vá a casa do Cabral.»

*(Sampayo, Luiz Mello Vaz de; Id; I; n° 267)*

Mas Cabral teve de fugir. Andou por terras de França e Flandres. Entretanto, tinha sido condenado à morte e tinha sido degolado em efígie, naquela mesma Praça onde dependurou as orelhas do atrevido fidalgo. O rei Filipe II viria perdoar-lhe em 23 de Fevereiro de 1624. Mas, entretanto o nosso Gigante das Beiras teve de cometer novo arrojo. Apresentou-se com cem homens dos seus domínios de Belmonte, armados à sua custa. Tiveram de servir em África e aqui, em terras de fronteira.

A carta de perdão dizia que era perdoado porque era ainda novo, só vinte anos quando fez aquele crime; porque o reino tinha recebido de seus maiores muitas provas de bom serviço, e porque mais serviço dele esperava receber com a aquela apresentação a el-rei, sua e de seus homens<sup>294</sup>.

### **Diogo Fernandes Cabral**

Diz-se que foi filho natural de Fernão Cabral I, antes do casamento.

Foi Prior de Povos e Deão da Capela de D. Manuel. Sabe-se por carta deste de 4 de Outubro de 1516<sup>295</sup>: Já como capelão da Casa Real assistira à morte de D. João II<sup>296</sup>. E desde 1509 que seria deão da capela do futuro rei D. João III. Em 1518 é citado, com o título de deão, entre os fidalgos capelães com a moradia de 1.450 reis mensais<sup>297</sup>. E em 1523 ainda D. João III mandava pagar recibos. Mas já tinha morrido em Agosto de 1521.

Chegou a governar a diocese da Guarda nas vezes do Embaixador de Portugal em Roma, e este nas vezes do Infante D. Afonso, feito bispo com sete anos...

### **Francisco Cabral**

Em 28 de Fevereiro de 1461, o 11º Alcaide-Mor de Belmonte, Francisco Cabral, Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, foi dispensado por D. João IV, de prestar menagem do castelo.

Sucedeu na Alcaidaria-Mor a seu irmão Fernão Cabral IV depois da morte deste, que não deixou herdeiros.

Consta que também Francisco Cabral não deixou descendência, tendo sido seu irmão Pedro Álvares Cabral I a suceder-lhe.

Apesar disto foi julgado pela Inquisição, e, precisamente, por bigamia.

<sup>293</sup> T.T.; Chanc. F. II, liv. 25, fl. 290v, liv. 38, fl.87v, e 211v. Cit. Silva e Castelo Branco; op. Cit.; p.131, 132

<sup>294</sup> T.T.; liv. 16 de "Perdões e Legitimações", fl. 46. Cit Candeias Silva e Castelo Branco; op.cit.; p. 132

<sup>295</sup> Sampayo, Luiz M. Vaz; op. Cit.; n°125, com a Carta de D. Manuel

<sup>296</sup> Cr. D. J. II (Rez.), CCXII, 128

<sup>297</sup> Sampayo, Luiz M. Vaz; op. Cit.; N° 127

## **João Fernandes Cabral e Mulher**

1.000 coroas foi a parte do dote do casamento de J.F Cabral com D. Joana de Castro, que, em 15 de Abril de 1515, por instrumento feito em Belmonte, confirmara que seu marido tinha feito essa transacção.

Esta D. Joana de Castro Coutinho era neta paterna de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa, filho de D. Afonso Henriques, Conde Gijon, filho também bastardo do rei de Castela e Conde de Trantâmara, D. Henrique II.

*(Este é também avoengo da família dos Condes de Belmonte. É que, este arcebispo teve outra filho ilegítimo, D. Pedro de Noronha, cuja neta, D. Maria de Noronha, foi casada com o Senhor de Belmonte, Nuno Fernandes Cabral, que jaz no Panteão dos Cabrais, em Belmonte.)*

## **Zarco**

Assim como a descendência de Pedro Álvares Cabral deixou de usar, por lei e uso, o nome Cabral e nunca defendeu o direito disto nem de brasão Cabral, assim também são os Castelo Melhor (descendentes do mesmo Cabral) que têm a representação legítima de João Gonçalves Zarco, embora não usem o apelido Câmara, e porque a varonia Câmara está nos condes da Ribeira<sup>298</sup>.

## **Rui Dias Cabral<sup>299</sup>**

### **Belchior Rebelo (Caria)<sup>300</sup>**

Tomou parte na expansão no Norte de África.

### **Fernão Cabral**

Filho de João Fernandes Cabral

Pensa-se que terá tomado parte na conquista de Azamor, em Setembro de 1513

Em 7 de Junho de 1514 já lhe era atribuída e mandada pagar sua moradia de cavaleiro e já servira catorze meses nesta praça<sup>301</sup>.

### **Cristóvão Abreu (Irmão)**

Nasceu em Belmonte e entrou para a Companhia de Jesus em 1591. Em finais de 1594, com quatro anos de idade, achava-se em Goa e aí aprendeu latim no Colégio de S. Paulo. Aos vinte anos era considerado um "religioso prudente e de bom juízo"<sup>302</sup>. Pode pressupor-se que não foi sozinho para Goa com quatro anos de idade?...

### **Francisco Vaz**

Dado como natural do concelho de Belmonte, este homem é um modelo acabado do bom malandro, ou melhor, do malandro esperto.

Quando morador em Castelo Branco foi julgado por duas vezes.

Uma vez porque dormiu com a mulher de Afonso Garcia, residente naquela vila, e depois ainda o feriu. Da segunda vez, fez vários roubos a Diogo da Cunha e a Filipa Gonçalves, moradora nos Escalos.

De ambas as vezes foi preso e de ambas fugiu da cadeia, sem quebrar ferro, cadeado, nem fazer qualquer rombo. Conseguiu que o carcereiro o deixasse fugir?...

Andou fugido e temendo a justiça, até que resolveu inscrever-se na lista dos homiziados para irem combater em África.

Assim, embarcou na armada que D. João II enviou, em 1489, ao cerco da Graciosa, a praça que se quis tornar em ponto de estratégia para aquelas terras e na qual se diz que terão tomado parte muitos milhares de homens, uma enormidade para o tempo.

<sup>298</sup> Brandão, N. G.; Monumentos e Lendas de Santarém.

<sup>299</sup> Silva, J. Candeias e Castelo Branco, Manuel da Silva; op. Cit.; p. 138.

<sup>300</sup> Id., Id., Id., p. 537.

<sup>301</sup> Sampayo, Luiz M. Vaz; op. Cit.; nº 84.

<sup>302</sup> Silva, J. Candeias e Castelo Branco, Manuel da Silva; op. Cit.; p. 95, 537.

Por este serviço e por ter pago 800 reais para a Piedade, alcançou do rei perdão para os quatro meses que lhe faltavam cumprir (Carta Régia passada em Viana do Alvito, em 7 de Outubro de 1490)<sup>303</sup>.

Há até quem levante a hipótese de ter sido aqui, sobretudo que o comandante, D. Rodrigo de Castro e Afonso de Albuquerque teriam conhecido Pedro Álvares Cabral e seu irmão mais velho, João Fernandes Cabral. Com efeito, foi por esta altura que se pensa que terão sido atribuídas aos dois Cabrais uma tença conjunta de 26.000 réis, e que terá sido após o desempenho que aqui tiveram que foram armados cavaleiros. De notar também que há autores que não põem de fora a hipótese de o comportamento destes Cabrais ter feito com que o comandante viesse a casar o mais velho com uma sua filha e Afonso de Albuquerque a preparar o casamento de Pedro Álvares Cabral com sua sobrinha<sup>304</sup>.

### **Gonçalo de Matos (Caria)**

Morou em Caria (Belmonte), sendo filho de João Pires e de Isabel de Matos. Como homem de armas, partiu para a Índia, na armada e na nau capitânia do Capitão-mor Jorge de Brito, que saiu de Lisboa em 6 de Abril de 1520. Serviu muitos anos no Oriente. Aí esteve durante os reinados de D. Manuel I e D. João III.

Sabe-se que em 9 de Maio estava em Goa e teria ganho alguns bens, porque, nessa data, serviu de fiador a Sebastião de Oliveira, de Castelo Branco<sup>305</sup>.

### **João Arrais de Mendonça**

Era filho de Diogo Madeira Arrais e de D. Guiomar Coelho. Seu pai servira em África. Como seu pai serviu também em África e depois na Índia. Casou com D. Filipa de Noronha de quem teve geração.

Instituiu um morgado e, teve o hábito e foi comendador da Ordem de Cristo. Como tal administrou, desde 1551 a 1572, a Comenda de Nossa Senhora de Belmonte, provavelmente da Igreja da Paróquia de Santa Maria que era da Comenda desta Ordem Militar. Por sua morte a Comenda passou para Manuel de Oliveira<sup>306</sup>.

### **João de Caria**

Sabe-se que esteve em África<sup>307</sup>.

### **Jorge Pires (Caria)**

Sabe-se que esteve na Índia<sup>308</sup>.

### **Manuel de Oliveira**

Por falecimento de João Arrais de Mendonça, e por carta passada em 25 de Agosto de 1572, D. Sebastião concedeu-lhe a administração da Comenda de Santa Maria de Belmonte. Com efeito, ele era fidalgo da Casa do Infante D. Henrique, Cardeal.

Serviu na Índia, e na Índia foi armado cavaleiro da Ordem de Cristo. Foi por carta de D. Sebastião, passada em Évora, que lhe foi concedido o hábito da Ordem, em 22 de Fevereiro de 1570<sup>309</sup>.

### **Manuel Rebelo**

Esteve na Índia, nasceu em Caria no ano de 1514 e era filho de Gonçalo Rebelo e Mécia Rodrigues.

Aos vinte e quatro anos seguiu para a Índia, facto que haveria de repetir, e na Índia exerceu vários cargos.

<sup>303</sup> Id.; Id; p. 537.

<sup>304</sup> Sampayo, Luiz M. Vaz; op. Cit.; nº 84.

<sup>305</sup> Silva, J. Candeias e Castelo Branco, Manuel da Silva; op. Cit.; p. 281 e 545.

<sup>306</sup> Silva, J. Candeias e Castelo Branco, Manuel da Silva; op. Cit.; p. 285, 540.

<sup>307</sup> Id.; Id.; p. 537.

<sup>308</sup> Id.; Id.; p. 540.

<sup>309</sup> Id.; Id.; p. 540. Cit. ANTT, Chanc. Ordem de Cristo, liv. 2, fl.67v). Cit. Ibid., liv. 25, fl. 16v.

Em 1538, embarcou na nau Garça. Ia como homem de armas de Francisco de Mendonça e com o foro de escudeiro-fidalgo da Casa Real.

Voltou ao reino. Mas, logo em 1553, à Índia regressou, na nau Galega, e já como feitor, Alcaide-Mor, e provedor dos defuntos. (Este cargo também viria a ser exercido por Luís de Camões). Foi também como vedor das obras da fortaleza de Chaúl. Todos estes cargos lhe foram atribuídos por Carta Régia de 11 de Abril de 1552, passada em Lisboa.

Em 2 de Novembro de 1556, por carta também passada em Lisboa, é provido para a fortaleza de Coulão, para os mesmos cargos que exercia em Chaúl.

Regressou ao reino, e, em 15 de Julho de 1574, ou ele ou outro com o mesmo nome exercia o ofício de procurador e solicitador dos cativos na Comarca de Castelo Branco<sup>310</sup>.

### **Nicolau de Melo (Frei)**

Esteve na Rússia, Filipinas e Indonésia, Índias de Castela, México e Perú.

Nasceu na vila de Belmonte no ano de 1550, das famílias dos Cabrais e Melos. Em 1576, com 26 anos ingressou na ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, em Castela. Foi possuído e movimentado por alto e invulgar espírito missionário. Por isso embarcou para Índias de Castela, México e Peru, e daqui chegou às Filipinas. Começou por aprender a língua dos indígenas e ficou-lhe a glória ou fama de, aqui, ter baptizado cerca de sete mil nativos. Por isso, poderá ter sido um dos missionários que mais contribuiu para o cristianismo que ainda hoje se vive nestas ilhas.

Depois viajou até à Índia Oriental. Passou pelo convento de Malaca depois pelo de N<sup>a</sup> Sra. da Graça em Goa. Aqui, durante algum tempo entregou-se à missionação.

Mas não parou pela Índia. Daqui, passou à Pérsia, e, depois, para a Rússia. Aqui foi preso durante quinze anos por causa da sua fé e missão, sofrendo, com o cativoiro grandes suplícios.

Depois de uma vida verdadeiramente gloriosa, acabou seus dias de modo ainda mais glorioso para sua fé e santidade, porque foi martirizado morrendo queimado vivo, em Astracão. Eram 2 dias de Janeiro de 1616. Bem poderia ter lugar entre tantos santos canonizados, pelo menos em Belmonte, porque no primitivo cristianismo havia santos locais cujas vidas influíam mais no cristianismo local do que santos de longe. Deveria inverter-se em Belmonte o velho e antipático ditado de que santos da porta não fazem milagres. Este é grande e entusiasta exemplo de fé, fidelidade e imparável fervor missionário<sup>311</sup>.

### **Pedro de Sequeira**

Nasceu em Belmonte, de João Gonçalves e de Catarina Anes. Tinha o foro de cavaleiro-fidalgo da Casa Real, com 750 réis de moradia, quando, em 1538 partiu para Índia.

Na partida levava, além do foro referido, uma Carta Régia passada em 28 de Janeiro daquele ano, que o provia no cargo de tesoureiro do depósito de mercadorias de Cochim<sup>312</sup>.

### **Sebastião Álvares (Caria)**

Sabe-se que esteve em África<sup>313</sup>.

<sup>310</sup> Silva, J. Candeias e Castelo Branco, Manuel da Silva; op. Cit.; p. 319 e 540 . Cit. ANTT, Chanc. De D. J. III, Liv 56, fl. 148v. Cit. Id., Id., Liv. 71, fl.178. Cit. ANTT, Chanc. D. S., Liv. 36, fls. 21v, 22.

<sup>311</sup> Id.; Id.; Op. cit.; p. 282, 283, 241,242, 541, 542c. ind. de outra bibliografia.

<sup>312</sup> Id.; Id.; p. 339, 541. Cit. ANTT, Chanc. D. J. III, liv. 44, fl. 150v.

<sup>313</sup> Id.; Id.; p. 538.

## Século XIX - Transformações

O século XIX, em Belmonte trouxe algumas modificações, mas, mesmo assim, ficaram aquém das leis publicadas.

A história do século XIX em Belmonte começou a fazer-se com alguma estrutura com o trabalho do Dr. David Canelo, "Senhores, Cabrais e Camponeses em Belmonte", editado pela Câmara Municipal de Belmonte, no ano de 2.000.

Já tive ocasião de fazer comentários bem favoráveis a este estudo. Este século, merece, contudo, alguns comentários da minha parte, para dar uma pequena achega mais à história do concelho.

Este período de Belmonte deveria ser marcado pela remissão de foros e prazos, sobretudo os que pertenciam à Casa Cabral, dos Condes de Belmonte e da Comenda da Igreja de Santa Maria de Belmonte.

Qualquer destes proprietários tinha bens em todo o concelho. Mas os prazos e as pensões foram-se mantendo ao longo deste século, e entraram ainda no século XX.

"...os bens que constituíam os morgadios com as denominações de Belmonte, Penamacor e de Mangualde ou S. Cosmadinho tendo sido primeiro grandes herdades, pelo andar dos tempos sucessivamente se foram dividindo e concedendo por contrato enfiteúticos e pensões certas aos colonos e seareiros segundo as porções de terreno que pediam"<sup>314</sup>.

Em 1954, ainda vi, eu vi, a Tulha dos Cabrais cheia de sementes.

No entanto, encontram-se testamentos de pessoas que tendo remido os foros puderam passar a posse das terras a seus herdeiros. Mas muitas vezes passavam, sim, o seu direito de enfiteutas.

E podem ver-se nomes de enfiteutas que continuam a deixar prazos e não terras libertas. Continuavam, portanto, na posse parcial das terras. Podiam passá-las para herdeiros, mas com o pagamento dos foros devidos.

Encontramos em testamentos muitos casos destes, com nomes que ainda são de famílias bem conhecidas.

Joana Duarte, do Colmeal; José Martins Mendes, de Belmonte, (este até é foreiro do forno de S. Pedro, que ficava frente ao comércio da Sra. Adília Monteirinho, pegado a uma garagem onde recolhia o trimbolim, espécie de charrete grande que fazia viagens de ida e volta, de Belmonte ao Porto); Maria de Belém d'Elvas Caio, de Belmonte; Manuel António Cavalheiro, de Inguias; Maria Vaz, de Inguias; Maria de São José, da Quinta da Gaia; e tantos e tantos, em Maçainhas, Mapique, Orjais.... Todos se declarando foreiros do Excelentíssimo Senhor Conde de Belmonte.

Mais interessante ainda é ver as pessoas que herdaram esses prédios foreiros. São nomes ainda mais próximos dos actuais.

Algumas vezes, e raras, aparecem casos em que se transmitem os bens sem restrição de propriedade. É o caso em que há já uma carta de remissão do foro. Dá-se com algumas propriedades da Comenda da Mata, em Aldeia do Mato.

Dá-se também com o P.e Luís Soares Mendes que deixa ao sobrinho Luís António Soares Mendes um Alvercão em Maçainhas e outros bens e títulos, como universal herdeiro.

E, enquanto é um padre, este padre, que deixa ao sobrinho que vem a pertencer a uma família que se vai tornar rica e importante em Belmonte, é a viúva Maria Joaquina de Figueiredo que deixa a um padre, Manuel Mousaco a quinta de Portomonsanto. Esta Quinta de Portossanto fica situada na Divisão do Concelho de Belmonte com o da Covilhã, ao fundo do Monte ou Serra da Esperança, que sugere que fosse chamado Santo ao Monte, como ficou referido. Eram tapadas junto ao rio a pegar com a Quinta da Lageosa e a estrada. É outra família que se está a formar, com ascendente económico. Deixa também um olival ao S.S. Sacramento, no sítio da Fonte da Rosa.

Segundo o Dr. David Canelo<sup>315</sup>, "em 1853 contabilizam-se dez pessoas "importantes", mais abastadas, no concelho de Belmonte".

<sup>314</sup> Canelo, David Augusto; op. Cit.; p. 87, 88.

<sup>315</sup> Id.; Id.; p. 39.

Estas famílias, algumas vieram precisamente da remissão que fizeram de foros. Poderemos esquecer-nos que não teve tanta importância, mas teve. É lembrar que estas rendas e prazos eram pagos em géneros, e, portanto, estavam sempre actualizados. E poucos podiam levantar cabeça. Comprar, quem é que podia comprar? Poucos. A maior parte tinha de arranjar e arrebanhar o fundo da arca para pagar prazos.

Outra classe veio das famílias que aqui tomaram os lugares da administração e da chefia militar. Dentre estes, os Fajardos e Marrocos, e Castelo Branco que veio cada um de seu lado e, deles, alguns obtiveram terras, fizeram casa, e depois também saíram. Isto aconteceu na altura em que a família Cabral, ou melhor, dos Condes de Belmonte, se foi afastando daqui, deixando sua terras. A elevação de Belmonte a Condado, em 1805, foi símbolo de uma mudança de poderes e riqueza, mas que ira a fazer-se lentamente.

A vila de Belmonte tinha na Câmara o exemplo do que se passava com a gente pobre do concelho. Era pobre. Essas pessoas “importantes” reuniam muitas vezes para decidir obras a realizar e acabavam por lançar mais impostos sobre os vizinhos, ou sobre os vendedores dos mercados...

Em 1842, há saldo negativo na Câmara. Era de 120.032 réis.

Distribuiu-se pelas freguesias:

▶ S. Tiago de Belmonte	46.101
▶ N <sup>a</sup> Sra. da Conceição, - Caria	43.560
▶ N <sup>a</sup> Sra. da Conceição - Maçainhas	12.750
▶ S. Silvestre, Inguias	<u>17.666</u>
▶ ▶ Total	120.032

Quando o povo tinha de pagar, dava tudo certo.

Mas logo no ano seguinte, 1843, e passado apenas mês e meio sobre o anterior pagamento, as contas tornaram a acertar-se. O governo Civil da Guarda entendeu que o Concelho de Belmonte teria de entrar com a quantia de 430.615 réis. Foi de novo distribuída pelas freguesias. E pagaram.

Ainda no mesmo ano de 1843, as contas da Câmara estão de novo em déficit. O remédio já se sabia. Os habitantes do concelho são obrigados a pagar mais 216.615 réis.

As gentes do concelho viveram um século de dificuldades, mesmo tendo os antigos senhores por longe. Os impostos caíam sempre. E uma nova classe subia. Subia, enriquecia, tributava.

Os encargos pagos aos senhorios, à Igreja, à Câmara; as derramas lançadas para suprir o déficit, caíam sobre os trabalhadores do campo, e sobre os lavradores. Sobre as crises agrícolas, muitas vezes repetidas, vinham as hipotecas. E até os foros e prazos muitas vezes os viam deixar ir... perdiam-lhes o direito de transmissão.

A saúde era deficitária. Havia surtos de epidemias. Procuram que se fixassem médicos, aumentavam o ordenado além do que estava estipulado, mesmo assim os facultativos não a pareciam ao concurso ou era abandonado. Recorria-se a barbeiros entendidos, a boticários...

O lugar de facultativo é aumentado no ordenado para conseguir fixar um no concelho, e não se consegue. Recorre-se à Covilhã.

Em 1865, aparecem sinais da cólera mórbus. Dá-se conta na sede de concelho, no Colmeal, Caria onde o barbeiro Ramos dá informação do carácter epidémico que a doença começava a tomar.

## Educação

Até à República, as escolas de instrução primária, no Concelho de Belmonte eram poucas e funcionavam mal.

Pior funcionavam escolas para meninas... O Dr. David Canelo, no seu livro “Senhores, Cabrais e Camponeses em Belmonte” já faz alusão a este fenómeno cultural, e transcreve documentos que o comprovam. Aqui, tomei a decisão de dar voz à história oral, como fiz noutros assuntos, para se poder vir a ilustrar com estes testemunhos a história escrita.

Alguma rapariga que frequentasse a escola fazia-o com um professor, separada dos rapazes. A maior parte deixava de frequentar quando os trabalhos agrícolas ou criação dos irmãos o exigia.

Honra a Caria que, no século passado, foi a freguesia que mais meninas manteve na escola primária.

### **Ensino**

As crianças de Belmonte começam a trabalhar muito cedo. Têm de ajudar o sustento das famílias. O Administrador do concelho propõe que a única solução será tornar o ensino obrigatório. Na verdade, a professora do Ensino Primário dá como abandonada a cadeira. O Administrador não a quer “sujeitar a este penoso encargo”<sup>316</sup>.

No fim do século pede-se a criação de uma escola primária nas Inguias.

### **Gaia - Capelão**

Em 1849 é capelão da Quinta da Gaia o Cónego Inácio Barbosa da Fonseca. Até os pagamentos da Côngrua ou ordenados andavam atrasados. O Capelão faz testamento segundo o qual perdoa um quarto do Ihe estiverem devendo, por ocasião do seu falecimento, dizendo que perdoa uma a quem Ihe pagar quatro. Mas só pelo seu falecimento<sup>317</sup>. Seria para ficar para os herdeiros ou para pagar dívidas?

### **Cemitério de Belmonte**

Precisa de obras. Reúnem os dez mais importantes do concelho para resolver o assunto. Decidem sabiamente. Não são eles que pagam: é lançado mais um imposto (derrama) sobre os habitantes da freguesia.

A arrematação da obra, porta do cemitério e capela, foi feita a Francisco da Costa Pinto de Aldeia do Souto. Para cobrador deste imposto é nomeado Faustino Pereira.

### **A luta pelo poder Câmara - Misericórdia**

Há uma disputa pelos cargos públicos da Câmara e até da Misericórdia e das juntas, apesar de tudo ser pobre e deficitário. Será difícil saber porquê?

### **“Recordamento” de Pedro Álvares Cabral**

E vejam: em 1882 começaram a pensar fazer as Comemorações do Descobrimento do Brasil, não em Belmonte, mas lá para qualquer parte... Pediram que para isso se fizesse uma subscrição em Belmonte. O Administrador do Concelho respondeu ao Governador Civil da Guarda dizendo que a subscrição tinha dado resultado negativo, o que não era para admirar atentas as dificuldades de um concelho que era pobre.

Comparando com as Comemorações em Belmonte dos 500 Anos daquele Descobrimento, vê-se que muito mudou nesta vila, no ano 2000.

### **Da Monarquia para a República**

O século XIX foi, para Belmonte, uma história que parece que deveria esquecer-se.

Viram os Cabrais partir, mas viram ainda ficar seus direitos a pesar sobre a população, que poucos puderam remir os foros.

Entretanto aparece um grupo de famílias que sobe, graças ao novo regime militar e administrativo. Luta-se pelos lugares que pudessem dar rendimento e posição social.

Foi um século de calamidades, de fome, de epidemias, doenças, impostos.

O povo e as irmandades são chamadas a ajudar os doentes pobres.

Há necessidade de Hospital que não se faz ou tardara fazer. Há necessidade Médico que tem de vir da Covilhã.

Há necessidade de ensino, mas há mais necessidade de sobreviver, e até algumas escolas que existem se dão como extintas porque os alunos têm de trabalhar.

A extinção do convento dos frades em pouco ou nada beneficiou os habitantes do concelho.

Aparece extinta a paróquia de Santa Maria. Mas em 1875(?) faz-se o tombo da mesma igreja,

<sup>316</sup> Canelo, David Augusto; op. Cit.; p. 54.

<sup>317</sup> Id.; id.; p. 62.

pertença da Comenda da Ordem de Cristo. Só a classe ascendente pôde tirar proveito disso. A propósito convirá dizer que a Câmara Municipal adquiriu na década de 1980 o Livro deste Tombo. Faltavam-lhe 14 páginas que tinham sido rasgadas e arrancadas. A quem terá convindo arrancar essas folhas?

Há luta pelos lugares que podem dar posição social, poder de decisão e, por ventura, algum rendimento.

Há revolta contra impostos que resolve com eleições.

### **As eleições**

Um facto que passou do século passado para este: Conta-se que quando havia eleições o partido do poder fazia tudo para ganhar e podia normalmente fazer mais do que a oposição.

Quando havia comícios em que era preciso fazer calar algum orador, alguém se servia, em Belmonte do Ti Broa.

O Ti Broa era alto forte e feio. Estou-me a lembrar do Gigante das Beiras. Comia uma broa à refeição, além do mais que viesse.

Um grupo de políticos vestia-o de fraque, e composto como o melhor apresentado no Comício.

Marcavam-lhe o lugar atrás do orador que não se queria que falasse. Quando este tentava intervir, o Ti Broa colocava-lhe as mãos nos ombros, calcava. O orador olhava para ele de baixo acima. Davam olhos com olhos e o Ti Broa dizia com uma voz baixa mas muito forte: - Sente-se!

Todas as vezes que o orador pretendia levantar-se encontrava a força do Ti Broa sobre os ombros, e este já nem precisava de dizer nada. O orador sentava-se.

Foi com este tipo de intervenção política e outras mais sofisticadas e apuradas que se entrou no século XX. E muito se terá aprendido!

Mas a República que, quanto a obras pouco mais fez, iria encontrar resistência de monárquicos, as famílias que entretanto tinham subido económica e socialmente.

Os documentos que a seguir são referidos servirão para documentar aspectos do Concelho de Belmonte durante o século XIX. Além dos aspectos já apontados, será bom notar quais são as famílias que, através de cargos administrativos e outros, se vão evidenciando e tomando o lugar dos que foram até aqui os Senhores de Belmonte (Informação mais completa sobre o assunto poderá consultar-se na obra referida da autoria do Dr. David Augusto Canelo).

Em 1866, a população era a seguinte:

- ▶ Belmonte – 467 fogos, 1.668 habitantes
- ▶ Concelho - 1.300 fogos, 4.136 habitantes

Eis administradores e famílias que se destacam, algumas das quais ganham riqueza e se fixam em Belmonte. Por alguns documentos que se seguem podemos ter uma ideia. Algumas famílias não são de Belmonte, vêm aqui ocupar lugares de comando ou de administração.

1842 - Presidente da Câmara – João Soares da Cruz

Administrador - José Luís Pires Fajardo

1865 – António Manuel Soares Correia Fajardo

1853 – Presidente da Câmara - João Luís Gonçalves

Administrador do Concelho – Luís Mendes Fajardo Soares.

Aqui temos um pequeno exemplo das famílias que começam a evidenciar-se.

Poderá ver-se nas listas da Câmara quando se tratar da República e passagem para esta.

### **“Registo da Patente de Luís José Pires Calheiros desta vila de Bello-monte”**

João da Silveira Pinto da Fonseca, Cavaleiro da Ordem de Avis, Moço Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Marechal de Campo dos Seus Exércitos, Chefe do Regimento de Infantaria da Praça de Almeida, com o Governo da Armas da Província da Beira.

Achando-se vago o Posto de Alferes da Primeira Companhia de Fuzileiros do Regimento Miliciano da Comarca de Castelo Branco, Nomeio para ocupá-lo a Luís José Pires Calheiros por concorrerem nele os requisitos necessários. Este lhe dará juramento, e posse, formando-se-lhe assento no Livro



de Registo. Quartel General de Almeida 23 de Janeiro de 1797 - João da Silveira Pinto.”

“E não continha mais a dita Patente, que fiz copiar bem, e fielmente da própria a quem reporto, que Eu mesmo entreguei ao sobredito Alferes em Belmonte, trinta de Maio de 1797.”

Eu João de Matos Rebelo que copiei...João de Matos Rebelo - (1797 Folha 2 verso)

**“Registo da Lista dos Soldados ou Moços capazes que há na Companhia do Capitão Luís Robalo Fajardo desta vila de Bello-monte.”** (Folha 41 verso)

**“Registo da Patente com que Sua Majestade foi servida nomear Capitão-Mor desta Vila de Belmonte a José Nunes Tavares, da dita vila.”**

“...Sargento-Mor de ordenanças da vila de Bello-monte da Comarca de Castelo Branco...hei por bem, o nomear por Capitão-Mor das mesmas ordenanças, vago por falecimento de Manuel Caetano de Sampaio o qual posto servirá enquanto eu o houver por bem. O Concelho gozará de todas as honras, privilégios, liberalidades. Quartel General de Lamego, dei posse. João da Silva Pinto. Belmonte, 26 de Agosto de 1798.”

**“Registo da Carta de Mercê De Miguel Craveiro, desta vila, Mestre de Ler desta mesma vila”**

“D. João (...) que Miguel Craveiro natural da vila de Belmonte, Comarca de Castelo Branco, achando-se vaga a Escola de Ler, Escrever Contar, e Catecismo estabelecida em Belmonte...hei por bem fazer-lhe mercê de o nomear Substituto da dita Escola por tempo de dois anos. Receberá de ordenado anual o que se achar estabelecido. Belmonte, 12 de Setembro de 1800.”

**“Registo de Patente do Ajudante José Bernardo Correia Cabral”**

“João da Silveira Pinto da Fonseca, Marechal de Campo dos Reais Exércitos (...) José Bernardo Correia Cabral, Sargento da Segunda Companhia das Ordenanças do Distrito da vila de Belmonte da Comarca de Castelo Branco..., hei por bem de o nomear e nomeio no Posto de Ajudante das Ordenanças da referida Vila e Lugares de Seu Termo, que acha vago por ausência de Filipe Antunes Torres que o ocupará. O qual posto servirá enquanto o Mesmo Senhor o houver por bem, e não mandar o contrário. Pelo que mando ao Capitão Mor das Ordenanças e ao Sargento Mor das Ordenanças. Manuel da Paixão da Fonseca Costa e Almeida, Tenente da Companhia de caçadores do regimento de Infantaria de Penamacor. Belmonte, 19 de Setembro de 1800.”

**“Registo de Patente da Eleição de vereadores para o ano de 1801 e 1802”**

Juiz de Fora, Vereadores.... hei por bem que os Cargos para que são eleitos o presente ano, e o mais tempo que decorrer enquanto Eu não mandar o contrário...

Vereadores:

Francisco de Figueiredo de Maçainhas

António de Aguilar o Mosso

José Gonçalves do Lugar do Colmeal

Procurador José de Figueiredo,

Pelo que vos mando...

Príncipe.....

Luís Vasconcelos e Sousa P.

Eleição dos oficiais da Câmara da Vila de Belmonte para o ano de 1801.”

**“Registo de Patente do Capitão João Mendes Fajardo desta vila.”**

“...tendo consideração (...) na pessoa de João Mendes Fajardo, Alferes de uma das Companhias de Ordenanças da Vila de Belmonte..., informação que se houve da sua capacidade... hei por bem o nomear e nomeio por Capitão da mesma Companhia de que é alferes, vago por promoção de Sebastião Rodrigues Cacheiro, Lisboa, 23 de Março de 1801”

### **“Registo de Patente do Alferes Luís José de Proença Fajardo**

“João Mendes Fajardo Capitão da Terceira Companhia das Ordenanças formada nesta vila de Belmonte por Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor que Deus guarde. Por se achar vago o Posto de Alferes da minha Companhia por Eu ser promovido ao de Capitão por assim o permitir Sua Alteza Real, nomeio para o mencionado posto de Alferes a Luís José de Proença Fajardo desta vila por este ser capaz tanto na pessoa como nos Bens e me persuadir de que desempenhará as obrigações anexas ao dito Posto, e tudo o mais que for ao Serviço de Sua Alteza Real, e não nomeio o Sargento por ser um homem pobre que vive de seu quotidiano trabalho,” (*sublinhado meu*), “e não ter as mais circunstâncias que se requerem. E isto havendo-o assim por bem o meu Capitão-Mor o Senhor José Nunes Tavares. Belmonte, 22 de Junho de 1801. João Mendes Fajardo.

Aprovo o nomeado para o Posto de Alferes por neste concorrerem os requisitos necessários havendo-o assim por bem o Ilustríssimo, Excelentíssimo General desta Província. Belmonte, 22 de Junho de 1801. - José Nunes Tavares Capitão-Mor. Belmonte, e 15 de Agosto de 1801.”

Não dispenso um comentário sobre esta nomeação: Nomeado para Capitão da Terceira Companhia de Ordenanças o Sr. João Mendes Fajardo, este mesmo apresenta o próprio filho para ser nomeado Alferes em vez do Sargento. As razões concretas que invoca são as de que o Sargento é pobre e, conseqüentemente, o filho do Sr. Fajardo é rico. Do sargento, nem o nome...

Foi por manhas, por vezes bem grosseiras e descaradas como estas, que se fizeram as grandes famílias de Belmonte no século XIX, famílias que, na República veremos a defender os seus direitos adquiridos, a defender Deus, e a defender a Monarquia... a fazer cantar ao pároco e ao povo: «Queremos Deus, Homens igratos!»

### **As Invasões Francesas**

No dia 4 de Junho de 1808 os sinos da Câmara tocam a rebate. Era o general Loison que, de Almeida, se dirigia a Belmonte. Reúnem-se homens, mas poucos.

Dispuseram-se de modo a que fossem vistos pelo inimigo. O castelo serviu mais uma vez ao aparato de defesa. Na Covilhã os franceses decidiram não entrar, porque tendo a cidade reunido seiscentos homens entre clérigos e leigos, e trezentas espingardas, seguiram a mesma tática de se mostrar ao inimigo.

Os franceses decidiram ficar em Caria e à volta. A Covilhã conseguiu fazer prisioneiro um francês. Souberam que tinham 3.000 homens sem artilharia. Quando arrancaram de Caria em direcção à Capinha, foram atacados e mataram alguns homens.

Junot mandou riscar a pico as armas da vila como castigo por Belmonte ter resistido.

Chegou, depois, a notícia das derrotas de Junot em Roliça e Vimeiro.

Em Abril de 1812, já de retirada, um destacamento saqueia a Beira Baixa. Na Covilhã sofrem algumas baixas. Tomam a direcção de Belmonte, Sortelha, em direcção ao Sabugal, para seguirem pelo Côa e evitar a praça de Almeida. Sabe-se que desta vez, os franceses praticaram roubos e destruição, em Belmonte.

### **Lutas Liberais**

Não há, por agora, conhecimento de factos ocorridos no concelho de Belmonte aquando das lutas liberais. Existem documentos para o Governo Civil dando conta de que no Concelho não há notícia de distúrbios ou de difusão de ideias contra o governo.

Aparece, contudo, uma tradição oral relativa a estes tempos conturbados e que podem estar relacionados com a passagem dos miguelistas pela Serra da Estrela, Aldeia do Souto inclusive, fugindo aos liberais.

Em Maçainhas, conta Ana Maria Silvestre, nem tinham que comer nem com que o comprar. Era tudo fome!

Só a minha família é que ficou rica. Sabe porquê?

Porque o meu trisavô com o chamado Brasileiro, da Vela, é que, com um cavalo, acarrejavam os mantimentos para os soldados.

Quando lhes disseram: a guerra acabou, cada um que fuja! (Seria o fim das guerras entre absolutistas e liberais?)

Eles fugiram mesmo. Naquele dia levavam o dinheiro para pagamento do exército. Ficaram cheios de libras. Isto no tempo em que dizem que mediam libras ao alqueire!

Tudo cheio de fome, sobretudo mulheres viúvas, a ter de vender para matar a fome aos filhos, e ele a comprar prédios desde Maçainhas a Rebelhos...

Daqui vem que, em Maçainhas, ainda há a chamada casa das libras. No ano passado, um dos homens que aí trabalhou em obras afirmou que ele próprio ainda lá tinha encontrado uma.

### **A Indústria de Lanifícios**

A criação da Superintendência das Fábricas de Lanifícios fez surgir novas manufacturas. Contrataram-se artífices no estrangeiro por intermédio da Junta do Comércio.

Era preciso obviar à crise que a Indústria de Lanifícios vinha atravessando, apesar de rendosa. Sendo de irradiação nacional. Tinha os grandes centros de produção nas Beiras.

Nos finais do governo de Pombal havia naquela província os seguintes teares:

- ▶ Covilhã, 72;
- ▶ Manteigas, 28;
- ▶ Belmonte, 18;
- ▶ Teixoso, 46;
- ▶ Aldeia do Mato, 5;
- ▶ Sarzedo, 4;
- ▶ Aldeia do Souto, 2;
- ▶ Verdelhos, 1
- ▶ e Areias, 1."

(...)Em 1766 manda-se atender ao bom governo e aumento das fábricas de lanifícios das Comarcas da Guarda, Castelo Branco e Pinhel, por ser isso *de utilidade pública destes meus reinos*. Os criadores de lã deixavam de ser obrigados a vender os produtos na Covilhã, pois tal recairia até sobre os que viviam naquela vila e seu termo. Doravante permitia-se que o fizessem nas vilas dos seus distritos, o que era uma forma de abrir novos teares na província da Beira<sup>318</sup>.

Deve ter dado resultado, porque, em 1797, 31 anos depois há mais fabricantes em Belmonte.

### **Agências da vila (1797)**

O Livro das Décimas da Câmara de Belmonte de 1797, resume a designação dos maneios da vila, por freguesias e ruas, uma só rua por freguesia, o que não acontece noutros documentos como o das décimas de prédios urbanos:

- Freguesia de São Tiago, Rua da Praça:
  - 1 Doutor Médico;
  - 1 Boticário e Fabricante de Panos
  - 16 Fabricantes de panos
  - 2 Fabricantes de panos com outras profissões ou cargos
  - 3 Fabricantes de panos e Lavradores
  - 1 Fabricante de panos e Criador
  - 6 Criadores
  - 18 Lavradores
  - 4 lavradores e criadores
  - 1 Mercador
- Freguesia de Santa Maria, Rua de Marrocos
  - 16 Fabricantes de panos
  - 3 Fabricantes de panos e outra profissão ou cargo
  - 1 Fabricante de panos, lavrador e Criador
  - 4 Fabricantes e Lavradores
  - 1 Fabricante e Criador
  - 18 Lavradores

<sup>318</sup> Serrão, J. Veríssimo; op. Cit. 1750-1807, p.193 e segs. Carvalho Dias, L. F. de; vol. I, p. 49; Alvará de 11 de Agosto de 1759, ampliado em 7 de Novembro de 1766, Tom. II, p. 673.

- 2 Lavradores e Criadores
- 3 Criadores

Há um total de 51 Fabricantes de panos, sendo:

- 26 na Rua da Praça,
- 25 na Rua de Marrocos, lavradores, Criadores e outras profissões ou cargos,
- 30 na Rua da Praça,
- 22 na Rua de Marrocos
- 14 Criadores (ligados por vezes a outras profissões) na Rua da Praça
- 7 Criadores (às vezes com outras profissões) na Rua de Marrocos

Nos finais do século XVIII as profissões liberais estavam já à volta da Praça. Quanto a outras profissões ligadas à lã, fabricantes e criadores havia ainda bastante equilíbrio na vila. Mas a tendência era já para uma perda de valor para a zona de Marrocos.

### **Manufacturas - Têxteis**

A consciência da importância da água da serra para o tratamento dos panos e para o bom funcionamento da manufatura dos anos foi vista com perspicácia, inteligência e pensamento no bem colectivo.

No tempo de D. Afonso V os homens da Covilhã pediram e conseguiram que el-rei determinasse que não se lavrasse a “chapa da serra, desde o Pico dos Livros ao Picoto do Monteiro (...) por causa dos serviços das caldeiras e do tratamento das lãs”.

No foral Manuelino da Covilhã nota-se uma grande facilidade dada à permuta de trabalho com os panos. Na Covilhã não se pagaria “portagem por pano ou fiado, que se mandasse fora tecer, curar ou tingir”<sup>319</sup>. Fora desta troca para tratamento das manufacturas, “de todos os panos de seda ou de lã, ou algodão, ou de linho se pagará por carga maior...” Nesta altura já se referem variedades de panos: sedas, linhos, feltros, buréis, mantas, panos baixos e grossos

Este intercâmbio, de trabalho nas manufacturas entre Covilhã, Fundão Castelo Novo com outras povoações em redor, incluindo Belmonte, vai manter-se em organização com as leis do Conde de Ericeira e depois com as de Pombal. Este intercâmbio foi sempre um modo de a tecelagem ser completada por ultimização que não era fácil fazer em qualquer localidade.

Em carta datada de 1758 (...) D. Luís da Cunha: a Covilhã chegou à última miséria. Há a maior anarquia no comércio e indústria de panos. Esta não podia competir com os tecidos ingleses, cuja entrada em Portugal fora liberalizada pelo Tratado de Mettween. Felizmente que os tecidos ingleses não chegavam muito por aqui, onde a maior parte da indústria era caseira. Em Belmonte, nos livros de “agências” até o notário e o boticário fabricam panos. Mas não conhecemos, por enquanto, notícia de que os agentes e comerciantes de lã impusessem preços de produção tanto a operários como a oficiais de oficina por conta própria, como aconteceu na Covilhã.

Com o Conde Oeiras, são estruturadas à moda de monopólio do Estado, a Real Fábrica dos Panos da Covilhã, e Portalegre, e, depois a do Fundão. Em 1764, promove-se o reequipamento das fábricas com o material mais moderno de então. Foram contratados técnicos estrangeiros.

Em breve a Real Fábrica não era capaz de satisfazer todas as encomendas, e tinha de encomendar a outras fábricas.

“... no período de dois anos, a Real Fábrica produzia 7 mil peças de fazenda, sendo 4500 obra de fabricantes particulares”<sup>320</sup>. Algumas destas fazendas iam de Belmonte, Valhelhas, Vale Formoso.

Nas melhores fábricas de então fabricavam-se os chamados panos finos, sarjas, estambres, silésias, caxemiras, etc”<sup>321</sup>.

As Invasões Francesas deixaram fábricas e gente sem capacidade para vencer a crise. Isto vai durar muito tempo. Muitos terras vão perder, quase por completo, o fabrico de panos. Outros perderão estas manufacturas completamente. Isto vai fazer com que o século XIX seja economicamente difícil.

D. Maria quis privatizar as Reais Fábricas. A Covilhã preferia que a Real Fábrica continuasse no

<sup>319</sup> Silva, Aires da; Monografia da Covilhã, p. 28.

<sup>320</sup> Id.; Id.; p.71.

<sup>321</sup> Silva, Aires da; Monografia da Covilhã.

regime anterior porque assim tinha mais acessibilidade a crédito e a encomendas. A rainha persistia na privatização. Isto fez com que a Fábrica da Covilhã fosse oferecida em hasta pública, por anúncio, e pessoalmente a vários empresários. Sem, contudo, aparecerem interessados. A crise atingiu, tinha de atingir, as terras vizinhas.

Quando, ainda no século XIX, os fabricantes particulares da Covilhã começaram a ter êxito que durou até cerca do fim da última guerra mundial, poucas terras à volta tinham condições de água e electricidade que continuassem um fabrico moderno de panos. Alguns fabricantes do concelho estabeleceram-se mesmo na Covilhã.

Em Belmonte a tecelagem, resumia-se, em 1954, a menos de uma meia dúzia de teares que teciam sobretudo mantas de trapos.

### **Expostos – Casa da Roda - Caria**

As Câmaras ficaram também, a certa altura com toda a responsabilidade dos expostos. Antes de 1895 encontram-se referências nas reuniões da Câmara de Belmonte a estas despesas que normalmente não eram as que andavam mais atrasadas.

Viria a propósito falar que, em Caria, ainda existe a Casa da Roda, com inscrição e data, e, ao que me contam, com dois berçários em pedra que, até há pouco tempo, estavam pintados de azul e côr de rosa.. A Roda era uma instituição pública que não abona muito sobre os costumes da época que muitas vezes se apresenta como exemplar perante a nossa. As conveniências, a misericórdia de muitos, e a contribuição de todos davam aos expostos o mínimo para sobreviverem. (Anexo nº 21) (Foto nº 81)



Foto 81 - Caria, Casa da Roda

### **Uma revolta no Concelho**

Em 5 de Março de 1867, faz-se uma lista de assinaturas contra as medidas financeiras decretadas pela Câmara de Deputados. Em 5 de Abril parece estalar uma espécie de revolta, porque o Administrador comunica que “a maior parte dos habitantes do Concelho fala contra os tributos impostos”.

E, em 23 de Março de 1868, a oposição vence as eleições para o deputado do Concelho para a Assembleia, por 150 votos contra 105.

A saúde, complica-se com aparecimento de diarreias sanguíneas.

### **Feiras e mercados**

Na Sessão da Câmara de 31-8-1850, o campo da feira é considerado pouco extenso “para poderem caber todos os mantimentos”, pedem para que não possam consentir-se cavalgadas presas no “circuito da dita feira”.

### **Inguias - Mercado**

Em sessão de 14-6-1876, a Junta de Paróquia de Inguias pede a criação de um mercado nas terceiras segundas-feiras do mês. A Câmara concede com isenção de impostos municipais durante o primeiro ano, e nos seguintes com impostos iguais aos concelhos.

### **Luta contra monopólios ou compra por atacado**

Determina-se, na mesma sessão que em feiras e mercados qualquer mercadoria exposta não possa ser vendida por atacado antes do meio dia, sob pena de serem multados em 1.000 réis.

Na Sessão de 27 de Julho de 1866, seis anos depois a Câmara tem de publicar posturas para evitar o monopólio de “cereais e outros quaisquer géneros alimentícios”, proibindo a compra por atacado antes da uma hora da tarde.

A mesma multa se aplica a quem antes da mesma hora “comprar por atacado queijos, galinhas,

ou outras quaisquer miudezas expostas à venda”.

As mesmas multas são aplicadas também aos “atravessadores” que comprarem os ditos géneros alimentícios nos dias de mercado e feiras, e mais dias do ano, sendo compreendido nesta postura tanto o comprador como o vendedor, por o monopólio ser prejuízo grave para classes menos abastecidas.

“Atravessadores” eram os que se atravessavam nos caminhos para comprarem os produtos antes de serem expostos no mercado.

O problema dos monopólios reaparece na Sessão da Câmara de 7-9-1859. “Os monopolistas que neste concelho forem encontrados a fazer avultadas compras de cereais, a fim de fazerem depósito, pagarão 20.000 réis de multa e quem lhos vender, 500 réis.”

### Feiras de 8 de Dezembro

A Câmara, já na República, “... resolveu criar uma feira anual em Belmonte no dia oito de Dezembro, a qual será franca por quatro anos” (Sessão de 12 de Dez. de 1917 Câmara). (Foto nº 82)



Foto 82 - Comércio de sebo, tripa e especiarias na Feira Anual de 8 de Dezembro, e 1995

### Relógio

Regulava mal, e a torre e o telhado estavam em mau estado. A Câmara decide reparar torre e telhado “e pôr em andamento de perfeição a referida Máquina visto achar-se nesta Vila de presente, um Professor daquela Arte da Nação Suíça”, por cerca de 20.000 réis, uma vez que era necessário para a Vila e povoações vizinhas (Sessão de 20-12-1854).

### Estrada Belmonte - Caria

Na Sessão de 25-10-1871, a Câmara decide pedir ao Governo dois contos cento e vinte e dois mil setecentos e oitenta e sete réis, com que o mesmo Governo tem de subsidiar o lanço da Estrada Municipal de Belmonte a Caria, até à Cruz da Légua, nos termos do Artº 20 da Lei de 15 de Julho de 1862.

Para o 2º lanço, a Câmara tem conhecimento que o Ministério das Obras Públicas concede o subsídio de dois contos duzentos e vinte e oito mil novecentos e vinte e sete réis (Sessão de 8-5-1872). É o maior empreendimento dos finais do séc. XIX.

### Calçadas de Belmonte e Caria

Respectivamente nas sessões de 4-6-1856, e sessão de 9-4-1856, decide-se fazer o calcetamento de algumas ruas. É lançado um imposto de uma jeira aos lavradores e um dia de trabalho aos jornaleiros. São impostas multas a quem não cumpra. O processo continua a ser o mesmo: o lançamento de impostos.

Na sessão de 7-5-1856, são modificadas as multas para quem faltasse: Seiscentos réis para lavradores; e 200 réis para jornaleiros.

Mesmo com estas multas as calçadas parece que não andaram nem começaram.

Vinte anos depois, em sessão de Câmara de 18-5-1876, o Presidente que se apresenta com o título de Comendador António Manuel Soares Correia Fajardo, mostra à Câmara a necessidade de começar o calcetamento na Vila. Visto isto, a Câmara deliberou começar pela Praça e Devesa onde já havia material.

### População

Na sessão de 8-8-1872, apresentou-se o senso relativo a 1864:

▶ Belmonte	1.773 habitantes
▶ Caria	1.704 “
▶ Inguias	764 “

▶ Maçainhas	520	“
▶ ▶ Total	3.761 habitantes	

Em relação a 1866, a população diminuiu.

### **Belmonte, da Guarda para Castelo Branco**

Na sessão de 21-1-1854, toma-se conhecimento do Decreto de 31 de Dezembro de 1853, bem como dos mapas que o acompanham, segundo o qual Belmonte fica fazendo parte do Distrito Administrativo de Castelo Branco.

Veremos que pela República a Guarda vai aliciar de novo Belmonte, e Belmonte aceitaria, se lhe ficassem a pertencer as povoações de Gonçalo, Valhelhas, e Famalicão. Nada resultou.

### **Comarca em Belmonte – pedido**

Na sessão extraordinária de 27-9-1854, A Câmara, Administração do Concelho, e outros cidadãos probos propõem que “muito convém a este concelho e outros circunvizinhos ser esta Vila sede de uma Comarca pela sua localidade reunindo-se para este mesmo fim parte do Concelho de Valhelhas que fica a Oeste em distância quanto muito uma légua e parte do de Sortelha que fica ao Este que dista quanto muito duas léguas...”

### **Vinho – Qualidade**

Nenhum dos produtores se dispôs a mandar vinho para a exposição de Londres a fazer em 1874, “por serem de inferior qualidade e não suportarem a viagem para Inglaterra”<sup>322</sup>. Talvez por isso a Câmara se viu na necessidade de não deixar fazer vindimas sem maturação.

### **Vindimas**

“É igualmente proibido vindimar antes do dia seis de Outubro ou antes do dia designado pela Câmara, tanto em Belmonte como em todas as povoações deste Concelho, sob multa de seis mil réis” (Sessão de 25-9-1889).

Hoje, a maior parte dos produtores são sócios da Adega Cooperativa da Covilhã.

### **Urbanismo da Monarquia à República**

Houve a preocupação de acabar com a feição rural da vila e dar-lhe um ar cidadão. Daí as propostas e posturas que se seguiram umas às outras, algumas das quais podem hoje ser lamentáveis. Na sessão de 25-9-1889, é proibido que passem carros a chiar nas ruas da Vila.

Na sessão de 3-12-1890, a Câmara decide fazer demolir os balcões que estorvarem o trânsito e desafeioarem as ruas. O balcão da família Padez resistiu até mais de meados do século XX.

Quanto a organização do Mercado, a Câmara decide reservar a parte sul do Largo Dr. António José de Almeida para venda de saragoças e cobertores (Sessão de 17-2-1911).

### **Caição obrigatória de casas e muros**

Na sessão de 30-10-1912, o vereador Constantino Tavares Simeão propõe a caição de todas as casas da vila. A Câmara decidiu “aprovativamente”.

Em sessão de 18-12-1912, as posturas em que são obrigados a cair, sobre reboco, as casas, muros dentro do perímetro de vila, isentam as casas com pedra feita à fiada e juntas betumadas. Isto, sob multa de cinco mil réis. As determinações continuam na sessão de 26 de Dezembro do mesmo ano.

O 1º Parque de estacionamento de Belmonte pode dizer-se que resultou da sessão de 22-4-1914.

“Todos os carros, carroças e trens serão depositados doravante nos seguintes locais, em Belmonte: Sítio da Carreira, sítio do adro no local em frente da Casa da forja de Caetano Monteiro, e no sítio da Tulha, para nascente da casa de Adelino Nunes.”

<sup>322</sup> Canelo, David Augusto; op. cit.; p. 129, 130.

### **Estrada de Belmonte à Estrada Real nº 55**

Em 10-10-1874, a Câmara recebe a comunicação do Governo Civil em que este dá conta de ter recebido ordens da Repartição Distrital d'Obras Públicas para proceder ao estudo do lanço da Estrada Municipal de Belmonte à Estrada Real nº 55. A Câmara decidiu fornecer elementos para o estudo.

Dois anos mais tarde, o Presidente, Sr. Comendador Fajardo, propõe que se conclua a Estrada Municipal Belmonte Caria, desde Belmonte à Estrada Real. A Câmara decide contrair um empréstimo até quatro contos, com juro até oito por cento, portanto, para pagar juros, amortização e obra (Sessão de 13-8-1876).

### **Alargamento do Concelho - Tentativas**

Em 20 de junho de 1859, o Governo Civil manda uma circular, "comunicando que o Governo de Sua Majestade se acha autorizado... para proceder à divisão, união e supressão de paróquias, exige por isso que esta Câmara dê informações, pelo que diz respeito às paróquias deste concelho."

A Câmara achou "que muito conviria que o Governo (...) anexasse à Freguesia de Inguias as povoações de Rebelhos e Valverde,... bem como a Quinta dos Trigais pertencentes actualmente à freguesia da Bendada, ficando as Inguias, assim com 230 fogos". (Nas Inquirições de 1758, Trigais pertencia às Inguias e as Cartas Militares, inclusive a última (2000), inclui Trigais em Belmonte).

"Que à Freguesia de Maçainhas, anexasse a Quinta das Olas, ficando a freguesia assim constituída com 130 fogos" (Sessão da Câmara de Belmonte de 20 de Junho de 1859).

Em 5 de Janeiro de 1867 a administração do Concelho presidida por Luís António Soares Mendes faz uma exposição ao Governador Civil justificando porque é que ao concelho de Belmonte devem pertencer outras localidades para bem de todas, pela proximidade e relações que têm com a vila de Belmonte, e "para deste modo se ver aterrado o indesculpável desprezo a que tem sido votado."

Tais são as freguesias de Orjais, Aldeia do Souto, e Aldeia do Mato, pertencentes à Covilhã; Valhelhas e Gonçalo pertencentes à Guarda; e Bendada ao Sabugal<sup>323</sup>.

A população do concelho, em 1867 era de 4.134 habitantes com menos de 1300 fogos.

9 de Agosto de 1867 - De novo o mesmo administrador pede a ampliação do concelho. O mesmo administrador requer ao Governo Civil que componha este concelho com povoações vizinhas porque "somente conta com 1233 fogos, e por falta de meios não se pode sustentar".

"Deve ser a cabeça do novo concelho de Belmonte que terá assim uns 4.774 fogos... Com as povoações de Aldeia do Mato, Aldeia do Souto e Orjais. Acrescenta que há águas a passar, mas que há a ponte das Cebolas e outros lugares de fácil passagem<sup>324</sup>.

A Covilhã responde trocando as distâncias que separavam estas freguesias, colocando-as mais longe de Belmonte do que da Covilhã.

### **Em 18 de Janeiro de 1873, um relatório das desgraças do Concelho**

Sendo administrador Joaquim António Rocha, faz um relatório das principais necessidades do concelho. Este relatório mais favorecia a extinção do que o aumento do concelho; ou então seria uma razão para se aumentar...

Falta de médico, (um Facultativo). Falta de uma Botica. Falta de ligação à estrada real Nº 55. Falta de pequenas pontes entre as freguesias e sede do concelho. Até a cadeia está deplorável, para "os infelizes que para ali são levados". Os pais retiram os filhos da escola para os meterem nos trabalhos agrícolas.

A administração do exposto está muito regular (quanto a expostos, se lembra a Casa da Roda de Caria). Os empregados e párocos estão pagos e em dia.

Vacinaram-se 82 crianças. Todos os tributos foram cobrados.

A tranquilidade pública não foi alterada.

Em 1881 aparece um novo Administrador do Concelho, João d'Oliveira Frazão Castelo Branco, que parece querer meter tudo na ordem. Acaba por ser transferido para S. Vicente da Beira, sem se saber porquê... Mas, enquanto está, é ver-se:

Em 5 de Março de 1881 repreende o Regedor de Maçainhas por não lhe ter dado conta "do mau

<sup>323</sup> Canelo, David A.; Senhores....pp.123, 124, 125.

<sup>324</sup> Id., Id. p125, 126.



estado sanitário da sua freguesia”.

Em 11 do mesmo ano e mês comunica ao Presidente da Junta da Paróquia de Belmonte que é ilegal e considere nula a contribuição lançada sobre baptizados, casamentos e óbitos.

4 de Abril de 1881 comunica ao Presidente da Câmara que está disposto a pedir providências superiores se ele não pagar os salários atrasados do trimestre findo em Março, como próprio Presidente tinha dito que pagaria perante o Governador Civil em visita ao concelho, dizendo “que para isso sempre haveria dinheiro no cofre”.

### **Covilhã anexa Belmonte**

De 22 de Fevereiro de 1893 a 7 de Fevereiro de 1897, deu-se uma aceleração política na reforma administrativa. Foi iniciada pelo Governo de José Dias Ferreira e continuada por Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro.

Na reforma de 1895, pelo Decreto dos Negócios do Reino, de 7 de 1895, o concelho da Covilhã foi classificado de 1ª ordem e Belmonte apanhou-se absorvido por este. Eram na altura cerca de 5.704 almas que, com as freguesias de Belmonte foram anexas ao da Covilhã. Belmonte 2.084; Caria 2156; Inguias 827; Maçainhas, 637<sup>325</sup>.

Nesta lufa-lufa de organização administrativa, publicaram-se dois Códigos Administrativos, o de 1895 e 1896<sup>326</sup>.

De notar, para alguns leitores melhor compreenderem, que, nos finais do século XIX, e reforçado com a publicação do Código Administrativo de 1886, o poder dos Concelhos estava dividido de modo diferente daquele em que hoje o temos. Isto continuou mesmo durante a República. Assim, a Câmara tinha o poder Legislativo. A Comissão Municipal, o poder executivo emanando este do primeiro.

É de notar, como se pôde ver, que cada Concelho fazia as suas posturas sem interferência do Governo Civil. Por isso a determinada altura, a Câmara da Covilhã pediu uma cópia do Código de Posturas de Belmonte para alguns casos pendentes serem julgados por esse Código e não pelo da Covilhã.

Actualmente as paróquias são designadas por Freguesias; e as Juntas de Paróquia por Juntas de Freguesia.

Logo durante o ano de 1895, chegam à Câmara da Covilhã pedidos de licença para construções urbanas, e, diz Rui Delgado, Belmonte “denuncia um surto urbanístico”<sup>327</sup>.

O vereador Joaquim Pignatelli é o encarregado na Câmara da Covilhã, pelo pelouro de viação e obras no extinto concelho de Belmonte (7-1-1896).

Em 14-1-1896, a Covilhã dirige um ofício ao ex-presidente da Câmara de Belmonte, em que pede que seja entregue o antigo foral manuelino do Concelho de Belmonte. Só em 7 de Maio é que o ex-presidente da Câmara de Belmonte envia o foral de D. Manuel para a Câmara da Covilhã.

Em 14-1-1896, faz-se a arrematação de impostos indirectos: Caria, 370\$020; Maçainhas, 12\$000, Inguias 50\$500.

Em 12-2-1896, A Câmara da Covilhã decidiu mandar reparar as calçadas de Belmonte.

Em 17-3-1896, gastam-se 4\$000 no concerto do relógio de Belmonte. Em 13-7-1897, pagam-se mais 5\$200 por novos concertos do relógio, e ao encarregado deste, pagam-se 10\$000.

Em 31-3-1896 a Junta de Paróquia de Belmonte pede peritos para o levantamento da planta e aprovação do local para o cemitério.

E, em 24-4-1896, a mesma Junta de Paróquia de Belmonte pede para que a responsabilidade de conservação e administração do cemitério passa para a Junta. Na verdade já não era sede de concelho, e, como os cemitérios das outras freguesias ficaria na dependência e responsabilidade das Juntas de Paróquia.

Em 7-7-1896, a Câmara da Covilhã manda reparar ruas e pontes de Caria.

Oficia-se aos facultativos de Teixoso e Belmonte para procederem à inspecção do local para o

<sup>325</sup> Delgado, Rui; História da Covilhã, segundo o senso de 1890. 1800 a 1926, 1ª Organização Administrativa, Covilhã 1991, p. 117 e segs.

<sup>326</sup> Id.; Id.; Decreto de 2 de Março de 1895 e D.G. Nº 50, de 4 de Março de 1895; Cód. Adm. de 1896, Carta de Lei de 4 de Maio de 1896. D.G. Nº 109, de 16 de Maio de 1896.

<sup>327</sup> Op. Cit. p.121.

cemitério de Caria (7-7-1896). E, em 21-7-1896, A Junta de Paróquia de Caria pede de novo a vistoria do local para o cemitério, a planta e subsídio para o mesmo.

Em 4-5-1897, o Pároco de Belmonte pede para se reparar o telhado da capela do cemitério. A Câmara da Covilhã decide mandar repará-lo em 18-5-1897, apesar de, antes, se ter decidido que passasse para a administração da Junta de Paróquia.

Quanto às questões judiciais, o Juiz de Paz de Belmonte recebe indicação de que só devem ser julgadas segundo o código de Posturas de Belmonte os casos de denúncia anteriores ao D.G. de 7 de Setembro de 1895. E pede um exemplar do Código de posturas do extinto concelho.

Comunicando o Juiz de paz de Belmonte, em 18-1-1896, que não existia em Belmonte qualquer processo de coimas no extinto concelho, a Câmara da Covilhã manda publicar editais em todas as freguesias para anunciar que o Código de Posturas em vigor passa a ser o da Covilhã (10-3-1896).

E começam a surgir e a sentir-se as dificuldades levantadas pela absorção do Concelho de Belmonte: Em 14-7-1896, o juiz de paz de Belmonte pede que se nomeie um cidadão em Belmonte para receber o depósito de coimas para evitar que, por uma pequena coima se tenha de ir de propósito à Covilhã. Negativo, por ser contra a lei.

O mesmo juiz de paz, em 1-9-1896 pede para se fazerem as audiências “do seu julgado” na sala da antiga Administração do Concelho. A Câmara da Covilhã concede, provisoriamente.

Há uma birra que vai durar. Belmonte não quis pagar, e se calhar com razão, a quantia de 15\$000 à Comissão Distrital, pelo julgamento de contas do ano de 1892 a 1894. Ainda em 10-11-1896, o Governador Civil insiste em que esta conta seja lançada no débito do concelho de Belmonte que tinham extinto! Isto era tão discutível que provocou divergências na própria reunião de Câmara aludida. Como é que uma entidade não existente tinha que pagar? E se outra entidade a Câmara da Covilhã ficou com o rendimento, o arquivo, o mobiliário, e tudo, porque não ficara com as dívidas?

Em 28-4-1896 é enviado ao Governo um projecto e proposta para criação de guardas rurais para as freguesias que tinham pertencido ao concelho de Belmonte. Vem aprovada preço Governo em 16-2-1897, com menos dois do que tinha sido proposto para Caria: Belmonte - 8; Caria - 6; Inguias - 4; Maçainhas - 3. O pior é que os guardas teriam como remuneração, só metade das mulas aplicadas, o que levava a pressão maior sobre o povo.

A Junta de Paróquia de Belmonte pede para que a residência que serviu de escola passa a servir para as reuniões da mesma Junta. É dada esta licença.

Nos orçamentos ordinários da Câmara da Covilhã começam a entrar as novas recitas das freguesias antes pertencentes a Belmonte. Assim, logo em 22-12-1896, faz-se a arrematação do imposto directo de Belmonte, por 320\$00, e outras arrematações também em Belmonte: materiais à venda em feiras e mercados, 48\$000. Outras arrematações indirectas: em Caria, 290\$000, lugar de mercado e fornecimento de madeiras, 77\$000; em Inguias, 25\$500; em Maçainhas, 10\$500

Em 28-12-1897, há arrematação de contribuições indirectas de: Maçainhas, 14\$000; Mercado de Caria, 85\$200. E em 4-1-1898, faz-se a arrematação da contribuições indirectas de Inguias, 14\$000 e do mercado de Belmonte por 210\$000.

Quanto a escolas. Belmonte, desde que foi dissolvido não pagou nem tinha com que pagar algumas dívidas. Aconteceu até com as dívidas ao Governo Civil pela revisão de contas do concelho. aconteceu com pagamentos a professores e rendas de casas a professores.

Luís Pires Soares, professor das Inguias pede que lhe paguem a renda da casa de habitação de 1893, 1894, e 1895 (Sessão de 18-1-1896).

É transferida a escola do sexo feminino de Belmonte para uma das salas do edifício da antiga Câmara.

José Olímpio Dias Antunes, professor de Caria pede a reparação da casa de escola do sexo masculino, e a regularização do arrendamento das casas de residência do professor e da escola do sexo feminino.

Este professor é convidado a comparecer a uma reunião da Câmara na Covilhã. Este convite correspondia a ter de ir. Determinou-se estipular renda para casa de residência de dois professores e casa para escola feminina em Caria em 27\$000 por ano (26-7-1897).

E o concerto da casa da escola do sexo masculino fixou-se em 6\$600 (29-7-1897).

Logo no mês seguinte (20-7-1897), o professor de Caria pede as rendas da casa de habitação

dos professores que estavam em atraso e relativas ao primeiro trimestre de 1985.

Em Maçainhas, João Correia exige 13\$500 pela renda de uma casa para a habitação do professor.

Note-se que ficou no povo a tradição de que Belmonte nunca entregou os Livros da Câmara à Covilhã, e que os esconderam em Maçainhas, na casa que ainda hoje chamam Casa da Câmara, e onde funcionou o Posto de Registo Civil. O povo diz que até lá tem uma inscrição. E tem. Mas é muito mais antiga.

### **Restauração do Concelho de Belmonte**

A filosofia dos novos Códigos Administrativos era a de que os povos que estivessem ligados a uma administração judicial (Comarca) ficassem ligados também pela administração e organização municipal. Pretendendo melhorar as condições das gentes piorava-as, porque era necessário ir mais vezes aos serviços municipais que aos judiciais, e o povo sentia-se massacrado com viagens muito mais longas e difíceis para qualquer serviço municipal. Isto não agradou e o governo deu-se conta disso. A filosofia dos Códigos precipitados funcionava ao contrário. O Governo abriu possibilidade a reclamações contra tal divisão administrativa, e estendeu esta possibilidade a quem soubesse ler e escrever ou se achasse inscrito” nas matrizes das contribuições directas”<sup>328</sup>.

O decreto de 13 de Janeiro de 1898, artigo 1º, restaura 29 concelhos, entre os quais Belmonte com as freguesias que dele antes faziam parte<sup>329</sup>. Teve relevância para este facto, a acção do Deputado Manuel Vaz Preto e o Prof. Custódio Vaz Serra.

Este mesmo diploma dissolve as Câmaras constituídas e cria Comissões Administrativas nos Concelhos.

Estas Comissões entram em funções até à eleição de nova vereação que seria feita dentro do prazo de quarenta dias, e no dia a determinar pelo Governo Civil.

A nomeação da Comissão da Covilhã chega em 1 de Fevereiro. Assim que chegou a Belmonte a nomeação da Comissão de transição, esta apresentou-se logo em 5 de Fevereiro, na Câmara da Covilhã, onde foi recebida apenas por elemento da Comissão da Covilhã, João Mendes Alçada Paiva.

A Comissão de Belmonte, através do seu presidente solicita o Arquivo e Móvel que tinham sido levados para a Covilhã, e “os elementos precisos para a organização do orçamento de recita e despesa “do concelho restaurado, como determinava o parágrafo 4º do art.5º do decreto citado de 13 de Janeiro de 1889.” (Anexo nº 25 - Restauração do Concelho)

As contribuições indirectas dos mercados e feiras de Belmonte e Caria, a Comissão de Belmonte já não as pôde receber porque já tinham sido arrematadas e segundo o que determinava o mesmo decreto. Fica sem a contribuição indirecta de Maçainhas (14\$000) catorze mil réis; sem as taxas do mercado de Caria, 85\$000; sem a contribuição de Inguias, 23\$000, e sem a taxa do mercado de Belmonte 210\$000 (Sessão da C.M.C. de 28 de Dez. 1897; e Sessão de 4 de Jan. de 1898).

Belmonte requer, então as que não tinham sido cobradas ainda pelo concelho da Covilhã, isto é, as indirectas de Belmonte e Caria.

E daí para frente não há mais referências ao que tinha de ser distinto entre a passagem da libertação do concelho de Belmonte do da Covilhã. Depois de 28 meses de absorção pela Covilhã, Belmonte seguiu até hoje, independente.

### **Comentário**

Vê-se que a Câmara da Covilhã, de um modo geral recebeu, pelo menos, os pedidos que lhe eram feitos pelas freguesias do antigo concelho de Belmonte, e foi atendendo alguns, talvez para justificar a anexação ou minorar os seus maus efeitos. Mas dificuldades de deslocação embora poucas vezes referidas por escrito, eram evidentes, e plenas de razão. Por insignificâncias como uma pequena coima, os cidadãos tinham de gastar tempo, perder dias, andar léguas. Um pouco, embora melhor, como é ainda hoje, embora se tenha de ir mais de uma vez à sede longínqua do Concelho ou da Comarca para arrancar autenticamente uma certidão ou menos que isto. Para descentralizar ou reorganizar a administração continua a impor-se a inércia, para evitar complicações que possam ter prejuízos políticos, e para aumentar os inconvenientes dos que têm de se sujeitar, embora muito

<sup>328</sup> D. G. Nº 124, de 5 de Junho de 1896.

<sup>329</sup> Decreto do Ministério do Reino, D.G. Nº 11, de 15 de Janeiro de 1898.

fartos. É que, politicamente, os grandes têm mais peso e força.

No caso de Belmonte o ter de ir à Covilhã, só por motivos judiciais continua a faltar, como a outros concelhos. Pode ser que o fracasso comumente aceite de que hoje a aplicação da justiça é um fracasso até na demora de aplicação e na acumulação de processos, leve a pensar que noutros tempos isso não foi assim, e há concelhos que podem constituir-se em comarcas.

### **Política reaccionária**

Já em 18 de Janeiro de 1873(?), o Administrador dizia que a tranquilidade pública não tinha sido alterada.

Em 21 de Março de 1883, o Administrador José Alves Padez, responde a circular urgente e confidencial do Governo Civil de 19 do corrente, e diz: "... que este concelho é essencialmente liberal e por isso d'ideias opostas aos partidos reaccionários, e nem me consta que actualmente n'este Concelho haja indivíduos ou associações que façam propaganda reaccionária quer política quer religiosa.

Pode V<sup>a</sup> Exa. estar certo que procederei como me cumpre contra quaisquer associações ou indivíduos que porventura apareçam com aquele fim, dando ao mesmo tempo conhecimento a V. Exa. Deus guarde..."<sup>330</sup>

### **Política**

"O 31 de Janeiro

Reunião extraordinária de 13 de Fevereiro de 1891

(...)Nesta sessão a Câmara deliberou enviar a El-Rei a seguinte mensagem: Senhor, A Câmara Municipal do Concelho de Belmonte, reunida hoje em sessão extraordinária, deliberou juntamente com o seu Presidente, que actualmente desempenha as Funções de Administrador do Concelho, apresentar a Vossa Majestade os protestos da mais fervorosa adesão aos princípios monárquicos, lamentando os criminosos acontecimentos realizados no Porto, em 31 de Janeiro último. Senhor, esta Câmara deplora profundamente este facto, que é um monstruoso atentado contra as leis, e contra os interesses do País, e afirma junto do trono de Vossa Majestade a adesão deste Município à Família Real Portuguesa. Deus Guarde a preciosa vida de Vossa Majestade como todos havemos mister."

### **República – transmissão pacífica de poderes**

"Sessão extraordinária de quinze de Outubro de 1910. Aos quinze dias do mês de outubro de mil novecentos e dez, nesta vila de Belmonte e Secretaria Municipal compareceram os Srs.: José Henriques Pereira de Sousa, José Pacheco, António Pereira Neves, e José Caetano Vaz, membros da Comissão Municipal Republicana electiva, como fizeram cientes pelo Alvará do Ex.mo Governador Civil do Distrito de treze do corrente, e estando presente o ex-Presidente da mesma Câmara, Sr. Manuel Alves Padez, por este foi dada posse aos referidos membros, depois do que prestaram o juramento da lei, resolvendo nomear como vice-presidente o vogal José Pacheco, e que as sessões ordinárias terão lugar nas quartas de cada semana, por doze horas da manhã. Nesta sessão a Comissão Municipal resolveu dividir os pelouros pela forma seguinte: Em Belmonte, José Pacheco; em Caria, José Caetano Vaz; e Inguias e Maçainhas, António Pereira Neves..." (Sessão de 15-10-1910).

### **Alguma instabilidade política também se fez sentir em Belmonte**

Em 16-4-1915, a Câmara aprecia e vota um pedido de solidariedade proposto da Câmara de Lisboa de não acatar o decreto de 24 de Fevereiro do corrente mês bem assim qualquer contra medida tomada pelo Governo, as quais julga ditatoriais e ofensivas da Constituição. A Câmara de Belmonte "apreciando a moção, resolveu solidarizar-se (...) votando-a por maioria, com a declaração, porém, do vereador P.e António Lourenço Baltazar, de que não votava por envolver assuntos políticos, visto ele não ser político e do vereador António Martins Leal, que votou contra a moção." Na falta do Presidente da Câmara Municipal, esta sessão foi presidida pelo vice-Presidente João Baptista. (Sessão de 16-4-1915). Começam as divergências mesmo entre os Republicanos.

<sup>330</sup> Canelo; id. p132.

## **República – A vida do Concelho através das sessões da Câmara**

As preocupações da Câmara são, em parte, continuação das preocupações dos tempos da Monarquia. São as fontes; os cemitérios; é a estrada Estação de Belmonte-Inguias; a passagem de nível e outros problemas relacionados com o Caminho de Ferro; a iluminação e electrificação; e sobretudo a criação de escolas.

Nota-se mais actividade depois da implantação da República. E nota-se também que as povoações reivindicam mais, sobretudo em ter cemitérios nas próprias localidades.

Há uma pressa e pressão do Governo para instalar o porto G.N.R., bem explicável para uma República que precisa e quer consolidar-se.

Nota-se alguma animosidade contra os que antes tinham servido a Monarquia. Esta animosidade vê-se, por exemplo, no tratamento do Tesoureiro Abílio António da Fonseca (o Sr. Abílio!) e amanuense, Alípio Santos Fonseca. Há uma pretensão de substituir funcionários, o que acontece com os Guardas rurais, mas o Governo Civil diz que só com remissão depois de processo disciplinar.

Alguns vereadores faltam sem justificar as faltas para o que são chamados à atenção.

Procede-se à plantação dos terrenos baldios da Câmara, e, depois, à venda, em parte, dos mesmos baldios.

É o que se pode deduzir de algumas das decisões da Câmara

## **Capela de São Francisco**

Em 1826, a respeito dos «objectos e móveis da Misericórdia que possuía uma Igreja demolida com seu campanário e um sino, em terreiro público...» (Anexo nº 24)

Uma das primeiras preocupações da Comissão Republicana Electiva foi acabar com a Capela de São Francisco (Sessão de 16-11-1910). Era uma capela tão grande ou maior que a igreja paroquial de S. Tiago, e era sede de funcionamento da Santa Casa da Misericórdia de Belmonte, como antiga Capela do Espírito Santo.

Desta capela ou de uma destas capelas, se retirou a lápide da primeira sinagoga de Belmonte com data de 1297, a pia baptismal manuelina que agora se encontra no átrio dos Paços do Concelho de Belmonte, e o arco manuelino que ainda está à entrada da Quinta das Amoreiras, em Caria. Isto é referido noutro lugar.

A Junta de Paróquia era constituída por um padre afecto à República, o P.e António Baltazar, e o Presidente da Comissão Republicana Electiva era um judeu, José Henriques Pereira de Sousa. O P.e Baltazar vai aparecer como não votando uma proposta de adesão à Câmara Municipal de Lisboa por a encontrar de carácter político, e ele não ser político.

Contudo, pela apreciação dos documentos parece pressentir-se uma concertação entre estas entidades da revolução.

É de notar, como se diz noutro lugar, que o P.e Baltazar ainda viria a fazer parte de uma comissão pra a restauração da Misericórdia de Belmonte, em 1931, ligado a um monárquico. (Anexo nº 24)

A Comissão, “tendo conhecimento de que tendo a Junta de Paróquia tinha mandado demolir a capela de S. Francisco e tendo esta Comissão a intenção de mandar fazer um cais em frente das oficiais escolas desta Vila, resolveu solicitar daquela corporação a pedra suficiente para e referida obra” (Sessão de 10-2-1911). Este cais é o que ainda está no Largo António José de Almeida.

“Um officio do Presidente da Comissão Paroquial Administrativa de Belmonte dando conhecimento de que deliberação na sua sessão de 22 de Novembro próximo findo, cede para as obras do Largo Dr. José d’Almeida, para o projectado muro, em frente das escolas oficiais desta Vila, a pedra da capela a demolir no referido largo Dr. António José d’Almeida. A Câmara aceita a oferta e que se lhe agradeça”.

Portanto, as Escolas Officiais da vila de Belmonte eram as casas que ficam a noroeste do centro do Largo referido, e que ainda alguns chamam de Largo de S. Francisco.

## **Água, Fontes e Chafarizes**

Ainda antes da república se notam preocupações com o abastecimento e qualidade da água.

José Luís Rebelo, secretário da Administração do Concelho pede para se fazer exploração de água e reparação de uma fonte pública, em Malpique (Sessão de 27-4-1910).

Fazem-se reparações nos Chafariz Pequeno e da Fontinha (Sessão de 17-8-1910).

A Câmara paga reparações na Fonte Grande (Sessão de 20-10-1907).

A Câmara resolveu encarregar o Presidente da Junta de Paróquia de Caria de “fiscalizar as obras municipais de exploração e canalização” das águas em Caria (Sessão de 22-12-1911).

O Sub-Delegado de Saúde comunica que a Fonte do Castiçal, lança larvas juntamente com a água. Pede que seja limpa e se façam obras, o que será conveniente fazer também em todas as fontes do Concelho. A Câmara assim determina (Sessão de 24-7-1912).

### **Eucaliptos**

O Governador Civil manda à Câmara algumas sementes de eucalipto, “mostrando-se a conveniência da plantação e semente de tal árvore. A Câmara deliberou se cumprisse” (Sessão de Câmara de 11-2-1874). Pode comentar-se, hoje que se ataca o eucalipto, como os tempos mudam...

### **Arborização**

A Câmara decide mandar semear de mata de giesta, pinho e eucalipto todos os terrenos municipais incultos (Sessão de 26-10-1910).

O P.e Baltazar propõe que se plantem árvores no Largo Dr. António José d’Almeida (Sessão de 22-4-1914). Ainda existem muitas destas árvores, atrás da estátua de Pedro Álvares Cabral.

### **Baldios – arborização e, depois, venda**

“... resolveu proceder à arborização dos baldios e logradouros e lugares públicos de Belmonte” (Sessão de Câmara de 21-9-1915).

Procede-se à venda de Baldios do Tinto, Cecília, Laje da Fidalga, e sítio ou lugar do Claro.

Em 22-5-1918, “... a Comissão resolveu pôr em arrematação os baldios denominados do Tinto e da Cecília, limite de Belmonte e bem assim um outro baldio no sítio da Laje da Fidalga, também do limite de Belmonte, nos termos do Nº 2 do artº 14 da lei...”

Em, 3-7-1918, faltaram os vogais P.e António Vaz Barreiros e Manuel Alves Pacheco. Contudo, “tendo sido posto em praça a arrematação do baldio municipal denominado o Tinto, foi a mesma propriedade entregue a Francisco Costa de Belmonte pelo preço de 105\$000”. Escreve o chefe interino José Joaquim Monteiro.

“... foram entregues o denominado da Cecília a António Alves Barreiros, desta Vila, pela quantia de (300\$03 escudos) trezentos e três escudos (sic), e o último dos baldios da Laje da Fidalga, a Alexandre Salgueiro, funileiro nesta Vila, pela quantia de (22\$00) vinte e dois escudos... ficando o Tinto para ser arrematado no primeiro dia de sessão.” Os vereadores que faltaram foram arrematantes de baldios que tinham decidido vender.

Na sessão de 4-12-1918, “Resolveu a Comissão o seguinte: Pôr em arrematação um baldio no sítio da Laje da Fidalga, limitado pelo Ribeiro que vai do Chão Longo e pelo caminho público e prédios de Alfredo Baptista. Outro no sítio do Clara ou Lugar do Clara que parte com Maximino de Matos e José Pina Sénior... E eu Firmino Baptista Monteiro, chefe da Secretaria...”

Assinam: P.e António Lourenço Baltazar, José Pedro Soares Mendes, António Gonçalves d’Amoreira.

### **A Câmara**

Em 22-9-1911, a Câmara era constituída por:

Presidente, José Henriques Pereira de Sousa; vereadores: José Pacheco, José Caetano Vaz, António Pereira Neves, João Palmeirão.

### **Empregados da Câmara**

Um ofício do Tesoureiro reflecte divergências que podem ser políticas..

Este queixa-se, em ofício, de ter sido censurado na reunião de 28 de Dezembro por não ter feito o pagamento do pessoal do Município no sábado último, dia da Família. O ofício do Tesoureiro, Abílio António da Fonseca foi enviado para ao Governo Civil (Sessão de 10-2-1911).

Em Sessão de 4-8-1911 o Tesoureiro, Abílio António da Fonseca, decide pedir um mês de licença para tratar de sua saúde. Junta atestado médico, e é-lhe concedida.

O Amanuense Alípio Santos Fonseca é castigado com quinze dias sem vencimento, depois de depoimentos diversos, e por ter acintosamente faltado e repetidas vezes, envolvendo uma suposta autorização do Vice Presidente José Pacheco.

Nota-se alguma colisão entre a Câmara Republicana e os que o não eram.

O procedimento para com os vereadores faltosos é, e tinha de ser, completamente diferente. Nesta mesma sessão se fixaram Posturas sobre pesos e medidas.

### **Distribuidor**

A Câmara resolve pedir ao Governo um distribuidor efectivo para a Vila, visto os distribuidores rurais se desempenharem com extrema dificuldade a acumulação de serviço (Sessão de 22-12-1911).

### **Faltas de vereadores**

Na sessão de 11-9-1912, as mesmas faltas e presenças da sessão anterior. Este é um dos assuntos que revelam divergências políticas mesmo entre os republicanos.

### **Mais faltas de vereadores**

Na sessão de 16-10-1912 acontecem novas faltas. Presente o Presidente, António Esteves Gomes. Vereadores: Constantino Tavares Simeão, e o substituto Alexandre Gomes. Faltaram sem justificação: José Manuel Videira, José Pacheco e João Palmeirão.

Na sessão de 18-12-1912, novas faltas. Presidente: António Esteves Gomes. Vereadores: Constantino Tavares Simeão, António Simão Portugal, faltando sem motivo justificado os vereadores: José Manuel Videira e João Palmeirão. Assistindo também a Autoridade Administrativa:

Presidente: António Esteves Gomes. Vereadores: Constantino Tavares Simeão, António Simão Portugal, faltando sem motivo justificado os vereadores: José Manuel Videira e João Palmeirão. Assistindo também a Autoridade Administrativa (Sessão de 18-12-1912).

### **Continuam as faltas da Vereação**

Para responder ao Governo Civil, a Câmara oficia aos vereadores António Lourenço, João Plácido David, António Simão Portugal, Alexandre Gomes, João Palmeirão se desejam vir às sessões da Câmara a que faltam desde 14 de Fevereiro de 1912 (Sessão de 14-5-1913).

### **Administrador – P.e António Baltazar**

A Câmara resolveu, telegrafar ao Governo Civil, “pedindo a conservação do actual Administrador, julgando assim interpretar o sentir da maioria deste concelho” (Sessão de 22-4-1914).

O P.e António Lourenço Baltazar, considerado mal pela Igreja por ser pensionista da República teve uma grande actividade no concelho, resistindo mesmo às ironias de alguns, como se verá. Teve posições discutíveis ainda como Presidente da Junta da Paróquia. Mas foi talvez o Vereador, Administrador, e Presidente de maior actividade, na década de 1910.

Iremos encontrá-lo, o que revela muita evolução ou força, ou acomodação política, vamos encontrá-lo como Pároco de Belmonte em 1931, e como elemento interveniente na tentativa de refundar a Misericórdia de Belmonte, juntamente com o antigo Tesoureiro da câmara, Abílio António da Fonseca..

Nesta mesma sessão da Câmara foi regulamentada também a limpeza das ruas, a fazer pela Câmara ou por quem as arrematasse.

Igualmente se pagou a José Milagre por reparações feitas nos Paços do Concelho (Sessão de 22-4-1914).

### **Castelo**

O P.e António L. Baltazar propõe, entre outras coisas, que se retirasse da verba das calçadas “a importância necessária para reparar a muralha do castelo (Sessão de 22-4-1914).

## **Castanheiras**

A Câmara aprovou que se oficiasse o Secretário de Finanças, pedindo-lhe uma nota numerária de quais as contribuições que para este concelho pagam as Castanheiras, na paróquia de Caria. Proposta de João Palmeirão (Sessão de 22-4-1914).

## **Ordenados - aumento**

Por proposta do vereador P.e António Lourenço Baltazar foi decidido aumentar os ordenados dos funcionários municipais segundo o Código Administrativo de sete de Agosto de mil novecentos e treze (Sessão de 25-11-1914).

## **1915**

João Palmeirão, vereador, é eleito, para substituição, para a Comissão Executiva (16-4-1915).

## **Caria**

"...a Câmara tendo em atenção a atitude tomada pelos vereadores pertencentes à freguesia de Caria na Sessão de vinte do corrente confirmada pela local inserta no "O Século", nº11.901, de 27 de Janeiro corrente (sic), que é do teor seguinte: "Caria (Beira Baixa) – (C) Uma comissão composta de várias pessoas, analisando a atitude tomada por alguns vereadores na sessão plenária de vinte do corrente, onde foi manifesto o nenhum cuidado que lhe mereceram os benefícios que esta freguesia necessita e aos quais terão direito, atendendo a que é a que mais contribui para o cofre do município, incluindo a sede de concelho, vai promover...(Sessão de 21-9-1915).

## **Constituição da Câmara em 12-9-1917**

Presidente: José Pacheco; vogais: Martinho Gomes Pinto Leite, Artur Robalo, José Martins Ribeiro, António Antunes Ribeiro, Cândido Diogo Henriques, Luís Gonçalves Nabais, Manuel Alves, José Marques, Manuel Mata da Fonseca Pina, João Palmeirão, Luís d'Almeida Campos, António Martins Leal, David Luís Gonçalves e João Baptista. Nota-se uma grande remodelação. Alguns dos anteriormente faltosos fazem parte deste elenco.

## **Cemitérios**

### **Cemitério de Belmonte**

Já em 6 de Janeiro de 1853, há uma reunião convocada pelo Presidente, reuniu vereação, administração e alguns cidadãos. Solicita-se que as obras do mesmo decorram com asseio e o mais rapidamente possível.

### **Cemitério de Malpique**

José Luís Rebelo apresenta requerimento pedindo se faça um cemitério em Malpique, e oferece o terreno. A Câmara é favorável e toma as decisões necessárias quanto a orçamento e Delegação de Saúde (Sessão de 10-2-1911).

Foi à praça a construção do cemitério de Malpique, atribuída aos empreiteiros Tomás Lourenço e João Augusto Mendes, os dois residentes em Caria, pelo preço de cento e quarenta mil réis (Sessão de 7-4-1911).

### **Cemitério Carvalhal**

António Esteves Gomes, em representação dos habitantes do Carvalhal pede a construção de um cemitério (Sessão de 17-2-1911)

Foi presente o processo e planta (...) de um cemitério na povoação do Carvalhal". Foi marcada a arrematação (Sessão de 19-5-1911). Em sessão de 9-6-1911 foi entregue ao empreiteiro José Dias de Brito, residente em Inguias por cento e cinquenta mil réis.

### **Cemitério da Gaia**

Vários habitantes da Gaia apresentam requerimento pedindo a construção de um cemitério. O



Presidente diz que se deve falar primeiro com os requerentes. O vereador João Palmeirão protesta da decisão porque os da Gaia têm tanto direito, pelo menos, como os de Malpique. O Presidente contesta o vereador dizendo que ele não indeferiu o requerimento (Sessão de 17-2-1911).

### **Cemitério de Caria**

Põe-se em arrematação o fornecimento e colocação de gradeamento em ferro forjado para o cemitério de Caria (Sessão de 30-6-1911).

### **Ensino – Escolas**

#### **Da Monarquia à República:**

Na segunda metade do séc. XIX, a instrução pode ver-se do relatório que se segue.

O Relatório sobre a Instrução Pública no concelho em 1864/65, refere em primeiro lugar que a “crise parece querer perpetuar-se neste concelho”.

“Das três escolas que neste concelho existem, uma está vaga, outra tem sido regida interinamente”. A de meninas, em Belmonte está vaga, por falta de pessoa que tenha habilitações para reger, nem sequer interinamente. A masculina foi provida, mas o professor não apareceu a tomar conta do lugar. É regida, em acumulação, pelo secretário da Câmara. Mas nota-se que funciona irregularmente, até porque há alunos que a abandonam “quase totalmente”. (Foto nº 83)



Foto 83 - Uma das escolas de Belmonte

Frequentam esta escola de 15 a 40 alunos todos do sexo masculino<sup>331</sup>.

Em Caria, a escola tem funcionado regularmente. Além disso no Inverno abre uma aula nocturna para “gente trabalhadora” e, no verão, outra para meninas.

“Frequentam regularmente a escola de 30 a 72 alunos todos do sexo masculino. Do sexo feminino tem 9 alunas”.

Seria um estudo a fazer o de saber a relação entre o melhor funcionamento da Escola em Caria e os muitos homens formados e ilustrados que aqui houve, mais que noutras freguesias.

### **Inguias**

Em 18 de Agosto de 1886, a Câmara faz uma grande exposição das razões por que se deveria criar uma escola (cadeira do sexo masculino) nas Inguias. Esta exposição ao Governador Civil baseia-se numa outra da Junta de Paróquia. Entre muitas outras razões alegam que a freguesia tem 695 habitantes e 116 meninos até à idade de 14 anos, e pretendem que essa escola sirva a Rebelhos e Valverdinho<sup>332</sup>.

### **Gaia**

Em 21-7-1909, José Luís Rebelo, em nome dos habitantes da Gaia, solicita a criação de uma escola mista. A Câmara decidiu assumir as responsabilidades.

### **Biblioteca e Escolas**

Ainda nos tempos da Monarquia, a Câmara decide criar uma receita de 20.000 réis para criar uma Biblioteca Popular segundo Decreto de 2 de Agosto de 1870, e para comprar os utensílios para escolas diárias nocturnas.

Nos tempos da República, quarenta e um anos depois e logo em 1911, o Director Geral da Instrução Secundária pede para ser informada sobre se existe biblioteca, quantos livros, se tem empregados, quantos, quanto recebem, quem paga e se está aberta a leitura pública. A Câmara

<sup>331</sup> Canelo; Id. Pp.114,115,116.

<sup>332</sup> Canelo, Id; pp.121,122.

responde que o número de livros é reduzido, estão a cargo do Secretário da Câmara, e não tem sido frequentada (Sessão de 17-3-1911).

Ficamos sem saber o que resultou das diligências da Monarquia. Estaria a ideia da instrução mais na intenção dos políticos do que na mentalidade e possibilidades do povo? Ou não passou do papel?

A República toma medidas gerais quanto ao ensino e escolas do concelho.

A Câmara toma medidas e compromissos quanto a escolas de Caria, Monte do Bispo a criar brevemente, Maçainhas, Colmeal e outras (Sessão de 10-2-1911).

Esta acção vai ser apreciável. O desinteresse das classes mais modestas era mais uma necessidade de trabalhar na economia da família. Esta causa de pouca frequência não vai acabar; mas com a criação de escolas, preparação de professores, com novas perspectivas que a revolução abriu a quem estudasse, e a presença permanente dos professores, o ensino primário evoluiu. É natural que a República tivesse trazido vontades novas e nova gente.

### **Castanheira**

Do inspector escolar da Covilhã apresenta-se o “ofício nº 59, de 27 do corrente, dando conhecimento de que tem de organizar o processo de criação de uma escola mista no lugar das Castanheiras, freguesia de Caria deste concelho.” Pede cópia da decisão da Câmara sobre pagamento de casa para a escola e residência para ao professor, mobília e material. “A Câmara resolveu assumir todos os fornecimentos necessários...” (Sessão de 29-9-1911).

### **Ensino – Método João de Deus**

“...tendo requerido para esta Vila uma missão das escolas móveis pelo método João de Deus e que está funcionar já desde o princípio de outubro findo, propunha que a Câmara tomasse a responsabilidade pelo pagamento de metade da despesa mensal na importância de quinze mil réis. A Câmara decidiu aprovadamente e tendo conhecimento de que alguns subscritores se propõem auxiliar aquela missão resolve que àquela verba se deduza mensalmente a importância que a subscrição produzir” (Sessão de 15-12-1911).

### **População escolar**

Belmonte: Escola do sexo masculino:46 alunos; sexo feminino, trinta e dois. Caria: Masculino,52; feminino, 21. Enguias, masculino 16; feminino, 16. Maçainhas: masculino, 9; Malpique: mista, 14; Carvalhal: mista, 25 (Sessão de 6-3-1912).

### **Inguias**

Aprovadas verbas para o expediente necessário das escolas do Concelho e para aquisição de mobiliário para a escola masculina de Inguias

### **Colmeal**

Proposta pelo Vereador José Pacheco a criação de uma escola mista no Colmeal. A Câmara toma as decisões necessárias e favoráveis (Sessão de 27-3-1912).

### **Curso nocturno**

Criação de um curso nocturno gratuito para adultos, na Vila. A Câmara compromete-se a pagar sessenta mil réis pela gratificação e luz (Sessão de 13-11-1912).

### **Caria**

A Junta de Paróquia oficia para que a Câmara se responsabilize pelos fornecimentos à escola feminina (2º lugar) que já fora requerida. A Câmara responde que oficial pedindo a criação da escola não é criá-la. Não se acha urgente criá-la porque desde 1909 a 1911 a escola existente teve a média de vinte e um alunos (Sessão de 14-5-1913).

## **Malpique**

Aprovado arrendar uma casa a José Costa para nela funcionar a escola mista de Malpique, logo que estivessem prontas as obras (Sessão de. 25-5-1918).

## **Belmonte, 2º grau**

Um ofício da Inspeção pede autorização para Maria da Conceição Albuquerque Carvalho e António Martins Paiva exercerem as funções de professores e pede que as turmas do 2º grau funcionem no edifício Bermudes. Pede ainda o mesmo inspector que seja comunicada a data da exoneração do professor Joaquim da Costa Quintela e seja posto o seu lugar a concurso. Outros ofícios para pagamento aos professores. Um ofício do Professor João do Reis Tavares comunicando que entrou em exercício, por ter terminado a tempo de comissão de serviço, por despacho de 13 de dez. de 1913. O Professor das Inguias Luís Pires Soares pede material para a escola, porque o que lá estava era seu. A Câmara quer indemnizá-lo. Ele diz que o vai retirar... (Sessão se 5-8-1914).

## **Inguias**

Em 21-1-1915, paga-se a António Vaz Barreiros as despesas com a reparação da escola de Inguias.

## **Estação Caminho de Ferro**

### **Caminho de Ferro – Beneficiações.**

Em 21-7-1909, a Câmara oficia à Companhia Real dos Caminhos de Ferro e ao Ministro de Estado e Deputado da Nação, Conde Penha Garcia, pedindo melhoramentos na Linha da Beira Baixa. A Companhia responde que está tomando em conta o que se pede. (Foto nº 84)



Foto 84 - Estação de Caminho de Ferro "Belmonte-Manteigas", com o madeiro em primeiro plano

### **Passagem de Nível Estação de Belmonte-Inguias**

Em 16 de Abril a Câmara recebeu um ofício da Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Baixa, dizendo que autoriza o atravessamento da linha férrea pela estrada para as Inguias ao quilómetro 183,250 B. B., desde que a Câmara se responsabilize pelo pagamento de 69.000 réis para o estabelecimento de passagem e de 452.000 réis para construção de casa para a Guarda. A Câmara responde que pretende anular a passagem a sul da estação para o Carvalhal, e o dinheiro desta casa a Companhia o transfira para a passagem preferida da estrada para as Inguias. Por isso a Câmara se responsabilizará só pela importância da passagem. (Sessão de 14-5-1913)

A Câmara propõe que a Estrada para Inguias em vez de passar a Sul da Estação, passe a Norte, por servir melhor as populações de Carvalhal e Inguias e outras populações e por ser mais económico para a Câmara. E apresenta o parecer técnico que é favorável .

“Que a directriz da variante deverá partir do Largo da Estação, seguindo paralelamente ao Caminho de Ferro, na direcção nordeste, atravessando a curva além da agulha para seguir em linha recta até à junção das duas ribeiras, ponto escolhido para ponte, entrando em seguida no caminho do Carvalhal às Inguias (Sessão de 24-7-1912).

### **Estrada Estação de Belmonte-Inguias**

No Diário do Governo de 21 de Junho vem publicado o decreto que a manda incluir no plano geral das estradas. Que a Câmara faça o competente orçamento para ser aprovado superiormente. A Câmara decide organizar o competente orçamento e oficiar à Caixa Geral de Depósitos pedindo um nota do fundo de viação e respectivos juros...” (Sessão de 30-6-1911).

As expropriações são decididas também (Sessão de 4-8-1911).

Decide-se pôr em arrematação a ponte.

Marca-se a arrematação da ponte sobre a ribeira da estrada Estação – Inguias.

Em primeira haste pareceu unicamente o empreiteiro José Gonçalves Rebordão. Por ele foi oferecido o preço de um conto e novecentos mil réis. A Câmara decidiu não entregar, reservando-se para a sessão seguinte.

Foi de novo à praça a arrematação da ponte sobre a ribeira das Inguias. Foi entregue ao empreiteiro José Gonçalves Rebordão do Fundão pela importância de um conto quatrocentos e cinquenta mil réis. A Câmara pagaria a mais o que se gastasse se as fundações excedessem o que estava previsto. Cada arco da ponte mediria seis metros lineares. Foi resolvido pôr em arrematação os aquedutos da mesma estrada que iriam à praça pela base de licitação de seiscentos e onze mil oitenta e quatro réis. A arrematação seria em treze de outubro futuro (Sessão de 15-8-1911).

Augusto Hermínio Leitão diz que cede os terrenos gratuitamente, com a condição de lhe deixarem abertos os caminhos. António Ferreira da Cunha diz que como não conhece a planta, espera pela expropriação (Sessão de 27-10-1911).

### **Apeadeiro de Maçainhas**

A Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses comunica em ofício nº 4058, de 17 de Julho, informa que, por falta de estradas entre Maçainhas e outras povoações não pode satisfazer ao solicitado pela Câmara acerca da construção do apeadeiro. Se os interessados quiserem suportar as despesas a Companhia não terá dúvidas em examinar o assunto (Sessão de 5-8-1914).

### **Condes de Belmonte**

Foi presente uma proposta do procurador substabelecido do Conde de Belmonte para aquisição, por parte da Câmara, de dois mil setecentos e sessenta metros quadrados... no sítio do Gadanho e de mil trezentos e oitenta de terra baixa no sítio de Entreáguas, tudo pertencente a D. António José de Siqueira Freire e D. Carlota Isabel de Figueiredo Cabral da Câmara, no preço de cinquenta réis cada metro quadrado cujo terreno é destinado à construção da estrada municipal da Estação de Caminho de Ferro de Belmonte a Inguias.” A Câmara, achando razoável a proposta, resolveu aceitar (Sessão de 5-6-1912).

Posição contrária tomou a Câmara quanto a outros casos de famílias radicalmente monárquicas, alegando-se em acta de sessões que o que pediam de indemnização era exagerado.

Paga-se a todos os outros indivíduos com quem se tinha tratado a expropriação dos terrenos para a construção do segunda tarefa da estrada municipal de Inguias (Sessão de 22-4-1914).

### **Feriado Municipal – 3 de Maio ou 17 de Abril?**

Sessão de 17-2-1911. A Câmara resolve transferir de 17 de Abril para 3 de Maio o feriado a que se refere o decreto de 12 de Outubro de 1910.

A Guarda Republicana de Castelo Branco, em ofício nº 418, de 5 de Maio pede à Câmara para comunicar qual o dia escolhido para feriado camarário. A Câmara respondeu que escolhia o dia 17 de Maio (Sessão de 14-5-1913).

Parece que mudava segundo a sensibilidade das Câmaras. Noutra lado se verá que era dia 16 de Maio em vez de 17.

### **Facultativo**

Nesta data é facultativo de Belmonte Dr. Augusto Anibal Leitão. (Sessão de 10-2-1911)

Foi uma grande luta que o concelho travou e vê, enfim, resultar em êxito.

### **Finanças Câmara**

Pagas quantias despendidas para reparação da Repartição de Finanças a António Vaz Barreiros e António Alves Barreiros (Sessão de 22-4-1914).

## **Posto da Guarda Nacional Republicana**

Pela sequência e frequência de pedidos e exigências se vê a pressa e pressão para montar o posto da G.N.R. É Ver:

Em 13-3-1912(?) o Governo Civil oficia sobre a instalação de um quartel misto de infantaria e Cavalaria da G.N.R.

Na sessão de 27-3-1912, a Câmara recebe telegrama do Governo Civil para dizer se já tem casa e mobiliário para a instalação do quartel da GNR A Câmara responde que já oficiou que está tratando de casa e mobiliário.

Em 22-5-1912, do Comando da G.N.R. recebe-se pedido de informação sobre se já foi adquirida casa para instalação da mesma Guarda, e em segundo ofício se já está efectuado o arrendamento da casa para o mesmo fim.

Em três ofícios da Administração deste Concelho para a Câmara se comunica que é provável que o Capitão Artur José da Silva Pereira visite, venha a esta Vila inspeccionar o quartel, em 31 de Maio corrente.

Na sessão de 5-6-1912, o P.e António Vaz Barreiros propõe arrendar à Câmara pelo preço de quarenta e cinco mil réis anuais uma casa na Rua Pedro Álvares Cabral para as instalações da Guarda Republicana.

Antes de um mês, na sessão de 3-7-1912, o 2º Comando da Guarda Republicana pergunta, em novo ofício se o quartel está pronto. A Câmara manda que se ultimem com toda a urgência as obras e que se encomende o mobiliário logo que o orçamento baixe aprovado.

Nova pressão se sente na sessão de 31-7-1912, são os Ofícios nº 27 e 28 da G.N.R. informam que “a guarda destinada este concelho segue para Castelo Branco hoje e por isso que sejam dadas as necessárias ordens para que o quartel e mobiliário se achem prontos a recebê-la”

Estando prestes a entrar em funções a Guarda Republicana no Concelho manda-se dizer que acha vantajoso que haja unanimidade ou posturas. A Câmara responde que concorda mas que deveriam, depois de feitas as do Distrito, serem estas apreciadas por cada Câmara (Sessão de 21-8-1912).

Noutro ofício a G.N.R. pergunta se o edifício para o quartel está pronto. A Câmara diz que sim, mas que falta o mobiliário. O mesmo pergunta a Administração do Concelho.

A Câmara resolve pagar o mobiliário (Sessão de 16-10-1912).

## **Iluminação/Electrificação**

Quem primeiro se conhece a falar de electrificação no concelho é um espanhol, e é para, às suas custas fazer a electrificação de um caminho entre Estação de Belmonte e Gaia. Quando leio esta petição à Câmara, penso que, anos depois, na Gaia estava instalada uma empresa de exploração mineira que tinha um terminal particular na Estação do Caminho de Ferro de Belmonte.

Francisco Lafuerça Rodrigues, espanhol, pede para que a licença que pediu para colocação de postes de electrificação em caminhos vicinais seja substituída por uma outra licença para colocação de postes com a seguinte directriz: partindo da estação de Caminho e Ferro de Belmonte, pelo caminho da Laje da Fidalga, pela Torre Romana, seguindo o antigo caminho velho para a Gaia com terminus entre o quilómetro dezoito e dezassete da estrada nacional nº 55”.

A Câmara determinou deferir enquanto o Governo fizer a concessão, pagando à Câmara a renda anual de 120.000 réis (Sessão de 14-5-1913).

## **Iluminação em Belmonte**

A Câmara decide fazer iluminação pública. Cria uma comissão que apresentará a sua opinião sobre a melhor maneira de a levar a efeito nesta Vila (Sessão de 22-4-1914).

Pelo vereador P.e António Lourenço Baltazar foi proposto e a Câmara aprovou que se procedesse à instalação, montagem e aquisição da iluminação pública em Belmonte, devendo, pelo menos, fazer-se a montagem de trinta candeeiros até poder-se aumentar o número (Sessão de 25-11-1914).

Em sessão de 21-1-1915, se resolveu fixar em dois escudos mensais o jornal a pagar ao acendedor da luz em Belmonte para cujo cargo se nomeou David Fajardo.

### **Iluminação em Caria e Inguias**

“Por proposta do vereador Lourenço Nunes a Câmara resolveu proceder à iluminação da povoação de Caria” e por proposta do vereador P.e António Lourenço Baltazar “resolveu-se que também se iluminaria a povoação de Inguias” (Sessão de 21-1-1915).

### **Lançar imposto sobre cães ou sobre padres**

O vereador P.e António L. Baltazar propõe que se votasse uma postura que obrigasse ao pagamento de \$50 (cinquenta centavos) por cada cão que se tivesse, e que o rendimento fosse destinada a auxiliar a iluminação pública que “desejava fosse levada a efeito em Belmonte”. “Aprovaram esta proposta, além do proponente, João Palmeirão e José Pacheco, votando o vereador José Marques por que se esperasse mais algum tempo, e rejeitando-a todos os demais vereadores, nomeadamente os vereadores Lourenço Nunes, que propôs que só se iluminasse Belmonte, quando se iluminasse Caria, e António Martins Leal que propôs que em vez de se colectarem os cães se colectassem os párcos do concelho que dissessem missa e por cada uma missa a colecta de um escudo. (Risos) Ficando portanto prejudicada a proposta apresentada pelo vereador P.e Baltazar (Sessão de 26-8-1914).

### **Igreja – Arrolamento de bens**

Presente um ofício da Administração do Concelho, nº 253 do primeiro do mês corrente, “enviando o duplicado dos autos de arrolamento dos bens e objectos das igrejas das freguesias do Concelho...” (Sessão de 10-11-1911).

### **Castanheiras**

A Câmara aprovou que se oficiasse o Secretário de Finanças, pedindo-lhe uma nota numerária de quais as contribuições que para este concelho pagam as Castanheiras, na paróquia de Caria. Proposta de João Palmeirão (Sessão de 22-4-1914).

### **Paços do Concelho**

#### **Venda dos Antigos Paços do Concelho**

“Mais resolveu a Câmara pôr em arrematação toda a pedra depositada em diversas ruas bem como os antigos paços existentes nesta vila, devendo a 1ª praça ter lugar em treze de Outubro” (Sessão de 29-9-1911). Em 1911, e logo quase a seguir à implantação de República, a ideia era vender os Paços do Concelho, arrematando-os com a pedra existente, alguma da demolição de capelas. Como não se tivesse concretizado a ideia, continuou a de construir novos Paços.

#### **Construção de novos Paços do Concelho**

“Igualmente o mesmo vereador (João Palmeirão), disse que em virtude do estado de ruínas em que se encontravam os paços do concelho e estando o município pagando rendas bastante pesadas de diversas casas em que se acham instaladas diversas repartições, guarda republicana, etc., propunha que se nomeasse uma comissão (...) que estudasse a melhor forma de conseguir um empréstimo e levasse a efeito a construção de uns paços do concelho...” (Sessão de 22-4-1914). (Anexo nº 25, Paços do Concelho) (Fotos nº 85 e 86)

### **Posto Telegráfico – Caria**

A Junta de Paróquia de Caria comunica que pediu ao Governo a transformação da Estação Postal em Telégrafo Postal. Pede à Câmara que informe favoravelmente e esta assim resolve (Sessão de 31-3-1911).

A Câmara resolveu renovar ao Governo o pedido de criação de uma estação telegráfica para Caria (Sessão de 29-9-1911).



Foto 85 - Belmonte. Antigos Paços do Concelho, incrustados nas muralhas e no lugar das portas da vila



Foto 86 - Belmonte. Actuais Paços do Concelho, desde meados do século XX. Edifício de 1880, que pertenceu à família Fajardo a cujos herdeiros foi adquirido por duas vezes

### Toponímia

As mudanças na toponímia são uma das manifestações mais revolucionárias da República. É o que se pode ver pelas decisões que se seguem:

(Sessão de 26-10-1910) A Comissão resolveu alterar a nomenclatura das seguintes ruas e largos que ficaram pela seguinte forma:- Praça Vaz Preto, ficar-se-á denominando Praça da República; Rua Azevedo Coutinho ficará sendo Rua Pedro Álvares Cabral; Largo de S. Francisco, ficará sendo Largo António José d'Almeida; Largo de S. Sebastião, ficará sendo Largo do Dr. Miguel Bombarda e a rua da Fonte Grande ficará sendo rua do Almirante Cândido dos Reis" (Sessão de 19-10-1910).

Decide-se dar o nome Dr. José de Castro à rua da Portela, em Belmonte.

Na sessão de 26-10-1910, "... a Comissão decide dar o nome Dr. José de Castro à rua da Portela., em Belmonte.

Mais resolveu a Câmara... que a rua de S. Tiago passasse a denominar-se Rua Dr. José de Castro; a rua da Portela, rua Francisco Ferrer(?); e a rua da Praça, rua Almirante Cândido dos Reis (Sessão de 5-5-1911).

"...atendendo aos indiscutíveis serviços prestados à instrução primária desde 1882 a 1891 pelo professor Custódio Antunes Vaz Serra, e em homenagem ao mesmo professor, a rua da Sé, em Belmonte, passasse a designar-se "Rua Custódio Vaz Serra. – Mais resolveu que ao Largo de S. Pedro, em Belmonte, se desse o nome de "Largo Dr. Afonso Costa" (Sessão de 30-6-1911).

Assim, o nome Vaz Preto, homem que influiu na Restauração do Concelho de Belmonte em 1898, foi excluído da toponímia da vila, depois de lhe ter sido atribuída a Praça do Município de então.

### Toponímia de Belmonte

A Câmara deliberou que a rua por onde passa a estrada distrital de Caria à actual estrada real nº 55 seja denominada Rua d'Azevedo Coutinho; a rua de Inverno se chame Rua Barba de Menezes; e que na povoação de Caria a antiga rua de S. Sebastião fique denominada rua da Avenida; e as restantes ruas da povoação fiquem denominadas: Rua da Igreja, rua Direita, Rua de D. Carlos I, Rua D. Amélia, Rua de Serpa Pinto, Rua de S. Marcos, Rua de S. António, Rua da Fonte do Prior, e que o Largo do Cruzeiro, se fique chamando Largo do Comércio (Sessão de 29-4-1891).

### Toponímia – Caria

"pagam-se, a Adelino Lopes Pedroso, catorze mil e quarenta réis pelas placas esmaltadas para a nomenclatura das ruas Caria (Sessão de 15-12-1911).

### Toponímia – Malpique

"A Câmara deliberou que em Malpique, deste Concelho, se dessem os seguintes nomes às seguintes ruas: à Rua de Baixo, Rua Cândido dos Reis; à Rua de Cima, à Rua Miguel Bombarda; à Rua da Capela, Rua Ferrer(?); e Largo da Capela Largo Dr. Afonso Costa" (Sessão de 11-8-1911).

## Entre a Monarquia e a República

### A República e nova tentativa de aumentar o concelho

Antes desta tentativa, a Câmara de Belmonte resolveu pedir ao Ministério do Interior que o julgamento das transgressões das posturas regulamentares municipais passasse em do Juiz de Paz para o Juiz da Comarca da Covilhã (Sessão de 29-9-1911). Este facto não deve ter fortalecido as pretensões de Belmonte já reveladas na Monarquia.

Contudo, a ideia de aumentar o concelho que já tinha sido tentada várias vezes no século passado é mais uma vez tentada. Agora por convénio com a distrito da Guarda, já que, com o de Castelo Branco, tudo tinha sido infrutífero, e uma vez que a Guarda faz essa proposta.

Pelo mesmo Presidente da Comissão Executiva foi apresentada a passagem deste concelho para o distrito da Guarda com a condição de a Guarda consentir na anexação ao concelho de Belmonte das freguesias de Gonçalo, Valhelhas e Vale de Amoreira. Ficou nomeada uma comissão a quem foram dados poderes para tratar destas diligências (Sessão de 4-6-1914).

Mais uma vez foram goradas as esperanças, porque parece que o que Guarda queria era apenas absorver mais um concelho, sem contrapartidas.

Por si próprio o concelho, durante o século XX deu provas de atrair as populações circunvizinhas dos arredores do concelho, não só pelos mercados e feiras que já era um costume cimentado de séculos, como soube atrair a população escolar desde que foi fundado o ensino liceal, como continua a atrair a população ligada à confecção, outras indústrias e comércio.

O concelho é na verdade um concelho pequeno mas tem evoluído no sentido de proporcionar vida com mais qualidade aos seus habitantes e vizinhos.

E fique esta verdade: Belmonte tem mais interesse e comodidade para os habitantes de povoações próximas do que os outros concelhos a que elas pertencem.



## Século XX

Não foi a entrada no Séc. XX que mudou a vida das gentes. Estas vidas estão bem representadas na história oral dos que viveram e recordam tempos difíceis.

### República

Com ela, as escolas de ensino primário divulgaram-se. Depois de termos visto a acção da República na criação e equipamento das escolas, será interessante ver como essa acção foi vista pelo povo e a ideia que ainda hoje prevalece desses tempos de mudança.

Na República houve - criação de Escolas para formação de professores do ensino primário. E professoras também.

Por isso apresentarei as primeiras professoras do ensino primário que apareceram no concelho de Belmonte, e de quem ainda há memória viva.

Foram os únicos agentes de ensino até 1956. Iremos falar deles.

### Inguias - República

Assim que souberam da Implantação da República, houve uma concentração em Belmonte.

Nas Inguias, os republicanos enfeitaram um carro de bois, e mais: no cimo de cada fueiro puseram laços. Os vermelhos eram de papel. Os verdes eram de tecido de armur, porque não havia papel daquela cor à venda nas lojas das enguias. Mas fiquei republicana de raça.

Escrevi até a Afonso Costa uma carta a dar os parabéns pela república. E o meu nome até veio publicado no jornal. O jornal em vez de trazer o meu nome Avelina no meio dos outros que saudaram a república, traziam Avelino de Belmonte. Não imaginavam que uma mulher tivesse felicitado a República. Muito menos imaginavam que uma criança o fizesse, como eu fiz.

### Avelina Calado

Dá conta do que era o entusiasmo de alguns republicanos nas Inguias onde nasceu, filha de pai republicano e mãe monárquica.

Quando fez exame da primária, levou um laço vermelho de um lado e um verde do outro.

Quando em Belmonte se comemorou a vitória da República, das Inguias partiram carros de bois enfeitados. Os fueiros iam uns de vermelho e outros de verde também.

Ela, na política, puxou ao pai. (Uma mulher que vibrava com as coisas da sua terra e de Caria. Fica uma homenagem. Faleceu antes deste trabalho terminar).

Nas Inguias, quando o Sidonismo acabou, as cantigas eram as mesmas de Caria como se verá. Foi Avelina Calado que no-las transmitiu.

### Maçainhas

Em Maçainhas, a Primeira República resistiu doutra maneira. Fundou um clube. Era o "CENTRO LUZ E PROGRESSO", sustentado, sobretudo pela família dos Correias e outros.

Naquele tempo o povo estava dividido: Eram os de meia-tijela e os de tijela inteira.

Mas o clube ensinava a ler, escrever e contar. Tocavam guitarra e bandolim. Tinham mesmo uma tuna que tocava em festas e casamentos.

Com a vinda da ditadura, aí por 1927/28, o Regedor e o Professor Martins acabaram com o clube.

Os irmãos Correias tiveram todos de emigrar para fugir a perseguições.

Diz-se que um deles ainda voltou. Andou pela serra de Maçainhas a olhar para baixo, para o povo, e com medo de voltar.

E Mulheres no Clube, havia?

Oh! Nem, pensar! Nem a própria irmã Maria José Correia! Podia ter as mesmas ideias, mas não tinha entrada no clube. Se antes nem na escola as mulheres tinham entrada!

Belmonte, Inguias, Caria, Maçainhas! Maneiras diferentes de se afirmar e resistir!

Quanto a ideias e transformação das mulheres, importa repetir que essa primeira repú-

blica, embora combatida, criou Escolas para a formação de professores e professoras do Ensino Primário.

### **Sidonismo oficial e Contra-sidonismo**

"(...)Em reunião da Comissão Municipal Administrativa, e assistindo P.e António Lourenço Baltazar, presidente, e vogais José Pedro Soares Mendes e António Gonçalves Amoreira(?), faltando por motivo justificado os vogais P.e António Vaz Barreiros e Manuel Alves Pacheco, resolveu-se o seguinte: "Lançar na acta um voto de sentimento, pelo assassinato bárbaro e cobarde do Excelentíssimo Senhor Dr. Sidónio Pais, ex-Presidente da República Portuguesa. Telegrafou-se ao actual Ex.mo Presidente como sinal de protesto e assim se interrompeu a sessão por espaço de dez minutos"<sup>333</sup>.

Diferente foi a posição tomada por outros republicanos de Belmonte e por parte do povo.

Foi cerca de 1958 que Albertino Vaz de Carvalho me contou o episódio da resistência republicana em Belmonte, presenciada por ele, alferes... a mando de Teófilo Duarte.(Dez 1917)

Em 1917 aderiu à revolução dezembrista de Sidónio Pais. Assumiu o comando da cavalaria 7 de Castelo Branco. Alcançaram vitória, tendo ele dominado a Beira Baixa até à Guarda.

Em Janeiro de 1919 dominou uma revolta democrática, na Covilhã. Daqui foi a Santarém dominar a revolução chefiada por Álvaro de Castro (de raiz em Valhelhas?), de quem ele próprio recebeu a rendição.

Depois da morte de Sidónio Pais, sendo ainda alto-comissário no distrito de Castelo Branco, revoltou-se contra o governo de José Relvas.

Foi, entre outras coisas, ministro das colónias, de 4-2-1947 a 2-8-1950<sup>334</sup>.

Ainda para o domínio das Beiras, durante o Sidonismo, entregou um destacamento ao comando do alferes Albertino Vaz de Carvalho que encontrou em Belmonte a resistência de republicanos da vila que se meteram no castelo e aí resistiram ao destacamento enviado por Teófilo Duarte.

Com caçadeiras responderam às ordens de rendição até que se esgotaram as munições e depois de saberem notícia de terem terminado outros sinais de resistência, incluindo o fim da resistência na Covilhã.

E na 1ª República, e na Resistência ao Sidonismo, em 1917?

Aí as mulheres dividiram-se. Até a música era outra. Havia a Música Velha (monárquica) e a Música Nova (republicana).

As ideias republicanas e monárquicas ainda estavam acesas. E muitas mulheres estavam dependentes economicamente de famílias monárquicas e conservadoras.

Mas as republicanas,... claro que apoiaram os resistentes!

Entrincheirados no castelo, as mulheres alimentaram os revolucionários, mesmo sem hipótese de vencer...

E estes, até que tiveram chumbo, responderam qcom tiros de caçadeira sempre que lhes davam ordens de rendição, e até que tiveram munições.

### **Sidonismo - Caria**

Cantava-se, em Caria, com ironia, quando o Sidónio apareceu:

Olha o Sidónio  
Vestido à militar.  
Ó Maria, abre a porta  
Que o Sidónio quer entrar,

Cantava-se com mais ironia. Quando Sidónio acabou.

Olha o Sidónio  
Vestido à militança.  
Ó Maria, abra a porta  
Que o Sidónio vai p'ra França.

<sup>333</sup> Sessão extraordinária de 26 de Dezembro de 1918.

<sup>334</sup> Verbo - Enc. Luso-Brasileira de Cultura. Duarte Teófilo.

## Mulher do Carvalho

Em solteira, tanto guardava gado, como ceifava, fazia queijos, punha as vacas ao carro, segava, e até lavrava, amassava, cozia pão... sei lá! Tudo.

Não havia nada na vida do campo que eu também não fizesse. Depois de casada continuei a cozer pão, olhe, não tive uma tasca ambulante como uma mulher das Inguias, mas corri mercados, feiras e festas.

Envergonhar-me? Eu? De ganhar a vida de cabeça levantada? Até tenho muita honra no que fiz! E olhe, não era só eu. Havia mais. A mim até chegavam a "louceira", e diziam que fazia a cama a estender notas umas a seguir às outras... Às vezes era mais a fama. Agora honra e trabalho, isso sim; de cabeça levantada. Sem nada que me pudessem atirar à cara. Fazia mercados e festas numa raia de quilómetros. Ia para Santo Estevão, Sabugal, Covilhã, Fundão, Vila de Touro, Miserela, Alfaiates, Pega e Pousafoles, Belmonte e Bendada...

Às vezes, quando iam lá para a Terra Fria, saíamos daqui com sol, e chegávamos lá, era tanto o frio, o nevoeiro, a chuva, que nem chegávamos a abrir. Nem um tostão fazíamos. Mas, olhe, tudo levado com gosto pela vida... Sobretudo nas festas! Ai nas festas! Nas festas era tudo muito lindo, muito lindo, mas continuava uma moura de trabalho. Uma moura de trabalho! Fazia a festa de São Bartolomeu nos Três Povos. Era uma festa rija! A senhora da Póvoa, a Senhora da Misericórdia de Gonçalo, a Senhora do Carmo do Teixoso. A vida era uma festa! E... A vida era dura! Isso sim! Dura mesmo em festas!

Escola?!... Tive. Cheguei ao livro da Segunda. Meu pai também era dos que diziam que uma rapariga não precisava da Escola. Portanto, não foi para criar irmãos que não fui à escola. Eu até conheci a primeira professora do Carvalho. Chamava-se Margarida, Margarida Portugal.

## Capela de Santo Antão

Antes do 25 de Abril, era normalmente com os dinheiros das festas, que pouco sobejava para a música, fogo, bailes, que se faziam arranjos na capela. (Foto nº 87)

Contudo, um dos que muitas vezes era mordomo, até porque havia falta de voluntários ele estava sempre pronto para estas coisas da Igreja, era o Sr António dos Reis. Também estava sempre pronto para Presidente da Junta, sempre esteve pronto e à frente da Banda da Casa do Povo.

Se vivesse hoje, com a mentalidade desta época seria um activo cidadão.

Aquele homem nunca disse um não ao Pároco, nunca! E fazia-o sem qualquer vaidade, só para servir, colaborar.

Depois arrastava consigo outros bons homens, já nomeados.

Da Junta de Freguesia, sempre sobravam um escuditos para o Largo, a capela. O caminho até à capela e um caminho que agora foi ocupado por um particular, mas que também era arranjado todos os anos e por lá passava a procissão que se alargava para lá do Largo, a Sul e Sudeste de Santo Antão.

Actualmente têm sido os Presidentes da Junta também que têm dado um arranjo e melhorado toda a capela e envolvimento com estruturas básicas. Lembro Manuel João Gomes de Elvas e José Carrola Feliciano.

Mas não é de admirar que as várias Juntas da Freguesia de Belmonte tenham um certo empenho pelo Santo Antão.

A própria capela foi feita por pessoas que nem sequer eram católicas, como já se disse.

Convém mesmo registar os seus nomes, porque, das últimas obras que se fizeram na Capela, a placa de esmalte com o nome dos fundadores foi retirada. Guarda-se actualmente no edifício e sede da Junta de Freguesia. Pode ser que diga alguma coisa àqueles que descuidam costumes da



Foto 87 - Capela de Santo Antão, em Belmonte

terra e que ainda não tiveram tempo para ver algo de mais profundo na religião e nas manifestações sociais.

Pois, aqui vão os nomes.

José H. P. de Souza

Alfredo P. de Souza

José Ant.º Dias

José Pacheco

1908

Ainda na Monarquia, e porque já havia uma tendência para não manter o Santo Antão do Colmeal como era costume, com três procissões, de Belmonte, Gaia e Colmeal, foram estes republicanos que decidiram construir uma capela. Com que fins? Só bairristas? Para criar simpatia? Fosse por que fosse.

Veremos pelo menos alguns destes homens, se bem notarmos, a actuar vivamente em prol do cumprimento das leis da 1ª República, na Praça Velha, a quando da célebre Procissão do Corpo de Deus. Parece que não eram católicos. Eram mesmo tidos por ateus, no dizer de quem ainda os conheceu. Mas eram capazes de ter alguma fé.

Pelo menos lembro-me que um célebre pregador, o P.e Morgadinho de S. Martinho da Covilhã, começou assim o sermão com uma frase que lhe era habitual nestas circunstâncias:

“Pequeno é o rouxinol, mas enche com seus trinados todo o vale... Pequena é esta capela, mas está cheia e difunde a fé dos a fé dos que ergueram, porque era grande.”

Pelo menos havia uma fé no valor das tradições do povo...

### **A Praça Velha – Centro de Confrontos**

A Praça Velha foi o palco do encontro campal entre republicanos e monárquicos. (ver foto nº 85)

No dia do Corpo de Deus, o pároco, P.e Joaquim Lapas, levado por suas ideias religiosas e pelos monárquicos que o sustentavam, decidiu fazer a Procissão, mesmo sem pedir autorização ao Administrador.

A procissão tinha sido preparada. As varas das Confrarias, do pálido, tudo fora pintado de azul e branco. Laços de seda ou papel azuis e brancos também em tudo quanto era possível colocá-los.

A Música Velha, afecta à Monarquia, é que actuava.

Tinham combinado mesmo que não pediriam licença para culto fora da Igreja.

Quando a procissão chegou à Praça Velha, os republicanos estavam em frente, na Devesa, rodeando o Administrador que era homem pacato. Mas picaram-no, picaram-no. Porque era um desrespeito, uma ofensa às leis da República e ao Administrador. Onde é que isto se via? E vamos, e porque não vamos; vamos já... Avançaram.

Dirigiram-se ao pároco que levava custódia debaixo do palco.

- Volte para trás. O Senhor não pediu autorização para a procissão.

- Que não volto e não volto!

- Mas tem que voltar e é já.

Os católicos:- Vamos para a frente. Os Monárquicos: - É já para trás!

Bem, no povo ficou que os republicanos quiseram espezinhar a sagrada custódia, que se arranharam nela.

A procissão voltou mesmo para trás, a cantar e a repetir só um dos versos de um cântico muito conhecido:

“Queremos Deus, homens ingratos!

Queremos Deus, homens ingratos!

Queremos Deus, homens ingratos!

Este facto tornou-se uma espécie de lenda. No povo ficou que todos os que quiseram pisar a sagrada custódia morreram de “morte macaca”: Um trucidado pelo combóio; outro, tuberculoso; outro, isto e aquilo. Tudo o que um povo pudesse pôr de mau num Deus que julgava semelhante aos seus rancores...

Sei que não foi nada disto. Conheci um dos monárquicos que tomou parte nos preparativos e na conjura da procissão, José Pignatelli. A procissão foi preparada na Casa das Senhoras Padezes, na

Rua da Portela, pegada ao antigo colégio e depois comprada por António Pina do Vale que deitou abaixo o balcão renascença.

Dos republicanos que tomaram parte, conheci o Prof. Tavares e o Sr. José Barreiros. Eram pessoas que temiam que se falasse no caso. Tinha sido uma deturpação e um exagero. Não conheci o Sr. José Pacheco, um dos construtores da capela de Santo Antão, nem o Sr. João Martinho que se pôs ao lado do Pároco e contra o Sr. Pacheco, seu sócio.

### **Descrição**

A Praça Velha foi durante séculos o centro cívico de Belmonte. Desde 1385 que D. João I tinha dado a Belmonte Carta para ser verdadeiramente vila. Aqui, sobre a muralha e Portas da Vila, se estabeleceu o edifício dos Paços do Concelho.

Nessa época a vila rompeu ou acabou de romper as muralhas em direcção a esta Praça, e à Devesa, lugar onde se faziam mercados e feiras.

Na Praça, se faziam a praça de legumes, peixe... e os géneros que as quinteiras traziam para vender à Vila.

Aqui se fazia o contrato dos ratinhos que vinham para as ceifas.

O Pelourinho tinha sido retirado, mas as ordens saíram daqui durante muito tempo.

Em Sessão da Câmara de 8 de Novembro de 1848, a Câmara deliberou demolir o Pelourinho ou Picota, «como entender que fica mais barato ou cómodo para o Município, devendo aplanar o lugar onde a dita picota está situada, dando tudo por muito bem feito pois que sendo o Pelourinho ou Picota um monumentos de tristes recordações e sendo esta Câmara essencialmente liberal, muito deseja que o referido monumento seja deferido (removido)». (Texto adaptado do Livro de Actas de Sessões da Câmara, pp.63 e 63v).

O edifício original tem testemunhos da época de 1400, mas notam-se várias modificações até ao século XVIII.

Ao lado da porta de entrada para a antiga Câmara, e, segundo documentos do século XVIII, havia as pedras de armas da vila. Hoje encontram-se riscadas a pico. Foi por ordem de Junot que o Juiz de fora mandou riscar a pico as armas da vila, pelo facto de Belmonte ter resistido às Invasões Francesas, como ficou dito. Costumo dizer que em Belmonte até no que está riscado está escrita a história de Belmonte. Neste edifício funcionaram as finanças, quando nos meados do século XX a Câmara adquiriu parte dos edifícios onde actualmente funciona.

Com a compra da segunda parte do edifício da actual Câmara, para aqui foram mudadas Finanças e Conservatórias vindas de outro lado e aqui funcionam até ao presente.

Voltando à Praça Velha, todo o conjunto está sendo reformado. Com algumas críticas que esta reforma possa merecer, a verdade é que a praça tem tomado características que a tornam agradável.

Na década de 1980 foi reposto ali o pelourinho. Para isso seguiram-se os elementos disponíveis; porém, apareceram ultimamente estudos de autoria de Júlio Rocha e Sousa que poderão servir para uma reconstrução mais completa e mais segundo o original. (Ver Anexo nº 38)

## Os Judeus em Belmonte

Samuel Schwarz, em 1917, apareceu em Belmonte e conseguiu a confiança de alguns judeus desta localidade e, no seu livro<sup>335</sup>, deu a conhecer, pela primeira vez, a vida singular de fé e resistência hábil desta gente de toda a Comunidade Judaica.

Em 1985, o Dr. David Canelo escreveu “Os Últimos Judeus Secretos”, seguido de outras obras sobre os judeus de Belmonte e o Criptojudaísmo em Portugal.

Sobre os judeus de Belmonte espero ainda fazer um trabalho, não de carácter científico, mas de carácter testemunhal. E há-de ser trabalho controverso.

Será, um punhado de testemunhos e a minha vivência com os judeus que eu, por razões diferentes das do P.e Franco de Matos, poderia também chamar como ele, “os meus judeuzinhos”.

Ele por paternalismo; eu, por uma admiração e dedicação por vezes incompreendidas e até hostilizadas. Isto foi episodicamente.

É por isso que a minha postura perante os problemas judaicos em Belmonte vai desde uma certa agressividade e desconfiança que sofro por parte dos judeus, até uma posição que me faz envaidecer um pouco. Que me desculpem!

Mas são vaidades como esta que me levam a sustentar como correctas a atitude inicial que eu comecei por tomar, quando cheguei a Belmonte em 1954, de quase proselitismo até à defesa de contactos desta comunidade com outras comunidades judaicas; até à defesa e propostas de procura de contactos não só culturais mas também económicos desta com outras comunidades e mesmo com o Estado de Israel; até à revolta interior de que estudiosos de fora continuassem a misturar o tratamento persecutório dado aos judeus através do séculos com um tratamento permissivo e mais que permissivo que o povo de Belmonte deu àquela gente, “à nossa gente”, como se designam a si próprios os judeus. (Não posso esquecer que houve sempre alguma ironia de parte dos cristãos velhos para os cristãos novos. Por vezes esta ironia era manifestada com jogo de pragas de uns contra os outros). Mas muitas vezes até se criaram amizades entre cristãos velhos e cristãos novos.

Alguns judeus, até foram dizendo mal dos cristãos velhos, ou do mal que lhes faziam para além da ironia, algum sarcasmo (às vezes mútuos, repito, mas sempre feitos com mais medo por parte dos judeus, é certo!). Mas foram animados, e às vezes ludibriados, por estes curiosos das particularidades da comunidade judaica de Belmonte e que, por vezes, nos estudos e reportagens que faziam se compraziam mais na parte folclórica ou etnográfica destes judeus e em acentuar os contrastes entre a nossa gente e a deles do que com a vida real da Comunidade Judaica dentro de outra maioritária.

Destes, alguns continuavam a afirmar que a Igreja Católica continuava a exercer a pressão da Inquisição sobre estes judeus, obrigando-os ainda, nos dias de hoje, diziam, a baptizar-se e casar-se catolicamente. Eu vi-me, afinal, na boca e na escrita sobretudo de jornalistas, como o representante vivo e actual, em carne e osso, dessa Inquisição do séc. XX, porque, afinal, eu é que os baptizava em nome da Igreja.

– Ai, sim!?!... Então vamos acabar com esta Inquisição. Não há mais baptizados para fazer cristãos-novos. Lá por isto, não mais se diga que ainda são perseguidos os judeus de Belmonte. E, se são perseguidos, sejam-no por outros, não pela Igreja, pelo menos não pela Igreja de Belmonte. E acabou. Quem não gostou foram os próprios judeus. Continuaram, durante tempo, a ir baptizar os filhos a paróquias longe e fora de Belmonte, onde não eram conhecidos, sem explicação eclesiástica para o fazerem... E sem os párocos lhes exigirem o que, por norma, seriam obrigados a exigir. Porquê?  
– Não sei.

E foi, sobretudo, por ter chegado por várias vezes, a ver o invisível; ver quase concreta, real, grande e forte, e inabalável, a fé desta gente, que nada poderia já perder com ser claramente conhecida como judaica perante o mundo, pois que, em Belmonte, onde todos os conheciam, todos lhes deram sempre, pelo menos de há séculos a esta parte, a liberdade de ser judeus. Isto tem que se repetir até que a verdade seja reposta. Também não desisto desta luta. Deram-lhes a liberdade de ser judeus e

<sup>335</sup> Schwarz, Samuel; “Os Cristãos Novos em Portugal no Séc. XX”.

de passar por cristãos-novos.

Foi a minha convicção e teimosia de que fazia e dizia o que tinha de ser dito e feito que me deram coragem para tomar decisões e arrostar consequências de atitudes minhas contra a opinião de alguns padres, e contra determinações renovadas e insistentes do bispo para que recuasse na atitude tomada.

Tive, é interessante, o apoio de algumas comunidades e individualidades judaicas que apenas queriam saber a verdade que cada um possuía para estudo dos judeus em Belmonte.

É que, a verdade histórica, não se faz de modo a ascender no conceito de uma comunidade ou um povo, muito menos sendo “o Povo de Deus”, esquecendo ou fazendo tudo para fazer esquecer e calar testemunhos que não interessem a certo género de estudiosos, os desejosos de lugar conceituado entre os Judeus, que não desejam partilhar com outros. Houve quem se deliciasse saltando os muros do cemitério de Belmonte para mostrar umas sepulturas de judeus misturadas com as de cristãos velhos, mas em que tinham posto um arranjo de pedrinhas para provar que os judeus não colocavam o Cristo crucificado nem sinais de catolicismo. Faziam por não ver outras sepulturas também de judeus, encimadas por Cristos tal e qual como sepulturas de católicos.

O certo é que este tipo de exploração do fenómeno judaico em Belmonte teve efeitos de publicidade.

Felizmente estes estudos sensacionalistas e tendenciosos têm vindo a ser abandonados, e têm surgido outros que dão mais valor a originalidades fundamentais desta comunidade, contribuindo cada vez mais para o esclarecimento da história. Sem concordar totalmente com todos estes estudos, é obrigatório lembrar os feitos pelo Dr. David Canelo e, mais recentemente, pela Doutora Maria Antonieta Garcia<sup>336</sup>.

Esta apresenta mesmo fotografias de sepulturas de judeus e a informação devidamente recolhida de que eram sepulturas de família, e o Cristo ao cimo, explicam-no pela grande razão que os levava a praticar publicamente actos pelos quais parecessem católicos como estes e não dar que falar nem levantar suspeitas da sua ascendência judaica.

Por vezes chegavam a Belmonte alguns investigadores que queriam ouvir falar dos judeus. Alguém lhes falava de mim, como podendo dar testemunho e opinião.

Umás vezes eram de mim desviados. Por vezes os investigadores, trocavam-lhes as voltas. Vinham procurar-me, por informação de populares ou outros. Entrevistavam. Apresentado este facto como consumado e já inevitável, aparecia alguém, me disse expressamente um dos entrevistadores, que, “lorsqu il a appris que j’avais rencontré l’ancien père de Belmonte, il a tout de suite éssayé d’en savoir plus”- logo que soube que eu tinha encontrado o antigo padre de Belmonte, de imediato procurou saber mais sobre o encontro.

Isso me deu coragem para continuar a defender os judeus, a esclarecer sua situação desde que a conheci oralmente do P.e Franco de Matos, até ao meu conhecimento pessoal através de todas as transformações últimas.

Isso me deu coragem e teimosia para continuar a proclamar e a defender a fé destes judeus de Belmonte, e a defender as razões porque deviam deixar-se firmes na mesma fé.

Isso me levou até à recusa de lhes ministrar sacramentos da Igreja católica, me leva até à preocupação de que alguns caíam em fanatismo religioso, até à pena e preocupação de que os ritos oficiais, que a comunidade de Belmonte hoje já pratica, façam esquecer os ritos tradicionais e secretos que mantiveram em suas casas, preservados da vista do cristãos velhos; da vista, porque do conhecimento de que os praticavam ninguém em Belmonte tinha dúvidas.

Respeito-os e admiro-os, reconheço que têm seus defeitos, mas têm grande fé no seu Deus e capacidade de trabalho como virtudes bem distintivas.

Mas a minha cotação entre os judeus sei que vai desde os sentimentos que levaram alguns judeus de Belmonte a proibir-me de entrar numa reunião civil judaica para que fora convidado como vereador da Câmara, e a opinião de Frédéric Brenner.

Entre os judeus de Belmonte, nesta ocasião, a primeira, havia elementos relevantes da Comunidade de Lisboa, prevaleceu a opinião de que eu não devia entrar porque eu era a mesma

<sup>336</sup> Garcia, Maria Antonieta; “Os Judeus de Belmonte – Os Caminhos da Memória; ed. Inst. Soc. Etnologia das Religiões – U. Nova de Lisboa; Gráfica 2000.

pessoa que lhes tinha negado os sacramentos católicos para poderem ser só judeus ou virem a baptizar-se só quando de maior idade.

Isso, nessa altura, foi interpretado como uma espécie de denúncia inquisitorial que eu tivesse feito.

Um dos chefes de Lisboa é que me enfrentou e deu a notícia. Respondi-lhe que, tinha sido precisamente a minha atitude que tinha dado a possibilidade da reunião que estavam a fazer, porque tinha provocado uma abertura e ligação com outras comunidades.

É claro que não se podiam mudar as ideias de toda uma comunidade de um momento para outro. Nós, interlocutores, concordámos. Concordámos que também não era conveniente forçar uma entrada. Claro! Mas procedi assim porque quis marcar a minha posição. (Mania? Talvez, sim; talvez não. Hoje esse incidente está explicado, e um grupo de judeus o fez muito delicadamente.)

De ser delator perante a Inquisição (ou o público) do séc. XX e ser o que Frédéric Brenner diz de mim na dedicatória manuscrita na obra citada vai grande distância. Mas, penso que não devo ser colocado em nenhum destes extremos.

Eis a dedicatória:

“Sr. Manuel Marques,

Ces quelques instants d'éternité une page de mémoire vivante du peuple juif.

Vous êtes la mémoire vivante de la communauté de Belmonte et l'Amour de votre prochain qui vous caractérise et qui est une Qualité si rare, m'êmeût.

Vous aimez les juifs pour ce qu'ils sont et non pas pour ce que vous voudriez qu'ils soient.

Avec mes hommages respectueux et mon admiration pour votre œuvre.

Frédéric Brenner.”<sup>337</sup>

“Ao Sr. (?) Manuel Marques,

Estes alguns instantes de eternidade uma página de memória viva do povo judeu.

O senhor é a memória viva da comunidade de Belmonte e o Amor do próximo que o caracteriza e que é uma Qualidade tão rara, me comove.

O senhor ama os judeus pelo que eles são e não por aquilo que desejaria que eles fossem.

Com a minha respeitosa homenagem e a minha admiração pela sua obra,

Frédéric Brenner”

*(O que causou esta dedicatória terá sido a entrevista que dei e seria publicada, resumidamente, no remate da obra “Marranes”, também com fotografia de Frédéric Brenner, juntamente com “Voix de Trás-os-Montes et de Beira”, rassemblées et présentées par Nicole Zand; pp. 135 a 137; ELA La Différence, 103, r. La Fayette, 75010 Paris, 1992).*

Esta entrevista foi dada há anos, é um resumo do que eu disse, embora por vezes siga à letra as minhas palavras, tem algumas inexactidões que eu teria evitado se tivesse podido relê-la antes de publicada, mas tem o valor de ser um resumo, coisa que penso servirá enquanto não fizer o trabalho que desejo sobre Judeus.

Passo a traduzir este resumo:

“Padre Manuel Marques, pároco de Belmonte de 1954 a 1975. Abandonou o sacerdócio na sequência da sua experiência e a sua confrontação com os marranos de Belmonte. Hoje, ele é casado e vive a alguns quilómetros de distância, na localidade da Covilhã onde é professor de história.

“Eu nasci numa pequena aldeia dos arredores de Belmonte. Quando fui para Belmonte como pároco em 1954, já conhecia a existência dos judeus de Belmonte dos quais me havia falado o meu predecessor, Padre Franco de Matos. Eu era um padre novinho em folha, tinha vinte e quatro anos e tinha grande desejo de não só converter os judeus de Belmonte mas também de os converter ao catolicismo. Descobri que havia quarenta e sete famílias judias aí, em Belmonte, onde fui pároco de 1954 a 1975. Os judeus fizeram com que a minha maneira de conhecer os homens, a vida, se tivesse mudado em mim. Não sei porquê.

Eu era chamado ao seu leito da morte e a maior parte da vezes quando já estavam mesmo mortos. Mas, algumas vezes eles estavam ainda vivos e tive com eles o contacto mais íntimo que se

<sup>337</sup> Brenner, Frédéric; Photographies de... Pr; Jérusalem Instants d'éternité. Dépt. légal: avril 1984. N° d'édition: 1719, imprimé en Suisse.



pode ter com uma pessoa no momento mais essencial. Quase tão essencial para o homem como o momento de nascer.

Eu procurava saber se eles tinham fé católica, o que é primordial para dar a Extrema-unção. Se eles acreditavam nas três pessoas de Deus, em Cristo deus e salvador dos homens, se acreditavam na imortalidade do homem, se estavam arrependidos das suas faltas. Por vezes eles estavam tão conscientes de que eu era um padre católico que simplesmente não respondiam. Outras vezes, falavam comigo, e foi neste grupo de judeus de Belmonte que por vezes iam à igreja católica que vi esta coisa formidável: Naquele momento crucial da morte, nos judeus, por mais pobres que fossem, mais simples, mais... selvagens, - perdoem, por favor, esta palavra que não quer dizer nada de mal! - vi sempre a sua grande fé num só Deus. Uma fé total. Falavam de Deus, diziam "Altíssimo Senhor", como se, com esta maneira de dizer, subissem até ao cimo do mundo e até ao mais íntimo do homem para falar de Deus, o seu Deus.

Mas quando eu falava das três pessoas de Deus, ou não ouviam nada ou fingiam que não ouviam; ou então diziam: "sim, sim, sim", o que queria dizer "não, não, não,". A Trindade, a Virgem Maria, nisso não acreditavam.

Diziam: "Como pode haver três pessoas em Deus? Como?" E lembro-me de um judeu que teve comigo este encontro final antes da morte e eu falei-lhe longamente sobre Cristo; ele dizia a tudo que sim, mas, por fim, disse-me: - Mas, ó senhor Prior, Cristo pode ser Deus? Como?..."

Serem judeus e terem de se professar católicos, ou confrontar-se com a fé católica que eles não tinham, era um drama. Morriam como aquilo que eram. A maior parte das vezes, a família não me chamava senão quando o (pretens) moribundo já estava morto. Se ainda estavam vivos, guardavam a sua crença num só Deus, mesmo no momento em que o padre os confessava. Como se eles O vissem, como se O tocassem, como se sempre tivessem vivido para ir ao Seu encontro, para em Deus morrer. Os judeus de Belmonte queriam morrer como judeus e ter um enterro como os outros (os católicos). Queriam passar aos olhos do resto do mundo como os outros (como católicos). Era a sua preocupação.

A fé dos judeus mais simples de Belmonte, é o que eu admiro; muitos a não compreendem. É que eles eram... permeáveis. Permeáveis à influência do meio em que viviam. Por exemplo, os católicos falam da Virgem, de Santa Maria, de São Pedro; Eles, os judeus, falam de Moisés dizendo São Moisés; falam de Ester, a Rainha Ester, "judia, não é verdade?", fazendo-a santa como os católicos, ("a Santa Rainha Ester").

Eu mudei porque tudo mudou à minha volta. Foi o contacto no momento da morte que mais me marcou porque eu vi, eu quase toquei, a sua fé. Mas isso punha-me um grande problema: Eu tinha ido para Belmonte para converter os judeus, continuar a obra de meus predecessores, e foram eles (os judeus) que me converteram.

Depois do Vaticano II, compreendi que o tempo já não era o de fazer proselitismo, para forçar os judeus a casar-se catolicamente. Porquê obrigá-los a casar catolicamente? Porquê fazer-lhes dizer que acreditavam numa coisa em que não acreditavam? Porquê fazer-lhes dizer que acreditavam na Virgem Maria mãe de Deus?... Eles acreditavam em Maria, mãe de Cristo, e que alguns admiravam, mas como mãe de Cristo, e que alguns admiravam, mas como judia que era. Como Judia! Alguns diziam que admiravam Cristo, mas como judeu! Porque teria eu de lhes fazer dizer outra coisa? Porquê obrigá-los a acreditar no que eu acreditava?

Decidi que não deveria baptizar crianças que eram judias, filhas de judeus, porque não sabia se eles queriam ou não, mais tarde, ser católicos. Dizia eu que (lá pelos) dezoito anos, é que caberia a cada um deles dizer se queria ou não ser baptizado. Decidi não os baptizar. O Casamento, a mesma coisa. Porquê ter de se casar catolicamente alguém se é judeu? Se já se casou, em segredo, pela sua fé judaica..." (Ou lei, ou costume?)

Eu sabia que a maior parte das famílias judaicas de Belmonte queriam casar os seus filhos com judias, ou (melhor ainda) suas filhas com judeus. Porque queriam manter o seu clã. Sobretudo as mulheres. Numa religião e numa raça tradicionalmente patriarcal, tínhamos em Belmonte uma acção matriarcal. Quem era o chefe da tradição? Quem transmitia a tradição de geração em geração? Eram as mulheres. Quem dirigia a economia da casa? Eram as mulheres. Quem ensinava os ritos, quem presidia aos ritos? Eram as mulheres? Quem sabia as orações? Quem presidia às orações? Eram as

mulheres. E foram as mulheres que através dos tempos guardaram esta tradição totalmente oral. Nem uma só palavra escrita. Porquê? Elas defendiam duas coisas que podem parecer diferentes, mas que se fundem: a fé no Deus único e a defesa da raça.

Ao princípio, os judeus de Belmonte não compreenderam a minha atitude porque queriam continuar a ser como os outros, a parecer-se com os outros, continuando sempre judeus. Não compreenderam, portanto, porque é que eu não baptizava os seus filhos e não os casava pala igreja. Algumas vezes procuravam padres, fora de Belmonte, para os baptizar, para os casar. Hoje, penso que há pessoas, sobretudo jovens, que já compreenderam porque tiveram contacto com outros judeus. Compreenderam que não eram os únicos judeus do mundo."

Depois desta minha atitude, o judaísmo em Belmonte foi mudando. Elias foi presidente da Comunidade judaica que depois se criou. Na obra citada de Fréderid Brénner pode ler-se o seu testemunho:

"eu descobri a existência de um outro judaísmo há uns vinte anos. Tinha oito anos e fui com meus pais à sinagoga de Lisboa. Andava muito contente, muito feliz porque encontrei lá em baixo um judaísmo diferente, aberto, sem medo. Lá, mesmo os não-judeus podem assistir ao culto. Enquanto que nós, para rezar, escondíamo-nos até de nossos próprios irmãos."

Na introdução deste testemunho<sup>338</sup>, se resume o que até os estrangeiros aprenderam dos judeus de Belmonte, e com admiração: "Com o tempo, e durante cinco séculos, os ritos foram-se a pouco e pouco desviando da ortodoxia. Sem rabino, sem sinagoga, sem escola, sem tradição escrita, os últimos descendentes dos convertidos praticam um judaísmo pessoal reduzido ao essencial, fundado sobre a convicção íntima."

Parece-me que além desta verdadeira convicção íntima em que se fundava esta religião, como qualquer outra por pura que seja, o que marcou os judeus de Belmonte foi a conservação de ritos em família, a transmissão de ritos e fé. Foi, com o peso que lhe quiserem dar, a necessidade de casar as mulheres que, por razões para além da fé e raça, não tinham possibilidade de casar fora do clã. Porque elas, as mulheres, eram a maior força e razão em manter a fé e basear na fé os ritos, a tradição, e os costumes. Sem a regra de fazer tudo para assegurar casamento às mulheres, a história da comunidade judaica em Belmonte teria sido outra.

O que teve mais força, a fé ou a manutenção da raça? Alguém faça o estudo científico deste fenómeno. Por mim o que sei é que esta fé destes judeus era grande. E, o que mais me admira, até nos homens. E, nos homens, até naqueles que pareciam alheios a qualquer tipo de crença.

Pela fé é que este povo existe, resiste e caminha.

Não resisto a transcrever, porque tenho nisto um certo gosto de vitória, não resisto a transcrever o primeiro casamento tido como o primeiro que foi feito fora da Igreja. Foi o casamento de Moisés e Judite, feito na casa da mãe desta, Emília. Acabara de se constituir a nova Comunidade Judaica.

"Aos 16 dias de Dezembro de 1988, compareceram neste Registo Civil Moisés Manuel de Sousa Nunes, 20 anos, solteiro, nascido em Belmonte, residente em Belmonte, filho de António Nunes Diogo e de Maria Laura Sousa Henriques, e Judite Henriques Mourão, 15 anos, nesta data, filha de José Caetano Mourão e de Emília Diogo Henriques Mourão. Ambos declararam ter contraído matrimónio civil numa casa, em Belmonte."

E acrescenta-se o depoimento da mãe da noiva:

"No meu tempo, era diferente, muito diferente. Foi meu pai que escolheu o meu marido e, depois, eu casei-me. Foi a vontade de meu pai, não a minha, mas a minha filha é que fez a escolha, foi por sua vontade que se casou. Assim foi. Uma outra maneira de viver, mas a minha filha não viverá como eu."

"num restaurante de Belmonte, para a recepção do casamento de Moisés e Judite, Elias, o jovem presidente da Comunidade judaica que acaba de se constituir coloca a calote sobre a cabeça dos homens e toma a palavra:"

"Para começar, eu queria que todos os que estão presentes se levantem em sinal de respeito pelo Kiddouch, a oração judaica das refeições. Pela primeira vez, se celebra em Belmonte um casamento judaico sem ligação com a igreja. "*Barouch hachem*", que quer dizer "Graças a Deus".

<sup>338</sup> Brenner, Fréderic; op. cit.; p.132.

Desejo boa sorte aos casados, em hebreu "*Mazel Tov*". São os meus votos. Vamos, então fazer o Kiddouch, para que cada um aprenda. Peço-vos o máximo respeito. Eu recito a bênção do vinho em hebreu."

É frequente ser contrariada a minha opinião de que numa religião e raça patriarcais ter prevalecido, em Belmonte, um matriarcado. Há menos de dois meses junto da actual sinagoga e à saída de uma cerimónia religiosa, uma judia e outros, me refutavam: - Ai, não! Foram sempre os homens! Ora o que eu sabia era que, em certas celebrações de família, eram um homem, um patriarca de família que assumia, pró-forma, o lugar de presidência. Mas quem conduzia as orações e ritos era uma mulher.

Ora senão quando, encontro na referida obra "Marranes" um testemunho de vários judeus, entre os quais o testemunho do primeiro presidente da recente formada Comunidade:

"- Na religião à moda antiga, as mulheres predominavam?"

- Sim, mas agora, é o contrário. São os homens que decidem e que vão em frente. Foi porque os homens andavam afastados da religião que as mulheres se encarregavam dela. Agora são os homens, mesmo se as mulheres continuam. Nós somos religiosos; antes não éramos."

Não vou entrar em se, quando estes judeus dizem que antes não eram religiosos, quererão dizer que não sabiam as orações como as sabiam as mulheres. Mesmo entre as mulheres havia algumas que as sabiam melhor que outras. As que sabiam mais tomavam a orientação dos rituais e iam ensinando a outras. Hoje são os homens que decidem. Na verdade a constituição da nova Comunidade Judaica tem os seus órgãos directivo só constituídos por homens.

Continuaram a ter ou um rabino ou homem ou jovem preparado para presidir às cerimónias religiosas.

Para funções que exijam a presença do rabino que, por vezes, não assiste de modo permanente à comunidade, vem um rabino, normalmente de Lisboa.

Outro problema que está a surgir é o da substituição dos ritos antiquíssimos, tradicionais pelos ritos actualizados comuns a qualquer outra sinagoga ou comunidade judaica. Claro que a tendência será para se ir perdendo a tradição, o que é pena, se não quanto a fé ou manifestação de fé, ao menos como valor tradicional e histórico numa comunidade que separada de tudo, se manteve fiel à fé e à raça.

O testemunho de uma judia é este:

"- No seu entender, acha que é preciso continuar com a religião à antiga, como a senhora faz, ou com a moderna?"

- Não. A moderna, não vou lá. Eu pratico a de meus pais.

- Porque razão?

- As orações são diferentes, eu não as sei, eu digo as que meus pais me ensinaram.

- Pensa que os jovens vão manter o rito antigo?

- Não. Eles devem ir em frente com o novo. Têm razão para o fazer. Nós, nós rezámos sempre em casa, enquanto que eles, eles vão rezar lá em baixo, à sinagoga. Mas para mim estas orações não são como as nossas. Nós temos as nossas orações e eles têm as suas"<sup>339</sup>.

### **Mistura de sangue em grupos pequenos**

Num clã tão reduzido, como a comunidade judaica de Belmonte que, durante séculos repetiu casamentos entre parentes muito próximos, podia dar e deu resultados indesejáveis a muitos níveis. Alguns deles, só poderão ser estudados devidamente por especialistas.

Eu, e já muito antes o P.e Franco de Matos, nos tínhamos referido a alguns.

Encontrei-os resumidos no trabalho citado da Dra. Antonieta Garcia. (Anexo nº 22 e 26)

Posso acrescentar que os casamentos entre judeus não tinham, normalmente, o que é considerado um impedimento de consanguinidade. Tinham mais que um.

A verdade é que a Igreja tinha razões para impedir os casamentos entre familiares ou fazer com que se realizassem o menos possível. Por outro lado, havia também sempre uma razão para alcançar a licença, já que mais não fosse casamento consumado ou já viverem juntos. Interpretem como

<sup>339</sup> Brenner, Frédéric; op. cit; p.134,135.

quiseram a cantiga popular:

O Santo Padre de Roma  
sempre é muito interesseiro.  
Não me dá a minha prima  
sem lhe dar o meu dinheiro.

E, na verdade, era com dinheiro que se pagava a dispensa de impedimento canónico.

Pois então, consultando os Livros Paroquiais de Belmonte, só desde 1910 a 1936, encontramos o seguinte: os casamentos que conheço feitos entre judeus, na totalidade judeus puros; os impedimentos de que foi necessário pedir dispensa; e as razões invocadas para a o pedido desta.

Quanto à razão da estreiteza do lugar, não podia ser causa de dispensa para habitantes de Belmonte. Poder-se-ia pedir se se considerasse a colónia judaica como independente? Mas esta comunidade casava-se como inserida na comunidade católica...

Quanto a outras causas para dispensa de impedimento, o escândalo era viverem maritalmente antes do casamento, o que era considerado escândalo público. Esta causa podia ter várias razões. A causa da idade consistia em a mulher ultrapassar determinada idade e poder acontecer ficar solteira se não se casasse com o pretendido.

O prévio casamento no Registo Civil vem de questões de relações da Igreja e o Estado. A Igreja considerou como uma espécie de afronta ao casamento católico e, portanto, impedimento, o fazer o casamento civil antes do católico.

Foi pena que não pudesse ter feito este inventário antes de 1910, e depois de 1960, até à data em que os casamentos de judeus começaram a deixar de ser feitos pela Igreja católica. Diz-se, a certa altura deste trabalho, que o primeiro casamento de judeus que não teve intervenção da Igreja foi em 1988. Mas entre a minha recusa a presidir a este tipo de casamentos e 1988, houve casamentos feitos por outros párocos, e alguns fora de Belmonte.

Convém ainda dizer que, tanto a causa “escândalo” como a de “prévio Registo Civil” muitas vezes acontecia porque a igreja cominava penas contra estes casos. Não lhes permitia serem padrinhos, por exemplo. Muitas vezes casavam-se só prestes a quererem apadrinhar alguém. Outra pena que muito incomodava os cristãos-velhos e os cristãos-novos que perante a população queriam parecer-se com os outros, era não poderem receber a visita pascal em suas casas. Nestas coisas também eram as mulheres que mais faziam junto dos maridos para acabar com estas situações irregulares perante a Igreja. Mesmo as judias.

E alguns párocos, sob pretexto de conversão e de exemplos de judeus que já tinham abandonado as práticas judaicas e alguns até tinham seguido a carreira eclesiástica, aproveitavam-se do facto para, regularizar a situação legal perante a Igreja, independentemente de se informarem se o tinham ou não feito por conversão ou convicção, pelo menos por parte de um dos nubente. Até em Belmonte há o caso típico do Sr. P.e Franco. «É casá-los, baptizá-los, tudo o que eles quiserem. A fé, essa pode vir depois mais facilmente». Era assim que ele me aconselhava a fazer com “os judeuzinhos”. Por sinal, com um dos cinco que por voltas de 1928 foi a Lisboa circuncidar-se, mesmo com o medo que do regime de Salazar (que também era uma força para a legalização perante a Igreja), com um deles, o Sr. Felisberto, não conseguiu que se casasse catolicamente. Era um caso singular. O P.e Franco, que tinha fama de bastante amigo do dinheiro, até chegava a pagar as dispensas de impedimento dos judeus amantizados, assim se dizia. Pagou, teve na mão a dispensa do Sr. Felisberto. Mas nunca teve uso. Lá ficou com a dispensa de casamento e sem converter o Ti Felisberto ao casamento católico. Felisberto resistiu.

E, já agora, mais uma do Ti Felisberto: Quando se encontrava com o P.e Franco de Matos, a que todos chamavam Sr. Prior, Felisberto chamava-lhe Sr. José. E explicava: O Sr. não me chama Sr. Felisberto? Se me chamar Sr. Peleiro que é a minha profissão, também o chamo Sr. Prior...

Na visita Pascal à casa de judeus, só as judias apareciam, recebiam o pároco e cortejo ou compasso da Páscoa e, acompanhadas quase só das filhas, beijavam o crucifixo. Normalmente faziam-no, não na imagem de Cristo mas na cruz. Disfarçavam como podiam.

Também davam o folar, oferta ao pároco. Era menos que de pobre. Quanto a elas, naturalmente, o pouco era demais; para o pároco, era ridículo. Tanto este como as judias faziam um grande frete instituído por costume.

Os homens não precisavam de fazer frete porque não apareciam mesmo. E faziam bem!

Verifica-se que há poucos casamentos de judeus, todos com dispensa de um ou mais impedimentos de consanguinidade. Contando um casamento que duvido muito que seja de judeu, porque não me lembro dele, mesmo assim, há apenas uma média de 0,65 % de casamentos de judeus por ano.

Para leitores menos conhecedores destes assuntos, será oportuno dizer que o primeiro grau corresponde à linha de irmãos. Mas aparece quando há casamento entre tios e sobrinhos. Em vez de 1º grau costumava dizer-se 2º atinente a 1º, mas às vezes dizia-se só 1º grau. O 2º grau é entre primos diretos. 3º grau, primos segundos. 4º grau, entre primos terceiros.

Há ainda impedimento de consanguinidade (cons.) e de afinidade (afin). Afinidade dá-se quando há casamento com alguém que esteve casado com parente consanguíneo. Dá-se muito, quando há casamento com uma irmã ou irmão de anterior cônjuge. E começamos logo por um caso dos mais próximos e acumulado de consanguinidade e afinidade:

<u>Data</u>	<u>Suplicantes</u>	<u>Grau de parentesco</u>	<u>Causa invocada</u>
▶ 13-01-1911	A. P. Sousa Júnior com C. Aurora	1º cons. e 2º afin.	estreiteza do lugar
▶ 27-01-1915	J. M. Caetano com Isabel Maria	4º cons. e 1º 2º afin.	ob amorem (por amor)
▶ 08-04-1915	J. D. Pereira com A. C. Salgueiro	2º e 3º cons.	estreiteza do lugar
▶ 13-08-1921	Abraão M. Sousa com E. A. M. Sousa	3º cons.	idade da noiva
▶ 15-12-1922	A. D. H. com R. da G.	2º e 3º cons.	prévio Registo Civil
▶ 01-02- 1926	(?) David G. N. com A. F.	2º e 3º cons.	estreiteza do lugar (penso que não são judeus da Comunidade)
▶ 1-1-1927	J. C. Diogo com D. N. de Sousa	2º cons.	falta de dote
▶ 1-1-1927	J. R. com A. H.	2º cons. 1º afin.	prévio Reg. Civil
▶ 3-2-1927	A. H. com M.ª E. B. H.	2º cons.	"
▶ 27-1-1930	F. C. Vaz com A. N. de Sousa	3º cons.	"
▶ .....	A. D. H. com S. H.	2º e 2º at.te a 1º cons.(1)	escândalo público
▶ 21-1-1932	A. C. V. Júnior com A. M. M.	3º duplo cons.	prévio Reg. Civil
▶ 18-1-1932	R. D. H. com A. L.	2º cons. 1º afin. (2)	"
▶ 28-7-1936	A. D. com S. D. H.	2º e 2º atinente a 1º	"
▶ 31-8-1936	A. D. com A. A. R.	3º atinente a 2º cons.	"
▶ 29-10-1936	A. C. V. com A. M. V.	3º atinente a 2º cons.	escândalo
▶ 19-11-1936	A. D. H. com A. N. D.	2º e 3º at.te a 2º cons.	(sem causa assinalada)

(1) Tio que casa com uma mulher que é duas vezes sobrinha ou vice-versa

(2) Este casamento foi feito com uma nubente residente na Covilhã. Como se vê, é casamento de tio ou tia com sobrinho ou sobrinha. Mesmo assim a comunidade judaica de Belmonte, considerou que o nubente tinha casado fora do clã. Nunca a sua mulher foi admitida neste clã. Na Páscoa, por

exemplo, vi este homem ir para a casa do pai que morava em frente da dele e donde vinha o cheiro a pão cozido, a bola da Páscoa judaica. Já levava as vestes brancas rituais e possíveis. Mas a mulher ficava em Casa. O clã deixou por casar a filha deste casal. Porque segregados, porque ficou uma filha solteira, e porque o filho tinha certo nível de instrução e educação, os pais deram-lhe liberdade. Namorou uma cristã-velha, casou com ela. Foi para o estrangeiro, e ainda lá estão, para onde emigraram e onde sempre trabalharam. É caso típico de exclusão do clã e não é único. Não eram só os católicos que segregavam como dizem os historiadores da nova Inquisição do séc. XX.

E casos há em que, depois de excluídos do clã, por terem casado fora, noutra localidade, eram de novo admitidos, não pelos lindos olhos ou lindo sangue, mas porque tiveram filhos varões que deram muito jeito a casamentos com judias do referido clã. Há nomes e pessoas ainda vivas.

As razões de conservação desta comunidade judaica em Belmonte foi a fé, sim. Mas não só! Eram as filhas! Não tinham outro modo de se amparar sem ser pelo casamento. Só eram preparadas para isto.

Para estranhos não trabalhavam, por lei e por costume que conservavam. Meios de ganhar a vida eram poucos e difíceis.

Normalmente, como duas solteiras que eu conheci e refiro noutro lado, vendiam quinquilharia e retrosaria pelas quintas e aldeias. Carregadas que nem burros, com pouco lucro, muito trabalho, muitos quilómetros palmilhados, e muita míngua.

Falo destas e de algumas viúvas de vida igualmente difícil. Pode dizer-se que até para as mulheres judias de Belmonte o século XX foi trazendo algumas melhorias. Mas poucas! (Fotos nº 88, 88A, 88B, 89 e 89A)



Foto 88



Foto 88A

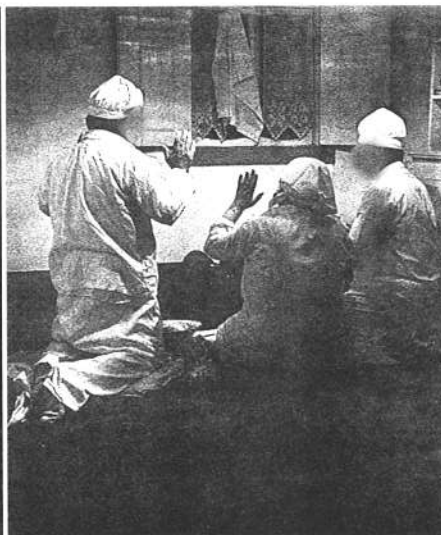


Foto 88B



A Páscoa, dentro de casa.  
Recitação de orações durante a  
confeção do pão ázimo e da oração  
em memória da saída do Egipto

Foto 89 - No dia a seguir à Páscoa,  
ao amanhecer, os cristãos-novos  
atravessaram simbolicamente o rio,  
afastando as águas com ramos de  
árvores, e davam graças ao  
Altíssimo Senhor



Foto 89A - Depois da Páscoa,  
a oração da Alva, após o  
afastamento das águas

## Exclamações Típicas

Algumas exclamações de Belmonte são típicas, algumas revelam autêntica influência da comunidade judaica aqui existente. Outras não. Habitualmente todos as usam, judeus e não-judeus.

A exclamação mais típica na vila é: *Lhá!!!*

Noutra versão mais completa: *Lhá 'lém!!!*

Às vezes junta-se ao nome da pessoa que surpreende com qualquer novidade: *Lhá, Sr. Tal...!!!*

É uma exclamação de surpresa, admiração, e mista de descrença por parecer tão estranho o que se ouviu.

É uma expressão comum a cristão novos e velhos, mas mais usada por estes.

Outras exclamações: *-És um conho!*

Ou: *Estás um conho!*

Ou: *Estás, Ou ainda: És um conho do rio!*

*És um conho com dois olhos!* Igual a: *és um bruto!*

*Branca!* Ou: *Branca, Sr. Abílio!* Ou mais completa, quando se responde: *Abra a porta, Maria Rita!* É expressão que designa que grande mentira, ou que grande engano, ou aí há coisa grossa!

É conhecida a origem desta expressão que vem do primeiro quartel do século XX.

O Sr. Abílio era pessoa rica e influente na terra. Mais na monarquia, mas ainda na República. Dizia ele que tinha conhecido (às vezes dizia *provado*) tantas mulheres que, enfiadas num cordel chegavam de Belmonte à Covilhã. E não lhes olhava muito às caras. Por vezes até ganhava dinheiro com isso. Criadas da casa, viúvas que iam ter com ele por causa do inventário de menores... Emprestava-lhes dinheiro, fazia-lhes mais um filho, e ficava-lhes com as propriedade hipotecadas.

Morava, entre a Câmara actual e a actual Farmácia Costa, na Rua de Pedro Álvares Cabral, que está agora mesmo a ser demolida para obras.

Conta-se que, entre outras, tinha uma amante de Orjais. Quando esta estava em alta e batia à porta, ele, que tinha o escritório rente à estrada e ao lado da entrada de casa. Controlava as entradas. Quanto esta amante batia a porta, ele perguntava: - Quem é?

- Branca, Sr. Abílio! - Respondia ela.

E ele dava ordens à criada da casa: - Abra a porta, Maria Rita!

Há cerca de um ano soube que em terras à volta de Belmonte, concretamente no Colmeal da Torre diziam a primeira parte desta exclamação para significar "*mentira!*", *Não posso crer!* Mas de modo já muito corrompido e bastante diferente da expressão inicial. A pessoa que m'a transmitiu, era pessoa culta e confessou-se admirado com a expressão original.

Deste Sr. Abílio se conta, e as fontes são fidedignas porque bem conhecedoras da figura e da vida, conta-se que quando foi pedir noiva em casamento para um filho comparsa, a mãe da noiva, de família nobre mas de fracos recursos económicos, terá dito: - Sabe, Sr. Abílio, que minha filha é de família nobre! Fidalga!

Ele respondeu: "- Sempre ouvi dizer, minha senhora, que fidalguia sem comedoria é gaita que não assobia."

Esta mais uma expressão ainda muito usada em Belmonte. Mas, é preciso dizer que este senhor, aos domingos de manhã, tinha sempre uma fila de pobres à porta. De um a um aproximavam-se e dava-lhes um tostão.

Outras expressões, algumas de origem judaica, mas adoptadas por cristãos-velhos são muito correntes:

*-Ai setenta e três!* Ou: *Setenta e três nomes do Senhor!* Admiração completa com estupefacção.<sup>340</sup>

*- Ai Altíssimo Senhor!* Ou: *Altíssimo Senhor Deus de Adonai!*

*- Má terçã!* Outras vezes e a maior parte das pessoas já diz: *Màtrãção!* Ou: *Màtrãção te dê, alma desgraçada!* Rogar uma terçã era rogar uma febre terçã. Hoje não se tem esta noção. "Màtrãção!" é apenas uma exclamação. *Màtrãção te dê no baço, coisa desgraçada!*

E antes da passar à frente convém dizer que a gente de Belmonte, normalmente diz estas

<sup>340</sup> Habitualmente é uma admiração. A origem poderá ver-se em que 73 era o número de vezes que tinha de se rezar a oração seguinte, quando se acendiam, às sextas-feiras à noite: "Anjos benditos, profetas, patriarcas, monarcas diante do Senhor, sejam servidos entregar esta torcidinha à honra e louvor do Senhor, por intenção da Santa sexta-feira até sábado. Amens, Senhor, ao céu vá, ao céu chegue".

pragas imitando a maneira de falar dos judeus: R gutural, S fricativo...

- *Ai este monte de trabalhos! Ou: Ai meu monte de trabalhos! Ou ainda: Sempre me saiste cá um monte de trabalhos!* Esta expressão é semelhante à de outras localidades. Mas aqui, em Belmonte tem conotação com os judeus. Eles diziam ou dizem que diziam, quando lhes nascia uma filha em vez de um rapaz:- *Ai este montes de trabalhos! Logo me havia de vir este monte de trabalhos!*

Está isto ligado ao facto de, para poderem casar uma filha ser mais fácil ter um filho para troca. De outro modo, só com dote. Se tivessem um filho, a posição estava mais garantida e era de vantagem. Já podia nascer, então uma rapariga que já não era tão grande monte de trabalhos.

Alguns casais houve cujos filhos abandonaram a comunidade judaica, porque tendo o casal tido só rapazes eles não se sentiram comprometidos e casaram onde lhes apeteceu, fora da comunidade. Valha a verdade que a maior parte das vezes também com judias, mas de fora de Belmonte, ou, mesmo de Belmonte, mas cuja ascendência judaica estava mais esquecida. De qualquer modo, mesmo casando com judias, eram postos ou considerados fora da comunidade, como está dito noutro lugar.

### **Pragas de judeu! (e não-judeu)**

Há judeus, (eles lá sabem porquê!) que não gostam que se diga que eles rogam pragas e muito boas e fortes. Sobretudo cheias de graça, génio mesmo. São sempre hiperbólicas. Acho nelas como que uma reminiscência dos estilos literários orientais e do tempo dos judeus deslumbrados com a riqueza que viram na terra prometida, com seus reis David e Salomão. Acho! E acho graça.

Penso que são bem reveladoras de algum antagonismo, ou mais, que isso que houve entre judeus e cristãos, ou entre cristãos-novos e cristãos –velhos. Penso que estas pragas são até um sinal do tipo de convivência que se estabelecia entre gente de raças diferentes. Evoluiu, chegou ao ponto de se dizerem pragas só quase como um jogo.

Hoje, dizem-se por graça, às vezes até só entre cristãos.

- *Sim, alma desgraçada! Tantos trabalhos te persigam como de mosquitos calcados a martelo são precisos para deitar a torre do castelo abaixo!*

- *Olha, alma desgraçada, eu então não te rogo mal nenhum: Oxalá que tantos males te persigam como de ovos são precisos para deitar a torre do castelo abaixo!*

- *Olha, alma desgraçada, o Altíssimo Senhor te dê tanta vida que se te gastem as pernas!*

- *Olha, alma desgraçada, oxalá que sejas tão feliz que te nasça uma coroa de espinhos no coração!*

- *Olha, alma desgraçada, tantos trabalhos te persigam que queiras morrer e não possas!*

- *Ainda hoje se diz, a brincar: O Altíssimo Senhor te dê uma camioneta, alma desgraçada! Velha! Ouviste? E pintada de novo!"*

É frequente, quando alguém roga alguma praga a outrém, ouvir-se o comentário: - *Eina! Que essa é praga de judeu!* Eis um exemplo: *"Corrido sejas como o dinheiro! Alma desgraçada!*

E agora esta que tem de ficar registada:

No tempo de Sr. Francisco Costa, boticário, e no tempo em que a Farmácia Costa estava no Largo de São Francisco ou Dr. António José de Almeida, quem ficou a substituir o pai foi o filho que todos dizem ter sido o mais malandroco, o Sr. Cursino, o menino Cursininho, como era conhecido.

Chega um rapazito judeu à farmácia, muito aflito, atarantado mesmo, e diz: - Ó menino Cursininho, pela sua rica saúde avie-me depressa esta receita.

O menino Cursininho deu-lhe para brincar, e começa a falar e a movimentar-se com tanta calma que era capaz de fazer explodir um morto.

- Então porquê tanta pressa?

- É que o meu pai está mesmo à morte. Avie-me depressa, pela sua boa sorte!

E o Cursininho lento, lento, a olhar para a receita a fazer ainda mais difícil a leitura. A duvidar se seria ou não seria aquilo, ou antes aqueloutro. A queixar-se do raio da letra do médico. A subir o escadote e a descê-lo, muitas, muitas vezes!

O pequeno judeu a ferver, a ferver...

O Cursininho a buscar, devagar um remédio a tornar a ler, a duvidar, a trazer, a dar jeito de voltar atrás, não decidir. A repetir a mesma farsa várias vezes, demoradamente. Demoradamente a ajeitar



os medicamentos e a embrulha-los. E... é tanto!

O judeuzito pagou. Demoradamente o nosso Cursininho fez o troco. De vagar. E o nosso judeuzito estoirava de pressa.

Por fim, o menino Cursininho entrega-lhe os remédios e diz-lhe ainda de vagar, como quem deseja melhoras:

- Toma lá. Oxalá que quando chegares a casa, encontres o teu pai (*e só aqui apressa o discurso*) enforcado nas tripas da tua mãe!

- O judeu deu um salto para trás. Parou. Recompôs-se da surpresa, avançou para o menino Cursininho e diz:

- Olha, alma desgraçada, tantos trabalhos te persigam que se te veja o cu pela boca!

E desandou a correr.

De todas as pragas de judeus, fiquei muito longe. Algumas, e talvez estas, vêm noutros lugares que não pretendi copiar.

Ficou uma amostra e fica a ideia de que até por aqui se pode ver o tipo de relações entre a comunidade judaica e a outra gente.

## **NOTAS**

### **Facilidade de entrada dos judeus**

Mesmo depois do Tratado de Alcanises, e de os territórios de Riba Côa serem portugueses, os seus habitantes usaram de certa autonomia perante o rei no de Portugal. Esta autonomia chegou mesmo a ser-lhes reconhecida por D. Afonso IV (24 de Março de 1325) e depois por D. Manuel (17 de Novembro de 1497). “O estatuto de favor privilegiava a situação dos habitantes perante a soberania portuguesa, não lhes fechava as portas de Castela, facilitava o exercício dos “costumes de Riba Coa” e criava ambiente de trânsito favorável às levas de mercadores judeus que, naquela Raia, tinham ambiente propício, já que, através dela, se estabeleciam as ligações entre as sinagogas de Toledo e de Belmonte, Covilhã, Gouveia e Guarda.”<sup>341</sup>

Muitas vezes se perguntam como foi possível a fixação de tantos judeus nesta zona, e em Belmonte? Aqui está uma resposta que reforça as que geralmente se apresentam.

### **Sinagoga de Belmonte**

Como ficou dito, a quando da demolição da Capela de São Francisco, foi encontrada a pedra da primeira Sinagoga.

É um Bloco monolítico de granito de grão acentuadamente negro, com altura de 0,40m, largura de 0,58m, e grossura de 0,18m.

A leitura, segundo Samuel Schwarz<sup>342</sup> é a seguinte:

A tradução:

“E ADONAI (Deus) ESTÁ NO SEU TEMPLO  
SAGRADO, EMUDECE  
PERANTE ELE TODA A TER-  
-RA

Depositada no Museu Luso-Hebraico “Abraão Zacuto,” (Foto nº 90) em 7 de Agosto de 1943, pelo Museu Regional “Francisco Tavares Proença Júnior”, de Castelo Branco.

Esta lápide pertenceu à antiga Sinagoga de Belmonte (Beira Baixa), de cujas ruínas foi retirada, em 1910, pelo Arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior que a ofereceu ao Museu de Castelo Branco. Samuel Schwarz atribui-lhe a data de 1279.

Uma nova sinagoga foi construída em Belmonte, na Rua da Fonte da Rosa, em 1996, com o nome de Sinagoga Kadoorie Mekor Haim (Foto nº 90A). É aqui que a Comunidade Judaica se reúne com a presença de um rabi ou de quem o substitua para celebrar seus ritos e festas.

(Ver adiante «A Pia que fez cristãos-novos?»). (Ver Foto nº 51)

<sup>341</sup> Gomes, Pinharanda; História da Diocese da Guarda; p. 67.

<sup>342</sup> Samuel Schwarz - Inscricões Hebraicas em Portugal, in “Arqueologia e História,” Vol. I, Lisboa MDCCCXXII, (separata, Lisboa 1923, p. 24 ); Os Cristãos-Novos em Portugal no Século XX, Lisboa, 1925, p. 9.

## Diogo Henriques

Aparece, pela 1ª vez, no Livro de Agências da Câmara de Belmonte, como quem “fabrica panos”, na Freguesia de Santa Maria, Rua de Marrocos. É tributado em 1798 e depois em 1799 com 100 réis. Nesta data não aparece mais nenhum judeu ascendente da Comunidade Judaica. É caso para estudo mais apurado, ou para revelação de outras fontes mais concretas. E se existem, teremos de aceitar.

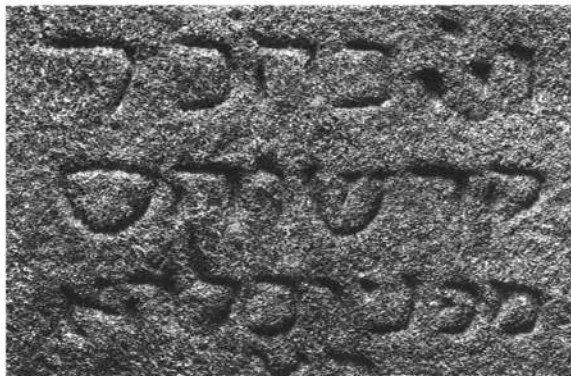


Foto 90 - Facsímile da pedra da primitiva sinagoga de Belmonte, com data de 1297



Foto 90A - Belmonte. Nova Sinagoga de Kadoorie Mekor Haim

## Instituições

### **Bombeiros Voluntários de Belmonte**

Esta instituição humanitária foi fundada em 4 de Março de 1954.

O antigo quartel foi construído atrás da Tulha, e nunca chegou a ser concluído.

Já depois do 25 de Abril de 1974, foi construído novo quartel, junto da Fonte Grande. Daqui, vir muitas vezes a designação de Bombeiros Velhos e Bombeiros Novos.

Logo após a fundação, e depois de 10 de Outubro de 1954, a Sra. D. Albertina Briosso Pina, fez a oferta da primeira ambulância. (Anexo nº 23)

### **Cantadeiras de Caria - Caria**

D. Maria Alcina Cameira Franco Patrício foi professora do Ensino Secundário, no Externato ou Colégio de Belmonte, assim como seu marido, o Sr. Dr. José Alves Patrício, médico de Partido, em Caria.

A Sra. D. Alcina, em Caria foi a organizadora, directora e alma de uma das associações do Concelho que teve repercussões culturais a nível internacional.

O maior valor desta associação “Cantadeiras de Caria” foi ter recolhido o folclore e etnografia de Caria e da região, terem-no interpretado de maneira original. O concelho sente nas Cantadeiras de Caria o testemunho das suas raízes e identidade.

### **Centro Cultural Pedro Álvares Cabral (Anexo nº 32)**

### **Sopa dos Pobres - Caria**

Em Caria, a maior parte das pessoas, senhoras, que fizeram muito bem, está em risco e de ser esquecido: Maria José Esteves Pinto, Emília Leitão Nabais, Maria José Videira, Celeste Proença, Maria Alcina Patrício. Com o seu trabalho angariaram meios para sustentar esta instituição.

### **Beneficência - Caria**

D. Maria da Piedade Cameira Pires Soares contemplou dez sobrinhos com riqueza mas deixou à Junta de Freguesia uma várzea, uma Casa que foi sede da Junta de Freguesia, e um quintal que poderá vir a ser um Centro de Dia.

### **Cantina de Belmonte**

Nas décadas de 1950 e 60, havia fome em Belmonte. Onde mais se sentia era nas crianças, sobretudo nos lados de Marrocos e nas Quintas. Nas crianças das Quintas, notava-se ainda mais nas que frequentavam a escola.

Abriu-se uma cantina na Casa Paroquial que depois se transformou em Cantina Escolar. Funcionou numa Casa da Câmara Municipal, junto do Sítio da Forca. Tanto na Cantina Paroquial como na Cantina Escolar, pároco e professores colaboraram sempre. Faziam-se cortejos para, além doutros modos, angariar fundos e géneros. Lembro os Professores Joaquim José Miranda, Mário Inácio Dias Duarte, Maria José Robalo de Sousa, Ilda Bidarra e Estefânia Sousa Miranda.

### **Construção da Igreja Nova da Sagrada Família em Belmonte**

Já antes, no século XIX, o Pároco e administradores tinham dado notícia da necessidade de construir uma nova Igreja (Foto nº 91), porque a de S. Tiago era única naquele tempo e tornava-se de todo insuficiente.



Foto 91 - Igreja da Sagrada Família/  
Matriz de Belmonte

Foi construída pelo povo, com dádivas que o então pároco, P.e José Franco de Matos, conseguia dos paroquianos. A primeira dádiva e que serviu de arranque foi o terreno oferecido pela Família Pignatelli.

O P.e Franco costumava falar de outros apoios. Um dos maiores foi o transporte da pedra, em carros de bois. E lembrava: - Os meus quinteirinhos! Senão fossem eles!...

Depois, eram homens que eu ainda tive a ajudar-me desde a primeira hora em comissões para acabar de pagar a Igreja ao P.e Franco (8.000\$00) e, a par destas Comissões de homens, consegui formar Comissões de senhoras, e, como o P.e Franco, consegui trabalho que o povo dava e deu para acabar a Igreja e, depois, para fazer os altares, segundo a planta inicial e a casa de obras paroquiais.

Isto depois de 1954. O anterior pároco, P.e Alfredo Caldeira da Rocha, nada fez. De escritos, deixou os do Registo Paroquial, o rol de confessados. E a relação dos responsos. Mais nada. Negou a dívida ao Pe. Franco.

Infelizmente o Sr. P.e Franco de Matos também não deixou nenhum livro escrito com estas nem outras coisas. Se deixou, foi destruído pelo P. Alfredo Boavida da Rocha. Eu deixei, desde 10 de Outubro de 1954, um livro que pode relatar o que se fez, quem deu, quanto, quando...

Mas, já agora e para que alguma coisa conste e que me lembra do que o Sr. P.e Franco me disse, bom é falar de Luís Pombal, da Lardosa. Foi um bom pedreiro em Belmonte. Juntou-se-lhe Joaquim Jerónimo e outros da sua equipa. Foram os pedreiros da Igreja, cantaria e tudo.

A equipa de caiadores foi a de Joaquim da Costa, com os filhos o Joaquim Guilherme da Costa e o José da Costa, e um sobrinho, o Acácio Antunes. Os carpinteiros foram Joaquim Caninhas e a equipa, Joaquim Leal Nanoura...

O autor do desenho e talha de três altares, o trono do altar-mor, tribunas, púlpitos, e coro, foram da autoria de Manuel da Costa, marceneiro da Estação da Guarda. Um estilo que pretendia ser gótico e que será um mais ou menos amaneirado, se pode chamar-se-lhe assim, e que ele deixou em muitas igrejas da época. A talha do Altar de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança é da autoria e lavra de um entalhador de Braga. (Foto n<sup>o</sup> 92)

Nas Comissões, para angariar fundos, lá estavam João dos Reis, António dos Reis, Manuel Baltazar, José Pina, Mário Gomes... E lá estava a Banda sempre pronta para dar uma arruada, para falar mais forte que o Sr. Prior, ou ajudar às palavras deste.

A nova Igreja tem altar-mor, e quatro altares laterais. O altar-mor e dois dos altares laterais são de talha dourada sobre fundo branco ou de cores suaves. O altar-mor tem ao centro a imagem da Sagrada Família, patrono da Igreja, da altura de mais de metro e meio ou mais.

À direita tem uma imagem do Sagrado Coração de Jesus e, do lado contrário, uma de N<sup>a</sup> Sra. do Rosário, de sabor a escola italiana e que noutro se diz de onde procedeu.

Mais abaixo, e à altura do Sacrário, tem, à direita, uma pequena imagem de S. Tiago que, desde o século XII mantém o título de Orago da Paróquia, e, do lado oposto a este, atrevia-me a dizer que está uma pequena imagem de Sta. Teresinha.

O altar do lado do Evangelho é de N<sup>a</sup> Sra. de Fátima, com imagem de mais de metro e meio. De lembrar que esta Igreja foi inaugurada em 13 de Maio de 1940. O altar da Epístola é de São José, com imagem do mesmo tamanho da anterior.

Há ainda o altar de talha de chapa dourada. É o que foi destinado a N<sup>a</sup> Sra. da Esperança. A grande devoção da gente de Belmonte. Está enquadrado num dos lóculos deixados originalmente de cada lado da igreja. (Foto n<sup>o</sup> 93)

Sobre a história, o estilo, e a devoção deste povo para com a imagem de Nossa Senhora da Esperança, fala-se noutro lugar. Lembremos só que a tradição do povo, e ainda não desmentida, é que esta Senhora acompanhou o belmontense Pedro Álvares Cabral na viagem em que este herói descobriu o Brasil. Precisamente como oferta do Brasil, está também neste altar uma pequena imagem, negra, de N<sup>a</sup> Sra. da Aparecida, oferecida a Belmonte pelo Brasil. Ainda neste altar, a cruz é de ferro, e réplica da cruz que está no Museu da Sé de Braga, e que presidiu às duas missa mandadas celebrar no Brasil por Pedro Álvares Cabral, em 26 de Abril e primeiro de Maio, em 1500.

No lado oposto, noutro lóculo original das construção, está S. João de Brito.

Há outras imagens pela paredes, uma delas é de S. Francisco e veio do Convento do Franciscanos dedicado a N<sup>a</sup> Sra. da Esperança e de que se fala noutro lugar.



Foto 92 - Altar Mor da Igreja da Sagrada Família/Matriz de Belmonte



Foto 93 - Altar de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança. Vê-se também a imagem de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Aparecida, oferta do Brasil a Belmonte. Igualmente uma cruz de ferro, réplica da que terá presidido às primeiras missas do Brasil

Quase a meio do corpo da Igreja estão dois púlpitos, um de cada lado, em talha semelhante à dos altares, um deles tem os evangelistas em relevo; o outro tem cenas da Paixão de Cristo.

Estiveram inicialmente, um de cada lado do arco cruzeiro. O actual pároco José Martins Registo, colocou-os um de cada lado, ao meio do corpo da Igreja.

Este pároco, com o povo, acabou de pagar a construção da Casa de Obras Paroquiais, feita na vigência do Pároco anterior.

(Anexo nº 25, A Igreja da Sagrada Família, e Anexo nº 30)

### **Exploração Mineira – O auge**

Pelo conhecimento real da vida da gente do concelho de Belmonte no século XIX e pela história oral deste século, podemos ter ideia da vida económico- social e político- religiosa de quem aqui viveu.

A base económica, sobretudo das vilas, eram os mercados. Tiveram e ainda têm muita importância.

Depois, foi o minério. Os primeiros assomos de melhoria de vida, apareceram com a exploração mineira que começou em 1917, ou antes, teve o auge entre 1937 e cerca de 1960.

Sobretudo durante a 2<sup>a</sup> Grande Guerra o minério trouxe muito dinheiro. Algum dele, como em todo o lado, foi dar a mãos que nem sabiam o destino que lhe haviam de dar.

E para muitos, a primeira satisfação foi viver como ricos.

Comer pão de ló ou pão leve em vez de pão centeio; fumar tabaco enrolado em notas de 500 mil réis, ir a restaurantes e comer pratos uns a seguir aos outros, mesmo sem ler e sem saber o quê... era viver à rica. Isto mais com os que apanhavam o minério ou andavam ao mineral.

Conta-se de um que, num restaurante a Lisboa, foi apontando na lista tudo a seguir, por ordem, mandou vir e comeu tudo a eito.

Quando chegou, veio a dizer mal do restaurante; - Só sopas, só sopas, sete pratos.

A História conta-se, talvez alterada, com ele a dizer não "sopas" mas: - Só: Topas, só Topas, sete pratos!

Mas algum dinheiro caiu em boas mãos.

Entre os apanhadores de minério e os fundidores havia os intermediários, compradores-vendedores.

Muitas vezes este negócio era feito por taberneiros- merceeiros- negociantes de minério,... e por taberneiras.

A porta estava aberta até altas horas, havia sempre uma entrada e saída mais discretas. O negócio era feito pela calada da noite.

Num material que tão facilmente se escorria das mãos por entre os dedos, havia ainda uma grande dose de confiança na palavra dada, o que nem sempre resultou.

Os fundidores procuravam ter um comprador em cada povoação, e normalmente estes eram fiéis do fundidor que, muitas vezes adiantava dinheiro para que nunca faltasse e nunca se deixassem de comprar arrobas ou um grama que fosse a mais por falta de dinheiro.

Os fundidores normalmente combinavam o preço do mercado. Mas, sobretudo quando era preciso aviar rapidamente uma carga ou completá-la, ofereciam por trás mais algum por quilo, e os intermediários vendiam o que podiam e deixavam para o seu fundidor um pouco menos. Desculpas havia sempre.

E, às vezes, os mineiros ajudavam a fazer carradas uns aos outros, com lucro para ambos, claro!

Deste modo, todos os fundidores confiavam uns nos outros. Todos os fundidores confiavam nos seus compradores e estes nos seus fundidores e financiadores. Mas todos os fundidores se enganavam, todos os compradores falhavam... Mas, só se de todo fosse preciso...!

Era a candonga!

Havia mesmo os candongueiros.

Havia quem comprasse por conta própria e vendesse a quem mais lhe dava.

Estes, normalmente, sabiam o que era o dinheiro. Seu dinheiro era fêmea. Para muitos dos apanhadores é que era dinheiro macho, e marchava de repete.

Formaram-se fortunas, e quando o minério acabou, os fundidores eram gente rica, pôde dedicar-se a outras actividades lucrativas, tinha comprado, comprado. Outras marcharam ricos daqui para fora, até para o estrangeiro.

Alguma gente se formou com dinheiro de minério.

O minério ajudou a fazer a Igreja do Colmeal e um pouco a de Belmonte.

Mas, vamos de novo aos fundidores. Estes eram, normalmente mineiros. Mas, normalmente não exploravam minério. Lá abriam um corte ou outro para inglês ver.

Tinham lá um grupo que normalmente lhes vendia a eles quase todo o minério, mas que, embora bem vigiados, iam levando algum para venderem mais caro na candonga.

Os mineiros tinham todos (ou quase) separadora e ou fundição.

Eram mineiros porque registavam coutos em propriedades suas (ou de outros), pagavam seus impostos, estavam legais em tudo.

Para maior legalidade tinham coutos mineiros registados em mais que um concelho para melhor circularem. Legalmente, e era necessário. Também se entendiam entre si quando convinha, e se traíam quando era preciso, como ficou dito.

Repetindo: "Minas são pantominas e mineiros são pantomineiros".

De Belmonte, ou gente de Belmonte metida no minério ainda conheci, a Companhia da Gaia, e uma Francesa, no Colmeal. Abel Simões Coutinho e filhos, tinha separadora no Colmeal, Creio que era Manuel Botão que orientava o trabalho a sua oficina;

Albino Teles da Fonseca tinha a separadora no Vale Mourão, (Vela). Quem orientou o trabalho foi Honorato Birra; Virgílio Pereira de Sousa, tinha também a separadora no Vale Mourão, era Filipe Mariano o tratador; Francisco Sales de Sousa e Joaquim Pereira de Sousa tinham, um deles, pelo menos, oficina de separação no Ginjal, e José Botão era o encarregado; da família Amaro, também havia quem se dedicasse ao minério, pelo menos o pai, Faustino Amaro. Dos filhos, Talvez Luciano Amaro... David de Sousa, creio que teve como encarregado Fernando Marante. Em Caria, sei que havia separadora no Lameirão ou Lameirões, mas não sei de mais informação, nem se havia mais que esta separadora.

Sobre este assunto, além do que se possa saber pelo registo nas finanças e na Direcção de Minas, haverá possibilidade de saber alguma mais informação oral. Nisto como noutros assuntos esta obra pode e deve começar a completar-se logo no dia em que sair, porque já antes se sente a

falta de referências dignas e que completem a verdade histórica.

Mas também ainda me lembro de alguns compradores ou intermediários de minério. Conceição Caio, Capitolina nas Catraias, José Plácido e Isidro Fontes, na Gaia. Joaquim Marques e Stela ou Stelinha Calheiros no Colmeal. Eduardo Tomás, em Maçainhas. Tenho dúvida, mas na Estação de Belmonte eram Albertino Amaro; Joaquim Pacheco que desconfio que tinha separadora também; e Atanásio Goncalves(?)....

Mas neste campo, penso que haviam muitos mais, mas mesmo muito mais do que eu sabia. De resto nem convinha que se soubesse...

Enquanto não se soube separar outro minério senão a cassiterite do minério de ferro, este foi vendido a 1\$00 o quilo. Depois, quando conseguiram separar a tantalite, isto foi uma nova fonte de riqueza para os que continuavam a separar, e, sobretudo, para os que tinham armazenado o minério de ferro.

E a luta que foi para os que ainda não sabiam fazer esta separação a aprenderem?

Foi nesta altura que eu aprendi que os mineiros faziam como os ourives: - Nunca varriam da porta para fora mas da porta para dentro. Nunca se sabia o que se varia quando se varria para fora da oficina ou separadora.

E o negócio que se fazia para vender o minério de ferro que não se sabia tratar?

Depois, os mineiros de Belmonte deixaram-se ultrapassar por uma separadora e fundição, modernas em técnica e produção, que se fez em Mangualde. Foi o Estado que decidiu... Os fornos de fundição foram parando por ser mais rentável entregar à nova empresa.

### **Ditadura**

Ainda durante a ditadura o que houve de mais importante foi a criação e construção de escolas, de instrução primária, chafarizes e fontanários com água corrente, e da rede. Água canalizada em Belmonte e Caria. Daí datam os depósitos junto das igrejas.

Dentre as escolas, de tipos estandardizados, contam-se as de Belmonte, Caria, Colmeal, Gaia, Maçainhas, Monte do Bispo, Estação de Belmonte, Quintas da Pimenta, Inguias, Carvalhal Formoso.

No tempo do Dr. Mário Galvão Videira construiu-se o celeiro para recolha de cereais em Caria.

No caso de Belmonte, e com o abastecimento de água à Igreja, o pároco que aqui chegou em 10 de outubro de 1954, teve, tempos depois, uma questão com o Presidente da Câmara, Dr. Mário Galvão Videira.

Pareceu-lhe que o novo pároco tinha a mania, e não ia em tudo quanto ele queria. Era tido como elemento não-seguro para o regime, ou pior que isso. E começou por levantar uma questão. Quis obrigar o pároco a pagar a água que a Igreja consumisse; e este respondeu que sim, quando a Câmara retirasse o Depósito da água do terreno da Igreja ou a Câmara pagasse renda do espaço ocupado pelo Depósito. O Presidente não entendia a pretensão. E foi-lhe dito que o depósito tinha sido colocado ali, contra a vontade do então pároco. Como não se apresentava outra alternativa, o P.e Franco de Matos autorizou com a condição de não pagar a água que gastasse. Nada escrito, mas, tanto assim era, que nunca se tinha pago.

Mas a Igreja, que até aí não pagava energia eléctrica, começou a pagá-la. O pároco argumentou que a igreja sempre tinha sido isenta. Mas o Presidenta da Câmara disse que a Câmara tinha passado a administrar o consumo da energia eléctrica. Soube-se que tinha sido graças ao Sr. Dr. Aníbal Leitão, ligado à anterior empresa que tinha concedido essa dádiva à Igreja. O Dr. Aníbal Leitão morrera, as empresas e administração tinham mudado. E a Igreja começou a pagar a electricidade.

Duas Casas do Povo, nas duas vilas do Concelho (para o bem e para o mal), arranjo e calcetamento de algumas ruas, sobretudo o começo do Ensino oficial gratuito com a criação do Ensino Preparatório, isto, por parte do Estado, foi também marcante no Concelho.

A emigração controlada para as colónias e depois a emigração descontrolada e a salto para a Europa, sobretudo para França, trouxeram, primeiro uma sangria de gente que tinha de procurar com que viver e viver com direitos.

A emigração para as colónias não trouxe valor económico significativo. Os que regressaram fizeram-no trazendo poucos bens ou nenhuns, trouxeram a lembrança de um sonho que dava para eles todos e para Portugal, mas que acabou.

Ainda, durante os Estado Novo, mas por iniciativa particular criou-se o Ensino Liceal completo, e criou-se a indústria da Confecção Industrial de que se falará.

### **Casa do Povo**

No tempo do Presidente da Câmara, Dr. Filomeno dos Santos, este teve que apresentar obra feita. Estavam em moda as Casas do Povo, fez uma Casa do Povo em Belmonte e Caria.

Com que dinheiro? Sobretudo com dinheiro do minério. Todos tiveram que pagar. Era estipulado a quantia para cada um. Isto em Belmonte. Chamaram-lhe donativos.

Por fim, só ficaram os nomes das mais importantes companhias mineiras do tempo. Ainda lá se encontram:

Este edifício foi construído com os donativos de:

R. E. GRUBER  
VIRGÍLIO P. SOUSA  
C.E M.ÈRE LA RIBEIRA  
FRANCISCO S. SOUSA  
AMARO E F.OS, L.DA  
LUIS GONÇALVES E C.<sup>a</sup> L.DA  
31 E MARÇO DE 1942

No dia da inauguração vieram representantes do Governo. Mas, se já tinha havido descontentamento por ter sido imposto o que tinham de dar, mais descontentamento houve com o descerramento da lápide só com aqueles nomes.

O descontentamento foi abafado como era fácil naquele tempo. Apenas um homem, em cima do palco para onde fora convidado como figura oficial, aproveitou para se manifestar.

Foi o pároco, P.e José Franco de Matos. Ele tinha feito a igreja, e tinha-a inaugurado em 13 de Maio de 1940. Os que deram para a Casa do Povo não teriam dado para a igreja tanto como ele precisava. Ele ainda devia dinheiro. Para ele a Casa do Povo, feita para cinema e diversão, era uma espécie de casa de depravação. Terá dito isto ou semelhante do púlpito para baixo, e foi logo apelidado de Comunista por entidades do conselho e políticas. E a coisa não caiu bem.

Mas teve de benzer a Casa do Povo que ele chamava de Casa de Depravação... Quando, no palco, lhe deram a palavra como representante da Igreja, lembro-me da única coisa que ele enfatizava: “- Peguei na minha capa e disse: Chamam-me comunista? Pois vejam! A minha capa é preta e bem preta!”. E brandia a capa negra...

Em Caria, a Casa do Povo era junto ao Cruzeiro, onde se diz que foi a Capela do Espírito Santo de que resta o pequeno campanário.

### **Zeca Afonso e D. Lucrecia**

Por aqui passou a Revolução da Canção. Aqui foi criança e jovem. Aqui teve a sua primeira paixão.

Zeca Afonso viveu aqui, estudou aqui a instrução primária.

Não se encontra o registo do exame da 4<sup>a</sup> classe.

- Como veio aqui parar?

Seu pai era juiz em Dili.

Após a invasão de Timor na última Grande Guerra, pai e família metidos num campo de concentração japonês.

A avó de Zeca Afonso, a Sra. D. Lucrecia, tinha acompanhado o filho mais novo, o Dr. João Filomeno Afonso dos Santos, que fora colocado em Belmonte na Conservatória. O neto mais novo, que na ausência dos pais ficara a viver com a avó paterna, acompanhou-a e ao tio.

O tio, Dr. Filomeno, era a Chefe da Legião Portuguesa no Concelho, e foi bem depressa Presidente da Câmara de Belmonte.

Diz gente do povo que, quando conviveu aqui com Zeca Afonso, este começou por não gostar do tio porque pensava que ele tinha poder para tirar sua família do campo de concentração e nada fazia para isso.



O certo è que Zeca Afonso rumou até Coimbra.

Nas férias aí estava ele, pelo menos enquanto a avó ainda aqui viveu.

E espalhava por aí as sua canções. Não claramente, sua avó assim lhe pedia, por causa do tio.

Ensinava-as a crianças, uma garota, a Judite Martinho, por exemplo.

Convidada a cantar, e sem saber todo o mal, cantava-as até em festas...

Um dia apareceu um papel afixado na Rua de Inverno contra a Legião Portuguesa ou contra abusos de poder do Presidente da Câmara. Fala-se que a Câmara obrigava os exploradores de minério por conta própria a pagar um cartão. A vigilância era apertada.

Mas dizem também que o dinheiro dos cartões nunca apareceu registado em livros da Câmara. Era o "fala-se, fala-se". O Presidente tomou aquilo como ataque pessoal e era. Mas deu-o como ataque ao governo. O pretexto foi o escrito afixado contra a Legião Portuguesa, na Rua de Inverno.

Quem foi, quem não foi? Nada se apurava. Puseram-se a prender suspeitos. E foram indo, indo, até chegar a trinta. Uns ficaram em Castelo Branco, mas outros foram arquivados em Lisboa. Um dos presos foi o Ti Marante, Fernando Marante, o primeiro homem que apareceu por aqui a saber jogar futebol e com fama de pertencer ao Partido Comunista(?). Era tido ou era mesmo comunista. Mas era incapaz de fazer mal a alguém e tinha medo... Foi dos primeiros a marchar.

Entre outros havia pessoas como O Necas Barreiro, Manuel Vaz Barreiros. Um artista, um sonhador, um aventureiro. Mas ideias políticas, não. Conta-se que a maior ofensa que Necas Barreiros trouxe desta prisão foi que a polícia usou o nome de Neca para o dar como um dos presos, quando ele só autorizava esse tratamento a pessoas amigas.

Outro preso, foi o irmão deste, José Vaz Barreiros, pessoa republicana de gema, mas sem alterações. Diz-se que alguém (antes de tudo isto) lhe tinha colocado um número do órgão oficial do Partido Comunista o "Avante" na Tesouraria da Câmara de que ele era chefe, e foi expulso. Outro ocupou o seu lugar, como é claro!

Outro preso foi João Martinho. Tinha saído do Seminário. Não parece tivesse feito maior mal. Mas como sabia escrever... podia ter sido ele a escrever o panfleto na Rua de Inverno, por sinal perto de sua casa. Por sinal também este era filho de pessoa amiga e vizinha da mãe do Dr. Filomeno dos Santos, a sua casa era uma das mais frequentadas pelo Zeca Afonso e as filhas eram raparigas suas amigas.

Este não passou de Castelo Branco, porque a Sr. Albina Clemência Martinho se jorrou aos pés da mãe do presidente da Câmara e lhe pediu por tudo para pedir ao Sr. Dr. Filomeno para lhe livrar o filho da cadeia. E livrou.

Por sinal, foi junto desta casa das Martinhos, a poucos metros daquela em que Zeca Afonso viveu com sua avó, e no Largo de São Pedro, ou do Dr. Afonso Costa, que Belmonte colocou uma placa comemorativa dos anos em que Zeca Afonso viveu nesta terra. (Foto nº 94)

As prisões! As prisões chegaram até Caria. Todos os indesejáveis para o Presidente e tio de Zeca Afonso, este os aproveitou e os mandou prender. Em tempos e casos normais era para ver que não era em Belmonte que se formaria a revolução que depusesse Salazar.

Por fim, os presos foram todos soltos, por influência de um Intendente da Polícia, e a pedido de uma senhora destes sítios. O Zeca Afonso sentia-se revoltado, agora já de outro modo.

No livro sobre Zeca Afonso publicado em 1998 (pag. 50 e seguintes), vem o relato de algo do que ele viveu em Belmonte. Lá diz como e mando de seu tio teve que empunhar, à frente das marchas, o estandarte da Mocidade Portuguesa.

Também se fala do primeiro amor, por uma moça de Belmonte, a Helena (Palmeirão?) que morava na Rua Direita. O que me parece que não diz foi que se atralhou, não foi capaz de dizer à



Foto 94 - 25 de Abril de 2000. Deposição de flores sobre a lápide comemorativa dos anos em que Zeca Afonso viveu em Belmonte, sita no Largo de S. Pedro. Juntos com entidades brasileiras, os presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara, Dr. A. Manuel Amaro e Dr. A.P. Dias Rocha

moça o que queria, foi para casa encavacado, e embebedou-se.

Feridas muito recentes.

### **Dr. Filomeno**

A situação dele em Belmonte e na Câmara tornou-se incómoda até para o Governo. Concorreu para a Conservatória de Palmela. Deixou o lugar de Presidente da Câmara.

Desconfio bem que terá sido uma das pessoas que, entre outras, me contou toda a história dos cartões do minério, do panfleto anónimo colado na Rua de Inverno, da Prisão de trinta pessoas do Concelho, que, antes do Dr. Filomeno chegar a Palmela, já para lá tinha mandado esta quadra:

Vais daqui para Palmela,  
Mas não vais chegar a Duque.  
Levas a flor de lis na lapela,  
Já lá conhecem o truque.

Quem é que podia saber de versos anónimos que chegaram a Palmela antes ainda do novo Conservador?

### **Caria - Ditadura**

Havia quem, por favor e caridade, ensinasse mulheres a podar. Dava-lhes trabalho, e pagava-lhes metade do que pagava aos homens pelo mesmo serviço. Isto era apenas, porque era assim, as mulheres eram pagas por metade. Os homens ganhavam 7\$00, e as mulheres 3\$50.

Antes do Natal a mesma senhora corria os comércios, ajudava os comerciantes da terra, claro! Comprava prendas para todos os trabalhadores da Casa.

Um membro da família Calado comentava dizendo:

“Senhor João de Rodes,  
De caridade sem igual,  
Fez este belo hospital,  
Antes, porém, fez os pobres.”

### **Mário – O Desterrado**

O Mário foi jornalista. Dizem as minhas interlocutoras que poderia fazer parte da história do século que a Televisão anunciou..

Escrevia no jornal da Covilhã “O Raio”. Aí sustentou polémica com o Pároco de Caria, P.e Tomás da Conceição Ramalho.

Este, no jornal, nunca lhe chamava Mário Campos dos Santos. Como a mãe era taberneira, tratava-o por “O Mário Taberneiro”. Desculpável pelo calor da polémica; menos desculpável por ser afronta à profissão da mãe que afinal, taberneira, taberneira, mas criou filhos e deu-lhes cultura, muito naturalmente sem ajuda do Pároco.

Foi caso típico de repressão da ditadura.

O jornal “O Raio” foi suspenso, e só reapareceu depois do 25 de Abril, precisamente para ressuscitar como revolucionário. Depois...passou de mãos e acabou.

“O Mário Taberneiro”, de seu nome Mário Campos dos Santos, foi desterrado,

As moças de Caria, por sentido revolucionário e de simpatia para com o Mário, cantavam a canção do Desterrado:

Adeus, Lisboa querida,  
Adeus, vou-te deixar.  
Adeus! Parto embalado  
Na doce esperança de voltar.  
Coragem, não esmoreças  
E não te entregues à dor,  
Levo dentro de meu peito  
A linda imagem  
Do teu amor  
Águas do Tejo

Falai, se pode ser.  
Dizei-me se ainda  
Lisboa eu torno a ver.  
Oh que ventura  
Se eu cá tornar a vir!  
Adeus, adeus,  
Adeus que eu vou partir

### **De Caria - Um pouco de história oral recente**

É uma história inserida na política, na economia, às vezes exercida até por gente simples, e até por mulheres.

Um exemplo dessas mulheres simples ?

As professoras primárias, a começar por D. Efigénia que, por sinal, era judia. E todas as professoras primárias nela representadas, como principais agentes de mudança que foram, e mais a juntar às de outras terras.

Mas, mais simples ainda, algumas taberneiras de Caria, (taberneiras!) que criaram filhos de cara limpa e ideias fortes e avançadas...

Um que até foi caso típico de resistência à ditadura...

E quem foi esse?

Um jornalista. O Mário Santos, que, pelas suas ideias, foi até desterrado...

Mas foi com a vontade de voltar à sua terra, rever essas mulheres que, pela sua necessidade, viuvez, solidão, abandono, ou apenas porque foram mulheres de garra, fizeram na vida as vezes dos homens, e muitas vezes de modo admirável.

Mário Santos era um rapaz alegre, simpático.

As mulheres de Caria compuseram e adaptaram fados e outras cantigas que falavam do desterrado (um desterrado...), o Mário que desejava voltar. Mas não lhe nomeavam o nome. Isso só em conversa. Cantavam, e cantigas eram uma maneira disfarçada de lutar, só aparentemente inofensiva quanto a política.

Sem o saberem, deram um salto na conquista dos direitos da mulher.

Quem sabe quem deu foral a Caria? E o que interessa mais é saber isto e outra história antiga ou saber a história recente, onde os direitos e liberdades e sua conquista se sentem mais, porque ainda se conhecem pessoas, até de família, que nesta história foram actuanes? Viveram essa história.

Na história mais recente, cheira-se melhor o esforço desta gente que aqui vive e luta.

Na lembrança de uma só mulher, vê-se a força da 1ª República em Caria, que nas mulheres, foi muito forte, e esteve ligada à força republicana da aldeia de Inguias.

A Primeira República teve nas mulheres de Caria uma vivência e intervenção cívicas como ainda não se viu, nem sequer depois do 25 de Abril.

### **Cortejo do Hospital com esmolos de pobres**

Voltemos ao Carvalhal.

Aqui há uns anos, fez-se um cortejo para o Hospital. (Anexo nº 24, A Restauração da Irmandade... Anexo nº 25, Festas Cívicas). Foi o primeiro. Aquilo foi uma guerra de trabalho, mas fizemos, e fomos! Levámos carros bem enfeitados! Um foi com uma rapariga, a Albertina, a fazer de rainha que até lhe ficou para sempre o nome de rainha.

“Desde muito pequena eu era como um homem: punha os bois ao carro, lavrava, porque os meus irmãos vinham e iam (casavam) e eu fui à última. Abrangia o pão para fazer as medas. Nas máquinas de malhar, metida lá num buraco, cortava a nagalheira. As praganas a entrar para dentro do fato, e a agarrar-se ao suor do corpo...Olhe, eu até julgo que é como a história de mais mulheres: a Ti Ludovina, Maria José Adolfo, Piedade Jorge, e tantas, tantas...”

“E já agora, mais esta: Meu pai tinha lavoura, tinha gado - tanto na lavoura como no gado fiz de tudo... queijos, tudo! E olhe nós que tínhamos lavoura e gado, e com todo o trabalho que tudo isto requeria, éramos vistas como felizardas por aquelas que nada tinham e só trabalhavam para outros e que às vezes nem trabalho tinham. Só pobreza. Pobreza e desgraça. Era tanta que a maior parte de

nós tinha que ir buscar lenha e giestas para gastos de casa. Íamos daqui a Valverdinho, Rebelhos. E para lá de Rebelhos, ao Pinhal do Céu ... até Santo Amaro....E isso era bem pior e arriscado. Aquilo era de um morgado de Santo Amaro que tinha guardas. Os grandes, malandros, deixavam-nos arranjar os molhos e esperavam-nos à partilha. Tiravam-nos os molhos e ainda nos faziam pagar multas... Como dizem por aqui *pobre do milho que nasce no meio do caminho que todos o querem pisar.*"

Vamos falar de outras mulheres do Carvalhal. Só nomear lagumas que representassem todas as outras, mas com quem a gente do Carvalhal se encontrou foi com mulheres que tiveram uma profissão ou apenas um trabalho de ajuda que não devemos esquecer.

## **Carvalhal**

### **Parteiras**

Maria da Ascensão, Ana Leal e Maria de Jesus ajudaram muita gente a nascer mesmo quando começaram a vir médicos, eles queriam-nas ali, ao lado deles.

### **Enfermeiras - Ditadura**

Dona Guilhermina, veio do nada mas era pessoa dorida e dedicada. Injeções, pensos – era com ela! E o melhor é que, no tempo da ditadura, ela escondeu muitos políticos, até poderem fugir em segurança.

E a Miquelina Duarte era danada para as arrematações.

Conheci no Carvalhal Piedade Maria, que continuou, depois de viúva com a loja e taberna.

A taberna da Albertina Gaspar rivalizava com a do António Pinto e mais algumas, quase seguidas umas às outras...

## **Taberneiras**

### **- Belmonte**

Outra taberna e taberneiros nos Largos de S. Pedro e Largo de Catarina Eufémia.

Vamos entrar nessas tabernas? de taberneiras, e de pequenas comerciantes? As Pachecas, na Praça; Em S. Pedro, a Ti Maria Marques, a Ti Belém, a Ti Conceição Caio, a de Mário Gomes e do Ti Marante ou Ti Resgate. Como em tão pouco espaço cabia tanta taberna e como conseguiam viver todas? Eram as tardes de Domingo, e eram os mercados. Mercado mau era um transtorno. O mercado tinha influência na economia de toda este gente.

Encarnação Monteiro, Abilinho, a do Afonso, e outras à volta do actual Largo Catarina Eufémia e do Jardim.

Lá para a saída da Caria, a de Encarnação Botão. Na saída contrária, a do Sr. Augusto ferrador. Na Rua Direita a Ti Pechilga e a da Urbaninha. A do Sr. Costa, na Devesa e a do João Abreu.

Uma da viuva Marquinha e a sua filha Ester, Judias, na Rua da Corredoura. A da Olívia Tavares, junto à Amoreira, servia de Casa de Pasto. Algumas tinham pequena mercearia ao lado.

E antes, muito antes destas, Isménia Sousa, na Estação de Belmonte.

Só em Belmonte, por 1954, eram cerca de trinta tabernas! (Ver também Apontamentos do P.e Franco de Matos, Anexo nº 25).

### **- Caria**

Na taberna da Alexandrina,  
Bebe-se um quartilho cheio.

Na taberna da Rabita,  
Joga-se o sete-e-meio

Ana Rabita (a Tostoa) tinha uma taberninha que era tão pequena que, para jogar o sete-e-meio, punham uma mesinha na rua, com um candeeiro de carboneto.

A Alexandrina era viúva. As taberna lá ia dando para criar os filhos e uma neta que ficou órfã.

Estas mulheres eram um filão de força!

A Adriana assumiu o governo da casa. Tinha vários filhos que atingiram certa cultura.

Foi de uma taberneira que nasceu o Mário, o desterrado, porque a sua cultura e voz de jornalista, n' "O Raio", incomodaram os do regime. "O Raio" foi extinto também; a memória, não!

### **- Maçainhas**

Mas também em Maçainhas houve taberneiras e comerciantes.

Taberneiras! Comerciantes! O que se podia no tempo! Até compradoras de minério!

A mercearia da Aparecida. Quando casou, quis trespassá-la. Mas a Eufémia, achou que pedia muito caro e monta um comércio de raiz. Dá voltas que nem um homem para alcançar o alvará.

E antes da Eufémia, a Ti Ana da Piedade, a Ti Conceição, e a Ti Glória, - mulheres a fazer de taberneiras e pequenas comerciantes.

Mesmo quando as tabernas eram dos homens... muitas vezes eram elas, sim, a ouvir as asneiras e baboseiras dos bêbedos, a aturá-los porque tinham de ganhar para uma vida pouco mais que miserável.

Mas, podemos encontrar um ar mais alegre, nas mulheres do Colmeal.

### **- Colmeal - Adufeiras, Bodegueiras e Arroseiras**

Por falar de taberneiras lembro a Ti Capitolina, nas Catraias da Torre, que também foi compradora de minério. Beatriz Marçalo, no Largo do Soalheiro, e que, além de taberneira, fez muitos anos a Oração da Manhã, pela Missão Abreviada, com entoação especial de sermão de almas, como era costume cumprido à risca.

Ouviram falar das Adufeiras? Da Carolina Augusta?

Esta e as chamadas Arroseiras.

Eram elas que dirigiam os ranchos que iam à Senhora da Póvoa.

A gente do Povo, as crianças sobretudo, iam a esperá-las. Era uma festa.

Tocavam as danças de terreiro.

Uma riqueza etnográfica em risco de perder-se.

Ainda hoje uma filha e uma neta sabem cantar muito bem...

- Maria Almeida, grande artista de cânticos da Quaresma, do Advento e das Endoenças... E ainda há quem saiba estes cânticos... Maria Teresa Fernandes e Olívia Soeiro...

As mulheres no Colmeal, fizeram muitas vezes o papel do prior que não tinham ou tinham longe. Presidiavam a muitas orações, dentro e fora da igreja.

No folclore, nos cantares está muito da matriz e originalidade de um povo.

- São as cozinheiras que faziam as bodas dos casamentos, dos mais pobres aos mais ricos. Era um regalo vê-las cozinhar, manobrar o estrafeço de uma boda:

Filomena, Maria José, Deolinda Gomes, Maria dos Anjos Barroso

E faziam o almoço dos rapazes que iam às sortes.

Outra riqueza cultural do Colmeal da Torre que é preciso não perder ou recuperar.

E noutras terras do termo de Belmonte têm certamente valores semelhantes a estes e ao mesmo tempo originais. Seus. Só seus!

### **Costureiras**

#### **Belmonte - Antes da Confecção Industrial (Anexo nº 27)**

Todas foram ensinando a arte a muitas raparigas. Não ganhavam muito, também não podiam pagar muito.

Cesaltina Elvas, Judite Gil, Ivone Carrola, Ivone Feliciano que ainda passou pela primeira fábrica de confecção industrial, Maria de Jesus e as Pombais, e Josefa de Campos, uma das primeiras que fez confecção para os judeus venderem em feiras e mercados... e as Martinhos, a Nazaré, uma casa de costureiras... e destacamos a mãe, Albina Clemência, que manteve sapateiros a trabalhar por sua conta quando o marido morreu, e que acarinhou o Zeca Afonso, como segunda avó.

Nas terras à volta, havia também costureiras. Algumas tinham aprendido em Belmonte.

No Carvalhal ainda se lembra Celeste Maria.

#### **As Confecções em Belmonte**

O seu início foi em 1969.

Os livros para a história das Confecções em Belmonte estão na posse do Sr. José Soares Tavares, mas tenho uma fotocópia pela qual mais acessivelmente se poderá vir a fazer consulta.

A pré-história das Confecções podemos vê-la nas relações de troca para acabamento de panos que se estabeleceu séculos antes com a Covilhã. Mais proximamente vê-se na tendência das raparigas desta terra para o ofício de costureiras de modista e de alfaiate.

Simplemente, as relações de continuidade com a Covilhã em relação a fabrico e acabamento de panos acabou. Só na Covilhã e à volta, com as condições de força motriz das quedas de água, com a electricidade, e a modernização técnica, esta indústria prosperou.

Aqui, só os mercados davam algum lucro às gentes da vila, sobretudo se não tinham outra actividade agrícola ou oficial.

Mas uma grande crise atingiu também mercados e afectou os oficiais mecânicos, taberneiros e outros comerciantes. Alguns foram-se adaptando a vender não só o que produziam como alguma obra de confecção industrial comprada fora. Isto sobretudo nos sapateiros e mesmo nos poucos ferreiros que ainda existiam. Os funileiros foram antes substituídos pelos vendedores de plásticos, antes de conseguirem adaptar-se. Eram artistas oficinais, artesãos bons. Não eram comerciantes.

Os rapazes tratavam de ir a salto para a França. As raparigas continuavam a ganhar 2\$00 e 2\$50 por dia, e não vislumbravam melhores dias. Vivíamos a década de 1960!

Alfaiates e costureiras também sofriram crise pela confecção que estava tomando o lugar da sua obra, com menos produção e mais barata.

Um grupo dos Cursos de Cristandade de Belmonte decidiu um dia que era preciso pensar numa actividade para a gente destas terras, sobretudo para as raparigas.

Foram Anselmo Alves de Sousa e Corália Sucena Alves de Sousa, Jordão Vieira e Margarida Castro Lopes Vieira, Mário Inácio Dias Duarte e Maria Manuela Carvalho, José Pires Calvário e Maria Marques Araújo Calvário, Armando Rocha e Dilar Maria, Joaquim Gonçalves Marques e Maria Helena Rocha, Alexandre Nave e Judite Ribeiro Gil, António Correia da Cruz e Salete Matos Correia da Cruz.

Havia mais que uma experiência de tentativas de novos mercados e processos de manufactura. Era o caso de Josefa de Campos, da Rua da Sé, que fazia calças e vendia para os primeiros judeus que tinham começado este negócio em feiras e mercados. O principal era Rafael Morão. Em Caria, também já havia casos de venda e pronto-a-vestir em mercados e feiras.

Pensou-se em convidar capitalistas e homens de iniciativa empresarial, e a população em geral, numa comunicação à hora da missa. A ideia teve bom nascimento e baptismo.

Houve uma reunião na loja onde fora o comércio de Manuel Baptista, na Rua Pedro Álvares Cabral, na esquina que dá para a Rua da Fonte Grande, hoje Rua Almirante Cândido dos Reis.

Apareceram, entre os cursistas e entre outros, Luciano Amaro, Luís Elvas, João Pereira Monteiro, João Adolfo dos Santos, António Pina do Vale, e outros que constam dos livros e que virão a lume se outros estudos se vieram a fazer. Ficam estes nomes registados desde já, pelas razões que se verão.

Acrescentaram-se os objectivos e os estudos feitos sobre cerâmica, sapataria industrial, malhas, e confecção industrial de vestuário, e materiais para construção civil.

Pelas razões atrás expostas e outras, e porque nessa altura era comum pensar que quem tinha jeito para confecção manual estaria mais apta para a confecção industrial, optou-se por esta.

Foi determinado o seguinte: Seria constituída uma cooperativa. Encarregar-se-ia um advogado desse trabalho. Começaria a fazer-se subscrição de acções de 1.000\$00 cada. Cria-se ia uma Sociedade (cooperativa) que teria e teve a designação de CESBEL, Metalurgia e Confecções. Arrancar-se-ia de começo com a confecção industrial e depois com a metalurgia.

Ficou encarregado de montar as confecções o então pároco de Belmonte, uma vez que tinha sido ele o da ideia e preparativos.

Tratou-se da Escritura e Regulamento da Cooperativa. Cometeu-se um erro que viria a ser fatal para o funcionamento desta que foi atribuir o mesmo número de votos a cada sócio independentemente do número de acções que possuísse. Isto foi atenuado com a escritura, pois o Notário não a fez sem obedecer a leis que não aceitavam a ideia inicial quanto à relação entre votos e acções; e passou a ser de 50 acções igual a 1 voto.

A fábrica arrancou nos armazéns adaptados de José Soares Amaro, adaptados para o efeito. Escritório e armazém de mercadoria e obra no 1º andar, corte, costura, e toda a acção fabril no rés do chão.. Uma máquina de Corta-e-Cose custou cerca de 9.000\$00. Uma de pregar botões e de pregar mangas, 50.000\$00 cada uma.

Ficava situada esta primeira fábrica de confecção industrial, entre a actual Pensão Altitude e a loja de ferragens de José Amaro. Hoje o espaço está transformado em residência, com os números de polícia 43 e 45.

Tentou-se inicialmente trabalhar com gente de Belmonte, alfaiates e modistas. Alexandre Nave, Ivone Feliciano e Marido, Manuel Luís Craveiro Barroso, José Gaspar do Colmeal e outros.

Bem depressa se chegou à conclusão de que teria de se recorrer a técnicos de confecção. Assim foi. Foi-se a Almada contratar o técnico Manuel Casimiro Pereira Martins.

O primeiro molde de casaco veio da Academia de Corte de Barcelona. Foi-se lá buscar.

Fez-se a escola de aprendizagem já em moldes técnicos. Custou 220.000\$00.

As empregadas começaram por ganhar 20\$00 até 60\$00 com direitos sociais. Antes ganhavam 2\$00 e 2\$50.

Havia uma linha de calças e uma linha de casacos. Faziam-se esporadicamente casacos de senhora. Mas enveredou-se para confecção de homem.

Tinham-se subscrito 1.000.000\$ de acções. Só se realizaram 600.000\$000. Algumas das razões estavam no sistema de votos, outras na incredulidade da viabilidade da empresa.

Não havia dinheiro para a gestão. Os Bancos emprestavam particularmente ao que tinha ficado como administrador, o que este não quis aceitar, mas não emprestava à Cooperativa.

Reuniu-se Assembleia Geral. Proposto o problema, nem os empregados quiseram capitalizar parte do seu ordenado para acções, nem se aceitou entrar com mais capital.

Apenas quatro sócios com maior capital na Cooperativa se propuseram entrar com cem contos cada um para ficarem com o passivo e activo da CESBEL - Metalurgia e Confecções, não pagando as acções aos sócios.

Assim ficou decidido.

Porém, os novos proprietários que tomaram imediatamente conta da administração, deixaram de satisfazer os pagamentos da empresa, e reduziram a produção, deixando de, por exemplo, fazer casacos industrialmente que passaram a fazer à mão, e tendo deixado de pagar o passivo da CESBEL.

De cinquenta casacos que já se produziam por dia, passaram para cinco.

O anterior administrador e pároco de Belmonte tomou de novo conta da empresa em 8 de Setembro. Nisso foi apoiado por António Pina do Vale e quase todos os outros sócios maioritários. Em 11 de Novembro seguinte a empresa já dava lucro, e convocou-se nova Assembleia Geral. Aqui, apareceram outros possíveis compradores, José Malaca (da Covilhã) e António José Bidarra, além da Casimiro e Vale Lda., que veio a dar na VAMECA.

Os anteriores compradores aceitaram, então, pagar todo o passivo da CESBEL incluindo agora as acções de todos os sócios, e ficar com todo o passivo. Fizeram uma sociedade juntamente com o anterior técnico, que entretanto para a recuperação, se tinha ido buscar ao Porto. A nova sociedade tomava o nome de VAMECA que ainda hoje existe.

Cumpriram. E só quando foram pagas todas as acções é que se fez escritura .

Ao fim de pouco tempo, António Pina do Vale desistiu da parte que lhe pertenciam. Vendeu-a e dedicou-se a outras actividades que já exercia.

Dos outros quatro sócios, Luís de Elvas montou a MONTEBELA. O Técnico, Manuel Casimiro Pereira Martins, montou uma sociedade sua. João Pereira Monteiro Monteiro montou uma empresa sua e continuou na VAMECA com João Adolfo dos Santos. O chefe do Escritório da CESBEL, João Luis Pina Soares, juntamente com o Dr. Alexandre Pina Soares montaram Torre, Sociedade de Confecções. A ajudante de escritório, Anabela Pereira Martins, filha do técnico, montou outra empresa. O Cortador Alexandre Salgueiro Nave montou fabrico próprio, assim como o prensador, José Gaspar e o ajudante de cortador, Manuel luís Craveiro Barroso. Praticamente, só a CARVESTE, em Caria, não foi montada por gente anteriormente ligada à CESBEL. Mesmo assim, teve empregadas que aqui fizeram escola.

De Belmonte, algumas confecções se estenderam a Orjais, Bendada, Carvalhal Formoso, Barracão da Guarda, e Maçainhas. Esta ainda em laboração.

Este é um resumo da história das confecções em Belmonte.

Desde esta acção, o concelho de Belmonte tem sido o único do Distrito que tem aumentado de população residente. Diariamente são milhares de pessoas que se deslocam para Belmonte para

trabalhar. (Anexo nº 33)

Os mercados reanimaram-se, sobretudo atendendo à população operária. E ao seu dinheiro.

Instalaram-se em Belmonte mais quatro Bancos Comerciais, além da Caixa Geral de Depósitos que funcionava com dois empregados a escrever à mão e com letra artística.

Outras empresas se instalaram, entre elas algumas de construção civil e empreitadas de obras públicas.

Belmonte precisa, neste momento, de novas empresas, diversificadas e não poluentes. Para isso está em curso o estabelecimento de zonas industriais em Belmonte e Caria.

As confecções, umas estão prósperas e com perspectivas de internacionalizar-se, outras têm tido dificuldades em manter-se. É preciso cada vez mais modernização que algumas nunca descuraram, e mais qualificação de trabalhadores o que também vai sendo tido em conta.

Era de augurar prosperidade para uma indústria que arrancou Belmonte de um marasmo. Mas é preciso acabar cada vez mais com a mono-indústria.

Fica bem dizer uma verdade: a confecção em Belmonte é de grande competição mesmo em qualidade, e os que conseguiram elevá-la a este nível, são merecedores dos maiores e rasgados elogios, tanto ou mais do que aqueles que arrancaram com a iniciativa.

O exemplo que se segue pode considerar-se dos mais fracos que poderiam ser apresentados porque, passados anos, esta empresa já não existe. A “Manuel Casimiro Pereira Martins” de Belmonte figurou entre as dez maiores em volume de vendas no distrito de Castelo Branco. Em número de trabalhadores figurou como segunda, com 435. Acima desta, só a Empresa C.I.L. – Complexo Industrial de Lanifícios, Lda.; 450 trabalhadores<sup>343</sup>.

Existem outras que, entretanto, adquiriram melhor posição económica e maior desenvolvimento. Podem dar-se os exemplos da CARVESTE, em Caria; a CONFECÇÕES TORRE, no Colmeal da Torre; e a GRASIL, Montebela, e Vameca, em Belmonte; e Rio-Fato, em Maçainhas; Confecções de Belmonte; Confecções Libela; Confecções Celber, Lda.; Confecções Vaz Mourão, Lda.; Patrício e Monteiro, Lda.

Em 9 de Março de 1985, o semanário “Expresso” editou um suplemento dedicado às pequenas e Médias Empresas, baseado em dados de 1983.

O estudo abrangia 1.600 PME's, ordenava-as segundo o número de trabalhadores e volume de vendas registado.

Noutro estudo alinhava por ordem de grandeza, em cada distrito, as maiores empresas, e foi neste estudo que apareceu o estudo referido. (Anexos nº 28, 29, 36 e 37)

### **Mulheres de Mercados e Feiras**

Adília Monteirinho com sapateiros a trabalhar por sua conta depois da morte do marido, e Zefa Pica que tiveram de correr mercados e feiras a vender o calçado da sua oficina, são cartaz.

Uma delas viuva e com seis filhos, que também teve de montar na camioneta de carga de Eurico e Alberto de Sousa, de José Morão, dos Reis, do Nave, e outros.

Eram camionetas de tabuleiro aberto, e elas metidas também, como os homens, no meio dos fardos e arcas da mercadoria, a sofrer ventos e geadas de inverno. A sofrer frios, geadas de entranhar os ossos! E elas sempre mais fortes que o tempo!

E Maria Correia, a dos queijos, que, morto marido e filho, e quase sem se poder mexer, com as outras se juntou.

E por falar de mercados, quero falar de uma judia, Cacilda Henriques, a primeira judia que, em Belmonte, teve carta de condução, e, na impossibilidade do marido, correu também feiras e mercados a vender quinquilharia e roupa confeccionada...

E por falar de Judias, juntar Guilhermina Amélia, solteira, com uma grande cesta à cabeça, outra no braço, a correr as Quintas de Malpique; Ana Amélia que, do mesmo modo corria o Colmeal; Albertina Felisberto que fazia mais os lados de Vale Formoso; a viúva Sara, mais para os lados de Olas e Trigais; Raquel Henriques, mais com a freguesia de Maçainhas. E são apenas uma amostra. (Anexo nº 27)

<sup>343</sup> J.B. - Jornal de Belmonte, Março/85, p. 5.



## Guerra Colonial

De Belmonte muitos foram à Guerra Colonial. Recordo que morreu o Capitão José Manuel Costa Martins, que na sua terra era estimado, filho de D. Judite Costa Martins e Eng. Manuel Martins.

Muitos outros participaram e gostaria que viessem a ser nomeados, se tivesse podido saber os seus nomes. Fica em aberto.

## O Ensino Liceal em Belmonte

### Do Ensino Particular ao Ensino Oficial

Em 1955/56 na velha Casa Paroquial, que para isso tinha recebido adaptações, sita no Largo D. Maria José Soares Mendes, o pároco e o Prof. Mário Inácio Dias Duarte começaram a preparar cinco alunos para admissão aos Liceus, como era necessário naquele e tempo, e porque os alunos já tinham terminado o Ensino Primário antes.

No ano lectivo de 1956/57, na mesma Casa Paroquial, leccionou-se o ensino para admissão aos Liceus e 1º e 2º anos do 1º Ciclo dos Liceus. Foram Professores, além dos anteriores, a Dra. Maria Manuela Martins Dinis de Carvalho, o Eng. Manuel Martins, o P.e António Rodrigues de Ascensão.

No ano seguinte, 1957/58, a Casa Paroquial tornou-se insuficiente, e comprou-se o chamado Colégio Velho, casa dos herdeiros do Sr. Joaquim Guilherme, cujo espírito, dizia o povo, aparecia lá pela casa. Mas não apareceu! Apareceu como sócio, a partir desta compra o Sr. Albino Antunes Teles da Fonseca. A paróquia, por meu intermédio comprou um quarto da propriedade, incluindo o lagar, uma palheira e parte do quintal. O custo total da compra foi de 120.000\$00. (Foto nº 95)

Nesta altura faz-se oralmente uma sociedade com o sócio Albino, de cotas iguais em que se estabeleceu o que depois se tentaria fazer oficialmente: Eu próprio, entrava com o trabalho pedagógico que envolvia organização do ensino e tratar da oficialização deste; e o sócio Albino entraria com o capital.

Este ensino funcionava à base dos diplomas de ensino particular dos professores, e era à base destes diplomas que os alunos eram propostos a exame. Isto era considerado ilegal, o que não sabiam os que lá trabalhavam. Por outro lado, o número de alunos já não podia ser comportado por estes diplomas.

O Colégio, assim se chamava comumente, foi denunciado de que funcionava ilegalmente. Apareceram os inspectores Pinheiro e Romão. Começaram por dizer ao que fazia de director, eu, pároco, que estava preso. Foi numa aula de 18 alunos, em que só seis teriam estudado se não houvesse em Belmonte ensino liceal.

Os inspectores atenderam a isso. E encaminharam-me para que, em vez de acabar, pudesse continuar o ensino: Fazer um relatório justificativo da necessidade de continuar a leccionar-se o ensino liceal, previsão do número de alunos que o poderiam frequentar em Belmonte, e arranjar um bom político que apadrinhasse o caso junto do Ministério.

Fiz o relatório, e fui ter com o Governador Civil, o Dr. José de carvalho.

Com a voz forte que lhe era típica, responde.

- Prender, Prior?! Nada disso - O senhor está a fazer bem, não vai ser preso! Faça lá esse relatório e mande-me também uma cópia.

Assim fiz.

E veio a primeira autorização provisória para funcionamento legal, a indicação de quem faria as funções de Director, e outras condições. Pedir o diploma de Director, compromisso de construir novo edifício, funcionamento com licenças provisórias até este estar concluído. Só nesta altura se obteria



Foto 95 - Casa onde funcionou o Colégio com ensino liceal, desde o ano lectivo de 1957-58. Está apresentado um projecto para, neste edifício, se instalar um Museu Judaico

alvará definitivo.

Começou a tratar-se da construção do novo edifício. Comprou-se terreno ao Sr. Eng. Manuel Martins e Sra. D. Judite Costa Martins, no Lugar da Fontinha, onde ainda está a edifício chamado Colégio Novo, ou simplesmente Colégio.

Entretanto, cada princípio de ano lectivo, era preciso ir a Lisboa, tratar de nova licença provisória, porque a construção do Colégio, a partir de certa altura era feita com pelo do mesmo cão, isto é, à medida que entrava dinheiro dos alunos.

Esta construção, para lá do Olival Grande que impedia a vila de se prolongar, foi considerada muito fora de Belmonte. “Lá para o meio de giestas, codessos e barrocos”. Foi o primeiro pontapé de saída da vila, para Norte.

As licenças provisórias foram-se seguindo, cada uma com aumento da lotação de alunos e os graus de ensino atribuídos ao que já se designava por Externato de Nossa Senhora da Esperança de Belmonte.

Em 13 de Fevereiro de 1959 recebo o diploma de ensino particular nº 22202 com autorização para “o exercício do ensino liceal particular, disciplinas de Português (curso geral) e Latim e Filosofia (todos os ciclos)

Uma das licenças provisórias para funcionamento do Externato, foi passada em 14 de Setembro de 1959, endereçada ao Reitor do Liceu da Covilhã.

“Para conhecimento de V. Ex.a e efeitos convenientes comunico que foi autorizado o Externato de Nossa Senhora da Esperança, sito em Belmonte, a matricular 56 alunos do ensino liceal (1º ciclo e 3º ano), podendo assinar a respectiva documentação o Rev.º P.e Manuel Marques Gonçalves. (...)

“Registado em 15 de Setembro de 1959”.

De notar que esta autorização foi passada em 14 de Setembro e logo averbada no Liceu a 15 do mesmo mês. Foi um período em que a Inspeção passava as licenças provisórias no limite do prazo para as matrículas. O António Inês Amaro estava com as matrículas na secretaria do Liceu à espera de um telefonema oficial da Inspeção para o Liceu para aceitarem as matrículas dentro do prazo. No dia seguinte aparecia eu, vindo de Lisboa, com licença em mão para ser registada e cobrir as matrículas efectuadas.

Por exemplo, “em 25 de Agosto de 1960, é concedida autorização provisória pelo prazo de oito meses, para funcionamento de um estabelecimento de ensino particular – primário e liceal ( 1º ciclo e 3º e 4º anos), denominado *Externato de Nossa Senhora da Esperança*, para os sexos masculino e feminino, em coeducação, sito em Belmonte, distrito de Castelo Branco, pertencente ao Reverendo Padre Manuel Marques Gonçalves. É fixada a lotação total de 75 alunos. O estabelecimento fica autorizado a ministrar os seguintes cursos: Primário - 13 (treze) alunos; Liceal – (1º ciclo, 3º e 4º anos) – 62 (sessenta e dois) alunos, em regime de planos e programas oficiais. É seu Director o Reverendo Padre Manuel Marques Gonçalves. Inspeção Superior do Ensino Particular, em 6 d Outubro de 1960. O Inspector Superior a) Artur de Almeida Carneiro...”

“Registado na Secretaria do Liceu em 3 de Janeiro de 1961. O Chefe da Secretaria, Henrique Alberto da Ressurreição Marcos.”

“Em 7 de Julho de 1961, recebo o diploma definitivo de Director de estabelecimento de ensino Liceal.”

“Em 13 de Agosto de 1966, “por despacho ministerial de 8 do corrente foi autorizado o Externato de Nossa Senhora da Esperança, sito em Belmonte, a matricular, no ano lectivo de 1966 / 1967, 218 (duzentos e dezoito) alunos do Ensino Liceal (1º, 2º, e 3º ciclos).(...)” (Foto nº 96)

“O registo que nos Livros do Liceu Nacional da Covilhã se segue ao anterior dá autorização para leccionar também o ensino Técnico (Preparatório. Este registo já tem a particularidade de a autorização ser concedida ao alvará n.º 1802).”



Foto 96 - Edifício chamado “Do Colégio Novo”, construído expressamente para o Externato de Nª Srª da Esperança

É registado na Secretaria do Liceu Nacional da Covilhã, em 2 de Fevereiro de 1967.

No ano lectivo de 1971/72, o Presidente da Câmara Prof. José Joaquim Miranda contactou-me para saber das possibilidades de criar e pôr a funcionar o Ciclo Preparatório, após a nova reforma do Ensino. Disse-lhe que, quanto a mim, não havia dificuldades, até porque o Colégio, quando foi criado, foi com a ideia dos sócios de, logo que possível, o ensino se tornasse gratuito. Esta era uma boa ocasião para iniciar esse ensino gratuito desejado. Fiquei de apresentar o caso ao meu sócio, fazendo-lhe crer que era maneira de conseguir mais alunos para os outros graus de ensino, etc., etc. Que por isso convinha ser o próprio Colégio a arrendar salas para funcionamento do Ciclo Preparatório, que depois poderia vir a passagem gradual do ensino particular a oficial. E consegui concordância do sócio Albino.

Nesse ano lectivo o Ciclo Preparatório funcionou no mesmo edifício do externato particular.

Sua primeira Directora foi a Sra. Dra. Antonieta Baptista Garcia.

A secretaria do Ciclo funcionou numa pequena dependência da Câmara, sob a chefia da Sra. D. Isabel Frias.

No ano seguinte de 1972/73, o sócio Albino comunica que o Ciclo não funcionará mais nas instalações do Externato, pois queria acabar com o ensino preparatório gratuito, ou receber ele próprio o dinheiro que o Estado pagava por cada aluno do Ciclo Preparatório.

Nessa altura, tinha-se feito a Casa de Obras Paroquiais. A Paróquia arrendou as instalações para o Ciclo Preparatório. O sócio Albino não gostou e pôs fora do Edifício do dito Externato o outro sócio, o pároco, arrogando-se único proprietário do edifício.

No ano lectivo de 1973/74, com o ciclo a funcionar na Casa de Obras Paroquiais, levanta-se o problema de o sócio Albino querer continuar com o Externato aberto porque se intitulava dono do edifício. O pároco arrogava-se o direito do alvará e, por isso, o direito de manter aberto o Externato de que tinha alvará e era director.

A inspecção Superior do Ensino Particular dava autorização ao P.e Manuel Marques Gonçalves, mas, em virtude das incompatibilidades e direitos de posse levantados, exigia novas instalações para funcionamento do Externato. Mas dilatou o mais possível esta decisão, de modo que, só com a promessa séria de uma ameaça ao Ministério da Educação, é que, com o limite de prazo de um mês para apresentar instalações, é que deu a decisão.

Valeu-me nessa altura o Sr. João Adolfo dos Santos que arrendou por 9.000\$00 por mês, um armazém que possuía no início da descida para o Caminho das Pereira. Tive de adaptar as instalações à minha custa. Tive a ajuda da gente de Belmonte. Algumas pessoas trabalharam de graça, e outras deixaram outros compromissos para adaptar as obras dentro do mês de prazo. Lembro a equipa do Sr. Joaquim Marques, pequeno construtor mas bom e amigo.

O que parecia impossível, fez-se. Dois dias antes do prazo, pedi a Inspeção para vistoriar as instalações adaptadas. Esta veio, e o Externato funcionou aí.

Propus para Director Pedagógico o Sr. Cónego João Cardoso Tavares, porque, entretanto, passei a leccionar no Ensino oficial.

Um apontamento: Estava-se a tender para que o transporte dos alunos, quer do ensino oficial quer do ensino particular, fosse feito por uma única rede de transportes.

Fui encarregado de a organizar pela Directora do Ciclo Preparatório e foi-lhe apresentada em 26 de Setembro de 1974, para enviar ao IASE (Instituto de Apoio Social Escolar).

Nessa data, eram transportados e subsidiados 238 alunos, no conjunto de ensino particular e oficial.

Depois começou a pensar-se e conseguiu-se que fossem subsidiados pelo Estado alunos do Ensino Particular enquanto este não foi sendo gradualmente inserido. Caminhava-se para o Ensino gratuito.

Já agora, embora pareça que vem a despropósito, nas instalações do internato do Colégio do Sr. João Adolfo, se realizaram os Serviços Cívicos, e entre os que por aqui passaram neste serviço cívico, a ganhar 200\$00 por mês, conta-se o actual Ministro do Ambiente José Sócrates.

Entretanto, foi nomeado Presidente da Câmara o Sr. Dr. João Tavares Vieira. Pediu-me para ir à Câmara. Disse-me que o Ministério da Educação construiria um edifício para o Ciclo Preparatório, se a Câmara apresentasse local para isso.

Pedi-me se lho arranjará, e arranjei. Dentre três possíveis, optou-se pela Quinta de Santa Maria, propriedade do Sr. P.e José de Almeida Soita, onde entretanto, também já tinha vendido terreno com vista a instalações da fábrica de Confecções a Cesbel. Os Sócios não quiseram. Disseram que tinham mais barato e em iguais condições. E eu tive de comprar o terreno que já estava sinalizado e terraplanado. Daí se fez o primeiro Bairro de Sta. Maria, que depois se prolongaria, sobretudo depois da construção do Ciclo.

Acertadas as condições entre o Sr. P.e Soita e a Câmara, assim ficou decidido.

Já não seria durante o mandato deste Presidente que se fariam as obras; mas, sim, no mandato do Administrador que se lhe seguiu, António Júlio d'Almeida Garcia. (Foto nº 97)

Mas o Externato não funcionou naquelas instalações provisórias nem sequer um ano. Por isso e amigavelmente indemnizei o Sr. João Adolfo.

E porquê?

Porque entretanto dá-se o 25 de Abril.



Foto 97 - Edifício do novo Ciclo Preparatório, construído na Tapada de Sta. Maria. Ao lado, vê-se outro novo edifício da Escola Secundária que esteve no edifício do Colégio Novo.

### **O 25 de Abril em Belmonte e o Ensino Oficial Gratuito**

Os dois casos em que o 25 de Abril tomou características peculiares foram a eleição ou escolha da Comissão Administrativa, na Secretaria do Ciclo Preparatório e antigas instalações do veterinário Municipal, dentro da Câmara de Belmonte, e, sobretudo, a luta pelo Ensino Oficial Gratuito com a ocupação das instalações do Colégio Novo, para os lados da Fontinha.

Quem lembrou a façanha, provocou e precipitou os acontecimentos foi o sócio Albino com os professores que lhe ficaram afectos.

Aproveitando o 25 de Abril e querendo inverter em seu favor os direitos da democracia que poderia vir a prejudicá-los, emitiram um comunicado em de 22 de Fevereiro de 1975, nos termos que se resumem, mas "Ipsis verbis".

*"(...)Considerando que o ensino secundário liceal, neste concelho, está sendo gravemente molestado por ser ministrado em edifício impróprio, construído para fins totalmente alheios ao mesmo ensino;*

*Considerando que o edifício abandonado obedece a todas as normas pedagógicas e que para a sua finalidade específica foi superiormente aprovado;*

*Considerando que este edifício não tem outra razão de ser senão a da formação integral da JUVENTUDE ESTUDANTIL;*

*Considerando anti-democrático sujeitar os alunos e suas famílias a uma constante pressão, procedente de várias fontes mas principalmente da falta de ambiente propício ao estudo;*

*Considerando que está dentro dos princípios democráticos atender e solucionar, ou ajudar a solucionar, os problemas apresentados pelos "oprimidos";*

*Considerando que a verdadeira democracia tem de, infalivelmente, admitir a liberdade de opção;*

*Considerando que, perante o exposto, se torna urgente insuflar vida ao edifício que, por mais de uma década, serviu de rampa de lançamento a centenas de alunos, para uma vida honesta e laboriosa;*

*Os abaixo assinados, garantindo a utilização do aludido edifício, como professores da Sociedade de Ensino de Nossa Senhora da Esperança, pela qual foram contratados e nunca despedidos, anunciam desde já que, com o CONHECIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS e com o conhecimento do Sr. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, vão, na Segunda feira próxima, 24, iniciar as leccionações no mencionado edifício, proporcionando, assim, aos que desejarem, um ensino mais eficiente, mais condigno e mais económico.*

*Hoje, Sábado, e amanhã, Domingo, durante toda a tarde, aos pais e aos alunos se prestam esclarecimentos, quer pessoalmente, quer através do telefone 42172.*

**JOVENS, A CASA É VOSSA ! SOMENTE PARA VÓS FOI LEVANTADA!  
PARA VOS RECEBER, TEM JÁ ESCANCARADAS AS SUAS PORTAS!**

*Os vossos sempre amigos  
Belmonte, 22 de Fevereiro de 1975"*

Seguem-se os nomes com assinaturas de cinco padres, antigos professores, ligados ao sócio Albino Teles da Fonseca, e que só não apresentou porque poderiam considerar-se molestados.

No mesmo dia, 22 de Fevereiro de 1975, começam a sair as respostas.

"AOS ESTUDANTES

AO POVO DE BELMONTE

1º Hoje foi posto a circular um comunicado

2º O Comunicado é confuso; mas ninguém se confunde com tal comunicação.

3º Quem nunca esteve com os estudantes e com o povo, como ousa afirmá-lo hoje?

4º Os estudantes não confiam no grupo que assina o Comunicado.

O Comunicado é:

Mau

Enganador

Inconveniente

Reaccionário

Sujo

5º Os estudantes dizem NÃO às sugestões do Comunicado assinado, por indivíduos:

Retrógrados

Incompetentes

Oportunistas

Subservientes

Estamos contentes com o grupo de professores que connosco trabalha.

Sejam saneados do ensino os indivíduos que se proporcionaram a manobra tão SUJA.

"Comunicado

Belmonte, 22 de Fev. 1975

### **Estudantes de Belmonte ocupam instalações**

*"(...)Como aqueles padres têm um passado (...), temendo que a ocupação que eles pretendem é enganar MEC, MFA, Finanças, e, mais uma vez, o Povo – os estudantes resolveram ocupar as instalações agora oferecidas."*

*Pedem ao COPCON, ao MFA, ao MEC e aos Partidos Políticos defensores da Democracia que não se deixem ludibriar..."*

Este documento tem no verso os nomes da Comissão de estudantes que se responsabilizaram pela assinatura.

Vários partidos políticos fizeram comunicados seus, antes de começarem a agir e assinar juntos as reivindicações.

O Partido Socialista faz também um comunicado em 23 de Fevereiro, saído de "Reunião extraordinária da Secção do Partido", em que sintetiza os pontos principais dos alunos e os apoia.

*"Comunicado*

*Ponto da Situação*

*Belmonte, manhã de 26 de Fevereiro de 1975*

*1º - Ao começo da manhã de Sábado, dia 22, cinco padres, ex-professores da Sociedade de ensino de N.ª Sra. da Esperança de Belmonte, puseram a circular um comunicado, dirigido à população estudantil onde afirmavam "escancarar" as portas do edifício do Colégio que se encontrava desocupado desde o início do ano lectivo por litígio entre os dois sócios proprietários.*

*2º - Os alunos do Externato de Belmonte...em RGA no começo da noite decidem ocupar o exterior das instalações "generosamente oferecidas" fazendo sair simultaneamente um comunicado de ocupação já publicado na imprensa e transmitido na rádio.*

*3º - O proprietário Sr. Albino chama por intermédio da GNR local o MFA de Penamacor que chegou às duas horas da manhã de domingo. Encontra o exterior do*

*edifício ocupado com piquetes de estudantes, mas sem qualquer violência ou dano. Ouvidas as partes retiraram-se por entender que não se justificava a sua presença. O Sr. Albino compromete-se a abrir as portas do Colégio na segunda feira de manhã.”*

**(Ainda no Domingo saiem mais dois comunicados, um dos cinco partidos políticos e outro dos professores que estavam leccionando os alunos desde o início do ano lectivo “sentindo-se companheiros de luta até às Últimas consequências”.)**

*5º - Segunda-feira de manhã os estudantes aguardam pacientemente até às 11,5 horas que as portas do Colégio sejam abertas conforme...verbalmente afirmara o S. Albino na presença do MFA de Penamacor.*

*6º - Às 11,5 horas como as portas não fossem abertas, na presença de autoridades, membros dos partidos políticos, os estudantes entram no edifício ocupando-o definitivamente embora com as chaves das salas de aula fechadas à chave.*

**No ponto 7º refere-se a reunião do Governo Civil referida noutra lugar.**

*8º - Terça-feira, dia 25, como as aulas se encontrassem fechadas à chave, a Associação de Estudantes dirigiu-se a casa do proprietário Sr. Albino pedir para serem abertas as aulas conforme o acordado na reunião do Governo Civil. Pela esposa do Sr. Albino foi-lhes respondido que no Governo Civil acordou-se em que haveria aulas mas não se falou em Chaves.*

*9º - Pela tarde chegou um representante do MFA que começou a ouvir as partes interessadas não tendo até este momento transmitido qualquer conclusão. Depois duma limpeza feita ao edifício pelos alunos as aulas recomeçaram com a normalidade possível.*

*10º - Consideramos a nossa causa justa, a nossa atitude digna, o nosso processo o único possível. Lutaremos até à vitória final pelos nossos direitos e não recuaremos no caminho encetado pelo ensino que nos negam.”*

### **Os partidários do Ensino Oficial**

Nas lutas pela criação do ensino liceal oficial gratuito, falta dar os nomes dos professores que, desde o início da luta, tomaram parte com os alunos, independentemente de quaisquer consequências que pudessem vir a sofrer. São os mesmos que os alunos apoiaram:

Cónego João Cardoso Tavares  
P.e António Carlos Dias Gama  
Maria Manuela Martins Dinis de Carvalho,  
Maria Alcina Cameira Franco  
Amélia Nunes Pardal dos Santos  
Manuel Ramos Pereira,  
António Manuel dos Reis Parente Antunes  
Manuel Carvalho Vicente  
Horácio Brás,  
Ivone Santos Costa  
O responsável pela secretaria, Joaquim Gonçalves Marques

### **A Associação de Estudantes**

Para abreviar: Os alunos da Escola da Lageosa juntaram-se aos alunos da Associação de Estudantes de Belmonte, em Comunicado de 26 de Fevereiro.

Entretanto constituiu-se uma Comissão de Gestão do Externato.

Em 26 de Fevereiro de 1974 a Frente Socialista Popular de Belmonte pede “Oficialização” imediata bem como a Nacionalização do Edifício

Em 26 de Fevereiro de 1975, aparece o seguinte Comunicado:

*“(…) No dia 24 do corrente mês. Deslocou-se a Castelo Branco um grupo formado por elementos dos partidos PCP, PS, MDP/CDE, da Associação de Estudantes, da Comissão de Gestão dos professores e pelo presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Belmonte.*

*Este grupo foi recebido pelo Ex.mo Senhor Governador Civil e pelo Sr. Comandante de Cavalaria*  
8.

*Expostas as Razões(...) achou-se conveniente chamar ao diálogo os proprietários do Externato de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança. Foi considerado facto consumado a ocupação das instalações do Externato pelos alunos que, entretanto eram apoiados por cinco Partidos Políticos (PCP, PS, MDP/CDE, FSP, MES) e por grande parte da população. Perante estas razões apresentadas, o Sr. Governador concordou com o início imediato das aulas naquelas instalações...*

*Por parte do Sr. Comandante foi-nos dito que seria enviado um oficial para proceder ao arrolamento dos bens existentes no edifício, agora de novo ocupado.*

*Os estudantes reafirmam que não recuarão nem sequer um passo no processo iniciado, lutarão bem unidos com todos aqueles que desmascarando o capital queiram estar ao lado do povo.*

*Não cederão a ameaças, não desistirão das suas pretensões, não permitirão que mais uma vez o capital vença como "no bom tempo" do fascismo que tanta gente comprou por esse Ministérios e Inspeções!!!*

*"Não ao Capital!!!*

*Não à exploração!!!*

*Não ao Ensino Industrial!!!*

*Não às dádivas que nos queimam depois as mãos!!!"*

*O órgão do Movimento da Esquerda Socialista, no n<sup>o</sup> 19 de 5 de Março de 1975, pede a Nacionalização do Colégio.*

*Em 14 de Maio de 1975, o Presidente da Comissão Administrativa do Concelho, António Júlio d'Almeida Garcia, requer ao Ministro da Administração Interna dizendo:*

*"Existe nesta Vila de Belmonte um complexo destinado a Estabelecimento Escolar (Colégio) (...)*

*Todo este complexo se encontrava na situação de devoluto, pelo que foi "ocupado" em 24 de Fevereiro, pelos alunos de Externato de Nossa Senhora da Esperança que estava a funcionar em instalações provisórias.*

*O caso foi comunicado ao Ex.mo Senhor Governador Civil, bem como às autoridades Militares de Castelo Branco.*

*Era desejo da Comissão Administrativa desta Câmara de Belmonte legalizar a situação, com base no Decreto-lei n<sup>o</sup> 198 A/75 de 14 de Abril do corrente ano, já que o complexo em questão tem um fim social.(...)"*

Determinou-se o pagamento de uma renda ao Sr. Albino. Não vou desenvolver nem este nem outros assuntos entre os quais a descoberta de cartas e versos anónimos e insultuosos que se divulgaram em Belmonte. Dessa descoberta fez-se documento escrito e assinado por entidades que presenciaram a descoberta.

Acabada esta inserção, o Ciclo Preparatório que já tinha ocupado as novas instalações, aí continuou. O Ensino Oficial Secundário ocupou as instalações do Colégio que, entretanto foram compradas pelo Estado e Câmara Municipal.

Em 22-2-1985, o Ministério da Educação publicou no Diário da República o Decreto-Lei n<sup>o</sup> 46/85. No caso de Belmonte este Decreto permitiu prever a abertura de 4 lugares para professores efectivos no Ensino Preparatório e 13 efectivos para o Ensino Secundário.

Actualmente os edifícios escolares tinham-se tornado insuficientes. Foi construída nova escola Secundária oficial e gratuita junto da construção do Ciclo Preparatório e fazem um complexo escolar. Passou a designar-se por Escola E.B. 2.3 Pedro Álvares Cabral de Belmonte

### **Uma recordação - a maior**

Os ex-alunos do antigo Colégio ou Externato de Nossa Senhora da Esperança de Belmonte fez o 1<sup>o</sup> Encontro de ex-alunos, no dia 12/11/88. Compareceram muitos que há muito se não viam. O Encontro já se repetiu algumas vezes mais, e sempre com a surpresa agradável de novos encontros e amizades.

A Comissão de realização do 1<sup>o</sup> Encontro foi constituída por Graziela Pires, José Manuel Vieira, José de Oliveira, Manuel João Saraiva, Jorge Manuel S. Amaro, João Pedro Esteves, Orlando Duarte Antunes, António P. Dias Rocha, e o coordenador Joaquim Robalo Amaro.

Enquanto existirem ex-alunos, existirá um grupo de homens que se preparou para a vida, onde ocupa lugares de real valor. Nasceu de uma classe geralmente pobre, uma geração que se guindou.

Construíram-se amizades. Depois, ficará uma história de algo difícil mas belo que se conseguiu e que se esquecerá pouco a pouco. É a lei...

## **Emigração**

### **A salto para a França**

Uma história por fazer é a da emigração.

Não se dava por chegarem os passadores. Só depois se sabia quem mais tinha dado o salto. Era às levas. Alguns artistas de ofícios, alguns que parece que nem viviam assim tão mal mas tinham as suas ambições, trabalhadores do campo, sobretudo. Depois foram as mulheres, algumas também a salto. Corriam-se quintas e quintas e viam-se portas fechadas, campos abandonados. Era uma debandada. Foi uma mudança.

Ficou-me na mente, sempre, a Beatriz Ribeira de Belmonte. Levou um filho ao colo e mais dois pela mão. Ficou-me como a figura, que fiz bíblica, da mulher forte da emigração. À busca do marido, a fugir à miséria, à busca de direitos negados aqui, mas já conquistados e usufruídos na Europa.

No Colmeal, as mulheres, muitas só iam a ter com os maridos, outras nem chegaram a partir.

Em Maçainhas emigraram mais.

- Eu nomeio Deolinda Dias da Glória.

Despediu-se do marido no Apeadeiro e nunca mais o viu. Nem uma linha, nem um tostão, nada!

Eu lembro a Celeste, solteira, que fugiu a salto para a França.

- E a Ivone ? Foi a salto também, para a França, quando era perigoso.

Só quando chegou ao pé do homem é que ele a viu!...

Nas Inguias, Olívia Paiva com o homem no Brasil e ela cá a trabalhar que nem uma moura. E a de agora? Olhe aqui na emigração foram só os homens. E quando já tinham casa e vida assente é que vinham buscar mulher e filhos. Pode dizer-se que todos vieram buscar as suas companheiras. Por isso é que nós, nas Inguias, temos pouca gente. Também lá tiveram filhos e ficaram por lá. Falta uma geração! Raparigas do meu tempo éramos dezanove. Voltamos todas. Mas a maior parte dos filhos ficaram por lá.

Em Caria, quando indaguei sobre emigração o que veio de repente foi uma emigração anterior a esta leva última dos anos 1960...

Maria Cameira Calado - Tinha filhos de cinco, nove e doze anos. O marido emigrou para o Brasil.

Deu em matar porcos para venda e para ter que dar de comer aos filhos. Depois manteve um comércio de miudezas. Meteu os filhos todos no Seminário para ver se ao menos um chegava a padre. Quantas malas fiz para eles! – dizia ela. Mas não conseguiu nenhum padre. Mas criou-os de cara descoberta!

Cecília Maria - Tinha dois filhos e duas filhas. O marido emigrou para Buenos Aires. Ela teve de vender propriedades para pagar a passagem do marido, porque ele não mandou um tostão. Deitou mão do que podia. Primeiro fez enchidos para vender. Depois, aceitou tratar doentes, sobretudo de doenças prolongadas. Alguns tuberculosos...

## **Professoras**

### **- Belmonte**

Mas há memória ainda de Maria Rosa e Miquelina Monteiro, em Belmonte. Efigénia, Amélia e Patrocínia, em Caria. Amélia Pardal dos Santos, na Estação de Belmonte. Fernanda Baltazar, nas Quintas da Pimenta. Stela Martins em Maçainhas. E Maria José Duarte, no Colmeal da Torre.

Agentes de mudança.

Honra a Caria que, no século passado, foi a freguesia que mais meninas manteve na Escola Primária.

### **- Maçainhas**

Em Maçainhas, contou João Ricardo Soares, antes ainda da Professora Stela Martins, houve o Professor Reis. E só ensinava rapazes. Raparigas era proibido !

E quando não era proibido, a maior parte deixava de frequentar quando os trabalhos do campo ou a criação dos irmãos mais novos o exigia...



Centro Luz e Progresso - Quanto à história recente de Maçainhas, podemos dizer que a grande marca foi a existência de um clube "Centro Luz e Progresso" que assumiu e difundiu as ideias republicanas, ensinou a ler, escrever e contar em cursos nocturnos, e até a tocar guitarra e bandolim, a ponto de ter uma Tuna. Falou-se, atrás, na sua fundação. Diga-se que foi perseguido pelo professor até ser extinto, já na ditadura.

### **- Colmeal - Escola e Mineral**

Mas a Professora Maria José Duarte, no Colmeal, foi enfermeira também. Eram os médicos que diziam aos doentes: Agora vá ter com a Sr<sup>a</sup> D. Maria José.

Outras vezes era ela que, chamava primeiro que os médicos, e para estes encaminhava esta gente.

Tinha experiência de seu padrinho, farmacêutico diplomado em Coimbra e a exercer em Belmonte, e dava seus conselhos...

Essa mulher exerceu muita influência no Colmeal?

Sim. Exerceu. Acabou o curso em 1911. Já havia escola em Maçainhas. Colmeal era uma Quinta. O padrinho disse-lhe: espera, vai criar-se uma escola no Colmeal. Tu concorres para lá, que aquilo é mesmo boa gente!

Ela sabia até as primeiras alunas que teve, quando, em Fevereiro de 1912, começou as aulas no Colmeal.

Rosa da Graça - até há dois anos era a primeira a chegar à missa e era a caligrafia mais bonita que aparecia nos recibos da reforma.

Maria Albertina Vieira Duarte, Albertina Pedro Umbelina. Depois, Estela Duarte Calheiros - a que teve mercearia na Praça, pegada com a taberna e era comerciante de minério.

Quase taberneira, ou meia mercearia e meio taberneira, era chamada a D. Estelinha pelo povo.

E era ela que dizia que as mulheres do Colmeal, mesmo sem saberem ler, eram boas em contas de cabeça. Porquê?

Quando iam lá a vender o minério, mesmo que a cotação do minério baixasse ou subisse, logo que era pesado diziam quanto tinham a receber.

Mas, com a escola, faltavam a ela?

Claro que faltavam! Garotas ainda, pegavam numa colher das de sopa, de lata, e num alguidar do minério, iam para as barrocas e ribeiros, apanhavam a terra arrastada, lavavam, apuravam minério e era ir vender.

Para os pais, isso rendia mais que a escola? Claro que rendia, pelo menos de imediato.

Rendia a todos, compradores, compradoras de minério, taberneiras... e a história da vida era de tantas dificuldades, que o minério, foi uma miragem para muitos...

Miragem... sorte e mesmo riqueza para alguns.

Só mais tarde, crescidos e acabado mineral, é que, os que deixaram a escola achavam a falta.

Foi nessa altura que houve mais analfabetos no Colmeal. E mais dinheiro, que antes, não tinha havido.

Depois, crescidas, eram elas, as raparigas, que trabalhavam no rolho das explorações mineiras.

### **Madeiro**

O madeiro era roubado pelos rapazes que iam às sortes, e depois à inspecção, para apurarem os que iriam a fazer o serviço militar.

É natural que, nalgum tempo fossem todos os rapazes considerados aptos para ao guerra. Lembra tempos históricos, como por exemplo os de Esparta em que os rapazes eram postos à prova antes de serem admitidos a guerreiros.

Era uma prova de coragem. Às escondidas reuniam-se. Combinavam quando e onde iriam roubar o madeiro.

Roubavam também um carro e uma junta de bois de um lavrador. Algumas vezes eram surpreendidos pelo dono. Diziam ao que iam e o dono deixava dizendo: "Eu cá não sei de nada!" Iam no maior silêncio, cortavam-no com a discrição possível, e, trazido para junto da igreja, aí esperava pelo Natal. Bois e carro do lavrador eram colocados no sítio.

Na noite de Natal, antes da Missa do Galo, acendia-se, com grande algazarra da rapaziada, e todos se aqueciam. (Ver Foto nº 84)

O Começo do Inverno e ritos em honra do Deus do Fogo podem estar na origem deste costume.

O povo que eu conheci a única coisa que dizia era que o madeiro era para aquecer o Menino Jesus. Para simbologistas representará o madeiro da cruz e o fogo que desceu dos céus. Os nominalistas dizem que as populações das quintas vinham à Missa do Galo. Algumas delas não tinham casa nem família que as acoitasse. Por isso se preparava, com o madeiro, maneira de passarem melhor a noite gelada. Daí talvez as cantigas: (Ver nota sobre este tema e Apontamentos do Pe. Franco de Matos, Anexo nº 25)

Ó meu Menino Jesus,  
Ó meu Menino tão belo,  
Logo viestes nascer  
Na noite do caramelo  
Ó meu Menino Jesus,  
Ó meu Menino tão lindo,  
Logo viestes nascer  
Em noite de tanto frio.

Com o lume e com uns copos de vinho. O frio ia-se combatendo.

Em Belmonte, nos anos de 1954 a 1974, pelo menos, juntavam-se alguns músicos da Banda da Casa do Povo, e tocavam à volta do madeiro e pelas ruas do vila a música e estes e outros versos ao Menino Jesus. (Os Apontamentos do Pe. Franco de Matos têm uma parte de folclore, com material referido sobretudo ao Natal. Esperamos sua publicação.)

## Jornais

“*Concelho de Belmonte*” foi um jornal da Paróquia de Belmonte que se estendeu a quase todo o concelho (1968). Era director e editor o Pároco de Belmonte de então, que, por vezes assumiu a redacção não só da parte de Belmonte mas até a da estrutura de outros federados. Alguns dos artigos de conteúdo eram censurados na tipografia do Seminário de Gouveia ou por imposição a esta. Esta razão foi uma das que levou a suspender a edição deste jornal. Durante os últimos anos foi redactor o Sr. José António Soares Nunes que se encarregou da administração e até redacção do jornal. Teve impacto, sobretudo junto dos emigrantes do Concelho. Era propriedade da Igreja Paroquial de Belmonte e composto e impresso na Gráfica de Gouveia Lda.

Estava federado com outros jornais diocesanos que chegaram a ser 54. O primeiro desta federação surgiu em 2 de Maio de 1954<sup>344</sup>.

“*JB*” - *Jornal de Belmonte* – Este jornal foi criado em Março/Abril de 1984. Foi director António Júlio d’Almeida Garcia; director-adjunto José Reis Soares; e chefe de redacção Maria Manuela Carvalho.

Fotografia: Belfoto; propriedade: Jornal de Belmonte – Soc. Gráfica Lda.; composição e impressão: Oficinas Gráficas “Jornal do Fundão” – R. Jornal do Fundão, 4-6.

Entre os colaboradores contam-se: António Júlio Garcia, Cursino Manuel Baltazar Geraldés, Joaquim Amaro, Manuel João Saraiva, Manuel Marques, José Nicolau, Manuel Dâmaso, Manuel N. Birra, Maria Antonieta Garcia, Maria Fernanda Sampaio, Maria Fernanda Serrão Bastos, Maria Manuela Carvalho, Moisés Abrantes, Reis Soares, António Carlos Dias Gama, José Eduardo Leal, e outros. Como correspondentes em França: Zona Norte/Pas de Calais – José Joaquim Caninhas Salgueiro; Paris – José Gomes Moita. Correspondente em Maçainhas – Victor André

O primeiro número deste jornal apresentava na primeira página uma fotografia do cabeçalho do jornal anterior “*Concelho de Belmonte*”. (Anexo nº 34, Jornais)

## As Armas de Belmonte

As armas de Belmonte, segundo documentos do séc. XVIII e outros anteriores, são uma prensa debaixo da qual, por vezes, aparece uma criança a ser torturada. É uma referência a uma lenda sobre

<sup>344</sup> Gomes, J. Pinharanda; História da Diocese da Guarda; p. 378–380.

um cerco que se fez ao Castelo de Belmonte e que vem referida noutra parte deste trabalho.

Nos anos de 1999 e de 2000, o Dr. José Manuel Vargas e o Prof. Joaquim Candeias Silva descobriram na Torre do Tombo selos anteriores dos bispos de Coimbra, Senhores de Belmonte, com a indicação “Belmontis Villa” em abreviatura. Um destes selos apresenta um castelo com quatro torres e a imagem de N<sup>a</sup> Senhora com o Menino sobre a porta do castelo. De um lado um bispo orante e do outro um báculo com flâmula e, em abreviatura, o que se pode traduzir por “Vila de Belmonte”. (Foto n<sup>o</sup> 98)

Em 28 de Outubro de 1855, o então Presidente da Câmara de Belmonte, José Soares Cardoso, respondeu a um ofício da Câmara de Lisboa e informou que o brasão da Vila foi “mandado riscar a pingo” pelo juiz de fora, Severino António da Silva Geraldês, por ordem de Junot. Sabemos que a razão foi o facto de Belmonte ter resistido às Invasões Francesas.

“São conhecidas as armas medievais de Belmonte, que apresentam um castelo (e não uma torre) com uma bandeira triangular.”<sup>345</sup>

“O actual brasão – em campo vermelho e sobre manto verde, uma torre de prata – é da autoria de Afonso Dornellas e foi aprovado pela Secção Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, em sessão de 22 de Dezembro de 1922”<sup>346</sup>. (Sobre o mesmo tema, ver atrás, noutra local).



Foto 98 - Sigillum Concillii Castri Bellomontis

### Feriado Municipal

Antes de mais, convém ter presente que ficou dito sobre este assunto, na República. (Ver também Anexo n<sup>o</sup> 25, Feriado Municipal)

Com a saída do Dr. Mário Galvão Videira, entra para Presidente da Câmara o Eng. Raul Frazão Castelo Branco. Tinha um grande e vistoso emblema da Legião Portuguesa na lapela. Mas a Câmara parece que não tinha dinheiro, e teve de se limitar a gerir as dívidas. Pelo menos assim diziam. Criou algumas incompatibilidades, sem se perceber porquê. Uma delas aconteceu com a inauguração da Estátua de Pedro Álvares Cabral, e as primeiras celebrações de Amizade Portugal-Brasil, em Belmonte.

De lembrar o que, a este respeito diz o “Jornal do Fundão”: “O Embaixador Negrão de Lima, que nesta visita triunfal (a de Josselino Kubichek de Oliveira) procurou passar despercebido, foi várias vezes vitoriado não só como prestigioso representante do Brasil, mas também como obreiro esclarecido da aproximação entre os dois países”.<sup>347</sup>

Nessa altura começa a haver intercâmbio entre Belmonte e Brasil, sobretudo através da Casa das Beiras, da TAP, e de uma Organização brasileira.

Pensou-se na melhor data para celebrar este encontro. Propôs-se o dia 26 de Abril por ser o dia da primeira missa celebrada no Brasil. (Foto n<sup>o</sup> 99 e 100)

O Vice-Presidente da Câmara na altura era o Prof. Joaquim José Miranda. Como encarregado da organização das festas Belmonte-Brasil, propôs que se juntasse de modo definitivo a festa de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança com as celebrações do 26 de Abril. Com isso havia até a possibilidade de justificar a criação de um feriado Municipal. E assim foi.

Este homem foi um Presidente da Câmara muito prático. Comprou uma camioneta em segunda mão. Era verde. O que durou essa camioneta! Organizou uma equipa de pedreiros, calceteiros. Do

<sup>345</sup> Parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses; anexo a ofício de 22 de Julho de 1986-1914, endereçado ao Presidente da Câmara de Belmonte.

<sup>346</sup> Tavares, Joaquim e Marques, Manuel; op. Cit. p. 5 e 6.

<sup>347</sup> Jornal do Fundão; ed. 20 de Janeiro de 1963; p. 3.

pouco dinheiro, fez muito. Fez muita coisa. esgotos, ruas... Deu um aspecto novo à vila, e às aldeias.

Como Presidente da Câmara, quis alargar a Rua da Sé, actual 25 de Abril, que vai da Igreja ao largo de São Pedro. Havia um lagar que a paróquia tinha comprado junto à igreja, para vir a construir uma Casa de Obras Paroquiais. Ele queria deitar abaixo o Lagar. O pároco propôs-lhe, deitar abaixo o lagar, alargar a rua, mas, em compensação, construir o mesmo número de metros de parede que fossem ditados abaixo.

E lá foi a equipa de pedreiros da Câmara chefiada pelo Sr. Joaquim Jerónimo, homem de poucas falas mas de muito e bom trabalho e ergue-se, com o povo, a actual Casa de Obras Paroquiais até à primeira placa, além da camioneta verde e o “Dumper” da Câmara terem acarretado ainda muita pedra, areia e cimento.

No seguimento destas obras, teve relevância a equipa de Joaquim Marques.



Foto 99 - O Feriado Municipal tem sido motivo para grandes celebrações em Belmonte, envolvendo entidades nacionais e brasileiras. Aqui, reuniu-se o Bispo de Coimbra, D. Albino Cleto e o representante do Bispo da Guarda, para celebrar os 800 Anos do Foral de Belmonte, ao centro o actual Presidente da Câmara, Amândio Manuel Ferreira Melo



Foto 100 - Os dois últimos mandatos da Câmara de Belmonte deram especial revelo às relações com o Brasil e a obras concretas de cultura. Entre estas, conta-se a publicação de obras sobre Belmonte e Pedro Álvares Cabral. Aqui, no Salão Nobre da Câmara, da esquerda para a direita, M. Marques, Presidente da Assembleia, Presidente da Câmara, Prof. Dr. Candeias Silva e Eng. Manuel Castelo Branco

## Folclore, Música Popular, Orações Tradicionais

### **Aqui entra a história oral, mais uma vez**

Porque, por estas Terras e Gentes terem uma memória é que são originais.

É a memória que nos faz realmente originais e grandes...

É o que temos e conservamos de património.

No que respeita a património oral, como veremos, ele foi sobretudo transmitido e mantido pela mulher.

No concelho de Belmonte isto é verdade tanto para cristãs-velhas como para cristãs-novas.

Foi a mulher, sobretudo, a educadora dos valores familiares, religiosos, e até cívicos.

As orações, a bíblia, a doutrina, os rimances, as lendas e tradições, e a explicação destas, era dada pelas cristãs-novas, à porta fechada, em casa, à lareira, ou durante o trabalho no campo.

Este mesmo trabalho era aliviado com as canções alusivas a cada época de trabalho ou a cada quadra religiosa.

Porque, como já disse, a mulher é o principal repositório de um tipo de património, o património oral que é já um património de saberes, - saber contar, saber ensinar...

Dentro dos saberes e de outro tipo que é também de saberes, ela é mestra do saber fazer na casa e até no campo: sabe costurar, bordar, alindar a casa, causando na casa o saber viver e o sabor de viver.

Quanto ao sabor de viver, foi a mulher, sobretudo, a detentora do segredo dos sabores: do queijo, do enchido, dos aromas e temperos, da doçaria. Qualquer de nós se lembra de famílias e de nomes célebres, cada um na sua especialidade.

Mulheres da família de Pinas, Soares, Amaros, Paivas e outras, com boas mãos para fazer queijo. Saber fazer de tudo.

A mulher do Sr. Alexandre Martinho (a do Trinta e Cinco) para fazer enchido. De igual modo a Ti Adília Monteirinho.

As mulheres das famílias dos Botas, do Colmeal e da Gaia.

A Ti Maria Marques, com as suas batatas guisadas, nos dias de mercado.

O Bacalhau frito, que chamado “Bacalhau à Mercado” foi, juntamente com o “Cabrito assado”, a ementa do almoço, na primeira vez que as personalidades do Brasil, da Casa das Beiras, e da TAP vieram a Belmonte celebrar o 26 de Abril.

Ainda me lembro de uma pessoa que deu o alvitre para esta ementa, O Sr. Luciano Amaro.

E a Bertinha Costa e a sua tia a fazer cavacas e biscoitos?...

E outras mulheres e famílias que de Belmonte e de outras terras me hão-de lembrar e hei-de nomear..., sem ser tudo de uma só vez, mas que hei-de nomear porque são detentoras de um património valioso a que não se ligava muito.

Em cada terra se sabia quem era capaz de fazer a boda de um casamento ou baptizado, ou fazer um bom jantar em casa de gente rica. A Ti Zabel Mendes foi uma das últimas nestas lides.

Ainda hoje se lamenta que na Gaia, em Belmonte, em Caria, e até nas Quintas, vão faltando as pessoas que eram especialistas, ou que, com o andar dos tempos, as exigências de sanidade e higiene, a estreiteza das casas, a dispersão das famílias, deixaram de ser convidadas para mostrar as suas habilidades culinárias.

E assim, tantos saberes e sabores se têm perdido ou estão prestes a perder-se. Tudo se resume em escolher um restaurante, que serve infalivelmente as mesmas coisas, com os mesmos sabores, com os mesmos rituais, mais ou menos afrancesados, que até já dão para glosar e gozar.

Não haverá por aqui terras em que, na véspera da vez do meio, acompanhadas de uma amiga e do noivo, as noivas visitavam a gente amiga da sua terra e ofereciam os tremoços - Ó vizinha, Ó Timaria, quer dos meus tremoços?

Ou eram papas de milho, ou arroz doce, - para depois virem a ser presenteadas no casamento?

E isto tudo era um ritual de solidariedade comunitária.

Havia meios rurais em que as ofertas aos noivos eram em cereais (feijão, grão de bico,... e em peças de loiça). Eram um começo de vida em casa, e eram as primeiras sementes para o casal que ia começar uma vida agrícola.

Hoje tudo mudou. E não vai certamente voltar atrás.

Mesmo no leilão das ligas da noiva ou do soutien, é capaz de o sentido de solidariedade ser maior que o despudor. E, se calhar, este despudor nem já existe... ou nem já se lhe liga!...

Verdade é que, nesses tempos valia a simpatia da noiva, as relações de amizade e de família, ou apenas o conhecimento, ou a grande regra de que “o que fizeres aos outros dos outros esperarás”. E a mulher estava no centro destes rituais, desde a sua preparação à sua execução.

Mas voltemos, então, às mulheres e à sua relação com o património.

Não é só nos sabores e saberes que a mulher é o objecto, ou livro do saber.

Através da história que se descortina nas lendas, no património construído e até na própria história escrita, o lugar da mulher, bom ou mau, se vai descortinando.

É claro que, noutro tipo de manifestações de património, etnográfico ou construído, o papel do homem é mais relevante. Há mesmo manifestações etnográficas e folclóricas atribuídas desde sempre aos homens e só aos homens.

Mas até isto diz do papel da mulher através dos tempos, e frequentemente leva a concluir que a mulher viveu sempre muito atrás da fronteira de igualdade de oportunidades e do exercício, sobretudo activo e actuante, do direito de cidadania.

Mas,... vá que não vá!

Muito me alegro, quando em Maçainhas ou Caria, ou onde quer que seja, se renova uma tradição como a matança do porco, ou a festa de Santa Bebiana...(que, de virgem, parece que virou mártir ultimamente), e que parece que estará condenada a mais um martírio, isto é, a sair do “Flos Sanctorum” (catálogo Flor dos Santos) populares; ou quando se faz um casamento à moda antiga, com a canja de galinha criada longe de hipermercado, arroz de miúdos, cabrito assado no forno, ou ensopado de carne de rês miúda.

Talvez ainda venha a ser moda fazer os casamentos mais à moda antiga, mais remetidos à intimidade familiar e de amigos, a ritos e sabores autênticos.

Talvez isto comece pela gente da alta, e como uma manifestação de “finesse”. E depois os mais pobres irão imitar, esquecidos de que foi a sua ascendência que descobriu, desenvolveu, praticou, transmitiu estes saberes e sabores.

Porque restaurantes que se intitulam (intitulam!) capazes de servir com requinte estes ambientes (em solares, casas de campo, montes alentejanos...) e com iguarias tradicionais - isso já há e já está bem explorado.

A noção do que é o Património e o seu valor como marca da cultura, da originalidade de um povo, de um sítio, e da gente de um sítio foi evoluindo.

A educação para o Património pouca gente do meu tempo a recebeu, e mesmo pessoas com cultura, ou instrução, cometeram muitos atropelos contra o património. Eu cá, por mim, confesso que alguns cometi, por ignorância e, às vezes, pela educação que recebi que era de cumprir ordens e ...era difícil pensar, de repente, de maneira diferente da que nos ensinaram.

Em pesquisas feitas no concelho de Belmonte, mais exactamente no Colmeal da Torre, aconteceu o que habitualmente acontece: As pessoas ou dizem que não sabem de nada ou contam sempre as mesmas histórias.

Algumas parecem iguais a tantas outras que se contam em todo o lado. Mesmo estas convém estar com atenção, porque pode haver algum pormenor diferente, aquele pormenor que faz dessa terra, dessa gente, diferente das outras. É a tal originalidade que toda a terra tem e que nem sempre se encontra.

Posso dizer que conheço o Colmeal desde 1954.

Só há meses é que conheci uma história que aí se conta.

Se se olhar para a grandeza ou enredo da lenda, ela parece que acaba ainda antes de começar.

Parece sem qualquer valor, como muitas coisas da sabedoria popular que, às vezes, nem se contam porque não se lhe acha qualquer jeito ou importância. E até são tão estranhas que parecem impossíveis. Não faltará quem se ria!

Quanto a mim, é esta a lenda que mais caracteriza aquela zona e aquela gente, e mais a liga à história, à sua história, desde a Idade Média ou talvez até antes.

A Lenda aí vai: - Conta-se que quem fez a Torre de Centum Cellas foi uma mulher com um filho às costas.

E acabou a lenda! Eu não lhes disse que nem história nem lenda chegava a ser?

É apenas um “diz-se”, não é verdade?

Mas o que significa isto que parece impossível?

Isso já vimos e veremos.

### **Quinta-feira de Ascensão**

“Se os passarinhos soubessem  
quando era a ascensão,  
nem comiam nem bebiam,  
nem punham os pés no chão”.

(E esta parece que, em Belmonte, tanto o dizem os judeus como os cristãos, segundo o Dr. David Canelo)<sup>348</sup>. (Anexo nº 22, Ascensão)

Mas, também é frequente dizer:

“Quinta-feira de Ascensão  
Cai o pendão ao pão”.

Estes são testemunhos, muito conhecidos e comuns, de património oral sobre a Ascensão.

Mas há mais.

É verdade que estive durante 21 anos em Belmonte.

Procurei encontrar testemunhos orais de património. Mas nada.

Tentei encaminhar em acções de pesquisa semelhantes, durante alguns anos em que a Câmara teve de orientar jovens em acções programadas para ocupação de tempos livres, mas pouco ou nada se conseguiu neste campo.

No trabalho feito com mulheres nos anos de 1996/7, as mulheres entenderam que havia outro património além dos monumentos, e havia materiais que contribuíam para a história de um povo e da gente tanto ou mais que a chamada História de Portugal.

Compreenderam mesmo que esta história feita ou adivinhada com o que o povo ainda sabia, cantava e fazia, (os saberes e sabores), imprimiam um cunho de mais originalidade e autenticidade à sua história e à história vivida pelos seus antepassados, e aqui, na sua terra.

Entenderam que elas mesmas eram portadoras deste património e conheciam gente que sabiam ainda mais que elas, e lançaram-se, pela vila e pelas quintas, à procura de quem soubesse dessas coisas antigas, - pessoas que afinal eram e são livros de cultura que poderiam perder-se, como muitos já se perderam.

Então aconteceu que, mesmo sobre a Ascensão, apareceram orações, sabidas e ainda rezadas por gente do povo. Nestas orações sobre a Ascensão, Amélia Joaquina Francês, e Rosa Paiva Fernandes deram o maior contributo, até hoje.

Mas podem aparecer mais.

Sobre “um oração” da Ascensão, vejamos a versão de Amélia Joaquina, de oitenta e dois anos, natural da Quinta Cimeira, Maçainhas, e mulher cuja história um dia poderemos vir a contar.

Diz então:

Alevantei-me um dia cedo  
a varrer o meu balcão.  
Encontrei Nossa Senhora  
Com cacho de uvas na mão.  
Eu lho pedi, ela me disse que não.  
Tornei-lho a pedir,  
Deu-me o seu divino cordão:  
Dava três voltas

<sup>349</sup> Canelo, David; Os Últimos Judeus Secretos, JB, 111.

E um nó no coração.  
E uma pontinha que sobrava  
Chegava do céu ao chão.  
.....?  
- Toma lá, minha tecedeira,  
O meu divino cordão,  
Que mo deu Nossa Senhora  
Quinta Feira de Ascensão.

Pode parecer confuso “este oração” ou esta recitação que parece um pequeno romance a que faltam alguns elementos e até personagens. Até por isso convém ouvir outras pessoas que conheçam estes ou semelhantes orações, para se poderem compreender melhor e, talvez, completar.

Para já, podemos comparar com o recitado por Rosa Paiva Fernandes, de Belmonte, e que viveu até casar nas Quintas da Estação de Belmonte. “Os orações” têm pontos comuns, cruzados e outros diferentes. Eis a segunda versão:

Quinta-feira de Ascensão  
Levantei-me muito cedo,  
ao cantar do perdigão.  
Encontrei Nossa Senhora,  
Sentada no meu balcão.  
Pelo seu cordão de ouro  
Fazia a sua oração.  
Ó'nha Mãe, minha Madrinha,  
Ensine-me a sua ladainha  
Que eu também quero ir para o céu.  
- A minha ladainha  
São palavras de Sião,  
São palavras de Abraeu.  
Hoje é dia de Ascensão  
Que Jesus subiu ao céu.

É caso para pensar se este “Abraeu” é só para rimar, ou se tem algo que ver com a inter-influência proveniente da convivência e mistura prolongada e pacífica entre judeus e cristãos.

E oiçam ainda mais “um oração” ou recitação sobre a Ascensão, de Rosa Paiva Fernandes:

Numa Quinta-feira de Ascensão  
Estava uma irmã a lavar um irmão.  
O pecado a afrontá-la  
Para morrer afogada.  
Não te assustes, minha menina,  
Nem te queiras assustar.  
Sou o Senhor da Ascensão  
que te venho baptizar.  
Porque quem t'a ti baptizou  
Não te soube baptizar.  
Faltou-te com três palavras  
para a tua alma nada prestar:  
“Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.  
Estas é que são as que te hão-de salvar  
E a Nossa Mãe que está no céu  
Com tantos anjos ao pé d'Ela.  
Permita Deus que faças  
Como até aqui,  
Entrarás no Reino da Glória  
Por todos os séculos dos séculos sem fim.

Assim como as lendas do povo, também “os orações” ou recitações têm razão de existir e de



subsistir.

Esta será mesmo um oração ou será mais uma recitação, uma autêntica lição de catecismo do tempo em que o povo era ensinado, não a ler mas alimentando a memória?

Vejamos que o reconto em verso induz:

- que uma pessoa mal baptizada pode ser levada à perdição.

“Quem t’a ti baptizou  
Faltou-te com três palavras  
para a tua alma nada prestar”

E depois, ensina-se a baptizar.

Isto é tanto mais interessante quanto é certo que a Igreja pretendia que toda a pessoa pudesse baptizar, e bem. (Claro, para isso, era preciso saber fazê-lo)

- E como é que este ensinamento está ligado ao dia de Quinta-feira de Ascensão?

- É precisamente antes de Cristo subir ao céu que diz aos apóstolos: “Ide pelo mundo inteiro, pregai o evangelho a toda a criatura. O que crer e for baptizado será salvo, o que, porém, não acreditar será condenado” (Marc. 16; 15-17)

Depois, a própria Igreja foi perdendo, esqueceu mesmo, este catecismo em verso com que ensinara o povo.

O povo conservou este catecismo que ligava a um ritual, e, em vez de apenas o dizer, rezava-o.

Eram tempos em que nem catecismo nem bíblia chegavam às mãos dos fiéis, e, mesmo que chegassem poucos sabiam ler. Durante muito tempo só podia ser publicada em latim.

Portanto, o testemunho de património oral registado diz-nos como, em verso, foi possível e fácil a Igreja ter ensinado e com tanto resultado a administração do baptismo.

A mesma pessoa que transmitiu o testemunho, acrescentou: “A Minha mãe era parteira, até da gente mais rica do tempo e das redondezas da Estação de Belmonte, e certo era que ela, quando alguma criança nascia com ares de não resistir e poder morrer, deitava-lhe a água”.

Mas o património etnográfico sobre a Ascensão foi grande, embora, com os ataques sofridos, a pouco se reduza.

Além de se reduzir a pouco, é difícil a sua interpretação.

É de tentar lembrar o que se conhece, sobretudo entre nós, ou perto. Pode ser que alguém se recorde de mais e se resolva a comunicá-lo. Com novas informações poderá interpretar-se melhor.

Em património etnográfico o mais conhecido na Ascensão, é a saída para o campo. Levavam-se merendas, comia-se, bebia-se, jogava-se, dançava-se.

Hoje haverá apenas alguns pequenos rascunhos do que foi no passado.

A festa da Ascensão era das que mais conservava uma força social, mostrada em costumes religiosos e sociais, aceites e até enriquecidos pelo cristianismo. De mistura, ainda se poderão vislumbrar alguns restos de cultura não-cristã.

A Igreja e o Estado, por razões diferentes, concordando este em acabar com o feriado e concordando a Igreja com acabar com o dia santo, acabaram com a festa, que só com poucos devotos e só depois do dia de trabalho, ainda vai sendo mantida com uma saída ao campo para apanhar a espiga e algo mais que ainda se possa parecer com aquelas boas merendas, danças, foguetes... de um antigamente bastante recente.

É pena ter acabado. Veremos porquê.

Se ao menos se conseguisse que o costume passasse para o Domingo seguinte, talvez fosse maneira de reavivar os costumes, fortalecer as razões da festa, e aprender muita história mantida nos poucos materiais etnográficos ainda existentes e resistentes.

A verdade é que eu estou para aqui a pensar que, se houvesse pessoas que dessem a conhecer, de qualquer modo, inclusivamente para a Rádio Caria, os costumes das suas terras, com as particularidades próprias, e se houvesse movimentos ou grupos que agarrassem o reavivar destes costumes, as nossas terras simples retomariam originalidade e valores perdidos.

Com algumas terras, mesmo desta região, há bons casos de reactivação de costumes. Não quero passar sem lembrar o Paúl, o Ladoeiro, o concelho da Idanha-a-Nova de um modo geral.

A gente de Belmonte ia para o Santo Antão, para o convento da Senhora da Esperança, para o Rio.

Muitas vezes ficavam vizinhos de grupos de judeus (cristãos novos) que também celebravam a sua festa. Estes reuniam quase toda a sua comunidade. Combinavam com antecedência o lugar da reunião e o mais possível fora das vistas dos cristãos-velhos, para evitar olhares indiscretos e comentários sarcásticos.

Outra gente do concelho não se conhece a pretensão de se juntar num só lugar. Parece mesmo que a Ascensão era uma festa espalhada por todo o campo. Gente das quintas, ou se juntava às famílias da vila ou iam para o Alverção do Sr. Pacheco, para os lados da Estação, ou para o cimo de um monte.

Normalmente eram grupos constituídos por famílias e amigos.

Durante toda a tarde ouviam-se foguetes de um lado e outro, cada um mostrando e comunicando a satisfação de um dia, em que se saía para o campo, a apanhar a espiga.

É falar com a D. Amélia Joaquina Francês. Ela ainda se vai lembrando.

À noite cada um trazia um ramo de espigas, envolvidas ou não com outras flores silvestres.

Depois, os ramos, ou os secavam e guardavam em arcas, ou os colocavam em jarras para ornamentar a casa...

Cada um atribuía ao raminho o valor sobrenatural ou supersticioso mais dentro da tradição que lhe fora transmitida e retivera.

Relativamente perto de Belmonte, havia uma romaria que atraía gente das redondezas.

Era o Senhor do Barroquinho, nas Panóias, perto da Guarda.

Atraía muita gente das redondezas, que, "ou d'a pé ou d'acavalo", lá ia, às vezes anos seguidos.

Lembro-me de um devoto de Belmonte que era habitual. Trabalhava que se fartava, mas o dia do Senhor do Barroquinho era sagrado.

Lembram-se do Sr João de Elvas?

Para os lavradores a Ascensão era a espiga, era prenúncio ou o voto (em romaria festiva e livre), de boa colheita.

Pela Ascensão caía o "pendão ao pão", isto é, o pão limpava (dos restos de flor) e começava o grão a engrossar... Uma festa do povo que ligava a espiga à esperança no fruto do trabalho e à força da terra-mãe.

Uma festa a que a Igreja ligava a ideia da esperança para todos, numa união com Deus, à semelhança de Cristo.

O povo ligava este remate da vida de Cristo ao remate da sua própria vida trabalhosa e ao remate do seu trabalho agrícola. A espiga podia ser o símbolo desta esperança. Um culto misto a Cristo e às searas. Por isso o povo, de manhã ia à missa; à tarde, folgava, comia, bebia, dançava. E nalgumas terras, não só traziam a espiga para casa, para proteger de pragas e sobretudo de trovoadas, como também deixavam nas searas cruzeiros enfeitados com flores e espigas. Só em honra do Deus dos Cristãos ou também de outros deuses e forças superiores também temidos e ainda respeitados?

Terras havia, em que a romagem ao campo e este culto das searas juntava toda a população de uma freguesia junto de uma ermida rodeada mesmo de searas.

Ceres era a deusa romana protectora das searas.

Será que o sentido religioso cristão e pré-cristão estarão ligados? Será mais um caso dos que o cristianismo tomou do paganismo?

Já lá vão tempos em que a Quinta-feira da Ascensão era a festa e o dia mais lindo ano.

Não para todos certamente, mas para muitos. Entre nós, para judeus e cristãos. E, embora cada qual dê as suas razões, talvez se possam encontrar algumas razões iguais para celebrar, e bem, este dia.

Os judeus de Belmonte, sim; de vidas e ocupações mais livres, conseguem que a sua crença e razões não comandadas por ninguém (Estado ou Organização Religiosa) até há pouco, continuam os mais fiéis... Preparam boa merenda quase sem restrições religiosas. Reúne-se a família judaica quase toda. Saiem para o campo. Rezam três vezes durante o dia. Cantam e dançam mesmo músicas modernas que nada têm a ver com a religião. Divertem-se.

Levam a espiga para casa e atribuem-lhe um efeito mais ou menos mágico, (como os cristãos, afinal).

Sem tradição facilmente explicável no calendário judaico, esta festa foi assumida pelos cristãos-

novos.

Será porque, enfim, a subida definitiva de Cristo ao Céu os terá deixado mais aliviados?

Ou apenas porque a influência cristã aqui era fácil ser e foi aceite na parte apenas não-cristã?

Embora tanto no judaísmo como no cristianismo haja razões sociológicas semelhantes para poderem todos celebrar esta festa, não se poderá afirmar que seja esta a razão por que os judeus a celebram também. Talvez mais porque era uma festa em que se poderiam mostrar semelhantes aos cristãos-velhos, e nada contra a sua fé judaica perigava em celebrar no campo uma festa só no que nela havia do chamado pagão.

E as razões sociológicas desta festa poderão ainda encontrar-se em costumes e tradições de algumas localidades.

Falei do Senhor do Barroquinho. Esta festa é de fundação recente. Conta-se que, há cerca de cem anos, um homem natural de Panóias, foi atacado naquele local por uma alcateia de lobos.

Subiu para um barroco, ou barroquinho, que ainda ali havia, e, aflito, pediu a protecção do Senhor dos Aflitos. Os lobos debandaram. O homem ficou aliviado.

Por essa razão foi feita aquela capela, no cimo de um outeiro, bem próprio para ligar a festa da Ascensão à festa ao Senhor do Barroquinho.

Antes de passar à frente quero dizer que o facto de na Rádio Caria, se ter feito já uma emissão sobre a Ascensão, já algumas informações de interesses diferentes. Podem ter ainda mais interesse se foram de freguesias diferentes da de Belmonte.

Referi aqui o Sr. João de Elvas que era devoto do Senhor do Barroquinho e que nesse dia largava tudo para lá ir em romaria. Manuel João Gomes de Elvas, um filho deste romeiro, soube da referência e acrescentou: "Pode contar que foram cinquenta anos seguidos, sem faltar um! E eu, que comecei a ir desde garoto, senti este ano a falta dos meus pais que já faleceram. É a primeira falta. Pode ser que venha a tornar".

### **A Coalhada**

Outra informação que me deu uma mulher de Belmonte foi a de que, havia famílias nas quintas, que, em Quinta-feira de Ascensão, não faziam queijo. Comiam a coalhada com açúcar. Era nesse dia um petisco, nas reuniões de família, lá pelo campo.

Acontecia também que, se alguns ramos da família andavam desavindos, aproveitavam a Ascensão para oferecer desta coalhada com açúcar, como sinal e princípio de reconciliação.

Lembrei-me que também na minha terra havia este costume de não fazer queijo, não sei a razão, mas parece-me que era um dos privilégios dos roupeiros (os homens que faziam o queijo) para também poderem tomar parte na festa.

Quanto aos ramos de espigas e flores que se traziam para casa, também me foi lembrado que também era nesse dia que se traziam ramos de trovisco (ou travisco), para colocar nas casas com o fim expresso de afugentar as trovoadas.

### **As trovoadas**

"Os antigos transmitiam-nos esta convicção com grande força e, quando trovejava, habituávamos a rezar, mas de alta voz, o "Om'né Done", tal como diz o povo.

O que é este "Om'né Done"? - Provavelmente é uma corruptela da expressão latina "Domine, Domine" e que não é mais do que O Cântico do "Magnificat" ou ainda, como também diz o povo: A "Magnifica do Senhor".

Rosa Paiva Fernandes e Judite Clemência Martinho transmitiram directamente, porque ainda a rezavam assim, em versão idêntica:

"Om'né Done,  
Minha alma magnifica,  
Engrandece ao Senhor.  
Meu espírito celebrou  
Meu Deus Salvador.  
Por isso, toda a geração  
Vos chama (...) benaventurados

Para aqueles que o temem,  
Feitos e lembrados  
Ao nosso Pai Abraão  
E a toda a geração  
Que diz a Magnífica do Senhor.  
Criastes a minha alma  
Com tanto amor.  
A minha alma é vossa,  
Vós sois o meu Redentor”.

E os pastores que por lá andavam, pelo campo, com os rebanhos, os que sabiam “a Magnífica” também a rezavam para afugentar a peste, os relâmpagos.

Porque ainda há tempos se ouviu dizer que caiu um relâmpago ali, para cima, para a Beira Alta, e que matou umas poucas de ovelhas.

E já agora é de lembrar que as pessoas tanto eram aconselhadas a rezar, como a evitar rogar pragas, mesmo que fosse aos animais. Conta-se de um rapaz que, a correr a cavalo num burro, no meio de uma trovoada, rogou pragas ao burro, algum “rai's te parta”, e morreu fulminado, ele e o animal.

E quem não sabia o “Óm'né Done” recorria a Santa Bárbara:

“Santa Bárbara bendita  
Que no céu está escrita  
Com raminho de água benta,  
Livrai-me desta tormental!”

Não nos esqueçamos que algumas destas crenças o do poder da água benta e o de ramos consagrados a própria Igreja o refere nas suas orações: o poder de afastar os males e a força maligna do demónio.

Lembremos só os ramos do Domingo que, por isso, é chamado Domingo de Ramos.

Por outro lado, diz a mesma informadora, quando aparecia o arco-íris o povo dizia: “Deus já está a fazer a aliança connosco”. «Só há pouco tempo é que eu li na Bíblia que o arco-íris era o sinal da aliança de Deus com os homens, mas a minha própria família que não sabia nada da Bíblia, já era assim que dizia também».

Isto foram mais e novas achegas dadas ou recordadas e relacionadas com a Ascensão... e com as trovoadas.

E antes de passar a outro assunto não será de lembrar, que também a Igreja, três dias antes de Quinta-feira de Ascensão rezava “As Ladainhas” para pedir a protecção para todos os males da alma, do corpo, e das coisas (cearas, hortas...)?

De resto, a catástrofe, a peste, a doença, tanto do corpo como sobre as coisas e as culturas, foram muitas vezes dadas como a razão da construção de capelas, da realização de romarias, do cumprimento de promessas.

Na Sr<sup>a</sup> da estrela da Inguias, faziam-se as ladaínhas, nos três dias antes da Ascensão. No dia da festa havia uma procissão de três cruzeiras, Masaínhas, Bendada e Enguias.

## **As Maias**

Quando eu era garoto, no primeiro de Maio, a minha mãe ia acordar-me a mim e aos meus irmãos, e levava-nos, antes do nascer do sol, passas de figo, às vezes e em muitas casas eram as últimas e tinham sido guardadas para comer precisamente nesse dia. A essas últimas passas de figo chamávamos “maias”. Mas também chamávamos “maias” à flor da giesta. Uma confusão para mim, mas que se tornava agradável pela explicação divertida que a minha mãe nos dava e pelo sabor das docinhas passas de figo ou maias.

“- Vá, acordem, depressa, antes que o burro cante”.

“- Porquê?”

“- Para não serem enganados pelo burro”.

Ficou-me sempre um quê de misterioso neste costume. Depois ouvi falar das maias em Monsanto, do culto pagão (não-cristão) à deusa Maia. Pensei que as últimas passas de figo fossem uma espécie

de culto à deusa da Fertilidade.

Mas admirava-me como não apareciam mais tradições semelhantes.

E não é que é precisamente no Projecto Vera Cruz que a mesma formanda, Rosa Paiva Fernandes, me fala numa tradição semelhante? Diz ela: - Aqui, antigamente, o dia das mentiras não era o Primeiro de Abril. Lembra-me que era, sim, o primeiro de Maio. E a minha mãe, na véspera, prevenia-nos: "- Amanhã levantais-vos todos cedo, antes do nascer do sol". E no dia, logo de manhã, lá estava a acordar-nos e a fazer-nos saltar da cama, antes do nascer do sol. - Mas porquê? Para o Maio não entrar por nós acima. Se não fosse assim, o Maio entrava e andaríamos o ano inteiro a levantar tarde.

Falaremos do assunto e de casos concretos aqui à volta.

E teremos de falar um dia no Santo Antão, tão espalhado, por aqui e a quem os lavradores encomendavam o gado. E quem não tinha mais que o porquinho, encomendava-lhe o porquinho.

### **As Festas de Santo Antão**

Será essa a ocasião para tentar saber porque é que a terra onde nasceu esta devoção, a Benespera, e que causou tantas capelas e festas de Santo Antão, às vezes nem sequer é lembrada.

Faz-me recordar o de Penalobo, no concelho do Sabugal, em que, um pouco já com a prosápia e propensão para rivalidades de raiano se ouve cantar assim:

Santo Antão de Penalobo,  
Amigo das brincadeiras,  
Dá porrada nos mais todos  
E até no das Lameiras".

E eu a pensar que o do Colmeal é que era o maior!...

Mas vá! Que os do Colmeal não fiquem melindrados, que a gente vai fazer as honras devidas ao seu Santo Antão. Seu...e nosso!

Noutro lado falei do Santo Antão de Belmonte.

### **Ascensão – Festa da libertação e da fecundidade**

Primeiro de como era na minha terra e como é em Belmonte. Na minha terra, a Orca, era já não é.. mas ainda me lembro perfeitamente de duas festas distintas celebradas na minha aldeia:

Uma, era a missa, a parte religiosa, que nesse dia tinha brilho e significado bem originais, era cheia de significado sociológico, ligado à libertação dos escravos, e assim era explicado pelo pároco.

Talvez por causa deste significado de libertação dos escravos é que a Ascensão ficou no sangue e no coração de muitas gerações, e se espalhou e se deve ter cantado por muitas regiões, a quadra com que iniciei este programa:

Se os passarinhos soubessem  
quando era a Ascensão,  
nem comiam, nem bebiam,  
nem punham os pés no chão.

Esta alusão parece ligar-se mais com a festa, religiosa. Chamava-se a Festa da Ascensão. Transmitia a ideia de libertação para a liberdade.

E a liberdade é sempre linda, sempre querida, e merece sempre ser celebrada.

Outra era a saída para o campo, profana, autenticamente profana. Ou melhor: - Não-cristã.

Chamava-se a Festa da Espiga. Nalgumas terras em volta chamavam-lhe também a Festa da Marcela, ou Marcelada.

Eu venho da Marcelada,  
Venho de colher marcela.  
Lá dos Campos da Idanha,  
Daquela mais amarela.

Pois na Orca era organizada por grupos de raparigas, já gradas como as espigas, casadoiras ou perto disso. Lembro-me dos meus tempos de garoto, de uma vez ser feita para os lados das Fontainhas, e doutra para os lados do Perdigueiro e da Bica.

Aqui, sei quem foram as mordomas principais, e lembro-me que o Ti Zé Velhinho pôs um pipo de

vinho à disposição de quem quisesse beber.

Talvez a esta parte da festa, profana, ou não-cristã, se refira um outro ditado:

“Quinta-feira de Ascensão  
cai o pendão ao pão”

Quando se dizia pão, dizia-se centeio, que trigo havia pouco.

Era designar o local, variado de ano para ano, fazer as merendas, convidar as raparigas e rapazes que agradavam a cada um. Cantavam, dançavam sobretudo. Muitas vezes eram os rapazes que ofereciam um ramo de espigas e flores às moças. Quantas vezes não foi o início de um namoro e de um casamento.

Depois, ao cair da noite, e às vezes já noite, era o regresso. Raminhos guardados ou para esconjurar pestes, males, trovoadas, ou para recordação de um amor.

Inverti a ordem das festas, porque primeiro era a religiosa e depois esta não-cristã.

De propósito o fiz porque a festa religiosa na minha terra era algo de inesquecível:

As raparigas, já mais espigadotas, tinham, na véspera, ido às flores. No dia da festa, desfolhavam-nas e enchiam açafates. Bem compostas, levavam-nos para a igreja e punham-se em lugar de evidência, lá mais para o arco cruzeiro.

Era uma missa que não deixava adormecer ninguém e que a gente nova preparara com antecedência, primor, atrevimento, e habilidade.

Missa toda cantada, do princípio ao fim, sem parar, - e isto, nos tempos em que a missa era toda em latim.

O Sacerdote ia rezando com religiosidade os textos litúrgicos.

Chegado ao Glória, os rapazes libertavam, do coro para o corpo da igreja, pássaros, sobretudo andoriscos, ou andorinhas bravas, que tinham ido a agarrar na véspera, à noite, pelas minas e buracos de edifícios velhos, torre da igreja...

Soltavam também uma ou outra pomba.

O Povo, homens e mulheres alternadamente, cantavam o terço:

“- Avé Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco. Bendita sois vós entre as mulheres e bendito é o fruto do vosso ventre e Jasus.”

E os homens:

“- Santa Maria, Mãe de Deus, rogai por nós pecadores, agora e na hora da nossa morte. Amen Jasus.!”

“- Avé Maria...”

E sempre, a repetição, até ao Pai Nosso também cantado.

Enquanto todos cantavam, o sacristão recebia das raparigas os açafates com pétalas de flores lançava-as sobre os assistentes. A igreja ficava cheia de flores.

Nunca cheguei a compreender porque chamavam à Páscoa a Festa de Flores e não à Quinta-feira de Ascensão. Porque aqui é que eu via flores e flores!

O Pároco, à homilia, explicava que aquela festa era a que se fazia antigamente aos escravos que no dia da Ascensão eram remidos ou libertos, e, como a Igreja pretendia que fossem tratados tal e qual como as outras pessoas, os honrava naquele dia com tantas flores como se de gente importante se tratasse.

Eu diria simplesmente: como se se tratasse de gente.

Ao fim da missa, as portas da igreja eram escancaradas, e os passarinhos saíam em liberdade como em liberdade saíam os libertos, escravos até aí.

As mulheres apanhavam algumas pétalas, sobretudo de rosas brancas, e levavam-nas para casa. Era para servirem de mesinha (remédio). Lembro-me que, esbatidas nas palmas das mãos, serviam para colocar em feridas e inchaços. E fervidas, a água servia para lavar os olhos inflamados, doentes.

É natural que, hoje, fosse teatro a mais para uma missa; e os ecologistas e protectores dos animais, hoje, também não gostassem muito do que se fazia aos passarinhos. A cultura e a ciência levam a encarar as trovoadas de outra maneira. Os lavradores recorrem aos pesticidas para preservar as culturas. Mas será de pensar se não se criaram de então para cá, mesmo na Igreja, outras realizações cénicas ou teatrais e que não merecem qualquer censura porque são uma manifestação

de fé e um ensino-aprendizagem de doutrina e fé.

A força da fé não leva, por exemplo em Fátima, a encenações grandiosas presididas até pelo Papa, e a grandes penitências que a alguns parecem exageradas e também desactualizadas?

Tudo está certo em certos tempos. E às vezes as mesmas coisas ou parecidas parecem que ficam erradas, se se esquece o tempo e a história. Mas não!...

Quem uma vez assistiu à cena da missa de Ascensão na Orca, minha terra, nunca mais se esquece.

Se apreendeu que aquele cerimonial popular e religioso significava a libertação dos escravos, há-de desejar que se retome, e há-de desejá-lo tanto mais quanto mais apurada for a cultura que tenha adquirido e mais apurado for o sentido de libertação e liberdade que tiver alcançado.

Falei da Ascensão no aspecto de património etnográfico. Falei de sinais e testemunhos populares. Para mais uma vez realçar o valor cultural e histórico daquilo que parece sem importância no povo, e por vezes se perde, vou lembrar um pouco de história. Veremos como há razões de sobra para celebrar esta festa da libertação, tanto para judeus como para cristãos, e para todos.

Veremos o que o foral de Belmonte, tanto o de 1199 como o de 1194, tem a ver com isto.

A escravatura, veja-se(!), aparece como um avanço civilizacional nas sociedades primitivas, quando, em vez de matar os vencidos da guerra, lhes poupavam a vida para os aproveitar para o trabalho, o mais duro, claro(!).

Foi precisamente quando o homem inventa a agricultura. Os escravos fizeram a tracção animal e como os animais.

No Egipto a escravatura era praticada sobre estrangeiros, prisioneiros de guerra, piratas, bandidos, por compra, ou tributo de povos vencidos. O nascimento, a insolvência de dívidas eram também, entre outras, causas de escravidão.

É aqui que encontramos já os ascendentes dos judeus a venderem José, seu irmão, como escravo.

A pouco e pouco, pelas suas capacidades ou pelas necessidades do povo dominador, os escravos confundiam-se com as camadas mais baixas da população, e, por vezes ascendiam a postos de relevo nos estados. E de novo lembro a história de José no Egipto. No governo do Egipto, chamou para aqui a sua raça, para a livrar da fome.

Mas renovada a sua condição de estrangeiros e de escravos, submetidos a trabalhos forçados, os judeus fogem do Egipto e procuram a terra prometida por Deus.

Vencidos mais tarde na sua própria terra, destruída Jerusalém, são levados como escravos para o Oriente, onde a lei era clara: Na Mesopotâmia o escravo era considerado como um bem móvel, tal como os animais domésticos ou os metais preciosos. Podia ser vendido, trocado, dado como garantia, como outra coisa qualquer, de valor.

Mas também já nessa altura os escravos podiam ser emancipados, e eram-no também já dentro de uma cerimónia religiosa.

Isto muitos anos antes de Cristo.

Portanto, a libertação de escravos na Quinta-feira de Ascensão, com festa religiosa e a parte não-cristã, e a celebração desta festa também pelos judeus (entre nós), não parece assim tão estranha, se damos um olhar rápido sobre a história.

Em Atenas foi a passagem de uma economia agrícola para uma economia artesanal e comercial que levou à procura de mão-de-obra no comércio de escravos não só entre homens válidos como entre mulheres e crianças.

Entre os romanos, os escravos eram tratados inicialmente como parte da família.

Mas, com a transformação da economia doméstica numa espécie de industrialização, os escravos foram concentrados para lavras, plantações, pastorícia, para obras de construção, passaram a ser tratados como bestas de carga. Concentrados também, serviam para o artesanato e profissões liberais. E nestas estâncias romanas, à volta, Galhesteiro, Fórnea, Fonte Soldado, Cidade de Valongo, Centum Cellas, e outras, - quem foi escravo? Quando se tornou livre? Quem foi livre? Quem dentre nós não descende de escravos?

As guerras forneciam Roma desta mão-de-obra humano-animal que até eram carne para o circo.

Paulo Emílio reduziu à escravidão 150.000 homens livres, de uma só vez.

Em Delos, chegaram a vender-se 10.000 escravos por dia.

César, duma só vez, vendeu 50.000 escravos belgas.

Tito, depois da conquista da Palestina, vendeu 90.000 judeus.

E de novo posso reforçar a razão histórico-social para estes, em Belmonte, celebrarem a festa da Ascensão, e cantarem e dançarem o “Agacha, agacha” e o que muito bem lhes apetecia.

Os escravos nem direito tinham a praticar qualquer culto religioso público. Depois, no tempo do Império, veio a reconhecer-se-lhes o culto de Diana, e vieram a ser aproveitados, (note-se bem: aproveitados!), nas festas de Saturno, as “Saturnais”.

As “Saturnais” eram festas anuais, mais ou menos licenciosas, celebradas durante vários dias, três, normalmente. Faz lembrar as antigas romarias das festas cristãs, sobretudo à noite, como da Senhora da Póvoa, a Velha, a de antigamente.

O romano Catulo considerava as festas Saturnais o dia mais lindo do ano, talvez e em parte por algumas das razões porque hoje se diz que:

Se os passarinhos soubessem  
Quando era a Ascensão,  
Nem comiam, nem bebiam,  
Nem punham os pés no chão.

É que aos escravos, nas Saturnálias, era dada uma liberdade temporária, e eram até servidos à mesa pelos seus próprios senhores.

Afinal nem foi preciso aos cristãos inventarem tudo para celebrar a Ascensão como libertação de escravos.

No terceiro período da expansão romana, e com a união do Ocidente com o Oriente, a fonte de escravos diminuiu. Os senhores romanos tiveram de contentar-se com a reprodução ou auto-multiplicação dos escravos.

Algo ia mudar.

Desde os imperadores Cláudio e Adriano, por influência do filósofo Séneca e outros, e sobretudo com os imperadores cristãos, Constantino e Justiniano, os direitos dos escravos foram aumentando e o dos senhores restringido.

O número de escravos foi diminuindo e crescendo o número de libertos.

A festa cristã da Ascensão, já antes celebrada, é fixa precisamente nesta época, no século IV. E a escravatura esteve quase extinta.

Depois, no Ocidente, com as invasões bárbaras, de novo vem a escravatura, agora mais sobre cristãos, como vencidos na Península. E aparece a servidão da gleba.

Há homens que preferem ser escravos, e aceitam ser escravos, eles e a família, porque de outro modo morreriam de fome. É a situação dos vencidos perante os vencedores e detentores das propriedades. Depois a religião cristã veio a ser religião do Império visigótico-suevo, e continuou, como devia, a incentivar a libertação de escravos e a celebrá-la como festa.

Mais tarde, conquistados pelos mouros, fomos escravos; e, um pouco mais tarde, conquistando os mouros, fizemos escravos. Era a escravatura de guerra e a de resultado de corso e de represálias que se praticou, e, agora, mais por parte dos cristãos sobre mouros.

No século XIV, a escravatura estava praticamente extinta, mercê até da criação de concelhos e dos privilégios dados pelos forais.

O de Belmonte dizia:

“E concedemos que todo o cristão, embora seja servo, desde que habite durante um ano em Belmonte, tanto ele como a sua geração, seja livre ou ingénuo”.

Ser ingénuo era, nesta altura, ser pequeno proprietário, ou arrendatário, trabalhador livre, todos acima dos colonos, libertos, e muito acima de escravos.

“Ingénuo” viria a dar os termos, e classes de “herdadores”, “vilãos” ou “homens bons” do concelho. Daqui se trepava por aí acima nas classes sociais.

Por isso em Santa Maria de Olas, Santa Maria de Maçainhas, em São Tiago de Belmonte, e depois em Anguias de Godim, as igrejas celebravam com festa a Ascensão do Senhor e a libertação dos escravos.



E em Caria?

Em Caria a história é semelhante e é outra, e não perderá pela demora.

Falarei da Senhora da Póvoa, como exemplo de tantas romarias da nossa terra em redor.

Ficou a deixa de, até no folclore, danças e cantares, ser mais uma vez bem forte a evidenciação da mulher. E não falei das merendas... em que elas se esmeravam com seus saberes.

Estas romarias, com a sua parte de diversão, estavam tanto ou mais no fundo da natureza do povo que trabalha duramente, de sol a sol, e, às vezes, desde antes do nascer do sol até depois do sol-posto.

Este povo levantava a cabeça da terra que tratava, nos dias santos e nas romarias.

Era o mesmo povo que, na Quinta-feira de Ascensão, celebrava um segundo nascimento do corpo e da alma para a liberdade, coisa que o baptismo muitas vezes ainda não tinha conseguido.

Este povo, que fez a história e na história não vê o seu nome, somos nós.

Que havemos de revelar a sua vida e história, a seu tempo, e pouco a pouco, lá isso havemos.

E veremos ainda como o gosto da gente do povo que, com o trabalho de suas mãos enfeitava as suas casas, volta de novo a ver-se como artigos de luxo de gente de posses que os adquire para suas casas. Há mulheres que já não dão mãos a medir, e alguns dos seus trabalhos, originais ou imitados, se encontram já em conceituadas revistas de Decoração.

Na visita ao fabrico de verga em Gonçalo, e agora instalado em Belmonte, embora o Hiperartesanato já tenha a grande mistura de artesanatos de quase todo o mundo, ainda, se pode ver o antigo e o moderno. O moderno até na decoração e mobiliário, e o antigo, nos açafates de costura das nossas mães e avós, nos cabazes das merendas para os mercados, feiras e romarias, e tantos, tantos mais testemunhos de uma indústria e artesanato que precisa de actualizar-se para se preservar da invasão, já em grande escala, de produtos orientais.

Belmonte. Belmonte recuperou tradições de artesanato, em bainhas abertas, franjas, rendas; e evoluiu para outras artes. Pintura em tecido, bordados, e ponto de Castelo Branco.

### **Um Centro de Artesanato Activo**

A Câmara Municipal adquiriu já, e irá adaptar, uma casa dentro do percurso histórico de Belmonte, para instalar um centro de artesanato, onde este se faça, se ensine, e se exponha.

Há funilaria do Sr. Alberto Robalo; há o Sr. Jorge Matos, escultor em madeira. Há mulheres a fazer bordados tradicionais. Serão referidas noutra lugar.

### **O folclore**

Nossa Senhora da Pova

Inda m'agora alimbrou.

Inda m'alimbrou a tempo

Qu'ela ainda não passou

Ainda bem que me "alembrei a tempo".

Porquê?

Porque a Senhora da Póvoa, que hoje se celebra, é o paradigma mais perfeito, entre nós, das romarias completas, de corpo e alma como eram, - e daquilo em que se transformaram muitas, e esta principalmente: - uma imitação de Fátima.

Por acaso acontece também que até as origens de uma e outra são parecidas.

Nossa Senhora da Pova

Oh que Senhora tão linda!

Chega a vossa nomeada

Aos arrabais de Coimbra.

Historiadores e etnólogos da época (desde 1890 a 1940) apontam para 50.000 peregrinos.

Mas um tal Bidarra que morou ali para as Quintas de Maçainhas, dizia ao Sr. P.e Ascensão, que muitos ainda conheceram e certamente admiram:

"- Ó Senhor Prior, olhe que eu tenho muita fé. Olhe que já fui 28 anos seguidos à Senhora da Póvoa, sem faltar um. Ainda não consegui ver a Santa, mas até trago aqui comigo, sempre, na carteira, um retrato dela. Quer ver?" (E mostrava). "Olhe que é uma grande Santa!"

Só em 1941 é que as autoridades eclesiásticas tomaram completamente conta desta festa.

Os foliões foram-se afastando. O Sr. Bidarra das Quintas de Maçainhas, naturalmente também não tornou a pôr lá os pés.

Mesmo ranchos inocentes, a cantar a Senhora da Póvoa, ao som de adufe, foram desaparecendo. Um ou outro lá ia cantando, a medo até ao princípio do arraial, mas aí “metiam a viola no saco”.

Conseguindo todas as violas no saco, “a romaria tornou-se, no dizer do clero local, numa peregrinação estritamente religiosa”<sup>349</sup>. O Bispo da Diocese começou a presidir às cerimónias rodeado de dezenas de sacerdotes para acentuar a predominância ou exclusividade religiosa. Os peregrinos, em 1996, passaram dos 50.000 para os 10.000. As dezenas de milhares deslocaram-se para Fátima também. As esmolos e votos, também.

Tudo tem uma explicação sócio-político-religioso-histórica.

Nossa Senhora da Póvoa,  
Para o ano não prometo.  
Que me morreu o amor,  
Ando vestida de preto.

Tudo bem com Deus, mas a verdade é que muita gente, mesmo a quem não lhe morreu o amor e não anda vestida de preto, já lá não vai.

Morreu-lhes o amor pela Senhora da Póvoa.

Esta dupla romaria, cristã e pagã (ou não-cristã), subsiste apenas em testemunhos orais e escritos e na etnografia.

Quem não se lembra de duas cantigas ou modas à Senhora da Póvoa, uma mais romanceada, com as pausas do trabalho; outra mais ligeira, para dançar, já no caminha para a romaria, já mesmo na romaria?

Por isso aproveitei este dia da festa, para lembrar o que foi esta e outras romarias perdidas, e que eram, (com excessos na verdade), espontânea manifestação popular de devoção, diversão, poesia, de arte de cantar, tocar, dançar, comer, beber, conviver, e levantar as costas sempre dobradas com trabalho.

Desta poesia descritiva, eis um exemplo:

Nossa Senhora da Pova,  
Sempre estais a ver correr(i)  
A Ribêra da Mêmoa  
E mai-la do Anaser(i).

De poesia cheia de metáforas, autenticamente popular, um outro exemplo:

Nossa Senhora da Pova,  
Minha linda camponesa,  
Minha boquinha de riso,  
Minha maçã camoesa.

Lembra-me o cheiro e a côr doiradinha das maçãs camoesas, guardadas lá em casa, como um mimo.

E lembra-me que aqui, nesta recolha, colaborou uma senhora de oitenta e dois anos a quem chamavam a Senhora da Póvoa, só porque, quando era nova, era muito linda. E como velhinha, confesso que ainda hoje o é.

Cantigas de devoção? Aí vai mais:

Nossa Senhora da Póvoa,  
Inda agora aqui cheguei.  
Tantos anjos me acompanhem  
Como de passadas dei.  
Nossa Senhora da Póvoa,  
Minha mãe, minha madrinha,  
Dignai-vos de ouvir os rogos  
Desta pobre pelingrina.

<sup>349</sup> João de Vasconcelos, em Romarias I.

Das amorosas, a mais linda para mim é esta (Cantar a mais ligeira, própria para dançar):

Vivá Senhora da Pova,  
Vivá Velha, vivá Nova!  
Nossa Senhora da Pova,  
Para o ano, se lá for,  
Ou d'a pé ou d'a cavalo,  
Ou nos braços do amor.

Falei, atrás, nas Romarias que no Colmeal se faziam à Sr<sup>a</sup> da Póvoa. Mas o certo é que iam ranchos de todas as freguesias, mais ou menos compostos, e o folclore relativo à Sr<sup>a</sup> da Póvoa, era da Beira, era de Belmonte também.

Este folclore é transmitido numa versão das mais originais pelo Grupo das Cantadeiras de Caria. (Anexo nº 20, Etnografia, Alvissaras).

## Património do Concelho - uma visão englobante

### Património, Folclore, e artesanato: criemos uma cultura global dos valores do Concelho

Se o fizéssemos, talvez que, muita gente que por aqui passa e olha para estas coisas, se habituasse a interpretá-las.

Ao interrogá-las, encontraria a história do povo que aqui viveu e vive, e não diria como muitos, mesmo intelectuais, que as nossas terras, afinal, nada têm para ver. Muito ao contrário.

Falo de um grupo de italianas que veio fazer estágio em Belmonte, recordo as impressões deste grupo quanto à visita feita às nossas terras e só como exemplo:

“- Só vivo a dispersão da cidade, aqui ensinaram-me tanto de convivência que espero meter em nós essa experiência.”

Esta dimensão humana não a esperava tão grande.

“- É tudo diferente da cidade. As relações entre professores e alunos impressionou-me bem, bem como a mistura entre o artesanal e o industrial.”

“- Descobri património, senti espontaneamente a solidariedade. Queria transferir-me para cá, ou, pelo menos, levar tudo o que vi.”

“- Foram buscar os valores da vida através da tradição, convertendo a tradição na união das mulheres.”

“- Recebi uma carga de afecto inimaginável que me fez andar mais para a frente.”

“- Vocês transmitiram-nos simplicidade, serenidade, e entre vós nota-se o amor pela tradição.”

“- A minha maturidade interna cresceu. Espero tornar em vida esta experiência.”

“- Estamos honradas com o vosso acolhimento.”

Uma delas, com o choro, só conseguiu dizer: “- Muito, muito amor, muita tradição, muita solidariedade.”

A respeito dos trabalhos de exposição e dos já feitos dizia uma delas:

“- Uma criatividade que transforma materiais pobres em ricos. Com pequenas coisas fazem verdadeiras criações. Nada está estandardizado.”

“- É uma experiência que não imaginava poder viver.”

Houve uma das estagiárias italianas expressões como estas:

“- Só acreditei quando vi!”

Outra:

“- A experiência é excepcional devido à excelência dos produtos.”

E outra diz ainda:

“- Encontrámos mais que uma mulher que cuida do campo, cozinha, tece, borda, faz maravilhas, e é sensível aos valores tradicionais sobre os quais reinventa novas obras.”

“- Que grande lição de vida! Agora, confronto-me com o que vi, e arranjo força para criar também.”

Por fim, um dos professores, Nini, remata:

“- Há possibilidades de trocas comerciais, agora com uma nova visão de humanidade.”

E antes de prosseguir quero deixar claro que divaguei, divaguei, com prazer, e com a finalidade de criar mais gosto e apego pelas nossas coisas, qualquer coisa que seja manifestação da nossa cultura, das nossas raízes. Qualquer pessoa ou grupo poderá captar esta alma original das nossas terras e gentes. Pego no exemplo da visita a Caria.

### Visita a Caria

Tínhamos visitado a Guarda, com sua monumentalidade, e vínhamos directamente de Sortelha que, na vila primitiva, encanta pela sua paragem no tempo, que, com um sentido histórico apurado ou espevitado que se inculque nos visitantes, faz reviver história de gente que, pela liberdade, deixava terras férteis de Valença do Minho para vir habitar aquele amontoado de barrocos.

A ideia de monumentalidade e originalidade, já desde a véspera, enchia a cabeça dos nossos

visitantes.

Chegados a Caria, parámos, e perguntam:

- Aqui? Que vamos ver aqui?

- Uma surpresa, - respondi.

A visita foi rápida.

Parámos em frente à Casa do Povo, junto ao Cruzeiro. Falei da festa de Santa Bebiana, das suas origens milenares, dos seus ritos. Parece que nos afundamos na história e na pré-história, talvez.

Indiquei uma casa onde, ainda na época dos Anos Trinta, um conhecido judeu rico de Caria, o Sr José Mandes, celebrava a festa da Páscoa judaica com a sua família que mandava buscar no seu carro a Belmonte. (Isto segundo o testemunho de sua viúva que já era cristã nova. Ia a Fátima e tinha ido a Jerusalém com a mesma fé.)

Indiquei, a título de apontamento, duas séries de casas de construção típica regional, com seus balcões e varandas, tudo florido.

Apontei séries de casas quatrocentistas e quinhentistas, de rara qualidade de cantaria e silharia, com marcas de arquitectura e gravações (incisões). Algumas de legítimo estilo, a ameaçar ruína e a pedir um entendimento entre autarquias, e proprietários, e técnicos que sejam mais que técnicos e tenham sentido estético, e cultural.

Fiz notar que casas destas, em Caria, além da bem marcada e original qualidade de estilo e materiais, são ainda um conjunto cujo núcleo pode constituir a mais conservada e mais bela judiaria da região.

Apontei casas apalaçadas, e foi tudo tão simples, fácil, e frequente... porque a vila tem este património bem evidente.

E apontei a Casa da Câmara de Caria.

Encantaram-se com ela, na sua simplicidade de estilo manuelino popular. Perceberam, comparando com outras sedes de antigos concelhos visitados em redor, do valor simbólico de uma casa da Câmara, e perguntaram pelo pelourinho.

E lá veio a história de Portugal do tempo, e lá veio a importância que, no século anterior, tinham tido as Ferrarias de Caria. É outro assunto que fica tratado noutra lugar. (Ver Anexo nº 20, Ferrarias)

E viram, e viram mas só porque eu a fiz notar, a Casa das Caras.

Não digo o que eles disseram. Não foi agradável.

Esperemos que um dia os proprietários por si só ou com o Município, e com técnicos com saber e gosto (e isto hei-de repeti-lo) sejam capazes de lhe restituir a traça mais original possível.

Fiz notar que é um dos exemplos raros de escultura gótica, em granito, na região, incorporada na arquitectura, afora a Sé da Guarda com suas gárgulas embutidas na construção da catedral, e um pequeno apontamento do mesmo estilo no Teixoso, no Canto da Macaca.

Lembro agora à gente de Caria, que, na Beira Alta, em Fonte Arcada, junto à Barragem de Vilar, no Rio Távora, se encontra uma casa no estilo da Casa das Caras.

É o chamado Paço de D. Loba, nome popular que pode ter vindo do facto de uma das esculturas parecer a cabeça de um cão (visto como lobo!). É pelo menos interessante que, segundo alguns autores, a povoação tenha sido a reconstrução em local próximo e ainda em época pré-nacional, de outra povoação que existiu num castro e num castelo sucessivamente designada com o nome de Caria.

Mas esta Casa da Loba está intacta, e merece que, na Publicação "As mais belas vilas e aldeias de Portugal", se escreva:

"que é bem possível ser a mais austera das residências fidalgas portuguesas. Solar medieval, do período gótico, impressiona pela grandeza isenta de qualquer ostentação. Exerce um fascínio especial..., é uma razão mais a justificar a sedutora magia que Fonte Arcada possui."

A Casa das Caras em Caria era ainda mais austera. Mas, hoje, o fascínio desta obra única de património está oculto na reconstrução feita. Só quem a conheceu a reconhece, mantém por ela o fascínio das coisas únicas.

Mas dei aos visitantes as razões porque é que a gente desta vila diz que na Casa das Caras nasceu Caria e realcei que o povo tem sempre alguma razão na tradição que transmite.

Está provado historicamente que Bispos da Guarda viveram em Caria, e antes ainda de construírem a Casa da Torre.

A Casa das Caras, portanto, pode muito bem ser uma das casas (ou o Paço) em que viveram os bispos anteriores à construção da Casa da Torre, esta de residência episcopal e de defesa ao mesmo tempo.

E fui-lhes dizendo, que eram bispos, alguns deles cultos, formados nas melhores universidades da Europa, médicos de el-rei, Confessores da Rainha, Membros e conselheiros da Rota Romana em Roma.

Abriram a boca!

“- En Roma? Certo?”

“- Certo!”

Mais uma casa que pode ter sido (isso não o afirmei), pode ter sido a sinagoga de Caria.

Uma volta até às traseiras dessa casa, e viram embutida numa parede, um possível molde de ânfora ou jarra em alto relevo, um possível reclame de uma actividade artesanal? Só adorno? - Penso que não. Símbolo religioso? E de que religião?

Um enigma saborosamente original, e que não está no lugar de origem. Sabe-se que a última actividade artesanal da pequena casa onde está incrustado este relevo era uma forja.

Por qualquer razão vislumbrada ou a descobrir, um elemento original, a conservar com o orgulho (ou gosto) que se pode ter daquilo que nos faz originais.

Depois, mais um pouco adiante, a Casa onde provavelmente se aquartelaram as tropas francesas, a quando das invasões, os sinais que aí alguém quis deixar para testemunho. Alguém do povo me disse que era o desenho de judeus com rabo...

Parecem mais soldados ou oficiais e o rabo será a bainha da espada.

Contei a história da Covilhã ter conseguido acompanhar a evolução e marcha das tropas francesas e ter capturado um soldado francês, aqui, em Caria, durante a noite. Obrigaram-no a dar as informações de que precisavam para saber se poderiam ou não resistir.

E estávamos em frente da Casa da Torre, que só se viu no que ela deixa ver de pretensamente pomposo no estilo barroco e na inscrição que encima a verga da porta principal.

Mas fiz saber que, ali, em frente, passava uma estrada romana, a mesma já mostrada junto de Centum Cellas, que a torre episcopal foi construída sobre bases de uma das três torres romanas que se conhecem no percurso romano desde a Torre dos Namorados na Mata da Rainha, até Centum Cellas.

Veio a propósito o sentido do valor da história possuído e demonstrado por quem passou e fez história em Caria, através dos tempos, e que está patente nas inscrições e datas existentes.

E lá veio a inscrição que se encontra entre silvados e figueiras bravas nas traseiras da Casa da Torre. Ver atrás, «Construtor do Paço Episcopal de Caria», pg. 49.

E, com a pompa do latim, lá saiu também a inscrição da frontaria barroca: (Ver Anexo nº 2 e Fotos nº 70 e 71)

“Mille Dolis victis domus  
est haeC Condita quando  
X indiCat et major  
lItera quaeque tibl”

“Vencidas mil dificuldades  
esta casa foi construída  
quando indica a incógnita X  
e as letras maiúsculas  
também te indicam”

As maiúsculas e a incógnita X revelam a data da reconstrução:

MDCCXCII - (1792)

A própria originalidade do enigma deixado na inscrição interessou os visitantes.

Fiz notar também que a cerca de defesa que rodeia esta casa, que passou para herdeiros de Bispos da Guarda, é uma pequena fortaleza, que era completada por outros elementos e trincheiras

para S. Sebastião e para os lados de Santana. Destas existe o topónimo, Largo da Trincheira.

De longe e de fora, souberam que existia um poço dentro da muralha, e que o próprio poço, ou outro lugar discreto, dá início a uma porta falsa que vai dar a norte, num olival, entre silvas também.

Depois, depois foi a Igreja paroquial:

Aqui tivemos como cicerone o Rev. Pároco Dr. João Saraiva André.

Como antigo aluno da Universidade Gregoriana de Roma, os nossos visitantes tiveram ainda menos dificuldade em perceber a lição que ali escutaram.

Mas eu acho que a Igreja de Caria tem, só por si, matéria para ser tratada à parte.

Para já, e depois na continuação da visita, os nossos visitantes desabafavam:

“- Mas isto é monumental! Caria tem uma história rica!

Pois é. E até ficaram a saber as razões históricas de uma monumentalidade diferente da de Belmonte.

Porque,... cada qual com sua originalidade.

Estudemos, e veremos como as originalidades de Belmonte e Caria estão predestinadas a completar-se e a enriquecer-se.

Vamos. À descoberta da igualdade e da originalidade, à descoberta da história, e, hoje, mais uma vez, à descoberta da história e da beleza de Caria.

Ao olhar para a Igreja Paroquial de Caria, a primeira impressão, do exterior, é a de beleza de um estilo barroco equilibrado, equilibrado em todo o edifício, de cantaria rica mas não mais que a necessária, até na rica escadaria exterior de acesso à torre sineira.

Um equilíbrio que poderia subir mais na torre, por exemplo, mas que, mesmo assim, é gostoso de ver.

Entrámos.

A sensação de equilíbrio e beleza acentua-se.

Somos tomados de admiração pela simplicidade e rigor das três naves do corpo do edifício, muito perto ainda das linhas e de conceitos renascentistas.

Este sentimento de simplicidade encantadora é de repente acrescentado pela exuberância, também contida, dos azulejos que circundam todo o corpo interior do templo.

E se o azulejo e a talha barroca são um fenómeno nacional que, começando com influência estrangeira, foi adquirindo novas e originais expressões em Portugal, aqui, em Caria, estes dois elementos (azulejo e talha) foram conjugados com tal sagacidade e artifício que o visitante desprevenido não mede a distância que vai desde a exuberante talha barroca do altar-mor (do século XVII-XVIII) ao rico friso de azulejaria dos nossos tempos.

Quem fez uma coisa e outra, fê-lo com arte, gosto, e saber, coisas que raramente se conjugam nas nossas terras, mas coisas que a vila de Caria teve, desde as suas origens, desde os bispos da Guarda (com gentes de sua casa) até ao século actual. Aqui viveu sempre gente de teres e saberes e gosto.

Falemos da talha barroca, doirada, do altar-mor.

Aqui acabou a simplicidade e começa o grandioso, o riquíssimo, o único e, por conseguinte, o original desta igreja que não fica só pelo retábulo de talha doirada.

O retábulo cobre toda a parede atrás do altar-mor.

Onde está o original?

O original desta talha está na arte e rara profundidade do entalhamento, manifesto nas peças consideradas principais como nas que poderiam realizar-se com menos relevo.

É a mais profunda que conheço na zona, neste estilo que, segundo alguns autores, vai de 1675 a 1725, antes da época em que começam a introduzir elementos de arte manuelina.

O retábulo é de arcos concêntricos e de perfil fechado.

Apresenta colunas salomónicas totalmente revestidas de folhagem e uvas estilizadas, fénices elegantes, e meninos (ou anjos) que sustentam as colunas ou acompanham o movimento ascendente e espiralado das salomónicas.

Painéis de folhagem estilizada e outros motivos ornamentais preenchem completamente toda a estrutura do retábulo, mesmo nos intervalos das colunas, e em painéis ou portas de acesso às traseiras do altar.

E sempre, sempre, a mesma arte e profundidade.

Sob o arco ou abóbada central do retábulo, ergue-se uma tribuna piramidal, composta ela mesma de troços de pirâmide invertidos e sobrepostos (estes são também entalhados e doirados no mesmo estilo do retábulo, e terminavam em nicho ou baldaquino que imitava uma custódia e servia para a exposição solene do SS. Sacramento).

Quando o actual Pároco tomou conta da Paróquia, já não existia este Baldaquino, pelo que o trono termina servindo de peanha. Antes de prosseguir, e para também eu manter o sentido e valor de quem faz história, quero deixar dito que o actual Pároco, fez obras de restauro neste altar, mas de tal modo acomodadas ao estilo da obra, que até passam despercebidas.

O sentido próprio da época em que o retábulo foi feito, de envolver em oiro (oiro do Brasil) o sacrário e o trono, foi absolutamente conseguido. E, com o restauro, vai sendo mantido.

É que, para além de tudo o que foi já referido, a talha avança para todo o tecto da capela-mor, em caixotões de talha também doirada que emolduram alegorias pintadas acompanhadas de expressões bíblicas do Antigo Testamento e que a Igreja refere à Virgem Maria. Mais uma originalidade da Igreja de Caria.

O Rev. Pároco esperava-nos para uma explicação:

Caria é uma povoação antiga. A sua história e importância está ligada aos Bispos da Guarda, alguns dos quais aqui viveram.

Esta igreja foi começada a construir cerca de 1601 e construída a capela-mor em 1701.

Esta construção é assinalada por inscrição que ainda se lê na parede exterior da capela-mor, lado Sul, e as obras foram mandadas fazer pelo P.e Pedro Álvares Cabral, possivelmente da família dos Cabrais de Belmonte.

Chamou a atenção para a composição de três naves da Igreja, para a beleza do altar-mor e de outros, para os púlpitos, e para os azulejos que emolduravam todo o templo.

De original ainda, mas é preciso notá-lo, é que a pia baptismal é de granito e de uma única peça. Monolítica.

Leu e explicou alguns dos epítetos atribuídos pela Igreja a Nossa Senhora e que estavam escritos e metaforizados no tecto da Capela-mor.

Ficamos a olhar para o tecto da capela-mor, todo pintado de metáforas e ouvi-los-emos depois.

Ficámos a olhar, surpreendidos.

Para além da técnica e qualidade da pintura, pudemos vislumbrar a imaginação de quem inspirou a obra, pelas amostras apontadas pelo Rev. Dr. João Saraiva André, o actual pároco, que, pelos vistos, tem as metáforas e inscrições do tecto já estudadas:

Thalamus sponsi: Leito do Esposo, (do Espírito de Deus)

Hortus conclusus: Jardim cercado, guardado (para Deus)

Templum Spiriti Sacti: Templo do Espírito Santo.

Columba Noae: Pomba de Noé (Pomba da Paz, ou Paz na Tormenta)

Navis instititae: Navio Seguro (de Salvação)

Lapis Diva: Pedra Preciosa

Uma autêntica ladainha!

Deixemos outras e outras inscrições por agora. Deixemo-las para ocasião mais oportuna.

Entremos na Sacristia da Igreja, do lado Norte, e é de novo o tecto que logo nos surpreende.

Aí estão pintados, em madeira, todos os apóstolos e os lugares do mundo onde exerceram o seu apostolado. Falta Judas que fugiu do grupo fiel a Cristo e que também não ficou no grupo histórico aqui pintado. É substituído por São Paulo.

E aqui, como noutros lugares de Caria, se nota mais uma vez o sentido de história de quem fazia obras: pois encontramos o nome de quem mandou fazer este teto, o P.e António Reis e também a data em que foi feito o trabalho (1807).

Uma referência ao facto de, em Caria e ligada a Caria, haver ainda gente bem conhecida, em vários sectores da vida nacional, com o apelido Reis.

Este tecto foi de novo e recentemente restaurado. Seria bom marcar identicamente o facto, se o não foi. É uma maneira de a história ser mais visível. É uma lição de história mais completa e mais clara.



Passados à Sacristia das Almas, do lado oposto, encontrámos mais um tecto pintado em madeira, menos monumental e artístico que o da Sacristia da Igreja, mas também recentemente restaurado.

Este tem, como motivo, símbolos da Paixão e Morte de Cristo. Para além das pinturas do tecto, há pinturas avulsas (quadros) em tela, também sobre a Paixão, expostos ao público.

Tudo, tudo cuidado.

E, porque os visitantes perguntam, é explicado que estes quadros soltos são colocados nas pequenas capelinhas ou nichos espalhados pela vila como noutras povoações.

Os nossos visitantes ligaram esta explicação àquela que se lhes tinha dado em Sortelha, quando perguntaram para que serviam as capelinhas do género que aí tinham visto, (para Os Passos).

Mais perguntas sobre uma imagem de Cristo no Sepulcro, e porque tinha braços articulados (?).

A resposta teve de conduzir à existência de uma Irmandade com forte tradição na freguesia, com funções e atribuições específicas, entre elas a de celebrar as procissões e cerimónias da Semana Santa.

Fiz notar as reminiscências que ainda vão persistindo do teatro eclesiástico medieval, sobretudo na Semana Santa. Aqui, em Caria eram ainda bem dentro do original.

Aqui para nós, digo que, em tempos, nos tempos do Rev. P.e José Ramos, do Sr. Rente, e do Sr. Dr. Mário Galvão Videira (os que me lembram assim de repente), me insurji contra estas manifestações, por me ver metido nelas sem querer, e, ainda por cima como actuante, como farricoco. Eu era um fruto purista (e incompleto) da educação ou instrução, que me deram.

E isto foi apenas um dos aspectos, dos que lembram, quando digo que muitos de nós, mesmo responsáveis, tivemos algo contra o património e a cultura, e eu também não me isento.

Hoje, compreendo melhor erros cometidos por mim e por outros, porque tenho ideias de cultura (e penso que melhoradas) mas certamente diferentes daquelas com que fui lançado na vida activa.

Por isso vou sendo mais compreensivo perante erros de outros, e vou fazendo que erros se evitem, porque alguns, contra o Património, são irreparáveis.

Mas... estava na Sacristia da Irmandade.

Somos impressionados por mais uma pintura, esta de Cristo (Ecce Homo), e a nota original de a mesma pintura estar feita numa só tábuca. Esta originalidade e a da qualidade da pintura em si, fizeram com que já tivesse estado presente em exposições de Arte Sacra.

Tudo isto interessa os visitantes, que procuram registar fotograficamente o que vêem. E admiram-no. E dizem-no:

“- Até as sacristias estão restauradas!...

Pois é. Os visitantes até isto observaram. Vão saber porquê e como.

Tantas coisas belas os nossos visitantes italianos terão em Palermo e tantas obras primas, mundialmente conhecidas, têm na sua Itália... que qualquer de nós sonha visitar.

Mas estas são diferentes, são originais.

São mostradas como coisas que fazem parte de nós, da nossa história, da história da nossa gente e da nossa terra.

E, como deixei prometido, dou conta de mais uma das perguntas feitas por vários dos visitantes:

- Mas quem repara estas coisas? Há muitas Igrejas que deixam estragar tudo ou não lhes ligam importância?...Aqui vê-se cuidado!

E aqui, também confesso que fiquei com uma cara bem diferente daquela com que me viram perante a Casa das Caras de Caria...

À saída da Igreja ainda o Rev. Pároco ainda leu os epitáfios de duas sepulturas jacentes no guarda-vento. Um pequeno toque tinha assinalado letras já quase ilegíveis. Mais um pequeno toque de interesse pelas coisas que são nossas.

Daqui, destas sepulturas, levaria eu a deixa para falar do palacete dos Passanhas.

Mas, antes, o Pároco fez notar mais um pormenor original do adro: Havia, à volta de todo ele, catorze cruces em pedra, grandes; tantas quantas as estações da Via-Sacra.

Mostrou uma destas cruces, trabalhada com motivos da Paixão e em relevo. Mostrou outras mais, não já catorze, porque algumas foram derrubadas em tempo em que não havia tanto cuidado pelas coisas, pelas nossas coisas como atrás se disse.

Indicou a peanha de uma dessas cruces encontrada recentemente debaixo de uma pipa, numa

adega de Caria. Daqui foi recolhida para o adro.

E há tanta coisa a recolher e preservar!...

Demos mais um olhar para a Capela de Santo António.

Enquadrada num dos ângulos avançados da Fortaleza dos Bispos da Guarda, de modo que mais ainda dissimula, ao mesmo tempo que conserva seteiras de defesa, também ela é exemplo do sentido de história que havia em Caria: Sabem quem a construiu? - Está lá, bem escrito. Foi feita pelo Mestre Costa, em 1767.

É um exemplar típico de uma Capela com alpendre que, como ante-sala, e rodeado de murete, abriga e delimita esta ampliação do espaço religioso e utilizável da pequena capela, permitia maior participação dos devotos, e, servia para o clero e a irmandade que, daí, assistiam ao sermão pregado para a multidão dos fiéis comuns espalhados pelo Largo fronteiro.

Uma passagem pelo palacete dos Passanhas.

Um palacete setecentista, de estilo barroco com as características do joanino português. O palacete em si, a capela, a casa dos feitores e como tal usada até recentemente, os portões de ferro artisticamente e elegantemente trabalhado, as entradas elegantes, incluído a entrada para o jardim, para condizer com toda a elegância da construção. Tudo admirável e admirado.

A história de D. Duarte de Almeida, o Alferes da Bandeira que agora nem se encontra mas fazia parte da história que eu e outros tivemos de aprender a cantar na Quarta classe da Escola, continua aqui, em Caria, marcada no granito da pedra de Armas deste palacete.

E depois, por causa da escassez do tempo, a referência a outros palacetes de Caria, de nobreza antiga ou de nobreza liberal, sem tempo para contar histórias que ajudam as pedras a falar.

Lá faltou, por exemplo, a referência ao palacete das Morgadas, aos Viscondes de Tinalhas, à capela da Casa, hoje despida e despojada, não?

O palacete dos Condes de Caria e as histórias que se recordam ainda do tempo do Senhor José Caria ou só Sr. Caria, industrial em Gouveia, sócio da Companhia de Caminho de Ferro da Beira Alta, e homem que, mesmo conde, não perdeu o gosto de ser simples e andar de feira em feira, à procura do cavalo que mais lhe agradasse. Histórias por ventura romanceadas, mas que o povo conserva, com misto de humor e respeito.

Apesar das falhas do tempo, os nossos visitantes renovaram a afirmação: - "Caria é monumental!"

Pois é, digo eu agora e mais uma vez, e ainda mais convencido desta verdade.

Mas quem mostra estas coisas?

Quem e como se chama, se atrai gente a visitar Caria?

E como se faz com que a massa de gente de Caria, reparem que eu digo "massa de gente", ela própria, tome consciência desta riqueza histórica, monumental, cultural?

E, por fim desta visita, quis acentuar:

- Bastava que, em Caria, se visitassem as fontes que aqui existem para se ter a ideia de que esta terra é de rico e original património.

E fiz referência à fonte do Carvalho. Disse que é única, que nela se sobrepõem estilos e épocas diferentes, alguns bem assinalados.

Disse que aí, mesmo ao lado, passa a já referida estrada romana, ou Estrada de Herodes, mas não disse que essa estrada romana, aí, passa por baixo de alcatrão. (Ver Foto nº 72 a 76 e Foto nº 4).

E uma pergunta: - Será que tinha de passar mesmo? Ou não houve quem procurasse outros processos para manter restos visíveis da estrada romana e, ao mesmo tempo, se conseguisse um processo para passar com os automóveis de hoje em dia?

Será um caso típico de que o progresso, a evolução da vida, as necessidades criadas exigem isto sem qualquer outra espécie de solução?

Ou há já noutras terras soluções de compromisso para casos idênticos? - Há!

Há, na verdade, casos destes resolvidos noutras terras e de modo artístico, deixando à vista parte do que ficou por baixo do alcatrão.

Bem. Aqui fica a informação para, se quiserem evitar outros casos semelhantes e talvez, um dia, remediar estes.

## **Ligação da gente de Belmonte e região com arte sacra e romarias**

Quando falei da Sra. da Póvoa e a comparei à romaria que, aqui, nos arredores, mais se parecia com ela, falei da Sra. do Carmo do Teixoso.

Por essa altura aludi a um género de arte e património cultural religioso que era mais abundante também nas capelas destas duas Senhoras: Os ex-votos.

Como através do património, pretende atingir as raízes mais originais das nossas gentes e terras - as nossas -, quero, por vezes, para atingir as raízes, protegê-las antes de mais.

Então, não quero passar adiante sem falar dos ex-votos e outros problemas em que eles nos fazem pensar, tanto mais que alguns deles foram mandados fazer em cumprimento de promessas feitas por gente à volta de nós, ou foram centro ou acidentes da vida do povo que lavou nestes rios...

Antes de mais, os ex-votos são a maneira de os devotos ou familiares cumprirem suas promessas como paga de milagres ou graças recebidas.

Uns oferecem, ainda hoje, velas da altura do doente ou miraculado, cabeças de cera, creio que muito frequente na Senhora da Cabeça de Orjais.

Em Fátima há, ainda bem visíveis e actualizadas, formas de pagamento de promessas pelos crentes.

No século passado foi frequente oferecer velas como hoje, mas também ofereciam quadros pintados representativos do milagre feito por Nossa Senhora.

Estes ex-votos, muito mais do que arrobas e arrobas de cera e mesmo promessas em dinheiro, dizem mais da cultura do povo, das suas crenças e devoções, das suas aflições, das doenças mais comuns no tempo (a tísica era uma delas, pelas hemoptises que se vêem frequentemente pintadas nos quadros), da maneira de se chegar aos médicos ou de nem sequer lá terem podido chegar, da maneira de viver, da decoração simples das casas da nossa gente, pois que pintavam interiores, e de tantas e tantas outras coisas que as ciências como a Sociologia e a Antropologia poderão explicar.

Estes ex-votos, em pintura geralmente popular, são hoje procurados por antiquários que os pagam bem e os vendem ainda melhor.

Há também quem não lhes ligue nenhuma importância, de resto, como também não ligam importância a outras manifestações de cultura e património, sobretudo populares.

Mas as populares não representam menos a vida e história do povo do que as manifestações de arte de conceituadas escolas.

Disse já que as colecções de ex-votos maiores de aqui à volta são os da Senhora da Póvoa e os da Senhora do Carmo do Teixoso

Uns e outros são todos ou quase todos assinados pelo autor, e a maior parte foram pintados pelo pintor Luís do Valle, ou Luiz do Valle Sénior, do Teixoso, que, com a sua assinatura e morada, fazia reclame à sua arte e profissão.

Os da Senhora do Carmo foram quase estragados com um banho de verniz. Um amador que, embora amador de coisas antigas, se meteu a fazer trabalho que não sabia e... vamos ver se resistirão a estes estragos.

Pior ia sendo o que se passou com os ex-votos de Nossa Senhora da Póvoa.

Apesar de secularmente conhecida como milagreira (uma santa "muita" forte!, como diria o Sr. Bidarra de Maçainhas...), a sua força não conseguiu (ou não é para isso que Ela a quer) não conseguiu evitar que os ladrões roubassem de uma só vez todos os ex-votos que lá havia.

Isto servirá para alertar as populações que possuem verdadeiras peças de património nas suas terras, e capelas, e igrejas, peças simples, imagens de santos ingénuas, ao ponto de alguns populares dizerem: "- Que Deus me perdoe, mas são muito feinhos estes santos!".

Por isso lhes dão menos valor que os ladrões e que as gentes ricas que foram adornando suas casas com aquilo que o povo não foi ensinado a gostar. É preciso guardar as imagens que estão pela sacristia da Gaia e outras.

Aconteceu que tirei, fotografias a todos os ex-votos que havia na Senhora da Póvoa. Traduzi mesmo as legendas e tomei outras notas identificativas.

Quando foram roubados, o Sr. P.e Chorão pediu-me se lhe mandava fotos dos ex-votos para poderem ser identificados, se viessem a ser encontrados.

Assim fiz, mandei toda a colecção. E a Polícia Judiciária conseguiu identificar e recuperar todos

os ex-votos roubados.

Deste modo ainda poderemos ver cenas da vida popular, por vezes quase decalcadas umas das outras para maior facilidade de trabalho do autor, e ler coisas como estas das gentes das terras em redor de Belmonte Caria:

1. "Luís Mendes Soares e sua mulher, da Vila de Belmonte, ofereceram este retábulo à Senhora da Póvoa, por livrar seu filho de uma grande enfermidade. Pintado no Teixoso por Luiz do Valle, em Maio de 1856." Quadro de 50 por 45 cm, pintado em folha de zinco, e com moldura.
2. "Milagre que fez Nossa Senhora da Póvoa a Ana Rosa, mulher de Manuel Valério, das Quintas de Orjais, dando-lhe saúde quando estava perigosamente enferma, em ano de 1851. Pintado por Luiz do Valle em Maio de 1852". Tela de 50 por 45 cm, com moldura.
3. "Milagre que fez Nossa Senhora da Póvoa a Clara de Almeida, das Quintas do Lugar do Teixoso, estando gravemente doente. Seu marido Manuel Pais, com seus filhos, rogaram à Virgem Santíssima, a qual lhe deu saúde no ano de 1893. Pintado no Teixoso, por Luiz do Valle Sênior. Em 1894 (?)." Quadro em tela com moldura de 60 por 40 cm.  
Gostava de apresentar este, que, sendo de uma terra da Beira Alta, tem interesse diferente, pelo dramatismo do relato:
4. "Milagre que fez Nossa Senhora da Póvoa a D. Teresa de Jesus Condeixa, do Lugar do Roto; estando gravemente doente, seu marido José Joaquim da Cunha a toma em seus braços, e nesta tão grande aflição, ele, e sua sogra com sua netinha de quatro meses de idade..., imploraram à Virgem Santíssima, e felizmente foram atendidos, em 28 de Fevereiro de 1862. Pintado no Teixoso por Luiz do Valle Sênior, em Novembro de 1865." Tela e moldura de 60 por 40 cm.

Outro, com características diferentes:

5. "Milagre que fez Nossa Senhora da Póvoa. José Pedro Caetano de Ferro, assistente na Quinta dos Freixos, preso e sentenciado a 9 meses de prisão, recorreu com muita fé e confiança à Senhora da Póvoa e foram ouvidas suas súplicas. Sua Majestade el-rei lhe perdoou metade do tempo e saiu da prisão em Abril de 1886."

Depois segue-se a inscrição, já em tela muito danificada e rota em dois lugares. Pode, contudo, perceber-se, mas não com toda a exactidão, que:

"...quando a mulher, Maria Carolina, ia visitar o marido à prisão, a égua em que cavalgava, ao atravessar o rio, foi pela levada pela corrente abaixo. Mas conseguiu salvar-se e ir até à Quinta. Os ganhões, vendo a égua molhada, foram logo em busca da sua carinhosa ama até ao rio e conseguiram ainda salvá-la".

Este ex-voto é o maior da Senhora da Póvoa, está assinado por Montez, 1880, tela com moldura de 1m por 1,10. Montez é um pintor da Covilhã que viveu numa transversal da R. Fernão Penteado e está ligado à restauração romântica do tecto da Capela do Calvário da Covilhã.

Mesmo que não estivesse assinado viu-se que a narrativa e o estilo eram diferentes e a pintura é também completamente diferente, com maiores pretensões artísticas.

E só a leitura de mais a um ex-voto, para dar entrada noutra assunto. E guardei-o para o fim porque fica aqui perto (de nós e da Rádio Caria).

6. "Milagre que fez Nossa Senhora da Póvoa a Manuel da Costa Cameira, do lugar de Valverdinho, dando-lhe saúde, em dia 30 de Janeiro de 1854. Pintado por Luiz do Valle" - Tela com moldura de 60 por 50 cm.

É claro que também este ex-voto foi roubado e recuperado com todos os outros.

Mas quantas riquezas patrimoniais, mais valiosas económica, histórica e artisticamente, o diabo as levou das nossas terras, sem que ninguém mais lhes tenha posto a vista em cima.

E quantas vezes, por conceitos de cultura ou falta de cultura, ou por purismo de religião, algumas foram vendidas ou trocadas por outras mais modernas, mais bonitas, ou foram destruídas.

Valha-nos, por exemplo, São Caetano e São Belmonte, protector e conversor de judeus. Estava na Igreja de São Tiago, por cima do dossel do púlpito.

Um dia passou pela Paróquia, em Visita Pastoral, um Bispo, D. João de Oliveira Matos. Era um bispo que eu considero um santo verdadeiro, que se pretende que a Igreja canonize oficialmente,

primo direito do Sr. P.e José Franco de Matos, pároco que foi de Belmonte desde 1928 a 1946.

O santo bispo mandou enterrar a imagem no cemitério, em terra sagrada (vá lá! O mínimo para um santo...). Foi enterrado o São Belmonte. Mas morreu? - Não. Ficou a tradição.

Por isso aproveito para repetir que a tradição é muitas vezes o substituto da história que não se escreveu. Eis o seu valor para história dos pequenos.

O que aconteceu foi que um bispo de raça judaica, família convertida absolutamente ao cristianismo, que mandou enterrar o santo protector e conversor dos Judeus.

O santo bispo mandou enterrar a imagem, porque eram normas da Igreja, pois que, sendo de pedra e feio (Deus me perdoe!, digo eu agora), como foi explicado na altura, não era imagem considerada digna de culto. Talvez, em vez de feia, se devesse dizer popular ou antiga...! Mas enfim... E digna de museu ou sacristia, não seria?

O São Belmonte nunca mais reapareceu. Mas desconfio que alguém o desenterrou e lhe soube deitar a mão.

Porque eu ainda procurei saber onde teria sido enterrado. Sobretudo pedi ao antigo sacristão, o velho Garrão, e a pessoas mais antigas, que me desse rascunhos, mas nada.

Lá se foi o protector e conversor dos judeus... e que, a bem ou a mal, converteu mais judeus do que a gente de Belmonte conhece.

Lá se foi uma peça de imaginária, ligada à vida sócio-religiosa da vila, - uma peça de património.

Daqui se pode ver que, se as Paróquias e as Juntas de Freguesia tivessem um inventário do património das Igrejas e das Freguesias, algumas perdas e tropelias se evitariam, e algo se poderia recuperar.

Ouvi há dias, e li, que o representante dos Bispos em Portugal nos assuntos de Arte Sacra comunicou que, no ano 2.000, estaria completo um inventário da Arte Religiosa, em Portugal.

Oxalá que até lá, não se percam muitas mais coisas das que encheram casas e casas de Antiquários e foram parar a casas de posses, gosto e saber, dentro e fora de Portugal.

Olha se o bispo mandava enterrar também a imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade - um verdadeiro ex-libris de Belmonte!? E que valor teria a imagem enterrada?

Não deixo passar em branco o caso da imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Piedade. Está pintada e não deve estar. Mas eu não fui capaz de a restituir ao original. Envolve tática e técnica. E até a Imagem de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança, quando é que ela volta a ser pintada como se sabe que esteve antes, e se deixa com a pintura do Sr. Joaquim da Costa? Eu não encontrei condições para o fazer. Mas quero deixar esta ideia para amadurecer à medida que o sentido de património, e arte vão evoluindo.

Vou a Valverdinho, e lembro antes, que Valverdinho começou a existir ligado a Belmonte, Valverdinho onde há muito para saber e onde se poderiam muito bem dar, para já e pelo menos, mais dois milagres, estes de carácter patrimonial.

Um é a capela de Valverdinho com seu recheio.

Quando lá fui a última vez, estava escancarada e abandonada, desprezada. Mas com todos os santos nos seus postos, impotentes para, num milagre conjunto, ganhar uma guerra surda pelos direitos às terras, guerra perdida pelos adoradores - veneradores destes “deuses” mudos. Um pasmo! Um terror! E também não houve milagre que sustivesse a debandada das gentes.

### **Passagem secreta de Judeus?**

Antes de dar o salto à Quinta do Dr. Cameira, ali perto de Valverdinho, vamos a uma tradição oral que me foi transmitida pelo Sr. Joaquim Calado, de Caria, há uns treze anos atrás. Referiu-me ele por palavras semelhantes a estas:

“- Diz-se que antigamente, quando os judeus começaram a chegar de Espanha perseguidos, chegou ou já havia por aqui, em Valverdinho, um padre Cameira que acolhia os foragidos ou perseguidos, ou por razões de caridade ou por razões de solidariedade rática, porque também se diz que ele, embora padre, era judeu. (Diz-se!)

Daqui, é que os judeus iam depois encaminhados para as terras em redor: Belmonte, Covilhã,... para não nomear muitas mais.

Também há cerca de treze anos, quando fiz esta visita a Valverdinho, na ombreira de uma porta da melhor casa do conjunto habitacional, encontrei uma bela cruz, o dito sinal que muitos têm como

referido à habitação, em tempos, de cristãos-novos.

Eram tantos e são tão misteriosos os caminhos dos que são perseguidos! - Misteriosos e secretos!  
E o dos judeus também, e sobretudo os dos judeus, e sobretudo naquela época!

### **A Pia que fez Cristãos-Novos?**

De Valverdinho e do P.e Cameira, demos um saltinho ali ao lado, à Quinta da Amoreira ou Quinta do Dr. Cameira. (Ver Foto nº 51)

Uma surpresa para alguns.

Aqui esteve uma Pia Baptismal de estilo manuelino do mais puro e artístico, a mais bela de muitos quilómetros em redor. E, à entrada da mesma Quinta, está um portal de capela, gótico também, embora simples.

Estas peças vieram de Belmonte. Foram compradas por um tal Dr. Cameira, médico, de Caria, homem que se deslocava em carro de bois e em cima de duas faixas de palha, porque era tão forte que arrebetava com quantas éguas comprava por mais fortes que fossem.

E foi precisamente num carro de bois que levou estas peças para a sua Quinta quase pegada com o Morgadio de Valverdinho.

Que peças eram? Onde vieram e porquê?

Eram peças da Igreja ou capela de São Francisco de Belmonte, que existiu no Largo que ainda hoje é bastante conhecido precisamente por Largo de São Francisco, apesar das modificações toponímicas da República lhe terem dado o nome de Largo Dr. José de Almeida.

A capela foi destruída no tempo do princípio da 1ª República.

Alguns dizem que esta Capela teria sido construída, segundo a tradição, no lugar da antiga sinagoga de Belmonte, Mas a Capela era, no todo ou em parte de estilo manuelino. Mais lógico é que tenha sido construída depois da instituição dos cristãos-novos e, possivelmente, com materiais da antiga sinagoga.

Talvez tenha sido nessa pia baptismal que se tenham baptizado, mais ou menos à força, alguns judeus no século XVI.

Por sinal era um judeu o administrador do concelho, José de Sousa, quando a capela foi destruída, vendida, e dispersa pedra por pedra, como se lhe tivesse caído maldição, pelo que, há séculos, a Igreja tinha feito aos judeus?

Foi vingança?

Provavelmente não. A capela já estava em ruínas, em 1826

Daí foi retirada a pedra com a inscrição da primeira sinagoga de Belmonte, que foi parar lá para casa do diabo e nunca mais voltou a Belmonte. Voltou um fac-símile para a nova Sinagoga recentemente inaugurada.

Mas fiquemos por aqui, porque, já que falámos de judeus, judiarias, património típico da nossa terra mesmo quanto a esta aculturação, vamos dizer mais umas verdades que já andam a tardar em Belmonte, e em historiadores e reportagens de tipo sensacionalista e sectário sobre judeus e cristãos de Belmonte.

### **Judeus – lápide de 1297**

Quanto à lápide da Sinagoga, deve lutar-se pelo original. Hoje, com a construção de uma Sinagoga nova, parece que nem se deve falar já doutro lugar para a lápide. É aqui, na Sinagoga nova.

E quanto ao portado e à Pia Baptismal, o lugar onde se poderiam colocar essas peças de património e que poderia ser trabalhado por arquitectos, pode ser o mesmo local de onde foram retirados, ou perto, junto à Câmara Municipal.

Não molestava nem gregos nem troianos, isto é, nem judeus nem cristãos. Seria mesmo um motivo de orgulho para ambos, como o seria também a vinda da pedra da inscrição da Sinagoga.

Era um elemento visível da história do povo judeu e do tratamento recebido em tempos, e era a história de uma posição do povo cristão apoiado pela lei que já todos sabemos como era iníqua.

E um dia havia de se deixar de confundir, mesmo pelos historiadores de Belmonte e dos judeus de Belmonte, o tratamento dado pela gente de Belmonte aos judeus de antigamente que foram quase completamente absorvidos na população - e o tratamento de transigência e tolerância, e convivência

pacífica dada pela gente de Belmonte aos judeus que aqui começaram a fixar-se só a partir dos fins do século XVIII, (1872), e que vieram aumentar o número de judeus que já aqui vivam. Isto até provas em concretas diferentes.

É que, qualquer perito de História judaica, quer tenha estudado esta história ou só porque a copiou de outros ou a generalizou grosseiramente, mistura judeus e gentes dos séculos XVI, XVII, e até XVIII com judeus e gentes de Belmonte dos fins do século XX e acusa a gente de Belmonte de dar a estes o mau tratamento geral dado através dos tempos de perseguição e de Inquisição aos judeus.

É falso. A gente de Belmonte com estes judeus não foi mais que irónica por vezes, e por vezes esta ironia inócua foi mútua. Esta convivência em liberdade e respeito é que é preciso cultivar.

A gente de Belmonte não está a gostar nada, mesmo nada, destas acusações; e isto não tem melhorado as relações tradicionais entre cristãos-velhos e os últimos cristãos-novos e seus derivados.

Não digam que as acusações são colectivas a uma nação. Aqui, não. Aqui, têm sido dirigidas a um povo, o povo de Belmonte, que nunca tratou mal nem estes nem os ascendentes históricos desta colónia judaica conhecida como tal.

História é História. Não é possível destruí-la. Deturpá-la é indigno. O povo de Belmonte não anda a gostar mesmo nada destas deturpações e acusações. Repor a verdade é um dever. E é preciso interpretá-la o mais isentamente possível e tirar as lições.

Então diga-se que Belmonte admitiu que os judeus entrassem na religião católica e fingissem praticá-la.

Mas, falava eu de testemunhos e estes podem desaparecer.

Por isso conviria continuar a lutar para que estas peças viessem ao lugar de origem.

E não me admira que se consiga, tanto mais que os judeus estão a tomar um lugar de mais liberdade em Belmonte e isso pode ajudar a concretizar estas duas recuperações, que, bem entendidas, estão ligadas à interligada história das duas raças.

Honra, verdade, e liberdade às duas raças de Belmonte.

## Recolhas Etnográficas (1997/1998)

### **Caria – Santa Bebiana**

Escritas e cedidas por Alda Maria Alves Baltazar, seguem informações sobre esta festa.

“Sta. Bebiana de Caria e São Martinho de Inguias. A Sta. Bebiana em Caria e o São Martinho em Inguias são considerados advogados dos bêbedos. Santa Bebiana, a santa das mulheres, dia 2 de Dezembro; e o São Martinho, santo dos homens, dia 11 de Novembro. Os mordomos nomeados no ano anterior, iam como mandava a tradição, de porta em porta tocando chocalhos, o que queria dizer que no dia seguinte era a grande festa.”

“Outras informações chamavam a este corteja de véspera as *chocalhadas*, e diziam que as pessoas eram intimadas: - Ó Fulano! Ó Sicrano! Estás intimado a comparecer, amanhã à festa da grande padroeira, Santa Bebiana!...”

Voltando à nossa primeira informadora:

“No dia da festa preparavam-se as padiolas onde se colocavam os santos. Estes eram feitos de palha e vestidos com roupas de pano. As padiolas eram enfeitadas com garrafões, botelhas (adaptadas a cabaças para vinho), garrafas, ou seja, qualquer recipiente em que era costume pôr-se vinho.

À noite saía a procissão, e iam pelas ruas fazendo sermões, à qual pertencia haver, além de mordomos, secretários, juizes, e um prior, sendo este último que fazia os sermões.

Era costuma haver uma padiola que transportava vinho, transportada esta por irmãos da Irmandade, e fazendo outros a distribuição do vinho pelos presentes.

A procissão era iluminada por archotes. Havia também quem transportava uma vara e no alto da mesma encontrava-se uma cabaça com vinho.

O prior, ao longo da procissão (sic) dizia o sermão:

### **Credo**

Creio no álcool a 36 graus, todo poderoso e criador de formidáveis carraspanas. Creio na aguardente sua filha, e minha esposa predilecta a qual foi concebida por obra e graça do alambique, nasceu da puríssima cana e padeceu sob pisão dos moinhos. Foi derramada e sepultada num casco, ao terceiro dia, surgiu da garrafa e subiu graciosa e triunfante à caixa dos pirolitos. Escoou o fundo da caldeira e até no tonel bem rolhada, estando à mão direita das barbas do bagaço, de onde há-de vir alegrar uma grande pândega sem fim; dar vista aos grandes e pequenos, ricos e pobres, doutores e burgueses, santos e diabos. Portanto, creio na repetição da pinga, na santa vindima anual, na comunicação dos irmãos do esgota, na renovação das pipas vazias, na bebedeira eterna. Amen.

### **Pai Nosso do Vinho**

Santa uva que estais na parreira, purificada sejais sem enxofre e sem sulfato. Venha a nós o vosso líquido para ser bebido à nossa vontade tanto na taverna como na nossa casa, mas livrai-nos de quebrar a cabeça. Amen.

### **Estatutos desta Prestimosa Associação**

#### **Obrigações entre camaradas:**

- 1º Nunca rejeitar a carga;
- 2º Socorrer qualquer irmão que se encontre cambaleando ou dando cotoveladas na parede ou em quem passe;
- 3º Recusar água de toda a gente;
- 4º É expressamente proibido comer uvas e bem assim consentir que as comam ou estraguem;
- 5º Todas as receitas de meio litro para cima devem ser bebidas de um só fôlego;
- 6º Não fazer uso interno de águas medicinais ou quaisquer outras;
- 7º Todos os sócios são obrigados a beber só bebidas nacionais ou estrangeiras.



### **Condições especiais:**

Esta Associação dará um subsídio de 5 litros de verde ou maduro, por dia, ao sócio que por motivo de grandes serviços em prol da Associação, consiga arranjar os seguintes sinais:

- 1º Olhos inflamados e remelados;
- 2º Rosto côr de camarão;
- 3º Nariz de cenoura em forma de torneira;
- 4º Barba de borras de vinho.

### **Imposto Judicial**

- Ausentar-se da sociedade quando se bebe, - 1 ano de prisão
- Abandonar o camarada atordoado, - 10 anos de trabalho forçado
- Vomitar e não beber mais, - expulso
- Quebrar uma garrafa cheia, - 33 anos de deportação
- Sofrer sede e ter dinheiro no bolso, - 6 meses de prisão correccional
- Dizer mal dos que bebem, - 15 anos a pão e água
- Não fazer continência a uma pipa cheia – 6 anos de trabalho forçado
- Beber um copo por duas vezes, - (paga) um litro de vinho pela 1ª vez, e demissão pela 2ª
- Beber e não pagar,- Prisão perpétua
- Jurar não beber mais, - pena de morte.
- Todo o sócio no acto da inscrição terá que pagar um copo de vinho aos seus consócios, ler estes Estatutos, bem assim, recitar o Credo, que é a oração de todos os irmãos.

Estes são os Estatutos da Associação Técnica da Copofonia do Norte e Sul de Portugal, fundada em 11 de Novembro de 1935” (deixaram de fazer esta festa nos últimos anos da década de 40).

Estas manifestações de carácter pagão, assim como os arraiais, prolongamento de romarias pela noite fora, festas com mais de um dia que levavam os romeiros a permanecer mesmo durante as noites no arraial a cantar e a dançar... vinham sendo proibidas pela Igreja desde séculos. Com a Concordata e com a pressão de bispos, (a Guarda com D. José Alves Matoso e destas já eu me lembro!), com a pressão dos bispos e ajuda do poder político, estas manifestações e outras de antigas raízes populares foram sendo proibidas e desmotivadas.

Muitas romarias se foram abaixo, como diz o povo. Algumas bandas de música não conseguiram resistir, porque não podiam tocar depois do por do sol nem para dançar. Se comessem a dançar, o pároco mandava parar a música. As licenças para tocar em festas religiosas podiam ser caçadas. O povo, só para toque nas procissões ia achando que não valia a pena pagar à Música. As mordomias foram-se esquivado, os párocos foram ficando com o domínio total das festas, fizeram-nas unicamente religiosas, e o povo foi-se abstraindo do que nas festas havia de folclore, de manifestações espontâneas da sua vida real. Perderam-se tradições que, mesmo com ressaibos não-católicos, eram muito humanas, ricas, e profundas.

No nosso concelho, decaíram as festas de Santo Antão, a da Senhora da Estrela. Perdeu-se, por outras razões, a tradição do Banho Santo, no Carvalhal Formoso, e, como se disse, acabaram o São Martinho da Inguias que chegou a juntar-se com a Santa Bebiana de Caria, em Caria. E esta acabou também.

Na Senhora da Póvoa, a grande romaria das Beiras, chegou a haver intervenção forte de forças militares ou militarizadas.

Em Caria, a tradição de Santa Bebiana foi recuperada, depois do 25 de Abril. Normalmente são associações que tomam a seu cuidado essa realização. Teve dificuldades. Um grande contra-tempo foi, num ano, depois da festa, bem bebida como manda a boa tradição, estarem brigadas da Guarda Republicana a todas as saídas de Caria. Foi soprar no balão, foi multar, foi tirar cartas de condução... (Ver Anexo nº 31)

## **Festas báquicas**

A festa de Santa Bebiana em Caria é um testemunho etnográfico de festas báquicas pagãs? É pelo menos, uma das tradições mais originais de Caria.

Há um palco armado. Daí faz-se o sermão de Santa Bebiana que é tanto mais apreciado quanto mais irónico. Depois há sardinhada, “comes e bebes” de graça, para todos e até fartar.

Há dois/três anos, a intervenção de Brigadas da Guarda Nacional Republicana a todas as saídas foi um bom motivo para sermão da Santa, mas ia acabando com a festa. Foi uma revolta geral e ficou um ano sem se celebrar a festa. Depois, a tradição reatou-se.

Faz remontar a antigas bacanais pagãs, ou festas em honra do de Baco, deus do vinho, e até de ritos em que beber vinho era beber a vida e imortalidade do próprio deus.

Há mais de cinquenta anos, havia nas Inguias um devoto da Santa Bebiana e de São Martinho.

Entendeu que o melhor era juntar as festas, e, então, reuniu-se um grupo que trazia das Inguias uma procissão com o andor de São Martinho e faziam o Encontro e a festa em conjunto.

Anos atrás também, a festa era mais completa. Do Cruzeiro, a procissão encaminhava-se até ao Cais, e aí havia um outro sermão.

Os tempos mudam, até as leis do Código de Estradas, e as coisas nem sempre vão tão direitas. Já houve anos em que foi preciso encomendar pregadores de fora.

O costume de encontros de procissões não era só costume desta festa pagã. Muito provavelmente até foram baseadas em festas que se faziam no concelho, no Santo Antão do Colmeal e na Senhora da Estrela das Inguias.

No ano 2000 a festa atingiu grande nível. «Foi a melhor que eu já vi». Fui eu próprio que ouvi esta apreciação a várias pessoas. Algumas entidades, numa manifestação cultural diferente do tradicional, juntaram-se à festa, com prazer evidente do povo.

## **Festas feitas entre freguesias**

No Santo Antão do Colmeal juntavam-se, antigamente as procissões que iam da Gaia e de Belmonte com a do Colmeal e a festa era conjunta.

A Festa da Senhora da Estrela era feita pelas povoações de Olas, Inguias, e da Bendada. Em cada povoação preparavam um andor, o mais bonito possível, para ganhar à povoação rival. Hoje, o uso acabou.

## **A Feijoada da Sra. da Estrela, nas Inguias**

Pela festa da Senhora da Estrela, em 15 de Agosto, para além da parte religiosa, os mordomos, com antecedência matam um porco e, de enchido, fazem só as morcelas. O resto do porco é para grelhar e dar a comer.

Mais típico ainda é que, de Segunda para Terça-feira a seguir à festa, e pelas duas ou três horas da madrugada, é comida uma feijoada.

Para a gente da terra, é este o momento de maior confraternização. Juntam-se pessoas que estão a passar férias no estrangeiro, ou vivem fora da terra, sobretudo em Lisboa. Alguns filhotes das Inguias e que actualmente são figuras conhecidas na política aparecem também e convivem francamente.

Alguns Inguienses determinam mesmo para esta altura a sua estadia na terra natal, porque é raro que não haja alguém que até é mordomo da festa.

## **O Banho Santo - Restos de culto ou rito pré-cristão em Carvalhal Formoso?**

A Festa de São João Degolado no Carvalhal Formoso, em Belmonte (freguesia de Inguias) é celebrada em 29 de Agosto, no próprio dia da Degolação de São João Baptista. Actualmente a festa é transferida para o último fim de semana de Agosto. (Foto nº 101)

Para além da festa religiosa que chegou a não se realizar em alguns anos, o que de mais típico se fazia era certamente o Banho Santo, na Fonte que também se chama de São João Degolado e donde brotam águas medicinais, sulfurosas.

O povo, na madrugada do dia do Santo, ia à fonte. Fazia-se um tapume com lençóis. Aí se

despiam os que queriam tomar o banho santo. Santo, porque livrava de doenças, sobretudo de pele e de maleitas. Uma criança tirava água da fonte, dava ao banhista e crente, e este banhava-se.

O costume foi sendo julgado sinal de atraso cultural e até de credência religiosa, e foi-se perdendo. Apenas uns tantos pretenderam a muito custo manter a tradição.

A certa altura houve fuga das águas que abasteciam a fonte. Reparadas as fugas, a fonte foi reconstruída de molde e estilo diferentes dos muito simples que tinha tido. O costume do Banho Santo acabou praticamente.

Hoje, sobretudo dirigentes e jovens do Centro Cultural de Carvalhal Formoso, querem reavivar o sentido da tradição tão secular e tão ingénua, uma mistura de fé e credência, e talvez um dos testemunhos e costumes mais antigos do Concelho em que a religião cristã não conseguiu de todo eliminar um costume dito pagão. Pagão, ou de religioso não-cristão, o que pode ser mais acertado.

Mas não esqueçam que, dentro da tradição está que são crianças que servem os crentes do Banho Santo.



Foto 101 - Fonte de S. João Degolado, Carvalhal Formoso, antes de recentes modificações

### **As Garraiadas**

No concelho de Belmonte, as garraiadas mantiveram-se até aos nossos tempos.

Em Belmonte, sede do concelho, faziam-se ultimamente dentro de castelo. O local favorecia este género de diversão, porque, as pessoas, assistiam ao espectáculo não só nas bancadas armadas para esse fim, mas também em cima dos muros e muralha.

As outras localidades com tradição de garraiada são o Colmeal da Torre e Carvalhal Formoso.

O mesmo acontecia perto de Belmonte, em Vale Formoso (antiga Arrefega), onde, em tempos, os Cabrais tiveram boas propriedades, que vieram a fazer parte do morgadio instituído por Fernão Cabral I e sua mulher. Foi localidade sempre ligada, histórica e naturalmente, a Belmonte. Só aberrações puderam ligá-la à Covilhã.

Estas touradas estavam ligadas, directa ou indirectamente a festas religiosas, mas não se conhecem outros ritos que indicassem a sua ligação a ritos sagrados não-cristãos, como se sabe que se fazia na Covilhã. Aqui, nos fins do século passado, faziam-se touradas ou garraiadas na Praça do Pelourinho, acompanhadas de vários ritos. Eram promovidas pela confraria de Santa Cruz hoje fundida com a Misericórdia, e, antes da garraiada, fazia-se uma cerimónia a que se chamava a "sagração do terreno", tocando-o, em ritual, com bandeiras do cortejo feito até à praça. Em Belmonte, por vezes, estas garraiadas faziam-se com mordomias e dinheiros de festas religiosas, sobretudo do Santo Antão. A última garraiada em Belmonte foi organizada pela Santa Casa da Misericórdia, em terreno desta, e pelos Bombeiros Voluntários, no ano 2000, junto à variante de Belmonte, entre o Barroco dos Corvos e o Galhisteiro.

### **Património oral popular**

Rosa Paiva Fernandes, numa acção de formação de professores, para lhe dar mais consciência do valor dos seus saberes, deu-se-lhe ocasião para dizer algo do que sabia, por tradição oral.

Recitou orações e contou histórias populares em verso que aprendera dos seus pais e avós, que retinha, e até transmitira a sua filha. Disse mais ou menos assim: "(...) que não sabia que aquilo tinha o valor que os senhores professores lhe estavam a dar. Eram coisas muito antigas, hoje já ninguém dizia aquilo, e ela própria se ia calando sem dizer nada dessas tradições, porque pensava que eram consideradas ridículas ("pirosas, pimbás", como agora dizem). O certo, certo, era que até já tinha ensinado algumas destas orações à sua neta. Porque uma coisa era ensinar na intimidade coisas à família e que já vinham de família, sabe Deus desde quando, outra era dar a saber a quem podia até rir-se destas coisas já tão antigas".

Talvez por esta razão, pensei eu, é que eu nunca tinha conseguido até agora (estávamos em 1997) arrancar fosse o que fosse de tradição oral da gente de Belmonte. Cheguei mesmo a pensar que nada haveria, ou que estas orações tradicionais estariam tão ligadas às dos judeus (de Belmonte ou outros) que esta gente tinha receio de as declarar. E vivi em Belmonte vinte e um anos, desde 1954, e em mais oito anos como vereador e em acções em que o pude tentar, tive sempre em vista estas recolhas!

O certo é que, logo ali, na Igreja de São Tiago de Belmonte, onde esta acção de formação estava sendo realizada, a senhora começou a lembrar-se de outras e outras orações e cantigas. A memória de umas puxou por outras. E, logo ali, disse mais das que se foi lembrando, enquadrando-as, à sua maneira.

Mas isto de, a pouco e pouco, se irem lembrando de mais e mais, deu-se com outras mulheres.

Além do que algumas ainda sabiam de património oral e o foram transmitindo, deram com outras orações e cantigas de que já não eram capazes de se lembrar bem, e só lá chegavam por tentativas que procuraram fazer algumas vezes sozinhas, em suas casas, com mais calma. Ao outro dia traziam-nas: - "Já me lembrei de mais uma!"

E foram-se lembrando de outras pessoas de idade que as ajudassem a lembrar-se com aquilo com que já não atinavam.

Com isto descobriram gente que sabia mais e muito mais do que elas, até porque eram mais velhas também. Começámos a visitar outras em suas terras e casas.

Uma foi Amélia Joaquina Rodrigues. Encantou-nos a todos.

Vamos começar pela história linda desta mulher linda, e pelo que de belo ela nos ensinou.

### **Amélia Joaquina Rodrigues**

Vejamos como era a gente do tempo de Amélia Joaquina Rodrigues, a gente da Quinta Cimeira, de Maçainhas, que, desde que punha o pé no chão, ao levantar, até que se deitava, quando caminhava para a missa, e durante esta, rezava, rezava, segundo uma instrução ou cultura religiosa transmitida oralmente, e que praticava.

Era ao mesmo tempo uma doutrina que tinha de substituir o latim e muito bem.

- "Esta doutrina aprendi-a com os meus avós", lembra ela.

Tem hoje 84 anos, sabe ler. Ia da Quinta Cimeira a Maçainhas, a pé, para a escola, todos os dias. Mas não fez exame por uma birra lá com a professora, já perto do exame.

Foi uma das fontes de tradição oral mais preciosas e abundantes que encontrámos.

Mas, além da tradição oral, mete pelo meio poesias inteiras dos livros que teve na escola.

O pai era ganhão, serviu muitos anos para o Sr. Pacheco. Ganhava à fanega e por mês:

1 alqueire de feijão pequeno; 2 litros de azeite; 4 alqueires de pão centeio:

(ela ia ao Colmeal a cozer o pão, porque vieram a viver para a Catria da Torre);

e tinha uma horta para seis arrobas de batata. Em dinheiro, já não sabe quanto pagavam.

Lembra-se bem do comer dos ceifadores: feijão pequeno ao almoço e à noite, e depois do feijão, a miga de pão trigo. A miga era no fim, porque se lhes dessem a miga antes já não comiam o feijão. *(Porquê? Porque o feijão comiam-no mais vezes, e o pão trigo só de raro em raro. Quando o apanhavam, era um desbaste!)*

A miga, então, era feita com pão trigo, já um tanto duro, cortado em sopas, numa panela a ferver, com hortelã e salsa, e um olho de azeite. "Era bom! e cheirava que era um gosto!"

Quando a malha era feita à máquina, o comer era feito, na vila.

Então, ela, moça nova, vinha a ajudar a patroa.

### **E encontrou-se com uma alma penada**

Um dia foi à fonte, à Fonte Grande, com a criada da casa que era a Maria Rola.

Chegado perto do meio-dia, diz a Senhora Marquinhos :

- Agora chega, não vão mais à água !

E eu disse: - Enquanto o comer se apronta, ainda vou mais uma vez. A senhora calou e eu fui. Estava um calor!...

Pus o cântaro à bica, e vi um homem, de camisa branca, calça preta, e chapéu na cabeça, a andar, devagar, devagar... Era assim um andar, dum modo estranho, e metia respeito.

Aquilo passou, pus o cântaro à cabeça, e voltei.

O comer pronto, seguiram com ele para a Catraia. Quando fiquei só com a Senhora, ela perguntou-me:

- Vossemecê encontrou alguém quando foi à fonte?

E eu contei. Foi assim-assim... e ficou tudo por ali.

Mas eu é que fiquei a remoer no caso, e um dia, quando estava sozinha com a Sra. Mariquinhas, perguntei-lhe:

- Mas porque é que a Senhora me fez aqueles perguntas, no dia que fui à Fonte Grande? A Senhora se calhar sabe quem é o homem que eu vi?!

- Olha, é que dizem que, precisamente por volta do meio dia, aparece lá um homem e que é um padre. Não queria deixar-vos ir porque, sois novas, e podia aparecer-vos, e apanhardes algum susto.

O certo é que eu até ali não sabia de nada e fui. Não fiquei assustada, mas fiquei a matutar, lá isso fiquei.

É desta fonte que se diz que quem bebe dela fica em Belmonte, isto é, casa em Belmonte. Tem efeitos afrodisíacos ou de encantamento. E a quem casou em Belmonte diz-se: Bebeu água da Fonte Grande.

### **E de namoros?**

Quando eu era novita, mesmo muito, muito novita, começou a andar a seguir-me um rapaz lá da Quinta Cimeira. Falava-me em coisas que só depois vim a compreender. Coisas lindas, enfim, lá percebi que era namoro.

Mas depois, como já disse, viemos a morar aqui para a Catraia da Torre, e a vida tomou outro rumo. Aqui casei em Belmonte, com um pedreiro que sabia mesmo do ofício. Tenho três filhos vivos, no estrangeiro, e de vez em quando lá vou a vê-los.

- Então, diga lá a doutrina que aprendeu no seu tempo.

- E que ainda hoje digo, tal e qual.

### **Orações Populares**

#### **- Quando se deita e alevanta**

- Quem é minha luz?

- É Jesus.

- Quem é minha guia?

- É Maria.

- Quem é minha companhia?

- É o Senhor São José.

Quero viver e morrer na sua Santa Fé.

Digo três vezes: Jesus, Jesus, Jesus,

Jesus, Maria, José.

Aleluia, aleluia, aleluia,

Jesus é meu

e eu sou seu.

Jesus está comigo

e eu estou com Jesus.

*(Amélia Joaquina Rodrigues, 17/03/97)*

#### **- Ao Deitar**

Com Deus me deito,

Com Deus me alevanto

E com a graça

Do Divino Espírito Santo.

Divino Espírito Santo,

Iluminai-me.  
Santa Maria,  
Consolai-me.  
Virgem, cobri-me  
com vosso manto.  
Se eu bem coberta for,  
não hei-de ter medo nem temor,  
nem das pessoas do Inferno,  
nem daquilo que mau for.  
Anjo Custódio, herdeiro da Cruz,  
Filho da Virgem Maria,  
guardai-me bem esta noite  
E amanhã todo o dia.  
Padre Nosso(...) Avé Maria(...)  
*(Rosa de Jesus Paiva, 1998)*

**- Quando se põe o pé no chão, ao levantar**

Já ponho os meus pés em via  
entrego-me a Deus e ao Santo deste dia  
e às Três Divinas Pessoas da Santíssima Trindade:  
- Que me livrem de cães danados e por danar,  
de homem morto não encontrar,  
de homem vivo - mau perigo.  
Senhor São Romão seja comigo.  
Padre Nosso(...) Avé Maria(...)  
*(Amélia Joaquina Rodrigues, 1997)*

**- Quando sai de casa e fecha a porta**

Fica-te com Deus,  
casa de pouco valor,  
que eu vou para a igreja  
adorar Nosso Senhor.  
*(Id., Id.)*

**- Quando se vai por um caminho até à igreja**

Vou andar este caminho,  
adorar o Rei divino  
que do Céu se desceu  
a tornar carne humana  
para nos remir e salvar  
no seu puríssimo sangue.  
Além vem o meu Divino Mestre,  
feito carne humana,  
visitar um enfermo  
que está doente na cama,  
Deus lhe dê saúde,  
salvação para a sua alma.  
Ouvi uma voz do céu  
para toda a eternidade.  
Era a Santa Cruz de Cristo  
e a da Santíssima Trindade.  
*(Id. Id.)*

**- Quando se põe o pé na soleira da igreja**

(Diz Amélia Joaquina, antes de nos ensinar o oração: - Entrar para a Casa Santa sempre com o pé direito em frente!)

Nesta Casa Santa  
quero entrar.  
Água benta quero tomar:  
Salva a mim ,  
salva a ti!  
Bendita a hora que aqui vim!  
*(Id., id.)*

**- Quando se ajoelha na igreja**

Vou-me ajoelhar, Senhor,  
ao fundo das vossas cadeias.  
Salvai a minha alma  
com o sangue das vossas veias  
*(Rosa Paiva Fernandes. Esta oração é aqui enquadrada  
por causa da identidade do tema, recolha de 1998)*

**- Quando se levanta a Deus**

Meu Senhor e meu Deus,  
eu Vos adoro aqui presente  
tão real e perfeitamente  
como estais no céu ...

(- Ainda agora rezo!)

*(Amélia Joaquina Rodrigues, 1997)*

**- Antes da Comunhão**

Aqui estou, Senhor,  
com minha alma muito triste,  
quero confessar  
tantos pecados que eu tenho  
que eu nunca a confessor nenhum disse  
Mas Vós, Senhor, sabeis quantos são.  
Perdoai-mos todos  
pela vossa Sagrada Morte e Paixão"  
*(Id., id.)*

- E não vou comungar que não diga isto, mesmo que me tenha confessado bem antes.  
Também havia oração para quando não se podia ir à Missa:

**- Oração para quando não se podia ir à Missa**

Já tocam o sino,  
oh! sim, Salvador,  
ó Hóstia consagrada,  
Corpo de Nosso Senhor.  
Se alguma sentença  
por mim estiver dada,  
Nossa Senhora seja minha advogada,  
Menino Jesus seja escrivão.  
Que eu tenha quinhão na missa  
como aqueles que lá vão.

Pai Nosso(...) Avé Maria(...)  
(*Id., id. 17/0*)

3/97)

**- Outra oração para quando se chega atrasada à missa**

Pedra d'ara consagrada  
que no mar foste achada,  
em altar nenhum se diz missa sem ela.  
Missa ainda hoje não ouvi.  
Diga-a Deus no céu  
e todos os anjos a ouçam por mim

(Esta oração ainda era lembrada por mais de uma das mulheres do grupo, às vezes com pequenas alterações. Todas revelam a convicção de que "Quando a gente chega atrasada à missa, diz esta oração e é como se tivesse assistido à missa toda desde o início"- Diz a informadora).

**- Jesus Cristo disse missa**

Jesus Cristo disse Missa  
A tão grande multidão.  
Com Ele seguiu São Pedro  
E também o São João.  
- Doze apóstolos, nesse dia,  
E nessa divina mesa  
Comeram todos o pão  
Jesus Cristo os chamou.  
- Vinde cá, ó filhos meus.  
Amanhã, pela manhã,  
Que me hão-de comungar,  
Tomar hóstia por meu corpo,  
Também meu sangue real.  
Quem esta oração disser  
Sua alma há-de salvar.

(*Rosa Paiva Fernandes, 1998*)

**- Ao deitar**

A candeia se apagou,  
no céu se disse uma missa.  
Jesus Cristo a disse,  
São José ajudou.  
- Quem seria a alma  
que Nossa Senhora salvou?

(*Amélia Joaquina Rodrigues, 17/02/97*)

**- Primeiras Orações que se ensinavam às crianças**

Apaga-te, candeia,  
que eu já me deitei.  
Em vindo os anjinhos  
eu acordarei.  
Salvé Rainha pequenina,  
Rosa divina, Cravo de Amor,  
Mãe de Nosso Senhor  
Arquinha fechada  
com cinco sinais.  
Coração de Jesus,



bendito sejas.

Quatro cantos tem a casa,  
quatro velas estão a arder,  
quatro anjos me acompanhem  
se eu esta noite morrer.

Nesta cama me deitei  
para dormir e descansar.  
Se vier a morte,  
ela me deixe falar.  
Encosto-me ao cravo,  
abraço-me à cruz,  
entrego a minha alma  
ao Menino Jesus.

(Recolhas de várias mulheres, Judite Clemência Martinho, Rosa Paiva, e outras, sendo as versões umas mais completas que outras... em 17/03/97)

Dentre estas diferenças de versões, eis uma da anterior oração, e da transmissão de Rosa Paiva Fernandes:

**- Ao deitar**

Apaga-te já, candeia,  
Que eu também já me deitei.  
Sete anjos encontrei  
Três aos pés, quatro à cabeça,  
Jesus Cristo à dianteira.  
Deitei meu pensamento na custódia  
Encontrei-me no seu reino de glória.

*(Rosa Paiva Fernandes, 1998)*

Outra versão diferente da de Amélia Joaquina Rodrigues:

**- Nesta cama me deitei**

Nesta cama me deitei  
P'ra dormir e descansar.  
Se vier a morte  
e me quiser transportar,  
Encosto-me ao Santo Cálice  
Agarro-me à Santa Cruz  
E entrego a minha alma  
Ao bom Menino Jesus

**- Pai Nosso**

Pai Nosso foi pequenino  
Quando Deus era Menino  
Co'as chaves do Paraíso.  
Quem lhas deu não lhas dera.  
Foi a Santa Madanela.  
Cruz em monte, cruz em ponte (ou fonte?)  
Nunca o pecado  
Comigo se encontre  
Nem de noite nem de dia  
Nem à hora do meio-dia.  
Já os galos pretos cantam,

Já os anjos se alevantam,  
Já meu Deus subiu à cruz,  
Seja p'ra sempre, Amen Jesus  
(*Rosa Paiva Fernandes, 1998*)

**- Salvé Rainha pequenina**

Salvé Rainha pequenina,  
Rosa divina, Cravo de amor,  
E Mãe de Nosso Senhor,  
Dai-me juízo e atento  
P'ra um dia receber  
O Santíssimo Sacramento  
(*Rosa Paiva Fernandes, 1998*)

**- Óm'né, Dom'né** (Ver atrás outra versão)

Óm'né, Dom'né,  
Magnificat do Senhor  
Que criaste a minha alma  
Com tanto, tanto valor.  
A minha alma já é vossa  
E Vós sois meu Salvador.  
E todas as gerações  
Te chamam aventurado  
Aqueles, os que vos temem,  
Os feitos e os lembrados.  
E os nossos primeiros pais  
Abraão e geração.  
Oh Magnífica, Senhor,  
que criaste a minha alma  
Com tanto, e imenso valor  
A minha alma é já vossa  
E Vós sois meu Redentor  
Em louvor do Magnífica  
Nos livre do mal e temor.  
(*Rosa Paiva Fernandes, 1998*)

**- Santo Justo Nazareno**

Santo, justo Nazareno,  
Filho da Virgem Maria,  
Que em Belém fostes nascido,  
Peço, por voto deste dia, (ou noite, conforme o caso)  
que a minha alma (e as das pessoas que se quisessem nomear...)  
não vá presa,  
nem em justiça envolvida.  
Pass tecum! Pass tecum!  
Se vier o inimigo  
Para todos ofender,  
terá olhos, não me veja;  
terá pernas, não me alcance;  
terá braços, não me ofenda.  
Na Arca de Noé  
Seremos arrecadados,  
Com a capa de Abraão

Seremos capeados,  
Para que o inimigo  
não nos possa ver,  
Nem nos ferir, nem matar,  
Nem gota de sangue  
De nossa corpo tirar.  
Deus nos depare boa companhia  
Assim como deparou também  
À Santa Virgem Maria  
vindo ela de Belém,  
p'ra santa casa de Santa Jerusalém.  
Por todos os séculos dos séculos, Amém  
*(Rosa Paiva Fernandes, 17/02/97)*

**- Oração de Santa Madalena**

Estando ela assentada  
na sua sala,  
com seu livrinho na mão,  
por ali passou São João,  
pela Rua d'Amargura.  
Encontrou a Virgem pura:  
- Para onde vás,  
com três cravos na mão?  
Neles te vás encravar.  
Ao passar do ribeirinho,  
os judeus lhe disseram:  
Alevanta-te, ó galinhol,  
se te queres alevantar.  
Se não damos-te  
fel e vinagre a beber.  
Quem este oração disser  
sete sextas-feiras da quaresma,  
outras sete do carnaval,  
por mais pecados que tenha  
sempre se há-de salvar  
*(Amélia Joaquina Rodrigues, 17/03/97)*

**- A São Cipriano e São Marcos**

São Cipriano, meu bem,  
livrai-me dos inimigos  
que o inferno tem:  
baptizados e por baptizar;  
e do moural também (Dos mouros?)  
São Marcos Evangelista,  
escrevei o Evangelho,  
escrevei-o na minha alma,  
e entregai-o ao Padre Eterno  
*(Amélia Joaquina Rodrigues, 1997)*

(A linguagem leva-nos ao tempo dos forais, séc. XII)

### - Quinta-Feira de “Indoenças”

Quinta - Feira de Indoença  
Sua Santa Humanidade  
Honrava Deus a cidade  
Sob o pesa desta cruz,  
Caminho que alumia luz.  
As pedras se atormentavam,  
O sol se escurecia,  
A terra toda tremia.  
Se não q'reis acreditar,  
Subi lá àquele outeiro  
Que vedes rua regada  
Com sangue de Jesus Cristo,  
Jesus Cristo verdadeiro.  
Jesus Cristo está na cruz  
Com três cravos bem cravados.  
Tá-te, tá-te, Madalena  
Acaba lá de limpar.  
Que estas são as cinco chagas  
que por nós hão - de passar,  
E por toda a geração  
Porque há tanta alma boa  
Qu'inda espera a salvação.

*(Rosa Paiva Fernandes, 1998)*

### Pastorinhos de algum dia

Estando a Virgem numa montanha  
Muito bem aposentada  
Tristes más novas lhe vieram  
Que seu filho preso estava.  
A Virgem vestiu-se de manto roxo  
E andou de rua em rua  
'té que chegou à d'Amargura.  
- Ó pastorinhos d'algum dia  
Visteis por qui Virgem Maria?  
- Virgem Maria vi andar  
- À roda daquela mar,  
Achar Jesus Cristo,  
Sem o pode encontrar.  
Foi encontrá-lo em Roma  
No seu altar  
Com um livro na mão  
Dizendo o oração,  
O oração da Paixão:  
Salva a mim, salva a todos  
Menos aquele castelão.  
Ó cutelo tão pesado,  
Ó que plicas arrancastes.  
Digam todos em voz alta:  
Já se acaba, já se acaba  
O oração da Paixão.  
Quem n'o souber que o diga,

Quem o não souber que o aprenda.  
Lá virá dia de juízo  
Que terá quem n'ó defenda  
(Rosa Paiva, 08-04-2000)

**- Versos da Paixão**

Estando a Virgem em sua casa,  
muito bem assentada,  
tristes novas lhe vieram  
que o seu Filho preso estava.  
Foi-se de rua em rua,  
'té à Rua da Amargura.  
Encontrou uma mulher  
que Verónica se chamava.  
- Diz-me lá, tu, ó mulher,  
p'ra que Deus te salve a alma,  
Viste o meu bendito Filho,  
Filho a que eu tanto amava?  
- Por aqui passou, Senhora,  
à hora que o galo cantava,  
com a sua cruz às costas.  
O madeiro era verde,  
em cada passo s'ajoalhava,  
e me pediu panos brancos  
para alimpar sua (divina) cara.  
Três panos lhe deram,  
três Varónicas se acharam:  
Uma na Casa Santa,  
outra, na Rua dos Mouros,  
outra, em Jerusalém  
para relíquia de alguém.  
- Passarinhos de algum dia,  
vísteis por aí Maria?  
- Três Marias vi andar  
ao redol daquele lugar,  
à cata de (Nosso Senhor) Jesus Cristo  
sem n'O poderem achar.  
Foram encontrá-lo em Roma,  
vestidinho no altar,  
com seu livrinho na mão,  
rezando a sua oração,  
oração, oração, oração,  
oração de salvação.  
Salvai quantos aqui estão,  
menos aquele perro mouro,  
é que não.  
Perguntai se ele é cristão.  
E se ele disser que não,  
(a)pegai neste punhal  
e arrancai-lhe o coração.  
Oh que punhal (tão) poderoso,  
que relíquias arrancásteis,

na carreira<sup>350</sup> d'Ascensão.

Digam todos em voz alta:

*Lovada* seja a Paixão !

(Judite Clemência Martinho 02/03/98)

Esta versão, é diferente da anterior, de Rosa Paiva Fernandes. Enquanto esta viveu muito tempo nas Quintas da Estação de Belmonte, Judite Clemência Martinho viveu sempre em Belmonte (vila). Será a presença judaica a causa da persistência deste ressaibo de ódio ao mouros aos judeus? Se o é, na prática e ultimamente não havia este ódio. Pode comparar-se.

#### **- A Semana da Quaresma**

No dia de Segunda-feira,  
O prenderam à coluna  
preso que nem um ladrão,  
mesmo sem culpa nenhuma.  
No dia de Terça-feira,  
O subiram à varanda  
preso com cordas de esparso  
e, na mão, uma verde cana.  
No dia de Quarta-feira,  
coroa de espinhos cravaram.  
A coroa que lhe puseram  
meus pecados a causaram.  
No dia de Quinta-feira,  
Sua Mãe encontrou,  
com as santas mulheres atrás,  
São João A acompanhou.  
No dia de Sexta-feira,  
está meu Deus amortalhado.  
Foi descido de uma cruz,  
e num esquife foi prostrado.  
Ao outro dia é Sábado.  
Sábado de muita alegria.  
Ressuscitou Jesus Cristo,  
Filho da Virgem Maria.

(Judite Clemência Martinho, 02/03/98)

(Ainda sabe a música que faremos por gravar brevemente. Isto escrevia eu. Hoje, a Judite Martinho já faleceu. Perdoem-me, mas deixo-lhe aqui uma memória saudosa, uma admiração pela sua genica e prontidão em colaborar, desde a primeira hora, como fazendo parte da última mordomia da Santo Antão do tempo do meu antecessor e que quis entregar as contas e resto do dinheiro já ao novo pároco, como constará dos Livros; colaboradora até à última, porque já doente, ainda se mostrou disponível para continuar actividades como esta da recolha e outras. Sobre Zeca Afonso, com quem privou, foi a maior fonte de informação. Obrigado, menina Judite!).

#### **- Quinta-feira d'Ascensão (I)**

Alevantei-me um dia cedo  
a varrer o meu balcão,  
encontrei Nossa Senhora  
com gacho de uvas na mão.

<sup>350</sup> Explica a narradora que "carreira" é o tempo que vai da Quaresma à Ascensão. Diz também que esta oração se rezava em sua casa, depois do terço, todos os dias da Quaresma. Mas o povo também se juntava, por vezes no Calvário a rezá-la, e que, ao fim se cantava a Verónica. Lembra-se da Ti Julieta Antunes a cantar, e foi ela mesma que lha ensinou.

Eu lho pedi, ele me disse que não.  
Tornei-lho a pedir,  
deu-me o seu divino cordão:  
Dava três voltas e um nó no coração  
e uma pontinha que sobrava  
chegava do céu ao chão.  
- Toma lá, minha tecedeira,  
o meu divino cordão  
que mo deu Nossa Senhora  
Quinta-feira d'Ascensão.

*(Amélia Joaquina Rodrigues, 1997)*

**- Quinta-feira d'Ascensão (II)**

Levantei-me muito cedo  
ao cantar do perdigão.  
Encontrei Nossa Senhora  
sentada no meu balcão.  
Pelo seu cordão de ouro  
fazia a sua oração.  
- Ó'nha Mãe, minha Madrinha,  
Ensine-me a sua ladainha  
que eu também quero ir p'ro céu.  
- A minha ladainha  
são palavras de Sião,  
são palavras de Abraeu.  
Hoje é dia da Ascensão  
que Jesus subiu ao céu.

*(Rosa Paiva Fernandes, 1997)*

**- Numa Quinta-feira d'Ascensão**

Estava uma irmã a lavar um irmão,  
e o pecado a afrontá-la  
para morrer afogada.  
- Não te assustes, minha menina,  
nem te queiras assustar.  
Sou o Senhor d'Ascensão  
que te venho baptizar.  
Faltaram-te com três palavras  
P'ra tua alma nada prestar:  
Em nome do Pai e do Filho  
e do Espírito Santo.  
Estas são as três palavras  
que te hão-de salvar,  
e a Nossa Senhora que está no céu  
com tantos anjos ao pé dela.  
Permita Deus que tu faças como até aqui:  
entrarás no reino da glória  
por todos os séculos sem fim.

*(Rosa Paiva Fernandes, 17/02/97)*

**- Quando se acabava de amassar o pão**

(fazendo três cruces, diz-se)  
Em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo.

Senhor te acrescente  
e as almas no céu para sempre  
(Rosa Paiva e outras, 17/02/97)

#### - Os borborinhos

Quando via um borborinho, punha as mãos em cruz, todos os dedos em cruz, e dizia:

Jesus, Jesus, Jesus!  
Santo nome de Jesus!  
Aqui está a cruz de São Brás!  
Arreda, arreda, satanás!

(Amélia Joaquina Rodrigues, 17/03/97)

#### - Senhor da Encarnação

Senhor da Encarnação,  
Meu Pai, *Verbão* divino,  
Deitai-me a vossa divina benção.  
Que eu vou por este caminho  
Em busca da Salvação.  
Sois um Pai tão amoroso.  
Um Deus todo poderoso,  
Tanto por mim *fizésteis*  
Dai-me a hora de arrependimento  
Como ao Bom Ladrão *désteis*.

(Rosa Paiva Fernandes, 17/02/97)

#### Rosa Paiva Fernandes

Rosa Paiva Fernandes, depois de relatar várias destas orações e rimances do povo, desabafou:

“- Foi bom falar destas coisas. A primeira vez que comecei a perceber o valor disto, ainda me acobardei de as dizer.”

“Hoje é que começo a perceber o valor do que meu avô e minha avó sabiam e nos ensinavam”.

Para vincar a ideia das dificuldades dos tempos em que aprendeu esta cultura, disse:

“- Lembro-me do meu pai me dizer que, com treze anos, ganhava cinco tostões na Companhia Americana, e que este dinheiro o gastava todo em pão.”

“Eu, na Estação de Belmonte e nas Quintas da Estação ao mesmo tempo, pude lidar com pessoas da família de pessoal superior da Companhia Americana de minérios, como lidei com gente do povo e do campo, que sachava, mondava, ceifava.

Com esta gente e com os meus avós e minha mãe, é que aprendi estas coisas. Eu não só acompanhava os ceifadores e malhadores, como até vinha aqui à Praça a Belmonte, a arrematar os ranchos (de ratinhos) que aqui se juntavam a oferecer trabalho.

Lembro a minha mãe. Logo que punha o sacho ou foice ao ombro, começava logo a cantar ou dizer orações.

As coisas assim mais rebaldeiras era o meu tio José Craveiro que as contava e cantava. Era muito alegre. A tocar harmónio, e a cantar, só ele fazia uma festa.

E andava por essas terras à volta e pelas quintas, a convite deste e daquele.

E então se tinha boa voz! E se era engraçado!!

O meu Ti Zé Craveiro era o único que, no tempo, “podia fazer de dois ricos”.

Era mais que os outros pelo que sabia e fazia.

Tocava realejo e harmónio, cantava, dançava, era elegante, malandroco; e era jardineiro e bom marceneiro. Mas bom!

“Trabalhar,... não quero trabalhar. Quero tocar realejo, harmónio, isso é que eu quero mesmo”.

Foi dele que aprendi algumas como estas.

Hoje tenho gosto em saber o que sei, e só tenho pena de não saber mais.



**- Quem me dera agora ter**

Quem me dera agora ter,  
fechadinhos nesta mão,  
os beijos que a toda a hora  
às escondidas se dão.  
Dei-te um beijo, choraste;  
dei-te outro, logo te riste.  
Todos os outros que te dei  
foste tu que mos pediste.  
Dão-se beijos com ardor  
nas mãos, nas faces também,  
Porém, os beijos de amor  
só na boca sabem bem.  
De tantos beijos que já demos,  
que tu me deste e eu te dei,  
tanto trocámos as bocas  
que nem da minha já sei.  
Mas dizerem que um beijo é pecado  
eu não creio que tal seja.  
Porque era ser pecadora  
a nossa mãe que nos beija.  
E se Maria Madalena  
pecou por Jesus beijar,  
podeis querer que não tenho pena  
de tantas vezes beijar

*(Rosa Paiva Fernandes, aprendida do tio José Craveiro)*

Mais uma do estilo de José Craveiro, da Estação de Belmonte:

- Olá, Maria!  
- Olá. João!  
- Que lindas pernas!  
- Isso é que são!  
- Dá-me um beijinho!  
- Isso é que não!  
- Então, porquê?  
A mamã não está,  
O papá não vê...  
- Então, dê cá!

*(Rosa Paiva Fernandes, 1998)*

Ainda outra cantiga, do mesma fonte, mas mais atrevida. Atrevida, mas nem tanto como se possa pensar, pois que, havia moças que sabiam muito bem o que queriam e o que era preciso dizer mesmo quando gostavam do rapaz. Talvez como hoje!

Esta cantada e acompanhada a harmónio, não ficava atrás de outras que ainda fazem muito populares actuais autores e cantores portugueses, apesar de picantes e atrevidas.

“Olá, menina, que vai passeando  
com a sua canastrinha.  
Ora deixe-me lá ver  
Se a sua fruta é madurinha.  
- A minha fruta é madurinha,  
Toda a gente a pode comprar.  
Até cá levo marmelos  
P’ra gente particular.

- Então deixe-me lá provar!  
- Isso de dar a provar  
É muito atrevimento.  
Trate dos banhos na Igreja,  
e tratemos de nos casar.

*(Rosa Paiva Fernandes, 18/11/98)*

**- Era nova!...**

“Era nova e sem pensar,  
tinha ilusão e tinha graça.  
E p’ra construir o meu lar  
só pensei em me casar  
com uma velhota com massa.  
Casei. E nesse momento  
comecei a sentir  
que ilusão, que tormento!  
Porque a noite do casamento  
a velha passou-a a dormir.  
E não pude mais aturar.  
Tudo aquilo acabou.  
Fui a um juiz, queixei-me;  
Casado, divorciei-me,  
e a velha não acordou.  
Depois casei de novo e conforme  
com uma nova a sorrir  
que me dá um trabalho enorme,  
porque esta agora não dorme  
e nem me deixa dormir.”

*(R. Paiva Fernandes, 10/03/97)*

**- Caso consigo**

Trepando a uma figueira,  
estava certo estudante,  
quando uma velha apareceu  
e lhe disse de repente:  
- Olá seu atrevido, seu mariola, seu peneira!  
Quem lhe deu autorização  
de subir à minha figueira?  
- Cale-se, mulherzinha,  
deixe-me lá comer um figo,  
que eu, em saindo daqui,  
pago: caso consigo.  
A velha, assim que isso ouviu,  
disse logo com mais carinho:  
- Olhe, menino, colha aquele,  
aquele que é mais madurinho.

*(Rosa Paiva Fernandes, 1997)*

E, de outro género, mais uma das mesmas fontes, esta, de influência toda romântica:

**- História triste e horrenda da morte de uma criança (Fado do horrível crime)**

“Era uma vez uma criança  
que teve genial lembrança

(Eu aqui lhes vou contar)  
muito embora pequenino  
mas ele tinha muito tino  
e era raro brincar.  
Havia no seu quintal  
uma árvore. Por sinal  
um melro fez lá o ninho.  
Fez lembrar à criancinha  
com um carrinho de linha  
trepar lá cima sozinho.  
Porém, a mãe bem no chamou,  
mas, porém, não o encontrou.  
Após tê-lo chamado,  
ela nisto um grito ouviu.  
E o garoto caiu  
cá em baixo inanimado.  
Prestes a deixar o mundo,  
o garoto moribundo,  
com a pele *imanimar-me*<sup>351</sup>  
disse: - Mãezinha, não foi pelo ninho,  
foi para salvar o paizinho  
que eu subi àquela árvore.  
Porque eu ainda me lembro bem  
do Doutor ter dito à mãe,  
que com custo a prevenia:  
Quando as folhas caissem  
e as nossas árvores despissem,  
o meu pai morreria.  
Por isso vê as linhas  
para as prender bem prendidinhas,  
e todas elas atei.  
Vai, mãezinha, dizer, corre,  
que o paizinho já não morre.  
Morro eu, mas que o salvei.  
(Rosa Paiva Fernandes, 17/02/97)

**- Por seres rico e elegante**

Por seres rico e elegante,  
Querias-me para tua amante  
ou por timbre ou presunção.  
Mas casei c'um homem pobre  
Que por ser uma alma nobre  
Tem toda a minha afeição.  
Tu de mim nada consegues,  
Não sei porque me persegues  
Constantemente na rua.  
Porque eu sou mulher casada  
E sempre fui dedicada,  
E nunca posso ser tua.  
Eu sempre fui sentinela,

<sup>351</sup> inanimada? a inanimar-se?

Sentinela em sentido.  
Eu sempre fui sentinela  
Da honra do meu marido.  
- (Tu) Sempre foste a mulher que amei,  
Com paixão louca chorei  
E nunca mais pude esquecer-te.  
Eu em sonhos te beijava,  
A chorar te abraçava,  
E nunca mais tornei a ver-te.  
*(Rosa Paiva Fernandes, 2/2/98)*

**- Porque choras, cotovia?**

- Por quem choras, cotovia,  
No teu piar tristemente?  
- Choro porque cruelmente  
Me roubaram o ninho um dia.  
(O) Teu ninho feito doçura,  
De enlevo e perfeição,  
Todo ele era ternura,  
T'o levou um ladrão.  
Também eu, humilde ave,  
Tive o meu ninho de amor,  
Tão doce e muito suave,  
Onde nunca entrou a dor.  
Eu choro agora igualmente  
O seu roubo, em desatino:  
A ti roubou-to a má gente,  
A mim roubou-mo o destino  
*(Rosa Paiva Fernandes, 2/2/98)*

**- Que fazes aqui, criança?**

- Que fazes aqui, criança,  
Sozinha, neste penedo?  
- Quero entrar no cemitério  
Quero lá ir, tenho medo.  
- Que vais fazer ao cemitério  
Onde não se vê ninguém?  
- Quero ir beijar a campa  
Onde jaz a minha mãe.  
- Então tu já não tens mãe,  
Sendo tu tão pequenina?  
- E nem *sequera* tenho pai,  
Que me morreu numa mina.  
- Então com que vives, criança,  
Sozinha, sem ninguém?  
- Vivo com um irmão meu  
Que órfão ficou também.  
- E que faz o teu irmão  
Para te dar de comer?  
- Vai pedir esmola  
Por não ter mais que fazer.  
- Vai, tu, também a pedir,  
Pede por amor de Deus

Diz que não tens pai nem mãe  
Que já foram para o céu.  
(Rosa Paiva Fernandes, 2/2/98)

**- Cabreirinha jeitosa**

Ainda mal rompe a manhã,  
lá vai atrás do gado  
como uma musa pagã.  
Que rico o cheiro a ferrã!  
de fresco leite ordenhado!  
É tudo em flor do verão,  
dão sombras as macieiras.  
Era um terro (?) a pão  
sobre as brancuras das eiras.

Reverdecem espinheiros  
pelas sarças, ao calor.  
Já desmaiaram de côr  
os fecundos pessegueiros.  
Há poucos cheiros de flor.  
Pelas várzeas cheirosas,  
andam manadas de gado  
comendo as relvas viçosas.  
Que manteiga saborosa  
dará o pasto orvalhado!  
Na colina pedregosa  
há cantigas de uma fonte:  
Canta a trova maviosa  
do Cavaleiro do Monte.

(Amélia Joaquina Rodrigues, 1998)

- "Aprendi-a de um livro", - diz ela.

Pelo estilo se vê que não é de origem popular, mas isto nos dá a ideia de como a nossa informadora tinha uma memória fiel, tanto para a tradição oral como para a escola.

**Judite Clemência Martinho - Belmonte**

«Esta é do tempo da minha mãe. Rezávamos o terço em casa, todos os dias. E depois, ao fim, cantávamos esta cantiga, mas só a correspondente ao dia da semana em que se estava.

Era assim uma cantiga quase sem tom nem som. Mas era assim. Era como que eram só as palavras.

Rezava-se o terço à segunda-feira, ao fim cantava-se:

No dia de Segunda feira  
é o princípio da semana.  
Crucificaram Jesus Cristo,  
filho da Virgem Soberana.

Rezava-se o terço à terça-feira e, ao fim, cantava-se:

No dia de Terça-feira  
O prenderam à coluna,  
preso com cordas de esparso  
Meu Deus, sem culpa nenhuma  
No dia de Quarta-feira  
O subiram à varanda  
preso que nem um ladrão  
e na mão uma verde cana.

No dia de Quinta-feira  
coroa de espinhos cravaram  
a coroa que Lhe puseram  
meus pecados a causaram.  
No dia de Sexta-feira  
está meu Deus amortalhado  
num caixão de tábuas duras  
p'ró sepulcro foi levado.  
Ao outro dia é Sábado  
dia de muita alegria  
ressuscitou Jesus Cristo,  
Filho da Virgem Maria.  
Vamos todos à Igreja  
Domingo da Ressurreição  
a louvar Jesus Cristo  
pela sua Morte e Paixão.

Cantavam esta e a Paixão do Redentor que já é do tempo do Senhor...

Bendita e louvada seja  
a Paixão do redentor  
para nos livrar das culpas  
morreu por nosso amor.»

«É natural que esta cantiga seja muito mais antiga que a minha mãe. Porque quem lá ia para nossa casa a rezar o terço também todos os dias era a Ti Benvinda Paixão, que era a avó do Firmino, o homem era o Ti Firmino Afonso e ela era a Ti Benvinda Paixão e eram padrinhos do baptismo da minha mãe.

Tinham uma filha que se chamava Carmininha. Que tinha sido enganada pelo meu primo João Martinho. Andava grávida na altura em que fez o papel de Madalena, na Semana Santa, a lavar os pés a Nosso Senhor. E disse que fez o papel tão bem, tão bem, que parecia a realidade. E meu pai mais a minha mãe a saberem já o que se passava (1925).

Isto foi no ano em que eu nasci, que eu era da idade desse filho que ela teve. Chama-se Constantino, e está em Tomar.

Em Belmonte, sabemos que, antes de 1954, ou talvez ainda antes, havia o costume de cantar a Verónica, nas Procissões dos Passos. A última voz de que se fala foi a de Julieta Antunes.»

Esta última versão em pouco difere de uma anterior, acrescenta a informação de como era cantada ou recitada em Belmonte.

#### **- Padre Nosso da Palma**

Jesus Cristo  
Fez o corpo e alma,  
a noite e o dia,  
a mãe e a filha,  
o céu e as estrelas,  
o mar e as areias,  
campo e as flores.  
Entrou e saiu,  
Nossa Senhora bem viu.  
Atrás daquele altar  
Estava uma perra judia  
Que não queria crer  
Que Jesus Cristo havia.  
Jesus Cristo estava deitado  
na sua bendita casinha.

Chega lá Nossa Senhora:  
- Levanta-te lá, meu filho,  
que eu estava sonhando  
que tu estavas numa cruz deposto.  
- Minha mãe, Mari'minha,<sup>352</sup>  
Quem disser o Padre Nosso da Palma  
Quatro vezes ao dia  
Terá salvas quatro almas  
De culpa e pena:  
A primeira será sua,  
a segunda, de sua mãe,  
a terceira de seu pai,  
e a quarta de quem mais bem quiser.  
Amen.

*(Ilda Barroso, 08-04-2000)*

#### **- Carvalhal Formoso**

Bem formoso e já lá vão  
Muitos séculos esquecidos  
Assim formoso passou  
Carvalhal de mão em mão  
Aos que agora cá estão,  
Muitos séculos esquecidos  
Escutai, se sois servidos.  
"ma serra de pedra dura",  
Dura e bela, e de fama  
Tão coberta de verdura  
Dum Carvalhal bem formoso,  
Formoso logo se chama  
Mais que a pedra ainda bela,  
Mais que a pobre agricultura  
Ou a riqueza da terra  
É o coração que encerra  
Riqueza de alma que dura,  
Logo após a escravatura  
A notícia que perdura  
(Quem na História fizer fé)  
Sabe do Carvalhal só isto:  
Foi antes de Pedro André  
Que vendeu a um tal Miguéis,  
E a Domingos Tomé  
E a D. Tibúrcio, Bispo.  
D. Tibúrcio era o Bispo,  
Grande Senhor de Belmonte,  
Nestas terras nunca visto.  
A formosura do monte  
Só lhe chegava nas rendas,  
Prazos, gente e cavalos  
Para a guerra e as prebendas  
Ovos, galinhas, primícias  
A décima e as delícias,

<sup>352</sup> madre mia?

Que tudo desta terra ia  
Quanto vestia e comia  
E ou comia ou vendia:  
    Feijão, linho  
    Linho, feijão  
    Pão e vinho  
    Vinho e pão  
        Inda no século passado  
        Carvalhal tão cobiçado,  
        Eram quintas e mais quintas  
        E de poucos, um condado.

Para os que aqui trabalhavam  
Neste lugar sossegado,  
Terra, - em parte era de renda  
E as rendas dela pagavam.  
    Mas a história não parava:  
    Os senhores desta terra  
    Partiram p'ra outra guerra  
    Porque a terra já não dava.  
        Ei-los que partem, que vão  
        De Senhores a doutores,  
        Juizes ou professores  
        Uns voltam, outros já não.

Mas as terras das famílias  
Partidas e repartidas  
Ficaram. Nos nossos dias  
Passaram de mãos, vendidas.  
    À gente que vive aqui  
    Ao que se vê e eu vi  
    Juntou-se a emigração  
        O ardor de antigas guerras  
        Saltava do coração  
        Da gentinha destas terras  
        Que agora já não servia  
        Na navegação e conquista  
        Com os bispos ou Cabrais,

- Alvíssaras, Terra à vista  
Alvíssaras meu Capitão  
Meu Capitão General!  
Já vejo terras de Espanha  
Areias de Portugal!  
    Isso eram gritos de antes  
    Agora os emigrantes  
    Vão a salto para França.  
    Agora não é batalha  
    À voz de reis e Cabrais.  
    É guerra, mas é só nossa,  
    Nós - peões e generais.  
    À custa das nossas mãos  
    Ganhar salário e valores  
    Que aqui faltavam, faltavam.  
        E os daqui abalavam  
        Mas dentro de si levavam



Valores que só aumentaram  
Amor da terra e família  
Mulher e filhos chamaram:  
"Para aqui, que são só meus;  
Quero dar-lhes o que eu ganho  
Inda que ganhasse os céus  
Depois aí voltaremos  
Com dinheiro, mais conscientes  
Do nosso valor e mais crenças  
Em nossos direitos, queremos  
Transformar o Carvalhal"  
Vida, gentes e terra  
Já não será como era.  
A gente, a maior riqueza,  
Já não cabe na capela.  
Com pedra da redondeza  
Vamos fazer uma igreja.  
Capela Velha, o passado;  
Igreja Nova, e presente.  
Capela Velha, dlim, dlim!  
Igreja Nova, dlim, dlão!  
Estes símbolos são  
De uma e outra geração  
Capela Velha/ dlim, dlim!  
Era assim porque era assim  
Igreja Nova,/ dlim, dlão!  
Era assim, agora não!  
Dlim, dlim,/ dlim, dlão!  
Agora não. Não, senhores!  
Somos nós em união  
Que o fazemos mais formoso.  
Terra é a gente e a garra  
Com que erguemos as obras  
Centro, igreja, casas novas  
É o bairrismo que amarra  
A gente à terra que avança,  
Com rancho que canta e dança  
Carvalhal é terra nova  
E nós somos quem o prova.  
Terra de muitos suores,  
Trabalho conjunto, e amores.  
Carvalhal, meu Carvalhal,  
Bem formoso sem rival  
Nas gentes, casas e mais  
No que fazeis e cantais  
Juntos, unidos leais.

*(Manuel Marques, Março de 1999  
Estreado em representação cénica no Centro Cultural  
Desportivo e Recreativo do Carvalhal Formoso)*

### - Entre suspiros e ais

Entre suspiros e ais  
Faço minha despedida.  
Vou passar o alto mar  
Vou arriscar minha vida.  
Digo adeus à minha aldeia,  
aos meus vizinhos também.  
Adeus, canto do meu lar,  
Adeus, minha querida mãe.  
Adeus, ó Largo da Fonte  
E que horas lá passei,  
Adeus, rapazes, raparigas,  
Não sei se cá voltarei.  
Pedro Álvares Cabral  
Mostrou que era lutador,  
Deixou gravado na história  
O seu nome vencedor

*(Autor desconhecido)*

### Cortejos – Marchinhas

Até neste aspecto, assim como na recolha de músicas e tradições populares, este trabalho pode ser provocador, porque, não sendo completo por várias razões de ordens diversas, pode sempre completa-se. Completar-se com novas pesquisas ou com versões diferentes.

Antes do Dr. Filomeno, era um senhor Gaspar que fazia e ensaiava teatros, fazia e adaptava canções, ou as repetia em festas de Belmonte.

Os espectáculos eram na Tulha. Arredava-se a semente que ainda lá estivesse para um lado, armava-se um palco.

No tempo do Dr. Filomeno ainda assim foi. Ele tinha talento para canto, música, teatro, danças e contra-danças.

Com a construção da Casa do Povo, os espectáculos passaram para aqui, em dias em que não havia sessão de cinema que chegou a estar calendarizado com regularidade e por mais de uma empresa.

Depois do Dr. Filomeno, quem ensaiava e ranchos e marchas, foi Cursino Robalo de Elvas.

Desses tempos são canções que algumas pessoas ainda cantam, quando a gente lhes pede que cantem coisas de Belmonte:

### Belmonte

Oh que linda é minha terra  
Assim no cimo do monte.  
Terra de Álvares Cabral,  
que lindo nome Belmonte.  
Monumentos sem igual  
que não sofrem paralelo:  
A Fonte do Castiçal,  
Centum Cellos e o Castelo

Mais tarde com a vinda do pároco Manuel Marques, outras récitas, cações e marchinhas se fizeram. A letra normalmente do pároco; mas as músicas eram adaptadas, quase sempre das marchas populares de Lisboa ou de outras. Daqui vêm também canções populares, de trabalho e de roda, sobretudo originais da Orca. É preciso não confundir com o folclore mais antigo do concelho que, naquele tempo e por alguns anos mais tarde, não foi possível recolher.

### **Marcha da Rua Direita**

Começa logo ao Jardim  
Que é de Belmonte  
sala de espera.  
Termina lá no castelo  
Que lembra tempos de outras era.  
De casas umas caídas  
outras ainda de negra pedra,  
ao meio o Hospital,  
aqui vai Rua Direita  
não há quem lhe queira mal.  
Cá vai a marcha da Rua Direita  
que toda se enfeita  
se há dança ou festa.  
Rua mais rica, isso pode haver,  
mas mais alegre  
não há como esta.

### **Marcha do Castelo**

Lindo castelo,  
todo encantado,  
alcandorado  
no cimo do monte.  
Todos ao vê-lo,  
altivo e belo,  
apontam logo  
- fica além Belmonte  
Berço de heróis  
Que enchem de glória  
Toda a História  
Do torrão natal  
.....

Outras canções de carácter popular que foram ficando na memória das gentes. As mais lembradas são ainda:

Salgueiro prende de estaca,  
Amieiro de raiz.  
Não te gabes que me deixas  
ai fui eu que te não quis.  
Fui beber, que tinha sede,  
debaixo da flor da murta.  
Fui lá por lograr teus olhos,  
Que a sede não era muita.  
A rosa que nasce em casa  
Vai beber à cantareira.  
A moça que é bonita  
Não pode morrer solteira

### **Rosa branca**

Rosa branca toma cor,  
Não sejas tão desmaiada.  
Que dizem as outras rosas:  
Rosa branca não val'nada.

Minha mãe é uma rosa,  
Eu sou filha da roseira.  
Bem me custou a apartar  
Da rosa que tanto cheira.  
A rosa tem vinte folhas,  
O cravo tem vinte e uma.  
A rosa em demanda  
Por o cravo ter mais uma.

Estas e outras cantigas, aqui, são recentes. São do século passado. Muitas delas, mesmo em freguesias do concelho, são do tempo dos cortejos em favor do Hospital. Não se pode confundir esta manifestação folclórica com o folclore mais antigo, e mais típico de cada localidade. Mas, mesmo este convém ser recolhido. Tem por vezes grande sabor popular que não faz menos folclore que outro de raiz mais evoluída. Daquele ainda se sabe, às vezes, a sua origem. Convém recolhê-lo igualmente.

Não podem confundir-se com as tradicionais. Destas, acabaram já por aparecer algumas. Deve dizer-se que podem ser completadas, até porque, no Colmeal, Inguias, e Carvalhal já há algumas recolhidas. Algumas são mesmo cantadas por grupos aqui existentes que poderão vir a enriquecer e fixar o folclore.

Algumas das recolhas precisam de ser completadas com a recolha musical; outras, não, porque são apenas orações.

Destas apresentámos alguns exemplos.

## **NOTAS:**

### **N<sup>a</sup> Sra. da Esperança – Selos dos bispos**

A devoção a N<sup>a</sup> Senhora, em Belmonte vem de longa data. De longa data os habitantes de Belmonte se acostumaram a ver a imagem de Nossa Senhora nos próprios selos dos senhores da vila, os bispos de Coimbra. Um destes selos apresenta o castelo quatro torres, e, sobre a porta a imagem de N<sup>a</sup> Senhora com um menino ao colo e com um báculo ao lado e uma flâmula com referência á vila de Belmonte. (Ver Foto nº 98, Selo dos bispos de Coimbra).

### **N<sup>a</sup> Sra. da Esperança - Arte religiosa**

Mais uma passagem já sobejamente contestada: "Subindo ao vão de Belmonte, onde não exista arquitectura específica deste período, anotaremos a mui antiga e venerável imagem de Nossa Senhora da Esperança, em pedra, com mais de 60 arrobas, da escola de João de Ruão"<sup>353</sup>. Já está dito que o mais provável é que esta imagem seja da escola ou inspiração da escola de mestre Afonso (séc. XV), e mais difícil será provar que é da escola de João de Ruão. Ainda em Junho de 2001, na Sé Velha de Coimbra, vi um retábulo da escola deste escultor. Mais uma vez confirmei a convicção de que a imagem de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança de Belmonte não é de João de Ruão nem da sua escola.

Pareço insistir demais neste assunto, mas está saturadamente transcrito sem qualquer estudo que se conheça. O mesmo autor fala de estilo barroco no Concelho de Belmonte e diz não haver nada dele na arte religiosa.

Quanto ao barroco, e na arte religiosa que é o que é referido pelo autor, embora os exemplares não sejam de alto valor, temos a frontaria da igreja de S. Tiago e a nova Igreja da Sagrada Família. Se quisermos referir as de outras freguesias do concelho, teremos de referir com particular relevo e dentro do mesmo estilo, pois que é digna disso, a Igreja Matriz de Caria, e, depois, as igrejas de Maçainhas, Inguias, e a do Colmeal da Torre e, na arquitectura civil, temos a Casa Conde de Belmonte, o Colégio Velho, e os edifícios da Câmara, o Velho refundido, e o novo de 1800.

Em Caria há a parte Sul da Casa da Torre, e os Palacetes de Passanhas, Condes de Caria, Viscondes de Tinalhas, e outro na Rua Direita.

<sup>353</sup> Gomes, P.; Id., id., p. 414.

### **Nª Sra. da Esperança**

Este Convento é referido de modo especial na História da Diocese da Guarda, de Pinharanda Gomes. Refere também, o que precisa de ser estudado, que os Eremitas Calçados de Santo Agostinho tinham chegado em 1530, e que tinham obtido a igreja de São João de Belmonte.

Até ao momento não se conhecem mais referências a esta Capela de São João de Belmonte.

### **Nossa Senhora da Esperança**

Já quando foi da travessia aérea do Atlântico por Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em 1922, segundo escreve o Tenente Coronel Abílio Pacheco, quiseram que a imagem de Nª Sra. da Esperança estivesse presente nas Festividades. Já dessa vez o povo se opôs. Não conheço os pormenores.

### **Convento**

“Por escritura de 22 de Junho de 1651 se obrigaram estes instituidores a darem anualmente aos Religiosos da Terceira Ordem da Penitência do Convento de Nossa Senhora da Esperança da dita Vila seiscentos alqueires de centeio de pensão para lhe dizerem as referidas missas, o que também continuaram os mais Senhores herdeiros da Casa.”<sup>354</sup> Mas em 1758, já não havia padroeiro, e os seiscentos alqueires de centeio, os frades já não os poderiam ver, apesar de serem seiscentos!

É certo que a ermida do Espírito Santo e Misericórdia de Belmonte, onde Diogo Francisco e sua mulher Isabel Nunes constituíram o morgado e uma capela de S. Domingos, fosse a de São Francisco. Daí é que veio a imagem do Espírito Santo, juntamente com a de Nª Sra. da Esperança, quando essa igreja foi destruída no tempo da 1ª República.

O vínculo que foi entregue à administração de Francisco Cabral, como Senhor de Belmonte, na referida ermida do Espírito Santo, ficou com o encargo de dar todos os anos um círio para alumiar a imagem de Nª Sra. da Esperança, no Convento de São Francisco, em Belmonte.

<sup>354</sup> Cit. Bib. Lusit., I, 63 – 64.



# Bibliografia

- ALVES, Alexandre; "A Imagem de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Esperança de Belmonte e o Descobrimento do Brasil", separata da Revista Beira Alta, Viseu 1969
- AMADO, José Carlos; "Pedro Álvares Cabral" Lisboa, Ed. Da Comissão das Comemorações do V Centenário do Nascimento, 1968
- ALMEIDA, Fortunato de; "História de Portugal", Editor Fortunato de Almeida, Coimbra 1923, vol. II
- ACMC (Arquivo da Câmara Municipal da Covilhã):  
*Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal da Covilhã*, nº 39 de 15 de Julho 1891 a 3 de Abril de 1895, e nº 41 de 10 de Abril de 1895 a 26 de Dezembro de 1895  
*Livro do Lançamento da Décima da Covilhã e seu Termo e da Vila Civel de Caria*, nº 62, ano de 1831
- ADCB (Arquivo Distrital de Castelo Branco); Cartório Notarial de Belmonte – Livros de Notas de diversos Tabeliães (1632 a 1683), Mç 1
- ADP (Arquivo Distrital do Porto):  
S. Cl. Vila Conde – Cartório do Convento de St<sup>a</sup> Clara de Vila do Conde  
Sepul. rasa C. – Alberto de Carvalho; "Memória a respeito da Sepultura rasa do Descobridor do Brasil Pedro Álvares Cabral em Santarém", Lisboa 1902
- AMCB (Arquivo Municipal da Câmara de Belmonte):  
*Certidão de algumas peças do processo de justificação e posse dos bens que constituem os vínculos dos Cabrais( ...) decreto de 30 de Julho de 1860*, cópia dactilografada do original, 1863  
*Copiador dos Offícios expedidos pela Administração do Concelho de Belmonte que teve principio em o 1º de Janeiro de 1865 a 23 de Maio de 1869*  
*Copiador dos Offícios (...)* de 24 de Maio de 1874  
*Copiador de Offícios (...)* de Janeiro de 1880 a Agosto de 1883  
*Livro das Actas das Eleições das Comissões Recenseadoras*  
*Livro de Sessões da Câmara Municipal de Belmonte* de 14 de Junho de 1842 a 1846  
*Livro de Sessões da Câmara Municipal de Belmonte* de 3 de Setembro de 1851-54  
*Livro de Registos dos Offícios expedidos pelo Administrador do Concelho da Covilhã para o Governo Civil de Castelo Branco*, de 5 de Abril de 1895 a 31 de Dezembro de 1896
- ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo):  
*Alg. Doc. T.T.* – Alguns documentos do ANTT acerca das navegações e conquistas portuguesas, Lisboa, 1892.  
*Álvares Cabral* – Serviços de Turismo de Santarém; Folheto publicado em 1968 (sem Número)  
*Anu. Nobre* – Anuário da Nobreza de Portugal, I (1950), II (1964)  
*Aparato Gen.* – Aparato Genealógico Universal, 1782 (Ms. 21 F33)  
*Assentos Paroquiais de St<sup>a</sup> Maria de Belmonte*  
*Assentos de Santiago de Belmonte*  
*Beira* – Livro da Comarca da Beira da Chancelaria Régia (Leitura Nova)

*Bispos Id.-Gu.* – Doutor Manuel Pereira da Sylva Leal - Catálogos dos Bispos de Idanha e Guarda

*Cartas Albuq.* – Cartas de Afonso de Albuquerque, seguidas de documentos que as elucidam, Lisboa 1886-1935

*Carta Caminha* – A Carta de Pêro Vaz de Caminha, Lisboa 1968

*Carta de Confirmação de outra mercê à Vila de Belmonte* – Liv. 28, fl 101 v. – 26 de Setembro de 1497

*Carta de Confirmação de monteiro e guarda da mata da torre (Termo de Belmonte) a João Fernandes* – Liv. 32, fl 23 – 5 de Novembro de 1497

*Carta de Confirmação de uma troca e escambo a favor de Pedr'Álvares Cabral* – Liv. 36, fl 40 v. – 17 de Dezembro de 1509

*Carta D. M.* – Carta de El-Rei D. Manuel de Portugal a los Reyes Católicos, in Exped. C., 316-25

*Carta de Escrivão dos Orfãos da Vila de Belmonte a Diogo Gonçalves* – Liv. 23, fl 16 v. – 30 de Março de 1504

*Carta de Escrivão dos Orfãos de Belmonte a Cristovão Delgado* – Liv. 36, fl 56 – 9 de Março de 1520

*Carta de Físico a Mestre Álvaro, morador em Belmonte* – Liv. 31, fl 136 v. – 17 de Setembro de 1498

*Carta de Mercê a Pedr'Álvares Cabral* – Livro 44, fl 62 – 18 de Fevereiro de 1509

*Cartas Missivas*; Instruções régias complementares ao regimento de Pedr'Álvares Cabral, para a sua viagem, Mç 4 nº 91

*Carta M. João* – Carta dirigida a D. Manuel por Mestre João, Doc. VII dos Sete Doc. 109

*Carta de Juiz dos Orfãos de Belmonte a João Homem* – Liv. 25, fl 49 – 1 de Abril de 1516

*Cartas de Juiz das sisas e dos Orfãos de Belmonte a Luís Esteves* – Liv. 15, fls 38 e 182 – 20 de Março de 1514

*Carta de ofícios a Jorge Nunes, morador em Belmonte* – Liv. 18, fl 86 – 27 de Novembro de 1521

*Carta de Perdão a Catarina Vaz, moradora em Belmonte* – Liv. 33, fl 88 v. – 27 de Março de 1496

*Carta de Perdão a Isabel Peixoto, moradora em Belmonte* – Liv. 40, fl 114 v. – 6 de Maio de 1496

*Carta de Perdão a Mécia Gonçalves, moradora em Belmonte* – Liv. 43, fl 71 v. – 27 de Maio de 1496

*Carta P. Sousa* – Carta de Pêro de Sousa in P. H. Gen., I (III), 385

*Carta de Recebedor das Sisas de Belmonte a Henrique d'Almeida* – Liv. 39, fl 83 v. – 11 de Junho de 1521

*Carta de Recebedor das Sisas em Belmonte a Sebastião Tavares* – Liv. 25, fl 67 v. – 15 de Março de 1516

*Cartas dos Vice-Reis da Índia* – Minuta de Carta régia que concede poderes a Pedr'Álvares de Gouveia (Cabral), para assentar paz e amizade com monarcas africanos e asiáticos – Mç único, nº 78

*Carta à Vila de Belmonte* – referente ao Couto de homiziados – Livro 28, fl 100 v. – 29 de Junho de 1497

*Ch. D. A. III* – Chancelaria de D. Afonso III

*Ch. D. A. V* – Chancelaria de D. Afonso V

*Ch. D. A. VI* – Chancelaria de D. Afonso VI

*Ch. D. D.* – Chancelaria de D. Dinis



- Ch. D. Du.* – Chancelaria de D. Duarte  
*Ch. D. F.* – Chancelaria de D. Fernando  
*Ch. D. Fi. I* – Chancelaria de D. Filipe I  
*Ch. D. Fi. II* – Chancelaria de D. Filipe II  
*Ch. D. Fi. III* – Chancelaria de D. Filipe III  
*Ch. D. J. I* – Chancelaria de D. João I  
*Ch. D. J. II* – Chancelaria de D. João II  
*Ch. D. J. III* – Chancelaria de D. João III  
*Ch. D. J. IV* – Chancelaria de D. João IV  
*Ch. D. M.* – Chancelaria de D. Manuel  
*Ch. D. P. I* – Chancelaria de D. Pedro I  
*Ch. D. P. II* – Chancelaria de D. Pedro II  
*Ch. O. Cr.* – Chancelaria da Ordem de Cristo  
*Col. Gen.* – Coleção Genealógica (Ms. 21 F1 7-19)  
*Estrem.* – Livro da Comarca da Estremadura da Chancelaria Régia, (Leitura Nova)  
*Extras* – Livro de Extras da Chancelaria Régia (Leitura Nova)  
*F. Gayo* – Manuel José Felgueiras Gayo, “*Nobiliário das Famílias de Portugal*”, Braga 1938-1942  
*Inq. B. E A. D. Ou Inq. B. E Além D.* – Inquirições da Beira e Alto Douro (Leitura Nova)  
*Inq. D. A. III* – Inquirições de D. Afonso III  
*Li. Linh.* – Livro de Linhagens do século XVI, publicado pela Academia Portuguesa de História, Lisboa 1956  
*Mercê de Ofício a Diogo de Belmonte, cantor do Rei* – Liv. 25, fl 174 v. – 28 de Novembro de 1517  
*Priv. D. J. III* – Livro de Privilégios da Chancelaria de D. João III  
*Priv. D. S.* – Livro de Privilégios da Chancelaria de D. Sebastião  
*Tombo Refegas* – Tombo da Comenda de S. João das Refegas, termo da Covilhã (C 25, E 76, P 6, nº 213)
- AUC (Arquivo da Universidade de Coimbra); “*Portugaliae Monumenta Historica*” (Inquisitiones, 1888-1936)
- AZURARA, Gomes Eanes de; “*Chronica da Tomada de Ceuta*”, Lisboa 1915. “Crónica dos feitos da Guiné”, Lisboa 1949
- BAENA, Visconde de Sanches de; “*O Descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral*”, Lisboa 1897
- BAPTISTA, João Maria; “*Chorographia Moderna do Reino de Portugal*”, Lisboa Rypographia da Academia Real das Ciências, 1874
- BARROS, Henrique da Gama; “*História da Administração Pública em Portugal nos séc. XII a XV*”, com notas de Torcato de Sousa Soares, Lisboa 1945-52
- BARROS, João de; “*Decadas*”, Lisboa 1945
- B.N.L. (Biblioteca Nacional):
- Diário Gama* – Diário da Viagem de Vasco da Gama, Fac-simile do Códice Original, transcrição de António Baião, Porto 1945
- Dic. Chorog.* – Costa, Américo; Dicionário Chorographico, Lisboa 1929
- Elucid.* – Frei Joaquim de St<sup>o</sup> Rosa de Viterbo, “*Elucidário das Palavras, Termos e Frases*”, Porto 1962
- Lima 4* - D. António de Lima Pereira; “*Nobiliário*”, cópia actualizada de 1648 (cf. M.A. de Sousa, Bibliografia) (F.G. 928)
- M. Coelho* – Manuel Coelho; “*Rey de Armas Portugal Principal de El-Rey D. João IV no ano de 1645, Memória das Armas de muytos reynos e Cidades*”, (F.G. 6820)
- Ord. Af.* – “*Ordenações do Senhor Rey D. Afonso V*”, Coimbra 1792

- Ord. Fil.* – “*Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado del Rey D. Filipe o Primeiro*”, Coimbra 1797
- Ord. Man.* – “*Ordenações do Senhor Rey D. Manuel*”, Coimbra 1797
- Rel. Pil. Anón.* – “*Relação do Piloto Anónimo, ou Navegação do Capitão Pedro Álvares Cabral por hum Piloto Português*”, in Colecção de notícias para a história e Geografia das Nações Ultramarinas, II, 107, Lisboa 1867
- X. Tav.* – Xisto Tavares, “*Livro das Principais Linhagens de Portugal*” recolhido por Damião de Góis, Guarda Mor da Torre do Tombo por mandado do Rei, Cópia de 1608 (F.G. 1328)
- BOLEO, Oliveira; “*Pedro Álvares Cabral – Causas do Ostracismo a que foi votado após o regresso da sua viagem de 1500-1501*”, Sep. De Comunidades Portuguesas, nº 13, Lisboa 1969
- BRENNER, Frédéric e YERUSHALMI, Yosef Hayim; “*Marranes*”, Ed. de La Différence, Paris 1992
- BUENO, Eduardo; “*A Viagem do Descobrimento. A verdadeira história da expedição de Cabral*”, Objectiva, Rio de Janeiro 1998
- CADAMOSTO, Luís de; “*Viagens*”, Academia Portuguesa de História e Ministério das Colónias, Lisboa 1948
- CALAIS, Manuel João; “*A Geometria de Centum Cellas*”, Covilhã, Ed. Floriana Calais, 1974
- CAMINHA, Pêro Vaz de; “*Carta a El Rei D. Manuel I*”, ANTT, 0422, gaveta 8, Mç 2, nº 8 original reencontrado, copiado em 19 de Fevereiro de 1773
- CANELO, David Augusto; “*Senhores, Cabrais e Camponeses em Belmonte – Estudo de História Local*”, Belmonte 2000, Edição patrocinada pela Câmara Municipal de Belmonte. “*Os Últimos Judeus Secretos*”, Belmonte, Jornal de Belmonte, 1985
- CARDOSO, P.e Luís; “*Diccionario Geográfico ou notícia histórica de todas as cidades, vilas, etc.* MDCCLI
- CARVALHO, Alberto de; “*Os restos mortais de Pedro Álvares Cabral*”, Lisboa 1903
- CASA DE BELMONTE (Cartório)  
*Arq. Casa de Belmonte* – Normalmente instalado na Quinta da Ota  
*Arq. Herald. Gen. Ou Arq. H. Gen.* – Visconde de Sanches de Baena, Arquivo Heráldico Genealógico de Lisboa, 1873  
*Arq. Histórico Português* – Lisboa, 1903-16
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de; “*História do Descobrimento e Conquista da Índia*”, Coimbra 1924
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva; “*Pedro Álvares Cabral numa crónica inédita de 1503*”, Miscelânea Histórica de Portugal, nº 4, 1984, pp. 33-60. Em co-autoria com SILVA, Joaquim Candeias; “*A Beira Baixa na Expansão Ultramarina*”, Ed. Câmara Municipal de Belmonte, 1999.
- CASTRO, José Osório da Gama e; “*Diocese e Distrito da Guarda*”, Porto 1902
- CIDADE, Hernâni; “*A propósito de Cabral – o que sobretudo é preciso evocar*”, in Panorama, nº 27, 1968
- COELHO, António Borges; “*Quadros de Uma Viagem a Portugal no século XVI*”, Ed. Caminho, Lisboa 1986
- COLOMBO, Cristovão; “*Diários da Descoberta da América*”, trad. Milton Persson, 1ª ed., L&PM, Porto Alegre 1984
- COMEMORAÇÕES do V Centenário do Nascimento de Pedro Álvares Cabral; Discursos da Comissão Executiva das Comemorações, Lisboa 1968
- CORREIA, Gaspar; “*Lendas da Índia*”, Lisboa 1858
- CORTESÃO, Jayme; “*Os Descobrimentos Portugueses*”, Lisboa 1960. “*A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*”, Lisboa 1922. “*A Política de Sigilo nos Descobrimentos*”, Lisboa 1960. “*Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*”, Lisboa 1940. “*A Carta de Pêro Vaz de Caminha*”, pref. De José Manuel de Garcia, 1ª ed, Imprensa Nacional – Casa da

- Moeda, Lisboa 1994
- COSTA, P.e António Carvalho da; "*Chorographia Portuguesa*", Lisboa 1708
- COSTA, Cândido; "*Pedro Álvares Cabral: drama histórico em quatro actos*", Imp. Castelo Branco e Alabern, Lisboa 1900
- COSTA, Elias da; "*Covilhã no Trabalho*"
- COUTO, Diogo do; "*Decadas*", Lisboa 1786
- COUTO, Jorge e GUEDES, Max Justo; "*O Descobrimento do Brasil*", CNCDP, Lisboa 1998
- DAEHNHARDT, Rainer; "*Homens, Espadas e Tomates*", Publicações Quipu, Lisboa 1997
- DELGADO, Rui Nunes da Fonseca; "*História da Covilhã – 1800 a 1926*"; 1, Organização Judicial e Administrativa, Edição Especial de 20 de Outubro de 1991 – Câmara Municipal da Covilhã. "*No Centenário da Escola Industrial Campos Melo na Covilhã (1800-1984)*",
- DIAS, Jaime Lopes; "*Etnografia da Beira IV*", Lisboa, Livraria Ferin, 1971. "Forais Velhos do Distrito de Castelo Branco", Boletim da Casa das Beiras ano IX, III Série, nº 4 Outubro e Dezembro 1943
- DIAS, Luís Fernando Carvalho; "*História dos Lanifícios*". "*Pedro Álvares Cabral – Belmonte ou S. Cosmado?*", série de 6 artigos "réplica ao Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques", pub. Jornal do Fundão, ano de 1963, nº 875, 889, 890, 905,
- ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA (Verbo), 1963 e segs.
- ESPERANÇA, Frei Manuel da; "*Da história Seráfica dos Frades menores da Província de Portugal*", Lisboa 1656
- EXPOSIÇÃO Pedro Álvares Cabral; "*A busca do passado na construção do futuro*", org. da Câmara Municipal de Belmonte
- FARIA, António Machado; "*Pensou-se em Vasco da Gama para comandar a Armada que descobriu o Brasil?*", Rev. da Universidade de Coimbra, nº 26, Coimbra 1978, pp. 145-185
- FERRO, Maria José; "*Os Judeus em Portugal no século XV*", vol. I, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 1982-1985
- FONSECA, Luís Adão da; "*Pedro Álvares Cabral – uma viagem*", CNCDP/Inapa, Lisboa, 1999. "*Um livro da Chancelaria da rainha D. Maria e o casamento de Pedro Álvares Cabral*", in Ver. História, vol. VI, nº 21-24, Lisboa 1917, pp. 280-281
- FORJAZ, D. António Pereira; "*Pedr'Álvares: a intencionalidade do Descobrimento*", Ed. Estado Maior do Exército, 1968
- FREIRE, Anselmo Braamcamp; "*Expedição e Armadas nos anos 1488 e 1489*", Lisboa 1915
- GARCIA, Maria Antonieta; "*Judaísmo no Feminino – Tradição popular e ortodoxia em Belmonte*", Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 1999. "*Os Judeus de Belmonte – Os Caminhos da Memória*"; Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões – Universidade Nova de Lisboa 2000
- GÓIS, Damião de; "*Crónica do Felecissimo Rey D. Manuel*", Coimbra 1926. "*Livro de Linhagens*", cópia do séc. XVII, 1554/56 (?)
- GOMES, J. Pinharanda; "*História da Diocese da Guarda*", Ed. Pax, Braga, 1981. "*Memória Histórica do Convento de Nª Sra. da Esperança de Belmonte*", sep. De Independência, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, Lisboa 1983
- GONÇALVES, Catarina Valença; "*A Pintura Mural em Portugal: Os Casos da Igreja de Santiago de Belmonte e da Capela do Espírito Santo de Maçainhas*, Vol. I e II - Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientada pelo Prof. Doutor Vítor Serrão; Lisboa, Março de 2001.
- GUEDES, Max Justo; "*O Descobrimento do Brasil*", in Rev. Oceanos, nº 39, CNCDP, Julho-Setembro de 1999, pp. 8-16
- GUERRA, Luís Bivar; "*Pedro Álvares Cabral e a sua representação de facto e de direito*", Lisboa 1960
- ISIDORO, Alcina; PINHEIRO, Elisa; SIMÕES, Maurício; e MAIA, Fernando; "*Do Foral à Covilhã do*

- séc. XII”, Junho, 1988
- JORNAL DO FUNDÃO; réplica de Luís Fernando de Carvalho Dias ao Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques, 1963, vid. Dias, Luís Fernando Carvalho
- LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa Pinho; “*Portugal Antigo e Moderno*”, Lisboa 1873-90
- LEITE, António Pedro de Sousa; “*Pedro Álvares Cabral: sombras de avós*”, in *Panorama*, 4ª série, nº 27, Lisboa 1968, pp. 27-39
- LEITE, Aureliano; “*Os Cabrais eram agigantados*”, in *Congresso do Mundo Português*, vol. IX, Lisboa 1940, pp. 483-495
- LEITE, Duarte; “*Os falsos percussores de Álvares Cabral*”, in *História Colon. Bras.*, I, 107 segs. “*História dos Descobrimentos*”, colectânea de esparsos, Lisboa 1959
- LEONE, Eduardo Metzner; “*Pedro Álvares Cabral*”, Lisboa 1968
- LOBO, António de Sousa Silva Costa; “*História da Sociedade em Portugal no séc. XV*”, Lisboa 1903
- LOPES, Fernão; “*Crónica de D. Fernando*”, Barcelos 1966. “*Crónica de D. Pedro I*”, Porto 1965
- LOUSADA, Gaspar Alvares; “*Anotações sobre a Nobreza de Portugal e Castela*”
- MACHADO, Júlio; “*Pequenas biografias de grandes portugueses: Pedro Álvares Cabral – Descoberta do Brasil*”, tip. Foto-Indústria, Lda., Lisboa s/ data
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de; “*O reconhecimento da costa*” (do Brasil), in *Rev. Oceanos*, nº 39, CNCDP, Julho-Setembro de 1999, pp. 102-112
- MARCELO, M. Lopes; “*Beira Baixa – a memória e o olhar*”, col. *Novos Guias de Portugal*, Edit. Presença, Lisboa 1993
- MARQUES, Amândio; “*Onde nasceu Pedro Álvares Cabral?*”, ed. Grupo de Estudos Brasileiros do Porto, Porto 1963. “*Pedro Álvares Cabral – Belmonte ou S. Cosmado?*” série de réplicas em defesa do livro precedente, pub. No *Jornal do Fundão*, ano de 1963, vid. *Jornal do Fundão*
- MARQUES, Manuel; “*Uma das Judiarias da Covilhã*”, 1986, para a classificação desta zona como Judiaria. “*Capela de Santa Cruz*”; “*O Tecto do Salão Nobre da Casa das Morgadas*” in *Notícias da Covilhã*; “*Igreja da Misericórdia*”, p. classificação; “*O Convento de S.to António*”, p. classificação; “*A Zona Histórica do Ginásio Clube da Covilhã*”; “*Zona História de Flores e Alegria*”, trabalho para o Pelouro da Cultura da Covilhã, 1999
- MATOS, P.e Franco de; “*Judeus de Belmonte*”, (opúsculo), Belmonte 1932
- MATOS, Jorge Semedo de; “*A navegação atlântica dos portugueses em 1500*”, in *Rev. Oceanos*, nº 39, CNCDP, Julho-Setembro de 1999, pp. 82-89
- MATTOSO, José; “*História de Portugal*”, diversos autores, sob coordenação de Joaquim Romero Magalhães, t. III, “*No Alvorecer da Modernidade*”, Lisboa 1996
- MENDONÇA, Agostinho Gavy; “*História do Cerco de Mazagão*”
- MENEZES, D. Fernando de (Conde da Ericeira); “*História de Tânger*”, Lisboa 1732
- MONUMENTA HENRICINA, “*Documentos*”, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa 1960
- PACHECO, Abílio de Matos; “*Uma imagem histórica – Nª Srª da Esperança, padroeira de Belmonte*”, in *Jornal do Fundão*, nº 901, 20 de Outubro de 1963
- PANORAMA – *Revista Portuguesa de Arte e Turismo*; nº 27, IV série, Setembro de 1968 Lisboa
- PAULO, Amílcar; “*Os Judeus Secretos em Portugal*”, Ed. Labirinto, Lisboa 1985
- PEREIRA, Duarte Pacheco; “*Esmeraldo de Situ Orbis*”, Lisboa 1954
- PERES, Damião; “*O Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral - antecedentes e intencionalidade*”, Portucalense Ed., Porto e Rio de Janeiro 1949. “*História dos Descobrimentos Portugueses*”, Coimbra 1960. “*Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil*”, Barcelos 1967
- PINA, P.e Cabral de; “*Monographia da Covilhã*”, desaparecida, referenciada pelo jornal “*Gazeta da Liberdade*”, de 27 de Julho de 1865, e citada por Quintela
- PINA, Ruy de; “*Chronica do Senhor Rey D. Afonso V*” e “*Chronica do Senhor Rey D. Duarte*” in

- Inéditos da História Portuguesa, 1º Volume, Lisboa 1790. "*Chronica del-Rey D. Joham II*", Coimbra 1940
- PINTO, Stella Pires Brioso; "*Monografia sobre Belmonte*" (Beira Baixa), ed. da autora, policopiada, relatório de estágio do Curso de Curso do Serviço Social, Biblioteca do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 1944
- PORTOCARRERO, Bernardo Pimenta de Avelar; "*Livro das Gerações Nobres deste Reyno de Portugal*", 1719 (ANTT Ms. 21-D29 a 21 E13)
- QUINTELA, Arthur de Moura; "*Subsídios para a Monographia da Covilhã*", 1889
- REGO, A. da Silva; "*Pedro Álvares Cabral: Índia ou Brasil?*", separata da Rev. Studia, nº 30 e 31, Lisboa, Agosto e Dezembro de 1970
- REIS, António dos; "*Vila de Caria*", Top. "Notícias da Covilhã, Covilhã, 1959
- RESENDE, Garcia de; "*Chronica dos valerosos e insignes feitos del Rey D. João II de gloriosa memória*", Coimbra 1798.
- RODRIGUES, Dr. Adriano Vasco; "*História Geral da Civilização*", Lisboa 1962
- SÁ, Aires de; "*Frei Gonçalo Velho*", 2 vols., Imprensa Nacional, Lisboa 1899-1900
- SAMPAYO, Luiz de Mello Vaz de; "*Subsídios para uma biografia de Pedro Álvares Cabral*", Coimbra 1971, Separata da Revista da Universidade de Coimbra Vol. XXIV
- SANCEAU, Elaine; "*D. João II*", Barcelos 1959. "*Afonso de Albuquerque, o sonho da Índia*", Porto 1958. "*O Reinado do Venturoso*", Barcelos 1970. "*A Viagem de Vasco da Gama*", Barcelos 1962
- SARAIVA, António José; "*Inquisição Portuguesa e Cristãos Novos*", Lisboa, Ed. Estampa, 1985
- SCHWARZ, Samuel; "*Os Cristãos Novos em Portugal no séc. XX*", Lisboa, Empresa Portuguesa de Livros L.da., 1925
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo; "*História de Portugal*", Vol. III "O Século de Ouro" (1495-1580), Verbo, 1980 (2ª edição revista)
- SERRÃO, Joel; "*Dicionário da História de Portugal*", Iniciativas Editoriais, vol. I, II, III, Lisboa 1971. Em co-autoria com MARQUES, A. H. De Oliveira; "*Nova História da Expansão Portuguesa – O Império Luso-Brasileiro 1500-1620*", Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva (coords.), Editorial Estampa, Lisboa 1992
- SILVA, A. A. Baldaque da; "*O Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*", opúsculo sobre a tese da intencionalidade, Academia Real das Ciências, Lisboa 1892
- SILVA, Francisco de Sales Pires da; "*Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brazil, e o seu representante*", Lisboa 1900
- SILVA, Joaquim Candeias; "*Belmonte, Cabral e o Descobrimento do Brasil*", Ed. Câmara Municipal de Belmonte, 2000. Em co-autoria com CASTELO Branco, Manuel da Silva; "*A Beira Baixa na Expansão Ultramarina*", Ed. Câmara Municipal de Belmonte, 1999
- SILVA, José Aires da; "*História da Covilhã*", 1996
- SILVA, José Manuel Azevedo e; "*Os Navios Que Descobriram o Mundo e a Vida a Bordo*", separata da Revista de História das Ideias, vol. 14, Faculdade de Letras, Coimbra 1992
- SILVA, L. Pereira da; "*Duarte Pacheco, precursor de Cabral*", in H. Colon. Bras., I, 231
- SILVA, Valentim da; "*Monografia do Concelho de Mangualde*", Porto 1945
- SOUSA, D. António Caetano de; "*História Genealógica da Casa Real Portuguesa*", Coimbra 1953.
- TAVARES, Joaquim Cardoso; "*Onde nasceu Pedro Álvares Cabral? – O opúsculo do Dr. Amândio Marques*", in Jornal do Fundão nº 879 de 19 de Maio 1973. Em co-autoria MARQUES, Manuel; "*Subsídios para uma Monografia da Vila de Belmonte*", Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 1975
- VARGAS, José Manuel; "*Forais de Belmonte*"; Ed. Câmara Municipal de Belmonte, 2001





**nexos**

## ▶ ANEXO Nº 1

### INSCRIÇÃO DO CABEÇO DAS FRÁGUAS

**“Inscrição rupestre em (língua lusitana) de Cabeço das Fráguas, Pousafoles, Sabugal.**

**A inscrição constitui um dos raros documentos de uma obscura língua, que é tradicionalmente atribuída aos lusitanos. Encontra-se lavrada em caracteres latinos, embora não saibamos quando terá sido feita.**

A inscrição significa: «UMA CORDEIRA PARA TREBOPALA E UM LEITÃO PARA LAEBO, UMA VITELA PARA ICCONALOIMINA, UMA OVELHA ANATA PARA TREBARUNA E UM TOURO DE COBRIÇÃO PARA REVE TRE(...)»

Bibliografia:

MATTOSO, José, História de Portugal (1º Volume), Círculo de Leitores, in 1992

ALARCÃO, Jorge de; Arqueologia da Serra da Estrela, PNSE, Manteigas, 1993, p.54

RODRIGUES, Adriano Vasco, Monografia Artística da Guarda, Câmara Municipal da Guarda, Guarda, 1977, p.34

Sem autor, À Descoberta de Portugal, Selecções do Reader's Digest, Lisboa, 1982, p. 17

## ▶ ANEXO Nº 2

### CASA DA TORRE – Inscrição da frontaria barroca

**“(…) Muitos anos depois, de novo se efectuaram obras importantes que ficaram assinaladas na inscrição em latim, existente na fachada principal do edifício, gravada na torça da porta de entrada e é do teor seguinte:**

Mille Dolis victis dumus  
Est haeC Condita quando  
X indiCat et major  
Ilttera quaeque tibi

Trata-se de uma inscrição erudita que tem a seguinte tradução:

VENCIDAS MIL DIFICULDADES  
ESTA CASA FOI CONSTRUÍDA QUANDO  
INDICA A INCÓGNITA X  
E AS LETRAS MAIORES  
TAMBÉM TE INDICAM

**Juntando as maiúsculas pela ordem que têm na versão latina encontra-se a decifração da enigmática data, sendo:**  
MDCCXCII (1792)

In Edição do JB – Jornal de Belmonte, Carlos Pinto Basto

## ▶ ANEXO Nº 3

Séc. XIV - XV

### Arquivo Cabrais ISENÇÃO DOS CABRAIS DE PRESTAR PREITO E MENAGEM

Quando Pedro Álvares II é nomeado para o Governo da Capitania de S. Paulo, faz uma petição para que a patente lhe seja passada sem conter que ele fará o juramento de preito e menagem, por ser privilégio de sua família. Presta-se a partir no primeiro barco para o Brasil. Pede depois que se lhe dê um ano de prazo para poder apresentar os documentos que provam que sua família estava isenta, e que se, no prazo de um ano, ele não apresentar os documentos, então fará esse juramento.

A sentença não lhe sai favorável quanto à menagem que deve prestar para o serviço que naquela altura estava nomeado.

Contudo a sentença refere, como se pode ver a seguir:

“Portanto julgam não competir ao suplicante (Pedro Álvares Cabral II) o privilégio geral que pretende ter para não jurar homenagem e declaram que somente lhe pertence no que respeita à Alcaidaria mor de Belmonte”

Isso vem provar a opinião dos que afirmam que ao Cabrais estavam isentos de prestar menagem pelo Castelo de Belmonte.

O processo que el-rei despachou para ser julgado em dez dias e Pedro Álvares Cabral II pediu para ser em oito, arrastou-se.

O que é certo é que Pedro Álvares Cabral II não tomou mesmo posse do cargo de Governador de S. Paulo. Portanto, os que dizem que ele não tomou posse porque entretanto foi nomeado embaixador de Portugal em Madrid, seguindo o que digo noutra lugar, devem ver que este entretanto durou nove anos. E mantem-se, até prova em contrário, a isenção de menagem dos Cabrais, pelo menos quanto ao castelo de Belmonte.



Segue o documento que esteve na posse sucessiva do Pe. Franco de Matos, e João Duarte Gaspar e por este me foi entregue há dias antes da finalização deste trabalho.

Segue o documento, tal como foi possível depois de ter sofrido várias cópias à mão.

**Apontamentos do P.e Franco de Matos**

"Arquivo da Casa Cabral – Copiados, Tomo 17, cod.1627K (KVI e K fls. 13, 14, 16v, 21v, 30v, 31

Copiados, Tom.16 – Cod. 1027 i ((KVI I). Fls.386, v

Rua 1º de Dezembro – 1º1 – 2º -B – Liv

Tom. 16, fls.392 e 393v e 394

Petição de Pedro Álvares Cabral sobre não dar homenagem do Governo de S. Paulo, e o mais que Sua Majestade mandou sobre este motivo.

Diz Pedro Álvares Cabral que, fazendo-lhe Vossa Majestade mercê de o nomear por Governador da Capitania de São Paulo, tratou logo de se pôr corrente para embarcar no primeiro navio que se partisse para aquele Estado e, para se lhe passar a patente, fez presente a V. Maj. o antigo privilégio que mereceu aos Senhores Reis deste Reino, digníssimos progenitores de V. Majestade, a insigne e notável fidelidade com que seus Avós defenderam os castelos que lhes foram entregues de não darem juramento de preito e homenagem pelo governo deles, e além de notoriedade e indubitável tradição das gentes e das histórias do Reino, apresentou logo alguns documentos que o abonavam e sobretudo a soberana resolução do senhor Rei D. João, o 4º de gloriosa memória, Augustíssimo Avô de V. Majestade – foi V. Majestade servido ordenar que a proposta e representação do suplicante se sentenciasse no juízo da coroa em termo peremptório de dez dias, e indo, com efeito, os autos à Relação se proferiu nelas um despacho em que se reduziu a causa em termos ordinários sobre o que recorreu a V. Majestade pedindo-lhe se dignasse fazer-lhe mercê de que os termos ordinários se abreviassem como podia ser por espaço de oito dias, e sobre este requerimento foi V. Majestade servido não lhe deferir, antes mandar-lhe dizer pelo Secretário de Estado que desse preito e menagem, e, a singular estimação que fez da particular honra que logra sua casa de o não dar, fundada na sua singular fidelidade de que é testemunha todo este reino, o põem na preciosa obrigação de tornar a recorrer aos reais pés de V. Majestade e com a mais profunda obediência pedir-lhe queira mandar praticar com o suplicante o mesmo que em semelhante caso ordenou o senhor Rei D. João, o 2º, se praticasse com seu 5º Avô Fernão Cabral para que não jurasse preito e menagem como não jurou concedendo-lhe o termo de um ano para nele mostrar com legalidade o seu privilégio, o qual documento se acha no livro das Homenagens que se conserva na Secretaria de Estado, e se no dito termo o suplicante o não mostrar e com mais exacta legalidade nomeará logo procurador para jurar em seu nome no caso que tenha sentença contra si, e como a causa se acha pendente é mais natural este procedimento de que foi o que se praticou com seu dito 5º Avô, não havendo então pleito ou litígio, nem os documentos que agora o suplicante apresentou. E quando a Real grandeza e clemência de V. Majestade (o que não espero) não seja servido fazer-lhe esta mercê com o exemplo apontado, espera que V. Maj. se sirva mandá-lo encarregar do dito governo por uma carta obrigando-se dentro de um ano tirar sua Patente na forma que se determinar a sua Sentença que se há-de proferir, porque com qualquer destes meios se acode prontamente ao real serviço de V. Majestade e à justiça do suplicante; e, para que não pareça estranho e único o privilégio que a sua casa tem de não jurar preito e homenagem ainda que desejava muito que assim fosse e que não tivesse exemplo a natural e insigne fidelidade de seus Avós, apresenta a V. Majestade que os Condes de Marialva alcançaram a graça de não jurarem preito e homenagem pelos castelos de Numão e Penedono como consta do Livro 2º dos Mist. que se conserva na Torre do Tombo a fls.135, ainda que as histórias do Reino não fazem menção dela abonando constantemente o privilégio da Casa do suplicante, pelo que pede a V. Majestade que em atenção do grande amor e zelo com que deseja empregar-se no Real serviço de V. Majestade como sempre fez, e no estabelecimento daquele novo governo de que não pretende tirar outro algum interesse para a sua casa, mais do que a conveniência do serviço de V. Maj. E de aumento do património Real lhe queira fazer mercê de aprovar um dos dois meios propostos porque não pode deixar de sentir que o seu desinteresse lhe não conserve o privilégio da sua casa de que justamente faz a maior estimação, não ficando a coroa prejudicada em coisa alguma.

E.R.M.

Lembro que Fernão Cabral houve um ano de espaço a mostrar se tinha título para não fazer menagem, e acabado ele deu(?) sua fé nas mãos d'el Rei que lho viesse mostrar ou fazer dita menagem ou fazer a dita menagem a 8 de Janeiro de 82.

A oito dias do mês de Janeiro de 1482 em a cidade d'Évora nos paços junto com a Igreja de S. Francisco onde hora El Rei nosso Senhor pouza e em sua Câmara, Fernão Cabral lhe fez preito e menagem pela Fortaleza de Belmonte na forma que se segue.

Mui alto e mui excelente e muito poderoso meu Rei e Senhor Eu Fernão Cabral do Vosso Conselho vos faço preito e menagem, uma duas e três vezes pelo castelo vosso de Belmonte que de vós tenho em o qual castelo prometo e afirmo de vos receber, e acolher em ele de noite e de dia e a quaisquer horas com poucos e muitos irado(?) e pegado no alto e no baixo e dele farei guerra e manterei paz segundo me por vós Senhor for mandado e o não entregarei a alguma pessoa de qualquer estado condição ou proeminencia que seja posto que a vós meu senhor seja conjunta em qualquer grau do devido que convosco tenha senão a vós meu Senhor ou vosso certo recado a todo o tempo que vosso porteiro da Câmara mo levar ou qualquer outra pessoa que me vossas cartas levar assignadas por vossa mão e sedas do vosso sello que me quitais o preito e menagem.

E o dito senhor com as ditas condições e declarações este entregou a guarda do dito castelo e por semelhança e firmidom della assinaram aqui o dito Fernão Cabral e as testemunhas adiante escritas. (Assinaturas)

**Parecer do Duque e Cardeal sobre o mesmo.**

Pareceu uniformemente que o suplicante Pedro Álvares Cabral deve praticar o mesmo que seu pai praticou sendo V. Majestade servido fazer-lhe esta mesma graça que vem a ser jurar a homenagem para o Governo de S. Paulo fazendo protesto de lhe não prejudicar o direito que me diz que tem a sua casa por quanto com este protesto fica salvo todo o direito que tiver sem poder considerar-se prejuízo algum; e sendo esta causa sentenciada no juízo da Coroa onde V. Maj. o tem mandado sentenciar então se deve guardar o que finalmente for julgado. (Assinaturas)

E o Duque acrescenta que o exemplo do Conde Marialva é somente restrito àqueles castelo de que faz menção e não geralmente concedido para todo o governo; e assim se diz ter Pedro Álvares Cabral restrito somente para o castelo de Belmonte.

Copiados Tom. 17, fls. 13 e segs.

O que se passou na causa de Pedro Álvares Cabral sobre a homenagem.

Para se decidir a causa do Senhor de Belmonte mandou sua Maj. que o Juiz Relator com os dois ministros adjuntos fossem ao Desembargo do Paço e nele sentenciassem com os ministros daquele Tribunal e na primeira conferência foram votos os ministros seguintes:

- O Dr. Miguel Vaz de Andrade
- O Dr. António Baracho Leal
- O Dr. António dos Santos d' Oliveira
- O Dr. António de Beja de Noronha
- O Dr. António Teixeira Alves

Estes foram sós (sic) os Desembargadores do Paço que votaram porque os mais estavam doentes.

Juiz Relator

O Desembargador Manuel da Costa Bonicho Juiz da Casa

Os dois ministros adjuntos

O Desembargador João Correa de Abreu

O Desembargador Francisco Nunes Cardeal.

E porque nesta primeira conferência saiu o negócio empatado, nomeou S. Maj. os Desembargadores Belchior de Figueiroa Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício.

*E porque nesta Segunda conferência se tornou a empatar nomeou S. Maj. aos Desembargadores Lopo Tavares de Araújo Desembargador dos Agravos e os Desembargadores José Gomes de Azevedo Conselheiro Ultramarino e o Dr. Miguel Barbosa Deputado da Mesa da Consciência. E por que os procuradores régios deram de suspeito o Dr. José Gomes, nomeou S. Maj. em seu lugar ao Dr. João de Sousa Conselheiro Ultramarino e se nomeou que o Senhor de Belmonte devia jurar homenagem pelo Governo de S. Paulo para onde estava despachado, porque o seu privilégio quando muito se poderia entender somente a respeito do Castelo de Belmonte.*

### **Sentença**

Acordão os do Conselho e Desembargo, etc. .

Vistos estes autos Decretos do dito Senhor que foi servido mandar que o requerimento do Suplicante Pedro Álvares Cabral na petição fls.13 se determinasse por sentença pelos juizes nomeados na forma dos ditos decretos mostra-se por parte do suplicante ser senhor e possuidor da Casa de Belmonte e que por singular fidelidade de sus ascendentes mereceram dos Srs. Reis deis de Reino a prerrogativa e particularidade para os descendentes possuidores da dita Casa não jurarem homenagem como juram os mais vassallos o que certificam as histórias do Reino e assim foi servido declarar o Sr. Rei D. João 4º como consta do seu Real Decreto pelo documento junto a fls. 5 e por esta causa em nenhum acto solene de juramento juraram seus predecessores e que na mesma forma pedia ao dito Senhor lhe fizesse mercê mandar do Conselho Ultramarino que sua Patente que se lhe passasse para o Governo da Capitania de S. Paulo se não declarasse que juraria preito e homenagem. O que tudo visto com os documentos juntos e que se alegou pelos Procuradores do dito Senhor e o mais dos autos e como por parte do suplicante se não mostra a prerrogativa que pretende Ter porquanto tendo a Coroa a sua intenção fundada como tem para que todos de qualquer modalidade que sejam jurem fidelidade nos actos solenes em que se costuma jurar e para os governos e castelos de que se faz mercê e sendo a prerrogativa de não jurar um privilégio se devia jurar concludentemente com toda a clareza e requisitos de Direito e que por parte do suplicante se não mostra porque sendo o seu principal fundamento do Decreto do Senhor Rei D. João 4º aonde se declara que a dita prerrogativa de não jurar contudo as palavras em que assim se declara suposto sejam indefinidas se devem entender conforme a matéria sujeita de que se tratava que era sobre a Alcaidaria Mor de Belmonte, e com maior razão sendo proferidas respeitando o privilégio o qual se deve restringir e não estender a outros casos; a mesma resposta tem o argumento que se faz do Documento fls,4 por ser sobre o castelo de Belmonte.

A história de que referem as palavras a fls.7 não faz prova suficiente principalmente não dando razão alguma em que se funua e fica sendo huma só testemunha que depõem(?) do que não viu e sem referir nem alegar. O doc. fl.8 não trata de Vilas e castelos de que se encarregam (sic) algum governo; as cartas apenas alem do Castelo de Belmonte são de mercês de terras de que se não jura homenagem. Portanto julgam não competir ao suplicante o privilégio geral que pretende ter para não jurar homenagem e declaram que somente lhe pertence no que respeita à Alcaidaria mor de Belmonte. E seja sem custos por ser com Procuradores Régios.

Lixª Ocidental 31 de Março de 1721. Bonicho.

### **Decreto de El-Rei a respeito do qual se fundou a Sentença sobre o Alcaide mor de Belmonte.**

Na patente que se há de passar a Francisco Cabral para ir servir de Alcaide mor de Belmonte se não ponha clausula de homenagem nem juramento por ser Prerrogativa particular se seus avós servirem sem eles; e estando já feita se reforme em Lix.ª 8 de Fevereiro de 1641 com rubrica.

O Mais que se passou neste negócio sobre a homenagem de que se pretende escusar Pedro Álvares Cabral Alcaide mor de Belmonte e Senhor da Casa de Belmonte.

### **“Decreto”**

Em consulta da Meza de Desembargo do Paço de quatro do corrente sobre a petição de Pedro Álvares Cabral para não jurar preito e menagem pelo Governo de S. Paulo fui servido resolver que esta dúvida se decidisse no Juizo da Coroa sendo ouvido o Procurador della e que se julgasse em termo perentório de dez dias que principiavão da data deste e hei por bem nomear para Relator della ao Juiz da Coroa Manuel da Costa Bonicho e para adjuntos a João Correia de Abreu e a Francisco Nunes Cardeal e para desempate havendo-o a Leonardo de Carvalho de Cerqueira e Rodrigo de Oliveira Zagalo. O Chanceler da Casa da Suplicação que serve de Regedor o tenha assim entendido e nesta conformidade o fará executar. Salvaterra de Magos a 7 de Fevereiro de 1721. (Com a rubrica de S. Maj.)

### **Petição de Pedro Álvares Cabral**

Diz Pedro Álvares Cabral Senhor da Casa de Belmonte que S. Maj. Por sua Real grandeza foi servido fazer-lhe mercê do Governo da Capitania de S. Paulo de que está para se lhe passar Patente e porque a singular e provada fidelidade dos seus ascendentes mereceu aos Augustissimos Senhores Reis deste Reino digníssimos progenitores de V. Maj. A prerrogativa e particularidade de que os Senhores e possuidores da dita casa não jurassem preito e homenagem como os mais vassallos fazendo justamente maior confiança da sua natural e inata Lealdade do que da obrigação e simento (sic) do juramento como testificam as Primitivas Crônicas do reino e é notório em todo elle assim o foi servido mandar declarar o Sr. Rei D. João 4º de gloriosa memória restaurador deste Reino como consta da certidão junta do Secretario Luis Ferreira de Carvalho razão porque em nenhuma solenidade e acto de juramento juraram seus Avós preito e homenagem como há de constar dos livros em que se lançam os ditos juramentos e ainda que seu pai Fernando Cabral jurasse preito e homenagem pelo Governo de Pernambuco fez logo a protesto que consta da certidão junta que se lhe mandou tomar para que em nenhum tempo prejudicasse aquele (acto?) à prerrogativa que tinha em construir a sua caza, e também porque naquele tempo não teve noticia da Revolução do Senhor Rei D. João o 4º que agora apresenta cuja cópia se passou depois do dito seu pai ter tomado o juramento como consta da dita certidão e termo de juramento. E porque não á (sic) razão que ele suplicante se esqueça de uma tão estimável proheminiencia do que faz maior apreço do que de sua caza lembrando-se tanto da obrigação em que ela o poem P. a V. Majestade lhe faça mercê ordenar ao Conselho Ultramarino que na Patente que se lhe passar do dito governo se não declare que jurei preito e homenagem pelo privilégio que a sua caza tem para o não dar. E.R.M.

### **Preito de homenagem que fez Fernão Cabral no ano de 1482 (Como atrás)**

Certifico que vendo o livro em que se escrevem os termos do preito e homenagem que se fizerão nas Reais Mãos dos

Senhores Reis deste Reino do ano de 1481 até 1506 nela se acha escrito o que vai lançado na lauda antecedente com a margem abaixo sem que uma ou outra cousa se ache assignada por pessoa alguma, e no dito Livro se não acha outra alguma (??? Pertencente ao dito preto e menagem e para constar o referido passei a presente em Lix.<sup>a</sup> Ocidental a 28 de Janeiro de 1721 António de Oliveira de Carvalho.

Margem de que se faz menção acima.

Lembro que Fernão Cabral houve um ano de espaço a mostrar se tinha título para não fazer menagem e acabado ele deu sua fe nas mãos d'el Rey que lho visse mostrar ou fazer a dita menagem a 8 de Janeiro de 82.

#### **Certidão**

No Liv. do Registo das consultas e decretos do Secretário de Estado se remetam ao Conselho de Guerra está registado o Decreto de que o traslado é o seguinte.

#### **Decreto**

Na patente que se passa a Francisco Cabral para ir servir de Alcaide Mor de Belmonte se não ponha a clausula de menagem e juramento por ser prerrogativa particular de seus Avós servirem sem ela e estando já feita se reforme em Lix.<sup>a</sup> a 8 de Fevereiro de 1641. Com rubrica de S. Maj.e Do qual registo se passou o traslado acima em Lix.<sup>a</sup> a 11 de Maio de 1688. Luiz Teixeira de Carvalho.

#### **Outra Certidão**

Na Secretaria de Estado fica o assento que se fez do protesto com que deu menagem Fernão Cabral pelo Governo da Capitania de Pernambuco de que o traslado é o seguinte: "Em quatro dias do mês de Maio do ano de 1688 estando preparado o termo de menagem e juramento que havia de fazer nas Reais Mãos de S. Maj.e que Deus guarde Fernão Cabral pelo governo e Capitania de Pernambuco de que S. Maj.e o encarregou na forma costumada; reparou o dito Fernão Cabral em haver de fazer o dito juramento com o fundamento de que por estilo e costume da Casa Belmonte que ele possui foram izentos seus antepassados do dito juramento e que S. Maj.e não devia permitir que ele perdesse esta prerrogativa pela qual protestava e mandou S. Maj.e que ele fizesse o juramento e menagem na forma costumada e se lhe tomasse seu protesto para ficar na Secretaria e poder com ele tratar do seu direito por si e por seus sucessores a todo o tempo que lhe parecesse e que dela se lhe passasse certidão para constar de que fiz este assento. Lix.<sup>a</sup> 5 de Maio de 1688 do qual se passou esta certidão para constar somente. Lisboa 6 de Maio de 1688.

#### **Monarchia Lusytana, 4ª parte Liv.15, fls. 234.**

Pedreanes o reposteiro-mor pode ser da Família dos Cabrais ou dos Porti Carreiro porque de ambos temos notícia pelas escrituras daquele tempo em a doação que El Rei D. Sancho o segundo fez da Vila de Mertola à Ordem de S. Tiago cuja data é em Lisboa a 16 de Fevereiro da era de 1277 que é ano do Senhor de 1239 confirma Pedreanes de Porto Carreiro. de Pedreanes Cabral há memória nos anos seguintes em particular na escritura de contrato que celebrou o Infante D. Afonso Senhor de Portalegre com a Ordem e convento de Avis sobre certos bens que tinha em S. Vicente de Elvas cuja data é em Setembro da Era de 1326 que é ano do Senhor de 1288 porem neste lugar não teve o officio de Reposteiro mór mas outro Pedreanes o que não é maravilha pela variedade que então havia nestes officios da Casa Real como já em o tomo antecedente se tem advertido; os desta família têm para si que ficaram na Espanha do tempo dos Gregos. E que suas armas que são duas cabras passantes armadas de púrpura e de preto e por timbre uma das cabras do escudo as tomou Carano Rei da Grécia segundo escreve Solino e Justino quando o oráculo de Apolo lhe mandou que pusesse a cabeça de seus estados no lugar aonde o guiassem umas cabras. Porem sem fazermos contas tão atrazadas e ainda ao que toca o nosso Reino não há duvida é(?) que nestes tempos antigos em que com a nossa história ocuparam os Cabrais lugares mui honrados como iremos vendo, neles permanecem o Senhorio de Belmonte e de outras muitas terras com uma das poeminencias mais notáveis que pode ser há em muitas partes do mundo a qual é não darem homenagem a El Rei dos castelos que se lhe entregam como se ainda hoje conserva na Casa de Belmonte.

#### **Crónica de Duarte Nunes de Leão, fls 110v.**

Vendo pois El Rei de Castela os dezassossegos que se aparelhavam entre ele e os do seu Reino com El Rei de Portugal e aqueles grandes que eram genros do Infante Dom Afonso determinou de se liar com El Rei de Portugal com novo parentesco; pelo que ordenou ver-se com elle, e nas vistas trataram casamentos de seus filhos ainda que fossem moços pequenos, a que o Infante D. Afonso filho herdeiro de El Rei D. Diniz casasse com a Infanta D. Beatriz filha de El Rei D. Sancho e que o Infante D. Fernando f.º herdeiro d' el Rei D. (...) (sic) cazasse com D. Constança f.ª de El Rei D. Diniz e prometendo de efetuarem estes casamentos como seus filhos tivessem idade se tornaram ambos os Reis a seus reinos mas como os genros de D. Afonso faziam muitas desobediências a El rei de Castela e se acolhião aos castelos de seu sogro a Portugal o rei de Castela mandou queixas a El Rei de Portugal pedindo-lhe que acudisse a isso e castigasse os que se a seu Reino lhe ião fazer danno e que lhe dessem licença para entrar em Portugal a satisfazer-se deles. El Rei D. Diniz mandou ao Infante D. Afonso tal não fizesse nem consentisse ao que ele não obedeceu mas dava a entender a El Rei que lhe não devia sujeição. Pelo que El Rei ajuntou gente no ano de 1290 pôs cerco ao Infante em Portalegre e mandou cercar Arronches e Marvão porque Castelo de Vide naquele tempo era lugar chão e termo de Marvão. Durante este cerco se fez dano de uma parte e de outra, mas da parte da Rainha cuja condição era entre outras muitas heroicas virtudes procurar paz e amizade e arredar escandalos e odios ainda que de sua fazenda lhe custasse muito seu, o Infante D. Afonso entregou as vilas de Romão (Marvão?) e Portalegre com seus castelos a Aires Cabral que as teve em fidelidade até no ano de 1302(?) deu El-Rei por elas ao Infante as vilas de Sintra e Ourém com outros lugares chãos na Câmara (Comarca) de Lisboa o que parece foi por arredar da arraia do reino em que lhe podia fazer dano e ao Infante ficaram Castelo de Vide e Alegrete.

#### **Arrezoado de Pedro Álvares Cabral**

Pelo Decreto fl.2 foi S. Maj. Serviço (servido?) mandar que neste superior juizo se decidisse o requerimento que na Suplica fls.3 se expoz por parte de Pedro Álvares Cabral, Senhor da Caza de Belmonte a quem pelo acordão fls.8 v. se manda Segunda vez dizer, e é tão notório o fundamento da sua pretensão que toda se reduz a não jurar preto e homenagem que não haverá pessoa de capacidade que ou por notícia dos Livreiros (Livros?) ou por tradição de seus antepassados não afirme ler e estar o dito Pedro Álvares Cabral izento de prestar juramento de fidelidade por privilégio de seus predecessores. Visto que a todos é notório se fez constante por todos os historiadores deste Reino e principalmente por Frei Bernardo de Brito na parte 4ª da Monarquia Lusitana, liv.15 flsd 234, como se vê das palavras copiadas fl.7 ib.

Não há dúvida que nestes tempos antigos em que corre nossa história ocupam os Cabrais lugares mui honrados como iremos vendo neles permanecer o Senhorio de Belmonte e de muitas outras terras com uma das proeminencias mais notáveis que pode ser há em muita parte do mundo a qual é não darem menagem a El Rei dos Castelos que se lhes entregam como se ainda hoje costuma na Caza de Belmonte.

**O que se corrobora com o que diz Duarte Nunes de Leão fl.8 e não há historiador que falando da prerrogativa desta Casa não afirme esta verdade as quais sem a menor duvida se dá inteiro crédito do direito (...) (glos – sucip. Inter dilectos in & Magis de fide insta. Decretalis quos Mascar.(?) de probat. Tom 1º cone. 398 nº 6 ibid.**

"Hinc illud optima potest colligi ut historiorum Libris et chronicis quibus a Maioribus nostris fides fuit adubita(?) credatur". Mais

sem dúvida procedem vistas as cartas de doação apenas porque sendo disposição expressa da Lei do treino Lib 1, tt 7 b & 2 ser obrigado a fazer homenagem qualquer Alcaide-Mor antes que tome posse do castelo na forma que se contem no Livro das Homenagens nas cartas apenas se não acha prestado tal juramento sendo que dele se faz menção em todas as mais cartas dos mais donatários; e ultimamente se não pode duvidar de que o suplicante tenha esta prerrogativa à vista do Decreto do Sr. Rei D. João 4º que Deus tem na glória que tira qualquer escrupulo quando a puder haver em matéria tão clara e tão notória como a de que se trata porque no dito Decreto expressamente se asseverou ao dito Senhor esta particular prerrogativa de servirem seus ascendentes sem prestarem juramento da homenagem ut videre est fl. 5. Este privilégio concedido aos predecessores não tem nem pode ter restrição alguma mas é sem dúvida amplo izentando ao suplicante de prestar este juramento em qualquer caso que seja necessário conforme o costume deste reino porque assim dizem os historiadores explicando-se pelas palavras atrás escritas supra ib. dos Castelos que lhe entregum.

E assim se mostra pelo instrumento de justificação a fl.14 aonde se vê que nas cartas em que se jurou por herdeiro deste Reino a Serenissima Infanta D. Isabel que Deus tem na glória não jurou homenagem o Pai do suplicante. Nem de outra sorte se pode entender concedido este privilegio ao Suplicante porque os Senhores Reis deste Reino sem dúvida isentaram seus antecessores e a todos os seus descendentes considerando neles toda a fidelidade e ainda que fora considerada para em acto não pode deixar de se julgar considerado para todos os mais actos por ser indevida pois assim como uma pessoa se não pode julgar em parte servo e em parte livre, em parte ingenuo e em parte libertino assim também se não pode julgar em parte fiel e em parte não; é doutrina de Baldo e de Jaz que refere Bertachione 2 p.e f.130 v. Verbo fideles, ib.

"Fidelis nemo pro parte non esse potest, ut nec pro parte liber pro parte servus pro parte ingenuus pro parte libertinus."

Lendo esta prerrogativa tão notória como constante pelas histórias do Reino, pelas cartas de Doações, pela asserção do dito Senhor no Doc. Fl.5 e sendo notório que por ser a fidelidade individua se não pode considerar só prerrogativa a respeito das mesmas Doações de Belmonte, mas a respeito de todos e quaisquer actos em que se deva jurar homenagem como sucedeu no acto das ditas Cortes fica evidente ser o requerimento do suplicante justificado enquanto pede que na sua patente que se lhe há de passar do Governo da Capitania de S. Paulo se não declare que jurará preto e menagem por estar isento de prestar este juramento pela grande confiança que os Senhores Reis deste Reino fizeram da fidelidade de seus antepassados e de quantos deles descendessem como por tantos princípios se mostra com que se fez evidente matéria tão antiquissima e assim espera que a seu favor se defina com a justiça costumada "Siqueira".

#### **Resposta do Procurador da Casa**

Conforme a Ordenação Liv. 2 tit. 60 nenhuma mercê graça ou privilégio se pode provar senão por carta patente ou alvará; e ainda cada uma das ditas cartas ou alvarás não fazem fé ou tem realidade senão ao depois de passarem pela Chancelaria dito Lib. 2, tt.º 39 de sorte sem haver carta ou alvará passado pela Chancelaria não há mercê perfeita e pura e capaz de obrigar ao príncipe, e executar-se com efeitos pois antes de tudo isto é a mercê graça condicional scilicet se se expediu por carta patente ou alvará a passar pela Chancelaria como largamente prova Port. de Donat. Reg. Fl. 1, cap. 4 et num V cum seqqs(?). E como o Autor não mostra carta patente ou alvará passado pela Chancelaria é evidente pelos Autos pois somente se funda na cópia do Decreto do S.or Rei D. João o 4º, passado em 8 de Fevereiro de 1641 poucos dias depois da sua feliz aclamação a qual não é carta nem alvará passado pela Chancelaria e quando muito somente poderia servir para prova de mercê informe e condicional para por virtude dele se passar a carta ou Alvará e ao depois pela Chancelaria na forma sobredita; e isto ou a resolução do Decreto se entende por novamente ou por prova de outra antigamente feita pelos Senhores Reis seus predecessores pois é opinião comunissima que as palavras narrativas dos príncipes soberanos quando narram o facto próprio ou dos seus predecessores fazem plena prova quando tomam as tais palavras narrativas por fundamento para a sua disposição(...) Pois ainda dessa mesma prova se tira da narrativa ou asserção do príncipe se pode tirar carta ou Alvará passado pela Chancelaria para que essa prova fique legal e legitima na forma da Ordenação do Reino já alegada pois sempre é mercê ou privilégio ou feito no tempo do Decreto ou dantes e por isso se não pode provar com carta ou Alvará passado pelo Chancelaria. Mas ainda no caso que o A. tivesse alvará ou carta tirada por virtude do dito Decreto não lhe aproveitaria para o caso presente porque uma e outra cousa respeita somente a homenagem do Castelo de Belmonte como se vê do mesmo Decreto e assim se há de entender em dúvida quando aliás não estivera tão expressa a respeito somente do dito castelo pois isto é privilégio rigoroso por ser direito contra a Lei e não Benefício que é só o que se concede por ter juz como explica Barb. ad rubric. de rescript. Fl 6 v. fin. concer. Vas. 31. Ap.3n 163. E por isso se há de interpretar estritamente. (...)

Nem se me diga que a fidelidade e a religião do juramento são individuas como doutamente pondera o A.; e por isso aquele que por suas grandes virtudes está privilegiado por não dar homenagem para certo ministério se há de entender também para todos os mais porque se se presume fiel para uma se deve presumir também para as mais; porque responde que essa individualidade se ha de entender a respeito do que pertence a aquele acto para o qual tem privilégio para não dar homenagem, mas não a (sic) por respeito dos actos e se assim não fosse seguia-se que aquele que é obrigado a dar homenagem de outros em que ao depois fosse encarregado, o que não é assim pois vemos praticar entre nós o contrário e se a homenagem real e jurada por alguém deve quando se lhe entregou um castelo o não livra da obrigação de dar nova e jurada homenagem se se lhe entregar outro novo castelo da mesma sorte a confiança que o príncipe faz de um vassallo para lhe entregar a guarda de um castelo sem dar homenagem jurada, não o há de livrar da obrigação de dar homenagem jurada, se o príncipe lhe entregar outro castelo. E isto mesmo praticamos no juramento dos ministros pois o que jurou para Juiz de Fora de fazer justiça as partes e guardar segredo e etc. torna a jurar quando passa a Corregedor Desembargador entra vagante dos Agravos, juiz da Coroa e Desembargador do Paço. E esta nossa pratica assim quanto a homenagem como a respeito do juramento dos Lugares é conforme o direito tirado do texto(?) aonde se determina que a convenção a respeito de uma causa a não estende a uma outra diversa e por este mesmo texto. Assim o resolve nas homenagens Greg. Lop. In Lib. 20 tts 1 13 fl. 2 glos. 2 dizendo que o que jurou homenagem por um castelo está obrigado a dar outra se lhe derem outro castelo e assim se hão de entender os D.D. que afirmão que o juramento se não há de repetir como notão no Capp.os Veritatis 14 de jurejurando etc. ibi Barbes – resposta scilicet eiusdem resp. Com uma rubrica do Procurador da Casa.

#### **Acordão**

Acordão em relação etc. recebeu a petição do suplicante por acção e continue-se vista no Procurador da Casa para contrariar se lhe parecer Lix.ª Ocidental 4 de março de 1721.

#### **Resposta do Procurador da Casa**

Quando se me deu esta comissão não estava nomeado secretário do Senhor Procurador da Casa e como depois se nomeou ao Senhor João Alvares da Costa para servir em seu lugar a ela é que toca responder nestes textos "com uma rubrica"

#### **Decreto sobre o mesmo**

Por Decreto de 7 de Fevereiro passado fui servido resolver que a causa que movia Pedro Álvares Cabral contra o procurador da minha coroa sobre não ser obrigado a dar homenagem pelo Governo de S. Paulo em que o nomeei se sentenciasse no juiz da mesma coroa em termo de dez dias, sendo adjuntos João Correia de Abreu e Francisco Nunes Cardeal e porque passado o dito termo, sem embargo do dito procurador da Coroa haver respondido às razões do dito Pedro Álvares Cabral ao proferir o acórdão pello qual se mandava que o mesmo Procurador da Coroa contrariasse; atendendo a que o dito Pedro Álvares Cabral me representou

para que mandasse sentenciar logo causa hei por bem que não obstante os ditos Decreto e Acordão se julgue a dita causa na Meza do Desembargo do Paço esta tarde, votando nela os mesmos ministros adjuntos e o juiz da Coroa Manuel da Costa Bomicho que há de relatar a causa, e também votarão todos os Desembargadores da mesma meza que devem assistir a esta decisão sendo presentes o Procurador da minha Coroa a Fazenda. A mesma meza do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e nesta conformidade o executará. Lix.<sup>a</sup> Occidental 24 de Março de 1712 "com rubrica"

#### **Outro Decreto**

Sendo-me presente que na causa que move Pedro Álvares Cabral ao procurador da minha fazenda digo Coroa sobre não dar homenagem pelo Governo da Capitania de S. Paulo houvera empate sou servido nomear para ela ao Chanceler do reino José Galvão de Lacerda e o Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício Francisco Carneiro de Figueiroa. A meza do desembargo do Paço o tenha assim entendido para que esta tarde se tornem a ajuntar os ministros. Lix.<sup>a</sup> Occidental 27 de Março de 1721 "com rubrica".

#### **Outro Decreto**

Representando-me o Chanceler mor do Reino achar-se com moléstia que o impede ir esta tarde ir assistir ao desempate da causa que move Pedro Álvares Cabral ao Procurador da minha coroa, Hei por bem em lugar do dito Chanceler a Belchior do Rego de Andrade a Meza do Desembargo do Paço e tenha assim entendido. Lix.<sup>a</sup> Occidental 27 de Março de 1721 "com rubrica".

#### **Outro decreto**

Sendo-me presente que houvera empate na causa que move Pedro Álvares Cabral ao Provedor da minha Coroa sobre não dar homenagem pela Capotania de S. Paulo Hei por bem nomear para o desempate aos Desembargadores João Pereira da Vale e José Gomes de Azevedo e Lopo Tavares de Araujo. A meza do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e fará aviso pela parte que lhe toca para que amanhã à tarde se achem os ministros na mesma meza. Lix.<sup>a</sup> Occidental 28 de Março de 1721 "com rubrica"

#### **Outro Decreto**

Havendo-me representado o Desembargador João Pereira do Vale achar-se com moléstia o impedia vir esta tarde à Mesa do Desembargo do Paço para o desempate para que o tinha nomeado na causa que move Pedro Álvares Cabral ao Procurador da minha Coroa sobre a homenagem pelo Governo da Capitania de S. Paulo, hei por bem nomear em seu lugar a Fr. Miguel Barbosa Carneiro, a mesma Mesa o tenha assim entendido Lix.<sup>a</sup> Occidental 29 de Março de 1721 "com rubrica"

#### **Outro Decreto**

*Fazendo-me presente o Dig.mo Presidente da Meza de Desembargo do Paço que os Procuradores da minha Coroa e fazenda haviam posto suspeição no Desembargador José Gomes de Azevedo que tinha nomeado para desempate da causa que move Pedro Álvares Cabral sobre a homenagem pela Capitania de S. Paulo e não havendo tempo para se poder julgar a suspeição hei por bem nomear em lugar do dito José Gomes ao Desembargador João de Sousa. Lix.<sup>a</sup> Occidental 29 de Março de 1721 "com rubrica"*

Nada mais conheço do que tenha sido decidido, no final desta contenda.

Provado ficou que pelo Castelo de Belmonte os Cabrais, e este também, estavam isentos de menagem.

## ▶ ANEXO Nº 4

### **Milagres de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança O CATIVO DE BELMONTE**

"Se não fosse lenda, mais baralharia a história da capela de N<sup>a</sup> Sra. da Esperança em Belmonte, ou teria de referir-se à primeira ermida de Montes Crestados.

Um cavaleiro de Belmonte, partiu mais uma vez para a guerra. Mais uma vez levou consigo seu escudeiro, Manuel.

Já muitas vezes, juntos, tinham combatido os mouros e vencido muitas e muitas vezes.

Mas, desta vez, a batalha foi perdida. Perdido se viu Manuel de seu senhor e cavaleiro.

Viu-se no campo dos mouros e de mouros rodeado. Estava prisioneiro.

Mas estava para lá deste campo de mouros o seu pensar, e seu desejo. Contra a possibilidade de fugir, e de, fugindo, escapar, fugiu mesmo como um louco.

Até que foi dar ao mar.

E agora? Voltar para trás? Entregar-se ao cativo ou a novas batalhas? Que batalhas? Contra quem? Agora, sim, tudo lhe parecia impossível, porque, o que ele queria mesmo era chegar à sua terra. Não sabia bem porquê, mas era um vazio e ao mesmo tempo uma força e fé que sentia dentro de si.

Lançou-se ao mar. Nadou, nadou, até ficar exausto. Sentindo-se com mais alguma força, tornava a nadar, a nadar.

- Senhora da Esperança, disse, não posso confiar em mais ninguém, em mais nada.

Mas sentiu que se lhe fechavam os lhos, que as ondas o arrastavam e ele sem nada poder.

De repente sentiu-se puxado, içado por uma força. Ficou estendido no convés de um navio, um navio de piratas.

Foi vendido como escravo. E um mouro o comprou. Viu-se em trabalhos forçados. Puxou alcatruzes e arados a par de burros e camelos. E o mais das vezes, puxou sozinho pelo seu corpo. Dormiu na palha ou só no chão. Mas, refeito um pouco, logo cantarolava. Outras vezes rezava. A reza, por vezes era mais um conversa consigo, para dentro de si.

Isto começou a intrigar o dono que o comprara. Era algum resto de esperança ou uma ideia fisgada de fugir?

- Que dizes, tu, perro cristão?

- Nada. Não é nada.

- Cantas... Porque cantas?

- Para levar melhor o trabalho. Não é isso que meu dono quer?

- Deves ter mais alguma ideia fisgada...

- Tenho o meu segredo.  
 - Segredo? Então, conta. Conta lá esse segredo. Tu és meu. Comprei-te. Corpo, alma, segredos, tudo... Tu és todo meu. Eu comprei-te todo...  
 - A bem dizer, nem segredo é. É cá uma esperança...  
 - Uma esperança?! Pois terás de ter mais trabalho, já que ainda tens força para ter esperança... há que aproveitar essa força.  
 - Castigou-o mais com trabalho. E, à noite, não houvesse alguém que pudesse ajudá-lo na fuga, encerrou-o numa arca a sete chaves. Acabava-se a esperança.  
 Fechado assim, uma noite ouviu uma voz baixinha:  
 - Acorda, Manuel...!  
 - Quem me chama?...  
 - Sou a Senhora da Esperança. Não me chamaste, tantas vezes?  
 - Se chamei, Senhora da minha terra!...  
 - Então vem, é mesmo para a tua terra que te vou levar.  
 Era Sábado de Aleluia. A arca voou, voou, até chegar aos céus de Belmonte. O povo ouviu um zumbido forte pelo ar. Depois viu que aquele objecto estranho parecia descer. Juntou-se, entre receoso e curioso.  
 Caiu a arca e escancarou-se. De dentro saiu o Manuel.  
 Foi alegria geral. Alguém do povo, num repente disse:  
 - Mas que estamos a fazer.. Vamos tocar o sino. Não acabou de chegar a Aleluia?  
 Entre repique de sinos, e choros de alegria, Manuel foi contando a sua história, lembrando sempre: Foi N<sup>ª</sup> Sra. da Esperança, foi ela que me salvou e me trouxe à minha terra.  
 Decidiu-se construir uma capela à Senhora da Esperança, para pagar o sonho de um, o Manuel, e alimentar o sonho de muitos."

(Nota: Saraiva, José: Lendas, C.C. da Covilhã, adaptação)

## ► ANEXO Nº 5

### GENEALOGIA DOS CABRAIS

**207-** As cabras deste brasão galego são ainda duas, vermelhas e empinadas contra o verde pinheiro (1); em Castela também havia Cabrales que ostentavam em campo verde duas cabras de prata em pala e em ponta cinco espigas de ouro (1). Esta constante das duas cabras mantém sempre na memória as do ardiloso alcaide (§ 198), de que descenderia frondosa árvore ! cujos ramos ao vicejarem noutros reinos se distinguiam por outros esmaltes e metais. E, se o seu castelo era o de Belmonte, daqui é que se teria processado a dispersão a partir do século XIII; pois a vila fora fundada no fim do século anterior pelo «Povoador», que possivelmente logo mandou erigir a fortaleza - mesmo a tempo para que pudesse sustentar um cerco e ser salva pelo estratagema do seu primeiro comandante. E este teria cronologicamente que ser avô de Pedro Anes, o mais antigo Cabral de que temos notícia (§ 205).

(207-1) *Atienza*, «Cabral»; *E. L. B. C.*, «Cabral».

**209-** Inclinao-nos mesmo para que, sob a forma em que a contou Francisco Coelho Mendes - fora a alcaidaria-mor (§ 201) - fosse uma composição erudita, por exemplo um jogo de espírito dos poetas da Corte de D. Afonso V para ilustrar o brasão do brilhante companheiro Fernão Cabral (§ 137), imaginando o ardiloso alcaide e amalgamando - aliás de modo inverosímil - o seu suposto estratagema com o suplício de seu filho na prensa. Ora este suplício de um jovem é que parece pertencer à tradição popular, muito provavelmente ao hagiológico peninsular que transmitiu lendas piedosas análogas em que fanáticos infiéis martirizam, com requintes de malvezes, os filhos dos cristãos, e das quais a mais espalhada - e autêntica - foi a de São Paio(1). Do mártir se reclamavam sobretudo os que se diziam descendentes da sua família, as povoações que alegavam ter visto a sua morte edificante ou possuir os seus ossos veneráveis. Seria por qualquer destas razões que, segundo informa em 1645 o Rei de Armas Portugal Manuel Coelho (2), a vila de Belmonte

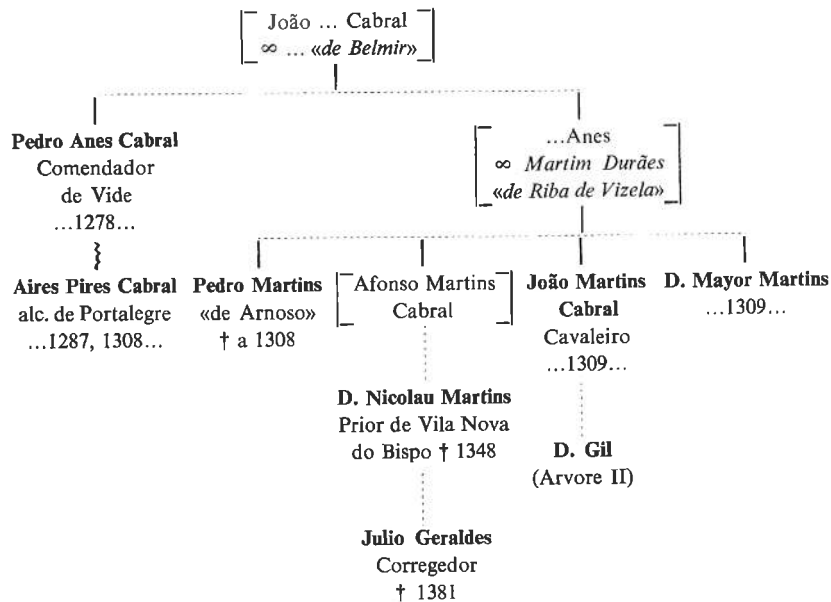
**«Tem por armas hum mancebo metido em hum tormento como imprensa onde o apertão. Dizem ser filho de um senhor a quem os mouros matarão neste tormento por não querer negar a nossa Santa Fé».**

(209-1) *G. E. P. E.*, «Pelagio (São)».

(209-2) *M. Coelho*, 54; transcr. in *J. Fundão*, 888 (28 de Julho 1963)

**210-** Contrariamente ao Dr. Carvalho Dias (1), não podemos pôr em causa a veracidade deste heraldista numa questão de facto, e que não encobre interesses dele ou de quem quer que seja; e por isso não duvidamos de que tivessem sido essas as armas da vila. E então compreende-se perfeitamente que a estilização dessas armas – a prensa sem o mancebo - se associe à vieira no púlpito da igreja de S. Tiago (§ 196); só estranhámos que a família Cabral escolhesse como emblema o brasão da sua vila para atestar a sua presença fora dela; não temos notícia de qualquer outro exemplo de um tal procedimento da parte duma família fidalga.

(210-1) *J. Fundão*. 888 (28 de Julho de 1963)



## ► ANEXO Nº 6

### D. Maria Gil - Testamentos Arquivo

170 - Antes de morrer em 1492/3 (§ 80) e de portanto, como é provável, ter ido directamente habitar a última morada que a si próprio destinara, o instituídor terá tido tempo de mandar proceder àquelas trasladações - que, ao contrário do que parecem julgar certas pessoas (1), se podem efectuar dentro da mesma localidade e até de uma campa para outra da mesma igreja. Ficaram assim reunidos os membros da família, pelas almas de quem capelães deviam celebrar ali mesmo missas quotidianas perpetuamente - e também a de Maria Gil Cabral.

(170-1) Onde nasceu C., 36

171 - Esta senhora não é um mito; o «morgadio de Maria Gil Cabra1», o que ela instituiu para assegurar essa piedosa obrigação, era um dos que no princípio do século XIX se encontrava na posse da Casa de Belmonte (§ 280); o cartório desta casa devia portanto conservar preciosamente os próprios documentos originais que atestavam essa instituição, e que não estranhámos ter sido consultados no século XVIII por Fr. António Rousado (§§ 128-29); e de facto este cita-os com uma precisão impressionante - embora omitindo pormenores que não julgou interessantes e que lastimamos hoje não conhecer numa memória manuscrita que Sanches de Baena afirma transcrever textualmente (1). No actual arquivo - como o verificámos pessoalmente - existe um «Tombo do Cartório da Casa» onde se encontra uma súmula desses documentos, muito menos completa em geral do que a do Agostiniano, mas fornecendo outras ligeiras precisões; a qual foi vista e possivelmente copiada por Brito Rebello, que dela deu informação a Ayres de Sá por carta de 10 de Setembro de 1896 (2). É uma súmula destas duas súmulas que a seguir apresentamos.

(171-1) *Pedro Alvares C. (Baena)*, 75.

(171-2) *Dioc. Dist. Guarda*, 415.

172 - O Bispo da Guarda D. Gil, aquele que em Junho de 1360 jurou solenemente (1) que, sendo deão da Sé da Guarda e físico do Infante D. Pedro, presidira em Bragança ao casamento desse Príncipe e de D. Inês de Castro, fez testamento no seu paço de Vila Fernando a 30 de Maio de 1362 - e de facto morreria no decorrer do ano, pois em Dezembro já se encontrava na Guarda seu sucessor Do Vasco de Meneses (2); por esse testamento deixava a uma Maria Gil, moradora em Belmonte, o usufruto de todos os bens que possuía antes de ser Bispo, e de que mandara fazer dois inventários, um por Afonso Anes e outro por Lourenço Pires, tabeliães respectivamente na Guarda e em Belmonte; eram «*herdades, casas, vinhas, soutos e outras fazendas na vila da Covilhã*» (3) e também no lugar de Arrefega no termo da mesma vila. Muitas dessas propriedades - ou todas - parecem ter sido dadas, como recompensa e prova de amizade e gratidão, pelo principesco e trágico casal, assim como muita prata e outros bens móveis. E a usufrutuária ficava obrigada a vincular, antes de morrer, toda essa fortuna a uma capela da Igreja de S. Tiago de Belmonte, para nela ser rezada missa, em cada dia para todo o sempre, por alma do Prelado e por ela própria; e a escolher para administrador deste morgadio (3).

«...a hum da linhagem de ambos elles, ou a outro qualquer que visse em tal que o merecesse»

(172-1) *Gaveta* 17, 6, 6; *Gaveta* 15, 20, 10; publ. in *P. H. Gen.* I (II), 404; in *Fr. G. V.*, I, 79.

(172-2) *Dioc. Dist. Guarda*, 416.

(172-3) *Arq. Casa Belm.*

**173** - Afirma Rousado que o testamento impunha que esse administrador fosse parente de ambos e natural de Belmonte; de qualquer modo vê-se que Maria Gil pertencia à família do Bispo. E na verdade declarou-se sua filha, quando a 9 de Maio de 1397, encontrando-se viúva e sem descendência, mandou ler o seu testamento na presença de Martim Vasques da Cunha - que era então o senhor da vila (§ 14); e anexando aos bens que o pai deixara, os que ela própria possuía em Belmonte, instituiu o vínculo que nomeou em seu sobrinho Luís Álvares Cabral]. Aliás ela própria tinha direito a esse apelido, pois a si mesma se chama Maria Gil Cabral] no testamento que fez a 10 de Setembro de 1401, e no qual manda que a enterrem na Capela de Santa Maria da Igreja de S. Tiago - provavelmente a que depois ficou conhecida como a capela da Senhora da Piedade (1) e onde existe um túmulo que ainda hoje dizem ser o seu; e nesse testamento confirma a nomeação do sobrinho Luís Álvares para administrar os bens vinculados a essa capela e à obrigação de missa quotidiana por sua alma, pela do marido e a de seu pai o Bispo D. Gil.

(173-1) *P. Ant. Mod., «Bello Monte»*

**174** – Assim o 2º senhor de Azurara foi o 1º morgado de Belmonte, donde provavelmente era natural, onde possivelmente residiria, talvez em casa de uma tia que decerto o reconheceria desde há muito como seu herdeiro, e de que seria também o 1º alcaide (§ 25); pode na verdade ser considerado o 1º senhor da Casa de Belmonte. E aquele vínculo, que, por vontade da instituidora, era perfeitamente regular, pois devia passar de pai a filho mais velho – ou ao mais velho dos filhos deste -, ou, na falta de varão, à primeira das filhas, ou, não havendo geração, ao irmão imediato ou ao seu legítimo descendente, ou, se o próprio não tivesse irmão, ao irmão imediato do pai etc., aquele vínculo veio a ser administrado depois de Luís Álvares, por seu filho Fernando Álvares (§ 33), e depois pelo filho deste, o grande Fernão Cabral, que foi o 1º alcaide-mor hereditário e o senhor dos direitos reais (§§ 58-59); por causa deste último privilégio, se não ele próprio, pelo menos seus descendentes seriam, elípticamente falando, mas mesmo em documentos oficiais, chamados “senhor de Belmonte” (§§ 87-8, 269).

**SAMPAYO, Luiz de Mello Vaz de; Id.; nºs 171 a 174**

## ► ANEXO Nº 7

**246-** E por imperativos cronológicos também faz necessariamente parte dessa prole de Álvaro Gil esquecida pelos Linhagistas uma «*Maria Alves Cabral, filha do senhor de Belmonte*» que foi mulher de Fernão Velho, segundo informa (1) nas *Saudades da Terra* o insigne historiador açoriano P.e Gaspar Frutuoso (1522-1591) (2), que pela sua antiguidade e naturalidade merece razoável confiança - apesar do equívoco e anacronismo desculpável de se referir ao «senhor de Belmonte». Fernão Velho deve ser aquele a quem D. Fernando confiou o castelo de Velede com menagem por carta de l de Maio de 1370 (3); e provavelmente o Comendador de Aldeia Seca na Ordem de Santiago que do Mestre de Avis recebeu doações de bens no termo da Covilhã a 20 de Agosto e 10 de Setembro de 1384 (4). De qualquer modo foram, segundo Frutuoso, pais de Frei Gonçalo Velho, Comendador de Almourol da Ordem de Cristo, senhor de Pias, Beselga, Cardiga (1), navegador desde 1416, povoador dos Açores em 1431-32 (5), 1.0 Capitão Comendador dessas Ilhas que já Governava quando recebeu uma mercê do Regente D. Pedro a 3 de Abril de 1443 (6), e ainda em 1455, como se vê por uma carta de perdão a um João de Lisboa de 22 de Maio desse ano (7). Mas já tinha morrido quando a 13 de Dezembro de 1467 foi levantado um altar na capela de «*Santa Maria d'Almourol*» que erigira o comendador do castelo Frei Rui Velho (8).

(246-1) *Saud. Terra*, IV (1), 20; publ. in *Fr. G. v.*, I, 247.

(246-2) *E.L.B.C.*, «Frutuoso (P.e Gaspar)».

(246-3) *Ch. D. F.*, 1, 54v; publ. in *Fr. G. V.*, I, 95.

(246-4) *Ch. D. J. I.*, 1, 26v, 59; publ. in *Fr. G. ~*, I, 122, 141.

(246-5) *Fr. G. V.*, II, L XI, sequ.; *H. Descobr. Port.*, 87.

(246-6) *Ch. D. A. V.*, 27, 107v; publ. in *Fr. G. v.*, I, 215.

(246-7) *Ch. D. A. V.*, 15, 139v; publ. in *Fr. G. V.*, I, 230.

(246-8) *Cart. O. Cristo*, 52, 22v; publ. in *Fr. G. V.*, I, 25] .

**247-** Ora este Frei Rui era seu sobrinho, que lhe sucedeu nos seus bens e cargos, :filho de uma das suas irmãs, Violante Cabral, e de seu marido Diogo Gonçalves de Travassos (1). Este fidalgo foi vedor do Infante D. Pedro, e teve a administração de um morgado em Ponte da Ceira por carta de D. Duarte, sendo infante, datada de 15 de Junho de 1425, e confirmada pelo mesmo, já Rei, a 22 de Dezembro de 1433 (2). Também foi alcaide do castelo do Outeiro de Miranda, que teve ordem para entregar ao duque de Bragança a 27 de Fevereiro de 1443 (3). Este casal deixou nos Açores numerosa descendência que usou frequentemente os apelidos Velho Cabral (1); assim tem-se notícia documental dum Sebastião Velho Cabral filho de João Velho Cabral, da Ilha de São Miguel, que se matriculou em Código na Universidade em 1540 (4); e que é decerto o Licenciado Sebastião Velho Cabral que foi nomeado juiz de fora de Almôdovar (5 de Novembro de 1556) (5).

(247-1) *Saud. Terra*, IV (1), 22 sequ.; pub]. in *Fr. G. V.*, II, 248 sequ..

(247-2) *Estrem.*, 2, 114v; publ. in *Fr. G. V.*, I, 212.

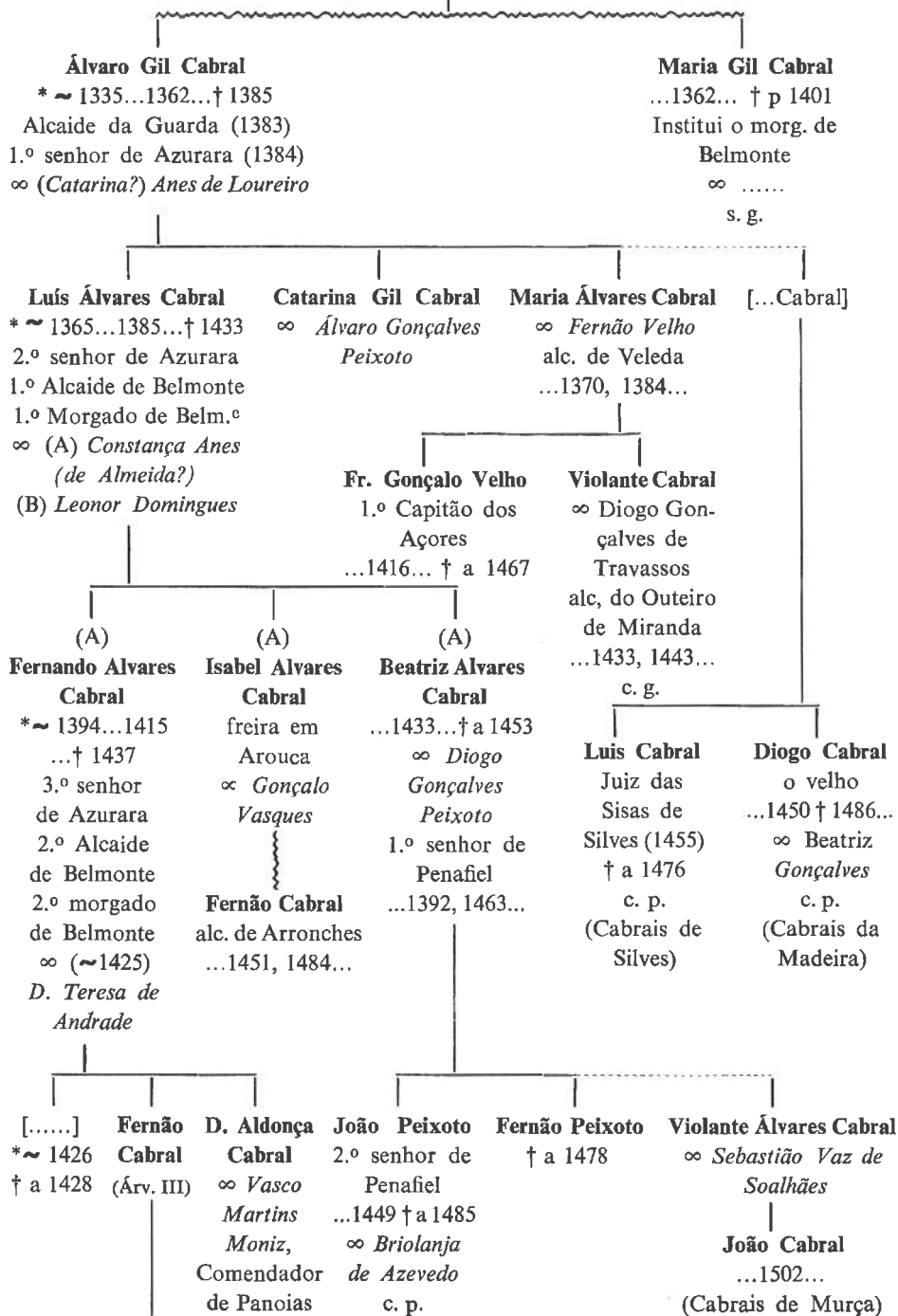
(247-3) *Ch. D. A. V.*, 27, 38.

(247-4) *Fich. Matr. Univ.*, «Cabral (Sebastião Velho)».

(247-5) *Ch. D. J. III*, 71, 120v; publ. *Fr. G. V.*, I, 326.



**D. Gil (Árvore I)**  
deão da Guarda ... 1354 ...  
Bispo da Guarda ... 1360 † 1362



## ▶ ANEXO Nº 8

### Cabrais – Residência Livros Paroquiais

**183** - Se o chefe desta Casa não morasse lá habitualmente, seria estranha coincidência que de lá fossem datados todos os documentos de que temos hoje notícia e que emanaram dele, de sua mulher e de seus filhos nos 40 anos em volta de 1500. E seria também muito de espantar- a não ser que tivessem tido a intenção de lançar a confusão nos investigadores do século XX, - que só se estabelecessem lá mais tarde, precisamente quando se estreassem os livros de registos paroquiais que ainda hoje se conservam. Na verdade nos assentos de Santa Maria de Belmonte, que começam em 1567 mas contêm muitas lacunas (1), só raras vezes se pode ler o nome dum membro da família Cabral; mas esta pertencia à freguesia de S. Tiago, cujos registos dos baptizados existem desde 1635 e atestam quase ininterruptamente a presença do morgado, vivendo no seu solar *intra muros*, com oratório servido por um capelão (cf. §§ 269-74). Em compensação, vimos com certo cuidado, embora não letra por letra, os 30 primeiros anos, - correspondentes a uma geração - dos livros de São Julião de Mangualde, de Espinho, de Cassurães e de Alcafache que têm início respectivamente em 1645, 1653, 1768 e 1597 (2); e acontece que já conhecíamos razoavelmente os de Viseu, que se conservam desde meados do século XVI (3). Ora não nos recorda de uma só vez ter visto o nome de um Cabral que seja identificável com um próximo parente da Casa de Belmonte. Não quer dizer que os desta Casa não fossem lá, como a muita outra parte onde tinham propriedades, mas que não residiam tempo suficiente nem mesmo para travarem relações com as famílias fidalgas, entre as quais ocupariam de certo o lugar principal, e nessa qualidade seriam por elas e pela arraia miúda convidados para testemunhas de casamentos e padrinhos de baptizados.

(183-1) Ass. S. M. Belm.

(183-2) Ass. Mang.; Ass. S. P. Esp.; Ass. Sant. Cass; Ass. Alcaf.

(183-3) Ass. Viseu.

### Fernão Cabral I - Senhorio Castelo – Centro do Senhorio

**184** - Mas há mais: o conjunto dos bens possuídos por Fernão Cabral, 03 da Coroa- as terras de Azurara e Manteigas com a quinta de Santo André, Moimenta da Serra e, a partir de 1466, o monte de Crestados e herdades em Freixo de Espada à Cinta, (§§ 33, 40, 56, 59, 60) - e os alodiais compreendendo os que estavam vinculados no morgadio de Maria Gil - as propriedades do termo de Belmonte e Covilhã, as de Castelo Novo, Mangualde, Alcafache, Espinho, Viseu, Cassurães (§§ 159-173), a que se juntaram em 1476 as de Valhelhas e de Castelo Rodrigo e seus termos, com as quintas da Malpartida, do Fogo e da Marofa, e provavelmente as de Pedrógão e Meimôa no termo de Penamacor, além do senhorio directo da aldeia do Colmeal (§§ 54, 56, 124, 131, 144, 165, 286) - esse riquíssimo conjunto estava centrado em Belmonte como muito judiciosamente chamou a atenção o Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias (1) num dos mais interessantes porventura duma longa série de artigos, que embora motivada por acalorada polémica, passou despercebida fora do Fundão (2), e que só lastimamos não ter sido publicada, para maior projecção, assim mesmo ou refundida, em revista ou livro.

(184-1) J. Fundão, 899 (6 Out. 1963).

(184-2) J. Fundão, 875, 879, 881, 883, 887, 888, 890, 891, 893, 898, 902, 903,905.

**185** - O castelo de Belmonte era não somente o centro desse conjunto. mas o que um matemático chamaria um ponto de acumulação. Para o provar, socorremo-nos dum Tombo do cartório da Casa de Belmonte que foi organizado no século XIX e que discrimina as propriedades que então constituíam os sete morgadios dos Cabrais; em especial o mais rendoso. o de Belmonte (§ 280). Concedemos ,que durante mais de trezentos anos se verificassem trocas, mas não encontrámos rasto de qualquer; ora teriam que ser autorizadas pela Igreja e pelo Rei por forma que o vínculo não sofresse prejuízo, como veremos quando o próprio Pedro Álvares Cabral efectuar em 1509 um escambo desse género. Por isso estamos convencidos de que originariamente fazia parte do morgadio, quase tudo o que aquele Tombo descreve: no termo de Valhelhas, propriedades da freguesia de Gonçalo (hoje concelho da Guarda) ; no termo da Covilhã, as das paróquias de Alcaria (a única que actualmente pertence ao Fundão), de Dominguiso, Tortozendo, Ferro, Peraboa, Teixoso, Orjais e Vale Formoso.

**186** - Nesse mesmo termo deveríamos encontrar a herdade do morgado de Maria Gil Cabral, no lugar da Arrefega (§172). Esse topónimo é largamente citado nas Inquirições (1) ; e no tempo de D. João I possuía lá uma quinta um vassalo do Rei, Diogo Pires do Avelar, que passou a Castela, pelo que o Soberano a deu a outro seu vassalo, Afonso Rodrigues da Fonseca, a 24 de Junho de 1398 (2). Ainda temos notícia de ter sido passada, a 29 de Novembro de 1590, a Fr. Martinho de Castro, carta de comenda de S. João de Refegas do Bispado da Guarda (3), cujo nome bem parece uma deformação do daquela localidade. Mas depois dessa data a Arrefega parece ter sido tragada pela Serra da Estrela, sem deixar rasto mesmo em obras de carácter geográfico. Só muito recentemente fomos informados pelo Prof. Joaquim Tavares, de Belmonte, de que na realidade era a freguesia que foi depois chamada durante séculos Aldeia do Mato, e, desde 1958, Vale Formoso, a escassos quilómetros a ocidente da antiga capital dos Cabrais. Disso tivemos plena confirmação quando verificámos que certo Tombo da Comenda de S. João de Refegas do termo da Covilhã foi organizado a 20 de Maio de 1555 na Aldeia do Mato (4).

(186-1) *Ilq. D. A. 111,3, 108; Ilq. E. e Alem D., 5 v.*

(186-2) *Ch. D. J. I, 2, 146.*

(186-3) *Ch. O. Cr., 8, 262 v.*

(186-4) *Tombo Refegas*

**187**- Ao mesmo erudito belmontino parece quase certo que a quinta da Engeira (§165) será o nome antigo e esquecido dalguma do actual concelho da Covilhã; em compensação também identificou para nós sem hesitar todos os topónimos do termo de Belmonte - excepto uma certa quinta do Espírito Santo - que são citados pelo mesmo Tombo: na freguesia da sede do Concelho, a quinta de Gaia; na de Maçainhas, além de herdades no próprio lugar e no Colmeal, as quintas Cimeira, do Meio e do Monte; na de Enguias, as quintas de Enguias e do Carvalhal, de Olas e de Trigais; na de Caria, propriedades na sede e na Malpica. Enfim, Rebelhos, do concelho de Sabugal, é o lugar da freguesia da Campeã, limítrofe do de Belmonte. Em suma, como exclamava aquele Professor, praticamente toda a planície que podíamos contemplar a oriente, sem contar a Serra de Nossa Senhora da Esperança- o antigo monte de Crestados (§ 59).

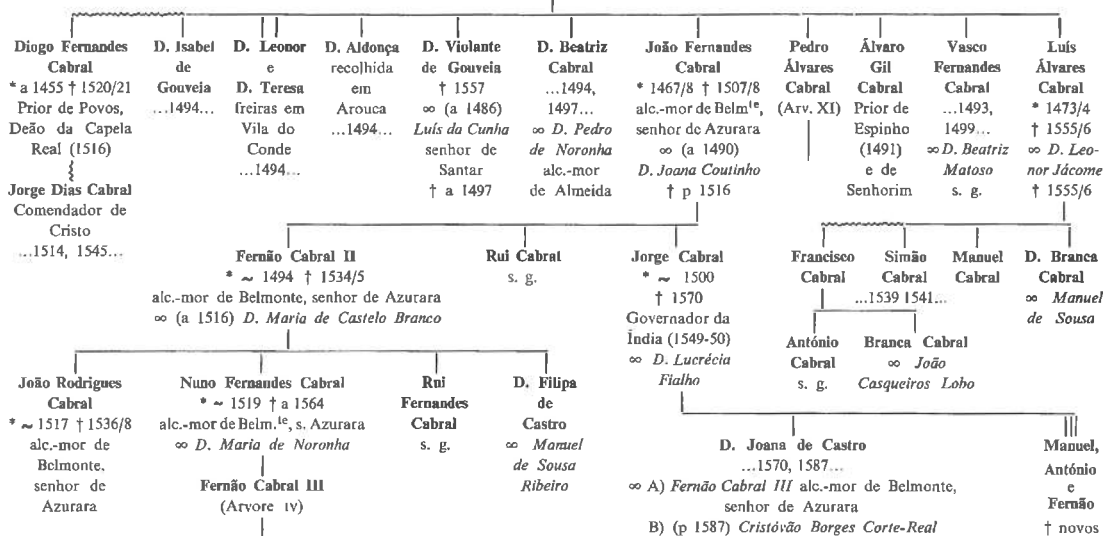
Nota: A Quinta do Espírito Santo, até agora desconhecida e que fazia parte do morgadio de Fernão Cabral, pode ser a Quinta deste nome, entre Casteleiro e Caria, com serra também assim chamada e que consta da Caria militar última.

Fernão Cabral (Árvore II)

\* ~ 1427 † 1492/3

4.º senhor de Azurara, adiantado da Beira (1464), 3.º alcaide, 1.º alc.-mor de Belmonte (1466)

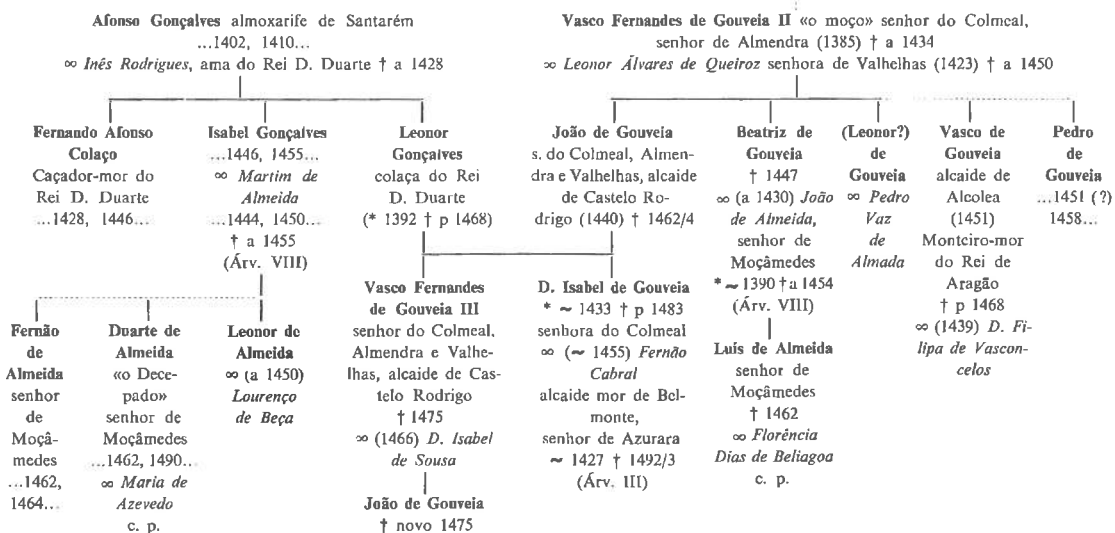
∞ (~ 1455) *D. Isabel de Gouveia* \* ~ 1433 † p 1483



Vasco Fernandes de Gouveia I «o velho»

(senhor do Colmeal?)

† a 1385





## ▶ ANEXO Nº 9

280 - Estes morgadios são enumerados e descritos no princípio do século XIX numa memória escrita pelo 1º Conde de Belmonte (§ 288), que se dá ao cuidado de referir o número do maço e o do documento em que se encontra a instituição da maioria deles no Arquivo da Casa (1) - que por-tanto ainda existia: 1) o do Bispo da Guarda D. Gil e de sua filha Maria Gil (§ 172); 2) o de Fernão Cabral instituído pelo seu testamento de 15 de Novembro de 1492 (§ 165); 3) o da Capela de S. Domingos na ermida do Espírito Santo e Misericórdia de Belmonte que um Diogo Francisco, por alcunha «o Seródio», e sua mulher Isabel Nunes moradores em Belmonte instituíram pelo seu testamento feito a 27 de Outubro de 1555, nomeando como administrador o senhor da Casa de Belmonte - teriam sido possivelmente amos de um deles; 4) o da Capela da igreja da Trindade em Lisboa que, pelo seu testamento de 28 de Junho de 1622, fundara uma D. Filipa de Meneses, filha de D. Francisco de Sousa, Capitão da Guarda alemã, irmã de D. Margarida de Meneses, mulher de Nuno Fernandes Cabral II (§ 265), e viúva de Francisco de São Payo 7.º senhor de Vila Flor (2), e para a administração do qual deixara certos foros à Casa de Belmonte e moradias à de Vila Flor; 5) o que D. Maria de Mendonça estabeleceu no seu testamento feito em Penamacor a 11 de Abril de 1624, e deixara a sua sobrinha D. Leonor a qual casou com Pedro Álvares Cabral I (§ 273); 6) o que Francisco Cabral instituiu com o remanescente dos seus bens e com outros no Alentejo que lhe vinham por sua mulher, D. Maria Josefa da Silva, e deixara a seu irmão Pedro Álvares I; 7) o da Capela da Igreja do Convento de Santa Mónica em Lisboa que pelo seu testamento de 13 de Setembro de 1654 fundara uma D. Mariana de Raro, viúva de João Mendes de Vasconcelos, nomeando por administrador o mesmo Pedro Álvares Cabral.

(280-1) Arq. Casa Belm.

(280-2) Alão, II (I), 103

## ► ANEXO Nº 10

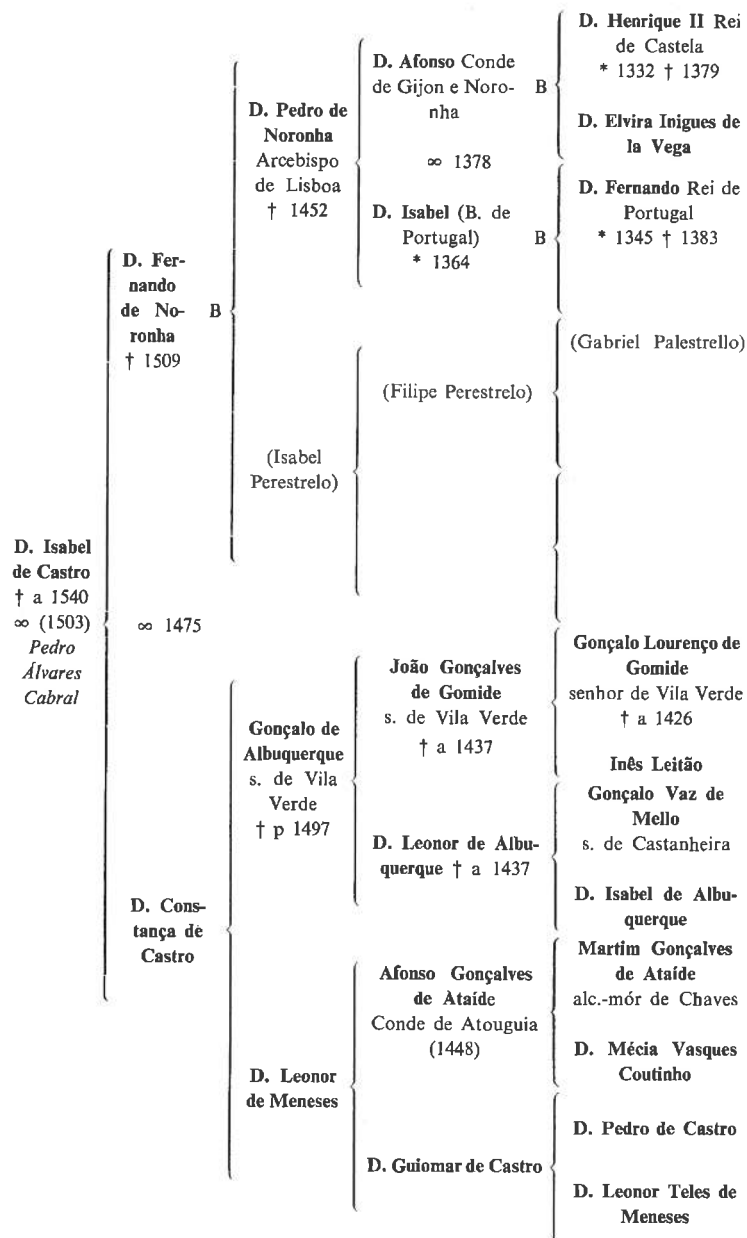
427- Em suma, conclui-se que não é necessário supor que, do casamento de Pedro Álvares Cabral e de D. Isabel de Castro, tenha nascido algum filho antes do fim de 1503 (§ 423), e que é portanto totalmente improvável que fosse aquele que já era dado como realizado dezasseis anos antes (§ 417). E quando já atingirmos essa conclusão, descobrimos o seguinte diploma da Rainha D. Maria, datado de Lisboa a 18 de Fevereiro de 1503, e confirmando a doação da renda dos linhos de Torres Vedras feita por D. Constança de Castro a sua filha D. Isabel (I); no qual se verifica que esta senhora ainda era solteira, pois aí é dita donzela da Casa da Soberana, e porque não lhe é citado marido - como era uso se o tivesse:

«*Dona Maria por graça de Ds Rainha de Purtugall e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa s<sup>a</sup> da Guine e da Comquista navegaçõ e comerçio de Etiopia Arabia, Persya e da Imdia Ifamte de Castella de Leam e de Granada... fazemos saber que dona Costança molher de dom Fernão de Noronha do Comselho del Rey meu s<sup>or</sup> nos dise como ella tinha por carta del Rey meu s<sup>or</sup> a remda dos linhos da nosa villa de Torres Vedras e seu termo emquamto fose sua merçe segumdo que loguo nos mostrou por carta de sua Snoria pedimdonos por merçe q porquamto ella queria trespassar esta remda em dona Isabell de Crasto sua filha nosa domzella nos prouvese dar para yso noso comsemtymento...».*

428 - Este documento lança por terra todo o edifício de filosofia e sociologia histórica que alguns autores construíram sobre o imaginário alicerce do casamento cedo - isto é, antes de 1500 (cf. § 454). E por isso ficámos espantado quando num simples artigo de jornal verificámos que descobrimos «a América», uma «América» que já fora descoberta em 1929 pelo Dr. Rogério de Figueiroa Rego, e por ele dada a conhecer ao mundo culto em 1933 (1). Mas o mundo culto não se apercebeu da sua publicação da *Chancelaria da Rainha D. Maria*, nem mesmo, pelos vistos, os historiadores que se dedicam a essa época; decerto porque entre nós faltam uns *Abstracts* que regularmente dêem conta de tudo o que é publicado em História, mas também porque muitos dos romancistas do passado desdenham debruçar-se sobre documentos; preferem consultar os seus predecessores e seguir a sua fantasia - ou os seus preconceitos.

(427-1) *Corpo Cron.*, I, 4, 11. (428-1) *A Voz*, 28-XI-1968.

Pedro Álvares Cabral * 1468/9 † 1519/20 ∞ (1503) D. Isabel de Castro	Fernão Cabral * ~ 1427 † 1492/3 alc.-mór de Belmonte	∞ ~ 1425	Fernando Álvares Cabral * ~ 1395 † 1437 s. de Azurara	Luis Álvares Cabral * ~ 1365 † 1433 senhor de Azurara	Álvaro Gil Cabral * ~ 1335 † 1385 senhor de Azurara
			D. Teresa de Andrade	Constança Anes (de Almeida?)	(Catarina ?) Anes de Loureiro  (Pedro Afonso)
D. Isabel de Gouveia * ~ 1433 † p 1483	João de Gouveia s. de Almendra † 1462/4	∞ ~ 1455	Rui Freire de Andrade Comendador de Santiago	B	D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade Mestre da Ordem de Cristo † 1372
					(Aldonça) de Novais
Leonor Gonçalves * 1392 † p 1468	Afonso Gonçalves almox. de Santarém	∞ ~ 1455	Vasco Fernandes de Gouveia II senhor de Almendra † a 1434		Vasco Fernandes de Gouveia I † 1385
			Leonor Álvares de Queiroz † a 1450		Fernando Álvares de Queiroz senhor de Valhelhas † a 1421
	Inês Rodrigues † a 1428				



## ▶ ANEXO Nº 11

448 - Essa cabeça levantada de quem usa sonhar ao longe, não é manchada por nenhum laivo de vaidade, nem mesmo por qualquer tintura de orgulho; apenas deixa transparecer a inata e nobre altivez de quem exige de si próprio e dos outros o respeito pela sua pessoa e pela sua hierarquia. Evoca, muito mais sugestivamente que a soturna figura de 1. Cunha (§ 4), o magnífico retrato moral traçado por Jaime Cortesão (1):

*«capaz de desafrontar-se com bravura, mas prudente e escrupuloso» «generoso, afável até com inimigos...» «Pundonoroso... não o cega a vaidade do comando» «Concorrem nele, com a antinomia das sensibilidades mais ricas e perfeitas, um quê de forte e ingénuo, de bravo e enternecido, de grandioso e humilde, de magnanimidade aparatosa e modesta esquivança» «bem podemos evocar... a gravidade, a tristeza (preferíamos a melancolia) dos que não ignoram a sua perfeição» «essa orgulhosa (diríamos altiva) inteireza de ânimo...»*

## PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?

Dr. Luís Fernando Carvalho Dias

Jornal do Fundão, nº 875, 21 de Abril de 1963. pp. 1 e 9

- Onde nasceu Pedro Álvares Cabral?

*A pergunta só podia e devia ter uma resposta: aquela que a tradição ininterruptamente assinala: Belmonte.*

Porém, em edição do grupo de Estudos Brasileiros do Porto, o Dr. Amândio Marques atreveu-se a lançar, contra a tradição de Belmonte, uma hipótese: S. Cosmado, do concelho de Mangualde. Hipótese escrevemos nós mas para o autor do opúsculo trata-se de uma certeza:

"Pedro Álvares Cabral nasceu na povoação de S. Cosmado, do antigo concelho de Azurara. Embora a tradição de Belmonte, o certo é que nem está demonstrado, e muito menos provado, que os seus ascendentes naquela vila beirão tivessem sempre residido, e assim aconteceu, e muito menos nascido.

Se a casa de Belmonte tivesse seu tombo e dele constassem elementos seguros da origem e vida dos Senhores da Azurara, note-se que este título precede o de Belmonte, estou certo de que já teriam sido estudados e publicados. A verdade, porém, é que os elementos materiais, ainda, felizmente existentes, e os estudos que têm sido feitos e publicados acerca do nascimento, vida e morte dos antepassados de Pedro Álvares Cabral, dizem-nos que bem todos ali faleceram, provando-se assim e também que ali não residiam".

Tal transcrição dá-nos a medida do opúsculo do Dr. Amândio Marques. Ele reconhece que existe uma tradição em favor de Belmonte... Ora tal reconhecimento implica um dever: ao Dr. Amândio Marques competia provar que a tradição de Belmonte não fundamenta e depois apresentar as provas da tese de S. Cosmado.

Por enquanto não o conseguiu e esperamos que não o possa fazer: mas se o conseguisse não seríamos nós que lhe regatearíamos homenagens: reabilitar a verdade histórica, qualquer que ela seja, equivale a dar a cada um aquilo que lhe pertence.

É claro no seu opúsculo o Dr. Amândio Marques pretende destruir a tradição de Belmonte como berço do navegador do Brasil. A tradição oral ou escrita é uma fonte histórica. Faltando documento ou o monumento a tradição impõe-se. É o caso. Só um monumento ou documento a poderia destruir e esse até agora ficou no limbo.

De facto nem Pero Vaz de Caminha, nem Barros, nem Castanheda se referem à terra da naturalidade de Cabral! Anote-se que nem o visense Barros! E este, se Cabral fosse de S. Cosmado, não deixaria de o esculpir nas suas Décadas, atenta a vizinhança de S. Cosmado com Viseu: seria mais um a ilustrar a galeria dos filhos da abençoada região!...

Para que haviam eles de referir a naturalidade do descobridor do Brasil se entre Cabral e Belmonte há tal identidade que para exaltar o esforço e lealdade dos Cabrais, no séc. XV o poeta João Roiz, no Cancioneiro de Resende, não evoca a terra de Azurara de que foram senhores ou outra qualquer mas só a grã liberdade do castelo de Belmonte!

O senhor Dr. Amândio Marques deduz da circunstância de um Cabral estar sepultado em Coimbra a impossibilidade dos Cabrais terem vivido e residido em Belmonte mas como o pode aceitar quem escreve ser Gil Vicente, natural de Guimarães de Tavares (outra fantasia dos visenses) estando sua mulher Branca Bezerra sepultada em Lisboa?...

Sabe-se que os Cabrais foram senhores de Azurara e também senhores de Manteigas e alcaides mores de Belmonte: no entanto, só a Alcaidaria os obrigava a residência fixa, a não ser que sobrelevasse qualquer outro serviço do Rei. O exercício de Regedor das Justiças da Beira e de Riba Coa não impedia, antes aconselhava a residência em Belmonte, muito embora se possa considerar Azurara também em boa situação geográfica. No entanto, porque haviam os ascendentes do navegador de trocar as nobres instalações de Belmonte pelo pardieiro de S. Cosmado? O pardieiro de S. Cosmado, aparentemente servido por estrada nobre, é uma casa sem fundo, sem grandeza e sem possibilidades de albergar essa família, tal a estreiteza dos seus cômodos. Basta visitá-la! A fotografia publicada pelo Dr. Amândio Marques foi cuidadosamente circunscrita à frontaria. Porquê? Aliás a casa não tem qualquer vestígio de construção quatrocentista. A existência de duas pedras com a possível empresa de armas dos Cabrais na quinta de S. Cosmado, que não já em S. Comado, e na Igreja Matriz de Mangualde, templo já restaurado, não significam mais que uma posse de terras ou senhorio, que ninguém contesta.

Mas daí a significarem residência permanente ou passageira dum família, ou nascimento dum membro dessa família, vai uma distância muito grande.

S. Tiago de Belmonte é uma igreja românica cuja frontaria foi alterada no séc. XVIII. Não é uma capela. É a igreja matriz de Belmonte que aliás teve outra paroquial: S.ta Maria. Ora em S. Tiago existe a capela mortuária dos Cabrais que vem do séc. XIV. Essa capela foi mais tarde ampliada e transformada na capela lateral de hoje. Ficou assinalada com braços e empresas. Lá esculpiram as maças de armas do gigante das Beiras sobre o túmulo; noutra local a mesma empresa que aparece em Azurara e na Quinta de S. Cosmado; o braço de armas com as cabras passantes; uma alquitarra, ao modo da Beira, noutra braço, etc.

Mas disse ou ensinou ao senhor Dr. Amândio Marques que a prensa era empresa ou emblema do pai do descobridor?

O que eu posso garantir e provar é que o Fernão Cabral e o Nuno Fernandes Cabral, trasladados para a nova capela tumular em 1630 não foram ascendentes do navegador mas descendentes do seu irmão João Fernandes Cabral; o primeiro era casado com D. Maria Castelo Branco e o segundo com D. Margarida de Menezes. Só estes podem ser o Fernão 3º e o Nuno 2º na geração dos Cabrais, ou seja, o trisavô e o pai de Francisco Cabral que procedeu à trasladação e nunca o pai do descobridor como pretende habilidosamente o Sr. Dr. Amândio Marques. E ele lá sabe porquê.

"as este túmulo foram trasladados" diz a inscrição. Dela só, não pode porém concluir-se que foram trasladados doutra localidade como quer o Dr. Amândio Marques. E ele lá sabe porquê! Doutra sepultura ou túmulo na mesma igreja, ou doutra igreja ou capela na mesma terra, rezaria do mesmo modo.

O ter sido Fernão Cabral padroeiro da Igreja de Azurara nada prova a favor da residência nessa terra, do pai do descobridor do Brasil ou pelo menos pode tanto como esse inolvidável argumento do Dr. Amândio Marques, a favor da sua tese:

"Em certos concelhos da Beira, como Fornos de Algodres, Celorico da Beira e Mangualde sobretudo é muito vulgar o apelido de Cabral de descendentes da família Cabral. Consta-me que em Belmonte não há esse apelido, o que era naturalíssimo que houvesse, e, se o há, é raro".

D. Isabel de Gouveia não devia apreciar muito o carácter galhofeiro do gigante da Beira: impor-lhe-ia por isso, no seu solar e castelo de Belmonte, respeito e dignidade, mas o feio e grande Cabral era indomável: "metedor de alvoroços entre moças de pandeiro e soalheiro" reservaria a tralhuice para as suas sortidas de Regedor das Justiças da Comarca da Beira e Riba Coa, longe da esposa e do lar. Que admira, pois, que em Belmonte apareçam só os Cabrais de legítima descendência!...

Do opúsculo do Dr. Amândio Marques resta ainda analisar a sua exigência rígida de documentação e provas para Belmonte

e a carência atrevida de documentos e provas na sua tese.

Belmonte tem atrás de si a posse dum longa tradição de berço e pátria de Pedro Álvares Cabral. Para a destruir é preciso, repetimos, documentação e essa não chegou a exibir ninguém até hoje. A tradição é uma fonte histórica. Só com outras fontes mais fortes se destrona: essas não as trouxe tão pouco à colação o Dr. Amândio Marques porque não as tem certamente.

No opúsculo do Dr. Amândio Marques há inexactidões históricas e argumentos que nada esclarecem. Para quê dizer ou repetir que Pedro Álvares Cabral era senhor de Azurara ou Alcaide Mor de Belmonte quando se sabe que tal não foi? O primogénito de Fernão Cabral era João Fernandes e este herdou a alcaidaria de Belmonte e Senhorio de Azurara. Também lho posso provar quando desejar.

Quem disse ao autor que Fernão Cabral não tinha propriedade em Belmonte? Como alcaide do Castelo colhia pelo menos os frutos e recebia as rendas do Reguengo, anexo ao mesmo. Pergunta porque não tinha o padroado de S. Tiago? O senhor sabe lá? Mas tivesse ou não tivesse, isso não interessa à tese de qualquer lado.

Para terminar. Nem o Dr. Amândio Marques nem a sua família estão convencidos de que Pedro Álvares Cabral tivesse nascido em S. Cosmado e naquele pardieiro: daí o terem vendido a casa! Nenhum filho de Belmonte, esclarecido ou não, seria capaz de se desfazer da casa do Descobridor! Pelo menos teria procurado salvaguardá-la no património público. Aliás trata-se de um imóvel de tão parco valor material!

Note-se que em 1935, a fazer fé pela transcrição do Sr. Dr. Amândio Marques, "o escritor e poeta Dr. Valentim da Silva" autor de uma monografia de Mangualde. Limita-se a assinalar em S. Cosmado a existência dum casa, moradia da família dos Cabrais e nada mais!

Como teria nascido então o resto? Deus o sabe!

Contudo:

#### **O esforço e a lealdade**

naquela grã liberdade

do castelo de Belmonte

continuam a projectar-se em terras de Sta. Cruz, mercê da alta figura do descobridor.

## **ONDE NASCEU PEDRO ÁLVARES CABRAL?**

### **O opúsculo do Dr. Amândio Marques**

**Joaquim Cardoso Tavares**

**J. F.; nº 879, 19 de Maio de 1963**

*Já não é a primeira vez que se nega o nascimento de Pedro Álvares Cabral em Belmonte.*

Temo-lo ouvido sem nos darmos ao trabalho de responder, porque sabemos que a história, que não esconde a verdade, nos dá razão.

Mas nem sempre se pode e deve ficar calado.

Vende-se, nas livrarias, um opúsculo deveras interessante pelas afirmações e até pela história, de um "investigador paciente e probo" Dr. Amândio Marques, dos lados do Porto, no qual se vê que este senhor oferece a S. Cosmado (concelho de Mangualde) a honra e a glória de ter sido o berço de Pedro Álvares Cabral.

Havia sido anunciado e esperava-se já em Belmonte, com certa impaciência, pois dizia-se que vinha aí um estudo imparcial do secretário geral dos Estudos Brasileiros do Porto, provando que tudo o que se tem pensado e escrito sobre o nascimento do descobridor do Brasil não passava de mera fantasia.

Vai finalmente fazer-se luz com os pergaminhos e documentos de grande valor que o autor do opúsculo nos vai apresentar? Era na verdade o que se pensava; mas, felizmente, tudo ficou na mesma e, se o Sr. Dr. Amândio Marques, para fazer o seu opúsculo, consultou os velhos arquivos, só nos trouxe de lá uma mão cheia de poeira.

Se não trazia novidades, porque ressuscitou um assunto que já está discutido e arrumado? Desejou espalhar, para além das terras de Azurara, a tradição de S. Cosmado e aniquilar a de Belmonte?

Mas qual é a tradição de S. Cosmado?

*A do Sr. Dr. Amândio Marques ou a do probo e ilustre escritor Dr. Valentim da Silva (autor da Monografia do Concelho de Mangualde)?*

Veremos adiante. Sobres essas 67 páginas que nada provam, o que ter de ler ainda algumas, pronunciou-se já o ilustre historiador beirão Dr. Luís Fernando Carvalho Dias que nos diz:

"É claro no seu opúsculo o Dr. Amândio Marques pretendendo destruir a tradição de Belmonte como berço do navegador do Brasil. A tradição oral ou escrita é uma fonte histórica. Faltando o documento ou monumento a tradição impõe-se. É o caso. Só um monumento ou um documento a poderá destruir e esse até agora ficou no limbo".

Foi fraco o sopro e o Dr. Amândio Marques não alcançou o fim ambicionado.

A tradição de Belmonte ficou firme no seu pedestal porque vive e vibra na alma de todos os seus habitantes e tem também a aprovação da família do Grande Navegador que a sente como nós.

É já velhinha, tem grandeza, brilho e alto valor histórico. É um documento.

Sabemos que nasceu dentro de paredes gloriosas (na casa militar dos Cabrais) como alguém chamou, num sumptuoso onde se festejaram as vitórias da Pátria e se sentiram as tragédias; onde a saudade, e grandeza e o luto viveram por vezes juntos e, sem novas a espalharmos mas vivendo-a, foi do Monte de Atalaia às terras mais longínquas do Brasil.

Moça é ainda a cidade de Brasília e ela já lá está com a reprodução da Imagem da Senhora da Esperança.

Como vê, já caminhou muito e, agora, é impossível destruí-la.

Pode acreditar que o não consegue e não conseguirá também provar que o descobridor do Brasil nasceu em S. Cosmado.

Vamos agora à tradição de S. Cosmado:

No opúsculo, a páginas 48, lê-se:

*"Pedro Álvares Cabral teria, pois, nascido naquela casa solarenga, como é tradição secular arreigada naquelas localidades, entre a sua gente, e não em Belmonte".*

A páginas 58: *"Pedro Álvares Cabral nasceu na Beira Alta, no coração de Portugal, na Azurara do século XV, na feliz povoação do seu concelho, S. Cosmado."*

Teria ou nasceu de facto?

É de admirar que o Dr. Valentim da Silva não tivesse conhecimento de uma *"tradição secular arreigada naquelas localidades"*, quando em 1945, escreveu a Monografia do Concelho de Mangualde, terra que, como ele diz, trouxe sempre no coração.

Vejamos o que escreveu nas páginas 211 e 215 da obra citada:

Pedro Álvares Cabral nasceu em Belmonte no ano de 1467 ou 1468 e aí passou a sua meninice até entrar como moço fidalgo



para a casa de D. João II.

Durante a época da sua infância, deveria ter andado pela Beira na companhia de seu pai e assim ter visitado os seus domínios de Azurara da Beira.

Na povoação de S. Cosmado, próximo da Quinta com o mesmo nome, ainda existe uma casa que a tradição diz ter pertencido ao descobridor do Brasil.

Seria de facto, esta casa moradia dos Cabrais quando por aqui passassem? É preciso não esquecer que em S. Cosmado residia um fidalgo de nome João Afonso a que já neste capítulo fizemos referência."

Este período parece um aviso e, como se vê, até os escritores de Mangualde nos dão razão.

A casa de S. Cosmado já não tem braço e consta que foi destruído, talvez com algum marrão para não ficarem vestígios.

Não se pode, sem fortes razões, levar agora Fernão Cabral do seu belo castelo de Belmonte, "concluído logo com grandeza por D. Dinis e depois modificado", com a esposa, talvez com um filho que venha a ser senhor de Belmonte e Azurara, criados e homens de armas e obrigá-lo a viver 17 anos numa pequena casa.

Onde meteria ele tanta gente?

E os filhos que nasceram depois?

E D. Isabel de Gouveia, fidalga de boa linhagem, filha de quem soube bater-se pela causa da Pátria, nascida também num bonito castelo, concordaria com os desejos do marido e, agora, com os do senhor doutor?

E que diriam D. Afonso V, que tanto lhe doou em Belmonte e noutras terras, e D. João II, que lhe pagou bem os serviços prestados se vissem o grande Conselheiro, o alcaide mor, longe do seu castelo, sem o estadão digno da sua fortuna e posição?

Se o "Gigante da Beira" cá voltasse – que Deus nos acuda! – e fosse informado do que o Dr. Amândio Marques escreveu, com certeza empunharia de novo o bastão de ferro- de mais de uma arroba que, segundo a lenda esteve muitos anos guardado no castelo – e, se tivesse prudência, dir-lhe-ia bem alto que o deixasse descansar em paz nos antigos domínios, no sepulcro que escolheu, perto da sua residência, junto da esposa e de outros Cabrais, todos venerados pela boa gente que provém daqueles que os acompanharam pela África, Índia e terras de Castela.

Já é tempo de mudar de rota.

Opúsculo pag. 39: "*No período de 17 anos que exerceu as funções de magistrado da Beira como "Regedor da Justiça" Fernão Cabral não reside em Belmonte. Nada nos afirma ali a sua residência naquele lapso de tempo. Os elementos demonstram e provam que durante aquele período, pelo menos, Fernão Cabral não teve a sua residência em Belmonte."*

*Esta afirmação leva-me a supor que não está "escrupulosamente fundamentado".*

Noutro período seríamos menos felizes mas neste não leva as melhores.

Fernão Cabral foi nomeado Corregedor na cidade de Castelo Branco, em 2 de Novembro de 1464, e terminou as suas funções em 1482.

Quase dois anos depois da nomeação é-lhe feita a concessão do castelo que abrange também os seus sucessores.

Évora, 21 de Setembro de 1466.

Antes da concessão desempenhava já as funções de alcaide mor, por morte de seu pai em Tânger, e o castelo - que não era só fortaleza mas sim também residência senhorial, como se pode verificar nas ruínas primitivas – era habitado pelos seus desde o avô, Luís Álvares Cabral, herdeiro de D. Maria Gil Cabral, filha de D. Gil Cabral a quem D. Pedro e D. Inês doaram muitos bens em Belmonte. Tina, portanto, a alcaidaria que o obrigava à residência, um bonito palácio na Cova da Beira e uma fortuna.

Neste mesmo dia da concessão em Évora, D. Afonso V doou-lhe grandes rendimentos em Belmonte.

Veremos noutra ocasião.

Em Lisboa, 6 de Outubro de 1461, é nomeado couteiro de "Montes Crestados" – Serra da Esperança.

No documento da nomeação lê-se: "**por quanto queremos que seia guardado para nosso desenfadamento quando em elle quisermos correr monte e esto sob pena daquelles que o contrayro fizeram pagarem cada huu çem rraaes."**

E mais adiante. "**E por esta presente damos por couteyro do dito monte fernam cabrall**", etc.

D. Afonso V vinha a Belmonte para caçar nos "Montes Crestados" e hospedava-se na casa que ele ofereceu ao amigo Fernão Cabral. Quem o recebia?

Foi durante este tempo que modificou a parede (norte) da Igreja de S. Tiago, fez o púlpito e mandou e mandou construir a capela de Fernão Cabral. obra esta que não estava ainda concluída quando faleceu a sua esposa, em Belmonte, a 26-8-1483.

D. Isabel ordenou, por testamento, que a sepultassem na Igreja de S. Tiago e trasladassem os seus restos mortais para a capela logo que estivesse concluída.

Diz-se também que, como adiantado da Beira, foi no castelo de Belmonte que reuniu os homens de armas que se bateram em Toro, no ano de 1476.

Faleceu em Belmonte em 1493, e os filhos reuniram-se no castelo onde fizeram as partilhas.

A escritura foi feita em 6 de Maio de 1494.

Sabe-se que os senhores de Belmonte tinham a residência no castelo que habitaram desde D. João I, até meados da 4ª Dinastia.

Nós não temos a certidão de nascimento de Pedro Álvares Cabral, ela não existe, mas, pelos documentos, sabemos que Fernão Cabral residia com a família no Castelo e que nesses 17 anos e noutros, antes e depois, também lá viveu.

Foi, portanto, em Belmonte que nasceu o descobridor do Brasil.

Os documentos falam mais alto do que a "argumentação poderosa", dizem-no também Jaime Cortesão, Damião Peres, Fontoura da Costa, etc., e nós, os de Belmonte que acreditamos na seriedade dos nossos antepassados.

Eu, não o afirmo, mas tenho para mim que os Cabrais não simpatizavam muito com S. Cosmado, porque nenhum deles lá quis ficar sepultado.

Faziam-lhe por lá "tomadias e malladias" (1) e disso se queixaram aos reis:

- Luís Álvares Cabral a D. João I – Lisboa, 28-7-1428.

- Fernão Álvares Cabral a D. Duarte – Lisboa, 9-11-1434.

- Fernão Cabral a D.- Afonso V – Castelo Branco, 9-11-1464.

(Quem o seu não vê o diabo o leva).

Belmonte, 9-5-963; Joaquim Cardoso Tavares."

(In "*Jornal do Fundão*", nº 879, 19 de Maio de 1963, pp. 1 e 9)

NOTA: (Roubavam-nos!... é o que hoje se diria. É o que quis dizer, com o entre parênteses final, o meu saudoso e apreciado amigo Prof. Joaquim Cardoso Tavares, o primeiro homem a interessar-se pela história de Belmonte e a vir à liça neste debate público, onde conseguiu resumir décadas de história e dizer o essencial da discussão sobre onde nasceu Pedro Álvares Cabral. Belmonte ainda não prestou devida homenagem como tenho proposto publicamente e oficialmente como vereador de 1986 a 1992, em actas da Câmara. Igualmente foi minha proposta, quando em 1974/5 me nomearam para a Comissão de Toponímia que nunca funcionou como Comissão ou em cujo funcionamento nunca fui admitido porque disse antes nomes que julgava terem de fazer parte da toponímia de Belmonte. Neste caso, com um administrador comunista, passaram por cima de mim que nunca me lembrei de

Catarina Eufémia, por exemplo, mas defenderia a permanência do nome do Dr. Custódio Vaz Serra a quem se deve a restauração do concelho de Belmonte e de outros, como o Dr. Aníbal Leitão, e outros que fiz com que ficassem exarados nas actas de Sessões da Câmara. Mudaram os nomes das ruas e puseram novos nomes sem eu ser mais tido ou achado.— (Nota de nossa responsabilidade e para que conste para sempre e para quem gosta de entender mesmo claro).

## PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?

Por Amândio Marques  
Jornal do Fundão; nº 881; 2 de Junho de 1963, pp. 1 e 9

Compreendo muito bem as reacções que o meu trabalho "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?" tenha causado, e as opiniões adversas que suscitou. Acho legítimo e naturalíssimo. Podem ser apresentadas, e destruídas até, aquelas que o meu trabalho contenha; todavia, que orientem e não confundam, e se forem de forma iniludível, arrego-me a prioridade de reconhecê-lo com dignidade e compreensão. Sempre respeitei as opiniões alheias para que respeitem as minhas, mesmo quando não aceitáveis. Hoje mais do que nunca reconheço a obrigação, que ao meu espírito se impunha, de revelar os elementos que constituem o meu trabalho, de modo a servirem seriamente, uma base de investigação séria.

Nesse aspecto sinto-me tranquilo. Através do insistente comentário (não digo nem "atrevido", nem "habildoso") do meu sábio contraditor, vê-se perfeitamente fugir-lhe o chão debaixo dos pés, como quem pisa areia movediça. Ao ler o meu trabalho "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?", sentiu-se abalado e impressionado com as razões que aludo e o fundamentam. Independentemente de a minha tese ser ou não aceitável, porque tudo é discutível. Deixe-me dizer que personalidades de alta hierarquia social e intelectual o acompanham nessa atitude emocional de impressão e embaraço.

Seja-me lícito, embora modestamente, responder, ao comentário do Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias, inserto no n.º 875 do "Jornal do Fundão", de 21 de Abril d 1963.

Como brilhante Jurista que deve ser, o meu contraditor, permita que lhe conte uma graça – sem de modo algum pretender susceptibilizá-lo – para depois a dividirmos ao meio entre ambos. Num Tribunal. O magistrado identifica uma testemunha. Como se chama?

Profissão? Sou Professor Catedrático, respondeu. Sabe ler e escrever? Sou professor Catedrático, retorquiu. Não é isso que lhe pergunto, sabe ler e escrever? Pois bem, salvo o devido respeito, não está na minha índole nem na minha educação susceptibilizá-lo sequer, é um pouco o "nosso caso". Ambos somos testemunhas de um elemento que invocamos, a "tradição". Vamos assim dividir a meio aquela graça: - eu não sei escrever, e o meu ilustre contraditor não sabe ler, salvo sempre o devido respeito, repito. É que algumas das afirmações do meu sábio contraditor devia-as ler no meu trabalho e não leu, e palavras houve que alterou. Assim, lá está afirmada a "tradição"; porém, considero esse elemento, por si só, insuficiente e exíguo. Todos sabemos que através do tempo novos elementos surgem, mais positivos, lógicos e concludentes, e analisados a uma luz mais actual conjugados com a tradição, seguem a esteira da verdade, e a tradição que até aí era o único elemento de investigação, invalida-se e esvai-se. Não posso ensinar o Padre Nosso ao Vigário... Nunca neguei a tradição como elemento de valor na pesquisa da verdade, mas desacompanhada pouco vale.

É como a confissão do arguido em Direito – se posso estabelecer o paralelo – só por si não faz prova. No meu trabalho fundamento-me na mesma tradição, e faço-a acompanhar de outros elementos que a revigoram, e lhe dão todo o relevo de uma verdade estruturada e sólida. Sinto-me no caminho da verdade, melhor "dentro da verdade" na douta afirmação de um escritor (com letra minúscula para não ofuscar a categoria de outros escritores). Recordo o caso do Magriço – Álvaro Gonçalves Coutinho – que se dizia, segundo a tradição, natural de Seia, e veio a averiguar-se que era natural de Penedono. Tenho de confessar o erro fundamental do meu trabalho "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?". Fundamental e grave. Em vez de ter estruturado e alicerçado "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?", nas opiniões e elementos dos "ignorantes" Dr. Jaime Cortesão, Dr. Damião Peres, D. António Caetano de Sousa, Costa Lobo, Dr. Valentim da Silva, etc., etc., devia tê-lo fundamentado nos sábios elementos do meu ilustre contraditor. Nunca pensei, ao publicar o meu trabalho, em estabelecer polémica fosse com quem fosse e, vamos dizê-lo, nem sequer tenho jeito para tal. Disse "inconsciente comentário" e deseje justificar esse qualificativo. Inconsciente não só pelo seu significado intrínseco, mas ainda pelas razões pouco felizes que aduz o meu sábio contraditor, que vem beneficiar a minha tese, embora me não queira valer delas.

E que contrariam as suas próprias afirmações decorrentes desse "comentário". Com efeito - afirma o meu sábio contraditor – "...só a Alcaldaria os (refere-se aos Cabrais) obrigava a residência fixa". Certo.

Então Álvaro Gil Cabral, 3º Avô do nosso Descobridor, Alcaide do Castelo da Guarda, residia, sim, nesta cidade e no Castelo, e não em Belmonte (veja-se no meu trabalho a descrição de Fernão Lopes). Mas há mais. Ao referir-se o meu sábio contraditor – jocosamente à naturalidade de Gil Vicente, em Guimarães de Tavares (a tal fantasia a que muitas vezes sucede a realidade), e para destruir esta presunção, alude que sua mulher Branca Bezerra está sepultada e Lisboa, querendo significar que o autor do "Juiz da Beira", seria natural de Lisboa. Aceito a alusão. Se seguíssemos este falso raciocínio (no sentido de errado e ilógico), Álvaro Gil Cabral estando sepultado na Sé Velha de Coimbra, também não teria nascido em Belmonte. E quem o sabe? Não será, de facto, assim? Compreendo bem que se queira manter a tradição de Belmonte – única razão invocada no comentário contraditório (contraditório?) -, mas o problema deve ser encarado sem paixão, o que é apanágio do historiador, com seriedade, lógica e com *delicadeza*. E note-se que a "tradição é uma das minhas razões invocadas para afirmar que o nosso Pedro Álvares Cabral nasceu na Povoação de S. Cosmado, do antigo e importante concelho de Azurara. Bastam este exemplos para demonstrar quão frágil é o comentário do ilustre jurista e contraditor do meu trabalho "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?". No entanto, quero ainda significar que não é propriamente a mim que atinge o inconsciente comentário, mas antes àqueles "ignorantes" escritores que me ensinaram e ajudaram a desbravar o caminho, nos quais como "bandeirante" me fundamento. Por isso o comentário além de inconsistente é injusto. Outro aspecto. Depois de eu transcrever fielmente no meu trabalho a preciosa legenda do túmulo existente na "Igreja Matriz" de Belmonte (graças pela correcção, cujo lapso confesso, me escapou à revisão), afirmo logo a seguir: - "Que este Fernão Cabral... – nunca quis referir-me, nem podia, ao pai do Descobridor! Este Fernão Cabral, é evidente que é o do túmulo, "o 3º deste nome", como lá está. Como vê não leu o meu trabalho. Também não escrevi "trasladado", mas sim "tresladado", que é o termo escrito no túmulo. Também não escrevi "empresa" mas "prensa", forma como figura o emblema. Enfim pequenas coisas... para quem não sabe escrever como eu. E ainda mais. A poesia de João Roiz apenas se refere, e meu sábio contraditor sabe muito bem, que o poeta quer unicamente significar a lealdade em que é tida, pelo soberano, a Família Cabral, quando fala na grã liberdade de castelo de Belmonte, quer dizer, à confiança que os soberanos lhes testemunhavam dispensando-os do juramento de fidelidade, como nos ensina o "ignorante" Dr. Jaime Cortesão. Dessa poesia não se extraem outras ilações. Outra verdade sabida do meu ilustre contraditor, é o facto dos cronistas, incluindo o viseense Barros, silenciarem sobre elementos de identificação e naturalidade de Pedro Álvares Cabral ou outras personalidades, o que era normal. Por isso, nada admira, mesmo com toda a jocosidade do meu sábio contraditor, que João de Barros, sendo natural de Viseu, nada diga a respeito do Descobridor quanto à sua naturalidade.

Na própria Carta de Pero Vaz de Caminha enunciam-se as personalidades que acompanham a armada descobridora, sem referência alguma à sua naturalidade, e o próprio Descobridor é designado por "Capitão". Ocorre-me que no Museu Grão Vasco – verdadeiro relicário, na expressão de Aquilino Ribeiro – existe uma preciosa tela atribuída a Grão Vasco – "o príncipe dos pintores portugueses", na frase do Dr. Maximiano de Aragão na carta a "Sua Majestade el-rei D. Carlos", "Adoração dos magos", entre cujas personagens que a compõem, figura um autêntico Aimoré ou Tupinambá, da selva brasileira. Afigura-se-me que este quadro, permite alguns interessantes comentários relacionados pelo menos com a Descoberta. E o "pardieiro"?! Chama-se pardieiro a uma solarenga ou senhoria! Talvez que em face da fotografia, ninguém mais a classifique dessa forma, além do meu ilustre contraditor. Ela está bem à vista para poder ser observada.

E o certo é que os generosos leitores não leram a descrição, nem tão pouco viram a foto dessa casa, inserta no meu trabalho. E já agora era interessante saber: - a chamar-se àquela casa um "pardieiro", o que há-de chamar-se, então, a um pardieiro?!

Admitamos que o era. Não é. Quantas notabilidades têm nascido e vivido em verdadeiros pardieiros! E em que é que diminui a sua linhagem ou categoria social?!

Cristo nasceu num estábulo. E basta este exemplo, o maior e o mais significativo. E personalidades de alta hierarquia social nasceram e em casinhas bem modestas, e à beira da estrada! E nem por isso o seu alto nascimento, nem a sua hierarquia, se minimizou! Costa Lobo refere-se bem expressamente às casas que eram habitadas pela fidalguia na sua "História da Sociedade em Portugal no Século XV". Por isso afirmo, só por graça já se vê, sem querer susceptibilizar sequer, pois não está na minha indole nem a minha educação, que eu não sei escrever, nem o meu sábio contraditor sane ler, porque se tivesse lido o meu trabalho claro e sério – neste ponto – faço questão -, não teria sido tão injusto no seu acre comentário. É claro que há ainda hoje quem viva em palácios, e só esses considere casas. E quanto ao apelido Cabral – maliciosa injustiça – ignoro os segredos de alcova de Fernão Cabral; porém, não é à descendência que a fértil imaginação do meu ilustre contraditor pensou que, me refiro. É à tão pura e legítima como a de Belmonte, pois refiro-me, exclusivamente, às famílias fidalgas que existem naqueles concelhos, descendentes legítimos de Pedro Álvares Cabral e que entroncam em D. Joana Cabral, filha de Fernão Cabral. Sabe-se que entre as famílias nobres e a de Cabral tiveram casas solarengas na Beira, como em Celorico e outros pontos.

Num brilhante e exaustivo estudo do Prof. Dr. Manuel Ramos de Oliveira "Os Cabrais de Celorico" diz-nos que "rara é a aldeia do Concelho (Celorico da Beira), e poucas as do distrito que não contêm esse apelido nalguns dos seus habitantes, muitas vezes já confundido com outros que a ele se juntaram por meio de alianças matrimoniais".

Diz ainda aquele distinto professor que do casamento havido entre D. Joana Cabral com Jorge de Almeida e Albuquerque, nasceu um filho de nome Diogo Gonçalves Cabral que "casou na Lageosa com D. Ana de Bulhões, podendo considerar-se o ponto de partida dos Cabrais em Celorico porque tiveram os seguintes filhos: - Pedro Dias Cabral, Gonçalo Dias Cabral, D. Maria Mendes Cabral, António Dias Cabral e D. Beatriz Dias Cabral". Por sua vez tiveram uma enorme descendência – "Altitude" "Os Cabrais de Celorico". A minha redacção pode não ter sido correcta (não disse na graça que contei, que eu não sei escrever?!), mas nada autoriza a dar-lhe o sentido que o meu contraditor pretende, e que nenhum brilho dá ao seu comentário.

Aliás casos imensos há de famílias de origem bastarda, que muito se honram com ela, e não deixa por isso de merecer a consideração e o respeito que lhes é devido. Repare-se na nota imparcial – de apresentação e a conferir autoridade literária ao autor do comentário, e muito bem – inserta na 1ª página e 1ª coluna, na sequência do comentário – reconhecendo-se que também, nessa tão bela região da Beira, existe e paira a dúvida acentuadamente no espírito de muita gente, se Belmonte é ou não a terra da naturalidade de Pedro Álvares Cabral.

Até aí, nessa região, onde se invoca a tradição. Pois bem, há meses andei misturado com a multidão na Vila do Fundão e, depois em Belmonte, ouvi aqui e ali por mais de umas vez, gente do povo e estudantes de capa e batina, manifestarem a sua dúvida, se Pedro Álvares Cabral teria nascido em Belmonte. Mas eu não me valho dessas razões, embora vozes do povo... Finalmente há uma passagem do "comentário contraditório" (contraditório?), e o único em que o Exmo. Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias, tem inteira razão. Esse sim, digo-o com toda a franqueza, tocou-me. É o da venda da casa onde – a afirmação é minha - nasceu o Descobridor. Mas como Jurista distinto que deve ser, basta uma palavra para lhe dar a explicação dessa alienação: - Partilhas!

Só eu sei o desgosto que senti, e ainda hoje sinto, por não ter podido comprá-la. Mas, quem sabe? Apesar de eu estar a descer a colina a toda a velocidade, e o Sr. Dr. Carvalho Dias, ainda, felizmente a subir com largo e decerto brilhante futuro, pode bem suceder que eu tenha tempo de a adquirir. Então a darei de presente ao Estado, para nela instalar um pequeno museu com recordações do Descobridor e da Descoberta. Que lhe parece o destino a dar ao tal "pardieiro"? Não acha que devemos ficar por aqui dado que o assunto está bastante debatido? Não quero deixar, no entanto, de agradecer a oportunidade que me proporcionou e a honra de conversar sobre um problema interessantíssimo, apaixonante e o prazer de colaborar no "Jornal do Fundão", esta tribuna prestigiosa, e mais bem elaborado da nossa Beira. E não vamos agora dizer como na fábula "...eratque in terra maxima espectatio"!!

Porto Maio 63

P.S. – Aguardei todo este tempo sem que fosse publicado novo comentário ao meu trabalho, como tinha sido anunciado. E assim considerava o assunto encerrado. Porém, no momento em que esperava enviar esta minha resposta, surge no n.º 879 do "Jornal do Fundão" de 19 de maio corrente, um novo e primoroso artigo do Sr. Joaquim Cardoso Tavares, ao que farei uma simples resposta, se a minha vida profissional, tão absorvente, me permitir.

Amândio Marques

## PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?

I – Réplica ao Ex.mo Senhor Dr. Amândio Marques  
Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias  
Jornal do Fundão, nº883, de 16 de Junho de 1963, pp 1 e 9

Não vou enveredar pelo caminho da polémica camiliana. O Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques pode ficar descansado: terei em atenção as confissões do artigo de S. Exa., publicado no "Jornal do Fundão" de 2 de Junho:

*"Nunca pensei, ao publicar o meu trabalho me estabelecer polémica... nem sequer tenho jeito para tal".*

*"Apesar de eu estar a descer a colina a toda a velocidade..."*

*"O assunto deve ser encarado sem paixão, o que é apanágio do historiador, com seriedade, lógica e com delicadeza",* afirma V. Exa.

Eu aceito-o sem constrangimento.

Há pois que sorrir, com a indulgência, a toda a ironia que escorre do artigo do meu ilustre opositor.

De facto, tratei-o por Dr. Amândio Marques quando devia tratá-lo por Exmo. Senhor Dr. Amândio Marques. Apresento minhas desculpas.

Assim não posso nem devo acusar a delicada ironia de me apelidar *brilhante jurista, jurista, ilustre jurista, jurista distinto,*

atavios que não quadram a um simples licenciado em direito, e ainda a outra ironia maior das cinco vezes que me trata de sábio só por haver tido o mau sestro de contraditar o livro de S. Exa. e a tese nele apresentada.

Posso afiançar contudo que comprei o livro e procedi à sua leitura e até me desloquei a Mangualde, à Quinta de S. Cosmado e a S. Cosmado, pátria do autor, para concluir no local a improcedência da história.

No meu artigo, só existe pois uma paixão: a da verdade límpida e clara, não ofuscada sequer pela humana afeição ao torrão natal. Não sou de Belmonte. Mas ao escrever Pedro Álvares Cabral, Belmonte ou S. Cosmado? tive uma intenção polémica e por isso virei do avesso os argumentos do autor do opúsculo.

Ora vejamos: No seu livro a fls. 12 diz o Exmo Senhor Dr. Amândio Marques:

*"Tenho lido preciosos estudos de eruditos escritores e investigadores... e noto que se tem feito e insistido de maneira indiscutível e certa, na afirmação, quanto a mim sem justificação convincente de que Pedro Álvares Cabral nasceu na Vila de Belmonte. Porquê? Que razões se aduzem para, com tal certeza, fundamentarem essa afirmação? Fazem-na acompanhar de algum elemento, assentam-na em alguma referência dos cronistas? Pero Vaz de Caminha, o famoso escrivão da Armada descobridora, João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, dão-nos aquela certeza, fazem alguma referência a este respeito?"*

Respondi a seguir:

"De facto nem Pero Vaz de Caminha, nem Barros, nem Castanheda, se referem à terra da naturalidade de Cabral. Anote-se que nem o viseense Barros! E este, se Cabral fosse de S. Cosmado, não deixaria de o esculpir nas suas Décadas, atenta a vizinhança de S. Cosmado com Viseu: seria mais um a ilustrar a galeria dos filhos da abençoada região!"

Para Belmonte o Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques exigia o testemunho dos cronistas. Virou-se o argumento: os cronistas e entre eles o viseense Barros nada dizem sobre S. Cosmado. Acode logo o ilustre historiador: isso não é preciso!

Eis as suas próprias palavras no artigo de 2 de Junho:

*"Outra verdade sabida do meu ilustre contraditor é o facto de os cronistas, incluindo o viseense Barros, silenciarem sobre elementos de identificação ou naturalidade de Pedro Álvares Cabral ou outras personalidades o que era normal. Por isso, nada admira, mesmo com toda a jocosidade do meu sábio contraditor, que João de Barros sendo natural de Viseu, nada diga a respeito do descobridor quanto à sua naturalidade. Na própria Carta de Pêro Vaz de Caminha enunciam-se as personalidades que acompanharam a armada descobridora sem referência alguma à sua naturalidade..."*

Podia ficar-me por aqui. O livro adoece todo do mesmo vício. Mas prossigamos. O Exmo. Senhor Dr. Amândio Marques guardou quase dois meses a sua resposta. Perante a vertiginosa corrida do tempo e dos acontecimentos era de boa tática polemística. E diz S. Exa. que não tem jeito para polémicas!... O meu artigo, já andava, pois, naturalmente esquecido. Daí S. Exa. usar daquele seu critério, que preconiza, da seriedade da História e escrever:

*"Tenho de confessar o erro fundamental do meu trabalho "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?". Fundamental e grave. Em vez de ter estruturado e alicerçado "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?" nas opiniões dos "ignorantes", Dr. Jaime Cortezão, Dr. Damião Peres, Costa Lobo, Dr. Valentim da Silva, etc., etc., devia tê-lo fundamentado nos sábios elementos do meu ilustre contraditor".*

Ora, no meu artigo, não há qualquer referência aos ilustres escritores mencionados. Se alguém está em desacordo com algum deles é exactamente o Exmo. Senhor Dr. Amândio Marques, ao defender que Pedro Álvares Cabral nasceu em S. Cosmado, e não que, seguindo-os, me inclino para Belmonte. Tal desacordo chega até a confessá-lo no seu livro, a fls. 12, quando escreve:

*"É ou não lícito penar e aceitar que tivesse nascido em outra localidade que não Belmonte? E todavia esses eruditos escritores dizem, simplesmente, assim "Pedro Álvares Cabral nasceu na VILA DE BELMONTE". "Nada mais, o que é muitíssimo pouco."*

Oh ignorância estulta, a dos mestres!... Contra a insuficiência deles investe de lança em riste, o Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques, invocando e muito bem o seu legítimo direito de discordar (legítimo e não atrevido se a discordância assenta em provas!) e coraçoado da sua lógica.

Não reconhece porém aos outros o direito de afirmar não ter sido Pedro Álvares Cabral alcaide-mor nem senhor de Azurara ou Belmonte.

Para negar, a Belmonte, a naturalidade de Cabral afasta-se S. Exa. com desenvoltura da opinião dos consagrados mas para sustentar que Pedro Álvares era alcaide-mor de Azurara e senhor de Belmonte (nunca o foi mas como isso interessa à sua tese...) aconchega-se muito quieto e dócil à autoridade de alguns mestres, sem cuidar saber se tal opinião contraria os documentos.

Singular lógica e seriedade a deste historiador!

Na verdade, a Fernão Cabral, (o 1º deste nome) pai do descobridor, sucedeu na Alcaidaria Mor de Belmonte e na terra de Azurara o primogénito João Fernandes Cabral e nunca Pedro Álvares Cabral.

Regista a chancelaria de D. Manuel, livro 41 e fls. 88v. A confirmação da doação da alcaidaria-mor de Belmonte a João Fernandes Cabral, passada em Setúbal a 17 de Maio de 1496.

Igualmente a mesma chancelaria arquiva as seguintes confirmações a João Fernandes: a) da doação dos direitos reais e foros, etc. de Belmonte, de 19 de Junho de 1496, também passada em Setúbal, liv. 41, fls 89v.; b) a doação do padroado da Igreja de S. Julião de Azurara, de 18 de Junho de 1496, também de Setúbal, liv. 41, fls. 89; c) e ainda a doação das rendas de Azurara, que está no liv. 3 a fls. 17.

A confirmação da doação de Azurara, Manteigas, etc. a João Fernandes Cabral consta dum extracto existente no liv. 21 a fls. 119v. Da chancelaria de D. João III.

Todas as doações referidas foram confirmadas, posteriormente à morte de João Fernandes Cabral, a seu filho primogénito Fernão Cabral conforme consta para: a) Azurara, Manteigas, Moimenta, etc. do liv. 3º da Beira a fls. 17; b) as rendas, foros e direitos de Belmonte, a fls. 19 do mesmo livro da Beira; c) castelo e alcaidaria de Belmonte a fls. 19v. Também do livro 3º da Beira; d) Padroado da Igreja de S. Julião de Azurara a fls. 20 do mesmo livro.

Em 1512 já era falecido João Fernandes Cabral: à sua viúva D. Joana de Castro ou D. Joana Coutinho ficou a administração dos bens na menoridade de Fernão Cabral (2) como pode verificar-se, por exemplo, da confirmação dum privilégio aos reguengueiros das aldeias do castelo de Belmonte, de 12 de Maio de 1512, na chancelaria de D. Manuel, liv. 7, fls 25v.

Nem alcaide-mor nem senhor de qualquer destas terras podia pois ser Pedro Álvares Cabral ou outro qualquer além dos mencionados. Contrariam tal versão as doações cuja origem se indicou que prometemos publicar, de novo e oportunamente, apesar de não serem inéditas.

A reforçar o que dizemos, basta invocar a ausência de qualquer doação a Pedro Álvares Cabral na chancelaria do Venturoso, quer da alcaidaria-mor quer dos direitos reais das mesmas terras. Nem Pedro Álvares Cabral o desejaria: morto Fernão Cabral, promoveu logo a divisão numa tença comum para não ficar ligado ao irmão João Fernandes.

Não precisava S. Exa. De ser sábio para atentar nestas comesinhas verdades: bastava ter estudado melhor o assunto e devaneado um pouco menos!...

Eu não quero nem quis portanto converter o autor à minha opinião mas penso que não há historiador probo que possa abstrair ou deixar de acatar os documentos ainda que estes contrariam a versão dos doutos... os documentos, digo eu, e não a lógica mais ou menos interessada de quem escreve.

O Exmo. Sr. Amândio Marques chama "ignorante" entre colchetes, ao falecido escritor Dr. Jaime Cortezão. Devo declarar para aviso dos incautos não me assentar a carapuça, pois no meu artigo não há qualquer referência directa ou indirecta ao referido historiador. A palavra é da inteira responsabilidade do Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques e para armar à lágrima!

Na segunda coluna do seu artigo, o mesmo senhor atirou-me esta boia de salvação que não posso aceitar: ao ler o meu trabalho "Onde nasceu Pedro Álvares Cabral?" sentiu-se abalado e impressionado com as razões que aludo e o fundamentam... Deixe-me dizer que personalidades de alta hierarquia social e intelectual o acompanham nesta atitude emocional de impressão e embaraço.

«... ertque in terra maxima espectatio»! Não haja dúvida!

Pois, embora, S. Exa. Fique estarrecido, devo confessar que não me senti abalado nem impressionado. Sei que tal atitude me afasta do círculo das personalidades de alta hierarquia social e intelectual para que, generosamente, o autor me convidava, mas paciência! Resta-me a consolação de verificar nas palavras citadas uma pontinha de justiça contra aquelas que me dirigiu adiante e aqui vão:

Como vê não leu o meu trabalho.

Porque li o opúsculo vou continuar a passá-lo pelo crivo da crítica, na parte especial que nos interessa.

Por hoje resta-me dizer que vejo no livro do Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques, cegamente apaixonado pela sua terra, não um trabalho frio de análise histórica mas uma resposta às festas cabralinas de Belmonte, no princípio do ano de 1963! Como secretário do Grupo de Estudos Brasileiros do Porto tem o autor merecida audição no Brasil e assim tem canalizado, para a terra da sua naturalidade, S. Cosmado e Mangualde, muitos filhos do país irmão que buscam vestígios do descobridor... Pedro Álvares Cabral e a terra da sua naturalidade, salvo o devido respeito, têm servido, assim, de isca!... ao bairrismo de S. Exa.

As tardias comemorações de Belmonte, vila, até aí, quase injustamente esquecida frustraram os projectos ambiciosos de tão apaixonado bairrismo, apesar mesmo de oficialmente se haver invocado a dúvida. Dai o monte ter dado à luz um rato!

## PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?

**II – Réplica ao Ex.mo Senhor Dr. Amândio Marques  
Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias  
Jornal do Fundão; nº 887, 14 de Julho de 1963, pp.1 e 4**

Devo declarar que não conheço o Exmo Sr. Dr. Amândio Marques, nem pessoalmente nem de vista. Não há qualquer dissídio entre mim e S. Exa. mais do que esta inofensiva polémica sobre a naturalidade sobre o descobridor do Brasil, o nosso beirão Pedro Álvares Cabral.

O que está em causa é a tese de S. Exa., as suas premissas, as suas conclusões e talvez, nesta obra, o seu método de trabalho e nada mais

Seria estulto pretender visionar nestes modestos artigos qualquer ambicioso fim de popularidade: infelizmente já não estou em idade de correr atrás de foguetes.

Se a linguagem assume por vezes certa viveza é porque o assunto, embora histórico, apaixona e levanta problemas que, de certo, nem o autor do opúsculo nem o seu comentador inicialmente presentiram.

No primeiro comentário ao opúsculo "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?" transcreveu-se "trasladado" por "tresladado" com o que se amofinou deveras o autor. Porém, quem se der ao trabalho de consultar, por exemplo, o Dicionário de Moraes verificará logo equivalerem-se as duas formas por terem o mesmo sentido.

Eu poderia invocar a gralha como o Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques... mas não o faço!... O lapso foi meu... mas alegra-me não haver prejudicado em nada, com ele, a tese ou a sabedoria de S. Exa.

Onde certamente não haverá lapso é em pretender o autor dar à forma *tresladado* aquele sentido único de transportado doutra localidade e não admitir o sentido mais real de transportado doutro, local (sepultura ou túmulo, dentro da mesma localidade, que é o caso), interpretação esta que deitaria logo por terra todo o castelo de cartas que S. Exa. ergueu, à sombra da interpretação da inscrição de 1630, cujo conteúdo damos adiante, na leitura do autor.

Ainda não satisfeito com a interpretação abusiva, por única, do termo *tresladado* o autor acrescenta à expressão *de outra localidade* que, pelos vistos, quer que seja S. Cosmado, este digno complemento: *onde residia e onde faleceu*.

É incrível mas é verdade! No livro comentado segue-se a teoria das histórias da carochinha: quem conta um conto acrescenta um ponto, mais, acrescenta muitos pontos.

Vamos dar na íntegra o texto do autor para evitar surpresas e acusações de menos respeito pela prosa alheia. Lê-se ao fim da página 36 de seu livro:

*"E quem nos pode afirmar onde nasceu Fernão Cabral? Em Belmonte? Quem o afirma e atesta? Creio que ninguém o sabe. É de assinalar a existência de um documento bem vivo, na capela de Santiago, em Belmonte, num túmulo cuja inscrição começa assim:*

**A ESTE TUMOLO FORÃO TRESLADADOS FERNÃO CABRAL O 3º E NUNO FRZ CABRAL O 2º SENHORES DE BELMONTE POR FRCO CABRAL ANNO D 1630.**

*Que este Fernão Cabral foi "tresladado" para Belmonte, não há dúvida nenhuma. Prova-o aquele documento. Porém donde foi "tresladado"? Também é certo que, tendo sido tresladado, como foi em Belmonte (sic) como transluz daquele documento, não só não residia, como também ali não morreu. Isso não há dúvida alguma."*

Desculpe o leitor mas atente, desde já, na translucidez destes períodos!... Que lógica substancial!... Não transluzirão naquele em Belmonte prenúncios de fuga ou de arrependimento, apesar da conclusão e do que vai seguir-se.

*"Portanto, não pode sustentar-se que os antepassados de Pedro Álvares Cabral nascidos, se nasceram, na vila de Belmonte aqui tivessem sempre a sua residência e que tivessem vivido e muito menos falecido. RE, por precioso monumento, se fica a saber, por consequência, e com certeza indiscutível que, este Fernão Cabral foi "tresladado", quer dizer, transportado o seu corpo de outra localidade onde residia e onde e onde faleceu para a capela de Santiago, na vila de Belmonte, e no "Anno D 1630". Desta maneira não pode estranhar-se que Fernão Cabral, pai do descobridor, não só não tivesse com sua mulher e filhos a residência em Belmonte e sua residência fosse antes, como os factos materiais o comprovam, na sua casa da povoação de S. Cosmado, na antiga Azurara."*

Quem não estiver atento à cronologia e geração dos Cabrais é levado, por tão difícil linguagem, a confundir os dois indivíduos com o mesmo nome de Fernão Cabral que bailam a dança dos finados no texto admirável!... Confesso ter enfileirado entre os confundidos: a culpa creio dever-se ao autor que parece ter utilizado a confusão para subjugar os incautos à sua tese.

Abro o número de Julho da revista *Brotéria*, agora distribuído, e deparo, a fls. 116, com a crítica ao livro do Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques onde se confirma a minha dúvida:

*"Ora consta com certeza que a Fernão Cabral foi concedido o padroado da Igreja de S. Julião de Azurara, hoje Mangualde. Perto desta vila na povoação de S. Cosmado, existe ainda uma casa senhorial que pertenceu a Fernão Cabral, onde se vê o seu emblema que também se ostenta na Igreja Matriz de Mangualde e na sua capela de S. Tiago de Belmonte, para onde foram os seus restos mortais em 1630, como reza a respectiva inscrição."*

Com trasladado e tudo, esperamos daquela verdade que em História o ilustre autor apregoa, que seja ele próprio a esclarecer e pedir à *Brotéria* a rectificação das falsas notícias em que fez embarcar esta revista, com o seu livro.

Assim se faz a história e assim se organiza a tradição!

Basta agora que os outros citem a revista e a sua fonte, o Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques, e eis armada a história!...

A qualquer pessoa de boa fé a forma de dizer "A este tumulto forão trasladados..." sugeriria imediatamente que a trasladação se deu de sepultura ou túmulo para novo túmulo e nada mais. Mas que assim não fosse, (o que se admite só para discutir mas não se concede) quem poderia concluir que ao Fernão Cabral 1º havia de acontecer necessariamente o mesmo que ao Fernão Cabral 3º, e que Fernão Cabral 1º havia de falecer longe do seu solar e do seu castelo?

*Aliás é o autor do opúsculo que reconhece a Belmonte a posse do castelo e do solar dos Cabrais. (Vid. Fls. 14).*

Na mesma capela donde o Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques transcreveu a inscrição que acima fica mas, sobre o portal da entrada, lê-se outra inscrição que S. Exa. guardou para si ou não soube ler. Reza assim:

ESTA CAPELLA MANDOU FAZER / FERNÃO CABRAL O Pº DESTE NOME SOR DA / CASA DE BELMONTE NO ANNO DE 148... E FRCO / CABRAL SOR DA MESMA CASA MANDOU RE / FORÇAR NO ANNO DE 1630 /

O conteúdo deste monumento cuja origem e fidelidade devem merecer ao autor o mesmo respeito que a inscrição anterior que S. Exa. glosou e aproveitou, autentica as relações que ligavam sentimentalmente Fernão Cabral 1º a Belmonte, independentemente da alcaidaria e posse de terras, e até os laços que ligavam o pai do descobridor à Igreja de S. Tiago de Belmonte. Mesmo sem ser dela padroeiro (e o Rei não lha podia dar por não ser do padroado real). Fernão Cabral 1º ao construir a capela-mausoléu anexa a S. Tiago, fê-lo certamente para repouso dos seus restos mortais e de seus familiares e não de outros. Aliás esta capela está amparada por uma instituição de mão morta, fundada por Fernão Cabral, em testamento.

É altura de perguntar ao modo de S. Exa: porque é que Fernão Cabral e D. Isabel de Gouveia, se viviam e residiam em S. Cosmado, se lá lhe nasceram os filhos (o que não se admite), determinaram ficar em Belmonte, ali construíram o seu mausoléu e em seu testamento declararam lá querer repousar o eterno sono. Porquê não o fizeram em Azurara ou em S. Cosmado?...

Convidamos o Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques a apresentar um só documento referente a Azurara e S. Cosmado de igual valor ao da inscrição que acabámos de revelar! É preciso ter em atenção ao valor que S. Exa. dá à primeira inscrição!... Convidamos também S. Exa. a apresentar documento donde conste, sem dúvida, a passagem ou estadia de Fernão Cabral ou de D. Isabel de Gouveia, progenitora de Pedro Álvares Cabral, em Azurara ou S. Cosmado. Convidamos ainda S. Exa. a provar com documentos que a jurisdição do Regedor da Justiça e do Adiantado-Mor da Beira e Riba Coa se exercia sobretudo na parte ocidental ou central da Beira e não na parte oriental.

Doutro modo havemos de acreditar que S. Exa. no seu trabalho usou de métodos reprováveis e condenáveis em história.

Desde já afirmamos que S. Exa. atribui aos autores aquilo que eles não disseram.

E como cesteiro que faz um cesto faz um cento, aí fica, desde já, a amostra para avaliar dos fundamentos do livro criticado e da validade dos argumentos equacionados.

Escreve S. Exa. na pág. 53 do seu livro:

*"A estadia de Pedro Álvares Cabral e seus antecessores na povoação de S. Cosmado é, também, referida na Monografia do Concelho de Mangualde, do falecido investigador e escritor Dr. Valentim da Silva."*

Ora, abrindo e transcrevendo o Dr. Valentim da Silva, na Monografia do Concelho de Mangualde, a fls. 214:

*"Durante a época da sua infância (Pedro Álvares Cabral), deveria ter andado (o sublinhado é nosso) pela Beira em companhia de seu pai e assim ter visitado os seus domínios territoriais de Azurara da Beira".*

O Dr. Valentim da Silva diz: deveria ter andado, e formula uma hipótese o que é muito diferente do que referir a estadia que é afirmar uma certeza.

O Sr. Dr. Amândio Marques, para escutar a sua opinião, altera o sentido do texto e atribui ao Dr. Valentim da Silva aquilo que ele não disse.

Em dois pontos do seu trabalho, o Sr. Dr. Amândio Marques atribui a João de Barros, o conceituado autor e historiador de quinhentos, a paternidade daquela história de Pedro Álvares Cabral, o descobridor, ter sido senhor de Azurara. Chega mesmo a transcrever a fls. 54 as tais palavras de João de Barros "No anno seguinte de 1500, a 9 de Março, sahio do porto de Lisboa Pedro Álvares Cabral, senhor de Azurara", como pertencendo à Década 1, Livro 5, capítulo 2.

Na pág. 55, volta o autor a insistir:

*"Cabe salientar, de novo, que Pedro Álvares Cabral já tem o título de "senhor de Azurara", como afirma João de Barros..."*

Tal afirmativa, atribuída a Barros, contedia seriamente com os documentos das chancelarias que indiquei, no meu último artigo, e estes deixavam, neste pormenor, mal ferido o ilustre escritor quinhentista.

Recorri, por isso, à primeira edição da Década citada, edição única publicada em vida de Barros, e, estarrecido, verifiquei que Barros nada afirma sobre Pedro Álvares Cabral, ser senhor de Azurara.

Lancei mão da 2ª edição, já de 1628, atribuída a Lavanha, e também dela não consta, apesar de Lavanha ter fama de falsário.

Por último, percorri a pág. 101 do 3º volume da última edição da História Genealógica da Casa Real de D. Caetano de Sousa, onde o Ex.mo Sr. Dr. Amândio Marques diz ter ido beber a citação de Barros, e nada de Azurara, com referência ao autor da Ásia, Caetano de Sousa conceituado escritor do séc. XVIII, chama ele próprio a Pedro Álvares Cabral *senhor de Azurara* mas não atribui a Barros a paternidade dessa afirmação como aliás o não podia fazer. Barros só é responsável como fonte histórica do texto de Caetano de Sousa, a partir de certo ponto do texto que não engloba aquele título.

Se esse falso título de senhor de Azurara, conferido a Pedro Álvares Cabral, não fosse um dos pilares da tese saocosmadense do Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques não seria eu a revelar a feia acção...

Por aqui se pode verificar de que lado está a inconsistência e a inconsciência que o Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques atribui à minha crítica, se está na crítica ou no livro de S. Exa.

Como S. Exa. verifica, o meu comentário inicial ao seu livro, estava longe de ser injusto porque não aponte estas e outras tropelias. Mas desde que V. Exa. o deseje, eu continuarei.

Luis Fernando Carvalho Dias

Do distinto advogado portuense, Sr. Dr. Amândio Marques recebemos um artigo de resposta ao que o Sr. Dr. Luis Fernando Carvalho Dias aqui publicou em 16 de Junho último. Como o estudo deste nosso colaborador compreende uma série de escritos ainda não terminada e que hoje, por falta de espaço, somos obrigados a interromper, a publicação do artigo do Sr. Dr. Amândio Marques será feita logo após a inserção das conclusões que o Sr. Dr. Carvalho Dias escreveu já e nos próximos números traremos a público.

(N.R. ) in "Jornal do Fundão", nº 888 de 21 de Julho de 1963

## PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?

**III – Réplica ao Exmo. Senhor Dr. Amândio Marques  
Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias  
Jornal do Fundão, n.º 889, de 28 de Julho de 1963, pp. 1 e 9**

Recordo que Faria e Sousa publicou na Europa Portuguesa as empresas dos Reis de Portugal.

Abro o Dicionário de morais e leio, no vocábulo *empresa*:... *Divisa nos escudos que o cavalleiro tomava por emblema. Pintura e escultura simbólica de façanhas e actos, ou façções illustres, que as pessoas nobres trazem nos escudos, acompanhada de alguma letra ou mote; o corpo da empresa é a pintura, a letra se diz alma.*

Eis porque, falando da prensa que decora muitas pedras de Belmonte, muitas mais do topam os turistas apressados, lhe chamei empresa. Lá está, sobre ela, em gótico, a letra ou mote a sugerir a alma, à maneira do *Desir* do Infante D. Pedro, do *Talent de Bien faire* do Infante D. Henrique, do *Spes mea in Deo* da esfera armilar do Venturoso, etc..

A prensa, com a sua alma, poderia assim ter sido a empresa dum dos Cabrais do séc. XV, mas só depois de cifrada a alma, é de tentar a explicação dela e determinar qual foi o seu utente. Quem sabe se tal prensa não andaria ligada à introdução dos prelos em Portugal, ou a qualquer empreendimento, ao aventado com a introdução da imprensa? Os Cabrais do séc. XV são coevos da invenção de Gutemberg e dos primeiros monumentos gráficos portugueses.

Não me atrevo a sugerir qual o primeiro ou único Cabral a usar a prensa como sua empresa, se a usou.

Creio de admitir que haver íntima ligação entre a prensa e Belmonte.

Os alcaides de Belmonte, no séc. XV, foram Luís Álvares Cabral, Fernão d'Álvares Cabral, Fernão Cabral (I) e João Fernandes Cabral. Alguns documentos confundem Fernão d'Álvares Cabral com Fernão Cabral (I) e, suggestionado por eles, fui levado, no meu primeiro artigo de 21 de Abril, a confundi-los também: daí surgiu ter atribuído, como esposa, a Fernão Cabral 3º D. Maria de Castelo Branco quando foi casado com sua prima D. Joana de castro.

Não seria forçar a verdade atribuir a prensa, como empresa a Fernão Cabral (I)? Bastava invocar a circunstância deste emblema se encontrar esculpido numa pedra da parede externa "*da igreja de sam gíaco dazurara que he sua terra*", como refere um documento de 30 de Abril de 1462 em que D. Afonso V lhe doa esse padroado? (Vid. Doc. 130 publicado a fls.232 do 1º Vol de Fr. Gonçalo Velho). Devemos ter presente que Fernão Cabral (I) era senhor da Terra de Azurara desde 1437, data do cerco de Tânger, onde faleceu pai Fernão d'Álvares Cabral.

*Apresentamos a seguir vários argumentos que nos parecem afastar a hipótese de ter sido a prensa a empresa de Fernão Cabral.*

Nada nos garante que apedra não tivesse vindo doutro local, visto a Igreja ter sido restaurada várias vezes.

Não pode necessariamente admitir-se que tal prensa seja o escudo das armas que se acham esculpidas na Capela mór da mesma Igreja, que mostram ser antigamente do Padroado da Casa de Belmonte, como refere o Vigário de Mangualde José Rebelo de Mesquita, em 1758. Ontem como hoje, bem se sabe que as armas da Casa de Belmonte foram e são as cabras passantes e não a prensa. É certo que no século XVII aparecem escudos esquartelados desta família, alternando com as cabras passantes com as prensas.

A prensa a ser empresa de um Cabral, seria de um Cabral anterior a Fernão Cabral (I) tanto mais que a prensa não aparece na capela de Fernão Cabral (I) em Belmonte, mas só dentro da Matriz de S. Tiago, ora alternando com as vieiras do apóstolo ora guardando o escudo principal das *Cabras de passantes*. Por outro lado, na capela tumular de Fernão Cabral (I) ergue-se um que, a dar crédito à tradição, guardaria as cinzas deste fidalgo por ostentar exactamente o escudo com duas maçãs de armas, as maçãs de armas do Gigante da Beira, e estas seriam então a sua divisa.

Dentre as pedras ornamentais de Belmonte onde esculpiram a prensa, recordo um fragmento de coluna oitavada, com um escudo incrustado e a prensa em campo. Seria o fuste do antigo pelourinho? (1) A prensa se anda a par dos Cabrais não anda menos a par de Belmonte. E porque não seria a prensa também o símbolo das armas de domínio desse concelho? Os pelourinhos continham, às vezes, como motivos decorativos, as armas reais, as armas do senhor e as armas dos concelhos. As armas do senhor até acabavam por tornar-se armas do concelho como aconteceu, por exemplo, em Gouveia. Esta Vila tomou, como suas, as armas dos Silvas, seus senhores, no séc. XVI. Muito embora, no século XV, os Cabrais não fossem senhores de Belmonte, terra da Coroa, a verdade é que, além de Alcaides-mores, tiveram por doação os direitos reais da Vila.

É altura para perguntar se a prensa teria sido divisa do alcaide mor e por via dele, transmitida ao concelho ou vice-versa.

Devemos recordar que Manuel Coelho, *Rei de Armas de Portugal*, ilustre heraldista do séc. XVII, aí por volta de 1645, atribuiu ao concelho de Belmonte como armas de domínio a prensa, o que pode verificar-se no Cod. 6820 do Fig., Dos manuscritos da B. N. de Lisboa, a fl. 54:

**"Belmonte tem por armas hum mancebo metido em hum tormento, como imprensa onde o apertão. Dizem ser filho de um senhor a quem os mouros matarão neste tormento por não querer negar a nossa Santa fé."**

Contanto que não nos fíemos demasiado no testemunho dos heraldistas, aqui nos fica este à espera que apareça o selo do concelho de Belmonte e se esclareça, com ele, esta mão cheia de hipóteses! Devo declarar que, algumas vezes, antes desta polémica, ouvi em Belmonte idêntica explicação da prensa, muito embora lá não se considere a prensa símbolo das armas da vila. Contudo, o Dr. Jaime Lopes Dias em *Pelourinhos e Forças do Distrito de Castelo Branco* ensina que o Pelourinho de Belmonte se compunha de uma coluna octogonal e tinha um brasão.

De qualquer modo a explicação dada à prensa pelo povo de Belmonte parece andar mais próxima da realidade do que a lenda da prensa, instrumento de tortura, a simbolizar a justiça de Fernão Cabral (I) e que justiça!... aquela severidade e dureza no exercício das suas funções que lhe atribui o douto autor de "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?", a fls. 53 do seu livro.

Eis outro barco onde não embarcaremos, este da tradição sanguinolenta... Creiam que não é gosto de discordar! Raciocinemos.

Não quadra bem à compleição física do Gigante da Beira um coração pequenino e vingativo, igual ao dos bobos da corte e essa doentia paixão de se deliciar perante a tortura de familiares ou de um familiar como se estivesse a sorrir ao espremer das uvas, nas suas terras da Arrefega, ou a moer das azeitonas galegas no seu lagar da Covilhã!

*Nem D. Afonso V, seu amigo e soberano se parecia com el-rei D. Pedro, o cruel!...*

Nem à valentia e nobreza da corte do agradaria a tortura como meio de atingir a justiça, pois a tortura é arte feminina ou triste sinal de fraqueza e cobardia! Os soldados de África se eram terrivelmente valentes eram também terrivelmente nobres...

Nem esta tara está de acordo com o belo retrato de Fernão Cabral (I) que debuxou, no Cancioneiro Geral, o infortunado coudel-mor Fernão da Silveira:

*" Mycer gualante cabral  
boas nouas deos vos mande  
soys em corte feo grande  
e no campo ouitro tal.  
Huum mançios soys segundo  
por servir damas tornado  
e dos galantes sois dado*

*por espelho neste mundo.  
No paço v(ou)s trautes  
Creem as damas em vos todas  
Soys reuoluelhas de vodas  
Mas das vossas nam curaes.  
Pycaes vos muyto damor  
quer vos venha bem quer mal  
nem há hy em portugal  
de damas tal seruidor.  
Por metedor daluroços  
Antre moças de pandeyro  
Jtem mais de ssoalheiro  
Grã gastador de tremeços.*

Belmonte constituía um julgado no tempo de D. Dinis. Segundo as inquirições deste monarca, os bispos de Coimbra só tiveram inicialmente Centocellas mas foram depois alargando os marcos do território do Rei e do concelho da Covilhã e acabaram por assenhorear Belmonte e outras aldeias. Contudo os de Belmonte recorriam para a Covilhã.

Tanto Centocellas como Belmonte receberam foral, a primeira em 1194, e a segunda, em 1198, conforme consta dos *P. M. H., Leges et Consuetudines, fls. 487 e 506* ). O foral de Centum Centocellas é outorgado pelo bispo de Coimbra mas o de Belmonte é outorgado pelo Rei e pelo bispo conjuntamente.

As inquirições referidas respeitaram provisoriamente a Honra de Belmonte.

Os bispos de Coimbra vieram a escambar, mais tarde, Belmonte e o couto de S. Romão com Martim Vasques da Cunha, por Arganil. Temos notícia desta transacção por uma confirmação de D. João I, em 1395.

A torre de Belmonte parece ter sido construída ainda pela mitra de Coimbra, na E. de 1303, em pleno reinado de Afonso 3º.

Contudo, a emancipação de Belmonte do termo da Covilhã, opera-se somente em 18 de Abril de 1385 quando o Rei de Boa Memória lhe outorga jurisdição sobre si, por ter optado pela justiça de Portugal contra Castela. Só a partir desta data teria direito a erigir pelourinho, a usar selo e signa e assim armas de domínio. É curioso notar que esta emancipação de Belmonte se verifica no mesmo dia e local, em que outras mercês são feitas a Álvaro Gil Cabral, embora este nunca tivesse sido alcaide mor de Belmonte!

O grande título de glória de Álvaro Gil Cabral é a sua defesa do Castelo da Guarda, perante a traição do bispo da D. Afonso Correia e as promessas de D. João de Castela.

D. Fernando chama-lhe seu vassalo e fá-lo suceder na alcaidaria—mor a ao conde D. Henrique, em 22 de Julho de 1383 (E, de 1421).

D. João, Mestre de Aviz, doa-lhe Azurara, em 27 de Março de 1384 (E. de 1422) e trata-o por escudeiro. Chama-o de escudeiro e alcaide da Guarda em 10 de Maio seguinte, ao conferir-lhe em tença, o que pertencesse receber à coroa em cada um ano, no concelho de Valhelhas e ainda 150 libras em Manteigas, o que presumo seja a colheita desta última. Logo a seguir, em 9 de Agosto, volta o Mestre de Aviz a galardoar os serviços de Álvaro Gil, seu vassalo e alcaide do castelo da Guarda, doando-lhe de juro herdade a aldeia da Folhadosa para, a seguir à aclamação, lhe voltar a doar: a) em 7 de Abril de 1385 os direitos e rendas e pertenças da Guarda e b) em 12 de Abril a quinta de S.to André, do julgado de Azurara, e c) lhe confirmar em 19 de Abril, a doação de Moimenta.

É de notar que nesta confirmação de 19 de Abril ainda chamam Alcaide da Guarda a Álvaro Gil, quando nessa data já tinha prestado menagem do Castelo, o novo alcaide, o bispo D. Fr. Vasco como veremos adiante. O facto deve provir do facto de muitas vezes as confirmações reproduzirem integralmente, até no prómio, a própria doação e na data desta ainda ser alcaide o nosso Álvaro Gil.

Parece poder fixar-se em junho de 1385 a data da morte de Álvaro Gil Cabral. O mês foi determinado pela leitura e reprodução da lápide sepulcral da Sé Velha de Coimbra, pelos Drs. Simões de castro e Teixeira de carvalho, em fins do século passado: o ano deriva de não aparecer, após ele, qualquer outro documento, referente a Álvaro Gil, e de ser de 6 de Outubro de 1385 a confirmação das doações e direitos de seu pai ao escudeiro Luís Álvares Cabral. A renovação de Álvaro Gil Cabral da alcaidaria da Guarda, em 15 de Abril de 1385 e a sua substituição pelo bispo D. Frei Vasco, deixam antever os efeitos de uma incapacidade física que se consuma com a morte cerca de mês e meio depois.

Eu sei que pode objectar-se esta data de 1385 com a data de 1395 (E. 1433), que aparece na carta régia da doação da Quinta de S.to André, ao ser confirmada por D. Duarte, no princípio do seu reinado, em Almeirim a 8 de Dezembro do ano de 1433. Porém o erro é manifesto, em face da cópia da mesma carta, existente no liv. 1, da Chanc. De D. João I, e dos outros argumentos apresentados a favor do falecimento no ano de 1385. Aliás a data da confirmação, ano de Cristo de 1433, ajuda a explicar a gralha.

Na alcaidaria da Guarda sucedeu a Álvaro Gil Cabral, em 15 de Abril de 1385, o bispo dessa diocese, D. Frei Vasco, como já dissemos, que também assistiu às Cortes de Coimbra, onde aclamaram D. João I, em 6 de Abril desse ano. Portanto, quando no Porto, em 6 de Outubro de 1385, D. João I confirma a Luís Cabral todas as doações e direitos de seu pai, já não lhe confirmou a alcaidaria-mor da Guarda, donde aliás, Álvaro Gil tinha sido removido, em vida.

Além do bispo D. Frei Vasco foram alcaides da Guarda, no séc. XV: João Lourenço de Ferreira...

Portanto, dos ascendentes de Pedro Álvares Cabral, descobridor do Brasil, só Álvaro Gil Cabral foi alcaide da Guarda. Morreu em Coimbra, já desaposado da alcaidaria...

Luís Álvares Cabral, seu filho, parece dever considerar-se o primeiro Cabral que foi alcaide de Belmonte, como deduz da carta régia de D. Afonso V, passada em Évora em 20 de Setembro de 1466, em que este monarca doa a Fernão Cabral (I) o castelo e alcaidaria de Belmonte para os ter, assim como ele até ali teve e como tiveram Fernando Álvares Cabral, seu pai, e Luís Álvares Cabral, seu avô.

(1) Esta pedra está hoje incorporada no pelourinho restaurado na década de 1980.

Luís Fernando Carvalho Dias

## **PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?**

**Dr. Amândio Marques**

**Jornal do Fundão, nº 891, de 11 Agosto de 1963**

*Quando há dias regresssei a esta cidade do Porto, amigo meu fez-me a entrega do prestigioso "Jornal do Fundão", de 16 de Junho último, que insere a "Réplica" do Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias. Embora "sorria com indulgências das minhas afirmações – de modo algum me permito concorrer á autoridade do meu ilustre contraditor - mas permito-me proclamar a mesma paixão pela verdade que invoca – e não preciso de diminuir a alheia para esse desiteratum- li-a com toda atenção. Apreciei-na naquilo em que é incompleto, no que altera usando uma linguagem a que Gil Vicente, num dos personagens dos "Autos", designava por "fala*



devinda". Nada trouxe do novo a este plenário que é a opinião pública, instância que me mereceu sempre o maior respeito e acabamento, mas sempre direi alguma coisa, ao essencial da "Réplica", neste artigo a que chamarei tréplica, usando a linguagem técnica e como último articulado. Antes do mais, tenho de repetir com toda a veemência o aspecto de insinuações maliciosas que a Réplica, do meu ilustre contraditor, contém vindo em mim intenções que nunca me passaram sequer pelo espírito! Vejamos assim o que há do essencial, na "Réplica", a comentar. Não vi, e estou certo que ninguém viu, como é o meu ilustre contraditor (conta minha vontade não aplico os atributos que lhe são merecidos e devidos, sem ponta de ironia que não tem) "tivesse virado do avesso os argumentos com que argumentos?! Pelo contrário, deu-me elementos que reforçaram até a minha tese que, como historiador que é o meu ilustre contraditor, como perfeitamente sabe, nunca pode ser imposta a ninguém. Sobre o silêncio de João de Barros a respeito do Descobridor, onde se leu que eu dissesse "isso não é preciso?! E ao referir-me à Carta de Caminha da Armada não se referia ao Descobridor, nem à sua naturalidade, tratando Pedro Álvares Cabral, por "Capitão", agora acrescento "Capitão Mor". Na minha resposta de 2 de Junho último, declarava que, em harmonia, seriam publicados e um série de artigos, eu os aguardei; porém, passado já tempo mais seria publicado. Tanto assim que o afirmo na "Nota" final, e nela faço já uma referência a outro artigo da autoria do Sr. Joaquim Cardoso Tavares (pela prosa me parece professor) de 19 de Maio último. Que culpa tenho eu que o meu ilustre contraditor não queira ler o que se escreve! Como vê, não é o meu livro quem está doente, que permanece intacto na relevância dos eus factos e argumentos. Há um engano da parte do meu ilustre contraditor, pois em assuntos de "táctica polémica" pode, na verdade, dar-me lições, até porque, como o confessa, teve uma intenção polémica com a publicação do primeiro artigo. Aliás, o que é bom frisar, nem tenho a pretensão de dar lições a ninguém, nem invocar uma qualidade que não possuo.

Não foram, pois, dois meses que estive à espera de responder ao primeiro artigo do sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias, e a demora esta explicada. É bradante essa afirmação de que pretendo canalizar para a minha terra "filhos do país irmão que buscam vestígios do descobridor... Pedro Álvares Cabral e a terra da sua naturalidade, salvo o devido respeito, tem servido, assim, de isca!... ao bairrismo de S. Exa!". (a S. Exa. sou eu!)

Como é lamentável ver em mim intenções que nunca tive nem tenho! Nunca me parece semelhante coisa pela mente!! E como se permite afirma-lo. É mau sistema de julgar os outros por nós, e ver eles nem sequer sonharam!

"Quem soubesse no começo

O cabo do que começa"...

invocando os versos de Gil Vicente... Estou a invocar muito estas sentenças... Sobre o meu trabalho, continua o meu ilustre contraditor: - "vejo no livro- refere-se a "Onde nasceu Pedro Álvares Cabral?!", - "não um trabalho frio de análise histórica mas uma resposta às festas cabralinas de Belmonte no princípio do ano de 1963!". Isto é que é argumentar.. com infelicidade. Esta a brincar ou quer lançar-me a fogueira como qualquer Torquemada?! Porque é que o meu ilustre contraditor não leu a primeira página do meu trabalho, e a carta do Ministro Conselheiro Donatello Grieco! Ou se leu? Se leu, como quer que forme a minha opinião a respeito das inconscientes e insidiantes afirmações constantes da "réplica"? Se o sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias tivesse lido, lá afirmo no meu livro, que tanto se esforça, em vão por apoucar- o monopólio de seriedade é somente e exclusivamente do meu ilustre contraditor!- que comecei a escreve-lo dias depois do mês de Abril de 1962, e reafirmo-o na "Nota" final a página 67. E depois "as tardias comemorações de Belmonte, vila até aí quase injustamente esquecida, frustraram os projectos ambiciosos do lá apaixonado bairrismo (refere-se a mim), apesar mesmo de oficialmente se haver invocado a dúvidas. Então ficamos mais uma vez, a saber que a dúvida existe efectivamente, e que até foi oficialmente invocada. E bom consignar. Por outro lado pasma-me na afirmação de considerar Belmonte vila, até aí (refere-se às comemorações) quase injustamente esquecida, que me permite discordar e rejeitar tal afirmação.

Fiquei ainda a saber – embora os ignore! – que eu tinha projectos ambiciosos do meu apaixonado bairrismo e eles se frustraram! Ainda bem! O certo, porém, é que em nada podia influir, como não influíu, naquelas comemorações ou solenidades. Esta é que é a verdade. Não sou eu nem o meu livro que anda enfermo não, nem ainda temos necessidade de bóia! O meu trabalho estava pronto para o prelo no mês de Dezembro de 1962, muito antes da inauguração da estátua de Pedro Álvares Cabral e visita ao Castelo, a que estive presente como disse, e foi publicado nos primeiros dias de Abril de 1963! A que vêm tais insinuações e com que objectivo são feitas?! A intenção que nos outros vê, é somente a do meu ilustre contraditor, e de mais ninguém. Em certo ponto é bom que imprima a essas afirmações essa orientação, porque nos ficamos a conhecer um pouco melhor. Mas o Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias, não me conhece e muito menos me compreende. Sempre lhe vou dizer. Pertença a uma geração que viveu ainda o tempo – o bom tempo! – em que o respeito, a obediência e o acatamento pelos mais velhos, constituía para nós um verdadeiro culto. Ouvíamos as suas opiniões e, quando divergiamos, faziamos-lo com elevação e dignidade, quando as não seguíamos como melhores. A sua idade e os seus conselhos ou opiniões, eram óptimos elementos de orientação e ensinamento para a nossa vida, tudo constituindo particular motivo de respeito pelos cabelos brancos, e admiração. Vivíamos ainda as reminiscências do último século, que nos deu uma emocionada sensibilidade, e respeito pelas opiniões alheias, comovendo-nos à lágrima - aqui sim, havia lágrima – os belos romances de Camilo como "O Amor de perdição", no dizer do saudoso Mestre Aquilino Ribeiro "a novela mais bem composta", os de Júlio Dinis, os de Eça, e os versos de António Nobre, Antero, Junqueiro, João de Deus e outros brilhantes escritores, e tínhamos de cor os seus versos, sem esquecer os do Épico, eu sei lá de quantos!!! Esta geração a que me honro de pertencer, entre a pouco ou muito, deu os intelectuais renovadores da "Presença". Eu sei que há uma parte da juventude, uma parte da geração actual que é um pouco diferente... aquela que eu designo de "iluminada". Sim, tudo sabe, possui uma cultura que nós não temos, as suas opiniões é que são válidas, a última palavra, como sentenças. As nossas bem prescindem delas, lá não digo conselhos que os não admitem. Nós somos uns "chatos"- peço desculpa do termo – na sua linguagem chíc e moderna. Nas suas mãos detêm a solução dos seus problemas, sem precisarem nem respeitarem as opiniões dos mais velhos, quer dizer, nós somos uns tais "Botas de elástico", espécie de ignorantes de ideias velhas, "demodées", e todavia, eles adormecem às primeiras páginas de um Camilo ou de um Eça! Grande esperança desta geração desta ! O sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias sabe perfeitamente que não pretende impôr a minha tese a ninguém, e já afirmei que respeito as opiniões e ideias alheias, para que também respeitem as minhas. E a verdade é, justamente o meu ilustre contraditor quem quer impôr a sua, sempre respeitável opinião da naturalidade do Descobridor-baseado único e exclusivamente num elemento, a tradição – quando e "apesar mesmo de oficialmente se haver invocado a dúvida" usando a sua própria expressão. Não admira, pois, que haja quem pretenda diminuir o meu livro, que tanto trabalho me deu e rebatê-lo – que há-de ser difícil, tenho-o para mim, e sem pretensão o afirmo – por qualquer forma. Quem são os consagrados em que o meu ilustre contraditor assenta a sua opinião, assente somente na tradição, ignoramo-los. Ainda na "Réplica" se afirma de eu querer "armar à lágrimas"! Esse aspecto enternecedor do meu trabalho confesso que era para mim desconhecido! Não tem relevância a invocação das doações referidas na "Réplica", assim como a primogenitura de Fernão Cabral, que nada interessam à naturalidade de Pedro Álvares Cabral. Na verdade, que pode interessar à questão de saber se Pedro Álvares Cabral, nasceu aqui ou acolá, que a seu pai Fernão Cabral "sucedeu na Alcaidaria Mor de Belmonte e na terra de Azurara o primogénito João Fernandes Cabral e nunca Pedro Álvares"?! Se seguíssemos sempre a raciocínio vicioso e as afirmações do meu ilustre contraditor, chegaríamos à conclusão de que o Descobridor, nem nasceu, nem viveu em Belmonte ou S. Cosmado da velha Azurara, porque viveu e morreu em Santarém, onde tem o túmulo. Não, não sou eu quem devaneia. Agradeço as boas lições que tenho recebido mas sempre me permito dizer que é mais fácil destruir, do que construir. Mas enquanto, o sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias procure destruir o meu trabalho pela fortuna como o tem feito mantenho-me tranquilo e cada vez mais firme e convencido que, com o meu trabalho "Onde nasceu Pedro Álvares Cabral", contribuir com seriedade (vai sublinhado para evitar monopólios que não admito nem reconheço

a ninguém), para o estudo do mais extraordinário Descobridor da nossa história, e das figuras mais notáveis da nossa Beira. Creio ter respondido, assim, ao essencial da "Réplica". E chega.

Renova os meus agradecimentos ao "Jornal do Fundão", pelo amável acolhimento que me tem dispensado.

P.S: - Acabo agora – 16 de Julho – de receber o "Jornal do Fundão" de 14 do corrente, que publica mais um artigo do Exmo. Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias, que vou ler com a atenção de sempre.

## PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?

Dr. Amândio Marques  
Jornal do Fundão, nº 893, de 25 de Agosto de 1963

Ao artigo de 14 de Julho de 1963 do Exmo. Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias, peço licença para esta resposta. "o que esta em causa é a tese (a minha)... as suas premissas, as suas conclusões e talvez, nesta obra os seu método de trabalho e nada mais", diz o meu ilustre contraditor. É uma afirmação; mas, "talvez" encobre uma reserva mental que, confesso, não atinge muito bem. Agora não há dúvida que as minhas conclusões sobre a terra onde nasceu o Descobridor, não são mais do que a consequência natural e lógica- e bom notar – assente em princípios indiscutivelmente verdadeiros. Por isso aquele "talvez" não me soa bem. Será que deseja referir-se ao facto de eu não saber escrever? Se assim é, tem razão, já o confessei. Será que pretende por a questão seriedade impressa no meu trabalho "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral"? não quero acreditar, até porque o meu ilustre contraditor não é mais serio do que eu, sob qualquer ponto de vista. Mas aquele "talvez", exprimindo em si mesmo uma dúvida no seu espírito, levando água no bico, lembra-me um outro "talvez" de uma pequena História do Brasil, da autoria de um distinto diplomata brasileiro um tanto ou quanto nativista, um tanto ou quanto lusofobo, antes de vir para Portugal e melhor nos conhecer. Ofereceu-me o livro. E lio, como é natural (há pessoas a quem se oferecem os livros e não os lêem), e a propósito da Descoberta do Brasil, e da sua intencionalidade hoje penso que indiscutível, empregava a palavra "talvez", traduzindo uma dúvida e, sobretudo, com vista a diminuir o feito maravilhoso da Descoberta. Um dia, em boa conversa, chamei-lhe a atenção para o facto da dúvida que exprimia com aquele "talvez" e reconheceu a minha razão. Depois de outras conversas deixou de ser nativista e, transformou-se sinceramente num grande amigo de Portugal, e dos mais apreciados lusofilos. Mas vamos adiante. Não quero abusar desta generosíssima hospitalidade que o "Jornal do Fundão" me tem dispensado beirão de gema da encantadora Cova de Beira.

Quando sublinhei na minha "Resposta" o termo "tresladado", não queria aludir ao seu significado. O meu propósito foi unicamente mostrar ao meu ilustre contraditor que tinha copiado "fielmente" a legenda do túmulo, tal qual agora também a pública. Se permite, discordo do sentido e do significado que pretende dar o termo "tresladado". Tresladar é a transferência, neste caso, de um corpo de um localidade para outra.

*Exumar, é que me parece, dar-se a transferência dentro do mesmo local. Mas, insiste não era este o propósito que tive ao sublinhar esse termo incerto no artigo inicial do Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias. E a referência a Brutéria tem o seu quê singularidade, mas nunca me permito rectificar um critico mesmo com as amáveis e conselheiras sugestões do meu ilustre contraditor. Há um detalhe na "Replica -II" do Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias que reputo importante. É a inscrição sobre o portal da Capela de S. Tiago que o meu ilustre contraditor transcreve na integra, que logo aproveitou para, ácremente, me atingir. Não, nem a guardei para mim, nem a soube ler, como afirma o ilustre historiador. Simplesmente, não a consegui ler, o que é totalmente diferente. Porém, e interpretação que pretende dar-lhe, não colhe. A inscrição esta muito deteriorada pela acção do tempo, deteriorados, selvaticamente mutilados, se encontram, também, dois brasões dos Cabrais, ali existentes. Mais de uma vez – Setembro de 1962 – fui ver se conseguia ler essa inscrição e não consegui- fiquei com o sentido das suas palavras, mas para mim não chegava. E como preocupou a fidelidade em tudo, como não consegui ler na totalidade essa inscrição, na incerteza, não me referi a ela. Mas permito-me chamar a atenção do Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias de que, parece-me a não transcreveu tal como é. Hei-de ir vê-la de novo. Aliás a interpretação que pretende dar-lhe não merece a minha adesão. Assim o facto de não inserir no meu trabalho aquela inscrição não foi para a guardar para mim ou por não saber ler, como com espirito achinca-lhe se refere - sempre dogmaticamente na suas afirmações o meu ilustre contraditor.*

Não adiro, como disse, a interpretação que quero dar-lhe. O facto de Fernão Cabral ter mandado construir aquela Capela não se infere, nem a inscrição autoriza a afirmar que Fernão Cabral residiu-se em Belmonte. Foi de todos os tempos, e ainda hoje se observa, que pessoas que vivem longe da sua terra que não é a sua residência e mandam construir em outras terras, que não são aquelas onde nasceram, o que é dos seus familiares, escolas, capelas, casas para veranejar, cantinas, residências para professor, hospitais, etc. etc. Até o seu jazigo para ali irem repousar para sempre. E como já referi nem todos os da família do Descobridor, nem este, repousam Belmonte. Álvaro Gil Cabral esta na Sé Velha de Coimbra, Pedro Álvares Cabral na igreja da Graça em Santarém isto responde a interrogação formulada pelo Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias, ao referir-se a Fernão Cabral e D. Isabel de Gouveia não terem construídos o seu mausoléu em S. Cosmado. Mas há mais. Dona Isabel de Gouveia que é de Castelo Rodrigo, aqui não mandou construir o seu mausoléu, o que era natural, tanto mais que seu pai era ali alcaide-mor. E onde o Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias documento que comprove a residência der Fernão Cabral de D. Isabel de Gouveia sua mulher em Belmonte ? e fala o ilustre historiador meu contraditor, em métodos reprováveis e condenáveis na historia!!

A transcrição que alude do livro "Monografia do Concelho de Mangualde" do Dr. Valentim da Silva devia o meu ilustre contraditor tê-la completado o que não fez com a página 51 do meu trabalho onde transcrevo do Dr. Valentim da Silva quando se refere à casa de S. Cosmado e afirma: - "disse que nesta casa foi, outrora, moradia de família dos Cabrais". Eu não quero estar a transcrever nem o meu trabalho nem aquela Monografia!

E no que respeita ao título "Senhor de Azurara" limito-me apenas a indicar de novo, a "História Genealógica, III, 101, Ed. Coimbra, atlântica livraria, editora, Lda, 1947".

Louvo-me ainda naquela História Genealógica para, se assim me permitir, dizer que aquele título não só o possuía, como os seus sucessores, apesar da linguagem e dos qualificativos despegados do meu ilustra contraditor- que se exprime dogmaticamente- quando classifica de "feia acção" e "estas e outras tropelias", as minhas referências sobre o título de "Sr. de Azurara" do descobridor. Enfim, autoridade, e definitiva palavra, é a do historiador - o que eu não sou -, do Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias.

Essa sim, é indiscutível e além da sua sapiente opinião nada mais há, fica a história feita! A "III e IV Réplica, de 28 de Julho e 4 de Agosto", gostaria ainda de fazer um ligeiro comentário. E se me for permitido o farei. Desde já declaro que, gostei destes dois artigos e, sempre direi, era por aí o Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias devia ter começado.

# PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?

**Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias**  
**Jornal do Fundão, nº 899, de 6 de Outubro de 1963**

*A série de artigos publicados no "Jornal do Fundão", sob Pedro Álvares Cabral, Belmonte ou S. Cosmado, foi interrompido, mau grado nosso.*

*Da impossibilidade de manter a sequência derivou ler de ceder a palavra à outra parte e aguardar que concluísse as suas razões. Por isso aqui estamos de novo, esperando e benévola atenção do leitor.*

*Se algum Pedro Álvares Cabral nasceu em Azurara ou S. Cosmado, outro seria que não o descobridor do Brasil, segundo creio.*

*Poder-se-á, porém, objectos: Fernão Cabral (1) teve casas em Azurara!*

*Possuir casas não significa viver ou residir. Contudo, para admitir a existência ou posso dessas casas e eu admito-a há que aceitar, pelo menos, em princípio, a versão dos testamentos de Maria Gil, de Fernão Cabral o de D. Isabel de Gouveia, nos resumos de Sanches de Baena, com as referências aos vínculos e capelas de Belmonte, e ainda as notas da autoria do General Brito Rebelo.*

*Assim, os pais do descobridor teriam falecido ambos em Belmonte: D. Isabel em 26 de Agosto de 1483 e Fernão Cabral, dos ano depois, em 1943.*

*O testamento de Fernão Cabral (1) teria a data de 15 de Outubro de 1492.*

*Não refere o resumo de Sanches de Baena onde foram exarados os testamentos mas poder-se-á perguntar: será forçar a verdade presumir que aí se dera o decesso de ambos os cônjuges e aí tiveram a sua residência legal?*

*A cresce que as partilhas por morte de Fernão Cabral(1) se realizaram no Castelo de Belmonte, segundo a mesma fonte, em 6 de Maio de 1494. As datas, por demasiadamente precisas, não deixam lugar a qualquer presunção em contrário, pelo menos sem dados concretos: não pode assim, fazer-se tábua rasa dos testamentos, da instituição da capela, e do restante que nos foi transmitido, salvo exibindo documento em contrário ou prova equivalente.*

*Os pais de Pedro Álvares Cabral vivem pois, em Belmonte, não só por dever legal, mas ainda de facto, pois aí foram ambos, em épocas diferentes, surpreendidos pela morte. Mas há mais: a avó do descobridor, Leonor Gonçalves, viúva de João Gouveia 8de quem temos notícia viver em Castelo Rodrigo), exactamente no ano presumível do nascimento de Pedro Álvares Cabral, afasta-se dessa zona e aproxima-se ou vem para Belmonte, pois que doa a 20 de Outubro de 1467 a seu filho Vasco Fernandes de Gouveia umas casas na Judiaria de Santarém. Tal doação é outorgada perante Diogo Afonso, tabelião de Valhelhas. Não se refere o documento que resume a doação o lugar onde foi outorgada mas a intervenção do oficial público de Valhelhas, notário pessoa dos Gouveias, senhores dessa vila, deixa presumir que Leonor Gonçalves se tivesse aproximado da sua única filha para assistir ao parto e baptizado. Alias Pedro Álvares Cabral vai usar o apelido materno de Gouveia. Este, documento com outros ainda inéditos e outros conhecidos, deverão ser publicados em separata destes artigos.*

*Será legítimo identificar as casas de Azurara com a casa S. Cosmado?*

*Creio que não.*

*A casa de s. Cosmado não contém caracteres arquitectónicos que autorizem a classifica-la como construção do século XV. A janela, o portado e o alpendre, únicos elementos de construção com características definidas, poderiam quanto muito atribuir-se ao fim do século XVI ou melhor ainda ao séc. XVII.*

*Contudo admite-se a existência de prédios rústicos, na posse dos Cabrais, situados em S. Cosmadinho, porque tal consta do Tombo dos Bens dessa ilustre casa de 1807. O Tombo não indica porém a origem desses bens e a data da sua aquisição, o que não acontece com outros bens registrados nesse tomo: por exemplo com aqueles que v.g. constituíam o morgadio de maria Gil e o vínculo de Fernão Cabral (1).*

*Seriam os bens de S. Cosmadinho a expressão novecentista, nessa região das antigas doações? Poderiam sê-lo mas em tal hipótese como explicar que Filipe I não tenha confirmado as doações de Azurara? Seriam restos de qualquer outro fundo de bens rústicos?...*

*Devemos esclarecer para evitar dúvidas ou deformações: os Cabrais de Belmonte de 1807, sucessores de João Fernandes, irmão do Descobridor, não são só descendentes de Pedro Álvares Cabral. Portanto estes bens de S. Cosmadinho não serve para alicerçar qualquer tese do autor do opúsculo. Onde nasceu Pedro Álvares Cabral? Designadamente a sua afirmação categórica de fls. 45, que diz. "Estas propriedades em S. Cosmado e quinta de S. Cosmado ainda hoje são foreiras aos descendentes de Pedro Álvares Cabral".*

*Fica assim ao referido autor o encargo de provar de novo quais os descendentes do descobridor que possuíram bens em S. Cosmado ou dar baixa a este argumento, outro dos que alicerçaram a sua tese e agora naufraga.*

*Costa Lobo ao estudar os haveres individuais dos grandes senhores do séc. XV, não se ocupou da fortuna de Fernão Cabral (1). Vamos, pois, tentar registrar, que não avaliar essa fortuna socorrendo-nos do resumo dos testamentos e das doações regias.*

*Um terço dos bens do Casal, que depois foi vinculado e veio constituir o morgadio instituído POR Fernão Cabral e por D. Isabel era constituído: por fazendas em Belmonte e seu termo; pelos bens da Covilhã (onde também foi alcaide-mor Álvaro Gil, antes de ser alcaide-mor da Guarda): pela quinta da Arrefega, pelos bens de Valhelhas e seu termo (relembro que no Sarzedo, então termo de Valhelhas e hoje da Covilhã, e em Famalicão da Serra ainda no século XVIII e XIX possuía vários bens a Casa Castelo Melhor, descendente de Pedro Álvares Cabral, embora neste momento eu não possua elementos para saber a origem de tais bens); pelos bens de Pedrógão, termo de Penamacor e do Meimão e pelos bens de Castelo Novo. Para complemento foram juntos mais os bens de Moimenta da Serra, as casas grandes de Viseu com os seus quintais, umas casas em Azurara e o casal de Carvalho de Alcáache.*

*Os outros dois terços dos bens do casal eram constituídos, pelo menos, pelos bens seguintes. O fundo rústico que constituía o Morgadio de Maria Gil, nas imediações de Belmonte e Covilhã; os bens de Freixo de Espada à Cinta, que vieram a Fernão Cabral por doação régia: a quinta do Colmeal das Donas e a quinta da Malpartida, que vieram na herança de Vasco Fernandes de Gouveia, as terras da Serra da Marofa, entre Pinhel e Castelo Rodrigo, que herdou D. Isabel Cabral, irmã do Descobridor, que podem ser da mesma herança de Vasco Fernandes e estar incluída nas verbas anterior e posterior; a restante fazenda de Riba-Côa, também da herança de Vasco Fernandes, as rendas dumas casas na Judiaria de Santarém; as tenças individuais de Fernão Cabral com os rendimentos da sua função; os dotes das suas duas filhas casadas que desconhecemos como foram constituídos; os bens da coroa, transmitidos e confirmados ao filho mais velho, João Fernandes e que são entre outros. A alcaidaria-mor de Belmonte, com todos os direitos reais e sobretudo com todos os direitos reais e sobretudo com os direitos dos maninhos de que derivou a grande domínio da propriedade enfiteutica da Casa Belmonte até à sua divisão pelos filhos de D. Vasco, 3º Conde de Belmonte, no terceiro quartel do século passado; os senhorios de Azurara, de Manteigas, Moimenta da Serra; a quinta de Stº André, o padroado da Igreja de S. Gião de Azurara; Meimoa a seca, no termo de Penamacor, que veio na herança de Vasco Fernandes e foi durante muito tempo a garantia*

dos quatrocentos e tantos mil reais da herança de D. Isabel de Gouveia por óbito de sue pai João de Gouveia; a montaria mor da Serra de Crestados, que depois foi a Serra da Esperança.

Da enumeração destes bens cuja avaliação é muito difícil senão impossível de fazer, derivam várias conclusões:

a) *nem Azurara nem consequentemente S. Cosmado ficam na confluência geográfica deste domínio rural. Portanto não pode afirmar-se que Fernão Cabral para administrar esta fortuna devesse deslocar a sua residência de Belmonte para S. Cosmado. A situação geográfica de Belmonte convinha melhor a uma administração cuidada do que Azurara, situada num dos extremos, não obstante, nessa época, os grandes fidalgos delegavam em criados e administrativos a feitoria das suas terras e a recolha de foros e mais rendas.*

b) *Se aparecessem um documento donde se devesse concluir sem dúvida que Pedro Álvares Cabral não nascera no Castelo de Belmonte, nem assim S: Cosmado ou Azurara ficavam com o direito de reivindicar exclusivo essa honra. Então outras terras, que nunca se atreveram a discutir os direitos da vila solarenga dos Cabrais, poderiam invocar melhores títulos e melhores razões.*

c) *Os bens de S. Cosmadinho eram uma gota de água nesta fortuna, e talvez tão insignificantes como o pardieiro perante a grandeza e majestade da residência acastelada e desafogada de Belmonte. Basta ter em atenção duas circunstâncias: à alcaidaria de Belmonte andavam adstritos os maninhos do concelho, nos termos do foral e esses maninhos eram fonte constante de novos aforamentos ou de aproveitamento directo. Em Azurara e seu concelho não havia já maninhos: e propriedade estava dividida entre fidalgos e plebeus e só a terra reguengueira pertencia ao Rei ou aos seus delegados, os senhorios.*

*Nos reguengos de Azurara havia outros senhores além dos Cabrais e no seu termo mais fidalgos do que em Belmonte. Em Belmonte, praticamente além da família do descobridor e seus apaniguados e um ou outro escudeiro a exercer funções públicas, nenhuma outra gente de algo vicejava, por isso, o seu termo, no século XV oferecia óptimas condições para a constituição dum largo domínio senhorial ao contrário de Azurara, concelho de população mais densa e de terra mais ocupada.*

*Socorre-se o autor de Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral do censo ou cadastro da população de 1527 para evidenciar a densa população do concelho de Azurara e a fraca densidade do concelho de Belmonte e daí deduzir embora veladamente a importância de um e a pouquidade do outro.*

*Na verdade, o concelho de Azurara, em 1527 tinha cerca de 936 moradores quando o concelho de Belmonte tinha 244, isto com áreas sensivelmente iguais.*

*Porém se analisarmos os números do censo por outro prisma, o resultado será muito diferente. Assim a vila de Belmonte cabeça do concelho respectivo, aparece com 159 fogos ou moradores. Ora no concelho de Azurara o lugar mais povoado é o lugar da Póvoa, com 55 moradores, S. Cosmado tem 13, Mangual 37, etc. portanto podemos concluir, embora o maior ou menor povoamento não seja índice único para avaliar o progresso ou a importância duma região, que, no velho concelho de Azurara não havia qualquer aglomerado populacional que se aproximasse de longe com a vila de Belmonte, nem havia no seu termo mesmo qualquer vila.*

## **PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?**

**Dr. Amândio Marques**

**Jornal do Fundão, nº 902, de 27 Outubro de 1963**

*Cumprir-me dizer alguma coisa, como prometi, acerca dos últimos artigos do Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias, publicados em 28 de Julho e 4 de Agosto. Tenho de limitar as minhas considerações porque a minha vida profissional, meu único rendimento, não permite despendir o tempo que tanto desejaria, para me dedicar ao estudo de interessantes aspectos relacionados a esta tão agradável colaboração e melhor responder as eruditas afirmações do meu ilustre contraditor. Até porque o jornalismo é a profissão, ao lado da que exerço, que mais entusiasmo e mais me apaixona. Jornalismo é a luta por tudo e em tudo, e para o desempenho dessa missão, é preciso possuir o espírito bem orientado, esclarecido e, acima de tudo, dotado de alto poder combativo, pronto e armado de uma quase impenetrável couraça para a luta, activa e permanente que é a vida social, quer dizer dotado de um conjunto de qualidades excepcionais- até a da paciência- e assim cumprir, tanta vez dificilmente, a alta e nobre missão de educar, instruir e ordenar o público, em suma e em numa palavra, civilizar. Eis o que tudo me falta com lastima minha. Honra para mim inesquecível, todavia, esta de em plenário onde as minhas palavras se pagam, ter de "litigar", "discutir"- como o respeito e consideração devida- personalidades de tanta categoria intelectual e social. No "Jornal do Fundão" de 28 de Agosto último terminava as minhas considerações, afirmando que tinha gostado dos artigos- estudos que muito apreciei- do Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias. Não quer dizer que adira ao que afirma. Discordo por carência de razões e de lógica do meu ilustre contraditor, e não por sistema. Um dos seus aspectos a "prensa" ou "empresa". Não quer bulir nas hipóteses que levanta. O certo é que, a "prensa", não pode ser atribuída, e o Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias assim o pretende atribuir, como símbolo das armas do domínio de Belmonte porque, se o fosse somente o concelho, e mais nenhum, nem ninguém o podia utilizar no rigor das coisas. Os tais "turistas apressados", a que se refere, que passam por Belmonte vetusta vila sempre tão conhecida, vêem em poucas pedras onde esteja esculpida a "prensa". Por mim confesso que apenas recorro de a ver nas pedras que menciono no meu trabalho. E como não vi mais, devo estar incluído naquela amável, e nova categoria de turistas. E a propósito de turismo, permita-se-me a fraqueza de o dizer, acho de um ridículo sem par, o temor de o ver afastado de Belmonte! O meu ilustre contraditor já afirmou, sem ter reparado de certo, que até "as festas cabralinas"-, expressão um tanto pomposa-, Belmonte era quase desconhecido! Se a "prensa" constitui-se um símbolo das armas de Belmonte, seria privativo desse concelho e, portanto, assim o penso, não podia ser usado, nem transposto para outra localidade. Contrariamente, essa "prensa" esta esculpida na Igreja Matriz de Mangualde a antiga Azurara, que é um concelho diferente de Belmonte. E não é só naquela igreja. Essa "Prensa" existe ainda, e me bom estado conservação (também publicada no meu trabalho) numa antiga propriedade que pertenceu a Fernão Cabral, pai do descobridor, na Povoação da "Quinta de S. Cosmado", situada e acerca de um quilometro de Mangualde, onde possuía avultadas propriedades e uma tulha para recolha da sua colheita, e, da qual toda a povoação ainda hoje fala. Não aceitamos, por isso, a hipótese posta pelo Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias segundo a qual, a "prensa", seria um símbolo de armas do concelho de Belmonte. Bem sei que a verdade nunca esta da minha parte e, por isso, na da vale a minha opinião não sou escritor, historiador, tanto pouco investigador, a antes muito afastado de qualquer desses preciosos atributos. Em todo o caso, é uma opinião, digamos assim, profana- não atrevida nem audaciosa, n muito usada adjectivação...- creio que aceitável como a de qualquer outra mais autorizada. Ora, a meu juízo penso que a "prensa" revela uma expressão de um temperamento, de um sensibilidade, de um tendência, digamos antes de um caracter ou de um pensamento, de um indivíduo, pessoal ou colectivamente. Lembra-me um "ex-libris", que individualiza e caracteriza uma pessoa, e a define. A "prensa" é assim um símbolo de família, não de uma terra ou de um concelho, não obstante os heraldistas em quem o Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias, nos põe de sobreaviso, não vamos confiar muito nesse. Há um lenda, vinda de largos anos, dizendo-nos da origem da "prensa", e que ela represente o temperamento forte, áspero, violento e valente do beirão, de um modo geral, e de quem com verdade se diz "quebra mas não torce". Também sou beirão. E não fica mal dizer o que é o beirão, subjectiva e objectivamente.*

Possui grandes qualidades e, também, os seus defeitos já se vê, condição humana, e para não desmentir, a "teoria dos contrários", de que nos fala Platão. Mas creio mais nas suas qualidades e virtudes que se sobrepõem sem dúvida, aos defeitos. E a essa lenda, sempre um fundo de verdade inspira e fundamenta, me refiro no meu trabalho, "Onde nasceu Pedro Álvares Cabral?".

Embora a não perfilhe como explicativa, o Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias, se refere à de a "prensa" constituir um símbolo da família Cabral. A "prensa" era instrumento de tortura, e bem represente ou traduz um temperamento duro e consentâneo com a época. Repare-se no pormenor que não deixa de ser curioso.- Fernão Cabral tinha o apelido, e era conhecido e temido, de Gigante da Beira. Quer dizer, um homem de grande estatura, valente, destemido, com conflitos constantes, impondo a sua força e autoridade. Usava não uma vara um cacete como símbolo, mas antes o que só um homem gigante de força hercúlea podia usar, uma verdadeira e pesada "massa de armas". E de certo não para completar os seus adornos pessoais. E para que a usava então?. por luxo por prazer, como hoje se diria! Acredito que nesses tempos tão recuados, Fernão Cabral fosse, efectivamente, um espírito justiceiro, conflituoso, com deixam ver a tradição e os elementos de "adorno" que usava, sem esquecer as queixas constantes desses conflitos que subiam até ao soberano. O uso da própria "massa de armas", utensílio perigoso, arma temível e terrível, só de a ver nas mãos inculcava mais do que respeito, e nas mãos de um gigante, não era um complemento aos adornos de fidalgo, de magistrado e do afamado Gigante da Beira! Não, "nós não embarcamos" na opinião respeitável do Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias. O uso e a existência da "massa de armas" nas mãos do Gigante das Beiras, e por demais significativo, diz tudo, quem é o homem, e o temperamento de que é dotado. Uma "massa de armas", é um símbolo dos mais expressivos do carácter turbulento e justiceiro que pode ver-se num homem. ainda hoje se observa.

Um caso conheci, um tanto picaresco que serve para suavizar "prosa" tão compacta....

Um antigo Regedor de uma localidade da Beira, homem corpulento, espadaúdo, valentíssimo, de grandes bigodeiras e pêra a personagem dos quadros de Rembrandt. Surgia um barulho na rua. Alguém ia chama-lo. então com a sua voz de trovão,- predicado que constitui o argumento apreciável -, do fundo da escada de sua casa. Clamava pela mulher "OH! Maria traz cá o bastão". Era sua insígnia os seu símbolos de autoridade e de justiça. E onde chegava, acabava tudo.! O conceito de Justiça naquela época era um bocadinho diferente, e a Justiça era mais do que dura, era duríssima. Não discordamos por gosto, asseveramo-lo. Acredito no espírito justiceiro, "sanguinolento", usando o termo do Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias que é atribuído a Fernão Cabral, cujo o nome e fama escoava em toda a Beira... fidalgo, senhor e dono de tudo, como todo o fidalgo autoritário, prepotente, praticando abusos, e tanta vez fazendo justiça por suas mãos!

O Sr. Dr. Carvalho Dias pode, de " cátedra", falar-nos sobre esse aspecto histórico. Registamos ainda da descrença do Sr. Carvalho Dias, avisando-nos e podendo de remissa o testemunho dos heraldistas, não vai muito na tradição, existente em Belmonte, sobre a "prensa" como instrumento de tortura quando afirma: "Devo declarar que algumas vezes, antes desta polémica, ouvi em Belmonte, idêntica explicação da prensa, muito embora lá não se considere a prensa símbolo das armas da vila". Então as conjecturas do Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias ligado e tão agarrado as razões da tradição! É lá possível não se acreditar no que em Belmonte se diz! Então em que acredita e em quem acredita! Diremos alguma coisa mais sobre os outros aspectos dos estudos do Sr. Dr. Carvalho Dias; mas ficamos por aqui, receando o aborrecimento dos preclaros leitores do "Jornal do Fundão".

## PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?

**Dr. Amândio Marques**  
Jornal do Fundão, nº 903, de 3 de Novembro de 1963

Outro aspecto dos estudos publicados, em 24 de Julho e 4 de Agosto pelo Sr. Dr. Carvalho Dias, é querer atribuir a Fernão Cabral, pai do Descobridor, a função de alcaide-mor de Belmonte e, por essa razão, concluir que em Belmonte seria a sua residência obrigatória e legal, coincidindo entretantes que aqui teria nascido Pedro Álvares Cabral – 2ª Pagina 4º coluna "Jornal do Fundão" de 4 de Agosto, nº 890. Há manifesto equivoco, ou lapso, da parte do Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias. Na verdade, Fernão Cabral nunca foi Alcaide-mor de Belmonte, que se saiba mas foi apenas além de Corregedor da Comarca da Beira e de riba Coa, "Senhor de Azurara" e "Senhor de Belmonte".

E sabendo-se que a alcaidaria obriga a residência no local do exercício da função- partido que o Sr. Dr. Carvalho Dias pretende tirar sem fundamento -, é evidente que o pai do Descobridor que nunca exerceu aquela função, nunca teve, nem podia ter, a sua residência obrigatória e legal em Belmonte, até porque desempenhava, como se sabe de ciência certa outra magistratura. Assim, toda a composição desse estudo, todas as suas deduções à volta da função de Alcaide-Mor que, equivocadamente, pretende atribuir a Fernão Cabral, não colhem e caem pela base, e, portanto, a sua residência obrigatória e legal em Belmonte, tem de ser excluída. É apreciável a atitude assumida e os esforços despendidos pelo Sr. Dr. Luís Fernando Carvalho Dias e, agora, acompanhado pelos Srs. Joaquim Cardoso Tavares, e Sr. Tem. Coronel Abílio de Matos Pacheco – honra demasiada, que tanto me confunde - defendendo Belmonte como sendo a terra onde nasceu Pedro Álvares Cabral. Mas manda a verdade dizer que o único argumento que invocam é a tradição. E a este argumento, a esta tradição, outra tradição se lhe opõe, e permita-se-me que o afirme, coadjuvada por outros poderosos elementos. E sem o propósito de menosprezar as afirmações eruditas dos meus ilustres antagonistas, até agora ainda não vi em que medida, a até que ponto, conseguiu ou conseguirem alterar, ou diminuir sequer a tese- se é que lhe posso chamar segundo a qual Pedro Álvares Cabral, o Descobridor do Brasil, nasceu na Povoação de S. Cosmado – no tal "pardieiro", como depreciativamente e sem razão o designam, os ilustres antagonistas!-, e não em Belmonte. Quanto mais analiso e aprofundo as afirmações alguns documentos enunciados, nestes estudos, mais nos convencem de que o caminho da verdade está conosco. A resolução manifestada pelo Sr. Dr. Carvalho Dias de querer publicar os documentos que invoca, na integra é da maior importância. Todavia a soma de afirmações que tem despendido, salvo o devido respeito, não têm chegado para modificar, e muito menos convencer, de que Pedro Álvares Cabral, não tenha nascido em S. Cosmado. Á medida que vou lendo e apreciando as afirmações contraditórias, mais se vai radicando aquela certeza. Há outros factos ainda que a corroboram, e me têm surgido através desta pública conversa- não a designo de polémica, como o deseja o Sr. Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias -, permitindo-me apresentá-las na convicção de que constituem elementos de orientação e indagação. E é bom significar desde já, que se não tivéssemos publicado o nosso trabalho "Onde Nasceu Pedro

NOTA: O texto foi interrompido abruptamente, dizendo-se que continuaria na página 4 do mesmo número do Jornal. Porém, verifica-se que só foi continuado no nº seguinte (nº 904 de 10 de Novembro de 1963). Para melhor compreensão, marcamos exactamente o corte que, como se verá, tem a sua continuação natural no que se segue.

## PEDRO ÁLVARES CABRAL Belmonte ou S. Cosmado?

Dr. Amândio Marques

Continuação do número anterior

Jornal do Fundão, nº 904, de 10 de Novembro de 1963

*Álvares Cabral? 'esta conversa tão útil, esta tão interessado estudo, nunca se teria apresentado e, quem sabe, jamais seria, e a soma de importantes elementos para a descoberta da verdadeira localidade onde nasceu o Descobridor, continuariam no silêncio, possivelmente, no esquecimento do tempo, e tudo ficava por desvendar! É válida esta afirmação, me parece.*

*Permita-se-me aflorar esse outro aspecto, um novo aspecto que me parece de importância. Penso que não há dúvida, que os bens patrimoniais que usufruíam os ascendentes de Pedro Álvares Cabral, ou sejam as grandes propriedades que possuíam, se não situavam Belmonte. Essas propriedades, por mercê do soberano, vindas de Álvaro Gil Cabral, terceiro avô do Descobridor, foram acrescidas, depois, pelo casamento de Fernão Cabral com D. Isabel de Gouveia, filha do alcaide-mor de Castelo Rodrigo. Onde se situam?*

*Todas na parte que hoje constitui a Beira Alta. E também é certo que a família Cabral tem a tendência, por iguais razões ou por razão àquela ou por razão matrimonial, em se fixar em localidades daquela região beiralina. Quer dizer, seja por razões de natureza patrimonial, seja por razões de natureza matrimonial ou até conjuntamente, é certo - os factos assim o atestam -, a família Cabral revela a tendência de se afastar do Castelo de Belmonte, onde, podemos dizer, uma única razão histórica os chama. Na verdade, têm solares cerca de Castelo Rodrigo, junto à Serra da Maroá, em Celorico da Beira, Fornos de Algodres e, se me é permitido, na casa solarenga (peço desculpa da insistência), a que agora designam pelo tal "pardieiros", na Povoação de S. Cosmado. Em suma, todos os interesses patrimoniais, dos ascendentes e pais de Pedro Álvares Cabral, se encontram situados em território da Beira Alta de hoje. Há da sua parte, o que podemos designar, por uma deslocação, da família Cabral, de Belmonte e, portanto, da Beira Baixa de hoje, para a região nordestina da Beira Alta, do lado de lá da Serra da Estrela. Penso que a observação é exacta, e o facto é certo. Este ano em Gouveia, casualmente, encontrei em antigo convento - segundo me parece - que hoje não é, um cadeiral de espaldrar em couro, tendo no meio em braço. A sua forma é ovalada, dividida a meio, sendo a metade ocupada pelas "passantes cabras", e a outra pela Cruz de Cristo. Na parte ocupada pelas "passantes cabras" tem a cor cinzenta, na outra tem a cor encarnada. O braço é cercado por uma grinalda formada de folhas de carvalho, e no cimo uma viseira. Isto se a memória me não falhe. Pelos elementos componentes deve ter pertencido a alguém da família Cabral. Portanto, e a meu juízo, os grandes interesses da família Cabral, reportando-nos à época anterior, e à de Pedro Álvares Cabral, estavam localizados não em Belmonte, onde apenas uma razão histórica a podia reter - o Castelo - mas em terras da província da actual Beira Alta. Verifica-se ainda a fixação da família Cabral em localidades, não da actual Beira Baixa, não em Belmonte, mas antes em Celorico da Beira, Fornos de Algodres, em Azurara - hoje Mangualde-, possivelmente, Gouveia, ou seja na actual Beira Alta, nas quais tinham as suas casas senhoriais e os seus solares. São os factos que nos induzem e estas afirmações concludentes, e nos impelem a sustentar que a residência, nomeadamente, de Fernão Cabral nunca foi em Belmonte, nem obrigatória nem legalmente, sendo duvidoso, volto a repartir, que o fosse dos eus ancestrais ou de algum deles*

*Todos os seus interesses se encontravam longe de Belmonte, como em Castelo Rodrigo, castelo Bom, Santo André, em Azurara, etc., além de outros interesses que refiro em "Onde nasceu Pedro Álvares Cabral?", e não vou aqui repeti-los.*

*Eis alguns elementos novos que me parecem de importância, que corroboram afirmação de que Fernão Cabral não residia, nem obrigatória nem legalmente, em Belmonte, tal qual acontecia com outras pessoas de sua família.*

*Há outro aspecto, nos estudos referidos, que merecem comentário, mas agora ficamos por aqui.*

## FERNÃO CABRAL Alcaide-mor de Belmonte

Dr. Luís Fernando de Carvalho Dias

Jornal do Fundão, n.º 905, de 17 de Novembro de 1963, pp. 1 e 4

Guiado por dois ilustres historiadores A. S. Costa Lobo e Jaime Cortesão, o Exmo. Senhor Dr. Amândio Marques a folhas 28 do seu livro "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral?" escreveu:

*"Fernão Cabral era pessoa dotada de robustez invulgar - aliás, parece que assim eram seus antepassados-, de grande corpulência e valentia e, por isso, conhecido pelo sugestivo nome de "Gigante das Beiras". De seu pai, Fernão Álvares Cabral que morreu no "cerco de Tanger", herdou as alcaidarias e os Senhorios de Belmonte e da guarda (?), que foram convertidos em vitalícios por D. Afonso V a quem prestou relevantes serviços, tanto na terra lusitana como em África e Castela. Assim o afirma também Costa Lobo, o "probo autor" da "História da Sociedade em Portugal no século XV", "que de D. Afonso V este funcionário de primeira geração (alude a Fernão Cabral I), não recebeu outras mercês mais que a conversão em hereditárias da alcaidaria vitalícia de Belmonte e o padroado da igreja de S. Julião em Azurara"; igual afirmação é feita em o jornal "Renascimento", de 15 de Janeiro de 1935, no estudo publicado pelo Dr. Valentim da Silva e ainda no estudo de Jaime Cortesão, a pags. 16, II, da "História da Colonização Portuguesa do Brasil".*

Pensámos que este ponto ficara esclarecido senão quando, em 8 de Novembro de 1963, sem invocar qualquer razão justificativa, o Ex.mo Senhor Dr. Amândio Marques enveredou por novos caminhos renegando ou esquecendo o que antes escrevera.

*"Outro aspecto do estudo publicado em 2 de Julho e 4 de Agosto pelo Sr. Dr. Carvalho Dias, é querer atribuir a Fernão Cabral, pai do descobridor, a função de alcaide-mor de Belmonte... Na verdade, Fernão Cabral nunca foi Alcaide-mor de Belmonte, que se saiba..."*

Perguntará o leitor e perguntamos nós: em que ficamos, Exmo. Senhor?

Foi ou não foi, Fernão Cabral, Alcaide-mor de Belmonte?

Quando será de acreditar nesta história do Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques: quando disse que sim, fundamentado em Jaime Cortesão e Costa Lobo, ou quando diz que não, desprovido de qualquer documento ou razão?

Dá vontade de acreditar que estamos diante de uma fuga estratégica, diante do argumento irresponsável de que a alcaidaria-mor pressupõe residência legal em determinado lugar e do conseqüente ruir da tese de S. Cosmado que tal implicaria!... Uma confissão às avessas!

Terá o Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques a coragem de confessar o seu engano?

No artigo de 8 do corrente a questão já avançou alguma coisa quando o autor de "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral" reconheceu a validade do argumento; muito embora não se perceba como possa justificar a contradição que implica a sua viragem

de rumo: "E, sabendo-se que a alcaidaria obriga a residência fixa no local do exercício da função... é evidente que o pai do Descobridor que nunca exerceu aquela função nunca teve nem podia ter a sua residência em Belmonte..."

*É claro que o Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques como sempre, afirma mas não prova, não exhibe o documento, nem o referencia, que Fernão Cabral nunca exerceu a função.*

*Estas afirmações sem base e as contradições mencionadas pedem um esclarecimento do Sr. Dr. Amândio Marques, um esclarecimento claro, sem mancha, sem retórica, sem lãbia, como dizia D. João IV ao P.e António Vieira.*

*Seria altura de explicar também ao público aquela citação das Décadas de Barros infeliz e errado, tendente a justificar um argumento que os documentos contrariam!*

*S. Exa. ia deve recordar-se!... Não vergonha confessar que nos enganamos – todos nós nos enganamos. Vergonha é persistir no erro.*

*Ao leitor (e porque não ao Ex.mo Sr. Dr. Amândio Marques?) devo um esclarecimento, motivado pela dúvida levantada pelo meu ilustre contraditor.*

*Porque insisto em que Fernão Cabral foi Alcaide-mor de Belmonte?*

*O interesse está à vista. No estado actual da controvérsia sobre a naturalidade de Pedro Álvares Cabral, dada a escassez de documentos, o facto de seu pai ter tido uma residência legal e obrigatória, transforma quase em certeza a naturalidade belmontina e descobridor do Brasil e afasta do caminho qualquer outra que não apresente documento comprovativo do contrário.*

*O Exmo. Sr. Dr. Amândio Marques sentiu o peso desta verdade em vez de aceitar preferiu desdizer-se e não confessar francamente a fragilidade das alegações pro-S. Cosmado, aceitando a tese de Belmonte.*

*No o argumento da autoridade, tanto do gosto de S. Exa., o convenceu! A infidelidade do Sr. Dr. Amândio Marques aos seus ilustres mestres Costa Lobo, Jaime Cortesão e Valentim da Silva é manifesta! Como explicar esta viragem! É a altura de recordar a primeira resposta que fiquei a dever à indulgência de S. Exa. quando entre sereno e vitorioso me ripostou no seu artigo de 2 de Junho:*

*"Tenho de confessar o erro fundamental do meu trabalho. Fundamental e grave! Em vez de ter estruturado e alicerçado "Onde Nasceu Pedro Álvares Cabral" nas opiniões e elementos dos "ignorantes" Dr. Jaime Cortesão... Costa Lobo, Dr. Valentim da Silva, etc., etc., devia tê-lo fundamentado nos elementos do meu ilustre contraditor".*

*Bons tempos esses!*

*Para onde voaram agora as estruturas e os alicerces e a fidelidade aos mestres? Tudo isso não passou de doce sonho numa noite de verão!...*

*Para quê, pois, o carcomido argumento da autoridade?*

*Vamos, antes, ao documento, embora não resistamos à tentação de recordar, não vá o Ex.mo Sr. Dr. Amândio Marques ter um rebate de consciência, que ele foi examinado e aceite por Costa Lobo e por Jaime Cortesão. O saber e prudência crítica de ambos não descortinaram nele qualquer vício ou mazela de afugentar.*

*Como se encontra publicado, qualquer curioso pode dar-se ao trabalho de o confrontar no Fr. Gonçalo Velho de Aires de Sá, para não magoar a vista na letra esmaecida das Chancelarias nem tropeçar nalguma gralha da Leitura Nova.*

*"D. Afonso V per graça de deus Rey de Portugal."*

*Ver continuação legível*

*A crítica mais exigente deve considerar-se satisfeita quanto à autenticidade deste documento. E o Sr. Dr. Amândio Marques?*

*Embora noutro local tivéssemos tratado da função do Regedor das Justiças da Comarca de Beira que Fernão Cabral também exerceu, cabe agora extrair do documento atrás publicado outros argumentos contra a tese inverosímil da incompatibilidade das duas funções. Já vimos em artigo anterior qual a competência do regedor das Justiças, através do resumo da sua carta de nomeação. Quem examinar por outro lado o Regimento dos Alcaldes mores e o capítulo das Ordenações Afonsinas que lhe é consagrado, deduzirá que os direitos e deveres dos Alcaldes também não colidem com os de Regedor das Justiças. Por isso o documento acima publicado, cuja data é posterior à nomeação de Fernão Cabral para Regedor das Justiças, ensina que as duas funções são exercidas conjuntamente e confirma que ela Fernão Cabral, Regedor das Justiças, fora até ali, não obstante essas funções, alcaide mor amovível do castelo de Belmonte e continuou a ser daí em diante, não obstante a mesma função de Regedor, alcaide-mor vitalício do referido Castelo.*

*Foi Afonso V que assim o mandou, não só às justiças da vila de Belmonte mas a todos os juizes e justiças de reino.*

*Como se coaduna o privilégio dos Cabrais da isenção de menagem prestada por Fernão Cabral a D. João II?*

*Este é outro capítulo interessante da vida desta família e das prerrogativas do Castelo de Belmonte.*

*Há elementos abundantes para o escrever e dele não fugimos de nos ocupar noutra ocasião.*

*Por agora basta relatar que nem sempre os Reis reconheceram tal privilégio: algumas vezes foi pessoal, estendendo-se aos membros daquela família noutras funções, outras vezes foi real e por conseguinte adstrito exclusivamente à alcaidaria mor de Belmonte.*

*O privilégio de isenção de menagem não provém exclusivo dos Cabrais ou do Castelo de Belmonte.*

*Os Marialvas nos castelos de Numas e Penedono gozaram de igual honraria.*

#### **NOTA:**

*A publicação de toda esta polémica provocada pela primeira opinião manifestamente contrária à de que Pedro Álvares Cabral nasceu em Belmonte, defendendo o autor que nasceu em S. Cosmado, ficou arrumada com as respostas que teve não só do Sr Prof. Joaquim Cardoso Tavares mas sobretudo, porque continuou a polémica até ficarem rebatidos todos os argumentos do adversário. Contudo, parece que é verdade o que alguém disse ou lhe foi atribuído: Menti, menti, que da mentira alguma coisa fica. Não é que no caso o Sr. Dr. Amândio Marques quisesse mentir. Quis defender uma opinião que pensou defensável.*

*Mas tenho verificado que muitas pessoas que não leram nem o livro deste autor, nem a polémica mantida no "Jornal do Fundão", ficaram apenas com a ideia que foi absolutamente desfeita e vão dizendo como quem sabe alguma coisa do assunto:- Mas não há quem diga que nasceu em Mangualde ou lá por perto?*

*Outra razão havia para se publicar na íntegra: O "Jornal do Fundão", de tão consultado, tem partes que estão muito gastas. Poderá perder-se o original desta polémica. Que trouxe muita novidade sobre Pedro Álvares Cabral e Belmonte, como o próprio Sr. Dr. Amândio Marques acabaria por confessar, mais ou menos.*

*Entre as pessoas bem conhecedoras desta polémica, que muito a apreciou, e a ela faz referência no seu trabalho "Subsídios para uma Biografia de Pedro Álvares Cabral", é o Sr Prof. Dr. Luiz de Mello Vaz de Sampayo. Diz mesmo. Este grande historiador de Cabral que se admira como esta polémica caiu no esquecimento e não se fez publicação dela. Conhecer esta polémica que provocou um bom estudo poderá evitar algumas outras polémicas desnecessárias, pelo menos enquanto não se descobrir mais sobre o assunto. Até que aqui se chegue, só novas interpretações.*

#### **Belmonte –São Belmonte**

*É apenas uma de muitas hipóteses quanto ao significado da prensa ou com este ligado. O S. Belmonte que se diz que estava sobre o púlpito da Igreja de S. Tiago, e que dizem que era pequeno (não menino) mas pequeno, não seria alusivo à criança que*

preferiu ser esmagada pelos mouros do que renegar a sua fé? Não seria também por isso que a gente de Belmonte diz que S. Belmonte era o conversor dos judeus?

Isto estaria ligado com o que escreve Manuel Coelho, Rei de Armas de Portugal, cerca de 1645:

"Belmonte tem por armas um mancebo metido num tormento, como imprensa onde o apertam. Dizem ser filho de um Senhor a quem os mouros mataram neste tormento por não querer negar a sua Santa fé".

Será por isso que na mesma Igreja de S. Tiago a prensa está no mesmo púlpito em que estava S. Belmonte, e, ao mesmo tempo inscritas outras prensas, assim como ao lado rodeando as armas dos Cabrais sobre o arco da antiga entrada para o primeiro panteão dos Cabrais?

#### **Belmonte – Jurisdição**

#### **Inquirições dionisiacas**

#### **Concelho – Alargamento**

No tempo de D. Dinis, (Carvalho Dias, III Réplica... Ver J.F.) "Belmonte constituía um julgado".

Segundo o mesmo e as mesmas inquirições "os bispos de Coimbra só tiveram inicialmente Centocellas mas foram depois alargando os marcos pelo território do Rei e do concelho da Covilhã e acabaram por assenhorear Belmonte e outras aldeias."

Parece que entre a formação do concelho de Belmonte e de Caria não houve tantas diferenças como poderia parecer. Os bispos da Guarda começaram em Caria com os bens do Cónego Martim Caria e foram alargando os seus domínios para o Concelho da Covilhã, como já tinha feito o referido Cónego. Os bispos de Coimbra, seguindo a política de compras sistemáticas e aforamentos, alargaram o Senhorio que inicialmente se consignava à Herdade de Centum Cellas. É bem notória esta acção nos Livros da Sé de Coimbra como se diz noutro lugar. "Contudo os de Belmonte recorriam para a Covilhã" (Id Id). Sabe-se que, só por carta de D. João I é que Belmonte passou a ser "verdadeiramente vila" com jurisdição autónoma.

## ▶ ANEXO Nº 13

468 - E mais a norte ou provavelmente mais a sul, pelo menos uma vez em 1498, por ordem do monarca, os portugueses navegaram no extremo Ocidente, e plausivelmente exploraram terras, o que é referido por Duarte Pacheco (1) e por nenhum documento oficial. Há ligeiras dúvidas de que o comandante dessa expedição fosse o «Aquiles português» (2); até poderia ser Cabral; e quem quer que fosse, quer antes quer depois, podia ter tido émulos - um dos quais também poderia ser Cabral. Mas tanto para um como para outros, colhe a objecção de que depois do tratado de Tordesilhas, nenhuma razão havia para manter secreta a descoberta de terras que se encontravam indiscutivelmente dentro do hemisfério português. E se D. João II, e depois D. Manuel, pretendiam «deixar os Castelhanos no «erro» de ir à Índia pelo Occidente» (3), e explorar também o que viria a caber à Espanha, sem serem incomodados?...

(468-1) *Esmeraldo*, 20; cf. XVII sequ..

(468-2) *H. Descob. (Leite)*, I, 502-5; *Descob. Bras.*, 112.

(468-3) *Descob. Bras. (Gago C.)*, 8; *Descob. Bras. (Nunes Dias)*, 26.

475 - Tudo isto depois da concessão do hábito da mesma Ordem, como se prova pela seguinte informação de Lousada (1), que não pudemos verificar na Torre do Tombo, por já não existir provavelmente o livro cuja antiga localização ele descreve tão minuciosamente:

«Na 3ª ordem dos almoxarifados daquelles que estão ao poente naquelle que esta junto a janella estaa hum livro de rendimento das Comendas velhas do Mestrado de Christo, e das tenças que nella havia, no anno de 1500 estaa hua verba que diz assy: a pº Alvrz Cabral de tença em cada hum anno com o habito de Christo quarenta mil rs.»

(475-1) *Lous.* 1105, 344.

476 - Não é claro que esta mercê régia tenha sido concedida propriamente em 1500; mas, mesmo que o fosse, não se deve concluir que se destinava a premiar a descoberta oficial das terras de Santa Cruz, anunciada em meado do ano ao Soberano pelas cartas dos Capitães, de Caminha e de Mestre João. De facto não parece crível que em Março se confiasse solenemente o símbolo da ordem de Cristo (§ 474) senão a um Cavaleiro dela. Mas porque teria então Pedro Álvares recebido o hábito antes dessa data? Como incentivo ou prémio antecipado ao êxito das missões que levava, ainda parece mais insólito do que aquela partida triunfal. Logicamente devemos pensar no reconhecimento dum feito anterior. Seriam ao proezas de Marrocos (§436)? Não cremos, pois estamos convencido de que ele era acima de tudo marinheiro (§ 439 sequ.). E então ocorre irresistivelmente ao espírito, e em catadupa, que ele deve ter sido um dos navegadores encarregados de explorar os mares ocidentais a partir de 1488 (§ 461); que em 1493 estaria ausente, só regressando pouco antes do tratado de Tordesilhas (§ 463); que há indícios de que nesse mesmo ano de 1493 já se encontravam portugueses no norte do actual Brasil (§ 466); que é possível que tenha sido escolhido pelo próprio D. João II (§ 473); que lhe foi dada preeminência sobre fidalgos da sua igualha, alguns dos quais certamente mais velhos, e homens de reconhecida - hoje, porque documentada - experiência. Assim, admitindo a política de discrição, natural corolário da segura intencionalidade no achamento da terra que haveria de alimentar a nação brasileira, e indagando-se qual poderia ter sido o precursor (1) de Pedro Álvares Cabral, nada seria mais satisfatório do que supor que foi, sete anos antes, o próprio Pedro Álvares Cabral.

(476-1) *Falsos Precurs.*, 107 sequ.; *Pacheco Precurs.*, 231 sequ.; *H. Descob. (Leite)*, I, 507 sequ; *Naut. Descob.*, II, 19 sequ.; *H. Descob. Porl.*, 483 sequ.

477- Contudo uma objecção nos assalta - pois há sempre objecções, sobretudo em matéria por sua natureza tão controversa. Se o «Descobridor do Brasil» era marinheiro experimentado, principalmente nos mares ocidentais, e se, em especial, já reconhecera a costa oposta à do velho Continente, porque precisaria das instruções náuticas, que foram fornecidas pelo Descobridor do caminho



marítimo para a Índia, e de que só escapou ao tempo a primeira folha com o título: «*Esta he a maneira que parceo a Vasco da Gama que deve teer Pedrealvarez em sua yda, prazemdo a Nosso Senhor*»(1)? Ora parece-nos que seria prática corrente, pura rotina, numa organização bem montada; tanto mais que essa distinção entre a rota de inverno e a rota de verão (2) provinha decerto de grande número de observações efectuadas por navegadores diversos, e não só por Gama. Para mais estamos seguro de que nem Cabral, nem nenhum europeu de memória de homem, tinha aportado ao litoral onde hoje se erige Porto Seguro; é o que parece ressaltar da reacção dos indígenas perante a chegada dos desconhecidos (3). Devemos supor, mesmo dentro da nossa hipótese, que o Navegador teria sempre tomado uma rota mais setentrional, levado pelas correntes, e reconhecendo uma costa que tinha orientação geral noroeste-sudeste (4). Talvez Gama, em compensação, tivesse tido instruções orais para, na rota que seguisse, verificar em que latitude havia sinais da terra que se sabia existir, mas sem se aproximar dela - assim porque era outra a sua missão principal, e porque não convinha para a cumprir que perdesse tempo; muito embora nos seja lícito perguntar o que fez num percurso relativamente curto, entre 22 de Agosto (? cf §§ 469-70) e 27 de Outubro, é espantar-nos que o autor do *Diário*, mais prolixo antes e depois dessas datas, não tivesse a relatar nem uma tempestade, nem uma calma paralisante. Ou teria ele ordem para omitir acontecimentos? ou o seu copista para cortar períodos indiscretos ( cf. § 470)?

(477-1) *Borrão Gama*, 20.

(477-2) *Descob.* 1500, 270-1; *Descob. Bras.*, 102-3.

(477-3) *Carta Caminha*, 8-9 sequ.; *Rel. Pil. Anon.*, 108; *Pedra Álvares C. (Metzner L.)*, 172, 193, 199.

(477-4) *Descob.* 1500, 269, 279, 281; *Naut. Descob.*, I, 240.

**478** - Note-se que aquelas «instruções» de Gama constituem na realidade um borrão escrito pelo Secretário Alcáçova Carneiro depois de o ter ouvido (I). Nele se aconselha a ida a Santiago de Cabo Verde, onde aliás, se tivessem água para quatro meses, «*nam devem pousar... nem fazer nenhuum demora*» - e Cabral apenas avistou S. Nicolau, embora aparentemente não levasse tanta água (§ 472); depois do que é preconizado rumo ao sul, «*e se ouverem de guynar seja sobre a banda do sudueste*» - e a grande armada guinou muito mais do que incidentalmente até atingir Vera Cruz. Esse rascunho não foi portanto o das instruções entregues ao Capitão-mor, que possivelmente nem o viu, mas apenas um dos elementos que para elas ser- viram - um dos quais até poderia ter sido um depoimento do próprio Pedro Álvares. O borrão de Gama termina com o alvitre de a esquadra, no caso de ser dispersa por mau tempo, se reunir na angra de S. Brás, já no Índico. Ora um fragmento doutro borrão de instruções régias, escrito na mesma letra começa por recomendar que «*pasado o Cabo da Boa Esperança nõ tomes outro porto nõ facaes demora*» (2). Por oposição ao que antes devia fazer, e para recuperar tempo? De qualquer modo este segundo rascunho parece uma primeira redacção da Chancelaria, com base na continuação do depoimento de Vasco da Gama, o qual é logicamente impossível que não tenha existido. E o princípio dessa redacção, bem vistas as coisas, em vez de se ter perdido posteriormente, talvez tivesse sido intencionalmente destruída na ocasião. Já é de estranhar que tenha desaparecido tudo o que oficialmente dissesse respeito à primeira parte da viagem: as cartas que se sabe (3) que Cabral e os seus capitães dirigiram de Vera Cruz ao Monarca, e o princípio do «Regimento» régio que lhe fora confiado, em todas as versões que se conhecem: a descoberta por Varnhagen, e neste século reencontrada (4), e as duas achadas em 1950 por Alexandre Lobato (5).

(478-1) *Sete Doc.*, 15.

(478-2) *Borrão Chanc.*, 50.

(478-3) *Carta Caminha*, 6-7; *Rel. Pil. Anon.*, 110. (478-4) *Sete Doc.*, 23.

(478-5) *Dois Fragm.*, 31 sequ.

## ► ANEXO Nº 14

### EL-REI PAGOU COM MALDADE E INGRATIDÃO CABRAL REDOUBROU DE NOBREZA

"Tudo o que se conhece como remuneração régia para os serviços prestados por Pedr'Álvares Cabral é de uma exiguidade que chega a envergonhar quem concede mercês tão mesquinhas por tão altos serviços recebidos (...)

Se nos lembrarmos de um Vespúcio florentino ao serviço dos Reis de Castela e de D. Manuel, e novamente dos Reis de Castela; de um Colombo genovês ao serviço dos Reis de Portugal, onde aprendeu tudo o que sabia do mar, e depois ao serviço dos Reis de Castela; de um espião italiano - o Merchiori - associado nos negócios da Índia por D. Manuel I com os melhores nomes do Portugal de então; do português Fernão de Magalhães ao serviço de Castela contra Portugal... - se nos lembrarmos das ambições desencadeadas ao tempo pela abertura da rota do Cabo da Boa Esperança e pelo "achamento da Terra de Vera Cruz, depois de Santa Cruz, ficaremos ainda com mais admiração pela figura de Pedr'Álvares como um simples apagado fidalgo rural, apagamento provinciano durante quase quinze anos - quando lhe bastaria levantar um dedo para que os seus serviços fossem aceites e regimento pagos por Castela, ou por Veneza, ou por qualquer outra das três nações que então começavam a competir com Portugal nas grandes rotas oceânicas. Por muito menos do que D. Manuel fez a Pedr'Álvares, Colombo, genro do povoador da Madeira, navegante das caravelas portuguesas, foi insistentemente oferecer os seus préstimos a Castela; e por muito menos ainda o grande Fernão de Magalhães, levando consigo alguns outros navegadores portugueses, deu a Castela a glória da primeira viagem de circum-navegação.

Mas seria alguém capaz de imaginar Pedro Álvares Cabral - apesar de injustiçado, esquecido, desprezado, depois de um feito muito maior do que qualquer outro praticara - alguém é capaz de imaginar este nosso Pedr'Álvares indo oferecer-se a um Rei estrangeiro para dele ganhar contra Portugal as honrarias e benesses que o seu Rei lhe negou?

Exactamente por inimaginável o que sugeri é que Pedr'Álvares se agiganta mais ainda no seu voluntário retiro ribatejano do que nos momentos mais grandiosos da expedição que comandou, ligando entre si quatro continentes."(Leone, Metzner, *Pedro Álvares Cabral*, Ed. Aster, Lx, 1968, pp. 419, 420, 421)

"Foi decerto injustiçado pelo seu Rei, mas não deve ter-se sentido vítima dessa injustiça, superação para que terá concorrido a sua própria personalidade que, se por um lado o impedia de comprar a glória pelo preço da subserviência, por outro o teria salvo das tremendas dores e angústias que com certeza o levaria a desafrontar-se do Rei, oferecendo-se a qualquer dos seus poderosos concorrentes - como fizeram Colombo, Vespúcio, Fernão de Magalhães, outros os seus contemporâneos..."

“ Sem Pedr'Álvares, toda a história da humanidade teria sido diferente nessa transição do século XV para o século XVI – e talvez que hoje não pudesse assinalar-se na América do Sul um dos maiores e mais esperançosos países do Mundo”(Id., Id.; p. 446, 447)

#### O único acto oficial de justiça a Cabral

“Entretanto, o único acto oficial de justiça e apreço que em todo o século XVI se conhece, em relação à estatura do fundador da primeira Feitoria europeia no Oriente e da Terra de Vera Cruz, é póstumo e foi praticado por D. João III:

“É de notar, para bem se avaliar deste episódio, que D. João III tinha na mais alta conta as qualidades do Gama (...) ao qual mandara fazer funerais nacionais em Lisboa (...) funerais como nunca se tinham visto em Portugal, senão para figuras reais.” (Leone, Metzner, Id. p.447).

Num serão do Paço da Ribeira, em que estava presente Fernão Álvares, filho de Pedr'Álvares, D. João de Meneses atreveu-se, com intenção de desfeitear o filho do Navegador, a elogiar ostensivamente as qualidades de mareante de Vasco da Gama. E D. João III não se limitou a mandá-lo calar, e sair; degredou-o para Arzila, por toda a vida.” (Id., Id.; p.447. Cit. António Pereira Forjaz, “Pedr'Álvares”)

## ▶ ANEXO Nº 15

### O CASO FARNESI

Filipe V de Espanha casara em segundas núpcias com D. Isabel Farnésio. Esta e seus partidários hostilizavam frequentemente o príncipe herdeiro luso-espanhol D. Fernando, de saúde frágil. Conheciam-se também as divergências entre o rei espanhol e este seu filho e a tendência bélica de Espanha onde o partido anti-português ganhava força.

D. João V foi reforçando a prevenção no exército português e a técnica e prática de fortificação. Havia em Almeida e noutras cidades lições de Geometria para pedreiros e carpinteiros do regimento. Oficiais engenheiros redobram lições de Matemática de Fortificações a um grupo de 25 fidalgos, vendo para isso dobrados os seus ordenados.

Soube-se que 25.000 homens preparados em Espanha para ir para a campanha da Itália tinham ficado retidos em Espanha.

No início de 1735, soldados invadiram a casa do embaixador de Portugal em Madrid, Pedro Álvares Cabral II, e prenderam os servidores, sob o pretexto de que tinham tomado parte num motim.

O embaixador comunicou o facto a D. João V.

Este mandou prender todos os criados da embaixada de Espanha, mandou expulsar o embaixador e deu ordens para que Pedro Álvares Cabral II regressasse a Lisboa.(Nota: Serrão, J.; História de Portugal, V, Ed. Verbo, pp. 262, 263, 264. Cit. Visconde de Santarém, Quadro Elementar ... T.II. p. CXLVII e Eduardo Brasão, Relações Externas de Portugal ... vol. I. pp. 447, 448)

Preparou-se para a guerra. Mobilizou 80.000 homens dos 15 aos 50 anos. Guarneceu as praças da fronteira. E para o Tejo veio a esquadra de Norris, como apoio dos ingleses.

As tropas de um lado e outro não passaram da prevenção e guarnição, sem terem entrado em confronto.

A paz assinou-se em Paris, em 16 de Março de 1737.

## ▶ ANEXO Nº 16

**281** - Ora os herdeiros legítimos de todos esses morgadios eram os descendentes da tia mais velha de Caetano Francisco (§ 278), aquela D. Margarida Antónia de Meneses que vimos casar em 1655 com Rui de Figueiredo de Alarcão (§ 270), senhor do morgadio de Ota. O filho maior deste casal, Pedro de Figueiredo, ao requerer a sua admissão para familiar do Santo Ofício (1), permitiu que hoje confirmássemos facilmente os dizeres dos genealogistas quanto aos seus próximos ascendentes, e por acréscimo que conheçamos a naturalidade destes:

«Diz P<sup>o</sup> de Figr<sup>o</sup> n<sup>o</sup> desta cid<sup>e</sup> baptizado na freg.<sup>a</sup> da See f<sup>o</sup> leg<sup>o</sup> de Ruy de Figr<sup>o</sup> n<sup>o</sup> desta Cid<sup>e</sup> freg<sup>a</sup> de St<sup>a</sup> Cn<sup>a</sup> de Monte Signay e de D. Margarida An<sup>o</sup> de Menezes n<sup>o</sup> de Belmonte Bispado da Guarda q elle deseja servir o St<sup>o</sup> Off<sup>o</sup> em a occupação de familiar... O Supp<sup>o</sup> he neto p<sup>o</sup> p<sup>o</sup> paterna de Jorge de Figr<sup>o</sup> n<sup>o</sup> desta Cid<sup>e</sup> freg<sup>a</sup> de São Tiago e de D. M<sup>a</sup> de Souza n<sup>o</sup> desta Cid<sup>e</sup> freg<sup>a</sup> de S. Julião; e p<sup>o</sup> p<sup>o</sup> materna de Pedralves Cabral n<sup>o</sup> de Belmonte e de D. Leonor de Menezes n<sup>o</sup> da V<sup>a</sup> de Penna Macor.»

(281-1) Hab. S. O., «Pedro», 11, 268.

**282** —Note-se por amor à verdade que D. Margarida, a mãe do habilitando, parece aquela que foi baptizada a 5 de Maio de 1633 em S. Tiago de Penamacor (1) o que não quer aliás dizer em todo o rigor que o seu nascimento - que o assento diz ter sido a 22 de Abril— não tivesse tido lugar em Belmonte. Mas a dúvida dos inquiridores incidiu sobre a origem de sua mãe que as testemunhas de Penamacor afirmavam que viera de Flandres; por isso esses inquiridores escreveram a Pedro de Figueiredo pedindo-lhe que esclarecesse o caso, o que ele fez:

«Por estar em hua quinta os dias passados não respondi logo a V. M.; o q sei de meos Avoos matemos he... o q consta patenter<sup>o</sup> em todo este Reyno e esta Corte por serem pessoas bastanter<sup>o</sup> conhecidas, pore... nomearei na forma q V. M. me aponta meos bisavos q são Nuno Frs Cabral s<sup>o</sup> da Casa de Belm<sup>o</sup> e D. M<sup>a</sup> de Mendonça...; meu bisavo foi baptizado em Belmonte

minha bisavó não sei certam<sup>te</sup> aonde; era filha do Capitão da Goarda; e os outros dous D. João de Meneses s<sup>er</sup> da Casa de Penamacor e ahi baptisado e Madame Josepha de Longeval natural de Bruxellas corte de Flandes filha do Conde Buquoy a qual casa hoje está em Alemanha onde herdou outra pela quoa resão os fes este Emperador Leopoldo princepe do Sacro Romano Imperio.»

(282-1) Ass. S. T. Penam., M3, 112v.

283- Enfim Pedro de Figueiredo, que ainda era solteiro, obteve carta de familiar a 18 de Novembro de 1693. Morreu em Abril de 1722 (1), muito antes portanto do seu primo direito Caetano Francisco (§ 278). Seu filho Rodrigo António, que tivera de seu casamento com D. Francisca de Lencastre (Valadares) (2), devia recolher a sucessão; ainda vivia de facto a 4 de Junho de 1761 quando recebeu provisão régia para subrogar um casal no termo de Sintra por umas terras no lugar de Ota (3); mas já era falecido a 20 de Outubro de 1762, quando, para uma causa, que ele pusera, e que, por apelação do juiz do Tombo de Santarém, passara para o Desembargo do Paço, foi seu cunhado D. Vasco da Câmara que pediu ao Rei que nomeasse novo juiz (4); não deixara geração de sua mulher D. Luísa Coutinho (1)- casamento que precisara da aprovação do Santo Ofício dada a 26 de Fevereiro de 1729 - pois que também ele era familiar por carta de 9 de Março de 1728 (5). Sucedeu-lhe então nas pretensões à herança da Casa de Belmonte sua irmã, D. Madalena Luísa de Lencastre, casada, desde 4 de Março de 1726, com D. Vasco da Câmara, filho do 2.º Conde da Ribeira Grande (6); mas não sem opposição.

(283-1) *H. Gen.*, XI, 506.

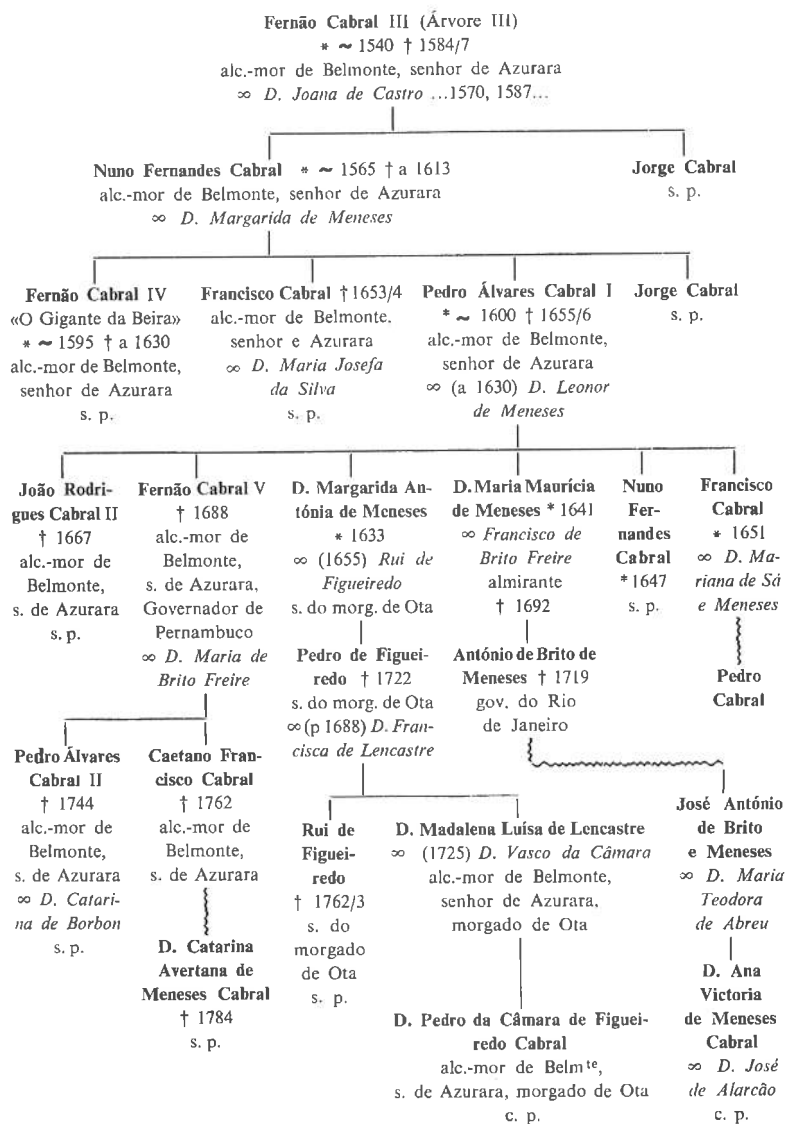
(283-2) *H. Gen.*, II, 296.

(283-3) *Ch. D. Js.*, 27, 366v.

(283-4) *Desemb. Paço ( Estrem.)*, 2067, 58.

(283-5) *Inq. S. O.*, «Rodrigo», 3, 42.

(283-6) *H. Gen.*, X, 347.



## ▶ ANEXO Nº 17

A Capela em causa, de acordo com a lenda, teria sido fundada aquando do regresso de Pedro Álvares Cabral do Brasil por motivo da imagem de Nossa Senhora da Esperança que o teria acompanhado e protegido durante toda a viagem. Sobre a data e a responsabilidade da fundação da Capela, os poucos documentos de que dispomos não são claros. O que nos importa é o facto desta, conjuntamente com a imagem de Nossa Senhora da Esperança, ter dado origem à instituição da Ordem Terceira de S. Francisco no concelho. Frei Agostinho de Santa Maria no seu *Santuário Mariano*, descreve da seguinte forma a criação deste Convento: "*Pelos anos de 1564, era já Senhor desta quinta, e Casa da Senhora da Esperança, um fidalgo que dizem ser filho segundo dos Senhores de Belmonte, chamado Jorge Cabral. Este considerando que só com a assistência de Religiosos poderia ser a Senhora da Esperança bem servida, e assistida com toda a veneração, que lhe era devida, fez doação da quinta, e Ermida aos Religiosos da Terceira Ordem do Seráfico S. Francisco, para que nela fundassem um Convento*".

**Tomou posse do Convento o Prelado da Ordem, Frei Matias do Pedrogão a 3 de Março de 1564, dando certamente ânimo ao desenvolvimento da comunidade, justificando a escolha deste local para a celebração do Capítulo no ano de 1584 e elaboração dos primeiros Estatutos da Ordem Terceira em Portugal.**

No Processo de Extinção do Convento, encontramos a seguinte descrição: "1834: O Edifício do Convento está demolido. (...) Igreja de Nossa Senhora da Esperança: imagem de Nossa Senhora da Esperança, de S. Jorge de S. Caetano e Santo António. A Caza do Convento está toda demolida. Cerca murada com árvores de fruto, duas nascentes de água no cimo das quais haveria uma capela de S. Gonçalo demolida".

297 Ver nota 379 sobre a impossibilidade desta imagem ser contemporânea de Pedro Álvares Cabral.

298 Frei Agostinho de Santa Maria: 1707-1723, tomo III, p.70 e segs.

299 AHMN, Processo de Extinção do Convento de Nossa Senhora da Esperança dos Frades da Ordem de S. Francisco, livro 1º das Requisições, fl.228, inventário nº 52, cx 2.200

**Gonçalves, Catarina Valença;** "*A Pintura Mural em Portugal: os casos da Igreja de Santiago de Belmonte e da Capela do Espírito Santo de Maçainhas*"; Vol. I e II; Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientada pelo Prof. Doutor Vítor Serrão; Lisboa, Março de 2001.

**Com o maior respeito, convém repetir que a lenda não refere que Pedro Álvares Cabral tenha fundado capela. Há a afirmação de que ele a trouxe da Índia e a colocou na capela de Montes Crestados, cuja existência datará do século XIII (1240-1260).**

Quanto às imagens referidas são de notar S. Jorge, S. Caetano e S. Gonçalo.

## ▶ ANEXO Nº 18

**"José Homem Machado de Figueiredo Leitão**

**-1º barão, 1º visconde e 1º conde de Caria**

Fidalgo da Casa Real, 2º administrador de um vínculo na vila de Gouveia em 1825, por seu avô paterno, José Homem de Figueiredo, fidalgo cavaleiro da Casa Real, bacharel formado em Leis, Juiz de fora da vila da Barca e de Castelo Branco, etc., abastado proprietário nas vilas de Gouveia, Mendo e Jarmelo, e nas freguesias de Caria, Teixoso, Misarela e Alcaide. Nascido em Gouveia a 23 de Março de 1832, onde também faleceu a 5 de Abril de 1905. Era filho de José Homem de Figueiredo Leitão, cavaleiro da ordem de N. S. da Conceição, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação e Casa do Porto, tendo sido antes juiz de fora de Trancoso e Porto de Mós, e corregedor da comarca e cidade de Faro, 1º administrador do vínculo constituído por seu pai, em Gouveia, como acima dissemos, abastado proprietário na Beira Alta, casado com D. Josepha Emília Pinto de Sá Machado, filha de António Pinto Botto de Sá Machado, cavaleiro da Casa Real, capitão-mor de ordenanças. O conde de Caria era também proprietário da fábrica de lanifícios, que ainda hoje existe em Gouveia, com a firma comercial Conde Caria & Companhia, e que *ele* próprio administrava. Militou largos anos no partido progressista, a que prestou bastantes serviços. Casou em 1815, em primeira núpcias com D. Maria Mathilde do Amaral Abreu Castello Branco. Em segundas núpcias casou em 1857 com sua cunhada D. Emília de Menezes Castello Branco. O título de Barão foi concedido por decreto e carta de 10 de Junho de 1864; o de visconde por decreto e carta de 21 de Junho de 1869, havendo a concessão de mais uma vida neste título, por decreto e alvará de lembrança de 26 de Dezembro de 1870. O ilustre titular foi elevado a conde de Caria por decreto de 14 de Agosto e carta de Caria por decreto de 14 e carta de 9 de outubro de 1879."

**Bernardo Homem de Figueiredo Abreu Castello Branco**

**- 2º Conde de Caria**

Fidalgo da Casa Real, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1878. Nasceu em Gouveia a 5 de Março de 1865. É filho de 1º conde de Caria, José Homem Machado de Figueiredo Leitão e de sua primeira mulher, D. Mathilde do Amaral Abreu Castello Branco. Já usava o título de Conde de Caria em vida de seu pai. É o presidente da União Velocipédica Portuguesa, cargo para que foi eleito no ano de 1901" (*In JB- Jornal de Belmonte, António Júlio. In "Portugal -Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismático e Artístico - De Esteves e Rodrigues, Guilherme Pereira - Edição de João Romano Torres & C.~ Lisboa- pp 756 e 757) -1907).*

## ▶ ANEXO Nº 19

### FRADES DE DEUS

“Na descrição de propriedades do Tombo de 1615, realçamos a referência a uma grande terra em Maçainhas “aos Freis de Deus”, sendo que a leitura da palavra “freis” não é pacífica: “Fiéis de Deus” era um nome usual para a denominação de confrarias de invocação do Salvador ou do Espírito Santo; por outro lado, “frei” era a denominação atribuída, por vezes, a franciscanos da Ordem Terceira que sabemos terem estado presentes em Belmonte<sup>288</sup>; como esclarece Fortunato de Almeida”.

O Tombo referido é o da Igreja de Sta. Maria de Belmonte, que a autora apresenta totalmente transcrito, na obra abaixo referida.

*Gonçalves, Catarina Valença; “A Pintura Mural em Portugal: os casos da Igreja de Santiago de Belmonte e da Capela do Espírito Santo de Maçainhas”; Vol. I e II; Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientada pelo Prof. Doutor Vítor Serrão, Lisboa, Março de 2001*

## ▶ ANEXO Nº 20

### Etnografia - Caria Alvíssaras

Na noite de Sábado de Aleluia, ouviam-se cantar as alvíssaras. Comparando co etnográficos de Belmonte e Maçainhas, sobre a Quinta-feira da Ascensão.

Alvíssaras minha senhora,  
Alvíssaras vos venho dar;  
O vosso amado Filho  
Já tornou a ressuscitar.  
Levantei-me de manhã cedo,  
A varrer o pó à rua;  
Cantam os anjos do Céu  
A divina "Aleluia".  
Levantei-me de manhã cedo,  
A colher a flor à giesta;  
Cantam os anjos no Céu  
"Aleluia" já é festa.  
Já apareceu a "Aleluia",  
Ditoso quem a achou;  
Achou-a o senhor  
No sacrário a deixou.  
Restam os anjos cantando,  
Na oliveirinha do adro;  
Cantemos uma Avé Maria  
À Senhora do Rosário.  
Levantei-me um dia cedo,  
A varrer o meu balcão;  
Ouvi os anjos cantando  
"Aleluia Ressurreição".

*(In JB -Jornal de Belmonte; in Subsídios para a monografia de Caria de Manuel Geraudes, com a colaboração do P. e José Ramos )*

Quanto a recolhas etnográficas há a referir as já publicadas por António dos Reis, com o título de Cantos Populares, in "Vila de Caria", já citada.

### Caria - Elevação a Vila

"Ministério de Interior

Direcção Geral de Administração Política e Civil - Lei nº 1:701

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1º É elevada à categoria de vila a povoação de Caria, do concelho de Belmonte.

Artigo 2º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 19 de Dezembro de 1924. - Manuel Teixeira Gomes - José Domingues dos Santos." *(Transcrição de: JB - Jornal de Belmonte)*

### As Origens de Caria

Para além de tradições remotas, José Manuel Vargas apresenta a informação recolhida nas Inquirições de D. Dinis, de 1290. Como se poderá ver o essencial deste documento está já transmitido neste trabalho. :

“A aldeia que chamam Caria dizem as testemunhas que o dayam Martim Caria ficou em esse logar ante que fosse pobrado huma cavalaria do herdamento de sseu padre e pobrou e foi filhando do herdamento do conçelho e em esto mataromno e veo hy o bispo Dom Rodrigo filhar qumto havia per razom que ra dayam e reffertoulho o conçelho de Covilhaam que lhis nom filhasse o sseu e escomungoos e andarom gram tempo excomungados e fez esta aldeya de Caria em que moram bem dozentos homens que todos fazem foro ao bispo da Guarda e mete y o bispo seus juizes e seu chagador e seu mordomo. E nom querem hir a juizo dos juizes de Covilhaam nem ao conçelho em nenhuma rem nem querem receber moordomo delrrey. E esta pobaou começou des tempo delrrey Ssancho prestumeiro. Nom se defenda esta aldeya per razom

## **donrra e enytre hy o mordomo ou andador ssegundo foro e costume de Covilhaam e no juizo meta hu se segundo o foro da Covilhaam”**

(Vargas, José Manuel,. In JB – Jornal de Belmonte, Dez., 1984,p. II)

### **“Evolução Administrativa de Caria**

1644 (apro.) - Separa-se do concelho da Covilhã, na parte cível, continua a pertencer-lhe no crime. I 751 - Mantém-se a situação anterior.

1811 - É vila, com juiz na Comarca da Guarda.

1821 - Concelho de Caria, comarca da Guarda - 1 freguesia.

1826 - Id.

1835 - Id.

1842 - Freguesia do concelho de Belmonte.

1895 - 7 de Set. - Suprimido o concelho de Belmonte, Caria passa para o concelho da Covilhã.

1898 - Restaurado o concelho de Belmonte.

1924 - 19 de Dez. - Elevada a categoria de vila.”(1)

(Vargas, José Manuel,. In JB -Jornal de Belmonte, Dez, 1984, p.II).

(1) Caria passou a fazer parte do concelho de Belmonte

### **Caria Origens**

**1474- 1615- Notícias de Caria... há 370 anos**

**“Trata-se de uma relação dos bens e propriedades pertencentes ao concelho da Covilhã, feito por um tal Pero Godinho da Câmara, com base num livro de registos de 1474 e em informações que alguns homens idosos lhe prestaram sob juramento. Intitula-se o documento:**

**“Tombo dos bens e foros e propriedades que pertencem ao concelho e Villa da Covilhã que se fez por mandado do Muy alto e poderoso Rey Dom Phelipe o 2º de Portugal Nosso Senhor na era de 1615”. Foi publicado por Luís Fernando Carvalho Dias, na revista “Lanificios”, n.os 63 e 64, 1955, donde transcrevo integralmente a parte que se refere a Caria:**

*“O lugar de quaria tem huma so freguezia da Invocação de nossa Senhora de lavacolhos (1) que terá setenta vezinhos E no termo não há outra freguezia, nelle serve cada ano dous juizes hum procurador E tem hum Escrivão das achadas (2). E não tem vereadores mas há seis homens que em cada hum ano se emlegem. E com eles se fazem as posturas E acordos. E todo o mais que pertence ao governo do dito lugar o qual he del Rey nosso Senhor. E foi termo da Villa da Covilham. E inda oje o he no crime por contrato que com a dita vila esta feito há mais de cem anos que apresenterão (3). E somente tem a liberdade e Jurisdicam cível de que pelo dito contrato guozam e por ella dam cada ano aos oficiais da camara desta villa dous jantares (4). E o lemite e termo deste lugar esta demarcado e confrontado. E as terras que estão dentro sam da camara do bispo(5) da guarda a quem pagão foro por prazo muito antigo (6). E os bens que tem o concelho deste lugar em que el Rey tem sua Terça sam estes dous fornos (7) em que cozem todos os moradores que se arrendam e rendem segundo sam os anos. Numa carvalheira de madeira que serve de abigoaria em que ninguem pode cortar sem licença a qual está em dous pedaços onde chamam os de dona maria E outro a ribeira de lavacolhos.*

*Numa caza de camara e audiençia que também serve de cadea com sua corrente E ferros. Num curral do concelho em que metem o guado dos danos.*

*A renda das Coimas em que el Rei tem sua Terça.*

*As ervagés destas terras sam do concelho E quando se arrendam do rendimento da renda se paga a Terça a el Rei.*

*Tem este concelho uma fonte... a bardado coelho a qual antonio francisco lançara pera fora da propriedade em que a tem Izabel Roiz a guagua (sic) tem tomado. E apertado huma serventia do concelho na qual se arranquaram os marcos E se alargara como estava.*

*Paga mais o concelho deste lugar a camara da Villa de Covilhã mil e outenta reis em cada hum ano por contrato antigo.*

(1) Nossa Senhora de Lavacolhos foi de facto padroeira da freguesia de Caria, antes de ser adoptado o orago de Nossa Senhora da Conceição. As Memórias Paroquiais, de 1758, referem a antiga invocação: *“A Igreja Paroquial deste lugar tem por titulo e Padroeira a Imaculada Conceição de Nossa Senhora da Conceição do lugar de Caria que antigamente se chamava Nossa Senhora de Lavacolhos, como consta dos Foraes do Concelho deste lugar”.*

Aliás, a existência de um lugar designado Lavacolhos, nesta área é atestada pelo foral de Belmonte (1199) e por diversos documentos do Cabido da Sé de Coimbra de meados do século XIII. Resta saber onde se localizava exactamente esse lugar, porque mudou ou desapareceu o topónimo (...)

(2) Escrivão das achadas, funcionário que se encarregava de registar as multas, penas ou coimas aplicadas a individuos “achados” a praticar qualquer delito, como por exemplo furtar lenha, apascentar gado em campos alheios, etc.

(3) Esta informação faz remontar a origem do concelho (de tipo irregular) da Caria aos inícios do séc. XVI

(4) Não se tratava propriamente de jantares, na acepção actual. Os jantares a que se refere o documento eram uma forma de renda feudal, tal como as dízimas ou as primícias. Por exemplo, os jantares que os bispos da Guarda recebiam em Castelo Branco, eram constituídos por: 3 moios de trigo e 3 de cevada; 42 pucais de vinho; 2 vacas;; 2 porcos; 2 carneiros; 40 galinhas; 200 ovos; 2onças de pimenta; 2 résteas de alhos e 2 de cebolas; 2 alqueires de mel; 2 libras de cera, 6 afusais de linho;2 cargas de lenha e ainda em dinheiro, 2 maravedis (cf Pinharanda Gomes, História da Diocese da Guarda).

Suponho que os oficiais da Câmara não exigissem tanto em géneros aos moradores de Caria, já que estes lhes pagavam além dos citados jantares, 1080 réis, anualmente.

(5) Câmara do bispo tem aqui o significado de território onde só o bispo as rendas e pensões miúdas.

(6) O foro pago ao bispo da Guarda tinha o nome de “Reção” e constava de 1 alqueire, em cada 10 de centeio, cevada, milho grosso, e miúdo e 1 almude em cada 18 de vinho. Da novidade dos cereais pagava-se além da Reção mais um alqueire de dízimo. (cf Memórias Paroquiais, 1758).

(7) Repare-se nos bens comunais então existentes: fomos, matas, curral, pastagens, fontes, casas da câmara e cadeia, não pertenciam a todos e eram administrados pelos oficiais do concelho, que do seu rendimento pagavam a terça parte à Coroa.”

(Vargas, José Manuel; In Id. Id.)

As dúvidas surgidas ao Dr. José Manuel Vargas quanto ao topónimo de Lavacolhos levaram-nos a ambos a procurar para os lados onde nasce a ribeira que poderia ser a de Lavacolhos. Encontrámo-la com o nome de Ribeira de Quarta Feira e verificámos que era a mesma que abaixo toma o nome de Ribeira de Inguias e depois Ribeira de S. Sebastião, em Caria. A situação da actual Igreja Matriz de Caria não seria muito diferente da Igreja medieval de Lavacolhos.

Encontrámos também, como já ficou dito neste trabalho, a ladeira de Lavacolhos e Navacolhos que confina com a dita ribeira, e algumas casas nessa colina.

### **Foral de Caria**

António Reis defende que a Vila de Caria teve foral manuelino passado em 15 de Dezembro de 1512, dizendo mesmo: “Caria

que teve foral foi a de Belmonte e não a de Moimenta da Beira, como Baptista de Lima afirma".(Livro de Forais da Beira, fls. 47, col. II)

José Manuel Vargas tem opinião diferente. Mas não tendo tido foral manuelino, era anteriormente um concelho "sui géneris" como já se viu nos documentos deste historiador.

(António dos Reis, in "Vila de Caria", Março - 1959, tip. "Notícias da Covilhã",  
Cit p. JB - Jornal de Belmonte, Junho 1985, p.4)

#### O Brasão e Bandeira de Caria

"O Brasão de Caria é assim constituído: em campo verde uma torre de prata. Em chefe uma estrela do mesmo metal.

A bandeira é branca, por ser a cor das suas peças, medindo um metro por lado, não incluindo nestas dimensões a bainha onde entra a haste que a sustém.

Por baixo das armas, fita vermelha com letras pretas". (Reis António, Id. Id.)

#### "Evolução Demográfica de Caria

Ano	Nº de vizinhos ou fogos	Habitantes	Fonte
1708	335		P.e Carvalho da Costa, Corografia Portuguesa
1751	272		P.e Luís Cardoso, Dic. Geográfico, II vol.
1821	265	769	Censo
1842	382		
1862	439	1591	Estatística Paroquial
1864		1704	Estatística Civil
1868	435		P.e Carvalho da Costa, 2.a ed.
1890	552	2156	Censo
1900	632	2557	"
1911	661	2673	"
1920	674	2782	"
1920	674	2782	"
1930	788	2979	"
1950	963	3455	"
1960		3230	"
1970	909	2019	"

(Vargas, José Manuel; In JB - Jornal de Belmonte, Dez. 1984, p. III)

"...1644, davam-se 2 jantares, por ano, aos camaristas da Covilhã... Em 1757 tinha 286 fogos" (Maria Teresa C. Tomás, in JB -Jornal de Belmonte, 84)

#### MINAS E FERRARIAS

O interesse pela exploração de minas foi notório no século XV, não apenas para se obter metal, para amoeção, como também para valorizar a vida económica. A província da Beira tinha, em 1416, uma jazida de ferro que guardava a conveniente exploração; e em Trás- os Montes havia minas de prata e chumbo, além de pedras preciosas que se exportavam em bruto para Veneza, onde se operava o seu comércio. No tempo de D. Duarte já se exportavam minas em Moncorvo, tendo o monarca privilegiado os moradores da aldeia de Felgueiras para «tirara e lavar o ferro». Os agricultores logo reclamam contra a falta de braços para o trabalho rural, o que não impediu o regente, seis anos depois, de confirmar aquele privilégio em favor da ferraria local<sup>1</sup>. Pouco depois, Vasco Fernandes, morador em Sebução, hoje concelho de Valpaços, que se dedicava à extracção de ferro, viu-se perdoado pela fuga de um preso<sup>2</sup>.

D. Afonso V autorizou seu tio, infante D. João, a mandar extrair ouro, prata, pedras preciosas e outros metais «nas minerais» já descobertas ou a encontrar na comarca de Entre Tejo e Odiana, com a condição de entregar o quinto dos metais à coroa<sup>3</sup>. Também a Casa de Bragança se interessou pela exploração mineira, tendo o duque D. Afonso solicitado a abertura de uma ferraria no termo daquela vila. Todavia, como a mesma era «muito custosa, e com grande dificuldade se pode manter», devido à fadiga dos homens que nela iam trabalhar, pediu-se carta de privilégio para os mineiros, tanto mais que se tratava de um grande benefício para o Reino.

Tal facto levou D. Afonso V a isentar o duque do pagamento da sisa do ferro que se vendesse na ferraria de Bragança<sup>4</sup>. O interesse mineiro da casa brigantina manteve-se com segundo duque, que recebeu a mercê de não pagar direitos pelas minas que descobrisse e lavrasse nas comarcas de Entre Douro e Minho e Trás- os- Montes<sup>5</sup>.

O infante D. Fernando, irmão do monarca, pôs também em exploração uma ferraria em Teixoso, para o que podia contratar até 50 mineiros<sup>6</sup>. Mais valiosa, no ponto de vista histórico, foi a autorização dada ao bispo da Guarda para explorar minas e vieiras de chumbo, prata, ouro, estanho, cobre e qualquer outro metal, não apenas na comarca de Caria, mas em todo o Reino. Não sabemos como se limitava a área em benefício do prelado e se este chegou a fazer explorações. Todavia, da carta régia ressalta uma visão económica de sentido moderno, pelo proveito que advinha para o Reino da descoberta de filões metálicos: «sentindo nós... o bem e aproveitamento de nosso povo os thesouros e as outras couzas que jazem escondidas so terra serem trazidas a luz pera huso e governamento dos homens segundo que pera elles as Deus deu e hordenou.»<sup>7</sup>

(Serrão, J. Verissimo; in História de Portugal Edição Verbo)

#### A Casa da Câmara de Caria

Na Rua Direita de Caria e junto da chamada "Casa das Caras", há uma construção de um só piso, com duas janelas em estilo gótico manuelino. Na tradição oral há a memória de que esta foi a Casa da Câmara de Caria. Outros ligam esta tradição de Câmara à "Casa das Caras", ao lado desta. Veremos que as duas versões podem ter alguma razão. Uma porque foi a Casa da Câmara do Concelho de Caria, outra porque foi a Câmara da Sede dos Bispos da Guarda que aqui residiram antes da construção da Casa da Torre.

Por agora apenas pretendo dar uma descrição das janelas, dizendo, desde já, que estas casas estão no centro da Judiaria de Caria, no centro da antiga vila, na zona mais comercial de então, dentro de uma zona em que ainda há muitos sinais de arquitectura quatrocentista-quincentista.

No tempo, esta construção manuelina situa-se cerca da data de 1512, ou pouco depois.

#### **A Janela de arco meio-ponto**

A janela de meio-ponto é de estilo gótico, sem manifestações muito evidentes de manuelino.

É formada por peitoril de pedra de granito fino e claro, como toda a parte decorativa do edifício, lisa onde, até ao presente, tem sido difícil distinguir ou decifrar qualquer ornamento ou inscrição.

Do peitoril e de bases esculturalmente diferentes (a da direita mostra adorno que parece uma cabeça), arrancam as ombreiras formadas por colonelo (ou toro), rodeado, pelo interior e exterior, de chanfras. Chanfras e colonelos são ladeados por filetes.

Estes elementos nascidos da base vão continuar-se nas ombreiras e arco que as sobrepõe em lintel-tímpano monolítico.

O lintel-tímpano é semicircular, adornado em dois níveis de relevo, dois vãos, por nervuras que continuam os colonelos e todos os elementos escultóricos nascidos da base: chanfras e filetes, do exterior e interior.

Cada um dos colonelos vai dividir-se. No sentido descendente, formam um falso arco meio-ponto, gêmeo, pendente, que se encontra ao centro do dintel e emoldura o nível mais profundo do tímpano, acompanhado sempre da chanfra e filetes interiores. No sentido ascendente, diverge, no centro do dorso do falso arco meio-ponto, em nervuras menos profundas que sobem até ao centro e ponto mais alto do arco que envolve o tímpano. Esta ascensão das nervuras tenta fazer-se geometricamente com centro em circunferências fora da composição da janela.

Todo o meio-círculo do tímpano é emoldurado pela chanfra e filetes exteriores que arrancam da base dos colonelos das ombreiras.

#### **A Janela adintelada**

Esta janela arranca de peitoril liso, com ombreiras apenas biseladas.

No biselado, ao cimo da ombreira da nossa direita, começa a aparecer o boleado (quase meia-esfera). Biselado e boleado são continuados no lintel em que é insculpido um falso arco tetralobado, meio ponto, pendente.

Cada parte semi-esférica do arco apresenta boleado de três semi-esferas que pretendem ser simétricas.

Estamos perante um manuelino popular, em que a perícia do artista não acompanha fielmente o desejo projectado.

A tradição liga esta casa ao edifício da Câmara de Caria, e lembramos que esta vila teve regalias de foral e foi concelho "sui géneris".

Mais do que a porta, como acontecia com as igrejas, numa câmara eram as janelas o lugar de mais evidência em cerimónias oficiais. Era às janelas que as autoridades eleitas se apresentavam e mostravam ao povo.

A construção destas janelas pode ter sido a base fixa e permanente para montar a ornamentação efémera dos actos solenes, com colchas, colgaduras, ramos, flores, bolas e balões, fitas e fios, mais ou menos grossos, tudo sustentado por troncos que podem já ser representados nos colonelos da primeira janela descrita.

A concessão renovada das regalias de foral e o funcionamento de um concelho "sui géneris" podem estar ligados à construção desta casa, a Casa da Câmara, e mais uma vez a tradição poderia ser reforçada com a arte e património construído que urge conservar e valorizar.

#### **Banda Filarmónica de Caria**

##### **1900**

Regente - Vasco Esteves Moucho.

Filarmónicos - José Esteves Moucho, João Moucho, Francisco Fortuna, João Luís da Fonseca, Abel Jorge, António Caetano, Francisco Pires Correia, César Augusto Melo, António Juliano, António Bernardo, José da Fonseca, Francisco António Afonso, João Gonçalves Jorge Felisberto Esteves Moucho, José Leonardo Pires Correia, Manuel Ribeiro, João Antunes Miguel e António Inácio.

##### **1920**

Regente - Vasco Esteves Moucho.

Filarmónicos - Américo Caramelo (clarinete), Joaquim Melo (clarinete), João Abelheiro (trombone), Manuel Fonseca (cornetim), Manuel Felizardo (contra-baixo), Luís de Sousa (flautim), César Piloto (contra-baixo), António Pedro (cornetim), Luís Teles (trompa), Ernesto da Costa -cornetim

##### **1986**

Regente - José Quintela

Filarmónicos - José Pena (contra-baixo), Manuel Barroso (contra-baixo), José Pires (barítono), Manuel Anastácio (sax-tenor), José Cerdeira (sax-tenor), Rui Craveiro (trombone), Manuel Palaca (pratos), Fernando Carapito (trompa), Arlinda Maria Tomás (trompa), José António de Almeida (sax-alto), Luís Amendoim (clarinete), João Proença Ribeiro (clarinete), Fátima Segura (clarinete), Sofia Anastácio (clarinete), António Manuel Pinto Moucho (clarinete), Célia Pinheiro (requinta), Fernanda Bastos (soprano), Manuel José Gonçalves Lopes (fiscórnio), José Lúcio (trompete), Adelino Cruz (trompete), António Manuel Proença Aguiar (trompete), São Segura (trompete), Henriqueta Sousa (cornetim), José Manuel Serrão Costa (bombo), Luís de Sousa (caixa ou tarola), Célio Rui Ramos Almeida (caixa ou tarola)

#### **Mestres da Banda Filarmónica de Caria**

**1º** - Vasco Esteves Moucho.

Houve um período em que a Banda Filarmónica de Caria esteve parada. Foi posteriormente renovada pelo Sr. Joaquim Afonso.

**2º** - Pedro Tomás (actualmente é o presidente da direcção)

**3º** - Alfredo Valente (da Eirada)

**4º** - Virgílio de Melo Pires (actualmente mestre da banda Filarmónica de Belmonte)

**5º** - José Quintela (é o actual Mestre)

O regente José Quintela compôs várias composições para a banda, assim como o regente Vasco Esteves Moucho.

Temos, por exemplo, o caso da Marcha de Caria, composta por José Quintela com letra do falecido professor Rogério Moura.

(In JB – *Jornal de Belmonte*, ed. 1986)

<sup>1</sup> Carta régia de 8 de Junho de 1443, pub. id., *ibid.*, vol. LI, p.36. Livro de Arautos, pub. Aires Augusto Nascimento, pp. 252-254.

<sup>2</sup> Carta régia de 22 de Novembro de 1450, pub. in *Monumenta Henricina*, vol. X, Coimbra, 1969, pp.321-322, nº 243.

<sup>3</sup> Carta régia de 9 de Agosto de 1441, pub. Sousa Viterbo, «Minas e Mineiros», in *O Instituto*, vol. L, Coimbra, 1903, p. 760.

<sup>4</sup> Carta régia de 19 de Janeiro de 1453, pub. Francisco Manuel Alves, *Memórias Archeologico- Historicas*, vol. III, p.175, doc.82.



<sup>5</sup> Carta régia de 11 de Fevereiro de 1475, pub. Sousa Viterbo, «artes e indústrias metálicas», in O Instituto, vol. LI, Coimbra, 1904, p.184.

<sup>6</sup> Carta régia de 24 Maio de 1453, pub. id., ibid., pp.37-38.

<sup>7</sup> Carta régia de Lisboa, 1462, pub. id., ibid., p.462.

## ▶ ANEXO Nº 21

### A CASA DA RODA - CARIA

"No passado dia 12 de Setembro de 1984, um incêndio ao que parece provocado por uma fuga de gás, destruiu o imóvel que, no passado, serviu para recolher os chamados filhos "ilegítimos". Datada de 1874, inscrição que ainda conserva na janela, a Casa da Roda de Caria conta-se entre aquelas que foram criadas por Pina Manique, no reinado de D. Maria I. As crianças eram depositadas pela calada da noite, na parte anterior da roda (agora janela) e após o toque de uma sineta eram recolhidas no interior por uma ama. Este tipo de Rodas eram também conhecidas por Roda dos Expostos ou da Misericórdia(...)."

E, nas sessões de Câmara e datas assinaladas vê-se algo da história da Casa da Roda e de outros eventos de Caria.

"A Casa da Roda e o Nascimento da 1ª Escola do Ensino Primário

Recolha nas "Memórias Paroquiais (sic)

18 de Outubro de 1863

(...) pedido a sua Majestade (...) a criação duma Cadeira de ensino primário para o sexo Feminino (...) oferecendo esta Junta, desde já, casa em boas condições e mais utensílios necessários para a referida Cadeira (...)"

Livro I - Verso de 93 e rosto de 94:

"17 de Agosto de 1873

(...) A Junta pediu à Câmara autorização para venda em hasta pública da Casa da Roda, um curral do concelho de dependência e administração da Câmara, para reunidas a outra existente na rua da Cadeira (...) ali fazerem um edifício com as precisas condições para exercício da Escola (...)."

Verso da Pag. 94:

"Venda da Casa da Cadeira, Casa da Roda e Curral do Concelho. Tudo pela quantia de 204:000 Réis.

Casa da Cadeira e Curral do Concelho a José Pires Soares pela quantia de 121:000.

Casa da Roda rematada a José Domingues, 43:300 reis.

**Casa da Cadeira - 121:000, Curral - 40:040, Casa da Roda - 43:300. Total - 204:340."**

*(De uma das edições do JB, Jornal de Belmonte, sem assinatura)*

## ▶ ANEXO Nº 22

### JUDEUS Comunidade Judaica

A história da comunidade judaica de Belmonte dos finais do século XVIII recebeu já valioso esclarecimento com os vestígios encontrados e transmitidos por Maria Antonieta Garcia. Mas, como diz esta perita sobre judeus de Belmonte, "Seria necessário recuar no tempo por forma a obter uma informação rigorosa."

Diz ainda a autora citada: "Tem-se repetido que os judeus que residem actualmente na vila, ali se fixaram nos sé. XVII ou XVIII. Baquero Moreno afirmou-o em comunicação efectuada no Encontro Internacional para o estudo da História dos Judeus peninsulares efectuado em Trancoso nos dias 13,14, e 15 de Novembro de 1987. Circula em Belmonte uma árvore genealógica com indicação do casal – Maria Caetana e João Diogo Henriques – que se acredita ser o "fundador" desta comunidade. Muitos a possuem (era esta a folha que referiu o filho do proprietário da casa que alugámos em 1972). E repetem: "Há cerca de 150 anos, fixou-se em Belmonte um casal..." (Garcia, Maria Antonieta, *Os Judeus de Belmonte – Os Caminhos da Memória*, pp. 37 e 38.)

Parece-me que, nem antes nem depois de João Diogo Caetano, nunca faltaram judeus em Belmonte. Quanto à origem dos que fazem parte da actual comunidade, é caso para continuar a estudar.

E os casos de judeus de Belmonte levados à Inquisição e o caso referido por Borges Coelho dos finais do séc. XVII serão apenas uma amostra.

Mas a autora continua:

"Porém o estudo que nos propomos efectuar, como dissemos, abrange sobretudo os últimos cem anos. E a consulta de Livros de registos de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, a documentação existente na Câmara Municipal de Belmonte (Livros de Actas permite-nos garantir que com Maria Caetano e João Digo Henrique, outros casais integravam a comunidade, viviam em Belmonte em meados do séc. XIX."

Diz o P.e José Franco de Matos, em 1932, (*Dias, Jaime Lopes; Etnografia da beira, Livro II – O Povo Português, pp. 217 e segs.*) que "A colônia cripto-judaica estabeleceu-se em Belmonte há século e meio pouco mais ou menos, cálculo bem aproximado, se atendermos a que a judia Mariana Diogo Caetano, vulgarmente senhora Marianinha, faleceu com oitenta e sete anos em 1931, e tinha vinte, segundo disse, quando morreu o judeu mais antigo de Belmonte, de nome João Henriques, com cerca de 115 anos" (Nota: Franco de Matos, P.e José, Op. cit. 218). E nesta nota que cito, diz: "Este João Diogo Henriques, conhecido por João das Venturas, era da Covilhã, como todos os Diogos, e casou-se no Sabugal. Estabeleceu-se como negociante em Belmonte e para aqui atraiu mais Diogos, Caetanos, Vazes (da Covilhã), Sousas (de Penamacor) e Morões e Daniéis (do Sabugal)" (*Id., Id., Id.*)

Segundo este testemunho o nosso João das Venturas terá nascido por 1749. Se tivesse casado com 21 anos. Já casado, poderia ter-se estabelecido em Belmonte em 1770.

Porém, também poderia casar-se mais tarde. O que é certo é que no livro de "Agências" da Câmara de Belmonte ele aparece, mas um pouco mais tarde.

E também é curioso como é que, sendo os judeus dedicados a comércio, fixo ou ambulante, ou a ofícios, dos nomes vigentes na comunidade judaica não apareçam outros. Isto intriga, e deve levar a maior investigação, sobretudo, porque Maria Antonieta Garcia, mais adiante, na obra citada, e com certeza com pesquisa a que eu não cheguei, diz:

"A crença de que o casal, João Diogo Henriques e Maria Caetano, foi fundador da comunidade foi, até há bem pouco aceite pelos judeus.

Porém, pela análise que efectuámos demos conta que houve outros casais, contemporâneos do citado e que mantêm descendentes na comunidade judaica.

São: José Diogo Henriques casado com Elisa Henriques, e, em segundas núpcias com Leonor Pereira Henriques.

(...)São 16 casais, que habitam na vila de Belmonte, Covilhã, Penamacor e Fatela, os trisavós ou bisavós dos actuais judeus da vila." (*Id., Id., p. 121*)

**Seria bom que também esta fonte tivesse sido revelada pela muito reputada autora, (Nota: sou levado a crer que esta pesquisa terá tido em conta o "Livro de Assentos de Nascimento" e "Livro de Assentos de Casamentos" (1889- 1989), e o "Livro de Assentos de Óbitos (1910 – 1989 - que se referem na bibliografia). Será de ver se estes casais são, não só contemporâneos da vinda do João Diogo Henriques para Belmonte, mas também contemporâneos dele depois que ele os chamou, ou atraiu, para Belmonte, precisamente de algumas mesmas localidades também referidas pelo P.e José Franco de Matos. Neste caso, em vez de contrariar, isto vinha reforçar o que este sacerdote católico de raça judaica afirmou em 1932.**

O P.e Franco de Matos que foi quem organizou a árvore genealógica, ou pelo menos uma árvore genealógica da comunidade judaica de Belmonte, a partir do casamento de João Diogo Henriques e que se diz que circula em Belmonte. Procurei, por várias vezes obter, antes e depois da morte do P.e Franco de Matos essa árvore, sem resultado. Ele não a quis dar, não ma quis dar, e a razão era ainda a de que não convinha saber que havia mais judeus em Belmonte do que se pensava, e não convinha, nem por causa de respeitar o segredo que muitos quisessem manter dessa origem quer porque essa ignorância ajudava a uma aproximação do catolicismo, maior embora suave. Como de resto tinha acontecido desde há muito, e o P.e Franco sabia disso pelo seu próprio sangue.

Essa árvore genealógica era cópia da do P.e Franco, terá sido fundada na do antigo pároco, ou é outra? Deve ser a mesma e que, ou por uma irmã deste padre que esteve no Lar da Misericórdia, ou pelo Cónego Tavares que também aqui esteve, foi ter às mãos do Provedor, Sr. João Duarte Gaspar. Este disse que a tinha emprestado a um judeu e não mais a conseguiu.

Pode acontecer que mesmo esta árvore genealógica tenha de se fazer de novo.

Contudo, o que o P.e Franco de Matos dizia não era que tivesse deixado de haver judeus em Belmonte antes dos finais do século XVIII. Ele dizia que a comunidade de judeus conhecida e tida como tal no seu tempo e nosso, provinha desse casal.

Quando perguntado sobre se havia e quais eram os descendentes de judeus e que não se tinham como pertencentes à comunidade, ele dizia que, quanto a isso, o melhor era calar.

A razão que dava era a de que alguns já se tinham convertido, outros não. Mas o melhor para eles e para o proselitismo que ele defendia era não falar nisso, porque, então é que seria mais difícil convertê-los.

O modo como ele se referia aos que eram judeus e tinham perdido essa noção, era a de que "se ser judeu tirasse o apetite, havia muita gente magra e a morrer de fome".

O P.e Franco de Matos sabia mais do que o que constava dessa árvore genealógica? É natural que sim, pelo que dizia e como ladeava a questão de outras pessoas e famílias também serem judias, mais ou menos misturados ou convertidos.

E não é só ele que conhece algumas dessas famílias que em Belmonte são de ascendência judaica e que não se apresentam como tal. E nisto estou como o P.e Franco: Não vale a pena levantar este problema. Cada um é livre para assumir e declarar ou não a sua ascendência.

De resto, toda a gente em Belmonte sabia que ele próprio era de raça judaica. Quanto tinha das suas braveiras, os belmontenses diziam mesmo: - "É bravura de chasco!"

O Sr. Matos, irmão do Sr. Bispo D. João de Oliveira Matos que era um verdadeiro santo e como tal se pretende canonizar, dos quais o P.e Franco era primo direito, quando numa conversa ao almoço, no Outeiro de S. Miguel, se dizia que os que tinham nomes de árvores eram de raça judaica, o Sr. Matos respondeu: - "Isso é que não! Então nesse caso, também eu era judeu!?"

O P.e Franco calou-se. Mas, passeando depois do almoço juntamente com o Sr. Cónego João Cardoso Tavares, de Belmonte, e P.e Manuel Joaquim Geadá Pinto, e continuando a conversa, disse: - "... E o meu primo? É judeu e dos quatro costados! Eu é que não lhe quis estragar o almoço!..."

Nunca, em dezenas de anos eu tinha ouvido ao P.e Franco de Matos uma afirmação tão clara da sua ascendência judaica. E... será bom lembrar se as opiniões de um homem que conhecia a sua ascendência judaica e cuja ascendência judaica era conhecida em Belmonte por judeus e não judeus não conviria, na verdade ser mais estudada e em tempos anteriores e posteriores aos finais do século XVIII. É evidente que, quanto à sua opinião, se deve ter sempre em conta que a sua posição sobre judeus e sobre judeus de Belmonte poderia ser influenciada pela sua qualidade de judeu e de padre que queria converter os judeus, à semelhança do que tinha acontecido com sua própria família.

Não é sem razão que eu digo que, em Fundão, Unhais, Loriga, Tortosendo, Covilhã, e... ("cala-te boca bem calada, cala-te não digas nada!") noutras terras e arredores, muitos padres e bispos conheci de origem judaica.

Portanto, os estudos de Borges Coelho (*Garcia, Maria Antonieta; op. cit. p. 37*) sobre a existência de judeus em Belmonte no século XVII, terá de ser aprofundado, como terá de ser aprofundado ou explicitado a sua existência desde o século XVIII. Digo isto, não para querer provar coisa que me agrade mais ou menos. Digo-o para saber o mais possível a verdade. Tenho e mantenho interesse e respeito por judeus, judeus inteiros ou meio-judeus, que se assumem ou não assumem, como crentes ou não. Gosto da sua história.

E ainda queria referir uma tradição que me ficou do Prof. Joaquim Cardoso Tavares de que, muitas vezes os republicanos se reuniam na oficina de alfaiate de João Palmeirão, porque como era oficina e faziam serão pela noite dentro, e era explicável que outras pessoas aí fossem passar um bocadinho da noite, mesmo sem fazerem parte da laboração da oficina, essa reunião passava mais despercebida. O meu informador destas histórias acrescentava, admirado, como é que pessoas da família destes republicanos puderam aderir de tal maneira ao Estado Novo. Mas, como poderiam alguns sobreviver? É certo que ele foi sempre professor primário, como se dizia, fazendo por cumprir sempre, mas evitando expor-se tanto contra como a favor.

Lembro que, se se consultarem os livros da Câmara, veremos um republicano, pelo menos a fazer parte da Câmara ainda nos tempos da Monarquia, e este João Palmeirão fez parte da Câmara nos tempos da 1ª República, chegando a ser presidente.

E não foi só José de Sousa o único judeu, bem estigmatizado como tal, que teve papel de relevo na República. Outros houve, mas, aí está(!), já sem terem esse estigma.

#### **O anti-semitismo**

Este assunto, é tratado, entre outros, por Maria Antonieta Garcia, David Canelo, estes relativamente e Belmonte, mas com tendências e objectivos diferentes (*Garcia, Maria Antonieta, Id., p.155 e segs. E cits. de Canelo David, p.157*).

Só quero reafirmar que a convivência entre judeus e não judeus de Belmonte pode estar eivada de anti-semitismo de séculos, mas não é admissível que se confunda o tratamento dado aos judeus noutros lugares e tempos com o tratamento que a gente de Belmonte deu e tem dado aos judeus, gente da sua terra. Exagerar é ser injusto e provocar manifestações inúteis que poderão ser mal interpretadas.

Quanto às consequências de casamentos dentro de um grupo restrito (*Garcia, Maria Antonieta, Id., pp.118 e segs.;155 e segs.*) e das características dos judeus em Belmonte, algumas serão fruto da vida de gueto que os judeus faziam ou eram levados a fazer. Quanto a também serem hereditárias ou não, isto coloca-se mais quanto à cegueira nocturna, seja a ciência a informar.

Já agora, fique dito que ultimamente (há cinco, dez anos?) até já se realizaram dois casamentos de judias de Belmonte (e da comunidade) com elementos de fora desta comunidade, mas ainda elementos de fora de Belmonte (ambas bem conhecidas na população). Parecendo que não, foram casos totalmente fora da tradição. Um destes casos, pelo menos, teve oposição da família judaica.

Isto é inédito. Mais do que outros casos, também recentes, de rapazes judeus que casaram fora da comunidade e pelas mesmas razões de anteriores casos: falta de irmãs para casar e/ou situação económica invejável.

#### **Ascensão e Judeus**

Em "Os Judeus de Belmonte – Os Caminhos da Memória", de Mª Antonieta Garcia, p. 85, outras opiniões são expostas quanto à origem da festa da Ascensão, entre elas a seguinte: " Moisés Espírito Santo confirma: *A grande sacralidade deste dia tem origem no judeísmo popular e não na religião cristã. (...) A Ascensão que o povo português celebra (...) é a de Moisés ao Sinai.*

E a quadra popular:

*Se os passarinhos soubessem*

**Quando era a Ascensão**

*Não comiam, nem bebiam*

*Nem punham os pés no chão*

Remeteria para a lenda rabínica: *Uma tradição diz que na hora em que Yaveh deu a Lei de Israel, as aves do céu interromperam os seus cantos e pararam o seu voo (...)*"

Outras explicações são dadas para que esta festa da Ascensão remonte a tradições judaicas. Com o maior respeito e quase medo do valor científico para com Moisés Espírito Santo, ainda me atrevo a pensar se não houve outras influências sem ser a judaica, se a judaica não recebeu outras influências, e se a católica não procurou baptizar todas as manifestações religiosas que pôde às suas celebrações e ritos.

E lembro-me daquele judeu que, à hora da morte, me disse "mas, Senhor Reverendo Prior, como é que Cristo pode mesmo ser filho de Deus e Deus?", e dizer: Mas como é que foi possível tudo da Quinta-feira de Ascensão ter vindo do judaísmo, se o catolicismo quis adaptar-se às religiões nativas?

#### **Apresentação do Projecto de Arquitectura do Museu Judaico**

No passado dia 20 de Junho de 2001, a Câmara Municipal de Belmonte, apresentou o projecto do Museu Judaico de Belmonte.

Esta apresentação teve lugar na Sinagoga de Belmonte. Esteve presente o Secretário de Estado do Turismo, o Presidente da Câmara de Belmonte, a Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Região de Turismo da Serra da Estrela, e como orador o Prof. Doutor Adriano Vasco Rodrigues. Este referiu dados de conhecimento pessoal de cristãos-novos e prometeu doar objectos de família ao museu.

O Presidente da Comunidade Judaica de Belmonte, e os muitos judeus reunidos neste acto, deram sinais de muito maior abertura e futura colaboração.

*"A política que o Município de Belmonte tem vindo a desenvolver ao longo dos últimos anos, tem como primordial preocupação a preservação de todo o seu património histórico/cultural. Prova disso são os projectos que foram e estão a ser desenvolvidos na área do património, com a reabilitação e revitalização de edifícios de grande valor histórico, como é o caso do Ecomuseu do Zêzere, instalado na Tulha dos Cabrais e que já se encontra em funcionamento.*

*O património histórico/cultural judaico não poderia fugir a esta regra, na medida em que se trata de uma enorme riqueza que apesar de todas as contrariedades sentidas ao longo dos séculos, conseguiu chegar até aos nossos dias.*

*Um dos equipamentos previstos, nessa política de reabilitação e revitalização do património histórico/cultural, é a instalação de um Museu Judaico num edifício onde funcionou o primeiro Colégio de Belmonte que a Câmara já adquiriu e irá recuperar para o efeito.*

*Pretende-se que o Museu Judaico sirva para perpetuar a história da Comunidade Judaica ao longo dos Séculos, no que diz respeito à sua existência em Belmonte e à sua importância no desenvolvimento do Município.*

*Pretende-se ainda com este espaço museológico dar especial atenção aos hábitos e tradições quotidianas, nomeadamente os referentes à alimentação, vestuário, profissões e seus utensílios, à habitação, bem como as práticas cerimoniais.*

*Queremos que este espaço tenha uma importância fundamental no contexto nacional, no que concerne à história do Judaísmo em Portugal." (in Belmonte 2001, Roteiro Cultural - mês de Junho)*

## ▶ ANEXO Nº 23

### ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BELMONTE

#### Órgãos directivos em 2001. Sua composição

##### **Assembleia Geral**

Presidente: António Pinto Dias Rocha  
Vice-Presidente: Mário Manuel Tomás  
1º Secretário: José Feliciano da Costa  
2º Secretário: José Manuel Caninhas Figueiredo

##### **Direcção**

Presidente: João Lucas Paiva  
Vice-Presidente: Joaquim Feliciano da Costa  
1º Secretário: Carlos Fernando Santos Dinis Simões  
2º Secretário: Albino Manuel Pina Gregório  
Tesoureiro: Luís Faustino Soares Amaro  
Vogal: António José Fonseca Gaiola  
Vogal: Domingos José Pereira Nunes de Oliveira.

##### **Conselho Fiscal**

Presidente: Luís António Pinto de Almeida  
Vice-Presidente: Manuel Dias Sardinha  
Relator: Joaquim Nabais Antunes

##### **Comando**

Comandante: António Manuel Salgueiro Henriques Leitão  
2º Comandante: Carlos Alberto Miranda Carvalho  
Adjunto de Comando: Manuel Alves Pinto

## ▶ ANEXO Nº 24

### A MISERICÓRDIA DE BELMONTE

"As misericórdias pretenderam restaurar o espírito das antigas irmandades ou confrarias religiosas e fundaram-se, por regra, sobre uma já existente.

Em Belmonte a Misericórdia fundou-se sobre a Irmandade do Salvador, e, em 1600, anexou-se à Capela do Espírito Santo.

Em 1611, por provisão de Filipe II, com privilégios iguais aos da Misericórdia de Lisboa.

Teve hospital, e, como outras, teve também uma pousada, com camas para receber viandantes e peregrinos, aos quais dava descanso geralmente até duas noites e três dias e fornecia pão, água e sal e pouco mais para poderem seguir viagem.

Esta pousada funcionaria junto à capela da Santa Casa da Misericórdia ou do Espírito Santo (antiga capela de S. Francisco, no largo deste nome, hoje Largo Dr. António José de Almeida).

Esta opinião expressa no que designo por "Apontamentos de P.e Franco de Matos", pag. 4, e que refiro noutros lugares.

**Em 1684 é reformado pelos irmãos o compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Villa de Belmonte.**

Em 1758 sabemos pelos Inquéritos que já não há hospital e a Misericórdia é muito pobre.

Este compromisso está transcrito da página oito à página dezanove dos Apontamentos referidos, com letra que não é do P.e Franco de Matos, mas possivelmente já do cônego João C. Tavares.

Antes, há informações e transcrição de outros documentos.

Em 1826 (a 18 de Abril) o escrivão Paulo Maria de Campos e Sousa, "escrivão e tabelião privativo do Juízo das Capelas a Imperial e Real Coroa, certificava, a respeito de objectos e móveis ou imóveis da Misericórdia que possuía uma igreja demolida com seu campanário e um sino, em terreiro público nesta vila..." (pag. 4v e 5).

Por aqui se vê que a Misericórdia tinha uma igreja (ou capela) e não era apenas uma capela anexa ou dentro de um templo.

Faz depois um registo dos bens e nomeia "uma casa sita na Rua Direita, desta vila, que parte com ruas públicas, casa do hospital e que possui Maria Ginja (...) um casarão demolido que foi hospital nesta vila, na Rua Direita, a partir com casas de José Nave e casas da Misericórdia.

"Estes bens e rendimentos foram libertos dos encargos e vínculos com que até ali estavam ligados, por decreto de quinze de Março de 1800 e a sua relação encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, maço 171, IXº 11821" (Id. Fol. 5v e 7)

O hospital velho, com esta achega escrita, poderá ser a casa já identificada pela tradição ao cimo da Rua Direita, no largo perto do Castelo.

Entre várias outras informações se nota que, embora "muito pobre" a Misericórdia foi existindo.

Dentre as informações consta uma que pode esclarecer mais uma vez que a capela, diz-se "igreja" da Misericórdia, era um templo".

Vejamos:

"No dia quinze de Janeiro de mil setecentos e cinquenta e oito foi dito pelo provedor que atendendo a muitos inconvenientes de que padecia, havia a irmandade nas funções públicas desta Santa Casa, mandarão reformar a casa sem ficar serventia pela

igreja para a irmandade d'ella se utilizar e não os rapazes e outras gentes, por cuja causa tomava o vulgo assento à irmandade que na igreja tinham ficado os irmãos de pé (...) e que ficava debaixo de chave para servir só os irmãos; e que se algum provedor quizesse arranjar a porta para a Igreja pague à sua custa todo o dito custo, o qual aplicamos para obras do hospital - custaram as obras 4.260 réis.

Precisamente no ano de resposta às Inquirições (1758), se confirma que era "muito pobre". As obras do hospital não terão sido feitas... " (Id. Pag. 20v e 21)

#### **A Bandeira**

**"Em 1763 foi comprada a nova bandeira da Santa Casa sendo provedor Francisco Mendes Calheiros e fez de custo "vinte mil réis". Esta será a bandeira que se refere noutro lado" (Id. Pag. 21).**

#### **A Restauração da Irmandade da Misericórdia de Belmonte**

"Em 15 de Novembro de 1931, sendo clínico em Belmonte o Dr. José de Lencastre, coadjuvado por Abílio António da Fonseca, capitalista e grande proprietário e pelo Rev. P.e António Lourenço Baltazar, reformado e aqui residente, organizaram a Misericórdia de Belmonte.

A notícia alegrou toda a população do meio, contando-se entre as pessoas mais em destaque, a Sra. D. Maria José Soares Mendes, pessoa de largos haveres, já de idade avançada, que avistada pelos restauradores da irmandade "in nomine" da Misericórdia, não tergiversou em doar, por escritura assinada em 25 de Março de 1932 a maior e melhor parte dos seus bens à nova instituição.

Punha, porém, certas condições que foram cumpridas para se poder atingir o fim desejado.

Começaram as consultas.

Elementos da Câmara, não oficialmente, obtiveram os estatutos de uma cunhal de Cascais, com o fim de lhe adaptarem a Irmandade. Ora uma cunhal ou uma lutuosa não podem inserir-se numa instituição católica e de piedade. Perante esta realidade que custou muito a compreender a certos elementos interessados, cedeu-se, e foi pena, na parte que dizia respeito à correcção dos estatutos, debaixo da orientação da Exma. Autoridade eclesiástica. Uma Misericórdia pagã, à margem da Igreja não se compreende nem se pode aceitar.

A Igreja desligou-se da gestão, nunca mais se pensou em irmandade nem em irmãos e formou-se uma comissão que desde então geriu os negócios à Misericórdia como pode e soube.

A doadora faleceu pouco depois e a Comissão Administrativa da Câmara com outros elementos começaram a orientar a Misericórdia a seu belo prazer. A Irmandade evaporou-se.

Apareceram depois as festas da Vila. Boa ideia se houvesse boa organização. As primeiras e mais esplendorosas foram em 29, 30 e 31 de Julho de 1933. Gastou-se muito dinheiro mas nada faltou. Essas festas repetiram-se em 23 e 28 de Julho de 1936 e acabaram. Daí em diante o hospital, por decisão do Dr. Mário Videira, então presidente da Câmara, ficou a funcionar na residência da Sra. D. Maria José Soares Mendes depois de dispendiosas obras de adaptação.

A Comissão Municipal deu largo, contíguo ao novo hospital o nome de Largo D. Maria José Soares Mendes para honrar a digna. Benfeitora."

#### **Irmandade das Almas – Compromisso**

"Compromisso da Irmandade das Almas erecta na Parochial Igreja de Santa Maria da Villa de Belmonte." (Apontamentos do P.e Franco de Matos, pag. 21v a 23v). Esta erecção da Irmandade das Almas dá como activa a Paróquia de Santa Maria.

## **▶ ANEXO Nº 25**

### **APONTAMENTOS DO P.E JOSÉ FRANCO DE MATOS**

**Os escritos do P.e José Franco de Matos a que aludo noutro lugar, referindo a sua origem e possível trajectória, pretendiam ser uma monografia de Belmonte. E é claro que reflectem a sua ideia de monografia e as suas ideias religiosas, sociais, e políticas. Contêm documentos importantes, um dos quais, sobre o direito de isenção de prestar menagem pelos Cabrais, que é transcrito noutro lugar. Outro são as "Peças do processo de justificação e posse dos bens que constituem os vínculos dos Cabrais, que correu na 5ª Vara de Lisboa em 1863".**

Este já foi entretanto transcrito mais do que uma vez, por David Canelo e outros, e estas transcrições são também referidas neste trabalho. Se alguém tivesse publicado a recolha do P.e Franco de Matos, poderia ter antecedido dezenas de anos as publicações conhecidas, e teria tido impacto e actualidade que hoje já não têm.

Com letra já diferente da do P.e Franco de Matos, tem documentos e testemunhos sobre a misericórdia de Belmonte.

Quanto ao mais, o P.e Franco de Matos, tinha um trabalho de investigação que constava da elaboração de uma árvore genealógica da Comunidade Judaica de Belmonte a que também se faz referência e a cuja existência e triste desaparecimento também aludo.

Mas convém aqui dizer o seguinte: Estes escritos do P.e Franco de Matos, se não aparecerem outros que os completem, são insuficientes para trabalho monográfico, mas são ainda uma achega; Têm um conjunto de informações que não chegaram a ter organização definitiva; Muitos foram reformulados ou porque entretanto recebeu outras informações ou porque entendeu cortar e modificar o texto primitivo; Algumas emendas foram feitas cerca de dez anos depois da primeira escrita e isto vê-se por contas fáceis de fazer; Estas modificações notam-se até pela diferença de caneta ou esferográfica que usou; Muitas matérias, sobretudo apreciações pessoais, foram riscadas, embora quase sempre deixando ler o que tinha sido escrito antes e depois de riscadas; Faz uma resenha da sua acção paroquial, sobretudo quanto a festas religiosas, pregações e os bons efeitos destas, feitas pelos melhores oradores sagrados do tempo (são um testemunho da acção paroquial do tempo); Faz uma apoteose à Cruzada Eucarística por ele fundada; Aparecem uns pequenos e poucos comentários aos cristãos novos de Belmonte, o que se compreende em parte porque os queria ver convertidos e não conseguiu, mas não se compreende totalmente porque ele próprio era cristão novo... (aceitemo-las como mais uma opinião sobre o assunto); Algumas das informações que transmite recebeu-as por via oral e já depois de ter saído de Belmonte, e aparecem com menos certeza que outras que recolheu ainda em Belmonte; Faz referências a que, actualmente não existe miséria e não há pedintes, e todos trazem dinheiro no bolso, e isto de modo que nos dá a ideia do nível e do conceito de pobreza seu e desse tempo; Chega a nomear a razão desta melhoria de condições de vida, e refere a criação de oito ou nove fábricas de confecção;

Parece preocupar-se com o facto de não referir os que estiveram na origem desta indústria, porque, como o próprio bispo (este disse-o claramente) entenderia que tinha sido um trabalho em nada apostólico, apenas de fachada...; Faz um trabalho sobre etnografia e folclore, mas algo genérico, sem muitas vezes se ver o que seja mesmo original de Belmonte.

Este trabalho tem, contudo, alguns valores entre outros: revela o pensar de um pároco de Belmonte, a maneira como se refere aos paroquianos bons e menos bons; mostra a diferença e mudança de vida e linguagem desde que o P.e Franco de Matos esteve em Belmonte, 1928-1946. Nos oito anos do P.e Caldeira da Rocha, 1946-1954, nada se sabe. Em 1954, também na paróquia se pegou pela Cruzada Eucarística e pelo Apostolado da Oração, mas depois a acção foi evoluindo, o que não agradou a muita gente.

Tive a sensação que estas mudanças de Belmonte e as da minha vida não agradaram ao P.e Franco de Matos. Foi-me dito que ele, em certa altura, teve vontade de publicar os seus apontamentos ou memórias. Destas faltam as memórias da construção da Igreja de Belmonte e Colmeal da Torre o que lamento, porque as considero como importantes da sua vida, da época em que foram construídas, e do modo como o foram. Eu que lhe pedi, com compromisso de os publicar, alguns dos trabalhos que sabia que ele tinha escrito, nunca os obtive, nem antes nem depois da sua morte. Parece que perdeu a grande amizade e confiança que inicialmente depositara em mim, com grandes elogios, sobretudo quando fiz com que se lhe pagasse o resto da dívida da construção da igreja paroquial.

Ironicamente parte dos seus apontamentos vieram parar-me às mãos. Ironicamente quero ser eu a aproveitar a oportunidade para publicar alguns desses documentos, procurando honrá-lo com esta publicação, e transmitindo o que de valor eles têm. Além do que está escrito noutros lugares deste trabalho, seguem-se mais algumas notas.

Outros publicarão do P.e Franco o que entenderem por bem e puderem.

Antes ainda quero referir que parte destes apontamentos foram escritos pelo P.e Franco de Matos em folhas de cadernos de alunos de que ele foi professor no Outeiro de São Miguel. Alguns que ainda o conheceram dirão que era por "forretice" própria da sua ascendência judaica. Eu posso desculpá-lo, porque sei que viveu pobremente, e que, como professor, naquele Colégio, pouco mais ganhava que para o seu sustento e de suas irmãs. Igualmente pobre viveu em Belmonte. Por esta razão, além das que tanto o ligavam afectivamente a esta terra, bem merece homenagem dos belmontenses.

#### **O Adro da Igreja de São Tiago. Os sinos das igrejas**

A respeito da descrição do adro, escreve:

"...Nesta parte levanta-se a torre dos sinos, separada da igreja e de construção recente que remata com uma bandeira de ferro que dizia: Bula ...e a data. Foi o senhor bispo da Guarda de então que subsidiou aquela obra com dinheiro da Bula da Santa Cruzada (...) O sino velho, fundido em 1872 com as iniciais no bojo do lado de fora JHS São Tiago tocou a última vez às Avé Marias no dia 13 de Março de 1939, 30º dia do falecimento de Pio XI. Pesava 466 quilos.

Foi decretado para se adquirirem os sinos novos para a igreja nova da Sagrada Família."

#### **Feriado Municipal, Luz Eléctrica, Grupo Desportivo, Caixa Geral de Depósitos**

*"A Comissão Administrativa da Câmara Municipal resolveu em 2 de Maio de 1930 mudar o feriado municipal que era a 16 (sic) de Maio para 13 de Janeiro e agora a 26 de Abril. Foi neste dia, (13 de Jan. de 1924) que se inaugurou a luz eléctrica na vila e o Grupo Desportivo Belmontense; e em 20 de Agosto de 1926 foi inaugurada a Agência da Caixa Geral de Depósitos e logo aberta ao público"*

#### **O Cruzeiro de Belmonte**

*"Havia um grande cruzeiro, alto, com as medidas aproximadas do pelourinho uns metros ao lado da actual casa do senhor Abel Coutinho. Entre o cruzeiro e a casa, nesse tempo bem velha, de Maria Inocência e de Joaquim Pesqueno, passava o caminho para essa parte da vila, ao lado das casas das senhoras Caldeiras e que ladeava o cemitério actual. A estrada é muito mais recente."*

#### **Restauração do Concelho, bandeira da Câmara**

**A respeito da perda e restauração do concelho, os apontamentos terminam com a seguinte referência:**

**"... A vila era governada por juizes ordinários e Câmara sem sujeição a outra. Tinha sino de correr que encima os antigos Paços do Concelho e que, depois de 1910 foi aproveitado para sino do relógio municipal. O sino da Câmara tocava sempre que saía a Câmara nas festas da Páscoa, Corpo de Cristo e festas reais.**

Não faltava a "bandeira da Câmara", rica e vistosa, com as armas e o brasão da vila, vermelho, com uma torre torreada de prata, aberta e iluminada de campo assente sobre um monte de verde, realçado a negro."

Esta bandeira ou estandarte pode ver-se actualmente, em redoma, no Salão Nobre do actual edifício da Câmara de Belmonte.

#### **Paços do Concelho, Câmara**

**Diz o P.e Franco de Matos a certa altura, e antes, deve dar-se à palavra "primitivamente o sentido que aqui convém:**

"Primitivamente a Câmara era no castelo. Ainda há quem hoje chame à sala com duas janelas para o lado sul - a sala da Câmara (...) O rez do chão deste imóvel com frestas e uma singela porta, seria talvez dependência dos moradores para arrecadações. Ao adaptar-se o edifício a Paços do Concelho, escolheram esta parte para *repouso* dos delinquentes e parece que era bem frequentada! Ficou com o nome de Cadeia velha. Ainda há quem se lembre... escolhiam a Cadeia velha para recolher transitoriamente os que esperavam julgamento no tribunal da Covilhã a pena maior. Para casos vulgares aproveitavam-se as lojas dos Paços do Concelho. Nestas desagradáveis salas esteve preso alguns dias o bondoso Padre Joaquim Lapas Gusmão, pároco desta vila muitos anos..." E segue o que já deixámos referido noutro lugar, quanto a este assunto e quanto às Martinhas que aqui nasceram e as últimas que aqui viveram.

#### **O Pelourinho**

**Por várias vezes o P.e Franco de Matos refere o pelourinho. Repete geralmente o que já ficou dito. Mas, a certa altura apresenta considerações deduções que transcrevo:**

"...Os contraventores das posturas deviam pagar dali as coimas respectivas, cerimónia que rematava com uma dose de açoites.

Estou a lembrar-me do seguinte caso que se passou comigo, era então pároco da vila.

Desejava restaurar o cristão costume da veneração à imagem do Senhor dos passos, já neste tempo esquecida e muito maltratada, lembrei-me de lhe mandar fazer um arranjo à ligeira, e foi colocada o melhor possível num andor em frente da capela da Senhora da Piedade. A corda, segundo o costume tradicional, dava uma volta ao pescoço da imagem, desciam as duas partes até à cintura, onde havia outra volta armada com uma certa habilidade e todo o resto das ditas cordas ficava estendido de um e outro lado do andor, um tanto pendentes para os fiéis beijarem. Estávamos nós no melhor do nosso trabalho, quando o senhor Joaquim d'Elvas (o Corda) entrou e muito escandalizado, notou o disparate (sic) da colocação da corda. (Este sic é do próprio texto do P.e Franco). No tempo em que ele servia de judeu não era assim. *"Então faça lá"*, tornei eu calmamente, e o bom do homem tirou a

extensa corda, dobrou-a em bastantes dobras até ficar com as dimensões de um cinto, atou-a à imagem e disse: "É assim. Sempre assim (???) Belmonte. Antigamente era assim com umas cordas que batiam aos criminosos." Só seria verdade dobrarem as cordas para punir os criminosos, o resto não. Depois reflecti para mim mesmo: não será isto restos das célebres execuções dos desordeiros no pelourinho da vila? Tudo pode ser, E já agora quero acabar. Como eu fizera aquilo para experimentar a docilidade do povo e notar as costumeiras que se meteram pelos tempos em fora nas cerimónias da Semana Santa, fiz logo o propósito de não mais andar com estas coisas, enquanto existissem os "soldados da velha guarda".

#### **E a imagem voltou para os armários da capela de Santo António, mausoléu das imagens velhas e retiradas do culto."**

"(...) Se se pudessem fazer escavações!... Lembro-me de que, quando se demoliu um grande balcão de uma casa da praça, hoje pertença de Manuel Antero, genro de Amândio Martinho, a fazer face para a rua actual que seguia na direcção sul, casa que serviu de estação postal e de habitação dos chefes, Família Resgate Mascarenhas, dizia-se que apareceram naquele monstro de alvenaria pedras finas e talhadas. Seriam do pelourinho?" (...) "Eu inclino-me a que no topo haveria os tais ganchos de ferro em forma de âncora, onde penduravam o que caía debaixo da alçada da justiça. Era um castigo sério! E, como houve sempre o ódio de raças entre o grupo dos cripto-judeus do lugar velho da vila chamado Marrocos e a nossa gente, com os naturais motins, nada mais natural que terem esta recompensa os perturbadores da ordem pública. Não esqueçamos a questão judaica no tempo de D. João II e D. Manuel! O que se passaria por aqui!? Já é longa de séculos e nos arquivos nada existe." (...) "Paciência! Ficamos no campo das conjecturas, das possibilidades."

O P.e Franco de Matos, embora colocando-se na "nossa gente" e no lado distinto dos cripto-judeus, pois que era católico praticante, claro!, parece-me aqui como portador dos medos dos judeus, fala do sempre existente "ódio de raças". Talvez também fosse por isso que se empenhava tanto em converter os judeus, casar os que estavam só registados, tratar-lhes e pagar-lhes as dispensas de impedimento canónico, ele que era tão agarrado ao dinheiro, segundo dizem.

A tentativa de que fala de tentar ver a reacção do povo com o Senhor do Passos, foi mesmo uma tentativa de fazer as cerimónias e procissões da Semana Santa. Recuou para não melindrar os judeus. Esta procissão fez-se depois com os párocos seguintes, sem qualquer reacção visível de judeus, cripto-judeus, ou não judeus.

#### **Festas Religiosas**

##### **Este capítulo é desenvolvido pelo P.e Franco de Matos. Retiro o que me parece de mais interesse:**

"(...) Actualmente fazem-se quatro festas por ano, sendo obrigatórias a de Santo Antão em dia variável mas sempre depois da Pascoela, a de Nossa Senhora da Esperança também num dos domingos de Setembro e a do Sagrado Coração de Jesus no último Domingo de Outubro. A do Divino Espírito Santo, no dia próprio litúrgico, alguns anos fica por fazer. Normalmente o programa é o seguinte: Procissão de véspera com música, e no próprio dia há alvorada, o cumprimento da filarmónica ao povo da vila, tocando estridentemente pelas ruas, com os mordomos à frente queimando fogo do ar, missa solene, sermão, procissão, e um bocadinho de arraial à tarde para arrematar as ofertas e distrair o povo. No dia seguinte é o que se chama "a festa dos mordomos". Preside o deus Baco, e o Epicuro, e nada respira religiosidade, se bem que não se possa chamar dia pagão. Há alegria, visitam-se os parentes e amigos e... tudo termina à noite. Em tempos neste dia havia tourada no castelo. Isso acabou. As pedras venerandas daquele vetusto e histórico monumento têm valor mais alto e todos concordam."

Segue a enumerar os grandes pregadores que passaram por Belmonte. Dá relevo marcante ao "Reverendo Dr. José Guilhermino de Matos, religioso do Coração de Maria, (...) O abalo moral foi surpreendente. Viram-se na igreja e nas confissões pessoas há anos desviadas dos sacramentos e foi naquela data que se começou a notar afluência mais numerosa aos actos religiosos, especialmente à Santa Missa dominical. De todos os movimentos que abalaram a consciência em todos os sentidos destaca-se a inauguração da C.E.C (cruzada eucarística das crianças, secção do Apostolado da Oração). Seria uma falta imperdoável deixar no olvido este acontecimento. (...) Era nos primeiros anos de vida paroquial nesta vila do P.e José Franco de Matos. Faltava o hábito da frequência aos actos religiosos e a piedade era deficiente. O dia da festa despertou da letargia a nossa gente."

"Lembro-me do senhor Administrador do Concelho, Albano Henriques Barreto, professor de uma das escolas da vila, doido de alegria, de Kodak em punho, a fotografar as crianças em vários pontos da procissão e pais, encantados com a felicidade sua e dos seus filhinhos, já então de vida totalmente diferente no lar e nas escolas, a entregá-los ao pároco para os educar como os que então se destacavam pelo seu porte até na vida do mundo." ..

"Da cruzada saiu muita gente boa, a boa tornou-se melhor, os costumes na vila modificaram-se e foi desta Escola Primária da Acção Católica que saíram onze seminaristas, hoje riquíssimos sacerdotes, alguns deles em lugar de destaque na nossa diocese e em outras dioceses do país. A mudança do pároco de Belmonte trouxe um acentuado declínio no progresso da juventude e consequentemente na vida da paróquia, mas ainda hoje se apontam os elementos bons e prestáveis à religião saídos dessa Escola de amor a Deus, a Nossa Senhora e à Santa Igreja. Esta divagação não foi inútil. Está mesmo dentro das entranhas(?) da Vila. Prouvera a Deus que uma alma boa e bem orientada, ou um grupo de apóstolos, agarrasse neste sector da vida paroquial, porque, bem trabalhado, com os recursos que hoje estão à nossa disposição, será talvez o ponto onde se apoiará a alavanca para erguer as almas da actual apatia que tem de acabar para levantar, como em tempos idos, o nome glorioso desta importante Vila."

Estávamos na época de a política recomear a dar e a pedir em troca o apoio da Igreja.

Esta explosão apostólica do P.e Franco de Matos dá-me pancada a mim, por isso não a quis omitir. Revela, sobretudo o seu grande e indiscutível zelo apostólico, o mais actualizado para o tempo. Revela como Belmonte entrou dentro da História da Igreja em Portugal, ainda durante a 1ª República e depois desta, onde estes movimentos são tidos e estudados como a reacção da Igreja perante as primeiras Repúblicas. Depois dele ainda houve Apostolado da Oração e Cruzada. Oito anos depois reorganizaram-se, e depois tornaram a acabar, os Escuteiros. Houve JOC e JEC, Cursos de Cristandade. Tudo junto não chegou para a elevação moral da Vila de Belmonte no sentido que o P.e Franco de Matos tanto desejava e exaltava. Havia mudanças...

#### **Festas Cívicas**

**Em Belmonte não havia esta modalidade de festas. As religiosas satisfiziam um pouco porque havia sempre uma parte profana. Porque as leis da Igreja contrariavam esse costume, começaram a aparecer as chamadas "Festas da Vila". Não podemos negar que valia a pena assistir a essas festas e viver a vida do povo alegre..."**

Segue-se a descrição de como a Câmara foi chamando a si a organização destas festas e se estenderam a todo o concelho. Diz como a estas festas se uniu o Brasil. Em termos encomiásticos descreve a vinda de Kubitschek de Oliveira, a inauguração da estátua de Pedro Álvares Cabral, sempre com relevância para a acção dos membros do Governo e bispo da diocese. A certa altura escreve:

"O conteúdo do histórico documento era o seguinte: "Aos doze dias do mês de Janeiro de mil novecentos e sessenta e três, na histórica e multiseccular vila de Belmonte, terra de Pedro Álvares Cabral, foi solenemente inaugurada por Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional, prof. Inocêncio Galvão (sic, falta o Teles), a estátua do insigne descobridor do Brasil, generosamente oferecida por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Eng. Eduardo João Arantes de Oliveira. Estiveram presentes, além dos Ministros já referidos, Sua Excelência Reverendíssima o Bispo da Diocese da Guarda, D. Policarpo da Costa Vaz, Sua Excelência o Embaixador do Brasil, Dr. Francisco Negrão de Lima, Sua Excelência o Embaixador de Portugal no Brasil, Dr. Martinho Nobre de Melo, Sua Excelência o Senhor Governador Civil de castelo Branco, Dr. Simplicio Barreto Magro, destacadas personalidades da vida política e administrativa da região e muito povo. Como hóspede de

**honra, esteve também presente Sua Excelência o Dr. Jucelino Kubitschek de Oliveira, ilustre senador brasileiro e grande amigo de Portugal e dos Portugueses,**

Para testemunhar tão notável acontecimento, a Câmara Municipal de Belmonte ofereceu ao eminente homem público da Nação Irmã a chave do seu castelo, berço do grande navegador e símbolo da Pátria Imortal que deu Novos mundos ao Mundo, com a certeza de que a preciosa relíquia fica em mãos de quem a poderá utilizar para abrir a vastidão imensa da esperançosa Comunidade Luso-Brasileira."

Eis o texto de precioso pergaminho escrito em primorosa iluminura e entregue, acto contínuo, a Sua Excelência no meio de ruidosas palmas e vivas."

(...) "Sua Excelência orgulhava-se em afirmar o seu vincado portuguesismo e até e até no início do seu discurso oficial, dirigiu-se à multidão nestes termos: "Meus bons conterrâneos de Belmonte."

#### Comércio e indústria

*(Apointamentos do P.e Franco de Matos: da p. 170 a 173).*

"(...) Indústria não existia. Sabe-se que em anos passados só havia em Belmonte três sapateiros e rema judeus: Luís Rafael e Manuel Barroca. E mais não se conseguiu saber.

As ruas não eram pavimentadas. Quando a população de Belmonte, refugiada nas serras de Manteigas por causa dos franceses a erva nas ruas era tão alta que escondiam lá os arados e outros aprestos da lavoura.

*A propósito conta-se que, quando vieram os franceses, toda a população que não fugiu, se recolheu no Castelo, onde se viveram quinze dias em estado de muita fome. O cerco foi posto, mas quando já escasseavam os mantimentos, os cercados fartaram um porco com trigo em grão e atiraram-no dos muros abaixo. Os franceses, vendo isto, retiraram-se. Esta história será verdadeira, visto que foi contada por testemunhas oculares que a transmitiram aos seus descendentes quando se queixavam d fome ou privações. A pessoa que no-la contou era absolutamente séria e muito inteligente, sem pretensões a fazer romance ou criar lenda sensacional.*

Depois da passagem das invasões, que lançaram por toda a parte a morte e a ruína, e já no tempo do liberalismo, começou a brotar o espírito de negócio. Por influência dos cripto-judeus que, como todos sabem e abonam, não primam pela paixão pelo campo.

A arte de sapateiro foi a primeira a desenvolver-se e a tal ponte que em 1931 havia vinte e seis oficinas com noventa e três mestres, artistas e aprendizes. A vila desenvolvia-se a olhos vistos. As edificações apareciam com incrível rapidez. Já não eram as humildes e pobres habitações das infectas ruas de "Marrocos".

Em volta da estrada e da Praça do Município começaram as construções elegantes para o tempo. As artes de carpinteiro e pedreiro trazidas já da época da construção das pontes do caminho de ferro que deixarem na vizinha povoação de Maçainhas mais de metade da população de várias localidades algumas bem distantes. Quase todos artistas, criaram adeptos e pelo ano supra referido contavam-se dezoito carpinteiros, infelizmente os artistas mais desunidos. Com os carpinteiros apareceram os caiadores, alguns de muita fama. Eram há quarenta anos, vinte e nove entre mestres e serventes. Vinte e cinco anos a contar de 1960 e até antes, trabalhavam em oficinas de serralheiro à volta de quarenta homens e rapazes sempre com largas encomendas de trabalho. Alfaiares e costureiras (hoje modistas) eram mais de sessenta, barbeiros onze, caiadores mais de vinte e, caso curioso, não havia pedreiros! Vinham de outras terras e muitos que não chegavam para as encomendas. Hoje fixaram na vila residência três que são pai, filho e genro, hábeis para obra de responsabilidade. Paredes toscas vão-nas fazendo os curiosos. (Em nota quero dizer que ainda eu próprio lembro estes três pedreiros referidos foram Luís e Aurélio Pombal, e Joaquim Jerónimo que vieram da Lardosa).

Recentemente há fábricas de laranjadas e azeite e, ao lado do afamado vinho regional, fabrica-se algum com água da Fonte Grande.

Há quarenta anos, havia trinta e sete tabernas alimentadas quase todas pelos mercados sem contar com algumas adegas de quinteiros abastados. (...)

O Comércio fez-se em medida sempre crescente e é uma grande fonte. Há dezenas de lojas de panos, ferros, artigos de construção civil, bebidas licorosas, etc."

E na página. 205 dos seus apontamentos, escreve: "O Comércio é uma grande fonte de receita. Além de perto de trinta e sete tabernas, algumas das quais só abrem em domingos, mercados e festas, há mais de três dezenas de lojas de comércio tão abastecidas que satisfazem as exigências dos mais esquisitos"

Em seguida o autor faz a enumeração dos estabelecimentos existentes no seu tempo e já não existentes em 1954, misturando-os, em emenda posterior, com nova construções mais recentes e posteriores àquela data e até a 1974.

#### A Igreja da Sagrada Família

*(Dentro de um percurso turístico que ele procura fazer pela vila e arredores, fala da Igreja da Sagrada Família. Apointamentos do P.e Franco de Matos; p. 199)*

"Lá ao cimo, em colina mais elevada que aquela em que se levanta o castelo, deparamos com a Igreja da Sagrada Família, a Igreja Nova, como o pouco lhe chama. (Foi feita só com esmolas dos habitantes da vila e quintas onde se gastaram perto de oitocentos contos (1)). Vale a pena entrar. Portas de ferro que se abrem, são elas sete, para contemplar o sabor gótico do interior. Boas linhas, muita luz, suficiente cubagem, imagens perfeitas, via sacra, um dos três únicos exemplares no país, toda em madeira, e as figuras em (vulto) (sic) finamente trabalhadas, dois elegantes púlpitos, coro fora do vulgar, camarins e dependências suficientes. Bancada em todo o edifício. Admirar-se-á o esforço de um povo que só porque tem muita fé, teve muita coragem, a coragem de levantar um templo que não envergonha ninguém."

(1) Na primeira versão tinha escrito seiscentos contos. Talvez tenha emendado atendendo ao que se gastou depois de 1954 com o acabamento do projecto. Do acabamento há livros e escrita. Das primeiras obras, nada existe documentação. A descrição feita da Igreja da Sagrada Família é de quem a concebeu e realizou.

#### Topónimos

De mencionar que ele refere lugares como a Forca e Cova do Ladrão, para Poente de Belmonte, e seguir ao Largo e Rua de S. Sebastião. Estes lugares foram apropriados .mais ou menos em segredo, por antigo conservador do Registo Predial ou Civil e vendidos, sem reclamação feita a tempo. Fala também, na Rua da Fonte da Rosa, e de lugares situados no caminho que, desta fonte, desce para Sul, nomeadamente da Laje Escorregadia e da Varanda de Pilatos: (Id;id, p-201, Id., id). Estes topónimos ainda existem.

#### Paços do Concelho de Belmonte - a cadeia, e párocos de Belmonte

O edifício da Câmara tinha um sino de correr em campanário. O sino foi aproveitado, depois de 1910, para sino do Relógio Municipal. O sino tocava "sempre que a Câmara saía, nas festas da Páscoa, Corpo de Cristo e Festas Reais. Não faltava a Bandeira da Câmara, rica e vistosa, com as armas e o brasão da vila, vermelho, com uma torre torreada de prata, aberta e iluminada de campo assente sobre um monte de verde, realçado de negro."

*(Apointamentos cedidos pelo Sr. João Gaspar e que já referi noutra lugar. Acrescento que estes apontamentos, alguns pelo*



menos, são do P.e José Franco de Matos. Algumas emendas foram mesmo cortadas ou acrescentadas pelo próprio P.e Franco de Matos, como explicarei e se deduzirá)

"A Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 23 de Dezembro de 1922, declarou que o estandarte da Vila devia ser esquartelado de verde e branco, por serem estas as cores principais do brazão. A bandeira como de todas as cidades e vilas deve ter um metro por lado não incluindo o espaço da bainha, onde se enfia a haste que a sustém". (Apons. P.e Franco de Matos)

"Primitivamente a Câmara era no castelo. Ainda há quem hoje chame à sala com duas janelas para o lado Sul "a sala da Câmara".

Este corpo ligado à muralha do castelo mas fora da praça do mesmo, (...) a desdizer muito, na arte e na estética, do conjunto."

"O rés do chão deste imóvel (...) ao adaptar-se o edifício a Paços do Concelho, escolheram esta parte para "repouso" dos delinquentes e parece que era bem frequentada!

Ainda há quem se lembre, escolhiam a cadeia velha para recolher transitoriamente os que esperavam julgamento no tribunal da Covilhã e pena maior. Para casos vulgares aproveitavam-se as lojas dos Paços do Concelho."(Id., id.)

#### **Párcos de Belmonte**

(Aproveitando falar da cadeia de Belmonte, aparece a referência aos párcos e uma nota interessante que me tirou as dúvidas sobre a autoria do original destes apontamentos. Vejamos, então, como falando da cadeia nos baixios dos Paços do Concelho, o autor dos apontamentos escreve:)

**"Nestas desagradáveis salas esteve preso alguns dias o bondoso Padre Joaquim Lapas de Gusmão, pároco desta vila muitos anos desde a morte do Padre Caetano Cardoso Sampaio de quem foi coadjutor até à nomeação do Padre José Francisco Silveira que parouquiu a vila durante oito anos, sendo substituído pelo P.e José Franco de Matos que foi Pároco de Belmonte desde... (sic)**

(Mas o texto que se consegue ler, e que foi rasurado e substituído pelo agora apresentado, era assim, pois ainda se lê muito bem):

"... até à nomeação do Padre José Francisco Silveira e sua substituição, passados oito anos, pelo sacerdote que escreve estas linhas".

(E continua o escrito original, agora traçado com riscos de alto a baixo):

"O Reverendo Lapas Gusmão faleceu edificadamente no dia 17 de Janeiro de 1937, nesta vila e aqui foi sepultado. (E o autor intercala: "homem simples, honesto e que só viveu para a Igreja tendo como devoção os pobres, e por isso foi perseguido, ofendido na sua dignidade."

(E continua o texto original):

"O crime que assacavam ao digno sacerdote era só... ser padre digno que nunca quis despir os trajes eclesiásticos. Homem recto, firme, amigo das almas e da igreja, apaixonado pelos pobres que largamente beneficiava, foi a interrogatório à presença do Administrador do Concelho de então nos conturbados tempos da República e não hesitou em declarar à autoridade, com espanto e raiva dos seus inimigos que o rodeavam: "Tu estás aqui em vez de gente!!!"

(O P.e Franco de Matos tinha cortado esta incursão pelos tempos da República, sobre o padre com quem ele ainda viveu em Belmonte e a cuja morte assistiu, pois que veio para a paróquia em 1928 e saiu em 1946. Depois volta ao texto mantido sem esses ressentimentos antigos da Igreja. Talvez por ele ser adepto dessa norma do traje eclesiástico como sinal de luta, intrepidez e martírio é que o P.e Franco me não confiou nunca os seus apontamentos que, pelo que diz escreveu com a intenção de que fossem publicados. Mas cá me vieram parar... ironias do destino!... E continua o P.e Franco de Matos):

"Mas perdoem-nos esta divagação para continuarmos com a história da cadeia. A cadeia velha há pouco mais de um século era morada das Martinhas, últimas serventes dos descendentes dos Cabrais. Conservavam como preciosa relíquia um bastão de ferro de que usava Fernão Cabral, o Gigante das Beiras, e que pesa mais de uma arroba. Desapareceu. Falava-se muito da Tia Martinha e que viveram (sic) numa casota pequena ao lado da actual estrada e que deu o nome à quelha íngreme que ligava a rua principal com a rua da Sé. Ficou conhecida pela Quelha da Martinha".

"Estas velhinhas viveram bem em tempos idos. Os seus ascendentes eram "cabeceiros" dos condes, uma espécie de feitores que arrendavam por junto, reservando-se o direito de subarrendar, mas com responsabilidade individual".

(Lembra ainda noutro ponto dos seus apontamentos o P.e Franco de Matos):

#### **Castelo de Belmonte**

**"Estas notícias foram fornecidas pela avó do Sr. Dr. Aníbal Leitão, médico municipal, já falecido, muito estimado e ainda muito falado em Belmonte. Só como lembrança - não mereceria o nome de uma rua? Lembrava-se de muitas coisas que havia no castelo, e indicava onde eram as cavalariças, e a capela. Esta era na sala que tem a linda e histórica janela e estas histórias transmitia-as uma mulher chamada Martinha, mulata, que nascera no castelo e que veio a morar na casita de que falámos atrás, na "Quelha da Martinha".**

"O castelo foi destruído por um incêndio. A velhinha, avó do Dr. Leitão, ainda se lembrava de uns restos de portas toscas e fortes de madeira, na parte da entrada (lateral), e no terraço, por cima da entrada, ainda se viam flores muito mal tratadas no seu tempo."

"Nota: Quem contava também muitas coisas a respeito de Belmonte era um senhor Joaquim Correia, pai da senhora D. Ricardina Correia, prima do Ex.ma Senhora D. Maria José Soares Mendes, fundadora e benfeitora do Hospital a qual senhora amava as antiguidades da vila e conversava sobre a história do castelo com o Doutor Aníbal Leitão..."

(A "Quelha da Martinha" parece que será a Rua da Portela, pela descrição que é feita: Quelha íngreme que liga a rua principal à rua da Sé. Chamou-se depois Rua Dr. José de Castro; e depois, Rua Ferrer...)

#### **Feriado Municipal**

"A Comissão Administrativa da Câmara Municipal resolveu, em 2 de Maio de 1930, mudar o feriado municipal que era a 16 de Maio para 13 de Janeiro." (a última decisão conhecida era a de 17 e não 16 de Maio, mas o certo é que o P.e Franco de Matos diz que era 16 de Maio)

#### **Luz Eléctrica - Inauguração**

"Foi em 13 de Janeiro de 1924 que foi inaugurada a luz eléctrica na vila..." (Aps. P.e Franco de Matos)

#### **Grupo Desportivo de Belmonte**

Foi inaugurado no dia da inauguração da luz eléctrica, em 13 de Janeiro de 1924. (Aps. P.e Franco de Matos)

#### **Caixa Geral de Depósitos**

Em 20 de Agosto de 1926, foi inaugurada a Agência da Caixa Geral de Depósitos. (Aps. P.e Franco de Matos)

## ▶ ANEXO Nº 26

### OS JUDEUS NA REPÚBLICA - O ADMINISTRADOR DO “CU ROTO”

É claro que quem mais se arrisca nas revoluções são, normalmente os que se encontram mais descontentes ou pressentem que mais podem lucrar, socialmente, ou economicamente com a mudança.

Em Belmonte, um dos grupos que mais podia lucrar era o dos Judeus. Alguns tinham ascendido economicamente, mas, socialmente, os que eram conhecidos como judeus ainda não tinham conseguido subir. Mais uma vez, os cristãos velhos não os tratavam mal, mas havia alguma separação ou melhor, diferenciação.

Antes de avançar, apenas dois apontamentos: Antonieta Garcia valoriza a participação de Judeus na Comissão Municipal Republicana Electiva de Belmonte. (*Nota: Garcia; Id., Id. p. 40. Cit. "Alvará do Ex.mo Senhor Governador Civil de 13 de Outubro de 1910" – Livro de Actas da Câmara Municipal de Belmonte 1908-1914, sessão de 15 de Outubro*). Refere José Caetano Vaz e José Henriques Pereira de Sousa, (normalmente conhecido por José de Sousa) e valoriza a acção destes e, sobretudo de José de Sousa no que se poderá chamar uma activa acção administrativa, sobretudo se a compararmos com a de anteriores Câmaras monárquicas.

Sabemos de relatos de sessões de Câmara no séc. XIX, que se faziam mais ou menos normalmente, mas pouco se decidia. O forte dessas sessões era lançar derramas sobre as populações. Sabemos mesmo que um Presidente se recusou a assistir às reuniões por isso lhe parecer inútil.

Parece natural que, com a República, a Câmara procurasse mostrar actividade como resultado da revolução. O que, talvez, não fosse tão natural foi que tivesse sido precisamente um judeu a tomar este lugar de liderança.

De umas fontes sei que era um homem inteligente, de visão, e de grande dinamismo para o tempo, que entrou já com outros republicanos, em 1908, na construção da capela de Santo Antão em Belmonte.

De outras fontes sei que diziam que não fez mais que destruir capelas e plantar os eucaliptos junto ao cemitério. Estas últimas fontes são apenas orais. Não conhecem o que se fez na Câmara nem antes nem depois da república. Por sarcasmo e irrisão chamavam a este José de Sousa o Administrador do “Cu Roto”.

Mas os republicanos nunca se deixaram intimidar na 1ª República. Caso da Procissão do Corpo de Deus e da resistência ao Sidonismo.

Creio que vem a propósito dizer que mandaram riscar a pico os brasões que davam para lugares públicos e não admitiam vivas à Monarquia. E os monárquicos tiveram de aprender que o não podiam fazer, pois que, a partir de certa altura pagavam a um «tolinho» para dizer:- Viva a Monarquia!

Ele foi dizendo, sobretudo à sombra de ser doído. Mas o Administrador deu mesmo em metê-lo na cadeia do Castelo, e o “tolinho” passou a dizer só: - Viva a Mona!

Quando os republicanos entenderam que os instigadores eram os mesmos, e que pela voz de um tolinho a Monarquia ia satisfazendo seu gostinho e gozando, gozando, deram em prendê-lo só por dizer: “Viva a Mona!”

O tolinho tomou juízo, até que, quando lhe perguntavam “Vivem quem?”, ele respondia: “Viva nada.”

A República e os republicanos de Belmonte começaram a agir. São de acentuar as datas dos acontecimentos e a frequência das sessões de Câmara

**E o certo é que, sob a presidência de José de Sousa, chamassem-lhe o que lhe chamassem, se propõe a criação de escolas primárias, equipá-las, e pagar a habitação dos professores.**

**É claro que uma das providências essenciais para assegurar o êxito da revolução, seria um quartel da Guarda Nacional Republicana.**

Logo em 13 de Outubro de 1910, por Alvará do Governo Civil é constituída a Comissão Municipal Republicana Electiva, como ficou dito. Isto implicou uma acção anterior dos republicanos e de uma proposta destes.

Em 15-10-1910, em sessão extraordinária da Câmara desta data, é registado este alvará. O primeiro da lista é precisamente José Henriques Pereira de Sousa, de raça judaica.

O vereador João Palmeirão opõe-se a que se despenda dinheiro a Caria, porque só o cemitério de Belmonte, como sede de Concelho, era considerado municipal quanto a reparações. Os outros eram da competência das Juntas de Paróquia. (*Id. Id.; Ibidem, Livro de Actas, sessão de 17 de Fevereiro de 1911*). José de Sousa diz que as Juntas de Paróquia não tinham dinheiro. De notar que houve padres que aderiram à República. Poucos. Aceitavam da República uma pensão. A Igreja não aceitou nem estes padres nem a sua posição. Chamavam-lhe os “pensionistas” com algum sarcasmo. Em Belmonte isto aconteceu com o P.e António Baltazar. As Câmaras procuraram organizar Juntas de Paróquia para melhor controlarem a Igreja. Algumas capelas e igrejas se deitaram abaixo invocando o alargamento de largos e ruas e a inutilidade desses templos para o culto. A república invocava também uma lei da Monarquia segunda a qual a Igreja não podia publicar documentos sem autorização régia, para, com o mesmo poder régio, condenar os bispos e demais clero que publicasse ou lesse na Igreja documentos que a República não aprovasse..

Como diz a autora, os cristãos novos, com a república, ascenderam à Câmara. Começa a aparecer outro grupo de famílias que, tendo ascendido apenas economicamente, vai ascender também social e politicamente. Para quem conheceu as famílias destes republicanos judeus e os seus descendentes sabe que a maior parte não voltou à comunidade judaica. Não vale a pena nomeá-los, pois seria fácil mas deselegante. Eles que se revelem, se quiserem. A ascensão económica, e também social, levou-os a casamentos fora do grupo judaico. Mesmo quando casavam com gente de sangue judaico como o deles ou mais. Mas o próprio clã os considerou como desviados. Portanto, parece que se deve saber de que é que se fala, quando se fala de judeus em Belmonte... e até noutros lados.

E se, nalgum tempo e local, por vezes foi o bom dote da noiva que permitiu um casamento misto, até com aristocratas, aqui, em Belmonte, aquilo de que há conhecimento é o contrário: Judeus que atingiam um nível económico cobiçável, sobretudo se não tinham filhas para casar por troca com os filhos, davam aos seus filhos a liberdade de casar fora do clã. Muitas vezes ajudavam na procura desse casamento.

Como também observa Maria Antonieta Garcia, “sempre que se verifica uma abertura sócio política, o número de casamentos mistos aumentava. Assim acontecem durante a Primeira República, período em que algumas famílias se diluíram na sociedade circundante”. (*Id., Id.; p. 118*)

E o facto de o pároco de Belmonte recusar assistir ao casamento de judeus segundo o rito católico (na década DE 1960) abriu mais a comunidade a outros grupos e comunidades. O 25 de Abril trouxe também uma ideia de liberdade para os judeus da comunidade de Belmonte. Era uma liberdade de poder escolher com quem casar. Isto, sempre ligado a uma considerada boa situação económica do judeu.

Mas, o certo é que José de Sousa imprimiu ao executivo um dinamismo próprio de revolução, com medidas, a maior parte do agrado da população, outras menos, como é natural em tempo de revolução. Uma das medidas que não deve ter

### **agradado de todo foi a mudança do nome da praça, largos e ruas.**

Os novos nomes das ruas funcionam mais oficialmente do que na designação comum do povo. Num parêntese, foi o que aconteceu com o 25 de Abril. A mudança de nome na toponímia é um acto revolucionário que parece que tem de se aceitar e aceito, mas discuto em muitos aspectos. Por isso é que eu quero deixar claro que fui nomeado para a Comissão de Toponímia após a revolução de Abril, mas não fui convocado para qualquer reunião. Quando soube das mudanças, fiquei tão surpreendido como a maior parte da população.

Entre outras coisas, não concordo que fosse mudado o nome da Rua Dr. Custódio Vaz Serra e Manuel Vaz Preto por serem políticos a quem se deve a restauração do Concelho de Belmonte em 1898. Não concordo com mudança de outros nomes quando havia ruas sem nome a que deram nomes de Cravos e Rosas, etc., etc. Mas, tudo é história, mesmo as destruições são história... boa para uns, má para outros...

Vá lá que houve na Câmara quem defendesse que, ao menos, se escrevessem também alguns antigos nomes das ruas...

## **► ANEXO Nº 27**

### **COSTUREIRAS E ALFAIATES, OUTROS OFÍCIOS, E O MERCADO**

"E neste mundo de memórias, ainda haverá por aí quem lembre um senhor Amândio Martinho, um senhor Palmeirão, o senhor João Martinho e as filhas, as Martinhos, isto para nomear alguns que, já em 1954, eram história..."

...queria apresentar um apontamento típico da distribuição destas actividades na vila de Belmonte, muito concretamente e para exemplo no Largo de São Pedro. Sempre me impressionou a densidade de tabernas e oficiais sapateiros e alfaiates nesta zona da velha vila

...no típico e velho Largo de São Pedro! Ou a uma distância de menos de cinquenta metros, incluindo a Praça, até à Devesa, que eu me lembro:

Oficinas de sapateiros ou vendedores de sapatos, 4; Oficinas de alfaiate ou alfaiate por conta própria, 3; Oficinas de costureira ou costureiras por conta própria, 10; Chapeleiros, 1; Comércio de fazendas e fornecedores de feirantes, 2; Transportadores de feirantes ou feirantes (quinquilheiros), 5; Merceria, miudezas ou ferragens, 4; Barbeiros, 2; talhos, 1; Tabernas, algumas com comércio, 5; Cabeleireiras, 1: Total 38.

Portanto, neste conjunto em que havia 43 casas e/ou lojas, apenas 5 (cinco) não estavam ligadas a ofícios ou ao comércio e mercados" (*Marques, Manuel; JB Jornal de Belmonte, Março/85, p.10*)

Nessa época já a crise era grande.

"Se a aceitação e desenvolvimento do mercado de pronto-a-vestir se tivesse verificado mais depressa, (dizia eu por 1983), talvez tivesse sido outro o rumo das confecções em Belmonte e mais no sentido que se lhe quis imprimir à nascença.

Poderá dizer-se que, vendedor a sério de pronto-a-vestir, nessa altura, em Belmonte, só Rafael Morão, e parece-me que esta actividade se desenvolveu primeiro em Caria ...

Os sapateiros, portanto, foram os primeiros a entrar na venda de produtos industrializados. Tinham começado por vender o produto do seu trabalho no mercado local. Começaram a vender em mercados dos arredores, sobretudo Fundão, Daqui a percorrerem mercados e feiras de Castelo Branco e Guarda, Pinzio, Orca... foi um desenrolar. Depois já não era só, nem sobretudo, o produto das suas oficinas, era o que compravam em São João da Madeira e Porto e outros mercados. Nesse comércio era desenvolvido mais a obra-fina ou obra feita. Alguns sapateiros iam apresentando conjuntamente a sua e a obra-fina em revenda. E a transição fê-la cada um à medida que lhe convinha." (*Marques, Manuel; JB – Jornal de Belmonte*)

Enquanto isto, as costureiras, modistas e alfaiates continuavam a trabalhar só por encomenda. Foi, como se sabe, uma das razões que em Belmonte optámos pela confecção industrial de roupa e não pela confecção de calçado.

#### **O Mercado ou o Dia do São Mercado**

"O mercado em Belmonte continuava a ser uma das fontes principais, e mesmo a principal do comércio e até das oficinas de alfaiataria, costura e sapataria" (*Marques, Manuel; Id., Março/85, p. 10*)

"Engraçado era a maneira como aquela gente, e afinal toda a vila de Belmonte, planeava a vida. Tudo à base do mercado da sua terra. Quem chegava, funcionários, e o próprio pároco, estranhavam a princípio. Depois adaptavam-se, e eles próprios tinham de planejar do mesmo modo. Se não, sujeitavam-se ou a não ter gente ou a ter gente a mais sem lhes poder dar resposta. Eram os médicos, era a Farmácia, eram as Finanças, era a Câmara, era a marcação de casamentos e baptizados. No dia de mercado tudo se tratava. Uma vez que tinha de se deixar todo o trabalho ( das quintas ou das aldeias), aproveitava-se tudo.

As quinteiras e quinteiros subiam à vila.

(...)A vida da Idade Média não vai longe. (...)

Tinham preparado o bacalhau frito e as batatas guisadas com carne... tinham procurado o vinho ... que aguentava mais água...abriam as tabernas, os comércios; abriam as ruas e largos, enchiam tudo, tudo, de mercadoria até quase não se poder passar. Em cada largo da vila, a cada entrada, abriam-se tabernas fixas. Como se não lhes bastasse improvisavam outros lugares de venda ( de vinho)." E bebia-se uma *meia-praça* atrás de outra...

"As quinteiras de Belmonte não eram isentas de ironia. Algumas tinham alcunhas que eram uma autêntica ofensa...

Algumas, porém, era tão engraçadas que a ironia dos vilões não podia esconder o encanto que sentiam por aquelas raparigas. Assim, em vinte anos que aí vivi, conheci algumas raparigas que eram conhecidas por "Miss Quintas". Algum despeito das moças da vila?

Estas, o que muitas vezes gozavam era o facto das quinteiras se queixarem só do sol da vila. Trabalhavam no campo a semana inteira, de rosto ao sol e à chuva. Nos domingos e dias santos, nos dias de mercado e feiras, ali pelo Castiçal, ou pelo chafariz do Areal, ou ao tronco, ou ao Campo de Futebol, paravam. Trocavam de meias e sapatos, apumavam-se e retomavam a sua sombrinha. A sombrinha não a dispensavam. Defendiam-se assim do sol da vila, mas não da sua ironia." (*Id. Id.*)

Era, como se costumava dizer, Dia de São Mercado!

E o mercado era diferente se calhava em mês de R ou sem R. E quando a chuva ou neve estragavam o mercado, não era só o que não se ganhava, como o que se perdia com o que se tinha preparado para venda.

Por alguma razão os da Covilhã, quando absorveram o concelho de Belmonte durante três anos, a coisa que não deixaram de regular aumentar e cobrar foram os impostos dos mercados e firas de Belmonte Caria.

## CONFECÇÃO INDUSTRIAL Cesbel - Metalurgia e Confecções – S.A.R.L.

### Constituição oficial da sociedade – 13-3-1970

"CESBEL-METALURGIA E CONFECÇÕES", SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, com sede na vila da Belmonte, na Rua Pedro Álvares Cabral, sem número de polícia, constituída por escritura pública de treze de março de mil novecentos e setenta, lavrada de folhas quarenta e seis a folhas cinquenta e sete do livro respectivo A número vinte e quatro, do Segundo Cartório desta Secretaria Notarial da Covilhã, com o capital social de um milhão de escudos.

Mas os trabalhos de organização, de escola de aprendizagem, e primeiros comerciais começaram antes, como é do conhecimento pessoal de muitos que trabalharam na Cesbel e se dá conta do livro de actas.

*Como se diz noutro lugar, o Livro original ficou na posse do Sr. José Soares Tavares que, com a sua experiência e disponibilidade foi de muito apreço em todo o desenrolar da transição da CESBEL para outra sociedade. Do livro tenho fotocópia, e destas me sirvo, na dificuldade de me servir, por agora, do original. O livro está registado na Conservatória do Registo Predial da Covilhã, sob o nº 117 de registo, em 18 de Novembro de 1969.*

*Também se verá no relato e mesmo pelas presenças e participações nas reuniões da sociedade que muitos foram os que aderiram ao projecto, e fizeram tudo para que resultasse. Só que alguns tiveram dinheiro, arrojo e acreditaram. Outros acreditaram, mas não tinham dinheiro. Outros ainda, mesmo tendo dinheiro, não acreditaram, outros nem pagaram as acções que subscreveram. Estes, quanto a mim, foram muito culpados na realização da CESBAL como cooperativa.*

*A CESBEL, nasceu bem. Até nasceu de um movimento da Igreja Católica Romana. Foi bem baptizada. Mas o casamento na cooperativa deu em divórcio, graças a Deus. Quando foi do divórcio ou dissolução da CESBEL, já havia pessoal especializado e muita gente preparada, consciente das possibilidades económicas, que lhe deu continuação, e se actualizou. Em vez de ser uma cooperativa, em breve foram várias empresas que surgiram.*

*Hoje, noutras localidades, algumas das pessoas que avançaram e desenvolveram as confecções em Belmonte, seriam pessoas de mérito oficialmente reconhecido.*

#

### "Termo de Abertura

Há-de este livro servir, nos termos do art.º "37" do Código Comercial Português, para as actas da "Cesbel- Metalurgia e Confecções – S. A. R. L.". Leva no verso da última folha o termo de encerramento.

Belmonte, 15 de Junho de 1969

O Presidente da Assembleia Geral

Mário Inácio Dias Duarte

### "Acta número um

Aos dezassete dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e sessenta e nove, pelas vinte horas, na sede da sociedade anónima de responsabilidade limitada "Cesbel- Metalurgia e Confecções – S. A. R. L." na Rua Pedro Álvares Cabral, da vila, freguesia e concelho de Belmonte, reuniu-se a Assembleia Geral dos subscritores da mesma sociedade, de harmonia com a convocação feita nos termos e para os efeitos do número sexto do parágrafo segundo do artigo cento e sessenta e quatro do Código Comercial, ou seja para deliberar sobre a constituição definitiva da mesma sociedade, tendo tomado a presidência da Assembleia, de harmonia com o número sétimo de referido parágrafo segundo, o Senhor Padre Manuel Marques Gonçalves. De harmonia com o parágrafo quarto do artigo cento e sessenta e quatro do Código Comercial, e por ter sido recolhido o produto da subscrição, estando o capital social integralmente subscrito, e serem em número de duzentos e cinquenta e dois os sócios subscritores do capital da mesma sociedade, os sócios fundadores Padre Manuel Marques Gonçalves, Padre José Pires da Cruz e Mário Inácio Dias Duarte, apresentaram à assembleia os documentos justificativos de haverem sido satisfeitas as condições exigidas no artigo cento e sessenta e dois do Código Comercial, tendo sido verificada a exactidão dos documentos apresentados. – E por estar presente a maioria dos subscritores, conforme lista de presenças arquivada, pela maioria, exceptuados os sócios fundadores, foi declarado concordar inteiramente com a constituição definitiva desta sociedade, de harmonia com as cláusulas constantes da escritura de constituição, pelo que a mesma se houve por constituída e aprovados os seus estatutos. – Seguidamente e por todos os presentes, procedeu-se à necessária eleição da direcção ou conselho de administração, do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral para o triénio que hoje se inicia.- Foram eleitos para o Conselho de Administração os senhores accionistas: - Mário Inácio Dias Duarte, António Pina Vieira do Vale, João pereira Monteiro, João Adolfo dos Santos e Luís Elvas. – Foram eleitos para o Conselho Fiscal os senhores accionistas: José Alves Patrício, José Soares Tavares, Jordão de Freitas Vieira e António Martins Silva. – Foram eleitos para a Mesa da Assembleia Geral os senhores accionistas: Manuel Marques Gonçalves, Manuel Augusto Fatela, Anselmo Alves de Sousa, Maria Manuela Carvalho Dias Duarte, Luciano Amaro e Maria Alcina Cameira Franco Patrício.- Mais foi deliberado pela Assembleia Geral, pela conveniência que há para a sociedade, que todos os corpos eleitos entrem, logo que possível, no exercício das suas funções. – E não havendo mais nada a tratar, se encerrou a presente assembleia geral. E para que conste se lavrou a presente acta, que foi achada conforme, e aprovada por todos os presentes, e vai assinada pela Mesa da Assembleia Geral."

Seguem as assinaturas, algumas não de todo decifráveis: António Martins Silva, Mário Inácio Dias Duarte, Jordão de Freitas Vieira, José Pires Calvário, António Correia da Cruz, Luís Elvas, P.e Manuel Marques Gonçalves, José dos Santos Costa, (?)Teixeira, José Soares Tavares, Anselmo Alves de Sousa, António Pina Vieira do Vale

**Em 17-6-1969**, foi a primeira reunião oficial e escrita. Não revela as causas do aparecimento da resolução de constituir uma sociedade, nem os fins em vista, pelo conteúdo da acta pressupõe outras reuniões e decisões anteriores, e o trabalho da recolha de subscrição de accionistas. Apresenta-se a subscrição de todo o capital, embora se não refira, de 1.000.000\$00, e o número de accionistas. Decide-se constituir a sociedade em termos legais. Elegem-se novos corpos gerentes, diferentes dos que tinham sido eleitos para a subscrição de acções e preparativos. (Acta Nº 1)

Depois desta reunião, como já antes, quem ficou responsável pela administração da sociedade foi Manuel Marques Gonçalves, por incumbência do Conselho de Administração, e na continuidade do trabalho realizado anteriormente; incluindo promover reuniões anteriores, anúncios orais, e solicitações, algumas porta a porta.

Eu sabia o que queria, mas não pensei em dirigir uma empresa. Refiro o que escrevi em As Confecções de Belmonte, no JB - Jornal de Belmonte, referindo as palavras ditas na reunião no antigo estabelecimento do Sr. Manuel Baptista: "... eu não tenho

prática de indústria nem de comércio... Se qualquer dos senhores tem muita mais prática do que eu..." "- Nada disso! O senhor é que tem de arrancar com isto!" Fiz o que soube e fui aprendendo.

#### **"Acta número dois**

Aos quinze dias do mês de Abril de mil novecentos e setenta, nesta vila de Belmonte e Sede da Casa do Povo de Belmonte, gentilmente cedida para a reunião ordinária desta Assembleia Geral, em virtude de a sede da Sociedade não comportar o número de pessoas convocadas, pelas vinte e uma e trinta horas, compareceram os senhores: - António Pina Vieira do Vale, Luís Elvas, João pereira Monteiro, João Adolfo dos Santos e Mário Inácio Dias Duarte, membros efectivos do Conselho de Administração da Cesbel, nos termos do artigo trinta e dois - alínea a) da escritura de constituição da Sociedade, lavrada em treze de Março de mil novecentos e setenta, no segundo cartório da Secretaria Notarial da Covilhã, a cargo do notário Licenciado Jorge Manuel Batista Ramalho Miranda. - Constituída a Mesa, dela fizeram parte todos os referidos membros do Conselho de Administração. - Aberta a reunião, pelas vinte e duas horas, procedeu-se nos termos dos Estatutos à verificação se os accionistas presentes por si ou em representação correspondiam, pelo menos, a sessenta por cento do capital social subscrito. - Verificando-se que o capital social representado era de seiscentos e noventa mil escudos, o presidente da Mesa - Senhor António Vieira Pina do Vale informou que esta reunião tinha por fim e seguindo a ordem do dia do aviso convocatório: - A apresentação e discussão do relatório de contas do ano findo; A eleição dos Membros da Assembleia geral e Conselho Fiscal; - A comunicação do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração. - Lida a acta da última reunião da Assembleia Geral, realizada em dezassete de junho de mil novecentos e sessenta e nove, submetida a mesma à consideração e aprovação, foi aprovada por unanimidade pelos accionistas presentes. - Lido o relatório de contas referentes ao período e início da actividade até trinta e um de Dezembro de mil novecentos e sessenta e nove, submetido à consideração e análise da Assembleia o desenvolvimento da conta, acompanhado da respectiva documentação; fazendo-se referência especial aos prejuizos sofridos, encontrando-se a sua principal explicação na escola de aprendizagem do pessoal, sempre indispensável em actividades desta natureza e muito difícil em meios não adaptados à industrialização; - A Assembleia Geral, depois da intervenção de um accionista que procurou esclarecimentos quanto ao valor, em escudos, da existência confeccionada; - Satisfeita pela exposição clara e concisa da pessoa que elaborou o relatório de contas; reconhecido, por todos os accionistas presentes quão difícil é para uma indústria desta natureza a laboração dos primeiros anos, dadas as mais variadas implicações a que está sujeita, foi aprovado, por unanimidade, o relatório e contas relativos ao exercício findo em mil novecentos e sessenta e nove. - Passando-se à eleição dos membros da Assembleia Geral e Conselho Fiscal, a Assembleia elegeu: - Para a Assembleia Geral: - Padre Manuel Marques Gonçalves, Padre Manuel Augusto Fatela (primeiro secretário) e Anselmo Alves de Sousa (segundo secretário); Para o Conselho Fiscal: - José Soares Tavares, Jordão Freitas Vieira e António Martins Silva (Efectivos); António Baptista Milagre (Suplente). - Sobre o aumento de capital para mil e quinhentos contos, traduzido em mil acções nominativas de quinhentos escudos cada, a Assembleia dá a sua concordância, porém nos termos do Artigo Quinto dos Estatutos esta deliberação do Conselho Administrativo deve submeter-se ao parecer do Conselho Fiscal; - Em determinado momento o accionista Senhor Luciano Amaro ao manifestar interesse pelos assuntos da sociedade teve as seguintes intervenções: - procurou conhecer os motivos que levaram à alteração dos Estatutos, na parte que se refere à votação, visto que segundo a redacção dos novos Estatutos só têm direito a voto os accionistas que por si tenham cinquenta acções ou obtenham o agrupamento do mesmo número. Em auxílio e na defesa do mesmo ponto de vista pronunciaram-se também os Senhores: Doutor João Manuel Hanseler Neves, Anselmo Alves de Sousa e Mário Gomes. A Mesa encontrou explicação para o facto nas disposições legais, porquanto a redacção e orientação dos estatutos estiveram a cargo do Notário, sem que tenha havido qualquer intervenção do Conselho de Administração ou outrem. - A Segunda intervenção do Senhor Luciano Amaro consistiu em saber porque é que não se obteve com a venda dos terrenos no sítio do Tronco, em Belmonte, a compensação para os prejuizos sofridos com a exploração da CESBEL. - Foi explicado ao mesmo senhor que isso nunca poderia ter acontecido visto a compra do terreno em referência nunca se ter concretizado, como aliás é fácil de provar através das contas nesta Assembleia apresentadas. - Aquela circunstância advém do facto de a sociedade ter optado por um outro terreno de menor preço e tão bem situado como aquele para a construção da sede. - O accionista Senhor José Pacheco Freire solicitou a informação em que condições poderia um menor ceder ou vender as acções que porventura tenha em seu nome. - Foi-lhe dito que o assunto vai ser objecto de consulta e posteriormente lhe será dada a devida satisfação.- Com fundamento no pedido de demissão apresentado, por carta, pelo Senhor Professor Mário Inácio Dias Duarte, a Assembleia ocupou-se da substituição daquele membro do Conselho de Administração. Alvitaram-se nomes, designadamente os senhores Luciano Amaro, José Soares Tavares, Padre Manuel Augusto Fatela e Padre Manuel Marques Gonçalves, mas todos os presentes apresentaram argumentos inibitórios de ascenderem àquele cargo. - Perante a dificuldade demonstrada e depois de repetidas vezes instado, o Senhor Professor Mário Inácio Dias Duarte concordou por manter-se mais algum tempo no Conselho de Administração, mas teria necessidade de passar procuração ao Reverendo Senhor Padre Manuel Marques Gonçalves para o representar, dada a falta de tempo com que luta. - E para que conste se lavrou a presente acta, que achada conforme, aprovada por todos os presentes e vai ser assinada por todos os componentes da Mesa."

Seguem as assinaturas: António Pina Vieira do Vale, Luís Elvas, João Adolfo dos Santos, João Pereira Monteiro, Mário Inácio Dias Duarte, P.e Manuel Marques Gonçalves.

#

Em reunião de 15-4-1970, deu-se conta da escritura de constituição da sociedade. Dos prejuizos havidos com a escola.. Da venda do terreno inicialmente previsto ser comprado para sede da Cesbel ao Sr P.e José de Almeida Soita, e das razões porque a sociedade não quis ficar com este terreno. Explicou-se porque foi alterado, pela escritura feita e por força da lei, o processo de votação, pois que só teria direito a voto quem tivesse ou reunisse representação de cinquenta acções.(Acta Nº 2)

#

#### **Anexo Acta Nº 2**

##### **"Acta número Três**

Aos vinte dias do mês de Abril de mil novecentos e setenta, nesta vila de Belmonte e sede da sociedade "CESBEL" - Metalurgia e Confeccões, S.A.R.L." reuniu-se nos termos do parágrafo quarto do artigo sexto dos Estatutos a Comissão constituída para a fixação do factor de correcção do valor nominal das acções, em que intervem o Reverendo Padre Manuel Marques Gonçalves, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral e o Senhor António Pina Vieira do Vale na qualidade de Presidente do Conselho de Administração.- Não há intervenção do Conselho Fiscal por não estar em funções, nos termos do artigo quarenta e quatro do Decreto-Lei número quarenta e nove mil trezentos e oitenta e um. - Ponderado devidamente o assunto foi fixado o factor de correcção- vinte e cinco - ao valor nominal das acções, pelo qual se devem regular as transacções que ocorrerem. - E para que conste se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos intervenientes".

Seguem as assinaturas: P.e Manuel Marques Gonçalves, António Pina Vieira do Vale.

#

Foi fixado o factor de correcção - vinte e cinco - ao valor nominal das acções.(Acta Nº 3)

#

##### **"Acta número quatro**

Convocada para 9 de Junho de 1970, não funcionou por falta de quorum, e nos termos da convocatória, ficou marcada para 25 do mesmo mês e ano, podendo funcionar com qualquer número de accionistas presentes"

Nesta Segunda reunião, com presença do notário de Belmonte, José Rui Cardoso de Castro, e as testemunhas Carmeno

Laço Pinto Pereira e João Luís Tomás Pina propõem-se aumento de capital, e a compra pelos sócios de acções no valor de 1.000.000\$00. No caso de não se obter este capital, propunha-se a dissolução da sociedade. Foi esta a decisão. Nomeou-se comissão liquidatária que nunca executou o mandato. (Acta Nº4)

#

#### “Acta número cinco

No dia vinte e cinco de Julho de mil novecentos e setenta, na vila, freguesia e concelho de Belmonte, na sede da Casa do Povo de Belmonte, gentilmente cedida para o efeito na previsão de não caberem os accionistas na sede social, perante mim, José Rui Cardoso de Castro, notário neste concelho, solicitado para este acto, reuniu às vinte e duas horas e trinta, a assembleia geral, com carácter extraordinário, da Cesbel – Metalurgia e Confecções S.A.R.L., para deliberar sobre o contido na Ordem do Dia, mencionado na respectiva convocatória, publicada no “Notícias da Covilhã” de vinte de Junho de mil novecentos e setenta nos termos do Artigo cento e oitenta e quatro do Código Comercial, cuja ordem do dia é a Seguinte: Primeiro deliberar sobre a contracção (sic) de um empréstimo apenas a subscrever pelos actuais sócios, na importância de um milhão de escudos, para desenvolvimento da actividade social, fazendo-se a subscrição na mesma sessão da assembleia geral; Segundo no caso de a deliberação ser negativa ou de a subscrição imediata ser insuficiente em numerário subscrito, deliberar a imediata dissolução da firma, nomeando os sócios que devem assinar a dissolução em representação da firma e proceder à liquidação como entenderem que seja do interesse dos accionistas. Estavam presentes os sócios: Manuel Marques Gonçalves, Maria Manuela Martins Diniz de Carvalho Dias Duarte, Maria Alcina Cameira Franco, Mário Inácio Dias Duarte, António Pina Vieira do Vale, José Pacheco Freire, João Pereira Monteiro, Luís Elvas, João Adolfo dos Santos, António Correia da Cruz, José dos Santos Costa, Manuel Luís Craveiro Barroso, João Lopes Faria, José Alves Patrício. Todos os referidos sócios são residentes na vila e freguesia e concelho de Belmonte, excepto o sócio João Lopes Faria, que reside na cidade de Castelo Branco, na Quinta das Pedras e os sócios Maria Alcina Cameira Franco e José Alves Patrício que residem na vila e freguesia de caria, concelho de Belmonte. Verifiquei a identidade dos referidos sócios presentes por declaração das testemunhas adiante mencionadas. Tomou a presidência ao sócio Manuel Marques Gonçalves secretariado pelos sócios Maria Manuela Diniz de Carvalho Dias Duarte e Maria Alcina Cameira Franco. Aberta a sessão, o presidente da mesa da assembleia (?) à discussão e deliberação dos sócios presentes o número um da “Ordem do dia”. Tendo-se verificado que o montante do empréstimo a subscrever oferecido pelos sócios ficava muito aquém da importância de um milhão de escudos. Por consequência foi proposta a deliberação o número dois da “Ordem do dia”. Foi aprovada por unanimidade a imediata dissolução da firma. A Assembleia Geral nomeou uma comissão constituída pelos sócios João Lopes Faria, José Pacheco Freire e José dos Santos Costa para assinar a escritura de dissolução e promover à liquidação como entenderem que seja do interesse dos accionistas, dando cumprimento ao deliberado. Foi encerrada a reunião às vinte e três horas e trinta minutos e em seguida lavrada a presente acta que foi lida aos sócios e aos mesmos explicado o seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de todos os intervenientes. Foram testemunhas Carmeno Laço Pinto Pereira e João Luís Tomás Pina que assistiram ininterruptamente a toda a sessão nesta acta referida.”

Em 9-6-1970, foi proposto aumento de capital. Nem todos os accionistas entraram com o capital das acções que tinham subscrito. Propôs-se o aumento de capital entre os sócios, e, não se realizando este aumento de capital, propunha-se a dissolução da sociedade e sua liquidação. Nomeada uma Comissão para o efeito, esta não o fez, (A opinião dos pequenos accionistas era a de segurar uma empresa em que não viam tanto a possibilidade do lucro do pouco capital investido, mas uma possibilidade para o futuro da população. Os nomeados para a Comissão sentiriam esta vontade, e eles próprios eram dessa opinião. Note-se que são nomes que não costumavam aparecer em Órgãos Directivos anteriores. Custou a aguentar a empresa, mas depois viu-se que esta posição viria a resultar em mais benefício para os pequenos sócios e outros). (Acta Nº 5)

A sociedade continuou a trabalhar, embora sem capital suficiente. Desde Julho de 1970 até à reunião de 16 de Março de 1971, nada mais se decidiu. Nesta reunião (Acta seguinte, sem número) foram aprovadas as contas de gerência do ano de 1970. Verificou-se que a exploração já dava lucro para os encargos correntes, mas não para os anteriores, (por causa da escola de aprendizagem e compra de maquinaria necessária para completar e dar mais produção). Propôs-se o arrendamento da exploração da sociedade, salvaguardando os interesses dos accionistas. Não se optou pela venda porque as acções ainda estavam pouco valorizadas. Determinou-se anunciar o arrendamento para obter mais propostas do que a apresentada pelo accionista Luís Elvas. Nota-se que há um grupo de accionistas que começa a predominar e a perceber a viabilidade e rendimento da sociedade, se houvesse mais capital. Mas, viu-se e não se pôde evitar que se fosse para a decisão de arrendamento em vez de venda, sendo dito e não escrito que o arrendamento podia ser ruinoso. Por isto se batalhou para que todo o passivo fosse assumido, como se verá.

#

#### Acta sem número

“Aos 16 dias do mês de Março de 1971 realizou-se na Casa do Povo de Belmonte, às 21,30 horas, depois de Ter sido anunciada no “Diário do Governo” e no “Notícias da Covilhã”, uma reunião da Assembleia Geral. Estiveram presentes, entre outros, os seguintes accionistas com direito a voto, por direito próprio ou em representação:

João Pereira Monteiro	144 acções	- 2	votos
Luís Elvas, em representação do Sr. António Pina V. do Vale	145	“	- 2 votos
Maria Varandas, em representação o seu marido,	144	“	- 2 “
João Adolfo dos Santos	144	“	- 2 “
Prof. Mário Inácio Dias Duarte	200 (289)	“	- 4 “
P.e Manuel Fatela	136	“	- 2 “
P.e Manuel Marques	200 (207)	“	- 4 “
José Carlos Anaquim de Carvalho	100	“	- 2 “
José Pacheco Freire	50	“	- 1 “
Total	1.263 acções	- 19	votos

Segundo a ordem de assuntos anunciada na convocatória, fez-se a apresentação do estado de contas relativo a 31 de Dezembro de 1970. Depois de apreciado, foi unanimemente aprovado. Em seguida expuseram-se as razões que levaram o Conselho de Administração a propor o arrendamento da exploração da sociedade. Houve discussão do assunto. Levantou-se a hipótese de venda, mas, no momento actual as acções não estavam valorizadas. Houve mais uma vez a apresentação da necessidade de aumento de capital, mas, mais uma vez, não apareceram accionistas interessados em aumentá-lo. Verificou-se que presentemente a exploração dava já algum rendimento, mas, sendo mais que suficiente para os encargos actuais, não o era para os encargos anteriores. Propôs-se que, no caso da Assembleia votar o arrendamento se garantisse a satisfação dos encargos anteriores e interesses dos accionistas. Depois de esclarecidos estes e vários outros assuntos foi posto a votação o arrendamento que foi aprovado por unanimidade. O Sr. Luís Elvas fez uma proposta verbal de 10.000\$00 (dez mil escudos) mensais. Foi-lhe pedido que fizesse a mesma proposta por escrito. Foi determinado publicar anúncios para o efeito, e determinado reunir no dia 26 do corrente mês de Março para apreciação das propostas e que, quem as receberia

seria o Sr. P.e Manuel Fatela, residente em Caria. Foram ainda designados os accionistas que haveriam de, em nome da sociedade, apreciar as ditas propostas e assinar o arrendamento. De nada mais se tratou. Encerrada a sessão, lavrada a acta, vai ser assinada. Emendei: 136 – 2. A tempo digo que foram nomeados para resolver o assunto os senhores. P.e Manuel Augusto Fatela, Jordão de Freitas Vieira, P.e Manuel Marques Gonçalves.”

Seguem as assinaturas:

P.e Manuel Augusto Fatela, Jordão de Freitas Vieira, Luís Elvas,, Mário Inácio Dias Duarte, João Adolfo dos Santos, P.e Manuel Marques Gonçalves.

#

Em 26 de Março de 1971, determinou-se arrendar a Cesbel a um grupo de accionistas que se constituiria em sociedade, nas melhores condições possíveis, mas pouco favoráveis para os pequenos accionistas. Mas não houve outra proposta. Eu, que fora responsável perante a Administração da sociedade desde a sua ideia e organização, deixei de exercer estas funções.

O administrador deste novo grupo tomou conta da exploração. O grupo resolve dispensar o técnico que se lhes tinha juntado, creio que antes de constituírem com ele a sociedade anunciada. A fábrica começou a ter menos produção e menos lucro. O técnico contratado por este novo grupo voltou a coser mangas e golas de casacos à mão, ( de 50 casacos que já se produziam por dia, passaram para 5), deixando de utilizar as máquinas específicas. Não cumpriram com o pagamento de dívidas em atraso. Deixaram protestar letras e ir outras para aponto. Os fornecedores deixaram de enviar mercadoria, e, em 8 de Setembro, depois de abordar o novo sócio Sr. António Pina Vieira do Vale e lhe dar conta do que se passava, e de ele ter falado com os outros novos sócios, decidiu-se que eu voltaria à responsabilidade da administração da sociedade, com a condição de poder admitir novo técnico.

#

#### “Acta sem número

Aos vinte e seis dias do mês de Março de 1971, e em cumprimento do determinado na última reunião de assembleia geral, reuniram-se na sede da Cesbel, em Belmonte, os senhores P.e Manuel Augusto Fatela, Jordão de Freitas Vieira, P.e Manuel Marques Gonçalves, António Pina Vieira do Vale, Luís Elvas, João Pereira Monteiro, João Adolfo dos Santos, Manuel Casimiro Pereira Martins, e Prof. Mário Inácio Dias Duarte, os primeiros como representantes dos accionistas, segundo ficou determinado na reunião de assembleia geral última, e os outros como membros do Conselho de Administração e possíveis arrendantes. Foi pelo Sr. P.e Manuel Augusto Fatela apresentada a única proposta recebida até à data marcada em anúncio publicado nos jornais “Notícias da Covilhã” e “Diário de Notícias”. Aberta a sessão, foi lido o teor da proposta: “ Belmonte, 23/3/71 – Rev. Sr. P.e Manuel Fatela – Proposta. Pela presente levamos a apreciação de V. Ex.<sup>a</sup> a nossa proposta para o arrendamento de uma unidade fabril (Cesbel Metalurgia e Confecções S.A.R.L.) com sede na Vila e concelho de Belmonte. Nas seguintes condições: 1º) o arrendamento entende-se pela existência de máquinas que pertençam à firma, assim como as viaturas e tudo quanto conste de seu inventário. 2º) Toda a matéria prima existente em armazém será liquidada pelo preço de factura. 3º) o valor desta existência será creditado na conta dos credores. 4º) Os arrendatários propõem-se a liquidar no acto da escritura os suprimentos feitos por outrem que não venha a fazer parte deste arrendamento assim como todas as responsabilidades, por outrem que não estes, tomadas em estabelecimentos bancários. 5º) O valor desta proposta é de 10.000\$00 mensais, incluindo a renda do edifício e da sua instalação.

6º) Será creditado na conta de credores da Cesbel a importância de 8.600\$00 mensais (Produto líquido da renda). 7º) No caso desta proposta ser aceite terá validade de dois anos, e seguintes, se convier a ambas as partes. 8º) A anulação deste contrato só é válida com 90 dias antes do prazo findar. Sem outro assunto nos subscrevemos respeitosamente. António Pina Vieira do Vale – Luís Elvas – João Pereira Monteiro – João Adolfo dos Santos – Manuel Casimiro Pereira Martins –” Assina Luís Elvas. Estando presentes todos os proponentes declararam ser esta a mesma proposta que o senhor Luís Elvas tinha feito publicamente na reunião anterior de dezasseis de Março de 1971 e que para o arrendamento, no caso de ... a proposta ser aceite, constituiriam uma sociedade. Concordeu-se com os proponentes que as viaturas não entrassem no arrendamento, mas fossem vendidas pela quantia de cem mil escudos (100.000\$00), que a sociedade teria direito de utilizar o escritório por escrita e reuniões, que se fizesse um inventário de balanço relativo a vinte e sete de Março corrente e que a nova sociedade poderia começar a exploração que lhe era concedida a partir daquele dia, no que todos concordaram. Mais se determinou tratar do necessário para fazer a escritura para concessão de exploração. De nada mais se tratou.”

Seguem-se as assinaturas: P.e Manuel Augusto Fatela, Jordão de Freitas Vieira, P.e Manuel Marques Gonçalves, Luís Elvas, João Pereira Monteiro, João Adolfo dos Santos, Manuel Casimiro Pereira Martins, Mário Inácio Dias Duarte

#

Desde 26 de Março a 28 de Abril de 1972, como se poderá ver, os arrendatários não tinham assumido qualquer compromisso como nova sociedade. A empresa voltou a utilizar e rentabilizar toda a maquinaria. Conseguiu-se um contrato muito favorável com a Sociedade de Fabricantes do Tortosendo que, com outras encomendas, reabilitaram a empresa.

Na acta de 28 de Abril aparece de novo o técnico Manuel Casimiro que, despedido, foi de novo buscar-se ao Porto (por Pina do Vale e por mim). Nesta reunião, a Assembleia reconhece que depois do arrendamento feito à alguns sócios, embora não tendo estes assumido os compromissos, os Corpos Gerentes cessaram funções e era preciso eleger novos Corpos Directivos. (Acta sem número: Acta da Reunião ordinária de Assembleia Geral realizada em 28 de Abril de 1972)

#

#### “Acta da Reunião ordinária de Assembleia Geral realizada em 28 de Abril de 1972

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de mil novecentos e setenta e dois, nesta Vila de Belmonte e Sede da Casa do Povo de Belmonte, reuniu-se a Assembleia Geral da Sociedade Anónima “Metalurgia e Confecções – S.A.R.L.”, convocada expressamente para Aprovação das contas da Gerência de mil novecentos e setenta e um. – Aberta a reunião foi deliberado: - Tendo esta Assembleia Geral sido convocada para aprovação das contas do ano transato, mas verificando-se que não podem ser cumpridas determinadas disposições legais, designadamente, obter-se o parecer de um técnico que desempenhe as funções do Conselho Fiscal; por outro lado verificando-se que os Corpos Directivos cessaram funções logo que se constituíram em sociedade e tomaram de arrendamento as instalações da CESBEL; reconhecendo-se que a Assembleia Geral, oportunamente eleita, deixou por idêntico motivo de exercer funções na CESBEL –Metalurgia e Confecções – S.A.R.L.” – os sócios reunidos são de parecer: a) que a aprovação de contas não é possível fazer-se enquanto não se procurar da eleição de novos corpos directivos; b) que, urgentemente, se faça a convocação de uma Assembleia Geral para aquele fim; c) que se solicite das entidades fiscais, designadamente dos Excelentíssimos Senhores secretário de Finanças do Concelho e Director de Finanças do Distrito, que seja relevada a falta de apresentação do modelo dois dentro do prazo fixado na lei e que seja concedida a prorrogação do prazo até trinta e um de Maio próximo, data em que possivelmente se poderá dar satisfação ao que está determinado. E não havendo mais nada a tratar foi encerrada esta reunião que vai que vai ser lida e aprovada, assinando todos os presentes que o desejarem.”

Seguem as assinaturas: P.e Manuel Marques Gonçalves, José Soares Tavares, António Pina Vieira do Vale, Manuel Casimiro Pereira Martins, João Adolfo dos Santos. António Pereira de Carvalho, Francisco Saraiva de Campos, Joaquim Pina Gonçalves, Firmino Afonso Tavares, António Cruchinho. Manuel Gama, Luís Elvas. João Pereira Monteiro

#

Em 28-4-1972, reúne-se a assembleia geral para dar cumprimento a normativos legais.

Nas duas reuniões seguintes, depois de uma que não se fez por falta de quorum, foram eleitos novos corpos Directivos. Dos sócios arrendatários, não se dá conta de ninguém, contra o costume. Manuel Marques Gonçalves pede para não fazer parte dos

órgãos a eleger por ter sido o responsável pela administração da empresa.

#

**“Acta de Reunião extraordinária realizada em dezasseis de Junho de 1972**

Aos dezasseis dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e dois, nesta vila de Belmonte e Sede da Casa do Povo, gentilmente cedida para o efeito, por falta de condições na sede social, reuniu em Segunda convocatória a Assembleia Geral da Cesbel – Metalurgia e Confecções SARL, em virtude de na reunião de vinte e oito de Maio do corrente ano não estar presente ou representado número de accionistas cujas acções correspondessem, pelo menos, a sessenta por cento do capital social. Porém em relação à presente reunião, que é de Segunda convocação, nos termos do artigo vinte e cinco número três, dos Estatutos, pode funcionar validamente, seja qual for o número de accionistas presentes ou representados. Segundo os termos da (?), além de outros trabalhos, proceder-se-á apresentação de contas do exercício de mil novecentos e setenta e um, só possível nesta data por impossibilidade, como atrás se refere, das assembleias anteriores. Primeiramente procedeu-se à aprovação da acta da reunião anterior. Seguidamente, apresentado o relatório e contas do exercício de mil novecentos e setenta e um, foram apreciados e discutidos pela assembleia, o que deu lugar a diversos esclarecimentos; finalmente, foram as mesmas contas aprovadas por todos os accionistas presentes. Devido ao adiantado da hora, o Excelentíssimo Presidente da Assembleia Geral propôs que esta reunião continue no próximo dia dezassete, funcionando nova sessão, para efeitos do cumprimento dos termos da convocação.

Esta sessão foi encerrada e a acta dos trabalhos vai ser assinada por todos os presentes que o desejarem”.

Seguem-se as assinaturas: P.e Manuel Marques Gonçalves, António Pina Vieira do Vale, Maria Manuela Martins Dinis de Carvalho, Mário Inácio Dias Duarte, Vítor Manuel de Jesus Teixeira, José Soares Tavares, António Correia da Cruz

#

**“Acta da reunião extraordinária realizada em Dezassete de Junho de mil novecentos e setenta e dois**

Aos dezassete de Junho de mil novecentos e setenta e dois, na Sede da Casa do Povo de Belmonte, reuniu-se pela Segunda vez, em Segunda sessão, a Assembleia Geral da Sociedade Anónima – Cesbel – Metalurgia e Confecções SARL. No prosseguimento dos trabalhos em primeiro lugar, e reportando-se ainda à sessão de dia de ontem, que aprovou as contas do ano findo, a Assembleia propõe que as mesmas contas só se considerem definitivamente aprovadas depois do parecer favorável do Conselho Fiscal a eleger; Seguidamente procedeu-se à eleição dos novos Corpos Directivos para o triénio que se segue. Apresentadas duas listas, que foram designadas por A e B, constituídas respectivamente, para Assembleia Geral: Albino Antunes Teles da Fonseca, António Batista Milagre, Jordão de Freitas Vieira; Conselho de Administração: Firmino Afonso Tavares, Anselmo Alves de Sousa, Armando Soares da Rocha, António Correia da Cruz, e Alberto Campos Rebelo; Conselho Fiscal: Padre Manuel Augusto Fatela, Padre Manuel Marques Gonçalves e Henrique Martins da Fonseca. Lista B: Assembleia Geral: Albino Antunes Teles da Fonseca, António Correia da Cruz e António Martins Crucho; Conselho de Administração: José Soares Tavares, Firmino Afonso Tavares, Manuel João Gomes de Elvas, Manuel Gama e Henrique Martins da Fonseca; Conselho Fiscal: Jordão de Freitas Vieira, Manuel Batista Silvestre e Alexandre Salgueiro Nave. Feito o apuramento verificou-se que a lista A obteve cento e setenta votos e a lista B, novecentos e setenta e um votos pelo que se considerou eleita a Lista B.

A Assembleia Geral resolveu, por unanimidade, transmitir todos os poderes de que especialmente necessitem os novos Corpos Directivos da Cesbel para que esta prossiga os seus fins e tudo o mais que se orne aconselhável aos seus destinos.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada esta reunião que vai ser lida e aprovada, assinando todos os presentes que o desejarem”.

Seguem-se as assinaturas: P.e Manuel Marques Gonçalves, António Pina Vieira do Vale, ? Carvalho, Mário Inácio Dias Duarte, Vítor Manuel de Jesus Teixeira, José Soares Tavares, António Correia da Cruz

(Esta acta foi registada no Cartório da Covilhã, em 13/11/74

#

Na reunião seguinte, conseguiu-se que estivessem mais interessados na compra da CESBEL. A administração tinha conseguido pagar as dívidas e ter já algum lucro. Mas a maior parte dos accionistas estava convencida que convinha vender a particulares e esta era uma boa ocasião.

Os accionistas antes interessados estavam a par dos resultados obtidos, aliados ao técnico que de novo foi admitido, sabiam das possibilidades de êxito da empresa. O facto de haver outros interessados levou os primeiros da Vameca a propor e aceitar condições como antes não tinham feito, favoráveis a todos os outros accionistas que puderam reaver o capital que tinham empregue numa sociedade e que, não lhes tendo dado nenhum lucro económico, viria a ser de grande resultado para a população do concelho e arredores. Afinal, uma má cooperativa desembocou na realização da ideia de que partira inicialmente: dar trabalho e melhores condições à população. E, se vímos bem os nomes das pessoas que colaboraram nesta empresa, sem contar os empregados, claro, foi trabalho e luta de muita gente. Sem esta luta e este apoio seria muito difícil acabar sem derrota.

Mas ainda iria demorar muito tempo até ficar tudo legalmente regularizado. Teve de demorar pelo menos até que todas as acções fossem pagas, como veremos

#

**Acta da Assembleia Geral do dia vinte e cinco de Março de mil novecentos e setenta e três.**

Aos vinte e cinco dias do mês de Março de Mil novecentos e setenta e três reuniram-se os accionistas da Cesbel, Metalurgia e confecções S.A.R.L., em assembleia geral para os fins e efeitos do aviso publicado na terceira série, número sessenta e cinco do Diário do Governo do dia dezassete de março de mil novecentos e setenta e três. Reunida em assembleia geral, começou por se discutir e apurar o relatório e contas do ano de novecentos e setenta e dois, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida passou-se à ordem do dia da alínea b) do referido anúncio, e, tendo sido apresentado o relatório do grupo de trabalho para os assuntos da Cesbel designado em quinze de Dezembro do ano findo e constituído pelos accionistas Vítor Manuel de Jesus Teixeira, José Soares Tavares e António Correia da Cruz, que trabalhou em colaboração bastante efectiva do Presidente da Assembleia Geral Albino Antunes Teles da Fonseca que se fazia acompanhar de diversos elementos obtidos junto através da auscultação individual de todos os accionistas e de três propostas apresentadas oportunamente por António José Bidarra Baptista, da Covilhã; da firma Vale e Casimiro, L.da, de Belmonte; e de José Malaca, da Covilhã; datadas respectivamente de catorze, catorze, e quinze de Março do corrente ano.

Feito o apuramento do capital representado e do número de accionistas presentes, verificaram-se os seguintes resultados: em capital representado, mil quinhentas e trinta e oito acções o que equivale a setenta e seis vírgula nove do capital realizado, e em accionistas presentes cento e quarenta e seis correspondente a cinquenta e oito por cento da totalidade de accionistas inscritos.

Lidas as propostas: em primeiro lugar a de António José Baptista, em segundo lugar a de Vale e Casimiro, L.da, e em terceiro lugar a de José Marques Malaca, convidando-se todos os accionistas presentes a solicitarem quaisquer esclarecimentos sobre as mesmas propostas, foram submetidas à aprovação. Finalmente, depois de várias intervenções, foi aprovada a proposta de Vale e Casimiro, L.da, que oferece um milhão de escudos, ou seja, o valor integral inicial das acções realizadas, tendo por base a relação que serviu para depósito feito na Caixa Geral de depósitos nos termos da condição terceira do artigo cento e sessenta e dois do Código Comercial; mais se compromete ao pagamento assim escalonado: imediato para os grupos de acções de um a nove; em mil novecentos e setenta e quatro, dos grupos de acções de dez a vinte inclusive; em mil novecentos e setenta e cinco dos grupos de acções de vinte e uma a cinquenta inclusive, em mil novecentos e setenta e seis dos grupos de acções restantes.

**Nestes pagamentos, evidentemente, não estão incluídos das acções referentes a António Pina Vieira do Vale, Luís**



**Elvas, João Pereira Monteiro, e João Adolfo dos Santos, sócios actuais da Vameca e respectivos familiares de cada um deles.**

Ainda se comprometem ao pagamento do papel utilizado (letras) para garantia de cada um dos accionistas, sendo estas assinadas com o aceite dos quatro gerentes e sócios da firma Vameca; ainda será da sua responsabilidade o pagamento até à importância de três mil escudos da despesas a que der lugar a dissolução legal da Cesbel; ainda faz parte da condição expressa nesta proposta a entrada imediata, por parte da Vameca de todo o património da Cesbel e que foi objecto do arrendamento feito pela mesma em Março de mil novecentos e setenta e um e todo o passivo da Metalurgia e Confecções, S.A.R.L. (a Cesbel), com sede em Belmonte será suportado na totalidade pela firma Vameca, sem qualquer dedução no pagamento das acções atrás mencionadas; a título extra-proposta, há a permissão da Vameca poder vir a aceitar accionistas da Cesbel, sujeitando-se estes a subscrição de um capital igual aos actuais sócios da Vameca.

Juntamente com a proposta acima mencionada, foi aprovada, também por unanimidade, a dissolução da Cesbel, nomeando-se para o efeito e como liquidatários a comissão constituída por Víctor Manuel de Jesus Teixeira, José Soares Tavares, António Correia da Cruz, P.e Manuel Marques Gonçalves e Albino Teles da Fonseca, todos accionistas da Cesbel e no pleno uso e gozo dos seus direitos, concedendo aos mesmos plenos poderes para intervir em todos os actos referentes à mesma dissolução da sociedade, designadamente, assinatura de todos os documentos judiciais e extra-judiciais, fiscais ou quaisquer outros que se tornem necessários para completa legalização do acto e proceder à liquidação no prazo de um mês. Fica a mesma comissão com todos os poderes para convidar todos os accionistas que se julgue necessário e legal para formular o pedido de dissolução."

Seguem-se intercalações já incluídas no corpo da acta, e 35 assinaturas: Albino A. Teles da Fonseca, Alexandre Salgueiro Nave e filhos, Maria Rosa Alves Fonseca, Clementina Santos Vale, Encarnação dos Santos Monteiro, Judite Rebelo d' Elvas, (ilegível), Maria Manuela Martins Dinis de Carvalho, António Pereira de Carvalho, Dilar Maria, Armando Soares Pacheco Rocha, Anselmo Alves de Sousa, Manuel Hipólito Furtado, José Augusto Marques, (ilegível ou desconhecida), P.e Manuel Augusto Fatela, Henrique Martins da Fonseca, Esposa e Filhos, (ilegível ou desconhecida), (ilegível ou desconhecida), João Mendes, (ilegível ou desconhecida), Alberto Campos Rebelo, Manuel Luís Craveiro Barroso, Arménio dos Santos, Mário Inácio Dias Duarte, Fausto Silva Marques, (ilegível ou desconhecida), Francisco Saraiva Campos, José Soares Tavares, (ilegível ou desconhecida), Víctor Manuel de Jesus Teixeira, António Correia da Cruz, António Pina Vieira do Vale, Luís Elvas, P.e Manuel Marques Gonçalves

#

#### **Escritura de dissolução da CESBEL - 13/11/74**

"Notariado Português - Secretaria Notarial da Covilhã - Segundo Cartório. Certidão de teor integral da escritura lavrada de folhas sessenta e cinco a folhas sessenta e seis, do livro de Escrituras Diversas C número quarenta, do Cartório a cima indicado: - Dissolução - No dia treze de Novembro de mil novecentos e setenta e quatro, nesta Secretaria Notarial da Covilhã, perante mim, Maria Salomé Ferro Tavares Alçada Batista (...) compareceram como outorgantes:" (Seguem os nomes dos eleitos para a Comissão Liquidatária)

"(...) accionistas da sociedade anónima de responsabilidade limitada (...) a suficiência de poderes para este acto verifiquei-a pela fotocópia-pública forma, da acta da reunião de vinte e cinco de Março do ano findo, e que arquivo no maço de documentos relativo a este livro.

(...)

E POR ELES FOI DITO: - Que na reunião de vinte e cinco de Março do ano findo, da assembleia geral daquela sociedade, foi deliberado por unanimidade, dissolver a mesma sociedade, tendo eles outorgantes sido designados para outorgar a competente escritura. Que, assim e em cumprimento da referida deliberação dão pela presente escritura dissolvida a referida sociedade e a declaram em liquidação, ficando nomeados como seus liquidatários, os outorgantes acima indicados, devendo a liquidação da mesma estar concluída no prazo de um mês a contar de hoje." ..."

#

No Diário do Governo - III série, Nº 227, de 28 de Nov. de 1874

Publicação do certificado em que se anuncia como "dissolvida e declarada em liquidação"

#

#### **"Acta de Reunião da Comissão Liquidatária**

Aos quinze dias do mês de Junho de Mil novecentos e oitenta e um, em Belmonte, reuniu a Comissão Liquidatária da Sociedade Cesbel - Metalurgia e Confecções, SARL - composta pelos Senhores Víctor Manuel de Jesus Teixeira, José Soares Tavares, António Correia da Cruz, Manuel Marques Gonçalves e Albino Antunes Teles da Fonseca em por acta da Assembleia Geral para o efeito da liquidação desta sociedade, cujo activo e passivo foi transferido, em devido tempo, por comum acordo dos accionistas, expresso na Reunião de Assembleia Geral acima referida, para a firma Vameca - com sede em Belmonte.

Entrando na ordem dos trabalhos procedeu esta Comissão à verificação e apreciação da referida transferência do património social que encontrou conforme e à qual deu a sua aprovação.

Mais nada havendo a tratar, foi dada como concluída a Reunião e lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos membros acima referidos."

"Esta acta apenas foi lavrada e assinada porque nos foi garantido que dela estava dependente a solução final, de ordem fiscal, relativas à CESBEL.- Mais se declara que só nos podemos considerar comissão liquidatária com a missão do recebimento das quotas e entrega das mesmas aos accionistas, o que se verificou."

Seguem-se as assinaturas: Víctor Manuel de Jesus Teixeira, José Soares Tavares, António Correia da Cruz, Albino Antunes Teles da Fonseca, Manuel Marques Gonçalves

#

"Teve lugar no dia 16 de Março de 1983, a **Assembleia Geral da Sociedade Cesbel - Metalurgia e Confecções, SARL**, com a seguinte ordem de trabalho:

1º Informações

2º Apresentação, discussão e votação de contas da Sociedade Cesbel - Metalurgia e Confecções, SARL, apresentadas pela Comissão Liquidatária.

Aberta a Assembleia por um dos elementos da Comissão Liquidatária, informou este, os presentes de todas as demarches efectuadas até ao apuramento final dos resultados, para que nesta data pudessem ser apresentados a esta Assembleia Geral.

Passados ao 2º ponto da Ordem de Trabalhos, e após exaustiva explicação das contas da Sociedade, iniciou-se um período de respostas e esclarecimentos às várias perguntas dos interessados. Terminado o diálogo, foi colocado à votação dos presentes o documento descritivo com as contas da sociedade. Feita a respectiva votação, esta forneceu os seguintes resultados: 87 votos a favor; zero votos contra., e zero votos de abstenção. Aprovadas as contas por unanimidade, e não havendo algo mais a tratar, foi dado por encerrada esta Assembleia Geral.

- Contudo, não poderemos também nesta acta, deixar de realçar o que consta da parte final da acta da reunião de Quinze de Junho de mil novecentos e oitenta e um atrás realizada e escrita, em que expressamente se diz que só nos podemos considerar Comissão liquidatária com a missão do recebimento das quotas e entrega das mesmas aos accionistas o que já se verificou."

Seguem as assinaturas: Víctor Manuel De Jesus Teixeira, José Soares Tavares, António Correia da Cruz, Albino Antunes Teles da Fonseca, Manuel Marques Gonçalves

#

É a todos evidente que algo se passou para ter demorado tanto tempo entre o combinado na Assembleia Geral em que se decidiu a venda da Cesbel à Vameca, até 1983. Mas tudo se liquidou, todas as acções foram pagas. Entretanto já havia a desmultiplicação de fábricas em Belmonte, algumas por separação da Vameca.

## ▶ ANEXO Nº 29

### CONFECÇÃO INDUSTRIAL

Em 9 de Março de 1985, o semanário "Expresso" editou um suplemento dedicado às pequenas e Médias Empresas, baseado em dados de 1983.

**O estudo abrangia 1.600 PME's, ordenava-as segundo o número de trabalhadores e volume de vendas registado.**

Noutro estudo alinhava por ordem de grandeza, em cada distrito, as maiores empresas.

A Empresa "Manuel Casimiro Pereira Martins" de Belmonte figurou entre as dez maiores em volume de vendas no distrito de Castelo Branco. Em número de trabalhadores figurou como segunda, com 435. Acima desta, só a Empresa C.I.L. – Complexo Industrial de Lanifícios, Lda.; 450 trabalhadores.<sup>1</sup>

No ano 2001, já se fala em a CARVESTTE, empresa de confecção de Caria, se ir estabelecer na China, para obter mão-de-obra mais barata. Uma outra confecção do Concelho prepara a sua instalação também no estrangeiro.

Em 1994 passaram 25 anos sobre a fundação das confecções industriais em Belmonte. Ninguém lembrou o facto, mas estavam em pujança.

Oxalá que, em 2019, se passem os 50 anos, em progresso ainda mais assinalável. Por vezes, não se prevê futuro tão promissor, devido a crises que já se fizeram sentir nalgumas firmas.

Já muitas vezes se tem apelado para a actualização e qualificação desta indústria que, até agora tem conseguido trabalhar para marcas de grande reputação no mundo da moda.

Mesmo assim, já se sente a conveniência de diversificar a indústria.

<sup>1</sup> J.B. - Jornal de Belmonte, Março/85, p. 5

## ▶ ANEXO Nº 30

### IGREJA DA SAGRADA FAMÍLIA DE BELMONTE

Quanto à dívida que a Paróquia ficou a dever ao P.e Franco de Matos de cerca de 8.000\$00, foi a primeira coisa a pagar. Embora houvesse uma corrente que não queria e insistia em acabar a Igreja, fui eu que fiz questão. Fez-se peditório, fez-se teatro na Casa do Povo. Não havia documentos, como se diz noutro lado, mas pagou-se. Bem bastava os trabalhos que o grande pároco tinha passado para fazer esta e a igreja do Colmeal da Torre, bem bastava que, com a falta que sempre tinha de dinheiro quando o povo pagava tudo, cair-lhe a torre sul da Igreja de Belmonte, ainda em construção. Teve de optar por fazer só uma torre central, para ser mais barato, e ter mais segurança no edifício. Porque sei? – Porque ele me contou. Conheci-o ainda eu era garoto, e depois como seminarista, etc., etc...!

Depois, o povo insistiu e tornou a insistir, que queria fazer os altares de talha. Foram feitos por quem tinha feito a planta e algumas obras já executadas antes de 1946 por entalhador Manuel Costa, da Estação da Guarda. Ainda era pároco o P.e Franco de Matos.

Encomendou-se o resto da talha dos altares ao mesmo Manuel Costa.

De seguida mandou-se dourar toda a talha da igreja, excepto o coro. Fez-se por um total de 36.300\$00, e foi executante a Casa Fânzeres, de Braga.

#### **Igreja da Sagrada Família - Contratos para dourar as talhas**

Em 10 de Agosto de 1961, receberam-se da Casa Fânzeres, Braga, dois orçamentos:

Orçamento nº1:

(...) "ALTAR-MOR

Preço do restauro de marcenaria e talha; aparelhamento geral a gesso; lixamento e aparelhamento geral de tinta de óleo; pintura fina a imitar damasco do fundo do camarim e nichos; douramento a ouro fino mordente das talhas e molduras decorativas; fingimento a mármore das colunas e sôco; pintura esmaltada na côr a escolher de todos os fundos e lisos, Esc. 22.300\$00( vinte e dois mil e trezentos escudos).

#### **SACADAS, SANEFAS, e PÚLPITOS**

Idem, nas mesmas condições artísticas acima descritas, de quatro sacadas, quatro sanefas e dois púlpitos, Esc. 13.000\$00 (treze mil escudos). (...)"

## **Orçamento Nº 2**

Era tudo semelhante, mas o douramento "a ouro fino brunido de 23 quilates": Altar-mor: Esc. 40.000\$00. Sacadas, sanefas e púlpitos, Esc. 22.250\$00.

Total do Orçamento nº 1: 36.300\$00; do nº 2, Esc.62.250\$00.

Optou-se pelo nº 1.

## **Nossa Senhora da Esperança, na Igreja Nova da Sagrada Família**

A decisão de a imagem de Nossa Senhora da Esperança ficar na Igreja da Sagrada Família e não regressar à Igreja Velha, foi tomada antes de 1960. A Igreja velha de S. Tiago estava debaixo da alçada dos Monumentos Nacionais. Precisava obras. Chovia dentro. O culto era difícil, e a missa das nove da manhã dos domingos que era praticamente sempre em honra de Nossa Senhora da Esperança, e o mais das vezes com sermão, tudo de muitas promessas, tornava-se difícil de realizar. Numa festa de Nossa Senhora, o pároco propôs ao povo se queria fazer a procissão de retorno para a Igreja de S. Tiago ou se preferia que a imagem de Nossa Senhora ficasse na Igreja Nova, agora Paroquial. – "Quem quiser que fique aqui, nesta Igreja Paroquial, levante-se!" Toda a gente se levantou, e a imagem ficou mesmo.

Depois tratou-se de lhe construir um altar o mais digno possível.

Moldagem em barro

Fac-símile da Imagem

**Pelo V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, pretendeu-se que a imagem de N.ª Sra. da Esperança estivesse presente. Mas imagem já não estava debaixo da alçada, ou pelo menos à mercê da decisão dos Monumentos Nacionais. Fiz saber que não era possível, por oposição do povo que não permitiria, nem à força, deixar sair a imagem de Belmonte. À força, poderia trazer consequências lamentáveis.**

**A Comissão decidiu fazer uma cópia sobre o original, pediu autorização ao bispo da Guarda, o povo concordou, e fez-se numa das sacristias da Igreja Paroquial.**

**O artista apresentou-se com credenciais que exibiu, por sinal dirigidas erradamente ao Presidente da Câmara M. da Guarda. Mas a autorização estava dada pelo bispo.**

## **Documentos sobre Fac-símile da Imagem de N.ª Sra. da Esperança**

"Bispado da Guarda  
15/1/960

Rev.mo Senhor  
Pároco da freguesia de Belmonte

Recebeu-se nesta Cúria Episcopal um ofício do Ex.mo Presidente da Comissão Executiva do V Centenário da morte do Infante D. Henrique pedindo e cedência temporária da imagem de Nossa Senhora da Esperança, que acompanhou Pedro Álvares Cabral, existente na Igreja velha dessa Vila, para figurar na exposição projectada, que estará aberta desde 10 de Junho a 13 de Novembro do corrente ano.

Como se trata de um facto de carácter nacional, não podemos recusar o que foi pedido, tanto mais que a ENTIDADE interessada toma compromisso nos termos seguintes: (E segue a caracteres vermelhos) – "*Cumpra-me esclarecer V. Ex.ª Rev.mª de que as despesas a realizar serão suportadas por esta Comissão Executiva, que evidentemente assumirá todas as responsabilidades inerentes a essa cedência temporária.*"

Deus Guarde a V. Rev.ª  
O VIGÁRIO GERAL  
Mons. A. Pereira de Almeida"

Deus me guardasse e bem guardado, na verdade! Porque se eu fosse contra a vontade do povo, mesmo gostando de mim, haveria quem me sacrificasse ou banisse.

Para este Monsenhor, meu antigo professor, tudo se resumia a que era um facto de carácter nacional... que todas as despesas seriam suportadas pela Comissão... Se fosse em conversa, ele remataria como era seu inveterado hábito: - "Bom, pronto! Bom, pronto!" Como quem diz: - Tem que ser, tem que ser!

– E o povo?

**É claro que fiz saber das inconveniências e dificuldades. Aquela gente, a política e a eclesiástica, pensava que era eu que amotinava o povo...**

O certo é que, a Comissão Executiva ponderou e resolveu de outro modo como se vê de seguida:

"S.R.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique

GUIA DE APRESENTAÇÃO

Vai o Senhor António Branco apresentar-se ao Ex.mo Presidente da Câmara Municipal da Guarda, para efeitos de obter a moldagem em barro da imagem de Nossa Senhora da Esperança, em Belmonte.

Lisboa, 4 de Maio de 1960  
PEL'A COMISSÃO EXECUTIVA  
Eng.º Manuel de Sá e Mello"

Esta moldagem em barro serviu para realizar duas réplicas da imagem de N.ª Sra. da Esperança de Belmonte. Uma ficou, na altura, no Museu da Marinha, outra foi oferecida ao Brasil, e diz-se, que ficou na Catedral de Brasília. Da primeira, a do Museu da Marinha, ainda tive uma fotografia. Do resto, nada mais sei nem vi.

Mas sei, e disse, e fiz, e vi o seguinte: Disse ao artista António Branco que queria que as réplicas ficassem com um sinal que as distinguisse para sempre do original de Belmonte. Quando chegou o momento ele disse-me: - Faça agora o sinal que quiser. Escrevi, por trás: "S.O.B.F." (Secundum Originalem Belmontis Facta = feita segundo o original de Belmonte.) Deixaram esse sinal?

Porque é que eu insisto nestes relatos? Porque já ouvi dizer que a verdadeira imagem de Nossa Senhora dizem (?) que está no Brasil. Que já a viram num Museu, e que não era nada assim.

Qualquer dia dizem que está numa Universidade Brasileira ou numa Paróquia de Nossa Senhora da Esperança, no Brasil...

## **Altar de Nossa Senhora da Esperança**

O altar actual de Nossa Senhora da Esperança foi insistentemente pedido pela população, mesmo a que não era muito católica ou católica muito praticante. Disto se poderia dar conta, como eu dei e poderia contar, porque até a Comissão que se constituiu voluntariamente para angariar fundos para este fim, era constituída não só por católicos mas também por pessoas boas e

dignas e de pouca prática católica. Foi feita a talha por Lourenço Lopes Gomes, por 22.000\$00. Foi dourado em ouro mordente por José da Cunha, por 16.000\$00.

#### **Altar de Nª Sra. da Esperança, contratos**

" No dia vinte e nove de Março de 1962 foi feito contrato entre o Sr. Lourenço Lopes Gomes e o Pároco de Belmonte, de fazer um altar em talha, madeira de castanho, estilo gótico, em honra de Nossa Senhora da Esperança, pela quantia de 22.000\$00, (vinte e dois mil escudos) quantia que será dada por prestações e acabada de pagar ao terminar a obra. Esta deverá começar no princípio de Maio próximo e acabada em meados de Agosto, e devem ser empregues madeiras secas.

Mais foi contratado entre o mesmo Pároco e o Sr. José da Cunha doirar o mesmo altar em ouro mordente, ou mordente com patine, mas em chapa, dando alguns fundos e em cima do ouro toques de verniz colorido. Ficou contratado por 16.000\$00 (dezasseis mil escudos) e ficou também combinado que este serviço ficaria pronto em fins de Setembro. Os pagamentos serão feitos do modo acima dito.

Belmonte, 29 de Março de 1962  
Lourenço Lopes Gomes  
José da Cunha  
O Pároco Manuel Marques Gonçalves

Nota: Estes artistas eram dos lados de Braga. Foram preferidos, porque um outro orçamento, da Casa Fânzeres, R. do Souto Braga, recebido em 28 de Agosto de 1961 era de 56.500\$00 (cinquenta mil e quinhentos escudos). Como, entretanto, se fez o contrato também já referido, nem se atendeu ao orçamento da Casa Fânzeres que, em 2 de Maio de 1962, veio aumentado com mais 4.800\$00 para a mesa do altar que não era incluída no seu primeiro orçamento de 1962. Todo este orçamento totalizava 61.300\$00 (sessenta e um mil e trezentos escudos), enquanto que o trabalho feito importou no total 38.000\$00 (trinta e oito mil escudos)

#### **Restauro segundo pintura original da Imagem de Nª Sra. da Esperança.**

Fiz diligências no sentido de se encarnar, ou se pintar segundo a descrição do século XVI/XVII, a imagem de N.ª Sra. da Esperança. Na altura até o Presidente da Comissão Regional de Turismo da Serra da Estrela (C. R. T. S. E.) se interessou pelo caso, e seria feita sem dispêndio para a paróquia de Belmonte. Porém, era condição imposta que a imagem fosse levada para o Museu de Arte Antiga, em Lisboa.

**Penso que hoje isso talvez fosse possível, se houvesse sensibilização e consentimento do povo. Mas, naquele tempo, não era possível, porque o povo não confiava em nada nem ninguém. Neste sentido oficiei ao Sr. Presidente da Câmara que me enviou documento referindo o que respondera ao dito Presidente da C. R. T. S. E.**

É claro que a imagem ficou em Belmonte, ninguém veio, e nada se fez para o restauro da imagem.

Convinha tornar a pensar nisso, agora que começam a aparecer artistas especializados e credenciados para este tipo de restauro. Mas!... Mais ainda que o restauro da imagem de Nossa Senhora da Esperança e até de Nossa Senhora da Piedade, eu gostaria que as gentes se mentalizassem de que é necessário fazer uma réplica de Nossa Senhora da Esperança. De resto, no ano de 2000, foi feita uma e oferecida a uma Universidade do Brasil, pelo Presidente da Câmara Dr. António Pinto Dias Rocha. Uma réplica para quê? Para se usar nas procissões. A avezinha da imagem já está partida e colada, por causa de a terem andado a esconder para que, à força e contra vontade do povo, não tivesse sido levada ao Brasil. Cada vez que a imagem é retirada e/ou levada em procissão, apesar de todos os esforços e cuidados, sobretudo dos bombeiros, sente-se constantemente o perigo de cair e se mutilar, partir. Gostem ou não gostem da ideia, aqui a deixo com a crença de que um dia, com a mentalização de muitas gentes e associações, ela dará seu fruto.

#### **Correspondência e diligências para fazer um restauro da imagem de Nª Sra. da Esperança**

"Câmara Municipal de Belmonte

Rev.o Senhor  
Padre Manuel Marques Gonçalves  
Belmonte

Ofício Nº 1349, 7/11/1962

Assunto: Encarnação da Imagem de Nossa Senhora da Esperança a Esperança

Tenho o prazer de acusar a recepção da carta de V. Rev.ª, com data de 30 de Outubro findo e ontem recebida, que agradeço.

Tive hoje o maior prazer em enviar cópia da referida carta de V.

Rev.ª ao Ex.mo Presidente da Comissão Regional de Turismo da Serra da Estrela, na Covilhã, com o seguinte pedido:

"Todos os inconvenientes apontados pelo Rev.º Pároco de Belmonte que, de certo modo, são de ponderar, muito agradecia a V. Ex.a o favor de diligenciar no sentido de o Museu de Arte Antiga destacar uma brigada de pessoal para na própria Igreja Matriz se poder fazer o trabalho da restauração de Imagem, tal como aconteceu com a cópia que a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização mandou extrair para representação na Exposição Henriquina."

É, pois, o que tenho honra de levar ao conhecimento de V. Rev.ª.

Muito respeitosamente,

O Presidente da Câmara  
Raúl Frazão"

## ▶ ANEXO Nº 31

### CARIA - SANTA BEBIANA

Reis Soares assina no JB – Jornal de Belmonte (Dez. de 1984) um artigo sobre a festa de Santa Bebiãna em Caria. É semelhante à que nos foi fornecida. Acrescenta outras informações, a saber:

"No dia aprazado realizava-se a "procissão" da noite, que no sítio do Cruzeiro se encontrava com outra, vinda das Enguias e que trazia por patrono S. Martinho.

Era o momento do improvisado "prior" fazer o primeiro sermão de circunstância. Seguiu-se um segundo, o sermão de encontro, no balcão do Sr. Francisco Pinheiro e ainda um terceiro, de despedida, no balcão do Sr. Mateus, ao Arco do Jacinto.

(...)Sabe-se terem feito o papel de "padres" os senhores: Francisco Carvalho, António Tabora, José do Nascimento e, neste ano de 1984, o Sr. Manuel Leal Vaz.

Nos anos de 1944, 1945, 1946, conheceram estes festejos o seu maior brilho tanto em participação como em empenhamento popular.

As redondezas afluíram em massa. O entusiasmo foi redobrado.

Em 1947, o poder de então resolveu abusivamente proibir toda e qualquer manifestação no dia 2 de Dezembro.

Os polícias destacados para Caria, tinham recebido ordens severas: impedir a festa de Santa Bebiã. Tudo parecia calmo, só que, à hora da procissão, os sinos tocam a rebato, e tudo o que é sineta ou campainha segue na mesma onda.

Os populares juntam-se todos à uma, vozes levantam-se gritando: "Viva a Santa"! Dois jovens de 16 anos são os autores do grito e por isso são levados e encarcerados numa prisão existente nas actuais instalações dos sanitários da Casa do Povo.

Perante a reacção da população, a polícia é obrigada a pedir reforços para aquela "grande guerra". São enviadas de Belmonte cinco unidades devidamente armadas como se de Aljubarrota se tratasse. Imaginamos hoje o ridículo da situação!

Mais uma vez o engenho da população é posto à prova e aceitando o desafio, mostra ser criador.

Levam as cinco unidades para uma rua sem saída, a Rua do Canto, e aí é ver quem mais armas "rouba". As unidades são desarmadas uma a uma, cobrindo-se de vergonha!

Não aprendem a lição e pedem ao quartel da Covilhã destacamentos militares.

O comandante, felizmente lúcido, recusa-se a enviar efectivos, já que de rebelião política se não tratava, mas tão só o desejo legítimo de continuar uma tradição.

Mais tarde, a população já calma consente entregar as armas, a pedido do Dr. Mário Videira, presidente da Câmara de então.

O poder ficou diminuído, a população sai, desta vez, vencedora.

Pelo ano de 1948 foi destacado para Caria um considerável reforço policial. A força mostra as garras, e a festa não pode realizar-se.

Ela revive agora em 1981 pela mão do Sr. José do Nascimento, tendo recebido honras televisivas em 1982, num trabalho de recolha para o programa R.T.P. Regiões.

De novo a tradição, de novo o entusiasmo da população de Caria!

As verbas recebidas têm sido distribuídas pela União Desportiva, Banda e Associação Cultural de Caria."

O artigo vem acompanhado do "Credo", dos Estatutos, e de uma foto de cartão de sócio. Neste, é de destacar a direcção da Associação Técnica da Copofonia do Norte e Sul de Portugal: Presidente: A. F. Bebe Tudo; Secretário: J. F. Esgota pipas; Tesoureiro: M. F. C. Seca Adegas; Vogal: M. D. Seca Alambiques.

#### **Centro de Dia de Caria**

Lançamento da primeira pedra...

O Centro de Dia abriu em 13 de Janeiro de 1984, a 27 utentes, com três trabalhadores em regime de voluntariado. Orientado pela Comissão Fabriqueira da Igreja de Caria. Foi instalado no solar Quevedo Pessanha, cedido para este fim. Para angariar fundos a Comissão Fabriqueira e um grupo de Senhoras do sector de ginástica da Casa do Povo, a que se juntaram outros populares, saíram a cantar as Janeiras e angariaram 62.600\$00 para as primeiras necessidades.

## ▶ ANEXO Nº 32

### **CENTRO CULTURA PEDRO ÁLVARES CABRAL**

**A Associação Cultural, constituída a 19 de Novembro de 1980, com a denominação de Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral, com sede de Belmonte, e tendo por finalidade "a promoção cultural e social dos associados" levando a associação a cabo:**

- Criação de uma biblioteca privativa;
- Criação de um Museu;
- Realização de sessões de cultura;
- Toda e qualquer outra iniciativa de interesse cultural (Artº 2º dos Estatutos)

Foi lavrada escritura, no Cartório Notarial de Belmonte, a 2 de Dezembro de 1980, com publicação no Diário da República, III Série, em 11 de Fevereiro de 1981.

Foram outorgantes desta escritura: Manuel Fernandes de Pina, David Andrade, António Gomes Cardoso Amaro, Luís Elvas, Licínio Esteves de Sousa, António Albuquerque Borges, Anselmo Alves de Sousa, José Soares Tavares, João Duarte Gaspar, Joaquim José Miranda.

Em 11 de Dezembro de 1981, foi feita a primeira eleição dos corpos gerentes, assim constituídos:

**Assembleia Geral:** Presidente – José dos Reis Soares, 1º Secretário – Luís Elvas, 2º Secretário – João Duarte Gaspar

**Conselho Fiscal:** Presidente – Maria Manuela Dinis de Carvalho, 1º Vogal – Manuel Tomé Mendes, 2º Vogal – António Canário Dias

**Direcção:** Presidente – António Dias Rocha, Vice-Presidente – António Manuel Gomes Cardoso Amaro, Tesoureiro – Amândio Manuel Ferreira Melo, Secretário – Joaquim Robalo Amaro, 1º Vogal – Manuel António Santos Amaro, 2º Vogal – António Ferreira Antunes de Carvalho

**Suplentes:** Rodrigo Borges de Freitas, Dário Feliciano Gonçalves, Licínio Esteves de Sousa, Alexandre Freitas Rodrigo

Dentro das actividades e acções que tem levado a cabo, entre muitas outras referimos:

Edição do Boletim Informativo – Belmonte/Pedro Álvares Cabral;

Edição do livro "Últimos Criptojudes em Portugal" de David Augusto Canelo em 31.05.1988

Tem realizado colóquios, conferências e debates sobre vários temas: Jornalismo, teatro, Ciência, Etnografia, Festa da Diferença – Todos diferentes todos iguais. Exposições colectivas e Individuais sobre pintura, escultura, fotografia, desenho, etnografia e arte e Design.

Actividades artísticas como Grupo de cantares, Grupo de Janeiras, Orfeão, etc.

Mas principalmente deu vida à Escola de Música, reconhecida oficialmente, pelo Ministério da Educação, em 23.10.1994. A sua Direcção Pedagógica é de tipo colegial e constituída por dois docentes. Frequentam a Escola 89 alunos com idades compreendidas entre os 4 e os 46 anos, orientados por 15 professores.

Tem cursos ministrados no ano lectivo de 1999/2000 piano, violino, viola dedilhada, flauta, saxofone, complementar de formação musical.

Para além das actividades curriculares realizam-se periodicamente, audições, exercícios escolares e concertos, locais e regionais, alguns em parceria com outras Escolas.

Tem procurado também, esta Escola levar a efeito acções de formação e Cursos de aperfeiçoamento de instrumentistas, destacando-se o Desenvolvimento do Projecto de Música no 1º Ciclo e Jardins de Infância no Concelho de Belmonte, em parceria com a Câmara Municipal de Belmonte, e a Direcção Regional de Educação do Centro, Ministério da Educação, abrangendo cerca de 50 alunos.

Sendo uma associação, possui actualmente 348 sócios.

Ao Centro de Cultura Pedro Álvares Cabral, foi-lhe cedida, pela Direcção da Casa do Povo em 1980, uma casa na Rua Pedro Álvares Cabral, que durante 10 anos serviu de sede social. Em 1990 estas instalações foram recuperadas e actualmente funcionam como Galeria de Exposições e local de formação.

Em 1993, a Câmara Municipal de Belmonte cedeu as instalações da ex-Casa do Povo a esta Associação e implantou um anexo pré-fabricado. Em 1995 foi construído um segundo anexo contíguo. Estas instalações são ocupadas no funcionamento da Escola de Música deste Centro de Cultura.

## ▶ ANEXO Nº 33

### CARACTERÍSTICAS SOCIO-ECONÓMICAS

Como no resto do País, a partir de 1950, o concelho de Belmonte começa a sofrer uma acentuada diminuição de população. O quadro que apresentamos mostra que, entre as décadas de 60 e 70, a emigração, o planeamento familiar provocam um decréscimo que neste concelho é equivalente a cerca de 1/3 da população.

Todavia e a partir dos anos 70 no município desenvolvem-se:

- Doze unidades empresariais de confecção, envolvendo mais de 3000 operários;
- A indústria da construção civil;
- O sector de serviços (com um peso económico considerável);
- O sector da agro-pecuária.

**Os fundos comunitários favoreceram o dinamismo económico, viabilizando a realização de experiências-piloto nos âmbitos agrícola e industrial. Em Belmonte, estão hoje sediadas empresas de confecção equipadas com tecnologia de ponta. 80% da produção destina-se à exportação para França, e países nórdicos da Europa. (Destacam-se a Grasil, Carveste, Montebela, Vameca, Torre,...) O Desenvolvimento deste sector industrial atrai à sede do concelho e Caria, uma população ambulante de cerca de 2000 pessoas.**

Acresce que o regresso dos habitantes das ex-colónias portuguesas e o de alguns emigrantes viria também a enriquecer o concelho.

No âmbito da Saúde dispõe de centros nas localidades de Belmonte, Colmeal da Torre, Caria, Inguias, Monte do Bispo, Maçainhas, Gaia e Carvalhal Formoso.

### EDUCAÇÃO

No sector da educação conta com 11 de lugares de educadores de infância:

- 4 na sede de concelho;
- 3 em Caria;
- 2 em Colmeal da Torre;
- 1 em Carvalhal Formoso;
- 1 em Inguias

Todas as localidades possuem escolas de Ensino Primário num total de 28 lugares.

A Escola C+S é frequente por 850 alunos do 5º ao 12º ano.

Concelho abrangido pelo PIPSE – Programa Integrado da Promoção do Sucesso Escolar -, a percentagem do insucesso Escolar é elevada e atinge muitos elementos da comunidade judaica.

Belmonte debate-se actualmente com vários problemas que relevam sobretudo da carência de recursos humanos (técnicos qualificados). Também as vias de comunicação têm constituído um entrave ao desenvolvimento da economia, ao desenvolvimento social. (...)

Apesar de tudo, Belmonte atrai visitantes pelo património que possui. Terra de Pedro Álvares Cabral, o descobridor oficial do Brasil para o mundo, é conhecida também por ser terra de judeus – Em Fevereiro de 91 o jornal "Público" e a revista "K" inseriram reportagens sobre a comunidade; em Março do mesmo ano o "Diário de Notícias" incluía um artigo sobre os judeus.

In – "Os Judeus de Belmonte – Os Caminhos da Memória" de Maria Antonieta Garcia, ed. Do Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões – Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa 1993

## ▶ ANEXO Nº 34

### Jornais

O "JB - Jornal de Belmonte" iniciou-se em Abril de 1984, periódico mensal, tendo a orientá-lo: Director: António Júlio d'Almeida Garcia; Director-Adjunto: José Reis Soares; Chefe de Redacção: Maria Manuela Carvalho.

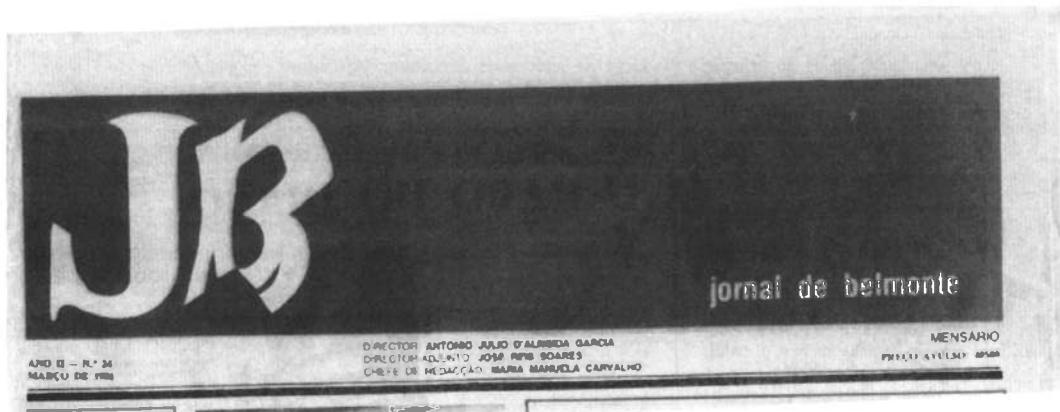
Este Jornal, na primeira página do primeiro número apresentou foto do jornal anteriormente existente "O Concelho de Belmonte", propriedade da paróquia de Belmonte. (Fotos juntas)

### Jornais Anteriores

- "A Defesa", semanário Belmontense. N.º 1, 5 de Junho de 1884. (Monárquico, apoiava Hintze Ribeiro, líder do Partido Regenerador. Ao que parece só se publicarem 2 números).
- "O Agricultor", o órgão do Sindicato Agrícola de Caria. Mensal. N.º 1, 25 de Janeiro de 1921. (3 números publicados. O Sindicato - sui generis - fora constituído em 26 de Fevereiro de 1920 e destinava-se a obter materiais agrícolas e maquinaria a preços mais baixos directamente dos fornecedores)
- "A Serra", publicação quinzenal, Belmonte, N.º 1, 24 de Setembro de 1925. (Publicou-se até ao n.º 23, 23 de Setembro de 1926. De orientação republicana soçobrou ao golpe de 28 de Maio de 1926)
- "O Cruzeiro de Caria". (começou a publicar-se em 1964)

(Vargas, José Manuel; in JB - Jornal de Belmonte, Dez, 1984, p.111)

Nota: Não admira que o Jornal "A Defesa" deixasse de se publicar. Foi por decreto de Hintze Ribeiro que Belmonte deixou de ser concelho, 1985.



## ▶ ANEXO Nº 35

Pedro Álvares Cabral - Descendência:

História Genealógica da Casa Real de D. António Caetano de Sousa. Fala de Pedro Álvares Cabral e sua descendência.

O caso de D. Brites de Barros, filha do Padre António de Barros, Cónego da Sê de Lisboa e Camarista (ou Camareiro) do Papa.

N.G. Brandão, em Monumentos e Lendas de Santarém, diz "ter sido eleito pelo Arcebispo na Igreja de Santo André de Lisboa a 15 de Dezembro de 1564 para fazer parte da junta de deputados convocada pelo Cardeal como Regente do reino em 15 de Novembro do mesmo ano, para tratar da renda necessária à fábrica e sustentação do seminário diocesano. Atribui-lhe a posse de grandes propriedades e muitas honras eclesiásticas tendo deixado grande Casa".

Filha de Cónego de Lisboa era. Sabiam-no mesmo os da família dos Cabrais e, depois, dos Castelo Melhor. Não se sabe a certeza de que o Cónego teve esta filha antes ou depois de ser clérigo.

O certo é que não foi castigado por isso, pôde deixar e deixou os bens à sua filha. Esta casou catolicamente. Deste casamento de D. Brites de Barros com João Gomes Cabral, nasceu Fernão Álvares Cabral, legítimo e herdeiro de seus bens e títulos. Esta linha de casamentos legítimos chegou até aos Castelo Melhor.

**Figueiredos:** D. Gonçalo de Figueiredo, Bispo de Viseu, teve os filhos sendo já bispo. Quem o afirma é Diogo Gomes de Figueiredo, descendente do mesmo bispo. Uma das filhas do Bispo, Teresa Gonçalves de Figueiredo, é ascendente dos Belmonte. É desta D. Teresa Gonçalves Figueiredo que descendem os Figueiredos dos Belmonte.

O oitavo avô de D. Vasco, era Jorge Figueiredo, Senhor do Morgado da Ota, e casado com uma neta do Deão de Coimbra e clérigo de missa João Rodrigues de Vasconcelos.

D. Leonor de Meneses, filha bastarda do Comendador D. João de Meneses que a teve, em Flandres, de uma mulher casada, Madame de Par, irmã do Abade de Saint Armand, - casou com um Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte.

*Mais, a oitava avó do D. Vasco, de Belmonte, foi D. Antónia de Meneses, filha ilegítima do 4º Marquês de Vila Real, e 1º Duque de Caminha, D. Miguel de Meneses.*

Bens dos Condes de Belmonte em Santarém. Entraram, pelo menos em parte, pelo casamento do 12º avô de D. Vasco de Siqueira, o avô Henrique de Figueiredo, que foi Escrivão da Fazenda de D. Afonso V e de D. João II, com Catarina Alvares, filha de João Álvares de quem nem se sabe a filiação, mas chamado por alcunha "o Rico", homem de Santarém, honrado, mas, como é claro, não da descendência de Pedro Álvares Cabral.

**Gouveia** (*Vid. Enc L.Bras. Gouveia Gen.*):

Parece que os Gouveias nunca tiveram brasão.

A certa altura aparece na genealogia dos Gouveias uma Brites de Melo. Uns dizem que era filha ilegítima de Martim Afonso, filho de Vasco Martins, o Velho, que não teve nenhum filho Ruy Vaz de Melo de quem outros dizem que era filha D. Brites de Melo. Uns dizem ainda que D. Brites de Melo casou com Vasco Fernandes que dizem ser Senhor de Castelo Bom: outros dizem que D. Brites de Melo casou com João Lourenço de Ferreira, Senhor de Castelo Bom, e que este, sim, originou um ramo que adoptou o apelido Melo, de que descendem os Senhores e depois Condes de Polvolido (ligados a senhorios Castelo Novo, Orca...).

De qualquer modo parece que os Gouveias nunca apresentaram armas próprias, mas aparecem logo a usar armas partidas de Melos e Castros de seis arruelas. Há quem diga que as armas dos Gouveias eram as dos Castros com seis arruelas. O brasão existente na capela de Santo António, em Belmonte, tem-se atribuído à mãe de Pedro Álvares Cabral, como Gouveia.

**Cabral - Apelido na descendência de Pedro Álvares Cabral.**

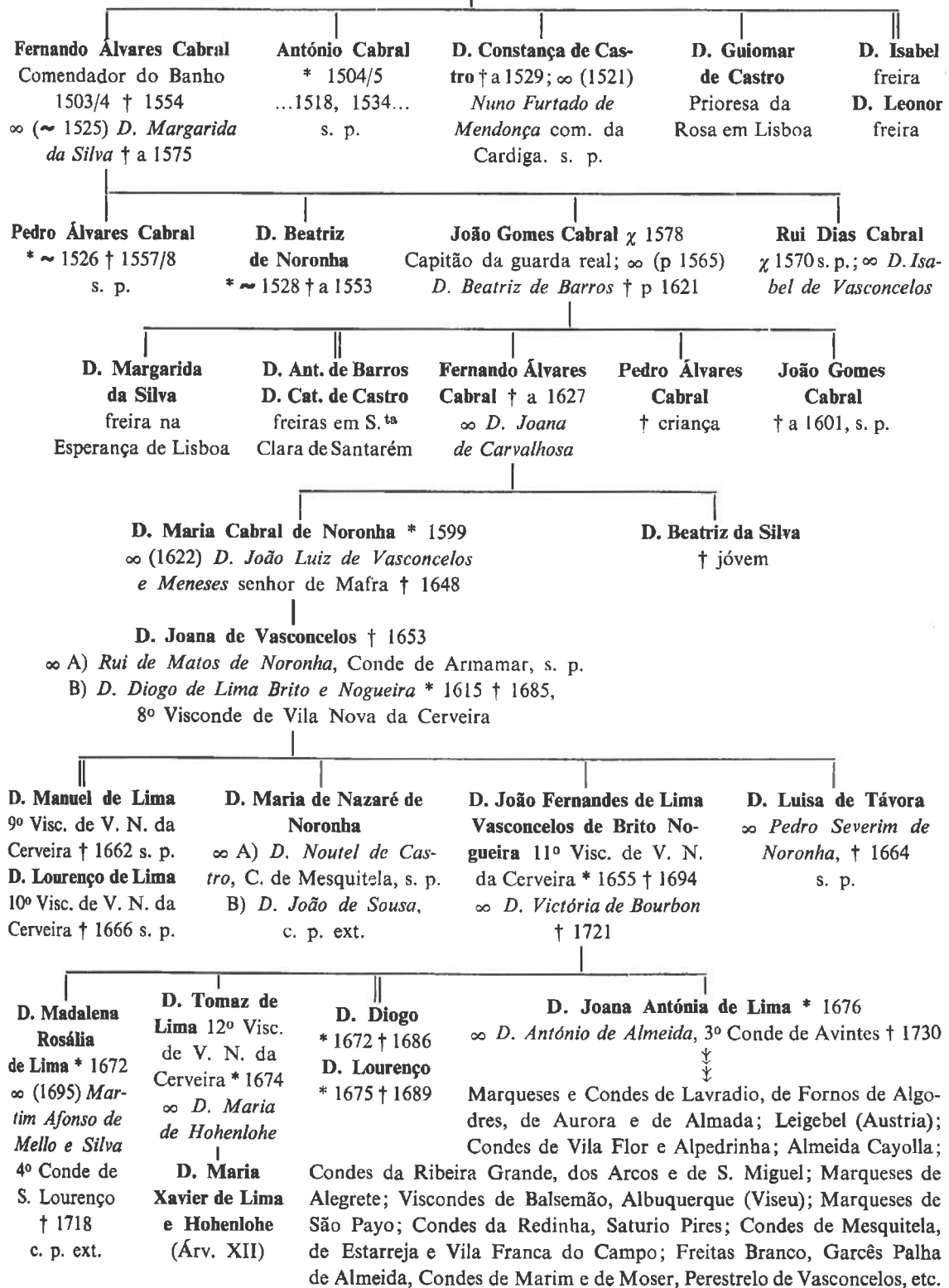
Manteve-se com legitimidade até à terceira neta de Pedro Álvares Cabral.

Esta, com o casamento com D. João Luís de Vasconcelos e Meneses, ainda o transmitiu à filha, D. Joana Cabral de Vasconcelos e Meneses.

Quanto ao **brasão** (*Ver Bivar Guerra pg.24*): Pedro Álvares Cabral nunca usou as armas dos Cabrais, porque não lhe pertenciam, nem foi contra o uso e direito deste brasão pela descendência de seu irmão primogénito. Nem consta que qualquer da descendência de Pedro Álvares Cabral o tenha usado.



**Pedro Álvares Cabral (Árvore III) \* 1468/9 \* 1519/20**  
 ∞ (1503) *D. Isabel de Castro* † a 1540



D. Maria Xavier de Lima e Hohenlobe (Árv. XI) \* 1697 † 1730  
 12ª Viscondessa de Vila Nova da Cerveira  
 ∞ (1720) D. Tomaz Teles da Silva \* 1683 † 1762 (?)

D. Tomaz Xavier de Lima Teles da Silva \* 1727 † 1800  
 1º marquês de Ponte de Lima; ∞ (1749) D. Eugénia  
 Maria Josefa de Bragança (Alegrete) \* 1725 † 1795

D. Fernando Antonio Teles da Silva  
 \* 1730

D. Maria Ana Xavier de Lima \* 1753 † 1818  
 ∞ (1775) Rodrigo Xavier Teles da Gama, 6º marq. de Nisa (\* 1744 † 1784)

D. Tomaz Xavier de Lima \* 1754 † 1787, 15º Visc. de V. N. da Cerveira  
 ∞ (1777) D. Maria José de Assis Mascarenhas \* 1751 † 1825

D. Tomaz Xavier de Lima \* 1779 † 1822, 2º marquês de Ponte de Lima  
 ∞ D. Helena de Assis Mascarenhas \* 1784

D. José Maria Xavier de Lima \* 1807 † 1877  
 3º marq. de Ponte de Lima, s. p.

D. João Xavier de Lima \* 1813 † 1878  
 4º marq. de Ponte de Lima s. p.

D. Helena Luísa Xavier de Lima \* 1815 † 1848  
 ∞ (1835) Antonio de Vasconcelos e Sousa, 4º marq. de Castelo Melhor \* 1816 † 1858

D. Helena de Vasconcelos e Sousa \* 1836 † 1900, 6º marq. de Castelo Melhor  
 ∞ (1870) D. Manuel Maria Ximenes de Azevedo \* 1835 † 1878

João de Vasconcelos e Sousa \* 1841 † 1887  
 5º marq. de Castelo Melhor

D. Helena de Vasconcelos e Sousa Ximenes \* 1871 † 1932  
 7º marq. de Castelo Melhor  
 ∞ (1888) João da Silveira Pinto da Fonseca 3º Visc. de Várzea, 1863 † 1937

D. Maria da Pureza de Vasconcelos e Sousa \* 1877 † 1922  
 ∞ (1897) D. Vicente Zarco da Câmara 10º Conde da Ribeira Grande \* 1875 † 1946

Bernardo da Silveira de Vasconcelos e Sousa \* 1890 † 1960  
 8º marq. de Castelo Melhor  
 ∞ (1919) D. Maria da Luz de Melo Bryner (Mafra) \* 1901 † 1932

Manuel da Silveira de Vasconcelos e Sousa marq. de Ponte de Lima \* 1896 † 1962  
 ∞ (1923) D. Irene Davim de Oliveira

D. José Maria Zarco da Câmara \* 1898 † 1961  
 11º Conde da Ribeira Grande  
 ∞ (1925) D. Maria Ester de Almeida de Magalhães \* 1900

João da Silveira de Vasconcelos e Sousa \* 1920 † 1957  
 ∞ (1954) D. Sibina Gonçalves, \* 1926

D. José Zarco da Câmara \* 1932  
 12º Conde da Ribeira Grande  
 ∞ (1956) D. Tereza Freire Cabral \* 1935

Bernardo da Silveira de Vasconcelos e Sousa \* 1957  
 9º marq. de Castelo Melhor

D. Maria Joana Xavier de Lima \* 1755 † 1834  
 ∞ (1780) D. Pedro de Lencastre, 5º marquês de Abrantes \* 1763 † 1828

D. Helena Josefa Xavier de Lima \* 1757 † 1820  
 ∞ (1780) Antonio José de Melo, senhor de Ficalho \* 1734 † 1890

D. Helena Josefa Xavier de Lima \* 1745 † 1806  
 4º Conde de Óbidos \* 1745 † 1806

D. Maria Margarida Xavier de Lima \* 1757 † 1820  
 ∞ (1790) Antonio José de Melo, senhor de Ficalho \* 1734 † 1890

D. Domingos Xavier de Lima \* 1765 † 1803  
 ∞ (1790) sua sobrinha, D. Eugénia Maria Josefa \* 1767 † 1839 s. p.

D. Helena Josefa Xavier de Lima \* 1745 † 1806  
 Condes de Óbidos  
 Marquês de Santa Iria, Condes de Cabral e Marquês da Foz etc.

D. Maria Margarida Xavier de Lima \* 1757 † 1820  
 Condes e Marqueses de Ficalho, 7ª marq. de Sobral e Mafra, Gonzaga Ribeiro, Condes de Melo e Vila Real, D. Maria Ana etc.

D. Helena Josefa Xavier de Lima \* 1745 † 1806  
 Condes de Óbidos  
 Marquês de Santa Iria, Condes de Cabral e Marquês da Foz etc.

D. Maria Margarida Xavier de Lima \* 1757 † 1820  
 Condes e Marqueses de Ficalho, 7ª marq. de Sobral e Mafra, Gonzaga Ribeiro, Condes de Melo e Vila Real, D. Maria Ana etc.

D. Maria Margarida Xavier de Lima \* 1757 † 1820  
 Condes e Marqueses de Ficalho, 7ª marq. de Sobral e Mafra, Gonzaga Ribeiro, Condes de Melo e Vila Real, D. Maria Ana etc.

D. Domingos Xavier de Lima \* 1765 † 1803  
 ∞ (1790) sua sobrinha, D. Eugénia Maria Josefa \* 1767 † 1839 s. p.

D. Domingos Xavier de Lima \* 1765 † 1803  
 ∞ (1790) sua sobrinha, D. Eugénia Maria Josefa \* 1767 † 1839 s. p.

D. Helena Josefa Xavier de Lima \* 1745 † 1806  
 Condes de Óbidos  
 Marquês de Santa Iria, Condes de Cabral e Marquês da Foz etc.

D. Helena Josefa Xavier de Lima \* 1745 † 1806  
 Condes de Óbidos  
 Marquês de Santa Iria, Condes de Cabral e Marquês da Foz etc.

D. Maria Margarida Xavier de Lima \* 1757 † 1820  
 Condes e Marqueses de Ficalho, 7ª marq. de Sobral e Mafra, Gonzaga Ribeiro, Condes de Melo e Vila Real, D. Maria Ana etc.

## ▶ ANEXO Nº 36

### CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

População Residente (1997)	7480
População Activa	3052
Área	114,6 Km2
Nº de Freguesias	5
Taxa de Crescimento 1990/1997	1 %
Taxa de Natalidade	10,4 %
Taxa de Mortalidade	15,5 %
Índice de Dependência	58,2 %
Taxa de Analfabetismo	20,8 %
Índice de Poder de Compra	54,2 %
Médicos por mil Habitantes	0.9

#### Emprego por Sector Activo (os três mais representativos):

Indústria do Vestuário	76,0%
Construção	3,7%
Comércio e Retalho	3,7%

#### IN Estrutura Empresarial do Distrito de Castelo Branco (NERCAB-AE)

Segundo informações não oficiais, nos Censos de 2001 a população parece ter crescido para cerca de 7600 habitantes (um crescimento de 200 habitantes comparando com os dados do último Censo de 1991)

▶ ANEXO Nº 37

EMPRESAS NO CONCELHO DE BELMONTE NO ANO DE 2001				
EMPRESA	MORADA	LOCALIDADE	CONTACTO	Gerente / Administrador
*A Prensas - Artigos de Decoração Lda	Praça da República, 2-4	6250 Belmonte		
A - Morão Lda	Bairro Chafariz Areal	6250 Belmonte	Telef.:275911309	Sr. António Morão
Abacaria Artesanato e Papelaria Lda	Rua Coronel José Carneira, 4 - A	6250 Caria BMT	Telef.:275476615	
ACB Ar. Comprimento de Belmonte Lda	Rua Pedro Álvares Cabral, 6	6250 Belmonte	Telef.:275910020 / Fax.:275910029	
Agência Automobilística Nave	Santo Antão	6250 Belmonte	Telef.:275913501 / 275913500	
Agência Funerária Belmonte	Largo Catarina, 30	6250 Belmonte	Telef.:275912274	
Agência Funerária de Caria	Largo Engº Pinto Bastista, 6.	6250 Caria BMT	Telef.:275476373	
Agrocarria	Largo Condes	6250 Caria BMT	Telef.:275476295	
Agro-Espinhel-Rep. Agrícolas Espinhel Lda	Espinhel - 625	6250 Inguas BMT	Telef.:275911548	
Aldeia Virtual Consultores de Gestão Lda	Rua Coronel José Carneira, 42 r/c	6250 Caria BMT	Telef.:275471005	Dr. António José Fonseca Gaibla
Alves Ribeiro S.A	Estrada Pereira	6250 Malpique BMT	Telef.:275471750	Engenheiro José Marques
Amaral & Amaral Lda (Auto Mecânica)	Carvalhal Formoso	6250 Carvalhal Formoso BMT	Telef.:275911327	
Antosila - Comércio de Vestuário S.A	Bairro de Santo António	6250 Caria BMT	Telef.:275476189	Engenheiro Luis Costa
Armando Ribeiro Gil Lda (Auto Gil)	Rua Pedro Álvares Cabral, 10	6250 Belmonte	Telef.:275911333	Sr.Armando Ribeiro Gil; Engenheiro Gil
Auto Nave Reparações Mecânicas, Lda	Rua Pedro Álvares Cabral nº 31	6250 Belmonte	Telef.:275910130 / Fax.:275911333	Sr. Nave
Auto Pneus Ascensão Cavaleiro, Lda	Vale	6250 Belmonte	Telef.:275913995	
Auto Stop	Bairro de Sta. Maria	6250 Belmonte	Telef.:275911560	
Bar Pub Lda	Rua dos Bombeiros Voluntários, 16	6250 Belmonte	Telef.:275911845/275912056	
Bar Rambóia	Rua dos Bombeiros Voluntários, 22	6250 Belmonte	Telef.:275913540	
Beirafato - Confecções Lda	Estrada Municipal, 345	6250 Belmonte	Telef.:275913710	
Beiragessos - Gesso da Beira Lda	Entrugadouro	6250 Caria BMT	Telef.:275476454 / Fax.:275471754	
Beirão 3	Rua Pedro Álvares Cabral, 104	6250 Belmonte	Telef.:275913014	
Belconforto - Aqueci/ Central e Ar Condicionado	Lote 62 R/c B. Chafariz do Areal	6250 Belmonte	Telef.:275913038 / 275913726	
Belfarinhas Lda	Sinjal	6250 Belmonte	Telef.:275913069	
Belfoto	Rua Pedro Álvares Cabral, 225	6250 Belmonte	Telef.:275911571	
Belmonte School	Rua Pedro Álvares Cabral, 111 2º E-F	6250 Belmonte	Telef.:275913397	
Borrêgo & Abrantes Lda	Rua Coronel José Carneira, 8	6250 Caria BMT	Telef.:275476107 / Fax.:275476107	
Café - Bar Miradouro Lda	Largo da Igreja	6250 Carvalhal Formoso BMT	Telef.:275913089	
Café Bar Y Peras	Bairro de Santo António	6250 Caria BMT	Telef.:275476468	
Café Central	Igreja de Magalhães, 7	6250 Magalhães BMT	Telef.:275911667	
Café Central	Monte do Bispo	6250 Monte do Bispo BMT	Telef.:275476211	Sr. Arménio Santos Gonçalves
Café Estrela	Largo Catarina, nº 9	6250 Belmonte	Telef.:275911386	
Café Globo	Largo Jacinto, 4	6250 Caria BMT	Telef.:275476469	
Café Montebelo	Rua dos Bombeiros Voluntários de Belmonte, 5	6250 Belmonte	Telef.:275911495 / 275911491	
Café Restaurante "A Cabana"	Bairro de Santo António, 2	6250 Caria BMT	Telef.:275471709	Sr. Amândio Mateus Fernandes
Café Restaurante "O Kimbo"	Misericórdia, 1	6250 Belmonte	Telef.:275476155	Sr. João Pais Custódio
Café Salzedas	Lameiras, 34	6250 Belmonte	Telef.:275913182	
Café Snack - Bar "O Bernardo"	Cruzamento EN 18	6250 Inguas BMT	Telef.:275912299	
Carjol - Máquinas e Equipamentos p/ Agricultura, Lda	Eucaliptos, 35	6250 Inguas BMT	Telef.:275911363	
Carpintaria e Móveis de Caria Unipessoal Lda	Queilhas	6250 Caria BMT	Telef.:275476972	
Carpintaria Marcenaria Albino Cleto	Barraco dos Corvos	6250 Belmonte	Telef.:275913782	
Carvalho & Carvalho Lda	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275912477	
Casa Mendes	Largo Dr. António José de Almeida	6250 Belmonte	Telef.:275911860	
Casa Morão	Bairro Pinhal do Carval	6250 Belmonte	Telef.:275911107	Sr. António Henriques Morão
Casa Mourão		6250 Belmonte	Telef.:275913431	

Casa Natalys (Pronto a Vestir)	Rua 1º de Maio, 41	6250 Belmonte	Telef.:275911745	D. Maria R. Cameiro; Sr. Manuel do R. Moura
Casa Oliveira	Rua Pedro Álvares Cabral, 207 B	6250 Belmonte	Telef.:275912601	
Ceritar - Sociedade de Construções S.A	Quinta da Chandelrinha	6250 Belmonte	Telef.:275913717	
Chandelininha - Sociedade Agrícola Lda	Quinta da Fôrnea	6250 Belmonte	Telef.:275476272	
Charactaria Tomás	Rua Pedro Álvares Cabral, 170 A	6250 Belmonte	Telef.:275912795	
Churrasqueira Carnocel Lda	Trincheira, 3	6250 Caria BMT	Telef.:275476079	
Churrasquinho	Rua da Fonte Grande, 8	6250 Belmonte	Telef.:275913752	D. Helena Maria Furtado Costa Pereira
Clinica Dentária Cariense Lda	Rua Francisco P. Soar, 28	6250 Caria BMT	Telef.:275471751	
Clinica Dentária do Sabugal Lda	Rua Pedro Álvares Cabral, 263 1º	6250 Belmonte	Telef.:275913579	
Clinica Dentária Marques Teodózio Lda	Rua Pedro Álvares Cabral, 172	6250 Belmonte	Telef.:275913196	
Clinica Filodífrica de Belmonte Lda	Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 22 r/c	6250 Belmonte	Telef.:275913666 / Fax.:275913666	
Confecções Carveste	Bairro de Santo António	6250 Caria BMT	Telef.:275476189 / 275476949	Engenheiro Luis Costa D. Anabela
Confecções Libela Lda	Ginjal	6250 Belmonte	Telef.:275911545	
Confecções Selber Lda	Vais	6250 Belmonte	Telef.:275911145	D. Selba; D. Bertra
Correia & Afonso Lda	Rua Pedro Álvares Cabral, 265	6250 Belmonte	Telef.:275911890 / 275911169	
Covilabo - Andúlices Clínicas Lda	Rua Pedro Álvares Cabral, 117 1º E	6250 Belmonte	Telef.:275913618	
Drôgaria Belmontense	Rua Pedro Álvares Cabral, 84	6250 Belmonte	Telef.:275911291	
Duas Ribeiras - Soluções Gestão Lda	Rua Francisco P. Soar, 41, 41-A	6250 Caria BMT	Telef.:275471727 / 275471727	
Ecomarché Belmonte	Varanda Pilatos	6250 Belmonte	Telef.:275913470	
Electro Alexandre	Rua dos Bombeiros Voluntários de Belmonte	6250 Belmonte	Telef.:275911595	
Electro Ilídio	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275911259	Sr. Ilídio Jorge Vicente
Escola de Condução Belmontense	Rua Pedro Álvares Cabral, 292	6250 Belmonte	Telef.:275912053	
Escola de Condução Senhora Esperança	Trincheira, 4	6250 Caria BMT	Telef.:275476599	
Estrelino Confecções Lda	Bairro do Castiçal	6250 Belmonte	Telef.:275911865	D. Ester Alves
Fábrica de Confecções Lanifato	Largo de S. Sebastião	6250 Belmonte	Telef.:275910100 Fax.: 275910109	D. Estela Adolfo
Fábrica de Confecções Montebela de Luis Elvas Lda	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275912700 Fax.:275912702	Sr. Domingos Alves
Fábrica de Confecções Vameca de Monteiro & Santos, Lda	Largo S. Sebastião	6250 Belmonte	Telef.:	
Farmácia Central	Rua Francisco P. Soar, 2	6250 Caria BMT	Telef.:275476212	
Farmácia Costa	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275911141 FAX.:275912817	
Foto Cruz	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275911332	
Foto Melo	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275912270	
Gestão Informática Lda, 618	Rua Pedro Álvares Cabral, 15 1º E	6250 Belmonte	Telef.:275911379 / 275911138	
Gomes & Martins Lda	Belmonte	6250 Belmonte	Telef.:275913518	
Graça & Laurence Lda	Gallheireiro	6250 Belmonte	Telef.:275913322	
Grasil - Confecções Lda	Cruzamento Maquinhas	6250 Belmonte	Telef.:275911180 / Fax.: 275910129	Dr. Silvestre
Holley Bar	Largo da Trincheira, 5	6250 Caria BMT	Telef.:275476685	
Hotel Belsol	Estrada Nacional, 18	6250 Belmonte	Telef.:275912206 / Fax.:275912315	
Icar Sociedade Industrial Moagem Lda	Ponte S. Sebastião, 1	6250 Caria BMT	Telef.:275476176	
Imobiliária da Fonte Seca, Lda	Quinta da Fonte Seca	6250 Belmonte	Telef.:275913328	
Inforgés	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275911260	
Irmãos Costa Pais S.A	Ginjal	6250 Belmonte	Telef.:275913090 / 275913786	
Imarcal Lda	Carvalhal Formoso	6250 Carvalhal Formoso BMT	Telef.:275911327	
Jeggert Serviços de Contabilidade e Gestão Lda	Rua dos BVB	6250 Belmonte	Telef.:275912205	
José D. Batista Lauro	Ribeira do Estrelado, 30	6250 Caria BMT	Telef.:275476252	
José João Saraiva Sousa & Outros	Rua Senhora da Esperança, 7	6250 Belmonte	Telef.:275913281	
José Pinto Gaspar, Lda	Rua Pedro Álvares Cabral, 51	6250 Belmonte	Telef.:275911116	
Lameças Fruta	Quinta dos Lameças, Estrada Nacional 18-3	6250 Caria BMT	Telef.:275476213	
Laudelina Lopes & Pina Lda	Largo Dr. Antº José de Almeida, 8R/C	6250 Belmonte	Telef.:275911866	
Luciano Amaro (Filho) Lda	Rua Pedro Álvares Cabral nº 200	6250 Belmonte	Telef.:275911124	Sr. António Manuel Gomes C. Amaro
Luciano D Marçalo Alves	Catruas Torre	6250 Belmonte	Telef.:275911826	

Luis Amaro Gonçalves Lda	Largo de S. Sebastião	6250 Belmonte	Telef.:275912199 / 275913602
Maopresse - Máq. Costura Equip. Indústria Têxtil, Lda	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:
Manuel António Pereira Nave & C. Lda	Largo do Rossio, 4	6250 Caria BMT	Telef.:275476250
Manuel Alves Duarte Lda (Cafetaria)	Rua Bombeiros Voluntários, 16	6250 Belmonte	Telef.:
Manuel Soares Amaro Lda	Rua 28 de Maio	6250 Belmonte	Telef.:275911102
Metallúrgica Belmonte	Rua Pedro Álvares Cabral, 109	6250 Belmonte	Telef.:275911109
Monteirinho & Santos Lda	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275913702
Multópticas	Rua Pedro Álvares Cabral, 215	6250 Belmonte	Telef.:275913153
New Project Projectos de Arquitectura Lda	Rua Pedro Álvares Cabral, 170	6250 Belmonte	Telef.:275913639
Novo Porto - Arquitectura Lda	Rua Pedro Álvares Cabral,15.1º D	6250 Belmonte	Telef.:275913150 / Fax.:2759134150
Nunes & Henriques Lda	Bairro do Olival Grande	6250 Belmonte	Telef.:275911851
Óptica Linze	Rua Pedro Álvares Cabral, loja 215	6250 Belmonte	Telef.:275913153
Ourivesaria Cravo	Rua Pedro Álvares Cabral, 95	6250 Belmonte	Telef.:275911697
Ourivesaria Cruz	Estrada Nacional, 345	6250 Caria BMT	Telef.:275476160
Ourivesaria Pérola da Beira	Rua Pedro Álvares Cabral, 25/7	6250 Belmonte	Telef.:275912127
Padaria Progresso	Largo Comt. B. Mendes Almeida	6250 Caria BMT	Telef.:275476162
Padaria Santos	Rua Coronel José Carneira	6250 Caria BMT	Telef.:275476012
Padaria Sousa	Rua Senhora da Esperança, 7	6250 Belmonte	Telef.:275913281
Panificação Paulo Gonçalves Lda	Zona da Estação de Belmonte	6250 Belmonte	Telef.:275912298
Papelaria Gonçalves	Rua 1º de Maio, 13	6250 Belmonte	Telef.:275912179
Pastelaria Sarabela	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275911378
Pastelaria Otilia	Rua Pedro Álvares Cabral, 239	6250 Belmonte	Telef.:275912912
Paulo & Feliciano - Gabinete de Contabilidade Lda	Igreja Matriz, 4	6250 Belmonte	Telef.:275911926
Pavibel - Pavimentação e Construção, Lda	Largo de S. Sebastião, Lote 1	6250 Belmonte	Telef.:275910070
Pensão Alitude	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275911170
Pensão Mira Serra	Largo Contades	6250 Caria BMT	Telef.:275476205
Pinhelotel Hotelaria Lda	Estrada Nacional, 18	6250 Belmonte	Telef.:275912315
Pneucar - Pneus de Caria Lda	Catralia	6250 Caria BMT	Telef.:275476178
Posto Sacor	Catralia	6250 Caria BMT	Telef.:275476184
Pronto a Vestir " Safari "	Rua Pedro Álvares Cabral, 235	6250 Belmonte	Telef.: 275911389
Recuperador de Sucatas das Beiras Lda	Estrada Nacional, 18 (Quinta Vale da Serra)	6250 Belmonte	Telef.:275911651
Residencial " Alitude "	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275911170
Restaurante " O Feneira "	Edifício dos Bombeiros Voluntários de Belmonte	6250 Belmonte	Telef.:275913662
Restaurante " A Grelha "	Rosas, 184 R/C	6250 Belmonte	Telef.:275913194
Restaurante " A Vinha "	Zona da Estação de Belmonte	6250 Belmonte	Telef.:275912847
Restaurante " Bebiana "	Bairro de Santo António, 2	6250 Caria BMT	Telef.:275476259 / 275471740
Restaurante " O Castiçal "	Rua Pedro Álvares Cabral, 14 R/C - 6250 Belmonte	6250 Belmonte	Telef.:275912124
Restaurante " O Combinado "	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275911841
Restaurante " O Garfo "	Cruzamento de Caria	6250 Caria BMT	Telef.:275476290
Riofarto - Confecções Lda	Urbanização Joaquim N. Antunes Lote 1	6250 Maquinhãs BMT	Telef.:275912016 / 275912762
Safew - Car - Comércio de Carrros	Rua Pedro Álvares Cabral, 28	6250 Belmonte	Telef.:275913581
Snack - Bar " A Trave "	Praga da República, 5	6250 Belmonte	Telef.:275911385
Snack Bar " O Castelo "	Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275913106
Soares & Vicente Lda	Rua Heróis Independentes, 9	6250 Belmonte	Telef.:275911621
Sobrinho & Gonçalves Lda	Rua Pedro Álvares Cabral,183/189	6250 Belmonte	Telef.:275911440
Sociedade Agrícola da Quinta Lameia	Quinta de Lameias, Estrada Nacional 18/3	6250 Caria BMT	Telef.:275470020
Sociedade Agrícola Perfeitas Lda	Quinta Lameiro Perfeitas	6250 Caria BMT	Telef.:275476052
Sociedade Agrícola Rio Velho	Ginjal	6250 Belmonte	Telef.:275911827
Sociedade Imobiliária do Tapadão, Lda	52 Cel José M. Carneira	6250 Caria BMT	Telef.:275471718
Solbelmonte - Sociedade de Construção Civil Lda	Quinta Carrola, Lote 5 Cvd	6250 Belmonte	Telef.:275912148
			Sr. Vitor Paulo Pereira Gonçalves
			D. Isabel Vaz ou Engenheiro Vaz
			Dr. Pina Soares ou Senhor Paulo Jorge

Soldadinhos	Rua Pedro Álvares Cabral, 235	6250 Belmonte	Telef.:275912015 / 275912066	Sr. Francisco Dias (Pistacheiro) J. D.
Supermercado Corrá	Rua Pedro Álvares Cabral, 16 R/C	6250 Belmonte	Telef.:275911599	
Supermercado Fausto	Bairro de S.ta Maria	6250 Belmonte	Telef.:275911604	
Supermonte, Supermercados S.A.	Varanda Pilatos	6250 Belmonte	Telef.:275913470 / 275913508	
Talho Novo	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275912802	
Tecnobel Sociedade de Representações Lda	Rua Pedro Álvares Cabral	6250 Belmonte	Telef.:275913121 / 275912073	
Tentação	Rua da Fontinha	6250 Belmonte	Telef.:275911615	
Terraphima - Sociedade Agrícola Lda	Quinta da França	6250 Caria BMT	Telef.:275476921	
Tinoco, Indústria & Vaz Lda	Estrada Nacional 345	6250 Caria BMT	Telef.:275476245	
Tomabel	Nv. Jardim, 3 r/c	6250 Belmonte	Telef.:275912123	
Torre Sociedade de Confecções Lda	Colmeal da Torre	6250 Colmeal da Torre BMT	Telef.:275910060 / 275912106	Dr. Fausto, Sr. João Luís Sr. Vítor Morão
Vaz Morão Lda	Bairro de Santa Maria	6250 Belmonte	Telef.:275911409	

(Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor, 2001)

## ▶ ANEXO Nº 38

### Pelourinho de Belmonte

Era um tipo gaiola muito semelhante ao de Trancoso o pelourinho de Belmonte.

Veio a ser demolido no ano de 1885 e as suas pedras fomos encontrá-las no Verão de 1975, em frente à antiga Câmara, na Praça da República.

O monumento existente construído a mando da Câmara Municipal no ano de 1986 não foi precedido de qualquer investigação ou estudo prévio. assenta em três degraus octogonais.

A coluna de oito faces com aparelho ligeiro parte do último degrau que lhe serve de plataforma em expressão quadrada com pequenas meias esferas nos cantos. É composta de quatro elementos onde vem a assentar um último de maior diâmetro. Neste, sobressai um brasão em forma de prensa isada pelos Cabrais, emoldurado numa placa rectangular com os bordos salientes.



### Antigo Pelourinho de Belmonte

Do antigo pelourinho de Belmonte, demolido em 1885, ainda fomos encontrar no ano de 1975 todos os seis elementos que constituíam a coluna de aproximadamente cinco metros de altura.

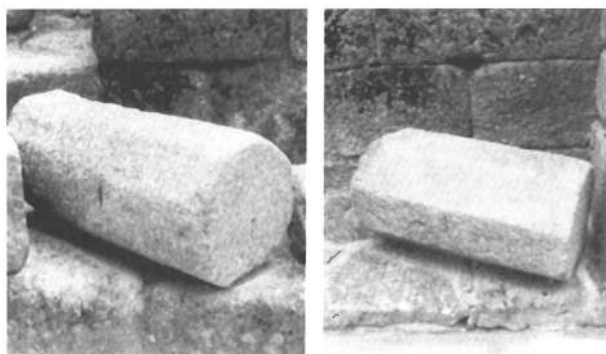
Estas pedras encontravam-se encostadas ao edifício da antiga Câmara. Num dos elementos ainda se notava a cavidade onde estariam fixados os ferros de sujeição. Este elemento e um outro encontram-se presentemente no Castelo de Belmonte.

É muito provável que esta volumosa coluna fosse da primitiva picota do princípio do século XIII, construída logo após o foral dado por D. Sancho no ano de 1199.

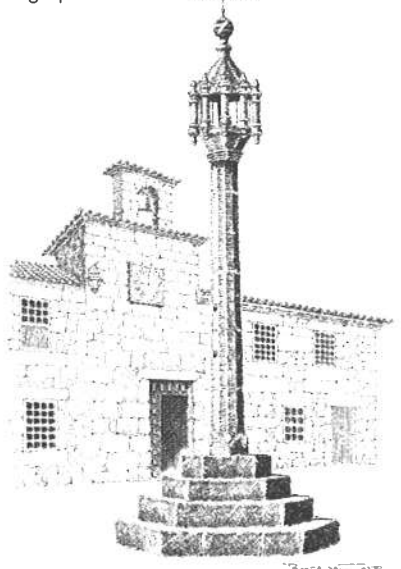
Não pode haver grandes dúvidas sobre a forma do pelourinho, que seria do tipo gaiola à semelhança de inúmeros deste tipo existentes nas Beiras. Era muito usual o aproveitamento da coluna da antiga picota assim como os degraus para ser encimada com remate quase em forma de Gaiola.

O desenho que se apresenta da autoria de Jorge Braga da Costa foi executado em resultado do material existente em 1975 nio que diz respeito aos degraus e coluna, e conjunctual quanto à parte terminal.

Creemos não andar muito longe da realidade do que foi o antigo pelourinho de Belmonte.



Dois elementos da coluna do pelourinho que presentemente se encontram depositados no Castelo de Belmonte









Edição  
Câmara Municipal de Belmonte  
2001